PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

PETROBRAS

BRDT3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

Petrobras Distribuidora S.A.

Companhia com Registro de Emissor de Valores Mobiliários na Categoria "A" – CVM n.º 2429-5
Rua Correia Vasques 250, Cidade Nova, CEP 20211-140, Rio de Janeiro, RJ
CNPJ n.º 34.274.233/0001-02 – NIRE 33.3.0001392-0 – Código ISIN BRBRDTACNOR1
Código de Negociação das Ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"): "BRDT3"

291.250.000 Ações Ordinárias

Valor da Oferta – R$4.368.750.000,00

Preço por Ação: R$15,00

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Acionista Vendedor") está realizando oferta pública de distribuição secundária de 291.250.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de titularidade do Acionista Vendedor, no Brasil, sob a coordenação da Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Coordenador Líder" ou "Agente Estabilizador"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BofA Merrill Lynch, o BB Investimentos, o Bradesco BBI, o Itaú BBA, o J.P. Morgan e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pela Citigroup Global Markets Inc., pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Banco do Brasil Securities LLC, Bradesco Securities Inc., Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, Morgan Stanley & Co. LLC e Santander Investment Securities Inc., nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC") e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*Non U.S. Persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e que invistam no Brasil, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Investidores Estrangeiros") ("Oferta").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 43.687.500 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção outorgada no contrato de distribuição da Oferta celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3 ("Contrato de Distribuição"), pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, as quais serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Lote Suplementar"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma única vez, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) poderia ter sido, mas não foi, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em até 20%, ou seja, até 58.250.000 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais"). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta da Oferta.

O preço por Ação ("Preço por Ação") foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, nos termos do Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*").

Oferta	Preço (R$)	Comissões (R$)[(1)]	Recursos Líquidos (R$)[(1) (2)]
Por Ação	15,00	0,35	14,65
Total	**4.368.750.000,00**	**100.921.875,00**	**4.267.828.125,00**

(1) Sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta.

A alienação das Ações e a realização da Oferta e seus termos e condições foram aprovados pelo Acionista Vendedor, em reunião do conselho de administração, realizada em (i) 27 de setembro de 2017, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 17 de outubro de 2017 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico" em 24 de novembro de 2017; e (ii) 17 de novembro de 2017, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 22 de novembro de 2017 e publicada no DOERJ e no jornal "Valor Econômico" em 27 de novembro de 2017. Como na reunião do conselho de administração do Acionista Vendedor de 17 de novembro de 2017, foi aprovada, dentre outros, a alienação das Ações considerando o valor mínimo do preço por Ação de R$15,00 e o valor máximo do preço por Ação de R$19,00, e uma vez que Preço por Ação está contido neste intervalo, não foi necessária nova aprovação do conselho de administração do Acionista Vendedor.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país além do Brasil.

Foi admitido o recebimento de reservas, a partir do dia 29 de novembro de 2017 (inclusive), para aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição das Ações.

A Oferta foi registrada pela CVM sob o n.º CVM/SRE/SEC/2017/012 em 14 de dezembro de 2017.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir por investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL, AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

ANBIMA

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Coordenadores da Oferta e *Joint Bookrunners*

Citi – Coordenador Líder, Agente Estabilizador
Bank of America Merrill Lynch
BB Investimentos
Bradesco BBI
Itaú BBA
J.P.Morgan
Morgan Stanley
Santander Global Corporate Banking

A data deste Prospecto Definitivo é 13 de dezembro de 2017.

[página intencionalmente deixada em branco]

ÍNDICE

DEFINIÇÕES 1
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES 8
SUMÁRIO DA COMPANHIA 10
Visão Geral 10
Segmentos Operacionais 11
Outros 11
Oportunidades de Mercado 13
Pontos Fortes 15
Estratégia 18
Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia 21
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS 25
Coordenador Líder 25
BofA Merrill Lynch 26
BB Investimentos 26
Bradesco BBI 27
Itaú BBA 29
J.P. Morgan 30
Morgan Stanley 32
Santander 33
SUMÁRIO DA OFERTA 35
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA 46
Composição do Capital Social 46
Descrição da Oferta 47
Preço por Ação 48
Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos 48
Custos da Oferta 49
Identificação do Acionista Vendedor 49
Aprovações Societárias 49
Público Alvo da Oferta 49
Cronograma Estimado da Oferta 50
Procedimento da Oferta 51
Oferta de Varejo 51
Oferta Institucional 54
Violações de Normas de Conduta 56
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional 56
Período de Colocação 57
Data de Liquidação e Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar 57
Garantia Firme de Liquidação 58
Estabilização do Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia 59
Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up Agreements e Novo Mercado*) 59
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia 60
Admissão à Negociação das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia 60
Instituição Financeira Escrituradora das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia 60
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 60
Suspensão e Cancelamento da Oferta 61
Inadequação da Oferta a Determinados Investidores 62
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 63

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 63
Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch 65
Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos 66
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 68
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA 69
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan 70
Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley 72
Relacionamento entre a Companhia e o Santander 73
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta 75
Informações Adicionais 97
FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 101
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 106
CAPITALIZAÇÃO 107
DILUIÇÃO 108
Histórico do preço de emissão de ações 108
Grupamento de Ações 109
Plano de opção de compra de ações 109
ANEXOS 111
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 113
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE APROVOU O GRUPAMENTO DE AÇÕES 143
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUE APROVA A REALIZAÇÃO DA OFERTA 149
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE APROVOU A QUANTIDADE DE AÇÕES A SEREM ALIENADAS E O VALOR DA FAIXA INDICATIVA 153
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, QUE APROVA A REALIZAÇÃO DA OFERTA 161
DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA 167
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 175
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 259
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 409
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 527
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 657

DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo utilizados neste Prospecto terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionista Vendedor ou Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta. Salvo se expressamente mencionado em contrário neste Prospecto, estão incluídas na definição de "Ações" as Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável.
Ações Adicionais	Até 58.250.000 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a até 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderia ter sido, mas não foi, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações do Lote Suplementar	Até 43.687.500 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão, conforme Opção de Lote Suplementar, ser acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Agente Estabilizador.	Coordenador Líder.
Agentes de Colocação Internacional	Citigroup Global Markets Inc., Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Banco do Brasil Securities LLC, Bradesco Securities Inc., Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, Morgan Stanley & Co. LLC e Santander Investment Securities Inc., em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANP	Agência Nacional do Petróleo.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, a ser divulgado em 14 de dezembro de 2017.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando eventual suspensão, revogação ou qualquer modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400.

Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado da Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, divulgado em 22 de novembro de 2017 e divulgado novamente em 29 de novembro de 2017, nos endereços da Internet da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta, da CVM e da B3.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3 e destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
Cláusula Compromissória	Cláusula de arbitragem mediante a qual a Companhia, seus acionistas, membros do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal, este último quando e se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, na Lei nº 13.303/2016, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia	Petrobras Distribuidora S.A.
Conselheiro Independente	De acordo com o Estatuto da Companhia, caracteriza-se como conselheiro independente aquele que se enquadrar nas hipóteses previstas no art. 22, §1º da Lei nº 13.303/2016, do art. 36, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 do Regulamento do Novo Mercado, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre o Acionista Vendedor, a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior.

Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão de Petrobras Distribuidora S.A., celebrado entre o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta, a Companhia e, como interveniente e anuente, a B3.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão de Petrobras Distribuidora S.A., celebrado entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato celebrado em 21 de novembro de 2017, entre a Companhia, o Acionista Vendedor e a B3, por meio do qual a Companhia, seus administradores e o Acionista Vendedor concordaram em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, a fim de se qualificar para listagem no Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o BofA Merrill Lynch, o BB Investimentos, o Bradesco BBI, o Itaú BBA, o J.P. Morgan, o Morgan Stanley e o Santander.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	A data de liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	A data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil contado da data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de divulgação do Anúncio de Início.
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda corrente dos Estados Unidos da América.
Final Offering Memorandum	*Offering Memorandum* definitivo relativo aos esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados no âmbito da Oferta.
Formulário de Referência	O formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar na B3 contratadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Instrução CVM 480	Instrução da CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM n.º 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM n.º 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Investidores Estrangeiros	Público alvo dos esforços de colocação das Ações no exterior, no âmbito da Oferta Institucional, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, consistindo, nos Estados Unidos da América, de investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela SEC e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*Non US Persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e que invistam no Brasil por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, cujas intenções de investimento sejam superiores a R$1.000.000,00, e investidores que sejam considerados institucionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, incluindo fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, e Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na B3, e que, em qualquer caso, tenham manifestado seu interesse de participar da Oferta por meio de Pedidos de Reserva.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
Lei nº 13.303/2016	Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conforme alterada.

Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado.
Oferta	Oferta pública de distribuição secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior.
Oferta de Varejo	Oferta das Ações destinada aos Investidores Não Institucionais.
Oferta Institucional	Oferta das Ações destinada aos Investidores Institucionais.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, quando referidos em conjunto e indistintamente.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular nº 01/2017/CVM/SRE, divulgado em 6 de março de 2017.
Opção de Lote Suplementar	Opção outorgada no Contrato de Distribuição, pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, as quais serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma única vez, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Pedido de reserva de Ações pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo, realizado mediante preenchimento de formulário específico.
Período de Colocação	Prazo para a colocação e aquisição das Ações, que será de até três dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início (exceto pelas Ações do Lote Suplementar).
Período de Reserva	Período de 29 de novembro de 2017, inclusive, a 12 de dezembro de 2017, inclusive, para os Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período de 29 de novembro de 2017, inclusive, a 1 de dezembro de 2017, inclusive (data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*), para os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas efetuarem seus Pedidos de Reserva.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 505 (a) controladores ou administradores da Companhia ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (b) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (c) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (d) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (e) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (f) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (g) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (h) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nas alíneas (b) a (e) acima; e (i) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Preço por Ação	R$15,00.
Preliminary Offering Memorandum	*Offering Memorandum* preliminar relativo aos esforços de colocação das Ações no exterior a serem realizados no âmbito da Oferta.
Prospecto Definitivo ou Prospecto	Este prospecto definitivo da Oferta, que inclui o Formulário de Referência da Companhia, e seus eventuais aditamentos e suplementos.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar da Oferta datado de 22 de novembro de 2017, que inclui o Formulário de Referência da Companhia, e seus eventuais aditamentos e suplementos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, quando referidos em conjunto e indistintamente.
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme alterado, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Contrato de Participação no Novo Mercado e no estatuto social da Companhia e que consta dos termos de anuência dos administradores, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3.
SEC	Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América.
Securities Act	*Securities Act* de 1933, dos Estados Unidos da América, conforme alterado.

Sindicom	Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes.
Valor Máximo de Investimento na Oferta de Varejo	O valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Companhia

Petrobras Distribuidora S.A.
Rua Correia Vasques 250
20211-140 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Rafael Salvador Grisolia
Telefone: (21) 2354-4046
www.br.com.br

Acionista Vendedor

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Avenida República do Chile 65
20031-912 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Ivan de Souza Monteiro
Telefone: (21) 3224-2401
www.investidorpetrobras.com.br

Coordenador Líder

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista 1111, 14º andar (parte)
01311-920 São Paulo, SP
At.: Sr. Persio Dangot
Telefone: (11) 4009-3268
Fac-símile: (11) 2845-3080
www.citibank.com.br

Demais Coordenadores da Oferta

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 18º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Telefone: (11) 2188-4550
Fac-símile: (11) 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br

BB-Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas 105, 36º andar
20031-923 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. João Carlos Floriano
Telefone: (21) 3808-3625
Fac-símile: (21) 2262-3862
www.bb.com.br

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3064, 10º andar
01451-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Telefone: (11) 2169.4672
Fac-símile: (11) 3847-9856
www.bradescobbi.com.br

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Telefone: (11) 3708-8000
Fac-símile: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º, 7º e 10º a 15º andares
04538-905 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Telefone: (11) 4950-3700
Fac-símile: (11) 4950-6655
www.jpmorgan.com

Banco Morgan Stanley S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3600, 6º andar e 8º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. Manuel Garcia Diez
Telefone: (11) 3048-6000
Fac-símile: (11) 3048-6010
www.morganstanley.com.br

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 2041 e 2235, 24º andar
04543-011 São Paulo, SP
At.: Sr. Cleomar Parisi
Telefone: (11) 3012-7162
Fac-símile: (11) 3553-0063
www.santander.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Praia do Flamengo, 200 - 11º andar
22210-901 Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Claudio Oksenberg e Sr. Jean Marcel Arakawa
Tel.: (21) 3231-8239 e (11) 3147-2821
Fac-símile: (21) 2262-6675
www.mattosfilho.com.br

Consultores Legais Externos da Companhia

Davis Polk & Wardwell
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre E, cj. 17A
04543-011 São Paulo – SP
At. Sr. Manuel Garciadiaz
Tel.: (11) 4871-8401
Fac-símile: (11) 4871-8500
http://www.davispolk.com/

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Pinheiro Guimarães – Advogados
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3064, 14º andar
01451-000São Paulo – SP
At. Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães/
Sra. Cristina Tomiyama
Tel.: (11) 4501-5000
Fac-símile: (11) 4501-5025
www.pinheiroguimaraes.com.br

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Simpson Thacher & Bartlett LLP
Av. Juscelino Kubitschek, 1455, 12º andar
04543-011 São Paulo – SP
At. Sr. Grenfel Calheiros
Tel.: (11) 3546-1011
Fac-símile: (11) 3546-1002
www.stblaw.com

Auditores Independentes

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Rua do Russel 804, 6º e 7º andares – Edifício Manchete - Glória
22210-907 Rio de Janeiro - RJ
At. Sr. Alexandre Fermino Alvares
Tel.: (21) 3232-6253
Fax: (21) 3232-6191
www.pwc.com.br

KPMG Auditores Independentes
Avenida Almirante Barroso 52, 4º andar – Centro
20031-000 Rio de Janeiro - RJ
At. Sra. Carla Bellangero
Tel: +55 (21) 3515-9444
Fax: +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Visão Geral

Somos a maior distribuidora de combustíveis e lubrificantes do Brasil em volume de vendas (conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP). No período de nove meses, encerrado em 30 de setembro de 2017, nossa participação nesse mercado foi de 29,9% (ANP, Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes – Sindicom Abegás e Companhias Estaduais de Gás). Neste mesmo período, fomos líderes nos segmentos Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação, com 24,5%, 42,6% e 56,4% de participação de mercado, respectivamente, também de acordo com as fontes supracitadas.

Em 2016, fomos a segunda maior empresa brasileira em receita bruta, segundo a Revista Exame Melhores & Maiores, atrás apenas da nossa controladora, Petrobras. Nossa receita líquida totalizou R$86,6 bilhões em 2016 e R$61,4 bilhões, nos primeiros nove meses de 2017.

Fomos constituídos em 1971 para assumir as atividades de distribuição e comércio de produtos de petróleo e derivados, então realizadas pela nossa controladora Petrobras. Possuímos a maior capilaridade do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes do Brasil, servindo mais de 8.000 postos de serviço com bandeira "BR" e, aproximadamente, 14.000 clientes dos segmentos operacionais de Grandes Consumidores, Produtos de Aviação e Outros, conforme abaixo definidos. Operamos por meio da maior estrutura logística na categoria do país (conforme dados divulgados pela ANP), que inclui 91 bases de armazenamento de combustível, 15 depósitos de lubrificantes e 109 postos de abastecimento em aeroportos, todos estrategicamente distribuídos ao longo das cinco regiões brasileiras, operando com uma frota terceirizada de aproximadamente 8.000 veículos, em 30 de setembro de 2017. Com essa plataforma, somos capazes de suprir eficientemente as demandas de todos os clientes da Companhia em qualquer município brasileiro**.**

Entendemos que a força das marcas "BR", "Lubrax", "BR Mania" e "BR Aviation", entre outras, é um grande diferencial em relação aos nossos competidores, pois são percebidas como marcas associadas à confiança, atendimento e qualidade dos produtos e serviços que oferecemos. A marca "BR" é licenciada de forma exclusiva para postos de serviço, dentre outros negócios, pela nossa controladora Petrobras e utilizada como a bandeira da rede para a qual distribuímos combustíveis e lubrificantes.

A marca "BR" foi a mais lembrada pelos brasileiros, na categoria combustível, nas pesquisas realizadas pelo IBOPE Inteligência, em 2016, e pela Folha de São Paulo – Folha Top of Mind 2016. No caso da Folha, a liderança vem sendo mantida desde que a categoria foi criada, em 2003 (14 anos consecutivos).

A marca "Lubrax", utilizada no segmento de lubrificantes, também é altamente reconhecida no mercado nacional, como apontaram as pesquisas do IBOPE Inteligência e da Revista Quatro Rodas, ambas de 2016.

Acreditamos que as 1.294 lojas de conveniência BR Mania e os 1.572 centros de serviços automotivos Lubrax+ localizados em postos de serviço com bandeira BR, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017, tornam a experiência do consumidor no posto de serviço mais prazerosa. A presença de lojas de conveniência BR Mania e/ou centros de serviços automotivos Lubrax+ nos postos de serviços tem contribuído para a fidelização e gerado vendas adicionais de combustíveis. Além disso, as lojas BR Mania e os centros Lubrax+ geram receitas de royalties para a Companhia.

Os programas de fidelidade Petrobras Premmia (com aproximadamente 11,4 milhões de inscritos em 30 de setembro de 2017) e BR Aviation Club (específico para a aviação de pequeno porte), assim como o sistema de controle e monitoramento de frotas (CTF-BR), o Cartão Petrobras, o BR Aviation Card e outras ações específicas de marketing também têm agregado valor aos nossos negócios. Nossos sistemas tecnológicos coletam dados sobre os hábitos de consumo dos mais de 2 milhões de consumidores que circulam diariamente nos postos de serviço com bandeira BR. As transações geradas nas lojas BR Mania e as registradas no programa de fidelidade Petrobras Premmia nos permitem identificar oportunidades de desenvolver novos negócios e parcerias.

Por fim, com a linha Lubrax, somos líderes no mercado nacional de distribuição de lubrificantes em volume de vendas, com 23,1% de participação, conforme dados do Sindicom, de 30 de setembro de 2017. Oferecemos produtos de tecnologia avançada para carros, motos, utilitários, ônibus, caminhões, embarcações, locomotivas e aeronaves. Buscamos sempre acompanhar as tendências mundiais no lançamento de novos produtos, sobretudo as relacionadas à economia de combustível e a questões ambientais.

Segmentos Operacionais

Somos líderes no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no país em volume de vendas, e acreditamos que nos destacamos pela excelência e qualidade dos produtos e serviços que oferecemos em todos os nossos segmentos operacionais, quais sejam:

- **Rede de Postos.** Somos a maior rede de postos de serviço do país, fornecendo com exclusividade diesel, gasolina, etanol, gás natural veicular (GNV) e lubrificantes para 8.212 postos de serviço, localizados em todo o território nacional. Também oferecemos dois tipos de franquias ao mercado varejista: lojas de conveniência BR Mania e centros de serviços automotivos Lubrax+. Em 30 de setembro de 2017, contávamos com 1.294 franquias da BR Mania e 1.572 franquias de Lubrax+. Possuímos mais de 150 produtos com a marca própria "BR Mania", incluindo diferentes tipos de sanduíches e pratos prontos para consumo imediato, comercializados exclusivamente nas lojas de conveniência BR Mania.

- **Grandes Consumidores.** Somos a maior distribuidora de combustíveis e lubrificantes para empresas de diferentes setores da economia do país, de acordo com dados do Sindicom, de 30 de setembro de 2017, tais como: siderurgia, mineração, papel e celulose, cimento, transporte, termelétricas, agronegócio e retalhistas de combustível. Contamos com uma carteira de cerca de 6 mil clientes ativos, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017, dentre os quais estão 36 das 50 maiores empresas do setor industrial brasileiro, conforme informações da Revista Exame Melhores & Maiores 2016.

- **Aviação.** Somos a maior distribuidora de combustíveis de aviação do Brasil, de acordo com dados do Sindicom, de 30 de setembro de 2017, presente em 109 aeroportos em todo o país, com uma carteira de, aproximadamente, 1,5 mil clientes, fornecendo querosene, gasolina e lubrificantes de aviação (este último somente para aviação de pequeno porte). Também oferecemos serviços relacionados à aviação executiva, incluindo o programa de fidelidade BR Aviation Club e os serviços de recepção a aeronaves e clientes nas estruturas dos BR Aviation Centers.

Outros

- **Químicos.** Atuamos no beneficiamento e na distribuição de produtos químicos como enxofre, solventes hidrocarbônicos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas.

- **Energia.** Somos o maior distribuidor de coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional em 30 de setembro de 2017, de acordo com dados divulgados pelo Ministério de Comércio Exterior. O CVP é um derivado de petróleo, substituto do carvão em muitas aplicações metalúrgicas e energéticas, utilizado, principalmente, nas indústrias siderúrgicas e cimenteiras. Também oferecemos soluções energéticas, tais como serviços de geração de energia dedicada, emergencial e em horário de pico, e geração de energia utilizando fontes renováveis. Adicionalmente, somos responsáveis pela operação da concessão de gás natural no estado do Espírito Santo, atendendo cerca de 47 mil residências, em 30 de setembro de 2017.

- **Asfaltos.** Produzimos e comercializamos produtos asfálticos, por meio de nossa subsidiária integral Stratura Asfaltos S.A., tais como cimentos e emulsões asfálticas, asfalto borracha e asfalto diluído de petróleo (ADP). Em 30 de setembro de 2017, mantivemos a posição de maior distribuidora de asfaltos do País, conforme dados divulgados pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Asfaltos – ABEDA.

Nosso desempenho segregado por nossos principais segmentos operacionais pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Financeiros	**Períodos de nove meses findos em 30 de setembro**		**Exercícios sociais findos em 31 de dezembro**		
	2017	**2016**	**2016**	**2015**	**2014**
			(em R$ milhões, exceto percentuais)		
Receita de Vendas					
Rede de Postos	36.908	39.603	52.634	53.791	49.990
% da Receita de Vendas	59,7%	60,1%	60,4%	55,1%	50,6%
Grandes Consumidores	16.431	17.736	23.247	30.275	33.271
% da Receita de Vendas	26,6%	26,9%	26,7%	31,0%	33,6%
Aviação	4.984	4.617	6.189	7.900	9.610
% da Receita de Vendas	8,1%	7,0%	7,1%	8,1%	9,7%
Outros[(1)]	3.447	3.893	5.109	5.728	6.022
% da Receita de Vendas	5,6%	5,9%	5,9%	5,9%	6,1%
Corporativo e Eliminação	11	-	-	(2)	(17)
% da Receita de Vendas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	620	(367)	(315)	(1.161)	1.123
EBITDA[(2)]	1.830	357	439	(1.165)	1.659
EBITDA Ajustado[(3)]	2.184	2.175	2.995	3.452	3.527
Margem EBITDA Ajustada	3,6%	3,3%	3,5%	3,5%	3,6%

(1) O segmento "Outros" inclui todas as atividades não incluídas dentro dos segmentos operacionais Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação. Essas atividades foram excluídas dos segmentos operacionais reportáveis nas Demonstrações Financeiras por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo *International Financial Reporting Standards* – IFRS e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ("**IFRS/CPC**") para segmentos reportáveis.

(2) O EBITDA é uma medição não contábil feita pela Companhia e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização.

(3) O EBITDA ajustado da Companhia é uma medição adotada pela Administração e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da apropriação das bonificações antecipadas, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, *impairment*, plano de incentivo do desligamento voluntário (PIDV), gastos com anistias fiscais, encargos tributários sobre receitas financeiras e Operação Lava Jato. A descrição de cada um desses ajustes encontra-se no na seção 3.2 - item b do Formulário de Referência.

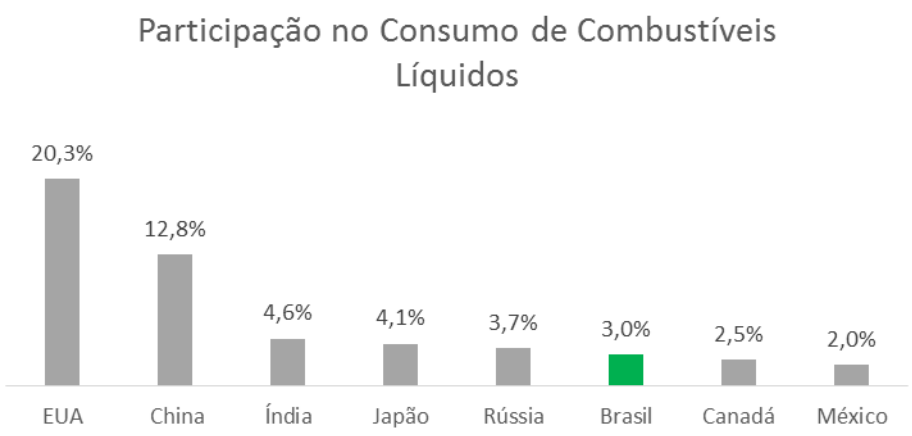
Indicadores Operacionais	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Exercícios sociais findos em 31 de dezembro		
	2017	2016	2016	2015	2014
	(em milhares m³, exceto se de outra maneira indicado)				
Volume Vendido Total	32.149	34.712	45.794	53.596	57.752
Rede de Postos	17.049	18.061	23.959	26.816	27.895
% do Volume Vendido	53,0%	52,0%	52,3%	50,0%	48,3%
Grandes Consumidores	8.318	8.931	11.758	16.019	18.367
% do Volume Vendido	25,9%	25,7%	25,7%	29,9%	31,8%
Aviação.....	2.817	2.827	3.759	4.199	4.418
% do Volume Vendido	8,8%	8,1%	8,2%	7,9%	7,7%
Outros	3.965	4.894	6.318	6.562	7.072
% do Volume Vendido	12,3%	14,1%	13,8%	12,2%	12,2%

Oportunidades de Mercado

Acreditamos que o Brasil reúne fatores que sustentam a relevância do consumo de combustíveis, dada a sua matriz industrial, a importância do agronegócio e o transporte de bens, insumos e pessoas em um país de dimensões continentais.

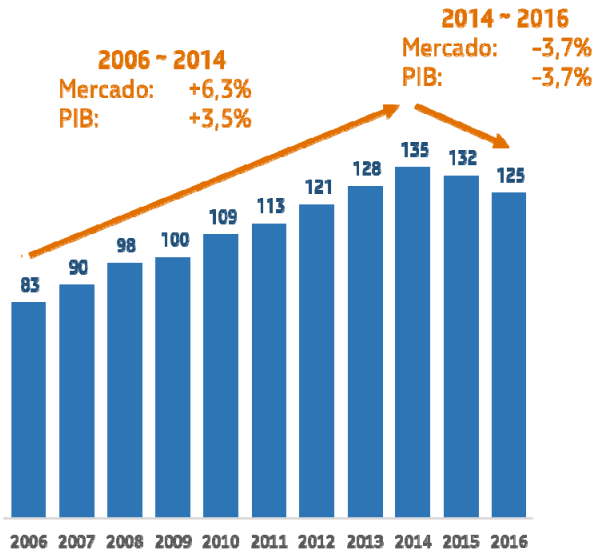
Entendemos que a relevância do mercado de combustíveis na economia brasileira se dá pelos seguintes motivos principais: (i) predomínio do modal rodoviário no transporte de bens e insumos do país (61%), de acordo com o Relatório de Dezembro de 2016 da Confederação Nacional do Transporte (CNT); (ii) tamanho da frota nacional de autoveículos, sendo o Brasil detentor da 6ª maior frota do mundo em 2015, considerando automóveis, veículos leves comerciais e veículos pesados, de acordo com dados do Anuário 2017 da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea; e (iii) setor de aviação, sendo o Brasil o 9º maior mercado do mundo em 2016, segundo dados da Associação Internacional do Transporte Aéreo (IATA) de 2017.

O Brasil posicionou-se como o 6º maior mercado de consumo de combustíveis líquidos do mundo em 2016, de acordo com dados da International Energy Statistics (EIA), movimentando mais de 123,9 m³ no ano, de acordo com dados da ANP, Sindicom e ABEGAS:



Fonte: EIA International Energy Statistics

O mercado brasileiro de distribuição de combustíveis e lubrificantes, historicamente, cresce a uma taxa média superior ao PIB. No período de 2006 a 2014, cresceu em média 6,3% ao ano, em comparação com o crescimento médio do PIB de 3,5% ao ano no mesmo período. No entanto, no período de 2014 a 2016, principalmente como reflexo da crise econômica, houve retração no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis e lubrificantes, com variação no mesmo patamar do PIB:



Fonte: IBGE; Sindicom

O mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes brasileiro foi impactado pela estagnação iniciada em 2014 e pela aguda recessão econômica por dois anos consecutivos, com quedas nos três setores da economia que compõem o PIB brasileiro de 2014 a 2016: agropecuária (-6,6%), indústria (-3,8%), e serviços (-2,7%), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

A perspectiva para os próximos anos é de recuperação da economia brasileira, com previsão de crescimento de 2% ao ano, baseada na média das expectativas dos analistas de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil (dados do Relatório Focus de 04 de agosto de 2017). Considerando o histórico do desempenho da economia brasileira e seu impacto em nossos negócios, acreditamos na recuperação do mercado brasileiro de distribuição de combustíveis e lubrificantes nos próximos anos.

Pontos Fortes

Liderança no Setor de Distribuição de Combustíveis e de Lubrificantes no Brasil

Somos líderes no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no Brasil, com 29,9% de participação no mercado em termos de volume de vendas, de acordo com dados da ANP, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, com significativa vantagem sobre o segundo colocado, que possui 20,2%. Além disso, somos líderes no mercado de distribuição doméstico por derivado de petróleo, em volume de vendas: (i) diesel, com participação de mercado de 31,4%, (ii) gasolina, 24,4%, (iii) lubrificantes, com 22,7%, (iv) óleos combustíveis, com 88,4%, e (v) combustíveis para aviação, com participação de mercado de 56,4%, de acordo com os dados da ANP, de 30 de setembro de 2017.

Acreditamos que nossa ampla rede de postos ocupa posição privilegiada no país. Em termos de número de estabelecimentos, somos a maior rede de postos em quatro das cinco regiões do Brasil, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017, do Sindicom. Além disso, somos o distribuidor líder nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, que têm apresentado os maiores índices de crescimento (PIB) do Brasil.

Acreditamos que a nossa sólida e histórica posição de liderança, aliada à força da marca "BR" e ao bom relacionamento construído com os revendedores de postos de serviço ("Revendedores") ao longo de mais de quatro décadas, somada aos nossos investimentos de marketing, comunicação e inovação, nos auxilia na conversão de postos bandeira branca e na implantação de novos postos de serviço com bandeira BR.

Além da Rede de Postos, dispomos de ampla carteira de clientes no segmento operacional de Grandes Consumidores. Ao longo dos nossos 46 anos de existência, acreditamos ter desenvolvido uma capacidade singular de oferecer produtos e serviços a uma ampla variedade de setores da economia e a diferentes tipos de clientes e regiões, com diversificadas demandas e necessidades logísticas. Tal capacidade é corroborada pela liderança neste segmento operacional, possuindo um *market share* de 42,6% em 30 setembro de 2017, de acordo com dados do Sindicom. Destacamos que neste segmento operacional a vinculação contratual não é usual. Possuímos, no entanto, o índice de recorrência de fornecimento a 71% de nossa base total de clientes deste segmento, sobretudo por conta de nossos serviços de suporte técnico e instalação logística, bem como dos mais de 11.000 equipamentos próprios instalados em suas unidades.

A liderança na comercialização de produtos de aviação, conquistada em 1997, tem sido ampliada ao longo destes 20 anos, consolidando a BR Aviation em uma posição de destaque no mercado nacional, com participação superior de 55% nos últimos 10 anos, de acordo com dados do Sindicom.

A excelência operacional nos serviços de abastecimento de aeronaves para segmentos de clientes bastante diversificados, como companhias aéreas nacionais e internacionais, aviação executiva e comando militares; bem como a capilaridade da rede de aeroportos, presente em todos os estados do país, são diferenciais que sustentam a marca BR Aviation como referência nesse segmento no mercado brasileiro.

Marcas Altamente Reconhecidas

Acreditamos que o reconhecimento e a credibilidade das marcas que utilizamos ("BR", "Lubrax", "BR Mania", "Lubrax+", "Podium", "Grid"), refletem a qualidade dos produtos e serviços que oferecemos, a excelência das franquias de lojas de conveniência e de centros de serviços automotivos e a confiabilidade e eficiência da nossa estrutura logística.

De acordo com pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência, a marca "BR" foi a mais lembrada pelos brasileiros no segmento de combustíveis em 2016, com participação de 38,1% dos apontamentos, posição de liderança que se mantém desde 2002. A marca "BR" também foi considerada a mais confiável e com melhor atendimento e qualidade em 2016, além de ter sido reconhecida como a marca dos postos de serviço mais utilizados pelos consumidores em 2016, de acordo com a mesma pesquisa.

A marca "BR" também foi reconhecida pela Folha de São Paulo (Folha Top of Mind 2016) como a mais lembrada do ano na categoria combustível, pelo 14º ano consecutivo, e eleita a marca preferida na categoria posto de combustível, pela revista Quatro Rodas, em 2016 ("Preferred Company in Fuel Segment") – liderança que é conferida à marca desde que a categoria foi criada, em 2004.

Além disso, a marca "Lubrax" foi eleita como a preferida de lubrificantes do Brasil, de acordo com o prêmio "Os Eleitos - 2016", da Revista Quatro Rodas, marca invicta desde a criação da categoria, em 2006.

Ampla e Flexível Infraestrutura Logística e Capilaridade

Possuímos ampla infraestrutura logística, com alcance nacional e capilaridade que permite a aquisição e distribuição de combustíveis e lubrificantes, com bases de armazenamento e distribuição estrategicamente distribuídas ao longo das cinco regiões brasileiras. Em 30 de setembro de 2017, nossa rede logística incluía 91 bases de armazenamento de combustível, 15 depósitos de lubrificantes e 109 postos de abastecimentos de aeronaves nos aeroportos, movimentados através de uma frota terceirizada de aproximadamente 8.000 veículos, que roda aproximadamente 23,6 milhões de quilômetros por mês.

Além de sermos detentores da maior capacidade de armazenamento entre as distribuidoras com 1,4 milhões de m3, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017 da ANP, possuímos o maior giro de tancagem, da ordem de 2,3 vezes ao mês, o que significa que o volume de vendas é maior que o dobro da capacidade da tancagem, nos conferindo maior produtividade para esse ativo. Acreditamos dispor, ainda, de uma infraestrutura estrategicamente posicionada para permitir a importação de produtos, com presença nos 10 principais portos do país, sendo cinco instalações próprias e cinco contratadas com terceiros.

Apesar da nossa infraestrutura atual ser capaz de absorver volumes maiores de venda, realizamos constantemente investimentos nas nossas bases para manter e reforçar nosso posicionamento logístico e realizar melhorias operacionais e de automação das bases existentes, além de cumprir requisitos legais e de segurança operacional e patrimonial.

Acreditamos que nossa infraestrutura logística nos coloca em uma posição privilegiada, na medida em que nos confere alcance, flexibilidade e eficiência para atendermos, em todo o território nacional, diversos tipos de demanda e alcançarmos diversos tipos de clientes, inclusive em áreas mais afastadas dos grandes centros.

Ampla Rede de Postos de Serviços Estrategicamente Posicionada como Plataforma para Novos Negócios

Acreditamos que a nossa ampla Rede de Postos de serviço nos possibilita realizar novos negócios que vão além dos 762 milhões de abastecimentos em média a cada ano, que realizamos na nossa Rede de Postos. Por conta do alto fluxo constante, em média de 2 milhões de consumidores por dia, nossa Rede de Postos é uma plataforma multinegócios, que nos permite desenvolver programas como o Petrobras Premmia, a BR Mania, o Lubrax+, dentre outros.

O Petrobras Premmia, por exemplo, tem 11,4 milhões de membros cadastrados, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017. Pelas lojas BR Mania circulam cerca de 105 milhões de clientes anualmente. Os centros Lubrax+ prestam serviços a, aproximadamente, 1 milhão de consumidores por ano. Além disso, em nossa Rede de Postos de serviços e franquias BR Mania e Lubrax+ são realizadas cerca de 228 milhões de transações de cartão de crédito e débito anualmente via rede de adquirência parceira.

As informações geradas por todos esses pontos de contato com os consumidores de postos de serviços constituem insumos importantes sobre o seu comportamento e seus hábitos de consumo, e, combinadas com os sistemas de informação da Companhia (CRM, *big data*, *analytics*), proporcionam uma base para a geração de novos negócios e agregação de valor**.**

Governança Corporativa Diferenciada

Aprovamos a reforma do nosso estatuto social, em adequação à Lei nº 13.303, que elevou os padrões de governança a serem seguidos pelas empresas estatais e respectivas controladas, e às exigências do Novo Mercado, com a criação de comitês estatutários vinculados ao Conselho de Administração (Comitê de Auditoria; Comitê de Riscos e Financeiro; Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; e Comitê de Minoritários, os dois primeiros já instalados e em funcionamento).

O Conselho de Administração será composto por dez membros sendo, no mínimo, 50% independentes, sendo dois indicados pela Petrobras, por meio de lista tríplice elaborada por empresa especializada, e três diretamente indicados pelos acionistas minoritários. Além disso, os mandatos foram unificados para dois anos, de acordo com a Lei 13.303 e o Regulamento do Novo Mercado. Foram também limitadas as reconduções (máximo de três), estabelecendo os mesmos parâmetros para os membros da Diretoria Executiva. A eleição dos membros independentes do Conselho de Administração ocorrerá na primeira Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018, conforme previsto no estatuto social.

Também aprovamos uma política de indicação dos membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, e revisamos nossa Política de Transações com Partes Relacionadas. Em relação à esta última política, o Comitê de Minoritários avaliará as transações que são da alçada do Conselho de Administração a serem realizadas com a União, suas fundações e autarquias, com a Petrobras e com estatais federais. Nestes dois últimos casos, as transações fora do curso normal dos negócios precisarão ser aprovadas por dois terços dos membros do Conselho de Administração.

Aperfeiçoamos a implantação de mecanismos de prevenção, detecção e resposta a eventos de fraude e corrupção, englobando, dentre outras iniciativas, a avaliação de integridade para designação de membros da Alta Administração e de todos os gerentes da Companhia (*background check*), além da realização de treinamentos para os nossos empregados com foco na disseminação de padrões éticos.

Ademais, nossa Diretoria Executiva e Gerências Executivas são compostas por profissionais com extensa experiência e *know-how* em suas áreas, e com conhecimento nos respectivos mercados de atuação. Todos os atuais membros da Diretoria Executiva, por exemplo, possuem mais de 20 anos de experiência profissional, e vasta atuação no setor de distribuição de combustíveis.

Estratégia

Nosso plano estratégico é direcionado pela visão de ser referência no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes, inovando e agregando valor aos nossos negócios. Aliando esse objetivo com o constante aprimoramento da eficiência e redução de custos nos nossos negócios, acreditamos que reunimos as competências para atingir nossa estratégia de crescimento, expansão de negócios e aumento de rentabilidade.

Fortalecer Nossa Liderança no Mercado de Distribuição de Combustíveis e Lubrificantes

Acreditamos que o cenário econômico atual e nossa perspectiva para o futuro favorecem a estratégia de expansão da nossa rede de postos de serviço por meio da conversão de postos bandeira branca. Baseado na diversificação da oferta de produtos, serviços, franquias de lojas de conveniência e de centros de serviços automotivos, além de apoio à gestão dos postos de serviço, buscamos expandir nossa rede de postos de serviços via incremento da conversão de postos bandeira branca em postos de serviço com bandeira BR.

Segundo dados da ANP, em 31 de dezembro de 2016, havia 17.128 postos "bandeira branca" no país, dos quais 44% identificamos com potencial para conversão, considerando sua localização e o seu volume de vendas. Acreditamos que, pela confiança do consumidor na marca "BR", converter um posto bandeira branca aumenta o fluxo de consumidores, a diversidade de produtos e serviços de maior valor agregado e a garantia de suprimento, devido à eficiente infraestrutura logística da Companhia. Ao converter um posto de serviço bandeira branca em um posto de serviço com bandeira BR, esperamos um automático aumento em nosso volume de combustíveis e lubrificantes comercializados, além da expansão da rede de postos de serviços aos quais distribuímos produtos e de franquias BR Mania e Lubrax+.

Fortaleceremos nossas ações do Plano Integrado de Marketing da Rede de Postos - PIM para incrementar as vendas dos postos de serviços e franquias BR Mania e Lubrax+, e consequentemente da Companhia, além de ampliar a visibilidade da marca "BR", reforçando seus atributos junto aos consumidores. Dentre as principais ferramentas e ações do PIM, destacamos a intensificação das campanhas de publicidade e propaganda, dos eventos de relacionamento junto aos nossos públicos de interesse, do programa de fidelidade Petrobras Premmia, do programa de incentivo aos Revendedores (Desafio Petrobras), do programa de controle de qualidade nos postos de serviços com bandeira BR (De Olho no Combustível) e do programa de treinamento de atendimento e gestão para Revendedores e franqueados (Capacidade Máxima).

Nossa estratégia também prevê o fortalecimento da proposta de valor e reconhecimento de sua excelência no segmento operacional de Grandes Consumidores, por meio da ampliação da oferta de serviços diferenciados de gestão de abastecimento de frota, desenvolvimento de produtos específicos para montadoras, gestão e monitoramento de estoque em clientes, consultoria em SMS, operação, gestão energética e ecoeficiência.

Promover Maior Eficiência com o Fortalecimento da Estrutura Logística, Redução de Custos e Aperfeiçoamento da Sinergia entre Negócios

Pretendemos fomentar maior eficiência em nossa operação, por meio da implementação de programas de redução de custos e otimização de processos, de forma a aumentar a nossa produtividade e rentabilidade, possibilitando a segurança das nossas operações.

Os custos da contratação de frete são relevantes no nosso negócio de distribuição. Para reduzi-los, buscamos constantemente renegociar nossos contratos e gerenciar nossa logística para aumentar a produtividade dos caminhões a nosso serviço e utilizar modais de transporte mais competitivos.

Para otimizar os custos de movimentação de produtos nas nossas bases de armazenamento e de distribuição, estamos promovendo melhoria em nossos processos operacionais e implantando sistemas de suporte à operação e de automação.

Adicionalmente, com apoio de empresa de consultoria especializada, estamos desenvolvendo a otimização de processos, simplificação da estrutura organizacional e implantação do Orçamento Base Zero (OBZ), buscando aumentar nossa produtividade, agilidade e agregação de valor. Estimamos que iniciaremos a execução de tais iniciativas a partir de 2018.

Aprimorar a Eficiência na Aquisição de Produtos

A aquisição de derivados de petróleo e biocombustíveis e a gestão da estrutura logística relacionada são processos chaves na cadeia de valor da Companhia e impactam diretamente o nosso desempenho comercial.

A Petrobras é a mais importante fornecedora do mercado de combustíveis no Brasil, respondendo atualmente por cerca de 80% do fornecimento de diesel e gasolina, e 100% do fornecimento de querosene de aviação e de óleo combustível da Companhia.

Ao mesmo tempo, buscamos constantemente fontes alternativas de suprimentos que reduzam o custo de produto vendido (CPV), que é fundamental para manter a competitividade e o crescimento sustentável de nossas operações comerciais. Em função disso, aprimoramos os procedimentos de importação de combustíveis, com a implantação de equipe dedicada às atividades de *trading* e derivativos, bem como reavaliamos constantemente a nossa estrutura logística, para garantir que estejamos plenamente capacitados para a flexibilização de novos fornecedores.

Nosso elevado volume de compra de biocombustíveis no mercado brasileiro nos confere maior poder de negociação com nossos fornecedores. Considerando a nossa estratégia de fortalecimento da liderança, pretendemos auferir ganhos de escala incrementais e de otimização logística, bem como escolher as alternativas de suprimento mais adequadas a cada momento, sejam elas nacionais ou internacionais.

Continuar a Expansão de Nossas Fontes de Receita Adicionais

Acreditamos ter um significativo potencial para aumentar as receitas existentes e gerar receitas adicionais, tendo em vista que a nossa rede de postos de serviços pode ser expandida, seja pela conversão de postos bandeira branca em postos de serviços com a marca "BR", seja pelo crescimento da penetração das redes de franquia de lojas de conveniência BR Mania e dos centros de serviços automotivos LUBRAX+.

Adicionalmente, entendemos que estas fontes de receitas adicionais se originam: (i) da expansão da base de franquias; (ii) da revisão do modelo de negócios da BR Mania; e (iii) do aumento da participação das gasolinas de maior valor agregado dentre os produtos vendidos.

Acreditamos que a rede Lubrax+ aumenta a receita dos postos de serviços e fortalece a fidelização do consumidor, incrementando as vendas de lubrificantes. Dessa forma, pretendemos ampliar a rede Lubrax+, visando o crescimento das receitas com royalties e também do lucro com a venda de lubrificantes.

Entendemos que as lojas BR Mania, ao contribuírem para uma melhor experiência de compra para o consumidor dos postos de serviços, aumentam as vendas de combustíveis e geram receita adicional, rentabilizando o metro quadrado dos postos de serviços. Acreditamos que há um grande potencial de expansão da rede BR Mania, uma vez que apenas 18,4% dos postos do país possuem lojas de conveniência, o que, comparado a outros mercados, representa uma baixa taxa de penetração. Segundo estudo realizado pela consultoria "Cognatis", divulgado em 2016, a presença da BR Mania nos postos de serviço aumenta, em média, 17% as vendas de combustíveis em razão do aumento do fluxo de consumidores nos postos de serviço.

Além do maior volume de combustíveis vendido, a ampliação da rede BR Mania apresenta um leque de oportunidades de negócios, tais como (i) compra e venda de produtos, gerando maior poder de negociação e ganhos de escala; (ii) aumento das parcerias comerciais, para introduzir novos produtos e serviços; (iii) operação direta das lojas BR Mania; (iv) e expansão das lojas em locais estratégicos, não limitados a postos de serviço. Adicionalmente, a ampliação da rede BR Mania proporcionará maior recebimento de receita de royalties e taxa de franquia. Com foco nessa estratégia, contratamos uma empresa de consultoria especializada, para nos auxiliar na expansão e reavaliação do modelo de negócios da rede BR Mania.

As gasolinas Grid e Podium, por serem produtos de maior valor agregado, são comercializadas por preço superior ao da gasolina comum e nos proporcionam maiores margens. Pretendemos aumentar a participação desses produtos no *mix* de gasolinas vendidas, mediante a realização de campanhas publicitárias focadas, incentivo aos Revendedores e o aumento do número de postos de serviços que oferecem tais gasolinas.

Expandir segmentos com maior potencial de geração de valor e desinvestir de negócios não relacionados às nossas atividades principais

Continuaremos selecionando nossas opções de negócios com base na busca por valor adicionado, fomentando a expansão de negócios com maior potencial de rentabilidade e desinvestindo de segmentos não relacionados à nossa atividade-fim (*core business*).

Nessa linha, pretendemos iniciar, em janeiro de 2018, a ampliação de 55% da capacidade de produção de nossa fábrica de lubrificantes em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Temos como objetivo aumentar nossas vendas de lubrificantes da linha Lubrax, resultando em maior rentabilidade devido às maiores margens proporcionadas por este produto. Com a conclusão da referida ampliação, prevista para o final de 2019, nossa fábrica de lubrificantes em Duque de Caxias passará a ter capacidade instalada de 42 mil m³ por mês, contra os 27 mil m^3 atuais.

Além disso, nossa estratégia prevê a ampliação do programa de fidelidade Petrobras Premmia, de modo a atingir um número ainda maior de participantes e, para isso, contratamos empresa especializada no assunto, com o objetivo de avaliar e recomendar a melhor alternativa de desenvolvimento e modelo de negócio para o programa.

O uso de tecnologia digital para apoiar o desenvolvimento de novos segmentos de atuação ou dos já existentes é outro pilar estratégico para a expansão dos nossos negócios. Aprofundaremos a análise dos hábitos de consumo e perfil dos consumidores dos postos de serviços, para desenvolver produtos e serviços voltados para esse público, que é cada vez mais ligado a facilidades digitais nas suas transações comerciais. Com isso, nossa proposta de valor será ajustada às necessidades deste público, possibilitando maior fluxo, crescimento do volume de vendas, aumento da rentabilidade e fidelização.

Adicionalmente, alinhado ao direcionamento estratégico de fortalecimento de nosso *core-business*, pretendemos avançar na alienação de ativos com foco na otimização da estrutura de capital. Para tanto, pretendemos desinvestir de negócios não relacionados aos nossos objetivos estratégicos.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais ou administrativos podem afetar a Companhia adversamente

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia figurava no polo passivo em 10.242 processos judiciais, arbitrais ou administrativos, cujo valor total envolvido era de aproximadamente R$ 12.952,3 milhões, dos quais R$ 2.102 milhões estavam provisionados.

Decisões contrárias aos interesses da Companhia que envolvam ou alcancem valores substanciais, obriguem a Companhia a despender valores significativos ou que prejudiquem suas operações ou sua imagem e reputação, podem afetar de forma adversa a Companhia e seus resultados operacionais e financeiros.

Dentre os litígios nos quais a Companhia figura no polo passivo destaca-se a ação indenizatória movida por Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração Ltda. ("Rede Forte") e outros. Referida ação tem como objetivo declarar a extinção dos contratos existentes entre as partes, celebrados para a exploração comercial e distribuição de combustível em São Paulo, e condenar a Companhia ao pagamento de indenizações por danos materiais e morais, em razão da ausência de participação da Companhia no processo de reestruturação do Grupo Forte, obrigação esta que estaria prevista em diversos contratos de promessa de compra e venda mercantil, locação e sublocação firmados entre as partes e supostamente inadimplidos pela Companhia em 1999.

A Companhia já foi condenada em segunda instância pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("TJSP") a indenizar a Rede Forte pelos referidos danos materiais e morais, em razão de rompimento injustificado dos contratos, a serem apurados em futura liquidação de sentença. A Companhia interpôs Recurso Especial, ao qual foi negado provimento monocraticamente pelo Min. Lázaro Guimarães, do STJ, em 13.12.2017, não tendo a Companhia sido intimada da referida decisão até a data deste Prospecto. A Companhia aguarda a publicação de tal decisão para apresentar agravo interno, de forma a submeter a matéria ao colegiado.

Considerando os termos da decisão proferida pelo TJSP e dos contratos celebrados entre as partes, os valores indenizatórios a serem pagos pela Companhia podem alcançar valores significativos (a parte contrária já estimou montante de condenação em R$1.600 milhões, tendo inclusive apresentado proposta de acordo nesse valor), no entanto, diante da pendência de liquidação de sentença, não é possível apurar com precisão o real valor envolvido atualmente.

Além disso, a Companhia é parte, na qualidade de requerida, de procedimento arbitral em trâmite junto à *International Chamber of Commerce* (ICC), iniciado a pedido de WTorre Engenharia e Construção S.A. e Taranto Fundo de Investimento Imobiliário. As requerentes sustentam fazer jus ao recebimento de vultosa indenização, em razão da resilição, pela Companhia, de contrato de locação atípica (*built-to-suit*) para instalação e posterior locação do Terminal de Rondonópolis, localizado no Estado do Mato Grosso, às requeridas, sob a alegação de que a Companhia teria suscitado a nulidade de referido contrato como forma de se eximir do adimplemento de suas obrigações. Atualmente, aguarda-se prolação de sentença parcial envolvendo a competência do juízo arbitral. O prognóstico atribuído pelos advogados que patrocinam a causa é de chance de perda possível, no valor atualizado de R$684 milhões.

A Companhia entende que os processos acima destacados são os mais relevantes nos quais figura no polo passivo.

Adicionalmente, a Companhia é ré em ações de improbidade administrativa e ações civis públicas e poderá estar sujeita a outras relacionadas a, inclusive, ausência de procedimentos licitatórios em sua contratação por empresas e entidades que estão sujeitas à Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada. Em caso de condenação, mediante o proferimento de decisão não sujeita a recurso, a Companhia pode, dentre outros, ser impossibilitada de contratar com o poder público e/ou perder benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por um determinado período, o que pode afetar adversamente sua imagem e reputação, bem como seus resultados operacionais e financeiros.

Para maiores informações sobre estes e outros processos, ver o item 4.3 do Formulário de Referência.

Desdobramentos da Operação Lava Jato podem prejudicar a reputação e afetar os negócios e resultados da Companhia de forma negativa e relevante

Em março de 2014, a Polícia Federal deflagrou investigações de corrupção e lavagem de dinheiro visando apurar eventuais irregularidades em contratos celebrados pela Petrobras com diversas construtoras. Estas investigações, conhecidas como Operação Lava Jato, desvendaram um esquema de pagamentos indevidos envolvendo não só construtoras, mas também operadores financeiros, políticos e agentes públicos. Parte destas investigações foi direcionada a averiguar irregularidades cometidas por fornecedores da Petrobras e da Companhia, tendo sido descoberto um esquema de pagamentos indevidos que envolvia um vasto rol de participantes, incluindo determinados ex-funcionários e ex-administradores da Petrobras e da Companhia.

Com base nas informações disponíveis à Companhia, referido esquema consistia no (i) superfaturamento em contratos celebrados pela Petrobras e pela Companhia com um conjunto de empresas, gerando utilização de valores por tais empresas para a realização de pagamentos irregulares; e (ii) possível tráfico de influência entre administradores, políticos e representantes de empresas com relação comercial com a Companhia.

Em julho de 2015, ocorreu uma nova etapa da investigação envolvendo políticos com foro privilegiado, denominada Operação Politéia, em que a Polícia Federal conduziu operações de busca e apreensão em endereços de dois ex-diretores da Companhia, dentre outros indivíduos. O resultado desta operação foi anexado ao inquérito nº 4112, em andamento no Supremo Tribunal Federal ("STF"), cuja denúncia foi apreciada e recebida em relação a parte dos ilícitos praticados em detrimento dos interesses da Companhia. Dentre tais ilícitos, constam a facilitação de contratos para conversão de postos bandeira branca em postos de serviço de fornecimento exclusivo da Companhia, bem como o superfaturamento na construção de depósitos de combustíveis. O ministro relator acolheu a denúncia contra três pessoas, sendo elas: (i) o senador Fernando Collor de Mello pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa; (ii) Pedro Paulo Bergamaschi, pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa; e (iii) Luiz Eduardo Amorim, pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Existem ainda outros inquéritos em andamento junto ao STF e perante o poder judiciário federal do Estado do Paraná, em sua maioria ainda sigilosos, que também podem versar sobre ilícitos praticados em detrimento dos interesses da Companhia e os quais ainda a Companhia não teve pleno acesso. Dentre os inquéritos já tornados públicos, cabe citar o inquérito nº 3990, que trata da suposta influência política do deputado Vander Loubet, denunciado por ter deixado de exercer sua função parlamentar de fiscalização da administração e com isso ter viabilizado indevidas práticas criminosas no âmbito da Companhia em relação, dentre outros, a (i) Contratos com a Rede de Postos DVBR ("DVBR") e UTC Engenharia ("UTC"); (ii) Operação envolvendo Laginha Agroindustrial; (iii) contratos com a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda. O referido inquérito foi objeto de denúncia apresentada perante o STF, tendo sido deferido seu respectivo recebimento pelos ministros.

Em decorrência das investigações realizadas na Operação Lava Jato, a Companhia concluiu que parte dos gastos incorridos para a construção de determinados ativos imobilizados da Companhia incluiu gastos adicionais em razão do superfaturamento de referidos contratos celebrados com fornecedores participantes do esquema ilegal descrito acima, e, portanto, não deveriam ter sido incluídos no custo histórico de referidos ativos imobilizados da Companhia. Assim, no terceiro trimestre de 2014, a Companhia reconheceu uma baixa contábil no montante de R$23 milhões. A metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, em conformidade com orientações da Petrobras auditadas pelos respectivos auditores independentes, para determinar os montantes relativos aos gastos adicionais indevidamente capitalizados, com base nas informações disponíveis, envolvem algumas incertezas, não sendo possível garantir que a baixa contábil realizada e reconhecida nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia não é subestimada. Caso haja necessidade de baixa contábil adicional, incluindo custos históricos dos ativos imobilizados, os resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente impactados, além dos danos à imagem e reputação da Companhia que poderão resultar, dentre outros, nos rebaixamentos de suas notas de crédito e outros efeitos materiais adversos.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que os desdobramentos das investigações relacionadas à Operação Lava Jato, como, por exemplo, a Operação Sothis, que foi deflagrada em 21 de novembro de 2017 e contém menção à Companhia, não podem levar à descoberta e potencial confirmação de novas irregularidades envolvendo a Companhia, seus empregados e ex-empregados, o que pode causar danos aos negócios, resultados financeiros e imagem da Companhia.

Para maiores informações, vide seção 7.9 do Formulário de Referência.

Os interesses da Petrobras, atual controladora direta da Companhia, podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia

A Petrobras, na qualidade de acionista controladora da Companhia, tem o poder de eleger 50% dos membros do Conselho de Administração da Companhia, exercer o controle geral sobre a administração da Companhia, modificar o estatuto social da Companhia, determinar políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle por ela detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas da Companhia, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, regras para aquisição e/ou importação de derivados do petróleo, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das ações da Companhia do Novo Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

A Petrobras poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem vir a ser consideradas conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação da ação de emissão da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de crédito e inadimplência de seus clientes

Alguns clientes da Companhia podem apresentar restrições financeiras ou problemas de liquidez que podem ter um efeito negativo significativo na sua capacidade de solvência. Problemas financeiros graves enfrentados pelos clientes da Companhia, com maior sensibilidade no mercado consumidor que conta com os clientes com maior faturamento, e que inclui os segmentos operacionais Grandes Consumidores, Produtos de Aviação, Energia e Químicos, tendo em vista que adquirem volumes expressivos de produtos, pode resultar em uma diminuição no fluxo de caixa operacional da Companhia e, ao mesmo tempo, reduzir ou limitar a demanda futura por esses clientes pelos produtos e serviços da Companhia, o que pode ter um efeito adverso sobre os negócios, resultado das operações e condição financeira da Companhia.

Práticas anticompetitivas, evasão fiscal e adulteração de combustíveis no segmento de distribuição de combustíveis podem distorcer os preços de mercado

Práticas anticompetitivas por parte de alguns dos concorrentes da Companhia têm sido um dos principais problemas para a Companhia. Geralmente, essas práticas envolvem uma combinação de evasão fiscal e adulteração de combustíveis, tais como a diluição de gasolina pela mistura de solventes ou pela adição de etanol anidro em proporções superiores às permitidas pela lei vigente, permitindo-os cobrar preços menores que aqueles praticados pela Companhia.

Impostos constituem uma parcela significativa dos custos de combustíveis vendidos no Brasil. Por esta razão, evasão fiscal tem sido uma prática recorrente de alguns distribuidores, permitindo-os cobrar preços menores dos consumidores em comparação aos cobrados por grandes distribuidores como a Companhia. Como os preços finais para os produtos vendidos por distribuidores são calculados com base nos impostos incidentes na compra e venda de combustíveis, entre outros fatores, práticas anticompetitivas pelos concorrentes da Companhia como a evasão fiscal podem reduzir o volume de vendas da Companhia e afetar adversamente suas margens operacionais. Além disso, caso haja aumento nos impostos incidentes em combustíveis, maior será a probabilidade de evasão fiscal, gerando distorção nos preços dos combustíveis vendidos pela Companhia e, consequentemente impactando negativamente seus resultados operacionais.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Coordenador Líder

O Citi possui uma longa história de comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui 200 anos de história e está presente em mais de 160 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões. O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história.

O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures e emprestar valores mobiliários para venda (conta margem).

Em fevereiro de 2009, o Citi adquiriu a Intra S.A. Corretora de Câmbio e Valores, com mais de 15.000 contas ativas de clientes. Com essa aquisição, o Citi ampliou o mercado de atuação e passou a se dedicar também ao segmento de varejo.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$120,2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011.

Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R$2.213 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R$1,2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R$9,8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R$2,4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R$3,2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R$143,8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R$11,5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R$5,5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R$2,6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R$1.5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R$2,0 bilhões (Abril de 2017).

BofA Merrill Lynch

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o BofA Merrill Lynch acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do BofA Merrill Lynch, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

BB Investimentos

O Banco do Brasil, sociedade controladora do BB Investimentos, em seus mais de 200 anos de existência, acredita que acumulou experiências e pioneirismos, participando da história e da cultura brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas do país, ocupando pela 26ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do prêmio Top of Mind 2016, do Instituto Datafolha. Em setembro de 2017, o Banco do Brasil apresentou 1,4 trilhão de ativos totais e uma base de aproximadamente 65,8 milhões de clientes, com envolvimento de cerca de 99,3 mil funcionários, distribuídos entre 4.871 agências e uma rede própria com mais de 15 mil pontos de atendimento.

No exterior, o Banco do Brasil mantém presença em 23 países (Alemanha, Angola, Argentina, Áustria, Bolívia, Chile, China, Cingapura, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Ilhas Cayman, Inglaterra, Itália, Japão, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela), além de contar com uma rede no exterior com 34 pontos de atendimento.

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB Investimentos, subsidiária integral para executar atividades de banco de investimento e no exterior, atua por meio da Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), da BB Securities Ltd (Londres) e da BB Securities Asia PTE Ltd (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais.

No mercado doméstico de títulos de renda fixa, o BB Investimentos coordenou, nos últimos 12 meses, 46 emissões, totalizando o volume de R$12,8 bilhões, ficando em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por valor de Renda Fixa Consolidado até setembro de 2017, e market share de 11,6%. No mesmo período, foram estruturadas 12 operações de Certificados de Recebíveis de Agronegócio (CRA), com um volume total de R$1,74 bilhões, alcançando o 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por valor de Emissão de Certificados de Recebíveis, além do *market share* de 13%.

Em relação ao mercado de emissões externas, nos últimos 12 meses o BB Investimentos participou da emissão de US$11,6 bilhões, com destaque para a emissão de US$6,75 bilhões da Petrobrás, que lhe conferiu o 3º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado até setembro de 2017.

O BB Investimentos mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. No ano de 2013, atuou como coordenador dos IPOs de Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy e CPFL Renováveis, e como coordenador líder no IPO de BB Seguridade, que lhe conferiu o prêmio *Latin Finance Deals of the Year 2013*, pela realização da maior oferta inicial de ações do mundo daquele ano, no valor de R$11.475 milhões. Em 2014, o BB Investimentos atuou como coordenador do *Follow-on* de Oi e IPO de Ourofino Saúde animal.

No ano de 2015 participou como coordenador do *Follow-on* da Gerdau e, em 2016, como coordenador do *Follow-on* da Rumo Logística - Operadora Multimodal S.A., que proporcionou a colocação de R$2,6 bilhões em Ações. Em 2017, atuou como coordenador do *Follow-on* da CCR e Lojas Americanas, Magazine Luiza, Azul e Rumo, além dos IPOs de Azul, Movida e IRB-Brasil.

O serviço de compra e venda de ações para clientes de varejo na rede de agências, home broker e dispositivos móveis, movimentou cerca de R$36,6 bilhões, conforme apurado nos últimos 12 meses, até setembro de 2017.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o melhor *Investment Banking* do Brasil em 2014, 2016 e 2017 pela *Euromoney* e "*Best Investment Bank in Brazil*" em 2013, 2015, 2016 e 2017 pela *Global Finance Magazine* e *The Most Innovative Bank from Latin America* pela *The Banker* em 2016, tendo assessorado, no ano de 2016, 292 transações de *Investment Banking* com volume de aproximadamente R$292 bilhões e

- Presença constante em operações de renda variável nos últimos três anos, coordenando IPOs (Initial Public Offerings) e Follow-ons que foram a mercado, tendo papel de destaque mas mais relevantes ofertas: coordenador líder do único IPO realizado em 2015 - Par Corretora; coordenador líder o Re-IPO da SANEPAR em 2016 e coordenador líder do primeiro IPO da América Latina em 2017 - Movida, coordenador líder maior oferta de ações nos últimos 12 meses no Brasil.

- Nos últimos 12 meses, podemos destacar a participação do Bradesco BBI no Follow-on da CVC no valor de R$1,2 bilhão, na OPA de cancelamento de registro da Évora, no valor de R$111 milhões, no Re-IPO da SANEPAR, no valor de R$2,0 bilhões; na OPA de cancelamento de registro da DASA, no valor de R$837,1 milhões; na OPA de tag along da Alpargatas, no valor de R$499,5 milhões; na OPA de aquisição de controle da Tempo Participações, no valor de R$318,2 milhões; no IPO da Movida, no valor de R$580 milhões; no Follow-on da CCR no valor de R$4,1 bilhões; no IPO da Hermes Pardini; no valor de R$760 milhões, no Follow-on das Lojas Americanas no valor de R$2,4 bilhões; no Follow-on da Alupar no valor de R$833 milhões; no IPO da Azul no valor de R$1,8 bilhão; no IPO da Netshoes no valor de US$148 milhões; no Follow-on da BR Malls no valor de R$1,7 bilhão e no Follow-on da BR Properties no valor de R$1,0 bilhão.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu junho de 2017 com grande destaque em renda fixa. Coordenou 40 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$6,6 bilhões originados e R$2,9 bilhões distribuídos. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado como *Bookrunner* em oito emissões de *bond* e como *Dealer Manager* em dois *tender offers* no primeiro semestre de 2017.

- No primeiro semestre de 2017, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil. No período, o Bradesco BBI teve 13 transações anunciadas com valor total de aproximadamente R$69 bilhões. Dentre elas, destacamos as principais: (i) assessoria aos acionistas da Valepar na alienação da Valepar para a Vale por R$65 bilhões; (ii) assessoria à Braskem na alienação da quantiQ por R$550 milhões; (iii) assessoria à Odebrecht Utilities na alienação da totalidade de suas ações da Cetrel para a Braskem por R$610 milhões; (iv) assessoria à Neoenergia na alienação de 50% dos complexos eólicos Forças Eólicas do Brasil I e II por R$804 milhões e (v) assessoria à Metalúrgica Gerdau na oferta pública de aquisição de ações ordinárias da Gerdau por R$1,1 bilhão.

Em termos de valor de mercado, o Banco Bradesco S.A. é o segundo maior banco privado da América Latina além de ter a marca mais valiosa entre instituições financeiras de acordo com pesquisa da *Brand Finance* de 2013. O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 105.602 pontos de atendimento, destacando-se 5.068 agências. No primeiro trimestre de 2017, o lucro líquido ajustado foi de R$9,352 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R$1,291 trilhão e R$106,807 bilhões, respectivamente, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,4 trilhão e uma carteira de crédito de R$569 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2016 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$2,2 bilhões, segundo dados do Dealogic.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Reuters, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 54 transações em 2015 no Brasil, obtendo a primeira colocação no ranking Thomson por quantidade de operações acumulando um total de US$18,6 bilhões. Em 2016, ainda de acordo com a Thomson Reuters, o Itaú BBA foi líder em número de operações e volume no Brasil, tendo prestado assessoria financeira a 41 transações totalizando US$14,5 bilhões, e também na América Latina, com 45 transações que totalizaram US$27,3 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015 e US$8 bilhões em 2016, equivalente a 14% e 21% do total, respectivamente.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco com operações de atacado e investimentos. No início de 2004, a *holding* J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., em março de 2008 adquiriu o Bear Stearns e em setembro do mesmo ano adquiriu grande parte das operações bancárias do Washington Mutual, fatores que não só aumentaram a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos, como fortaleceram a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de *investment banking* oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias, emissões de títulos de dívida no mercado local e internacional e emissões de ações, entre outros; a área de local *markets, sales & trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais; a área de *equities* disponibiliza serviços de corretora, *market-maker*, subscrições e operações com derivativos e de *american depositary receipts*; a área de *private bank* assessora investimentos a pessoa física de alta renda; a área de *treasury and securities services* oferece serviços de pagamento e recebimento, liquidação e administração de investimentos; e a área de *worldwide securities services* oferece serviços de custódia a investidores não residentes.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,6 trilhões, em 30 de junho de 2017, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de *hedge funds*, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (*Global Equity e Equity Linked*). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas, as quais totalizam um recorde de oito prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca, durante a longa história da premiação, um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan Chase & Co. também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o *"Best Equity House in Latin America"*. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio *"Best M&A House in Latin America"* e, em 2009, o prêmio *"Best Investment Bank in Latin America"*, ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios *"Best Investment Bank in Latin America"*, concedido pela Latin Finance, e *"Best M&A House in Mexico"*, *"Best M&A House in Chile"*, *"Best Debt House in Brazil"* e *"Best Investment Bank in Chile"*, concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como *"Best Investment Bank in Latin America"*, assim como *"Best M&A House"*, ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "*Best Equity House in Latin America*" pela *Euromoney*.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações, como as ofertas do Atacadão, IRB, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, IEnova, MercadoLibre, Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, Cemex, America Movil e Banco do Brasil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de julho de 2017, US$2,322 bilhões em ações em 3.422 transações, segundo a *Dealogic* (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de *equity research* do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio *"#1 Equity Research Team in Latin America*" em 2009, 2010, 2011, 2014 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "*Bank of the Year*" (2008), "*Equity House of the Year*" (2008 e 2009), "*Bond House of the Year*" (2008), "*Derivatives House of the Year*" (2008), "*Loan House of the Year*" (2012), "*Securitization House of the Year*" (2008 e 2010), "*Leveraged Loan House of the Year*" (2008), "*Leveraged Finance House of the Year*" (2008), "*High-Yield Bond House of the Year*" (2012), "*Financial Bond House of the Year*" (2009), "*Latin America Bond House of the Year*" (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio "*Best Investment Bank*" da revista Global Finance em 2010. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como "*Best Equity Bank*" e "*Best Debt Bank*" baseado em pesquisa realizada com clientes globais.

Morgan Stanley

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de *sales & trading* e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem prime.

Em 1986, abriu seu capital na *New York Stock Exchange* – NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co. Em 2008, tornou-se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma joint venture com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities*, que engloba as atividades *de investment banking* (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações*, real estate* e *project finance*); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) *global wealth management group*, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management*, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de hedge, fundos de fundos e *merchant banking*, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2013, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US$69,7 bilhões e ativos totais no valor de US$832,7 bilhões.

Na área de *investment banking*, o Morgan Stanley participou de inúmeras operações no Brasil e América Latina.

No mercado de emissão de ações, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no *ranking* de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral, em 2011 e 2013, de acordo com a Bloomberg. O Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global. Em 2011 e 2014, o Morgan Stanley foi eleito pela revista International Financing Review (IFR) como "Equity House of the Year", "North America Equity House of the Year" e "Equity Derivatives House of the Year". Recentemente, o Morgan Stanley também foi eleito pela revista IFR como "Americas Equity House of the Year" em 2009, 2010 e 2014; "Structured Equity House of the Year" em 2010 e "EMEA Structured Equity House of the Year" em 2009.

O Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em três operações de destaque em 2010 e 2011 selecionadas pela IFR: (i) oferta inicial de ações no valor de US$1,4 bilhões da Arcos Dorados, selecionada como "Latin America Equity Issue of the Year" em 2011, na qual o Morgan Stanley participou como *joint bookrunner* e agente estabilizador; (ii) oferta de ações no valor de US$70 bilhões da Petrobras, selecionada como "Latin America Equity Issue of the Year" em 2010, na qual o Morgan Stanley também participou como coordenador global e agente estabilizador, e (iii) oferta inicial de ações do Agricultural Bank of China, no valor de US$22,1 bilhões, selecionada como "Global IPO of the Year" e "Asia-Pacific Equity Issue of the Year" em 2010, na qual o banco atuou como *joint bookrunner.*

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem brasileiro. A Morgan Stanley Corretora ocupa a segunda posição em volume negociado de ações locais durante os seis primeiros meses de 2017, de acordo com o Bloomberg, com uma participação de mercado de 12.8%.

Santander

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 ("Santander Espanha"). O Santander e/ou seu conglomerado econômico ("Grupo Santander") possui, atualmente, cerca de €1,3 trilhão em ativos, administra quase €1,5 trilhão em fundos, possui cerca de 121 milhões de clientes e 13,0 mil agências.

Em 2016, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €3,4 bilhões na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 42% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina em 2016, o Grupo Santander possuía cerca de 5,8 mil agências e cerca de 86 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (Global Transaction Banking), mercados de crédito (Credit Markets), finanças corporativas (Corporate Finance), ações (Equities), taxas (Rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de Equities, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de Equity Research, Equity Sales e Equity Capital Markets.

A área de Equity Research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em Sales & Trading, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos da América, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio da Santander Corretora.

Em 2016, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 34,4 milhões de clientes, 3.421 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 20 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos em torno de R$699 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$58 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2016, possui uma participação de aproximadamente 22% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar 53% no resultado do Grupo Santander na América Latina.

A área de Equity Capital Markets do Santander participou como bookrunner em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2010, o Santander alcançou pelo segundo ano consecutivo a liderança no ranking de emissões de ações na América Latina de acordo com a Bloomberg, tendo atuado como coordenador líder da oferta pública inicial de ações de Renova Energia S.A. e como bookrunner da oferta pública inicial de BR Properties S.A. e das ofertas de follow-on de Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A., Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, Inpar S.A. e JBS S.A.

Em 2011, o Santander atuou como coordenador líder da oferta pública inicial de Autometal S.A e EDP – Energias do Brasil S.A., como bookrunner nas ofertas de follow-on de BR Properties S.A., Kroton Educacional S.A., Tecnisa S.A. e Direcional S.A., na oferta pública inicial de ações de IMC – Internacional Meal Company Holdings S.A., e como assessor financeiro contratado pela TIM Participações S.A. em sua migração do segmento de listagem denominado "Nível 2" para o segmento de listagem denominado "Novo Mercado" de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

Em 2012, o Santander atuou como bookrunner na oferta pública inicial de Unicasa Indústria de Móveis S.A., na oferta de follow-on de Fibria Celulose S.A., na oferta pública inicial de units de Trasmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., esta última considerada pela Latin Finance como "Best Equity Follow On" de 2012, e na oferta de follow-on de Marfrig Alimentos S.A.

Em 2013, o Santander atuou como bookrunner na oferta pública de ações da Via Varejo S.A., na oferta pública inicial de ações da Ser Educacional S.A., na oferta pública inicial de units de Alupar Investimentos S.A. e na oferta pública inicial de Smiles S.A.

Em 2014, o Santander atuou como bookrunner na oferta de follow–on da Oi S.A.

Em 2015, o Santander atuou como bookrunner na oferta de follow-on da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador líder na oferta de follow-on da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como bookrunner na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de follow-on da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador líder na oferta de follow-on da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de follow-on da Fras-le S.A. Além de ter atuado como bookrunner na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

SUMÁRIO DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Informações sobre a Oferta", "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações" nas páginas 46, 10 e 101 deste Prospecto, na seção 4 do Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e Informações Trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Companhia	Petrobras Distribuidora S.A.
Acionista Vendedor	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.
Coordenador Líder	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
BofA Merrill Lynch	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
BB Investimentos	BB-Banco de Investimento S.A.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, BofA Merrill Lynch, BB Investimentos, Bradesco BBI, Itaú BBA, J.P. Morgan, Morgan Stanley e Santander.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar na B3 contratadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	Citigroup Global Markets Inc., Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Banco do Brasil Securities LLC, Bradesco Securities Inc., Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, Morgan Stanley & Co. LLC e Santander Investment Securities Inc., em conjunto.
Oferta	Oferta pública de distribuição secundária das Ações a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior.

Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações do Lote Suplementar	Até 43.687.500 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a 15% das Ações inicialmente ofertadas que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão, conforme Opção de Lote Suplementar, ser acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações Adicionais	Até 58.250.000 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, equivalentes a até 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderia ter sido, mas não foi, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Preço por Ação	R$15,00.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, nos termos do Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco relativos à Oferta e às Ações – ***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderia ter impactado***

	adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário**", na página 101 deste Prospecto.**
Valor Total da Oferta	R$4.368.750.000,00 (sem considerar as Ações do Lote Suplementar).
Público Alvo da Oferta	Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo, e Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Oferta de Varejo	No contexto da Oferta, o montante de, no mínimo, 10% e, a critério dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações do Lote Suplementar) foi destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva. Observado o disposto na seção "Informações sobre a Oferta - Procedimento da Oferta - Oferta de Varejo" na página 51 deste Prospecto, os Investidores Não Institucionais puderam adquirir Ações no âmbito da Oferta, mediante preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R$1.000,00 e o Valor Máximo de Investimento na Oferta de Varejo por Investidor Não Institucional.
Período de Reserva	Foi concedido aos Investidores Não Institucionais o período de 29 de novembro de 2017, inclusive, a 12 de dezembro de 2017, inclusive, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Foi concedido aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas o período de 29 de novembro de 2017, inclusive, a 1 de dezembro de 2017, inclusive, data esta que antecedeu em pelo menos sete dias úteis à conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 505 (a) controladores ou administradores da Companhia ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (b) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (c) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (d) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (e) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (f) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (g) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (h) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nas alíneas (b) a (e) acima; e (i) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco relativos à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", *na página 101* deste Prospecto.**
Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, são

	permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.
Oferta Institucional	No contexto da Oferta, as Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais, juntamente com as demais Ações, serão destinadas aos Investidores Institucionais.
Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco relativos à Oferta e às Ações – ***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de*** **Bookbuilding** ***poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*****", na página 101 deste Prospecto.**
Data de Liquidação	A data de liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	A data de liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil contado da data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de divulgação do Anúncio de Início.

Garantia Firme de Liquidação

Após a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a celebração dos documentos relativos à Oferta, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto Definitivo, os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação das Ações, em regime de garantia firme de liquidação (exceto pelas Ações do Lote Suplementar), de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e na seção "Informações sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional – Garantia Firme de Liquidação" na página 58 deste Prospecto. Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, da assinatura do Contrato de Distribuição e das demais condições previstas acima.

Após a divulgação do Anúncio de Início e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, cópia do Contrato de Distribuição poderá ser obtida com os Coordenadores da Oferta e a CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação da Companhia, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores" deste Prospecto Definitivo.

Os Coordenadores da Oferta terão o prazo de até três dias úteis, contados da data da divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação pública das Ações (exceto pelas Ações do Lote Suplementar, que obedecerão ao disposto na seção "Informações Sobre a Oferta - Descrição da Oferta" na página 47 deste Prospecto).

Se, ao final do Período de Colocação, as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, os Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, liquidarão, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta indicado na seção "Informações sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional – Garantia Firme de Liquidação" na página 58 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as adquiriram.

Estabilização do Preço de Ações

O Agente Estabilizador poderá, a seu exclusivo critério e pelo prazo de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que foi previamente aprovado pela B3 e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM n.º 476, de 25 de janeiro de 2005. Após a divulgação do Anúncio de Início e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida com o Agente Estabilizador, no endereço indicado na seção "Identificação da Companhia, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores" deste Prospecto Definitivo.

Nos termos do Contrato de Estabilização, o Agente Estabilizador poderá escolher livremente as datas em que realizará as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia, não estando obrigado a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus adquirentes os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do estatuto social da Companhia, dentre os quais: (i) direito de voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a qualquer tempo; (iv) direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço), observadas as condições e os prazos previstos nas disposições legais e regulamentares aplicáveis; (v) direito de alienação das Ações em oferta pública de cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado; (vi) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (vii) direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da

	Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (viii) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar no acervo líquido da Companhia, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, na proporção da sua participação no capital social.
Tag Along	As Ações conferirão aos seus adquirentes o direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço), observadas as condições e os prazos previstos nas disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Restrições a Negociações com Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (*Lock-up Agreements* e *Novo Mercado*)	Durante o prazo de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a Companhia e o Acionista Vendedor, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, e observadas as exceções e outras restrições previstas no Contrato de Colocação Internacional, e descritas na seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 59 deste Prospecto, estarão obrigados a, entre outras restrições previstas no Contrato de Colocação Internacional, e descritas na seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 59 deste Prospecto, com relação a quaisquer ações de emissão da Companhia, incluindo as Ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de emissão da Companhia, incluindo as Ações, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos. Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, ressalvadas determinadas exceções ali previstas, nos seis meses subsequentes à data de divulgação do Anúncio de Início, o Acionista Vendedor, os membros do conselho de administração da Companhia e os membros da diretoria da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o Acionista Vendedor, os membros do conselho de administração da Companhia e os membros da diretoria da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Essas limitações previstas no Regulamento do Novo Mercado não se aplicarão na hipótese de cessão ou empréstimo de ações ordinárias de emissão da Companhia que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela B3, nesse caso limitado a 15% da quantidade total de ações ordinárias de emissão da Companhia cuja negociação esteja vedada.

Free Float	Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar, a Companhia estima que 25% das ações ordinárias de emissão da Companhia estarão em circulação.
Conselho Fiscal	Nos termos do estatuto social da Companhia, o conselho fiscal da Companhia, de caráter permanente, é composto por 3 (três) membros e respectivos suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, todos residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na política de indicação da Companhia, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e no art. 15 do Estatuto.
Resolução de Conflitos por Meio de Arbitragem	Nos termos do estatuto social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, os membros do conselho de administração da Companhia, os membros da diretoria da Companhia e os membros do conselho fiscal da Companhia obrigaram-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, na Lei nº 13.303/2016, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.
Inadequação da Oferta a Determinados Investidores	O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Oferta, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento nas Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Aprovações Societárias	A alienação das Ações e a realização da Oferta e seus termos e condições foram aprovados pelo Acionista Vendedor, em reunião do conselho de administração, realizada em (i) 27 de setembro de 2017, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 17 de outubro de 2017 e publicada no DOERJ e no jornal "Valor Econômico" em 24 de novembro de 2017; e (ii) 17 de novembro de 2017, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 22 de novembro de 2017 e publicada no DOERJ e no jornal "Valor Econômico" em 27 de novembro de 2017. Como na reunião do conselho de administração do Acionista Vendedor de 17 de novembro de 2017, foi aprovada, dentre outros, a alienação das Ações considerando o valor mínimo do preço por Ação de R$15,00 e o valor máximo do preço por Ação de R$19,00, e uma vez que Preço por Ação está contido neste intervalo, não foi necessária nova aprovação do conselho de administração do Acionista Vendedor.
Admissão à Negociação e Listagem	As ações estão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. No dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, as Ações serão negociadas na B3 sob o código "BRDT3" e listadas no Novo Mercado. Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América, nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país além do Brasil.
Instituição Escrituradora das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.
Destinação dos Recursos	Tendo em vista que a Oferta é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta. O Acionista Vendedor receberá todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações objeto da Oferta, inclusive aqueles obtidos em decorrência da colocação das ações decorrentes do exercício da Opção de Lote Suplementar. Para informações adicionais, ver seção "Destinação dos Recursos" na página 106 deste Prospecto.
Fatores de Risco	Para uma descrição dos principais fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, ver seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações" nas páginas 21 e 101 deste Prospecto, e seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações

A declaração da Companhia, do Acionista Vendedor e a declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, estão anexas a este Prospecto.

Informações Adicionais

Para informações adicionais sobre a Oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta" na página 46 deste Prospecto. A Oferta foi registrada pela CVM em 14 de dezembro de 2017, sob o n.º CVM/SRE/SEC/2017/012. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção "Identificação da Companhia, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores" na página 8 deste Prospecto.

O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações" nas páginas 21 e 101 deste Prospecto, na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e Informações Trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$ 6.351.707.024,67 (seis bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, setecentos e sete mil e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.165.000.000 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 7.000.000.000 (sete bilhões de reais).

Em 14 de novembro de 2017, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o grupamento das Ações da Companhia, na proporção de 29,8521666575107 ações para cada atual ação ordinária de emissão da Companhia, desconsiderando-se as frações resultantes e sem modificação do valor do capital social. Com a efetivação do grupamento, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 1.165.000.000 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões) ações ordinárias.

Na data deste Prospecto, a composição do capital social da Companhia é a seguinte:

	Capital Social Subscrito e Integralizado	
Espécie e Classe	**Quantidade[(1)]**	**Valor (R$)**
Ordinárias	1.165.000.000	6.351.707.024,67
**Total..... **	**1.165.000.000**	**6.351.707.024,67**

(1) A quantidade de ações já considera o grupamento de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2017.

Tendo em vista que a Oferta será apenas secundária, não haverá alterações na quantidade e valor do capital social da Companhia após a conclusão da Oferta.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao capital social da Companhia (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

	Na Data deste Prospecto		**Após a Oferta**	
Acionistas[(1)]	**Ações[(2)]**	**Capital Total (%)**	**Ações[(2)]**	**Capital Total (%)**
Acionista Vendedor.....	1.165.000.000	100%	873.750.000	75,00%
Outros	-	-	291.250.000	25,00%
**Total..... **	**1.165.000.000**	**100,0%**	**1.165.000.000**	**100,0%**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia titulares de mais de 5% do capital social da Companhia, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.
(2) A quantidade de ações já considera o grupamento de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2017.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao capital social da Companhia (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar.

	Na Data deste Prospecto		**Após a Oferta**	
Acionistas[(1)]	**Ações[(2)]**	**Capital Total (%)**	**Ações[(2)]**	**Capital Total (%)**
Acionista Vendedor.....	1.165.000.000	100%	830.062.500	71,25%
Outros	-	-	334.937.500	28,75%
**Total..... **	**1.165.000.000**	**100,0%**	**1.165.000.000**	**100,0%**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre os acionistas da Companhia titulares de mais de 5% do capital social da Companhia, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.
(2) A quantidade de ações já considera o grupamento de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2017.

Descrição da Oferta

A Oferta compreende a oferta pública de distribuição secundária das Ações no Brasil, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pela Citigroup Global Markets Inc., pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Banco do Brasil Securities LLC, Bradesco Securities Inc., Itau BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC, Morgan Stanley & Co. LLC e Santander Investment Securities Inc., nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela SEC e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*Non U.S. Persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act*, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e que invistam no Brasil, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco relativos à Oferta e às Ações – *A Oferta compreende uma oferta pública de distribuição das Ações no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, o que poderá nos expor a riscos decorrentes ou relacionados a esse tipo de operação. Os riscos decorrentes ou relacionados a esforços de colocação de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários realizada exclusivamente no Brasil."* na página 104 deste Prospecto**.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas poderá ser acrescida das Ações do Lote Suplementar, conforme Opção de Lote Suplementar. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma única vez, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações no momento em que for fixado o Preço por Ação tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) poderia ter sido, mas não foi, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em até 20%, ou seja, até 58.250.000 Ações de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país além do Brasil.

Preço por Ação

O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta. **Os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.**

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco relativos à Oferta e às Ações – ***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de*** **Bookbuilding** ***poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*****", na página 101** **deste Prospecto.**

Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Oferta	Quantidade	Valor (R$)	Comissões e Despesas[(1)] (R$)	Recursos Líquidos (R$)
Por Ação	291.250.000	4.368.750.000,00	0,42	4.245.238.487,28
Total.....	**291.250.000**	**4.368.750.000,00**	**0,42**	**4.245.238.487,28**

(1) Despesas estimadas da Oferta, conforme previstas na tabela "Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto.

Após a conclusão da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar:

Oferta	Quantidade	Valor (R$)	Comissões e Despesas[(1)] (R$)	Recursos Líquidos (R$)
Por Ação	334.937.500	5.024.062.500,00	0,42	4.882.024.260,37
Total.....	**334.937.500**	**5.024.062.500,00**	**0,42**	**4.882.024.260,37**

(1) Despesas estimadas da Oferta, conforme previstas na tabela "Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto.

Custos da Oferta

As comissões e despesas da Oferta serão pagas pelo Acionista Vendedor. A tabela abaixo indica as comissões e as despesas estimadas da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Custos	Custo Total (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta	Custo por Ação (R$)	% em Relação ao Preço por Ação
Comissões da Oferta	**100.921.875,00**	**2,31%**	**0,35**	**2,31%**
Comissão de Coordenação	18.000.000,00	0,41%	0,06	0,41%
Comissão de Colocação	54.000.000,00	1,24%	0,19	1,24%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	18.000.000,00	0,41%	0,06	0,41%
Comissão de Incentivo[(1)]	10.921.875,00	0,25%	0,04	0,25%
Despesas da Oferta[(2)]	**22.589.637,72**	**0,52%**	**0,08**	**0,52%**
Tributos e Outras Retenções	9.738.960,94	0,22%	0,03	0,22%
Taxa de Registro da Oferta pela CVM	283.291,10	0,01%	0,00	0,01%
Taxa de Registro da Oferta pela ANBIMA	56.621,68	0,00%	0,00	0,00%
Custos da B3	119.700,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesas com Advogados e Consultores	5.636.620,00	0,13%	0,02	0,13%
Despesas com Auditores	5.254.444,00	0,12%	0,02	0,12%
Outras Despesas[(3)]	1.500.000,00	0,03%	0,01	0,03%
Total de Comissões e Despesas da Oferta[(4)]	**123.511.512,72**	**2,83%**	**0,42**	**2,83%**

(1) A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Distribuição, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério do Acionista Vendedor, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do desempenho dos Coordenadores da Oferta.

(2) Despesas estimadas.

(3) Custos com publicidade, apresentações de *roadshow*, contratação e elaboração de *data room*, despesas de locomoção, hospedagem, alimentação, bilhete aéreo/terrestre e outros.

(4) Comissões e Despesas a serem pagas aos Coordenadores da Oferta exclusivamente pelo Acionista Vendedor.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores da Oferta, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição sem prévia manifestação da CVM.

Não haverá qualquer desconto e/ou repasse a ser concedido aos investidores no âmbito da Oferta.

Identificação do Acionista Vendedor

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile 65, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.000.167/0001-01.

Aprovações Societárias

A alienação das Ações e a realização da Oferta e seus termos e condições foram aprovados pelo Acionista Vendedor, em reunião do conselho de administração, realizada em (i) 27 de setembro de 2017, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 17 de outubro de 2017 e publicada no DOERJ e no jornal "Valor Econômico" em 24 de novembro de 2017; e (ii) 17 de novembro de 2017, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 22 de novembro de 2017 e publicada no DOERJ e no jornal "Valor Econômico" em 27 de novembro de 2017. Como na reunião do conselho de administração do Acionista Vendedor de 17 de novembro de 2017, foi aprovada, dentre outros, a alienação das Ações considerando o valor mínimo do preço por Ação de R$15,00 e o valor máximo do preço por Ação de R$19,00, e uma vez que Preço por Ação está contido neste intervalo, não foi necessária nova aprovação do conselho de administração do Acionista Vendedor.

Público Alvo da Oferta

Os Coordenadores da Oferta realizarão a Oferta aos Investidores Não Institucionais e aos Investidores Institucionais de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição, por si e/ou por meio das Instituições Consorciadas.

Os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações no exterior para Investidores Estrangeiros, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central, pela CVM e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cronograma Estimado da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

N.º	Eventos	Data de Realização/ Data Prevista[(1)]
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	16/10/2017
2.	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores (*road show*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	22/11/2017
3.	Divulgação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	29/11/2017
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	1/12/2017
5.	Encerramento do Período de Reserva	12/12/2017
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*road show*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	13/12/2017
7.	Registro da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização deste Prospecto Definitivo	14/12/2017
8.	Início das negociações das Ações na B3	15/12/2017
9.	Data de Liquidação	19/12/2017
10.	Encerramento do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	12/01/2018
11.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	17/01/2018
12.	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	12/06/2018

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, prorrogações e antecipações, a critério dos Coordenadores da Oferta e do Acionista Vendedor. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser considerada modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, esse cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de divulgação de comunicado ao mercado nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia (http://www.br.com.br, em tal página, na seção "Para você", onde se lê "OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES DA PETROBRAS DISTRIBUIDORA, clicar em "SAIBA MAIS") e do Acionista Vendedor (http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/acoes-e-dividendos/prospectos-de-emissoes-de-acoes, em tal página, acessar a seção "Oferta Pública Petrobras Distribuidora 2017").

Para informações adicionais, consulte as seções "Procedimento da Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão e Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta a Determinados Investidores", nas páginas 50, 60, 61 e 62 deste Prospecto.

LEIA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" A PARTIR DA PÁGINA 101 DESTE PROSPECTO DEFINITIVO, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio da Oferta de Varejo, realizada pelas Instituições Consorciadas, e da Oferta Institucional, realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

O plano de distribuição da Oferta, elaborado pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que se refere aos esforços de dispersão acionária, com a expressa anuência do Acionista Vendedor, levou em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado, entretanto, que os Coordenadores da Oferta (i) asseguraram a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, e que os representantes de venda das Instituições Participantes da Oferta recebessem previamente exemplar deste Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ter sido esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder; e (ii) realizaram os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Não haverá contratação de formador de mercado para esta Oferta.

Oferta de Varejo

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10%, e, a critério dos Coordenadores da Oferta e do Acionista Vendedor, o montante de, no máximo, 20%, do total das Ações (considerando as Ações do Lote Suplementar) foi destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado abaixo.

Observado o disposto no parágrafo abaixo, os Investidores Não Institucionais puderam adquirir Ações no âmbito da Oferta, mediante preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R$1.000,00 e o Valor Máximo de Investimento na Oferta de Varejo por Investidor Não Institucional.

Os Investidores Não Institucionais devem ter observado, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deveria ter realizado Pedido de Reserva irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos (ii), (v), (viii), (x) e (xi) abaixo e na seção "Violações de Normas de Conduta" na página 56 deste Prospecto;

(ii) os Investidores Não Institucionais que realizaram Pedido de Reserva puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Não Institucional, o respectivo Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado;

(iii) as Instituições Consorciadas somente atenderam Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomendou-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedidos de Reserva, que (a) lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto; (b) verificassem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigiria a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrassem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva, ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

(iv) os Investidores Não Institucionais deveriam ter realizado seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (i) deveriam, necessariamente, ter indicado no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva da Oferta de Varejo ser cancelado pela Instituição Consorciada; e (ii) foram recomendados a realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(v) como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto pelos Pedidos de Reserva realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(vi) como o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva excedeu o total de Ações remanescentes destinadas à Oferta de Varejo, foi realizado rateio entre os respectivos Investidores Não Institucionais sendo que (a) até o limite de R$1.000,00, inclusive, o critério de rateio foi a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo entre os Investidores Não Institucionais que tiverem apresentado Pedido de Reserva, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo; e (b) uma vez atendido o critério descrito no item (a) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes foram rateadas entre os Investidores Não Institucionais, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio"). Como houve Rateio, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados da Data de Liquidação;

(vii) até as 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada em decorrência do Rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(viii) até as 10h30min da Data de Liquidação, cada Investidor Não Institucional que tiver realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (vii) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor Não Institucional;

(ix) até as 16h da Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor Não Institucional que tiver realizado Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição, desde que efetuado o pagamento previsto no inciso (viii) acima;

(x) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (i) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização deste Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Não Institucional for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do Anúncio de Início, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (viii) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(xi) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva, serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (viii) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Oferta Institucional

As Ações destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais serão destinadas à Oferta Institucional, juntamente com as demais Ações, de acordo com o seguinte procedimento:

(i) os Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta deverão ter apresentado suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, inexistindo pedidos de reserva ou limites mínimo e máximo de investimento. Cada Investidor Institucional assumiu a obrigação de verificar se cumpre os requisitos para participar da Oferta Institucional;

(ii) foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco relativos à Oferta e às Ações – ***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 101 deste Prospecto**;

(iii) como as intenções de investimento obtidas durante o Procedimento de *Bookbuilding* excederam o total de Ações remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, os Coordenadores da Oferta deram prioridade aos Investidores Institucionais que, a exclusivo critério dos Coordenadores da Oferta e do Acionista Vendedor, melhor atendessem o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, observado o disposto no plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual levou em conta as suas relações com os clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica;

(iv) até o primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta informarão aos Investidores Institucionais, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas, o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento;

(v) a entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição;

(vi) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Institucional poderá desistir da respectiva intenção de investimento, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento (1) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização deste Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor Institucional for comunicado diretamente pelo Coordenador da Oferta sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do Anúncio de Início, o respectivo Coordenador da Oferta deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Institucional não informe sua decisão de desistência da intenção de investimento nos termos deste inciso, a intenção de investimento será considerada válida e o Investidor Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (v) acima e venha a desistir da intenção de investimento nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento da respectiva intenção de investimento; e

(vii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todas as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador da Oferta que tenha recebido a respectiva intenção de investimento comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (v) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Violações de Normas de Conduta

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, (i) deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva e todos os contratos de compra e venda que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios, inclusive custos decorrentes de eventuais demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores da Oferta. Em nenhuma hipótese, os Coordenadores da Oferta são responsáveis por qualquer prejuízo causado a investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda cancelados em decorrência da exclusão de tal Instituição Consorciada como Instituição Participante da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional

O Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta, a Companhia e a B3 (como interveniente anuente) celebraram o Contrato de Distribuição, cuja cópia poderá ser obtida com os Coordenadores da Oferta e com a CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação da Companhia, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores" na página 8 deste Prospecto.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações está sujeita a determinadas condições, tais como a entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e o Acionista Vendedor obrigam-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

De acordo com o Contrato de Distribuição, ao final do Período de Colocação, as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, os Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, liquidarão, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta indicado na seção "Informaçoes sobre a Oferta - Garantia Firme de Liquidação" na página 58 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as adquiriram. Além disso, o Contrato de Distribuição prevê que a Companhia e o Acionista Vendedor se obrigam, no que diz respeito à Oferta, a indenizar os Coordenadores da Oferta por certas contingências em determinadas situações, assim como por ressarcir determinadas despesas por eles incorridas.

Adicionalmente, o Acionista Vendedor e a Companhia são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação de Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no Contrato de Colocação Internacional ou nos *Offering Memoranda*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a essas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de exceções às leis dos Estados Unidos da América de registro de ofertas públicas de valores mobiliários, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Colocação Internacional, ver seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e as Ações" na página 101 deste Prospecto.

Período de Colocação

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no artigo 52 da Instrução CVM 400. A colocação das Ações deverá ser feita pelas Instituições Participantes da Oferta durante o Período de Colocação.

Para os fins da Oferta, o prazo de distribuição (i) das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) corresponde ao Período de Colocação; e (ii) das Ações do Lote Suplementar corresponde ao prazo previsto na seção "Descrição da Oferta".

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento.

Data de Liquidação e Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar

A liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar deverá ser realizada até o terceiro dia útil contado da data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de divulgação do Anúncio de Início, de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição.

As Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), serão entregues aos respectivos investidores até as 16h da Data de Liquidação. As Ações do Lote Suplementar, no caso de exercício da Opção de Lote Suplementar, serão entregues aos respectivos investidores na Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, serão obrigatoriamente adquiridas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Garantia Firme de Liquidação

Após a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a celebração dos documentos relativos à Oferta, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto, os Coordenadores da Oferta realizarão a colocação das Ações, em regime de garantia firme de liquidação (exceto pelas Ações do Lote Suplementar, que obedecerão ao disposto na seção "Data de Liquidação e Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar" na página 57 deste Prospecto), de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais descritos abaixo e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição:

Coordenadores da Oferta	**Quantidade de Ações**	**% do Total**
Coordenador Líder	58.250.002	20,00%
BofA Merrill Lynch	33.285.714	11,43%
BB Investimentos	33.285.714	11,43%
Bradesco BBI	33.285.714	11,43%
Itaú BBA	33.285.714	11,43%
J.P. Morgan	33.285.714	11,43%
Morgan Stanley	33.285.714	11,43%
Santander	33.285.714	11,43%
Total	**291.250.000**	**100,0%**

Tal garantia firme de liquidação é vinculante a partir da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, da assinatura do Contrato de Distribuição e das demais condições previstas acima. Após a divulgação do Anúncio de Início e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, cópia do Contrato de Distribuição poderá ser obtida com os Coordenadores da Oferta e a CVM, nos endereços indicados no Anúncio de Início.

Os Coordenadores da Oferta terão o prazo de até três dias úteis, contados da data da divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação pública das Ações (exceto pelas Ações do Lote Suplementar, que obedecerão ao disposto na seção "Descrição da Oferta" na página 47 deste Prospecto).

Se, ao final do Período de Colocação, as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, os Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, liquidarão, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores da Oferta indicado no Contrato de Distribuição, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Ações indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Ações efetivamente liquidada pelos investidores que as adquiriram.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores da Oferta eventualmente venham a adquirir Ações nos termos acima e tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização a que se refere a seção "Estabilização do Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia" na página 58 deste Prospecto.

Não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta.

Estabilização do Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia

O Agente Estabilizador poderá, a seu exclusivo critério e pelo prazo de até 30 dias contados da data de início das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que foi previamente aprovado pela B3 e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM n.º 476, de 25 de janeiro de 2005. Após a divulgação do Anúncio de Início e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida com o Agente Estabilizador, no endereço indicado na seção "Identificação da Companhia, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores" deste Prospecto Definitivo.

Nos termos do Contrato de Estabilização, o Agente Estabilizador poderá escolher livremente as datas em que realizará as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia, não estando obrigado a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Os eventuais lucros e prejuízos decorrentes da atividade de estabilização do preço das Ações serão compartilhados entre os Coordenadores da Oferta.

Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up Agreements e Novo Mercado*)

Durante o prazo de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a Companhia e o Acionista Vendedor, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, e observadas as exceções e outras restrições previstas no Contrato de Colocação Internacional, e descritas a seguir, estarão obrigados a, entre outras restrições previstas no Contrato de Colocação Internacional, e descritas a seguir, com relação a quaisquer ações de emissão da Companhia, incluindo as Ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de emissão da Companhia, incluindo as Ações, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, ressalvadas determinadas exceções ali previstas, nos seis meses subsequentes à data de divulgação do Anúncio de Início, o Acionista Vendedor, os membros do conselho de administração da Companhia e os membros da diretoria da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o Acionista Vendedor, os membros do conselho de administração da Companhia e os membros da diretoria da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Essas limitações previstas no Regulamento do Novo Mercado não se aplicarão na hipótese de cessão ou empréstimo de ações ordinárias de emissão da Companhia que vise ao desempenho da atividade de formador de mercado credenciado pela B3, nesse caso limitado a 15% da quantidade total de ações ordinárias de emissão da Companhia cuja negociação esteja vedada.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia

As Ações conferirão aos seus adquirentes os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do estatuto social da Companhia, dentre os quais: (i) direito de voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto; (ii) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a qualquer tempo; (iv) direito de alienação das Ações nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço), observadas as condições e os prazos previstos nas disposições legais e regulamentares aplicáveis; (v) direito de alienação das Ações em oferta pública de cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado; (vi) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (vii) direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (viii) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar no acervo líquido da Companhia, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, na proporção da sua participação no capital social.

Admissão à Negociação das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia

Em 21 de novembro de 2017, a Companhia e o Acionista Vendedor celebraram o "Contrato de Participação no Novo Mercado", que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa a serem observadas pela Companhia, que são mais rigorosas que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, contrato esse que entrará em vigor a partir da data de divulgação do Anúncio de Início e por meio do qual aderem ao Novo Mercado.

As ações serão autorizadas para negociação no Novo Mercado, sob o código "BRDT3", a partir do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações Ordinárias de Emissão da Companhia

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

O Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou o cancelamento da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível, nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por assumidos pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores da Oferta inerentes à própria Oferta. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

O requerimento de modificação da Oferta perante a CVM presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias.

Adicionalmente, o Acionista Vendedor poderá modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta por nós estabelecida, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja deferido, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou por pedido do Acionista Vendedor, prorrogar o prazo para distribuição da Oferta por até 90 dias.

Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos).

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Oferta, após a divulgação do Anúncio de Início, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, sendo que será presumida a manutenção se não revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação. Os investidores que revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva, na hipótese de modificação da Oferta, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação.

Além das hipóteses de revogação da declaração de aceitação da Oferta pelo investidor previstas neste Prospecto e nos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, não há quaisquer outras hipóteses em que o investidor possa revogar sua declaração de aceitação da Oferta.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes na Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Encerrado tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

Eventual suspensão ou cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes (sendo que, com base na legislação vigente nesta data, não há incidência de tributos), no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação ou da comunicação do cancelamento, conforme o caso.

Inadequação da Oferta a Determinados Investidores

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Oferta, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento nas Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Além do relacionamento referente a presente Oferta, a Companhia mantém relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico. Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder e seu respectivo conglomerado econômico são credores da Companhia nas seguintes operações:

- Prestação de Serviços de *Cash Management* para a Companhia no Brasil, especificamente de conta corrente por prazo indeterminado que, até 21 de novembro de 2017, gerou um volume de saldo médio de, aproximadamente, US$3 milhões. Referidas operações não contam com garantia ou taxa de juros.

- Operações de tesouraria, incluindo operações de câmbio e operações de *Non Deliverable Forward*, cujo saldo, em 21 de novembro de 2017, correspondia a US$ 15,8 milhões, conforme a tabela abaixo. Tais operações não possuem garantia.

Data de Início	Data de Vencimento	Montante do Contrato	Tipo da Operação	Ativo Objeto	Paridade Futura Contratada
05/09/2017	28/11/2017	USD 144.000,00	Vende	R$/USD	3,15490000000
06/09/2017	28/11/2017	USD 144.000,00	Vende	R$/USD	3,14830000000
06/09/2017	28/11/2017	USD 144.000,00	Vende	R$/USD	3,14720000000
12/09/2017	28/11/2017	USD 180.000,00	Vende	R$/USD	3,14460000000
19/09/2017	28/11/2017	USD 216.000,00	Vende	R$/USD	3,16100000000
20/09/2017	28/11/2017	USD 360.000,00	Vende	R$/USD	3,15560000000
03/10/2017	07/12/2017	USD 84.000,00	Vende	R$/USD	3,18900000000
03/10/2017	22/11/2017	USD 78.000,00	Vende	R$/USD	3,18280000000
03/10/2017	14/12/2017	USD 222.000,00	Vende	R$/USD	3,19180000000
03/10/2017	28/12/2017	USD 216.000,00	Vende	R$/USD	3,19670000000
04/10/2017	22/11/2017	USD 130.000,00	Vende	R$/USD	3,14910000000
04/10/2017	07/12/2017	USD 140.000,00	Vende	R$/USD	3,15510000000
04/10/2017	14/12/2017	USD 370.000,00	Vende	R$/USD	3,15790000000
04/10/2017	28/12/2017	USD 360.000,00	Vende	R$/USD	3,16250000000
06/10/2017	22/11/2017	USD 78.000,00	Vende	R$/USD	3,17700000000
06/10/2017	07/12/2017	USD 84.000,00	Vende	R$/USD	3,18300000000
06/10/2017	28/12/2017	USD 216.000,00	Vende	R$/USD	3,19060000000
06/10/2017	14/12/2017	USD 222.000,00	Vende	R$/USD	3,18580000000
17/10/2017	07/12/2017	USD 280.000,00	Vende	R$/USD	3,19700000000
17/10/2017	14/12/2017	USD 740.000,00	Vende	R$/USD	3,19980000000
17/10/2017	22/11/2017	USD 156.000,00	Vende	R$/USD	3,18840000000
17/10/2017	22/11/2017	USD 260.000,00	Vende	R$/USD	3,19100000000
17/10/2017	14/12/2017	USD 444.000,00	Vende	R$/USD	3,19730000000
17/10/2017	28/12/2017	USD 432.000,00	Vende	R$/USD	3,20210000000
17/10/2017	28/12/2017	USD 720.000,00	Vende	R$/USD	3,20460000000
17/10/2017	07/12/2017	USD 168.000,00	Vende	R$/USD	3,19440000000
19/10/2017	07/12/2017	USD 77.000,00	Vende	R$/USD	3,19360000000
19/10/2017	22/11/2017	USD 71.500,00	Vende	R$/USD	3,18750000000
19/10/2017	14/12/2017	USD 203.500,00	Vende	R$/USD	3,19640000000
19/10/2017	28/12/2017	USD 198.000,00	Vende	R$/USD	3,20130000000
30/10/2017	21/11/2017	USD 4.646.553,00	Vende	R$/USD	3,27220000000
08/11/2017	27/11/2017	USD 4.068.300,00	Compra	R$/USD	3,25900000000
Total		**USD 15.852.853.00**			

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. ***Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto.***

Além disso, a Companhia e o Banco Citibank S.A. têm relacionamento bancário em operações de tesouraria, incluindo operações de câmbio, cujo saldo, em 21 de novembro de 2017, correspondia a aproximadamente US$60 milhões.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia não possui relacionamento comercial ou societário com o BofA Merrill Lynch e/ou as sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BofA Merrill Lynch no âmbito da Oferta Restrita decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Nos últimos 12 (doze) meses, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. ***Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto.***

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta", na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BofA Merrill Lynch ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BofA Merrill Lynch poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

Petrobras Distribuidora S.A.

- Duas Fianças Bancárias prestadas pela Companhia, no valor de R$7,7 milhões. Referidas fianças são prestadas pela Companhia visando garantir obrigações decorrentes de processos judiciais contra a Companhia, com vencimento entre 17 de julho de 2022 e 19 de novembro de 2030 e taxa de juros correspondente a 3% a.a. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor das operações totalizava R$5,6 milhões;

- Aplicação Financeira em Fundo Exclusivo por prazo indeterminado, com remuneração baseada no CDI e sem garantias. Em 21 de novembro de 2017, o saldo da operação totalizava R$6,5 milhões.

- Prestação de Serviços de Cash Management para a Companhia que, até 02 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$45,41 bilhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$17,55 bilhões, (iii) pagamentos diversos de R$70,78 bilhões e (iv) pagamento de salários de R$240,33 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management entre a Companhia e o Banco do Brasil possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Stratura Asfaltos S.A.

- Operação de Fiança Bancária contratada pela Stratura Asfaltos S.A. no valor de R$2,92 milhões. Referida fiança é prestada visando garantir obrigações decorrentes de processos judiciais contra a empresa, com vencimento indeterminado e taxa de juros correspondente a 3,0% a.a. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor das operações totalizava R$3,7 milhões;

- Prestação de serviços de *Cash Management* para a empresa que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$238,47 Milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$31,45 milhões, (iii) pagamentos diversos de R$26,59 milhões e (iv) pagamento de salários de R$5,69 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management entre o Acionista Vendedor e o Banco do Brasil possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BB Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BB Investimentos e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o BB Investimentos e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. ***Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto.***

Nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BB Investimentos poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BB Investimentos como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- 30 Operações de Fiança Bancária prestadas a partir de 11 de fevereiro de 2010 em favor da Companhia e por prazo indeterminando no valor atualizado aproximado, em 21 de novembro de 2017, de R$497,9 milhões. As taxas de juros variam entre 0,49% a.a. a 4,00% a.a.;

- 133 Operações de NDF no valor atualizado aproximado, em 21 de novembro de 2017, de US$30,9 milhões com spread médio de 2,0% a.a. e vencimento de 22 de novembro de 2017 a 29 de janeiro de 2018. Referida operação não possui garantias;

- Serviços de Cobrança registrada com quantidade de 57.583 títulos e volume de R$1,4 bilhão, em 21 de novembro de 2017;

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores (que não Ações, ações ordinárias ou ações preferencias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações, ações ordinárias ou ações preferencias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no Âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. ***Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto.***

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- Sessenta e duas operações de fiança prestadas pela Companhia, no valor total de R$748,2 milhões, celebradas entre maio de 2012 e julho de 2017, todas com datas de vencimento em setembro de 2022. A taxa efetiva cobrada pelo Itaú BBA para a prestação de tais fianças varia entre 0,64% e 4,25%. Tais fianças não contam com garantia;

- Coordenador Líder da oferta pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª emissão da Companhia, com garantia de fianças coorporativas da Petrobras, no valor original de R$3.500 milhões, emitidas em agosto de 2015, com vencimento em abril de 2020, realizada nos termos da Instrução CVM 476. Adicionalmente, no contexto da emissão, o Coordenador Líder adquiriu debêntures no valor de R$3.689,7 milhões. As debêntures são remuneradas a 111,57% de CDI.

- Prestação de Serviços de *Cash Management* para a Companhia contratado em 10 de março de 2016, para os seguintes serviços (i) folha de pagamentos de R$ 5 milhões ao mês, e (ii) emissão de boletos bancários de R$ 3,5 milhões ao mês. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento com a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. ***Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto.***

Nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia não possui relacionamento comercial ou societário com o J.P. Morgan e/ou as sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia (inclusive ações), com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta Restrita decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Nos últimos 12 (doze) meses, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. ***Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto.***

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta", na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia possui relacionamento comercial com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

A Companhia efetua esporadicamente operações de derivativos com o Morgan Stanley. Devido à natureza desses contratos de derivativos, não há predeterminação de remuneração a favor do Morgan Stanley, sendo que o Morgan Stanley poderá averiguar ao término destes contratos ganho ou perda decorrentes de tais operações.

Atualmente, a Companhia possui com o Morgan Stanley 47 operações de derivativos a termo de moeda estrangeira sem entrega física em aberto (*Non-Deliverable Forwards*), cujo valor nocional total de US$ 7,3 milhões e taxa de câmbio vinculada aos derivativos que varia entre R$3,1121 e R$3,3195, firmados entre 06 de setembro de 2017 e 13 de novembro de 2017, com vencimentos entre 22 de novembro de 2017 e 29 de janeiro de 2018. Referidas operações não conta com garantias.

A Companhia mantem relacionamento junto ao Morgan Stanley para realização de operações de câmbio. Na data deste Prospecto, inexistia saldo em aberto com relação a tais operações.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas coma Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, bem como fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo, poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Morgan Stanley no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. ***Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto.***

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta — Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- Fiança prestada pelo Santander em favor da Companhia, visando garantir ação judicial, cujo beneficiário é o juízo da 4ª Vara de Campos dos Goytacazes, no valor atual total de R$ 1.558.263 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e três reais), com vencimento indeterminado e comissão correspondente a 0,65% ao ano.

- Operações de *Non Deliverable Forward* visando *hedge* cambial, cujo saldo atual corresponde a US$ 15,7 milhões, conforme a tabela abaixo. Tais operações não possuem taxas de juros ou garantia.

Data de Início	Data de Vencimento	Montante do Contrato	Tipo da Operação	Ativo Objeto	Paridade Futura Contratada
20/10/2017	22/11/2017	USD 26.000	Venda	USD	3,2079
28/09/2017	22/11/2017	USD 52.000	Venda	USD	3,2250
18/10/2017	22/11/2017	USD 52.000	Venda	USD	3,1870
23/10/2017	22/11/2017	USD 52.000	Venda	USD	3,2175
28/09/2017	22/11/2017	USD 104.000	Venda	USD	3,2111
29/09/2017	22/11/2017	USD 104.000	Venda	USD	3,1946
20/10/2017	22/11/2017	USD 104.000	Venda	USD	3,1956
05/10/2017	22/11/2017	USD 130.000	Venda	USD	3,1666
11/10/2017	22/11/2017	USD 195.000	Venda	USD	3,1900
25/08/2017	28/11/2017	USD 108.000	Venda	USD	3,1360
12/09/2017	28/11/2017	USD 144.000	Venda	USD	3,1360
18/09/2017	28/11/2017	USD 288.000	Venda	USD	3,1426
21/09/2017	28/11/2017	USD 360.000	Venda	USD	3,1625
16/11/2017	06/12/2017	USD 4.833.000	Compra	USD	3,2859
20/10/2017	07/12/2017	USD 28.000	Venda	USD	3,2079
28/09/2017	07/12/2017	USD 56.000	Venda	USD	3,2250
18/10/2017	07/12/2017	USD 56.000	Venda	USD	3,1870
23/10/2017	07/12/2017	USD 56.000	Venda	USD	3,2175
28/09/2017	07/12/2017	USD 112.000	Venda	USD	3,2111
29/09/2017	07/12/2017	USD 112.000	Venda	USD	3,1946
20/10/2017	07/12/2017	USD 112.000	Venda	USD	3,1956
05/10/2017	07/12/2017	USD 140.000	Venda	USD	3,1666
11/10/2017	07/12/2017	USD 210.000	Venda	USD	3,1900
20/10/2017	14/12/2017	USD 74.000	Venda	USD	3,2079
28/09/2017	14/12/2017	USD 148.000	Venda	USD	3,2250
18/10/2017	14/12/2017	USD 148.000	Venda	USD	3,1870
23/10/2017	14/12/2017	USD 148.000	Venda	USD	3,2175
28/09/2017	14/12/2017	USD 296.000	Venda	USD	3,2111
29/09/2017	14/12/2017	USD 296.000	Venda	USD	3,1946

Data de Início	Data de Vencimento	Montante do Contrato	Tipo da Operação	Ativo Objeto	Paridade Futura Contratada
20/10/2017	14/12/2017	USD 296.000	Venda	USD	3,1956
05/10/2017	14/12/2017	USD 370.000	Venda	USD	3,1666
11/10/2017	14/12/2017	USD 555.000	Venda	USD	3,1900
20/10/2017	21/12/2017	USD 26.000	Venda	USD	3,2138
30/10/2017	21/12/2017	USD 65.000	Venda	USD	3,2931
26/10/2017	21/12/2017	USD 97.500	Venda	USD	3,2710
06/11/2017	21/12/2017	USD 117.000	Venda	USD	3,3102
14/11/2017	21/12/2017	USD 169.000	Venda	USD	3,3221
20/10/2017	28/12/2017	USD 72.000	Venda	USD	3,2079
28/09/2017	28/12/2017	USD 144.000	Venda	USD	3,2250
18/10/2017	28/12/2017	USD 144.000	Venda	USD	3,1870
23/10/2017	28/12/2017	USD 144.000	Venda	USD	3,2175
28/09/2017	28/12/2017	USD 288.000	Venda	USD	3,2111
29/09/2017	28/12/2017	USD 288.000	Venda	USD	3,1946
20/10/2017	28/12/2017	USD 288.000	Venda	USD	3,1956
05/10/2017	28/12/2017	USD 360.000	Venda	USD	3,1666
11/10/2017	28/12/2017	USD 540.000	Venda	USD	3,1900
20/10/2017	08/01/2018	USD 28.000	Venda	USD	3,2138
30/10/2017	08/01/2018	USD 70.000	Venda	USD	3,2931
26/10/2017	08/01/2018	USD 105.000	Venda	USD	3,2710
06/11/2017	08/01/2018	USD 126.000	Venda	USD	3,3102
14/11/2017	08/01/2018	USD 182.000	Venda	USD	3,3221
20/10/2017	18/01/2018	USD 74.000	Venda	USD	3,2138
30/10/2017	18/01/2018	USD 185.000	Venda	USD	3,2931
26/10/2017	18/01/2018	USD 277.500	Venda	USD	3,2710
06/11/2017	18/01/2018	USD 333.000	Venda	USD	3,3102
14/11/2017	18/01/2018	USD 481.000	Venda	USD	3,3221
20/10/2017	29/01/2018	USD 72.000	Venda	USD	3,2138
30/10/2017	29/01/2018	USD 180.000	Venda	USD	3,2931
26/10/2017	29/01/2018	USD 270.000	Venda	USD	3,2710
06/11/2017	29/01/2018	USD 324.000	Venda	USD	3,3102
14/11/2017	29/01/2018	USD 468.000	Venda	USD	3,3221
Total		**USD 15.683.000**			

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não Ações, ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações ou ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações ou ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. ***Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 105 deste Prospecto.***

Nos últimos 12 meses, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder

Além do relacionamento referente a presente Oferta, o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, conforme aplicável, mantêm relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico. Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder e seu respectivo conglomerado econômico são credores do Acionista Vendedor nas seguintes operações:

- Operações de Empréstimos contratadas com o Citibank N.A (Citi NA) em favor da Petrobras Global Trading BV (PGT) com garantia fidejussória prestada pelo Acionista Vendedor, no montante total de US$2 bilhões, com taxas de juros que variam entre Libor + 1.95% e Libor + 3.20%, com vencimento entre maio de 2019 e maio de 2022;

- Operação de Empréstimo contratada com Citibank N.A (Citi NA) em favor da Petrobras Netherlands BV com garantia fidejussória prestada pelo EKF (*Eksport Kredit Fonden*) no valor atual aproximado de US$39 milhões, com taxa de juros correspondente a Libor + 1.25%, com vencimento em 28 de agosto de 2020;

- Operação de Empréstimo contratada com Citibank N.A (Citi NA) em favor da Petrobras Netherlands BV com garantia fidejussória prestada pelo GIEK (*Garanti-instituttet for eksportkreditt*) no valor atual aproximado de US$47 milhões, com taxa de juros correspondente a Libor + 0.725%, com vencimento em 12 de setembro de 2020;

- Operação de Empréstimo contratada com Citibank N.A (Citi NA) em favor da Petrobras Netherlands BV com garantia fidejussória prestada pelo GIEK (*Garanti-instituttet for eksportkreditt*) no valor atual aproximado de US$47 milhões, com taxa de juros correspondente a Libor + 0.85%, com vencimento em 20 de fevereiro de 2023;

- Operação de Empréstimo contratada com Citibank N.A (Citi NA) em favor da Petrobras Netherlands BV com garantia fidejussória prestada pelo ECGD (*Export Credits Guarantee Department*) no valor atual aproximado de US$96 milhões, com taxa de juros correspondente a Libor + 0.725%, com vencimento em 28 de setembro de 2023;

- Operação de Empréstimo contratada com Citibank N.A (Citi NA) em favor da Petrobras International Braspetro BV com garantia fidejussória prestada pelo EKF (*Eksport Kredit Fonden*) no valor atual aproximado de US$38 milhões, com taxa de juros correspondente a Libor + 1.10%, com vencimento em 14 de julho de 2023;

- Prestação de Serviços de *Cash Management* para o Acionista Vendedor e subsidiárias do Acionista Vendedor no exterior e no Brasil, especificamente de conta corrente por prazo indeterminado que, até 30 de setembro de 2017, gerou um volume de saldo médio de, aproximadamente, US$2,9 bilhões. Referidas operações não contam com garantia ou taxa de juros;

Adicionalmente, o Citigroup Global Markets Inc. e outras sociedades do seu grupo econômico atuaram como *Joint Bookrunner* nas seguintes emissões públicas de bônus no mercado de capitais internacional pela Petrobras International Finance Corporation (PIFCO) e Petrobras Global Finance BV (PGF) com garantia equivalente ao aval prestado pelo Acionista Vendedor:

a. 6,125% Global Notes com vencimento em janeiro de 2022 emitido em de janeiro de 2017 no valor de US$ 2.000.000.000;

b. 7.375% Global Notes com vencimento em janeiro de 2027 emitido em janeiro de 2017 no valor de US$ 2.000.000.000;

c. 6,875% Global Notes com vencimento em janeiro de 2040 emitido em outubro de 2009 no valor de US$ 1.500.000.00;

d. 6,750% Global Notes com vencimento em janeiro de 2041 emitido em fevereiro de 2012 no valor de US$ 1.250.000.000;

e. 5,375% Global Notes com vencimento em janeiro de 2021 emitido em fevereiro de 2012 no valor de US$ 2.750.000.000;

f. 3,000% Global Notes com vencimento em janeiro de 2019 emitido em maio de 2013 no valor de US$ 2.000.000.000;

g. 4,375% Global Notes com vencimento em maio de 2023 emitido em maio de 2013 no valor de US$ 3.500.000.000;

h. 5,625% Global Notes com vencimento em maio de 2043 emitido em maio de 2013 no valor de US$ 1.750.000.000 ;

i. Taxas Flutuantes Global Notes com vencimento em janeiro de 2019 emitido em maio de 2013 no valor de US$ 1.500.000.000;

j. 4,875% Global Notes com vencimento em março de 2020 emitido em março de 2014 no valor de US$ 1.500.000.000;

k. 6,250% Global Notes com vencimento em março de 2024 emitido em março de 2014 no valor de US$ 2.500.000.000;

l. 7,250% Global Notes com vencimento em março de 2044 emitido em março de 2014 no valor de US$ 1.000.000.000;

m. Taxas Flutuantes Global Notes com vencimento em março de 2020 emitido em março de 2014 no valor de US$ 500.000.000;

n. 5,375% Sterling Bonds com vencimento em outubro de 2029 emitido em outubro de 2012 no valor de GBP 450.000.000;

o. 3,250% Euro Bonds com vencimento em abril de 2019 emitido em outubro de 2012 no valor de EUR 1.300.000.000;

p. 4,250% Euro Bonds com vencimento em outubro de 2023 emitido em outubro de 2012 no valor de EUR 700.000.000;

q. 5,750% Global Notes com vencimento em janeiro de 2020 emitido em outubro de 2009 no valor de US$ 2.500.000.000;

r. 5,299% Global Notes com vencimento em janeiro de 2025 emitido em setembro de 2017 no valor de US$ 1.000.000.000,00;

s. 5,999% Global Notes com vencimento em janeiro de 2028 emitido em setembro de 2017 no valor de US$ 1.000.000.000,00;

O Citigroup Global Markets Inc. e outras sociedades do seu grupo econômico atuaram como DealManager nas seguintes recompras dos seguintes bônus no mercado de capitais internacional em 26 de janeiro de 2017, os quais haviam sido emitidos pela Petrobras International Finance Corporation (PIFCO) e Petrobras Global Finance BV (PGF) e contavam com garantia equivalente a aval prestada pelo Acionista Vendedor:

a. 3,000% Global Notes com vencimento em 2019;

b. Taxas Flutuantes Global Notes com vencimento em 2019;

c. 7,875% Global Notes com vencimento em 2019;

d. 3,25% Global Notes com vencimento em 2019;

e. 5,75% Global Notes com vencimento em 2020;

f. 4,875% Global Notes com vencimento em 2020;

g. Taxas Flutuantes Global Notes com vencimento em 2020;

O Citigroup Global Markets Inc. e outras sociedades do seu grupo econômico atuaram como DealManager nas seguintes repactuações de bônus no mercado de capitais internacional em 27 de setembro de 2017, os quais foram emitidos pela Petrobras International Finance Corporation (PIFCO) e Petrobras Global Finance BV (PGF) e conta com garantia equivalente a aval prestada pelo Acionista Vendedor:

a. 5,375% Global Notes com vencimento em 2021 para 5.299% com vencimento em 2025

b. 8,375% Global Notes com vencimento em 2021 para 5,999% com vencimento em 2028

c. 7,875% Global Notes com vencimento em 2019 para 5,999% com vencimento em 2028

d. 5,750% Global Notes com vencimento em 2020 para 5,999% com vencimento em 2028

e. 4,875% Global Notes com vencimento em 2020 para 5,299% com vencimento em 2025

Além disso, o Acionista Vendedor, suas subsidiárias e o Banco Citibank S.A. têm relacionamento bancário em operações de tesouraria, incluindo operações de câmbio, cujo saldo, em 21 de novembro de 2017, correspondia a aproximadamente US$4,7 bilhões.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com o Acionista Vendedor. Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão do Acionista Vendedor; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pelo Acionista Vendedor ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro prestam para o Acionista Vendedor serviços de *cash management*, de conta corrente, de câmbio e aplicações financeiras em geral.

Adicionalmente, o Bank of America N.A. celebrou duas operações bilaterais de crédito, em dólares americano, nos valores de USD 325 milhões e USD 800 milhões, com juros correspondentes a LIBOR + 2,85%, para entes integrantes do grupo econômico do Acionista Vendedor, com garantia prestada pelo Acionista Vendedor, que vencem, respectivamente, em setembro de 2022 e fevereiro de 2023.

BofA Merrill Lynch e/ou demais sociedades de seu grupo econômico também participaram de financiamentos sindicalizados suportados por agências de crédito de exportação ("ECAs") a sociedades integrantes do grupo econômico do Acionista Vendedor, com garantia do Acionista Vendedor, conforme abaixo indicado:

- USD 75 milhões, com garantia conjunta da ECGD Export Credits Guarantee Department (ECGD) e vencimento em setembro de 2023, com juros correspondentes a LIBOR + 0,725%;

- USD 62.598 milhões, com garantia conjunta da Eksport Kredit Fonden (EKF) e vencimento em julho 2023, com juros correspondentes a LIBOR + 1,10%.

Adicionalmente, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated e outras sociedades do seu grupo econômico atuaram como *Joint Bookrunner* nas seguintes emissões públicas de bônus no mercado de capitais internacional por entes do grupo econômico do Acionista Vendedor, com garantia do Acionista Vendedor:

a. 2,000% Global Notes, com vencimento em 2016, no valor total de U$1,250,000,000.00;

b. Taxas Flutuantes Global Notes, com vencimento em 2016, no valor total de U$1,000,000,000.00;

c. 3,000% Global Notes, com vencimento em 2019, no valor total de U$2,000,000,000.00;

d. Taxas Flutuantes Global Notes, com vencimento em 2019, no valor total de U$1,500,000,000.00;

e. 4,375% Global Notes emitidos em, com vencimento em 2023, no valor total de U$3,500,000,000.00;

f. 5,625% Global Notes, com vencimento em 2043, no valor total de U$1,750,000,000.00;

g. 8,375% Global Notes, com vencimento em 2021, no valor total de U$5,000,000,000.00, e respectiva reabertura, no valor total de U$1,750,000,000.00;

h. 8,75% Global Notes, com vencimento em 2026, no valor total de U$1,750,000,000.00, e respectiva reabertura, no valor total de U$1,250,000,000.00;

i. 5.299% Global Notes, com vencimento em 2025, no valor total de U$1,000,000,000.00;

j. 5.999% Global Notes, com vencimento em 2028, no valor total de U$1,000,000,000.00;

k. *Any & All Tender & Consent solicitation* visando resgatar U$577,000,000 do 8,375% Global Notes com vencimento em 2018;

l. *Partial Tender Offer* visando resgatar aproximadamente U$17,000,000,000 em US$ e EUR Global Notes com vencimento entre 2017 e 2019,

m. *Tender Offer* visando resgatar Global Notes em US$ e EUR com vencimento entre 2017 e 2019, tendo como valor limite US$3,000,000,000;

n. Oferta de permuta no montante de US$542,000,000 referente ao 4.875% Global Notes com vencimento em 2020 e no montante de US$5,250,000,000 referente ao 5.375% Global Notes com vencimento em 2021 para um novo 5.299% Global Notes com vencimento em 2025; no montante de US$706,000,000 referente ao 7.875% Global Notes com vencimento em 2019, no montante de US$1,165,000,000 referente ao 5.750% Global Notes com vencimento em 2020 e no montante de US$6,750,000,000 referente ao 8.375% Global Notes em 2021 para um novo 5.999% Global Notes com vencimento em 2028;

o. *Cash Tender Offer* no montante máximo de US$500,000,000 para investidores de varejo buscando resgatar o montante de US$542,000,000 referente ao 4.875% Global Notes com vencimento em 2020 e o montante de US$5,250,000,000 referente ao 5.375% Global Notes com vencimento em 2021, o montante de US$706,000,000 referente ao 7.875% Global Notes com vencimento em 2019, o montante de US$1,165,000,000 refente ao 5.75% Global Notes com vencimento em 2020 e o montante de US$6,750,000,000 referente ao 8.375% Global Notes com vencimento em 2021;

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com o Acionista Vendedor. Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão do Acionista Vendedor; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BofA Merrill Lynch no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

O Acionista Vendedor entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BB Investimentos

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com o Acionista Vendedor e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

Petróleo Brasileiro S.A.

- Dez Operações de Crédito de Repasse do BNDES (FINAME EMPRESARIAL) no valor total de R$1,69 bilhão. Referidas operações têm vencimento entre 15 de abril de 2020 e 15 de julho de 2023 e taxa de juros média de 3,2% a.a. e não possuem garantias. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor das operações totalizava R$1 bilhão.

- Dez Operações de Capital de Giro para Exportação no valor total de R$7,66 bilhões, e com vencimentos em 16 de maio de 2020. Referidas operações incidem taxa de 105,5% do CDI, e não possuem garantias. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor das operações totalizava R$3,1 bilhões.

- Onze Operações de Capital de Giro no valor total de R$11,50 bilhões, e com vencimentos em 16 de maio de 2022. Referidas operações incidem taxa de 115% do CDI e não possuem garantias. Em 20 de novembro de 2017, o saldo devedor das operações totalizava R$11,6 bilhões.

- Uma Operação de Capital de Giro no valor de R$ 4,5 bilhões, e com vencimento em 09 de março de 2021. Na referida operação incide taxa de 11,25% do CDI e não possui garantia. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor totalizava R$ 4,5 bilhões.

- Três Operações de Crédito Agroindustrial no valor total de R$10,57 bilhões, e com vencimentos entre 20 de junho de 2020 e 20 de dezembro de 2021. Referidas operações incidem taxa média de 108,9% do CDI e não possuem garantias. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor das operações totalizava R$8,7 bilhões.

- Prestação de Serviços de Cash Management para o Acionista Vendedor que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$179,23 bilhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$219,58 bilhões, (iii) pagamentos diversos de R$50,58 bilhões e (iv) pagamento de salários de R$4,62 bilhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management entre o Acionista Vendedor e o Banco do Brasil possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Petrobras Transporte S.A.

- Seis Operações de Financiamento à Infraestrutura de Transportes (BB Naval) no valor total de R$739 milhões, e com vencimentos entre 10 de setembro de 2036 e 10 de janeiro de 2038. Referidas operações são garantidas por alienação fiduciária das embarcações, as quais incidem TJLP acrescidas de 2% a 3%. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor das operações totalizava R$792 milhões.

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$5,46 bilhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$3,81 bilhões, (iii) pagamentos diversos de R$3,74 bilhões e (iv) pagamento de salários de R$63,33 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Liquigás Distribuidora S.A.

- Três Operações de Fiança Bancária no valor total de R$8,67 milhões. Referidas fianças são prestadas visando garantir obrigações decorrentes de processos judiciais contra a empresa com vencimentos entre 08 de agosto de 2022 e 27 de janeiro de 2023 e taxa de juros correspondente a 0,34 % a.m. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor das operações totalizava R$13,6 milhões.

- Prestação de Serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$258 milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$18,41 milhões e (iii) pagamentos diversos de R$10,82 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados do Sistema Petrobrás

- Aplicação Financeira em Fundo Exclusivo, por prazo indeterminado, com remuneração baseada no CDI e sem garantias. Em 21 de novembro de 2017, o saldo da operação totalizava R$3,3 milhões.

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia – Brasil S.A.

- Aplicação Financeira em Fundo Exclusivo, por prazo indeterminado, com remuneração baseada no CDI e sem garantias. Em 21 de novembro de 2017, o saldo da operação totalizava R$117,5 milhões.

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$1,86 bilhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$117,41 milhões, (iii) pagamentos diversos de R$286,03 milhões e (iv) pagamento de salários de R$17,98 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Procurement Negócios Eletrônicos S.A.

- Aplicação Financeira em Fundo Exclusivo, por prazo indeterminado, com remuneração baseada no CDI e sem garantias. Em 21 de novembro de 2017, o saldo da operação totalizava R$3,8 milhões.

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de cobrança de R$38,05 milhões nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Araucaria Nitrogenados S.A

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$141,93 Milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$569,64 milhões e (iii) pagamentos diversos de R$45,16 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Breitener Energetica S.A.

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$50,98 milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$22,99 milhões e (iii) pagamentos diversos de R$3,02 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Companhia Petroquimica De Pernambuco

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$438,66 milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$153,54 milhões, (iii) pagamentos diversos de R$653,10 milhões e (iv) pagamento de salários de R$16,89 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Termobahia S.A.

- Prestação de serviços de Cash management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$9,51 milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$64,51 milhões e (iii) pagamentos diversos de R$15,61 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de cash management entre a Companhia e o Banco do Brasil possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Petrobras Biocombustivel S.A.

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$843,06 milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$1,09 bilhões, (iii) pagamentos diversos de R$90,98 milhões e (iv) pagamento de salários de R$10,09 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Termomacae Ltda.

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$28,57 milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$36,16 milhões, (iii) pagamentos diversos de R$179,69 milhões e (iv) pagamento de salários de R$1,95 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Transportadora Associada de Gas S.A.

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$3,89 bilhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$5,68 bilhões e (iii) pagamentos diversos de R$207,05 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Breitener Tambaqui S.A

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$2,63 milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$72,25 milhões e (iii) pagamentos diversos de R$48,50 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

NTN-Nova Transportadora Do Nordeste

- Prestação de serviços de Cash Management que, até 31 de outubro de 2017, gerou um volume de (i) cobrança de R$480,31 milhões, (ii) pagamentos a fornecedores de R$110,66 milhões e (iii) pagamentos diversos de R$118,67 milhões, nos últimos 12 meses. A relação de prestação de serviços de Cash Management possui prazo indeterminado e não possui garantias ou taxa de juros.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com o Acionista Vendedor. Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão do Acionista Vendedor; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BB Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Nos últimos 12 meses, o BB Investimentos participou como Coordenador da Oferta Pública com Esforços Restritos de Colocação da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sem garantias, em quatro séries: 1ª série correspondente a 301.000 debêntures incentivadas, emitidas em agosto de 2017, com vencimento em agosto de 2022 e taxa de juros correspondente ao IPCA acrescido de 4,71676% a.a. no valor de R$301 milhões, 2ª série correspondente a 1.089.892 debêntures incentivadas, emitidas em agosto de 2017, com vencimento em agosto de 2024 e taxa de juros correspondente ao IPCA acrescido de 5,2092% a.a. no valor de R$1,08 bilhões, 3ª série correspondente a 3.346.237 debêntures não incentivadas, emitidas em agosto de 2017, com vencimento em agosto de 2022 e taxa de juros correspondente a 106,75% do CDI no valor de R$3,34 bilhões e 4ª série correspondente a 251.690 debêntures não incentivadas, emitidas em agosto de 2017, com vencimento em agosto de 2024 e taxa de juros correspondente a IPCA acrescido de 5,8386% a.a., totalizando o valor de R$4,988 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM 476. Além disso, o BB Investimentos participou, através do Banco do Brasil Securities LLC, da (i) Oferta de Títulos Globais emitidos pela Petrobras Global Finance B.V., 1ª série no valor de US$1 bilhão, com vencimento em 2025 e taxa de juros correspondente a 5,3% a.a. e 2ª série no valor de US$1

bilhão, com vencimento em 2028 e taxa de juros correspondente a 6,0% a.a., (ii) Oferta Privada de Troca (Exchange Offer) de Global Notes emitidos pela Petrobras Global Finance B.V., cujos novos títulos oferecidos em troca contemplam: 1ª série no valor de US$2,59 bilhões, com vencimento em 2025 e taxa de juros correspondente a 5,2999% a.a. e 2ª série no valor de US$4,16 bilhões, com vencimento em 2028 e taxa de juros correspondente a 5,9999% a.a., totalizando o valor de US$6,76 bilhões e (iii) Oferta de Recompra de Global Notes, emitidos pela Petrobras Global Finance B.V., no valor de US$210,12 milhões, todas as quais são garantidas pelo Acionista Vendedor.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o BB Investimento e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas;

O BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico detêm (i) Bonds, no montante total de EUR 25,0 milhões com vencimento entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2023, com remuneração de 3,25% a.a. a 5,875% a.a., (ii) Bonds, no montante total de US$78,25 milhões com vencimento entre janeiro de 2019 e março de 2044, com remuneração de 4,375% a.a. a 7,25% a.a. e (iii) debêntures, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sem garantias, no montante total de R$15,0 milhões, com vencimento em agosto de 2024, remuneradas pela IPCA, acrescido de 5,2092% a.a.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BB Investimentos poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor entende que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BB Investimentos como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com o Acionista Vendedor e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- Nota de crédito de exportação (NCE) com data de emissão em 23 de agosto de 2017 e vencimento em 05 de maio de 2020, no valor total de R$3,0 bilhões e taxa de 118,0% do CDI. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor era de R$3,0 bilhões. Amortização de três parcelas de R$1,0 bilhão em 16 de maio de 2018, 13 de maio de 2019 e 05 de maio de 2020. As NCEs não contam com garantia;

- Nota de crédito de exportação (NCE) com data de emissão em 24 de agosto de 2017 e vencimento em 29 de agosto de 2024, no valor total de R$1,0 bilhão e taxa de 114,0% do CDI. Em 21 de novembro de 2017, o saldo devedor era de R$1,0 bilhão. Amortização de quatro parcelas de R$250,0 milhões em 29 de agosto de 2021, 29 de agosto de 2022, 29 de agosto de 2023 e 29 de agosto de 2024. As NCEs não contam com garantia;

- 6 Operações de Fiança Bancária prestadas a partir de 29 de agosto de 2013 em favor da Companhia, sendo duas com prazos de vencimento indeterminado e as restantes com vencimentos até 19 de fevereiro de 2019 no valor atualizado aproximado, em 21 de novembro de 2017, em R$525 milhões. As taxas de juros variam entre 0,70% a.a. a 4,00% a.a.;

- Operação de StandBy prestadas a partir de 21 de setembro de 2017, no valor de US$120 milhões, com vencimento em 13 de dezembro de 2017. Referida operação tem taxa de juros correspondente a 0,77% a.a., spread de 0,40% a.a. e não contém garantias;

- Operação de Conta Garantida para garantia de liquidação de operações de energia na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) com saldo devedor, em 21 de novembro de 2017, de R$230,0 milhões. Operação contratada em 06 de junho de 2017 com vencimento em 05 de março de 2018 e taxa correspondente a 133% do CDI.

- Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, Sem Garantia, adquirida em 25 de agosto de 2017 e vencimento em 15 de agosto de 2024, no valor total de R$367,6 milhões, sendo a Primeira Série de R$ 196,6 milhões com taxa CDI acrescida de juros de 5,2% a.a. e a Segunda Série de R$ 171,4 milhões com taxa CDI acrescida juros de 4,7%;

- 13 Operações de Tesouro Internacional, no valor total aproximado de US$210,2 milhões com vencimento até março de 2043 e taxas de *fee* variando entre 4,38% a.a. a 8,75% a.a. Referidas operações não contam com garantias.

- Serviços de Cobrança registrada com quantidade de 421 títulos e volume médio de R$1,0 bilhão, em 21 de novembro de 2017;

Stratura Asfaltos

- 3 Operações de Fiança Bancária em favor da Companhia prestadas a partir de 20 de novembro de 2015, cujo valor total aproximado é de R$1,2 milhão com vencimentos até 12 de fevereiro de 2018. O valor atualizado dessas operações, em 21 de novembro de 2017, é de, aproximadamente, R$ 1,2 milhão. As taxas de juros variam entre 3,50% a.a. a 5,00% a.a.;

- Serviço de seguros com saldo médio de R$ 110 mil, em 21 de novembro de 2017.

Araucária Nitrogenados

- Serviço de captação composto por: Depósito à vista com saldo atual de R$868 em 21 de novembro de 2017.

Liquigás Distribuidora

- 10 Operações de Fiança Bancária a partir de 28 de setembro de 2006 por prazo indeterminado no valor total de R$56,6 milhões. As taxas cobradas em tal operação variam entre 0,80% a.a. a 4,50% a.a.;

- Antecipação de fornecedores com volume contratado de aproximadamente R$5,6 milhões de antecipações, com uma taxa média de 1,48% a.m., no prazo de até 15 dias. Esta operação conta com limite de até R$15,0 milhões;

- Serviço de Cartão de Crédito com volume médio, em 21 de novembro de 2017, de R$ 1,0 milhão com início em 01 de dezembro de 2006 e vencimento em 1º de novembro de 2017.

Companhia Petroquímica de Pernambuco

- Operação de Conta Garantida com vencimento em 08 de dezembro de 2017, com valor total de R$ 30,0 milhões. A operação foi celebrada em 13 de junho de 2017.

- Carta de Crédito de Importação no valor de US$13,6 milhões, com vencimento em 08 de janeiro de 2018 e spread de 5,05% a.a.. A operação foi contratada em 03 de outubro de 2017. Possuem 100% NP e aval da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco como garantia.

Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco

- Operação de Conta Garantida com vencimento em 08 de dezembro de 2017, com valor total de R$ 25,0 milhões. A operação foi celebrada em 13 de junho de 2017. A presente operação não conta com garantias. A taxa cobrada em tal operação é de 136,1% do CDI;

- Cartas de crédito de importação nos valores U$ 706.200,00 – vencimento 01/12/2017 e spread de 5,20%, US$ 1.268.960,0 – vencimento 16/01/2018 e spread de 5,05%. Possuem 100% NP e aval da Petroquímica Suape como garantia

Gás Brasiliano Distribuidora

- Operação de depósito à vista com saldo de R$1,1 mil em 15 de agosto de 2017;

Petrobras Netherlands

- 2 operações de risco no valor de US$20,0 milhões, com vencimento em 08 de janeiro de 2018. Taxa cobrada em tal operação é um spread de 0,65% a.a. e os riscos estão alocados em Luxemburgo e Nova York. Referida fiança é prestada a partir de 07 de janeiro de 2011.

Adicionalmente, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com o Acionista Vendedor. Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão do Acionista Vendedor; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI participou como coordenador da emissão de debêntures do Petróleo Brasileiro S.A. no valor de R$5,0 bilhões, emitida em 25 de agosto de 2017, sem garantias, sendo a Primeira Série de R$301,0 milhões (taxa de IPCA + 4,72% a.a. / prazo de 5 anos), a Segunda Série de R$1,1 bilhão (taxa de IPCA + 5,21% a.a. / prazo de 7 anos), a Terceira Série de R$3,3 bilhões (taxa de 106,75% do DI a.a. / prazo de 5 anos) e a Quarta Série de R$251,7 milhões (taxa de IPCA + 5,84% a.a. / prazo de 7 anos).

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

O Acionista Vendedor entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com o Acionista Vendedor e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- Doze operações de Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME) realizadas pelo Acionista Vendedor, no valor total de R$1.358 milhões, celebradas entre fevereiro de 2012 e julho de 2015, com vencimentos entre novembro de 2021 e setembro de 2024. Referidas operações não contam com garantias e tem taxa de juros que variam entre 2,5% a TJLP + 1,90%;

- Dezessete Operações de Fiança prestadas pelo Banco em favor do Acionista Vendedor, no valor total de R$ 1.297,0 milhões, celebradas entre agosto de 2014 e novembro de 2017, todas com data de vencimento entre setembro de 2022 a outubro de 2022. A taxa efetiva cobrada pelo Itaú BBA para a prestação de tais fianças varia entre 1,20% e 3,50%. Tais fianças não contam com garantia;

- Uma operação de fiança prestada pela Liquigás Distribuidora S.A., no valor total de R$140 mil, celebrada em 6 de outubro de 2017, com vencimento em 8 de outubro de 2018. A taxa efetiva cobrada pelo Itaú BBA para a prestação de tais fianças corresponde a 3,70%. Tal fiança não conta com garantia.

- 2,67 milhões de Global Notes emitidos pela Petrobras Global Finance em setembro de 2015, com vencimento em março de 2019, com saldo, em 21 de novembro de 2017, correspondente a U$2,55 milhões e com taxa de juros prefixada de 7,9%. Referidos títulos contam com garantia corporativa prestada pelo Acionista Vendedor;

- 3 mandatos de assessoria financeira estratégica, celebrados a partir de agosto de 2014 com duração até janeiro de 2019 e com remuneração condizente com as respectivas prestações de serviços. Referidas assessorias não possuem taxas de juros ou garantias.

Adicionalmente, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pelo Acionista Vendedor e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social do Acionista Vendedor.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui na data deste Prospecto, qualquer relacionamento com o Acionista Vendedor. Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão do Acionista Vendedor; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Nos últimos 12 meses, exceto pelas operações descritas abaixo, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pelo Acionista Vendedor ou por suas controladas e coligadas.

Adicionalmente, o Itaú BBA e outras sociedades do seu grupo econômico atuaram como *Joint Bookrunner* nas seguintes emissões públicas de bônus no mercado de capitais internacional pela Petrobras International Finance Corporation (PIFCO) e Petrobras Global Finance BV (PGF) com garantia equivalente a aval prestada pelo Acionista Vendedor:

a. 6,125% Global Notes emitidos em janeiro de 2017, no valor total de US$2 bilhões e com vencimento em janeiro de 2022; e

b. 7.375% Global Notes emitidos em janeiro de 2017, no valor total de US$2 bilhões e com vencimento em janeiro de 2027;

O Itaú BBA e outras sociedades do seu grupo econômico atuaram como *Deal Manager* nas seguintes recompras dos seguintes bônus no mercado de capitais internacional, os quais haviam sido emitidos pela Petrobras International Finance Corporation (PIFCO) e Petrobras Global Finance BV (PGF) e contavam com garantia equivalente a aval prestada pelo Acionista Vendedor:

a. 3,000% Global Notes emitidos em janeiro de 2017, no valor total de US$1,4 bilhões e com vencimento em janeiro de 2019;

b. Taxas Flutuantes Global Notes emitidos em janeiro de 2017, no valor total de US$750 milhões e com vencimento em janeiro de 2019;

c. 7,875% Global Notes emitidos em janeiro de 2017, no valor total de US$1,8 bilhões e com vencimento em março de 2019;

d. 3,250% Global Notes emitidos em janeiro de 2017, no valor total de EUR1,3 bilhões e com vencimento em abril de 2019;

e. 5,75% Global Notes emitidos em janeiro de 2017, no valor total de US$2,5 bilhões e com vencimento em janeiro de 2020;

f. 4,875% Global Notes emitidos em janeiro de 2017, no valor total de US$1,5 bilhões e com vencimento em março de 2020;

g. Taxas Flutuantes Global Notes emitidos em janeiro de 2017, no valor total de US$500 milhões e com vencimento em março de 2020;

O Itaú BBA e outras sociedades do seu grupo econômico atuaram como *Deal Manager* nas seguintes repactuações de bônus no mercado de capitais internacional, os quais foram emitidos pela Petrobras International Finance Corporation (PIFCO) e Petrobras Global Finance BV (PGF) e conta com garantia equivalente a aval prestada pelo Acionista Vendedor:

a. 4,875% Global Notes emitidos em maio de 2017, no valor total de US$2 bilhões e com vencimento em janeiro de 2022;

b. 6,000% Global Notes emitidos em maio de 2017, no valor total de US$2 bilhões e com vencimento em janeiro de 2027; e

c. 7,000% Global Notes emitidos em maio de 2017, no valor total de US$1 bilhão e com vencimento em março de 2044.

O Itaú BBA participou como coordenador da Oferta Pública com Esforços Restritos de Colocação da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sem garantias, em quatro séries: 1ª série correspondente a 301.000 debêntures incentivadas, emitidas em agosto de 2017, com vencimento em agosto de 2022 e taxa de juros correspondente ao IPCA acrescido de 4,71676% a.a. no valor de R$ 301 milhões, 2ª série correspondente a 1.089.892 debêntures incentivadas, emitidas em agosto de 2017, com vencimento em agosto de 2024 e taxa de juros correspondente ao IPCA acrescido de 5,2092% a.a. no valor de R$ 1,08 bilhões, 3ª série correspondente a 3.346.237 debêntures não incentivadas, emitidas em agosto de 2017, com vencimento em agosto de 2022 e taxa de juros correspondente a 106,75% do CDI no valor de R$ 3,34 bilhões e 4ª série correspondente a 251.690 debêntures não incentivadas, emitidas em agosto de 2017, com vencimento em agosto de 2024 e taxa de juros correspondente a IPCA acrescido de 5,8386% a.a., totalizando o valor de R$ 4,988 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM 476.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento societário ou comercial com o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico conforme detalhado abaixo:

- a Petrobras Bolivia S.A. possui contrato de administração de conta controlada junto ao Banco J.P. Morgan S.A. desde abril de 2012, que permanecerá em vigor enquanto existirem recursos nas respectivas contas controladas. O referido contrato poderá ser rescindido mediante renúncia ou substituição do J.P. Morgan como banco depositário. Por tal serviço, o J.P. Morgan recebe uma remuneração fixa anual pela manutenção de tal conta controlada. Referido contrato não conta com garantias;

- contas correntes em Reais, Euros e US Dólares com saldo em 21 de novembro de 2017 de R$ 11.230,00 Euro 11.811.594,00 e USD 3.619.410.027,00 respectivamente. Tais serviços são prestados por prazo indeterminado, até seu cancelamento;

- 2 operações de empréstimo contratadas com o J.P. Morgan Chase Bank, N.A. em favor da Petrobras Global Trading BV com garantia fidejussória prestada pelo Acionista Vendedor, no montante total de US$ 200 milhões e US$847.5 milhões, com taxas de juros variando entre Libor + 2.03 a Libor + 3.25%, com vencimento entre junho de 2019 e setembro de 2022;

- operação de financiamento contratada com o J.P. Morgan Chase Bank, N.A. em favor da Petrobras Global Trading BV, com garantia fidejussória prestada pelo Acionista Vendedor e com cobertura de agência de fomento à exportação no valor de US$ 500 milhões, com taxa de juros corresponde a USD Libor + 0.9% e vencimento em dezembro 2026, garantida em sua totalidade pela agência do Reino Unido UKEF;

- o Banco J.P. Morgan presta serviços de administração e o J.P. Morgan Administradora de Carteiras Brasil Ltda. presta serviços de gestão de fundos de investimento detidos direta ou indiretamente pelo Acionista Vendedor e sociedades de seu conglomerado econômico. Em 21 de novembro de 2017, o valor de ativos sob gestão do J.P. Morgan é de R$ 1.3 bilhões. A taxa de administração devida ao J.P. Morgan varia de 0.03% a.a. à 0.01% a.a. dependendo do patrimônio líquido do fundo, além de remuneração adicional devida na hipótese de valorização das quotas do fundo acima de 100% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI;

- o J.P. Morgan Securities LLC atuou na qualidade de *joint bookrunner* na emissão de títulos globais (*Global Notes*) pela Petrobras Global Finance, com garantia do Acionista Vendedor em 27 de setembro de 2017, sendo: USD 1 bilhão de *Global Notes* com vencimento em 27 de janeiro de 2025 e cupom de 5,299% ao ano; e USD 1 bilhão de Global Notes com vencimento em 27 de janeiro de 2028 e cupom de 5,999% ao ano. Concomitantemente à emissão descrita acima, o J.P. Morgan Securities LLC atuou na qualidade de *dealer manager,* na oferta privada de troca (*Exchange Offer*) e na oferta de recompra (*Cash Offer*) efetuada pela Petrobras Global Finance B.V. No âmbito da oferta privada de troca (*Exchange Offer*), *Global Notes* antigos no montante de USD 2,599 milhões foram repactuados para o novo *Global Note* a 5,299% com vecimento em 2025 e *Global Notes* antigos no montante de USD 4,169 milhões foram repactuados para o novo *Global Notes* a 5,999% com vencimento em 2028. No âmbito da oferta de recompra (*Cash Offer*), detentores de *Global Notes* antigos ofertaram um volume total equivalente a USD 210 milhões. Os recursos líquidos dessas operações serão utilizados para fins corporativos gerais, prioritariamente para o pré-pagamento de dívidas existentes. Pelos serviços descritos acima, o J.P. Morgan recebeu uma comissão fixa.

- cartão de crédito emitidos em nome da Petrobras America Inc. e da Pasadena Refining System Inc., a partir de junho de 2007, sendo que, em 21 de novembro de 2017, há USD 17,000 em aberto;

- o Acionista Vendedor contratou junto ao J.P. Morgan operações de câmbio spot de natureza financeira e comercial, que durante os últimos 12 meses representaram aproximadamente o valor nocional de R$ 8,078 bilhões. As operações foram contratadas entre novembro de 2016 e novembro de 2017 e foram liquidadas em até dois dias úteis após o fechamento, sendo que, em 21 de novembro de 2017, não existiam operações em aberto. A remuneração recebida pelo J.P. Morgan para esta prestação de serviços se dá pela diferença positiva (*spread*) verificada entre as taxas das operações de compra da moeda cambiada praticada pela instituição financeira para posterior venda ao cliente. As operações não contam com garantias;

- 1 contrato de assessoria financeira estratégica, celebrado em maio de 2016, com vencimento em maio de 2019 e com remuneração usual para este tipo de serviço. O contrato não prevê taxa de juros e não conta com garantia.

Adicionalmente, sociedades integrantes do grupo econômico do J.P. Morgan eventualmente possuem ações de emissão do Acionista Vendedor, diretamente ou em fundos de investimentos administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social do Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, serviços de corretagem de valores mobiliários, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pelo informado acima, nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou as sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, ou em operações de financiamento e em reestruturações societárias dos Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta", na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao J.P. Morgan e/ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento entre o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu conglomerado econômico e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Morgan Stanley

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor possui relacionamento comercial com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo econômico, conforme detalhado a seguir.

Atualmente, o Acionista Vendedor possui com o Morgan Stanley e/ou sociedades do seu grupo econômico duas operações de empréstimos: (i) um contrato firmado em 09 de maio de 2012, com vencimento em 18 de maio de 2018, com valor de US$500 milhões e taxa de juros correspondente a Libor acrescida de sobretaxa de 2,05%; e (ii) um contrato firmado em 15 de março de 2013, com vencimento em 25 de março de 2019, com valor de US$500 milhões e taxa de juros correspondente a Libor acrescida de sobretaxa de 1,83%. Referidas operações não contam com garantias.

O Morgan Stanley, através de sociedade do seu grupo econômico, atuou como assessor financeiro nas seguintes ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, realizadas exclusivamente no exterior, nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta: (i) emissão de notas não colateralizadas, em 09 de janeiro de 2017, no total US$4.000 milhões, com vencimento em janeiro de 2022 (US$2.000 milhões) e em janeiro de 2027 (US$2.000 milhões), com taxas de 6,125% e 7,375%, respectivamente; (ii) emissão de notas não colateralizadas, em 15 de maio de 2017, no total de US$4.000 milhões, com vencimento em janeiro de 2022 (US$1.000 milhão), janeiro de 2027 (US$2.000 milhões) e março de 2044 (US$1.000 milhão), com taxas de 6,125%, 7,375% e 7,250%, respectivamente. Referidas operações contam com garantia corporativa prestada pelo Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com as atividades do Acionista Vendedor ou de sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

O Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, bem como fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo, poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão do Acionista Vendedor; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Morgan Stanley no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta — Custos da Oferta" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Santander

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com o Acionista Vendedor e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

PETROLEO BRASILEIRO S.A.

- Garantia em Moeda Estrangeira no valor de USD 125.000.000 com vencimento em 5 de janeiro de 2018. Referida operação não é garantida e possui comissão correspondente a 0,80% ao ano.

- Uma Fiança prestada pelo Santander em favor do Acionista Vendedor, visando garantir a participação do Petróleo Brasileiro S.A. na 14ª Rodada de licitações de Blocos Exploratórios, cujo beneficiário é a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no valor de R$ 2.300.000, com vencimento em 2 de abril de 2018 e taxa de juros correspondente a 0,40% ao ano.

- Oito Fianças prestadas pelo Santander em favor do Acionista Vendedor, visando garantir sua participação na 2º e 3ª Rodadas de Partilha de Produção no Pré-Sal, cujo beneficiário é a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no valor total de R$ 99.200.000, todas com vencimento em 27 de fevereiro de 2018 e taxa de juros correspondente a 0,40% ao ano.

- Fiança prestada pelo Santander em favor do Acionista Vendedor, visando garantir ação judicial, cujo beneficiário é o juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, no valor atual total de R$ 247.694.937,93, com vencimento indeterminado e comissão correspondente a 2,40% ao ano.

- Adicionalmente, o Santander, nos últimos 24 meses, atuou como Joint Bookrunner nas seguintes emissões públicas de bônus no mercado de capitais internacional por entes do grupo econômico do Acionista Vendedor, com garantia do Acionista Vendedor:

    a. 8,375% Global Notes, com vencimento em 2021, no valor total de U$5,000,000,000.00, e respectiva reabertura, no valor total de U$1,750,000,000.00;

    b. 8,750% Global Notes, com vencimento em 2026, no valor total de U$1,750,000,000.00, e respectiva reabertura, no valor total de U$1,250,000,000.00;

    c. 5,299% Global Notes, com vencimento em 2025, emitidos em setembro de 2017, no valor total de U$1,000,000,000.00;

    d. 5,999% Global Notes, com vencimento em 2028, emitidos em setembro de 2017, no valor total de U$1,000,000,000.00;

PETROBRAS GLOBAL TRADING B.V.

- Operação de Financiamento ao Comércio Exterior, com saldo atual de USD 1.100.000.000 e vencimento em 27 de outubro de 2023. Referida operação não é garantida e possui taxa de juros correspondente a Libor + 4,40% ao ano.

PETROBRAS NETHERLANDS B.V.

- Operação de Financiamento com Cobertura de Agência de Fomento à Exportação de USD 250.000.000 e vencimento em 22 de maio de 2021, garantida em sua totalidade pela agência de fomento italiana SACE e com taxa de juros correspondente a USD Libor + 1,10%.

- Operação de Financiamento com Cobertura de Agência de Fomento à Exportação de USD 171.572.500 e vencimento em 20 de fevereiro de 2023, garantida em sua totalidade pela agência Norueguesa GIEK e com taxa de juros corresponde a USD Libor + 0,85%.

- Operação de Financiamento com Cobertura de Agência de Fomento à Exportação de USD 131.247.375 e vencimento em 28 de agosto de 2020, garantida em sua totalidade pela agência Dinamarquesa EKF e com taxa de juros corresponde a USD Libor + 1,25%.

- Operação de Financiamento com Cobertura de Agência de Fomento à Exportação de USD 16.666.667 e vencimento em 29 de setembro de 2023, garantida em sua totalidade pela agência do Reino Unido UKEF e com taxa de juros corresponde a USD Libor + 0,725%.

PETROBRAS URUGUAY SERVICIOS Y OPERACIONES S.A.

- Operação de empréstimo de capital de giro de USD 1.000.000 e vencimento em 30 de outubro de 2017. Referida operação não é garantida e a taxa de juros corresponde a 2,52% ao ano.

- Duas Operações de empréstimo de capital de giro que somam UYU 70.000.000 e ambas com vencimento em 5 de dezembro de 2017. Referidas operações não são garantidas e a taxa de juros corresponde a 10,55% ao ano.

- Operação de Leasing de USD 3.860 e vencimento em 4 de setembro de 2018. Referida operação não é garantida e a taxa de juros corresponde a 9,4% ao ano.

CIA INTEGRADA TEXTIL DE PERNAMBUCO

- Operação de Financiamento com Cobertura de Agência de Fomento à Exportação de EUR 23.610.786 com vencimento em 9 de março de 2020, com 95% de seu montante garantido pela agência Alemã Euler Hermes e com taxa de juros corresponde a EUR Libor + 1,10%.

- Operação de Financiamento com Cobertura de Agência de Fomento à Exportação de EUR 21.888.443 com vencimento em 19 de novembro de 2018, com 95% de seu montante garantido pela agência Alemã Euler Hermes e com taxa de juros corresponde a EUR Libor + 1,10%.

PETROBRAS TRANSPORTE S.A.

- Operação de Leasing no valor de R$ 5.340.622 e vencimento em 22 de setembro de 2020. Referida operação não é garantida e sua taxa de juros corresponde a CDI + 3,90% ao ano.

- Operação de Leasing no valor de R$ 1.033.200 e vencimento em 16 de agosto de 2021. Referida operação não é garantida e sua taxa de juros corresponde a CDI + 2,82% ao ano.

TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA BRASIL S/A

- Carta de Crédito de Importação no valor de R$ 78.360 e vencimento em 20 de junho de 2018, com comissão de USD 500. Referida operação não é garantida e não contém taxa de juros.

- Carta de Crédito de Importação no valor de R$ 23.720 e vencimento em 19 de agosto de 2018, com comissão de USD 500. Referida operação não é garantida e não contém taxa de juros.

BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY

- Duas Operações de Standby, cujo valor nominal total é de USD 5.000.000 e vencimento em 25 de julho de 2018. Referida operação não é garantida e a comissão corresponde a 3,00% ao ano.

- Operação de Standby, cujo valor nominal total é de USD 2.200.000 e vencimento em 26 de outubro de 2018. Referida operação não é garantida e a comissão corresponde a 3,00% ao ano.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com o Acionista Vendedor. Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão do Acionista Vendedor; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Informações Adicionais

O Acionista Vendedor, a Companhia e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*road show*) no período entre a data da primeira divulgação do Aviso ao Mercado e a data em que for fixado o Preço por Ação.

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos no Prospecto Definitivo e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento nas Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Os Coordenadores da Oferta recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta a este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e dos demais riscos a ela inerentes.

O Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo (os quais incluem o Formulário de Referência da Companhia anexo ao Prospecto Preliminar e anexo a este Prospecto Definitivo e seus eventuais aditamentos ou suplementos). Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto, especialmente as seções que tratam sobre os fatores de risco. É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência da Companhia arquivado na CVM antes de aceitar a Oferta, em especial, as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações", nas páginas 21 e 101 deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia arquivado na CVM, anexo a este Prospecto, para ciência e avaliação de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à Companhia, à Oferta e ao investimento nas Ações.

O Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes endereços e páginas na Internet:

Companhia

Petrobras Distribuidora S.A.
Rua Correia Vasques 250
20211-140 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Rafael Salvador Grisolia
Telefone: (21) 2354-4046
http://www.br.com.br, em tal página, na seção "Para você", onde se lê "OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES DA PETROBRAS DISTRIBUIDORA, clicar em "SAIBA MAIS" e, na seção "Oferta Pública Petrobras Distribuidora 2017", clicar em "Prospecto Definitivo".

Acionista Vendedor

Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Avenida República do Chile 65
20031-912 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Ivan de Souza Monteiro
Telefone: (21) 3224-2401
http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/acoes-e-dividendos/prospectos-de-emissoes-de-acoes, em tal página, acessar a seção "Oferta Pública Petrobras Distribuidora 2017" e , por fim, clicar em "Prospecto Definitivo".

Coordenador Líder

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista 1111, 14º andar (parte)
01311-920 São Paulo, SP
At.: Sr. Persio Dangot
Telefone: (11) 4009-3268
Fac-símile: (11) 2845-3080
https://www.brasil.citibank.com/corporate/prospectos.html, em tal página, acessar "Corretora" no quadro "Prospectos" no centro da página, e, a seguir, clicar em "2017", na sequência, clicar em "IPO – Petrobras Distribuidora S.A." e, por fim, selecionar "Petrobras Distribuidora S.A. – Prospecto Definitivo".

Demais Coordenadores da Oferta

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 18º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Telefone: (11) 2188-4550
Fac-símile: (11) 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br, neste website, no item "Global Markets & Investment Banking Group", clicar em "BR Distribuidora" e, a seguir, clicar em "Prospecto Definitivo".

BB-Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas 105, 36º andar
20031-923 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. João Carlos Floriano
Telefone: (21) 3808-3625
Fac-símile: (21) 2262-3862
http://www.bb.com.br/ofertapublica, neste website, no item "Ofertas em Andamento", clicar em "Ações Petrobras Distribuidora S.A.", depois acessar "Leia o Prospecto Definitivo".

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3064, 10º andar
01451-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Telefone: (11) 2169-4672
Fac-símile: (11) 3847-9856
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website* acessar "Ofertas ativas", "IPO BR Distribuidora" e, em seguida, "Prospecto Definitivo".

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Telefone: (11) 3708-8000
Fac-símile: (11) 3708-8107
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/, neste *website* acessar em "Petrobras Distribuidora S.A.", clicar em "2017", em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e acessar o Prospecto Definitivo".

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º, 7º e 10º a 15º andares
04538-905 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Telefone: (11) 4950-3700
Fac-símile: (11) 4950-6655
http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/brdistribuidora (neste *website* acessar "Prospecto Definitivo").

Banco Morgan Stanley S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º andar e 8º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Manuel Garcia Diez
Telefone: (11) 3048-6000
Fac-símile: (11) 3048-6010
http://www.morganstanley.com.br/prospectos (neste website, no item"Prospectos Locais", acessar o link "Prospecto Definitivo" no subitem "Petrobras Distribuidora S.A.").

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 2041 e 2235, 24º andar
04543-011 São Paulo, SP
At.: Sr. Cleomar Parisi
Telefone: (11) 3012-7162
Fac-símile: (11) 3553-0063
https://www.santander.com.br/br/pessoa-juridica/corporate-finance/, clicar em "Confira as ofertas em andamento", localizar o subitem "Petrobras Distribuidora S.A." e clicar em "Download do Prospecto Definitivo".

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas, em tal página, acessar "Ofertas em andamento", depois clicar "Petrobras Distribuidora S.A." e, posteriormente, acessar "Prospecto Definitivo".

Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro 111, 5º andar
20159-900 Rio de Janeiro, RJ
Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares
01333-010 São Paulo, SP
www.cvm.gov.br, em tal página, no campo "Acesso Rápido", acessar "Consulta – Ofertas Públicas em Análise", em seguida, no quadro "Tipo de Oferta", linha Ações, selecionar o link com o volume na coluna "Secundárias", na sequência, no quadro referente à emissora "Petrobras Distribuidora S.A." acessar o *link* "Prospecto".

O Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento serão divulgados nos endereços e páginas na Internet acima mencionados.

A Oferta foi registrada pela CVM em 14 de dezembro de 2017, sob o n.º CVM/SRE/SEC/2017/012. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção "Identificação da Companhia, dos Administradores, dos Coordenadores da Oferta, dos Consultores e dos Auditores" na página 8 deste Prospecto.

FATORES DE RISCO RELATIVOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

Investir em ações envolve uma série de riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento em Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" na página 21 deste Prospecto, e os riscos constantes da seção 4 do Formulário de Referência, bem como as demonstrações financeiras e Informações Trimestrais e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto. Caso qualquer dos riscos mencionados abaixo, qualquer dos riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e/ou qualquer dos riscos constantes da seção 4 do Formulário de Referência venha a ocorrer, a participação de mercado, a reputação, os negócios, a situação financeira, o resultado das operações, as margens e o fluxo de caixa da Companhia poderão ser adversamente afetados e, ato contínuo, o preço de mercado das Ações poderá diminuir e os investidores poderão perder todo ou parte do seu investimento nas Ações.

Para os fins desta seção, da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e da seção 4 do Formulário de Referência, a indicação de que um risco pode ter ou terá um "efeito adverso para a Companhia" ou expressões similares significam que esse risco pode ter ou terá um efeito adverso na participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, resultado das operações, margens, fluxo de caixa e/ou preço de mercado das Ações da Companhia.

Os riscos apontados abaixo não são exaustivos, sendo que riscos adicionais que atualmente consideramos irrelevantes ou que atualmente não são de conhecimento da Companhia e do Acionista Vendedor também poderão ter um efeito adverso para nós.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Como foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo suas intenções de investimento automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderia ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

As ações ordinárias de emissão da Companhia nunca foram negociadas em bolsa de valores, e, portanto, um mercado ativo para as Ações pode não se desenvolver ou, se desenvolvido, pode não se manter, e a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser adversamente afetada em seguida à Oferta. Adicionalmente, a relativa volatilidade e a liquidez limitada dos mercados brasileiros de valores mobiliários poderão restringir a capacidade dos investidores de negociar com as Ações.

Antes da Oferta, as ações ordinárias de emissão da Companhia não eram negociadas em bolsa de valores. Um mercado ativo e líquido de negociação para as ações ordinárias de emissão da Companhia pode não se desenvolver ou, se for desenvolvido, pode não conseguir se manter.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e pode ser mais volátil que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, incluindo o dos Estados Unidos da América e os europeus. A B3 apresentou, em 30 de setembro de 2017, capitalização bursátil de, aproximadamente, R$3,07 trilhões (ou US$968,95 bilhões) e uma média diária de negociação no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2017 de, aproximadamente, R$8,23 bilhões (ou US$2,58 bilhões). Em comparação, a capitalização bursátil da NYSE na mesma data era de, aproximadamente, US$23,9 trilhões. As dez ações mais negociadas na B3, em termos de volume financeiro, responderam por, aproximadamente, 37,1% do total de negociações na B3 no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2017.

Além disso, a B3 pode ser regulada de maneira diferente da que os investidores estrangeiros estejam acostumados. Essas características de mercado podem restringir substancialmente a capacidade dos investidores de negociar com as ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e na ocasião em que o desejarem, o que poderá, consequentemente, afetar-nos adversamente. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser adversamente afetado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Após o término dos prazos de restrição de negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia descritos na seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 59 deste Prospecto, a emissão de novas ações ordinárias pela Companhia ou a venda de ações ordinárias de emissão da Companhia pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e demais pessoas sujeitas a tais restrições estarão permitidas. A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os investidores na Oferta poderão sofrer diluição imediata no valor de seus investimentos nas Ações após a Oferta, e, se liquidados pelo valor contábil da Companhia, os investidores poderão não receber o valor total de seu investimento.

O Preço por Ação foi fixado em valor superior ao valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia, assim entendido como o resultado da divisão (i) do valor consolidado do ativo da Companhia, reduzido do valor consolidado do passivo da Companhia, pela (ii) quantidade total de ações ordinárias que compõe o capital social da Companhia. Dessa forma, os investidores que adquirirem Ações no âmbito da Oferta poderão pagar um valor que é superior ao valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia, resultando em diluição imediata estimada do valor de seu investimento nas Ações de 54,20%. Para informações adicionais, ver a seção "Diluição" na página 108 deste Prospecto. Adicionalmente, se formos liquidados pelo valor contábil da Companhia, os investidores poderão não receber o valor total de seu investimento.

A Companhia poderá vir a precisar de capital no futuro, por meio da emissão de ações ordinárias ou de valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, ou envolver-se em operações societárias, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos investidores no capital social da Companhia.

A Companhia poderá vir a ter que captar recursos no futuro por meio de subscrições públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou de valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. A captação de recursos por meio de subscrição pública de ações ou de valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia. Adicionalmente, a Companhia poderá se envolver em operações societárias, incluindo fusões e incorporações, que resultem na emissão de ações ordinárias de emissão da Companhia em favor de outras pessoas, incluindo sócios ou acionistas de sociedades que a Companhia vier a fundir ou incorporar. A ocorrência de qualquer desses eventos pode resultar na diluição da participação dos investidores nas Ações e/ou na diminuição do preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os interesses do Acionista Vendedor podem ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

O Acionista Vendedor tem, e continuará a ter após a conclusão da Oferta, poderes para, dentre outros, eleger 50% dos membros do conselho de administração da Companhia e decidir sobre quaisquer questões que sejam de competência dos acionistas da Companhia, incluindo reorganizações societárias, cancelamento do registro de emissor de valores mobiliários da Companhia, alienação das subsidiárias da Companhia e montante e momento para distribuição dos dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, ressalvadas as exigências de dividendo mínimo obrigatório, de acordo com o estatuto social da Companhia. Os interesses do Acionista Vendedor poderão ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos outros acionistas da Companhia.

Os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar anualmente aos seus acionistas um dividendo obrigatório, na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio, correspondente a 25% de seu lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a menos que a situação financeira da Companhia não permita. Além disso, o lucro líquido da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou retido para constituir reservas, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, ao invés de ser distribuído aos seus acionistas como dividendos ou juros sobre capital próprio.

A Oferta compreende uma oferta pública de distribuição das Ações no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior, o que poderá nos expor a riscos decorrentes ou relacionados a esse tipo de operação. Os riscos decorrentes ou relacionados a esforços de colocação de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários realizada exclusivamente no Brasil.

A Oferta compreende a oferta pública de distribuição secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, a ser realizada nos termos da Instrução CVM 400, com esforços de colocação das Ações no exterior. Os esforços de colocação das Ações no exterior sujeitam a Companhia e o Acionista Vendedor a normas relacionadas à proteção dos investidores estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula, dentre outros, os esforços de colocação das Ações no exterior no âmbito da Oferta, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional. O Contrato de Colocação Internacional contém uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional, por meio da qual a Companhia e o Acionista Vendedor obrigam-se a indenizá-los por perdas que eventualmente venham a incorrer no exterior como resultado de incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e/ou no *Final Offering Memorandum*. Caso venham a sofrer essas perdas no exterior, os Agentes de Colocação Internacional poderão ter direito de regresso contra a Companhia e o Acionista Vendedor em conformidade com essa cláusula de indenização. Além disso, o Contrato de Colocação Internacional contém declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.

Em cada um desses casos, poderão ser instaurados processos judiciais no exterior contra a Companhia e o Acionista Vendedor, os quais, especialmente nos Estados Unidos da América, podem envolver montantes significativos, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos da América para o cálculo das indenizações devidas nesses tipos de processo. Adicionalmente, no sistema processual dos Estados Unidos da América, as partes litigantes são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial dos processos, o que onera as companhias envolvidas mesmo que fique provado não ter havido qualquer irregularidade. Eventual condenação em processo judicial que venha a ser movido no exterior contra nós em decorrência ou relacionado a incorreções ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e/ou no *Final Offering Memorandum* poderá nos afetar adversamente.

Eventual descumprimento, ou indícios de descumprimento, por Instituições Consorciadas, de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de Instituições Participantes da Oferta, com o consequente cancelamento dos Pedidos de Reserva realizados perante tais Instituições Consorciadas e dos respectivos contratos de compra e venda.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre a Companhia e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de Instituições Participantes da Oferta, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva, todos os contratos de compra e venda que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento. Tais investidores não participarão mais da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira eventualmente incidentes. Para informações adicionais, ver a seção "Informações sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Violações das Normas de Conduta" na página 56 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta.

Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma, podendo também arquivar o pedido de registro da Oferta.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Tendo em vista que a Oferta é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta. O Acionista Vendedor receberá todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações objeto da Oferta, inclusive aqueles obtidos em decorrência da colocação das ações decorrentes do exercício da Opção de Lote Suplementar.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre o endividamento consolidado de curto e longo prazos da Companhia e sua estrutura de capital em 30 de setembro de 2017. As informações descritas abaixo foram extraídas das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia em 30 de setembro de 2017.

O investidor deve ler a tabela em conjunto com os itens 3 (*Informações Financeiras Selecionadas*) e 10 (*Comentários dos Diretores*) do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, , bem como em conjunto com as demonstrações e informações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

	30 de setembro de 2017 (Em R$ milhões)
Financiamentos totais	4.732
Financiamentos (circulante)	305
Financiamentos (não circulante)	4.427
Arrendamentos mercantis financeiros totais	97
Arrendamentos mercantis financeiros (circulante)	29
Arrendamentos mercantis financeiros (não circulante)	68
Cessão de direitos creditórios (circulante)	23
Patrimônio líquido	8.004
Capitalização Total[(1)]	**12.856**

(1) A capitalização total corresponde ao resultado da soma do total dos financiamentos, dos arrendamentos mercantis financeiros, da cessão de direitos creditórios e o patrimônio líquido. Esta definição pode variar de acordo com a companhia.

Tendo em vista que a Oferta é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade Acionista Vendedor, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta e, consequentemente, a Oferta não impactará na capitalização total da Companhia em 30 de setembro de 2017.

DILUIÇÃO

Tendo em vista que a Oferta compreende apenas uma distribuição pública secundária de Ações, o número de ações ordinárias de emissão da Companhia não aumentará após a conclusão da Oferta, uma vez que não haverá a emissão de novas ações. Adicionalmente, uma vez que os recursos obtidos com a Oferta serão pagos exclusivamente ao Acionista Vendedor, não haverá aumento no nosso patrimônio líquido após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2017, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$ 8.004 milhões e o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia correspondia, na mesma data, a R$6,87 por ação. Esse valor patrimonial por ação representa o valor contábil total do patrimônio líquido consolidado da Companhia dividido pelo número total de ações ordinárias de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2017.

A venda das Ações ao Preço por Ação representa uma diluição imediata de R$8,13 por Ação para os investidores da Oferta, considerada a diferença entre o Preço por Ação e seu valor patrimonial contábil em 30 de setembro de 2017. Esta diluição representa um percentual de diluição imediata de 54,20% por Ação para os investidores da Oferta, calculada pela divisão do valor de diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores da Oferta pelo Preço por Ação.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2017, considerando a realização da Oferta:

Preço por Ação (R$)	R$15,00
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2017(R$)[(1)]	6,87
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores da Oferta(R$)[(2)]	8,13
Percentual de diluição imediata para os investidores da Oferta[(3)]	**54,20%**

(1) Considera o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 29,8521666575107 ações para 1 (uma) ação ordinária, aprovado na Assembleia Geral realizada em 14 de novembro de 2017.
(2) Representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2017.
(3) Resultado da divisão (a) da diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores da Oferta pelo (b) Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e foi fixado com base na conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta" nas páginas 46 a 62 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$15,00 aumentaria (reduziria) a diluição do valor patrimonial contábil por Ação aos investidores da Oferta em R$1,00 por Ação, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017.

Histórico do preço de emissão de ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital social ocorridos na Companhia e sobre o preço pago pelo Acionista Vendedor por conta da subscrição de ações de emissão da Companhia, quando aplicável, nos últimos cinco anos.

Data	Natureza da Operação	Valor (R$)	Quantidade de Ações	Preço por Ação
19/03/2013	Aumento de capital	R$ 1.788.742.929,57	N/A[(1)]	N/A[(1)]
31/05/2013	Aumento de capital	R$ 20.180.395,00	N/A[(1)]	N/A[(1)]
25/05/2015	Aumento de capital	R$ 360.820.873,80	N/A[(1)]	N/A[(1)]
31/08/2017	Aumento de capital	R$ 6.312.989.460,63	N/A[(1)]	N/A[(1)]

(1) Aumento de capital sem emissão de ações.

Para mais informações, veja item "17.2 Aumentos do capital social" do Formulário de Referência.

Grupamento de Ações

Em 14 de novembro de 2017, foi aprovado em reunião do conselho de administração da Companhia o grupamento das Ações da Companhia, na proporção de 29,8521666575107 ações para cada atual ação ordinária de emissão da Companhia, desconsiderando-se as frações resultantes e sem modificação do valor do capital social. Com a efetivação do grupamento, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 1.165.000.000 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões) ações ordinárias.

Plano de opção de compra de ações

Na data deste Prospecto, a Companhia não possuía plano de opção de compra de ações, bem como não pretende implementar um plano de opção de compra de ações tão logo a Oferta seja concretizada.

[página intencionalmente deixada em branco]

ANEXOS

[página intencionalmente deixada em branco]

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

[página intencionalmente deixada em branco]

(Atualizado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14/11/2017)

Sumário

	Artigos	Página
Capítulo I		
Da Natureza, Sede e Objeto da Sociedade	**1 / 3**	**4**
Capítulo II **Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas**	**4 / 9**	**5**
Capítulo III **Das Subsidiárias Integrais, Controladas e Coligadas**	**10**	**6**
Capítulo IV **Da Administração da Companhia**		
Seção I **Dos Conselheiros e Diretores Executivos**	**11/ 22**	**6**
Seção II **Do Conselho de Administração**	**23 / 26**	**12**
Seção III **Da Diretoria Executiva**	**27 / 32**	**16**
Seção IV **Da Área de Governança, Risco e Conformidade e Auditoria Interna**	**33/34**	**20**
Capítulo V **Da Assembleia Geral**	**35 / 37**	**20**
Capítulo VI **Do Conselho Fiscal**	**38 / 41**	**22**
Capítulo VII **Dos Empregados da Companhia**	**42 / 46**	**23**
Capítulo VIII **Dividendo Obrigatório, Juros sobre o Capital Próprio e Reservas**	**47/ 51**	**24**
Capítulo IX **Alienação do Controle**	**52/55**	**25**

Capítulo X
Cancelamento de Registro de Companhia Aberta **56** **26**

Capítulo XI
Saída da Companhia do Novo Mercado **57/59** **26**

Capítulo XII
Disposições Gerais **60/64** **27**

Capítulo XIII
Disposições Transitórias **65/67** **28**

ESTATUTO SOCIAL DA PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Capítulo I - Da Natureza, Sede e Objeto da Sociedade

Art. 1º- A Petrobras Distribuidora S.A., doravante denominada “BR” ou “Companhia”, é uma controlada de sociedade de economia mista federal, com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelas normas do presente Estatuto, pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

§1º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. (“B3”), a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”), as quais prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Art. 2º- A Companhia tem sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo estabelecer, no País e no exterior, filiais, agências, sucursais e escritórios.

Art. 3º- A Companhia tem como objeto, observados os preceitos normativos, legais e constitucionais:

I- a distribuição, o transporte, o comércio, a armazenagem, a estocagem, a manipulação e a industrialização de derivados do petróleo, de gás natural, de xisto ou de outras rochas e seus correlatos, bem como de insumos relacionados com a indústria do petróleo;

II- a distribuição, o transporte, comércio, o beneficiamento e a industrialização de combustíveis de outras origens;

III- a distribuição, a comercialização e o transporte de produtos de qualquer natureza comercializados em postos de serviços, em centros de troca de óleo, de lavagem ou de abastecimento e manutenção de veículos automotivos;

IV- a exploração de negócios relacionados ao mercado de distribuição, tal como o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização, incluindo a comercialização de resgate de prêmios relacionados aos respectivos programas, e lojas de conveniência, localizadas em quaisquer pontos comerciais, nas quais poderão ser comercializados ou elaborados produtos e serviços de qualquer gênero;

V- a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como a prestação de serviços correlacionados;

VI- a produção, a industrialização, o transporte, a distribuição e a comercialização de produtos químicos, bem como a prestação de serviços correlacionados;

VII- a produção, a industrialização, o transporte, a distribuição e a comercialização de asfaltos e produtos afins, bem como a prestação de serviços de pavimentação e outros correlacionados;

VIII- a prestação de serviços de administração, operação, conservação, manutenção de instalações operacionais e industriais e de controle de qualidade vinculados ao seu objeto social;

IX- a importação e exportação relacionadas com os produtos e atividades escritos neste artigo; e

X- o exercício de quaisquer outras atividades correlatas e afins ao objeto social da Companhia, inclusive a prestação de serviços.

§1º- As atividades econômicas vinculadas ao seu objeto social serão desenvolvidas pela Companhia em caráter de livre competição com outras empresas, segundo as condições de mercado, observados os demais princípios e diretrizes da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

§2º- A Companhia, diretamente ou através de suas subsidiárias integrais e de suas controladas, associada ou não a terceiros, poderá exercer no País ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Capítulo II - Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Artigo 4° - O capital social subscrito e integralizado é R$6.351.707.024,67 (seis bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, setecentos e sete mil, vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), dividido em 1.165.000.000 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões) ações ordinárias, sem valor nominal.

§1º- Cada ação ordinária confere o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

§2º- A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, até o montante do saldo de lucros e de reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observada a legislação em vigor.

Art. 5º- A Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Art. 6º- A Companhia poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social até o limite de R$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, concedendo-se aos acionistas preferência para subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

Parágrafo Único. A critério do Conselho de Administração da Companhia, as emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, até o limite do capital autorizado, para venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, desde que não represente alienação do controle acionário, poderão ser efetuadas sem a observância do direito de preferência aos antigos acionistas, ou com redução do prazo para o exercício desse direito, nos termos da lei e deste Estatuto Social.

Art. 7º- A integralização das ações obedecerá às normas estabelecidas pela Assembleia Geral. Em caso de mora do acionista, e independentemente de interpelação, poderá a Companhia promover a execução ou determinar a venda das ações, por conta e risco do mesmo.

Art. 8º- As ações da Companhia, todas escriturais, serão mantidas, em nome de seus titulares, em conta de depósito de instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sem emissão de certificado.

Art. 9º- O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais na forma prevista no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, exibindo, no ato, ou depositando, previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.

Capítulo III - Das Subsidiárias Integrais, Controladas e Coligadas

Art. 10- Na execução de suas atividades, a Companhia poderá, observadas as disposições legais aplicáveis, constituir sociedades, associar-se a outras pessoas jurídicas, sob qualquer forma jurídica, ou, ainda, adquirir ações ou quotas de capital de outras sociedades, com o fim de torná-las controladas ou coligadas.

Parágrafo único. As indicações para cargo de administração ou de conselheiro fiscal que couberem à Companhia nas suas subsidiárias, controladas e coligadas, ainda que, indiretamente, provenientes de indicação da União nos termos da legislação vigente, deverão observar integralmente os requisitos e vedações impostos pela Lei de Sociedades por Ações, bem como aqueles previstos nos artigos 15 e 38 e seus parágrafos deste Estatuto, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Capítulo IV - Da Administração da Companhia

Seção I - Dos Conselheiros e Diretores Executivos

Art. 11- A Companhia será dirigida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela lei e de acordo com o presente Estatuto Social.

Art. 12- O Conselho de Administração será composto por 10 (dez) membros, cabendo à Assembleia Geral dos Acionistas designar dentre eles o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas no máximo 3 (três) reeleições consecutivas.

§1º- No caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho, o substituto será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral.

§2º- No caso do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados, o limite de reeleição deverá observar a legislação e regulações vigentes.

§3º- As funções de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Companhia não serão exercidas pela mesma pessoa.

§4º - O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, à exceção do membro indicado pelos empregados, por 50% (cinquenta por cento) de membros independentes, considerando em seu cômputo os eleitos pelos minoritários.

§5º- Caracteriza-se como Conselheiro Independente aquele que se enquadrar nas hipóteses previstas no art. 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento do Novo Mercado, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.

§6º- Entre os membros indicados pelo acionista controlador, no mínimo 2 (dois) serão Conselheiros Independentes, selecionados em lista tríplice, elaborada por empresa especializada e com experiência comprovada.

§7º- A qualificação como Conselheiro Independente será expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que o eleger.

§8º- Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo 4º acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

§9º- É vedada a recondução do Conselheiro de Administração, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§10º- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro de Administração para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

Art. 13- No processo de eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral de Acionistas serão observadas as seguintes regras:

I- os acionistas minoritários poderão eleger, ao menos, 3 (três) dos membros do Conselho de Administração, se número maior não lhes couber pelo processo de voto múltiplo;

II- 1 (um) dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma da legislação aplicável, que poderá ser independente ou não, a seu exclusivo critério;

III- 1 (um) dos membros será indicado pelos empregados da Companhia, nos termos da Lei n° 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e na forma deste Estatuto; e

IV- os demais membros do Conselho de Administração serão indicados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo único- Os conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários através dos procedimentos de voto múltiplo serão considerados no cômputo do número mínimo de vagas asseguradas pelo inciso I deste artigo.

Art. 14- A Diretoria Executiva será composta de um Presidente e 4 (quatro) Diretores Executivos, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre brasileiros residentes no País, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reeleições consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

§1º- O Conselho de Administração deverá observar na escolha e eleição dos membros da Diretoria Executiva a sua capacidade profissional, notório conhecimento e especialização nas respectivas áreas de contato em que esses administradores irão atuar, observado o Plano Básico de Organização.

§2º- Os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Companhia, permitido, porém, após justificativa e aprovação pelo Conselho de Administração, o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia.

§3º - Os membros da Diretoria Executiva, além dos requisitos exigíveis dos membros do Conselho de Administração, conforme art. 15 abaixo, deverão atender ao requisito de 10 (dez) anos de experiência em liderança, preferencialmente, no negócio ou em área correlata, conforme especificado na Política de Indicação da Companhia.

§4º - É vedada a recondução de membro da Diretoria Executiva, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§5º - Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de membro da Diretoria Executiva para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão.

§6º - O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será prorrogado até a efetiva investidura dos novos membros.

Art. 15- A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pelo art. 147 e complementadas por aquelas previstas no art. 162 da Lei das Sociedades por Ações, bem como aquelas previstas na Política de Indicação, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§1º- Para fins de cumprimento dos requisitos e vedações legais, a Companhia considerará ainda as seguintes condições para a caracterização da reputação ilibada do indicado para o cargo de administração, as quais serão detalhadas na Política de Indicação:

I- não possuir contra si processos judiciais ou administrativos com acórdão desfavorável ao indicado, em segunda instância, observada a atividade a ser desempenhada;

II- não possuir pendências comerciais ou financeiras que tenham sido objeto de protesto ou de inclusão em cadastros oficiais de inadimplentes, sendo possível o esclarecimento à Companhia sobre tais fatos;

III- diligência adotada na resolução de apontamentos indicados em relatórios de órgãos de controle interno ou externo em processos e/ou atividades sob sua gestão, quando aplicável;

IV- não possuir falta grave relacionada ao descumprimento do Código de Ética, Guia de Conduta, Programa BR de Prevenção da Corrupção ou outros normativos internos, quando aplicável;

V- não ter sido enquadrado no sistema de consequência disciplinar no âmbito da controladora ou de qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da Companhia ou ter sofrido penalidade trabalhista ou administrativa em outra pessoa jurídica de direito público ou privado nos últimos 3 (três) anos em decorrência de apurações internas, quando aplicável.

§2º- O indicado para o cargo de administração não poderá apresentar qualquer forma de conflito de interesse com a Companhia.

§3º- O indicado não poderá acumular mais de 2 (duas) posições remuneradas em conselhos de administração ou fiscal em empresa estatal federal ou em qualquer sociedade subsidiária, controlada ou coligada da Companhia.

§4º- Os requisitos legais e de integridade deverão ser analisados pelo Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, no prazo de 8 (oito) dias úteis, a partir da entrega das informações por parte do candidato ou de quem o indica, podendo ser prorrogado por mais 8 (oito) dias úteis a pedido do Comitê. Caso haja motivo objetivamente comprovado, o prazo de análise poderá ser suspenso, por ato formal do Comitê.

§5º- Será vedada a investidura em cargos de administração daqueles que possuírem ascendentes, descendentes ou parentes colaterais ocupando cargos no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva ou no Conselho Fiscal da Companhia.

§6º- A investidura de representante dos empregados no Conselho de Administração estará sujeita aos requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na Lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Política de Indicação e nos §§1º e 2º deste artigo.

§7º- É incompatível com a participação nos órgãos da administração da Companhia e de suas subsidiárias e controladas, membro com candidatura a mandato público eletivo, devendo o interessado renunciar ao cargo, sob pena de destituição, a partir do momento em que tornar pública sua pretensão à candidatura.

§8º- O Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão poderá solicitar ao indicado para o cargo que compareça a uma entrevista para esclarecimento sobre os requisitos deste artigo, sendo que a aceitação do convite obedecerá à vontade do indicado.

Art. 16- Os Conselheiros e membros da Diretoria Executiva serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, respectivamente, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

§1º- O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: (i) a indicação de pelo menos 1 (um) domicílio no qual o administrador receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia; (ii) a adesão ao Termo de Anuência dos Administradores nos termos do Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e (iii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 62 deste Estatuto e demais termos estabelecidos pela legislação e pela Companhia.

§2º- A posse do Conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do Conselheiro.

§3º- Antes de tomar posse, e ao deixar o cargo, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva apresentarão declaração de bens, que será arquivada na Companhia e na Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR.

Art. 17- Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos do art. 158, da Lei das Sociedades por Ações, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, sendo-lhes vedado participar na deliberação acerca de operações envolvendo sociedades em que participem com mais de 10% (dez por cento), ou tenham ocupado cargo de gestão em período imediatamente anterior à investidura na Companhia.

§1º- A Companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.

§2º- A garantia prevista no parágrafo anterior se estende aos membros do Conselho Fiscal, bem como a todos os empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

Art. 18- Perderá o cargo o Conselheiro que deixar de participar de 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 4 (quatro) ordinárias alternadas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho de Administração.

Art. 19- No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será indicado pelo órgão competente e nomeado pelos Conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na forma prevista no art. 150 da Lei das Sociedades por Ações.

§1º- O Conselheiro, ou membro da Diretoria Executiva, eleito em substituição, completará o prazo de gestão do substituído, e, quando findo o prazo de gestão, permanecerá no cargo até a posse do sucessor.

§2º- Caso o Conselheiro representante dos empregados não complete o prazo de gestão, será observado o seguinte:

I- assumirá o segundo colocado mais votado, se não houver transcorrido mais da metade do prazo de gestão;

II- serão convocadas novas eleições, se houver transcorrido mais da metade do prazo de gestão.

§3º- Na hipótese de que trata o § 2º, o Conselheiro substituto completará o prazo de gestão do Conselheiro substituído.

Art. 20- A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, individualmente, por seu Presidente ou por, no mínimo, 2 (dois) Diretores Executivos em conjunto, podendo nomear procuradores ou representantes.

Art. 21- O Presidente e os Diretores Executivos não poderão ausentar-se do exercício do cargo, anualmente, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou não, sem licença ou autorização do Conselho de Administração.

§1º- O Presidente e os Diretores Executivos farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de licença remunerada mediante prévia autorização da Diretoria Executiva, vedado o pagamento em dobro da remuneração pela licença não gozada no ano anterior.

§2º- Ao Presidente, compete designar, dentre os Diretores Executivos, seu substituto eventual.

§3º- No caso de vacância do cargo de Presidente, o Presidente do Conselho de Administração indicará o substituto dentre os demais membros da Diretoria Executiva até a eleição do novo Presidente nos termos do art. 14 deste Estatuto.

§4º- As atribuições individuais dos Diretores Executivos serão exercidas, durante suas ausências, afastamentos e demais licenças: (a) de até 30 (trinta) dias consecutivos, por um dos membros da Diretoria Executiva designados pelo Presidente; e (b) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos ou, em caso de vacância, até a posse do substituto eleito, por um dos Diretores Executivos, mediante designação do Conselho de Administração.

Art. 22- Após o término da gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de

Administração e do Conselho Fiscal ficam impedidos, por um período de 6 (seis) meses, contados do término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares, de:

I- aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, exercer atividades ou prestar qualquer serviço a empresas concorrentes da Companhia;

II- aceitar cargo de administrador ou conselheiro fiscal, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares; e

III- patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término do mandato, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares.

§1º- Para fins do caput, não é considerado impedimento o exercício de atividades em sociedades subsidiárias, controladas, coligadas ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS.

§2º- Incluem-se no período a que se refere o caput deste artigo, eventuais períodos de licença anual remunerada não gozados.

§3º- Durante o período de impedimento, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal farão jus a remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupavam.

§4º- Não terão direito à remuneração compensatória, os ex-membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que retornarem, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função ou cargo, efetivo ou superior, que, anteriormente à sua investidura, ocupavam na administração pública ou privada.

§5º- O descumprimento do impedimento de 6 (seis) meses implica, além da perda de remuneração compensatória, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.

§6º- Cessará o direito à percepção da remuneração compensatória, sem prejuízo das demais sanções cabíveis e restituição dos valores já recebidos, ao ex-membro da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que:

I- incorrer em qualquer das hipóteses que configuram conflito de interesses de que trata o art. 5º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013;

II- for condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por crimes contra a administração pública;

III- for condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por improbidade administrativa; ou

IV- sofrer cassação de aposentadoria, demissão ou conversão de exoneração em destituição do cargo em comissão.

§7º- O início do pagamento da remuneração compensatória será precedido de consulta formal à Comissão de Ética da Presidência da República nos termos do art. 8º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Seção II – Do Conselho de Administração

Art. 23- O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia, competindo-lhe:

I- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II- aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, e acompanhar o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como os planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos, as metas, assim como avaliar os resultados na execução dos referidos planos, devendo publicar suas conclusões e informa-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União;

III- definir os assuntos e valores para a alçada decisória da Diretoria Executiva, fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva e de seus membros e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV- avaliar, anualmente, resultados de desempenho, individual e coletivo, dos administradores e dos membros dos comitês estatutários do Conselho, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação gerencial e administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; e c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo de que trata o art. 37, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;

V- manifestar-se sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória e aprovar, anualmente, o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva ou de seus membros, deverão ser submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

VI – aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva ou por seus membros;

VII- deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

VIII- fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de suprimentos de derivados, de riscos, de investimentos, de meio ambiente, de divulgação de informações, de negociação de valores mobiliários, de distribuição de dividendos, de transações com partes relacionadas, de porta-vozes, de recursos humanos, de participações minoritárias e de licitações e contratos;

IX- aprovar a transferência da titularidade de ativos da Companhia, constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva ou por seus membros;

X- aprovar o Regulamento Eleitoral de escolha do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados;

XI- aprovar os planos que disponham sobre a admissão, carreira, sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Companhia;

XII- aprovar a Política de Indicação que contenha os requisitos mínimos para indicação de membros do Conselho de Administração e de seus Comitês, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, a ser disponibilizada, de forma ampla, aos acionistas e ao mercado, nos limites da legislação aplicável;

XIII- aprovar e divulgar Carta Anual e Carta de Governança Corporativa, na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XIV- implementar, diretamente ou por intermédio de outros órgãos da Companhia, e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e àqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XV- manifestar-se formalmente quando da realização de ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da Companhia;

XVI- definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;

XVII- aprovar a indicação e destituição do titular da área de Auditoria Interna, ouvido o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), além de definir as atribuições e regulamentar seu funcionamento;

XVIII – aprovar a indicação e destituição do titular da área de Governança, Risco e Conformidade;

XIX – aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAINT; e

XX – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal.

§1º- A fixação da política de recursos humanos de que trata o inciso VIII não poderá contar com a participação do Conselheiro representante dos empregados, caso as discussões e deliberações em pauta envolvam assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

§2º- A manifestação formal, favorável ou contrária, de que trata o inciso XV será por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de ações, abordando, pelo menos: (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

§3º- O parecer do Conselho de Administração deve abranger a opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da oferta pública, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação.

Art. 24- Compete, ainda, ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

I- Plano Básico de Organização e suas modificações, respeitando os encargos de cada membro da Diretoria Executiva, conforme estabelecido no art. 30 deste Estatuto;

II- indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia, proposta pela Diretoria Executiva, com base nos critérios fixados pelo próprio Conselho de Administração;

III- autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, exceto nos casos de competência da Assembleia Geral, conforme as disposições legais, regulamentares e

estatutárias;

IV- permuta de valores mobiliários de sua emissão;

V- eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria Executiva;

VI- constituição de subsidiárias integrais, participações da Companhia em sociedades controladas ou coligadas, a transferência ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;

VII- convocação de Assembleia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência;

VIII – as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

IX – inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica “assuntos gerais”;

X- Código de Ética e Guia de Conduta, bem como Regimento Interno do Conselho de Administração;

XI- Política e Diretrizes de Governança Corporativa da Companhia;

XII- escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à Companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;

XIII- relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;

XIV- escolha dos integrantes dos Comitês estatutários do Conselho, dentre seus membros e/ou dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica em relação à especialidade do respectivo Comitê, e aprovação das atribuições e regras de funcionamento dos Comitês;

XV- assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral, dependam de sua deliberação;

XVI- critérios de integridade e conformidade, bem como os demais critérios e requisitos pertinentes aplicáveis à eleição dos membros da Diretoria Executiva e à indicação dos titulares da estrutura geral, que deverão atender, no mínimo, àqueles constantes do art. 15, §§1º, 2º e 3º deste Estatuto;

XVII- Deliberar sobre marcas e patentes; e

XVIII- casos omissos deste Estatuto Social.

§1º- O Conselho de Administração contará com 4 (quatro) Comitês de assessoramento, com atribuições especificas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, vinculados diretamente ao Conselho: (i) Comitê de Auditoria; (ii) Comitê de Riscos e Financeiro; (iii) Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; e (iv) Comitê de Minoritários.

I- Os pareceres dos Comitês não constituem condição necessária para a apresentação de matérias ao exame e deliberação do Conselho de Administração;

II- Os membros dos Comitês poderão participar como convidados das reuniões do Conselho de Administração;

III- A composição e as regras de funcionamento dos Comitês serão disciplinadas em regimentos a serem aprovados pelo Conselho de Administração.

§2º O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Companhia no exercício de suas funções e terá atribuição, sem prejuízo de outras previstas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração, para análise e manifestação sobre as seguintes matérias:

a) a contratação e a destituição do auditor independente;

b) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos;

c) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras;

d) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros.

§3º - Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da Companhia, sendo que pelo menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária.

§4º - O Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão terá as atribuições previstas nos artigos 21 a 23 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como deverá analisar os requisitos de integridade previstos no art. 15 deste Estatuto para a investidura em cargo de administração e de conselheiro fiscal da Companhia.

§5º - Sempre que houver necessidade de avaliar operações com a União, suas autarquias e fundações, com a controladora e com empresas estatais federais, desde que, nestes dois últimos casos, sejam fora do curso normal dos negócios da Companhia, e que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, o Comitê de Minoritários deverá prestar o assessoramento prévio, emitindo seu parecer a respeito da transação pretendida.

§6º- O referido Comitê de Minoritários será formado por 2 (dois) membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas minoritários, além de um terceiro membro independente, que se enquadre nos quesitos do art. 22, §1º da Lei nº 13.303/2016, escolhido pelos demais membros do Comitê, podendo ser ou não membro do Conselho de Administração.

§7º- O Comitê de Riscos e Financeiro terá por finalidade assessorar o Conselho de Administração em assuntos estratégicos e financeiros, tais como os riscos concernentes à gestão financeira, a proposta de plano estratégico, o plano de negócios e demais diretrizes e orientações relacionadas ao escopo do Comitê definidas em seu regimento interno.

Art. 25- O Conselho de Administração poderá determinar a realização de inspeções, auditagens ou tomadas de contas na Companhia, bem como a contratação de especialistas, peritos ou auditores externos, para melhor instruírem as matérias sujeitas à sua deliberação.

Art. 26- O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos Conselheiros.

§1º- Fica facultada, se necessária, a participação dos Conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O Conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

§2º- As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

§3º- O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar membros da Diretoria Executiva da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação.

§4º- As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes e serão registradas no livro próprio de atas.

§5º- As operações previstas no § 5º do art. 24 deste Estatuto serão aprovadas pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

§6º- Em caso de empate, o Presidente do Conselho terá o voto de qualidade.

Seção III - Da Diretoria Executiva

Art. 27- Cabe à Diretoria Executiva e aos seus membros exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único - O Conselho de Administração poderá delegar atribuições à Diretoria Executiva, ressalvadas aquelas expressamente previstas na lei societária e observadas as alçadas estabelecidas em tais delegações.

Art. 28- Compete à Diretoria Executiva:

I - Avaliar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e planos plurianuais;

b) o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos;

c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia;

d) o resultado de desempenho das atividades da Companhia;

e) a indicação dos titulares da estrutura geral da Companhia, com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração;

f) os planos que disponham sobre a admissão, carreira e sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Companhia.

II - Aprovar:

a) Critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;

b) Política de preços e estruturas básica de preço dos produtos da Companhia;

c) Políticas de gestão, de construção e planejamento, operação e manutenção dos ativos da Companhia;

d) Políticas de compras, planejamento econômico-financeiro e tributário da Companhia;

e) Políticas de atuação de rede de postos e lojas de conveniência;

f) Políticas de atuação do mercado consumidor;

g) Planos de contas, critérios básicos para apuração de resultados, amortização e depreciação de capitais investidos e mudanças de práticas contábeis;

h) manuais e normas de contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outros necessários à orientação do funcionamento da Companhia;

i) normas para cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia;

j) a estrutura básica da Companhia, considerando as definições constantes do Plano Básico

de Organização, com suas respectivas responsabilidades, bem como criar, transformar ou extinguir órgãos operacionais ou correspondentes, agências, filiais, sucursais e escritórios no País;

k) a lotação de pessoal dos órgãos da Companhia;

l) Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

m) os atos e contratos relativos à sua alçada decisória;

n) o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência do Presidente ou dos Diretores Executivos, deverão ser submetidos para aprovação da Diretoria Executiva, respeitada a alçada definida pelo Conselho de Administração;

o) a criação e a extinção de Comitês não estatutários, vinculados a Diretoria Executiva ou a seus membros, aprovando as respectivas regras de funcionamento, atribuições e limites de competência para atuação;

p) seu Regimento Interno;

q) o plano anual de seguros da Companhia; e

r) convenções ou acordos coletivos de trabalho, bem como a propositura de dissídios coletivos de trabalho.

III - Garantir a implementação do Plano Estratégico e dos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos, respeitando os limites orçamentários aprovados;

IV - Monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;

V - Acompanhar e controlar as atividades das empresas das quais a Companhia participe, ou com as quais esteja associada;

VI- Instruir os representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como com as orientações corporativas aplicáveis;

VII - Deliberar sobre nomes e insígnias da Companhia; e

VIII - Deliberar sobre os assuntos que venham a ser submetidos pelo Presidente ou por qualquer Diretor Executivo.

Art. 29- A Diretoria Executiva reunir-se-á, com a maioria de seus membros, dentre eles o Presidente ou o seu substituto, mediante convocação do Presidente ou de 3 (três) Diretores Executivos.

Art. 30- Compete, individualmente:

§1º- Ao Presidente:

I- Elaborar e submeter à aprovação da Diretoria Executiva os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;

II- Convocar, presidir e coordenar os trabalhos das reuniões da Diretoria Executiva;

III- Propor ao Conselho de Administração a indicação dos Diretores Executivos;

IV- Designar os representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas;

V- Prestar informações ao Ministro de Estado ao qual a Companhia está vinculada, e aos

órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional;

VI- Aprovar as normas e procedimentos para desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização;

VII- Garantir a mobilização de recursos para fazer frente às situações de risco severo à segurança, meio ambiente e saúde;

VIII- Elaborar o orçamento, o plano de investimentos e o plano de negócios da Companhia;

IX- Propor a lotação de pessoal dos órgãos da Companhia;

X- Orientar e promover a aplicação das políticas e das diretrizes de recursos humanos da Companhia;

XI- Propor à Diretoria Executiva os planos que disponham sobre a admissão, carreira, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Companhia;

XII- Tomar decisões de competência da Diretoria Executiva, ad referendum desta, em caráter de urgência, sempre em conjunto com outro Diretor Executivo; e

XIII- Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§2º- Ao Diretor Executivo de Operação e Logística:

I- Elaborar e propor as políticas de gestão de construção e planejamento, operação e manutenção dos ativos da Companhia;

II- Coordenar as atividades de projeto de forma a garantir o cumprimento dos objetivos dos projetos, notadamente os prazos, valores de investimentos, qualidade e segurança de construção;

III- Coordenar as atividades de gerenciamento geral das bases e terminais de forma a garantir o cumprimento dos objetivos de gestão, notadamente o de eficiência, disponibilidade, segurança e ambiente;

IV- Coordenar o planejamento e o processo de aquisição de combustíveis e lubrificantes, bem como a respectiva operacionalização logística; e

V- Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§3º- Ao Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores:

I- Prover os recursos financeiros necessários à operação da Companhia, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;

II- Movimentar os recursos monetários da Companhia, sempre em conjunto com outro Diretor Executivo;

III- Acompanhar e reportar à Diretoria Executiva o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;

IV- Contabilizar, controlar e reportar à Diretoria Executiva as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;

V- Promover a gestão financeira da Companhia e acompanhar a gestão financeira das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e dos consórcios;

VI- Elaborar e propor as políticas de compras, planejamento econômico-financeiro e tributário da Companhia;

VII- Gerir os serviços de contabilidade e tesouraria, incluindo a contratação de empréstimos, financiamentos e suas aplicações e elaboração dos fluxos de caixa da Companhia;

VIII- Coordenar o processo de planejamento e contratação de bens e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;

IX- representar a Companhia perante a CVM e demais entidades do mercado de capitais e instituições financeiras, bem como órgãos reguladores e bolsas de valores, nacionais e estrangeiros, nas quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação, além de fazer cumprir as normas regulamentares aplicáveis à Companhia no tocante aos registros mantidos junto à CVM e junto aos órgãos reguladores e bolsas de valores nas quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação e administrar a política de relacionamento com investidores;

X- monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Capítulo IX deste Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; e

XI- Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§4º- Ao Diretor Executivo de Rede de Postos:

I- Elaborar e propor as políticas de atuação de rede de postos e lojas de conveniência;

II- Elaborar o orçamento, o plano de investimentos e o plano de negócios da sua área; e

III- Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§5º- Ao Diretor Executivo de Mercado Consumidor:

I- Elaborar e propor as políticas de atuação de mercado consumidor;

II- Elaborar o orçamento, o plano de investimentos e o plano de negócios da sua área; e

III- Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

§6º – Ao Presidente e a cada Diretor Executivo, dentre as áreas de contato descritas no Plano Básico de Organização:

I- implementar o plano estratégico e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, com utilização do sistema de gestão da Companhia;

II- admitir e demitir empregados e formalizar as designações para cargos e funções gerenciais;

III- designar empregados para missões no exterior;

IV- reportar à Diretoria Executiva as atividades técnicas e operacionais das subsidiárias integrais e empresas das quais a Companhia participe ou com as quais esteja associada;

V- administrar, supervisionar e avaliar desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização, bem como praticar atos de gestão correlacionados a essas atividades, podendo fixar limites de valor para delegação da prática desses atos, respeitadas as regras corporativas aprovadas pela Diretoria Executiva; e

VI- aprovar as normas e procedimentos para desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização.

Art. 31- As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes e registradas no livro próprio de atas.

Parágrafo único. Em caso de empate, o Presidente terá o voto de qualidade.

Art. 32- A Diretoria Executiva encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de

suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

Seção IV – Da área de Governança, Risco e Conformidade e Auditoria Interna:

Art. 33 - A Companhia disporá de área de Governança, Risco e Conformidade, vinculada ao Presidente ou a órgão superior, conforme definido no Plano Básico de Organização, contendo as seguintes atribuições:

I- Orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança, risco e conformidade;

II- Coordenar a gestão da conformidade e dos controles internos necessários, incluindo os aspectos de fraude e corrupção;

III- Orientar e promover a aplicação das políticas de gestão de riscos de acordo com a legislação vigente; e

IV- Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único- É assegurada ao titular da área de Governança, Riscos e Conformidade, no exercício de suas atribuições, a possibilidade de se reportar diretamente ao Conselho de Administração nas hipóteses do art. 9º, §4º da Lei nº 13.303/2016.

Art. 34- A Companhia disporá de uma Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração.

Parágrafo único - A Auditoria Interna será responsável por prover avaliação sobre a eficácia dos processos da Companhia, bem como assessoramento ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal.

Capítulo V - Da Assembleia Geral

Art. 35- A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:

I- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II- deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; e

III- eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Art. 36- A Assembleia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação do Conselho de Administração, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente:

I- reforma do presente Estatuto Social;

II- eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração, assim como dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;

III- emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias de sua emissão ou alienação desses títulos se mantidos em tesouraria;

IV- emissão de quaisquer outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações, no País

ou no exterior;

V- alienação de debêntures conversíveis em ações ordinárias de emissão de suas controladas que sejam de titularidade da Companhia;

VI- aumento do capital social da Companhia, que exceda o limite do capital autorizado, mediante a subscrição de novas ações, estabelecendo as condições da sua emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização, ou sua redução;

VII- alienação, pela própria Companhia, no todo ou em parte, de ações representativas do seu capital social;

VIII- transformação, fusão, cisão e incorporação da Companhia, bem como incorporação de ações de emissão da Companhia, sua dissolução, liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e aprovação de suas contas;

IX- fixação da remuneração anual dos administradores, global ou individual, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica, dos Conselheiros Fiscais e dos membros dos Comitês Estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração;

X- cancelamento do registro de companhia aberta;

XI- aprovação da saída da Companhia do Novo Mercado, respeitado o disposto no Capítulo XI deste Estatuto;

XII- escolha de empresa especializada, dentre as instituições qualificadas e indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do acionista controlador, além de satisfazer os requisitos e responsabilidades dos §§ 1° e 6º do art. 8° da Lei das Sociedades por Ações, a que será responsável pela preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia para fins de saída do Novo Mercado ou cancelamento de registro de companhia aberta;

XIII- participação da Companhia em grupo de sociedades, conforme definição contida no artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações;

XIV- a prévia autorização para a Companhia mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

XV- eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; e

XVI- deliberação sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

§1º- A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, conforme inciso XII do art. 36, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§2º- Na hipótese de oferta pública formulada pelo acionista controlador, este arcará com os custos da elaboração do laudo de avaliação.

Art. 37- As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente da Companhia ou substituto que este vier a designar, e, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria

dos votos dos presentes.

Parágrafo único. O Presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes à Assembleia, o Secretário da mesa.

Capítulo VI - Do Conselho Fiscal

Art. 38- O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, compõe-se de 3 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, todos residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei das Sociedades por Ações, na Política de Indicação, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e no art. 15 deste Estatuto, com a seguinte composição para membros efetivos e respectivos suplentes:

I- um membro do Conselho Fiscal será indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública;

II- um representante da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS; e

III- um representante dos acionistas minoritários.

§1º- Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a 2 (duas) reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do prazo de atuação, pelo respectivo suplente.

§2º- Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal, do qual constará: (i) a subscrição ao Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e (ii) anuência aos termos da cláusula compromissória de que trata o art. 62 deste Estatuto.

§3º- Aplica-se o procedimento previsto no art. 15 deste Estatuto às indicações para membros do Conselho Fiscal.

§4º- Os membros do Conselho Fiscal também deverão declarar se atendem aos critérios de independência constantes do art. 12, § 5º deste Estatuto.

Art. 39- O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal é de 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reeleições consecutivas.

§1º- É vedada a recondução do Conselheiro Fiscal, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 (dois) anos.

§2º- Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro Fiscal para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de atuação.

Art. 40- A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite estabelecido na Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Art. 41- Compete ao Conselho Fiscal, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral:

I- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as

informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III- opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

IV- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

V- convocar a Assembleia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria Executiva;

VII- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII- exercer essas atribuições durante a liquidação; e

IX –realizar a autoavaliação anual de seu desempenho.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devam ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II, III e VII deste artigo.

Capítulo VII - Dos Empregados da Companhia

Art. 42- Os empregados da Companhia estão sujeitos à legislação do trabalho e aos regulamentos internos da Companhia, observando-se as normas legais aplicáveis aos empregados das sociedades de economia mista.

Art. 43- A admissão de empregados pela Companhia e por suas subsidiárias integrais e controladas obedecerá a processo seletivo público, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

Art. 44- As funções da estrutura geral e as responsabilidades dos respectivos titulares serão definidas no Plano Básico de Organização da Companhia.

§1º- As funções a que se refere o caput deste artigo, vinculadas ao Conselho de Administração, poderão, excepcionalmente, e, a critério do Conselho de Administração, ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem o quadro permanente da Companhia, por meio de contratos de livre nomeação e exoneração.

§2º- As funções a que se refere o caput deste artigo, vinculadas à Diretoria Executiva ou aos seus membros, poderão, mediante proposta e justificativa da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho de Administração, de forma excepcional, ser atribuídas a técnicos ou especialistas que não integrem o quadro permanente da Companhia, por meio de contratos de livre nomeação e exoneração.

§3º- As funções gerenciais que integram o quadro organizacional da Companhia, nos demais níveis, terão as responsabilidades dos titulares definidas nas normas dos respectivos órgãos.

Art. 45- Sem prejuízo das requisições previstas em lei, a cessão de empregados da

Companhia e de suas subsidiárias integrais ou controladas dependerá de autorização, em cada caso, da Diretoria Executiva e será feita sempre mediante o reembolso dos custos correspondentes.

Art. 46- A Companhia destinará uma parcela dos resultados anuais a ser distribuída entre seus empregados, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho de Administração, observada a legislação em vigor.

Capítulo VIII – Dividendo Obrigatório, Juros sobre o Capital Próprio e Reservas

Art. 47– O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis.

Art. 48- Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

I- 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescidos dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal;

II- uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no art. 195 da Lei das Sociedades por Ações;

III- a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;

IV- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações;

V- uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações;

VI- constituição com justificativa técnica e aprovação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a respeito dos valores e da destinação, de reserva estatutária para garantir investimentos compatíveis com o desenvolvimento dos negócios da Companhia, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, após as destinações anteriores, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; e

VII- os lucros não destinados às reservas acima descritas deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do art. 202, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo único. A Companhia poderá realizar pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio em períodos inferiores ao do exercício por deliberação do Conselho de Administração, observadas as disposições legais. Os dividendos intermediários e intercalares e os juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Art. 49- A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros da Diretoria Executiva percentagens ou gratificação, por conta de participação nos lucros da Companhia, nos termos do § 1º, do art. 152, da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 50- Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia.

Art. 51- Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos aos acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Capítulo IX – Alienação de Controle

Art. 52- A Alienação de Controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo único - A oferta pública de aquisição a que se refere o caput será exigida ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação de Controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Art. 53- Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar uma oferta pública referida no art. 52 acima; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída, entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Art. 54 - A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Art. 55- Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Capítulo X – Cancelamento de Registro de Companhia Aberta

Art. 56- Na oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§ 1º e 2º deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º- O laudo de avaliação referido no caput deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou do(s) Acionista(s) Controlador(es), além de satisfazer os requisitos do § 1º do art. 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no § 6º desse mesmo dispositivo legal.

§ 2º- A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Capítulo XI – Saída da Companhia do Novo Mercado

Art. 57- Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 56 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 58- Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no art. 57 acima.

§1º- Os acionistas titulares de, pelo menos, 1/3 (um terço) das ações ordinárias em circulação deverão aceitar a oferta pública mencionada no caput ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda de ações.

§2º- A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§3º- Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a Companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 59- A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 56 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§1º- O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput deste artigo.

§2º- Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado, referida no caput, decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§3º- Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado, referida no caput, ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

§4º- Caso a Assembleia Geral mencionada no § 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Capítulo XII - Disposições Gerais

Art. 60- As atividades da Companhia obedecerão ao Plano Básico de Organização, aprovado pelo Conselho de Administração, que conterá, dentre outros, o modelo de organização e definirá a natureza e as atribuições de cada unidade da estrutura geral e as relações de subordinação necessárias ao funcionamento da Companhia, de acordo com o presente Estatuto.

Art. 61- A Diretoria Executiva poderá autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa, inclusive a doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais, na forma prevista no § 4º do art. 154 da Lei das Sociedades por Ações.

Art. 62- Deverão ser resolvidas por meio de arbitragem, obedecidas as regras previstas pela Câmara de Arbitragem do Mercado, as disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas, os administradores e conselheiros fiscais, em especial sobre a aplicação, a validade, a eficácia, a interpretação ou a violação e seus efeitos de disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 13.303/2016, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Contrato de Participação e do Regulamento de Sanções, todos do Novo Mercado da B3.

Art. 63- Os contratos celebrados pela Companhia para aquisição de bens e serviços serão precedidos de procedimento licitatório, na forma da legislação aplicável.

Art. 64- Para fins deste Estatuto Social e, em especial nos Capítulos IX, X, XI e XII, os termos em letras maiúsculas terão o mesmo significado a eles atribuídos no Regulamento do Novo Mercado.

Capítulo XIII – Disposições Transitórias

Art. 65– Excepcionalmente, os membros independentes do Conselho de Administração, previstos no artigo 12, §4º deste Estatuto, inclusive os indicados pelos acionistas minoritários, serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2018, de forma a preservar o prazo de gestão unificado dos referidos Administradores.

Parágrafo único. A constituição do Comitê de Minoritários fica condicionada à eleição de 2 (dois) membros indicados pelos acionistas minoritários, devendo as operações previstas no art. 24, §5º serem submetidas ao Comitê de Auditoria, até a realização da referida eleição prevista no caput.

Art. 66– A composição do Conselho Fiscal, previsto no artigo 38 deste Estatuto, será de 2 (dois) representantes da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e 1 (um) indicado pelo Ministério da Fazenda até a eleição do representante dos acionistas minoritários na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2018.

Art. 67– As disposições previstas nos seguintes dispositivos: (i) parágrafo 1º do art. 1º; (ii) art. 5º; (iii) parágrafos 4°, 5º, 6°, 7º e 8° do art. 12; (iv) inciso I e parágrafo único do art. 13; (v) parágrafo 1°, alíneas ii e iii do art. 16; (vi) alíneas xv, xvi e parágrafos 2° e 3º do art. 23; (vii) parágrafo 3º, alíneas ix e x do art. 30; (viii) alíneas x, xi e xii e parágrafos 1º e 2º do art. 36; (ix) inciso iii e alíneas i e ii do parágrafo 2º do art. 38; (x) art. 62; (xi) art. 65; (xii) Capítulos IX, X e XI deste Estatuto Social têm sua eficácia suspensa até a publicação do Anúncio de Início de Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias relativo à primeira oferta pública de distribuição de ações ordinárias da Companhia.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE APROVOU O GRUPAMENTO DE AÇÕES

[página intencionalmente deixada em branco]

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
CNPJ/MF N° 34.274.233/0001-02
NIRE 33.3.0001392-0

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2017

(Lavrada sob a forma de sumário de acordo com a autorização contida no parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei 6.404/76)

1. **Data, Hora e Local**: Aos 14 dias do mês de novembro de 2017, às 18:00 horas, na sede social da **Petrobras Distribuidora S.A.** ("Companhia"), na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Correia Vasques, 250, Cidade Nova, CEP 20211-140.

2. **Convocação e Presença**: Nos termos do parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76, foram dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, ficando, portanto, regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária.

3. **Mesa**: Presidente: Ivan de Sá Pereira Junior; e Secretário: Flávia Rita Radusweski Quintal Tanabe.

4. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** Grupamento de ações proposto pela administração da Companhia, na proporção de 29,8521666575107 ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária ("Grupamento de Ações"); **(ii)** Alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o Grupamento de Ações, caso aprovado; e **(iii)** A época da eleição do décimo membro do conselho de administração da Companhia.

5. **Deliberações**: Dispensada a leitura da ordem do dia, foi aprovado, pelo acionista único da Companhia, que a ata a que se refere esta Assembleia seria lavrada na forma de sumário.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
NIRE: 333.0001392-0 Protocolo: 00-2017/327105-7 Data do protocolo: 16/11/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/11/2017 SOB O NÚMERO 00003117445 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 179BA723FED762B1B5E3C4183E0D557293E574903C70895195CF665186137FCB
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/Servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 3/5

(i) O acionista único aprovou grupamento das 34.777.774.156 (trinta e quatro bilhões, setecentas e setenta e sete milhões, setecentas e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, na proporção de 29,8521666575107 ações para 1 (uma) ação, desconsiderando-se as frações resultantes, mantendo-se inalterada a porcentagem do acionista único da Companhia e sem alteração do atual capital da Companhia no valor de R$6.351.707.024,67 (seis bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, setecentos e sete mil, vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Com a efetivação do grupamento, o capital social passará a ser dividido em 1.165.000.000 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de titularidade do acionista único da Companhia e sem alteração dos direitos a elas inerentes.

(ii) Em virtude da aprovação do Grupamento de Ações conforme disposto no item 5(i) acima, foi aprovada, pelo acionista único, a alteração do caput do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Artigo 4º** - O capital social subscrito e integralizado é R$6.351.707.024,67 (seis bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões, setecentos e sete mil, vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), dividido em 1.165.000.000 (um bilhão, cento e sessenta e cinco milhões) ações ordinárias, sem valor nominal."*

(iii) Por fim, considerando que o Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração deverá ser composto por 10 (dez) membros efetivos e que o Conselho de Administração é atualmente composto por 9 (nove) membros, cujos mandatos, em conformidade com a Lei 13.303/16, se encerrarão de forma unificada na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2018, o acionista único consignou que a eleição do décimo membro do Conselho de Administração ocorrerá em data a ser definida limitada à data da referida Assembleia Geral Ordinária.

6. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, que, lida, conferida e achada

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
NIRE: 333.0001392-0 Protocolo: 00-2017/327105-7 Data do protocolo: 16/11/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/11/2017 SOB O NÚMERO 00003117445 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 179BA723FED762B1B5E3C4183E0D557293E574903C70895195CF665186137FCB
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/Servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 4/5

conforme, foi assinada por todos os presentes.

7. **Presenças**: Presidente: Ivan de Sá Pereira Junior. Secretário: Flávia Rita Radusweski Quintal Tanabe. Acionista: **Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras**, representando a totalidade do capital social da Companhia.

A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2017.

Mesa:

Ivan de Sá Pereira Junior
Presidente

Flávia Rita Radusweski Quintal Tanabe
Secretária

Acionista:

Eduardo Belotti Paes de Figueiredo
Representante da Acionista
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
NIRE: 333.0001392-0 Protocolo: 00-2017/327105-7 Data do protocolo: 16/11/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/11/2017 SOB O NÚMERO 00003117445 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 179BA723FED762B1B5E3C4183E0D557293E574903C70895195CF665186137FCB
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 5/5

[página intencionalmente deixada em branco]

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUE APROVA A REALIZAÇÃO DA OFERTA

[página intencionalmente deixada em branco]

PETROBRAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF - 33.000.167/0001-01
NIRE - 33300032061

EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em reunião levada a efeito em 27-09-2017, sob a presidência do Presidente do Conselho Luiz Nelson Guedes de Carvalho, com a participação dos Conselheiros Betania Rodrigues Coutinho, Durval José Soledade Santos, Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis, Guilherme Affonso Ferreira, Jerônimo Antunes, Marcelo Mesquita de Siqueira Filho e Segen Farid Estefen, ausente justificadamente o Conselheiro Pedro Pullen Parente, deliberou (Ata nº 1.510, item único) sobre o assunto a seguir transcrito: "**ATENDIMENTO AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) PARA RECEBER E ANALISAR OS PEDIDOS DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E REGISTRO DE OFERTA PÚBLICA DA PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR NA CVM, BEM COMO O PEDIDO DE LISTAGEM NO SEGMENTO DO NOVO MERCADO DA B3:** - O Presidente do Conselho de Administração Luiz Nelson Guedes de Carvalho submeteu ao Colegiado a matéria da referência, já aprovada pela Diretoria Executiva (Ata DE 5.404, item 16, de 21-9-2017), com recomendação de aprovação do Comitê Financeiro (COFIN). **DECISÃO**: - O Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, por unanimidade dos Conselheiros presentes, nos termos do respectivo Resumo Executivo, a) ratificou a recomendação de que a BR apresente à CVM o pedido de registro de companhia aberta e o pedido de registro da Oferta; b) recomendou que a BR apresente à B3 o pedido de autorização para negociação de valores mobiliários no segmento do Novo Mercado; c) aprovou a alienação de participação acionária de 25% a 40% detida pela Companhia na BR no âmbito da Oferta, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários,

SEGEPE - Secretaria-Geral da Petrobras
Av. Henrique Valadares nº 28 - Torre A - 19º andar
Tel. (21) 3224-2244
CEP 20231-030 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2017/302148-4 Data do protocolo: 16/10/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/10/2017 SOB O NÚMERO 00003102315 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3FA204C74F6316D1D6268D0455C4A947218A066062A69D408CCF1FE968A40E3E
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

observado o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior; d) autorizou ao Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores (DFINRI) e ao Diretor Executivo de Refino e Gás Natural (DRGN), em conjunto ou separadamente, a assinatura dos documentos e providências necessárias para a oferta pública e adesão ao Novo Mercado em nome da Petrobras; e e) dispensou a manifestação do Comitê Técnico Estatutário de Refino e Gás Natural (CTE-RGN) sobre a instrução de voto para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da BR (que irá deliberar sobre o registro de companhia aberta e adesão ao Novo Mercado). Os Conselheiros Guilherme Affonso Ferreira e Marcelo Mesquita de Siqueira Filho qualificaram seu voto de aprovação registrando que entendiam que a Petrobras deveria alienar uma participação acima de 50% no capital social da BR de forma pulverizada no Mercado, o que permitiria mais agilidade de gestão e uma garantia de perenidade de boa governança." ----------

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2017.

João Gonçalves Gabriel
Secretário-Geral da Petrobras

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2017/302148-4 Data do protocolo: 16/10/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/10/2017 SOB O NÚMERO 00003102315 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 3FA204C74F6316D1D6268D0455C4A947218A066062A69D408CCF1FE968A40E3E
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 4/4

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE APROVOU A QUANTIDADE DE AÇÕES A SEREM ALIENADAS E O VALOR DA FAIXA INDICATIVA

[página intencionalmente deixada em branco]

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0003206-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2017/329587-8 23 novembro 2017

JUCERJA

Último arquivamento:
00003102372 - 18/10/2017
NIRE: 33.3.0003206-1
PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

Boleto(s): 102532823

Hash: 0A8AC544-AC93-4AF5-8814-5101730541BE

Orgão	Calculado	Pago
Junta	554,00	554,00
DNRC	21,00	21,00

Nome

PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

017

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR EDIR GONCALVES RAMOS, NATAN SCHIPER E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00003119085	33.000.167/0001-01	Avenida AV REPUBLICA DO CHILE 65	Centro	Rio de Janeiro	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2017

Bernardo Feijo Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL

00-2017/329587-8

Nº de Páginas: 5

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2017/329587-8 Data do protocolo: 21/11/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/11/2017 SOB O NÚMERO 00003119085 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 84BA8CF16CFFD0EC7393291028E4C497E063D43F0BF2ECBCA693838C74A16BBE
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 1/5

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0003206-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2017/329587-8 21/11/2017 - 13:07:18

JUCERJA

Último Arquivamento:
00003102372 - 18/10/2017

NIRE: 33.3.0003206-1
PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

Órgão	Calculado	Pago
Junta	554,00	554,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102532823
Hash: 0A8AC544-AC93-4AF5-8814-51017305418E

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
xxx	xxx		xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx		xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx		xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx		xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Rio de Janeiro
Local

21/11/2017
Data

Representante legal da empresa

Nome:	TANIA REGINA LISBOA DE ALMEIDA
Assinatura:	Tania R L de Almeida
Telefone de contato:	3224-4376; 996442911
E-mail:	segepe.foda@petrobras.com.br
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	21/11/2017
Data da 1ª entrada:	

00-2017/329587-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2017/329587-8 Data do protocolo: 21/11/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/11/2017 SOB O NÚMERO 00003119085 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 84BA8CF16CFFD0EC7393291028E4C497E063D43F0BF2ECBCA693838C74A16BBE
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

PETROBRAS

Companhia Aberta
CNPJ/MF - 33.000.167/0001-01
NIRE - 33300032061

EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em reunião levada a efeito em 17-11-2017, sob a presidência do Presidente do Conselho Luiz Nelson Guedes de Carvalho, com a participação dos Conselheiros Betania Rodrigues Coutinho, Durval José Soledade Santos, Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis, Guilherme Affonso Ferreira, Jerônimo Antunes, Marcelo Mesquita de Siqueira Filho, Pedro Pullen Parente e Segen Farid Estefen, deliberou (Ata nº 1.517, item 2) sobre o assunto a seguir transcrito: **"PROJETO LOBATO – 2º ARQUIVAMENTO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM):** - Após apresentação realizada pela Gerente Executiva de Aquisições e Desinvestimentos Anelise Quintão Lara e pelo Gerente Executivo de Controladoria Ricardo Rodriguez Besada Filho, com comentários do Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores Ivan de Souza Monteiro, o Presidente do Conselho de Administração Luiz Nelson Guedes de Carvalho submeteu ao Colegiado a matéria da referência, anteriormente apreciada pelo Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento (Ata CTE-ID 37, de 14-11-2017) e pela Diretoria Executiva (Ata DE 5.415, de 16-11-2017, e Ata DE 5.416, de 17-11-2017). **DECISÃO**: - O Conselho de Administração, nos termos do Resumo Executivo, da apresentação realizada e da recomendação do Sindicato dos Bancos, em votação unânime de todos os itens, exceto na alínea "f" conforme registro realizado mais adiante, a) aprovou a fixação de um intervalo de preço por Ação entre R$15,00 e R$19,00, no qual a faixa indicativa de preço por Ação objeto da Oferta estará inserida ("Intervalo de Preço"), e autorizou o Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores (DFINRI) e o Diretor Executivo de Refino e Gás Natural (DRGN), em conjunto, a definir a faixa indicativa de preço por Ação objeto da Oferta dentro dos limites do referido Intervalo de Preço,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2017/329587-8 Data do protocolo: 21/11/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/11/2017 SOB O NÚMERO 00003119085 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 84BA8CF16CFFD0EC7393291028E4C497E063D43F0BF2ECBCA693838C74A16BBE
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 3/5

considerando que o Intervalo de Preço por Ação foi fixado com base em análises internas e de demanda potencial dos investidores; b) determinou que a unidade Aquisições e Desinvestimentos (A&D) dê ciência ao Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento (CTE-ID) da decisão tomada na alínea "a" acima e das justificativas que corroboraram tal decisão; c) autorizou o Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores (DFINRI) e o Diretor Executivo de Refino e Gás Natural (DRGN), em conjunto, a fixarem o preço de emissão por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"), respeitando o Intervalo de Preço, após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") a ser conduzido pelo Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.; Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.; BB-Banco de Investimento S.A.; Banco Bradesco BBI S.A.; Banco Itaú BBA S.A.; Banco J.P. Morgan S.A.; Banco Morgan Stanley S.A.; e Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") junto a investidores institucionais após a divulgação do Prospecto Preliminar, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada; d) autorizou que o DFINRI e o DRGN, em conjunto ou separadamente, tomem as providências e pratiquem todos os atos necessários à realização da Oferta, bem como celebrem todos os documentos relacionados, incluindo, mas não se limitando ao, (i) Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Petrobras Distribuidora S.A.; (ii) Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Petrobras Distribuidora S.A.; (iii) Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão de Petrobras Distribuidora S.A. e (iv) "Placement Facilitation Agreement", bem como definam as condições de pagamento da remuneração de incentivo; e) autorizou que o DFINRI e o DRGN, em conjunto ou separadamento, apresentem à CVM a Declaração de Veracidade da Acionista Vendedora, elaborada nos termos do art.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2017/329587-8 Data do protocolo: 21/11/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/11/2017 SOB O NÚMERO 00003119085 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 84BA8CF16CFFD0EC7393291028E4C497E063D43F0BF2ECBCA693838C74A16BBE
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/Servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 4/5

56 da Instrução CVM 400; f) aprovou a alienação de 25% de Ações no contexto da Oferta, representativas de 25% da participação acionária detida pela Petrobras na BR nesta data. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Os Conselheiros Guilherme Affonso Ferreira e Marcelo Mesquita de Siqueira Filho votaram contra o percentual de 25% da participação acionária detida pela Petrobras na BR a ser alienado no contexto da Oferta, deliberado na alínea "f" acima, por entenderem que a Petrobras deveria alienar uma participação acima de 50% do capital social da BR de forma pulverizada no Mercado, pois isto mitigaria o deságio que deve ser dado pelo Mercado em face do histórico do Controlador, resultando, no entendimento destes Conselheiros, em preço substancialmente maior, além de permitir mais agilidade de gestão e uma garantia de perenidade de boa governança." ----------

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

João Gonçalves Gabriel
Secretário-Geral da Petrobras

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS
NIRE: 333.0003206-1 Protocolo: 00-2017/329587-8 Data do protocolo: 21/11/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 22/11/2017 SOB O NÚMERO 00003119085 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 84BA8CF16CFFD0EC7393291028E4C497E063D43F0BF2ECBCA693838C74A16BBE
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 5/5

[página intencionalmente deixada em branco]

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017, QUE APROVA A REALIZAÇÃO DA OFERTA

[página intencionalmente deixada em branco]

PETROBRAS

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
CNPJ/MF Nº 34.274.233/0001-02
NIRE 33.3.0001392-0

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017

1. **Data, Hora e Local**: Aos dez dias do mês de outubro de 2017, às 10:00 horas, na sede social da **Petrobras Distribuidora S.A.** ("Companhia"), na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Correia Vasques, 250, Cidade Nova, CEP 20211-140.

2. **Convocação e Presença**: Nos termos do parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76, foram dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, ficando, portanto, regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária. Presentes, ainda, o Sr. Bruno Passos da Silva Melo, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia, bem como representante da KPMG Auditores Independentes, em atendimento ao estabelecido no artigo 164 e artigo 8º, §1º, respectivamente, da Lei das Sociedades por Ações.

3. **Mesa**: Presidente: Ivan de Sá Pereira Júnior; e Secretária: Flavia Rita Raduswesk Quintal Tanabe.

4. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(ii)** a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") designado Novo Mercado ("Novo Mercado"); **(iii)** o levantamento de Demonstrações Financeiras da Companhia, especialmente elaboradas para fins de registro como emissor de valores mobiliários, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 480, com data-base de 31 de agosto de 2017, correspondente ao período de 8 meses da data de encerramento do último exercício social, a serem auditadas pela KPMG Auditores Independentes S/S. **(iv)** autorizar os Administradores a adotarem todas as medidas necessárias para efetivar os atos anteriormente mencionados.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
NIRE: 333.0001392-0 Protocolo: 00-2017/302176-0 Data do protocolo: 16/10/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/10/2017 SOB O NÚMERO 00003102376 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: B5A471F13F520887E8978F377C58134BBC75223D8F5EEB224E288694BB881F92
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

5. **Deliberações**: Após análise das matérias constantes da ordem do dia, o acionista único da Companhia aprovou:

(i) A abertura de capital da Companhia e, consequentemente, a submissão pela Companhia do pedido de registro de emissora de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(ii) A submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme aplicável, autorizados a tomar todas as medidas necessárias junto a B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

(iii) O levantamento de Demonstrações Financeiras da Companhia, especialmente elaboradas para fins de registro como emissor de valores mobiliários, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 480, com data-base de 31 de agosto de 2017, correspondente ao período de 8 meses da data de encerramento do último exercício social, a serem auditadas pela KPMG Auditores Independentes S/S.

(iv) Autorização para os Administradores a adotarem todas as medidas necessárias para efetivar os atos previstos nesta Ata.

6. **Documentos Arquivados na Sede:** Fica arquivado na sede social da Companhia, na forma do disposto no artigo 130, §1º, "a" da Lei das Sociedades por Ações, o seguinte documento:

- Procuração do representante da PETROBRAS;

7. **Lavratura**: Foi autorizada, pelo acionista único da Companhia, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
NIRE: 333.0001392-0 Protocolo: 00-2017/302176-0 Data do protocolo: 16/10/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/10/2017 SOB O NÚMERO 00003102376 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: B5A471F13F520887E8978F377C58134BBC75223D8F5EEB224E288694BB881F92
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

PETROBRAS

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2017

8. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: Ivan de Sá Pereira Júnior – Presidente; Flavia Rita Raduswesk Quintal Tanabe – Secretária. Acionista presente: **Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras**, representada por Tatiany Batista Coutinho da Costa.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2017.

A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Mesa:

Ivan de Sá Pereira Júnior
Presidente

Flávia Rita Raduswesk Quintal Tanabe
Secretária

Acionista:

Tatiany Batista Coutinho da Costa
Representante da Acionista
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
NIRE: 333.0001392-0 Protocolo: 00-2017/302176-0 Data do protocolo: 16/10/2017
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/10/2017 SOB O NÚMERO 00003102376 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: B5A471F13F520887E8978F377C58134BBC75223D8F5EEB224E288694BB881F92
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 5/5

[página intencionalmente deixada em branco]

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA

[página intencionalmente deixada em branco]

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Correia Vasques nº 250, 9º andar, Cidade Nova, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 34.274.233/0001-02, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de sua emissão, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") de titularidade da **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS** ("Acionista Vendedor"), a serem distribuídas no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação da Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BofA Merrill Lynch, o BB Investimentos, o Bradesco BBI, o Itaú BBA e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, e suas controladas relevantes, iniciada em junho de 2017 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) o Acionista Vendedor e a Companhia disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e respectivos consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações que estes consideraram relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores

da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios assessores jurídicos.

A Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado pela Companhia durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Nome: Ivan de Sá Pereira Junior
Cargo: Presidente

Nome: Rafael Salvador Grisolia
Cargo: Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 65, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 33.000.167/0001-01, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da **PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.** ("Companhia"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") de titularidade do Acionista Vendedor, a serem distribuídas no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação da Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder"), Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander", e, em conjunto com o Coordenador Líder, o BofA Merrill Lynch, o BB Investimentos, o Bradesco BBI, o Itaú BBA e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos Coordenadores da Oferta, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis ("Oferta") vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, e suas controladas relevantes, iniciada em junho de 2017 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) o Acionista Vendedor e a Companhia disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e respectivos consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações que estes consideraram relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores

da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios assessores jurídicos.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado pela Companhia durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar e venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Ivan de Souza Monteiro
Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores

Jorge Celestino Ramos
Diretor Executivo de Refino e Gás Natural

citi

DECLARAÇÃO

CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1111, 14º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.709.114/0001-64, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de instituição líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão de PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. ("Companhia"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") de titularidade de PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS ("Acionista Vendedor") ("Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa d. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

(i) o Coordenador Líder constituiu assessores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em junho de 2017 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, com relação ao prospecto preliminar da Oferta, incluindo o formulário de referência arquivado na CVM e seus eventuais aditamentos ou suplementos ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;

(iv) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor os documentos que a Companhia e o Acionista Vendedor consideraram relevantes para a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor;

(vi) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram,

citi Jurídico - Brasil

para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus assessores legais;

o Coordenador Líder declara que:

(i) tomou cautela e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; bem como que o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 21 de novembro de 2017.

CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: Roberto Rocha
Cargo: Managing Director - Equities

Nome: Roberto Marah
Cargo: Diretor - Equities

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

[página intencionalmente deixada em branco]

Petrobras Distribuidora S.A.

Informações Trimestrais - ITR

Em 30 de setembro de 2017

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Balanços patrimoniais

Demonstração do resultado

Demonstração de resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

Membros do Conselho de Administração

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da
Petrobras Distribuidora S.A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Petrobras Distribuidora S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative (“KPMG International”), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Efeito da operação lava jato nas operações da Companhia
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias, que descreve que: i) não foi identificada, até o momento, qualquer informação adicional que impactasse de forma relevante a metodologia de cálculo adotada para constituição da baixa com pagamentos indevidos registrada em 30 de setembro de 2014; e ii) investigações internas conduzidas por escritórios e advocacia independentes, sob a direção de um Comitê Especial constituído pelo acionista controlador da Companhia continuam em andamento,sendo que até o presente momento nenhum impacto adicional aquele divulgado nas demonstrações contábeis intermediárias foi identificado. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase - Reemissão das informações contábeis intermediárias
Em 16 de outubro de 2017, emitimos um relatório de revisão sem modificações sobre as informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR da Petrobras Distribuidora S.A, relativas ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reemitidas para refletir o evento societário de grupamento de ações em 14 de novembro de 2017. Nossa conclusão continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as informações trimestrais do período corrente e os valores correspondentes ao período anterior, de responsabilidade dos auditores antecessores, foram ajustadas de forma retrospectiva. Em 16 de outubro de 2017, os auditores antecessores emitiram um relatório de revisão sem modificações sobre as informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR da Petrobras Distribuidora S.A, relativas ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, que ora está sendo reemitido pelos mesmos motivos descritos acima e cujo novo relatório emitido em 21 de novembro de 2017 continua sendo sem modificações. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Nosso relatório não esta modificado em função desses assuntos.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria os valores correspondentes o exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao terceiro trimestre do exercício anterior
Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de outubro de 2017, sem modificações, que ora está sendo reemitido pelos mesmos motivos descritos acima e cujo novo relatório emitido em 21 de novembro de 2017 continua sendo sem modificações e as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 16 de outubro de 2017, sem modificações, que ora está sendo reemitido pelos mesmos motivos descritos acima e cujo novo relatório emitido em 21 de novembro de 2017 continua sendo sem modificações .

Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório informando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Carla Bellangero
Contadora CRC 1SP196751/O-4

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Petrobras Distribuidora S.A.

Balanços patrimoniais

em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**30.09.2017**	**31.12.2016**	**30.09.2017**	**31.12.2016**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	522	655	285	442
Contas a receber, líquidas	6	5.498	7.679	5.552	7.761
Estoques	7	2.836	2.678	2.822	2.668
Adiantamentos a fornecedores		91	62	91	62
Imposto de renda e contribuição social		101	219	100	218
Impostos e contribuições a recuperar	8	556	372	482	343
Despesas antecipadas	10	553	587	553	587
Outros ativos circulantes		87	37	86	33
		10.244	**12.289**	**9.971**	**12.114**
Não circulante					
Contas a receber, líquidas	6	405	6.250	405	6.244
Depósitos judiciais	11	985	950	962	928
Impostos e contribuições a recuperar	8	485	366	456	307
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	3.334	3.425	3.320	3.414
Despesas antecipadas	10	1.629	1.602	1.629	1.602
Outros ativos realizáveis a longo prazo		25	24	20	18
		6.863	**12.617**	**6.792**	**12.513**
Investimentos	12	36	45	327	217
Imobilizado	13	5.880	5.986	5.404	5.542
Intangível	14	454	461	453	460
		13.233	**19.109**	**12.976**	**18.732**
Total do Ativo		**23.477**	**31.398**	**22.947**	**30.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Balanços patrimoniais

em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**30.09.2017**	**31.12.2016**	**30.09.2017**	**31.12.2016**
Circulante					
Fornecedores	15	2.129	2.650	2.092	2.622
Financiamentos	16	305	805	194	697
Cessão de direitos creditórios	29.2	23	31	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	17.1.1	29	28	123	124
Adiantamentos de clientes	18	394	354	385	322
Imposto de renda e contribuição social		102	1	102	-
Impostos e contribuições a recolher	19	236	204	231	200
Juros sobre o capital próprio		686	635	686	635
Salários, férias e encargos		264	246	254	245
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	20.2	10	445	10	445
Planos de pensão e saúde	20.1	145	139	145	139
Outras contas e despesas a pagar		86	91	130	132
		4.409	**5.629**	**4.352**	**5.561**
Não circulante					
Financiamentos	16	4.427	12.009	3.548	11.036
Arrendamentos mercantis financeiros	17.1.1	68	67	479	561
Planos de pensão e saúde	20.1	4.450	4.172	4.446	4.169
Provisão para processos judiciais e administrativos	26	2.102	2.090	2.102	2.089
Outras contas e despesas a pagar		17	21	16	20
		11.064	**18.359**	**10.591**	**17.875**
Total do Passivo		**15.473**	**23.988**	**14.943**	**23.436**
Patrimônio líquido	21				
Capital social realizado		6.352	6.352	6.352	6.352
Reservas de lucros		3.639	3.045	3.639	3.045
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.987)	(1.987)	(1.987)	(1.987)
		8.004	**7.410**	**8.004**	**7.410**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**23.477**	**31.398**	**22.947**	**30.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais, exceto pelo lucro por lote de mil ações)

		Consolidado				Controladora			
	Nota	Trimestre atual (01.07.2017 a 30.09.2017)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017	Trimestre do exercício anterior (01.07.2016 a 30.09.2016)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016	Trimestre atual (01.07.2017 a 30.09.2017)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017	Trimestre do exercício anterior (01.07.2016 a 30.09.2016)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	22	21.839	61.363	21.984	65.458	21.665	60.998	21.853	65.117
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(20.035)	(56.802)	(20.439)	(60.801)	(19.880)	(56.478)	(20.317)	(60.490)
Lucro bruto		**1.804**	**4.561**	**1.545**	**4.657**	**1.785**	**4.520**	**1.536**	**4.627**
Despesas operacionais									
Vendas	24	(747)	(2.210)	(874)	(2.982)	(728)	(2.178)	(835)	(2.931)
Gerais e administrativas	24	(209)	(618)	(199)	(591)	(203)	(604)	(195)	(578)
Tributárias	24	(92)	(154)	(22)	(106)	(93)	(154)	(21)	(105)
Outras despesas, líquidas	23	76	(91)	(265)	(953)	76	(91)	(266)	(953)
		(972)	**(3.073)**	**(1.360)**	**(4.632)**	**(948)**	**(3.027)**	**(1.317)**	**(4.567)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participação e impostos		**832**	**1.488**	**185**	**25**	**837**	**1.493**	**219**	**60**
Financeiras	25								
Despesas		(315)	(1.116)	(481)	(1.438)	(329)	(1.140)	(494)	(1.466)
Receitas		69	341	174	486	53	310	150	437
Variações cambiais e monetárias, líquidas		14	307	122	411	37	360	155	416
		(232)	**(468)**	**(185)**	**(541)**	**(239)**	**(470)**	**(189)**	**(613)**
Resultado de participações em investimentos	12	**1**	**(1)**	-	**(1)**	**4**	**(3)**	**(20)**	**44**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**601**	**1.019**	-	**(517)**	**602**	**1.020**	**10**	**(509)**
Imposto de renda e contribuição social	9								
Corrente		(184)	(308)	(126)	(391)	(183)	(306)	(126)	(389)
Diferido		(23)	(91)	112	541	(25)	(94)	102	531
		(207)	**(399)**	**(14)**	**150**	**(208)**	**(400)**	**(24)**	**142**
Lucro líquido (prejuízo) do período		**394**	**620**	**(14)**	**(367)**	**394**	**620**	**(14)**	**(367)**
Lucro líquido (prejuízo), básico e diluído por ação do capital social - R$		0,34	0,53	(0,01)	(0,32)	0,34	0,53	(0,01)	(0,32)

Capital social composto de 1.165.000.000 ações ordinárias (*).

(*) O lucro líquido (prejuízo) por ação, apresentado antes do grupamento de ações, está evidenciado na nota 21.5.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Trimestre atual (01.07.2017 a 30.09.2017)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017	Trimestre do exercício anterior (01.07.2016 a 30.09.2016)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016	Trimestre atual (01.07.2017 a 30.09.2017)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017	Trimestre do exercício anterior (01.07.2016 a 30.09.2016)	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016
Lucro líquido (prejuízo) do período	394	620	(14)	(367)	394	620	(14)	(367)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	**394**	**620**	**(14)**	**(367)**	**394**	**620**	**(14)**	**(367)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais)

		Consolidado								Controladora
			Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes		
	Nota	Capital social subscrito e integralizado	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016		**6.352**	**807**	**270**	**3.030**	**-**	**-**	**(534)**	**9.925**	**9.925**
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	(367)	-	(367)	(367)
Em 31 de setembro de 2016		**6.352**	**807**	**270**	**3.030**	**-**	**(367)**	**(534)**	**9.558**	**9.558**
Em 1º de janeiro de 2017		**6.352**	**807**	**270**	**1.968**	**-**	**-**	**(1.987)**	**7.410**	**7.410**
Aporte de capital	21.1	6.313	-	-	-	-	-	-	6.313	6.313
Cisão	21.1	(6.313)	-	-	-	-	(26)	-	(6.339)	(6.339)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	620	-	620	620
Em 30 de setembro de 2017		**6.352**	**807**	**270**	**1.968**	**-**	**594**	**(1.987)**	**8.004**	**8.004**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
		2017	2016	2017	2016
Atividade operacional					
Lucro líquido (prejuízo) do período		620	(367)	620	(367)
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social	9	399	(150)	400	(142)
Depreciação e amortização	24	343	333	339	330
Resultado com alienação / baixas de ativos		(8)	(8)	(8)	(8)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, líquidas de reversão	6	3	616	(2)	583
Resultado de participações em investimentos relevantes		1	1	3	(44)
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		418	391	418	391
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		62	33	62	33
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		476	673	467	721
Despesa atuarial com planos de pensão e saúde	20.1	377	286	376	286
Provisão para processos judiciais		12	847	12	847
Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	20.2	(143)	(9)	(143)	(9)
Outros ajustes		(81)	(7)	(82)	(6)
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber		(218)	591	(194)	555
Estoques		(149)	454	(155)	455
Despesas antecipadas		(474)	(306)	(474)	(306)
Depósitos Judiciais		(2)	(80)	(2)	(80)
Outros ativos		(88)	(3)	(88)	(1)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(501)	(811)	(542)	(833)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(61)	(186)	(59)	(185)
Impostos, taxas e contribuições		(222)	(225)	(208)	(200)
Planos de pensão e de saúde		(93)	(93)	(93)	(93)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	20.2	(292)	(85)	(292)	(85)
Outros passivos		43	79	61	89
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**422**	**1.974**	**416**	**1.931**
Atividades de investimentos					
Adições de imobilizados e intangíveis		(205)	(282)	(198)	(279)
Adições em investimentos		(2)	-	(87)	-
Recebimentos pela venda de ativos		13	1	13	1
Outros investimentos		1	12	1	13
Investimentos em FIDC		2.503	(282)	2.499	(321)
Dividendos recebidos		-	-	1	1
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		**2.310**	**(551)**	**2.229**	**(585)**
Atividades de financiamentos					
Integralização de capital		6.313	-	6.313	-
Financiamentos					
Amortizações de principal	16.4	(7.810)	(114)	(7.717)	(17)
Amortizações de juros	16.4	(1.355)	(1.435)	(1.295)	(1.374)
Cessões de direitos creditórios - FIDC-NP	29.2	(8)	(1)	-	-
Outras operações de financiamentos		(5)	(22)	(103)	(120)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(2.865)**	**(1.572)**	**(2.802)**	**(1.511)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		**(133)**	**(149)**	**(157)**	**(165)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**655**	**810**	**442**	**607**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**522**	**661**	**285**	**442**
Transação de financiamento que não envolve caixa					
Cisão (nota 22.1)		**6.339**	-	**6.339**	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	76.416	80.753	75.948	80.329
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3)	(616)	2	(583)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	149	205	141	193
	76.562	**80.342**	**76.091**	**79.939**
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas e produtos para revenda	56.833	60.290	56.525	60.002
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.554	3.069	1.513	3.033
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	2.157	2.456	2.157	2.456
	60.544	**65.815**	**60.195**	**65.491**
Valor adicionado bruto	**16.018**	**14.527**	**15.896**	**14.448**
Retenções				
Depreciação e amortização	343	333	339	330
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**15.675**	**14.194**	**15.557**	**14.118**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	(1)	(1)	(3)	44
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	762	1.061	739	1.029
Aluguéis e royalties	208	201	208	201
	969	**1.261**	**944**	**1.274**
Valor adicionado a distribuir	**16.644**	**15.455**	**16.501**	**15.392**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	615	624	603	613
Participações nos lucros ou resultados	17	30	17	30
Benefícios				
Vantagens	69	67	67	66
Plano de aposentadoria e pensão	56	160	56	160
Plano de saúde	229	175	228	174
FGTS	47	48	46	47
	1.033	**1.104**	**1.017**	**1.090**
Tributos				
Federais	803	207	762	183
Estaduais	12.668	12.606	12.604	12.553
Municipais	22	22	22	21
	13.493	**12.835**	**13.388**	**12.757**
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	1.231	1.613	1.209	1.642
Despesas de aluguéis	267	270	267	270
	1.498	**1.883**	**1.476**	**1.912**
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos	620	(367)	620	(367)
	620	**(367)**	**620**	**(367)**
Valor adicionado distribuído	**16.644**	**15.455**	**16.501**	**15.392**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. (“Companhia” ou “BR”), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, é subsidiária e controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - “Petrobras” e tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

1.2 “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia

A Companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R$23, de gastos capitalizados referentes a valores pagos adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. Para mais informações sobre a Operação Lava Jato, veja a nota 1.2 das demonstrações contábeis anuais auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Na preparação das demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

1.3 Eventos relevantes no período

Em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2017, foi aprovada a cisão parcial da Companhia que compreendeu os recebíveis detidos pela companhia decorrentes de Contratos de Confissão de Dívida (CCDs) com o Sistema Eletrobras que possuem garantias reais (penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE) e dos recebíveis detidos pela companhia com outras sociedades do Sistema Petrobras. A parcela cindida foi incorporada na Downstream Participações Ltda. (“Downstream”), subsidiária integral da Petrobras, no valor de R$6.339 milhões. (Nota 6.3).

Por se tratar de reestruturação entre sociedades cuja totalidade do capital social pertence à Petrobras, as operações foram realizadas a valor contábil com base em laudo de avaliação, não gerando impacto no resultado das empresas envolvidas. A operação também não gerou alteração relevante no patrimônio líquido da Companhia.

Na mesma Assembleia foi deliberado o aumento de capital da Petrobras na companhia, no valor de R$6.313 milhões. O recurso gerado pela operação de aporte de capital foi utilizado integralmente para o pré-pagamento de dívidas, contraídas anteriormente pela Companhia e garantidas pela Petrobras, no valor de R$7.708 milhões. (Nota 21.1)

2 Base de apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária), e com o IAS 34 - Demonstração Intermediária emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações contábeis intermediárias individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária).

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

A demonstração do valor adicionado - DVA - individual e consolidada foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 09 - Demonstração do valor adicionado como informação suplementar.

Em 21 de novembro de 2017 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reemissão das informações trimestrais apresentadas e aprovadas em 16 de outubro de 2017, com o objetivo de refletir retrospectivamente o evento societário referente ao grupamento de ações, ocorrido em 14 novembro de 2017, conforme apresentado na nota 21 - Patrimônio Líquido.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar essas demonstrações contábeis intermediárias, a administração fez julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados de ativos e passivos, receita e despesa. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Os julgamentos significativos feitos pela administração na aplicação das políticas contábeis e as principais fontes de incerteza de estimativa foram os mesmos que os aplicados às demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais e o conjunto de empresas consolidadas são consistentes com as práticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	300	63	285	61
Aplicações financeiras	222	592	-	381
Total	**522**	**655**	**285**	**442**

As aplicações financeiras correspondentes a fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e possuem liquidez imediata. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio da tabela regressiva.

6 Contas a receber, líquido

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Partes relacionadas (nota 29)				
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 29.2)	465	2.776	463	2.770
Setor elétrico - Sistema isolado (nota 6.2)	2.992	9.165	2.992	9.165
Clientes governo federal	87	77	87	77
Empresas do Sistema Petrobras, exceto do setor elétrico - sistema isolado	343	294	523	426
Total partes relacionadas	**3.887**	**12.312**	**4.065**	**12.438**
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber (a)	6.987	6.481	6.818	6.391
Setor elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 6.2)	1.027	1.131	1.027	1.131
Total terceiros	**8.014**	**7.612**	**7.845**	**7.522**
Total das contas a receber (nota 6.1)	**11.901**	**19.924**	**11.910**	**19.960**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				
Terceiros	(2.984)	(2.947)	(2.939)	(2.907)
Partes relacionadas	(3.014)	(3.048)	(3.014)	(3.048)
Total das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(5.998)**	**(5.995)**	**(5.953)**	**(5.955)**
Contas a receber - líquidas	**5.903**	**13.929**	**5.957**	**14.005**
Contas a receber (circulante), líquidas	5.498	7.679	5.552	7.761
Contas a receber (não circulante), líquidas	405	6.250	405	6.244

Mutação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	Consolidado		Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	**(5.995)**	**(5.319)**	**(5.955)**	**(5.314)**
Adições	(375)	(829)	(228)	(796)
Reversões	372	213	230	213
Saldo final	**(5.998)**	**(5.935)**	**(5.953)**	**(5.897)**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(2.040)	(1.830)	(1.995)	(1.824)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(3.958)	(4.105)	(3.958)	(4.073)

(a) Inclui saldo de precatórios com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo (R$ 25 em 30 de setembro de 2017 e R$ 24 em 31 de dezembro de 2016).

As adições e reversões das perdas líquidas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do período, no montante líquido de R$ 3 no consolidado e R$ 2 na controladora (R$ 616 no consolidado e R$ 583 na controladora em 30 de setembro de 2016), foram reconhecidas nas despesas de vendas (nota 24).

A Companhia apresenta R$ 4.874 de contas a receber em cobrança judicial (R$ 4.391 em 31 de dezembro de 2016), sendo R$ 1.868 (R$ 1.732 em 31 de dezembro de 2016) no circulante e R$ 3.006 (R$ 2.659 em 31 de dezembro de 2016) no não circulante.

6.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

Em 30 de setembro de 2017, as contas a receber vencidas de clientes totalizam R$ 6.503 e R$ 6.440 no Consolidado e na Controladora respectivamente (R$ 6.557 e R$ 6.498 em 31 de dezembro de 2016), das quais R$ 5.807 e R$ 5.762 no Consolidado e na Controladora respectivamente (R$ 5.714 e R$ 5.674 em 31 de dezembro de 2016) encontram-se reduzidas ao valor recuperável. Do saldo de contas a receber a vencer, R$ 191 no Consolidado e na Controladora (R$ 281 em 31 de dezembro de 2016) estão reduzidos ao valor recuperável.

Do saldo de R$ 191 (R$ 281 em 31 de dezembro de 2016), R$21 (R$ 41 em 31 de dezembro de 2016) referem-se ao contrato de confissão de dívidas (CCD) do setor elétrico sem garantias, celebrado em 2013, R$ 102 (R$ 120 em 31 de dezembro de 2016) referem-se ao CCD do setor elétrico sem garantias, celebrado em 2014, R$ 61(R$ 67 em 31 de dezembro de 2016) referem-se ao cliente Dalçóquio que está em processo de recuperação judicial e R$ 7 (R$ 53 em 31 de dezembro de 2016) referem-se aos demais clientes.

	Consolidado					
	30.09.2017			31.12.2016		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	201	11	190	293	80	213
De 3 a 6 meses	41	2	39	103	8	95
De 6 a 12 meses	198	22	176	1.416	1.260	156
Acima de 12 meses	6.063	5.772	291	4.745	4.366	379
Total	**6.503**	**5.807**	**696**	**6.557**	**5.714**	**843**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	4.933	191	4.742	10.591	281	10.310
FIDC	465	-	465	2.776	-	2.776
Total	**11.901**	**5.998**	**5.903**	**19.924**	**5.995**	**13.929**

	Controladora					
	30.09.2017			31.12.2016		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	198	11	187	285	79	206
De 3 a 6 meses	38	2	36	99	8	91
De 6 a 12 meses	190	21	169	1.412	1.260	152
Acima de 12 meses	6.014	5.728	286	4.702	4.327	375
Total	**6.440**	**5.762**	**678**	**6.498**	**5.674**	**824**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	5.007	191	4.816	10.692	281	10.411
FIDC	463	-	463	2.770	-	2.770
Total	**11.910**	**5.953**	**5.957**	**19.960**	**5.955**	**14.005**

6.2 Composição - Setor elétrico (Sistema isolado)

	Consolidado					
	30.09.2017			31.12.2016		
	A vencer	Vencido	Total	A vencer	Vencido	Total
Contas a receber						
Sistema Eletrobras (a)	126	2.866	2.992	6.230	2.860	9.090
Sistema Petrobras	-	-	-	-	75	75
Terceiros	25	1.002	1.027	62	1.069	1.131
	151	3.868	4.019	6.292	4.004	10.296
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa						
Setor elétrico - empresas do Sistema Eletrobras	(126)	(2.866)	(2.992)	(166)	(2.860)	(3.026)
Setor elétrico - terceiros	(4)	(1.002)	(1.006)	(48)	(1.069)	(1.117)
	(130)	(3.868)	(3.998)	(214)	(3.929)	(4.143)
Total	**21**	**-**	**21**	**6.078**	**75**	**6.153**
Partes relacionadas	-	-	-	6.064	75	6.139
Terceiros	21	-	21	14	-	14

(a) Ver nota explicativa 1.3.

6.3 Movimentação das contas a receber de clientes - Setor elétrico (Sistema isolado)

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Faturamento	Recebimentos	PECLD		Atualização Monetária	Cisão	Saldo em 30 de setembro de 2017
				Constituição	Reversão			
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)								
Amazonas Distribuidora de Energia	4.652	596	(772)	(2)	22	331	(4.827)	-
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	1.141	-	(43)	-	-	60	(1.158)	-
Centrais Elétricas do Norte - ELETRONORTE	-	-	-	-	-	-	-	-
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	136	-	(10)	(8)	26	(3)	(141)	-
Eletrobras Roraima (Boa Vista Energia S.A.)	135	84	(85)	(22)	18	11	(141)	-
Contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	**6.064**	**680**	**(910)**	**(32)**	**66**	**399**	**(6.267)**	-
Partes relacionadas (Sistema Petrobras)								
Breitener Jaraqui	50	1	(2)	-	-	-	(49)	-
Breitener Tambaqui	23	4	(4)	-	-	-	(23)	-
Manauara	2	16	(18)	-	-	-	-	-
Contas a Receber líquido do Sistema Petrobras	**75**	**21**	**(24)**	-	-	-	**(72)**	-
Terceiros								
Alcoa World Alumina Brasil LTDA	13	86	(80)	-	-	-	-	19
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	-	30	(129)	-	99	-	-	-
Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT	1	7	(6)	-	-	-	-	2
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	-	3	(15)	-	12	-	-	-
Cia de Energia de Pernambuco - CELPE	-	10	(10)	-	-	-	-	-
Geradora de Energia do Amazonas - GERA	-	15	(15)	-	-	-	-	-
Rio Amazonas Energia - RAESA	-	22	(22)	-	-	-	-	-
Contas a Receber líquido Terceiros	**14**	**173**	**(277)**	-	**111**	-	-	**21**
Total do contas a receber líquido	**6.153**	**874**	**(1.211)**	**(32)**	**177**	**399**	**(6.339)**	**21**
Contas a Receber do Sistema Eletrobras	9.090	680	(910)	-	-	399	(6.267)	2.992
(-) PECLD	(3.026)	-	-	(32)	66	-	-	(2.992)
Total do contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	**6.064**	**680**	**(910)**	**(32)**	**66**	**399**	**(6.267)**	-
Contas a Receber do Sistema Petrobras	75	21	(24)	-	-	-	(72)	-
(-) PECLD	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do contas a receber líquido do Sistema Petrobras	**75**	**21**	**(24)**	-	-	-	**(72)**	-
Contas a Receber de terceiros	1.131	173	(277)	-	-	-	-	1.027
(-) PECLD	(1.117)	-	-	-	111	-	-	(1.006)
Total do contas a receber líquido de Terceiros	**14**	**173**	**(277)**	-	**111**	-	-	**21**
Total do contas a receber	10.296	874	(1.211)	-	-	399	(6.339)	4.019
(-) PECLD	(4.143)	-	-	(32)	177	-	-	(3.998)
Total do contas a receber líquido	**6.153**	**874**	**(1.211)**	**(32)**	**177**	**399**	**(6.339)**	**21**

A Companhia fornece óleo combustível e óleo diesel para usinas de geração termoelétrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e Produtores Independentes de Energia (PIEs) que compõem o sistema isolado de energia na região norte do país. Este sistema corresponde ao serviço público de distribuição de energia elétrica que, em sua configuração normal, não está ainda em condições de ter a totalidade de sua demanda de energia elétrica atendida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), por razões técnicas ou econômicas.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Contudo, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, com destaque para a MP 579/2012, que introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, por deficiência de caixa, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à Companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica, aumentando a inadimplência das distribuidoras que operavam neste setor.

A fim de regularizar esta situação, a Companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIE, empresas privadas e controladas da Eletrobras e, em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos de confissão de dívida (CCD), no montante de R$ 5.344 (R$ 5.194 refere-se à parcela da Companhia e R$ 150 refere-se à parcela da Petrobras), abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC, para pagamento em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais R$ 5.233 (R$ 126 referentes a títulos endossados pela Petrobras) possuíam garantia real por penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A amortização da dívida estabelecida nos CCDs ocorre em duas etapas, sendo a primeira com amortização de 15% do valor repactuado, nos primeiros 36 meses, e os 85% restantes em 84 parcelas que começam a vencer a partir de janeiro de 2018. Com isso, é esperado a partir de 2018 o aumento das prestações para amortização e redução progressiva do saldo da dívida, visto que as prestações serão superiores às receitas financeiras por atualização do contrato de confissão.

Para mitigar os efeitos do agravamento da inadimplência das empresas do setor, foi publicado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Resolução Normativa nº 679, de 1º de setembro de 2015, visando dar celeridade na liberação dos recursos para os supridores de combustível, devido à possibilidade de reembolso preliminar de até 75% do valor médio das faturas dos últimos três meses diretamente pela CCC aos agentes credores.

Com a mudança proposta acima, esperava-se um maior equilíbrio financeiro das distribuidoras do sistema isolado, o que de fato não ocorreu, acarretando um aumento da inadimplência.

Neste contexto, a Companhia adotou as seguintes medidas:

- suspensão do fornecimento a prazo, exceto para as situações em que a Companhia é obrigada a fornecer em função de decisão judicial;

- cobrança judicial da dívida inadimplida nos contratos de compra e venda com empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e o contrato de confissão de dívida da CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá); e

- inscrição das Empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal).

No período findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia reverteu o montante de R$ 145, líquido de constituição, em função, principalmente, dos pagamentos efetuados pelo cliente Centrais Elétricas do Pará - CELPA (R$ 99).

Apesar de com atrasos intermitentes, o Grupo Eletrobras tem cumprido com os pagamentos dos CCDs assinados em 2014.

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339, referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do sistema Petrobras.

7 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	502	353	502	353
Óleo diesel	1.000	946	1.000	946
Óleo combustível	161	129	161	129
Outros	406	489	406	489
Biocombustíveis	355	566	355	566
	2.424	2.483	2.424	2.483
Outros produtos	412	195	398	185
Total	**2.836**	**2.678**	**2.822**	**2.668**

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 30 de setembro de 2017.

8 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Ativo circulante				
ICMS	512	335	457	324
Outros impostos	44	37	25	19
Subtotal	**556**	**372**	**482**	**343**
Ativo não circulante				
ICMS	485	366	456	307
Subtotal	**485**	**366**	**456**	**307**
Total	**1.041**	**738**	**938**	**650**

Os créditos fiscais da Companhia estão representados, principalmente, por: (i) ICMS Substituição Tributária a ser ressarcido pelos Estados nas operações interestaduais de derivados de petróleo em que o imposto tenha sido retido no Estado de origem e repassado ao Estado de destino por um valor menor, sendo os principais Estados a Bahia (R$ 108), Maranhão (R$ 104), Pernambuco (R$ 84), Amazonas, (R$ 44), Rio de Janeiro (R$ 24), Pará (R$ 14), São Paulo (R$ 6), Rio Grande do Norte (R$ 6) e Minas Gerais (R$ 4); (ii) créditos a serem restituídos pelo Estado de Mato Grosso, através de processo administrativo, por antecipações recolhidas a maior (R$ 89); (iii) termos de acordo assinados com as Secretarias Estaduais de Fazenda do Maranhão (R$ 41) e do Rio de Janeiro (R$ 34), envolvendo o ressarcimento de ICMS à Companhia; (iv) saldo credor de ICMS a ser recuperado no Estado da Bahia (R$ 65); e (v) ICMS a ser restituído pelo Estado do Espírito Santo referente à compra de gás natural com Substituição Tributária na origem (R$ 72).

9 Imposto de renda e da contribuição social diferidos

(a) Natureza

Natureza	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Absorção de financiamentos condicionais	633	521	633	521
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.376	1.430	1.364	1.419
Deságio de precatórios	13	13	12	13
Provisão para processos judiciais	715	711	715	711
Obrigação PETROS - Futuros inativos	273	226	272	225
Perdas Atuariais - CPC 33	417	417	417	417
Provisão perda desvalorização de ativo	98	99	98	99
Depreciação - revisão vidas úteis	(80)	(59)	(78)	(58)
Arrendamentos mercantis financeiros	170	199	170	199
Direitos de uso - arrendamentos mercantis financeiros	(237)	(242)	(237)	(242)
Receita de alienação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	4	6	4	6
Programa de incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	3	151	3	151
Atualização de depósitos judiciais	(106)	(96)	(106)	(96)
Outros	55	49	53	49
	3.334	**3.425**	**3.320**	**3.414**
Imposto de renda diferido	2.451	2.518	2.441	2.510
Contribuição social diferida	883	907	879	904

(b) Movimentação

Origem do registro do imposto de renda e contribuição social diferidos	Imobilizado	Contas a receber, despesas antecipadas e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Programa de incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	Benefícios pós-emprego	Outros	Consolidado Total	Controladora Total
Em 31 de dezembro de 2015	**71**	**1.743**	**(7)**	**376**	**33**	**355**	**(13)**	**2.558**	**2.557**
Reconhecido no resultado do exercício	(31)	208	(30)	335	118	50	(21)	629	619
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	238	-	238	238
Em 31 de dezembro de 2016	**40**	**1.951**	**(37)**	**711**	**151**	**643**	**(34)**	**3.425**	**3.414**
Reconhecido no resultado do exercício	(21)	74	(26)	4	(148)	47	(21)	(91)	(94)
Em 30 de setembro de 2017	**19**	**2.025**	**(63)**	**715**	**3**	**690**	**(55)**	**3.334**	**3.320**
Imposto de renda diferido								**2.451**	**2.441**
Contribuição social diferida								**883**	**879**
Impostos diferidos ativos								3.874	3.862
Impostos diferidos passivos								(449)	(448)
Em 31 de dezembro de 2016								**3.425**	**3.414**
Impostos diferidos ativos								3.794	3.779
Impostos diferidos passivos								(460)	(459)
Em 30 de setembro de 2017								**3.334**	**3.320**

A Companhia mantém o reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos fundamentados nas projeções baseadas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) e que não ultrapassam dez anos.

(c) Estimativa de realização

	Imposto de renda e CSLL diferidos	
Período	**Consolidado**	**Controladora**
2017	229	229
2018	294	292
2019	756	753
2020	887	884
2021	318	314
2022	155	154
2023	146	146
2024 em diante	549	548
30 de setembro de 2017	**3.334**	**3.320**
31 de dezembro de 2016	**3.425**	**3.414**

(d) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	1.019	(517)	1.020	(509)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(347)	176	(347)	173
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
· Adições/exclusões permanentes, líquidas	15	(8)	15	(8)
· Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(1)	15
· Incentivos fiscais	5	13	5	13
· Despesas com benefício pós emprego de saúde A.M.S.	(72)	(51)	(72)	(51)
· Outros itens	-	20	-	-
Imposto de renda e contribuição social	**(399)**	**150**	**(400)**	**142**
IR e CSLL correntes	(308)	(391)	(306)	(389)
IR e CSLL diferidos	(91)	541	(94)	531
	(399)	**150**	**(400)**	**142**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	39,2%	29,0%	39,2%	27,9%

10 Despesas antecipadas

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.939	1.959	1.939	1.959
Aluguéis / arrendamentos	207	201	207	201
Outros	36	29	36	29
Total	**2.182**	**2.189**	**2.182**	**2.189**
Circulante	553	587	553	587
Não circulante	1.629	1.602	1.629	1.602

As bonificações antecipadas concedidas estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contrato de fornecimento. A medida que os prazos de vigência dos contratos são realizados as bonificações são apropriadas no resultado como redução da receita bruta, no montante de R$ 418 em 30 de setembro de 2017 (R$ 391 em 30 de setembro de 2016) no Consolidado e na Controladora (nota 22).

11 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Fiscais	707	680	685	659
Trabalhistas	186	167	186	167
Cíveis	87	94	87	94
Ambientais	5	9	4	8
Total	**985**	**950**	**962**	**928**

A Companhia mantém R$ 202 (R$ 192 em 31 de dezembro de 2016) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 26.1.1); R$ 454 (R$ 366 em 31 de dezembro de 2016) associados a contingências possíveis; R$ 58 (R$ 22 em 31 de dezembro de 2016) associados a contingências remotas; R$ 225 (R$ 324 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia é autora e R$ 23 (R$ 24 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a outros.

12 Investimentos

12.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Controladas		Negócios em conjunto					Coligada
			Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto				
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Stratura	Brasil Carbonos	CDGN (a)	Brasil Supply (b)	Energética Camaçari Muricy II (a)	Pecém Energia (a)	BRF Biorefinos (a)
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	215	14	16	8	-	2	2	3
Outros ativos circulantes	123	217	5	5	76	-	-	-
Ativo realizável a longo prazo	487	65	11	7	1	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	363	44	99	44	641	-	-	22
Intangível	-	1	-	-	2	-	-	-
Total do Ativo	**1.188**	**341**	**131**	**64**	**720**	**2**	**2**	**25**
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	98	-	27	4	79	-	-	-
Outros passivos circulantes	208	114	4	5	92	1	1	-
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	879	-	1	10	447	-	-	-
Outros passivos não circulantes	45	5	1	2	167	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores								
Capital Social	-	216	37	39	210	3	3	25
Outros	(42)	6	61	4	(275)	(2)	(2)	-
Total do Passivo	**1.188**	**341**	**131**	**64**	**720**	**2**	**2**	**25**
Resultados								
Receita operacional líquida	-	349	33	25	3	-	-	-
Lucro bruto	-	33	16	7	(15)	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	-	(5)	8	1	(36)	-	-	1
Percentual de participação - %	99,01%	100,00%	49,00%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	49,00%
Depreciação e amortização	-	(2)	(3)	(5)	(9)	-	-	-
Receita de juros	61	8	1	-	-	-	-	1
Despesa de juros	(3)	(10)	(3)	-	(9)	-	-	-
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(55)	4	(1)	-	6	-	-	
Despesa / Receita de IR e CS - corrente e diferido	-	2	(2)	-	-	-	-	-

(a) Posição: 31.08.2017
(b) Posição: 31.07.2017

12.2 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controladas	Negócio em conjunto				Coligada		
		Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto					
	Stratura	Brasil Carbonos (a)	CDGN	Camaçari Muricy II	Pecém Energia	BRF Biorefinos	Outros investimentos	30.09.2017
No início do exercício	**103**	**69**	**22**	-	-	**22**	**1**	**217**
Aumento de capital (b)	124	-	-	1	-	-	-	125
Equivalência patrimonial	(5)	4	(1)	-	-	-	-	(2)
Dividendos	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Amortização de mais valia de ativos	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Redução de capital	-	-	-	-	-	(10)	-	(10)
No fim do exercício	**222**	**70**	**21**	**1**	-	**12**	**1**	**327**

	Controladas		Negócio em conjunto				Coligada		
			Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto					
	Stratura	FII	Brasil Carbonos	CDGN	Camaçari Muricy II	Brasil Supply	BRF Biorefinos	Outros investimentos	30.09.2016
No início do exercício	124	-	64	24	-	-	21	1	234
Equivalência patrimonial	(19)	14	4	(1)	-	-	-	-	(2)
Amortização de mais valia de ativos	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Outros	-	-	-	-	1	-	-	-	1
No fim do exercício	**105**	**14**	**67**	**23**	**1**	**-**	**21**	**1**	**232**

(a) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R$ 28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em 30 de setembro de 2017, o saldo de R$ 22 está classificado no imobilizado no Consolidado.

(b) Para o aperfeiçoamento da atuação no mercado de asfaltos, as atividades deste segmento foram unificadas na Stratura Asfaltos S.A., subsidiária integral da Companhia, acarretando num aporte de R$ 124.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo da participação societária na controlada FII FCM é zero devido a apresentação de passivo a descoberto por esta controlada. Os prejuízos excedentes ao valor do investimento foram reconhecidos no passivo, na forma de provisão.

	Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016
Saldo provisão no início do exercício	42	47
Constituição (c)	10	-
Reversão (c)	(10)	(47)
Saldo provisão no fim do exercício	**42**	**-**

(c) Valores registrados no resultado em "Resultado de participações em investimentos".

13 Imobilizado

13.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos (b), Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.071**	**2.086**	**882**	**6.039**
Adições	2	97	252	351
Baixas	(3)	(3)	(11)	(17)
Depreciações	(122)	(273)	-	(395)
Transferências (a)	106	150	(259)	(3)
Juros capitalizados	-	-	11	11
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.054**	**2.057**	**875**	**5.986**
Adições	1	50	118	169
Baixas	(1)	(2)	-	(3)
Depreciações	(95)	(204)	-	(299)
Transferências (a)	88	98	(161)	25
Juros capitalizados	-	-	2	2
Saldo em 30 de setembro de 2017	**3.047**	**1.999**	**834**	**5.880**
Custo	4.055	4.894	875	9.824
Depreciação	(1.001)	(2.837)	-	(3.838)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.054**	**2.057**	**875**	**5.986**
Custo	4.159	5.001	834	9.994
Depreciação	(1.112)	(3.002)	-	(4.114)
Saldo em 30 de setembro de 2017	**3.047**	**1.999**	**834**	**5.880**
Tempo de vida útil estimado	25 a 60 anos (*)	4 a 25 anos		

(*) Exceto Terrenos

	Controladora			
	Terrenos (b), Edificações e Benfeitorias	**Equipamentos e Outros Bens**	**Ativos em Construção**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.025**	**2.043**	**542**	**5.610**
Adições	2	97	244	343
Baixas	(2)	(3)	(12)	(17)
Depreciações	(121)	(269)	-	(390)
Transferências (a)	104	148	(256)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.008**	**2.016**	**518**	**5.542**
Adições	-	49	112	161
Baixas	(1)	(2)	-	(3)
Depreciações	(94)	(201)	-	(295)
Transferências (a)	74	86	(161)	(1)
Saldo em 30 de setembro de 2017	**2.987**	**1.948**	**469**	**5.404**
Custo	4.004	4.830	518	9.352
Depreciação	(996)	(2.814)	-	(3.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.008**	**2.016**	**518**	**5.542**
Custo	4.087	4.912	469	9.468
Depreciação	(1.100)	(2.964)	-	(4.064)
Saldo em 30 de setembro de 2017	**2.987**	**1.948**	**469**	**5.404**
Tempo de vida útil estimado	25 e 60 anos (*)	4 a 24 anos		
Edificações	60 anos			
Benfeitorias	25 anos			

(*) Exceto Terrenos

(a) Referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, o recebimento de equipamentos como quitação do contas a receber (dação em pagamento).

(b) Em 30 de setembro de 2017, o saldo de terrenos no consolidado é de R$ 389 (R$ 392 em 31 de dezembro de 2016) e na Controladora é de R$ 384 (R$ 388 em 31 de dezembro de 2016).

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

O imobilizado da Companhia inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R$ 384 (R$ 390 em 31 de dezembro de 2016).

14 Intangível

14.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Direitos e Concessões	*Softwares* (b)	*Goodwill* (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**272**	**159**	**29**	**460**
Adições	10	41	-	51
Amortização	(12)	(47)	-	(59)
Transferências (a)	9	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**279**	**153**	**29**	**461**
Adições	5	32	-	37
Amortização	(8)	(36)	-	(44)
Saldo em 30 de setembro de 2017	**276**	**149**	**29**	**454**
Custo	360	418	29	807
Amortização	(81)	(265)	-	(346)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**279**	**153**	**29**	**461**
Custo	366	447	29	842
Amortização	(90)	(298)	-	(388)
Saldo em 30 de setembro de 2017	**276**	**149**	**29**	**454**
Tempo de vida útil estimado - anos	5 a 33 anos	4 a 5 anos	Indefinida	

	Controladora			
	Direitos e Concessões	*Softwares (b)*	*Goodwill (c)*	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**270**	**160**	**29**	**459**
Adições	10	41	-	51
Amortização	(11)	(48)	-	(59)
Transferências (a)	9	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**278**	**153**	**29**	**460**
Adições	5	32	-	37
Amortização	(8)	(36)	-	(44)
Saldo em 30 de setembro de 2017	**275**	**149**	**29**	**453**
Custo	357	418	29	804
Amortização	(79)	(265)	-	(344)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**278**	**153**	**29**	**460**
Custo	362	447	29	838
Amortização	(87)	(298)	-	(385)
Saldo em 30 de setembro de 2017	**275**	**149**	**29**	**453**
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33 anos	4 anos	Indefinida	

(a) Referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, do imobilizado, de acordo com a natureza do investimento.

(b) A Companhia apresenta saldo de R$ 57 de *software* em desenvolvimento (R$ 68 em 31 de dezembro de 2016).

(c) *Goodwill* de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012, entretanto a operação relacionada a este ágio permaneceu na Companhia.

14.2 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 30 de setembro de 2017 é de R$ 271 (R$ 274 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia reconhece receita e custo de construção de R$ 5 até setembro de 2017 (R$ 7 até setembro de 2016).

Em 02 de fevereiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Espírito Santo, a Lei 10.493/2016 que reconhece a extinção/nulidade do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado, por aplicação do disposto no art. 43 da Lei Federal 8987, de 13 de fevereiro de 1995.

A referida Lei prevê a realização de licitação da concessão ou a criação de empresa estatal estadual para assumir os serviços, cabendo à Concessionária a indenização nos termos da Lei, a qual foi contestada judicialmente pela BR.

Diante disso, em 12 de agosto de 2016, a Companhia assinou Memorando de Entendimentos com o Governo do Estado do Espírito Santo visando avaliar a criação de empresa estatal estadual para prestação de serviço público de distribuição de gás natural canalizado.

A Companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois até o presente momento, o valor contábil existente em 30 de setembro de 2017 está garantido pela indenização prevista na referida Lei.

15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Empresas do Sistema Petrobras (Nota 30.1)	1.090	1.701	1.063	1.677
Terceiros	1.039	949	1.029	945
Total	**2.129**	**2.650**	**2.092**	**2.622**

O saldo de Fornecedores - Empresas do Sistema Petrobras está composto, principalmente, de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e contratação de serviços (inclusive fretes).

16 Financiamentos

16.1 Por Instituição Financeira

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Banco Bradesco	-	3.266	-	3.266
Banco da Amazônia	-	247	-	247
Banco do Brasil	13	4.542	-	4.524
Banco IBM	55	77	55	77
Banco Itaú - Debêntures	3.687	3.619	3.687	3.619
	3.755	11.751	3.742	11.733
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	977	1.063	-	-
Total	**4.732**	**12.814**	**3.742**	**11.733**
Circulante	305	805	194	697
Não circulante	4.427	12.009	3.548	11.036

Banco do Brasil

Em 14 de abril de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Brasil, no valor de R$ 4.500, com vencimento final em março de 2021.

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente a integralidade do saldo devedor da Nota de Crédito à Exportação emitida em favor do Banco do Brasil.

Bradesco

Em 1º de junho de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Bradesco, na modalidade de Notas de Crédito à Exportação, no valor de R$ 3.000 pelo prazo de cinco anos.

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente a integralidade do saldo devedor da Nota de Crédito à Exportação emitida em favor do Banco Bradesco.

Banco Itaú

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia assinou contrato para emissão de debêntures, não conversíveis em ações, junto ao Banco Itaú BBA, no valor de R$ 3.500, pelo prazo de cinco anos.

Os juros do financiamento são amortizados semestralmente e a amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, ao final do contrato, em 15 de abril de 2020.

Os encargos sobre a remuneração a ser paga pelas debêntures são de 111,57% do CDI.

O lastro da captação é a aquisição de etanol. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75. A Petrobras é o garantidor da operação.

16.2 Obrigações contratuais (*covenants)*

A Companhia possui obrigações contratuais (não financeiras) relacionadas aos contratos de financiamento, que foram plenamente atendidas em 30 de setembro de 2017, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis em prazos acordados com as instituições; não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; e outras cláusulas.

16.3 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

	Consolidado		
Período	Principal	Juros	Total
2017	3	188	191
2018	119	378	497
2019	113	372	485
2020	3.638	209	3.847
2021	118	36	154
2022 em diante	600	127	727
Total	**4.591**	**1.310**	**5.901**

16.4 Movimentação

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)	Total	Total
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	**7.744**	**4.506**	**12.250**	**11.255**
Provisionamento de juros	24	-	24	24
Transferência de longo prazo para curto prazo	(246)	(138)	(384)	(243)
Variações monetárias	-	119	119	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**7.522**	**4.487**	**12.009**	**11.036**
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	**371**	**273**	**644**	**527**
Provisionamento de juros	1.220	538	1.758	1.757
Amortização de principal	(34)	(81)	(115)	(17)
Amortização de juros	(1.193)	(682)	(1.875)	(1.813)
Transferência de longo prazo para curto prazo	246	138	384	243
Variações monetárias	-	9	9	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**610**	**195**	**805**	**697**
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	**8.132**	**4.682**	**12.814**	**11.733**
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	**7.522**	**4.487**	**12.009**	**11.036**
Provisionamento de juros	4	-	4	3
Transferência de longo prazo para curto prazo	(7.493)	(146)	(7.639)	(7.491)
Variações monetárias	-	53	53	-
Saldo final em 30 de setembro de 2017	**33**	**4.394**	**4.427**	**3.548**
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	**610**	**195**	**805**	**697**
Provisionamento de juros	703	316	1.019	1.018
Amortização de principal	(7.721)	(89)	(7.810)	(7.717)
Amortização de juros	(1.049)	(306)	(1.355)	(1.295)
Transferência de longo prazo para curto prazo	7.493	146	7.639	7.491
Variações monetárias	-	7	7	-
Saldo final em 30 de setembro de 2017	**36**	**269**	**305**	**194**
Saldo total em 30 de setembro de 2017	**69**	**4.663**	**4.732**	**3.742**

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Circulante				
Parcela circulante do endividamento de longo prazo	116	315	13	217
Juros sobre financiamento	189	490	181	480
Total	**305**	**805**	**194**	**697**

16.5 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

								Consolidado	Controladora
	2017	2018	2019	2020	2021 (a)	2022 (a)	2023 em diante (a)	Total	Total
Financiamentos em Reais (R$):									
Indexados a taxas flutuantes	176	129	117	3.642	115	122	431	4.732	3.742
Taxa média dos Financiamentos em Reais	8,49%	8,27%	8,71%	8,71%	8,70%	5,85%	5,37%	9,84%	9,31%
Total em 30 de setembro de 2017	**176**	**129**	**117**	**3.642**	**115**	**122**	**431**	**4.732**	**3.742**

(a) Apenas Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI

Os valores justos dos financiamentos são determinados, principalmente, por meio de derivados de preços observáveis de mercado (Nível 2). O valor justo dos financiamentos em 30 de setembro de 2017 é de R$ 4.582 (R$ 3.283 na Controladora).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 28.2.1.1.

17 Arrendamentos mercantis

17.1 Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui compromissos financeiros com o FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda., em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IPCA. O saldo a pagar em 30 de setembro de 2017 totaliza R$ 602 (nota 17.1.1).

Os créditos imobiliários originados nos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), pela RB Capital Securitizadora S.A.. Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário e os investidores podem negociá-los através da plataforma da BMF-BOVESPA.

A Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos aos clientes Suzano Papel e Celulose S.A. e Fiat Automóveis Ltda. O saldo a receber gerado pelo arrendamento a esses clientes totaliza R$ 26 (nota 17.1.1).

Não existem pagamentos contingentes e valores residuais garantidos.

17.1.1 Fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros

	Consolidado		Controladora	
	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos
2017	2	2	2	2
2018 - 2021	26	123	26	500
2022 em diante	17	17	17	626
Recebimentos/ pagamentos futuros de compromissos estimados	**45**	**142**	**45**	**1.128**
Menos montante dos juros anuais	(19)	(45)	(19)	(526)
Valor presente dos recebimentos/ pagamentos mínimos	**26**	**97**	**26**	**602**
Circulante	4	29	4	123
Não circulante	22	68	22	479
Em 30 de setembro de 2017	**26**	**97**	**26**	**602**
Circulante	4	28	4	124
Não circulante	24	67	24	561
Em 31 de dezembro de 2016	**28**	**95**	**28**	**685**

17.2 Arrendamentos mercantis operacionais

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia pagou um montante de R$ 211 (R$ 151 em 30 de setembro de 2016) pelos compromissos contratuais de arrendamentos operacionais, sendo R$ 136 referente a parcelas fixas e R$ 75 referente a parcelas variáveis. Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2040.

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, terrenos, unidades administrativas e edificações utilizados como postos de combustíveis e equipamentos de fornecimento de energia elétrica.

A Companhia possui compromissos contratuais com a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora referente à locação do Edifício Lubrax para o período de março de 2017 a 2031, num valor total restante estimado de R$ 944.

A estimativa de desembolsos dos arrendamentos da Companhia para os próximos exercícios está assim apresentada:

	Consolidado	Controladora
2017	41	41
2018 - 2021	400	400
2022 em diante	334	334
Total	**775**	**775**

18 Adiantamentos de clientes

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Fundos de *marketing* (a)	188	184	188	184
Adiantamentos de clientes	197	159	188	127
Outros	9	11	9	11
Total	**394**	**354**	**385**	**322**

(a) Adiantamentos recebidos de clientes conveniados, tais como revendedores, franqueados e parceiros comerciais, para uso em ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

19 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Passivo Circulante				
ICMS	154	143	153	143
PIS/COFINS	33	18	33	17
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	15	29	15	29
Outros	34	14	30	11
Total	**236**	**204**	**231**	**200**

Os débitos de ICMS estão representados, basicamente, por: ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária registrados nos Livros Fiscais a serem recolhidos, principalmente, para os Estados de São Paulo (R$ 39), Minas Gerais (R$ 18), Rio de Janeiro (R$ 16), Maranhão (R$ 10), Mato Grosso do Sul (R$ 8), Distrito Federal (R$ 8), Goiás (R$ 7), Paraná (R$ 6), Pernambuco (R$ 5), Santa Catarina (R$ 4) e Rio Grande do Sul (R$ 4); (ii) PIS e COFINS a recolher sobre o faturamento (R$ 33); e (iii) PERT-Programa Especial de Regularização Tributária (R$ 20).

19.1 Programas de Anistias Estaduais

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistia.

		Valores liquidados	
Estado	**Lei Estadual / Decreto**	**30.09.2017**	**31.12.2016**
MG	22.549/2017	71	-
PE	362/2017	3	-
CE	16.259/2017	3	-
SP	61.788/2016 e 61.625/15	-	5
AC	4.559/2016 e 4.971/2012	-	2
RO	3.835/16 e 3.934/16	-	2
RN	10.112/2016	-	1
MT	10.433/2016	-	12
Total		**77**	**22**

19.2 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória n° 783/2017, cujos processos inscritos referem-se a dívidas de PIS/COFINS, IPI e INSS cobradas pela União num total de R$ 23.

20 Benefícios concedidos a empregados

20.1 Planos de pensão e de saúde

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido e contribuição variável e mantém um plano de assistência médica, com benefícios definidos, que atende aos empregados de empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes.

A movimentação dos benefícios concedidos a empregados está representada a seguir:

	30.09.2017				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.079	16	1.280	2.375	2.372
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	651	49	991	1.691	1.691
(+) Custos incorridos no período	26	3	14	43	43
(-) Pagamento de contribuições	(59)	-	(78)	(137)	(137)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	152	2	185	339	339
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.849**	**70**	**2.392**	**4.311**	**4.308**
Circulante	60	-	79	139	139
Não Circulante	1.789	70	2.313	4.172	4.169
	1.849	**70**	**2.392**	**4.311**	**4.308**
(+) Custos incorridos no período	7	6	19	32	31
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	148	5	192	345	345
(-) Pagamento de contribuições	(39)	-	(54)	(93)	(93)
Saldo em 30 de setembro de 2017	**1.965**	**81**	**2.549**	**4.595**	**4.591**
Circulante	66	-	79	145	145
Não Circulante	1.899	81	2.470	4.450	4.446
	1.965	**81**	**2.549**	**4.595**	**4.591**

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	7	6	19	32	31
Juros líquidos sobre o passivo líquido	148	5	192	345	345
Custo líquido em Jan-Set/17	**155**	**11**	**211**	**377**	**376**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	2	-	1	3	3
Diretamente no resultado	23	9	45	77	76
Relativa aos inativos:	130	2	165	297	297
Custo líquido em Jan-Set/17	**155**	**11**	**211**	**377**	**376**
Custo líquido em Jan-Set/16	**134**	**4**	**148**	**286**	**286**

20.2 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV

Em outubro de 2016, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) BR 2016, visando adequar o efetivo da Companhia considerando o plano de desinvestimento conduzido pela Controladora Petróleo Brasileiro S.A. e as metas de desempenho previstas no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021.

O programa, cujo período de inscrições foi encerrado em 30 de dezembro de 2016, obteve 1.105 adesões. O período de desligamento dos empregados inscritos é de 17 de janeiro a 31 de julho de 2017, conforme plano de ação de gestão do conhecimento ou de sucessão gerencial inerentes aos processos e atividades em que atuam.

Os empregados que aderiram ao PIDV tinham pelo menos 10 anos de tempo de Companhia, completos até 30 de dezembro de 2016, independentemente de cargo ou função. Conforme previsto no Regramento do PIDV BR 2016, os empregados poderão desistir a qualquer momento até a homologação do desligamento, situação em que não farão jus ao incentivo financeiro.

O incentivo financeiro a ser pago aos empregados que se desligarem por meio do PIDV foi estipulado em um teto de R$ 800 mil (oitocentos mil reais) e o piso de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), além das vantagens legais e corporativas.

A Companhia reconheceu a provisão em 31 de dezembro de 2016, correspondente às indenizações devidas aos empregados que aderiram, estando sujeita à revisão periódica pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA.

No ano de 2017 a Companhia registrou 702 desligamentos, 381 desistências e 1 eliminação do programa referentes ao PIDV BR - 2016 e 1 desligamento referente ao PIDV BR - 2014.

A provisão referente ao PIDV está registrada no passivo circulante.

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**445**
Desistências	(149)
Atualização / ajustes	6
Utilização por desligamento	(292)
Saldo em 30 de setembro de 2017	**10**

O saldo remanescente em 30 de setembro de 2017 é referente ao PIDV BR - 2016, uma vez que em abril ocorreu o desligamento do último participante do PIDV BR - 2014.

Os empregados que permanecem inscritos no programa após a última data de desligamento de 31/07/2017 se enquadram em hipóteses estabelecidas no Regramento do PIDV, que tratam dos casos de empregados que tiveram seus contratos de trabalho suspensos ou que mesmo após seu efetivo desligamento, estão aguardando resultado de apuração da Comissão Interna de Averiguação - CIA ou da Controladoria Geral da União - CGU em que seus nomes estejam envolvidos. O pagamento das indenizações previstas no saldo remanescente da provisão será realizado conforme tais casos sejam concluídos, sendo que para o segundo grupo, há a possibilidade de eliminação do programa, situação na qual o participante não fará jus ao recebimento da indenização.

Conforme previsto no Regramento do PIDV BR 2016 a data limite para pagamento de indenizações, para qualquer caso é 17/01/2019. Após essa data o PIDV BR 2016 será encerrado em caráter definitivo.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social realizado

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia, em espécie, no montante de R$ 6.313, que resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros como liquidez e solvência.

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras) referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui (nota 6.3), ambas do sistema Petrobras, com o objetivo de melhorar a gestão da estrutura de capital do grupo econômico das referidas empresas.

O montante cindido foi de R$6.339, sendo R$6.313 com efeito no capital social e R$26 em lucros acumulados, referente às movimentações patrimoniais entre a data base do laudo (30 de junho de 2017) e a data da Assembleia Geral Extraordinária (31 de agosto de 2017).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2017, e com base nos termos dos artigos 12 e 122 da Lei 6.404/76, foi aprovada a proposta de grupamento de ações do capital social da Companhia, na proporção de 29,8521666575107:1, de forma que cada lote de 29,8521666575107 ações seja grupado em uma única ação. Também foi aprovada a alteração do artigo 4° do Estatuto Social para refletir a alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia, passando de 34.777.774.156 ações (inalterado desde 2013) para 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O capital social em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R$ 6.352, totalmente subscrito e integralizado.

21.2 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia. Em função do prejuízo apurado, não houve constituição de reserva estatutária.

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

21.3 Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art.7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos dos efeitos dos tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

21.5 Resultado por ação

	Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo)	620	(367)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	1.165.000.000	1.165.000.000
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação	**0,53**	**(0,32)**

O lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, anteriormente apresentado, considerando 34.777.774.156 ações ordinárias foi de R$ 17,83 de lucro em 30 de setembro de 2017 (R$ 10,55 de prejuízo em 30 de setembro de 2016).

22 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	33.231	36.850	33.230	36.850
Gasolina	24.826	25.074	24.826	25.074
Óleo combustível	3.534	3.023	3.534	3.023
Querosene de aviação	5.626	5.224	5.626	5.224
Lubrificantes	1.459	1.551	1.459	1.551
Asfalto	677	1.103	226	699
Outros	2.140	2.088	2.141	2.087
Etanol	3.531	4.493	3.531	4.493
Gás natural	1.203	1.086	1.203	1.086
Outros (a)	1.007	1.151	990	1.132
	77.234	81.643	76.766	81.219
Juros embutidos no preço dos produtos	(273)	(405)	(273)	(405)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes (nota 10)	(418)	(391)	(418)	(391)
Bonificação por desempenho (b)	(190)	(181)	(190)	(181)
Prêmios e descontos sobre vendas	(33)	(22)	(33)	(22)
Encargos de vendas	(14.957)	(15.186)	(14.854)	(15.103)
Receita de vendas	**61.363**	**65.458**	**60.998**	**65.117**

(a) Inclui, no consolidado, produtos de *supply house* de R$ 959 (R$ 1.093 em 30 de setembro de 2016); receita de serviços de R$ 37 (R$ 47 em 30 de setembro de 2016) e receita de energia elétrica de R$ 12 (R$ 10 em 30 de setembro de 2016).

(b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente, em especial, referente ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento.

23 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Aluguéis e royalties	208	201	208	201
Arrendamentos operacionais	(81)	(81)	(81)	(81)
Participações nos lucros ou resultados	(17)	(30)	(17)	(30)
Perdas e provisões com processos judiciais	(104)	(927)	(104)	(927)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	143	9	143	9
Planos de pensão e saúde - inativos	(297)	(169)	(297)	(169)
Receita de armazenagem conjunta	40	44	40	44
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	37	36	37	36
Relações institucionais e projetos culturais	(97)	(40)	(97)	(40)
Reversão provisão para perda crédito tributário - ICMS - Bahia	60	-	60	-
Restituição de ICMS - GAS Espírito Santo	18	-	18	-
Outros	(1)	4	(1)	4
Total	**(91)**	**(953)**	**(91)**	**(953)**

24 Despesas por natureza

	Consolidado											
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017						Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(56.833)	-	-	(2)	-	(56.835)	(60.290)	-	-	-	-	(60.290)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(70)	(1.268)	(157)	101	-	(1.394)	(68)	(1.344)	(128)	94	-	(1.446)
Despesas com pessoal	(40)	(537)	(377)	(176)	-	(1.130)	(47)	(585)	(385)	(197)	-	(1.214)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(3)	-	-	-	(3)	-	(616)	-	-	-	(616)
Depreciação e amortização	(10)	(288)	(45)	-	-	(343)	(9)	(282)	(42)	-	-	(333)
Variação dos estoques	158	-	-	-	-	158	(374)	-	-	-	-	(374)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(97)	-	(97)	-	-	-	(40)	-	(40)
Tributárias	1	(1)	-	118	(154)	(36)	-	-	-	25	(106)	(81)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(104)	-	(104)	-	-	-	(927)	-	(927)
Outras	(8)	(113)	(39)	69	-	(91)	(13)	(155)	(36)	92	-	(112)
Total	**(56.802)**	**(2.210)**	**(618)**	**(91)**	**(154)**	**(59.875)**	**(60.801)**	**(2.982)**	**(591)**	**(953)**	**(106)**	**(65.433)**

	Controladora											
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017						Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(56.525)	-	-	(2)	-	(56.527)	(60.002)	-	-	-	-	(60.002)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(64)	(1.254)	(152)	101	-	(1.369)	(64)	(1.336)	(125)	94	-	(1.431)
Despesas com pessoal	(33)	(532)	(372)	(176)	-	(1.113)	(40)	(580)	(380)	(197)	-	(1.197)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	2	-	-	-	2	-	(583)	-	-	-	(583)
Depreciação e amortização	(7)	(287)	(45)	-	-	(339)	(7)	(282)	(41)	-	-	(330)
Variação dos estoques	154	-	-	-	-	154	(374)	-	-	-	-	(374)
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(97)	-	(97)	-	-	-	(40)	-	(40)
Tributárias	1	(1)	-	118	(154)	(36)	-	-	-	25	(105)	(80)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(104)	-	(104)	-	-	-	(927)	-	(927)
Outras	(4)	(106)	(35)	69	-	(76)	(3)	(150)	(32)	92	-	(93)
Total	**(56.478)**	**(2.178)**	**(604)**	**(91)**	**(154)**	**(59.505)**	**(60.490)**	**(2.931)**	**(578)**	**(953)**	**(105)**	**(65.057)**

25 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(1.023)	(1.352)	(1.021)	(1.350)
Arrendamentos mercantis financeiros	(3)	(6)	(38)	(39)
FIDC	(2)	(2)	-	-
Outras	(88)	(78)	(81)	(77)
	(1.116)	**(1.438)**	**(1.140)**	**(1.466)**
Receitas				
FIDC	182	210	181	208
Juros por atraso e financiamentos de clientes	107	214	102	206
Depósitos judiciais	29	22	29	21
Outras	23	40	(2)	2
	341	**486**	**310**	**437**
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - Sistema Eletrobras	399	599	399	599
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - terceiros	-	10	-	10
Outras	25	17	25	17
	424	**626**	**424**	**626**
Passiva				
Arrendamentos mercantis financeiros	(1)	(6)	(9)	(111)
Atualização de dividendos a pagar à Petrobras	(51)	(64)	(51)	(64)
Empréstimos e financiamentos	(58)	(95)	-	-
Outras	(6)	-	(5)	(1)
	(116)	**(165)**	**(65)**	**(176)**
Variação cambial	**(1)**	**(50)**	**1**	**(34)**
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**307**	**411**	**360**	**416**
Resultado financeiro	**(468)**	**(541)**	**(470)**	**(613)**

Os encargos dos financiamentos no consolidado (juros e variação monetária) totalizaram R$ 1.083 (nota 16.4) no período, sendo R$ 1.081 reconhecidos no resultado financeiro e R$ 2 como juros capitalizados.

26 Processos judiciais, administrativos e contingências

26.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

A Companhia e suas investidas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

Processos Fiscais - (i) referentes à transferência de créditos de ICMS de transportadoras e construtoras do Mato Grosso, compensados pela Companhia (R$ 1.269; (ii) à cobrança de ICMS em virtude de não inclusão do ICMS - Substituição Tributária em sua base de cálculo (R$ 51); e (iv) divergência de estoque - processos de Mato Grosso do Sul (R$ 23).

Processos Cíveis - (i) demanda em que se discute o suposto descumprimento de Contrato de Transporte e de Mútuo pela Companhia, acarretando prejuízos e inviabilizando a operação de postos da autora (Valpar) (R$ 86); (ii) processo movido pela empresa Compasa, em função de alegada perda de exclusividade de comercialização de produtos de marca Lubrax no Paraguai, decorrente da entrada da Petrobras no mercado local comercializando os mesmos produtos (R$ 16); (iii) decisão judicial que condenou a Companhia a efetuar a devolução de imóvel e a pagar perdas e danos relativos ao tempo que alegadamente ocupou indevidamente o bem (R$ 5); (iv) processo movido por Único Combustíveis Ltda. que visa à condenação da Companhia no pagamento de multa pactuada em contrato de Compra e Venda Mercantil, bem como de indenização por danos morais pela interrupção do fornecimento de combustível (R$ 66); e (v) demanda que nasceu devido à interrupção unilateral do contrato de distribuição por parte da Companhia, sendo que o cliente requer a rescisão do contrato por culpa da Companhia, com a liberação das garantias e a condenação ao pagamento da multa contratual, indenização a títulos de perdas e danos e danos morais (Dislub) (R$ 73).

Processos Trabalhistas - (i) pleito de condenação decorrente do pagamento das diferenças salariais do Plano Bresser, no percentual de 26,06%, oriundos do Decreto-Lei n.º 2.335/87, na tabela de níveis salariais (R$ 20); (ii) pleito de reintegração de empregados sob o fundamento de que as demissões foram nulas por inobservância aos acordos coletivos de trabalho (R$ 5); e (iii) pleito de pagamento de honorários advocatícios decorrentes da rescisão do contrato de prestação de serviços firmado com empresa incorporada pela Companhia (R$ 5).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Causas trabalhistas	253	225	253	225
Causas fiscais	1.409	1.415	1.409	1.414
Causas cíveis	433	441	433	441
Causas ambientais	7	9	7	9
Total	**2.102**	**2.090**	**2.102**	**2.089**

	Consolidado		Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	**2.090**	**1.105**	**2.089**	**1.104**
Adição	255	891	255	891
Reversão	(332)	(36)	(331)	(36)
Utilização	(1)	(107)	(1)	(107)
Atualização	90	98	90	98
Saldo final	**2.102**	**1.951**	**2.102**	**1.950**

As despesas com processos judiciais e administrativos, incluindo atualizações, estão reconhecidas em outras despesas, líquidas.

26.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais

	Consolidado					
	30.09.2017			31.12.2016		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	253	126	127	225	109	116
Causas fiscais	1.409	11	1.398	1.415	8	1.407
Causas cíveis	433	64	369	441	71	370
Causas ambientais	7	1	6	9	4	5
Total	**2.102**	**202**	**1.900**	**2.090**	**192**	**1.898**

26.1.2 Garantias

Parte dos estoques e do imobilizado da Companhia servem como garantias em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré.

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Estoques	250	282	250	282
Imobilizado	17	23	17	23
	267	**305**	**267**	**305**

26.2 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado		Controladora	
Natureza	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Fiscais	6.658	6.989	6.594	6.982
Cíveis - Gerais	2.253	1.833	2.253	1.833
Trabalhistas	159	259	159	259
Cíveis - Ambientais	24	9	24	9
Total	**9.094**	**9.090**	**9.030**	**9.083**

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza fiscal

	Descrição dos processos de natureza fiscal	30.09.2017
	Autores: Estado do RJ	
1)	Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. Os Estados conferiram regime especial às empresas aéreas reduzindo a alíquota de ICMS. Hoje cobram essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas e/ou às transferências entre estabelecimentos da Companhia.	1.177
	Autores: Estados de GO, PA, RJ, RR, SC, SP e TO	
2)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	1.039
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, SE e SP e o Distrito Federal	
3)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20º C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	816
	Autores: Estados do AP, BA e SP e Discom	
4)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	626
	Autor: Estados do AM, CE e PE	
5)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	461
	Autor: Estado de PE	
6)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento. Discute-se se as normas contida no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto nº 14.876/1991 , que previam a possibilidade de tomada e manutenção de créditos fiscais de ICMS, foram ou não tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996.	477
	Autores: Estados da BA, GO, MS, MT, PA, PI, RJ, RN, RO e SC, o Distrito Federal e a União	
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	287
	Autor: União	
8)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	524
	Autor: Estado do RJ	
9)	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda.	232

	Descrição dos processos de natureza fiscal	30.09.2017
	Autor: Estado do RJ	
10)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	95
	Autor: União	
11)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e bônus de desempenho pagos aos empregados.	124
	Autores: Estado do AM, BA, CE, GO, PB, PI, RO e SP	
12)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	103
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, PA, PE, PI, RJ, RO, RS e SP	
13)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade. (a)	60
	Autor: União	
14)	Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços à Companhia.	60
	Autores: Estados do AM, CE, ES, GO, MS, MT, PA, PE, PI, RJ e RO e a União	
15)	Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante.	54
	Autores: Estados do MT e PA	
16)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	54
	Autor: União	
17)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	54
	Autor: União	
18)	Processos em que a Companhia é autuada como responsável solidária pelo recolhimento de contribuições previdenciárias.	52
	Processos diversos de natureza fiscal	363
	Total	**6.658**

b) Processos de natureza cível

	Descrição dos processos de natureza cível	30.09.2017
	Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..	
1)	Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis. Situação atual: prolatada sentença parcial de mérito afastando as preliminares suscitadas pela Companhia. Apresentaremos pedidos de esclarecimentos.	684
	Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração	
2)	Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Situação atual: Aguarda-se julgamento do recurso especial interposto pela Companhia.	261
	Autor: Francisco Messias Cameli	
3)	Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). Situação atual: Condenação em 1º grau, aguardando julgamento em 2º grau pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	178
	Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda	
4)	A DISCOM alega que a Companhia , desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil , constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais. Situação atual: aguardando julgamento da apelação.	167
	Autor: Borborema Energética S.A.	
5)	O autor alega erro na formação do preço da companhia quando da elaboração do contrato o qual não teria observado a competente Resolução da ANEEL. A Companhia alega que praticou adequadamente os preços da Resolução ANEEL e que a formação de seu preço observou o reajuste previsto em tal resolução. Situação atual: fase pericial	149
	Autor: Derivados de Petróleo Santa Izabel Ltda	
6)	Ação de indenização por danos morais e materiais. O autor reivindicava a sustação de protestos de duplicatas mercantis e indenização por danos morais e materiais, sob a alegação de que os títulos protestados teriam sido emitidos indevidamente pela Companhia (notas fiscais e duplicatas com o objetivo de cobrar ICMS), causando-lhe expressivos prejuízos em suas órbitas patrimonial e extrapatrimonial. Situação atual: A parte contrária deu início ao cumprimento de sentença, estimando o seu crédito em R$121.462.267,60 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) e a Companhia foi intimada a pagar o valor reinvindicado, no prazo de 15 dias, sob pena de penhora. Em face dessa decisão, a Companhia apresentou impugnação (em 1ª instância) e agravo de instrumento perante o Tribunal de Justiça da Bahia. A impugnação ainda não foi julgada. No agravo foi deferido efeito suspensivo, para sustar a decisão que determinava o pagamento do valor pleiteado pelo exequente (o mérito do recurso ainda será apreciado pelo colegiado).	131
	Autor: Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica	
7)	Trata-se de processo em que à Companhia é imputada a conduta de discriminação de adquirentes, o que se teria dado em virtude de condições comerciais concedidas à rede de postos Cascol, atuante no Distrito Federal. Tal processo encontra-se na fase instrutória.	221
	Autor: Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica	
8)	Cuida-se de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências. O processo encontra-se em fase de instrução.	128
	Processos diversos de natureza cível	334
	Total	**2.253**

27 Compromissos contratuais e outros contratos significativos

a) Contratos com a Petrobras

A Companhia possui contratos com a Petrobras para o período de 5 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R$26.627.

Em 1º de março de 2016, a Companhia celebrou novo contrato com a Petrobras, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo por ano, ao longo de 5 anos, a partir da data em que foi firmado, prorrogável por até igual período, ao valor estimado de R$ 5.500, para o primeiro período contratual.

Em 27 de junho de 2017, foi aprovado o segundo termo aditivo ao contrato de compra e venda de CVP com a Petrobras, tendo a assinatura ocorrido em 30 de junho. Mais uma vez, o aditivo visa possibilitar à Companhia a continuidade de sua atividade de distribuição e comercialização do CVP, com condições mais em consonância com o mercado atual. Foram alteradas condições contratadas referente à fórmula de preço, definição da comercialização do coque para o segmento de calcinação, condições de faturamento/pagamento e alteração dos itens de compensação financeira por quantidade e penalidade por redução de carga da refinaria.

b) Compromissos com a Petrobras

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras para o período de 30 de setembro de 2017 a 2025 de aproximadamente 3,9 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total restante estimado de R$ 1.851.

c) Contratos "*take or pay*"

A Companhia possui contrato com cláusula de *take or pay* com a Brasil Carbonos para os serviços prestados nas plantas de Taubaté/SP e Cosmópolis. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 21.080 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R$ 578, até outubro de 2033.

d) Contratos de transporte

A Companhia possui compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário para o período de março de 2017 a 2029, num valor total restante estimado de R$ 410. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de *hedge* definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. A Companhia também está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

		Nível Hierarquia	Consolidado		Controladora	
	Notas	Valor Justo	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e bancos	5		300	63	285	61
Aplicações financeiras	5		222	592	-	381
Contas a receber	6		5.878	13.905	5.932	13.981
Depósitos judiciais	12		985	950	962	928
			7.385	**15.510**	**7.179**	**15.351**
Valor justo por meio do resultado						
Precatórios	6	2	25	24	25	24
			25	**24**	**25**	**24**
Ativos financeiros mantidos até o vencimento						
NTN-P (Outros ativos realizáveis a longo prazo)			2	2	2	2
			2	**2**	**2**	**2**
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	15		2.129	2.650	2.092	2.622
Financiamentos	16		4.732	12.814	3.742	11.733
Cessão de direitos creditórios	29.2		23	31	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	17.1.1		97	95	602	685
			6.981	**15.590**	**6.436**	**15.040**

28.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

28.2 Risco de mercado

28.2.1 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, ao CDI, indexador dos financiamentos com o Banco do Brasil e o Itaú (nota 16), e às taxas de IPCA, que é o indexador dos Certificados de Recebíveis Imobiliários.

28.2.1.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos juros dos principais ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2017.

Instrumentos	Exposição	Nota	Risco	(Despesa)/ receita financeira no cenário 1 (a)	Resultado financeiro com decréscimo de 25%	Resultado financeiro com decréscimo de 50%	Resultado financeiro com elevação de 25%	Resultado financeiro com elevação de 50%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	(977)	16.1	Alta do IPC-A	(60)	(54)	(50)	(63)	(68)
Debêntures	(3.687)	16.1	Alta do CDI	(315)	(236)	(158)	(394)	(473)
Aplicações - FIDC	465	29.2	Redução do CDI	181	136	91	226	272

(a) Cenário I corresponde ao efeito reconhecido no resultado do exercício considerando a data-base de 30 de setembro de 2017.

28.2.2 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

28.2.2.1 Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros e contrata, também, para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis. No primeiro caso, o objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Já no segundo caso, o objetivo é proteger o custo do produto importado.

Entre 1° de janeiro e 30 de setembro de 2017 foram contratadas operações de *hedge* para exportação no total de US$ 234,4 milhões e o total de US$ 106,7 milhões para importação. Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido no mesmo período de 2017, o percentual de *hedge* contratado representou 60,4%.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* para cobertura de, no máximo, 100% do faturamento ao exterior.

Entre 1° de janeiro e 30 de setembro de 2017 foram contratados US$ 65,9 milhões de *hedge* na posição de compra.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial em 2017 geraram um resultado positivo para a Companhia de R$ 6,4.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM n° 550 de 2008.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (*nocional*) (USD) 30.09.2017	31.12.2016	Valor justo (R$) 30.09.2017	31.12.2016	Vencimento
Posição Comprada	10	-	-	-	4T17
Posição Vendida	-	15	-	1	1T17
Posição Vendida	69	-	-	-	4T17

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 30 de setembro de 2017, os cenários possíveis e remotos consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Valorização do Dólar frente ao Real	-	(63)	(125)

28.2.3 Gerenciamento de risco de preços

Contratos *(em centavos por galão)*				*(em milhões de reais)*		
Tipo	Quantidade	Preço Médio de Venda	Fechamento em 29/09/2017	MTM (Valor do Contrato)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
HO NOV 2017 (Diesel)	830	578.93	5.73	1.92	(48,05)	(98,02)
RBOB NOV 2017 (Gasolina)	103	512.84	5.03	0.38	(5,07)	(10,52)

O valor justo do derivativo de commodity está classificado como nível 1.

28.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em função de oportunidades existentes no mercado financeiro, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos ou como resposta a um evento de liquidez específico.

28.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeções mensais, discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

O excesso de caixa é aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos que venham a onerar a geração de caixa, no limite do seu giro, são atendidos com recursos do fundo corporativo.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

O fluxo nominal do principal e juros dos financiamentos está apresentado na nota 16.3 e o fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros está apresentado na nota 17.1.1.

28.4 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

28.4.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Administração, para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações de *hedge*, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias e clientes governo. A exposição ao risco está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber.

28.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos.

A gestão e o acompanhamento de capital ocorrem através de:

- controle do fluxo diário de caixa;
- projeção e acompanhamento da realização do fluxo de caixa de curto e médio prazos da Companhia, estruturando o Plano Financeiro que suportará os processos orçamentários;
- acompanhamento do saldo, vencimento e custo do endividamento da Companhia e das variáveis que impactam a sua alavancagem.
- análise do ciclo de caixa e da necessidade de capital de giro; e
- acompanhamento das variáveis que impactam o capital de giro, integrando as iniciativas relacionadas à gestão da necessidade de capital de giro.

28.6 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Não houve transferências entre os níveis de instrumentos financeiros em relação a 31 de dezembro de 2016.

Em 30 de setembro de 2017 , o valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 16.5.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

29 Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

29.1 Transações comerciais e outras operações

29.1.1 Por operação

		Consolidado					
		30.09.2017					
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas, principalmente de vendas	2.872						
Variações monetárias e cambiais líquidas	347						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(366)						
Ativo							
Contas a receber (nota 6)		467	2.955	3.422			
Títulos e valores mobiliários		-	2	2			
Caixa e equivalentes de caixa		185	-	185			
Depósitos judiciais		-	753	753			
Passivo							
Fornecedores (Nota 15)					1.090	-	1.090
Dividendos					686	-	686
Financiamentos (nota 16.1)					13	-	13
Adiantamento de clientes					92	-	92
Em 30.09.2017	**2.853**	**652**	**3.710**	**4.362**	**1.881**	**-**	**1.881**
Janeiro a setembro/2016	**3.869**						
Em 31.12.2016		**862**	**9.484**	**10.346**	**2.684**	**4.489**	**7.173**

		Controladora					
		30.09.2017					
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas, principalmente de vendas	2.961						
Variações monetárias e cambiais líquidas	340						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(400)						
Ativo							
Contas a receber (nota 6)		647	2.955	3.602			
Títulos e valores mobiliários		-	2	2			
Caixa e equivalentes de caixa		172	-	172			
Depósitos judiciais		-	730	730			
Passivo							
Fornecedores (Nota 15)					1.063	-	1.063
Dividendos					686	-	686
Financiamentos (nota 16.1)					-	-	-
Adiantamento de clientes					92	-	92
Arrendamentos mercantis financeiros					119	457	576
Em 30.09.2017	**2.901**	**819**	**3.687**	**4.506**	**1.960**	**457**	**2.417**
Janeiro a setembro/2016	**3.744**						
Em 31.12.2016		**983**	**9.462**	**10.445**	**2.764**	**5.025**	**7.789**

As compras efetuadas totalizaram R$ 42.938 (R$ 47.960 até setembro de 2016), sendo R$ 42.506 (R$ 47.793 em 30 de setembro de 2016) com a Petrobras e R$ 432 (R$ 167 em 30 de setembro de 2016) com a Braskem. A Petrobras é garantidora de algumas operações de financiamentos da Companhia, conforme apresentado na nota 16.1.

29.1.2 Por empresa

Consolidado

	Resultado		Ativo				Passivo			
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		30.09.2017			31.12.2016	30.09.2017			31.12.2016
	2017	2016	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico - Sistema Isolado (Sistema Eletrobras)										
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	1.079	2.216	37	2.955	2.992	9.090	12	-	12	8
Petrobras	1.207	1.325	192	-	192	208	1.740	-	1.740	2.259
Termocabo	31	19	6	-	6	2	-	-	-	-
Transpetro	45	53	14	-	14	15	9	-	9	9
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	19	17	3	-	3	-	-	-	-	4
Outras	85	114	5	-	5	81	12	-	12	40
	2.466	3.744	257	2.955	3.212	9.396	1.773	-	1.773	2.320
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	340	225	118	-	118	54	-	-	-	-
Braskem	54	27	5	-	5	7	15	-	15	14
Outras coligadas	8	87	-	-	-	2	-	-	-	10
	402	339	123	-	123	63	15		15	24
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	-	4	-	2	2	2	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(367)	(510)	185	753	938	808	13	-	13	4.789
Clientes - Governo Federal	352	292	87	-	87	77	80	-	80	40
	(15)	(214)	272	755	1.027	887	93	-	93	4.829
Total	**2.853**	**3.869**	**652**	**3.710**	**4.362**	**10.346**	**1.881**	-	**1.881**	**7.173**

	Controladora									
	Resultado		Ativo				Passivo			
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		30.09.2017			31.12.2016	30.09.2017			31.12.2016
	2017	2016	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico - Sistema Isolado (Sistema Eletrobras)										
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	1.079	2.216	37	2.955	2.992	9.090	12	-	12	8
Petrobras	1.205	1.325	192	-	192	208	1.677	-	1.677	2.226
Termocabo	31	19	6	-	6	2	-	-	-	-
Stratura	89	14	1	-	1	3	-	-	-	-
Transpetro	45	53	14	-	14	15	9	-	9	9
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	19	17	3	-	3	-	-	-	-	4
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(43)	(138)	179	-	179	130	152	457	609	660
Outras	89	114	5	-	5	80	15	-	15	47
	2.514	3.620	437	2.955	3.392	9.528	1.865	457	2.322	2.954
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	340	225	118	-	118	54	-	-	-	-
Braskem	54	27	5	-	5	7	15	-	15	14
Outras coligadas	8	87	-	-	-	2	-	-	-	10
	402	339	123	-	123	63	15	-	15	24
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	-	4	-	2	2	2	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(367)	(511)	172	730	902	775	-	-	-	4.771
Clientes - Governo Federal	352	292	87	-	87	77	80	-	80	40
	(15)	(215)	259	732	991	854	80	-	80	4.811
Total	**2.901**	**3.744**	**819**	**3.687**	**4.506**	**10.445**	**1.960**	**457**	**2.417**	**7.789**

As transações com bancos controlados pela União foram efetuadas, principalmente, com o Banco do Brasil e Banco da Amazônia S.A.

29.2 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Contas a receber (nota 6)	465	2.776	463	2.770
Total classificado no ativo circulante	**465**	**2.776**	**463**	**2.770**
Cessões de direitos performados e não performados	(23)	(31)	-	-
Total classificado no passivo circulante	**(23)**	**(31)**	-	-

	Período de nove meses findos em 30 de setembro de		Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
	2017	2016	2017	2016
Receita financeira FIDC-NP	182	210	181	208
Despesa financeira FIDC-NP	(2)	(2)	-	-
Resultado financeiro	**180**	**208**	**181**	**208**

As cessões de direitos creditórios performados e não performados estão classificadas no passivo circulante.

Não performados são créditos cujos recebimentos dependam ainda de alguma contrapartida ou contraprestação do originador ou cedente, ou seja, pela entrega futura de produtos e serviços. Performados são créditos já faturados, onde o cedente já cumpriu as suas obrigações (serviços já prestados ou mercadorias já entregues e, em qualquer caso, aceitos), restando apenas a obrigação do devedor em efetuar o pagamento.

A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC-NP Petrobras é de 100,5% do CDI; não há IOF e IR na operação.

As aplicações em cotas do FIDC-NP estão classificadas no ativo circulante, contas a receber. A taxa de remuneração é de 100% do CDI. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio de tabela regressiva.

As subsidiárias do Sistema Petrobras têm 100% de cotas seniores do FIDC-NP e, historicamente, todas as solicitações de resgates das subsidiárias foram atendidas.

29.3 Remuneração de dirigentes e empregados

No período de janeiro a setembro de 2017, os honorários de diretores e conselheiros no Consolidado totalizaram R$ 8 (R$ 6 de janeiro a setembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

A remuneração dos empregados (incluindo aqueles que ocupam cargos gerenciais) foram:

	Controladora	
	Período de nove meses findos em 30 de setembro de	
Remuneração	2017	2016
Remuneração por empregado		
Menor remuneração	3.577,10	3.260,42
Remuneração média	14.444,09	13.625,17
Maior remuneração	73.324,96	71.634,19
Remuneração por dirigente da Companhia (maior)	111.201,13	101.664,96
(Valores expressos em reais)		

30 Informações por segmento

A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/ mercado dos seus clientes em relação à Rede de Postos. Em relação ao perfil de clientes, a Administração separadamente considera as atividades de Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Grandes Consumidores

Comercializa combustíveis, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Produtos de aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Os demais segmentos relacionados à venda de produtos químicos, asfalto e à geração de energia foram agregados em “outros”, como segmentos operacionais reportáveis por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis.

A Companhia é domiciliada no Brasil. As receitas com clientes no Brasil são de R$ 60.375 (R$ 64.457 de janeiro a setembro de 2016), e o total de receita com clientes no exterior é de R$ 988 (R$ 1.001 de janeiro a setembro de 2016).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	36.908	16.431	4.984	3.447	11	61.781	(418)	(a)	61.363
Custo dos produtos vendidos	(34.196)	(15.159)	(4.479)	(2.941)	(17)	(56.792)	(10)	(b)	(56.802)
Lucro bruto	**2.712**	**1.272**	**505**	**506**	**(6)**	**4.989**	**(428)**		**4.561**
Despesas						-	-		
Vendas, gerais e administrativas	(1.231)	(689)	(350)	(250)	(120)	(2.640)	(188)	(c)	(2.828)
Tributárias	(5)	(1)	(3)	(5)	(20)	(34)	(120)	(d)	(154)
Outras receitas (despesas), líquidas	156	13	10	39	(348)	(130)	39	(e)	(91)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	3	(4)	(1)	-		(1)
Resultado financeiro líquido							(468)	(f)	(468)
EBITDA Ajustado	**1.632**	**595**	**162**	**293**	**(498)**	**2.184**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(1.165)**		**1.019**

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio
Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	39.603	17.736	4.617	3.893	-	65.849	(391)	(a)	65.458
Custo dos produtos vendidos	(36.791)	(16.494)	(4.206)	(3.298)	(3)	(60.792)	(9)	(b)	(60.801)
Lucro bruto	**2.812**	**1.242**	**411**	**595**	**(3)**	**5.057**	**(400)**		**4.657**
Despesas						-	-		
Vendas, gerais e administrativas	(1.188)	(787)	(348)	(324)	(159)	(2.806)	(767)	(c)	(3.573)
Tributárias	(5)	-	(2)	(7)	(26)	(40)	(66)	(d)	(106)
Outras receitas (despesas), líquidas	161	22	18	25	(261)	(35)	(918)	(e)	(953)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	3	(4)	(1)	-		(1)
Resultado financeiro líquido							(541)	(f)	(541)
EBITDA Ajustado	**1.780**	**477**	**79**	**292**	**(453)**	**2.175**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(2.692)**		**(517)**

Reconciliação com as demonstrações contábeis	30/09/2017	30/09/2016
(a) Receita de Vendas		
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São classificadas originalmente como despesas antecipadas e reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(418)	(391)
(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(10)	(9)
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(333)	(324)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia e que vêm ultimamente enfrentando dificuldades financeiras.	145	(443)
(d) Impostos		
Os ajustes de impostos referem-se à anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente. A Companhia considera o ajuste apropriado porque fornece informações adicionais aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.	(80)	(3)
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(40)	(63)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(104)	(927)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas ao plano, bem como pela reversão da provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.	143	9
(f) Resultado Financeiro, líquido	(468)	(541)
Total	**(1.165)**	**(2.692)**

Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2016 e 30 de setembro de 2017

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas	
	Anual de 2016	ITR 3T-2017
Contexto operacional	1	1
Base de preparação das demonstrações contábeis	2	2
Uso de estimativas e julgamentos	3	3
Principais políticas contábeis	4	4
Caixa e equivalentes de caixa	6	5
Contas a receber	7	6
Estoques	8	7
Impostos e contribuições a recuperar	9	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	9
Despesas antecipadas	11	10
Depósitos judiciais	12	11
Investimentos	13	12
Imobilizado	14	13
Intangível	15	14
Fornecedores	16	15
Financiamentos	17	16
Arrendamentos mercantis	18	17
Adiantamento de clientes	19	18
Impostos e contribuições a recolher	20	19
Benefícios concedidos a empregados	21	20
Patrimônio líquido	22	21
Receita de vendas	23	22
Outras receitas (despesas), líquidas	24	23
Despesas por natureza	25	24
Resultado financeiro líquido	26	25
Informações por segmento	27	30
Processos judiciais, administrativos e contingências	28	26
Compromissos contratuais	29	27
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	30	28
Partes relacionadas	31	29

As notas explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas no ITR de 30 de setembro de 2017 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas
Novas normas e interpretações	5
Financiamentos a receber	7.4
Descrição das atividades das controladas	13.2
Descrição da operação em conjunto	13.3
Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto	13.4
Descrição das atividades da coligada	13.5
Garantias	17.6
Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável	21.1
Ativos dos planos de pensão	21.2
Plano de saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)	21.3
Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos p	21.4
Participações nos lucros ou resultados	21.5
Seguros	32
Eventos Subsequentes	33

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO
Presidente

BRUNO CESAR DE PAIVA E SILVA
Conselheiro

CLEMIR CARLOS MAGRO
Conselheiro

DURVAL JOSÉ SOLEDADE SANTOS
Conselheiro

FRANCISCO ARRUDA VIEIRA DE MELO FILHO
Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

JORGE CELESTINO RAMOS
Conselheiro

REINALDO GUERREIRO
Conselheiro

SEGEN FARID ESTEFEN
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

IVAN DE SÁ PEREIRA JUNIOR
Presidente

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo de Rede de Postos

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

[página intencionalmente deixada em branco]

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente

Petrobras Distribuidora S.A.

Conteúdo

Relatório de Administração
Relatório do Auditor Independente
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado
Demonstração de resultados abrangentes
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Demonstração do valor adicionado
Notas explicativas
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes
Membros do Conselho de Administração

Relatório da Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Atuamos em um mercado que acompanha o desenvolvimento da sociedade. Em 2016, assim como no exercício anterior, o mercado de distribuição de combustíveis manteve a tendência de redução de volumes comercializados. O menor nível de atividade econômica no país impactou as vendas do setor, que encerrou o ano com retração de 5% em relação a 2015. Esse fator afeta significativamente o segmento de clientes industriais e de termoelétricas, em que a Petrobras Distribuidora tem maior participação. Nesse contexto, nossa companhia comercializou 45,8 milhões m³ em 2016, 14,6% a menos que o ano anterior.

Apesar da forte geração de caixa, com desempenho 446,1% superior ao ano anterior, nossa dívida bruta encerrou 2016 em patamar similar a 2015. Esse endividamento está associado, principalmente, à inadimplência de empresas do setor elétrico pertencentes ao Sistema Eletrobras. Dos cerca de R$ 9 bilhões do valor devido por esses clientes, R$ 6,2 bilhões já foram negociados e estão sendo recebidos. O restante está ajuizado e em negociação. Além disso, tomamos medidas que impedem o crescimento da dívida das térmicas.

Estamos acompanhando atentamente as mudanças do cenário de abastecimento de combustíveis no Brasil e os impactos na logística de distribuição. Nesse sentido, embora continue tendo a Petrobras como principal fornecedor, realizamos aquisições de outras origens, inclusive via importação. Verificamos um viés favorável para isso em 2016 e as operações devem continuar em 2017.

A Petrobras Distribuidora vem executando diversas ações para posicionar-se de forma cada vez mais competitiva. As iniciativas contemplam o aumento da rentabilidade, o fortalecimento da cultura de segurança nas operações, a redução do endividamento, a inovação e a valorização da marca. Uma dessas medidas, voltada para a adequação do efetivo e dos custos, foi a implantação de um Programa de Incentivo à Demissão Voluntária, o PIDV BR 2016, com prazo de desligamento até julho de 2017. A projeção do efetivo da companhia é dinâmica e deve adaptar-se à realidade do mercado.

Temos códigos e padrões éticos que nos guiam no desenvolvimento dos nossos negócios e estamos avançando na aplicação dos nossos instrumentos de governança, gestão de risco, conformidade e controles. Aprimoramos o nosso programa de integridade com a implantação de mecanismos de prevenção, detecção e resposta a eventos de fraude e corrupção e outras possíveis irregularidades. Nesse sentido, vale citar a integração ao Canal de Denúncia Petrobras, a avaliação de integridade dos fornecedores, na qual lhes é atribuído um grau de risco de integridade - o Due Diligence de Integridade de fornecedores e a Análise de Integridade para designação de executivos.

Nosso compromisso com a entrega de resultados, com a conduta ética e a conformidade é permanente. Estamos respondendo aos desafios e vamos continuar assim, com prontidão para mudanças. Agradeço ao empenho da nossa equipe, de todos os que vestem a marca Petrobras e estão sempre prontos para oferecer os produtos e serviços que movem pessoas e negócios a realizarem todo seu potencial.

Ivan de Sá

Presidente

PERFIL

Somos uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, fundada em 1971, que atua em todos os estados brasileiros, na comercialização e distribuição de derivados de petróleo, gás natural, etanol e biocombustíveis.

Somos líder no setor, exercendo atividades no mercado de rede de postos de serviço e no mercado consumidor, que tem como clientes indústrias, empresas aéreas e aviação executiva, governos, empresas de transporte, termelétricas, transportadores revendedores retalhistas (TRRs), entre outros.

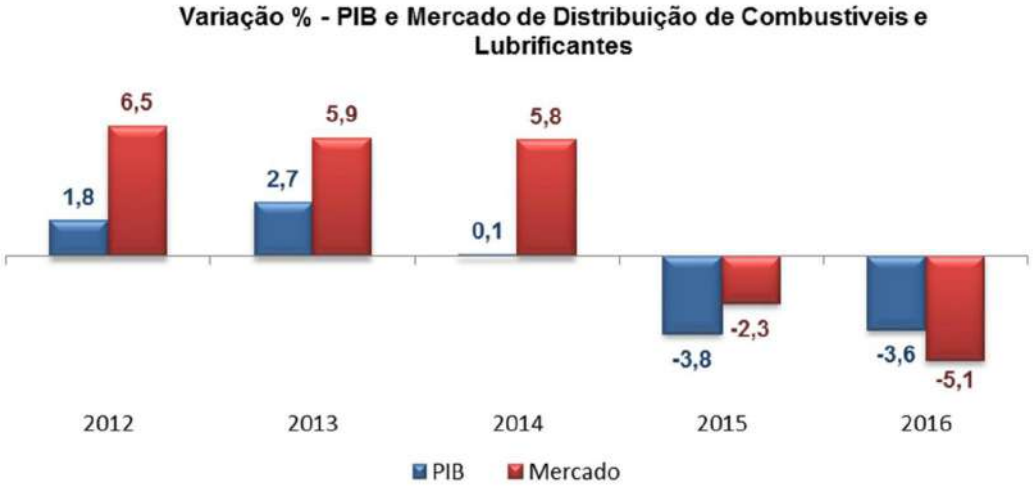
Para atender aos mais de 8.000 postos de serviço da rede e aproximadamente 14.100 clientes consumidores, nos valemos da capilaridade de nossa infraestrutura logística, atuando em 74 localidades que abrangem todas as unidades federativas do país, contando com bases próprias, bases compartilhadas e armazenagens em terceiros, cuja capacidade de armazenagem alcança a marca de 1,9 milhão de m^3. Contamos ainda com a presença em 108 aeroportos, uma fábrica de lubrificantes, seis fábricas de asfalto, uma unidade de envase de Arla-32, sete garagens compartilhadas (Centrais Avançadas de Inspeção de Serviços – CAIS) e 23 depósitos, sendo 18 de lubrificantes e cinco de produtos químicos.

Detemos, ainda, participação societária na Stratura Asfaltos S.A (100%), no Fundo de Investimento Imobiliário – FCM (99,01%), CDGN Logística S.A. (49%), BRF Biorefino de Lubrificantes S.A. (49%), Brasil Supply S.A. (0,38%), Brasil Carbonos S.A. (49%), Pecém Energia S.A. (45%) e Energética Camaçari Muricy II S.A. (50%).

RESULTADOS E NEGÓCIOS

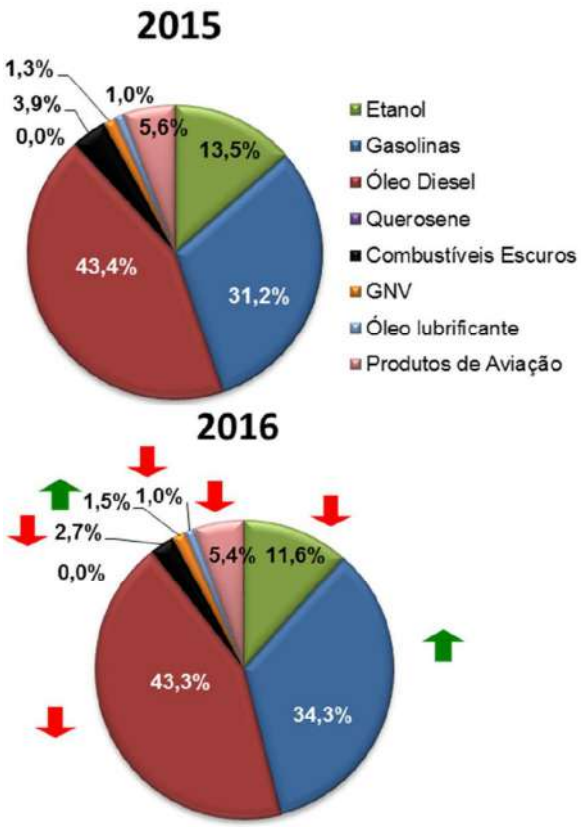
Análise do Mercado de Distribuição

O mercado nacional de distribuição de combustíveis em 2016 teve queda de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo ano consecutivo de queda, porém em maior magnitude, influenciado pela combinação de alguns fatores que impactaram diretamente a demanda de combustíveis, principalmente a expressiva diminuição da atividade econômica, a queda da massa de rendimentos da população e a redução do consumo das termelétricas, repetindo com mais intensidade o cenário econômico de 2015.

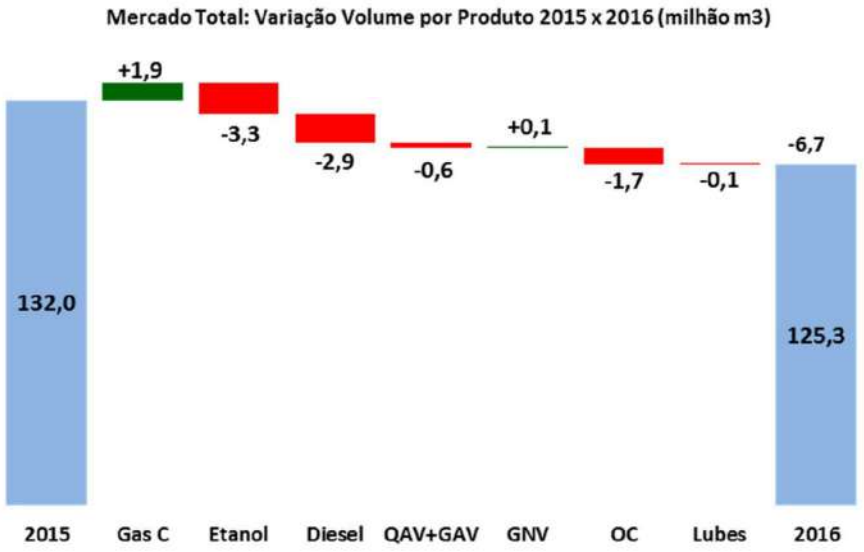


Em 2016, foram comercializados 125,3 milhões de m³ de combustíveis e lubrificantes. O consumo de diesel, embora em queda, manteve relativamente estável sua participação na matriz de consumo de combustíveis e lubrificantes. Por outro lado, a redução expressiva do consumo de etanol e combustíveis escuros diminuiu a participação desses produtos na matriz energética, conforme demonstrado a seguir. Já o consumo de gasolina teve forte aumento em 2016, fazendo com que a gasolina ganhasse 3,2 p.p de participação na matriz de consumo de combustíveis e lubrificantes, recuperando parte de participação que havia perdido para o etanol em 2015.

Participação dos Produtos – Mercado Global



A queda de consumo de combustíveis e lubrificantes de 5,1% foi impactada pelo comportamento das vendas de diesel e óleo combustível, que caíram 5,1% e 34,0%, respectivamente. O Ciclo Otto (gasolina C + etanol H + GNV) teve leve queda de 0,6%, apesar da alta da gasolina de 4,6% e do GNV de 3,9%, sinalizando que essas altas refletem mais o efeito da migração do consumo de etanol hidratado, que por sua vez caiu 18,3%, do que a recuperação de consumo efetiva.



Após queda expressiva de 7,3% no consumo da gasolina em 2015, o volume de vendas voltou a subir em 2016, com alta de 4,6%. Na maior parte do ano, o preço da gasolina ficou mais competitivo em relação ao etanol hidratado, cujo consumo foi estimulado por poucos estados, por apenas alguns meses do ano. Em consequência, o consumo de etanol hidratado caiu 18,3% após ter subido por três anos consecutivos.

Quanto ao consumo de combustíveis escuros, o fornecimento reduzido para termelétricas para geração de energia em 2016, em razão do desligamento das usinas face ao melhor nível dos reservatórios de água, gerou uma queda nas vendas de 34,0% sobre 2015, pelo segundo ano consecutivo. No exercício anterior, o consumo caiu 20,1%. Também contribuiu para esta queda o consumo industrial face à crise que vive este setor.

Após ter caído 4,7% em 2015, o mercado de diesel teve nova queda de 5,1%, impactado pelo desempenho negativo generalizado da economia, resultando num menor volume de cargas movimentadas pelo setor de transportes, altamente demandante de diesel de uso rodoviário. O consumo de diesel por parte das térmicas foi bem menor em 2016, contribuindo também para essa queda.

O consumo de combustíveis de aviação encolheu 8,0% em 2016 após a retração de 1,8% em 2015. A queda da atividade econômica levou a uma redução expressiva principalmente dos passageiros corporativos. A otimização de malha aérea, a retirada de aeronaves e a redução de oferta de passagens pelas companhias aéreas foram outros fatores que influenciaram o consumo.

Desde 2015, se mantêm atrativas as importações de gasolina e diesel realizadas pelos diversos agentes de mercado por importadores autorizados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo).

Em outubro de 2016, a Petrobras implementou sua nova política de preços, com reajuste mensais refletindo a flutuação dos preços internacionais e demanda do mercado nacional.

Nota: Os dados de mercado estão sujeitos a revisão, caso ocorra alteração por parte da ANP.

Desempenho Comercial

Segmento Revendedor

Mantivemos a liderança no mercado revendedor de combustíveis em 2016, com market share anual de 25,4% e volume comercializado na ordem de 23,4 milhões de m³.

Desenvolvemos uma série de ações visando à fidelização de nossos clientes, à melhoria da gestão de nossos revendedores e franqueados e ao aprimoramento contínuo de nossos produtos e serviços. Entre as principais iniciativas adotadas, destacamos o lançamento da 8ª edição do Plano Integrado de Marketing (PIM), que engloba diversos programas da companhia para a valorização do atendimento, o aumento das vendas e a fidelização de clientes.

Em seu 4º ano de atividade, o Petrobras Premmia, programa de fidelidade da rede de postos Petrobras, ultrapassou 10,3 milhões de consumidores finais cadastrados. As variadas opções de resgate de pontos estão presentes em nossos pontos de venda e em parceiros de diferentes segmentos do varejo. O programa tem ampliado sua força como instrumento de incentivo a recompra e aumento do ticket médio entre os participantes ativos, o que demonstra sua importância para a fidelização de consumidores à nossa rede de postos.

Nas lojas de conveniência BR Mania, a troca de pontos por produtos de marca própria cresceu de forma significativa em 2016 e já é uma das opções com maior quantidade de resgates do portfólio do Petrobras Premmia, contribuindo para a experimentação dos produtos e trazendo consumidores da pista para a loja.

Através do programa de incentivo Desafio Petrobras, oferecemos aos nossos revendedores e franqueados, ferramentas de gestão dos negócios e de motivação de suas equipes, visando a incrementar as vendas e melhorar a padronização de imagem e a qualidade do atendimento na rede de postos Petrobras.

Com foco no atendimento e satisfação de nossos consumidores, o Programa Capacidade Máxima, programa de capacitação para os postos de serviço da Petrobras Distribuidora e suas franquias, promoveu treinamentos para Revendedores, Franqueados, Frentistas, Gerentes de pista, Gerentes de loja, Promotores de loja e Lubrificadores. O ciclo 2016 de treinamentos contou com adesão de cerca de 3.400 postos em 850 municípios e tem previsão de 90.000 capacitações até o seu final.

O Programa De Olho no Combustível, programa pioneiro e mais consistente do segmento automotivo no controle da qualidade, completou 20 anos de existência, em plena atividade. São milhões de quilômetros rodados por ano, em todo território nacional, para garantir que o consumidor abasteça seu veículo com segurança e com produtos rigorosamente dentro das especificações na rede de postos com a marca Petrobras.

Lojas de Conveniência BR Mania

Em 2016, a rede de lojas BR Mania atingiu a marca de 1.303 unidades, sendo 489 com BR Mania Café, 234 com BR Mania Padaria e 122 com o serviço Sanduíches e Saladas, revitalizado neste ano.

Foram lançados 30 produtos na linha de food service de marca própria, que conta com 150 itens e possui uma logística exclusiva . A categoria alcançou crescimento de 46% em relação ao ano anterior.

Um dos marcos de 2016 foi a obtenção, pela 3ª vez consecutiva, do Selo de Excelência em Franchising, concedido pela ABF (Associação Brasileira de Franchising). A BR Mania é a única loja de conveniência do segmento de distribuição de combustíveis que possui o selo de excelência.

Centros de lubrificação Lubrax+

A rede Lubrax+ registrou mais um ano de expansão em 2016, totalizando 1.529 unidades, o que significa um crescimento de 9% em relação ao ano anterior. Mais de 2.500 lubrificadores foram treinados em toda a rede.

Produtos

Com a aplicação de tecnologia de ponta, a Petrobras Distribuidora lançou o lubrificante mais moderno da sua linha destinada a veículos a diesel pesados (ônibus e caminhões), o LUBRAX EXTREMO HD. Trata-se de um óleo sintético, com viscosidade SAE 5W-30, desenvolvido para o atendimento das especificações dos principais fabricantes de motores diesel, contribuindo para a redução do consumo de combustível, sendo recomendado para motores equipados com sistema de tratamento dos gases de escape como EGR (Sistema de Recirculação de Gases). Atendendo aos requerimentos do padrão Euro V (PROCONVE P7) e Euro VI, a sua tecnologia promove a limpeza dos pistões e controle da formação de fuligem e do desgaste prematuro das peças do motor, proporcionando maior rendimento e maior vida útil.

Grandes Consumidores

Em 2016, atendemos cerca de 7.200 clientes, atingindo um market share de 46,9% do mercado de grandes consumidores, resultante de 15,6 milhões de m³ de produtos vendidos.

O forte desaquecimento da economia resultou numa retração da ordem de 12,3% no mercado consumidor. A abertura da paridade de importação do óleo diesel durante a maior parte do ano incentivou a entrada de novos players nesse mercado, acirrando ainda mais a concorrência.

As vendas para geração de energia foram impactadas pela redução do despacho complementar no Sistema Interligado Nacional, com a geração de energia a partir de fontes de menor custo, tais como usinas eólicas e novas hidrelétricas. No Sistema Isolado, em alguns Estados, houve a consolidação da mudança do modelo de negócio, tendo a comercialização de combustíveis migrado das Distribuidoras de Energia Elétrica Estaduais para os PIEs – Produtores Independentes de Energia.

Apesar desse cenário, firmamos contratos de fornecimento de longo prazo com grandes empresas dos segmentos de transporte, alimentício, mineração, energia, etc.

Devido à retração do mercado interno, buscamos elevar as exportações de lubrificantes, resultando em um incremento de 27%, em relação a 2015, nas vendas para os mercados do Paraguai, Uruguai, Chile, Argentina e Colômbia.

Aviação

No segmento de aviação, alcançamos um market share de 55,1%, mantendo a liderança conquistada em 1997. Em 2016, foram cerca de 3 mil clientes atendidos em todo o território nacional, com uma média de aproximadamente 63 mil operações de abastecimentos de aeronaves por mês. Atingimos 3,8 milhões de m³ em vendas, apesar da retração na ordem de 8,0% deste mercado, reflexo da otimização das malhas de voos pelas companhias aéreas.

Encerramos o ano de 2016 com uma rede de 108 aeroportos e, buscando otimizar nossas operações, encerramos nossas atividades em 5 localidades: Belém (Júlio César)/PA, Conceição do Araguaia/PA, Itirapina/SP, Aeroclube de João Pessoa/PB e Coari/AM.

O ano foi marcado ainda pela realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, que exigiu uma grande mobilização do setor aéreo para garantir a eficiência do funcionamento dos aeroportos. A BR Aviation participou ativamente desse processo, garantindo o atendimento com excelência operacional e superando diversos desafios logísticos, característicos deste grande evento mundial.

Negócios de Energia

Na área de combustíveis sólidos, comercializamos 3,8 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo (CVP).

Em nossa concessão de gás natural do Espírito Santo, ultrapassamos a marca de 44 mil clientes ativos, sendo a maioria nos segmentos residencial e comercial. Entretanto, as vendas do segmento industrial foram impactadas, principalmente, pela interrupção de operações no segmento de mineração, em função do acidente nas barragens de rejeito de minério em Mariana (MG), ocorrido em novembro de 2015.

Na área de energia, contamos atualmente com 110 MW de energia instalados através de projetos de geração em todo território nacional. A partir de nossas soluções energéticas, garantimos o fornecimento total de energia elétrica para as plantas de mineração e beneficiamento de bauxita da Alcoa, localizadas em Juruti/PA. Adicionalmente, iniciamos a operação comercial do projeto de eficiência energética na Estação de Tratamento de Água da Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do RJ), unidade responsável pelo abastecimento de água para mais de 1,7 milhão de habitantes.

Produtos Químicos

No segmento de mercado de produtos químicos, a quantidade vendida de enxofre, insumo na produção de ácido sulfúrico, detergentes, sabão em pó, vulcanização de borracha e na clarificação de açúcar, foi de 241 mil toneladas em 2016, garantindo o escoamento de toda a produção da Petrobras.

O volume de vendas de solventes comercializado em 2016 totalizou 173 mil m³. Os solventes são utilizados na indústria de tintas e vernizes, na extração de óleos e gorduras vegetais, principalmente óleo de soja, e na produção de adesivos de contato.

No mercado de ureia, vendemos 40 mil toneladas em 2016. A ureia é utilizada, principalmente, como fertilizante agrícola, sozinha ou em misturas, na complementação da alimentação do gado, na fabricação de resinas e colas industriais e como agente redutor de emissões de motores a óleo diesel.

No suprimento de produtos químicos para a exploração e produção de óleo e gás, nosso volume de vendas foi de 281 mil m³, com o aumento do foco na atividade de produção de óleo e gás pela Petrobras.

Segmento Asfáltico

Em 2016 mantivemos a posição de maior distribuidora de asfaltos, comercializando 461,6 mil toneladas de produtos asfálticos. Após uma forte retração nesse mercado, de 36,3% entre 2014 e 2015, em 2016 houve ligeira recuperação de 5,5%.

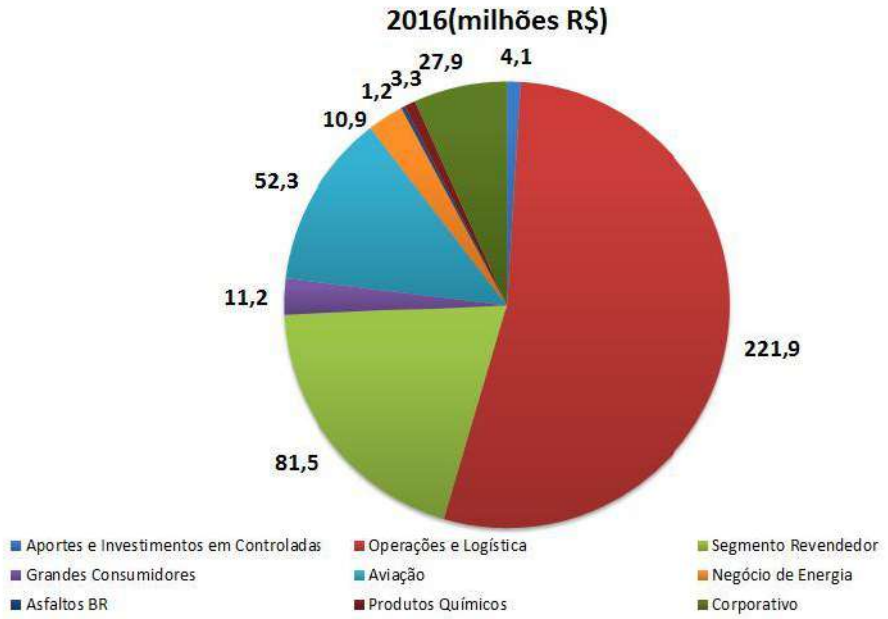
Para o aperfeiçoamento da atuação no mercado de asfaltos estão sendo desenvolvidas ações para unificação desta atividade na Stratura Asfaltos S.A., subsidiária integral da BR.

Logística e Suprimento de Combustíveis

Em linha com as oportunidades observadas tanto no mercado interno como internacional, buscamos intensificar nosso posicionamento em infraestrutura logística em locais estratégicos, por meio de contratos de armazenagem ou investimentos/modernização de ativos próprios.

Investimentos

A Petrobras Distribuidora, juntamente com suas controladas, investiu R$ 414 milhões, concentrados na manutenção das infraestruturas operacional e varejista de distribuição de derivados de petróleo e gás natural. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos por segmento de negócio.



Os investimentos realizados são distribuídos em (i) projetos de ampliação, melhorias e automação das unidades operacionais destinadas à distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis (etanol e biodiesel), visando o aumento da eficiência logística e operacional, além de projetos relacionados à segurança, meio ambiente e saúde nessas unidades; (ii) aportes e investimentos em empresas controladas; (iii) manutenção e ampliação da infraestrutura da nossa rede de postos; (iv) investimentos em tecnologia da informação e na modernização da infraestrutura de suporte; e (v) investimentos em infraestrutura de atendimento a clientes nos diferentes segmentos de negócios.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A sustentabilidade, juntamente com agregação de valor, marca e inovação, é uma das estratégias de nosso Plano Estratégico.

Como subsidiária da Petrobras, signatária do Pacto Global da ONU, consideramos os 10 Princípios dessa iniciativa na nossa atuação. Além disso, realizamos análise sobre a relação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS em nossas atividades.

Somos signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo INPacto e incluímos em todos os nossos contratos cláusulas que proíbem a utilização do trabalho escravo, infantil e degradante por nossos fornecedores.

Desde 2009, participamos do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. Fomos contemplados com três selos de reconhecimento pelas ações implementadas nas três edições.

Esse ano também realizamos a campanha “Turma do Disque 100”, sobre a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, divulgando o Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos, e envolvendo escolas de comunidades vizinhas às nossas instalações. Por essa e outras iniciativas, temos sido contemplados, anualmente, desde 2004, com o selo da Fundação Abrinq, como uma "Empresa Amiga da Criança".

O ano de 2016 também marcou a revitalização do Cidadão Capaz, nosso projeto de adaptação de Postos Petrobras, com base na NBR-9050/2004, para que pessoas com deficiência possam ser empregadas na rede. Em setembro, foi inaugurado um novo posto na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, com a contratação de funcionários com deficiência.

No que se refere à Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, buscamos a sustentabilidade em atividades e processos e nos comprometemos com as melhores práticas do mercado de distribuição, com a melhoria contínua e com a minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios, alinhados ao nosso Plano Estratégico e PNG.

A governança vem sendo suportada por comissões específicas para temas como Segurança Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde (SMES), Sustentabilidade e Transporte, que se desdobram em Programas Corporativos, com seus respectivos indicadores. Dentre eles destacamos o Programa de Melhoria Contínua (PMC), que reúne as ações de SMES e Responsabilidade Social (RS) da companhia.

Na gestão da segurança e contingência atuamos em prevenção, redução da acidentalidade, controle dos riscos e prontidão para situações de emergência. Em alinhamento com a Petrobras, destacamos o Programa Compromisso com a Vida, focado no reforço da segurança de processo baseada em análises de riscos, na obrigação de fazer, nas ações integradas e no sistema de consequências; e a implantação das 10 regras de ouro, cujo objetivo é prevenir danos às pessoas e fortalecer a cultura de segurança.

A Taxa de Acidentados Registráveis - TAR em 2016 (0,98) teve uma redução de 36% em relação à 2015 (1,54). Este resultado reflete a efetividade dos programas de prevenção de acidentes implantados, bem como o compromisso da alta liderança com a segurança dos trabalhadores.

Também atuamos por meio do Programa Obras Seguras, focado em unidades operacionais, reduzindo o risco de acidentes em obras; realizamos simulados de emergência; coordenamos o Programa de Gerenciamento de Risco no Transporte, com ênfase na universalização do monitoramento da frota a serviço da Petrobras Distribuidora; e ressaltamos a continuidade do Programa Motorista DEZtaque, que reconhece os motoristas pelo seu desempenho e manutenção dos indicadores de segurança e sustentabilidade socioambiental.

A gestão ambiental é suportada por sistemas de informação, e busca a melhoria do desempenho com ações sistemáticas que promovem a redução do uso dos recursos naturais, a atuação ecoeficiente e o atendimento à conformidade legal, dentre as quais destacam-se: o uso de selo flutuante em tanques de gasolina para redução de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs), bem como a utilização de Unidades de Recuperação de Vapor (URVs) em 5 de nossas unidades; reuso de efluente tratado e aproveitamento de água de chuva; além de realização de teste de estanqueidade, aplicação de check list de inspeção para postos, realização de rondas diárias para identificação de desvios, manutenção preventiva e aplicação de padrões de engenharia com o objetivo de prevenir a geração de passivos ambientais.

Salienta-se ainda a tomada de ações de prevenção de impactos ao meio físico e à biodiversidade, com o mapeamento e a identificação de áreas protegidas próximas às nossas instalações operacionais e a aplicação de padrões corporativos e treinamentos virtuais e presenciais para a força de trabalho relativos aos principais temas ambientais, como resíduos, recursos hídricos, emissões atmosféricas e prevenção de passivos ambientais.

Buscamos também a inclusão da eficiência energética nas operações da companhia, por meio de ações e de orientações que contribuem para a elaboração de procedimentos que permitem a otimização do desempenho energético. Deste processo decorrem o Programa Transporte Ecoeficiente para a redução do consumo de combustíveis nos transportes contratados pela companhia e projetos envolvendo iluminação de baixo consumo, o uso racional da energia nas áreas operacionais e administrativas, capacitação da força de trabalho e definição de metas e indicadores para a gestão da eficiência energética.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Recursos Humanos

Em 2016, conduzimos uma série de medidas que tiveram por objetivo alcançar os resultados planejados pela companhia, tornando-nos mais competitivos. Entre tais medidas, destacamos a implantação do programa de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV), de treinamento e desenvolvimento, de gestão de conhecimento e sucessão gerencial.

O PIDV teve o objetivo de adequar o efetivo da companhia considerando o plano de desinvestimento e as metas do PNG 2017-2021, compatibilizando-as com as expectativas dos empregados, além de preservar os conhecimentos existentes e garantir a continuidade operacional da companhia. As inscrições foram voluntárias e ocorreram durante os anos de 2015 e 2016 abrangendo, no ciclo de 2015, os empregados aposentados em permanência e com idade igual ou superior a 55 anos em 30/12/2015 e, no ciclo de 2016, todos os empregados com mais de 10 anos de tempo de companhia em 30/12/2016. Foram 316 desligamentos em 2016 e 1.105 inscrições para desligamento em 2017.

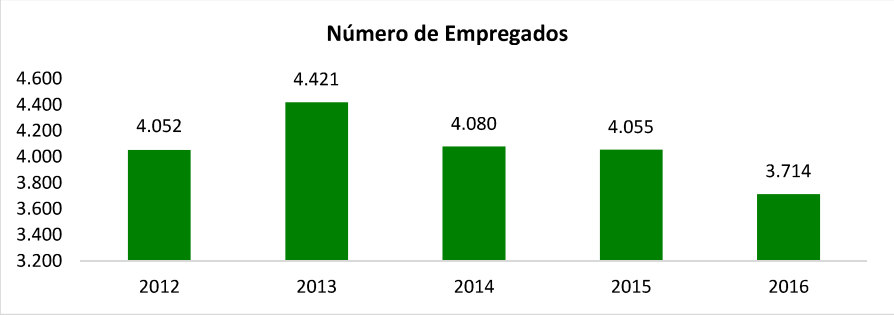
Para fortalecer a atração e a retenção de empregados, possuímos diversas ações com foco em benefícios e em programas de qualidade de vida. Entre eles, destacamos: (i) Assistência Médica Supletiva (AMS): plano de assistência médica destinado a empregados, aposentados e pensionistas da companhia e seus respectivos dependentes, contemplando, em 31/12/2016, aproximadamente 18.000 beneficiários; (ii) programas que visam à manutenção da qualidade de vida e saúde de seus empregados e dependentes como o Programa Alimentação Saudável; Programa de Atividade Física; Campanha de Vacinação Antigripal; e Programa de Apoio à Gestante e Aleitamento Materno - GESTAL; (iii) plano de previdência complementar para suplementação aos benefícios concedidos pelo INSS., administrado pela Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social; (iv) benefícios educacionais cujo objetivo é de contribuir para a formação e a instrução dos dependentes dos empregados da companhia desde a creche até o ensino universitário.

Investimos R$ 5,2 milhões em programas de treinamento e desenvolvimento em 2016. A carga horária média de treinamento por empregado no ano foi de 40 horas. Inovamos com a realização de diversos treinamentos por videoconferência. Como resultado dessa iniciativa, obtivemos a participação de mais de 400 empregados com até 15 salas conectadas simultaneamente e 9 temas diferentes. Uma das sistemáticas adotadas pela companhia para disseminar conhecimentos são os cursos de ensino a distância (EAD), que em 2016 alcançou mais de 10 mil participações de empregados nesse tipo de treinamento.

Fortalecemos a implantação do Modelo Corporativo de Sucessão com a formação do banco de potenciais líderes BR. Este programa, iniciado em 2015, teve 133 candidatos avaliados pelo processo de assessment center, cujos resultados foram analisados pelas Comissões de Sucessão Gerencial das Diretorias e Presidência, finalizando com 83 empregados selecionados para o banco.

Como instrumento de monitoração e diagnóstico da ambiência da companhia, realizamos anualmente a Pesquisa de Ambiência Organizacional, que contou, em 2016, com a participação de 80,5% dos empregados. O Nível de Comprometimento do Empregado (NCE) foi de 75% e o Índice de Satisfação do Empregado (ISE) alcançou 76%.

Fechamos 2016 com 3.714 empregados, uma redução de 341 empregados, o que corresponde a uma diminuição de 8,4% em relação a 2015. Atualmente, 0,6% dos empregados são portadores de deficiência. Seguem abaixo alguns indicadores de efetivo.



Governança Corporativa e Organização Geral

Nossa estrutura de governança corporativa é formada por Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração (CA) e seus Comitês; Auditoria; Ouvidoria; Gerência de Governança, Risco e Conformidade; Diretoria Executiva (DE) e seus Comitês.

O Estatuto Social da companhia foi reformado, conferindo ao Conselho de Administração maior atuação no direcionamento da companhia, sendo formalizada a criação do Comitê Estratégico Estatutário de Assessoramento e aprovado pelo Conselho de Administração o Comitê de Auditoria, ambos vinculados a este colegiado.

Reavaliamos, outrossim, o modelo de governança da companhia, com a aprovação pelo Conselho de Administração da revisão do manual de governança corporativa, que consolida instrumentos voltados às melhores práticas de governança corporativa, da revisão dos regimentos internos dos comitês estatutários de Negócios e de Suprimentos de Álcool e Derivados de Petróleo, e a estrutura de Comitês de Executivos vinculados à Diretoria, que passará a contar com o assessoramento dos seguintes comitês: 1) Crédito e Cobrança; 2) Recursos Humanos; 3) Tecnologia da Informação; 4) Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); 5) Inovação; 6) Marketing; e 7) Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos.

Com relação ao processo decisório, a companhia promoveu a revisão dos limites de alçadas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, tendo sido aprovada a Matriz de Limites de Atuação (MLA).

Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos

Em 2016, continuamos o trabalho de aprimoramento da governança corporativa e das medidas de prevenção e apuração de fraude e corrupção. Notadamente neste ano iniciamos as atividades da nova Gerência Executiva de Governança, Riscos e Conformidade (GGRC). Vinculada ao Conselho de Administração, esta nova estrutura foi constituída com a missão de elaborar e monitorar a execução do modelo de governança, fortalecer a visão integrada dos riscos corporativos, e gerir e orientar as atividades de conformidade e controles internos.

Com as lições e experiências aprendidas pela companhia na prevenção e apuração de fraude e corrupção, tivemos a oportunidade de implementar novos processos e controles, contribuindo para o fortalecimento da integridade empresarial da Petrobras Distribuidora.

Aperfeiçoamos o Programa BR de Prevenção à Corrupção por meio de iniciativas, das quais podemos citar as seguintes: i) aprovação da norma de aplicação de sanções administrativas a fornecedores, que regulamenta o procedimento para aplicação de punições aos fornecedores da BR que pratiquem irregularidades (as punições podem variar de suspensão a impedimento de contratar com a companhia); ii) implantação do processo de Due Diligence de Integridade de Fornecedores na BR, pelo qual é realizada uma avaliação de integridade dos fornecedores e lhes é atribuído um grau de risco de integridade; e iii) a realização de treinamentos e palestras para os nossos empregados focados na promoção de padrões éticos.

No âmbito de riscos corporativos, buscamos aprofundar o trabalho iniciado em 2015, quando foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política de Gestão de Riscos Empresariais da Petrobras Distribuidora. O processo de aperfeiçoamento busca associar a visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente, à imagem e reputação e de combate à fraude e corrupção, dentre outros riscos.

Com relação às iniciativas de controles internos, ampliamos o escopo de processos mapeados, considerando as melhores práticas de controle, bem como atualizamos os demais processos mapeados por meio da autoavaliação pelos gestores. Assessoramos e acompanhamos ainda os gestores no aprimoramento dos controles internos destes processos de negócio e dos sistemas que os suportam.

Por fim, cumpre registrar que a companhia passou a integrar o Canal de Denúncia Petrobras, mantido por empresa independente, externa ao Sistema Petrobras. A Petrobras Distribuidora estimula seus empregados e demais públicos de interesse a relatar irregularidades e transgressões de normas. O Canal de Denúncia Petrobras garante o caráter sigiloso da denúncia, o anonimato do denunciante e inviabiliza retaliações.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O mercado de derivados apresentou retração no volume comercializado pelo segundo ano consecutivo, sendo o desempenho do mercado em 2016, 5% menor do que o observado no exercício anterior.

Impactado pelo menor nível de atividade econômica no país, que afeta significativamente o segmento de clientes industriais e no qual é maior nossa participação, somada à menor demanda de combustíveis por empresas do sistema elétrico e à menor competitividade do etanol em 2016, o volume de vendas da Petrobras Distribuidora em 2016 foi cerca de 15% menor do que o volume comercializado em 2015.

Apesar da constante seletividade nas opções de negócios e da busca por valor adicionado, nosso menor volume de vendas no período foi determinante e o lucro bruto gerado com a venda de produtos e serviços foi de R$ 6.465 milhões, 11,6% abaixo do desempenho do ano anterior.

A Petrobras Distribuidora apresentou em 2016 um prejuízo líquido de R$ 315 milhões, afetado significativamente por provisionamentos com processos judiciais que, somados às perdas judiciais, totalizaram R$ 1.079 milhões, além do registro em nosso resultado de R$ 676 milhões de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Devido à situação financeira das empresas do setor elétrico que atuam no chamado Sistema Isolado, basicamente na Região Norte do Brasil, atrasos no pagamento por parte dessas empresas são registrados como PECLD e, em 2016, somente esse grupo de empresas foi responsável por R$ 413 milhões de provisões em nosso resultado. Houve também o provisionamento de R$ 444 milhões em função do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário 2016 da Petrobras Distribuidora, cujas inscrições se encerraram no final de 2016.

O EBITDA, sigla em inglês se refere ao lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization), encerrou 2016 com um desempenho de R$ 439 milhões. Para chegarmos ao valor do EBITDA, foi somado ao prejuízo líquido do exercício, a depreciação e amortização, o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social de 2016.

Outro indicador utilizado pela administração da companhia para medir nosso desempenho e apresentado periodicamente ao nosso Conselho de Administração é o EBITDA Ajustado, sendo que, além dos valores para a obtenção de nosso EBITDA, são realizados alguns outros ajustes que nos possibilitam melhor mensuração do desempenho operacional da Petrobras Distribuidora e comparação às demais empresas do mercado de distribuição de derivados. O EBITDA Ajustado da Petrobras Distribuidora em 2016 foi de R$ 2.995 milhões, montante 13,2% menor que nosso EBITDA Ajustado de 2015.

Composição EBITDA - Consolidado (R$ Milhões)	2016	2015	%
Lucro (Prejuízo) exercício	**(315)**	**(1.161)**	**(72,9)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(322)	(774)	(58,4)
Resultado Financeiro Líquido	622	299	108,0
Depreciação e Amortização	454	471	(3,6)
EBITDA	**439**	**(1.165)**	**(138)**
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	542	412	31,6
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – sistema isolado de energia	413	2.630	(84,3)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – sistema interligado de energia	(2)	233	(100,9)
Anistias Fiscais	6	122	(95,1)
Encargos tributários sobre receitas financeiras	84	45	86,7
Perdas e Provisões com Processos Judiciais	1.079	785	37,5
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)	434	92	371,7
Impairment	-	298	(100,0)
EBITDA Ajustado	**2.995**	**3.452**	**(13,2)**

No que tange ao endividamento bruto, a empresa encerrou o exercício de 2016 com uma dívida bruta de R$ 12.940 milhões, sendo 6,7% deste montante de vencimento no curto prazo. Nossa dívida bruta encerrou 2016 em patamar similar ao do exercício anterior, cerca de 1% abaixo da posição final de 2015. Encerramos 2016 com uma dívida líquida de R$ 9.509 milhões, montante 0,4% acima da dívida líquida do exercício anterior. Para o cálculo da dívida líquida, foi considerado o saldo da aplicação no FIDC de R$ 2.776 milhões

Destaca-se, de forma positiva, o fluxo de caixa operacional da companhia. A Petrobras Distribuidora apresentou em 2016 uma geração de caixa por meio de suas atividades operacionais de R$ 2.632 milhões (fluxo de caixa pelo método indireto), desempenho 446,1% superior ao observado no exercício anterior. Nosso desempenho positivo no fluxo de caixa operacional demonstra uma melhor performance financeira, sendo um contraponto ao prejuízo contábil do exercício.

Cabe destacar que a relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado encerrou 2016 na relação de 3,2 vezes.

No quadro-resumo abaixo, podem ser observadas as principais variações do desempenho da Petrobras Distribuidora em 2016 em relação ao exercício anterior.

	Consolidado		
Indicadores Financeiros (R$ milhões)	**2016**	**2015**	**%**
Receita Operacional Bruta	106.921	119.071	(10,2)
Receita Operacional Líquida	86.637	97.280	(10,9)
Lucro Bruto	6.465	7.313	(11,6)
Margem Bruta	7,5%	7,5%	0,0 p.p.
Lucro (Prejuízo) Operacional	(15)	(1.636)	(99,1)
Margem Operacional	0,0%	-1,7%	1,7 p.p.
EBITDA	439	(1.165)	(137,7)
EBITDA Ajustado	2.995	3.452	(13,2)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(315)	(1.161)	(72,9)
Volume de Vendas (mil m^3)	45.794	53.596	(14,6)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Petrobras Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Distribuidora S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. e da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

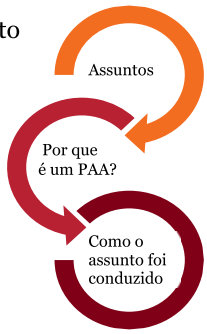
Reemissão das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota 2.1 às demonstrações contábeis, visando aprimoramento da apresentação de suas demonstrações contábeis, a administração da Companhia procedeu à inclusão de divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, adequando-as aos requisitos contábeis para o propósito descrito na referida nota, bem como reapresentação do resultado por ação em decorrência do grupamento de ações divulgado na Nota 22.

Desta forma, as demonstrações contábeis acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui os anteriormente emitidos em 20 de março de 2017 e 16 de outubro de 2017.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
"Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia (Nota 1.2)	
Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por fornecedores do Grupo Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, envolvendo diversos participantes, internos e externos à Companhia. O referido esquema consistia de um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Companhia e impor gastos adicionais vinculados a esses contratos, utilizando estes valores para efetuar pagamentos indevidos. Os valores pagos pela Companhia no âmbito dos contratos de construção de ativos junto aos fornecedores envolvidos no esquema foram incluídos nos custos históricos dos respectivos ativos imobilizados. A administração da Companhia entendeu que os pagamentos indevidos representam gastos adicionais e, consequentemente, reconheceu uma baixa no montante de R$ 23 milhões em exercícios anteriores.	Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, os descritos a seguir. Atualizamos nosso entendimento a respeito da estrutura de governança e como os responsáveis pela administração fazem a supervisão geral para identificar e responder aos principais riscos relacionados ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços, à luz das mudanças introduzidas pela administração nos seus processos e controles para dar resposta à fraude identificada. Obtivemos também o entendimento das principais novas políticas internas introduzidas e testamos os controles internos relevantes implementados e transações relacionadas ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços e correspondentes pagamentos. Nosso objetivo foi identificar e testar transações selecionadas e os correspondentes pagamentos realizados durante o exercício e avaliar o atendimento a políticas internas e leis e regulamentações aplicáveis. Adicionalmente, avaliamos o Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção (PPPC), testamos os principais

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia foram considerados como um dos principais assuntos de auditoria em função de: (i) os efeitos potenciais e limitações inerentes que são particularmente significativas em casos como este; (ii) necessidade de acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento conduzidas pelas autoridades a fim de confirmar a razoabilidade dos efeitos já consignados nas demonstrações contábeis; e (iii) necessidade de aprimoramento da estrutura de governança e dos controles internos relacionados aos processos de contratação de fornecedores de bens e serviços, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.	controles relacionados ao canal de denúncias instituído sob a estrutura da Ouvidoria, testando a integridade das informações, tratamento das denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes. Acompanhamos das principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração e por escritórios de advocacia independentes, trabalho este liderado por um Comitê Especial, composto por dois membros independentes e o Diretor de Governança, Risco e Conformidade. Discutimos as investigações com o Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração e os assessores jurídicos da Companhia e avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com os resultados das referidas investigações. Consideramos que as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Processos judiciais e contingências fiscais (Nota 28)	
Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha provisões para contingências fiscais, no consolidado, pelo montante de R$ 1.415 milhões relacionadas a processos judiciais cuja expectativa de perda foi classificada como provável. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos com perdas classificadas como possíveis, no montante de R$ 6.659 milhões (consolidado). Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em	Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências e testes sobre a efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, em nossa estratégia de auditoria, envolvemos nossa equipe de especialistas na área tributária para leitura e discussão dos processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos internos e externos à Companhia. Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia, testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa; (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos; e (iii) das deficiências nos controles sobre a totalidade e a avaliação da probabilidade de perda das contingências fiscais, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.	aplicável e obtenção de confirmações de consultores jurídicos externos. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Benefícios concedidos a empregados (Nota 21) Em 31 de dezembro de 2016, os valores provisionados no balanço patrimonial consolidado correspondiam ao montante de R$ 4.311 milhões. O valor desse passivo atuarial é determinado por cálculos atuariais elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia, líquido dos ativos garantidores. O cálculo é efetuado com base em premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de pensão e assistência médica. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo provisionado no balanço patrimonial referente a benefícios concedidos a empregados; (ii) julgamentos significativos em relação às premissas dos planos de benefícios; e (iii) das deficiências nos controles sobre o processo de geração de dados para o cálculo do passivo atuarial, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.	Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração do passivo atuarial e testes da efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, nossa resposta de auditoria considerou testes de detalhes sobre as informações individuais cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial. As evidências de auditoria consideradas necessárias foram também obtidas por meio de testes das bases de dados de participantes ativos e assistidos dos planos de pensão e assistência médica. Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação das premissas-chave que suportam o cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e estimativa da taxa de desconto. Esses procedimentos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em cálculos atuariais e incluíram os seguintes principais procedimentos:

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	• Revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor do passivo atuarial; • Avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar o cálculo atuarial; e • Revisão da conciliação do laudo atuarial com os saldos das demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, obtivemos confirmações de terceiros quanto à custódia dos ativos garantidores dos planos e testamos a estimativa do valor justo desses ativos com apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de instrumentos financeiros. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para determinação do valor do passivo atuarial, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Contas a receber - Setor Elétrico (Nota 7.3) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo líquido das contas a receber do setor elétrico (Sistema Eletrobras) é de R$ 6.064 milhões. Uma parcela significativa dos recursos usados na liquidação financeira das referidas contas a receber é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Contudo, alterações ocorridas na legislação impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC, aumentando o risco de inadimplência das distribuidoras que operam neste setor e que compram combustível para utilização em suas usinas térmicas.	Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração das perdas com créditos de liquidação duvidosa relacionadas às contas a receber do setor elétrico e testes da efetividade dos controles considerados chave. Quanto aos testes de detalhes em operações e transações, nossa abordagem considerou a revisão de contratos de confissão de dívida celebrados entre a Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras, entendimento do estágio atual das negociações com o Governo Federal e Eletrobras, leitura de ofícios e portarias da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Ministério de Minas e Energia (MME), bem como pagamentos recebidos e reconciliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função dessas circunstâncias e dos consequentes julgamentos significativos em relação às premissas usadas na determinação das perdas com créditos de liquidação duvidosa e da relevância do saldo das contas a receber.	para a totalidade das contas a receber do setor elétrico vencidas ou sem garantias reais. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para determinação das perdas com créditos de liquidação duvidosa relacionadas às contas a receber do setor elétrico, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto**.**

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Petrobras Distribuidora S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

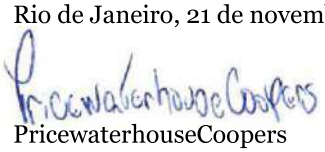
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

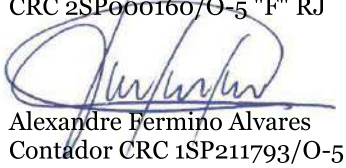
Petrobras Distribuidora S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC 1SP211793/O-5 "S" RJ

Petrobras Distribuidora S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	655	810	442	607
Contas a receber, líquidas	7	7.679	8.114	7.761	8.098
Estoques	8	2.678	2.843	2.668	2.834
Adiantamentos a fornecedores		62	112	62	112
Impostos e contribuições a recuperar	9	591	424	561	405
Despesas antecipadas	11	587	498	587	498
Outros ativos circulantes		37	43	33	43
		12.289	**12.844**	**12.114**	**12.597**
Não circulante					
Contas a receber, líquidas	7	6.250	6.206	6.244	6.162
Depósitos judiciais	12	950	798	928	778
Impostos e contribuições a recuperar	9	366	377	307	331
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	3.425	2.558	3.414	2.557
Despesas antecipadas	11	1.602	1.873	1.602	1.873
Outros ativos realizáveis a longo prazo		24	40	18	36
		12.617	**11.852**	**12.513**	**11.737**
Investimentos	13	45	46	217	234
Imobilizado	14	5.986	6.039	5.542	5.610
Intangível	15	461	460	460	459
		19.109	**18.397**	**18.732**	**18.040**
Total do Ativo		**31.398**	**31.241**	**30.846**	**30.637**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
Passivo e Patrimônio líquido	**Nota**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Circulante					
Fornecedores	16	2.650	3.047	2.622	3.023
Financiamentos	17	805	644	697	527
Cessão de direitos creditórios	31.2	31	24	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	18	28	48	124	87
Adiantamentos de clientes	19	354	424	322	369
Impostos e contribuições a recolher	20	205	249	200	242
Juros sobre o capital próprio	22.3	635	616	635	616
Salários, férias e encargos		246	216	245	215
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	21.6	445	96	445	96
Planos de pensão e saúde	21	139	113	139	112
Outras contas e despesas a pagar		91	115	132	155
		5.629	**5.592**	**5.561**	**5.442**
Não circulante					
Financiamentos	17	12.009	12.250	11.036	11.255
Arrendamentos mercantis financeiros	18	67	81	561	624
Planos de pensão e saúde	21	4.172	2.262	4.169	2.260
Provisão para processos judiciais e administrativos	28	2.090	1.105	2.089	1.104
Outras contas e despesas a pagar		21	26	20	27
		18.359	**15.724**	**17.875**	**15.270**
Total do Passivo		**23.988**	**21.316**	**23.436**	**20.712**
Patrimônio líquido	22				
Capital social realizado		6.352	6.352	6.352	6.352
Reservas de lucros		3.045	4.107	3.045	4.107
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.987)	(534)	(1.987)	(534)
		7.410	**9.925**	**7.410**	**9.925**
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**31.398**	**31.241**	**30.846**	**30.637**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto pelo lucro por lote de mil ações)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2016	2015	2016	2015
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	23	86.637	97.280	86.205	96.949
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	25	(80.172)	(89.967)	(79.781)	(89.687)
Lucro bruto		**6.465**	**7.313**	**6.424**	**7.262**
Despesas operacionais					
Vendas	25	(3.845)	(6.454)	(3.787)	(6.428)
Gerais e administrativas	25	(828)	(820)	(809)	(803)
Tributárias	25	(137)	(208)	(132)	(203)
Outras despesas, líquidas	24	(1.669)	(1.470)	(1.668)	(1.469)
		(6.479)	**(8.952)**	**(6.396)**	**(8.903)**
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, participação e impostos		**(14)**	**(1.639)**	**28**	**(1.641)**
Financeiras	26				
Despesas		(1.893)	(1.597)	(1.933)	(1.590)
Receitas		688	505	631	470
Variações cambiais e monetárias, líquidas		583	793	657	829
		(622)	**(299)**	**(645)**	**(291)**
Resultado de participações em investimentos	13.6	**(1)**	**3**	**(12)**	**(7)**
Prejuízo antes dos impostos		**(637)**	**(1.935)**	**(629)**	**(1.939)**
Imposto de renda e contribuição social	10				
Corrente		(307)	(815)	(305)	(811)
Diferido		629	1.589	619	1.589
		322	**774**	**314**	**778**
Prejuízo do exercício		**(315)**	**(1.161)**	**(315)**	**(1.161)**
Prejuízo, básico e diluído por ação do capital social - R$		(0,27)	(1,00)	(0,27)	(1,00)

Capital social composto de 1.165.000.000 ações ordinárias (*).

(*) O prejuízo líquido por ação, apresentado antes do grupamento de ações, está evidenciado na nota 22.5.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(315)	(1.161)	(315)	(1.161)
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Planos de pensão				
Ganhos (perdas) atuariais	(700)	43	(700)	43
Imposto de renda e contribuição social diferidos	238	(15)	238	(15)
	(462)	**28**	**(462)**	**28**
Plano de saúde				
Perdas atuariais	(991)	(133)	(991)	(133)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
	(991)	**(133)**	**(991)**	**(133)**
	(1.453)	**(105)**	**(1.453)**	**(105)**
Resultado abrangente do exercício	**(1.768)**	**(1.266)**	**(1.768)**	**(1.266)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais)

	Consolidado								Controladora
		Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes		
	Capital social subscrito e integralizado	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendo Adicional Proposto	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2015	**5.991**	**807**	**270**	**5.276**	**206**	**-**	**(429)**	**12.121**	**12.121**
Aumento de capital	361	-	-	(361)	-	-	-	-	-
Perdas atuariais não realizadas	-	-	-	-	-	-	(105)	(105)	(105)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.161)	-	(1.161)	(1.161)
Destinações:									
Absorção do prejuízo em reservas	-	-	-	(1.161)	-	1.161	-	-	-
Juros sobre o capital próprio / Dividendos	-	-	-	(724)	(206)	-	-	(930)	(930)
Em 31 de dezembro de 2015	**6.352**	**807**	**270**	**3.030**	**-**	**-**	**(534)**	**9.925**	**9.925**
Perdas atuariais não realizadas	-	-	-	-	-	-	(1.453)	(1.453)	(1.453)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(315)	-	(315)	(315)
Destinações:									
Absorção do prejuízo em reservas	-	-	-	(315)	-	315	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(747)	-	-	-	(747)	(747)
Em 31 de dezembro de 2016	**6.352**	**807**	**270**	**1.968**	**-**	**-**	**(1.987)**	**7.410**	**7.410**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Atividade operacional					
Prejuízo do exercício		(315)	(1.161)	(315)	(1.161)
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social	10	(322)	(774)	(314)	(778)
Depreciação e amortização	25	454	471	449	466
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*		-	298	-	298
Resultado com alienação / baixas de ativos		(1)	12	(1)	12
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, líquidas de reversão	7	676	2.919	641	2.921
Resultado de participações em investimentos relevantes		1	(3)	12	7
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		542	412	542	412
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		45	68	45	68
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		842	408	834	379
Despesa atuarial com planos de pensão e saúde	21.4.b	382	317	382	317
Provisão para processos judiciais		985	747	985	747
Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	21.6	434	92	434	92
Outros ajustes		91	3	91	2
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber		536	(1.038)	484	(1.125)
Estoques		204	(235)	205	(236)
Despesas antecipadas		(404)	(982)	(404)	(982)
Depósitos Judiciais		(116)	106	(116)	106
Outros ativos		9	30	9	30
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(531)	(259)	(534)	(263)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(313)	(879)	(311)	(875)
Impostos, taxas e contribuições		(273)	21	(245)	31
Planos de pensão e de saúde		(137)	(116)	(137)	(116)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	21.6	(85)	(5)	(85)	(5)
Outros passivos		(72)	30	(41)	(24)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**2.632**	**482**	**2.610**	**323**
Atividades de investimentos					
Adições de imobilizados e intangíveis		(402)	(723)	(394)	(710)
Recebimentos pela venda de ativos		1	25	1	25
Investimentos em títulos e valores mobiliários		22	-	22	-
Investimentos em FIDC		307	(2.208)	256	(2.156)
Dividendos recebidos		-	1	1	3
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(72)**	**(2.905)**	**(114)**	**(2.838)**
Atividades de financiamentos					
Operações de mútuo		-	(6.950)	-	(6.950)
Financiamentos					
Captações	17.4	-	11.179	-	11.151
Amortizações de principal	17.4	(115)	(299)	(17)	(202)
Amortizações de juros	17.4	(1.875)	(521)	(1.813)	(462)
Cessões de direitos creditórios - FIDC-NP	31.2	7	(380)	-	(380)
Dividendos pagos a acionistas		(684)	(496)	(684)	(496)
Outras operações de financiamentos		(48)	(42)	(147)	(72)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		**(2.715)**	**2.491**	**(2.661)**	**2.589**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		**(155)**	**68**	**(165)**	**74**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**810**	**742**	**607**	**533**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**655**	**810**	**442**	**607**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	107.072	119.161	106.536	118.758
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(676)	(2.919)	(641)	(2.921)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	301	511	284	472
	106.697	**116.753**	**106.179**	**116.309**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	108	72	-	-
Custo das mercadorias para revenda	79.726	89.995	79.460	89.819
Energia, serviços de terceiros e outros	3.784	3.741	3.744	3.677
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	3.260	4.656	3.260	4.656
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	298	-	298
	86.878	**98.762**	**86.464**	**98.450**
Valor adicionado bruto	**19.819**	**17.991**	**19.715**	**17.859**
Retenções				
Depreciação e amortização	454	471	449	466
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**19.365**	**17.520**	**19.266**	**17.393**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	(1)	3	(12)	(7)
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	1.483	1.483	1.439	1.446
Aluguéis e royalties	271	254	271	254
	1.753	**1.740**	**1.698**	**1.693**
Valor adicionado a distribuir	**21.118**	**19.260**	**20.964**	**19.086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	842	834	827	821
Benefícios				
Vantagens	90	91	88	88
Plano de aposentadoria e pensão	663	298	662	298
Plano de saúde	232	180	231	179
FGTS	67	66	66	64
	1.894	**1.469**	**1.874**	**1.450**
Tributos				
Federais	171	(720)	134	(757)
Estaduais	16.864	17.490	16.799	17.447
Municipais	27	21	26	19
	17.062	**16.791**	**16.959**	**16.709**
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	2.116	1.811	2.084	1.737
Despesas de aluguéis	361	350	362	351
	2.477	**2.161**	**2.446**	**2.088**
Acionistas				
Prejuízos retidos	(315)	(1.161)	(315)	(1.161)
	(315)	**(1.161)**	**(315)**	**(1.161)**
Valor adicionado distribuído	**21.118**	**19.260**	**20.964**	**19.086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "BR"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, é subsidiária e controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – "Petrobras" e tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro – RJ.

1.2 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras e da Companhia. Baseado nas informações disponíveis à Petrobras, o referido esquema envolvia um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com o Sistema Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e da Companhia e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como "membros do cartel".

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras e da Companhia. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Determinados ex-executivos da Petrobras e da Companhia foram presos e/ou denunciados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros ex-executivos do Sistema Petrobras e de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Os valores pagos pela Petrobras e pela Companhia no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (*Property, plant and Equipment*), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Companhia reconheceu uma baixa no montante de R$ 23 de gastos capitalizados, referente a valores que a Companhia pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) prosseguirão acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

1.2.1 Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

A Companhia por intermédio de seu acionista controlador tem acompanhado as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle para que todos os crimes e

irregularidades sejam apurados, atendendo prontamente aos pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores.

Constantemente, renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente ao público em geral.

A Companhia e seu acionista controlador não toleram qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo tomamos diversas medidas para combater fraudes e corrupção conforme mencionado a seguir.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a Companhia continua a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (*compliance)*.

Entre outras medidas, em 2016 integramos a Companhia ao canal de denúncias independente da Petrobras; realizamos treinamentos para nossos empregados e administradores sobre ética, segurança da informação, *compliance* concorrencial e prevenção à corrupção; implementamos a iniciativa "Agentes de *Compliance*"; implementamos processos de *Due Diligence* de Integridade e de avaliação de aplicação de sanções a nossos fornecedores; realizamos o processo de *Background Check* de integridade antes da tomada de decisão para a designação de pessoas para posições-chave na Companhia.

Para averiguar indícios ou ocorrências que possam ser caracterizados como transgressões a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos, constituímos Comissões Internas de Apuração (CIA), cujos resultados apresentamos às autoridades brasileiras competentes.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

A Companhia ainda não recuperou nenhum valor referente aos pagamentos indevidos que foram realizados. À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Companhia e seu acionista controlador podem ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a Companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável neste momento. Esses valores

serão reconhecidos no resultado do exercício como receita quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

1.2.2 Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Companhia desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as empresas citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.

2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos ou ao cartel.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do cartel, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente o percentual sobre os contratos celebrados com empresas citadas nos depoimentos prestados em colaborações premiadas.

A nota explicativa 2.3 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014, apresenta na íntegra a abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) monitoraram as investigações da "Operação Lava Jato", efetuadas pelas autoridades brasileiras e a Petrobras conta com investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil, observando a Lei das Sociedades por Ações, com as modificações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas práticas não divergem das normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do valor adicionado - DVA – individual e consolidada foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 09 – Demonstração do valor adicionado como informação suplementar.

2.1 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações financeiras foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

Estas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram inicialmente autorizadas e apresentadas, pela Companhia, em 20 de março de 2017. Considerando, porém, a perspectiva de abertura de seu capital, a Administração da Companhia decidiu reemitir, em 16 de outubro de 2017, as referidas demonstrações contábeis para (1) adequar suas divulgações aos requisitos contábeis aplicáveis a companhias abertas, especificamente em relação a divulgação das informações por segmento, conforme mencionado na nota 27; e (2) proceder a determinadas reclassificações entre rubricas no passivo circulante e em despesas operacionais, sem qualquer alteração nos respectivos grupos de contas entre o montante anteriormente apresentado e essas demonstrações contábeis, tampouco por valores considerados relevantes.

Adicionalmente, em decorrência do evento societário referente ao grupamento de ações, ocorrido em 14 de novembro de 2017, conforme apresentado na nota 22 –

Patrimônio Líquido, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de novembro de 2017, autorizou a divulgação e consequente reemissão destas demonstrações contábeis. Portanto, essas demonstrações contábeis substituem as anteriormente aprovadas e emitidas em 20 de março de 2017 e 16 de outubro de 2017.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.
As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – nota 4.3.3
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível – nota 4.10
- *Impairment* de ativo imobilizado e intangível - nota 4.11
- Imposto de renda e contribuição social diferidos – nota 4.12
- Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego – nota 4.14
- Processos judiciais, administrativos e contingências – nota 4.15.

3.1 Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 1.2, a Companhia realizou baixas contábeis de R$ 23 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a Companhia desenvolveu uma metodologia descrita

na nota explicativa 1.2. A Companhia admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a Companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Entretanto, como já discutido, a Companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

4.1 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas investidas, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

4.2 Base de consolidação e investimentos societários

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados integralmente nas demonstrações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

	Participação no capital - Subscrito, integralizado e votante - %	
	2016	2015
Subsidiárias e controladas (nota 13)		
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A.- Stratura	100,00	100,00
Operação em conjunto (nota 13)		
Brasil Carbonos S.A. (*)	49,00	49,00

(*) A Brasil Carbonos é consolidada no percentual de 49%.

Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Negócios em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece proporcionalmente nas demonstrações consolidadas a sua

participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.3 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia estão classificados em ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

4.3.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado.

4.3.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

4.3.3 Empréstimos e recebíveis

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis mantidos pela Companhia estão representados por caixa e equivalentes, contas a receber e depósitos judiciais.

4.3.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

4.3.3.2 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, principalmente, para as vendas com prazo de recebimento de 180 e 360 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita (nota 23).

Quando a Companhia é arrendadora em um contrato de arrendamento mercantil financeiro, um contas a receber de clientes é constituído por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. A receita financeira é apropriada durante o prazo do contrato, refletindo a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido no arrendamento.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – *Impairment* de ativo financeiro

A Companhia reconhece as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou recuperação judicial. As perdas são reconhecidas no resultado como despesa de vendas.

Quando um evento indicar uma redução da perda de valor, esta redução na perda é revertida no resultado do período no qual o evento ocorrer. A reversão é registrada em despesa de vendas.

A Companhia possui expectativa de recebimento dos créditos vencidos sem constituição de perda, em função de ações da política de cobrança que são desenvolvidas e também pelas garantias apresentadas pelos clientes.

Perdas estimadas em créditos do Setor Elétrico

São provisionados todos os valores referentes a fornecimentos de produtos e contratos de confissão de dívidas sem garantias reais (notas 7.2 e 7.3).

4.3.3.3 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados e atualizados de acordo com a natureza das correspondentes causas. Os depósitos referentes a tributos federais são atualizados de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Os depósitos trabalhistas recursais são atualizados pela Taxa Referencial (TR) mais juros de 3% ao ano. Os demais depósitos trabalhistas e de outras naturezas são atualizados pela TR mais juros de 6% ao ano.

4.4 Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e são baixados somente quando as obrigações são extintas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado.

4.4.1 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

São contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

4.4.2 Financiamentos

Estão reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

4.4.3 Arrendamentos mercantis financeiros

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento mercantil, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Os principais contratos de arrendamento financeiro da Companhia referem-se à locação de bases de distribuição de combustíveis celebrados com a controlada Fundo de Investimento Imobiliário-FCM.

4.5 Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteção patrimonial, com o objetivo de reduzir o risco de ocorrência de variações desfavoráveis decorrentes de oscilações na cotação de moedas estrangeiras. Esses instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Não foram identificados contratos com características que indiquem a existência de derivativos embutidos.

4.6 Estoques

Estão demonstrados da seguinte forma:

- os derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido;

- os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

Os biocombustíveis compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

4.7 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas correspondem aos gastos com seguros, aluguéis e às bonificações concedidas aos clientes através de bonificações antecipadas. Esses valores são apropriados ao resultado do exercício de forma linear de acordo com o prazo do contrato.

4.8 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mesurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.
Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens, informadas na nota 4.10. Os terrenos não são depreciados.

Os ativos arrendados são mensurados inicialmente por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, os ativos são depreciados em função da vida útil, considerando a razoável certeza de obtenção da propriedade desses bens ao final do arrendamento.

4.9 Intangível

É representado pelos gastos com direitos e concessões, *goodwill* e *softwares*.

O *goodwill,* resultante da aquisição de controladas da área de distribuição de combustíveis, é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado, pelo método linear, em função da vida útil estimada dos bens. A vida útil de um ativo intangível de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.
A amortização do ativo intangível representado pela concessão de Gás Natural do Estado do Espírito Santo ocorre pelo prazo do contrato, com vencimento em 2043 (nota 15.2).

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos *softwares* são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para a Companhia.

4.10 Revisão das vidas úteis dos ativos

A Companhia reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os métodos de depreciação e amortização são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Em 2016, a Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis, tendo como base laudos de avaliadores externos, identificando somente alteração na vida útil de equipamentos de 4-25 anos para 4-24 anos.

A alteração das estimativas da vida útil desses ativos reduziu as despesas anuais de depreciação de 2016 em R$ 0,2.
As vidas úteis econômicas estimadas são demonstradas a seguir:

		Em anos
Imobilizado	Edificações e Benfeitorias	25 a 60
	Equipamentos e outros bens	4 a 24
	Distribuição - bombas	15
	Distribuição - tanques	20
Intangível	*Softwares*	4

4.11 Redução ao valor recuperável de ativos - "*Impairment*"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Em 2016, com base no

julgamento da Administração, não foram identificados indicativos de perda de valor para esses ativos.

O *goodwill* tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, projetados para os anos de 2017 a 2030, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 7,2% (6,4% em 2015).

As principais premissas são:

- Preço: curva de preço derivada do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras, considerando transações entre partes independentes;
- Volume: curvas de demanda de derivados do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras; e
- Custos operacionais, que podem ser determinados por taxas históricas apresentadas ou custos projetados no orçamento da Companhia.

Os fluxos de caixa foram ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

No teste do *goodwill*, não foram identificados ajustes para redução ao valor recuperável.

4.12 Imposto de renda e contribuição social

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal

aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (resultado abrangente). Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido (resultado abrangente).

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

4.13 Adiantamentos de clientes

Correspondem às obrigações contratuais decorrentes de antecipações recebidas dos clientes para futura entrega de produtos e para constituição do fundo de *marketing*.

Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando da efetiva entrega dos produtos.

O fundo de *marketing* consiste na constituição de um fundo formado pela contribuição dos postos revendedores, onde cada revendedor se beneficia de todas as ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

Os valores do fundo são realizados por meio dos pagamentos das ações de *marketing*, não sendo registrados em resultado.

4.13.1 Programa Petrobras Premmia

O Petrobras Premmia – Programa de fidelidade da Companhia, é um dos principais programas que são custeados pelos recursos disponíveis no fundo de *marketing*.

Esses recursos são utilizados para comprar lotes promocionais de diversas naturezas (milhas aéreas, eventos, produtos, entre outros) que são disponibilizados aos participantes do plano, sempre limitado a quantidade ofertada.

A Companhia por conta do programa, poderá também celebrar parcerias com outras empresas, em virtude das quais os participantes poderão obter descontos na aquisição de bens e/ou serviços oferecidos por estas.

Em nenhum caso, a Companhia responderá perante os participantes pelo cumprimento das obrigações assumidas por tais empresas nas parcerias mencionadas no item anterior.

As parcerias do Programa Petrobras Premmia, poderão ser extintas ou suspensas pela Companhia, a seu exclusivo critério, independentemente de prévio aviso aos participantes.

Os parceiros do programa são responsáveis pelos produtos e/ou serviços que por eles sejam disponibilizados para resgate.

4.14 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Dentre as principais utilizadas estão:

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capta*) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.15 Provisões e passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

As provisões são reconhecidas quando:
(i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
(ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
(iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível.

4.16 Capital social e remuneração ao acionista

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no Estatuto Social da Companhia e nas leis vigentes.
Os juros sobre capital próprio são reconhecidos no passivo e tem o mesmo tratamento dos dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.17 Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade do bem permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado pelo método linear pelo prazo do contrato. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Nos casos em que a Companhia é arrendadora, a receita de aluguel é reconhecida no resultado, em outras receitas operacionais, pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

4.18 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável; os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

A receita de vendas é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho.

A Companhia comercializa combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, gás natural e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da sociedade controladora Petrobras e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, termoelétricas, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

4.19 Receitas e despesas financeiras, monetárias e cambiais

São reconhecidas pelo regime de competência e estão representadas por juros de financiamentos a clientes, aplicações financeiras, atualizações monetárias sobre empréstimos, atualização monetária em operações com a Petrobras, variações

cambiais e outras operações financeiras. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo.

4.20 Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva.

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.
Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros.

Não há transferências entre as áreas de negócio.
As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas nas seguintes áreas:

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Grandes Consumidores

Comercializa combustíveis, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Produtos de aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

5 Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"

Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (*impairment*) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge. Data de vigência 1º de janeiro de 2018.

A Companhia está avaliando o pronunciamento, principalmente em relação às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, passando a utilizar uma matriz de provisionamento baseada em dados históricos a ser considerada na visão prospectiva. As análises estão sendo elaboradas e serão mensuradas nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017.

IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"

Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos. Data de vigência 1º de janeiro de 2018.

Até o momento, com base nos estudos efetuados, a Companhia não espera impactos relevantes, entretanto, a conclusão final depende dos avanços nas análises.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos Mercantis", que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

A Companhia tem um número elevado de contratos de arrendamento como arrendatária de vários ativos, tais como equipamentos, imóveis e terrenos (onde, principalmente estão localizados os postos de serviços).

A Companhia está atualmente no processo de estimar o impacto desta nova norma em tais contratos. Nesta análise a estimativa do prazo do arrendamento é incluída, considerando o período não cancelável e os períodos adicionais cobertos, caso seja exercida a opção de estender o arrendamento para aqueles casos em que haja certeza razoável da opção da extensão do prazo, o que dependerá, em grande parte, da utilização esperada dos ativos da Companhia instalados junto aos bens arrendados.

Além do prazo do arrendamento, serão utilizadas premissas para calcular a taxa de desconto, que dependerá principalmente da taxa de financiamento incremental para os prazos estimados.

Devido à complexidade das estimativas e o elevado número de contratos, a Companhia ainda não concluiu o processo de implementação, de modo que, na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não é possível estimar de forma razoável o impacto da aplicação desta norma. No entanto, considerando o volume de contratos existentes, a Companhia estima que os impactos da implementação do IFRS 16 serão significativos sobre as suas demonstrações financeiras, incluindo o reconhecimento do direito de uso e as correspondentes obrigações em relação aos contratos que, de acordo com a norma atual são classificados como arrendamentos operacionais. Além disso, as amortizações do direito de uso dos ativos e reconhecimento de juros sobre a obrigação de arrendamento substituirão uma parte significativa do valor reconhecido como despesas na demonstração do resultado do arrendamento operacional.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	63	609	61	607
Aplicações financeiras	592	201	381	-
Total	**655**	**810**	**442**	**607**

As aplicações financeiras correspondentes a fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e possuem liquidez imediata. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio da tabela regressiva.

7 Contas a receber, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Partes relacionadas (nota 30)				
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 31.2)	2.776	2.766	2.770	2.711
Setor elétrico - Sistema isolado (nota 7.2)	9.165	8.528	9.165	8.528
Clientes governo federal	77	124	77	124
Empresas do Sistema Petrobras, exceto do setor elétrico - sistema isolado	294	306	426	391
Total partes relacionadas (notas 31.1.1 e 31.2)	**12.312**	**11.724**	**12.438**	**11.754**
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber (a) (b)	6.481	6.699	6.391	6.604
Setor elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 7.2)	1.131	1.216	1.131	1.216
Total terceiros	**7.612**	**7.915**	**7.522**	**7.820**
Total das contas a receber (nota 7.1)	**19.924**	**19.639**	**19.960**	**19.574**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				
Terceiros	(2.947)	(2.664)	(2.907)	(2.659)
Partes relacionadas	(3.048)	(2.655)	(3.048)	(2.655)
Total das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(5.995)**	**(5.319)**	**(5.955)**	**(5.314)**
Contas a receber - líquidas	**13.929**	**14.320**	**14.005**	**14.260**
Contas a receber (circulante), líquidas	7.679	8.114	7.761	8.098
Contas a receber (não circulante), líquidas	6.250	6.206	6.244	6.162

	Consolidado		Controladora	
Mutação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	**(5.319)**	**(2.400)**	**(5.314)**	**(2.393)**
Adições	(1.018)	(3.211)	(983)	(3.210)
Baixas	-	7	-	7
Reversões	342	285	342	282
Saldo final	**(5.995)**	**(5.319)**	**(5.955)**	**(5.314)**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(1.916)	(2.303)	(1.909)	(2.298)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(4.079)	(3.016)	(4.046)	(3.016)

(a) Inclui saldo de precatórios com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo (R$ 24 em 2016 e R$ 29 em 2015) – nota 30.
(b) Inclui saldo de financiamentos a receber (R$ 842 em 2016 e R$ 881 em 2015) – nota 7.4.

As perdas líquidas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do exercício, no montante de R$ 676 (R$ 2.919 em 2015), sendo R$ 641 na Controladora (R$ 2.921 em 2015), foram reconhecidas nas despesas de vendas (nota 25).

A Companhia apresenta R$ 4.391 de contas a receber em cobrança judicial (R$ 1.412 em 2015), sendo R$ 1.732 no circulante e R$ 2.659 no não circulante.

7.1 Composição dos saldos de contas a receber – vencidos e a vencer

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber vencidas de clientes totalizam R$ 6.557 (R$ 6.498 na Controladora), das quais R$ 5.714 (R$ 5.674 na Controladora) encontram-se reduzidas ao valor recuperável. Do saldo de contas a receber a vencer, R$ 281 (R$ 281 na Controladora) estão reduzidos ao valor recuperável.

	Consolidado					
	2016			2015		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	293	80	213	888	260	628
De 3 a 6 meses	103	8	95	357	236	121
De 6 a 12 meses	1.416	1.260	156	2.248	1.939	309
Acima de 12 meses	4.745	4.366	379	2.023	1.641	382
Total	**6.557**	**5.714**	**843**	**5.516**	**4.076**	**1.440**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	10.591	281	10.310	11.357	1.243	10.114
FIDC	2.776	-	2.776	2.766	-	2.766
Total	**19.924**	**5.995**	**13.929**	**19.639**	**5.319**	**14.320**

	Controladora					
	2016			2015		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	285	79	206	882	260	622
De 3 a 6 meses	99	8	91	351	236	115
De 6 a 12 meses	1.412	1.260	152	2.244	1.939	305
Acima de 12 meses	4.702	4.327	375	1.987	1.636	351
Total	**6.498**	**5.674**	**824**	**5.464**	**4.071**	**1.393**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	10.692	281	10.411	11.399	1.243	10.156
FIDC	2.770	-	2.770	2.711	-	2.711
Total	**19.960**	**5.955**	**14.005**	**19.574**	**5.314**	**14.260**

7.2 Composição – Setor elétrico (Sistema isolado)

	Consolidado					
	2016			2015		
	A vencer	Vencido	Total	A vencer	Vencido	Total
Contas a receber						
Sistema Eletrobras	6.230	2.860	9.090	5.943	2.500	8.443
Sistema Petrobras	-	75	75	-	85	85
Terceiros	62	1.069	1.131	801	415	1.216
	6.292	4.004	10.296	6.744	3.000	9.744
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa						
Setor elétrico - empresas do Sistema Eletrobras	(166)	(2.860)	(3.026)	(351)	(2.285)	(2.636)
Setor elétrico - terceiros	(48)	(1.069)	(1.117)	(780)	(314)	(1.094)
	(214)	(3.929)	(4.143)	(1.131)	(2.599)	(3.730)
Total	**6.078**	**75**	**6.153**	**5.613**	**401**	**6.014**
Partes relacionadas	6.064	75	6.139	5.592	300	5.892
Terceiros	14	-	14	21	101	122

7.3 Movimentação das contas a receber de clientes – Setor elétrico (Sistema isolado)

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Faturamento	Recebimentos	PECLD		Atualização Monetária	Saldo em 31 de dezembro de 2016
				Constituição	Reversão		
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)							
Amazonas Distribuidora de Energia	4.499	1.577	(1.655)	(388)	23	596	4.652
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	1.047	175	(233)	(6)	6	152	1.141
Centrais Elétricas do Norte - ELETRONORTE	4	4	(8)	-	-	-	-
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	125	175	(193)	(49)	41	37	136
Eletrobras Roraima (Boa Vista Energia S.A.)	132	133	(134)	(39)	22	21	135
Contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	**5.807**	**2.064**	**(2.223)**	**(482)**	**92**	**806**	**6.064**
Partes relacionadas (Sistema Petrobras)							
Breitener Jaraqui	49	3	(2)	-	-	-	50
Breitener Tambaqui	23	4	(4)	-	-	-	23
Manauara	13	25	(36)	-	-	-	2
Contas a Receber líquido do Sistema Petrobras	**85**	**32**	**(42)**	**-**	**-**	**-**	**75**
Terceiros							
Alcoa World Alumina Brasil LTDA	22	113	(122)	-	-	-	13
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	97	380	(422)	(164)	109	-	-
Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT	1	12	(12)	-	-	-	1
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	-	3	(8)	(78)	73	10	-
Cia de Energia de Pernambuco - CELPE	-	13	(13)	-	-	-	-
Cia de Energia de Roraima - CER	-	20	(20)	-	-	-	-
Geradora de Energia do Amazonas - GERA	2	24	(35)	-	9	-	-
Rio Amazonas Energia - RAESA	-	27	(55)	-	28	-	-
Contas a Receber líquido Terceiros	**122**	**592**	**(687)**	**(242)**	**219**	**10**	**14**
Total do contas a receber líquido	**6.014**	**2.688**	**(2.952)**	**(724)**	**311**	**816**	**6.153**
Contas a Receber do Sistema Eletrobras	8.443	2.064	(2.223)	-	-	806	9.090
(-) PECLD	(2.636)	-	-	(482)	92	-	(3.026)
Total do contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	**5.807**	**2.064**	**(2.223)**	**(482)**	**92**	**806**	**6.064**
Contas a Receber do Sistema Petrobras	85	32	(42)	-	-	-	75
(-) PECLD	-	-	-	-	-	-	-
Total do contas a receber líquido do Sistema Petrobras	**85**	**32**	**(42)**	**-**	**-**	**-**	**75**
Contas a Receber de terceiros	1.216	592	(687)	-	-	10	1.131
(-) PECLD	(1.094)	-	-	(242)	219	-	(1.117)
Total do contas a receber líquido de Terceiros	**122**	**592**	**(687)**	**(242)**	**219**	**10**	**14**
Total do contas a receber	9.744	2.688	(2.952)	-	-	816	10.296
(-) PECLD	(3.730)	-	-	(724)	311	-	(4.143)
Total do contas a receber líquido	**6.014**	**2.688**	**(2.952)**	**(724)**	**311**	**816**	**6.153**

A Companhia fornece óleo combustível e óleo diesel para usinas de geração termoelétrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e Produtores Independentes de Energia (PIEs) que compõem o sistema isolado de energia e abrangem principalmente os estados da região norte do país. Este sistema corresponde ao serviço público de distribuição de energia elétrica que, em sua configuração normal, não esteja eletricamente conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), por razões técnicas ou econômicas.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Entretanto, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, com destaque para a MP 579/2012, que introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à Companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica, aumentando a inadimplência das distribuidoras que operavam neste setor.

Diante do cenário, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras celebraram contratos de confissão de dívida no montante de R$ 5.344 (R$ 5.194 refere-se à parcela da Companhia e R$ 150 refere-se à parcela da Petrobras), abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela taxa Selic, com pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015.

Parte da confissão de dívida foi garantida por penhor de créditos no montante de R$ 5.233 (R$ 126 referentes a títulos endossados pela Petrobras) oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, cuja finalidade é prover recursos para os dispêndios da CCC referentes à geração de energia no sistema isolado, entre outras.

Para mitigar os efeitos do agravamento da inadimplência das empresas do setor, foi publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Resolução Normativa nº 679, de 1º de setembro de 2015, visando dar celeridade na liberação dos recursos para os supridores de combustível, devido à possibilidade de reembolso preliminar de até 75% do valor médio das faturas dos últimos três meses diretamente pela CCC aos agentes credores, o que efetivamente não ocorreu, agravando a inadimplência destes clientes perante a Companhia. Consequentemente, no exercício de 2015, a Companhia reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de R$ 2.456, dado insucesso em concluir as negociações para assinatura de novos contratos de confissão de dívida e de penhor em garantia de créditos oriundos da CDE.

No período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu PECLD adicional, no montante de R$ 390, líquida de reversão, relativa principalmente a novos fornecimentos por ordem judicial (liminar).

Neste contexto, a Companhia adotou as seguintes medidas relativas a recebíveis vencidos pelo fornecimento de derivados do petróleo:

- suspensão do fornecimento a prazo, exceto para as situações em que a Companhia é obrigada a fornecer em função de decisão judicial;

- cobrança judicial da dívida inadimplida nos contratos de compra e venda com empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e o contrato de confissão de dívida da CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá); e

- inscrição das Empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal).

A manutenção do saldo da dívida do setor elétrico em 2016 no mesmo patamar de 2015 decorre da forma de amortização da dívida em duas etapas estabelecidas nos contratos de confissão de dívida, sendo a primeira etapa com amortização de 15% do valor repactuado, nos primeiros 36 meses, e os 85% restantes em 84 parcelas que começam a vencer a partir de janeiro de 2018. Com isso, é esperado a partir de 2018 o aumento das prestações para amortização e redução progressiva do saldo da dívida com o setor elétrico, visto que as prestações serão superiores às receitas financeiras por atualização do contrato de confissão.

Conforme mencionado na nota 33 de eventos subsequentes às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2017, aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339 milhões. Apesar dessas medidas, as negociações com a Eletrobras estão mantidas, visando à obtenção de novas garantias reais que permitam avançar no equacionamento da dívida inadimplida com as empresas do Sistema Petrobras.

Na mencionada operação não foram compreendidos os recebíveis detidos pela Companhia decorrentes dos fornecimentos de produtos posteriores a novembro de 2014, cujos valores encontram-se 100% provisionados.

7.4 Financiamentos a receber

Os financiamentos a receber referem-se a financiamentos em espécie concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos. A Companhia apresenta R$ 842 de financiamentos a receber, exceto setor elétrico do sistema isolado (R$ 881 em 2015).

Os encargos financeiros dos financiamentos ressarcíveis correspondem, principalmente, à variação do IGP-M (Índice Geral de Preço Médio) ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês e os encargos médios dos parcelamentos de débitos correspondem a CDI + 1% ao mês. Os prazos de amortização são estabelecidos e pactuados em contratos.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	353	251	353	251
Óleo diesel	946	1.060	946	1.060
Óleo combustível	129	208	129	208
Outros	489	569	489	569
Biocombustíveis	566	512	566	512
	2.483	2.600	2.483	2.600
Outros produtos	195	243	185	234
Total	**2.678**	**2.843**	**2.668**	**2.834**

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 2016 e 2015.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
ICMS	335	285	324	279
Imposto de renda	161	76	160	75
Contribuição social	58	24	58	23
Outros impostos	37	39	19	28
Subtotal	**591**	**424**	**561**	**405**
Ativo não circulante				
ICMS	366	377	307	331
Subtotal	**366**	**377**	**307**	**331**
Total	**957**	**801**	**868**	**736**

Os créditos na Companhia estão representados, principalmente, por: (i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro a recuperar apurado sobre o resultado do exercício de 2016 (R$ 218); (ii) ICMS Substituição Tributária a ser ressarcido pelos Estados nas operações interestaduais de derivados de petróleo em que o imposto tenha sido retido no Estado de origem e repassado ao Estado de destino por um valor menor, sendo os principais Estados a Bahia (R$ 88), Maranhão (R$ 79), Amazonas (R$ 44), Rio de Janeiro (R$ 22), Pernambuco (R$ 22) e Pará (R$ 14); (iii) ICMS a ser restituído pelo Estado do Espírito Santo referente à compra de gás natural com Substituição Tributária na origem (R$ 94); (iv) créditos a serem restituídos pelo Estado de Mato Grosso, através de processo administrativo, por antecipações recolhidas a maior (R$ 78); e (v) termos de acordo diversos com Secretarias Estaduais de Fazenda, envolvendo o ressarcimento de ICMS à Companhia (R$ 84).

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Fundamentos para realização

Natureza	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015	Fundamento para realização
Contas a receber, despesas antecipadas e financiamentos					
Absorção de financiamentos condicionais	521	381	521	381	Término dos contratos de financiamento
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.430	1.362	1.419	1.362	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para processos judiciais					
Provisão para processos judiciais	711	376	711	375	Julgamento das causas cuja expectativa de perda da Companhia é considerada provável
Benefícios pós-emprego					
Obrigação PETROS - Futuros inativos	226	176	225	175	Conforme percentual baseado no laudo atuarial, que sofre atualização anual
Perdas Atuariais - CPC 33	417	179	417	179	Anualmente, quando da realização de novos cálculos
Imobilizado					
Provisão perda desvalorização de ativo	99	101	99	101	A realização é pela venda ou baixa definitiva do estabelecimento
Depreciação - revisão vidas úteis	(59)	(30)	(58)	(28)	Pela depreciação dos imobilizados (ajustes da depreciação societária em relação à dedução fiscal admitida)
Arrendamentos mercantis financeiros					
Arrendamentos mercantis financeiros	199	208	199	208	Pagamento dos compromissos contratuais
Direitos de uso - arrendamentos mercantis financeiros	(242)	(222)	(242)	(222)	Realização por depreciação, alienação ou incorporação
Receita de alienação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	6	7	6	7	Pela realização da receita
Deságio de precatórios	13	15	13	15	Pela liquidação dos títulos
Programa de incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	151	33	151	33	Através dos pagamentos indenizatórios no momento do desligamento do funcionário
Atualização de depósitos judiciais	(96)	(84)	(96)	(84)	Por ocasião do ganho da ação judicial
Outros	49	56	49	55	
	3.425	**2.558**	**3.414**	**2.557**	
Imposto de renda diferido	2.518	1.880	2.510	1.880	
Contribuição social diferida	907	678	904	677	

(b) Movimentação

							Consolidado	Controladora
Origem do registro do imposto de renda e contribuição social diferidos	**Imobilizado**	**Contas a receber, despesas antecipadas e financiamentos**	**Arrendamentos mercantis financeiros**	**Provisão para processos judiciais**	**Benefícios pós-emprego**	**Outros**	**Total**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2015	**(97)**	**682**	**2**	**122**	**326**	**(51)**	**984**	**983**
Reconhecido no resultado do exercício	168	1.061	(9)	254	44	71	1.589	1.589
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	(15)	-	(15)	(15)
Em 31 de dezembro de 2015	**71**	**1.743**	**(7)**	**376**	**355**	**20**	**2.558**	**2.557**
Reconhecido no resultado do exercício	(31)	208	(30)	335	50	97	629	619
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	238	-	238	238
Em 31 de dezembro de 2016	**40**	**1.951**	**(37)**	**711**	**643**	**117**	**3.425**	**3.414**

(c) Estimativa de realização

	Imposto de renda e CSLL diferidos	
Período	**Consolidado**	**Controladora**
2017	575	575
2018	350	349
2019	721	717
2020	852	849
2021	289	286
2022	174	174
2023	174	174
2024 em diante	290	290
31 de dezembro de 2016	**3.425**	**3.414**
31 de dezembro de 2015	**2.558**	**2.557**

(d) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2016 e de 2015 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Prejuízo antes dos impostos	(637)	(1.935)	(629)	(1.939)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	217	658	214	659
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
· Juros sobre o capital próprio	254	246	254	246
· Assistência Médica Supletiva - A M S	(67)	(52)	(67)	(52)
. Baixa de créditos tributários (não recuperabilidade)	(27)	(6)	(27)	(6)
· Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-	(4)	(2)
· Incentivos fiscais	12	22	12	22
· Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	(22)	(89)	(22)	(89)
· Outros itens	(44)	(5)	(46)	-
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	**322**	**774**	**314**	**778**
IR e CSLL correntes	(307)	(815)	(305)	(811)
IR e CSLL diferidos	629	1.589	619	1.589
	322	**774**	**314**	**778**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	50,5%	40,0%	49,9%	40,1%

11 Despesas antecipadas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.959	2.142	1.959	2.142
Aluguéis / arrendamentos	201	205	201	205
Outros	29	24	29	24
Total	**2.189**	**2.371**	**2.189**	**2.371**
Circulante	587	498	587	498
Não circulante	1.602	1.873	1.602	1.873

As bonificações antecipadas concedidas a clientes correspondem à parcela disponibilizada em espécie e em produtos realizada sob condições pré-estabelecidas com os clientes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis, proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado como redução da receita bruta, na Controladora e no Consolidado, o montante de R$ 542 (R$ 412 em 2015) (nota 23).

12 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fiscais	680	577	659	557
Trabalhistas	167	127	167	127
Cíveis	94	86	94	86
Ambientais	9	8	8	8
Total	**950**	**798**	**928**	**778**

A Companhia mantém R$ 192 (R$ 159 em 2015) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 28.1.1); R$ 366 (R$ 284 em 2015) associados a contingências possíveis; R$ 324 (R$ 280 em 2015) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia é autora, dentre outros.

13 Investimentos

13.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Controladas		Negócios em conjunto					Coligada
			Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto				
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM (a)	Stratura	Brasil Carbonos	CDGN (b)	Brasil Supply (b)	Energética Camaçari Muricy II	Pecém Energia	BRF Biorefinos (b)
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	202	2	19	4	-	1	-	23
Outros ativos circulantes	123	98	6	9	65	-	-	-
Ativo realizável a longo prazo	537	98	11	10	6	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	355	16	102	48	658	-	-	21
Intangível	-	1	-	-	3	-	-	-
Total do Ativo	**1.217**	**215**	**138**	**71**	**732**	**1**	**-**	**44**
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	91	-	37	4	87	-	-	-
Outros passivos circulantes	154	108	5	6	73	1	1	-
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	973	-	2	13	472	-	-	-
Outros passivos não circulantes	42	4	1	3	112	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores								
Capital Social	-	93	37	39	210	2	2	22
Outros	(43)	10	56	6	(222)	(2)	(3)	22
Total do Passivo	**1.217**	**215**	**138**	**71**	**732**	**1**	**-**	**44**
Resultados								
Receita operacional líquida	3	407	52	27	83	-	-	-
Lucro bruto	3	28	13	6	23	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(52)	(20)	12	(2)	(16)	-	(1)	1
Percentual de participação - %	99,01%	100,00%	49,00%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	49,00%
Depreciação e amortização	-	(2)	(2)	(6)	(14)	-	-	-
Receita de juros	78	14	1	-	-	-	-	2
Despesa de juros	(6)	(5)	(2)	(2)	(32)	-	-	-
Despesa / Receita de IR e CS - corrente e diferido	-	10	(2)	-	(1)	-	-	-

(a) Cotas.
(b) Posição: 30.11.2016

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

13.2 Descrição das atividades das controladas

a) Fundo de Investimento Imobiliário – FII FCM

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

Por determinação regulatória, o FII FCM não pode conceder empréstimos ou adiantamentos a seus quotistas.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

b) Stratura Asfaltos S.A.

Tem como atividades preponderantes a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, óleos lubrificantes, graxas, além da prestação de serviços administrativos e técnicos, inclusive de pavimentação e outros correlacionados, com sede na cidade de São Paulo.

As matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo são adquiridas, principalmente, da sociedade controladora Petrobras.

13.3 Descrição da operação em conjunto

Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada e está domiciliada na cidade de Cosmópolis, São Pulo.

A participação na Brasil Carbonos permite à Companhia desempenhar o papel de operador logístico de coque verde de petróleo para o Sistema Petrobras. O produto industrializado, beneficiado e armazenado pela Brasil Carbonos é distribuído às refinarias do Sistema Petrobras.

13.4 Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto

a) CDGN Logística S.A.

Tem como atividades principais a prestação de serviços de transporte, compressão e comercialização de gás natural e biogás, comprimido ou liquefeito e o transporte, carregamento e entrega de derivados de petróleo e gás natural em todo o território nacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

b) Brasil Supply S.A.

Tem por objetivo a prestação de serviços logísticos, de operações portuárias, armazenagem e movimentação de cargas, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos, consultoria nas áreas comercial e de engenharia industrial, sanitária e ambiental, venda de produtos químicos, beneficiamento e rebeneficiamento, atividades de apoio portuário e cabotagem, serviços esses relacionados ao segmento de petróleo e está sediada na cidade do Rio de Janeiro.

Em 02 de fevereiro de 2017 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Brasil Supply a abertura de processo de pedido de recuperação judicial. A participação acionária da Companhia na Brasil Supply é 0,38%.

c) Energética Camaçari Muricy II S.A.

Tem por objetivo a construção, instalação, operação, exploração, manutenção e comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Termelétrica Muricy II, cuja construção se dará na cidade de Dias D'Ávila - BA, e com sede em Salvador - BA. A Energética Camaçari Muricy II S.A. encontra-se em fase pré-operacional.

d) Pecém Energética S.A.

Tem por objetivo a construção, instalação, operação, exploração, manutenção e comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Termelétrica Pecém II, cuja construção se dará na cidade de Dias D'Ávila - BA e com sede em Salvador - BA. A Pecém Energia S.A. encontra-se em fase pré-operacional.

13.5 Descrição das atividades da coligada

BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.

Tem por objetivo a construção e operação de planta de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) no Estado do Rio de Janeiro, operação e comercialização de coleta de OLUC para suprimento da planta de rerrefino, aquisição de OLUC e demais insumos necessários à operação da planta de rerrefino e compra e venda de óleo básico rerrefinado (OBR). A BRF encontra-se em fase pré-operacional.

13.6 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controladas	Negócio em conjunto		Coligada			
	Stratura	Operação em conjunto: Brasil Carbonos (a)	Empreendimentos controlados em conjunto: CDGN	Coligada: BRF Biorefinos	Outros investimentos	2016	2015
No início do exercício	124	64	24	21	1	234	227
Equivalência patrimonial	(21)	6	(2)	1	-	(16)	10
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(1)
Amortização de mais valia de ativos	-	(1)	-	-	-	(1)	(1)
Outros	-	-	-	-	-	-	(1)
No fim do exercício	**103**	**69**	**22**	**22**	**1**	**217**	**234**

(a) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R$ 28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em dezembro de 2016, o saldo de R$ 23 está classificado no imobilizado no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, o saldo da participação societária na controlada FII FCM é zero devido a apresentação de passivo a descoberto por esta controlada. Os prejuízos excedentes ao valor do investimento foram reconhecidos no passivo, na forma de provisão.

	2016	2015
Saldo provisão no início do exercício	47	31
Constituição/(reversão) (b)	(5)	16
Saldo provisão no fim do exercício	**42**	**47**

(b) Valores registrados no resultado em "Resultado de participação em investimentos ".

14 Imobilizado

14.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**2.718**	**1.920**	**1.462**	**6.100**
Adições	17	213	436	666
Baixas	(2)	(43)	-	(45)
Depreciações	(140)	(285)	-	(425)
Transferências (a)	471	281	(740)	12
Incorporação Direito de Uso - Basul	304		(304)	-
Perdas no valor de recuperação de ativos - *Impairment* (b)	(297)	-	(1)	(298)
Juros capitalizados	-	-	29	29
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.071**	**2.086**	**882**	**6.039**
Adições	2	97	252	351
Baixas	(3)	(3)	(11)	(17)
Depreciações	(122)	(273)	-	(395)
Transferências (a)	106	150	(259)	(3)
Juros capitalizados	-	-	11	11
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.054**	**2.057**	**875**	**5.986**
Custo	3.968	4.710	882	9.560
Depreciação	(897)	(2.624)	-	(3.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.071**	**2.086**	**882**	**6.039**
Custo	4.055	4.894	875	9.824
Depreciação	(1.001)	(2.837)	-	(3.838)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.054**	**2.057**	**875**	**5.986**
Tempo de vida útil estimado	4 a 60 anos (*)	4 a 30 anos		

(*) Exceto Terrenos

	Controladora			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**2.671**	**1.877**	**857**	**5.405**
Adições	17	210	426	653
Baixas	(2)	(42)	-	(44)
Depreciações	(140)	(282)	-	(422)
Transferências (a)	472	280	(740)	12
Incorporação Direito de Uso - Basul	304	-	-	304
Perdas no valor de recuperação de ativos - *Impairment* (b)	(297)	-	(1)	(298)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.025**	**2.043**	**542**	**5.610**
Adições	2	97	244	343
Baixas	(2)	(3)	(12)	(17)
Depreciações	(121)	(269)	-	(390)
Transferências (a)	104	148	(256)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.008**	**2.016**	**518**	**5.542**
Custo	3.918	4.646	542	9.106
Depreciação	(893)	(2.603)	-	(3.496)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.025**	**2.043**	**542**	**5.610**
Custo	4.004	4.830	518	9.352
Depreciação	(996)	(2.814)	-	(3.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.008**	**2.016**	**518**	**5.542**
Tempo de vida útil estimado	25 a 60 anos (*)	4 a 24 anos		

(*) Exceto Terrenos

(a) Referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, do contas a receber decorrente de dação em pagamento, reclassificação do intangível e outras, de acordo com a natureza do investimento.

(b) *Impairment* da BASUL (Base de Cruzeiro do Sul - AC) devido à perda do principal cliente, a base passou a operar abaixo de sua capacidade, não havendo, portanto, expectativa de retorno do investimento. Em 2016 não houve reversão da perda reconhecida no exercício de 2015.

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

O imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R$ 390 (R$ 454 em 2015).

15 Intangível

15.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Direitos e Concessões	*Softwares* (b)	*Goodwill* (c)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**270**	**155**	**29**	**454**
Adições	14	43	-	57
Baixas	(1)	-	-	(1)
Amortização	(11)	(35)	-	(46)
Transferências (a)	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**272**	**159**	**29**	**460**
Adições	10	41	-	51
Amortização	(12)	(47)	-	(59)
Transferências (a)	9	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**279**	**153**	**29**	**461**
Custo	340	378	29	747
Amortização	(68)	(219)	-	(287)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**272**	**159**	**29**	**460**
Custo	360	418	29	807
Amortização	(81)	(265)	-	(346)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**279**	**153**	**29**	**461**
Tempo de vida útil estimado - anos	5 a 33 anos	4 a 8 anos	Indefinida	

	Controladora			
	Direitos e Concessões	*Softwares (b)*	*Goodwill (c)*	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**268**	**155**	**29**	**452**
Adições	14	43	-	57
Baixas	(1)	-	-	(1)
Amortização	(11)	(33)	-	(44)
Transferências (a)	-	(5)	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**270**	**160**	**29**	**459**
Adições	10	41	-	51
Amortização	(11)	(48)	-	(59)
Transferências (a)	9	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**278**	**153**	**29**	**460**
Custo	337	378	29	744
Depreciação	(67)	(218)	-	(285)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**270**	**160**	**29**	**459**
Custo	357	418	29	804
Depreciação	(79)	(265)	-	(344)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**278**	**153**	**29**	**460**
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33 anos	4 anos	Indefinida	

(a) Referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, do imobilizado, de acordo com a natureza do investimento.

(b) A Companhia apresenta saldo de R$ 68 de *software* em desenvolvimento (R$ 70 em 2015).

(c) *Goodwill* de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012.

15.2 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

A concessão prevê a prestação dos serviços de distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima e térmicas. O Governo do Estado do Espírito Santo monitora o cumprimento do contrato de concessão por meio do órgão regulador (Agência de Serviço Público de Energia do Estado do Espírito Santo – ASPE).

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, as quais estão sujeitas aos reajustes e revisões especificados no contrato de concessão.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 274 (R$ 270 em 2015).

A Companhia não apura margem sobre as construções, tendo reconhecido receita e custo de construção de R$ 9 no exercício de 2016 (R$ 12 em 2015).

Em 02 de fevereiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Espírito Santo, a Lei 10.493/2016 que reconhece a extinção/nulidade do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado, por aplicação do disposto no art. 43 da Lei Federal 8987, de 13 de fevereiro de 1995.

Em 12 de agosto de 2016, a Companhia assinou Memorando de Entendimentos com o Governo do Estado do Espírito Santo visando avaliar a criação de empresa estatal estadual para prestação de serviço público de distribuição de gás natural canalizado.

A Companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois o valor contábil existente em 31 de dezembro de 2016 está garantido pela indenização prevista na referida Lei.

16 Fornecedores

	Consolidado			Controladora
	Empresas do Sistema Petrobras (Nota 30.1)	Terceiros	Total	Total
A Vencer	1.690	947	2.637	2.609
Vencidos	11	2	13	13
Em 31 de dezembro de 2016	**1.701**	**949**	**2.650**	**2.622**
Em 31 de dezembro de 2015	**2.056**	**991**	**3.047**	**3.023**

O saldo de Fornecedores - Empresas do Sistema Petrobras está composto, principalmente, de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e contratação de serviços (inclusive fretes).

17 Financiamentos

17.1 Por Instituição Financeira

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Banco Bradesco	3.266	3.258	3.266	3.252
Banco da Amazônia	247	215	247	215
Banco do Brasil	4.542	4.551	4.524	4.521
Banco IBM	77	91	77	90
Banco Itaú - Debêntures	3.619	3.704	3.619	3.704
	11.751	11.819	11.733	11.782
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.063	1.075	-	-
Total	**12.814**	**12.894**	**11.733**	**11.782**
Circulante	805	644	697	527
Não circulante	12.009	12.250	11.036	11.255

Banco do Brasil

Em 14 de abril de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Brasil, no valor de R$ 4.500, com vencimento final em março de 2021. Os juros do financiamento são amortizados trimestralmente e a amortização do principal ocorrerá através do pagamento de quatro parcelas semestrais, a partir de setembro de 2019.

Os encargos incidentes sobre o financiamento são de 114,25% do CDI. A captação tem como lastro Notas de Crédito à Exportação, com base no fluxo de exportação da Companhia, e o aval da Petrobras. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75.

Bradesco

Em 1º de junho de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Bradesco, na modalidade de Notas de Crédito à Exportação, no valor de R$ 3.000 pelo prazo de cinco anos.

Os juros do financiamento são pagos anualmente e a amortização do principal ocorrerá através do pagamento de três parcelas iguais, ao final do 36º, 48º e 60º mês do financiamento.

Os encargos sobre o financiamento são de 118% do CDI. O lastro da captação é a aquisição e venda de etanol, cujos recursos serão reaplicados na compra e exportação de combustíveis. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75. A Petrobras é a avalista da operação.

Banco da Amazônia

Em 25 de junho de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco da Amazônia S.A., na modalidade de Notas de Crédito à Exportação, no valor de R$ 200 com vencimento em 26 de junho de 2017, tendo como lastro as exportações de querosene de aviação da Companhia. Os encargos incidentes, de 106,6% da CDI-over serão amortizados, juntamente com o principal, no vencimento da operação (tipo *bullet*). Não foram concedidas garantias para essa captação.

Banco Itaú

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia assinou contrato para emissão de debêntures, não conversíveis em ações, junto ao Banco Itaú BBA, no valor de R$ 3.500, pelo prazo de cinco anos.

Os juros do financiamento são amortizados semestralmente e a amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, ao final do contrato, em 15 de abril de 2020.

Os encargos sobre a remuneração a ser paga pelas debêntures são de 111,57% do CDI.

O lastro da captação é a aquisição de etanol. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75. A Petrobras é o garantidor da operação.

17.2 Obrigações contratuais (*covenants)*

A Companhia possui obrigações contratuais relacionadas aos contratos de financiamento, que foram plenamente atendidas em 2016, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis em prazos acordados com as instituições; não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; e outras cláusulas.

17.3 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

	Consolidado		
Período	Principal	Juros	Total
2017	311	1.820	2.131
2018	1.113	1.733	2.846
2019	2.243	1.525	3.768
2020	6.896	815	7.711
2021	1.256	80	1.336
2022 em diante	745	156	901
Total	**12.564**	**6.129**	**18.693**

17.4 Movimentação

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)	Total	Total
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	**104**	**968**	**1.072**	**81**
Adição (entrada de novos empréstimos)	7.641	3.511	11.152	11.151
Provisionamento de juros	140	-	140	139
Transferência de longo prazo para curto prazo	(141)	(125)	(266)	(116)
Variações monetárias	-	152	152	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	**7.744**	**4.506**	**12.250**	**11.255**
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	**226**	**69**	**295**	**214**
Adição (entrada de novos empréstimos)	27	-	27	-
Provisionamento de juros	670	193	863	860
Amortização de principal	(230)	(69)	(299)	(202)
Amortização de juros	(464)	(57)	(521)	(462)
Transferência de longo prazo para curto prazo	141	125	266	116
Variações monetárias	1	12	13	1
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	**371**	**273**	**644**	**527**
Saldo total em 31 de dezembro de 2015	**8.115**	**4.779**	**12.894**	**11.782**

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)	Total	Total
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	**7.744**	**4.506**	**12.250**	**11.255**
Provisionamento de juros	24	-	24	24
Transferência de longo prazo para curto prazo	(246)	(138)	(384)	(243)
Variações monetárias	-	119	119	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**7.522**	**4.487**	**12.009**	**11.036**
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	**371**	**273**	**644**	**527**
Provisionamento de juros	1.220	538	1.758	1.757
Amortização de principal	(34)	(81)	(115)	(17)
Amortização de juros	(1.193)	(682)	(1.875)	(1.813)
Transferência de longo prazo para curto prazo	246	138	384	243
Variações monetárias	-	9	9	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**610**	**195**	**805**	**697**
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	**8.132**	**4.682**	**12.814**	**11.733**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Circulante				
Endividamento de curto prazo	-	12	-	-
Parcela circulante do endividamento de longo prazo	315	108	217	17
Juros sobre financiamento	490	524	480	510
Total	**805**	**644**	**697**	**527**

Em 2016, foram amortizados juros dos financiamentos do Banco do Brasil (R$ 688), Itaú (R$ 623), Bradesco (R$ 495), CRIs (R$ 59), entre outros.

17.5 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

	Consolidado							Controladora
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 anos em diante (a)	Total	Total
Financiamentos em Reais (R$):								
Indexados a taxas flutuantes	805	1.106	2.229	6.884	1.239	551	12.814	11.733
Taxa média dos Financiamentos em Reais	14,00%	12,85%	12,14%	11,88%	11,87%	5,85%	14,01%	13,05%
Total em 31 de dezembro de 2016	**805**	**1.106**	**2.229**	**6.884**	**1.239**	**551**	**12.814**	**11.733**
Total em 31 de dezembro de 2015	**644**	**311**	**1.097**	**2.221**	**6.875**	**1.746**	**12.894**	**11.782**

(a) Apenas Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI

Os valores justos dos financiamentos são determinados, principalmente, por meio de derivados de preços observáveis de mercado (Nível 2). O valor justo dos financiamentos em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 11.203 (R$ 9.899 na Controladora).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 30.2.2.1.

17.6 Garantias

A Brasil Carbonos S.A. possui imobilizados dados em garantia (alienação fiduciária), no valor de R$ 2 para os financiamentos captados pelo FINAME e de R$ 7 para os financiamentos contratados juntos ao BNDES, que tiveram como agente financeiro o Banco do Brasil.

18 Arrendamentos mercantis

18.1 Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui compromissos financeiros com o FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda., em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IPCA. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 totaliza R$ 685 (nota 18.1.1).

Os créditos imobiliários originados nos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), pela RB Capital Securitizadora S.A.. Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, administrado pela BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na CETIP.

A Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos aos clientes Suzano Papel e Celulose S.A. e Fiat Automóveis Ltda. O saldo a receber gerado pelo arrendamento a esses clientes totaliza R$ 28 (nota 18.1.1).

Não existem pagamentos contingentes e nem valores residuais garantidos.

18.1.1 Fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros

	2016			
	Consolidado		Controladora	
	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos
2017	6	31	6	132
2018 - 2021	26	92	26	365
2022 em diante	17	18	17	810
Recebimentos/ pagamentos futuros de compromissos estimados	**49**	**141**	**49**	**1.307**
Menos montante dos juros anuais	(21)	(46)	(21)	(622)
Valor presente dos recebimentos/ pagamentos mínimos	**28**	**95**	**28**	**685**
Circulante	4	28	4	124
Não circulante	24	67	24	561
Em 31 de dezembro de 2016	**28**	**95**	**28**	**685**
Circulante	3	48	3	87
Não circulante	25	81	25	624
Em 31 de dezembro de 2015	**28**	**129**	**28**	**711**

18.2 Arrendamentos mercantis operacionais

Em 2016, a Companhia pagou um montante de R$ 285 (R$ 305 em 2015) pelos compromissos contratuais de arrendamentos operacionais, sendo R$ 194 referente a parcelas fixas e R$ 91 referente a parcelas variáveis. Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2040.

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, terrenos, unidades administrativas e edificações utilizados como postos de combustíveis e equipamentos de fornecimento de energia elétrica.

A estimativa de desembolsos para os próximos exercícios está assim apresentada:

	Consolidado	Controladora
2017	176	176
2018 - 2021	380	380
2022 em diante	302	302
Total	**858**	**858**

19 Adiantamentos de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fundos de *marketing* (a)	184	132	184	132
Adiantamentos de clientes	159	276	127	222
Outros	11	16	11	15
Total	**354**	**424**	**322**	**369**

(a) Adiantamentos recebidos de clientes conveniados, tais como revendedores, franqueados e parceiros comerciais, para uso em ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

20 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Passivo Circulante				
ICMS	143	173	143	172
PIS/COFINS	18	20	17	20
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	29	34	29	34
Outros	15	22	11	16
Total	**205**	**249**	**200**	**242**

Os débitos de ICMS estão representados, basicamente, por: ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária registrados nos Livros Fiscais a serem recolhidos, principalmente, para os Estados de São Paulo (R$ 45), Minas Gerais (R$ 14), Paraná (R$ 10), Rio de Janeiro (R$ 9), Goiás (R$ 9), Mato Grosso do Sul (R$ 8) e Pernambuco (R$ 7).

20.1 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistia.

		Valores liquidados	
Estado	**Lei Estadual / Decreto**	**2016**	**2015**
SP	61.788/2016 e 61.625/15	5	-
AC	4.559/2016 e 4.971/2012	2	-
RO	3.835/16 e 3.934/16	2	-
RN	10.112/2016	1	-
MT (a)	10.433/2016	12	-
RJ	7.020/2015	-	99
ES	10.376/2015	-	46
DF	5.463/2016	-	11
Outros		-	21
Total		**22**	**177**

(a) A quitação foi integralmente realizada com recursos financeiros das usinas de álcool, fornecedores da BR e responsáveis pela infração à legislação que originou os débitos tributários incluídos no programa de anistia.

21 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Passivo				
Planos de pensão	1.919	1.095	1.916	1.092
Planos de saúde	2.392	1.280	2.392	1.280
Total	**4.311**	**2.375**	**4.308**	**2.372**
Circulante	139	113	139	112
Não circulante	4.172	2.262	4.169	2.260

21.1 Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

(a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Em 31 de julho de 2016, foi apurado resultado deficitário de R$ 22,6 bilhões para o Plano Petros. De acordo com a Resolução n° 22/2015 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) que regulamenta o tema de equacionamento de déficits, este valor superou o limite máximo, estipulado naquela mesma Resolução. No caso do Plano Petros, este limite foi avaliado em R$ 6,6 bilhões o que, consequentemente, geraria um valor mínimo a ser equacionado de R$ 16 bilhões, de forma paritária entre participantes e patrocinadores, em um prazo de 1,5 vez a duração do passivo do plano, estimado em 31/12/2015 em 18 (dezoito) anos, sob diretrizes de um Plano de Equacionamento.

Ainda, de acordo com o disposto na mencionada Resolução, a Fundação Petros deveria ter desenvolvido e aprovado tal Plano de Equacionamento, no âmbito do seu Conselho Deliberativo, após anuência das Patrocinadoras, até 31/12/2016 e deveria tê-lo implementado em até 60 (sessenta) dias de sua aprovação. Ocorreu, contudo, que aquela Fundação ingressou com um pedido de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto à Superintendência Nacional de Previdência

Complementar (PREVIC), órgão regulador do setor de Previdência Complementar, solicitando permissão para postergar o prazo de implementação do referido Plano de Equacionamento do exercício de 2015 para 210 dias quando da aprovação do TAC, alegando motivos de ordem técnica e de gestão da fundação. Considerando tais fatos, estima-se que a Petrobras, como patrocinadora do plano, deverá iniciar o pagamento de contribuições extras ao Plano Petros em virtude deste equacionamento somente após o prazo estabelecido no TAC.

Em 26 de maio de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petros aprovou as demonstrações contábeis do exercício de 2016 com um déficit acumulado de R$ 26,7 bilhões (R$ 22,6 bilhões de déficit até o exercício de 2015) para o Plano Petros Sistema Petrobras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

Em 19 de junho de 2017, a PREVIC publicou o TAC da Fundação Petros estabelecendo prazos para a implementação do plano de equacionamento do déficit acumulado em 2015 no Plano petros do Sistema Petrobras. O valor a ser equacionado e as condições de pagamento serão objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Fundação e, em seguida, a Petrobras deverá submetê-lo à análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A previsão da Fundação é que o início das contribuições extras por parte dos participantes e patrocinadoras do plano comece ainda em 2017, desde que cumpridas todas as etapas de aprovação.

Em 31 de dezembro 2016, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R$ 396 (R$ 396 na Controladora). Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos, com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Petrobras possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R$ 6.449, os quais estão em fase de revisão.

Para o exercício de 2017, as contribuições esperadas para o plano somam R$ 36 (R$ 36 na Controladora) e o pagamento de juros sobre o TCF, R$ 24 (R$ 24 na Controladora).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 é de 11,56 anos.

(b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2016, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R$ 44 (R$ 44 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2017, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 é de 40,23 anos.

21.2 Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de cinco anos, que são revisadas anualmente. O modelo de ALM – *Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de

fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2017 a 2021 são de: 40% a 75% em renda fixa, 10% a 35% em renda variável, 4% a 8% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 7% em investimentos estruturados. Enquanto os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 60% a 100% em renda fixa, 0% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 4% em investimentos estruturados e de 0% a 2% em investimentos no exterior.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

	Consolidado					
	2016				2015	
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	**1.179**	**208**	**1.387**	**50%**	**1.176**	**43%**
Títulos privados	-	12	12		34	
Títulos públicos	1.179	-	1.179		941	
Outros investimentos	-	196	196		201	
Renda variável	**883**	**20**	**903**	**32%**	**966**	**36%**
Ações à vista	883	-	883		930	
Outros investimentos	-	20	20		36	
Investimentos estruturados	**-**	**178**	**178**	**6%**	**211**	**8%**
Fundos de Private Equity	-	160	160		193	
Fundos de Venture Capital	-	3	3		2	
Fundos imobiliários	-	15	15		16	
Imóveis	**-**	**222**	**222**	**8%**	**232**	**9%**
	2.062	**628**	**2.690**	**96%**	**2.585**	**96%**
Empréstimos a participantes		124	124	4%	115	4%
			2.814	**100%**	**2.700**	**100%**

21.3 Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia, Petrobras, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Biocombustível S.A., Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. – TBG e Termobahia S.A. mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. Sua gestão é

baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Petrobras busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 é de 21,77 anos.

21.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares.

(a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2016				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	3.725	70	1.280	5.075	5.072
Custo dos juros	529	10	185	724	724
Custo do serviço corrente	26	3	14	43	43
Contribuições de participantes	18	-	-	18	18
Benefícios pagos	(240)	(3)	(78)	(321)	(321)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência demográfica	(38)	5	82	49	51
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	569	47	917	1.533	1.532
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	10	2	(8)	4	3
Obrigação atuarial no fim do exercício	**4.599**	**134**	**2.392**	**7.125**	**7.122**
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	2.646	54	-	2.700	2.700
Receitas de juros	377	8	-	385	385
Contribuições pagas pela empresa	59	-	-	59	59
Contribuições de participantes	18	-	-	18	18
Benefícios pagos	(240)	(3)	-	(243)	(243)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(110)	5	-	(105)	(105)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.750**	**64**	**-**	**2.814**	**2.814**

	2016				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	4.599	134	2.392	7.125	7.122
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.750)	(64)	-	(2.814)	(2.814)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2016	**1.849**	**70**	**2.392**	**4.311**	**4.308**
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.079	16	1.280	2.375	2.372
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	651	49	991	1.691	1.691
(+) Custos incorridos no período	26	3	14	43	43
(-) Pagamento de contribuições	(59)	-	(78)	(137)	(137)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	152	2	185	339	339
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.849**	**70**	**2.392**	**4.311**	**4.308**

	2015				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	3.919	79	1.054	5.052	5.049
Custo dos juros	499	8	135	642	642
Custo do serviço corrente	27	9	18	54	54
Contribuições de participantes	20	-	-	20	20
Benefícios pagos	(177)	(1)	(60)	(238)	(238)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência demográfica	(163)	9	(98)	(252)	(252)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(412)	(26)	234	(204)	(204)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	12	(8)	(3)	1	1
Obrigação atuarial no fim do exercício	**3.725**	**70**	**1.280**	**5.075**	**5.072**
Ativo do plano no início do exercício	2.925	43	-	2.968	2.968
Receitas de juros	374	6	-	380	380
Contribuições pagas pela empresa	55	-	-	55	55
Contribuições de participantes	20	-	-	20	20
Benefícios pagos	(177)	(1)	-	(178)	(178)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(551)	6	-	(545)	(545)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.646**	**54**	**-**	**2.700**	**2.700**

	2015				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	3.725	70	1.280	5.075	5.072
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.646)	(54)	-	(2.700)	(2.700)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2015	**1.079**	**16**	**1.280**	**2.375**	**2.372**
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	994	36	1.054	2.084	2.081
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(12)	(31)	133	90	90
(+) Custos incorridos no período	28	8	18	54	54
(-) Pagamento de contribuições	(56)	-	(60)	(116)	(116)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	125	3	135	263	263
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.079**	**16**	**1.280**	**2.375**	**2.372**

(b) Componentes do benefício definido

	2016				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	26	3	14	43	43
Juros líquidos sobre o passivo líquido	153	2	184	339	339
Custo líquido no exercício	**179**	**5**	**198**	**382**	**382**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	5	-	2	7	7
Diretamente no resultado	77	5	67	149	149
Relativa aos inativos:	97	-	129	226	226
Custo líquido no exercício	**179**	**5**	**198**	**382**	**382**

	2015				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	26	9	18	53	53
Juros líquidos sobre o passivo líquido	125	4	135	264	264
Custo líquido no exercício	**151**	**13**	**153**	**317**	**317**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	5	1	2	8	8
Diretamente no resultado	76	12	58	146	146
Relativa aos inativos:	70	-	93	163	163
Custo líquido no exercício	**151**	**13**	**153**	**317**	**317**

(c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 %. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Custos médicos	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Aumento (redução) obrigação atuarial	(459)	581	(290)	360	362	(298)
Aumento (redução) custo do serviço e juros	5	61	(15)	18	47	(38)

(d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2016	2015
Taxa de desconto (Real)	5,74% [1] / 5,69% [2] / 5,72% [3]	7,33% [1] / 7,28% [2] / 7,32% [3]
Inflação (IPCA)	4,87% [1] [2] [3] [4]	6,87% [1] [2] [3] [4]
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação)	10,89% [1] / 10,84% [2] / 10,87% [3]	14,70% [1] / 14,65% [2] / 14,69% [3]
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,09% [1] / 1,04% [2]	2,95% [1] / 3,09% [2]
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	6,01% [1] / 5,96% [2]	10,02% [1] / 10,17% [2]
Taxa de rotatividade do plano de saúde	0,597% a.a [5]	0,753% a.a [5]
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	13,82% a 4,00%a.a	14,92% a 3,70%a.a
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [1] [3] AT-2000 Feminina suavizada em 10% [2]	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [1] [3] AT-2000 Feminina suavizada em 10% [2]
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 [1] [3] / LIGHT Fraca [2]	TASA 1927 [1] [3] / Álvaro Vindas [2]
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10% [1] [3] IAPB 1957 fraca [2]	AT-49 Masculina agravada em 10% [1] [3] IAPB 1957 fraca [2]
Idade de entrada na aposentadoria	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos [6]	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos [6]

[1] Plano Petros Sistema Petrobras.
[2] Plano Petros 2.
[3] Plano AMS.
[4] Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 4,87% para 2017 e atingindo 4,00% de 2026 em diante.
[5] Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.
[6] Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e regras do plano.

(e) Perfil de vencimento da obrigação

Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal	
31/12/2017	344
31/12/2018	324
31/12/2019	316
31/12/2020	309
31/12/2021 ou posterior	5.832
Total	**7.125**

21.5 Participações nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras.

O Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, que trata desta participação, apresenta indicadores para a definição do valor a ser pago como PLR onde o pagamento, no caso de ausência de lucro consolidado, só ocorrerá se as metas forem alcançadas.

Para o exercício de 2016, em face do não atingimento das metas conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho, nenhuma obrigação de pagamento foi reconhecida nas Demonstrações Contábeis, relativa a participação dos empregados nos lucros ou resultados do exercício de 2016.

21.6 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV

Em outubro de 2016, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) BR 2016, visando adequar o efetivo da Companhia considerando o plano de desinvestimento conduzido pela Controladora Petróleo Brasileiro S.A. e as metas de desempenho previstas no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021.

O programa, cujo período de inscrições foi encerrado em 30 de dezembro de 2016, obteve 1.105 adesões. O período de desligamento dos empregados inscritos é de 17 de janeiro a 31 de julho de 2017, conforme plano de ação de gestão do conhecimento ou de sucessão gerencial inerentes aos processos e atividades em que atuam.

Os empregados que aderiram ao PIDV tinham pelo menos 10 anos de tempo de Companhia, completos até 30 de dezembro de 2016, independentemente de cargo ou função. Conforme previsto no Regramento do PIDV BR 2016, os empregados poderão desistir a qualquer momento, situação em que não farão jus ao incentivo financeiro.

O incentivo financeiro a ser pago aos empregados que se desligarem por meio do PIDV foi estipulado em um teto de R$ 800 mil (oitocentos mil reais) e o piso de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), além das vantagens legais e corporativas.

A Companhia reconheceu a provisão em 31 de dezembro de 2016, correspondente às indenizações devidas aos empregados que aderiram, estando sujeita à revisão periódica pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA.

No ano de 2016 a Companhia registrou 319 desligamentos, sendo 3 desligamentos do PIDV BR – 2014 e 316 desligamentos referentes ao PIDV BR – 2015. Em 2016 ocorreram 31 desistências, das quais 1 referente ao PIDV BR – 2014 e as demais referentes ao PIDV BR - 2015.

A provisão referente ao PIDV está registrada no passivo circulante.

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**96**
Novos inscritos PIDV 2016	444
Revisão de provisão (PIDV de 2014 e 2015)	(10)
Utilização por desligamento	(85)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**445**

Do saldo remanescente em 31 de dezembro de 2016, R$ 0,7 refere-se a desligamentos pendentes do PIDV BR - 2014 (1 pessoa), não restando mais participantes do PIDV BR – 2015 a serem desligados.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social realizado

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2017, e com base nos termos dos artigos 12 e 122 da Lei 6.404/76, foi aprovada a proposta de grupamento de ações do capital social da Companhia, na proporção de 29,8521666575107:1, de forma que cada lote de 29,8521666575107 ações seja grupado em uma única ação. Também foi aprovada a alteração do artigo 4° do Estatuto Social para refletir a alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia, passando de 34.777.774.156 ações (inalterado desde 2013) para 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R$ 6.352, totalmente subscrito e integralizado.

22.2 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em função do prejuízo apurado, não houve constituição de reserva legal.

(b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia. Em função do prejuízo apurado, não houve constituição de reserva estatutária.

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2016, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pela reserva de retenção de lucros no montante de R$ 315, bem como os juros sobre o capital próprio declarados para a Petrobras no valor de R$ 747.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95 e alterações. Esses juros foram contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados resultando em um benefício tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 254 (R$ 246 em 2015) conforme nota 10 (d).

22.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art.7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2016, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio para a Petrobras no valor de R$ 747, sendo retido imposto de renda de R$ 112.

Os juros sobre o capital próprio serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2016 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

22.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos dos efeitos dos tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

22.5 Resultado por ação

	Controladora	
	2016	2015
Prejuízo	(315)	(1.161)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	1.165.000.000	1.165.000.000
Prejuízo básico e diluído por ação	**(0,27)**	**(1,00)**

O prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, anteriormente apresentado, considerando 34.777.774.156 ações ordinárias foi de R$9,04 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 33,38 em 31 de dezembro de 2015).

23 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	48.194	53.943	48.194	53.943
Gasolina	33.877	32.254	33.877	32.254
Óleo combustível	4.159	8.413	4.159	8.413
Querosene de aviação	7.009	8.983	7.009	8.983
Lubrificantes	2.033	2.187	2.033	2.187
Asfalto	1.381	1.061	871	684
Outros	2.770	3.226	2.770	3.226
Etanol	5.869	6.755	5.869	6.755
Gás natural	1.437	1.698	1.437	1.698
Outros (a)	1.498	1.747	1.472	1.722
	108.227	120.267	107.691	119.865
Juros embutidos no preço dos produtos	(520)	(568)	(520)	(568)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes (nota 11)	(542)	(412)	(542)	(412)
Bonificação por desempenho (b)	(244)	(216)	(244)	(216)
Encargos de vendas	(20.284)	(21.791)	(20.180)	(21.720)
Receita de vendas	**86.637**	**97.280**	**86.205**	**96.949**

(a) Inclui receita de serviços sendo R$ 65 no Consolidado (R$ 108 em 2015) e R$ 38 na Controladora (R$ 82 em 2015), e receita de energia elétrica no Consolidado e na Controladora de R$ 14 (R$ 22 em 2015).

(b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente, em especial, referente ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento.

24 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Aluguéis e royalties	271	254	271	254
Arrendamentos operacionais	(109)	(99)	(109)	(99)
Concessão de crédito - EPASA - transação extrajudicial	-	(50)	-	(50)
ICMS - baixa saldo credor no Estado do Amapá	-	(45)	-	(45)
ICMS - provisão para perda saldo credor - Estado da Bahia	(54)	-	(54)	-
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	(298)	-	(298)
Perdas e provisões com processos judiciais	(1.079)	(785)	(1.079)	(785)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	(434)	(92)	(434)	(92)
Planos de pensão e saúde - inativos	(226)	(163)	(226)	(163)
Receita de armazenagem conjunta	59	59	59	59
Recuperação de Créditos Tributários	46	57	46	57
Relações institucionais e projetos culturais	(84)	(197)	(84)	(197)
Outros	(59)	(111)	(58)	(110)
Total	**(1.669)**	**(1.470)**	**(1.668)**	**(1.469)**

25 Despesas por natureza

	Consolidado											
	2016						2015					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(79.833)	-	-	(1)	-	(79.834)	(90.066)	-	-	(3)	-	(90.069)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(93)	(1.795)	(188)	128	-	(1.948)	(153)	(2.068)	(232)	143	-	(2.310)
Despesas com pessoal	(65)	(798)	(527)	(669)	-	(2.059)	(68)	(823)	(486)	(255)	-	(1.632)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(676)	-	-	-	(676)	-	(2.919)	-	-	-	(2.919)
Depreciação e amortização	(12)	(378)	(64)	-	-	(454)	(12)	(408)	(51)	-	-	(471)
Variação dos estoques	(165)	-	-	-	-	(165)	237	-	-	-	-	237
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(84)	-	(84)	-	-	-	(197)	-	(197)
Tributárias	-	-	-	(73)	(137)	(210)	-	-	-	58	(208)	(150)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(1.079)	-	(1.079)	-	-	-	(785)	-	(785)
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(298)	-	(298)
Outras	(4)	(198)	(49)	109	-	(142)	95	(236)	(51)	(133)	-	(325)
Total	**(80.172)**	**(3.845)**	**(828)**	**(1.669)**	**(137)**	**(86.651)**	**(89.967)**	**(6.454)**	**(820)**	**(1.470)**	**(208)**	**(98.919)**

	Controladora											
	2016						2015					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(79.461)	-	-	(1)	-	(79.462)	(89.819)	-	-	(3)	-	(89.822)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(86)	(1.785)	(180)	128	-	(1.923)	(146)	(2.054)	(228)	143	-	(2.285)
Despesas com pessoal	(54)	(792)	(520)	(669)	-	(2.035)	(57)	(818)	(480)	(255)	-	(1.610)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(641)	-	-	-	(641)	-	(2.921)	-	-	-	(2.921)
Depreciação e amortização	(9)	(377)	(63)	-	-	(449)	(9)	(407)	(50)	-	-	(466)
Variação dos estoques	(166)	-	-	-	-	(166)	237	-	-	-	-	237
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(84)	-	(84)	-	-	-	(197)	-	(197)
Tributárias	-	-	-	(73)	(132)	(205)	-	-	-	58	(203)	(145)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(1.079)	-	(1.079)	-	-	-	(785)	-	(785)
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(298)	-	(298)
Outras	(5)	(192)	(46)	110	-	(133)	107	(228)	(45)	(132)	-	(298)
Total	**(79.781)**	**(3.787)**	**(809)**	**(1.668)**	**(132)**	**(86.177)**	**(89.687)**	**(6.428)**	**(803)**	**(1.469)**	**(203)**	**(98.590)**

26 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(1.782)	(1.003)	(1.781)	(999)
FIDC	(2)	(61)	-	(59)
Mútuo	-	(354)	-	(354)
Outras	(109)	(179)	(152)	(178)
	(1.893)	**(1.597)**	**(1.933)**	**(1.590)**
Receitas				
FIDC	299	139	297	139
Juros por atraso e financiamentos de clientes	296	295	287	285
Outras	93	71	47	46
	688	**505**	**631**	**470**
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - Sistema Eletrobras	806	698	806	698
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - terceiros	10	164	10	164
Outras	25	24	25	24
	841	**886**	**841**	**886**
Passiva				
Arrendamentos mercantis financeiros	(7)	(12)	(61)	(113)
Atualização de dividendos a pagar à Petrobras	(83)	(28)	(83)	(28)
Empréstimos e financiamentos	(117)	(136)	-	(1)
Outras	(4)	(5)	(5)	(5)
	(211)	**(181)**	**(149)**	**(147)**
Variação cambial	**(47)**	**88**	**(35)**	**90**
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**583**	**793**	**657**	**829**
Resultado financeiro	**(622)**	**(299)**	**(645)**	**(291)**

Os encargos dos financiamentos (juros e variação monetária) totalizaram R$ 1.910 (nota17.4) no período (R$ 1.168 em 2015), sendo R$ 1.899 reconhecidos no resultado financeiro (R$ 1.139 em 2015) e R$ 11 como juros capitalizados (R$ 29 em 2015).

27 Informações por segmento

A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/ mercado dos seus clientes, em relação à Rede de Postos. Em relação ao perfil de clientes, a Administração separadamente considera as atividades de Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação.

Os demais segmentos relacionados à venda de produtos químicos, asfalto e à geração de energia foram agregados em "outros", como segmentos operacionais reportáveis, por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis.

O resultado das receitas da Companhia com clientes no Brasil é de R$ 85.340 (R$ 95.561 em 2015), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R$ 1.297 (R$ 1.719 em 2015).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/16

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	52.634	23.247	6.189	5.109	-	87.179	(542)	(a)	86.637
Custo dos produtos vendidos	(48.698)	(21.521)	(5.627)	(4.310)	(4)	(80.160)	(12)	(b)	(80.172)
Lucro bruto	**3.936**	**1.726**	**562**	**799**	**(4)**	**7.019**	**(554)**		**6.465**
Despesas						-	-		
Vendas, gerais e administrativas	(1.617)	(1.091)	(462)	(422)	(228)	(3.820)	(853)	(c)	(4.673)
Tributárias	(6)	-	(2)	(12)	(27)	(47)	(90)	(d)	(137)
Outras receitas (despesas), líquidas	225	28	(35)	31	(405)	(156)	(1.513)	(e)	(1.669)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	5	(6)	(1)	-		(1)
Resultado financeiro líquido							(622)	(f)	(622)
EBITDA Ajustado	**2.538**	**663**	**63**	**401**	**(670)**	**2.995**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(3.632)**		**(637)**

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/15

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	53.791	30.275	7.900	5.728	(2)	97.692	(412)	(a)	97.280
Custo dos produtos vendidos	(49.986)	(27.908)	(7.230)	(4.828)	(3)	(89.955)	(12)	(b)	(89.967)
Lucro bruto	**3.805**	**2.367**	**670**	**900**	**(5)**	**7.737**	**(424)**		**7.313**
Despesas						-	-		
Vendas, gerais e administrativas	(1.631)	(1.163)	(507)	(454)	(197)	(3.952)	(3.322)	(c)	(7.274)
Tributárias	(4)	-	(1)	(10)	(26)	(41)	(167)	(d)	(208)
Outras receitas (despesas), líquidas	236	(2)	17	50	(596)	(295)	(1.175)	(e)	(1.470)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	3	-	3	-		3
Resultado financeiro líquido							(299)	(f)	(299)
EBITDA Ajustado	**2.406**	**1.202**	**179**	**489**	**(824)**	**3.452**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(5.387)**		**(1.935)**

Reconciliação com as demonstrações contábeis	31/12/2016	31/12/2015
(a) Receita de Vendas		
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São classificadas originalmente como despesas antecipadas e reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(542)	(412)
(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(12)	(12)
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(442)	(459)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia e que vêm ultimamente enfrentando dificuldades financeiras.	(411)	(2.863)
(d) Impostos		
Os ajustes de impostos referem-se à anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente. A Companhia considera o ajuste apropriado porque fornece informações adicionais aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.	(6)	(122)
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(84)	(45)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(1.079)	(785)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas ao plano, bem como pela reversão da provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.	(434)	(92)
Impairment		
A Companhia reconheceu perda no valor de recuperação (*impairment*) da base Cruzeiro do Sul (BASUL II), no montante de R$298 milhões. Essa perda foi reconhecida, pelo fato da base operar significativamente abaixo de sua capacidade instalada, em função da perda das vendas no Estado do Acre atribuída, principalmente, à perda do contrato com o cliente Eletroacre.	-	(298)
(f) Resultado Financeiro, líquido	(622)	(299)
Total	**(3.632)**	**(5.387)**

28 Processos judiciais, administrativos e contingências

28.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

A Companhia e suas investidas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

Processos Fiscais – (i) referentes à transferência de créditos de ICMS de transportadoras e construtoras do Mato Grosso, compensados pela Companhia (R$ 1.176); (ii) à incidência de PIS/COFINS por substituição tributária sobre operações de venda de querosene de aviação (R$ 46); e (iii) à cobrança de ICMS em virtude de não inclusão do ICMS - Substituição Tributária em sua base de cálculo (R$ 49).

Em 2015 a Companhia reconheceu R$ 555 de provisão referentes a diversos autos de infração provenientes das deduções praticadas em relação aos recolhimentos mensais de ICMS-ST complemento, em função, principalmente, do aproveitamento de créditos de ICMS adquiridos de transportadoras localizadas no Estado do Mato Grosso (Decreto Estadual nº 2.683/2010), bem como de contratos de compra e venda de créditos outorgados em favor das empresas de construção, em atendimento aos acordos elaborados entre o Estado do Mato Grosso, a Companhia e as construtoras, que se efetivava através dos ofícios emitidos pelo próprio Estado do Mato Grosso para a Companhia (Convênio ICMS nº 85/2011). Em 2016, com base em análises jurídicas, foi identificada necessidade de efetuar provisões adicionais no total de R$ 621.

Processos Cíveis – (i) demanda em que se discute o suposto descumprimento de Contrato de Transporte e de Mútuo pela Companhia, acarretando prejuízos e inviabilizando a operação de postos da autora (Valpar) no valor de R$ 84 (R$ 68 em 2015); (ii) processo movido pela empresa Compasa, em função de alegada perda de exclusividade de comercialização de produtos de marca Lubrax no Paraguai, decorrente da entrada da Petrobras no mercado local comercializando os mesmos produtos (R$ 36); (iii) decisão judicial que condenou a Companhia a efetuar a devolução de imóvel e a pagar perdas e danos relativos ao tempo que alegadamente ocupou indevidamente o bem (R$ 50); (iv) processo movido por Único Combustíveis Ltda. que visa à condenação da BR no pagamento de multa pactuada em contrato de Compra e Venda Mercantil, bem como de indenização por danos morais pela interrupção do fornecimento de combustível (R$ 44) e (v) demanda que nasceu devido à interrupção unilateral do contrato de distribuição por parte da Companhia, sendo

que o cliente requer a rescisão do contrato por culpa da Companhia, com a liberação das garantias e a condenação ao pagamento da multa contratual, indenização a título de perdas e danos e danos morais (Dislub) (R$70).

Processos Trabalhistas – (i) pleito de condenação decorrente do pagamento das diferenças salariais do Plano Bresser, no percentual de 26,06%, oriundos do Decreto-Lei n.º 2.335/87, na tabela de níveis salariais (R$ 18); (ii) pleito de reintegração de empregados sob o fundamento de que as demissões foram nulas por inobservância aos acordos coletivos de trabalho (R$ 4); e (iii) pleito de pagamento de honorários advocatícios decorrentes da rescisão do contrato de prestação de serviços firmado com empresa incorporada pela Companhia (R$ 5).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Causas trabalhistas	225	149	225	149
Causas fiscais	1.415	702	1.414	701
Causas cíveis	441	243	441	243
Causas ambientais	9	11	9	11
Total	**2.090**	**1.105**	**2.089**	**1.104**

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	**1.105**	**357**	**1.104**	**357**
Adição	1.174	779	1.174	779
Reversão	(196)	(35)	(196)	(35)
Utilização	(109)	(15)	(108)	(15)
Atualização	116	19	115	18
Saldo final	**2.090**	**1.105**	**2.089**	**1.104**

As despesas com processos judiciais e administrativos, incluindo atualizações, estão reconhecidas em outras despesas operacionais.

28.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais

	Consolidado					
	2016			2015		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	225	109	116	149	80	69
Causas fiscais	1.415	8	1.407	702	10	692
Causas cíveis	441	71	370	243	65	178
Causas ambientais	9	4	5	11	4	7
Total	**2.090**	**192**	**1.898**	**1.105**	**159**	**946**

28.1.2 Garantias

Parte dos estoques e do imobilizado da Companhia servem como garantias em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Estoques	282	243	282	242
Imobilizado	23	25	23	25
	305	**268**	**305**	**267**

28.2 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado		Controladora	
Natureza	2016	2015	2016	2015
Fiscais	6.989	4.528	6.982	4.521
Cíveis - Gerais	1.833	1.148	1.833	1.148
Trabalhistas	259	135	259	135
Cíveis - Ambientais	9	-	9	-
Total	**9.090**	**5.811**	**9.083**	**5.804**

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza fiscal

	Descrição dos processos de natureza fiscal	2016
	Autores: Estados de MG e RJ	
1)	Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. Os Estados conferiram regime especial às empresas aéreas reduzindo a alíquota de ICMS. Hoje cobram essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas e/ou às transferências entre estabelecimentos da Companhia.	1.903
	Autores: Estados de GO, PA, RJ, RR, SC, SP e TO	
2)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	934
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MS, MT, PA, PB, PE, SE e SP e o Distrito Federal	
3)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20º C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	635
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RN, RO, SP e TO	
4)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	632
	Autores: Estados do AP, BA, MG e SP	
5)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	498
	Autor: União	
6)	Processos em que a Companhia é exigida por suposta falta de recolhimento do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos/valores mobiliários, decorrente de operações qualificadas pela Fiscalização como remessa mensal de numerário à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e empréstimos com vários contribuintes (postos de combustíveis).	466
	Autor: Estados do AM, CE e PE	
7)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	403
	Autores: Estados da BA, MS, MT, PA, RJ, RN, RO, SC e SP, o Distrito Federal e a União	
8)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	268
	Autor: União	
9)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	503

	Descrição dos processos de natureza fiscal	2016
	Autor: Estado do RJ	
10)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	91
	Autor: União	
11)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e bônus de desempenho pagos aos empregados.	80
	Autores: Estado do AM, BA, CE, GO, MT, PB, RO e SP	
12)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	78
	Autores: Estados do AM, CE, ES, GO, MS, MT, PA, PE, RJ e RO	
13)	Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante.	71
	Autores: Estados do MT e PA	
14)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	51
	Autor: União	
15)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	46
	Autores: Estados do MT, SE e SP	
16)	Processos em que o Estado cobra da Companhia tributo retido e não recolhido por usina alienante.	46
	Processos diversos de natureza fiscal	284
	Total	**6.989**

b) Processos de natureza cível

	Descrição dos processos de natureza cível	2016
	Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..	
1)	Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis. Situação atual: Após a indicação do ex-Ministro do STJ Ruy Rosado como árbitro central, o procedimento se encontra em fase inicial, com o recolhimento das custas por parte dos requeridos e dos requerentes.	632
	Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração	
2)	Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Situação atual: Aguarda-se julgamento do recurso especial interposto pela Companhia.	256
	Autor: Francisco Messias Cameli	
3)	Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). Situação atual: Condenação em 1º grau, aguardando julgamento em 2º grau pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	175
	Autor: C A Soares da Costa	
4)	Ação cível perante a justiça de Rondônia, pretendendo indenização por perdas e danos, sob a alegação de descumprimento de contrato de transporte pela Companhia. Situação atual: o Tribunal de Justiça de Rondônia manteve a decisão anterior, favorável à Companhia. O autor apresentou recurso especial, remetido ao Superior Tribunal de Justiça - STJ.	141
	Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda	
5)	A DISCOM alega que a Companhia , desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil , constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais. Situação atual: aguardando julgamento da apelação.	157
	Autor: Derivados de Petróleo Santa Izabel Ltda	
6)	Ação de indenização por danos morais e materiais. O autor reivindicava a sustação de protestos de duplicatas mercantis e indenização por danos morais e materiais, sob a alegação de que os títulos protestados teriam sido emitidos indevidamente pela Companhia (notas fiscais e duplicatas com o objetivo de cobrar ICMS), causando-lhe expressivos prejuízos em suas órbitas patrimonial e extrapatrimonial. Situação atual: A parte contrária deu início ao cumprimento de sentença, estimando o seu crédito em R$121.462.267,60 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) e a Companhia foi intimada a pagar o valor reinvindicado, no prazo de 15 dias, sob pena de penhora. Em face dessa decisão, a Companhia apresentou impugnação (em 1ª instância) e agravo de instrumento perante o Tribunal de Justiça da Bahia. A impugnação ainda não foi julgada. No agravo foi deferido efeito suspensivo, para sustar a decisão que determinava o pagamento do valor pleiteado pelo exequente (o mérito do recurso ainda será apreciado pelo colegiado).	124
	Processos diversos de natureza cível	348
	Total	**1.833**

c) Processos de natureza trabalhista

	Descrição dos processos de natureza trabalhista	2016
	Autor: Ministério Público do Trabalho	
1)	Execução de multa diária (*astreintes*), proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face da Companhia, em razão de pretenso descumprimento de determinação judicial relacionada a questões de saúde, meio ambiente e segurança (SMS) envolvendo os motoristas de transportadoras e agregados que prestam serviços na Base de Canoas. Situação atual: Em agosto de 2017, considerando a existência de decisões de 1º e 2º graus favoráveis à Companhia; considerando que parece não haver fundamento para a interposição de Recurso de Revista, o qual em execução depende de ofensa à Constituição; e considerando que a remotíssima hipótese de admissibilidade e provimento de eventual Recurso de Revista não importa na determinação de pagamento, mas em devolução do processo à 1ª instância para instrução e julgamento, a expectativa de perda foi alterada de possível para perda remota.	120
	Processos diversos de natureza trabalhista	139
	Total	**259**

29 Compromissos Contratuais

a) Compromissos com a Petrobras

A Companhia possui compromissos contratuais com a Petrobras para o período de 5 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R$ 25.600.

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras para o período de 2016 a 2025 de aproximadamente 5,1 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total restante estimado de R$ 2.900.

Em 1º de março de 2016, a Companhia celebrou novo contrato com a Petrobras, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo por ano, ao longo de 5 anos, a partir da data em que foi firmado, prorrogável por até igual período, ao valor estimado de R$ 5.500, para o primeiro período contratual.

b) Contratos de aluguel

A Companhia possui compromissos contratuais com a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora referente à locação do Edifício Lubrax para o período de 2017 a 2031, num valor total restante estimado de R$ 1.400.

c) Contratos "*take or pay*"

Os serviços da Brasil Carbonos são prestados em sua totalidade à Companhia. Há contrato com cláusula de *take or pay* para os serviços prestados na planta de Taubaté/SP. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 20.910 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R$ 490, até dezembro de 2032.

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de *hedge* definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. A Companhia também está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

	Notas	Nível Hierarquia Valor Justo	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e bancos	6		63	609	61	607
Aplicações financeiras	6		592	201	381	-
Contas a receber	7		13.905	14.291	13.981	14.231
Depósitos judiciais	12		950	798	928	778
			15.510	**15.899**	**15.351**	**15.616**
Valor justo por meio do resultado						
Precatórios	7	2	24	29	24	29
			24	**29**	**24**	**29**
Ativos financeiros disponíveis para venda						
FIDC Fornecedor			-	19	-	19
			-	**19**	**-**	**19**
Ativos financeiros mantidos até o vencimento						
NTN-P			2	9	2	9
			2	**9**	**2**	**9**
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	16		2.650	3.047	2.622	3.023
Financiamentos	17		12.814	12.894	11.733	11.782
Cessão de direitos creditórios	31.2		31	24	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	18		95	129	685	711
			15.590	**16.094**	**15.040**	**15.516**

30.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

30.2 Risco de mercado

30.2.1 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

30.2.1.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), garantias pessoais (fianças) e análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Administração, para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações de *hedge*, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias e clientes governo. A exposição ao risco está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber.

30.2.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, ao CDI, indexador dos financiamentos com o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, o Itaú e o Bradesco (nota 17), e às taxas de IGPM e IPCA, que são os indexadores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os ativos se caracterizam, em maior parte, pelos contratos de confissão de dívida das empresas do Sistema Eletrobras, atualizados pela Selic.

30.2.2.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos juros dos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016.

Instrumentos	Exposição	Nota	Risco	(Despesa)/ receita financeira no cenário 1 (a)	Resultado financeiro com decréscimo de 25%	Resultado financeiro com decréscimo de 50%	Resultado financeiro com elevação de 25%	Resultado financeiro com elevação de 50%
Contrato de confissão de dívida - Setor elétrico - Sistema isolado - Sistema Eletrobras	6.225		Redução da Selic	806	605	403	1.008	1.209
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	(1.063)	17.1	Alta do IPC-A e IGP-M	(128)	(111)	(95)	(145)	(161)
Financiamentos da Companhia	(11.733)	17.1	Alta do CDI	(1.781)	(1.336)	(891)	(2.226)	(2.672)
Aplicações - FIDC	2.776	31.2	Redução do CDI	299	224	150	374	449

(a) Cenário I corresponde ao efeito reconhecido no resultado do exercício considerando a data-base de 31 de dezembro de 2016.

30.2.3 Risco cambial

Em função das vendas a clientes estrangeiros, o risco cambial é um dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

30.2.3.1 Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento.

Em 2016 foram contratadas operações de *hedge* para exportação no total de US$ 158,8 milhões. Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido em 2016, o percentual de *hedge* contratado representou 48%. A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* para cobertura de, no máximo, 100% do faturamento ao exterior.

A Companhia contratou operações de *hedge* cambial na posição de compra para a fixação de preços de querosene de aviação em reais para clientes nacionais do segmento de aviação no total de US$ 29,9 milhões o que representou 100% do volume desse tipo de operação. Também na posição de compra foram contratados US$ 16,7 milhões em *hedge* cambial para as importações da empresa que estavam expostas a variação cambial.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial em 2016 geraram um resultado positivo para a Companhia de R$ 7.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM no. 550.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (*nocional*) (USD)		Valor justo (R$)		Vencimento
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
Posição Comprada	-	13	-	2	1T16
Posição Vendida	15	-	1	-	1T17

O saldo de *hedge* cambial, registrado ao valor justo em base recorrente, está classificado como Nível 2.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2016, os cenários possíveis e remotos consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável Em 31/12/2016	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Valorização do Dólar frente ao Real	1	(11)	(23)

30.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em função de oportunidades existentes no mercado financeiro, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos ou como resposta a um evento de liquidez específico.

30.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeções mensais, discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

O excesso de caixa é aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos que venham a onerar a geração de caixa, no limite do seu giro, são atendidos com recursos do fundo corporativo.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

30.4 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos.

A estrutura de capital da Companhia, assim como sua gestão de caixa deverão ser sempre pautadas, em última análise, na melhor estrutura de capital e gestão financeira sob a ótica da Petrobras, optando pelas alternativas que melhor trazem sinergia para o Sistema Petrobras.

A gestão e o acompanhamento de capital ocorrem através de:

- controle do fluxo diário de caixa;
- projeção e acompanhamento da realização do fluxo de caixa de curto e médio prazos da Companhia, estruturando o Plano Financeiro que suportará os processos orçamentários;
- análise do ciclo de caixa e da necessidade de capital de giro; e
- acompanhamento das variáveis que impactam o capital de giro, integrando as iniciativas relacionadas à gestão da necessidade de capital de giro.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Financiamentos (nota 17)	12.814	12.894	11.733	11.782
Arrendamentos mercantis financeiros (nota 18)	95	129	685	711
Cessão de direitos creditórios (nota 31.2)	31	24	-	-
Endividamento total	12.940	13.047	12.418	12.493
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(655)	(810)	(442)	(607)
Endividamento líquido	12.285	12.237	11.976	11.886
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (nota 22)	7.410	9.925	7.410	9.925
Endividamento líquido /(endividamento líquido + patrimônio líquido)	**62%**	**55%**	**62%**	**54%**

30.5 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Não houve transferências entre os níveis de instrumentos financeiros em relação a 2015.

31 Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

31.1 Transações comerciais e outras operações

31.1.1 Por operação

							Consolidado 2016
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas, principalmente de vendas	5.096						
Variações monetárias e cambiais líquidas	719						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(661)						
Ativo							
Contas a receber (nota 7)		783	8.753	9.536			
Títulos e valores mobiliários		-	2	2			
Caixa e equivalentes de caixa		79	-	79			
Depósitos judiciais		-	729	729			
Passivo							
Fornecedores (Nota 16)					1.701	-	1.701
Dividendos					635	-	635
Financiamentos (nota 17.1)					300	4.489	4.789
Adiantamento de clientes					48	-	48
Em 31.12.2016	**5.154**	**862**	**9.484**	**10.346**	**2.684**	**4.489**	**7.173**
Janeiro a dezembro/2015	**8.043**						
Em 31.12.2015		**1.346**	**8.634**	**9.980**	**2.859**	**4.700**	**7.559**

		Controladora 2016					
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas, principalmente de vendas	5.114						
Variações monetárias e cambiais líquidas	664						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(707)						
Ativo							
Contas a receber (nota 7)		915	8.753	9.668			
Títulos e valores mobiliários		-	2	2			
Caixa e equivalentes de caixa		68	-	68			
Depósitos judiciais		-	707	707			
Passivo							
Fornecedores (Nota 16)					1.677	-	1.677
Dividendos					635	-	635
Financiamentos (nota 17.1)					283	4.488	4.771
Adiantamento de clientes					48	-	48
Arrendamentos mercantis financeiros					121	537	658
Em 31.12.2016	**5.071**	**983**	**9.462**	**10.445**	**2.764**	**5.025**	**7.789**
Janeiro a dezembro/2015	**7.966**						
Em 31.12.2015		**1.421**	**8.614**	**10.035**	**2.895**	**5.298**	**8.193**

As compras efetuadas da Petrobras totalizaram R$ 62.347 (R$ 75.140 em 2015). As transações com partes relacionadas são realizadas em termos e condições comerciais definidas entre as partes.

31.1.2 Por empresa

Consolidado

	Resultado		Ativo 2016			Ativo 2015	Passivo 2016			Passivo 2015
	2016	2015	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico - Sistema Isolado (Sistema Eletrobras)										
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	2.870	5.157	411	8.679	9.090	8.443	8	-	8	42
Petrobras	1.771	1.776	208	-	208	240	2.259	-	2.259	2.588
Arembepe (a)	-	39	-	-	-	-	-	-	-	-
Camaçari Muricy (a)	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Termocabo	31	113	2	-	2	16	-	-	-	-
Transpetro	50	47	15	-	15	9	9	-	9	4
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	20	12	-	-	-	7	4	-	4	7
Outras	140	148	7	74	81	97	40	-	40	58
	4.882	7.324	643	8.753	9.396	8.812	2.320	-	2.320	2.699
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	336	540	54	-	54	19	-	-	-	1
Braskem	63	101	7	-	7	1	14	-	14	2
Guarani S.A.	84	72	1	-	1	1	-	-	-	11
Outras coligadas	26	26	1	-	1	1	10	-	10	1
	509	739	63	-	63	22	24		24	15
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	3	5	-	2	2	9	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(664)	(476)	79	729	808	1.013	300	4.489	4.789	4.766
Clientes - Governo Federal	424	451	77	-	77	124	40	-	40	79
	(237)	(20)	156	731	887	1.146	340	4.489	4.829	4.845
Total	**5.154**	**8.043**	**862**	**9.484**	**10.346**	**9.980**	**2.684**	**4.489**	**7.173**	**7.559**

(a) Incorporadas pela Petrobras em 2015

	Controladora									
	Resultado		Ativo				Passivo			
			2016			2015	2016			2015
	2016	2015	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico - Sistema Isolado (Sistema Eletrobras)										
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	2.870	5.157	411	8.679	9.090	8.443	8	-	8	42
Petrobras	1.771	1.776	208	-	208	239	2.226	-	2.226	2.563
Termocabo	31	113	2	-	2	16	-	-	-	-
Arembepe (a)	-	39	-	-	-	-	-	-	-	-
Camaçari Muricy (a)	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Transpetro	50	47	15	-	15	9	9	-	9	4
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	20	12	-	-	-	7	4	-	4	7
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(102)	(101)	130	-	130	82	123	537	660	685
Outras	159	172	9	74	83	101	47	-	47	62
	4.799	7.247	775	8.753	9.528	8.897	2.417	537	2.954	3.363
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	336	540	54	-	54	19	-	-	-	1
Braskem	63	101	7	-	7	1	14	-	14	2
Guarani S.A.	84	72	1	-	1	1	-	-	-	11
Outras coligadas	26	26	1	-	1	1	10	-	10	1
	509	739	63	-	63	22	24	-	24	15
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	4	4	-	2	2	9	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(665)	(475)	68	707	775	983	283	4.488	4.771	4.736
Clientes - Governo Federal	424	451	77	-	77	124	40	-	40	79
	(237)	(20)	145	709	854	1.116	323	4.488	4.811	4.815
Total	**5.071**	**7.966**	**983**	**9.462**	**10.445**	**10.035**	**2.764**	**5.025**	**7.789**	**8.193**

(a) Incorporadas pela Petrobras em 2015

As transações com bancos controlados pela União foram efetuadas, principalmente, com o Banco do Brasil e Banco da Amazônia S.A.

31.2 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados – FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber (nota 7)	2.776	2.766	2.770	2.711
Total classificado no ativo circulante	**2.776**	**2.766**	**2.770**	**2.711**
Cessões de direitos performados e não performados	(31)	(24)	-	-
Total classificado no passivo circulante	**(31)**	**(24)**	-	-
Receita financeira FIDC-NP	299	139	297	139
Despesa financeira FIDC-NP	(2)	(61)	-	(59)
Resultado financeiro	**297**	**78**	**297**	**80**

As cessões de direitos creditórios performados e não performados estão classificadas no passivo circulante. A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC-NP Petrobras é de 100,5% do CDI; não há IOF e IR na operação.

As aplicações em cotas do FIDC-NP estão classificadas no ativo circulante, contas a receber. A taxa de remuneração é de 100% do CDI. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio de tabela regressiva.

As subsidiárias do Sistema Petrobras têm 100% de cotas seniores do FIDC-NP e, historicamente, todas as solicitações de resgates das subsidiárias foram atendidas.

31.3 Remuneração de dirigentes e empregados

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus dirigentes e empregados.

As remunerações de empregados, incluindo as gratificações dos ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Companhia relativas ao mês de dezembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	Controladora	
Remuneração	**2016**	**2015**
Remuneração por empregado		
Menor remuneração	3.281,17	3.126,69
Remuneração média	13.649,67	13.538,57
Maior remuneração	71.634,19	71.634,19
Remuneração por dirigente da Companhia (maior)	111.201,13	101.664,96
(Valores expressos em reais)		

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2016 foi de R$ 9 (R$ 8 em 2015) na Controladora e de R$ 13 (R$ 12 em 2015) no Consolidado.

No exercício de 2016, os honorários de diretores e conselheiros no Consolidado totalizaram R$ 9 (R$ 9 em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

32 Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra incêndio para as instalações, equipamentos e produtos totalizava R$ 4.286. A cobertura para a responsabilidade civil totalizava R$ 4.073, sendo R$ 3.258 para operações de abastecimentos de aeronaves e R$ 815 para operações e poluição ambiental. A cobertura para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia totalizava R$ 81.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33 Eventos subsequentes

Aumento de Capital

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia, em espécie, no montante de R$ 6.313 milhões, que resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros como liquidez e solvência.

Pagamento Antecipado das Notas de Crédito

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente as Notas de Crédito à Exportação (NCE) emitidas em favor do Banco do Brasil e do Bradesco, no valor total de R$ 7.708 milhões.

Cisão Parcial

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339 milhões, referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do sistema Petrobras com o objetivo de melhorar a gestão da estrutura de capital do grupo econômico das referidas empresas. A mencionada operação, além dos benefícios para os acionistas decorrente da valorização dos seus ativos e negócios, resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica para a Companhia cindida, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros.

Processo Judicial

Em virtude da decisão em 2ª instância eminentemente favorável à Companhia, proferida em processo administrativo em que a Companhia é exigida por suposta falta de recolhimento do imposto sobre operações de crédito (IOF) decorrente de operações qualificadas pela fiscalização como remessa de numerário à Petrobras e mútuos a postos revendedores, a Companhia alterou a expectativa de perda e reduziu significativamente o risco financeiro envolvido passando de perda possível no montante de R$ 456 em 31 de dezembro de 2016 para perda provável de R$ 0,3 em 31 de julho de 2017, referente a parcela de cobrança do IOF sobre mútuos a postos revendedores.

Petrobras Distribuidora S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A – BR, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

Ivan de Sá Pereira Junior
Presidente

Marcelo Fernandes Bragança
Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo da Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Coulo
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO
Presidente

BRUNO CESAR DE PAIVA E SILVA
Conselheiro

CLEMIR CARLOS MAGRO
Conselheiro

DURVAL JOSÉ SOLEDADE SANTOS
Conselheiro

FRANCISCO ARRUDA VIEIRA DE MELO FILHO
Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

JORGE CELESTINO RAMOS
Conselheiro

REINALDO GUERREIRO
Conselheiro

SEGEN FARID ESTEFEN
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

IVAN DE SÁ PEREIRA JUNIOR
Presidente

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo da Rede de Postos

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2

[página intencionalmente deixada em branco]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

[página intencionalmente deixada em branco]

Petrobras Distribuidora S.A. e Petrobras Distribuidora S.A. e empresas controladas

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e relatório dos auditores independentes

Petrobras Distribuidora S.A.

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado
Demonstração de resultados abrangentes
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Demonstração do valor adicionado
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o parecer dos Auditores Independentes
Membros do Conselho de Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Petrobras Distribuidora S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Distribuidora S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. e da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfases

Operação Lava Jato

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava Jato" sobre a Companhia, abrangendo: (i) a baixa contábil, em 2014, de R$ 23 milhões nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados; e (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pelo acionista controlador da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

Reemissão das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota 2.2 às demonstrações contábeis, visando aprimoramento da apresentação de suas demonstrações contábeis, a administração da Companhia procedeu à inclusão de divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, adequando-as aos requisitos e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o propósito descrito na referida nota, bem como reapresentação do resultado por ação em decorrência do grupamento de ações divulgado na Nota 21. Desta forma, as demonstrações contábeis acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui os anteriormente emitidos em 21 de março de 2016 e 16 de outubro de 2017.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC 1SP211793/O-5 "S" RJ

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora		
		2015	2014 (Reapresentado)	01.01.2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)	01.01.2014 (Reapresentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	810	742	916	607	533	667
Contas a receber, líquidas	7	8.114	6.863	5.439	8.098	6.896	5.378
Estoques	8	2.843	2.606	2.356	2.834	2.597	2.348
Adiantamentos a fornecedores		112	140	137	112	140	137
Impostos e contribuições a recuperar	19.1	424	502	564	405	478	557
Despesas antecipadas	10	498	380	302	498	380	302
Outros ativos circulantes		43	39	26	43	39	25
		12.844	**11.272**	**9.740**	**12.597**	**11.063**	**9.414**
Não circulante							
Contas a receber, líquidas	7	6.206	6.051	3.726	6.162	6.016	3.692
Títulos e valores mobiliários	6	28	23	22	28	23	22
Depósitos judiciais	9	798	871	734	778	852	716
Impostos e contribuições a recuperar	19.1	377	314	273	331	281	238
Imposto e contribuição social diferidos	19.4	2.558	984	363	2.557	983	361
Despesas antecipadas	10	1.873	1.490	1.173	1.873	1.490	1.173
Outros ativos realizáveis a longo prazo		12	15	51	8	10	50
		11.852	**9.748**	**6.342**	**11.737**	**9.655**	**6.252**
Investimentos	11	46	45	20	234	227	191
Imobilizado	12	6.039	6.100	5.511	5.610	5.405	4.642
Intangível	13	460	454	499	459	452	497
		18.397	**16.347**	**12.372**	**18.040**	**15.739**	**11.582**
Total do Ativo		**31.241**	**27.619**	**22.112**	**30.637**	**26.802**	**20.996**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Consolidado			Controladora		
		2015	2014 (Reapresentado)	01.01.2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)	01.01.2014 (Reapresentado)
Circulante							
Fornecedores	14	3.047	3.168	3.030	3.023	3.147	3.001
Financiamentos	15	644	295	149	527	214	27
Operações de mútuo com acionista controladora	18.4	-	6.596	-	-	6.596	-
Cessão de direitos creditórios	18.2	24	404	2.655	-	380	2.639
Arrendamentos mercantis financeiros	28.3.3	48	42	39	87	57	39
Adiantamentos de clientes	17	424	342	292	369	338	286
Impostos e contribuições a recolher	19.2	249	337	269	242	326	262
Dividendos propostos / Juros sobre capital próprio	21.3	616	267	506	616	267	506
Salários, férias e encargos		216	190	190	215	189	189
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		96	9	-	96	9	-
Participações nos lucros ou resultados	20.5	-	61	65	-	60	65
Planos de pensão e saúde	20	113	83	84	112	83	84
Outras contas e despesas a pagar		115	143	121	155	161	132
		5.592	**11.937**	**7.400**	**5.442**	**11.827**	**7.230**
Não circulante							
Financiamentos	15	12.250	1.072	1.217	11.255	81	277
Arrendamentos mercantis financeiros	28.3.3	81	97	121	624	385	121
Planos de pensão e saúde	20	2.262	2.001	1.164	2.260	1.998	1.162
Provisão para processos judiciais	27	1.105	357	279	1.104	357	278
Outras contas e despesas a pagar		26	34	30	27	33	27
		15.724	**3.561**	**2.811**	**15.270**	**2.854**	**1.865**
Total do Passivo		**21.316**	**15.498**	**10.211**	**20.712**	**14.681**	**9.095**
Patrimônio líquido	21						
Capital social realizado		6.352	5.991	5.991	6.352	5.991	5.991
Reservas de lucros		4.107	6.559	5.787	4.107	6.559	5.787
Ajuste de avaliação patrimonial		(534)	(429)	123	(534)	(429)	123
		9.925	**12.121**	**11.901**	**9.925**	**12.121**	**11.901**
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**31.241**	**27.619**	**22.112**	**30.637**	**26.802**	**20.996**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	22	97.280	98.528	96.949	98.153
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		(89.967)	(91.237)	(89.687)	(90.929)
Lucro bruto		**7.313**	**7.291**	**7.262**	**7.224**
Despesas operacionais					
Vendas		(6.454)	(4.524)	(6.428)	(4.489)
Gerais e administrativas		(820)	(748)	(803)	(734)
Tributárias		(208)	(160)	(203)	(157)
Outras despesas, líquidas	23	(1.470)	(601)	(1.469)	(602)
		(8.952)	**(6.033)**	**(8.903)**	**(5.982)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		**(1.639)**	**1.258**	**(1.641)**	**1.242**
Financeiras	25				
Despesas		(1.597)	(802)	(1.590)	(796)
Receitas		505	387	470	369
Variações cambiais e monetárias, líquidas		793	705	829	719
		(299)	**290**	**(291)**	**292**
Resultado de participações em investimentos	11.4	**3**	**(2)**	**(7)**	**5**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		**(1.935)**	**1.546**	**(1.939)**	**1.539**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(815)	(881)	(811)	(874)
Diferido		1.589	458	1.589	458
	19	**774**	**(423)**	**778**	**(416)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(1.161)**	**1.123**	**(1.161)**	**1.123**
Lucro líquido (prejuízo), básico e diluído por ação do capital social - R$		(1,00)	0,96	(1,00)	0,96

Capital social composto de 1.165.000.000 ações ordinárias (*).
(*) O lucro líquido (prejuízo) por ação, apresentado antes do grupamento de ações, está evidenciado na nota 21.5.

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.161)	1.123	(1.161)	1.123
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Planos de pensão				
Ganhos (perdas) atuariais	43	(473)	43	(473)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15)	161	(15)	161
	28	**(312)**	**28**	**(312)**
Plano de saúde				
Ganhos (perdas) atuariais	(133)	(240)	(133)	(240)
	(133)	**(240)**	**(133)**	**(240)**
	(105)	**(552)**	**(105)**	**(552)**
Resultado abrangente do exercício	**(1.266)**	**571**	**(1.266)**	**571**

	Consolidado								Controladora
		Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes		
	Capital social subscrito e integralizado	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Em 1° de janeiro de 2014	**5.991**	**751**	**240**	**4.796**	**-**	**-**	**123**	**11.901**	**11.901**
Perdas atuariais não realizadas	-	-	-	-	-	-	(552)	(552)	(552)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.123	-	1.123	1.123
Destinações:									
Apropriações em reservas	-	56	30	480	-	(566)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio / Dividendos	-	-	-	-	206	(557)	-	(351)	(351)
Em 31 de dezembro de 2014	**5.991**	**807**	**270**	**5.276**	**206**	**-**	**(429)**	**12.121**	**12.121**
Aumento de capital	361	-	-	(361)	-	-	-	-	-
Perdas atuariais não realizadas	-	-	-	-	-	-	(105)	(105)	(105)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(1.161)	-	(1.161)	(1.161)
Destinações:									
Absorção do prejuízo em reservas	-	-	-	(1.161)	-	1.161	-	-	-
Juros sobre o capital próprio / Dividendos	-	-	-	(724)	(206)	-	-	(930)	(930)
		807	**270**	**3.030**	**-**				
Em 31 de dezembro de 2015	**6.352**	**4.107**				**-**	**(534)**	**9.925**	**9.925**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Atividade operacional					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.161)	1.123	(1.161)	1.123
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social		(774)	423	(778)	416
Depreciação e amortização		471	403	466	398
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	12.1	298	-	298	-
Resultado com alienação / baixas de ativos		12	(40)	12	(36)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, líquidas de reversão		2.919	1.109	2.921	1.113
Resultado de participações em investimentos relevantes		(3)	2	7	(5)
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		412	348	412	348
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		68	52	68	52
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		408	(215)	379	(243)
Despesa atuarial com planos de pensão e saúde	20.4	317	214	317	214
Provisão para processos judiciais		747	78	747	78
Provisão para incentivo ao desligamento voluntário		92	158	92	158
Outros ajustes		3	37	2	39
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber		(1.038)	(3.649)	(1.125)	(3.777)
Estoques		(235)	(250)	(236)	(249)
Despesas antecipadas		(982)	(902)	(982)	(902)
Depósitos judiciais		106	(83)	106	(83)
Outros ativos		30	15	30	13
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(259)	124	(263)	132
Imposto de renda e contribuição social pagos		(879)	(652)	(875)	(647)
Impostos, taxas e contribuições		21	(226)	31	(212)
Planos de pensão e de saúde		(116)	(92)	(116)	(92)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		(5)	(149)	(5)	(149)
Outros passivos		30	78	(24)	80
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		**482**	**(2.094)**	**323**	**(2.231)**
Atividades de investimentos					
Adições de imobilizados e intangíveis		(723)	(959)	(710)	(884)
Adições em investimentos		-	(27)	-	(28)
Recebimentos pela venda de ativos		25	40	25	36
Investimentos em FIDC		(2.208)	(353)	(2.156)	(359)
Dividendos recebidos		1	-	3	2
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(2.905)**	**(1.299)**	**(2.838)**	**(1.233)**
Atividades de financiamentos					
Operações de mútuo		(6.950)	6.186	(6.950)	6.186
Financiamentos					
Captações	15 e 18.4	11.179	17	11.151	-
Amortizações de principal	15 e 18.4	(299)	(43)	(202)	(17)
Amortizações de juros	15 e 18.4	(521)	(127)	(462)	(17)
Cessões de direitos creditórios - FIDC-NP	18.2	(380)	(2.251)	(380)	(2.259)
Dividendos pagos a acionistas		(496)	(520)	(496)	(520)
Outras operações de financiamentos		(42)	(43)	(72)	(43)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**2.491**	**3.219**	**2.589**	**3.330**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		68	(174)	74	(134)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		742	916	533	667
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**810**	**742**	**607**	**533**

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	119.161	120.902	118.758	120.425
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.919)	(1.109)	(2.921)	(1.113)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	511	663	472	518
	116.753	**120.456**	**116.309**	**119.830**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	72	81	-	-
Custo das mercadorias para revenda	89.995	91.147	89.819	90.944
Energia, serviços de terceiros e outros	3.741	3.242	3.677	3.121
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	4.656	4.498	4.656	4.499
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	298	-	298	-
	98.762	**98.968**	**98.450**	**98.564**
Valor adicionado bruto	**17.991**	**21.488**	**17.859**	**21.266**
Retenções				
Depreciação e amortização	471	403	466	398
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**17.520**	**21.085**	**17.393**	**20.868**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	3	(2)	(7)	5
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	1.483	1.175	1.446	1.145
Aluguéis e royalties	254	239	254	239
	1.740	**1.412**	**1.693**	**1.389**
Valor adicionado a distribuir	**19.260**	**22.497**	**19.086**	**22.257**

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014 (Reapresentado)	2015	2014 (Reapresentado)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração Direta				
Salários	834	726	821	712
Participações nos lucros ou resultados	-	61	-	60
Benefícios				
Vantagens	91	234	88	232
Plano de aposentadoria e pensão	298	287	298	287
Plano de saúde	180	149	179	148
FGTS	66	61	64	61
	1.469	**1.518**	**1.450**	**1.500**
Tributos				
Federais	(720)	1.120	(757)	1.071
Estaduais	17.490	17.372	17.447	17.309
Municipais	21	22	19	21
	16.791	**18.514**	**16.709**	**18.401**
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	1.811	965	1.737	853
Despesas de aluguéis	350	377	351	380
	2.161	**1.342**	**2.088**	**1.233**
Acionistas				
Juros sobre o capital próprio / Dividendos	-	351	-	351
Lucros (prejuízos) retidos	(1.161)	772	(1.161)	772
	(1.161)	**1.123**	**(1.161)**	**1.123**
Valor adicionado distribuído	**19.260**	**22.497**	**19.086**	**22.257**

1 Contexto operacional

1.1 Considerações gerais

A Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "BR"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, é subsidiária e controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – "Petrobras" e tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro – RJ.

1.2 Estrutura de capital

Com o objetivo de aprimorar a estrutura do seu capital, a Companhia contratou os seguintes financiamentos:

- Nota de Crédito de Exportação (NCE) com o Banco do Brasil S.A., no valor de R$4,5 bilhões, em abril de 2015.
- Nota de Créditos de Exportação (NCE) com o Banco Bradesco S.A., no montante de R$3,0 bilhões, em junho de 2015.
- Nota de Créditos de Exportação (NCE) com o Banco da Amazônia S.A., no valor de R$200 milhões, em junho de 2015.
- Emissão de Debêntures, no valor de R$ 3,5 bilhões, em agosto de 2015.

As condições gerais desses contratos estão descritas na nota 15.1 – Financiamentos por Instituições Financeiras.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas de IFRS e do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na nota 4.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 4.20.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *(International Financial Reporting Standards (IFRS),* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB))*. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

A apresentação da Demonstração do valor adicionado - DVA – individual e consolidada foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 09 como informação suplementar.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

Estas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram inicialmente autorizadas e apresentadas, pela Companhia, em 21 de março de 2016. Considerando, porém, a perspectiva de abertura de seu capital, a administração da Companhia decidiu reemitir, em 16 de outubro de 2017, as referidas demonstrações contábeis para (1) adequar suas divulgações aos requisitos contábeis aplicáveis a companhias abertas, bem como para (2) efetuar reclassificações julgadas necessárias para melhor apresentação destas demonstrações contábeis, conforme mencionado na Nota 2.4.

Adicionalmente, em decorrência do evento societário referente ao grupamento de ações, ocorrido em 14 de novembro de 2017, conforme apresentado na nota 21 – Patrimônio Líquido, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de novembro de 2017, autorizou a divulgação e consequente reemissão destas demonstrações contábeis. Portanto, essas demonstrações contábeis substituem as anteriormente aprovadas e emitidas em 21 de março de 2016 e 16 de outubro de 2017.

2.3 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014 e ao longo de 2015, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Petrobras, o referido esquema envolvia um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com o Sistema Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como "membros do cartel".

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Ex-executivos da Petrobras e da Companhia foram presos e/ou denunciados por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, como Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento), Renato de Souza Duque (ex-diretor de Serviços), Pedro José Barusco Filho (ex-gerente executivo de Engenharia), Celso Araripe D'Oliveira (ex-gerente da Área de Serviços), Nestor Cuñat Cerveró (ex-diretor da Área Internacional e Diretor Financeiro da Companhia até 2014), Jorge Luis Zelada (ex-diretor da Área Internacional) e Eduardo Costa Vaz Musa (ex-gerente da Área Internacional). Outros ex-executivos do Sistema Petrobras e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação. Os valores pagos pela Petrobras e pela Companhia no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente

foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16, que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Companhia reconheceu uma baixa no montante de R$ 23 de gastos capitalizados, referente a valores que a Companhia pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

Como descrito a seguir, a Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) tem monitorado continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados, não tendo identificado, na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) prosseguirão acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

2.3.1 Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

A Companhia por intermédio de seu acionista controlador tem acompanhado as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados.

Ingressamos com ações penais contra os membros do cartel nas quais a Companhia e a Petrobras terão direitos relativos a danos materiais e possivelmente a multas cíveis. Renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente aos nossos investidores e ao público em geral.

A Companhia e seu acionista controlador não toleram qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo, em 2015 tomamos diversas medidas como resposta às ocorrências reveladas na "Operação Lava Jato".

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a Companhia continua a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de *compliance*, como por exemplo, a criação da Gerência de Governança, Risco e Conformidade.

Para averiguar indícios ou ocorrências que possam ser caracterizados como não conformidades relativas a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos, constituímos

grupos de trabalho de averiguação (GTA), cujos resultados apresentamos às autoridades brasileiras.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Companhia e seu acionista controlador podem ter direito a receber uma parte de tais recursos.

A Companhia ainda não recuperou nenhum valor referente aos pagamentos indevidos feitos por fornecedores e não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável nesse momento. Qualquer valor recuperável será reconhecido como resultado quando recebido ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

2.3.2 Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Companhia desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Identificar a data e o montante exatos dos gastos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras à Companhia continua sendo impraticável em função das limitações descritas a seguir:

- As informações disponíveis para a Companhia, através dos depoimentos, identificam as empresas envolvidas no esquema de pagamentos indevidos, o período de tempo em que o esquema funcionou e indicam diversos contratos alvo dos atos ilícitos, porém não especificam os pagamentos específicos realizados no âmbito dos contratos e que incorporavam gastos adicionais, bem como os períodos em que os pagamentos que incorporaram gastos adicionais foram feitos.

- A Companhia não fez qualquer desses pagamentos indevidos. Como eles foram feitos por empreiteiras e fornecedores, os valores exatos que foram gastos adicionalmente pela Companhia e usados para financiar pagamentos indevidos não podem ser identificados. Informações que determinem o montante que foi cobrado adicionalmente da Companhia pelos membros do cartel não se encontram nos registros contábeis, e refletem os termos dos contratos assinados por ela junto a seus fornecedores. Estes contratos tiveram seus preços elevados em função da atuação em conluio dos membros do cartel e ex-empregados da

Petrobras acima indicados. Como a Companhia não consegue identificar o montante de gastos adicionais incluídos em cada pagamento no âmbito dos contratos de fornecimento ou o período específico em que os gastos adicionais ocorreram, não é possível determinar o período em que o ativo imobilizado deveria ser ajustado.

- Dois escritórios de advocacia estão conduzindo uma investigação interna independente, sob a direção do Comitê Especial mencionado no item 3.1, porém a investigação interna independente está em andamento e não se espera que apresente informações quantitativas cuja natureza seja abrangente suficiente para embasar um ajuste nas demonstrações contábeis. Isso ocorre, pois as informações disponíveis aos investigadores são limitadas às informações internas da Companhia e, dessa forma, não será possível identificar informações específicas sobre o montante que foi cobrado adicionalmente. Como as supostas atividades de lavagem de dinheiro tinham o intuito de ocultar a origem dos recursos e o montante envolvido, não se espera a existência de registros específicos dessas atividades.

- As investigações em curso pelas autoridades brasileiras têm como foco determinar a responsabilidade penal dos investigados e não de obter de forma detalhada o montante exato dos gastos adicionais que foram cobrados da Petrobras pelos membros do cartel ou os valores utilizados por essas empresas para fazer os pagamentos indevidos. Além disso, o processo de investigação e avaliação de todas as provas e alegações pode durar vários anos.

- As autoridades brasileiras instauraram ações contra as empreiteiras e fornecedores e seus respectivos representantes nas quais buscam reparação por improbidade administrativa. Nessas ações, as autoridades aplicaram o percentual de 3% aplicado sobre o valor dos contratos com as empreiteiras e fornecedores para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos, de forma consistente com a metodologia utilizada pela Companhia para contabilizar os impactos. No escopo dessas ações também não é esperado que se produza um detalhamento completo de todos os pagamentos indevidos, mesmo após o longo período de tempo que as investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras podem levar. Adicionalmente, a legislação brasileira não permite, de forma ampla, acesso a registros e documentos internos dos fornecedores em ações cíveis e, portanto, não é esperado que estas ações produzam novas informações com relação àquelas obtidas nas investigações e ações criminais.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o ajuste que foi feito no ativo imobilizado no terceiro trimestre de 2014, que envolve os cinco passos descritos a seguir:
1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as empresas citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos relacionam.

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

O cálculo considerou todos os valores registrados nos registros contábeis da Companhia entre 2004 e setembro de 2014, referentes aos contratos inicialmente firmados entre 2004 e abril de 2012, bem como quaisquer aditivos firmados entre as empresas do sistema Petrobras e os membros do cartel (individualmente ou em consórcio). Esse escopo amplo de contratos foi adotado para gerar a melhor estimativa dos gastos adicionais, mesmo não havendo evidência de que todos os contratos assinados com as empresas em questão tivessem sido alvo do esquema de pagamentos indevidos. A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos ou ao cartel.

A Companhia possui diversos projetos em construção cujo contrato original foi assinado entre 2004 e abril de 2012. A abordagem adotada para realizar os ajustes considera que os valores cobrados adicionalmente pelas empreiteiras e fornecedores foram aplicados sobre o valor total do contrato, ou seja, incluindo pagamentos que ainda serão incorridos em períodos futuros. Como é impraticável alocar os gastos adicionais impostos por essas empresas a períodos específicos no tempo, a parcela de gastos adicionais referentes a pagamentos que serão realizados no futuro pela Companhia já pode ter sido cobrada antecipadamente. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente incorporou o valor total dos contratos assinados e não apenas os valores referentes a pagamentos já efetuados. Contudo, conforme mencionado anteriormente, com base nas informações disponíveis, a Companhia acredita que a atuação do cartel associada ao esquema de pagamentos indevidos tenha sido interrompida após abril de 2012 e que, considerando os andamentos recentes das investigações criminais, os pagamentos indevidos relacionados ao esquema de pagamentos indevidos tenham sido interrompidos.

A Companhia considera ter adotado uma metodologia que produz a melhor estimativa de quanto seus ativos imobilizados estavam superavaliados como resultado do esquema de pagamentos indevidos, uma vez que utilizou como base um valor limítrofe dentre as estimativas consideradas razoáveis. Em sua estimativa, a Companhia considerou que todos os contratos com as contrapartes identificadas foram impactados e o percentual de 3% representa os valores adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores, utilizados por essas

empresas para realizar pagamentos indevidos. As duas premissas são corroboradas pelos depoimentos, porém alguns depoimentos indicam percentuais inferiores com relação a certos contratos, períodos menores de atuação do cartel (2006 a 2011), bem como o envolvimento de um número menor de fornecedores e empreiteiras.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares:

- Depoimentos prestados no âmbito dos acordos de colaboração premiada celebrados pelo Ministério Público Federal e que não estão mantidos em sigilo;

- Ações de improbidade administrativa ajuizadas pelo Ministério Público Federal contra membros do cartel pelos danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos;

- Ações criminais ajuizadas pelo Ministério Público Federal contra indivíduos envolvidos no esquema de pagamentos indevidos, como representantes das empreiteiras, intermediários ou ex-empregados da Petrobras;

- Decisões do Judiciário nas ações de improbidade administrativa e ações penais ajuizadas pelo Ministério Público Federal: decretação de indisponibilidade de bens de parte dos réus, deferimento de pedidos de prisão provisória de investigados, recebimento de denúncias, entre outras;

- Sentenças de 1ª instância proferidas em parte das ações criminais ajuizadas pelo Ministério Público Federal;

- Acordo de leniência da empresa Setal Engenharia e Construções, participante do cartel, com as autoridades brasileiras;

- Termo de Cessação de Conduta da empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa, participante do cartel, com as autoridades brasileiras;

- Nota Técnica nº 38/2015 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que fundamentou a instauração de Processo Administrativo em face dos membros do cartel.

A Companhia não acredita que novas informações oriundas das investigações da "Operação Lava Jato" pelas autoridades brasileiras, da investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia ou de novas comissões internas de apuração que venham a ser constituídas (ou revisões das comissões internas já concluídas) poderão impactar ou mudar de forma relevante tal metodologia. Não obstante esta expectativa, a Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

2.4 Reclassificações no passivo e resultado do exercício

Em 21 de março de 2016, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram inicialmente autorizadas e apresentadas, pela Companhia. Considerando, porém, a perspectiva de abertura de seu capital, a Administração da Companhia decidiu reapresentar as referidas demonstrações financeiras para (1) adequar suas divulgações aos requerimentos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, bem como para (2) transferir a linha da perda no valor de recuperação de ativos – *impairment* para "outras despesas, líquidas" no montante de R$ 298, (3) transferir a linha de planos de pensão e saúde para "outras despesas, líquidas" no montante de R$ 163, (4) reclassificar o plano de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV), no montante de R$ 96, de "salários, férias e encargos" para linha específica e (5) reclassificar o INSS de "outras contas e despesas a pagar" para "salários, férias e encargos" no montante de R$ 23.

Reapresentação de períodos anteriores ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Em 2015, foram identificados ajustes de exercícios anteriores (reclassificações) referentes aos eventos a seguir.

Para melhor comparabilidade com o período atual, a Administração da Companhia decidiu reapresentar as referidas demonstrações contábeis, sem impacto no total do resultado e do patrimônio líquido, em relação aos seguintes assuntos: (1) reclassificação dos juros embutidos no preço dos produtos praticado aos clientes de "receita de vendas" para "resultado financeiro"; (2) reclassificação das aplicações no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC-NP de "caixa e equivalentes de caixa" para "contas a receber"; (3) reclassificação dos saldos de cessões de direitos creditórios de conta redutora do contas a receber para o passivo circulante; (4) reclassificação da provisão para processos judiciais" do passivo circulante para o passivo não circulante; (5) reclassificação de parcela de "impostos a recuperar" do ativo circulante para o ativo não circulante; (6) reclassificação de "despesas antecipadas" do ativo não circulante para o ativo circulante; (7) reclassificação da parcela a liberar das bonificações concedidas para "despesas antecipadas"; (8) transferência da linha de "planos de pensão e saúde" para "outras despesas, líquidas"; e (9) transferência da linha de "participações nos lucros ou resultados" para "outras despesas, líquidas".

Efeito das reapresentações

Os impactos das reapresentações estão resumidos nos quadros a seguir:

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2014								
	Originalmente apresentado em 22 de abril de 2015	Reclassificação FIDC de "Caixa e equivalentes de caixa" para "Contas a receber"	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Reclassificação da "Provisão para processos judiciais" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Impostos a recuperar" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Despesas antecipadas" do Longo para o Curto prazo	Reclassificação da parcela a liberar das bonificações condicionais para "Despesas antecipadas"	Outras reclassificações	Reapresentado
Balanço patrimonial									
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	1.161	(419)	-	-	-	-	-	-	742
Contas a receber, líquidas	6.040	419	380	-	-	-	-	24	6.863
Estoques	2.606	-	-	-	-	-	-	-	2.606
Adiantamentos a fornecedores	76	-	-	-	-	-	-	64	140
Impostos e contribuições a recuperar	747	-	-	-	(245)	-	-	-	502
Despesas antecipadas	49	-	-	-	-	331	-	-	380
Outros ativos circulantes	103	-	-	-	-	-	-	(64)	39
Total do ativo circulante	10.782	-	380	-	(245)	331	-	24	11.272
Não circulante									
Contas a receber, líquidas	6.136	-	-	-	-	-	(85)	-	6.051
Títulos e valores mobiliários	23	-	-	-	-	-	-	-	23
Depósitos judiciais	871	-	-	-	-	-	-	-	871
Impostos e contribuições a recuperar	69	-	-	-	245	-	-	-	314
Imposto e contribuição social diferidos	984	-	-	-	-	-	-	-	984
Despesas antecipadas	1.736	-	-	-	-	(331)	85	-	1.490
Outros ativos	6.614	-	-	-	-	-	-	-	6.614
Total do ativo não circulante	16.433	-	-	-	245	(331)	-	-	16.347
Total do ativo	27.215	-	380	-	-	-	-	24	27.619
Passivo e patrimônio líquido									
Passivo circulante									
Fornecedores	3.144	-	-	-	-	-	-	24	3.168
Financiamentos	295	-	-	-	-	-	-	-	295
Operações de mútuo com acionista controladora	6.596	-	-	-	-	-	-	-	6.596
Cessão de direitos creditórios	-	-	380	-	-	-	-	24	404
Arrendamentos mercantis financeiros	42	-	-	-	-	-	-	-	42
Adiantamentos de clientes	342	-	-	-	-	-	-	-	342
Impostos e contribuições a recolher	344	-	-	-	-	-	-	(7)	337
Dividendos propostos / Juros sobre capital próprio	267	-	-	-	-	-	-	-	267
Salários, férias e encargos	176	-	-	-	-	-	-	14	190
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Participações nos lucros ou resultados	61	-	-	-	-	-	-	-	61
Planos de pensão e saúde	83	-	-	-	-	-	-	-	83
Provisão para processos judiciais	159	-	-	(159)	-	-	-	-	-
Outras contas e despesas a pagar	183	-	-	-	-	-	-	(40)	143
Total do passivo circulante	11.692	-	380	(159)	-	-	-	24	11.937
Total do passivo não circulante	3.402	-	-	159	-	-	-	-	3.561
Total do passivo	15.094	-	380	-	-	-	-	24	15.498
Patrimônio líquido	12.121	-	-	-	-	-	-	-	12.121
Total do passivo e patrimônio líquido	27.215	-	380	-	-	-	-	24	27.619

	Consolidado								
	1° de janeiro de 2014								
	Originalmente apresentado em 25 de fevereiro de 2014	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Alteração da classificação de investimento em controladas em conjunto	Alteração da classificação de bonificações antecipadas concedidas a clientes de "Contas a receber" para "Despesas antecipadas"	Reclassificação da "Provisão para processos judiciais" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Impostos a recuperar" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Despesas antecipadas" do Longo para o Curto prazo	Outras reclassificações	Reapresentado
Balanço patrimonial									
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	931	-	(6)	-	-	-	-	(9)	916
Contas a receber, líquidas	2.714	2.639	(4)	(12)	-	-	-	102	5.439
Estoques	2.356	-	-	-	-	-	-	-	2.356
Adiantamentos a fornecedores	129	-	(1)	-	-	-	-	9	137
Impostos e contribuições a recuperar	746	-	(2)	-	-	(180)	-	-	564
Despesas antecipadas	44	-	-	12	-	-	246	-	302
Outros ativos circulantes	34	-	1	-	-	-	-	(9)	26
Total do ativo circulante	6.954	2.639	(12)	-	-	(180)	246	93	9.740
Não circulante									
Contas a receber, líquidas	4.999	-	-	(1.287)	-	-	-	14	3.726
Títulos e valores mobiliários	22	-	-	-	-	-	-	-	22
Depósitos judiciais	734	-	-	-	-	-	-	-	734
Impostos e contribuições a recuperar	94	-	(1)	-	-	180	-	-	273
Imposto e contribuição social diferidos	361	-	2	-	-	-	-	-	363
Despesas antecipadas	132	-	-	1.287	-	-	(246)	-	1.173
Outros ativos	6.129	-	(34)	-	-	-	-	(14)	6.081
Total do ativo não circulante	12.471	-	(33)	-	-	180	(246)	-	12.372
Total do ativo	19.425	2.639	(45)	-	-	-	-	93	22.112
Passivo e patrimônio líquido									
Passivo circulante									
Fornecedores	3.019	-	(2)	-	-	-	-	13	3.030
Financiamentos	165	-	(16)	-	-	-	-	-	149
Cessão de direitos creditórios	-	2.639	-	-	-	-	-	16	2.655
Arrendamentos mercantis financeiros	37	-	2	-	-	-	-	-	39
Adiantamentos de clientes	212	-	-	-	-	-	-	80	292
Impostos e contribuições a recolher	278	-	(3)	-	-	-	-	(6)	269
Dividendos propostos / Juros sobre capital próprio	506	-	-	-	-	-	-	-	506
Salários, férias e encargos	166	-	(1)	-	-	-	-	25	190
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações nos lucros ou resultados	65	-	-	-	-	-	-	-	65
Planos de pensão e saúde	84	-	-	-	-	-	-	-	84
Provisão para processos judiciais	115	-	-	-	(115)	-	-	-	-
Outras contas e despesas a pagar	159	-	(3)	-	-	-	-	(35)	121
Total do passivo circulante	4.806	2.639	(23)	-	(115)	-	-	93	7.400
Total do passivo não circulante	2.718	-	(22)	-	115	-	-	-	2.811
Total do passivo	7.524	2.639	(45)	-	-	-	-	93	10.211
Patrimônio líquido	11.901	-	-	-	-	-	-	-	11.901
Total do passivo e patrimônio líquido	19.425	2.639	(45)	-	-	-	-	93	22.112

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2014							
	Originalmente apresentado em 22 de abril de 2015	Juros embutidos no preço dos produtos praticados aos clientes	Reclassificação FIDC de "Caixa e equivalentes de caixa" para "Contas a receber"	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Transferência da linha de "Planos de Pensão e Saúde" para "Outras despesas, liquidas"	Transferência da linha de "Participações nos lucros ou resultados" para "Outras despesas, liquidas"	Outros	Reapresentado
Demonstração do resultado								
Receita de vendas	98.914	(386)	-	-	-	-	-	98.528
Custo dos produtos vendidos	(91.237)	-	-	-	-	-	-	(91.237)
Lucro bruto	7.677	(386)	-	-	-	-	-	7.291
Vendas	(4.524)	-	-	-	-	-	-	(4.524)
Gerais e administrativas	(748)	-	-	-	-	-	-	(748)
Tributárias	(160)	-	-	-	-	-	-	(160)
Perda no valor de recuperação de ativos - *impairment*	-	-	-	-	-	-	-	-
Planos de pensão e saúde	(111)	-	-	-	111	-	-	-
Outras despesas, liquidas	(429)	-	-	-	(111)	(61)	-	(601)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	1.705	(386)	-	-	-	(61)	-	1.258
Financeiras								
Despesas	(1.188)	386	-	-	-	-	-	(802)
Receitas	368	-	-	-	-	-	19	387
Variações cambiais e monetárias, liquidas	724	-	-	-	-	-	(19)	705
Resultado de participações em investimentos	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
Participações nos lucros ou resultados	(61)	-	-	-	-	61	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.546	-	-	-	-	-	-	1.546
Imposto de renda e contribuição social	(423)	-	-	-	-	-	-	(423)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.123	-	-	-	-	-	-	1.123
Demonstração dos fluxos de caixa								
Caixa liquido aplicado nas atividades operacionais	(4.296)	-	(57)	2.259	-	-	-	(2.094)
Caixa liquido aplicado nas atividades de investimento	(946)	-	(353)	-	-	-	-	(1.299)
Caixa liquido aplicado nas atividades de financiamento	5.478	-	-	(2.259)	-	-	-	3.219
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	236	-	(410)	-	-	-	-	(174)
Demonstração do valor adicionado								
Receitas	120.842	(386)	-	-	-	-	-	120.456
Insumos adquiridos de terceiros	(98.968)	-	-	-	-	-	-	(98.968)
Retenções	(403)	-	-	-	-	-	-	(403)
Valor adicionado recebido em transferência	1.393	-	-	-	-	-	19	1.412
Valor adicionado a distribuir	22.864	(386)	-	-	-	-	19	22.497
Pessoal e administradores	1.518	-	-	-	-	-	-	1.518
Tributos	18.514	-	-	-	-	-	-	18.514
Instituições financeiras e fornecedores	1.709	(386)	-	-	-	-	19	1.342
Dividendos / Juros sobre capital próprio	351	-	-	-	-	-	-	351
Lucros retidos / prejuizo do exercicio	772	-	-	-	-	-	-	772
Valor adicionado distribuído	22.864	(386)	-	-	-	-	19	22.497

2.5 Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"

Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (*impairment*) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge. Data de vigência 1º de janeiro de 2018.

A Companhia está avaliando o pronunciamento, principalmente em relação às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, passando a utilizar uma matriz de provisionamento baseada em dados históricos a ser considerada na visão prospectiva. As análises estão sendo elaboradas e serão mensuradas nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017.

IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"

Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos. Data de vigência 1º de janeiro de 2018.

Até o momento, com base nos estudos efetuados, a Companhia não espera impactos relevantes, entretanto, a conclusão final depende dos avanços nas análises.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos Mercantis", que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

A Companhia tem um número elevado de contratos de arrendamento como arrendatária de vários ativos, tais como equipamentos, imóveis e terrenos (onde, principalmente estão localizados os postos de serviços).

A Companhia está atualmente no processo de estimar o impacto desta nova norma em tais contratos. Nesta análise a estimativa do prazo do arrendamento é incluída, considerando o período não cancelável e os períodos adicionais cobertos, caso seja exercida a opção de estender o arrendamento para aqueles casos em que haja certeza razoável da opção da extensão do prazo, o que dependerá, em grande parte, da utilização esperada dos ativos da Companhia instalados junto aos bens arrendados.

Além do prazo do arrendamento, serão utilizadas premissas para calcular a taxa de desconto, que dependerá principalmente da taxa de financiamento incremental para os prazos estimados.

Devido à complexidade das estimativas e o elevado número de contratos, a Companhia ainda não concluiu o processo de implementação, de modo que, na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não é possível estimar de forma razoável o impacto da aplicação desta norma. No entanto, considerando o volume de contratos existentes, a Companhia estima que os impactos da implementação do IFRS 16 serão significativos sobre as suas demonstrações financeiras, incluindo o reconhecimento do direito de uso e as correspondentes obrigações em relação aos contratos que, de acordo com a norma atual são classificados como arrendamentos operacionais. Além disso, as amortizações do direito de uso dos ativos e reconhecimento de juros sobre a obrigação de arrendamento substituirão uma parte significativa do valor reconhecido como despesas na demonstração do resultado do arrendamento operacional.

3 Base de consolidação

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

As controladas e a operação em conjunto inseridas no processo de consolidação são as seguintes:

	Participação no capital - Subscrito, integralizado e votante - %	
	2015	2014
Subsidiárias e controladas (nota 11.2)		
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A.- Stratura	100,00	100,00
Operação em conjunto (nota 11.3)		
Brasil Carbonos S.A. (*)	49,00	49,00

(*) A Brasil Carbonos é consolidada no percentual de 49%.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

4.1 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como a de suas investidas, é o Real.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

4.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Estão contabilizadas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia possui expectativa de recebimento dos créditos vencidos sem constituição de perda em função de ações da política de cobrança que são desenvolvidas e também pelas garantias apresentadas pelos clientes.

4.4 Despesas antecipadas

São registradas pelo valor efetivamente pago e são apropriadas no resultado do exercício de forma linear de acordo com o prazo do contrato, ou quando não há expectativa de recuperação do valor pago.

4.5 Outros instrumentos financeiros não derivativos

São classificados da seguinte forma: ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (ativos financeiros mantidos para negociação), disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende do propósito para o qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da Companhia no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São aqueles para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo mensurados pelo custo de aquisição e, após seu reconhecimento inicial, acrescidos por juros e atualização monetária.

Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Mantidos para negociação

Estão mensurados ao valor justo no seu reconhecimento inicial e subsequente. Os juros, a atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e incluem as contas a receber, os financiamentos a receber, saldos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado,

através do método da taxa de juros efetiva, decrescidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

4.6 Estoques

Estão demonstrados da seguinte forma:

- os derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido;

- os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

4.7 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados e atualizados de acordo com a natureza das correspondentes causas. Os depósitos referentes a tributos federais são atualizados de acordo com a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Os depósitos trabalhistas são atualizados pela TR (Taxa Referencial) mais juros de 3% ao ano, e os depósitos de outras naturezas são atualizados pela TR mais juros de 6% ao ano.

4.8 Controladas, negócios em conjunto e coligada

Estão representados por investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada, constituídas sob a forma de capital fechado.

Controladas

Nas demonstrações individuais, os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Negócios em conjunto

O negócio em conjunto pode ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes e dos fatos e circunstâncias relacionados ao negócio.

Os resultados, os ativos e os passivos dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações individuais e consolidadas.

A Companhia reconhece a sua parcela nas receitas e despesas, bem como dos ativos e passivos detidos na operação em conjunto, nas demonstrações consolidadas. Nas demonstrações individuais a Companhia reconhece o seu investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Coligada

O investimento na coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

4.9 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção e é depreciado pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens, informadas na nota 12.1. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos anualmente. Em 2015, ocorreram alterações nas vidas úteis, conforme nota 4.20.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de escritórios, fábricas, edificações, benfeitorias e ativos em construção.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado (nota 4.11).

4.10 Intangível

É representado pelos gastos com direitos e concessões, *goodwill* e *softwares*.

A amortização, pelo método linear, tem base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens.

A amortização do ativo intangível representado pela concessão de Gás Natural do Estado do Espírito Santo ocorre pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043. Vide nota 13.2 para informações adicionais sobre o prazo da referida concessão.

Os custos de manutenção de *softwares* são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos *softwares* são reconhecidos como intangível quando são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros para a Companhia.

O *goodwill* resultante da aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis (nota 13).

4.11 Redução ao valor recuperável de ativos - "*Impairment*"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. Considerando as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação no teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, que são resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

O *goodwill* tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

O teste anual do *goodwill* é feito com base em premissas relacionadas ao plano estratégico e estimativas de fluxos de caixa futuros da Companhia, projetados para os anos de 2016 a 2030, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 6,4% (5,3% em 2014).

O teste de *impairment* foi realizado e com base nas análises da Administração, foram identificados ajustes para redução ao valor recuperável dos saldos dos ativos da Companhia (nota 12).

4.12 Arrendamentos mercantis

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. O passivo é inicialmente reconhecido pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento mercantil, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando a Companhia é arrendadora, um contas a receber de clientes é constituído por valor correspondente ao investimento líquido da taxa de juros implícita no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida no ativo ou no passivo, considerando os saldos de cada uma das empresas consolidadas (nota 19). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo são compensados quando há a previsão legal de compensar os impostos ativos correntes com os impostos passivos correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal.

4.14 Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

São registradas tendo como base as melhores estimativas disponíveis para o risco envolvido.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos no balanço, porém são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível (nota 27.2).

4.15 Financiamentos

Estão reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização são reduzidos pelas receitas financeiras decorrentes do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

4.16 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

São contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos no curso normal do negócio e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

4.17 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) em outros resultados abrangentes, as remensurações, que não são reclassificadas para o resultado do exercício em períodos futuros.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem:
i) ganhos e perdas atuariais; ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; e iii) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (*asset ceiling*), excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

As premissas atuariais incluem: estimativas biométricas e financeiras, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

A Companhia também contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado.

4.18 Adiantamentos de clientes

Correspondem às obrigações contratuais decorrentes de antecipações recebidas dos clientes para futura entrega de produtos e para constituição do fundo de *marketing.*

Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando da efetiva entrega dos produtos.

O fundo de *marketing* consiste na constituição de um fundo formado pela contribuição dos postos revendedores, onde cada revendedor se beneficia de todas as ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

Os valores do fundo são realizados por meio dos pagamentos das ações de *marketing*, não sendo registrados em resultado.

4.18.1 Programa Petrobras Premmia

O Petrobras Premmia – Programa de fidelidade da Companhia, é um dos principais programas que são custeados pelos recursos disponíveis no fundo de *marketing*.

Esses recursos são utilizados para comprar lotes promocionais de diversas naturezas (milhas aéreas, eventos, produtos, entre outros) que são disponibilizados aos participantes do plano, sempre limitado a quantidade ofertada.

A Companhia por conta do programa, poderá também celebrar parcerias com outras empresas, em virtude das quais os participantes poderão obter descontos na aquisição de bens e/ou serviços oferecidos por estas.
Em nenhum caso, a Companhia responderá perante os participantes pelo cumprimento das obrigações assumidas por tais empresas nas parcerias mencionadas no item anterior.

As parcerias do Programa Petrobras Premmia, poderão ser extintas ou suspensas pela Companhia, a seu exclusivo critério, independentemente de prévio aviso aos participantes.

Os parceiros do programa são responsáveis pelos produtos e/ou serviços que por eles sejam disponibilizados para resgate.

4.19 Capital social e remuneração ao acionista

O capital social está representado por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios atendem aos limites definidos no Estatuto Social da Companhia e são reconhecidos como passivo.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos no passivo e tem o mesmo tratamento dos dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.20 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A Companhia comercializa combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, gás natural e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da sociedade controladora Petrobras e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, termoelétricas, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

4.21 Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva.

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros.
Não há transferências entre as áreas de negócio.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas nas seguintes áreas:

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Grandes Consumidores

Comercializa combustíveis, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Produtos de Aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

4.22 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A seguir, são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

a) Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas financeiras e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos cinco anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 20.

b) Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota 27.

c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia reconhece as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou recuperação judicial. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

d) Vida útil dos ativos

A Companhia reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os métodos de depreciação e amortização são revistos anualmente.

Em 2015, a Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis, tendo como base laudos de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações:

Ativo	Tempo estimado de vida útil (em anos)	Antigo	Novo
Imobilizado	Edificações e Benfeitorias	10 a 47	25 a 60
	Equipamentos e outros bens	5 a 30	4 a 25
	Distribuição - bombas	9	15
	Distribuição - tanques	25	20
Intangível	*Softwares*	5	4

Os efeitos da alteração das estimativas da vida útil desses ativos foram reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2015, aumentando as despesas anuais de depreciação de 2015 em R$24 e de amortização em R$ 6.

4.22.1 Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 2.3, a Companhia realizou baixas contábeis de R$ 23 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a Companhia desenvolveu uma metodologia descrita na nota explicativa 2.3. A Companhia admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a Companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Entretanto, como já discutido, a Companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos	609	543	607	533
Aplicações financeiras	201	199	-	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	**810**	**742**	**607**	**533**

6 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Mantidos até o vencimento	**9**	**23**	**9**	**23**
Cotas FIDC - FCM	-	18	-	18
NTN-P	9	5	9	5
Disponíveis para venda	**19**	**-**	**19**	**-**
Cotas FIDC - FCM	19	-	19	-
Total	**28**	**23**	**28**	**23**

7 Contas a receber, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Partes relacionadas				
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 18.2)	2.766	419	2.711	416
Setor elétrico - Sistema isolado (nota 7.2)	8.528	6.289	8.528	6.289
Clientes governo federal	124	99	124	99
Empresas do Sistema Petrobras, exceto do setor elétrico - sistema isolado	306	448	391	526
Total partes relacionadas (notas 18.1.1 e 18.2)	**11.724**	**7.255**	**11.754**	**7.330**
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber (a)	6.699	7.022	6.604	6.938
Setor elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 7.2)	1.216	1.037	1.216	1.037
Total terceiros	**7.915**	**8.059**	**7.820**	**7.975**
Total das contas a receber (nota 7.1)	**19.639**	**15.314**	**19.574**	**15.305**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				
Terceiros	(2.664)	(2.220)	(2.659)	(2.213)
Partes relacionadas	(2.655)	(180)	(2.655)	(180)
Total das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(5.319)**	**(2.400)**	**(5.314)**	**(2.393)**
Contas a receber - líquidas	**14.320**	**12.914**	**14.260**	**12.912**
Contas a receber (circulante), líquidas	8.114	6.863	8.098	6.896
Contas a receber (não circulante), líquidas	6.206	6.051	6.162	6.016

	Consolidado		Controladora	
Mutação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Saldo inicial	**(2.400)**	**(1.291)**	**(2.393)**	**(1.280)**
Adições	(3.211)	(1.180)	(3.210)	(1.180)
Baixas	7	71	7	67
Reversões	285	-	282	-
Saldo final	**(5.319)**	**(2.400)**	**(5.314)**	**(2.393)**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(2.303)	(1.384)	(2.298)	(1.377)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(3.016)	(1.016)	(3.016)	(1.016)

(a) Inclui saldo de financiamentos a receber (R$ 881 em 2015 e R$ 909 em 2014) – nota 7.4.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do exercício, no montante de R$2.919 (R$ 1.109 em 31 de dezembro de 2014), sendo R$ 2.921 na Controladora (R$ 1.113 em 31 de dezembro de 2014), foram reconhecidas nas despesas de vendas (nota 24).

7.1 Composição dos saldos de contas a receber – vencidos e a vencer

Em 31 dezembro de 2015, as contas a receber de clientes vencidas totalizam R$ 5.516 (R$ 5.464 na Controladora), das quais R$ 4.076 (R$ 4.071 na Controladora) encontram-se provisionadas para perdas. Do saldo de contas a receber de clientes a vencer, R$1.243 (R$ 1.243 na Controladora) estão provisionados para perda.

	Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	888	260	628	1.163	274	889
De 3 a 6 meses	357	236	121	261	146	115
De 6 a 12 meses	2.248	1.939	309	264	169	95
Acima de 12 meses	2.023	1.641	382	2.031	1.706	325
Total	**5.516**	**4.076**	**1.440**	**3.719**	**2.295**	**1.424**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	11.357	1.243	10.114	11.176	105	11.071
FIDC	2.766	-	2.766	419	-	419
Total	**19.639**	**5.319**	**14.320**	**15.314**	**2.400**	**12.914**

	Controladora					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	882	260	622	1.153	274	879
De 3 a 6 meses	351	236	115	260	146	114
De 6 a 12 meses	2.244	1.939	305	261	169	92
Acima de 12 meses	1.987	1.636	351	1.994	1.699	295
Total	**5.464**	**4.071**	**1.393**	**3.668**	**2.288**	**1.380**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	11.399	1.243	10.156	11.221	105	11.116
FIDC	2.711	-	2.711	416	-	416
Total	**19.574**	**5.314**	**14.260**	**15.305**	**2.393**	**12.912**

7.2 Composição – Setor elétrico (Sistema isolado)

	Consolidado					
	2015			2014		
	A vencer	Vencido	Total	A vencer	Vencido	Total
Contas a receber						
Sistema Eletrobras	5.943	2.500	8.443	5.793	410	6.203
Sistema Petrobras	-	85	85	-	86	86
Terceiros	801	415	1.216	71	966	1.037
	6.744	3.000	9.744	5.864	1.462	7.326
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa						
Setor elétrico - empresas do Sistema Eletrobras	(351)	(2.285)	(2.636)	(167)	(13)	(180)
Setor elétrico - terceiros	(780)	(314)	(1.094)	(55)	(865)	(920)
	(1.131)	(2.599)	(3.730)	(222)	(878)	(1.100)
Total	**5.613**	**401**	**6.014**	**5.642**	**584**	**6.226**
Partes relacionadas	5.592	300	5.892	5.626	483	6.109
Terceiros	21	101	122	16	101	117

7.3 Contas a receber de clientes – Setor elétrico

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Adições	Recebimentos	Reversão	Atualização Monetária	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)						
Amazonas Distribuidora de Energia	4.508	2.503	(1.589)	-	519	5.941
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	1.185	1.354	(750)	-	122	1.911
Centrais Elétricas do Norte - ELETRONORTE	126	259	(380)	-	-	5
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	215	193	(117)	-	31	322
Eletrobras Roraima (Boa Vista Energia S.A.)	169	156	(81)	-	20	264
Total Contas a receber do Sistema Eletrobrás	6.203	4.465	(2.917)	-	692	8.443
(-) PECLD	(180)	(2.582)	-	126	-	(2.636)
Contas a Receber líquido do Sistema Eletrobrás	6.023	1.883	(2.917)	126	692	5.807
Partes relacionadas (Sistema Petrobras)						
Breitener Jaraqui	48	1	-	-	-	49
Breitener Tambaqui	23	-	-	-	-	23
Manauara	15	-	(2)	-	-	13
Total Contas a receber do Sistema Petrobras	86	1	(2)	-	-	85
(-) PECLD	-	-	-	-	-	-
Contas a Receber líquido do Sistema Petrobras	86	1	(2)	-	-	85
Terceiros						
Alcoa World Alumina Brasil LTDA	14	81	(73)	-	-	22
Amapari Energia	14	-	-	-	-	14
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	210	362	(430)	-	14	156
Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT	1	10	(10)	-	-	1
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	590	131	(44)	-	150	827
Cia de Energia de Pernambuco - CELPE	1	6	(7)	-	-	-
Cia de Energia de Roraima - CER	37	24	(14)	-	-	47
Geradora de Energia do Amazonas - GERA	35	57	(74)	-	-	18
Rio Amazonas Energia - RAESA	135	33	(37)	-	-	131
Total Contas a Receber de Terceiros	1.037	704	(689)	-	164	1.216
(-) PECLD	(920)	(413)	-	239	-	(1.094)
Contas a Receber líquido Terceiros	117	291	(689)	239	164	122
Total do Contas a receber	7.326	5.170	(3.608)	-	856	9.744
(-) PECLD	(1.100)	(2.995)	-	365	-	(3.730)
Total do Contas a receber líquido	6.226	2.175	(3.608)	365	856	6.014
Circulante						
Total do contas a receber	782					1.012
(-) PECLD	(84)					(714)
Não circulante						
Total do contas a receber	6.544					8.732
(-) PECLD	(1.016)					(3.016)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía recebíveis do setor elétrico referentes ao fornecimento de óleo combustível e óleo diesel para usinas de geração termoelétrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e Produtores Independentes de Energia (PIEs) localizados na região Norte do País, pelo montante total de R$9.744 (R$7.326 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R$8.732 (R$6.544 em 31 de dezembro de 2014) foram classificados no ativo não circulante.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Contudo, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à Companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica.

Em 2013, uma nova legislação introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados. A cobertura dos subsídios passou a ocorrer por meio do fundo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e não somente por arrecadação direta de quotas da CCC. Com isto, o Tesouro Nacional deveria efetuar aportes para cobertura das despesas que antes eram supridas unicamente pela CCC. Estes aportes, no entanto, se mostraram insuficientes frente ao montante necessário para a cobertura dos custos de geração térmica dos sistemas isolados da Região Norte.

A partir de 2013, o fluxo de pagamento antes existente envolvendo repasse dos recursos da CCC, que já era insuficiente para cobrir os custos de aquisição dos combustíveis, reduziu significativamente. Com o crescente aumento dos débitos das térmicas do sistema isolado, a Companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIEs, empresas privadas e controladas da Eletrobras. Diante do cenário e com a participação direta do Ministério das Minas e Energia, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras celebraram contratos de confissão de dívida no montante de R$ 5.344 (R$ 5.194 refere-se à parcela da Companhia e R$ 150 refere-se à parcela da Petrobras), abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela taxa SELIC, com pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015. Esta confissão encontra-se adimplente em 31 de dezembro de 2015.

Parte da confissão de dívida foi garantida por penhor de créditos no montante de R$5.233 (R$126 referentes a títulos endossados pela Petrobras) oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, cuja finalidade é prover recursos para os dispêndios da CCC referentes à geração de energia no sistema isolado, entre outras.

A garantia real de créditos da CDE se deu em função do reconhecimento, em fevereiro de 2015, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), dos créditos decorrentes do reembolso de custos de combustíveis relacionados ao atendimento do serviço público de distribuição de energia elétrica no sistema isolado.

A partir do início de 2015, com a mudança legal e a introdução da nova política tarifária para o setor elétrico, incluindo aumentos já praticados no primeiro trimestre, esperava-se um maior equilíbrio financeiro das empresas do setor e, por conseguinte, a redução da inadimplência relativa ao fornecimento de combustíveis a partir do segundo trimestre, o que de fato não ocorreu. Em função do tempo necessário para que o aumento das contas de energia elétrica dos consumidores finais das distribuidoras de energia elétrica proporcione o equilíbrio financeiro dessas empresas, o fluxo de recomposição de recursos da CCC está ocorrendo de forma mais lenta, o que vem atrasando os reembolsos pelos custos de aquisição dos combustíveis fornecidos pela Companhia e agravando a inadimplência destes clientes.

Com a publicação em 1º de setembro de 2015 da Resolução Normativa nº 679, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), esperava-se uma maior celeridade na liberação dos recursos, devido à possibilidade de pagamento direto pela CCC à Companhia, relativo ao fornecimento de combustíveis realizado no mês imediatamente anterior e limitado a 75% da média dos desembolsos da CCC dos três últimos meses, o que efetivamente não ocorreu, agravando a inadimplência destes clientes perante a Companhia.

A Companhia esperava concluir a assinatura dos contratos de confissão de dívida e a celebração de novos contratos de penhor em garantia de créditos oriundos da CDE, com base na autorização governamental para a repactuação de dívida da CDE com empresas credoras da CCC, considerando as dívidas vencidas no período de 1º de dezembro de 2014 a 30 de junho de 2015. Contudo, dado o insucesso em concluir tais negociações no prazo esperado, a Companhia reconheceu uma provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD), no resultado do 4º trimestre de 2015, no montante de R$ 1.703, equivalente às garantias em negociação

Diante do exposto e com base no julgamento da Administração, a Companhia reconheceu, no resultado de 2015, provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 2.630 (R$ 1.096 em 2014).

As negociações com a Eletrobrás para obtenção de novas garantias reais estão mantidas, assim como as medidas restritivas para evitar o crescimento da inadimplência, como, por exemplo, o fornecimento de produtos na modalidade de pagamento antecipado, salvo quando impedida judicialmente.

Conforme mencionado na nota 30 de eventos subsequentes às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2017, aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339 milhões.

Na mencionada operação não foram compreendidos os recebíveis detidos pela Companhia decorrentes dos fornecimentos de produtos posteriores a novembro de 2014, cujos valores encontram-se 100% provisionados.

7.4 Financiamentos a receber - ressarcíveis

Os financiamentos ressarcíveis a receber (Controladora), no montante de R$ 881 (R$ 909 em 2014), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros correspondem, principalmente, à variação do IGP-M (Índice Geral de Preço Médio) ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês, e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

7.5 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP")

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras é destinado, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios "performados" e/ou "não performados" de operações realizadas por controladas do Sistema Petrobras.

As subsidiárias do Sistema Petrobras têm 100% de cotas seniores do FIDC-NP e, historicamente, todas as solicitações de resgates das subsidiárias foram atendidas.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	251	284	251	284
Óleo diesel	1.060	989	1.060	989
Óleo combustível	208	215	208	215
Outros	569	541	569	542
Biocombustíveis	512	255	512	255
	2.600	2.284	2.600	2.285
Outros produtos	243	322	234	312
Total	**2.843**	**2.606**	**2.834**	**2.597**

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 é de R$242 (R$312 em 2014).

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 2015 e 2014.

Os produtos para venda reconhecidos no resultado e incluídos no custo das vendas totalizaram R$89.631 (R$90.822 em 2014).

9 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Fiscais	577	690	557	672
Trabalhistas	127	104	127	104
Cíveis	86	68	86	68
Ambientais	8	9	8	8
Totais	**798**	**871**	**778**	**852**

10 Despesas antecipadas

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	2.142	1.712	2.142	1.712
Aluguéis	205	148	205	148
Outros	24	10	24	10
	2.371	**1.870**	**2.371**	**1.870**
Circulante	498	380	498	380
Não circulante	1.873	1.490	1.873	1.490

As bonificações antecipadas concedidas a clientes correspondem à parcela disponibilizada em espécie e em produtos realizada sob condições pré-estabelecidas com os clientes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis, proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado como redução da receita bruta o montante de R$412 (R$348 em 2014) no Consolidado e na Controladora (nota 22).

11 Investimentos

11.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Controladas		Negócios em conjunto					Coligada
			Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto				
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM (*)	Stratura	Brasil Carbonos	CDGN (**)	Brasil Supply (**)	Energética Camaçari Muricy II	Pecém Energia	BRF Biorefinos (**)
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	193	1	17	6	-	-	-	23
Outros ativos circulantes	86	134	6	14	64	-	-	1
Ativo realizável a longo prazo	599	110	11	3	3	-	-	-
Investimentos	-	-	-	8	-	-	-	-
Imobilizado	339	15	103	59	736	-	-	20
Intangível	-	1	-	-	3	-	-	-
	1.217	**261**	**137**	**90**	**806**	**-**	**-**	**44**
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	82	11	14	11	57	-	-	-
Outros passivos circulantes	133	123	5	12	56	1	1	-
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	994	-	36	16	613	-	-	-
Outros passivos não circulantes	56	3	-	3	76	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(48)	124	82	48	4	(1)	(1)	44
	1.217	**261**	**137**	**90**	**806**	**-**	**-**	**44**
Resultados								
Receita operacional líquida	3	306	50	96	90	-	-	-
Lucro/(prejuizo) líquido do exercício	(16)	4	10	-	(64)	(1)	(1)	(2)
Percentual de participação - %	99,01%	100,00%	49,00%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	49,00%

(*) Cotas.
(**) Posição: 30.11.2015

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

A Companhia possui compromissos de efetuar aportes de capital em suas investidas, quando acordado com os demais sócios.

11.2 Descrição das atividades das controladas

(a) Fundo de Investimento Imobiliário – FII FCM

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

Por determinação regulatória, o FII FCM não pode conceder empréstimos ou adiantamentos a seus quotistas.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

(b) Stratura Asfaltos S.A. – Stratura

Tem como atividades preponderantes a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, óleos lubrificantes, graxas, além da prestação de serviços administrativos e técnicos, inclusive de pavimentação e outros correlacionados.

As matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo são adquiridas, principalmente, da sociedade controladora Petrobras.

A Stratura está sujeita a eventuais restrições expedidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento que se manifesta sobre o pleito das empresas estatais, no que se refere à política salarial, aprovação e eventuais modificações nos planos de previdência dessas empresas e seu quantitativo de empregados.

11.3 Descrição da operação em conjunto

Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada.

A participação na Brasil Carbonos permite à Companhia desempenhar o papel de operador logístico de coque verde de petróleo para o Sistema Petrobras. O produto industrializado, beneficiado e armazenado pela Brasil Carbonos é distribuído às refinarias do Sistema Petrobras.

Os serviços da Brasil Carbonos são prestados em sua totalidade à Companhia. Há contrato com cláusula de *take or pay* para os serviços prestados na planta de Taubaté/SP. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 23.520 mil toneladas de coque verde de petróleo até dezembro de 2032.

11.4 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controlada (*)	Negócio em conjunto			Coligada			
		Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto					
	Stratura	Brasil Carbonos (**)	CDGN	Brasil Supply	BRF Biorefinos	Outros investimentos	2015	2014
No início do exercício	121	61	23	-	21	1	227	191
Aquisição e aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	28
Equivalência patrimonial	4	4	1	1	-	-	10	13
Dividendos	(1)	-	-	-	-	-	(1)	(4)
Amortização de mais valia de ativos	-	(1)	-	-	-	-	(1)	(1)
Outros	-	-	-	(1)	-	-	(1)	-
No fim do exercício	**124**	**64**	**24**	**-**	**21**	**1**	**234**	**227**

*O saldo da participação no FII FCM em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é zero devido ao reconhecimento dos prejuízos excedentes ao investimento nessas participações, de R$16 em 2015 (R$7 em 2014) no passivo.

**Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R$28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em dezembro de 2015, o saldo de R$23 está classificado no imobilizado no Consolidado.

12 Imobilizado

12.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	**Equipamentos e Outros Bens**	**Ativos em Construção**	**Total**
Saldo em 1° de janeiro de 2014	**2.242**	**1.787**	**1.482**	**5.511**
Adições	20	328	520	868
Baixas	(5)	(3)	-	(8)
Depreciações	(104)	(253)	-	(357)
Transferências	565	50	(615)	-
Juros capitalizados	-	-	79	79
Outros	-	11	(4)	7
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.718**	**1.920**	**1.462**	**6.100**
Adições	17	213	436	666
Baixas	(2)	(43)	-	(45)
Depreciações	(140)	(285)	-	(425)
Transferências	768	281	(1.049)	-
Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	(297)	-	(1)	(298)
Juros capitalizados	-	-	29	29
Outros	7	-	5	12
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.071**	**2.086**	**882**	**6.039**
Custo	3.474	4.282	1.462	9.218
Depreciação	(756)	(2.362)	-	(3.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.718**	**1.920**	**1.462**	**6.100**
Custo	3.968	4.710	882	9.560
Depreciação	(897)	(2.624)	-	(3.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.071**	**2.086**	**882**	**6.039**
Tempo de vida útil estimado	4 a 60 anos (*)	4 a 30 anos		

(*) Exceto Terrenos

	Controladora			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2014	**2.189**	**1.743**	**710**	**4.642**
Adições	19	326	454	799
Baixas	(4)	(4)	-	(8)
Depreciações	(103)	(250)	-	(353)
Transferências	244	50	(294)	-
Outros	326	12	(13)	325
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.671**	**1.877**	**857**	**5.405**
Adições	17	210	425	652
Baixas	(2)	(42)	-	(44)
Depreciações	(140)	(282)	-	(422)
Transferências	464	280	(744)	-
Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	(297)	-	(1)	(298)
Outros (**)	312	-	5	317
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.025**	**2.043**	**542**	**5.610**
Custo	3.423	4.221	857	8.501
Depreciação	(752)	(2.344)	-	(3.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.671**	**1.877**	**857**	**5.405**
Custo	3.918	4.646	542	9.106
Depreciação	(893)	(2.603)	-	(3.496)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.025**	**2.043**	**542**	**5.610**
Tempo de vida útil estimado	25 a 60 anos (*)	4 a 25 anos		

(*) Exceto Terrenos

(**) Em maio de 2015, a Companhia incorporou ao seu imobilizado a Base Cruzeiro do Sul, situada no Estado do Acre, que foi construída pelo FII FCM. Com a conclusão das obras e obtenção das licenças necessárias para operação, o imobilizado foi transferido para a Companhia e reconhecido como direito de uso de edificações e direito de uso de terrenos, no montante de R$304, em razão do contrato de arrendamento mercantil financeiro celebrado entre as partes.

Parte do imobilizado da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O montante de R$25 (R$ 21 em 2014) foi dado como garantia em processos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Os ativos em construção do Consolidado referem-se, substancialmente, a benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros.

O imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R$454 (R$ 471 em 31 de dezembro de 2014).

Em dezembro de 2015, a Companhia reconheceu perda por desvalorização dos direitos de uso da base BASUL II no montante de R$298. Essa perda foi reconhecida, pelo fato da base operar significativamente abaixo de sua capacidade instalada, em função da perda das vendas no Estado do Acre.

12.2 Depreciação

A depreciação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está assim apresentada:

	Consolidado (*)		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Custo dos produtos vendidos	12	11	9	8
Despesas operacionais	413	346	413	345
	425	**357**	**422**	**353**

(*) Inclui amortização de mais valia de ativos da operação em conjunto Brasil Carbonos, conforme nota 11.4.

13 Intangível

13.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Direitos e Concessões	***Softwares***	**Outros**	**Total**
Saldo em 1° de janeiro de 2014	**338**	**132**	**29**	**499**
Adições	32	47	-	79
Baixas	(75)	-	-	(75)
Amortização	(23)	(23)	-	(46)
Outros	(2)	(1)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**270**	**155**	**29**	**454**
Adições	14	43	-	57
Baixas	(1)	-	-	(1)
Amortização	(11)	(35)	-	(46)
Outros	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**272**	**159**	**29**	**460**
Custo	328	340	29	697
Amortização	(58)	(185)	-	(243)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**270**	**155**	**29**	**454**
Custo	340	378	29	747
Amortização	(68)	(219)	-	(287)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**272**	**159**	**29**	**460**
Tempo de vida útil estimado - anos	5 a 33 anos	4 a 8 anos	Indefinida	

	Controladora			
	Direitos e Concessões	*Softwares*	Outros	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2014	**335**	**133**	**29**	**497**
Adições	31	47	-	78
Baixas	(75)	-	-	(75)
Amortização	(21)	(24)	-	(45)
Outros	(2)	(1)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**268**	**155**	**29**	**452**
Adições	14	43	-	57
Baixas	(1)	-	-	(1)
Amortização	(11)	(33)	-	(44)
Outros	-	(5)	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**270**	**160**	**29**	**459**
Custo	325	340	29	694
Depreciação	(57)	(185)	-	(242)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**268**	**155**	**29**	**452**
Custo	337	378	29	744
Depreciação	(67)	(218)	-	(285)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**270**	**160**	**29**	**459**
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33 anos	4 anos	Indefinida	

A amortização do exercício de R$46 (R$44 na Controladora) foi reconhecida nas despesas de vendas e nas despesas administrativas.

13.2 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043. O contrato é prorrogável por igual período, mediante manifestação expressa das partes.

A concessão prevê a prestação dos serviços de distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima e térmicas. O Governo do Estado do Espírito Santo monitora o cumprimento do contrato de concessão por meio do órgão regulador (Agencia de Serviço Público de Energia do Estado do Espírito Santo – ASPE).

Como concessionária, a Companhia está incumbida de efetuar os investimentos necessários à

prestação do serviço concedido e manter atualizado o inventario dos bens adquiridos e instalações construídas para esse fim.

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização.

Os Serviços devem ser prestados a todos os usuários que os requeiram, mediante o pagamento das tarifas vigentes, conforme as disposições regulatórias vigentes, e observados os critérios econômicos, técnicos e operacionais de instalação e ampliação da rede de distribuição – que atende aos municípios de Vitoria, Serra, Vila Velha, Cariacica, Anchieta, Viana, Aracruz, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Colatina, São Mateus e Sooretama.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, as quais estão sujeitas aos reajustes e revisões especificados no contrato de concessão.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 270 (R$ 267 em 2014). O aumento de R$ 3, no saldo, compreende os investimentos realizados ao longo do ano de 2015.

A Companhia não apura margem sobre as construções, tendo reconhecido receita e custo de construção de R$12 no exercício de 2015 (R$29 em 2014).

Em 02 de fevereiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Espírito Santo, a Lei 10.493/2016 que reconhece a extinção/nulidade do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado, por aplicação do disposto no art. 43 da Lei Federal n. 8987, de 13 de fevereiro de 1995. A Companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois o valor contábil existente em 31 de dezembro de 2015 está garantido pela indenização prevista na referida Lei.

14 Fornecedores

	Consolidado		
	Empresas do Sistema Petrobras (Nota 17.1)	**Terceiros**	**Total**
A Vencer	2.053	837	2.890
Vencidos			
Até 3 meses	1	112	113
De 3 a 6 meses	1	37	38
Mais de 6 meses	1	5	6
Em 31 de dezembro de 2015	**2.056**	**991**	**3.047**
Em 31 de dezembro de 2014	**2.179**	**989**	**3.168**

	Controladora		
	Empresas do Sistema Petrobras (Nota 17.1)	**Terceiros**	**Total**
A Vencer	2.035	831	2.866
Vencidos			
Até 3 meses	1	112	113
De 3 a 6 meses	1	37	38
Mais de 6 meses	1	5	6
Em 31 de dezembro de 2015	**2.038**	**985**	**3.023**
Em 31 de dezembro de 2014	**2.164**	**983**	**3.147**

Os saldos de fornecedores têm vencimento em até 12 meses.

15 Financiamentos

15.1 Por Instituição Financeira

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Banco Bradesco	3.258	-	3.252	-
Banco da Amazônia	215	194	215	194
Banco do Brasil	4.551	34	4.521	-
Banco IBM	91	101	90	101
CRI´s	1.075	1.038	-	-
Debêntures	3.704	-	3.704	-
	12.894	**1.367**	**11.782**	**295**

Em 14 de abril de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Brasil, no valor de R$4,5 bilhões, com vencimento final em março de 2021. Os juros do financiamento serão amortizados trimestralmente e a amortização do principal ocorrerá através do pagamento de quatro parcelas semestrais, a partir de setembro de 2019.

Os encargos incidentes sobre o financiamento são de 114,25% do CDI. A captação tem como lastro Nota (s) de Crédito à Exportação, com base no fluxo de exportação da Companhia, e o aval da Petrobras. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75.

O recurso captado foi integralmente utilizado para a amortização de parte do saldo dos mútuos mantidos com a Petrobras, no dia 14 de abril de 2015.

Em 1º de junho de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Bradesco, na modalidade de Nota(s) de Crédito à Exportação, no valor de R$ 3 bilhões e prazo de cinco anos.

Os juros do financiamento serão pagos anualmente e a amortização do principal ocorrerá através do pagamento de três parcelas iguais, ao final do 36º, 48º e 60º mês do financiamento.

Com a utilização de parte dos recursos captados com o Bradesco, a Companhia efetuou a quitação do saldo remanescente dos mútuos com a Petrobras.

Os encargos sobre o financiamento são de 118,00% do CDI. O lastro da captação é a aquisição e venda de etanol, cujos recursos serão reaplicados na compra e exportação de combustíveis. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75. A Petrobras é a avalista da operação.

Em 25 de junho de 2015, A Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco da Amazônia S.A. (BASA), na modalidade de Nota(s) de Crédito à Exportação, no valor de R$ 200 milhões e vencimento em 26/06/2017, tendo como lastro as exportações de querosene de aviação da Companhia. Os encargos incidentes, de 106,6% da CDI-over serão amortizados, juntamente com o principal, no vencimento da operação (tipo *bullet*). Não foram concedidas garantias para essa captação.

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia assinou contrato para emissão de debêntures, não conversíveis em ações, junto ao Banco Itaú BBA, no valor de R$ 3,5 bilhões, pelo prazo de cinco anos.

Os juros do financiamento serão amortizados semestralmente e a amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, ao final do contrato, em 15 de abril de 2020.

Os encargos sobre a remuneração a ser paga pelas debêntures são de 111,57% do CDI.

O lastro da captação é a aquisição de etanol. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75. A Petrobras é o garantidor da operação.

15.2 Movimentação

	Consolidado			Controladora
Não circulante	**Mercado Bancário**	**Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)**	**Total**	**Total**
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2014	305	912	1.217	277
Provisionamento de juros	8	-	8	8
Transferência de longo prazo para curto prazo	(209)	(62)	(271)	(204)
Variações monetárias e cambiais	-	118	118	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	104	968	1.072	81
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2014	33	116	149	27
Adição (entrada de novos empréstimos)	17	-	17	-
Provisionamento de juros	17	-	17	15
Amortização de principal	(33)	(10)	(43)	(17)
Amortização de juros	(19)	(108)	(127)	(17)
Transferência de longo prazo para curto prazo	209	62	271	204
Variações monetárias e cambiais	2	9	11	2
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	226	69	295	214
Saldo total em 31 de dezembro de 2014	330	1.037	1.367	295
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	104	968	1.072	81
Adição (entrada de novos empréstimos)	7.641	3.511	11.152	11.151
Provisionamento de juros	140	-	140	139
Transferência de longo prazo para curto prazo	(141)	(125)	(266)	(116)
Variações monetárias e cambiais	-	152	152	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	7.744	4.506	12.250	11.255
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	226	69	295	214
Adição (entrada de novos empréstimos)	27	-	27	-
Provisionamento de juros	670	193	863	860
Amortização de principal	(230)	(69)	(299)	(202)
Amortização de juros	(464)	(57)	(521)	(462)
Transferência de longo prazo para curto prazo	141	125	266	116
Variações monetárias e cambiais	1	12	13	1
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	371	273	644	527
Saldo total em 31 de dezembro de 2015	8.115	4.779	12.894	11.782

	Consolidado		Controladora	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Circulante				
Endividamento de curto prazo	12	-	-	-
Parcela circulante do endividamento de longo prazo	108	273	17	202
Juros sobre financiamento	524	22	510	12
	644	295	527	214

15.3 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

							Consolidado	Controladora
	Até 1 ano	Mais de 1 até 2 anos	Mais de 2 até 3 anos	Mais de 3 até 4 anos	Mais de 4 até 5 anos	5 anos em diante	Total	Total
Financiamentos em Reais (R$):								
Indexados a taxas flutuantes	644	311	1.097	2.221	6.875	1.746	12.894	11.782
Taxa média dos Financiamentos em Reais	14,24%	13,18%	12,66%	11,08%	10,54%	9,93%	11,93%	12,53%
Total em 31 de dezembro de 2015	**644**	**311**	**1.097**	**2.221**	**6.875**	**1.746**	**12.894**	**11.782**
Total em 31 de dezembro de 2014	295	100	102	104	103	663	1.367	295

Os valores justos dos financiamentos são determinados, principalmente, por meio de derivados de preços observáveis de mercado (Nível 2). O valor justo dos financiamentos em 31 de dezembro de 2015 é de R$12.894.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 28.2.2.1

15.4 Garantias

A Brasil Carbonos S.A. possui imobilizados dados em garantia (alienação fiduciária), no valor de R$2 para os financiamentos captados pelo FINAME e de R$7 para os financiamentos contratados juntos ao BNDES.

16 Arrendamentos mercantis

16.1 Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui compromissos financeiros com o FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda., em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IGPM e IPCA.

Os créditos imobiliários originados nos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), pela RB Capital Securitizadora S.A.. Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, administrado pela BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na CETIP.

A Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos aos clientes Suzano Papel e Celulose S.A. e Fiat Automóveis Ltda. O saldo a receber gerado pelo arrendamento a esses clientes totaliza R$28 (nota 28.3.3).

16.2 Arrendamentos mercantis operacionais

Em 2015, a Companhia pagou um montante de R$305 (R$295 em 2014) pelos compromissos contratuais de arrendamentos operacionais, sendo R$198 referente a parcelas fixas e R$107 referente a parcelas variáveis.

A estimativa de desembolsos para os próximos exercícios está assim apresentada:

	Consolidado	Controladora
2016	155	155
2017 - 2020	366	366
2021 em diante	298	298
	819	**819**

17 Adiantamento de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Fundos de *marketing* (a)	132	56	132	56
Adiantamentos de clientes	276	267	222	263
Outros	16	19	15	19
	424	**342**	**369**	**338**

(a) Adiantamentos recebidos de clientes conveniados, tais como revendedores, franqueados e parceiros comerciais, para uso em ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

18 Partes relacionadas

18.1 Transações comerciais e outras operações

18.1.1 Por operação

		Consolidado					
		31.12.2015					
			Ativo			Passivo	
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas, principalmente de vendas	8.200						
Variações monetárias e cambiais liquidas	664						
Receitas (despesas) financeiras liquidas	(821)						
Ativo							
Contas a receber, principalmente por vendas		927	8.031	8.958			
Títulos e valores mobiliários		-	9	9			
Caixa e equivalentes de caixa		419	-	419			
Depósitos judiciais		-	594	594			
Passivo							
Fornecedores (Nota 14)					2.056	-	2.056
Dividendos					616	-	616
Financiamentos					66	4.700	4.766
Adiantamento de clientes					121	-	121
Em 31.12.2015	**8.043**	**1.346**	**8.634**	**9.980**	**2.859**	**4.700**	**7.559**
Em 31.12.2014	**10.824**	**1.637**	**6.264**	**7.901**	**9.408**	**22**	**9.430**

		Controladora					
		31.12.2015					
			Ativo			Passivo	
		Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado								
Receitas, principalmente de vendas		8.224						
Variações monetárias e cambiais liquidas		563						
Receitas (despesas) financeiras liquidas		(821)						
Ativo								
Contas a receber, principalmente por vendas			1.012	8.031	9.043			
Titulos e valores mobiliários			-	9	9			
Caixa e equivalentes de caixa			409	-	409			
Depósitos judiciais			-	574	574			
Passivo								
Fornecedores (Nota 14)						2.038	-	2.038
Dividendos						616	-	616
Financiamentos						37	4.699	4.736
Adiantamento de clientes						121	-	121
Arrendamentos mercantis financeiros						83	599	682
	Em 31.12.2015	**7.966**	**1.421**	**8.614**	**10.035**	**2.895**	**5.298**	**8.193**
	Em 31.12.2014	**10.792**	**1.700**	**6.245**	**7.945**	**9.421**	**370**	**9.791**

As compras efetuadas da Petrobras totalizaram R$75.140 (R$78.563 em 2014). As transações com partes relacionadas são realizadas em termos e condições comerciais definidas entre as partes.

18.1.2 Por empresa

Consolidado

	Resultado		Ativo				Passivo			
			31.12.2015			31.12.2014	31.12.2015			31.12.2014
	2015	2014	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico (Sistema Eletrobras)										
Empresas do setor elétrico (Sistema Eletrobras)	5.157	5.471	497	7.946	8.443	6.203	42	-	42	-
Petrobras	1.776	1.837	240	-	240	260	2.588	-	2.588	8.947
Arembepe (*)	39	547	-	-	-	68	-	-	-	-
Camaçari Muricy (*)	32	482	-	-	-	60	-	-	-	-
Termocabo	113	176	16	-	16	25	-	-	-	-
Transpetro	47	44	9	-	9	13	4	-	4	6
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	12	13	7	-	7	3	7	-	7	16
Outras	148	232	12	85	97	99	58	-	58	41
	7.324	8.802	781	8.031	8.812	6.731	2.699	-	2.699	9.010
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	540	1.151	19	-	19	-	1	-	1	7
Braskem	101	209	1	-	1	4	2	-	2	2
Guarani S.A.	72	61	1	-	1	2	11	-	11	23
Outras coligadas	26	23	1	-	1	-	1	-	1	-
	739	1.444	22	-	22	6	15		15	32
Entidades governamentais										
Titulos governamentais	5	1	-	9	9	5	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(476)	43	419	594	1.013	1.060	66	4.700	4.766	228
Clientes - Governo	451	534	124	-	124	99	79	-	79	160
	(20)	578	543	603	1.146	1.164	145	4.700	4.845	388
	8.043	**10.824**	**1.346**	**8.634**	**9.980**	**7.901**	**2.859**	**4.700**	**7.559**	**9.430**

	Resultado		Ativo				Passivo			
			31.12.2015			31.12.2014	31.12.2015			31.12.2014
	2015	2014	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico (Sistema Eletrobras)										
Empresas do setor elétrico (Sistema Eletrobras)	5.156	5.471	497	7.946	8.443	6.203	42	-	42	-
Petrobras	1.776	1.837	239	-	239	257	2.563	-	2.563	8.925
Termocabo	113	176	16	-	16	25	-	-	-	-
Arembepe (*)	39	547	-	-	-	68	-	-	-	-
Camaçari Muricy (*)	32	482	-	-	-	60	-	-	-	-
Transpetro	47	44	9	-	9	13	4	-	4	6
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	12	15	7	-	7	3	7	-	7	16
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(101)	(39)	82	-	82	81	86	599	685	412
Outras	173	238	16	85	101	102	62	-	62	46
	7.247	8.771	866	8.031	8.897	6.812	2.764	599	3.363	9.405
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	540	1.151	19	-	19	-	1	-	1	7
Braskem	101	209	1	-	1	4	2	-	2	2
Guarani S.A.	72	61	1	-	1	2	11	-	11	23
Outras coligadas	26	23	1	-	1	-	1	-	1	-
	739	1.444	22	-	22	6	15	-	15	32
Entidades governamentais										
Titulos governamentais	4	1	-	9	9	5	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(475)	42	409	574	983	1.023	37	4.699	4.736	194
Clientes - Governo	451	534	124	-	124	99	79	-	79	160
	(20)	577	533	583	1.116	1.127	116	4.699	4.815	354
	7.966	**10.792**	**1.421**	**8.614**	**10.035**	**7.945**	**2.895**	**5.298**	**8.193**	**9.791**

(*) Incorporadas pela Petrobras em 2015.

18.2 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados – FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber (nota 7)	2.766	419	2.711	416
Total classificado no ativo circulante	**2.766**	**419**	**2.711**	**416**
Cessões de direitos performados e não performados	(24)	(404)	-	(380)
Total classificado no passivo circulante	**(24)**	**(404)**	**-**	**(380)**
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Receita financeira FIDC-NP	139	57	139	57
Despesa financeira FIDC-NP	(61)	(283)	(59)	(283)
Resultado financeiro	**78**	**(226)**	**80**	**(226)**

As cessões de direitos creditórios performados e não performados estão classificadas no passivo circulante. A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC NP Petrobras é de 100,5% do CDI; não há IOF e IR na operação.

18.3 Compromissos contratuais - Petrobras

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras para o período de 2016 a 2025 de aproximadamente 6,8 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total restante estimado de R$ 4,6 bilhões.

18.4 Mútuo

O financiamento captado com o Banco do Brasil e parte do montante captado com o Bradesco (nota 15.1) foram utilizados para a quitação do saldo dos mútuos mantidos com a Petrobras no montante de R$6.950, sendo R$6.186 do principal e R$764 de juros. O pagamento do mútuo foi efetuado nos dias 14 de abril de 2015 (R$4.492) e 1° de junho de 2015 (R$2.458).

Em 2015, não foram celebrados novos contratos de mútuo entre a Companhia e a Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2015, não há mútuos e garantias concedidos pela Companhia às suas investidas.

18.5 Remuneração de dirigentes e empregados

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus dirigentes e empregados.

As remunerações de empregados, incluindo as gratificações dos ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Companhia relativas ao mês de dezembro de 2015 e 2014 foram as seguintes:

	Controladora	
Em reais	**2015**	**2014**
Remuneração por empregado		
Menor remuneração	3.126,69	3.074,85
Remuneração média	13.538,57	12.105,13
Maior remuneração	71.634,19	65.401,43
Remuneração por dirigente da Companhia (maior)	101.664,96	94.055,84
(Valores expressos em reais)		

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2015 foi de R$8.340 (R$7.142 em 2014) na Controladora e de R$13.429 (R$11.015 em 2014) no Consolidado.

No exercício de 2015, os honorários de diretores e conselheiros no Consolidado totalizaram R$ 8.937 (R$ 8.181 em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

19 Impostos e contribuições

19.1 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Ativo circulante				
ICMS	285	472	279	457
PIS/COFINS	10	5	-	1
Imposto de renda	76	3	75	-
Contribuição social	24	1	23	-
Outros impostos	29	21	28	20
	424	**502**	**405**	**478**
Ativo não circulante				
ICMS diferido	10	8	10	7
ICMS - Substituição tributária	264	175	264	175
ICMS	103	131	57	99
	377	**314**	**331**	**281**
	801	**816**	**736**	**759**

19.2 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Passivo Circulante				
ICMS	173	213	172	213
PIS/COFINS	20	16	20	16
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	34	28	34	28
Imposto de renda e contribuição social correntes	2	60	-	54
Outros	20	20	16	15
	249	**337**	**242**	**326**

19.3 Programas de Anistias Estaduais

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia liquidou débitos tributários do ICMS junto ao Estado do Espírito Santo no montante de R$ 46, por meio do Programa de Anistia instituído pela Lei nº 10.376/2015.

Em 9 de novembro de 2015, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram o termo de Ajustamento de Conduta Tributária, nos termos da Lei Estadual 7.020/2015, pelo qual a Companhia liquidou débitos referentes a autuações de ICMS no valor de R$ 99.

Em 18 de dezembro de 2015, a Companhia liquidou débitos tributários do ICMS no Distrito Federal no montante de R$ 11, por meio do Programa de Anistia instituído pela Lei nº 5.463/2015.

Nesses acordos, a Companhia reconheceu no resultado o total de R$ 177, sendo R$ 122 como despesas tributárias e R$ 55 como despesas financeiras.

19.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e exigibilidade dos passivos estão apresentados a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Natureza	Consolidado		Controladora		Fundamento para realização
	2015	2014	2015	2014	
Absorção de financiamentos condicionais	381	296	381	296	Término dos contratos de financiamento
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.362	386	1.362	386	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para processos judiciais	376	122	375	121	Julgamento das causas cuja expectativa de perda da Companhia é considerada provável
Obrigação PETROS - Futuros inativos	175	132	175	131	Conforme percentual baseado no laudo atuarial, que sofre atualização anual
Deságio de precatórios	15	14	15	14	Pela liquidação dos títulos
Arrendamentos mercantis financeiros	208	116	208	116	Pagamento dos compromissos contratuais
Receita de alienação de Certificados de Recebiveis Imobiliários (CRIs)	8	10	8	10	Pela realização da receita
Provisão perda desvalorização de ativo	102	-	102	-	A realização é pela venda ou baixa definitiva do estabelecimento
Programa de incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	33	3	33	3	Através dos pagamentos indenizatórios no momento do desligamento do funcionário
Perdas Atuariais - CPC 33	179	194	179	194	Anualmente, quando da realização de novos cálculos
Juros sobre Notas do Tesouro Nacional	(1)	(1)	(1)	(1)	Pela alienação ou resgate das Notas do Tesouro Nacional tipo "P"
Direitos de uso - arrendamentos mercantis financeiros	(222)	(124)	(222)	(123)	Realização por depreciação, alienação ou incorporação
Depreciação - revisão vidas úteis	(29)	(94)	(28)	(92)	Pela depreciação dos imobilizados (ajustes da depreciação societária em relação à dedução fiscal admitida)
Atualização de depósitos judiciais	(84)	(119)	(84)	(118)	Por ocasião do ganho da ação judicial
Outros	55	49	54	46	
	2.558	**984**	**2.557**	**983**	

(b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Consolidado							Controladora
Origem do registro do imposto de renda e contribuição social diferidos	**Imobilizado**	**Contas a receber / pagar, despesas antecipadas e empréstimos e financiamentos**	**Arrendamentos mercantis financeiros**	**Provisão para processos judiciais**	**Benefícios pós-emprego**	**Outros**	**Total**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2014	**(79)**	**252**	**6**	**95**	**144**	**(55)**	**363**	**361**
Reconhecido no resultado do exercício	(18)	430	(4)	27	21	2	458	458
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	161	-	161	161
Outros	-	-	-	-	-	2	2	3
Em 31 de dezembro de 2014	**(97)**	**682**	**2**	**122**	**326**	**(51)**	**984**	**983**
Reconhecido no resultado do exercício	168	1.061	(9)	254	44	71	1.589	1.589
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	(15)	-	(15)	(15)
Em 31 de dezembro de 2015	**71**	**1.743**	**(7)**	**376**	**355**	**20**	**2.558**	**2.557**

(c) Estimativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	2015	
	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	Controladora
Período	Ativos	Ativos
2016	674	674
2017	1.186	1.186
2018	176	176
2019	176	176
2020	81	81
2021	73	73
2022	73	73
2023 em diante	119	118
31 de dezembro de 2015	**2.558**	**2.557**

	2014	
	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	Controladora
Período	Ativos	Ativos
2015	149	149
2016	438	438
2017	105	105
2018	105	105
2019	33	33
2020	28	28
2021	21	20
2022 em diante	105	105
31 de dezembro de 2014	**984**	**983**

(d) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2015 e de 2014 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Lucro antes dos impostos	(1.935)	1.546	(1.939)	1.539
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	658	(526)	659	(523)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
• Juros sobre o capital próprio	246	190	246	190
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(147)	(92)	(147)	(94)
• Ajustes de IR e CSSL de exercícios anteriores	-	(16)	-	(16)
• Resultado de equivalência patrimonial	-	(1)	(2)	2
• Incentivos fiscais	22	25	22	25
• Outros itens	(5)	(3)	-	-
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	**774**	**(423)**	**778**	**(416)**
IR e CSLL correntes	(815)	(881)	(811)	(874)
IR e CSLL diferidos	1.589	458	1.589	458
	774	**(423)**	**778**	**(416)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	40,0%	27,4%	40,1%	27,0%

20 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos planos de pensão e saúde estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Passivo				
Planos de pensão	1.095	1.030	1.092	1.027
Planos de saúde	1.280	1.054	1.280	1.054
	2.375	**2.084**	**2.372**	**2.081**
Circulante	113	83	112	83
Não circulante	2.262	2.001	2.260	1.998

20.1 Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

(a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

A Petros tem até 31 de julho de 2016 para apresentar à Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC) suas demonstrações de 2015 e no caso de o déficit do Plano Petros superar o limite estabelecido pela Resolução nº 22/2015, aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), a Petros deverá apresentar o plano de equacionamento à PREVIC até o final de 2016 e iniciar sua execução após 60 dias contados da data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo. Conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Leis Complementares nº 108 e 109/2001, deverá ser custeado por participantes e patrocinadores, observada a proporção de suas contribuições.

Ressalte-se que o citado limite estabelecido pela Resolução nº 22/2015 corresponde à aplicação da seguinte fórmula: 1% x (prazo estimado de duração da obrigação "*duration*" subtraído de 4) x (provisão matemática, ou seja, estimativa do valor total da obrigação atuarial futura).

Em 31 de dezembro 2015, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R$371 (R$371 na Controladora), dos quais R$23 (R$23 na Controladora), de juros vencem em 2016. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos, com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Petrobras possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R$ 6.711.

As contribuições esperadas da Companhia para 2016 são de R$60 (R$60 na Controladora).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2015 é de 10,64 anos.

Conforme mencionando na nota 30 de eventos subsequentes às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015, em 26 de maio de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petros aprovou as demonstrações contábeis do exercício de 2016 com um déficit acumulado de R$ 26,7 bilhões (R$ 22,6 bilhões de déficit até o exercício de 2015). Contudo, em 19 de junho de 2017, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) publicou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Fundação Petros estabelecendo prazos para a implementação do plano de equacionamento do referido déficit, o qual iniciará ainda em 2017.

(b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2015, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R$42 (R$42 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2016, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2015 é de 29,58 anos.

20.2 Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Fundação Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de 5 anos, que são revisadas anualmente. O modelo de ALM – *Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2016 a 2020 são de: 30% a 90% em renda fixa, 6% a 45% em renda variável, 2% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 0% a 10% em investimentos estruturados e de 0% em renda variável global. Os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 60% a 90% em renda fixa, 0% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 0% a 8% em investimentos estruturados e de 0% em renda variável global.

	Consolidado					
	2015				2014	
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	**941**	**235**	**1.176**	**43%**	**1.136**	**38%**
Títulos privados	-	34	34		55	
Títulos públicos	941	-	941		866	
Outros investimentos	-	201	201		215	
Renda variável	**930**	**36**	**966**	**36%**	**1.279**	**43%**
Ações à vista	930	-	930		1.226	
Outros investimentos	-	36	36		53	
Investimentos estruturados	**-**	**211**	**211**	**8%**	**236**	**8%**
Fundos de Private Equity	-	193	193		210	
Fundos de Venture Capital	-	2	2		3	
Fundos imobiliários	-	16	16		23	
Imóveis	**-**	**232**	**232**	**9%**	**211**	**7%**
	1.871	**714**	**2.585**	**96%**	**2.862**	**96%**
Empréstimos a participantes			115	4%	106	4%
			2.700	**100%**	**2.968**	**100%**

20.3 Plano de Saúde

(a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia, Petrobras, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Biocombustível S.A., Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. – TBG e Termobahia S.A. mantêm um plano de assistência médica (AMS) que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. Sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Petrobras busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2015 é de 22,66 anos.

20.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares. Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

(a) **Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial**

	2015				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	3.919	79	1.054	5.052	5.049
Custo dos juros	499	8	135	642	642
Custo do serviço corrente	27	9	18	54	54
Contribuições de participantes	20	-	-	20	20
Benefícios pagos	(177)	(1)	(60)	(238)	(238)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência demográfica	(163)	9	(98)	(252)	(252)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(412)	(26)	234	(204)	(204)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	12	(8)	(3)	1	1
Obrigação atuarial no fim do exercício	**3.725**	**70**	**1.280**	**5.075**	**5.072**
Ativo do plano no início do exercício	2.925	43	-	2.968	2.968
Receitas de juros	374	6	-	380	380
Contribuições pagas pela empresa	55	-	-	55	55
Contribuições de participantes	20	-	-	20	20
Benefícios pagos	(177)	(1)	-	(178)	(178)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(551)	6	-	(545)	(545)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.646**	**54**	**-**	**2.700**	**2.700**

	2015				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	3.725	70	1.280	5.075	5.072
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.646)	(54)	-	(2.700)	(2.700)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	1.079	16	1.280	2.375	2.372
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	994	36	1.054	2.084	2.081
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(12)	(31)	133	90	90
(+) Custos incorridos no período	28	8	18	54	54
(-) Pagamento de contribuições	(56)	-	(60)	(116)	(116)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	125	3	135	263	263
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.079	16	1.280	2.375	2.372

	2014				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	3.369	44	736	4.149	4.147
Custo dos juros	443	5	102	550	550
Custo do serviço corrente	13	5	19	37	37
Contribuições de participantes	23	-	-	23	23
Benefícios pagos	(132)	(1)	(42)	(175)	(175)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência	215	18	150	383	383
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(233)	(6)	(137)	(376)	(376)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	221	14	226	461	460
Obrigação atuarial no fim do exercício	**3.919**	**79**	**1.054**	**5.052**	**5.049**
Ativo do plano no início do exercício	2.877	24		2.901	2.901
Receitas de juros	370	3	-	373	373
Contribuições pagas pela empresa	50	-	-	50	50
Contribuições de participantes	23	-	-	23	23
Benefícios pagos	(132)	(1)	-	(133)	(133)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(263)	17	-	(246)	(246)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.925**	**43**	**-**	**2.968**	**2.968**

	2014				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	3.919	79	1.054	5.052	5.049
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.925)	(43)	-	(2.968)	(2.968)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	994	36	1.054	2.084	2.081
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	492	20	736	1.248	1.246
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	467	8	240	715	715
(+) Custos incorridos no período	13	5	19	37	37
(-) Pagamento de contribuições	(51)	-	(42)	(93)	(94)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	73	3	101	177	177
Saldo em 31 de dezembro de 2014	994	36	1.054	2.084	2.081

(b) Componentes do custo de benefício definido

	2015				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	26	9	18	53	53
Juros líquidos sobre o passivo líquido	125	4	135	264	264
Custo líquido no exercício	151	13	153	317	317
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	5	1	2	8	8
Diretamente no resultado	76	12	58	146	146
Relativa aos inativos:	70	-	93	163	163
Custo líquido no exercício	151	13	153	317	317

	2014				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	13	5	19	37	36
Juros líquidos sobre o passivo líquido	73	2	102	177	178
Custo líquido no exercício	86	7	121	214	214
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	3	-	2	5	5
Diretamente no resultado	36	7	55	98	97
Relativa aos inativos:	47	-	64	111	112
Custo líquido no exercício	86	7	121	214	214

(c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 %. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Custos médicos	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Aumento (redução) obrigação atuarial	(319)	383	(142)	174	184	(153)
Aumento (redução) custo do serviço e juros	(20)	24	(11)	13	30	(25)

(d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2015	2014
Taxa de desconto (Real)	7,33% [1] / 7,28% [2] / 7,32% [3]	6,14% [1] / 6,20% [2] / 6,15% [3]
Inflação (IPCA)	6,87% [1] [2] [3] [4]	6,50% [1] [2] [3] [4]
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação)	14,70% [1] / 14,65% [2] / 14,69% [3]	13,04% [1] / 13,10% [2] / 13,05% [3]
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,48% [1] / 2,79% [2]	1,761% [1] / 3,77% [2]
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	8,45% [1] / 9,85% [2]	8,37% [1] / 10,52% [2]
Taxa de rotatividade do plano de saúde	0,753% a.a [5]	0,642% a.a [5]
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	14,92% a 3,70%a.a [6]	14,47% a 3,00%a.a [6]
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [1] AT-2000 Feminina suavizada em 10% [2]	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [1] AT-2000 Feminina suavizada em 10% [2]
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 [1] / Álvaro Vindas [2]	TASA 1927 [1] / Álvaro Vindas [2]
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10% [1] IAPB 1957 fraca [2]	AT-49 Masculina agravada em 10% [1] IAPB 1957 fraca [2]
Idade de entrada na aposentadoria	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos [7]	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos [7]

[1] Plano Petros Sistema Petrobras.
[2] Plano Petros 2.
[3] Plano AMS.
[4] Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 6,87% para 2016 e atingindo 3,70% de 2025 em diante.
[5] Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.
[6] Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo. Refere-se apenas a taxa da patrocinadora Petrobras.
[7] Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

(e) Perfil de vencimento da obrigação

Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal	
31/12/2016	304
31/12/2017	298
31/12/2018	291
31/12/2019	281
31/12/2020 ou posterior	3.901
	5.075

20.5 Participações nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve lucro e, dessa forma, não há provisão para pagamento de participação no resultado referente a 2015.

20.6 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV

Em outubro de 2015, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) BR 2015, visando contribuir para o alcance das metas de desempenho do Plano de Negócios e Gestão.

O período de inscrições ao PIDV encerrou em 30 de dezembro de 2015 e totalizou 345 empregados inscritos. Após a adesão, foram definidas datas de desligamento dos empregados inscritos no período de três meses compreendidos entre as datas de 25 de janeiro a 25 de abril de 2015, conforme plano de ação de gestão do conhecimento ou de sucessão gerencial inerentes aos processos e atividades em que atuam.

Os empregados que aderiram ao PIDV tinham, no mínimo, 55 anos, e estavam aposentados perante a Previdência Social em 30 de dezembro de 2015, conforme previsto no Regramento do PIDV BR 2015, podendo desistir a qualquer momento, situação em que não fariam jus ao incentivo financeiro.

O incentivo financeiro a ser pago aos empregados que se desligarem por meio do PIDV contempla dez remunerações normais somadas ao percentual de 40% do saldo de FGTS para fins rescisórios, cujo teto é R$600 mil (seiscentos mil reais) e o piso é R$200 mil (duzentos mil reais), além das vantagens legais e corporativas.

A Companhia reconheceu a provisão em 31 de dezembro de 2015, estando sujeita a alteração pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA.

A provisão referente ao PIDV está registrada no passivo circulante e representada a seguir:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**9**
Utilização por desligamento	(5)
PIDV - 2015	92
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**96**

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social realizado

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital de R$361, referente à incorporação do excedente da reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, conforme a nota 21.2.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2017, e com base nos termos dos artigos 12 e 122 da Lei 6.404/76, foi aprovada a proposta de grupamento de ações do capital social da Companhia, na proporção de 29,8521666575107:1, de forma que cada lote de 29,8521666575107 ações seja grupado em uma única ação. Também foi aprovada a alteração do artigo 4° do Estatuto Social para refletir a alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia, passando de 34.777.774.156 ações (inalterado desde 2013) para 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 6.352 e 31 de dezembro de 2014 é de R$ 5.991, totalmente subscrito e integralizado.

21.2 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2015, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pela reserva de retenção de lucros no montante de R$ 1.161, bem como os juros sobre o capital próprio declarados para a Petrobras no valor de R$ 724.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95 e alterações. Esses juros foram contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados resultando em um benefício tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R$246 (R$190 em 2014).

21.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art.7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2015, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio para a Petrobras.

Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2015	2014
Lucro líquido (prejuizo) do exercicio	(1.161)	1.123
Apropriação		
Reserva legal	-	(56)
Lucro básico para determinação dos dividendos	**(1.161)**	**1.067**
Dividendos a pagar - Registrados no passivo circulante		
Equivalentes a 0% (25% em 2014) do lucro básico	-	267
Composição dos dividendos a pagar, dividendos adicionais propostos e juros sobre o capital próprio:		
Juros sobre o capital próprio	724	557
Dividendos	-	(206)
Total de dividendos / juros sobre capital próprios distribuídos	**724**	**351**
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(108)	(84)
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	**616**	**267**
Dividendos por ação	0,53	0,23

Os dividendos serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2015 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa SELIC.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

21.5 Resultado por ação

	Controladora	
	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo)	(1.161)	1.123
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	1.165.000.000	1.165.000.000
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação	**(1,00)**	**0,96**

O lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações, anteriormente apresentado, considerando 34.777.774.156 ações ordinárias foi de R$33,38 de prejuízo em 31 de dezembro de 2015 (R$ 32,29 de lucro em 31 de dezembro de 2014).

22 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Faturamento				
Derivados de petróleo	110.067	113.635	109.690	113.184
Diesel	53.943	51.820	53.943	51.820
Gasolina	32.254	31.673	32.254	31.673
Óleo combustível	8.413	12.504	8.413	12.504
Querosene de aviação	8.983	10.952	8.983	10.952
Asfalto	1.061	1.300	684	849
Lubrificantes	2.187	2.028	2.187	2.028
Outros	3.226	3.358	3.226	3.358
Etanol	6.755	4.502	6.755	4.502
Gás natural	1.698	1.700	1.698	1.700
Outros	1.747	1.824	1.722	1.801
Juros embutidos no preço dos produtos	(568)	(386)	(568)	(386)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(412)	(348)	(412)	(348)
Bonificação por desempenho	(216)	(180)	(216)	(180)
Encargos de vendas	(21.791)	(22.219)	(21.720)	(22.120)
Receita de vendas	**97.280**	**98.528**	**96.949**	**98.153**

23 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Aluguéis e royalties	254	239	254	239
Arrendamentos operacionais	(99)	(124)	(99)	(124)
Concessão de crédito - EPASA - transação extrajudicial	(50)	-	(50)	-
Gastos com compartilhamento de custos e despesas	-	(130)	-	(130)
Gratificação	-	(58)	-	(58)
ICMS - baixa saldo credor no Estado do Amapá	(45)	-	(45)	-
Operação Lava Jato (Nota 2.3)	-	(23)	-	(23)
Participações nos lucros ou resultados	-	(61)	-	(60)
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(298)	-	(298)	-
Perdas e provisões com processos judiciais	(785)	(111)	(785)	(111)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	(92)	(157)	(92)	(157)
Planos de pensão e saúde - inativos	(163)	(111)	(163)	(111)
Receita de armazenagem conjunta	59	66	59	66
Relações institucionais e projetos culturais	(197)	(190)	(197)	(190)
Outros	(54)	59	(53)	57
	(1.470)	**(601)**	**(1.469)**	**(602)**

24 Despesas por natureza

	Consolidado											
	2015						2014					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(90.067)	-	-	-	-	(90.067)	(91.228)	-	-	-	-	(91.228)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(153)	(2.068)	(232)	143	-	(2.310)	(163)	(2.065)	(220)	103	-	(2.345)
Despesas com pessoal	(68)	(823)	(486)	(255)	-	(1.632)	(64)	(749)	(445)	(420)	-	(1.678)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(2.919)	-	-	-	(2.919)	-	(1.109)	-	-	-	(1.109)
Depreciação e amortização	(12)	(408)	(51)	-	-	(471)	(10)	(357)	(36)	-	-	(403)
Variação dos estoques	237	-	-	-	-	237	249	-	-	-	-	249
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(197)	-	(197)	-	-	-	(190)	-	(190)
Tributárias	-	-	-	58	(208)	(150)	-	-	-	(5)	(160)	(165)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(785)	-	(785)	-	-	-	(111)	-	(111)
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	-	-	(298)	-	(298)	-	-	-	-	-	-
Outras	96	(236)	(51)	(136)	-	(327)	(21)	(244)	(47)	22	-	(290)
Total	**(89.967)**	**(6.454)**	**(820)**	**(1.470)**	**(208)**	**(98.919)**	**(91.237)**	**(4.524)**	**(748)**	**(601)**	**(160)**	**(97.270)**

	Controladora											
	2015						2014					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(89.819)	-	-	-	-	(89.819)	(90.944)	-	-	-	-	(90.944)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(146)	(2.054)	(228)	143	-	(2.285)	(157)	(2.041)	(213)	103	-	(2.308)
Despesas com pessoal	(57)	(818)	(480)	(255)	-	(1.610)	(55)	(744)	(437)	(420)	-	(1.656)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(2.921)	-	-	-	(2.921)	-	(1.113)	-	-	-	(1.113)
Depreciação e amortização	(9)	(407)	(50)	-	-	(466)	(8)	(356)	(34)	-	-	(398)
Variação dos estoques	237	-	-	-	-	237	249	-	-	-	-	249
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(197)	-	(197)	-	-	-	(190)	-	(190)
Tributárias	-	-	-	58	(203)	(145)	-	-	-	(5)	(157)	(162)
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(785)	-	(785)	-	-	-	(111)	-	(111)
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	-	-	(298)	-	(298)	-	-	-	-	-	-
Outras	107	(228)	(45)	(135)	-	(301)	(14)	(235)	(50)	21	-	(278)
Total	**(89.687)**	**(6.428)**	**(803)**	**(1.469)**	**(203)**	**(98.590)**	**(90.929)**	**(4.489)**	**(734)**	**(602)**	**(157)**	**(96.911)**

25 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Despesas				
Arrendamentos mercantis financeiros	(9)	(10)	(9)	(10)
Empréstimos e financiamentos	(1.003)	(25)	(999)	(23)
FIDC	(61)	(284)	(59)	(283)
Mútuo	(354)	(410)	(354)	(410)
Outras	(170)	(73)	(169)	(70)
	(1.597)	**(802)**	**(1.590)**	**(796)**
Receitas				
Depósitos	28	31	27	29
FIDC	139	58	139	57
Juros por atraso e financiamentos de clientes	295	269	285	263
Outras	43	29	19	20
	505	**387**	**470**	**369**
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - Sistema Eletrobras	698	715	698	715
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - terceiros	164	-	164	-
Outras	24	38	24	38
	886	**753**	**886**	**753**
Passiva				
Arrendamentos mercantis financeiros	(12)	(8)	(113)	(29)
Atualização de dividendos a pagar à Petrobras	(28)	(18)	(28)	(18)
Empréstimos e financiamentos	(136)	(50)	(1)	(2)
Outras	(5)	(6)	(5)	(7)
	(181)	**(82)**	**(147)**	**(56)**
Variação cambial	**88**	**34**	**90**	**22**
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**793**	**705**	**829**	**719**
Resultado financeiro	**(299)**	**290**	**(291)**	**292**

26 Informações por segmento

A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/ mercado dos seus clientes, em relação à Rede de Postos. Em relação ao perfil de clientes, a Administração separadamente considera as atividades de Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação.

Os demais segmentos relacionados à venda de produtos químicos, asfalto e à geração de energia foram agregados em "outros", como segmentos operacionais reportáveis, por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis.

O resultado das receitas da Companhia com clientes no Brasil é de R$ 95.561 (R$ 96.411 em 2014), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R$ 1.719 (R$ 2.117 em 2014).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/15

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	53.791	30.275	7.900	5.728	(2)	97.692	(412)	(a)	97.280
Custo dos produtos vendidos	(49.986)	(27.908)	(7.230)	(4.828)	(3)	(89.955)	(12)	(b)	(89.967)
Lucro bruto	**3.805**	**2.367**	**670**	**900**	**(5)**	**7.737**	**(424)**		**7.313**
Despesas						-	-		
Vendas, gerais e administrativas	(1.631)	(1.163)	(507)	(454)	(197)	(3.952)	(3.322)	(c)	(7.274)
Tributárias	(4)	-	(1)	(10)	(26)	(41)	(167)	(d)	(208)
Outras receitas (despesas), liquidas	236	(2)	17	50	(596)	(295)	(1.175)	(e)	(1.470)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	3	-	3	-		3
Resultado financeiro liquido							(299)	(f)	(299)
EBITDA Ajustado	**2.406**	**1.202**	**179**	**489**	**(824)**	**3.452**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(5.387)**		**(1.935)**

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/2014

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	49.990	33.271	9.610	6.022	(17)	98.876	(348)	(a)	98.528
Custo dos produtos vendidos	(46.968)	(30.303)	(8.929)	(5.021)	(6)	(91.227)	(10)	(b)	(91.237)
Lucro bruto	**3.022**	**2.968**	**681**	**1.001**	**(23)**	**7.649**	**(358)**		**7.291**
Despesas						-	-		
Vendas, gerais e administrativas	(1.518)	(1.113)	(486)	(450)	(216)	(3.783)	(1.489)	(c)	(5.272)
Tributárias	(4)	-	-	(9)	(15)	(28)	(132)	(d)	(160)
Outras receitas (despesas), liquidas	139	32	-	37	(517)	(309)	(292)	(e)	(601)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	(3)	1	(2)	-		(2)
Resultado financeiro liquido							290	(f)	290
EBITDA Ajustado	**1.639**	**1.887**	**195**	**576**	**(770)**	**3.527**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(1.981)**		**1.546**

Reconciliação com as demonstrações contábeis	31/12/2015	31/12/2014
(a) Receita de Vendas		
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São classificadas originalmente como despesas antecipadas e reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(412)	(348)
(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(12)	(10)
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(459)	(393)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia e que vêm ultimamente enfrentando dificuldades financeiras.	(2.863)	(1.096)
(d) Impostos		
Os ajustes de impostos referem-se à anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente. A Companhia considera o ajuste apropriado porque fornece informações adicionais aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.	(122)	-
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(45)	(132)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(785)	(111)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas ao plano, bem como pela reversão da provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.	(92)	(158)
Impairment		
A Companhia reconheceu perda no valor de recuperação (*impairment)* da base Cruzeiro do Sul (BASUL II), no montante de R$298 milhões. Essa perda foi reconhecida, pelo fato da base operar significativamente abaixo de sua capacidade instalada, em função da perda das vendas no Estado do Acre atribuída, principalmente, à perda do contrato com o cliente Eletroacre.	(298)	-
Lava-jato		
A Companhia concluiu que como resultado da atuação de empreiteiras e fornecedores em um suposto conluio para cobrar valores adicionais da Companhia, parcela dos custos incorridos na construção de determinados ativos imobilizados foram decorrentes de tais gastos adicionais com fornecedores participantes no conluio, e não deveriam ter sido reconhecidos e, portanto, foram indevidamente capitalizados.	-	(23)
(f) Resultado Financeiro, líquido	(299)	290
Total	**(5.387)**	**(1.981)**

27 Processos judiciais e contingências

27.1 Processos judiciais provisionados

A Companhia e suas investidas, no curso normal das operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas investidas constituem provisões para processos legais a valores considerados suficientes para cobrir perdas prováveis, com base em análise dos seus assessores jurídicos e da Administração.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Causas trabalhistas	149	128	149	128
Causas fiscais	702	40	701	39
Causas cíveis	243	181	243	181
Causas ambientais	11	8	11	9
Total	**1.105**	**357**	**1.104**	**357**

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	**357**	**279**	**357**	**278**
Adição	779	108	779	108
Baixas / reversão	(50)	(38)	(50)	(37)
Atualização	19	8	18	8
Saldo final	**1.105**	**357**	**1.104**	**357**

As despesas com processos judiciais estão reconhecidas nas outras despesas operacionais.

Em consonância com sua área jurídica, a Companhia provisionou R$ 555 referentes a diversos autos de infração provenientes das deduções praticadas em relação aos recolhimentos mensais de ICMS-ST complemento, em função, principalmente, do aproveitamento de créditos de ICMS adquiridos de transportadoras localizadas no Estado do Mato Grosso (Decreto Estadual nº 2.683/2010), bem como de contratos de compra e venda de créditos outorgados em favor das empresas de construção, em atendimento aos acordos elaborados entre o Estado do Mato Grosso, a Companhia e as construtoras, que se efetivava através dos ofícios emitidos pelo próprio Estado do Mato Grosso para a Companhia (Convênio ICMS nº 85/2011).

27.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais

	Consolidado					
	2015			2014		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	149	80	69	128	66	62
Causas fiscais	702	10	692	40	8	32
Causas cíveis	243	65	178	181	49	132
Causas ambientais	11	4	7	8	4	4
Total	**1.105**	**159**	**946**	**357**	**127**	**230**

27.2 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado		Controladora	
Natureza	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Fiscais	4.528	4.335	4.521	4.313
Cíveis - Gerais	1.148	959	1.148	959
Trabalhistas	135	123	135	123
Cíveis - Ambientais	-	10	-	10
	5.811	**5.427**	**5.804**	**5.405**

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

(a) Processos de natureza fiscal

	Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
	Autores: Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro	
1)	Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. Os Estados conferiram regime especial às empresas aéreas reduzindo a alíquota de ICMS. Hoje cobram essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas e/ou às transferências entre estabelecimentos da Companhia.	1.249
	Autor: União	
2)	Processos em que a Companhia é exigida por suposta falta de recolhimento do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos/valores mobiliários, decorrente de operações qualificadas pela Fiscalização como remessa mensal de numerário à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e empréstimos com vários contribuintes (postos de combustíveis).	410
	Autores: Estados de Amapá, Minas Gerais e São Paulo e distribuidora de combustível do Estado de Pernambuco	
3)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	456
	Autores: Estados de Alagoas, Goiás, Pará, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e Tocantins	
4)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	402
	Autores: Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Matro Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Roraima, São Paulo e Sergipe e o Distrito Federal	
5)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20º C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	338
	Autores: Estado de Pernambuco	
6)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	340
	Autores: Estados de Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro e Rondônia, o Distrito Federal e a União	
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	278
	Autor: União	
8)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	497
9)	Processos em que a Petrobras é a principal devedora de contribuições previdenciárias, mas a Companhia é autuada como responsável solidária.	87
10)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e bônus de desempenho pagos aos empregados.	76
11)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	54
	Autores: Estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rondônia e São Paulo	
12)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	63
	Autores: Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rondônia e São Paulo	
13)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	62
	Autor: Estado de Mato Grosso	
14)	Cobrança em relação a ICMS-ST entendido pelo Estado como devido em função de transferências interestaduais de produto a partir de terminal em outro estado com destino ao Estado de Mato Grosso.	46
	Autores: Estado do Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Tocantins e o Distrito Federal	
15)	ICMS incidente sobre venda direta a consumidor final, onde inexiste um dos elos da cadeia de varejo tradicional.	45
	Processos diversos de natureza fiscal	125
		4.528

(b) Processos de natureza cível

	Descrição dos processos de natureza cível	2015
	Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda	
1)	A DISCOM alega que a Companhia , desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil , constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuizos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais. Situação atual: no Tribunal de Justiça de Pernambuco, aguardando julgamento da apelação.	127
	Autor: C A Soares da Costa	
2)	Ação cível perante a justiça de Rondônia, pretendendo indenização por perdas e danos, sob a alegação de descumprimento de contrato de transporte pela Companhia. Situação atual: o Tribunal de Justiça de Rondônia manteve a decisão anterior, favorável à Companhia. O autor apresentou recurso especial, remetido ao Superior Tribunal de Justiça - STJ.	131
	Autor: Francisco Messias Cameli	
3)	Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). Situação atual: Condenação em 1º grau, aguardando julgamento em 2º grau pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Autos conclusos.	177
	Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração	
4)	Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Situação atual: Aguarda-se julgamento do recurso especial interposto pela Companhia.	145
	Autor: Discom-Distribuidora De Combustíveis E Comércio Ltda E Outras	
5)	Processo em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	55
	Autor: Compassa - Cia de Petróleo Y Asfalto S.A.	
6)	Trata-se de ação de perdas e danos contra a Companhia e a Petrobras em Assunção - Paraguai, por inadimplemento contratual.	54
	Autor: Único Combustíveis Ltda	
7)	Ação sobre descumprimento contratual por parte da Companhia, que interrompeu o fornecimento de combustível visto que os autores não teriam limite de crédito disponível e condicionou o fornecimento a um reforço cadastral - fiança, carta de fiança bancária, hipoteca ou redução do prazo de pagamento do programa vendor. Os autores afirmam que o contrato não incluía cláusula de interrupção no fornecimento de produtos até eventual reforço cadastral, estando a Companhia necessariamente obrigada a entregar os produtos na quantidade encomendada.	51
	Autor: Feijó, Cavagnolli & Cia. Ltda	
8)	Pelo contrato assinado, o autor cedia os direitos decorrentes da sua inscrição no então DNC (Departamento Nacional de Combustíveis), em troca do compromisso da Companhia em lhe ceder um contrato de comissão mercantil em um dos pontos que estavam em negociação com o município de Poá/SP. A negociação com o município envolvia a cessão de uso de 14 (quatorze) pontos na cidade, mas houve uma alteração legislativa que reduziu para 6 (seis) os pontos de exploração que seriam concedidos à Companhia. Com a alteração, a Companhia não cumpriu o pactuado com o posto revendedor, o que motivou o ajuizamento da ação.	42
	Autor: Gnc Gas Natural Carmopolis	
9)	O autor requereu contra a Companhia, Ação de Cobrança, por descumprimento de cláusula contratual de retirada mínima anual de Gás Natural Comprimido, no modo e no tempo definidos no contrato.	45
	Processos diversos de natureza cível	321
		1.148

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, e rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de *hedge* definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. A Companhia também está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

		Consolidado		Controladora	
	Notas	2015	2014	2015	2014
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e bancos	5	609	543	607	533
Aplicações financeiras	5	201	199	-	-
Contas a receber	7	14.291	12.887	14.231	12.885
		15.101	**13.629**	**14.838**	**13.418**
Valor justo por meio do resultado					
Precatórios	7	29	27	29	27
		29	**27**	**29**	**27**
Ativos financeiros disponíveis para venda					
FIDC Fornecedor	6	19	-	19	-
		19	-	**19**	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento					
FIDC Fornecedor	6	-	18	-	18
NTN-P	6	9	5	9	5
		9	**23**	**9**	**23**
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	14	3.047	3.168	3.023	3.147
Financiamentos	15	12.894	1.367	11.782	295
Operações de mútuo com a Controladora	18.4	-	6.596	-	6.596
Cessão de direitos creditórios	18	24	404	-	380
Arrendamentos mercantis financeiros	28.3.3	129	139	711	442
		16.094	**11.674**	**15.516**	**10.860**

28.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

28.2 Risco de mercado

28.2.1 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

28.2.1.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Administração, para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias e clientes governo. A exposição ao risco está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber de clientes.

A carteira da Companhia somava aproximadamente R$ 11,2 bilhões em 31 de dezembro de 2015.

28.2.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, ao CDI, indexador dos financiamentos com o BASA, o Banco do Brasil, o Itaú e o Bradesco (nota 15.1), e aos índices de inflação, IGPM e IPCA, que são os indexadores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os ativos se caracterizam, em maior parte, pelos financiamentos a clientes, que geralmente estão atrelados ao IGPM, e pelos contratos de confissão de dívida das empresas do Sistema Eletrobras, atualizadas pela Selic.

28.2.2.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos juros dos principais ativos e passivos financeiros do Consolidado em 31 de dezembro de 2015.

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Nota	Risco	(Despesa)/ receita financeira no cenário I (*)	Resultado financeiro com decréscimo de 25%	Resultado financeiro com decréscimo de 50%	Resultado financeiro com elevação de 25%	Resultado financeiro com elevação de 50%
Contrato de confissão de dívida - Setor elétrico - Sistema isolado - Sistema Eletrobras	5.745		Redução da Selic	698	524	349	873	1.047
CRIs	(1.075)	15.2	Alta do IPC-A e IGP-M	(164)	(123)	(82)	(205)	(246)
Financiamentos da Companhia	(11.782)	15.2	Alta do CDI	(1.000)	(750)	(500)	(1.250)	(1.500)
Aplicações - FIDC	2.766	7	Redução do CDI	139	104	70	174	209

(*) Cenário I corresponde ao efeito reconhecido no resultado do exercício considerando a data-base 31/12/2015

28.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em função de oportunidades existentes no mercado financeiro, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos ou como resposta a um evento de liquidez específico (exemplo: inadimplência do setor elétrico).

28.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeção mensais, discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

Todo o excesso de caixa é aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos que venham a onerar a geração de caixa, no limite do seu giro, são atendidos com recursos do fundo corporativo.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

28.3.2 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

Período	Consolidado		
	Principal	Juros	Total
2016	131	1.885	2.016
2017	312	1.859	2.171
2018	1.129	1.785	2.914
2019	2.271	1.593	3.864
2020	6.941	856	7.797
2021 em diante	3.054	442	3.496
Total	**13.838**	**8.420**	**22.258**

28.3.3 Fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros

	2015			
	Consolidado		Controladora	
	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos
2016	6	54	6	119
2017 - 2020	24	123	24	479
2021 em diante	22	22	22	1.883
Recebimentos/ pagamentos futuros de compromissos estimados	**52**	**199**	**52**	**2.481**
Menos montante dos juros anuais	(24)	(70)	(24)	(1.770)
Valor presente dos recebimentos/ pagamentos mínimos	**28**	**129**	**28**	**711**
Circulante	3	48	3	87
Não circulante	25	81	25	624
Em 31 de dezembro de 2015	**28**	**129**	**28**	**711**
Circulante	2	42	2	57
Não circulante	14	97	14	385
Em 31 de dezembro de 2014	**16**	**139**	**16**	**442**

28.4 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos.

A estrutura de capital da Companhia, assim como sua gestão de caixa deverão ser sempre pautadas, em última análise, na melhor estrutura de capital e gestão financeira sob a ótica da Petrobras, optando pelas alternativas que melhor trazem sinergia para o Sistema Petrobras.

A gestão e o acompanhamento de capital ocorrem através de:

- controle do fluxo diário de caixa;
- projeção e acompanhamento da realização do fluxo de caixa de curto e médio prazos da Companhia, estruturando o Plano Financeiro que suportará os processos orçamentários;
- análise do ciclo de caixa e da necessidade de capital de giro;
- acompanhamento das variáveis que impactam o capital de giro, integrando as iniciativas relacionadas à gestão da necessidade de capital de giro;

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi calculado como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Financiamentos (nota 15)	12.894	1.367	11.782	295
Arrendamentos mercantis financeiros (nota 28.3.3)	129	139	711	442
Operações de mútuo com a controladora	-	6.596	-	6.596
Cessão de direitos creditórios (nota 18.2)	24	404	-	380
Endividamento total	13.047	8.506	12.493	7.713
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(810)	(742)	(607)	(533)
Endividamento líquido	12.237	7.764	11.886	7.180
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (nota 21)	9.925	12.121	9.925	12.121
Endividamento líquido /(endividamento líquido + patrimônio líquido)	**55%**	**39%**	**54%**	**37%**

O aumento do índice de alavancagem financeira foi motivado pela captação de recursos através de operações com NCEs e Debêntures conforme nota 15.1.

28.5 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Os diferentes níveis de instrumentos financeiros registrados pelo valor justo foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Não houve transferências entre os níveis de instrumentos financeiros em relação a 2014. O saldo de R$2 de *hedge* cambial em 2015 (R$0 em 2014), registrado ao valor justo em base recorrente, está classificado como Nível 2.

29 Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

As instalações, equipamentos e produtos da Controladora dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2015 totalizava R$ 10.487 (R$7.781 em 2014). Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No consolidado a importância segurada totalizava, em 31 de dezembro de 2015, R$15.874 (R$11.528 em 2014).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2015 são:

		2015		2014	
		Importância segurada		Importância segurada	
Ativo	Tipo de cobertura	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	10.518	10.487	7.810	7.781
Responsabilidade civil geral	Operações e poluição ambiental.	976	976	664	664
Responsabilidade civil - Abastecimento	Operações de abastecimento de aeronaves	3.904	3.904	2.656	2.656
Outros ativos		476	474	398	396
Total		**15.874**	**15.841**	**11.528**	**11.497**

30 Eventos subsequentes

Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

Em 02 de fevereiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Espírito Santo, a Lei 10.493/2016 que reconhece a extinção do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado (nota 13.2).

Em 12 de agosto de 2016, a Companhia assinou Memorando de Entendimentos com o Governo do Estado do Espírito Santo visando avaliar a criação de empresa estatal estadual para prestação de serviço público de distribuição de gás natural canalizado.

A Companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois o valor contábil existente está garantido pela indenização prevista na referida Lei.

Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Plano Petros

Em 26 de maio de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petros aprovou as demonstrações contábeis do exercício de 2016 com um déficit acumulado de R$ 26,7 bilhões (R$ 22,6 bilhões de déficit até o exercício de 2015) para o Plano Petros Sistema Petrobras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Em 19 de junho de 2017, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) publicou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Fundação Petros estabelecendo prazos para a implementação do plano de equacionamento do déficit acumulado em 2015 no Plano petros do Sistema Petrobras. O valor a ser equacionado e as condições de pagamento serão objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Fundação e, em seguida, a Petrobras deverá submetê-lo à análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A previsão da Fundação é que o início das contribuições extras por parte dos participantes e patrocinadoras do plano comece ainda em 2017, desde que cumpridas todas as etapas de aprovação.

Aumento de Capital

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia, em espécie, no montante de R$ 6.313 milhões, que resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros como liquidez e solvência.

Pagamento Antecipado das Notas de Crédito

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente as Notas de Crédito à Exportação (NCE) emitidas em favor do Banco do Brasil e do Bradesco, no valor total de R$ 7.708 milhões.

Cisão Parcial

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339 milhões, referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do sistema Petrobras com o objetivo de melhorar a gestão da estrutura de capital do grupo econômico das referidas empresas. A mencionada operação, além dos benefícios para os acionistas decorrente da valorização dos seus ativos e negócios, resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica para a Companhia cindida, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros.

Processos Judiciais

IOF

Em virtude da decisão em 2ª instância eminentemente favorável à Companhia, proferida em processo administrativo em que a Companhia é exigida por suposta falta de recolhimento do imposto sobre operações de crédito (IOF) decorrente de operações qualificadas pela fiscalização como remessa de numerário à Petrobras e mútuos a postos revendedores, a Companhia alterou a expectativa de perda e reduziu significativamente o risco financeiro envolvido passando de perda possível no montante de R$ 400 em 31 de dezembro de 2015 para perda provável de R$ 0,3 em 31 de julho de 2017, referente a parcela de cobrança do IOF sobre mútuos a postos revendedores.

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A – BR, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

Ivan de Sá Pereira Junior
Presidente

Marcelo Fernandes Bragança
Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo da Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Couto
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO
Presidente

BRUNO CESAR DE PAIVA E SILVA
Conselheiro

CLEMIR CARLOS MAGRO
Conselheiro

DURVAL JOSÉ SOLEDADE SANTOS
Conselheiro

FRANCISCO ARRUDA VIEIRA DE MELO FILHO
Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

JORGE CELESTINO RAMOS
Conselheiro

REINALDO GUERREIRO
Conselheiro

SEGEN FARID ESTEFEN
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

IVAN DE SÁ PEREIRA JUNIOR
Presidente

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo da Rede de Postos

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2

[página intencionalmente deixada em branco]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

[página intencionalmente deixada em branco]

Petrobras Distribuidora S.A. e
Petrobras Distribuidora S.A. e empresas controladas

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e relatório dos auditores independentes

Petrobras Distribuidora S.A.

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes
Balanço patrimonial
Demonstração do resultado
Demonstração de resultados abrangentes
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Demonstração do valor adicionado
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o parecer dos Auditores Independentes
Membros do Conselho de Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Petrobras Distribuidora S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Distribuidora S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. e da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfases

Operação Lava-Jato

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava Jato" sobre a Companhia, abrangendo: (i) a baixa contábil de R$ 23 milhões nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados; e (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pelo acionista controlador da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos.

Reemissão das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota 2.2 às demonstrações contábeis, visando aprimoramento da apresentação de suas demonstrações contábeis, a administração da Companhia procedeu à inclusão de divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, adequando-as aos requisitos e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o propósito descrito na referida nota, bem como reapresentação do resultado por ação em decorrência do grupamento de ações divulgado na Nota 21. Desta forma, as demonstrações contábeis acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui os anteriormente emitidos em 22 de abril de 2015 e 16 de outubro de 2017.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC 1SP211793/O-5 "S" RJ

		Consolidado			Controladora		
Ativo	**Nota**	**2014 (Reapresentado)**	**2013 (Reapresentado)**	**01.01.2013 (Reapresentado)**	**2014 (Reapresentado)**	**2013 (Reapresentado)**	**01.01.2013 (Reapresentado)**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	742	916	1.051	533	667	659
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	298	-	-	298
Contas a receber, líquidas	7	6.863	5.439	6.654	6.896	5.378	6.591
Estoques	8	2.606	2.356	1.846	2.597	2.348	1.838
Adiantamentos a fornecedores		140	137	124	140	137	124
Impostos e contribuições a recuperar	19.1	502	564	464	478	557	422
Despesas antecipadas	10	380	302	239	380	302	239
Outros ativos circulantes		39	26	42	39	25	42
		11.272	**9.740**	**10.718**	**11.063**	**9.414**	**10.213**
Não circulante							
Contas a receber, líquidas	7	6.051	3.726	2.504	6.016	3.692	2.479
Títulos e valores mobiliários	6	23	22	22	23	22	22
Depósitos judiciais	9	871	734	625	852	716	608
Impostos e contribuições a recuperar	19.1	314	273	226	281	238	226
Imposto e contribuição social diferidos	19.3	984	363	513	983	361	510
Despesas antecipadas	10	1.490	1.173	900	1.490	1.173	900
Outros ativos realizáveis a longo prazo		15	51	34	10	50	34
		9.748	**6.342**	**4.824**	**9.655**	**6.252**	**4.779**
Investimentos	11	45	20	69	227	191	180
Imobilizado	12	6.100	5.511	4.824	5.405	4.642	4.285
Intangível	13	454	499	441	452	497	439
		16.347	**12.372**	**10.158**	**15.739**	**11.582**	**9.683**
Total do Ativo		**27.619**	**22.112**	**20.876**	**26.802**	**20.996**	**19.896**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Consolidado 2014 (Reapresentado)	Consolidado 2013 (Reapresentado)	Consolidado 01.01.2013 (Reapresentado)	Controladora 2014 (Reapresentado)	Controladora 2013 (Reapresentado)	Controladora 01.01.2013 (Reapresentado)
Circulante							
Fornecedores	14	3.168	3.030	3.518	3.147	3.001	3.483
Financiamentos	15	295	149	17	214	27	17
Operações de mútuo com acionista controladora	18.5	6.596	-	-	6.596	-	-
Cessão de direitos creditórios	18.3	404	2.655	2.521	380	2.639	2.521
Arrendamentos mercantis financeiros	16	42	39	35	57	39	35
Adiantamentos de clientes		342	292	348	338	286	342
Impostos e contribuições a recolher	19.2	337	269	422	326	262	411
Dividendos propostos	21.4	267	506	449	267	506	449
Salários, férias e encargos		190	190	171	189	189	169
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		9	-	-	9	-	-
Participações nos lucros ou resultados	20.5	61	65	64	60	65	64
Planos de pensão e saúde	20	83	84	81	83	84	80
Outras contas e despesas a pagar		143	121	108	161	132	101
		11.937	**7.400**	**7.734**	**11.827**	**7.230**	**7.672**
Não Circulante							
Financiamentos	15	1.072	1.217	1.015	81	277	101
Arrendamentos mercantis financeiros	16	97	121	125	385	121	125
Planos de pensão e saúde	20	2.001	1.164	2.072	1.998	1.162	2.069
Provisão para processos judiciais	27	357	279	261	357	278	260
Outras contas e despesas a pagar		34	30	83	33	27	83
		3.561	**2.811**	**3.556**	**2.854**	**1.865**	**2.638**
Total do Passivo		**15.498**	**10.211**	**11.290**	**14.681**	**9.095**	**10.310**
Patrimônio líquido	21						
Capital social realizado		5.991	5.991	4.182	5.991	5.991	4.182
Reserva de capital		-	-	54	-	-	54
Reservas de lucros		6.559	5.787	6.057	6.559	5.787	6.057
Ajuste de avaliação patrimonial		(429)	123	(707)	(429)	123	(707)
		12.121	**11.901**	**9.586**	**12.121**	**11.901**	**9.586**
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**27.619**	**22.112**	**20.876**	**26.802**	**20.996**	**19.896**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)	2014 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	22	98.528	86.497	98.153	86.168
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(91.237)	(79.580)	(90.929)	(79.306)
Lucro bruto		**7.291**	**6.917**	**7.224**	**6.862**
Despesas operacionais					
Vendas	24	(4.524)	(3.256)	(4.489)	(3.225)
Gerais e administrativas	24	(748)	(753)	(734)	(735)
Tributárias	24	(160)	(33)	(157)	(29)
Outras despesas, liquidas	23	(601)	(114)	(602)	(121)
		(6.033)	**(4.156)**	**(5.982)**	**(4.110)**
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		**1.258**	**2.761**	**1.242**	**2.752**
Financeiras	25				
Despesas		(802)	(251)	(796)	(249)
Receitas		387	346	369	336
Variações cambiais e monetárias, liquidas		705	193	719	196
		290	**288**	**292**	**283**
Resultado de participações em investimentos		**(2)**	**(6)**	**5**	**5**
Lucro antes dos impostos		**1.546**	**3.043**	**1.539**	**3.040**
Imposto de renda e contribuição social	19.4				
Corrente		(881)	(986)	(874)	(983)
Diferido		458	75	458	75
		(423)	**(911)**	**(416)**	**(908)**
Lucro líquido do exercício		**1.123**	**2.132**	**1.123**	**2.132**
Lucro líquido, básico e diluído por ação do capital social - R$		0,96	1,83	0,96	1,83

Capital social composto de 1.165.000.000 ações ordinárias (*).

(*) O lucro liquido por ação, apresentado antes do grupamento de ações, está evidenciado na nota 21.6.

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	**1.123**	**2.132**	**1.123**	**2.132**
Outros resultados abrangentes:				
Itens que não serão reclassificados para o resultado	**(552)**	**890**	**(552)**	**890**
Ganhos (perdas) atuariais - Planos de pensão e saúde	(713)	1.143	(713)	1.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	161	(253)	161	(253)
Itens que serão reclassificados para o resultado	**-**	**(60)**	**-**	**(60)**
Ganhos a realizar sobre títulos disponíveis para a venda				
Transferido para o resultado	-	(90)	-	(90)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	30	-	30
Resultado abrangente do exercício	**571**	**2.962**	**571**	**2.962**

	Consolidado									Controladora
		Reserva de capital	Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes		
	Capital social subscrito e integralizado	Incentivos Fiscais	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendo Adicional Proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2012	**4.182**	**54**	**644**	**210**	**5.111**	**92**	**-**	**(707)**	**9.586**	**9.586**
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(60)	(60)	(60)
Ganhos atuariais não realizados	-	-	-	-	-	-	-	890	890	890
Aumento de capital social	1.809	(54)	-	-	(1.735)	-	-	-	20	20
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.132	-	2.132	2.132
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	107	30	1.420	-	(1.557)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(92)	(115)	-	(207)	(207)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(460)	-	(460)	(460)
			751	**240**	**4.796**	**-**				
Em 31 de dezembro de 2013	**5.991**	**-**			**5.787**		**-**	**123**	**11.901**	**11.901**
Perdas atuariais não realizadas	-	-	-	-	-	-	-	(552)	(552)	(552)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.123	-	1.123	1.123
Destinações:										
Apropriações em reservas	-	-	56	30	480	-	(566)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio / Dividendos	-	-	-	-	-	206	(557)	-	(351)	(351)
			807	**270**	**5.276**	**206**				
Em 31 de dezembro de 2014	**5.991**	**-**			**6.559**		**-**	**(429)**	**12.121**	**12.121**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)	2014 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)
Atividade operacional					
Lucro líquido do exercício		1.123	2.132	1.123	2.132
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social		423	911	416	908
Depreciação e amortização		403	376	398	372
Resultado com alienação / baixas de ativos		(40)	(45)	(36)	(44)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, líquidas de reversão	7	1.109	87	1.113	86
Resultado de participações em investimentos relevantes		2	6	(5)	(5)
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		348	247	348	247
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		52	61	52	61
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		(215)	(157)	(243)	(181)
Despesa atuarial com planos de pensão e saúde	20.4	214	329	214	329
Provisão para processos judiciais		78	18	78	18
Provisão para incentivo ao desligamento voluntário		158	-	158	
Outros ajustes		37	9	39	15
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber		(3.649)	(88)	(3.777)	(80)
Estoques		(250)	(510)	(249)	(510)
Despesas antecipadas		(902)	(638)	(902)	(638)
Depósitos judiciais		(83)	(18)	(83)	(17)
Outros ativos		15	(26)	13	(22)
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		124	(557)	132	(549)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(652)	(1.001)	(647)	(1.000)
Impostos, taxas e contribuições		(226)	(251)	(212)	(245)
Planos de pensão e de saúde		(92)	(89)	(92)	(89)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		(149)	-	(149)	
Outros passivos		78	(24)	80	(18)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		**(2.094)**	**772**	**(2.231)**	**770**
Atividades de investimentos					
Adições de imobilizados e intangíveis		(959)	(955)	(884)	(778)
Adições em investimentos		(27)	(7)	(28)	(8)
Recebimentos pela venda de ativos		40	44	36	44
Outros investimentos		-	11	-	-
Resgate/(Investimentos) em títulos e valores mobiliários e FIDC		(353)	268	(359)	272
Dividendos recebidos		-	-	2	1
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(1.299)**	**(639)**	**(1.233)**	**(469)**
Atividades de financiamentos					
Operações de mútuo	18.5	6.186	-	6.186	-
Financiamentos					
Captações		17	211	-	185
Amortizações de principal	15	(43)	(32)	(17)	(17)
Amortizações de juros	15	(127)	(2)	(17)	-
Cessões de direitos creditórios - FIDC-NP	18.3	(2.251)	134	(2.259)	118
Dividendos pagos a acionistas		(520)	(555)	(520)	(555)
Outras operações de financiamentos		(43)	(24)	(43)	(24)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de		**3.219**	**(268)**	**3.330**	**(293)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(174)	(135)	(134)	8
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		916	1.051	667	659
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**742**	**916**	**533**	**667**

	Consolidado		Controladora	
	2014 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)	2014 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	120.902	105.741	120.425	105.323
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.109)	(87)	(1.113)	(86)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	663	711	518	443
	120.456	**106.365**	**119.830**	**105.680**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	81	57	-	-
Custo das mercadorias para revenda	91.147	79.812	90.944	79.609
Energia, serviços de terceiros e outros	3.242	2.456	3.121	2.253
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	4.498	3.966	4.499	3.966
	98.968	**86.291**	**98.564**	**85.828**
Valor adicionado bruto	**21.488**	**20.074**	**21.266**	**19.852**
Retenções				
Depreciação e amortização	403	376	398	372
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**21.085**	**19.698**	**20.868**	**19.480**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	(2)	(6)	5	5
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	1.175	596	1.145	565
Aluguéis e royalties	239	231	239	231
	1.412	**821**	**1.389**	**801**
Valor adicionado a distribuir	**22.497**	**20.519**	**22.257**	**20.281**

	Consolidado		Controladora	
	2014 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)	2014 (Reapresentado)	2013 (Reapresentado)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração Direta				
Salários	726	816	712	803
Participações nos lucros ou resultados	61	65	60	65
Benefícios				
Vantagens	234	81	232	79
Plano de aposentadoria e pensão	287	232	287	231
Plano de saúde	149	161	148	159
FGTS	61	57	61	57
	1.518	**1.412**	**1.500**	**1.394**
Tributos				
Federais	1.120	1.404	1.071	1.362
Estaduais	17.372	14.841	17.309	14.785
Municipais	22	18	21	18
	18.514	**16.263**	**18.401**	**16.165**
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	965	403	853	282
Despesas de aluguéis	377	309	380	308
	1.342	**712**	**1.233**	**590**
Acionistas				
Juros sobre o capital próprio	351	460	351	460
Dividendos	-	115	-	115
Lucros retidos	772	1.557	772	1.557
	1.123	**2.132**	**1.123**	**2.132**
Valor adicionado distribuído	**22.497**	**20.519**	**22.257**	**20.281**

1 Contexto operacional

1.1 Considerações gerais

A Petrobras Distribuidora S.A. (Companhia), que utiliza a abreviatura BR, é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, é subsidiária e controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – "Petrobras" e tem por objeto a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro – RJ.

1.2 Estrutura de capital

Com o objetivo de aprimorar a estrutura de capital, a Companhia tem adotado ações para reversão do quadro negativo de necessidade de capital de giro apresentado em 31 de dezembro de 2014.

Nesse sentido, foram celebrados contratos de financiamento com o Banco do Brasil, no valor de R$4,5 bilhões, em 14 de abril de 2015, com o Bradesco, no montante de R$3,0 bilhões, em 1º de junho de 2015 e com o BASA, no valor de R$200, em 25 de junho de 2015. As condições gerais desses contratos estão descritas na Nota 30 - Eventos subsequentes.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial

Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As demonstrações do valor adicionado - DVA – individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 09. A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, sendo que as IFRS não requerem a apresentação desta demonstração.

As demonstrações contábeis da Companhia contemplam, exclusivamente e em sua totalidade, as informações julgadas relevantes pela Administração. Essas informações são utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

Estas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram inicialmente autorizadas e apresentadas, pela Companhia, em 22 de abril de 2015. Considerando, porém, a perspectiva de abertura de seu capital, a Administração da Companhia decidiu reemitir, em 16 de outubro de 2017, as referidas demonstrações contábeis para (1) adequar suas divulgações aos requisitos contábeis aplicáveis a companhias abertas, bem como para (2) efetuar reclassificações julgadas necessárias para melhor apresentação destas demonstrações contábeis, conforme mencionado na Nota 2.4.

Adicionalmente, em decorrência do evento societário referente ao grupamento de ações, ocorrido em 14 de novembro de 2017, conforme apresentado na nota 21 – Patrimônio Líquido, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de novembro de 2017, autorizou a divulgação e consequente reemissão destas demonstrações contábeis. Portanto, essas demonstrações contábeis substituem as anteriormente aprovadas e emitidas em 22 de abril de 2015 e 16 de outubro de 2017.

2.3 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

A Companhia reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R$23, de gastos capitalizados referentes a valores pagos adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores.

De acordo com depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais em andamento pelas autoridades brasileiras, que se tornaram públicos a partir de outubro de 2014, altos executivos da Petrobras entraram em conluio com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos para elaborar e implantar um esquema ilegal de cartel que, entre 2004 e abril de 2012, sistematicamente impôs custos adicionais nas compras de ativos imobilizados pela Companhia. Dois ex-diretores e um ex-gerente executivo do acionista controlador, que não trabalham para a Petrobras desde abril de 2012, estavam envolvidos nesse esquema de pagamentos indevidos e serão tratados a seguir como "ex-empregados da Petrobras". Os valores pagos adicionalmente pela Petrobras foram utilizados pelas empreiteiras, fornecedores e intermediários agindo em nome dessas empresas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. A Companhia não realizou nenhum pagamento indevido.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) acreditam que, de acordo com o IAS 16, os valores que foram pagos a mais no âmbito do referido esquema de pagamentos indevidos não deveriam ter sido incluídos no custo histórico do seu ativo imobilizado. Contudo, a Companhia não consegue identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem custos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Companhia adotou metodologia desenvolvida em conjunto com a Petrobras para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos no âmbito do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas a serem realizadas, representando em quanto seus ativos estão superavaliados como resultado dos custos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos. As circunstâncias e a metodologia utilizada são descritas a seguir.

Histórico

Em 2009, a Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

Ao longo de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores do Sistema Petrobras e descobriu um

amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados do Sistema Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema envolvia um conjunto de 27 empresas que, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel, obtendo contratos com empresas do Sistema Petrobras e impondo custos adicionais nestes contratos, que eram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema será tratado como "esquema de pagamentos indevidos" e as referidas empresas como "membros do cartel".

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram custos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados do Sistema Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos serão chamados de "pagamentos não relacionados ao cartel". Em conexão com a investigação do esquema de pagamentos indevidos, em março de 2014, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi preso e, posteriormente, denunciado por lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros ex-executivos da Petrobras, incluindo Renato de Souza Duque (ex-diretor de Serviços), Nestor Cerveró (ex-diretor da área internacional) e Pedro José Barusco Filho (ex-gerente executivo da área internacional), bem como ex-executivos de empreiteiras e empresas fornecedoras de bens e serviços para o Sistema Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Quando a Companhia divulgou suas demonstrações contábeis anuais de 2013, não era de conhecimento da Companhia o envolvimento de empregados da Petrobras no escopo das investigações da "Operação Lava Jato" que pudessem ter modificado as conclusões da Companhia com relação ao fato de que aquelas demonstrações representavam adequadamente sua situação patrimonial e a existência do esquema de pagamentos indevidos não havia sido tornada pública.

Fontes de informação disponíveis para a Companhia

Em 8 de outubro de 2014, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, prestaram depoimento perante a 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, descrevendo o esquema de pagamentos indevidos. Desde então, depoimentos de diversos participantes do esquema de pagamentos indevidos que firmaram acordos de colaboração premiada com as autoridades brasileiras foram tornados públicos. O entendimento da Companhia sobre o esquema de pagamentos indevidos e a metodologia adotada para mensuração do seu impacto são baseados nesses depoimentos, os quais incluem o depoimento completo de dois dos ex-empregados da Petrobras (Paulo Roberto Costa e Pedro José Barusco Filho), o depoimento completo de dois indivíduos que atuaram como intermediários no esquema de pagamentos indevidos (Alberto Youssef e Julio Gerin de Almeida Camargo), partes do depoimento de outro indivíduo que atuou como intermediário no esquema de pagamentos indevidos (Shinko Nakandakari) e o

depoimento completo de um representante de uma das empreiteiras (Augusto Ribeiro de Mendonça Neto).

O Ministério Público Federal (de posse das informações completas da investigação) ajuizou ações de improbidade administrativa em 20 de fevereiro de 2015 contra cinco empresas membro do cartel, fundamentadas na existência do esquema de pagamentos indevidos e utilizando como base a mesma metodologia utilizada pela Companhia e seu acionista controlador para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos.

As informações disponíveis para a Companhia são, de maneira geral, consistentes com relação à existência do esquema de pagamentos indevidos, às empresas envolvidas, aos ex-empregados da Petrobras envolvidos, ao período durante o qual o esquema operou, além dos valores máximos envolvidos no esquema de pagamentos indevidos em relação ao valor total dos contratos impactados pelo esquema.

A Companhia em conjunto com seu acionista controlador acompanharão os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá. Contudo, a Companhia não espera que informações adicionais a respeito das questões descritas acima oriundas de fontes internas estejam ou se tornem disponíveis.

Outras informações obtidas no curso das investigações da "Operação Lava Jato", incluindo uma parte do depoimento de Shinko Nakandakari não foram tornadas públicas. Contudo, a Companhia acredita que, no presente momento, o risco de surgirem novas informações que modifiquem de forma relevante os fatos já conhecidos ou que impactem de forma material os ajustes realizados é baixo. Essa convicção se baseia fortemente no fato que, uma vez que um volume significativo de informações se tornou público, não é provável que as autoridades brasileiras (que possuem todas as informações provenientes das investigações em mãos) mantivessem em sigilo informações contraditórias (sendo importante ressaltar que as autoridades utilizaram a mesma metodologia para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos em processos cíveis e criminais já instaurados) e que há um significativo grau de consistência entre as afirmações feitas por pessoas envolvidas no esquema em diferentes posições e com diferentes motivações, incluindo dois dos ex-empregados da Petrobras, supostos intermediários do esquema de pagamentos indevidos e representantes de fornecedores e empreiteiras.

Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

As investigações internas e externas ainda estão em andamento, porém a Companhia, por intermédio de seu acionista controlador, está tomando as medidas jurídicas necessárias perante as autoridades brasileiras para buscar ressarcimento pelos prejuízos sofridos, incluindo aqueles relacionados à sua reputação. À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência com os *membros do cartel* ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Companhia e seu acionista controlador podem ter direito a receber uma parte de tais recursos.

As medidas incluirão também ações cíveis contra *membros do cartel*, nas quais a Companhia e a Petrobras têm direito a ser reclamante e espera fazê-lo, que normalmente resultam em três tipos de reparação: danos materiais, multas cíveis e danos morais. A Companhia teria direito a valores relativos a danos materiais e possivelmente às multas cíveis. A parcela referente a danos morais seria normalmente direcionada a um fundo federal. Contudo, uma vez que a Companhia se junte como autora nas ações, poderá também pleitear danos morais.

A Companhia e seu acionista controlador não toleram corrupção ou quaisquer práticas de negócio ilegais por parte de seus fornecedores ou o envolvimento de seus empregados em tais práticas e, dessa forma, vem realizando uma série de ações, tanto no intuito de aprofundar a apuração das irregularidades quanto de melhorar seu sistema de governança corporativa, descritas a seguir:

- A Companhia constituiu grupos de trabalho de averiguação (GTA) para apurar ocorrências que possam ser caracterizadas como não conformidades relativas a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos e fornecerá as descobertas dos grupos de trabalho às autoridades brasileiras.

- Em 24 e 25 de outubro de 2014 o acionista controlador contratou dois escritórios independentes de advocacia: o escritório americano, Gibson, Dunn & Crutcher LLP e o escritório brasileiro, Trench, Rossi e Watanabe Advogados para conduzir uma investigação interna independente.

- A Companhia, por intermédio de seu acionista controlador, tem cooperado totalmente com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário e outras autoridades brasileiras, como o Tribunal de Contas da União – TCU e a Controladoria Geral da União – CGU.

- O acionista controlador constituiu comissões para analisar a aplicação de sanções contra os fornecedores e empreiteiras (CAASE) e impôs bloqueio cautelar das empresas *membros do cartel* nos depoimentos que foram tornados públicos.

- A Companhia elaborou e adotou um conjunto de medidas para o aprimoramento da governança, controle e gestão de riscos, documentadas em Padrões e Atas da Diretoria e do Conselho de Administração que estipulam os procedimentos, métodos, competências e demais instruções para integrar tais medidas às práticas da Companhia.

- Formação, pelo acionista controlador, de um Comitê Especial para atuar de forma independente e servir como interlocutor entre o Conselho de Administração e os escritórios de advocacia conduzindo as investigações internas independentes. O Comitê Especial é presidido por Ellen Gracie Northfleet, Ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, e composto por Andreas Pohlmann, *Chief Compliance Officer* da Siemens AG de 2007 a 2010 e pelo Diretor de Governança, Risco e Conformidade, João Adalberto Elek Junior.

2.3.1 Descrição do esquema de pagamentos indevidos e dos impactos nas demonstrações contábeis da Companhia

A descrição a seguir e outras descrições sobre o esquema de pagamentos indevidos nesse documento são baseadas nas informações disponíveis para a Petrobras e para a Companhia e não devem ser entendidas como acusações contra qualquer pessoa ou empresa, confissão de qualquer delito ou a corroboração de qualquer descrição aqui realizada.

2.3.1.1 O esquema de pagamentos indevidos e a necessidade de ajustar o valor contábil de determinados ativos imobilizados

De acordo com as informações disponíveis à Companhia descritas acima, no esquema de pagamentos indevidos, diversas empreiteiras e fornecedores se organizaram em conluio com ex-empregados da Petrobras para impor custos adicionais no âmbito de contratos para a construção de ativos e fornecimento de bens e serviços à Companhia e utilizaram os valores pagos a mais pela Companhia para fazer pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos em exercício e outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, além de ex-empregados da Petrobras.

Além disso, as investigações também identificaram outras ocorrências específicas em que empresas impuseram custos adicionais à Companhia na aquisição de ativos imobilizados. Estes valores também foram utilizados para financiar pagamentos indevidos feitos por fornecedores e empreiteiras a ex-empregados da Petrobras, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos, descrito acima.

2.3.1.2 Impraticabilidade de quantificar o valor exato no qual os ativos estão superavaliados e os períodos a serem corrigidos

Identificar a data e o montante exatos dos custos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras à Companhia é impraticável em função das limitações descritas a seguir:

- As informações disponíveis para a Companhia por intermédio de seu acionista controlador, através dos depoimentos, identificam apenas as empresas envolvidas no esquema de pagamentos indevidos e o período de tempo em que o esquema funcionou, porém não especificam todos os contratos alvo dos atos ilícitos, os pagamentos específicos realizados no âmbito dos contratos e que incorporavam gastos adicionais, bem como os períodos em que os pagamentos incorporando custos adicionais foram feitos.

- A Companhia não fez qualquer desses pagamentos indevidos. Como eles foram feitos por empreiteiras e fornecedores, os valores exatos que foram gastos adicionalmente pela Companhia e usados para financiar pagamentos indevidos não podem ser identificados. Informações que determinem o montante que foi cobrado adicionalmente da Companhia pelos membros do cartel não se encontram nos registros contábeis da Companhia, que refletem integralmente os termos dos contratos assinados por ela junto a seus fornecedores. Estes contratos tiveram seus preços elevados em função da atuação em conluio dos membros do cartel e ex-empregados da Petrobras. Como a Companhia não consegue identificar o montante de gastos adicionais incluídos em cada pagamento no âmbito dos contratos de fornecimento ou o período específico em que os gastos adicionais ocorreram, não é possível determinar o período em que o ativo imobilizado deveria ser ajustado.

- Dois escritórios de advocacia estão conduzindo uma investigação interna independente que provavelmente terá duração superior a um ano e não se espera que apresente informações quantitativas cuja natureza seja abrangente suficiente para embasar um ajuste nas demonstrações contábeis. Isso ocorre, pois as informações disponíveis aos investigadores são limitadas às informações internas do Sistema Petrobras e, dessa forma, não será possível identificar informações específicas sobre o montante que foi cobrado adicionalmente da Companhia. Como as supostas atividades de lavagem de dinheiro tinham o intuito de ocultar a origem dos recursos e o montante envolvido, não se espera a existência de registros específicos dessas atividades.

- As investigações em curso pelas autoridades brasileiras têm como foco determinar a responsabilidade penal dos réus e não de obter de forma detalhada o montante exato dos custos adicionais que foram cobrados da Companhia pelos membros do cartel ou os valores utilizados para fazer os pagamentos indevidos. Além disso, o processo de investigação e avaliação de todas as provas e alegações pode durar vários anos.

- As autoridades brasileiras instauraram ações contra as empreiteiras e fornecedores e seus respectivos representantes nas quais buscam reparação por improbidade administrativa. Nessas ações, as autoridades aplicaram o percentual de 3% sobre o valor dos contratos com as empreiteiras e fornecedores para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos, de forma consistente com a metodologia utilizada pela Companhia e seu acionista controlador para contabilizar os impactos. No escopo dessas ações também não é esperado que se produza um detalhamento completo de todos os pagamentos indevidos, mesmo considerando o longo período de tempo que as investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras podem levar. Adicionalmente, a legislação brasileira não permite

acesso a registros e documentos internos dos fornecedores em ações cíveis e, portanto, não é esperado que estas ações produzam novas informações com relação àquelas obtidas nas investigações e ações criminais.

Conforme descrito anteriormente, a despeito das limitações citadas, o conjunto de informações disponíveis para a Companhia é, de maneira geral, consistente com relação aos agentes e empresas envolvidos no esquema, o período durante o qual operou, além do percentual de custos adicionais aplicado pelos fornecedores sobre o valor total dos contratos no escopo do esquema para financiar pagamentos indevidos e utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

2.3.1.3 Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos, a Companhia utilizou todo o conjunto de informações disponíveis (descrito anteriormente) para quantificar o impacto do esquema de pagamentos indevidos.

Quando a Petrobras divulgou suas demonstrações contábeis intermediárias do terceiro trimestre de 2014, não revisadas pelos auditores independentes, ainda não tinha informações com suficiente robustez para embasar os ajustes em suas demonstrações contábeis. Isso ocorreu em função de diversos documentos, cuja existência era de conhecimento da Petrobras, porém ainda não haviam sido tornados públicos, com destaque para os depoimentos realizados no âmbito dos acordos de colaboração premiada de Pedro José Barusco Filho, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef.

A partir de 28 de janeiro de 2015, evidências adicionais relevantes foram tornadas públicas, corroborando e amplificando as informações anteriormente disponíveis:

- depoimentos de Pedro José Barusco Filho;
- depoimentos prestados no âmbito do acordo de colaboração de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, que estavam mantidos em sigilo;
- uma parte dos depoimentos de Shinko Nakandakari;
- o Ministério Público Federal instaurou ações de improbidade administrativa contra os membros do cartel pelos danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos;
- o Ministério Público Federal instaurou outras ações criminais contra indivíduos envolvidos no esquema de pagamentos indevidos, como representantes das empreiteiras, intermediários ou ex-empregados da Petrobras; e
- acordo de leniência da empresa Setal Engenharia e Construções, participante do cartel, com as autoridades brasileiras.

Os valores pagos pela Companhia no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entende que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas que

representa gastos adicionais incorridos no âmbito do esquema de pagamentos indevidos não deveria ter sido capitalizada.

Os depoimentos identificaram 27 (vinte e sete) membros do cartel (fornecedores e empreiteiras brasileiras que pertenceriam ao esquema) e diversos fornecedores e empreiteiras que teriam atuado de forma isolada, também cobrando valores adicionais da Companhia que eram utilizados para realizar pagamentos indevidos, porém fora do escopo do cartel.

Com relação ao período de atuação do cartel, os depoimentos esclarecem que o esquema de pagamentos indevidos teria ocorrido entre 2004 e abril de 2012. A Companhia também avaliou a possibilidade de o esquema ter impactado períodos anteriores a 2004. No entanto, além dos depoimentos não sugerirem que o esquema acontecesse antes de 2004, o impacto de eventuais valores adicionais cobrados na aquisição de bens e serviços anteriormente a 2004 não seria material, uma vez que a maior parte do saldo atual do ativo imobilizado da Companhia foi construída entre 2004 e 2014 (o saldo do ativo imobilizado era de R$1.297 em 31 de dezembro de 2003) e que os ativos existentes em 2003 estão substancialmente depreciados em 2014.

Em suma, com base nas informações descritas anteriormente, a Companhia concluiu que a parcela dos custos incorridos na construção de seus ativos imobilizados como resultado da atuação de empreiteiras e fornecedores no cartel para cobrar valores adicionais e utilizar esses valores para realizar pagamentos indevidos não deveria ter sido capitalizada. A fim de contabilizar o impacto dos referidos gastos adicionais, foi desenvolvida uma metodologia para estimar o ajuste que deveria ser feito no ativo imobilizado, que envolve os cinco passos descritos a seguir:

1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel nos depoimentos tornados públicos e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas individualmente e grupos econômicos envolvidos.

2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes identificadas no passo (1) durante o período identificado no passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais eles se relacionam.

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos identificados no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os custos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

O cálculo considerou todos os valores registrados nos registros contábeis da Companhia entre 2004 e setembro de 2014, referentes aos contratos inicialmente firmados entre janeiro de 2004 e abril de 2012, bem como quaisquer aditivos firmados entre as empresas do Sistema Petrobras e os membros do cartel (individualmente ou em consórcio). Esse escopo amplo de contratos foi adotado para gerar a melhor estimativa dos custos adicionais, mesmo não havendo evidência de que todos os contratos assinados com as empresas em questão tivessem sido alvo do esquema de pagamentos indevidos. A Companhia não identificou pagamentos a empresas investigadas que não eram membros do cartel.

A Companhia possui projetos em construção cujo contrato original foi assinado entre 2004 e abril de 2012. A abordagem adotada para realizar os ajustes considera que os valores cobrados adicionalmente foram aplicados sobre o valor total do contrato, ou seja, incluindo pagamentos que ainda serão incorridos em períodos futuros. Como é impraticável alocar os custos adicionais impostos por essas empresas a períodos específicos no tempo, a parcela de gastos adicionais referentes aos pagamentos que serão realizados no futuro pela Companhia já pode ter sido cobrada antecipadamente. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente incorpora o valor total dos contratos assinados e não apenas os valores referentes aos pagamentos já efetuados. Contudo, conforme mencionado anteriormente, com base nas informações disponíveis, o acionista controlador acredita que a atuação do cartel tenha sido interrompida após abril de 2012 e que, considerando os andamentos recentes das investigações criminais, os pagamentos indevidos relacionados ao esquema de pagamentos indevidos tenham sido interrompidos.

A Companhia e seu acionista controlador consideram ter adotado uma metodologia que produz a melhor estimativa de quanto seus ativos imobilizados estão superavaliados como resultado do esquema de pagamentos indevidos, uma vez que utilizou como base um valor limítrofe dentre as estimativas consideradas razoáveis. Em sua estimativa, a Companhia e o acionista controlador, consideraram que todos os contratos com as contrapartes identificadas foram impactados e o percentual de 3% representa os valores adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores, utilizados por essas empresas para realizar pagamentos indevidos. As duas premissas são corroboradas pelos depoimentos, porém alguns depoimentos indicam percentuais inferiores com relação a certos contratos, períodos menores de atuação do cartel (2006 a 2011), bem como o envolvimento de um número menor de fornecedores e empreiteiras.

Além das baixas no ativo imobilizado, os impactos no resultado do período incluem a reversão de parte da depreciação dos referidos ativos, a partir de suas respectivas datas de entrada em operação.

Conforme indicado anteriormente, os depoimentos não fornecem informações suficientes para permitir que a Companhia determine o período específico no qual cada valor gasto adicionalmente foi incorrido. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente foi reconhecida no resultado do terceiro trimestre de 2014, em função da impraticabilidade de se determinar os efeitos específicos em cada período no passado. A

Companhia acredita que essa abordagem é a mais adequada no âmbito dos padrões internacionais de contabilidade (IFRS) para a correção do erro.

Além disso, a Companhia avaliou, através de duas hipóteses, a materialidade do impacto do esquema de pagamentos indevidos em informações financeiras de períodos anteriores que são apresentadas para fins comparativos. Uma das hipóteses foi considerar que a alocação dos custos adicionais impostos pelos fornecedores tivesse sido ao longo do tempo e, consequentemente, capitalizada, na mesma proporção em que a Companhia pagou os valores no âmbito dos contratos impactados, ou seja, como se ocorressem em uma base pro rata. A outra hipótese foi considerar que os pagamentos indevidos fossem realizados de forma integral no momento em que os contratos foram assinados. Em nenhum dos casos, realizar a baixa dos gastos adicionais capitalizados indevidamente impactaria de forma material os períodos anteriores apresentados para fins comparativos.

A Companhia ainda não recuperou nenhum valor referente aos pagamentos indevidos feitos por fornecedores e não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável nesse momento. Qualquer valor recuperável será reconhecido como resultado quando recebido (ou quando sua realização se tornar praticamente certa).

A Companhia considerou cuidadosamente todas as informações disponíveis e, conforme indicado anteriormente, não acredita que novas informações oriundas das investigações pelas autoridades brasileiras, da investigação interna independente por escritórios de advocacia, ou de novas comissões internas de apuração que venham a ser constituídas (ou revisões das comissões internas já concluídas) poderão impactar ou mudar de forma relevante a metodologia adotada. Não obstante esta expectativa, a Companhia monitorará continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliará seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.
O efeito total dos ajustes apurados na Companhia, conforme descrito acima, é apresentado a seguir:

	"Baixa de custos capitalizados indevidamente"
	2014
Esquema de pagamentos:	
Valor total dos contratos	793
Estimativa do valor total de custos adicionais (3%)	24
Reversão da depreciação dos referidos ativos	(1)
Baixa de custos capitalizados indevidamente (efeito líquido)	(23)

2.4 Reapresentações no ativo e resultado do exercício

Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Em 22 de abril de 2015, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram inicialmente autorizadas e apresentadas, pela Companhia. Considerando, porém, a perspectiva de abertura de seu capital, a Administração da Companhia decidiu reapresentar as referidas demonstrações financeiras para (1) adequar suas divulgações aos requerimentos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, bem como para (2) reclassificar os juros embutidos no preço dos produtos praticado aos clientes de "receita de vendas" para "resultado financeiro" (R$386), (3) reclassificar as aplicações no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC-NP de "Caixa e equivalentes de caixa" para "Contas a receber" (R$ 419); (4) reclassificar os saldos de cessões de direitos creditórios de conta redutora do contas a receber para o passivo circulante (R$380); (5) reclassificar valores de bonificações antecipadas concedidas a clientes classificados em contas a receber para despesas antecipadas (R$85); (6) reclassificar parcela de impostos a recuperar (R$245) e despesas antecipadas (R$331) do circulante para o não circulante; (7) reclassificar o saldo de processos judiciais de circulante para não circulante (R$159); e (8) reclassificar as despesas com plano de pensão (R$111) e participação nos lucros ou resultados – PLR (R$61) para Outras despesas, líquidas.

	Consolidado 31 de dezembro de 2014								
	Originalmente apresentado em 22 de abril de 2015	Reclassificação FIDC de "Caixa e equivalentes de caixa" para "Contas a receber"	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Reclassificação da "Provisão para processos judiciais" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Impostos a recuperar" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Despesas antecipadas" do Longo para o Curto prazo	Reclassificação da parcela a liberar das bonificações condicionais para "Despesas antecipadas"	Outras reclassificações	Reapresentado
Balanço patrimonial									
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	1.161	(419)	-	-	-	-	-	-	742
Contas a receber, liquidas	6.040	419	380	-	-	-	-	24	6.863
Estoques	2.606	-	-	-	-	-	-	-	2.606
Adiantamentos a fornecedores	76	-	-	-	-	-	-	64	140
Impostos e contribuições a recuperar	747	-	-	-	(245)	-	-	-	502
Despesas antecipadas	49	-	-	-	-	331	-	-	380
Outros ativos circulantes	103	-	-	-	-	-	-	(64)	39
Total do ativo circulante	10.782	-	380	-	(245)	331	-	24	11.272
Não circulante									
Contas a receber, liquidas	6.136	-	-	-	-	-	(85)	-	6.051
Títulos e valores mobiliários	23	-	-	-	-	-	-	-	23
Depósitos judiciais	871	-	-	-	-	-	-	-	871
Impostos e contribuições a recuperar	69	-	-	-	245	-	-	-	314
Imposto e contribuição social diferidos	984	-	-	-	-	-	-	-	984
Despesas antecipadas	1.736	-	-	-	-	(331)	85	-	1.490
Outros ativos	6.614	-	-	-	-	-	-	-	6.614
Total do ativo não circulante	16.433	-	-	-	245	(331)	-	-	16.347
Total do ativo	27.215	-	380	-	-	-	-	24	27.619
Passivo e patrimônio líquido									
Passivo circulante									
Fornecedores	3.144	-	-	-	-	-	-	24	3.168
Financiamentos	295	-	-	-	-	-	-	-	295
Operações de mútuo com acionista controladora	6.596	-	-	-	-	-	-	-	6.596
Cessão de direitos creditórios	-	-	380	-	-	-	-	24	404
Arrendamentos mercantis financeiros	42	-	-	-	-	-	-	-	42
Adiantamentos de clientes	342	-	-	-	-	-	-	-	342
Impostos e contribuições a recolher	344	-	-	-	-	-	-	(7)	337
Dividendos propostos / Juros sobre capital próprio	267	-	-	-	-	-	-	-	267
Salários, férias e encargos	176	-	-	-	-	-	-	14	190
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-	-	-	-	-	-	-	9	9
Participações nos lucros ou resultados	61	-	-	-	-	-	-	-	61
Planos de pensão e saúde	83	-	-	-	-	-	-	-	83
Provisão para processos judiciais	159	-	-	(159)	-	-	-	-	-
Outras contas e despesas a pagar	183	-	-	-	-	-	-	(40)	143
Total do passivo circulante	11.692	-	380	(159)	-	-	-	24	11.937
Total do passivo não circulante	3.402	-	-	159	-	-	-	-	3.561
Total do passivo	15.094	-	380	-	-	-	-	24	15.498
Patrimônio líquido	12.121	-	-	-	-	-	-	-	12.121
Total do passivo e patrimônio líquido	27.215	-	380	-	-	-	-	24	27.619

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2014							
	Originalmente apresentado em 22 de abril de 2015	Juros embutidos no preço dos produtos praticados aos clientes	Reclassificação FIDC de "Caixa e equivalentes de caixa" para "Contas a receber"	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Transferência da linha de "Planos de Pensão e Saúde" para "Outras despesas, líquidas"	Transferência da linha de "Participações nos lucros ou resultados" para "Outras despesas, líquidas"	Outros	Reapresentado
Demonstração do resultado								
Receita de vendas	98.914	(386)	-	-	-	-	-	98.528
Custo dos produtos vendidos	(91.237)	-	-	-	-	-	-	(91.237)
Lucro bruto	7.677	(386)	-	-	-	-	-	7.291
Vendas	(4.524)	-	-	-	-	-	-	(4.524)
Gerais e administrativas	(748)	-	-	-	-	-	-	(748)
Tributárias	(160)	-	-	-	-	-	-	(160)
Perda no valor de recuperação de ativos - *impairment*	-	-	-	-	-	-	-	-
Planos de pensão e saúde	(111)	-	-	-	111	-	-	-
Outras despesas, líquidas	(429)	-	-	-	(111)	(61)	-	(601)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	1.705	(386)	-	-	-	(61)	-	1.258
Financeiras								
Despesas	(1.188)	386	-	-	-	-	-	(802)
Receitas	368	-	-	-	-	-	19	387
Variações cambiais e monetárias, líquidas	724	-	-	-	-	-	(19)	705
Resultado de participações em investimentos	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)
Participações nos lucros ou resultados	(61)	-	-	-	-	61	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.546	-	-	-	-	-	-	1.546
Imposto de renda e contribuição social	(423)	-	-	-	-	-	-	(423)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.123	-	-	-	-	-	-	1.123
Demonstração dos fluxos de caixa								
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.296)	-	(57)	2.259	-	-	-	(2.094)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(946)	-	(353)	-	-	-	-	(1.299)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	5.478	-	-	(2.259)	-	-	-	3.219
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	236	-	(410)	-	-	-	-	(174)
Demonstração do valor adicionado								
Receitas	120.842	(386)	-	-	-	-	-	120.456
Insumos adquiridos de terceiros	(98.968)	-	-	-	-	-	-	(98.968)
Retenções	(403)	-	-	-	-	-	-	(403)
Valor adicionado recebido em transferência	1.393	-	-	-	-	-	19	1.412
Valor adicionado a distribuir	22.864	(386)	-	-	-	-	19	22.497
Pessoal e administradores	1.518	-	-	-	-	-	-	1.518
Tributos	18.514	-	-	-	-	-	-	18.514
Instituições financeiras e fornecedores	1.709	(386)	-	-	-	-	19	1.342
Dividendos / Juros sobre capital próprio	351	-	-	-	-	-	-	351
Lucros retidos / prejuízo do exercício	772	-	-	-	-	-	-	772
Valor adicionado distribuído	22.864	(386)	-	-	-	-	19	22.497

Reapresentação de períodos anteriores ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Em 2014, foram identificados ajustes de exercícios anteriores (reclassificações) referentes aos eventos a seguir.

a) Apropriação das bonificações condicionais e dos financiamentos ressarcíveis

As bonificações concedidas através das bonificações antecipadas concedidas a clientes foram reclassificadas das despesas de vendas para dedução da receita bruta, em virtude de, em essência, serem descontos nos preços de vendas concedidos mediante o cumprimento de certas condições contratuais, tais como volume mínimo. Uma vez cumpridas as condições, essas bonificações tornam-se inexigíveis se o cliente cumprir as condições contratuais pactuadas com a Companhia, totalizando R$528 em 2014 (R$383 em 2013). A Companhia entende que, historicamente, os recursos não retornam ao seu caixa e são, em essência, bonificações comerciais.

Com relação aos financiamentos ressarcíveis e em consequência da natureza financeira envolvida na operação, a Companhia entende que as receitas e despesas referentes a esses financiamentos, também não se caracterizam como despesas de vendas, tendo sido reclassificadas para receita ou despesa financeira (Notas 23 e 24) totalizando R$35 em 2014 (R$27 em 2013).

b) Prêmios e descontos especiais sobre vendas

Os prêmios e descontos especiais sobre vendas foram reclassificados das despesas de vendas para dedução da receita bruta, em função da concessão de créditos aos clientes pelo cumprimento de cláusulas contratuais pactuadas com a Companhia, totalizando R$42 em 2014 (R$34 em 2013).

c) Reclassificação das bonificações antecipadas concedidas a clientes

Os saldos das bonificações antecipadas concedidas a clientes, correspondentes aos desembolsos de bonificação, foram reclassificados de contas a receber para as despesas antecipadas. A Companhia entende que essas bonificações não têm características de ativos financeiros, uma vez que não representam um direito incondicional da Companhia receber caixa. As bonificações concedidas através dessas bonificações antecipadas concedidas a clientes estão atreladas ao consumo de volumes pactuados com os clientes. À medida que esse consumo é atingido, as bonificações são amortizadas e reconhecidas como dedução da receita bruta. Os saldos reclassificados são de R$1.627 em 2014 e R$1.299 em 2013.

d) Classificação de operações em conjunto

As participações nos negócios em conjunto CDGN e Brasil Supply foram reclassificadas de operações em conjunto para empreendimentos controlados em conjunto. A Companhia reavaliou seus direitos e obrigações, os termos contratuais pactuados e os outros fatos e circunstâncias envolvidos nessas participações e entende que elas não se caracterizam como operações em conjunto. Os ativos, passivos e resultados, que eram apresentados linha a linha nas demonstrações consolidadas, passaram a ser representados por equivalência patrimonial.

e) Reapresentação dos ajustes atuariais

A partir da entrada em vigor das alterações introduzidas pelo IAS 19 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1), foi eliminada a possibilidade de diferimento das perdas atuariais dos planos de pensão e saúde (método "corredor") e foi requerido o cálculo dos juros líquidos, com base na aplicação da taxa de desconto sobre o saldo dos passivos líquidos de ativos do plano.

Em decorrência dessa alteração, a Companhia reconheceu em suas demonstrações consolidadas em 31 de dezembro de 2012 um aumento do passivo atuarial líquido de R$1.060, tendo como contrapartida um aumento do ativo fiscal diferido em R$287, e uma redução de R$773 no seu patrimônio líquido.

f) Reclassificação do Fundo em direitos creditórios – FIDC-NP

Os saldos do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC-NP de R$419 (R$9 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, foram reclassificadas de Caixa e equivalentes de caixa para Contas a receber, líquidas.

g) Reclassificação das cessões de direitos creditórios

Os saldos de cessões de direitos creditórios foram reclassificados de conta redutora do contas a receber para o passivo. Os saldos reclassificados são de R$380 em 2014 e R$2.639 em 2013.

h) Segregações entre circulante e não circulante

Segregações foram efetuadas para adequação da apresentação do balanço patrimonial, sendo: (1) impostos a recuperar (R$180); (2) despesas antecipadas (R$246); e (3) saldo de processos judiciais (R$115).

i) Reclassificações para Outras despesas, líquidas

As despesas com plano de pensão (R$87) e participação nos lucros ou resultados (R$65) foram reclassificadas das rubricas próprias para o grupo das Outras despesas, líquidas.

Efeito das reapresentações

Os impactos das reapresentações estão resumidos nos quadros a seguir:

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2013								
	Originalmente apresentado em 25 de fevereiro de 2014	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Alteração da classificação de investimento em controladas em conjunto	Alteração da classificação de bonificações antecipadas concedidas a clientes de "Contas a receber" para "Despesas antecipadas"	Reclassificação da "Provisão para processos judiciais" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Impostos a recuperar" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Despesas antecipadas" do Longo para o Curto prazo	Outras reclassificações	Reapresentado
Balanço patrimonial									
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	931	-	(6)	-	-	-	-	(9)	916
Contas a receber, líquidas	2.714	2.639	(4)	(12)	-	-	-	102	5.439
Estoques	2.356	-	-	-	-	-	-	-	2.356
Adiantamentos a fornecedores	129	-	(1)	-	-	-	-	9	137
Impostos e contribuições a recuperar	746	-	(2)	-	-	(180)	-	-	564
Despesas antecipadas	44	-	-	12	-	-	246	-	302
Outros ativos circulantes	34	-	1	-	-	-	-	(9)	26
Total do ativo circulante	6.954	2.639	(12)	-	-	(180)	246	93	9.740
Não circulante									
Contas a receber, líquidas	4.999	-	-	(1.287)	-	-	-	14	3.726
Títulos e valores mobiliários	22	-	-	-	-	-	-	-	22
Depósitos judiciais	734	-	-	-	-	-	-	-	734
Impostos e contribuições a recuperar	94	-	(1)	-	-	180	-	-	273
Imposto e contribuição social diferidos	361	-	2	-	-	-	-	-	363
Despesas antecipadas	132	-	-	1.287	-	-	(246)	-	1.173
Outros ativos	6.129	-	(34)	-	-	-	-	(14)	6.081
Total do ativo não circulante	12.471	-	(33)	-	-	180	(246)	-	12.372
Total do ativo	19.425	2.639	(45)	-	-	-	-	93	22.112
Passivo e patrimônio líquido									
Passivo circulante									
Fornecedores	3.019	-	(2)	-	-	-	-	13	3.030
Financiamentos	165	-	(16)	-	-	-	-	-	149
Cessão de direitos creditórios	-	2.639	-	-	-	-	-	16	2.655
Arrendamentos mercantis financeiros	37	-	2	-	-	-	-	-	39
Adiantamentos de clientes	212	-	-	-	-	-	-	80	292
Impostos e contribuições a recolher	278	-	(3)	-	-	-	-	(6)	269
Dividendos propostos / Juros sobre capital próprio	506	-	-	-	-	-	-	-	506
Salários, férias e encargos	166	-	(1)	-	-	-	-	25	190
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações nos lucros ou resultados	65	-	-	-	-	-	-	-	65
Planos de pensão e saúde	84	-	-	-	-	-	-	-	84
Provisão para processos judiciais	115	-	-	-	(115)	-	-	-	-
Outras contas e despesas a pagar	159	-	(3)	-	-	-	-	(35)	121
Total do passivo circulante	4.806	2.639	(23)	-	(115)	-	-	93	7.400
Total do passivo não circulante	2.718	-	(22)	-	115	-	-	-	2.811
Total do passivo	7.524	2.639	(45)	-	-	-	-	93	10.211
Patrimônio líquido	11.901	-	-	-	-	-	-	-	11.901
Total do passivo e patrimônio líquido	19.425	2.639	(45)	-	-	-	-	93	22.112

	Consolidado								
	1º de janeiro de 2013								
	Originalmente apresentado em 4 de fevereiro de 2013	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Alteração da classificação de bonificações antecipadas concedidas a clientes de "Contas a receber" para "Despesas antecipadas"	Reclassificação da "Provisão para processos judiciais" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Impostos a recuperar" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Despesas antecipadas" do Longo para o Curto prazo	Efeitos da revisão do CPC 33 - R1	Outras reclassificações	Representado
Balanço patrimonial									
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	1.056	-	-	-	-	-	-	(5)	1.051
Contas a receber, líquidas	4.078	2.521	(17)	-	-	-	-	72	6.654
Estoques	1.846	-	-	-	-	-	-	-	1.846
Adiantamentos a fornecedores	124	-	-	-	-	-	-	-	124
Impostos e contribuições a recuperar	676	-	-	-	(212)	-	-	-	464
Despesas antecipadas	50	-	17	-	-	172	-	-	239
Outros ativos circulantes	357	-	-	-	-	-	-	(17)	340
Total do ativo circulante	8.187	2.521	-	-	(212)	172	-	50	10.718
Não circulante									
Contas a receber, líquidas	3.418	-	(945)	-	-	-	-	31	2.504
Títulos e valores mobiliários	22	-	-	-	-	-	-	-	22
Depósitos judiciais	625	-	-	-	-	-	-	-	625
Impostos e contribuições a recuperar	14	-	-	-	212	-	-	-	226
Imposto e contribuição social diferidos	441	-	-	-	-	-	287	(215)	513
Despesas antecipadas	127	-	945	-	-	(172)	-	-	900
Outros ativos	5.399	-	-	-	-	-	-	(31)	5.368
Total do ativo não circulante	10.046	-	-	-	212	(172)	287	(215)	10.158
Total do ativo	18.233	2.521	-	-	-	-	287	(165)	20.876
Passivo e patrimônio líquido									
Passivo circulante									
Fornecedores	3.518	-	-	-	-	-	-	-	3.518
Financiamentos	17	-	-	-	-	-	-	-	17
Cessão de direitos creditórios	-	2.521	-	-	-	-	-	-	2.521
Arrendamentos mercantis financeiros	35	-	-	-	-	-	-	-	35
Adiantamentos de clientes	182	-	-	-	-	-	-	166	348
Impostos e contribuições a recolher	428	-	-	-	-	-	-	(6)	422
Dividendos propostos / Juros sobre capital próprio	449	-	-	-	-	-	-	-	449
Salários, férias e encargos	165	-	-	-	-	-	-	6	171
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações nos lucros ou resultados	64	-	-	-	-	-	-	-	64
Planos de pensão e saúde	81	-	-	-	-	-	-	-	81
Provisão para processos judiciais	94	-	-	(94)	-	-	-	-	-
Outras contas e despesas a pagar	224	-	-	-	-	-	-	(116)	108
Total do passivo circulante	5.257	2.521	-	(94)	-	-	-	50	7.734
Total do passivo não circulante	2.617	-	-	94	-	-	1.060	(215)	3.556
Total do passivo	7.874	2.521	-	-	-	-	1.060	(165)	11.290
Patrimônio líquido	10.359	-	-	-	-	-	(773)	-	9.586
Total do passivo e patrimônio líquido	18.233	2.521	-	-	-	-	287	(165)	20.876

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2013						
	Originalmente apresentado em 25 de fevereiro de 2014	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Transferência da linha de "Planos de Pensão e Saúde" para "Outras despesas, líquidas"	Transferência da linha de "Participações nos lucros ou resultados" para "Outras despesas, líquidas"	Ajuste de reclassificação de bonificações antecipadas concedidas a clientes e prêmios	Outros	Reapresentado
Demonstração do resultado							
Receita de vendas	86.947	-	-	-	(417)	(33)	86.497
Custo dos produtos vendidos	(79.608)	-	-	-	-	28	(79.580)
Lucro bruto	7.339	-	-	-	(417)	(5)	6.917
Vendas	(3.701)	-	-	-	444	1	(3.256)
Gerais e administrativas	(759)	-	-	-	-	6	(753)
Tributárias	(33)	-	-	-	-	-	(33)
Planos de pensão e saúde	(87)	-	87	-	-	-	-
Outras despesas, líquidas	39	-	(87)	(65)	-	(1)	(114)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	2.798	-	-	(65)	27	1	2.761
Financeiras							
Despesas	(228)	-	-	-	(27)	4	(251)
Receitas	322	-	-	-	-	24	346
Variações cambiais e monetárias, líquidas	217	-	-	-	-	(24)	193
Resultado de participações em investimentos	(1)	-	-	-	-	(5)	(6)
Participações nos lucros ou resultados	(65)	-	-	65	-	-	-
Lucro (prejuizo) antes dos impostos	3.043	-	-	-	-	-	3.043
Imposto de renda e contribuição social	(911)	-	-	-	-	-	(911)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.132	-	-	-	-	-	2.132
Demonstração dos fluxos de caixa							
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	910	(118)	-	-	-	(20)	772
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(641)	-	-	-	-	2	(639)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(394)	118	-	-	-	8	(268)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(125)	-	-	-	-	(10)	(135)
Demonstração do valor adicionado							
Receitas	106.826	-	-	-	(417)	(44)	106.365
Insumos adquiridos de terceiros	(86.757)	-	-	-	444	22	(86.291)
Retenções	(380)	-	-	-	-	4	(376)
Valor adicionado recebido em transferência	802	-	-	-	-	19	821
Valor adicionado a distribuir	20.491	-	-	-	27	1	20.519
Pessoal e administradores	1.421	-	-	-	-	(9)	1.412
Tributos	16.270	-	-	-	-	(7)	16.263
Instituições financeiras e fornecedores	668	-	-	-	27	17	712
Dividendos / Juros sobre capital próprio	575	-	-	-	-	-	575
Lucros retidos / prejuízo do exercício	1.557	-	-	-	-	-	1.557
Valor adicionado distribuído	20.491	-	-	-	27	1	20.519

2.5 Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"

Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (*impairment*) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge. Data de vigência 1º de janeiro de 2018.

A Companhia está avaliando o pronunciamento, principalmente em relação às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, passando a utilizar uma matriz de provisionamento baseada em dados históricos a ser considerada na visão prospectiva. As análises estão sendo elaboradas e serão mensuradas nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017.

IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"

Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos. Data de vigência 1º de janeiro de 2018.

Até o momento, com base nos estudos efetuados, a Companhia não espera impactos relevantes, entretanto, a conclusão final depende dos avanços nas análises.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos Mercantis", que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

A Companhia tem um número elevado de contratos de arrendamento como arrendatária de vários ativos, tais como equipamentos, imóveis e terrenos (onde, principalmente estão localizados os postos de serviços).

A Companhia está atualmente no processo de estimar o impacto desta nova norma em tais contratos. Nesta análise a estimativa do prazo do arrendamento é incluída, considerando o período não cancelável e os períodos adicionais cobertos, caso seja exercida a opção de estender o arrendamento para aqueles casos em que haja certeza razoável da opção da extensão do prazo, o que dependerá, em grande parte, da utilização esperada dos ativos da Companhia instalados junto aos bens arrendados.

Além do prazo do arrendamento, serão utilizadas premissas para calcular a taxa de desconto, que dependerá principalmente da taxa de financiamento incremental para os prazos estimados.

Devido à complexidade das estimativas e o elevado número de contratos, a Companhia ainda não concluiu o processo de implementação, de modo que, na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não é possível estimar de forma razoável o impacto da aplicação desta norma. No entanto, considerando o volume de contratos existentes, a Companhia estima que os impactos da implementação do IFRS 16 serão significativos sobre as suas demonstrações financeiras, incluindo o reconhecimento do direito de uso e as correspondentes obrigações em relação aos contratos que, de acordo com a norma atual são classificados como arrendamentos operacionais. Além disso, as amortizações do direito de uso dos ativos e reconhecimento de juros sobre a obrigação de arrendamento substituirão uma parte significativa do valor reconhecido como despesas na demonstração do resultado do arrendamento operacional.

3 Base de consolidação

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

O controle é obtido quando a Companhia possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As controladas e operações em conjunto inseridas no processo de consolidação são as seguintes:

	Participação no capital - Subscrito, integralizado e votante - %	
	2014	2013
Subsidiárias e controladas (nota 11.2)		
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A.- Stratura	100,00	100,00
Operação em conjunto (nota 11.3)		
Brasil Carbonos S.A. (*)	49,00	49,00

(*) A Brasil Carbonos é consolidada no percentual de 49%.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

4.1 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como a de suas investidas, é o Real.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

4.3 Títulos e valores mobiliários

São mensurados subsequentemente à aquisição pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

4.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Estão contabilizadas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia possui expectativa de recebimento dos créditos vencidos sem constituição de perda em função de ações da política de cobrança que são desenvolvidas e também pelas garantais apresentadas pelos clientes.

4.5 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas correspondem aos gastos com seguros, aluguéis e às bonificações concedidas aos clientes através de bonificações antecipadas. Esses valores são apropriados ao resultado do exercício de forma linear de acordo com o prazo do contrato.

4.6 Outros instrumentos financeiros não derivativos

São classificados da seguinte forma: ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (ativos financeiros mantidos para negociação) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende do propósito para o qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da Companhia no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São aqueles para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo mensurados pelo custo de aquisição e, após seu reconhecimento inicial, acrescidos por juros e atualização monetária.

Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Mantidos para negociação

Estão mensurados ao valor justo no seu reconhecimento inicial e subsequente. Os juros, a atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e incluem as contas a receber, os financiamentos a receber, saldos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos. Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método da taxa de juros efetiva, decrescidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

4.7 Estoques

Estão demonstrados da seguinte forma:

- os derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido;

- os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

São incluídos os gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação (como matéria-prima e mão-de-obra direta), e outros custos diretos e indiretos incorridos para trazer os estoques às suas localizações e condições existentes, baseados na capacidade operacional normal.

4.8 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados e atualizados de acordo com a natureza das correspondentes causas.

4.9 Controladas, negócios em conjunto e coligada

Estão representados por investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada, constituídas sob a forma de capital fechado.

Controladas

Nas demonstrações individuais, os investimentos em controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Negócios em conjunto

O negócio em conjunto pode ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes e dos fatos e circunstâncias relacionados ao negócio.

Os resultados, os ativos e os passivos dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações individuais e consolidadas.

A Companhia reconhece a sua parcela nas receitas e despesas, bem como dos ativos e passivos detidos na operação em conjunto, nas demonstrações consolidadas.

Coligada

O investimento na coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

4.10 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção e é depreciado pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens, informadas na Nota 12.3. Os terrenos não são depreciados.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão-de-obra direta, os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida.

Os gastos com reparo e manutenção são reconhecidos no resultado no exercício em que incorrem.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais.

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos anualmente. Em 2014, não ocorreram alterações nas vidas úteis.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos, benefícios e controle dos bens são classificados como arredamentos mercantis financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do contrato de arrendamento mercantil financeiro. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Ativos arrendados são amortizados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, se não houver certeza razoável de que o arrendatário virá a obter a propriedade no fim do prazo do arrendamento mercantil. Quando houver certeza de que o arrendatário obterá a propriedade ao final do contrato, os ativos são amortizados pelo prazo da vida útil estimada.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de escritórios, fábricas, edificações, benfeitorias e ativos em construção.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando for maior do que o seu valor recuperável estimado (Nota 4.12).

4.11 Intangível

É representado pelos gastos com direitos e concessões, *goodwill* e *softwares*.

A amortização, pelo método linear, tem base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens.

A amortização do ativo intangível representado pela concessão de Gás Natural do Estado do Espírito Santo ocorre pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

Os custos de manutenção de *softwares* são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos *softwares* são reconhecidos como intangível quando são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros para a Companhia.

O *goodwill* resultante da aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis (Nota 13).

4.12 Redução ao valor recuperável de ativos - "*Impairment*"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação no teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, que são resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

O *goodwill* tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

O teste anual do *goodwill* é feito com base em premissas relacionadas ao plano estratégico e estimativas de fluxos de caixa futuros da Companhia, projetados para os anos de 2015 a 2030, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 5,3% (4,6% em 2013). A taxa de crescimento média dos fluxos de caixa é de 3,82%.

Com base nas análises da Administração, não foram identificados ajustes para redução ao valor recuperável dos saldos dos ativos da Companhia, considerada como Unidade Geradora de Caixa.

4.13 Arrendamentos mercantis

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. O passivo é inicialmente reconhecido pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento mercantil, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando a Companhia é arrendadora, um contas a receber é constituído por valor correspondente ao investimento líquido da taxa de juros implícita no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida no ativo ou no passivo, considerando os saldos de cada uma das empresas consolidadas (Nota 18). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo são compensados quando há a previsão legal de compensar os impostos ativos correntes com os impostos passivos correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal.

4.15 Provisões e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

São registradas tendo como base as melhores estimativas disponíveis para o risco envolvido.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

A Companhia apresenta, na Nota 27.2, os passivos contingentes cuja probabilidade de saída de recursos seja possível.

4.16 Financiamentos

Estão reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização são reduzidos pelas receitas financeiras decorrentes do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

4.17 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

São contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos no curso normal do negócio e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

4.18 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e; ii) em outros resultados abrangentes, as remensurações, que não são reclassificadas para o resultado do exercício em períodos futuros.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano) e; iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem:
i) ganhos e perdas atuariais; ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; e iii) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (*asset ceiling*), excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

As premissas atuariais incluem: estimativas biométricas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

A Companhia também contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado.

4.19 Adiantamentos de clientes

Correspondem às obrigações contratuais decorrentes de antecipações recebidas dos clientes para futura entrega de produtos e para constituição do fundo de marketing.

Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando da efetiva entrega dos produtos.

O fundo de marketing consiste na constituição de um fundo formado pela contribuição dos postos revendedores, onde cada revendedor se beneficia de todas as ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

Os valores do fundo são realizados por meio dos pagamentos das ações de marketing, não sendo registrados em resultado.

4.19.1 Programa Petrobras Premmia

O Petrobras Premmia – Programa de fidelidade da Companhia, é um dos principais programas que são custeados pelos recursos disponíveis no fundo de *marketing*.

Esses recursos são utilizados para comprar lotes promocionais de diversas naturezas (milhas aéreas, eventos, produtos, entre outros) que são disponibilizados aos participantes do plano, sempre limitado a quantidade ofertada.

A Companhia por conta do programa, poderá também celebrar parcerias com outras empresas, em virtude das quais os participantes poderão obter descontos na aquisição de bens e/ou serviços oferecidos por estas.

Em nenhum caso, a Companhia responderá perante os participantes pelo cumprimento das obrigações assumidas por tais empresas nas parcerias mencionadas no item anterior.

As parcerias do Programa Petrobras Premmia, poderão ser extintas ou suspensas pela Companhia, a seu exclusivo critério, independentemente de prévio aviso aos participantes.

Os parceiros do programa são responsáveis pelos produtos e/ou serviços que por eles sejam disponibilizados para resgate.

4.20 Capital social e remuneração ao acionista

O capital social está representado por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios atendem aos limites definidos no Estatuto Social da Companhia e são reconhecidos como passivo.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.21 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são registrados pelo regime de competência.

A Companhia comercializa combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, gás natural e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da Petrobras e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, termoelétricas, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e encargos sobre vendas, das devoluções e dos descontos e bonificações.

A receita é reconhecida quando o valor pode ser mensurado de maneira confiável e quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

A receita financeira e a variação monetária são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

4.22 Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva.

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros.

Não há transferências entre as áreas de negócio.

As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas nas seguintes áreas:

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Grandes Consumidores

Comercializa combustíveis, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Produtos de Aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o *overhead* relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

4.23 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A seguir, são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

a) Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 05 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na Nota 19.

b) Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na Nota 27.

c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia reconhece as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou recuperação judicial. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

4.23.1 Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 2.3, a Companhia realizou baixas contábeis de R$ 23 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a Companhia desenvolveu uma metodologia descrita na nota explicativa 2.3. A Companhia admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a Companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.
Entretanto, como já discutido, a Companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	543	670	533	667
Aplicações financeiras	199	246	-	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	**742**	**916**	**533**	**667**

6 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Mantidos até o vencimento – Ativo não circulante				
Cotas FIDC - FCM	18	18	18	18
NTN-P	5	4	5	4
Total	**23**	**22**	**23**	**22**

Cotas FIDC – FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços

A Companhia mantém recursos de R$18 investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços – FCM, constituído sob a forma de condomínio fechado, com recursos destinados à aquisição de direitos creditórios de operações de aquisições de bens e serviços realizadas junto aos fornecedores da Companhia.

A estrutura do fundo contempla como único sacado a Companhia e como cedentes os fornecedores qualificados. A Companhia tem a intenção e capacidade para manter esses títulos até o seu vencimento, em 31 de dezembro de 2040.

7 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Partes relacionadas				
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 18.3)	419	9	416	-
Setor elétrico - Sistema isolado (nota 7.2)	6.289	3.033	6.289	3.033
Clientes governo federal	99	95	99	95
Empresas do Sistema Petrobras, exceto do setor elétrico - sistema isolado	448	377	526	374
Total partes relacionadas	**7.255**	**3.514**	**7.330**	**3.502**
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber (a)	7.022	6.303	6.938	6.209
Setor elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 7.2)	1.037	639	1.037	639
Total terceiros	**8.059**	**6.942**	**7.975**	**6.848**
Total das contas a receber	**15.314**	**10.456**	**15.305**	**10.350**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				
Terceiros	(2.220)	(1.291)	(2.213)	(1.280)
Partes relacionadas	(180)	-	(180)	-
Total das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(2.400)**	**(1.291)**	**(2.393)**	**(1.280)**
Contas a receber - líquidas	**12.914**	**9.165**	**12.912**	**9.070**
Contas a receber (circulante), líquidas	6.863	5.439	6.896	5.378
Contas a receber (não circulante), líquidas	6.051	3.726	6.016	3.692

	Consolidado		Controladora	
Mutação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	**(1.291)**	**(1.204)**	**(1.280)**	**(1.194)**
Adições	(1.180)	(151)	(1.180)	(150)
Baixas	71	64	67	64
Saldo final	**(2.400)**	**(1.291)**	**(2.393)**	**(1.280)**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(1.384)	(1.291)	(1.377)	(1.280)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(1.016)	-	(1.016)	-

(a) Inclui saldo de financiamentos a receber (R$ 909 em 2014 e R$ 1.055 em 2013) – nota 7.3.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do exercício, no montante de R$1.109 (R$1.113 na Controladora), foram reconhecidas nas despesas de vendas.

7.1 Composição do saldo do contas a receber – vencidos e a vencer

Em 31 dezembro de 2014, as contas a receber vencidas de clientes totalizam R$3.719 (R$3.668 na Controladora), das quais R$2.295 (R$2.288 na Controladora) encontram-se provisionadas para perdas. Do saldo de contas a receber a vencer, R$105 (R$105 na Controladora) estão provisionados para perda.

	Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	1.163	274	889	1.224	-	1.224
De 3 a 6 meses	261	146	115	504	-	504
De 6 a 12 meses	264	169	95	848	84	764
Acima de 12 meses	2.031	1.706	325	2.519	1.186	1.333
Total	**3.719**	**2.295**	**1.424**	**5.095**	**1.270**	**3.825**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	11.176	105	11.071	5.352	21	5.331
FIDC	419	-	419	9	-	9
Total	**15.314**	**2.400**	**12.914**	**10.456**	**1.291**	**9.165**

	Controladora					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD
Vencidos						
Até 3 meses	1.153	274	879	1.217	-	1.217
De 3 a 6 meses	260	146	114	500	-	500
De 6 a 12 meses	261	169	92	844	84	760
Acima de 12 meses	1.994	1.699	295	2.484	1.175	1.309
Total	**3.668**	**2.288**	**1.380**	**5.045**	**1.259**	**3.786**
	-					
A vencer (excluindo operação de FIDC)	11.221	105	11.116	5.305	21	5.284
FIDC	416	-	416	-	-	-
Total	**15.305**	**2.393**	**12.912**	**10.350**	**1.280**	**9.070**

7.2 Contas a receber – Setor elétrico

7.2.1 Composição – Setor elétrico

	Consolidado					
	31.12.2014			31.12.2013		
	A vencer	Vencido	Total	A vencer	Vencido	Total
Clientes						
Sistema Eletrobras	5.793	410	6.203	462	2.445	2.907
Sistema Petrobras	-	86	86	9	117	126
Terceiros	71	966	1.037	101	538	639
	5.864	1.462	7.326	572	3.100	3.672
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa						
Setor elétrico - Empresas do Sistema Eletrobras	(167)	(13)	(180)	-	-	-
Setor elétrico - terceiros	(55)	(865)	(920)	-	(4)	(4)
	(222)	(878)	(1.100)	-	(4)	(4)
Total	5.642	584	6.226	572	3.096	3.668
Partes relacionadas	5.626	483	6.109	471	2.558	3.029
Terceiros	16	101	117	101	538	639

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía recebíveis do setor elétrico no total de R$7.326 (R$3.672 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R$6.544 foram classificados no ativo não circulante. O valor líquido de provisão para perdas com Sistema Eletrobras totaliza R$ 6.023.

A Companhia fornece óleo combustível para usinas de geração termoelétrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e Produtores Independentes de Energia (PIEs) localizados na região Norte do País. Parte dos custos do fornecimento de combustível para essas térmicas são suportados pelos recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, gerenciada pela Eletrobras.

Como os valores repassados pela CCC não tem sido suficientes para que as empresas do setor elétrico localizadas na região Norte do País honrem seus débitos, alguns desses clientes têm encontrado dificuldades financeiras para quitar as obrigações de fornecimento de produtos junto à Companhia.

A Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON, Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre e Eletrobras Roraima - Boavista Energia S.A.) celebraram contratos de confissão de dívida, em 31 de dezembro de 2014, no montante de R$5.344, atualizados pela SELIC (R$5.194 refere-se à parcela da Companhia e R$150 à parcela da Petrobras).

Os contratos de confissão abrangem débitos vencidos até o dia 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC até 31 de dezembro de 2014. Os pagamentos serão efetuados em 120 parcelas, a partir de fevereiro de 2015. Foram reconhecidos R$715 de atualização monetária do período de janeiro a dezembro de 2014, sobre os R$5.194 dos contratos de confissão (parcela da Companhia).

Parte da confissão de dívida foi garantida por penhor de créditos no montante de R$5.233 (R$126 referentes a títulos endossados pela Petrobras) oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, cuja finalidade é prover recursos para os dispêndios da CCC referentes à geração de energia no sistema isolado, entre outras.

A garantia real de créditos da CDE se deu em função do reconhecimento, em fevereiro de 2015, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), dos créditos decorrentes do reembolso de custos de combustíveis relacionados ao atendimento do serviço público de distribuição de energia elétrica no sistema isolado.

A partir do início de 2015, dada a mudança da política tarifária para o setor elétrico ("realismo tarifário"), com aumentos já praticados no primeiro trimestre, esperava-se um maior equilíbrio financeiro das empresas do setor e, por conseguinte, a redução da inadimplência relativa ao fornecimento de combustíveis a partir do segundo trimestre, o que de fato não ocorreu. Em função do tempo necessário para que o aumento das contas de energia elétrica dos consumidores finais pelas distribuidoras proporcione o equilíbrio financeiro das empresas do setor, o fluxo de recomposição de recursos da CCC está ocorrendo de forma mais lenta do que o esperado, o que vem atrasando o reembolso dos custos aos produtores de energia.

Para os demais valores a receber das empresas que não possuíam garantia, e após avaliação da Administração, foi reconhecido o valor de R$1.096 como perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2014.

Conforme mencionado na nota 30 de eventos subsequentes às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2017, aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339 milhões. Apesar dessas medidas, as negociações com a Eletrobras estão mantidas, visando à obtenção de novas garantias reais que permitam avançar no equacionamento da dívida inadimplida com as empresas do Sistema Petrobras.

Na mencionada operação não foram compreendidos os recebíveis detidos pela Companhia decorrentes dos fornecimentos de produtos posteriores a novembro de 2014, cujos valores encontram-se 100% provisionados.

7.2.2 Movimentação - Setor elétrico (Sistema Eletrobras)

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Faturamento	Recebimentos	PECLD	Atualização Monetária	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)						
Amazonas Distribuidora de Energia	2.403	2.543	(1.011)	(93)	573	4.415
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	240	1.242	(369)	-	72	1.185
Centrais Elétricas do Norte - ELETRONORTE	101	507	(482)	-	-	126
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	134	166	(119)	(67)	34	148
Eletrobras Roraima (Boa Vista Energia S.A.)	29	119	(15)	(20)	36	149
Contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	**2.907**	**4.577**	**(1.996)**	**(180)**	**715**	**6.023**
Partes relacionadas (Sistema Petrobras)						
Breitener Jaraqui	61	4	(17)	-	-	48
Breitener Tambaqui	39	5	(21)	-	-	23
Manauara	26	30	(41)	-	-	15
Contas a Receber líquido do Sistema Petrobras	**126**	**39**	**(79)**	-	-	**86**
Terceiros						
Alcoa World Alumina Brasil LTDA	12	23	(21)	-	-	14
Amapari Energia	21	19	(26)	(14)	-	-
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	167	354	(311)	(117)	-	93
Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT	1	8	(8)	-	-	1
Cia de Eletricidade do Amapá - CEA	277	314	(1)	(590)	-	-
Cia de Energia de Pernambuco - CELPE	-	11	(10)	-	-	1
Cia de Energia de Roraima - CER	20	23	(10)	(33)	-	-
Geradora de Energia do Amazonas - GERA	26	32	(22)	(33)	-	3
Rio Amazonas Energia - RAESA	110	61	(37)	(129)	-	5
Contas a Receber líquido Terceiros	**634**	**845**	**(446)**	**(916)**	-	**117**
Total do contas a receber líquido	**3.667**	**5.461**	**(2.521)**	**(1.096)**	**715**	**6.226**

7.3 Financiamentos a receber

Os financiamentos ressarcíveis a receber (Controladora), no montante de R$909 (R$ 1.055 em 2013), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros correspondentes, principalmente, à variação do IGPM ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês - e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	284	285	284	285
Óleo diesel	989	883	989	883
Óleo combustível	215	196	215	196
Outros	541	561	542	561
Biocombustíveis	255	237	255	237
	2.284	2.162	2.285	2.162
Outros produtos	322	194	312	186
Total	**2.606**	**2.356**	**2.597**	**2.348**

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2014 é de R$312 (R$316 em 2013).

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 2014 e 2013.

Os produtos para venda, materiais e suprimentos para manutenção reconhecidos no resultado e incluídos no custo das vendas totalizaram R$90.433 (R$78.851 em 2013).

9 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais	690	579	672	561
Trabalhistas	104	86	104	86
Cíveis	68	61	68	61
Ambientais	9	8	8	8
Totais	**871**	**734**	**852**	**716**

10 Despesas antecipadas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	1.712	1.299	1.712	1.299
Aluguéis	148	159	148	159
Prêmios de seguros	2	1	2	1
Outros	8	16	8	16
	1.870	**1.475**	**1.870**	**1.475**
Circulante	380	302	380	302
Não circulante	1.490	1.173	1.490	1.173

As bonificações antecipadas concedidas a clientes correspondem à parcela disponibilizada em espécie e em produtos realizada sob condições pré-estabelecidas com os clientes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis, proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado como redução da receita bruta o montante de R$528 (R$383 em 2013) no Consolidado e na Controladora (notas 2.4 e 21). Dos R$528, R$348 referem-se às apropriações dos contratos antecipados e R$180 aos contratos de bonificação por desempenho (R$247 e R$136 em 2013).

11 Investimentos

11.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

	Controladas		Negócios em conjunto					Coligada
			Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto				
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM (*)	Stratura	Brasil Carbonos	CDGN (**)	Brasil Supply (**)	Energética Camaçari Muricy II	Pecém Energia	BRF Biorefinos
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	191	13	18	13	4	1	-	34
Outros ativos circulantes	57	83	6	29	35	-	-	-
Ativo realizável a longo prazo	370	87	11	3	228	-	-	-
Imobilizado	605	15	102	64	250	-	-	9
Intangivel	-	1	-	-	-	-	-	-
	1.223	**199**	**137**	**109**	**517**	**1**	**-**	**43**
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	69	6	12	11	61	-	-	-
Outros passivos circulantes	135	69	5	22	149	-	-	-
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	969	-	46	27	321	-	-	-
Outros passivos não circulantes	82	3	-	3	3	-	-	-
Patrimônio liquido atribuivel aos controladores	(32)	121	74	46	(17)	1	-	43
	1.223	**199**	**137**	**109**	**517**	**1**	**-**	**43**
Resultados								
Receita operacional liquida	4	353	44	99	77	-	-	-
Lucro bruto	4	56	24	22	15	-	-	-
Lucro/(prejuizo) liquido do exercicio	(7)	9	13	7	(41)	(1)	(1)	(1)
Depreciação, amortização e depleção	-	(1)	(4)	(8)	(8)	-	-	-
Receita de juros	12	6	1	-	3	-	-	-
Despesas de juros	(10)	(4)	(4)	(3)	(34)	-	-	-
Despesas (Receita) de Imposto de Renda (Corrente e Diferido)	-	(5)	(4)	-	-	-	-	-
Capital subscrito em 31/12/2014	-	-	18	-	9	1	1	22
Milhares de ações (ordinárias/cotas)	47	88.410	36.916	21.515	1.053.200	524	524	44.920
Percentual de participação - %	99,01%	100,00%	49,00%	49,00%	6,68%	50,00%	45,00%	49,00%

(*) Cotas.
(**) Posição: 30.11.2014

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

A Companhia possui compromissos de efetuar aportes de capital em suas investidas, quando acordado com os demais sócios.

11.2 Descrição das atividades das controladas

(a) Fundo de Investimento Imobiliário – FII FCM

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Por determinação regulatória, o FII FCM não pode conceder empréstimos ou adiantamentos a seus quotistas.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

(b) Stratura Asfaltos S.A. – Stratura

Tem como atividades preponderantes a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, óleos lubrificantes, graxas, além da prestação de serviços administrativos e técnicos, inclusive de pavimentação e outros correlacionados.

As matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo são adquiridas, principalmente, da Petrobras.

A Stratura está sujeita a eventuais restrições expedidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento que se manifesta sobre o pleito das empresas estatais, no que se refere à política salarial, aprovação e eventuais modificações nos planos de previdência dessas empresas e seu quantitativo de empregados.

11.3 Descrição da operação em conjunto

Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada.

A participação na Brasil Carbonos permite à Companhia desempenhar o papel de operador logístico de coque verde de petróleo para o Sistema Petrobras. O produto industrializado, beneficiado e armazenado pela Brasil Carbonos é distribuído às refinarias do Sistema Petrobras.

Os serviços da Brasil Carbonos são prestados em sua totalidade à Companhia. Há contrato com cláusula de *take or pay* para os serviços prestados na planta de Taubaté/SP. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 21.703 mil toneladas de coque verde de petróleo até dezembro de 2032.

11.4 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controlada *	Negócio em conjunto			Coligada			
		Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto					
	Stratura	Brasil Carbonos	CDGN	Brasil Supply *	BRF Biorefinos	Outros investimentos	2014	2013
No início do exercício	115	56	14	3	2	1	191	180
Aquisição e aporte de capital	-	-	7	-	21	-	28	10
Equivalência patrimonial	9	7	2	(3)	(2)	-	13	5
Dividendos	(3)	(1)	-	-	-	-	(4)	(2)
Amortização de mais valia de ativos	-	(1)	-	-	-	-	(1)	(1)
Baixa de mais valia de ativos								
Baixa de participação	-	-	-	-	-	-	-	(1)
No fim do exercício	**121**	**61**	**23**	**-**	**21**	**1**	**227**	**191**

*O saldo da participação no FII FCM em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e na Brasil Supply em 31 de dezembro de 2014 é zero devido ao reconhecimento dos prejuízos excedentes ao investimento nessas participações, de R$8 em 2014 (R$17 em 2013) no passivo.

Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R$28, que é amortizada em função da vida útil dos ativos. Em dezembro de 2014, o saldo de R$24 está classificado no imobilizado no Consolidado.

12 Imobilizado

12.1 Por tipo de ativos

	Consolidado			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	**Equipamentos e Outros Bens**	**Ativos em Construção**	**Total**
Saldo em 1° de janeiro de 2013	**1.957**	**1.532**	**1.335**	**4.824**
Adições	43	244	562	849
Baixas	(4)	(4)	-	(8)
Depreciações	(86)	(243)	-	(329)
Transferências	317	224	(541)	-
Juros capitalizados	-	-	95	95
Outros	15	34	31	80
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**2.242**	**1.787**	**1.482**	**5.511**
Adições	20	328	520	868
Baixas	(5)	(3)	-	(8)
Depreciações	(104)	(253)	-	(357)
Transferências	565	50	(615)	-
Juros capitalizados	-	-	79	79
Outros	-	11	(4)	7
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.718**	**1.920**	**1.462**	**6.100**
Custo	2.897	3.942	1.482	8.321
Depreciação	(655)	(2.155)	-	(2.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**2.242**	**1.787**	**1.482**	**5.511**
Custo	3.474	4.282	1.462	9.218
Depreciação	(756)	(2.362)	-	(3.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.718**	**1.920**	**1.462**	**6.100**
Tempo de vida útil estimado	4 a 47 anos (*)	5 a 30 anos		

(*) exceto Terrenos.

	Controladora			
	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2013	**1.946**	**1.524**	**815**	**4.285**
Adições	42	242	388	672
Baixas	(4)	(4)	-	(8)
Depreciações	(84)	(242)	-	(326)
Transferências	289	210	(499)	-
Outros	-	13	6	19
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**2.189**	**1.743**	**710**	**4.642**
Adições	19	326	454	799
Baixas	(4)	(4)	-	(8)
Depreciações	(103)	(250)	-	(353)
Transferências	570	50	(620)	-
Outros	-	12	313	325
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.671**	**1.877**	**857**	**5.405**
Custo	2.840	3.883	710	7.433
Depreciação	(651)	(2.140)	-	(2.791)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**2.189**	**1.743**	**710**	**4.642**
Custo	3.423	4.221	857	8.501
Depreciação	(752)	(2.344)	-	(3.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.671**	**1.877**	**857**	**5.405**
Tempo de vida útil estimado	10 a 47 anos (*)	5 a 30 anos		

(*) exceto Terrenos.

O montante de R$21 (R$ 31 em 2013) foi dado como garantia em processos fiscais, cíveis e trabalhistas.

O imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R$471 (R$ 168 e R$ 162 em 31 de dezembro de 2013).

Os ativos em construção do Consolidado referem-se, substancialmente, à: (i) construção da BASUL - Base de Cruzeiro do Sul/AC e ampliação e modernização da fábrica de lubrificantes; e (ii) benfeitorias em imóveis.

As obras do BAPON - Base de Distribuição de Combustíveis do Porto Nacional/TO foram concluídas em junho/2014. Essa base, que estava registrado como ativo em construção no FII FCM, foi transferido à Companhia e reconhecido como direito de uso de edificações no montante de R$320, em razão do contrato de arrendamento mercantil financeiro celebrado entre as partes.

Para a conclusão das obras da BASUL, o FII FCM possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R$11. Tais compromissos serão cumpridos com recursos captados através da emissão de certificados de recebíveis imobiliários, ocorrida em 2012 e com vencimento nos anos de 2025 e 2032. A estimativa de desembolsos decorrentes do resgate dos certificados de recebíveis imobiliários está incluída no fluxo nominal da Nota 28.3.2.

12.2 Por tempo de vida útil estimada

Consolidado				
Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens				
Vida útil estimada	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**2014**	**2013**
Em 5 anos	161	(102)	59	56
6 - 10 anos	2.008	(1.066)	942	588
11 - 15 anos	1.316	(667)	649	576
16 - 20 anos	196	(86)	110	113
21 - 25 anos	686	(336)	350	337
26 - 30 anos	2.549	(650)	1.899	1.723
30 anos em diante	451	(212)	239	243
	7.367	**(3.119)**	**4.248**	**3.636**
Edificações e benfeitorias	3.085	(757)	2.328	1.850
Equipamentos e outros bens	4.282	(2.362)	1.920	1.786

Controladora				
Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens				
Vida útil estimada	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**2014**	**2013**
Em 5 anos	161	(102)	59	55
6 - 10 anos	2.006	(1.064)	942	587
11 - 15 anos	1.316	(666)	650	576
16 - 20 anos	137	(71)	66	70
21 - 25 anos	685	(335)	350	337
26 - 30 anos	2.549	(650)	1.899	1.724
30 anos em diante	407	(209)	198	203
	7.261	**(3.097)**	**4.164**	**3.552**
Edificações e benfeitorias	3.040	(753)	2.287	1.809
Equipamentos e outros bens	4.221	(2.344)	1.877	1.743

13 Intangível

13.1 Por tipo de ativos

	Consolidado				
	Direitos e Concessões	***Softwares* adquiridos**	***Softwares* desenvolvidos internamente**	**Outros**	**Total**
Saldo em 1° de janeiro de 2013	**299**	**107**	**6**	**29**	**441**
Adições	39	28	16	-	83
Amortização	(21)	(17)	(9)	-	(47)
Outros	21	-	1	-	22
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**338**	**118**	**14**	**29**	**499**
Adições	32	29	18	-	79
Baixas	(75)	-	-	-	(75)
Amortização	(23)	(14)	(9)	-	(46)
Outros	(2)	-	(1)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**270**	**133**	**22**	**29**	**454**
Custo	421	227	67	29	744
Amortização	(83)	(109)	(53)	-	(245)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**338**	**118**	**14**	**29**	**499**
Custo	328	256	84	29	697
Amortização	(58)	(123)	(62)	-	(243)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**270**	**133**	**22**	**29**	**454**
Tempo de vida útil estimado - anos	5 a 33	5 a 10	5	Indefinida	

	Controladora				
	Direitos e Concessões	*Softwares* adquiridos	*Softwares* desenvolvidos internamente	Outros	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2013	**297**	**107**	**6**	**29**	**439**
Adições	39	28	16	-	83
Amortização	(21)	(16)	(9)	-	(46)
Outros	20	-	1	-	21
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**335**	**119**	**14**	**29**	**497**
Adições	31	29	18	-	78
Baixas	(75)	-	-	-	(75)
Amortização	(21)	(15)	(9)	-	(45)
Outros	(2)	-	(1)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**268**	**133**	**22**	**29**	**452**
Custo	417	227	67	29	740
Depreciação	(82)	(108)	(53)	-	(243)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**335**	**119**	**14**	**29**	**497**
Custo	325	256	84	29	694
Depreciação	(57)	(123)	(62)	-	(242)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**268**	**133**	**22**	**29**	**452**
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33	5	5	Indefinida	

A amortização do exercício de R$46 (R$45 na Controladora) foi reconhecida no custo dos produtos vendidos e serviços prestados, nas despesas de vendas e nas despesas administrativas.

13.2 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043. O contrato é prorrogável por igual período, mediante manifestação expressa das partes.

A concessão prevê a prestação dos serviços de distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima e térmicas. O Governo do Estado do Espírito Santo monitora o cumprimento do contrato de concessão por meio do órgão regulador (Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo – ASPE).

Como concessionária, a Companhia está incumbida de efetuar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido e manter atualizado o inventário dos bens adquiridos e instalações construídas para esse fim.

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização.

Os serviços devem ser prestados a todos os usuários que os requeiram, mediante o pagamento das tarifas vigentes, conforme as disposições regulatórias vigentes, e observados os critérios econômicos, técnicos e operacionais de instalação e ampliação da rede de distribuição – que atende aos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Anchieta, Viana, Aracruz, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, as quais estão sujeitas aos reajustes e revisões especificados no contrato de concessão.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de dezembro de 2014 é de R$267 (R$248 em 2013). O aumento de R$19 (líquido de amortização de R$ 10) no saldo compreende os investimentos realizados ao longo do ano de 2014.

A Companhia não apura margem sobre as construções, tendo reconhecido receita e custo de construção de R$29 no exercício de 2014 (R$33 em 2013).

14 Fornecedores

	Consolidado		
	Empresas do Sistema Petrobras (Nota 18.1)	Terceiros	Total
A Vencer	2.010	922	2.932
Vencidos			
Até 3 meses	28	58	86
De 3 a 6 meses	89	3	92
Mais de 6 meses	52	6	58
Em 31 de dezembro de 2014	**2.179**	**989**	**3.168**
Em 31 de dezembro de 2013	**2.001**	**1.029**	**3.030**

	Controladora		
	Empresas do Sistema Petrobras (Nota 18.1)	Terceiros	Total
A Vencer	1.995	916	2.911
Vencidos			
Até 3 meses	28	58	86
De 3 a 6 meses	89	3	92
Mais de 6 meses	52	6	58
Em 31 de dezembro de 2014	**2.164**	**983**	**3.147**
Em 31 de dezembro de 2013	**1.978**	**1.023**	**3.001**

Os saldos de fornecedores têm vencimento em até 12 meses.

15 Financiamentos

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário (inclui BNDES e Cédulas de Crédito	Mercado de Capitais (CRI´s)	Total	Total
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1° de janeiro de 2013	101	914	1.015	101
Adição (entrada de novos empréstimos)	191	-	191	185
Provisionamento de juros	7	-	7	7
Transferência de longo prazo para curto prazo	(16)	(117)	(133)	(16)
Variações monetárias e cambiais	-	116	116	-
Outros	22	(1)	21	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	305	912	1.217	277
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1° de janeiro de 2013	17	-	17	17
Adição (entrada de novos empréstimos)	20	-	20	-
Provisionamento de juros	11	-	11	9
Amortização de principal e juros	(34)	-	(34)	(17)
Transferência de longo prazo para curto prazo	19	116	135	18
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	33	116	149	27
Saldo total em 31 de dezembro de 2013	338	1.028	1.366	304

	Consolidado			Controladora
Não circulante	**Mercado Bancário (inclui BNDES e Cédulas de Crédito Bancário)**	**Mercado de Capitais (CRI´s)**	**Total**	**Total**
No país				
Saldo inicial em 1° de janeiro de 2014	305	912	1.217	277
Provisionamento de juros	8	-	8	8
Transferência de longo prazo para curto prazo	(209)	(62)	(271)	(204)
Variações monetárias e cambiais	-	118	118	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	104	968	1.072	81
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1° de janeiro de 2014	33	116	149	27
Adição (entrada de novos empréstimos)	17	-	17	-
Provisionamento de juros	17	-	17	15
Amortização de principal e juros	(52)	(118)	(170)	(34)
Transferência de longo prazo para curto prazo	209	62	271	204
Variações monetárias e cambiais	2	9	11	2
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	226	69	295	214
Saldo total em 31 de dezembro de 2014	330	1.037	1.367	295

	Consolidado		Controladora	
	2014	**2013**	**2014**	**2013**
Circulante				
Endividamento de curto prazo	-	4	-	-
Parcela circulante do endividamento de longo prazo	273	134	202	17
Juros sobre financiamento	22	11	12	10
	295	149	214	27

15.1. Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

							Consolidado	Controladora
	Até 1 ano	Mais de 1 até 2 anos	Mais de 2 até 3 anos	Mais de 3 até 4 anos	Mais de 4 até 5 anos	5 anos em diante	Total	Total
Financiamentos em Reais (R$):								
Indexados a taxas flutuantes	295	100	102	104	103	663	1.367	295
Indexados a taxas fixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa média dos Financiamentos em Reais	5,91%	5,28%	5,29%	5,31%	5,32%	4,72%	5,23%	9,73%
Total em 31 de dezembro de 2014	**295**	**100**	**102**	**104**	**103**	**663**	**1.367**	**295**
Total em 31 de dezembro de 2013	**149**	**269**	**89**	**91**	**93**	**675**	**1.366**	**304**

Em 31 de dezembro de 2014, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 10 anos no Consolidado e 4 anos na Controladora

A Brasil Carbonos está sujeita a cláusulas restritivas em contratos de financiamento, com base em determinados indicadores econômico-financeiros. Em 31 de dezembro de 2014, as cláusulas foram integralmente cumpridas.

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) emitidos pelo FII FCM representam 75,9% do saldo do Consolidado. Esses CRIs, atualizados pelo IPCA, são lastreados nos arrendamentos financeiros a receber da BR (nota 16.1).

15.2 Garantias

A Brasil Carbonos possui imobilizados no valor de R$8, dados em garantia (alienação fiduciária) aos financiamentos captados pelo FINAME.

16 Arrendamentos mercantis

16.1 Arrendamentos mercantis financeiros (com transferência de benefícios, riscos e controles)

A Companhia possui compromissos financeiros com o FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda., em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IGPM e IPCA.

Os créditos imobiliários originados nos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), pela RB Capital Securitizadora S.A.. Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, administrado pela BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na CETIP.

A Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos à Suzano Papel e Celulose S.A.. Essas operações de arrendamento e subarrendamento mercantil financeiro têm duração de 10 anos, com vencimento em 2023, ao final dos quais os equipamentos serão adquiridos pela Suzano. O valor presente dos pagamentos a serem efetuados pela Suzano, no montante de R$16 (Nota 7), está reconhecido nas contas a receber e será atualizado monetariamente pelo IGPM.

Concomitantemente, a Companhia firmou com a Suzano um contrato incondicional de fornecimento de óleo combustível para a operação dos equipamentos arrendados.

16.2 Arrendamentos mercantis operacionais (sem transferência de benefícios, riscos e controles)

Em 2014, a Companhia pagou um montante de R$295 (R$254 em 2013) pelos compromissos contratuais de arrendamentos operacionais, sendo R$197 referente a parcelas fixas e R$98 referente a parcelas variáveis.

A seguir, apresentamos a estimativa de desembolsos para os próximos exercícios.

	Consolidado	Controladora
2015	142	142
2016 - 2019	367	367
2020 em diante	627	627

17 Adiantamento de Clientes

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Fundos de *marketing* (a)	56	19	56	19
Adiantamentos de clientes	267	245	263	239
Outros	19	28	19	28
Total	**342**	**292**	**338**	**286**

(a) Adiantamentos recebidos de clientes conveniados, tais como revendedores, franqueados e parceiros comerciais, para uso em ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

18 Partes relacionadas

18.1 Transações comerciais e outras operações

18.1.1 Por operação

	Consolidado					
	2014					
		Ativo			Passivo	
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total
Resultado						
Receitas, principalmente de vendas	9.957					
Variações monetárias e cambiais liquidas	(20)					
Receitas (despesas) financeiras liquidas	309					
Ativo						
Contas a receber, principalmente por vendas		1.159	5.578	6.737		
Passivo						
Fornecedores (Nota 14)					2.179	2.179
Operações de mútuo					6.596	6.596
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio					267	267
Em 2014	**10.246**	**1.159**	**5.578**	**6.737**	**9.042**	**9.042**
Em 2013	**7.918**	**850**	**2.560**	**3.410**	**2.506**	**2.506**

	Controladora						
	2014						
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Resultado							
Receitas, principalmente de vendas	9.965						
Variações monetárias e cambiais líquidas	(20)						
Receitas (despesas) financeiras líquidas	309						
Ativo							
Contas a receber, principalmente por vendas		1.237	5.578	6.815			
Dividendos a receber		3	-	3			
Passivo							
Fornecedores (nota 14)					2.164	-	2.164
Operações de mútuo					6.596	-	6.596
Dividendos / Juros sobre capital próprio					267	-	267
Arrendamento mercantis financeiros					40	370	410
Em 2014	**10.254**	**1.240**	**5.578**	**6.818**	**9.067**	**370**	**9.437**
Em 2013	**7.980**	**846**	**2.561**	**3.407**	**2.521**	**106**	**2.627**

As compras efetuadas da Petrobras totalizaram R$78.563 (R$69.279 em 2013). As transações com partes relacionadas são realizadas em termos e condições comerciais definidas entre as partes, observando-se os preços vigentes na data das operações.

18.1.2 Por empresa

	Consolidado					
	2014					
		Ativo			Passivo	
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico (Sistema Eletrobras)						
Empresas do setor elétrico (Sistema Eletrobras)	5.471	710	5.493	6.203	-	-
Petrobras	1.837	260	-	260	8.947	8.947
Arembepe	547	68	-	68	-	-
Camaçari Muricy	482	60	-	60	-	-
Termocabo	176	25	-	25	-	-
Transpetro	44	13	-	13	6	6
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	13	3	-	3	16	16
Outras	232	14	85	99	41	41
	8.802	1.153	5.578	6.731	9.010	9.010
Coligadas do Sistema Petrobras						
Suape II	1.151	-	-	-	7	7
Braskem	209	4	-	4	2	2
Guarani S.A.	61	2	-	2	23	23
Outras coligadas	23	-	-	-	-	-
	1.444	6	-	6	32	32
Em 2014	**10.246**	**1.159**	**5.578**	**6.737**	**9.042**	**9.042**

	Controladora						
	2014						
		Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico (Sistema Eletrobras)							
Empresas do setor elétrico (Sistema Eletrobras)	5.471	710	5.493	6.203	-	-	-
Petrobras	1.837	257	-	257	8.925	-	8.925
Arembepe	547	68	-	68	-	-	-
Camaçari Muricy	482	60	-	60	-	-	-
Transpetro	44	13	-	13	6	-	6
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	15	3	-	3	16	-	16
Termocabo	176	25		25	-	-	-
Fundo Invest.Imobiliário FCM	-	81	-	81	42	370	412
Outras	238	17	85	102	46	-	46
	8.810	1.234	5.578	6.812	9.035	370	9.405
Coligadas do Sistema Petrobras							
Suape II	1.151	-	-	-	7	-	7
Braskem	209	4	-	4	2	-	2
Guarani S.A.	61	2	-	2	23	-	23
Outras coligadas	23	-	-	-	-	-	-
	1.444	6	-	6	32	-	32
Em 2014	**10.254**	**1.240**	**5.578**	**6.818**	**9.067**	**370**	**9.437**

18.2 Transações com entidades governamentais

As transações resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado			
	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Titulos Governamentais	5	-	4	-
Banco do Brasil S.A.	379	34	300	33
Basa	-	194	-	194
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB) (Nota 9)	681	-	606	-
Setor elétrico - Sistema Eletrobras (Nota 7.2)	6.203	-	2.907	-
Clientes Governo	99	160	95	146
	7.367	**388**	**3.912**	**373**
Circulante	1.188	366	858	161
Não circulante	6.179	22	3.054	212

	Consolidado			
	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo Circulante	**1.188**		**858**	
Caixa e equivalentes de caixa	379		300	
Contas a receber	809		558	
Não Circulante	**6.179**		**3.054**	
Titulos e valores mobiliários	5		4	
Depósitos judiciais	681		606	
Contas a receber	5.493		2.444	
Passivo Circulante		**366**		**161**
Financiamentos		206		15
Adiantamento de clientes		160		146
Passivo Não Circulante		**22**		**212**
Financiamentos		22		212
	7.367	**388**	**3.912**	**373**

	Controladora			
	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Titulos governamentais	5	-	4	-
Banco do Brasil S.A.	361	-	292	-
Basa	-	194	-	194
Depósitos vinculados para processos judiciais (CEF e BB) (Nota 9)	662	-	588	-
Setor elétrico - Sistema Eletrobras (nota 7.2)	6.203	-	2.907	-
Clientes Governo	99	160	95	146
	7.330	**354**	**3.886**	**340**
Circulante	1.170	354	850	155
Não circulante	6.160	-	3.036	185

	Controladora			
	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo Circulante	**1.170**		**850**	
Caixa e equivalentes de caixa	361		292	
Contas a receber	809		558	
Não Circulante	**6.160**		**3.036**	
Titulos e valores mobiliários	5		4	
Depósitos judiciais	662		588	
Contas a receber	5.493		2.444	
Passivo Circulante		**354**		**155**
Financiamentos		194		9
Adiantamento de clientes		160		146
Passivo Não Circulante		-		185
Financiamentos		-		185
	7.330	**354**	**3.886**	**340**

18.3 Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados – FIDC-NP

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Contas a receber	419	9	416	-
Total classificado no ativo circulante	**419**	**9**	**416**	**-**
Encargos financeiros a apropriar	-	11	-	11
Cessões de direitos performados	(380)	(2.650)	(380)	(2.650)
Cessões de direitos não performados	(24)	(16)	-	-
Total classificado no passivo circulante	**(404)**	**(2.655)**	**(380)**	**(2.639)**
Receita financeira FIDC-NP	57	2	57	2
Despesa financeira FIDC-NP	(283)	(137)	(283)	(137)
Resultado financeiro	**(226)**	**(135)**	**(226)**	**(135)**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras é destinado, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios "performados" e/ou "não performados" de operações realizadas por controladas do Sistema Petrobras.

As subsidiárias do Sistema Petrobras têm 100% de cotas seniores do FIDC-NP e, historicamente, todas as solicitações de resgates das subsidiárias foram atendidas.

As cessões de direitos creditórios performados e não performados estão classificadas no passivo circulante. A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC NP Petrobras é de 100,5% do CDI do dia anterior à operação; não há IOF e IR na operação.

18.4 Compromissos contratuais - Petrobras

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras, para o período de 2015 a 2025, de aproximadamente 8,7 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total estimado de R$6.000.

18.5 Mútuo

Em 18 de julho de 2014, a Companhia captou R$5.336 junto à Petrobras para atendimento à necessidade de capital de giro. O prazo inicialmente previsto para o pagamento é 18 de julho de 2015.

Captações adicionais ocorreram em 22 de setembro e em 13 de outubro de 2014, nos valores de R$350 e de R$500, respectivamente. O prazo estimado para pagamento é de um ano após as datas de contratação.

O encargo de IOF nas captações foi de R$116 e compõe o total das despesas tributárias de 2014. Sobre os mútuos, incide a taxa de 140% do CDI diário, que produziu uma despesa financeira de R$410. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2014 é de R$6.596.

18.6 Remuneração de dirigentes e empregados (em Reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo as gratificações dos ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Companhia relativas ao mês de dezembro de 2014 e 2013 foram as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
Em reais	2014	2013	2014	2013
Remuneração por empregado				
Menor remuneração	1.738,00	1.659,91	3.074,85	2.680,52
Remuneração média	7.499,35	8.264,19	12.105,13	10.059,26
Maior remuneração	65.401,43	31.017,72	65.401,43	31.017,72
Remuneração por dirigente da Companhia (maior)	116.892,04	87.355,55	94.055,84	87.355,55
(Valores expressos em reais)				

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2014 foi de R$7.141.847,51 (R$7.686.297,23 em 2013) na Controladora e de R$11.015.361,80 (R$9.872.015,78 em 2013) no Consolidado.

No exercício de 2014, os honorários de diretores e conselheiros no Consolidado totalizaram R$ 8.181.175,75 (R$ 8.440.748,72 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

19 Impostos e contribuições

19.1 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Ativo circulante				
ICMS	472	406	457	403
PIS/COFINS	5	44	1	42
Imposto de renda	3	57	-	57
Contribuição social	1	16	-	15
Outros impostos	21	41	20	40
	502	**564**	**478**	**557**
Ativo não circulante				
ICMS diferido	8	5	7	5
ICMS - Substituição tributária	175	153	175	153
ICMS	131	109	99	74
Outros impostos	-	6	-	6
	314	**273**	**281**	**238**
	816	**837**	**759**	**795**

19.2 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Passivo Circulante				
ICMS	213	208	213	207
PIS/COFINS	16	11	16	11
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	28	29	28	29
Imposto de renda e contribuição social correntes	60	1	54	-
Outros	20	20	15	15
	337	**269**	**326**	**262**

19.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e exigibilidade dos passivos estão apresentados a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Natureza	Consolidado		Controladora		Fundamento para realização
	2014	2013	2014	2013	
Absorção de financiamentos condicionais	296	211	296	211	Término dos contratos de financiamento
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	386	41	386	41	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para processos judiciais	122	95	121	95	Julgamento das causas cuja expectativa de perda da Companhia é considerada provável
Obrigação PETROS - Futuros inativos	132	111	131	111	Conforme percentual baseado no laudo atuarial, que sofre atualização anual
Provisão para participação nos lucros	-	22	-	22	Pagamento efetivo
Deságio de precatórios	14	17	14	17	Pela liquidação dos títulos
Arrendamentos mercantis financeiros	116	49	116	49	Pagamento dos compromissos contratuais
Receita de alienação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	10	12	10	12	Pela realização da receita
Perdas Atuariais - CPC 33	194	33	194	33	Anualmente, quando da realização de novos cálculos
Juros sobre Notas do Tesouro Nacional	(1)	(1)	(1)	(1)	Pela alienação ou resgate das Notas do Tesouro Nacional tipo "P"
Direitos de uso - arrendamentos mercantis financeiros	(124)	(55)	(123)	(55)	Realização por depreciação, alienação ou incorporação
Depreciação - revisão vidas úteis	(94)	(75)	(92)	(73)	Pela depreciação dos imobilizados (ajustes da depreciação societária em relação à dedução fiscal admitida)
Atualização de depósitos judiciais	(119)	(109)	(118)	(109)	Por ocasião do ganho da ação judicial
Ganhos não realizados - instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	Quando da liquidação dos títulos
Outros	52	12	49	8	
	984	**363**	**983**	**361**	

(b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Consolidado							Controladora
Origem do registro do imposto de renda e contribuição social diferidos	**Imobilizado**	**Contas a receber / pagar, despesa antecipada e empréstimos e financiamentos**	**Arrendamentos mercantis financeiros**	**Provisão para processos judiciais**	**Benefícios pós-emprego**	**Outros**	**Total**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2013	**(58)**	**184**	**12**	**89**	**341**	**(55)**	**513**	**510**
Reconhecido no resultado do exercício	(20)	68	(6)	6	58	(31)	75	75
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	(255)	32	(223)	(223)
Outros	(1)	-	-	-	-	(1)	(2)	(1)
Em 31 de dezembro de 2013	**(79)**	**252**	**6**	**95**	**144**	**(55)**	**363**	**361**
Reconhecido no resultado do exercício	(18)	430	(4)	27	21	2	458	458
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	161	-	161	161
Outros	-	-	-	-	-	2	2	3
Em 31 de dezembro de 2014	**(97)**	**682**	**2**	**122**	**326**	**(51)**	**984**	**983**

(c) Estimativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	2014	
	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	Controladora
Período	Ativos	Ativos
2015	149	149
2016	438	438
2017	105	105
2018	105	105
2019	33	33
2020	28	28
2021	21	20
2022 em diante	105	105
31 de dezembro de 2014	**984**	**983**

	2013	
	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	Controladora
Período	Ativos	Ativos
2014	98	98
2015	60	61
2016	61	61
2017	61	60
2018	9	8
2019	9	8
2020	9	8
2021 em diante	56	57
31 de dezembro de 2013	**363**	**361**

19.4 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre o lucro apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2014 e de 2013 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes dos impostos	1.546	3.043	1.539	3.040
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(526)	(1.035)	(523)	(1.034)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
• Juros sobre o capital próprio	190	156	190	156
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(92)	(57)	(94)	(59)
• Ajustes de IR e CSSL de exercícios anteriores	(16)		(16)	
• Resultado de equivalência patrimonial	(1)	(2)	2	(3)
• Incentivos fiscais	25	32	25	32
• Outros itens	(3)	(5)	-	-
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	**(423)**	**(911)**	**(416)**	**(908)**
IR e CSLL correntes	(881)	(986)	(874)	(983)
IR e CSLL diferidos	458	75	458	75
	(423)	**(911)**	**(416)**	**(908)**
Aliquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	27,4%	29,9%	27,0%	29,9%

20 Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos planos de pensão e saúde estão representados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Passivo				
Planos de pensão	1.030	512	1.027	510
Planos de saúde	1.054	736	1.054	736
	2.084	**1.248**	**2.081**	**1.246**
Circulante	83	84	83	84
Não circulante	2.001	1.164	1.998	1.162

20.1 Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

(a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido este deverá ser equacionado por participantes e patrocinadores, conforme Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei Complementar nº 109/2001, observada a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que for apurado aquele resultado.

Em 31 de dezembro 2014, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R$297 (R$297 na Controladora), dos quais R$19 (R$19 na Controladora), de juros vencem em 2015. Os compromissos dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos, com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Petrobras possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R$ 6.972, em substituição às Notas do Tesouro Nacional de longo prazo, em julho de 2012.

As contribuições esperadas da Companhia para 2015 são de R$48 (R$48 na Controladora).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2014 é de 12,10 anos.

Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2014, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R$32 (R$32 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2014 é de 41,80 anos.

20.2 Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Fundação Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de 5 anos, que são revisadas anualmente. O modelo de ALM – *Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2015 a 2019 são de: 30% a 60% em renda fixa, 30% a 45% em renda variável, 3% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 4%

a 13% em investimentos estruturados e de 0% a 1% em renda variável global. Os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 30% a 90% em renda fixa, 5% a 25% em renda variável, 0% a 8% em imóveis, 0% a 15% em empréstimos a participantes, 0% a 10% em investimentos estruturados e de 0% a 3% em renda variável global.

	Consolidado					
	2014				2013	
Categoria do Ativo	Valores justos cotados em mercado ativo	Valores justos não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	**866**	**270**	**1.136**	**38%**	**1.086**	**37%**
Títulos privados	-	55	55		68	
Títulos públicos	866	-	866		832	
Outros investimentos	-	215	215		186	
Renda variável	**1.226**	**53**	**1.279**	**43%**	**1.339**	**46%**
Ações à vista	1.226	-	1.226		1.295	
Outros investimentos	-	53	53		44	
Investimentos estruturados	**-**	**236**	**236**	**8%**	**202**	**7%**
Fundos de Private Equity	-	210	210		187	
Fundos de Venture Capital	-	3	3		5	
Fundos imobiliários	-	23	23		10	
Imóveis	**-**	**211**	**211**	**7%**	**177**	**6%**
	2.092	**770**	**2.862**	**96%**	**2.804**	**97%**
Empréstimos a participantes			106	4%	97	3%
			2.968	**100%**	**2.901**	**100%**

20.3 Plano de Saúde

(a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia, Petrobras, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Biocombustível e Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. – TBG mantêm um plano de assistência médica (AMS) que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. Sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Petrobras busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2014 é de 22 anos.

20.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares. Todos os planos de pensão têm acumulado obrigações de benefícios em excesso aos ativos dos planos.

(a) **Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial**

	2014				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	3.369	44	736	4.149	4.147
Custo dos juros	443	5	102	550	550
Custo do serviço corrente	13	5	19	37	37
Contribuições de participantes	23	-	-	23	23
Benefícios pagos	(132)	(1)	(42)	(175)	(175)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência	215	18	150	383	383
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(233)	(6)	(137)	(376)	(376)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	221	14	226	461	460
Obrigação atuarial no fim do exercício	**3.919**	**79**	**1.054**	**5.052**	**5.049**
Ativo do plano no início do exercício	2.877	24		2.901	2.901
Receitas de juros	370	3	-	373	373
Contribuições pagas pela empresa	50	-	-	50	50
Contribuições de participantes	23	-	-	23	23
Benefícios pagos	(132)	(1)	-	(133)	(133)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(263)	17	-	(246)	(246)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.925**	**43**	**-**	**2.968**	**2.968**

	2014				
	Consolidado				Controladora
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	3.919	79	1.054	5.052	5.049
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.925)	(43)	-	(2.968)	(2.968)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	994	36	1.054	2.084	2.081
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	492	20	736	1.248	1.246
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	467	8	240	715	715
(+) Custos incorridos no período	13	5	19	37	37
(-) Pagamento de contribuições	(51)	-	(42)	(93)	(94)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	73	3	101	177	177
Saldo em 31 de dezembro de 2014	994	36	1.054	2.084	2.081

	2013				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	**Benefício Definido**	**Contribuição Variável**	**Plano de Saúde**	**Total**	**Total**
Obrigação atuarial no inicio do exercicio	4.078	101	1.044	5.223	5.219
Custo dos juros	378	9	96	483	483
Custo do serviço corrente	79	21	33	133	133
Contribuições de participantes	26	-	-	26	26
Benefícios pagos	(99)	-	(41)	(140)	(140)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência	223	(32)	(104)	87	14
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	35	(4)	-	31	31
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(1.351)	(51)	(292)	(1.694)	(1.619)
Obrigação atuarial no fim do exercício	**3.369**	**44**	**736**	**4.149**	**4.147**
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no inicio do exercicio	3.050	20	-	3.070	3.070
Receitas de juros	285	2	-	287	287
Contribuições pagas pela empresa	48	-	-	48	48
Contribuições de participantes	25	-	-	25	25
Benefícios pagos	(99)	-	-	(99)	(99)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(432)	2	-	(430)	(430)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.877**	**24**	**-**	**2.901**	**2.901**

	2013				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
Valores reconhecidos no balanço patrimonial	**Benefício Definido**	**Contribuição Variável**	**Plano de Saúde**	**Total**	**Total**
Valor presente das obrigações com fundo constituído	3.369	44	736	4.149	4.147
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.877)	(24)	-	(2.901)	(2.901)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	492	20	736	1.248	1.246
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 1° de janeiro de 2013	1.028	81	1.044	2.153	2.149
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(672)	(87)	(385)	(1.144)	(1.143)
(+) Custos incorridos no periodo	77	21	33	131	131
(-) Pagamento de contribuições	(48)	(1)	(41)	(90)	(89)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	107	6	85	198	198
Saldo em 31 de dezembro de 2013	492	20	736	1.248	1.246

(b) Componentes do custo de benefício definido

	2014				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	13	5	19	37	36
Juros líquidos sobre o passivo líquido	73	2	102	177	178
Custo líquido no exercício	86	7	121	214	214
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	3	-	2	5	5
Diretamente no resultado	36	7	55	98	97
Relativa aos inativos:	47	-	64	111	112
Custo líquido no exercício	86	7	121	214	214

	2013				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	78	21	33	132	132
Juros líquidos sobre o passivo líquido	94	7	96	197	197
Custo líquido no exercício	172	28	129	329	329
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	9	1	4	14	14
Diretamente no resultado	127	27	75	229	228
Relativa aos inativos:	36	-	50	86	87
Custo líquido no exercício	172	28	129	329	329

(c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 p.p. nas premissas de custos médicos teria os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Custos médicos	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(392)	475	(127)	158	175	(130)
Custo do serviço e juros	(26)	32	(3)	3	7	(5)

(d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2014	2013
Taxa de desconto (Real)	6,14% [1] / 6,20% [2] / 6,15% [3]	6,56% [1] / 6,65% [2] / 6,58% [3]
Inflação (IPCA)	6,50% [1][2][3][4]	5,93% [1][2][3]
Taxa de desconto nominal (Real + inflação)	13,04% [1] / 13,10% [2] / 13,05% [3]	12,86% [1] / 12,97% [2] / 12,90% [3]
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,761% [1] / 3,77% [2]	1.981% [1] / 4,044% [2]
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + inflação)	8,37% [1] / 10,52% [2]	8,03% [1] / 10,21% [2]
Taxa de rotatividade dos planos de saúde	0,642% a.a [6]	0,590% a.a [6]
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	Nula
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	14,47% a 3,00%a.a [7]	11,62% a 4,03%a.a [7]
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [8]	AT 2000 Básica, específica por sexo e suavizada em 20% [8]
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 [9]	TASA 1927 [9]
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 masculina agravada em 10% [10]	Winklevoss por sexo suavizada em 20% [10]
Idade de entrada na aposentadoria	Homem, 57 anos/ Mulher, 56 anos [11]	Homem, 56 anos/ Mulher, 55 anos [1][11] Homem, 53 anos/ Mulher, 48 anos [4]

[1] Plano Petros Sistema Petrobras
[2] Plano Petros 2
[3] Plano AMS
[4] Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 6,30% para 2015 e atingindo 3,00% em 2030
[5] Taxa decrescente atingindo 3,395% a partir de 2015
[6] Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço
[7] Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo. Refere-se apenas à taxa da patrocinadora
[8] Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram aplicadas a Tábua de Mortalidade AT-2000 feminina suavizada em 10% (2014) e AT 2000 (80% masculino + 20% feminino)
[9] Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram utilizadas as Tábuas de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas
[10] Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foram aplicadas as Tábuas de Mortalidade de Inválidos IAPB 1957
[11] Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

Em relação à premissa atuarial de mortalidade geral, a Companhia passou a utilizar a Tábua de mortalidade geral EX-PETROS 2013 (para ambos os gêneros), em substituição à Tábua de Mortalidade AT 2000, que foi utilizada na avaliação atuarial do exercício de 2013. A Tábua EX-PETROS tem característica bidimensional, através da qual se evidenciam tanto a mortalidade por idade quanto os ganhos de longevidade das idades ao longo dos anos. Essa Tábua, já devidamente reconhecida nas entidades técnicas atuariais, foi formulada com base em dados expressivos da experiência de longo período dos participantes do Plano Petros do Sistema Petrobras. Da Tábua EX-PETROS, o atuário independente da Fundação Petros coletou a posição do ano de 2013 como a observação da série anual mais aderente estatisticamente à característica populacional da massa de participantes.

(e) Perfil de vencimento da obrigação

Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal	
31/12/2015	257
31/12/2016	253
31/12/2017	253
31/12/2018	249
31/12/2019 ou posterior	4.040
	5.052

20.5 Participações nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras.

Dessa forma, de acordo com o artigo 42 do Estatuto Social, a Lei 10.101/2000 e demais normativos vigentes, em 31 de dezembro de 2014 a Companhia provisionou o valor de R$60 (R$65 em 2013) para a distribuição aos seus empregados, correspondente a 5,1% do lucro antes das participações, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE.

A participação dos administradores nos lucros ou resultados foi objeto de deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2015, na forma disposta pelo artigo 47 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

20.6 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV

Em janeiro de 2014, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), em alinhamento ao programa da Petrobras, visando contribuir para o alcance das metas de desempenho do Plano de Negócios e Gestão.

O período de inscrições ao PIDV encerrou em 31 de março de 2014 e totalizou 712 empregados inscritos. Após a adesão, estes empregados foram classificados em grupos conforme o tempo de permanência na empresa: (I) até 3 meses; (II) de 3 a 24 meses e; (III) empregados com tempo de permanência condicionado à reposição da vaga, conforme plano de ação de gestão do conhecimento ou de sucessão gerencial inerentes aos processos e atividades em que atuam.

Os empregados que aderiram ao PIDV tinham, no mínimo, 55 anos, e estavam aposentados perante a Previdência Social em 31 de março de 2014, conforme previsto no Plano, podendo desistir a qualquer momento, situação em que não fariam jus ao incentivo financeiro.

O incentivo financeiro a ser pago aos empregados que cumprirem o plano de ação contempla parcelas fixas equivalentes a dez remunerações normais, cujo teto é R$600 mil (seiscentos mil reais) e o piso é R$180 mil (cento e oitenta mil reais), parcelas variáveis de 15% a 25% de uma remuneração por mês, a partir do 7º mês de permanência até a data do desligamento, e demais vantagens legais e corporativas.

A Companhia reconheceu a provisão em 30 de abril de 2014, estando sujeita a alteração pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA, além do reconhecimento das parcelas variáveis.

No período de abril a dezembro de 2014, a Companhia registrou 645 desligamentos e 50 desistências de empregados que aderiram ao PIDV, cuja movimentação da provisão está registrada no passivo circulante e representada a seguir:

	Controladora
Saldo em 30 de abril de 2014	166
Revisão de provisão (*)	(8)
Utilização por desligamento	(149)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**9**

(*) Inclui desistências, reajuste salarial e atualização do piso e do teto pelo IPCA

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social realizado

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2013, foi aprovado o aumento do capital social através da aplicação do excesso das reservas de lucros (R$1.735) e da incorporação da reserva de incentivos fiscais (R$54).

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2013, foi aprovado aumento de capital por meio de aporte de ativos da Petrobras (R$20).

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2017, e com base nos termos dos artigos 12 e 122 da Lei 6.404/76, foi aprovada a proposta de grupamento de ações do capital social da Companhia, na proporção de 29,8521666575107:1, de forma que cada lote de 29,8521666575107 ações seja grupado em uma única ação. Também foi aprovada a alteração do artigo 4° do Estatuto Social para refletir a alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia, passando de 34.777.774.156 ações (inalterado desde 2013) para 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é de R$ 5.991, totalmente subscrito e integralizado.

21.2 Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2013, foi autorizada a capitalização do total do saldo das reservas de capital existente em 31 de dezembro de 2012, no montante de R$54.

21.3 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
O orçamento de capital do exercício de 2015, aprovado pelo Conselho de Administração, será encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, em data a ser definida, e prevê aplicações de recursos no montante de R$1.587.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, está sendo prevista uma retenção de lucros de R$480.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de reservas de lucros da Companhia excedeu o capital social em R$361.

21.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art.7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2014 está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária.

Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	1.123	2.132
Apropriação		
Reserva legal	(56)	(107)
Lucro básico para determinação dos dividendos	**1.067**	**2.025**
Dividendos a pagar - Registrados no passivo circulante		
Equivalentes a 25% (25% em 2013) do lucro básico	267	506
Composição dos dividendos a pagar, dividendos adicionais propostos e juros sobre o capital próprio:		
Juros sobre o capital próprio	557	460
Dividendos	(206)	115
Total de dividendos distribuídos	**351**	**575**
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(84)	(69)
Total de dividendos propostos	**267**	**506**
Dividendos por ação	0,23	0,43

Os dividendos serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2014 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95 e alterações. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, conforme determina a Deliberação CVM nº 683/12, resultando em um benefício tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R$190 (R$156 em 2013).

21.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

21.6 Lucro por ação

	Controladora	
	2014	2013
Lucro liquido	1.123	2.132
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	1.165.000.000	1.165.000.000
Lucro liquido básico e diluído por ação	**0,96**	**1,83**

O lucro básico e diluído por lote de mil ações, anteriormente apresentado, considerando 34.777.774.156 ações ordinárias foi de R$32,29 em 31 de dezembro de 2014 (R$ 61,30 em 31 de dezembro de 2013).

22 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Faturamento				
Derivados de petróleo	108.311	93.991	108.311	93.991
Etanol	4.502	3.900	4.502	3.900
Gás natural	1.717	1.475	1.700	1.466
Asfalto	1.230	1.083	849	743
Lubrificantes	1.977	1.797	1.977	1.797
Outros	3.924	3.721	3.848	3.652
Antecipação de recebiveis	(386)	-	(386)	-
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(528)	(383)	(528)	(383)
Encargos de vendas	(22.219)	(19.087)	(22.120)	(18.998)
Receita de vendas	**98.528**	**86.497**	**98.153**	**86.168**

23 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Aluguéis e royalties	239	231	239	231
Arrendamentos operacionais	(124)	(89)	(124)	(89)
Gastos com compartilhamento de custos e despesas	(130)	-	(130)	-
Gratificação	(58)	(50)	(58)	(50)
Multas contratuais e regulatórias	20	19	20	19
Operação Lava Jato (Nota 2.3)	(23)	-	(23)	-
Participações nos lucros ou resultados	(61)	(65)	(60)	(65)
Perda na recuperabilidade de créditos tributários de ICMS	-	(41)	-	(41)
Perdas e provisões com processos judiciais	(111)	(54)	(111)	(52)
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	(157)	-	(157)	-
Planos de pensão e saúde - inativos	(111)	(87)	(111)	(87)
Receita de armazenagem conjunta	66	69	66	69
Recuperação de Créditos Tributários	-	48	-	48
Relações institucionais e projetos culturais	(190)	(150)	(190)	(150)
Renegociação de contrato com clientes	-	(53)	-	(53)
Resultado com alienação de ativos permanentes	40	45	36	44
Reversão de tributos pagos a maior	9	64	9	64
Outros	(10)	(1)	(8)	(9)
	(601)	**(114)**	**(602)**	**(121)**

24 Despesas por natureza

	Consolidado											
	2014						2013					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(91.228)	-	-	-	-	(91.228)	(79.869)	-	-	-	-	(79.869)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(163)	(2.065)	(220)	103	-	(2.345)	(127)	(1.781)	(212)	134	-	(1.986)
Despesas com pessoal	(64)	(749)	(445)	(420)	-	(1.678)	(72)	(812)	(459)	(217)	-	(1.560)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(1.109)	-	-	-	(1.109)	-	(87)	-	-	-	(87)
Depreciação e amortização	(10)	(357)	(36)	-	-	(403)	(8)	(331)	(37)	-	-	(376)
Variação dos estoques	249	-	-	-	-	249	510	-	-	-	-	510
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(190)	-	(190)	-	-	-	(150)	-	(150)
Tributárias	-	-	-	(5)	(160)	(165)	-	-	-	112	(33)	79
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(111)	-	(111)	-	-	-	(53)	-	(53)
Outras	(21)	(244)	(47)	22	-	(290)	(14)	(245)	(45)	60	-	(244)
Total	**(91.237)**	**(4.524)**	**(748)**	**(601)**	**(160)**	**(97.270)**	**(79.580)**	**(3.256)**	**(753)**	**(114)**	**(33)**	**(83.736)**

	Controladora											
	2014						2013					
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total
Matérias-primas e produtos para revenda	(90.944)	-	-	-	-	(90.944)	(79.609)	-	-	-	-	(79.609)
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(157)	(2.041)	(213)	103	-	(2.308)	(122)	(1.761)	(206)	134	-	(1.955)
Despesas com pessoal	(55)	(744)	(437)	(420)	-	(1.656)	(65)	(807)	(451)	(217)	-	(1.540)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(1.113)	-	-	-	(1.113)	-	(86)	-	-	-	(86)
Depreciação e amortização	(8)	(356)	(34)	-	-	(398)	(7)	(330)	(35)	-	-	(372)
Variação dos estoques	249	-	-	-	-	249	510	-	-	-	-	510
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(190)	-	(190)	-	-	-	(150)	-	(150)
Tributárias	-	-	-	(5)	(157)	(162)	-	-	-	112	(29)	83
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(111)	-	(111)	-	-	-	(52)	-	(52)
Outras	(14)	(235)	(50)	21	-	(278)	(13)	(241)	(43)	52	-	(245)
Total	**(90.929)**	**(4.489)**	**(734)**	**(602)**	**(157)**	**(96.911)**	**(79.306)**	**(3.225)**	**(735)**	**(121)**	**(29)**	**(83.416)**

25 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Despesas				
Arrendamentos mercantis financeiros	(10)	(10)	(10)	(10)
Comissões bancárias	(20)	(15)	(20)	(15)
Empréstimos e financiamentos	(25)	(18)	(23)	(16)
FIDC	(284)	(138)	(283)	(137)
Financiamentos ressarcíveis	(35)	(27)	(35)	(27)
Mútuo	(410)	-	(410)	-
Outras	(18)	(43)	(15)	(44)
	(802)	**(251)**	**(796)**	**(249)**
Receitas				
FIDC	58	3	57	2
Juros por atraso e financiamentos de clientes	269	245	263	240
Títulos e valores mobiliários	1	86	1	86
Outras	59	12	48	8
	387	**346**	**369**	**336**
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - Sistema Eletrobras	715	-	715	-
Depósitos	27	133	27	133
Impostos a recuperar	3	84	3	84
Outras	8	9	8	9
	753	**226**	**753**	**226**
Passiva				
Arrendamentos mercantis financeiros	(8)	(11)	(29)	(11)
Atualização de dividendos a pagar à Petrobras	(18)	(14)	(18)	(14)
Empréstimos e financiamentos	(50)	(24)	(2)	-
Outras	(6)	(8)	(7)	(8)
	(82)	**(57)**	**(56)**	**(33)**
Variação cambial	**34**	**24**	**22**	**3**
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**705**	**193**	**719**	**196**
Resultado financeiro	**290**	**288**	**292**	**283**

26 Informações por segmento

A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio da perspectiva do perfil/ mercado dos seus clientes em relação à Rede de Postos. Em relação ao perfil de clientes, a Administração separadamente considera as atividades de Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação.

Os demais segmentos relacionados à venda de produtos químicos, asfalto e à geração de energia foram agregados em "outros", como segmentos operacionais reportáveis, por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis.

O resultado das receitas da Companhia com clientes no Brasil é de R$ 96.411 (R$ 84.473 em 2013), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R$ 2.117 (R$ 2.024 em 2013).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/2014

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	49.990	33.271	9.610	6.022	(17)	98.876	(348)	(a)	98.528
Custo dos produtos vendidos	(46.968)	(30.303)	(8.929)	(5.021)	(6)	(91.227)	(10)	(b)	(91.237)
Lucro bruto	**3.022**	**2.968**	**681**	**1.001**	**(23)**	**7.649**	**(358)**		**7.291**
Despesas						-	-		
Vendas, gerais e administrativas	(1.518)	(1.113)	(486)	(450)	(216)	(3.783)	(1.489)	(c)	(5.272)
Tributárias	(4)	-	-	(9)	(15)	(28)	(132)	(d)	(160)
Outras receitas (despesas), liquidas	139	32	-	37	(517)	(309)	(292)	(e)	(601)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	(3)	1	(2)	-		(2)
Resultado financeiro liquido							290	(f)	290
EBITDA Ajustado	**1.639**	**1.887**	**195**	**576**	**(770)**	**3.527**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(1.981)**		**1.546**

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/2013

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total dos segmentos	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis		Total
Receita de Vendas	44.608	27.591	9.011	5.561	(27)	86.744	(247)	(a)	86.497
Custo dos produtos vendidos	(41.584)	(24.971)	(8.360)	(4.655)	(2)	(79.572)	(8)	(b)	(79.580)
Lucro bruto	**3.024**	**2.620**	**651**	**906**	**(29)**	**7.172**	**(255)**		**6.917**
Despesas						-	-		
Vendas, gerais e administrativas	(1.439)	(986)	(542)	(393)	(277)	(3.637)	(372)	(c)	(4.009)
Tributárias	(3)	-	(1)	(9)	(13)	(26)	(7)	(d)	(33)
Outras receitas (despesas), liquidas	215	(1)	26	87	(388)	(61)	(53)	(e)	(114)
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	5	(11)	(6)	-		(6)
Resultado financeiro liquido							288	(f)	288
EBITDA Ajustado	**1.797**	**1.633**	**134**	**596**	**(718)**	**3.442**			
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							**(399)**		**3.043**

Reconciliação com as demonstrações contábeis	31/12/2014	31/12/2013
(a) Receita de Vendas		
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São classificadas originalmente como despesas antecipadas e reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(348)	(247)
(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(10)	(8)
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(393)	(368)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia e que vêm ultimamente enfrentando dificuldades financeiras.	(1.096)	(4)
(d) Impostos		
Os ajustes de impostos referem-se à anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(132)	(7)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(111)	(53)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas ao plano, bem como pela reversão da provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.	(158)	-
Lava-jato		
A Companhia concluiu que como resultado da atuação de empreiteiras e fornecedores em um suposto conluio para cobrar valores adicionais da Companhia, parcela dos custos incorridos na construção de determinados ativos imobilizados foram decorrentes de tais gastos adicionais com fornecedores participantes no conluio, e não deveriam ter sido reconhecidos e, portanto, foram indevidamente capitalizados.	(23)	-
(f) Resultado Financeiro, líquido	290	288
Total	**(1.981)**	**(399)**

27 Processos judiciais e contingências

27.1 Processos judiciais provisionados

A Companhia e suas investidas, no curso normal das operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza fiscal, cível, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas investidas constituem provisões para processos legais a valores considerados suficientes para cobrir perdas prováveis, com base em análise dos seus assessores jurídicos e da Administração.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Causas trabalhistas	128	107	128	106
Causas fiscais	40	30	39	29
Causas civeis	181	135	181	135
Causas ambientais	8	7	9	8
Total	**357**	**279**	**357**	**278**

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	**279**	**261**	**278**	**260**
Adição de provisão	108	75	108	75
Utilização por pagamentos	(19)	(29)	(18)	(28)
Atualização de juros	8	18	8	17
Reversão de provisão	(19)	(46)	(19)	(46)
Saldo final	**357**	**279**	**357**	**278**

As despesas com processos judiciais estão reconhecidas nas outras despesas operacionais.

27.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais

	Consolidado					
	2014			2013		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	128	66	62	107	52	55
Causas fiscais	40	8	32	30	5	25
Causas cíveis	181	49	132	135	36	99
Causas ambientais	8	4	4	7	4	3
Total	**357**	**127**	**230**	**279**	**97**	**182**

27.2 Processos judiciais não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado		Controladora	
Natureza	**2014**	**2013**	**2014**	**2013**
Fiscais	4.335	2.902	4.313	2.887
Cíveis - Gerais	959	923	959	923
Trabalhistas	123	112	123	112
Cíveis - Ambientais	10	11	10	10
	5.427	**3.948**	**5.405**	**3.932**

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

(a) Processos de natureza fiscal

	Descrição dos processos de natureza fiscal	2014
	Autores: Estados de MG e RJ	
1)	Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. Os Estados conferiram regime especial às empresas aéreas reduzindo a alíquota de ICMS. Hoje cobram essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas e/ou às transferências entre estabelecimentos da Companhia.	850
	Autores: Estados de AL, BA, MT, SC e TO	
2)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se diferenças (complemento) em relação à apuração do ICMS/ST.	523
	Autores: Estados de GO, PA, RJ, RR, SC e TO	
3)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	371
	Autor: União	
4)	Processos em que a Companhia é exigida por suposta falta de recolhimento do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos/valores mobiliários, decorrente de operações qualificadas pela Fiscalização como remessa mensal de numerário à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e empréstimos com vários contribuintes (postos de combustíveis).	362
	Autores: Estados do AP, BA, MG e SP	
5)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	308

Autores: Estados do GO, MS, MT, PA, PB, PE, SE e SP e o Distrito Federal		
6)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20º C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	296
Autores: Estados do AP, BA, ES, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RN, RO e TO		
7)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	285
Autores: Estados do AM, BA, MT, PA, RJ, RN, RO e SP e a União		
8)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	188
Autor: União		
9)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	428
Autor: Estados do AM e PE		
10)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	138
Autor: União		
11)	Processos em que a Petrobras é a principal devedora de contribuições previdenciárias, mas a Companhia é autuada como responsável solidária.	82

Autor: União		
12)	Processo em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços à Companhia.	70
Autor: União		
13)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	69
Autor: Estados do CE, ES, GO, MG, RJ e o Distrito Federal		
14)	ICMS incidente sobre venda direta a consumidor final, onde inexiste um dos elos da cadeia de varejo tradicional.	51
Autores: Estados da BA, CE, GO e RO		
15)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	49
Autor: Estados da BA, MG, MT, SC e TO		
16)	Processos em que a Companhia discute se a composição da base de cálculo do ICMS-ST em operações interestaduais com derivados de petróleo deve ou não incluir o próprio ICMS.	47
Autor: União		
17)	Processos em que a Companhia discute se é devido recolhimento de PIS e COFINS por substituição tributária quando de vendas de querosene de aviação em aeroportos que não tinham preço tabelado.	43
	Processos diversos de natureza fiscal	175
		4.335

(b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível	2014
Autor: C A Soares da Costa	
1) Ação cível perante a justiça de Rondônia, pretendendo indenização por perdas e danos, sob a alegação de descumprimento de contrato de transporte pela Companhia. Situação atual: o Tribunal de Justiça de Rondônia manteve a decisão anterior, favorável à Companhia. O autor apresentou recurso especial, remetido ao Superior Tribunal de Justiça - STJ.	122
Autor: Francisco Messias Cameli	
2) Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). Situação atual: O Ministério Público peticionou, informando não ter interesse na demanda. O processo está no gabinete do relator, aguardando agendamento na pauta de julgamento.	164
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração	
3) Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Situação atual: Aguarda-se julgamento do recurso especial interposto pela Companhia.	134
Processos diversos de natureza cível	539
	959

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, e rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. A Companhia também está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

		Consolidado		Controladora	
	Notas	2014	2013	2014	2013
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e bancos	5	543	670	533	667
Aplicações financeiras	5	199	246	-	-
Contas a receber	7	12.914	9.165	12.912	9.070
Depósitos judiciais	9	871	734	852	716
		14.527	**10.815**	**14.297**	**10.453**
Ativos financeiros mantidos até o vencimento					
FIDC Fornecedor	6	18	18	18	18
NTN-P	6	5	4	5	4
		23	**22**	**23**	**22**
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	14	3.168	3.030	3.147	3.001
Financiamentos	15	1.367	1.366	295	304
Operações de mútuo com a Controladora	18.5	6.596	-	6.596	-
Cessão de direitos creditórios	18.3	404	2.655	380	2.639
Arrendamentos mercantis financeiros	28.3.3	139	160	442	160
		11.674	**7.211**	**10.860**	**6.104**

28.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

28.2 Risco de mercado

28.2.1 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge, principalmente, a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento pelas vendas efetuadas.

28.2.1.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que ele possa representar.

A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Diretoria Executiva, para determinar as alçadas para concessão de crédito.

Na análise de crédito, são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado.

Os critérios de concessão de crédito estabelecidos na Política de Crédito e Cobrança englobam garantias reais, garantias pessoais, análises de balanços ou conceito do cliente, observando o relacionamento com a Companhia.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias e clientes governo.

A exposição ao risco está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. Em 31 de dezembro de 2014, não havia cobertura de *hedge* cambial para

a totalidade do saldo de contas a receber dos clientes estrangeiros do segmento de aviação em razão da avaliação da Companhia de que o cenário muito provável era de desvalorização do real frente ao dólar, considerando o horizonte do prazo de recebimento das contas a receber.

A exposição ao risco está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A carteira da Companhia somava aproximadamente R$15 bilhões em 31 de dezembro de 2014.

28.2.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, ao CDI, indexador dos mútuos com a Petrobras (Nota 17.5), e às taxas de IGPM e IPCA, que são os indexadores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os ativos se caracterizam, em maior parte, pelos financiamentos a clientes, que geralmente estão atrelados ao IGPM, e pelas contas a receber do Setor Elétrico – Sistema Eletrobras, atualizadas pela Selic.

28.2.2.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos juros dos principais ativos e passivos financeiros do Consolidado em 31 de dezembro de 2014.

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Nota	Risco	(Despesa)/ receita financeira no cenário I (*)	Resultado financeiro com decréscimo de índice em 25%	Resultado financeiro com decréscimo de índice em 50%	Resultado financeiro com elevação de índice em 25%	Resultado financeiro com elevação de índice em 50%
Contrato de confissão de dívida - Setor elétrico - Sistema isolado - Sistema Eletrobras	5.336		Redução da Selic	715	536	358	894	1.073
Contas a receber - partes relacionadas - circulante	612	7	Redução do ICTM	6	5	3	8	9
Aplicações em FIDC	419	18.3	Redução do CDI	57	43	29	71	86
FIDC (cessão de direitos creditórios)	(404)	18.3	Alta do CDI	(283)	(212)	(142)	(354)	(425)
CRIs	(1.037)	15	Alta do IGPM	(127)	(95)	(64)	(159)	(191)
Financiamentos com os bancos IBM e BASA	(295)	15	Alta do CDI	(25)	(19)	(13)	(31)	(38)
Mútuo	(6.596)	18.5	Alta do IGPM	(410)	(308)	(205)	(513)	(615)

(*) Cenário I corresponde ao efeito reconhecido no resultado do exercício considerando a data-base 31/12/2014

28.3 Risco de liquidez

28.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeção mensais, discutidas em fóruns e Comitês Executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

Excessos de caixa são aplicados em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos excepcionais que venham a onerar a geração de caixa e a liquidez da Companhia são atendidos com recursos do fundo corporativo, com operações de mútuo com a própria Petrobras e através de captações em instituições financeiras.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

28.3.2 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

Período	Consolidado		
	Principal	Juros	Total
2015	281	77	358
2016	103	66	169
2017	114	72	186
2018	125	70	195
2019	140	70	210
2020 em diante	1.612	381	1.993
Total	**2.375**	**736**	**3.111**

28.3.3 Fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros (com transferência de benefícios, riscos e controles)

	2014			
	Consolidado		Controladora	
	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos	Recebimentos mínimos	Pagamentos mínimos
2015	3	46	3	79
2016 - 2019	13	151	14	320
2020 em diante	14	13	13	846
Recebimentos/ pagamentos futuros de compromissos estimados	**30**	**210**	**30**	**1.245**
Menos montante dos juros anuais	(14)	(71)	(14)	(803)
Valor presente dos recebimentos/ pagamentos mínimos	**16**	**139**	**16**	**442**
Circulante	2	42	2	57
Não circulante	14	97	14	385
Em 31 de dezembro de 2014	**16**	**139**	**16**	**442**
Circulante	2	39	2	39
Não circulante	14	121	14	121
Em 31 de dezembro de 2013	**16**	**160**	**16**	**160**

28.4 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos.

A estrutura de capital da Companhia, assim como sua gestão de caixa deverão ser sempre pautadas, em última análise, na melhor estrutura de capital e gestão financeira sob a ótica da Petrobras, optando pelas alternativas que melhor trazem sinergia para o Sistema Petrobras.

A gestão e o acompanhamento de capital ocorrem através de:

- controle do fluxo diário de caixa;
- projeção e acompanhamento da realização do fluxo de caixa de curto e médio prazos da Companhia, estruturando o Plano Financeiro que suportará os processos orçamentários;
- análise do ciclo de caixa e da necessidade de capital de giro;
- acompanhamento das variáveis que impactam o capital de giro, integrando as iniciativas relacionadas à gestão da necessidade de capital de giro;
- análise e proposição de estratégias de alavancagem/ desalavancagem financeira visando à otimização da estrutura de capital da Companhia e à redução do custo associado.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi calculado como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Financiamentos (nota 15)	1.367	1.366	295	304
Arrendamentos mercantis financeiros (nota 28.3.3)	139	160	442	160
Operações de mútuo com a controladora	6.596	-	6.596	-
Cessão de direitos creditórios (nota 18.3)	404	2.655	380	2.639
Endividamento total	8.506	4.181	7.713	3.103
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(742)	(916)	(533)	(667)
Endividamento líquido	7.764	3.265	7.180	2.436
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (nota 21)	12.121	11.901	12.121	11.901
Endividamento líquido /(endividamento líquido + patrimônio líquido)	**39%**	**22%**	**37%**	**17%**

O aumento do índice foi motivado pela captação de recursos através de mútuo com a Petrobras, conforme Nota 17.5.

A Companhia vem tomando ações visando melhorar a estrutura de capital, com a consequente reversão do quadro negativo de necessidade de capital de giro apresentado em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, foi celebrado, em 14 de abril de 2015, um contrato de empréstimo de R$ 4,5 bilhões junto ao Banco do Brasil, cujas condições estão descritas na Nota 30.

29 Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

As instalações, equipamentos e produtos da Controladora dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2014 totalizava R$7.781 (R$7.649 em 2013). Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No Consolidado a importância segurada totalizava R$11.528 em 31 de dezembro de 2014 (R$11.248 em 2013).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro de 2014 são:

		2014		2013	
		Importância segurada		Importância segurada	
Ativo	Tipo de cobertura	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	7.810	7.781	7.821	7.649
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, poluição ambiental etc.	664	664	581	581
Responsabilidade civil - Abastecimento		2.656	2.656	2.343	2.343
Outros ativos		398	396	503	480
Total		**11.528**	**11.497**	**11.248**	**11.053**

A Companhia não faz seguros de lucros cessantes.

30 Eventos subsequentes

Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

Em 02 de fevereiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Espírito Santo, a Lei 10.493/2016 que reconhece a extinção do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado (nota 13.2).

Em 12 de agosto de 2016, a Companhia assinou Memorando de Entendimentos com o Governo do Estado do Espírito Santo visando avaliar a criação de empresa estatal estadual para prestação de serviço público de distribuição de gás natural canalizado.

A Companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois o valor contábil existente está garantido pela indenização prevista na referida Lei.

Aumento de Capital

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia, em espécie, no montante de R$ 6.313 milhões, que resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros como liquidez e solvência.

Pagamento Antecipado das Notas de Crédito

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente as Notas de Crédito à Exportação (NCE) emitidas em favor do Banco do Brasil e do Bradesco, no valor total de R$ 7.708 milhões.

Cisão Parcial

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339 milhões, referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do sistema Petrobras com o objetivo de melhorar a gestão da estrutura de capital do grupo econômico das referidas empresas. A mencionada operação, além dos benefícios para os acionistas decorrente da valorização dos seus ativos e negócios, resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica para a Companhia cindida, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros.

Processos Judiciais

IOF

Em virtude da decisão em 2ª instância eminentemente favorável à Companhia, proferida em processo administrativo em que a Companhia é exigida por suposta falta de recolhimento do imposto sobre operações de crédito (IOF) decorrente de operações qualificadas pela fiscalização como remessa de numerário à Petrobras e mútuos a postos revendedores, a

Companhia alterou a expectativa de perda e reduziu significativamente o risco financeiro envolvido passando de perda possível no montante de R$ 352 em 31 de dezembro de 2014 para perda provável de R$ 0,3 em 31 de julho de 2017, referente a parcela de cobrança do IOF sobre mútuos a postos revendedores.

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A – BR, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

Ivan de Sá Pereira Junior
Presidente

Marcelo Fernandes Bragança
Diretor Executivo de Operações e Logistica e Diretor Executivo da Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Couto
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO
Presidente

BRUNO CESAR DE PAIVA E SILVA
Conselheiro

CLEMIR CARLOS MAGRO
Conselheiro

DURVAL JOSÉ SOLEDADE SANTOS
Conselheiro

FRANCISCO ARRUDA VIEIRA DE MELO FILHO
Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

JORGE CELESTINO RAMOS
Conselheiro

REINALDO GUERREIRO
Conselheiro

SEGEN FARID ESTEFEN
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

IVAN DE SÁ PEREIRA JUNIOR
Presidente

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo da Rede de Postos

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

[página intencionalmente deixada em branco]

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 4

2.3 - Outras informações relevantes 6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições não contábeis 8

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 14

3.4 - Política de destinação dos resultados 15

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 17

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 18

3.7 - Nível de endividamento 19

3.8 - Obrigações 20

3.9 - Outras informações relevantes 21

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 22

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 48

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 50

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 106

4.5 - Processos sigilosos relevantes 113

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 114

4.7 - Outras contingências relevantes 119

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 120

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 121

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 128

5.3 - Descrição dos controles internos 131

5.4 - Alterações significativas 142

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 143

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 144

6.3 - Breve histórico 145

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 147

6.6 - Outras informações relevantes 148

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 149

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 160

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 174

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 199

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 200

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 210

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 211

7.8 - Políticas socioambientais 212

7.9 - Outras informações relevantes 213

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 221

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 222

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 225

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 226

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 227

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 228

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 233

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 238

9.2 - Outras informações relevantes 240

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 244

10.2 - Resultado operacional e financeiro 295

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 300

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 301

10.5 - Políticas contábeis críticas 308

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 311

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 315

10.8 - Plano de Negócios 317

10.9 - Outros fatores com influência relevante 318

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 322

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 323

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 324

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 347

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 351

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 353

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 354

12.7/8 - Composição dos comitês 367

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 371

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 372

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 380

12.12 - Práticas de Governança Corporativa 382

12.13 - Outras informações relevantes 385

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 391

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 401

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 406

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 409

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 411

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 412

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 413

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 414

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 415

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 417

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 418

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 420

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 421

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 422

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 423

13.16 - Outras informações relevantes 424

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 425

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 427

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 429

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 432

14.5 - Outras informações relevantes 433

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 434

15.3 - Distribuição de capital 445

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 446

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 449

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 450

15.7 - Principais operações societárias 451

15.8 - Outras informações relevantes 452

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 453

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 455

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 477

16.4 - Outras informações relevantes 478

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 479

17.2 - Aumentos do capital social 480

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 481

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 482

17.5 - Outras informações relevantes 483

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 484

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 485

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 486

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 487

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 488

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 490

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 491

18.8 - Títulos emitidos no exterior 492

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 493

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 494

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 495

18.12 - Outras infomações relevantes 496

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 497

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 498

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 499

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 500

20.2 - Outras informações relevantes 501

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 502

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 503

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 504

21.4 - Outras informações relevantes 505

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Ivan de Sá Pereira Júnior**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Rafael Salvador Grisolia**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

PETROBRAS

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

IVAN DE SÁ PEREIRA JÚNIOR, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade RG nº 04.701.561-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 748.019.707-10, na qualidade de Diretor Presidente da **Petrobras Distribuidora S.A.**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 34.274.233/0001-02, com sede na Rua Correia Vasques 250, térreo, 1º ao 9º andares, CEP 20.211-140 – Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ, ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

IVAN DE SÁ PEREIRA JÚNIOR
Presidente

PETROBRAS

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Carteira de Identidade RG nº 06.717.082-9, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 868.641.737-04, na qualidade de Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da **Petrobras Distribuidora S.A.**, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 34.274.233/0001-02, com sede na Rua Correia Vasques 250, térreo, 1º ao 9º andares, CEP 20.211-140 – Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0002-01
Período de prestação de serviço	01/01/2014 a 16/04/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços profissionais, incluindo: (a) auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como das controladas Stratura e FII-FCM, para o exercício social findos em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014; (b) revisão de nossas informações intermediárias individuais e consolidadas; (c) serviços de impostos relacionados à revisão de cumprimento da legislação tributária e outros serviços de impostos, e (d) revisões de relatórios contábeis e financeiros referentes à concessão de distribuição de gás no Estado do Espírito Santo.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes durante os exercícios sociais findos em 2016, 2015 e 2014 é igual ao montante acumulado de R$ 4.089.821,37, incluindo: (a) a auditoria das demonstrações contábeis e a revisão de nossas informações intermediárias individuais e consolidadas no montante de R$ 3.859.877,65; (b) serviços de impostos no montante de R$ 190.459,92; e (c) assessoria tributária e elaboração de relatórios contábeis e financeiros referente à concessão de distribuição de gás do Espírito Santo no montante de R$ 39.483,80
Justificativa da substituição	Término de contrato.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alexandre Fermino Alvares	01/01/2014 a 16/04/2017	120.604.568-00	Rua do Russel, 804, 6° e 7° andares, Glória, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22210-907, Telefone (021) 32326112, Fax (0000) 0000000000, e-mail: alexandre.alvares@pwc.com

899

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	17/04/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços profissionais, incluindo: (a) auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2017; (b) revisão de nossas informações intermediárias individuais e consolidadas; (c) serviços de impostos relacionados à revisão de cumprimento da legislação tributária e outros serviços de impostos; e (d) revisões de relatórios contábeis e financeiros referentes à concessão de distribuição de gás no Estado do Espírito Santo.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

699

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carla Bellangero	17/04/2017	101.832.328-79	Rua do Passeio, 38, setor 2 / 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20021-290, Telefone (021) 22079336, Fax (0000) 0000000000, e-mail: cbellangero@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Outras informações relevantes

A KPMG Consultoria Ltda., CNPJ 01.708.167/0002-55 ("KPMG"), prestou os seguintes serviços de consultoria consistente na adequação do ativo imobilizado seguindo os preceitos do CPC 27 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) do Brasil.

Início contratação serviço: 15/12/2014

Fim contratação serviço: 01/02/2017

O contrato com a KPMG foi interrompido por um instrumento particular de distrato, tendo como justificativa da interrupção o atendimento ao artigo 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, segundo o qual seria caracterizada a perda da objetividade e independência em relação ao serviço de consultoria em questão. O serviço de consultoria consistente na adequação do ativo imobilizado está em processo de licitação para nova contratação.

A Companhia, em conformidade ao disposto no inciso II, artigo 2º da Instrução CVM 381, de 14 de janeiro de 2003, conforme alterada, e a fim de dirimir a possibilidade de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes na prestação de serviços, adota como suas principais diretrizes políticas os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

Além disso, o estatuto social da Companhia dispõe, em seu artigo 24, de um Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), com competência para análise e manifestação sobre: (i) a contratação e a destituição do auditor independente; e (ii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores interno.

Ademais, a Companhia contratou, em 2017, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) para prestação de serviços profissionais em conexão com a oferta pública de valores mobiliários da Companhia. Tais serviços ainda não foram remunerados integralmente pela Companhia.

----------//----------

Definições

Os termos indicados abaixo terão os seguintes significados ao longo deste Formulário de Referência:
"**ANFAVEA**": Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
"**ANP**": Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
"**ANTAQ**": Agência Nacional de Transportes Aquaviários
"**ANTT**": Agência Nacional de Transportes Terrestres
"**Companhia**" ou "**BR**": Petrobras Distribuidora S.A.
"**IBGE**": Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
"**Petrobras**": Petróleo Brasileiro S.A. (controladora direta da Companhia)
"**Sindicom**": Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes
"**Sistema Petrobras**": Petróleo Brasileiro S.A. e suas subsidiárias integrais, controladas, controladas em conjunto e coligadas.
"**CPC**": Comitê de Pronunciamentos Contábeis

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	8.004.000.000,00	7.410.000.000,00	9.925.000.000,00	12.121.000.000,00
Ativo Total	23.477.000.000,00	31.398.000.000,00	31.241.000.000,00	27.619.000.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	61.363.000.000,00	86.637.000.000,00	97.280.000.000,00	98.528.000.000,00
Resultado Bruto	4.561.000.000,00	6.465.000.000,00	7.313.000.000,00	7.291.000.000,00
Resultado Líquido	620.000.000,00	-315.000.000,00	-1.161.000.000,00	1.123.000.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	1.165.000.000	1.165.000.000	1.165.000.000	1.165.000.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	6,870000	6,360000	8,520000	10,400000
Resultado Básico por Ação	0,530000	0,270000	1,000000	0,960000
Resultado Diluído por Ação	0,53	0,27	1,00	0,96

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

EBITDA

A Companhia apresenta os seguintes valores:

(Reais milhões)	Período de nove meses 30/09/2017	Período de nove meses 30/09/2016	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
EBITDA	**1.830**	**357**	**439**	**(1.165)**	**1.659**
EBITDA Ajustado	**2.184**	**2.175**	**2.995**	**3.452**	**3.527**
Margem EBITDA ajustado	**3,6%**	**3,3%**	**3,5%**	**3,5%**	**3,6%**
EBITDA LTM Ajustado	**3.004**	**3.308**	**N/A**	**N/A**	**N/A**
Dívida Financeira Líquida	**3.865**	**9.009**	**9.509**	**9.471**	**7.345**
Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado	**1,29**[1]	2,72[2]	**3,17**	**2,74**	**2,08**
Índice de Liquidez Corrente	**2,32**	**2,50**	**2,18**	**2,30**	**0,94**
Índice de Endividamento Total	**1,93**	**2,24**	**3,24**	**2,15**	**1,28**

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

(Reais milhões)	Período de nove meses 30/09/2017	Período de nove meses 30/09/2016	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido	**620**	**(367)**	**(315)**	**(1.161)**	**1.123**
(+) Resultado Financeiro Líquido	468	541	622	299	(290)
(+) Depreciação/Amortização	343	333	454	471	403
(+) IR/CSLL	399	(150)	(322)	(774)	423
EBITDA	**1.830**	**357**	**439**	**(1.165)**	**1.659**
(+) Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	418	391	542	412	348
(+) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – sistema isolado de energia	(145)	443	413	2.630	1.096

[1] Valores apresentados para 30 de setembro estão anualizados (EBITDA LTM Ajustado)
[2] Valores apresentados para 30 de setembro estão anualizados (EBITDA LTM Ajustado)

3.2 - Medições não contábeis

(+) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – sistema interligado de energia	-	-	(2)	233	-
(+) Perdas e provisões com processos judiciais	104	927	1.079	785	111
(+) Impairment	-	-	-	298	-
(+) Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)	(143)	(9)	434	92	158
(+) Anistias fiscais	80	3	6	122	-
(+) Encargos tributários sobre receitas financeiras	40	63	84	45	132
(+) Operação Lava Jato	-	-	-	-	23
EBITDA AJUSTADO	**2.184**	**2.175**	**2.995**	**3.452**	**3.527**
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	**61.363**	**65.458**	**86.637**	**97.280**	**98.528**
Margem EBITDA Ajustado[3]	**3,6%**	**3,3%**	**3,5%**	**3,5%**	**3,6%**

Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes: as bonificações antecipadas concedidas aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os recipientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São classificadas originalmente como despesas antecipadas e reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa do sistema isolado e interligado de energia: os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia e que vêm ultimamente enfrentando dificuldades financeiras.
Perdas e provisões com processos judiciais: os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.
Impairment: a Companhia reconheceu perda no valor de recuperação (*impairment)* da base Cruzeiro do Sul (BASUL II), no montante de R$298 milhões. Essa perda foi reconhecida, pelo fato da base operar significativamente abaixo de sua capacidade instalada, em função da perda das vendas no Estado do Acre atribuída, principalmente, à perda do contrato com o cliente Eletroacre.
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV: os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas ao plano, bem como pela reversão da provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos estados e à União, respectivamente. A Companhia considera o ajuste apropriado porque fornece informações adicionais aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.
Operação Lava Jato: a Companhia concluiu que como resultado da atuação de empreiteiras e fornecedores em um suposto conluio para cobrar valores adicionais da Companhia, parcela dos custos incorridos na construção de determinados ativos imobilizados foram decorrentes de tais gastos adicionais com fornecedores participantes no conluio, e não deveriam ter sido reconhecidos e, portanto, foram indevidamente capitalizados.

[3] Margem EBITDA Ajustado é calculado por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita de vendas de produtos e serviços prestados.

3.2 - Medições não contábeis

Reconciliação da dívida líquida

(Reais milhões)	Período de nove meses 30/09/2017	Período de nove meses 30/09/2016	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
(+) Financiamentos	4.732	12.802	12.814	12.894	1.367
(+) Operações de mútuo com acionista controladora	-	-	-	-	6.596
(+) Cessão de direitos creditórios	23	23	31	24	404
(+) Arrendamentos mercantis financeiros	97	115	95	129	139
Dívida Bruta	4.852	12.940	12.940	13.047	8.506
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(522)	(661)	(655)	(810)	(742)
(-)Saldo da Companhia aplicado no Fundo de Investimento em direitos creditórios – FIDC	(465)	(3.270)	(2.776)	(2.766)	(419)
Dívida Financeira Líquida	3.865	9.009	9.509	9.471	7.345

	Período de nove meses 30/09/2017[4]	Período de nove meses 30/09/2016[5]	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Dívida Financeira Líquida	**3.865**	**9.009**	**9.509**	**9.471**	**7.345**
EBITDA LTM Ajustado	3.004	3.308	2.995	3.452	3.527
Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado	**1,29**	**2,72**	**3,17**	**2,74**	**2,08**

	Em 30/09/2017	Em 30/09/2016	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Ativo Circulante	10.244	12.312	12.289	12.844	11.272
Passivo Circulante	4.409	4.923	5.629	5.592	11.937
Passivo não circulante	11.064	16.513	18.359	15.724	3.561
Patrimônio Líquido	8.004	9.558	7.410	9.925	12.121
Índice de Liquidez Corrente	2,32	2,50	2,18	2,30	0,94
Índice de Endividamento Total	1,93	2,24	3,24	2,15	1,28

Índice de Liquidez Corrente é calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
Índice de Endividamento Total é calculado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

c. motivo pelo qual entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira da Companhia e do resultado de suas operações:

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA LTM Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil feita pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras, nos termos das orientações do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP n.º 01/2007. Tal medição consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização ("EBITDA").

O EBITDA ajustado da Companhia é uma medição adotada pela Administração e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da apropriação das bonificações antecipadas, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa do sistema isolado e interligado de energia, perdas e

[4] O EBITDA LTM Ajustado foi calculado utilizando o período de doze meses (outubro de 2016 a setembro de 2017).
[5] O EBITDA LTM Ajustado foi calculado utilizando o período de doze meses (outubro de 2015 a setembro de 2016).

3.2 - Medições não contábeis

provisões com processos judiciais, impairment, plano de incentivo do desligamento voluntário (PIDV), gastos com anistias fiscais, encargos tributários sobre receitas financeiras e Operação Lava Jato. A descrição de cada um desses ajustes encontra-se no item b desta seção.

O EBITDA LTM Ajustado significa o EBITDA ajustado da Companhia para os doze meses (quatro trimestres) mais recentemente encerrados.

Os valores mencionados no EBITDA, no EBITDA ajustado e no EBITDA LTM Ajustado não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Desde 1º de janeiro de 2013, a Companhia calcula seu EBITDA, de acordo com a Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e o EBITDA Ajustado para medir seu desempenho operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

A Companhia ressalta que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; (iii) indicadores de desempenho operacional; ou (iv) indicadores de liquidez.

Margem EBITDA Ajustado

Índice calculado por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita de vendas de produtos e serviços prestados. A Companhia utiliza a Margem EBITDA Ajustado por entender ser um bom indicador da margem operacional.

Dívida Financeira Líquida

Definimos Dívida Financeira Líquida como Financiamentos circulantes e não circulantes acrescidos das Operações de mútuos com o acionista controlador circulante e não circulante, Cessão de direitos creditórios circulante e não circulante, e Arredamentos mercantis financeiros circulante e não circulante (em conjunto “Dívida Bruta”) subtraída do caixa e equivalentes de caixa e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC.. A Companhia utiliza a dívida financeira líquida para mensurar o capital necessário para quitar os instrumentos de dívida.

Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza o índice Dívida Financeira Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado como um indicador suplementar para auxiliar a gestão da alavancagem, bem como para ajudar a avaliar a liquidez da Companhia..

Índice de Liquidez Corrente

Calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. A Companhia utiliza o índice de liquidez corrente para avaliar a capacidade de pagamento de suas obrigações no curto prazo.

Índice de Endividamento Total

3.2 - Medições não contábeis

Calculado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido. A Companhia utiliza o índice de endividamento total para avaliar o montante de dívidas que possui, captadas através de recursos de terceiros em relação ao seu capital próprio para financiar os ativos totais.

3.2 - Medições não contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação dos resultados

Período	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014
a. Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal. Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Reserva Estatutária. De acordo com o artigo 47 do Estatuto Social vigente em 31 de dezembro de 2016, a Companhia destinava, a parcela mínima de 0,5% sobre o capital social integralizado, usando como base o lucro líquido apurado em seu balanço anual, para constituição de reserva especial, com o fim de custear os programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia. O saldo acumulado dessa reserva não poderia exceder 5% do capital social integralizado. Reserva de Retenção de Lucros. Destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamento a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.	Reserva Legal. Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Reserva Estatutária. De acordo com o artigo 46 do Estatuto Social vigente em 31 de dezembro de 2015, a Companhia destinava parcela mínima de 0,5% sobre o capital social integralizado, usando como base o lucro líquido apurado em seu balanço anual, para constituição de reserva especial, com o fim de custear osprogramas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia. O saldo acumulado dessa reserva não poderia exceder 5% do capital social integralizado.. Reserva de Retenção de Lucros. Destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamento a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.	Reserva Legal. Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Reserva Estatutária. De acordo com o artigo 46 do Estatuto Social vigente em 31 de dezembro de 2014, a Companhia destinava parcela mínima de 0,5% sobre o capital social integralizado, usando como base o lucro líquido apurado em seu balanço anual, para constituição de reserva especial, com o fim de custear os programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia. O saldo acumulado dessa reserva não poderia exceder 5% do capital social integralizado. Reserva de Retenção de Lucros. Destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamento a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
a.1 Valores das retenções de lucros	Não houve constituição de reservas em função do prejuízo apurado no exercício	Não houve constituição de reservas em função do prejuízo apurado no exercício	Reserva Legal: R$ 56 milhões Reserva de Incentivos Fiscais: R$ 278 mil Reserva Estatutária: R$ 30 milhões Reserva de Retenção de Lucros: R$ 480 milhões Total: R$ 566 milhões
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2016 (em seu art. 7º) previa a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, e rateado pelas ações em que se dividir o capital social da Companhia, podendo, para efeito do pagamento da remuneração devida aos acionistas, ser computados o valor pago ou o valor creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos do art. 1º, §	O Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2015, em seu art. 7º, previa a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Deveriam ser rateados pelas ações em que se dividisse o capital social da Companhia, podendo, para efeito do pagamento da remuneração devida aos acionistas, ser computados o valor pago ou o valor creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos do art. 1º, §	O Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2014, em seu art. 7º, previa a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. Deveriam ser rateados pelas ações em que se dividisse o capital social da Companhia, podendo, para efeito do pagamento da remuneração devida aos acionistas, ser computados o valor pago ou o valor creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos do art. 1º, §

3.4 - Política de destinação dos resultados

	1º, do Decreto nº 2.673, de 16.07.98.	1º, do Decreto nº 2.673, de 16.07.98..	1º, do Decreto nº 2.673, de 16.07.98.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2016 (art. 45), ao final de cada exercício social deveria ser levantado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras para apurar o lucro líquido do exercício, cuja destinação seria objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Conforme o art. 45, parágrafo único, e o art. 7º, parágrafo 1º, a Companhia podia ainda levantar balanços semestrais para pagamento de dividendos, por deliberação do Conselho de Administração.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2015 (art. 44), ao final de cada exercício social deveria ser levantado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras para apurar o lucro líquido do exercício, cuja destinação seria objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Conforme o art. 44, parágrafo único, e o art. 7º, parágrafo 1º, a Companhia podia ainda levantar balanços semestrais para pagamento de dividendos, por deliberação do Conselho de Administração.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2014 (art. 44), ao final de cada exercício social deveria ser levantado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras para apurar o lucro líquido do exercício, cuja destinação seria objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Conforme o art. 44, parágrafo único, e o art. 7º, parágrafo 1º, a Companhia poderá ainda levantar balanços semestrais para pagamento de dividendos, por deliberação do Conselho de Administração.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, não há restrições a distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, não há restrições a distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, não há restrições a distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido ajustado	620.000.000,00	-315.000.000,00	-1.161.000.000,00	1.067.000.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000	52,200000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	7,700000	-4,300000	-11,700000	9,300000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	557.000.000,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00	566.000.000,00
Data da aprovação da retenção				25/05/2015

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00		0,00			
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária							557.000.000,00	30/06/2015

681

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

O montante de juros sobre capital próprio declarado no exercício social de 2016 foi de R$747 milhões, e o de 2015 foi de R$724 milhões, ambos sendo declarados à conta de reserva de retenção de lucros.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2017	15.473.000.000,00	Índice de Endividamento	1,93000000	
31/12/2016	23.988.000.000,00	Índice de Endividamento	3,24000000	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	Garantia Real		13.000.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00
Financiamento	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Quirografárias		127.000.000,00	156.000.000,00	231.000.000,00	560.000.000,00	1.074.000.000,00
Empréstimo	Quirografárias		217.000.000,00	3.548.000.000,00	0,00	0,00	3.765.000.000,00
Total			357.000.000,00	3.704.000.000,00	231.000.000,00	560.000.000,00	4.852.000.000,00
Observação							

Exercício social (31/12/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Garantia Real		18.000.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000.000,00
Financiamento	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Quirografárias		118.000.000,00	250.000.000,00	230.000.000,00	560.000.000,00	1.158.000.000,00
Empréstimo	Quirografárias		728.000.000,00	3.134.000.000,00	7.902.000.000,00	0,00	11.764.000.000,00
Total			864.000.000,00	3.384.000.000,00	8.132.000.000,00	560.000.000,00	12.940.000.000,00
Observação							

684

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Outras informações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia entende que todas as informações relevantes foram incluídas nos demais itens desta Seção 3 do Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrição dos fatores de risco

O investimento nas ações de emissão da Companhia envolve a exposição do investidor a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em ações de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo, e nas demonstrações financeiras da Companhia. As atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas ou negócios poderão ser afetados de maneira adversa, seja por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, seja por aqueles contidos nos documentos acima mencionados. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nas ações de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia tem conhecimento e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetá-la de forma materialmente adversa. Além disso, riscos adicionais que não estão descritos abaixo ou nas demonstrações financeiras e que, nesta data, a Companhia desconhece ou que atualmente a Companhia considera irrelevantes também poderão afetá-la de forma materialmente adversa.

Para os fins desta seção, quando se afirma que um risco, uma incerteza ou um potencial problema pode vir a ter um “efeito adverso” ou “afetar adversamente” a Companhia significa que o risco, incerteza ou problema poderá prejudicar as atividades da Companhia em seus diversos aspectos, tais como: sua participação de mercado, reputação e imagem, negócios, situação financeira, resultados operacionais, margens, fluxo de caixa ou perspectivas, ou no preço de mercado das ações de emissão da Companhia. Expressões semelhantes usadas nesta seção devem ser consideradas com significado equivalente.

Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente e, embora estejam descritos abaixo em subseções para facilitar o entendimento, podem também se aplicar a outras subseções.

a. Riscos relacionados à Companhia:

a.1 Decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais ou administrativos podem afetar a Companhia adversamente.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia figurava no polo passivo em 10.242 processos judiciais, arbitrais ou administrativos, cujo valor total envolvido era de aproximadamente R$ 12.952,3 milhões, dos quais R$ 2.102 milhões estavam provisionados.

Decisões contrárias aos interesses da Companhia que envolvam ou alcancem valores substanciais, obriguem a Companhia a despender valores significativos ou que prejudiquem suas operações ou sua imagem e reputação, podem afetar de forma adversa a Companhia e seus resultados operacionais e financeiros.

Dentre os litígios nos quais a Companhia figura no polo passivo destaca-se a ação indenizatória movida por Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração Ltda. ("Rede Forte") e outros. Referida ação tem como objetivo declarar a extinção dos contratos existentes entre as partes, celebrados para a exploração comercial e distribuição de combustível em São Paulo, e condenar a Companhia ao pagamento de indenizações por danos materiais e morais, em razão da ausência de participação da Companhia no processo de reestruturação do Grupo Forte, obrigação esta que estaria prevista em diversos contratos de promessa de compra e venda mercantil, locação e sublocação firmados entre as partes e supostamente inadimplidos pela Companhia em 1999.

A Companhia já foi condenada em segunda instância pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("TJSP") a indenizar a Rede Forte pelos referidos danos materiais e morais, em razão de rompimento injustificado dos contratos, a serem apurados em futura liquidação de sentença. A Companhia interpôs Recurso Especial, ao qual foi negado provimento monocraticamente pelo Min. Lázaro Guimarães, do STJ,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

em 13.12.2017, não tendo a Companhia sido intimada da referida decisão até a data deste Formulário de Referência. A Companhia aguarda a publicação de tal decisão para apresentar agravo interno, de forma a submeter a matéria ao colegiado.

Considerando os termos da decisão proferida pelo TJSP e dos contratos celebrados entre as partes, os valores indenizatórios a serem pagos pela Companhia podem alcançar valores significativos (a parte contrária já estimou montante de condenação em R$1.600 milhões, tendo inclusive apresentado proposta de acordo nesse valor), no entanto, diante da pendência de liquidação de sentença, não é possível apurar com precisão o real valor envolvido atualmente.

Além disso, a Companhia é parte, na qualidade de requerida, de procedimento arbitral em trâmite junto à *International Chamber of Commerce* (ICC), iniciado a pedido de WTorre Engenharia e Construção S.A. e Taranto Fundo de Investimento Imobiliário. As requerentes sustentam fazer jus ao recebimento de vultosa indenização, em razão da resilição, pela Companhia, de contrato de locação atípica (*built-to-suit*) para instalação e posterior locação do Terminal de Rondonópolis, localizado no Estado do Mato Grosso, às requeridas, sob a alegação de que a Companhia teria suscitado a nulidade de referido contrato como forma de se eximir do adimplemento de suas obrigações. Atualmente, aguarda-se prolação de sentença parcial envolvendo a competência do juízo arbitral. O prognóstico atribuído pelos advogados que patrocinam a causa é de chance de perda possível, no valor atualizado de R$ 684 milhões.

A Companhia entende que os processos acima destacados são os mais relevantes no qual figura no polo passivo.

Adicionalmente, a Companhia é ré em ações de improbidade administrativa e ações civis públicas e poderá estar sujeita a outras relacionadas a, inclusive, ausência de procedimentos licitatórios em sua contratação por empresas e entidades que estão sujeitas à Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada. Em caso de condenação, mediante o proferimento de decisão não sujeita a recurso, a Companhia pode, dentre outros, ser impossibilitada de contratar com o poder público e/ou perder benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por um determinado período, o que pode afetar adversamente sua imagem e reputação, bem como seus resultados operacionais e financeiros.

Para maiores informações sobre estes e outros processos, ver o item 4.3 deste Formulário de Referência.

a.2 As operações da Companhia podem ser adversamente afetadas se a Companhia não mantiver parte significativa dos contratos de fornecimento e de franquia da BR Mania e Lubrax+ com revendedores de postos de serviço e franqueados.

De acordo com a legislação brasileira, os distribuidores de combustíveis não podem operar postos de serviço, os quais devem ser operados por terceiros, ainda que o distribuidor de combustíveis seja proprietário de tais postos de serviço. Neste sentido, a Companhia celebra com terceiros interessados, contratos de fornecimento, os quais podem ser exclusivos, com a cessão de uso de marca para operação de referidos postos. Atualmente, todos os contratos de fornecimento firmados com terceiros englobam cessão de uso de marca.

Adicionalmente, as lojas BR Mania e os centros Lubrax+ são operados em um formato de franquia oferecido a referidos revendedores de postos de serviço com a bandeira BR ("Revendedores") que optam por incluir referidos serviços em suas unidades. A Companhia celebra contratos de franquia com referidos Revendedores e é remunerada por meio do pagamento de taxas de franquia e *royalties*.

Os prazos médios negociados para os contratos de fornecimento e contratos de franquia são de 5 a 10 anos. Não é possível garantir que quaisquer destes contratos celebrados pela Companhia com terceiros Revendedores e franqueados, respectivamente, serão renovados ou que a Companhia terá condições de negociar renovações em termos e condições favoráveis.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, a Companhia compete com outras distribuidoras de combustíveis e lubrificantes por Revendedores e franqueados e nos últimos anos notou-se um aumento da competição no mercado de distribuição. As ações tomadas pela Companhia e por outras distribuidoras de combustíveis e lubrificantes, tanto para manter e renovar os respectivos contratos de fornecimento, como para converter um posto de serviço bandeira branca em posto sob regime de fornecimento exclusivo da Companhia, ou mesmo alterar a bandeira de um posto de serviço de concorrente, podem acirrar a competição, exigindo que a Companhia incorra em custos e despesas relevantes para manter a sua base de operadores e franqueados ou resultando na perda de operadores ou franqueados pela Companhia, podendo causar um efeito material adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

a.3 A Companhia está exposta a comportamentos incompatíveis com sua ética e padrões de conformidade.

A Companhia está sujeita ao risco de que seus representantes, conselheiros, diretores, empregados, contratados, sejam eles fornecedores, prestadores de serviços, franqueados, Revendedores, prepostos ou qualquer pessoa com quem a Companhia faça negócios, se envolvam em atividade fraudulenta, pratiquem atos de corrupção ou suborno, contornem ou anulem os controles e procedimentos internos ou utilizem ou manipulem os bens da Companhia em seu benefício pessoal ou comercial, direta ou indiretamente, em detrimento da legislação e normas vigentes e dos interesses legítimos da Companhia.

A Companhia não pode garantir que seus representantes, conselheiros, administradores, diretores, empregados, contratados, sejam eles fornecedores, prestadores de serviços, franqueados, Revendedores ou prepostos, cumprirão os princípios éticos da Companhia. Qualquer falha ou percepção de falha em seguir esses princípios ou em cumprir a governança aplicável ou obrigações regulatórias pode prejudicar a reputação da Companhia, limitar sua capacidade de obter financiamentos e lhe causar um efeito material adverso sobre a imagem, resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

a.4 Desdobramentos da Operação Lava Jato podem prejudicar a reputação e afetar os negócios e resultados da Companhia de forma negativa e relevante.

Em março de 2014, a Polícia Federal deflagrou investigações de corrupção e lavagem de dinheiro visando apurar eventuais irregularidades em contratos celebrados pela Petrobras com diversas construtoras. Estas investigações, conhecidas como Operação Lava Jato, desvendaram um esquema de pagamentos indevidos envolvendo não só construtoras, mas também operadores financeiros, políticos e agentes públicos. Parte destas investigações foi direcionada a averiguar irregularidades cometidas por fornecedores da Petrobras e da Companhia, tendo sido descoberto um esquema de pagamentos indevidos que envolvia um vasto rol de participantes, incluindo determinados ex-funcionários e ex-administradores da Petrobras e da Companhia.

Com base nas informações disponíveis à Companhia, referido esquema consistia no (i) superfaturamento em contratos celebrados pela Petrobras e pela Companhia com um conjunto de empresas, gerando utilização de valores por tais empresas para a realização de pagamentos irregulares; e (ii) possível tráfico de influência entre administradores, políticos e representantes de empresas com relação comercial com a Companhia.

Em julho de 2015, ocorreu uma nova etapa da investigação envolvendo políticos com foro privilegiado, denominada Operação Politéia, em que a Polícia Federal conduziu operações de busca e apreensão em endereços de dois ex-diretores da Companhia, dentre outros indivíduos. O resultado desta operação foi anexado ao inquérito nº 4112, em andamento no Supremo Tribunal Federal (“STF”), cuja denúncia foi apreciada e recebida em relação a parte dos ilícitos praticados em detrimento dos interesses da Companhia. Dentre tais ilícitos, constam a facilitação de contratos para conversão de postos bandeira branca em postos de serviço de fornecimento exclusivo da Companhia, bem como o superfaturamento na construção de depósitos de combustíveis. O ministro relator acolheu a denúncia contra três pessoas, sendo elas: (i) o senador Fernando Collor de Mello pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa; (ii) Pedro Paulo Bergamaschi, pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

dinheiro e organização criminosa; e (iii) Luiz Eduardo Amorim, pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Existem ainda outros inquéritos em andamento junto ao STF e perante o poder judiciário federal do Estado do Paraná, em sua maioria ainda sigilosos, que também podem versar sobre ilícitos praticados em detrimento dos interesses da Companhia e os quais ainda a Companhia não teve pleno acesso. Dentre os inquéritos já tornados públicos, cabe citar o inquérito nº 3990, que trata da suposta influência política do deputado Vander Loubet, denunciado por ter deixado de exercer sua função parlamentar de fiscalização da administração e com isso ter viabilizado indevidas práticas criminosas no âmbito da Companhia em relação, dentre outros, a (i) Contratos com a Rede de Postos DVBR ("DVBR") e UTC Engenharia ("UTC"); (ii) Operação envolvendo Laginha Agroindustrial; (iii) contratos com a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda. O referido inquérito foi objeto de denúncia apresentada perante o STF, tendo sido deferido seu respectivo recebimento pelos ministros.

Em decorrência das investigações realizadas na Operação Lava Jato, a Companhia concluiu que parte dos gastos incorridos para a construção de determinados ativos imobilizados da Companhia incluiu gastos adicionais em razão do superfaturamento de referidos contratos celebrados com fornecedores participantes do esquema ilegal descrito acima, e, portanto, não deveriam ter sido incluídos no custo histórico de referidos ativos imobilizados da Companhia. Assim, no terceiro trimestre de 2014, a Companhia reconheceu uma baixa contábil no montante de R$23 milhões. A metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, em conformidade com orientações da Petrobras auditadas pelos respectivos auditores independentes, para determinar os montantes relativos aos gastos adicionais indevidamente capitalizados, com base nas informações disponíveis, envolvem algumas incertezas, não sendo possível garantir que a baixa contábil realizada e reconhecida nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia não é subestimada. Caso haja necessidade de baixa contábil adicional, incluindo custos históricos dos ativos imobilizados, os resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente impactados, além dos danos à imagem e reputação da Companhia que poderão resultar, dentre outros, nos rebaixamentos de suas notas de crédito e outros efeitos materiais adversos.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que os desdobramentos das investigações relacionadas à Operação Lava Jato, como, por exemplo, a Operação Sothis, que foi deflagrada em 21 de novembro de 2017 e contém menção à Companhia, não podem levar à descoberta e potencial confirmação de novas irregularidades envolvendo a Companhia, seus empregados e ex-empregados, o que pode causar danos aos negócios, resultados financeiros e imagem da Companhia.

Para maiores informações, vide seção 7.9 deste Formulário de Referência.

a.5 A Companhia pode ser afetada substancialmente por violações às leis de combate à corrupção.

No Brasil, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção") introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. De forma semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América ("FCPA"), a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra a Companhia pode levar a aplicabilidade de multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo afetar a Companhia de modo adverso relevante.

a.6 A Companhia tem participação societária em dois projetos de usinas Termoelétricas e pode ter que pagar multas decorrentes de atraso no início de suas operações.

A Companhia possui participação acionária em duas sociedades de propósito especifico (SPE), Pecém Energia S.A. (45%) e Energética Camaçari Muricy II S.A. (50%) ("Termoelétricas"), cujos objetos são a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

construção, implantação, operação e manutenção de usinas termoelétricas, com capacidade de 143.080 kW cada, cujo início da operação comercial está previsto para 17 de setembro de 2019, conforme cronograma aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O início de operação comercial de referidas usinas pode sofrer atrasos em decorrência de uma série de fatores, incluindo alongamento do processo de licenciamento ou falhas e inconsistências dos projetos, o que poderá acarretar na aplicação de multas pela ANEEL.

Considerando, ainda, a estrutura de capital prevista para os projetos, composta por capital próprio e de terceiros, em caso de condições restritivas de crédito, poderá haver necessidades adicionais de aporte de capital.

Caso qualquer das hipóteses acima venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

a.7 A atuação inadequada dos Revendedores e dos franqueados das lojas BR Mania e centros Lubrax+ pode causar efeitos adversos aos negócios da Companhia.

Como descrito acima, a legislação brasileira não permite que os distribuidores de combustíveis operem postos de serviço, os quais devem ser operados por terceiros, ainda que o distribuidor de combustíveis seja proprietário de tais postos de serviço. Adicionalmente, as lojas BR Mania e os centros Lubrax+ operam em um formato de franquia oferecida a referidos Revendedores com a bandeira BR que optam por incluir tais serviços em suas unidades.

Nesse sentido, os Revendedores com bandeira BR e franqueados das lojas BR Mania e centros Lubrax+ são terceiros independentes, responsáveis pela gestão, supervisão e operação dos postos de serviço e das franquias BR Mania e Lubrax+. Portanto, se não forem capazes de operar dentro dos padrões exigidos pela Companhia e de acordo com a legislação e regulamentação aplicável, a performance e qualidade dos serviços prestados pela Rede de Postos podem ser afetadas de forma adversa.

Exemplificativamente, a Companhia não pode garantir que Revendedores não adulterem as bombas de combustível, vendam combustíveis adulterados, ou, ainda, que não pratiquem outras fraudes na venda de combustíveis ao consumidor. Adicionalmente, há potencial geração de passivos ambientais devido a eventuais vazamentos subterrâneos de combustíveis, uma vez que sua prevenção depende, principalmente, de adequada operação e manutenção pelo operador do posto de serviço. Na medida em que ações como estas ocorram, a Companhia pode ser afetada de forma adversa, podendo ser considerada como responsável solidária ou, ainda, impactando sua reputação, não apenas com relação ao segmento operacional de Rede de Postos, mas também estendendo-se a todos os demais segmentos operacionais da Companhia, bem como capacidade de geração de receitas, resultados operacionais, condição financeira futura e imagem.

Além disso, a Companhia pode se envolver em eventuais disputas com os Revendedores ou franqueados por conta de sua má atuação ou descumprimento de termos contratuais, o que pode causar dano à imagem e reputação da Companhia. Adicionalmente, essas disputas podem prejudicar o relacionamento da Companhia com os demais Revendedores ou franqueados que atuem em uma mesma área de influência, podendo (i) incitar a má conduta aos outros Revendedores ou franqueados, e (ii) afetar de forma adversa a imagem de postos de serviço com bandeira BR em referida área de influência, em ambos os casos podendo afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

a.8 Práticas anticompetitivas podem causar efeito adverso nos resultados da Companhia e discussões junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

Práticas anticompetitivas são um relevante ponto de atenção ao mercado de combustíveis no Brasil, do qual a Companhia faz parte. Além das investigações envolvendo a Companhia, o CADE tem investigado ativamente o mercado de distribuição e revenda de combustíveis em todo o Brasil e o desfecho das

4.1 - Descrição dos fatores de risco

investigações e dos processos administrativos e judiciais em curso podem gerar impacto adverso significativo sobre os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia. O não cumprimento da legislação aplicável e outras exigências podem incorrer em litigâncias, investigações, despesas, multas, perda de licenças operacionais e prejuízo de reputação.

Para maiores informações a respeito das ações envolvendo a Companhia, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

a.9 As obrigações relacionadas aos planos de benefícios previdenciários e assistência médica da Companhia podem ser maiores do que foi inicialmente previsto e é possível que seja necessário o aporte de recursos adicionais para o pagamento de tais obrigações.

Os critérios utilizados para determinar as obrigações relativas a planos de benefícios previdenciários, administrados pela Petros, e de assistência médica da Companhia são baseados em estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira relacionadas (i) ao cálculo dos fluxos de caixa projetados de curto e longo prazos, bem como de seu valor presente, e (ii) à aplicação de normas regulamentares e normas específicas do Sistema Petrobras, assim entendido como o conjunto de sociedades composto pela Petrobras e suas subsidiárias ("Sistema Petrobras"). O não atendimento destas expectativas pode resultar em divergências entre o valor das obrigações inicialmente previsto e o valor efetivamente realizado.

As carteiras de investimentos dos planos de pensão Petros ("Planos Petros") estão sujeitas a riscos inerentes à gestão de seus investimentos e a condições de mercado, o que pode impactar a rentabilidade mínima necessária para a cobertura dos passivos ao longo do tempo.

Quanto à assistência médica oferecida pela Companhia a seus colaboradores, os fluxos de caixa projetados também podem ser impactados por questões alheias ao controle da Companhia, tais como (i) aumento dos custos médicos acima do esperado; (ii) demandas adicionais em razão da ampliação de coberturas definidas pelo órgão regulador ou extensão de benefícios; e, ainda, (iii) dificuldade em se ajustar o aumento das contribuições dos participantes, a serem definidas no âmbito de acordos coletivos, na mesma proporção dos custos, o que pode gerar uma obrigação para a Companhia em arcar com custos adicionais acumulados.

Em caso de ocorrência de déficits nos resultados dos Planos Petros e no plano de assistência médica oferecido pela Companhia a seus empregados, inclusive em decorrência de ações judiciais, contribuições extraordinárias ou acréscimos de participação no custeio por parte dos patrocinadores podem ser requeridas, o que pode resultar em pagamentos de valores não programados e consequente um aumento dos passivos e fluxos de caixa contributivos da Companhia, o que pode resultar em um efeito material adverso em seus resultados operacionais e financeiros.

Para mais informações sobre os planos de benefícios previdenciários e do benefício de assistência médica da Companhia, vide os itens 7.9 e 14.3 (b) deste Formulário de Referência.

a.10 A Companhia identificou deficiências significativas em seus controles internos de relatórios financeiros e contábeis, o que pode resultar em um efeito material adverso sobre os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A administração da Companhia identificou deficiências significativas em seus controles internos de relatórios financeiros e contábeis nos exercícios encerrados em 2014, 2015 e 2016 e concluiu, em 31 de dezembro de 2016, que os controles internos adotados pela Companhia de relatórios financeiros e contábeis não foram eficazes.

As deficiências significativas identificadas, em 2016, estão relacionadas a (i) provisões e passivos contingentes de natureza contenciosa; (ii) cálculo do passivo atuarial líquido da Companhia; e (iii) gestão de acessos e segregação de funções em processos de negócio e de tecnologia da informação.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não seja bem-sucedida em seus esforços para identificar ou remediar referidas falhas, a Companhia poderá não ser capaz de divulgar os resultados de suas operações para os períodos futuros de maneira precisa. Além disso, os relatórios financeiros e contábeis da Companhia poderão conter erros contábeis que prejudiquem a confiabilidade das informações financeiras da Companhia. Tais erros podem afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais e sua imagem e reputação, podendo impactar adversa e negativamente o preço das ações e demais valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Para mais informações sobre as deficiências dos controles internos, vide item 5.3 deste Formulário de Referência.

a.11 A Companhia pode não conseguir desenvolver áreas correlacionadas aos seus negócios.

A Companhia atua em diversos mercados em áreas correlacionadas aos seus negócios de distribuição de combustíveis, como o programa de fidelidade Premmia, as parcerias para emissão de cartões de crédito e a franquia de lojas BR Mania e centros Lubrax+.

A Companhia pode não conseguir desenvolver referidas atividades conforme sua estratégia de negócios, resultando em perdas dos investimentos realizados no desenvolvimento destas áreas e, consequentemente, impactos adversos significativos nos negócios, resultados e situação financeira da Companhia.

a.12 A Companhia pode perder a concessão do negócio de distribuição de gás natural no Espírito Santo e não ser devidamente ressarcida.

A Companhia é concessionária do serviço de distribuição de gás natural canalizado no Estado do Espírito Santo até o ano de 2043. Em 27 de agosto de 2003, foi ajuizada Ação Popular em face da Companhia, objetivando a anulação do contrato de concessão por ausência de prévia licitação, a qual ainda está pendente de julgamento.

Neste mesmo contexto, em 02 de fevereiro de 2016, o Governador do Estado do Espírito Santo sancionou a Lei Estadual n.º 10.493 extinguindo o referido contrato de concessão mantido com a Companhia, com base no artigo 43 da Lei 8.987/95, que determina a extinção de todas as concessões de serviços públicos outorgados sem licitação na vigência da Constituição Federal de 1988. A Companhia impetrou mandado de segurança objetivando declarar nula a referida lei estadual. O pedido de liminar foi indeferido pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo e a Companhia interpôs recurso, o qual se encontra pendente de julgamento.

Paralelamente, em 12 de agosto de 2016, a Companhia celebrou um Memorando de Entendimentos (MoU) com o Estado do Espírito Santo, a fim de realizar um acordo para a constituição de empresa estatal para distribuição de gás natural no Espírito Santo.

Caso (i) a Ação Popular seja julgada de forma procedente ou (ii) o recurso a respeito do mandado de segurança impetrado pela Companhia seja julgado de forma improcedente ou (iii) as negociações de entendimento para a constituição de empresa estatal não sejam concluídas de forma satistatória à Companhia, ou ainda, (iv) a Companhia não seja devidamente ressarcida pelo Estado do Espírito Santo em caso de anulação da concessão, a Companhia poderá ter seus negócios e resultados operacionais afetados de forma adversa.

Para maiores informações sobre este e outros processos, ver o item 4.3 do Formulário de Referência.

a.13 A dificuldade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso nos resultados operacionais e nos negócios da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia depende dos membros da sua administração, bem como dos serviços do seu corpo técnico para a execução de suas atividades e implantação e desenvolvimento de novos projetos. Caso a Companhia perca os principais membros de sua administração ou não seja capaz de atrair e manter pessoal com a mesma experiência e qualificação, terá de atrair e treinar novos profissionais, sendo que pessoas qualificadas podem não estar disponíveis no mercado quando necessário, além da Companhia ter a obrigação de realizar processo seletivo público para a admissão de empregados. A demanda de pessoal qualificado, bem como a existência de oportunidades de trabalho atraentes no Brasil e em outros países podem afetar a capacidade da Companhia de contratar e reter tais pessoas do mercado. Caso a Companhia não consiga manter o seu quadro de pessoal qualificado, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, o resultado da Companhia no longo prazo depende da capacidade de continuar a treinar, qualificar e reter com sucesso a sua mão de obra. Não há garantia de que a Companhia será capaz de treinar, qualificar ou reter adequadamente os membros de sua administração, nem que conseguirá encontrar novos gestores qualificados, caso haja necessidade, o que poderá afetar negativamente os resultados operacionais e os negócios da Companhia.

a.14 A Companhia pode não ser capaz de reduzir seus custos e despesas operacionais e aumentar sua eficiência operacional.

A redução de custos e despesas operacionais e o aumento da eficiência operacional são primordiais para o sucesso da estratégia de crescimento da Companhia, não sendo possível, no entanto, garantir que a Companhia atingirá todas as metas de redução estabelecidas, tampouco garantir que a Companhia não tenha que arcar com custos não programados, o que poderá resultar em impactos adversos para a situação financeira da Companhia.

a.15 As apólices de seguros da Companhia podem não cobrir ou ser insuficientes para cobrir sinistros que venham a ocorrer.

As apólices de seguro da Companhia não cobrem todas as modalidades de riscos e responsabilidades associadas às suas atividades. Por exemplo, a Companhia não mantém cobertura de seguro para os ativos da empresa em caso de guerra, terrorismo ou sabotagem, ou contra a interrupção das operações no Brasil. No caso de um incidente operacional ou em caso de greve dos empregados da Companhia ou de qualquer de seus principais fornecedores e prestadores de serviços, a possível interrupção das operações pode ter um impacto financeiro negativo sobre os negócios da Companhia.

Tampouco é possível assegurar que haverá cobertura de seguro para todos os danos decorrentes de possíveis acidentes correlacionados aos riscos na área de segurança, meio ambiente e saúde, o que, em caso de incidentes, pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de renovar suas apólices de seguro existentes e, caso sejam renovadas, não pode garantir se conseguirá renová-las nas mesmas condições contratadas ou com taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, seja em relação aos custos ou em relação às coberturas, o que pode, consequentemente, causar um efeito adverso para a Companhia, seus negócios, resultados e situação financeira.

a.16 A distribuição dos produtos da Companhia pode sofrer um impacto adverso relevante caso as condições climáticas impactem adversamente as logísticas associadas ao seu negócio.

A cadeia de distribuição da Companhia tem forte dependência do transporte rodoviário, o qual pode ser negativamente afetado, ou mesmo paralisado, devido a condições climáticas adversas, como alagamentos, desabamentos de terra e desmoronamentos causados, por exemplo, por chuvas. No mesmo sentido, os demais modais de transporte utilizados pela Companhia, tais como ferrovias, barcaças, navios e dutos também podem ser adversamente afetados por conta de condições climáticas adversas. Dessa forma, caso as atividades dos modais normalmente utilizados pela Companhia sejam afetadas ou mesmo

4.1 - Descrição dos fatores de risco

interrompidas, a Companhia poderá depender de rotas alternativas, que podem não atender a contento as suas necessidades, o que poderá afetar adversamente seus custos e resultados operacionais, bem como o cumprimento de prazos de entregas a seus clientes.

a.17 A Companhia utiliza marcas que pertencem à Petrobras e possui contrato de licenciamento dessas marcas. A não renovação ou rescisão desse contrato pode causar efeito adverso para a Companhia.

O acionista controlador da Companhia, a Petrobras, é titular das principais marcas utilizadas nas atividades da Companhia, tais como as marcas “BR”, “Podium”, “Petrobras Grid”, “Petrobras Premmia”, “BR Aviation” e “De Olho no Combustível”, utilizadas na identificação dos postos de serviço e uma série de produtos, programas e serviços da Companhia, tais como combustíveis, programa de fidelidade e programa de certificação.

Em 22 de setembro de 2017, foi celebrado “Contrato de Licença de Uso de Marcas” entre a Companhia e a Petrobras, por meio do qual a Petrobras concede à Companhia licença onerosa, não exclusiva, limitada e temporária de marcas, incluindo, mas não se limitando a, “BR”; “Petrobras”; “Petrobras Podium”; “Petrobras Grid”; “Pretrobras Premmia”; “De Olho no Combustível”; e “BR Aviation” (“Contrato de Licenciamento”). O Contrato de Licenciamento tem prazo de vigência de 10 anos, podendo ser prorrogado por igual período, caso não haja manifestação das partes em sentido contrário, mediante notificação com antecedência mínima de 12 meses do seu final. Adicionalmente, a Petrobras pode resilir o Contrato de Licenciamento (i) a qualquer momento, desde que notifique a Companhia com um ano de antecedência; (ii) caso haja descumprimento, pela Companhia, das obrigações estabelecidas no contrato, no prazo de 3 meses após o envio de notificação; ou (iii) caso haja modificação no controle societário da Companhia, no prazo de 3 meses após o envio de notificação.

Em caso de rescisão ou resilição contratual, a Companhia deverá apresentar, em até 180 dias após o recebimento da respectiva notificação, um plano de *debranding*, segundo o qual a Companhia deverá adotar procedimentos para cessar a utilização das marcas licenciadas pela Petrobras. Esse plano deverá ser realizado pela Companhia em no máximo 1 ano após a sua aprovação final, com exceção de (i) bases operacionais, em geral, frotas, pontos de venda e embalagens de lubrificantes, em que o prazo máximo será de 2 anos; (ii) postos de serviço, em que o prazo máximo será de 6 anos; e (iii) uso corporativo, em que o prazo máximo será de 60 dias.

Caso o Contrato de Licenciamento seja resilido pela Petrobras ou caso não seja renovado após o término de seu prazo de vigência, a Companhia não pode garantir que a Petrobras não impeça que a Companhia utilize essas marcas e/ou as sublicencie aos seus postos revendedores, o que poderá causar efeito adverso aos negócios da Companhia.

Para maiores informações vide item 7.5 (c) deste Formulário de Referência.

a.18 A distribuição dos produtos da Companhia pode sofrer um impacto adverso relevante caso suas atividades, a dos Revendedores ou dos principais fornecedores e prestadores de serviços da Companhia sofram paralisações significativas.

O recebimento, a armazenagem e a distribuição de todos os produtos no território nacional depende de uma logística segura, confiável e sem paralisações ou atrasos. A Companhia depende do funcionamento regular das suas operações, das operações de seus prestadores de serviços, Revendedores da Rede de Postos e seus fornecedores, em especial a Petrobras, para cumprir pontualmente com suas obrigações.

As atividades da Companhia e de seus principais prestadores de serviços, Revendedores e fornecedores, incluindo, mas não se limitando, às logísticas associadas, podem sofrer paralisações parciais ou totais, temporárias ou permanentes por razões diversas, tais como greves, paralisações ou outras formas de movimentação laboral, hipótese em que as atividades da Companhia e os seus resultados poderão ser afetados de forma adversa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a.19 Falhas nos sistemas de tecnologia da informação, segurança da informação (cybersecurity) e sistemas e serviços de telecomunicações da Companhia podem impactar adversamente suas operações e reputação.

As operações da Companhia dependem fortemente de tecnologia da informação e sistemas e serviços de telecomunicações, incluindo, mas não se limitando, à logística de distribuição de combustíveis e lubrificantes e sistemas de faturamento e gestão das lojas franqueadas BR Mania e centros Lubrax+. Interrupções em referidos sistemas, causadas por obsolescência, falhas técnicas ou atos intencionais (incluindo *hackers*) podem interromper ou mesmo paralisar as atividades da Companhia, impactando adversamente as operações e reputação da Companhia, além de expor a Companhia a riscos de demandas judiciais por parte dos franqueados por possíveis perdas financeiras por eles sofridos.

Da mesma forma, falhas na plataforma que processa o Programa Premmia, tais como o vazamento das informações dos membros do Programa Premmia, que conta com 11,4 milhões de participantes, as quais são armazenadas e geridas por terceiros, podem acarretar prejuízos financeiros e de imagem para a Companhia, podendo resultar em impactos adversos nos negócios e na imagem da Companhia.

Adicionalmente, falhas na segurança de informações sensíveis devido a ações intencionais ou não, externas como ciberterrorismo, ou internas tais como negligência ou má conduta dos empregados da Companhia podem ter um impacto negativo em sua reputação, relacionamento com entes externos (governo, órgãos reguladores, parceiros, fornecedores, entre outros), no posicionamento estratégico da Companhia em relação aos seus competidores ou impactos em seus resultados em função do vazamento de informações ou uso delas de forma privilegiada.

a.20 A Companhia pode ser obrigada a substituir sua frota terceirizada caso venham a ser proferidas decisões judiciais que determinem que a Companhia está terceirizando sua atividade fim.

Atualmente, toda a frota de veículos utilizada pela Companhia para realizar a distribuição de combustíveis é terceirizada, a qual, em 30 de setembro de 2017, era composta por cerca de 8.000 veículos.

Na data deste Formulário de Referência, está em tramitação uma Ação Civil Pública na qual a Companhia foi condenada em segunda instância entre outras obrigações, a (i) se abster, em todos os seus estabelecimentos e em todo o território nacional, de contratar por meio de terceirização os seguintes serviços: serviços de suporte técnico à atividade operacional, gestão documental, suporte técnico para gerenciamento de risco, apoio operacional e transporte e distribuição (incluída a carga e a descarga) de combustíveis e derivados de petróleo; (ii) rescindir, no prazo de 12 meses, os contratos de terceirização em vigor; (iii) realizar, também no prazo de 12 meses, o preenchimento de tais vagas mediante concurso público, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 10.000,00 por dia e para cada trabalhador encontrado em situação irregular, além do pagamento de indenização por dano moral coletivo. Atualmente, a Ação Civil Pública está aguardando julgamento de recurso, apresentado pela Companhia, no Tribunal Superior do Trabalho.

Também está em curso no STF uma ação, com repercussão geral reconhecida, discutindo a licitude de terceirização de atividade fim, cuja decisão afetará todas as ações judiciais em curso no Brasil com o mesmo tema e que poderá resultar na impossibilidade da terceirização da atividade fim das sociedades brasileiras.

Caso o STF ou o Tribunal Superior do Trabalho decidam por essa impossibilidade, a Companhia poderá ser obrigada a adaptar o seu modelo de negócios, o que pode aumentar seus gastos operacionais, diminuir a eficiência de suas operações, impactar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, a Companhia, na qualidade de tomadora de serviços de terceiros, pode ser obrigada a assumir contingências de natureza trabalhista e previdenciária, bem como débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados dos prestadores desses serviços terceirizados se os mesmos deixarem de cumprir com suas respectivas obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que poderá afetar os negócios e resultados financeiros e operacionais de forma relevante e adversa.

Para maiores informações sobre as ações judiciais sobre licitude de terceirização envolvendo a Companhia, vide itens 4.3 e 4.6 deste Formulário de Referência.

a.21 O orçamento de investimentos da Companhia está sujeito à aprovação da Petrobras, na qualidade de acionista controlador da Companhia, e do Governo Federal brasileiro. A não aprovação dos investimentos previstos pela Companhia pode afetar adversamente seus resultados operacionais e condições financeiras.

Os orçamentos de investimentos e dívida de longo prazo da Companhia estão sujeitos à aprovação da Petrobras e do Governo Federal brasileiro. As propostas orçamentárias anuais da Companhia e suas revisões compõem o orçamento da União e são apresentadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério de Minas e Energia e ao Congresso Nacional para aprovação. Neste sentido, o orçamento da Companhia pode vir a ser limitado em detrimento do melhor interesse da Companhia e do Sistema Petrobras, influenciado por interesses do Governo Federal brasileiro.

Dessa forma, é possível que o orçamento aprovado pela Petrobras e pelo Governo Federal brasileiro seja inferior ao orçamento de investimentos proposto pela Companhia, o que pode acarretar em uma redução da capacidade da Companhia em realizar os investimentos necessários para a consecução de suas atividades e a contratar novos financiamentos, podendo ter efeito adverso sobre os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

b. Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

b.1 Informações adicionais descobertas na Operação Lava Jato ou outras investigações podem revelar novas situações causadoras de danos à Petrobras e podem produzir instabilidade no ambiente político e na defesa de litígios.

Conforme o disposto no item a.4, no âmbito da Operação Lava Jato, foi descoberto um esquema de pagamentos indevidos envolvendo ex-funcionários e ex-administradores da Petrobras, controladora direta da Companhia.

Como desdobramento das investigações, operadores, políticos e agentes públicos foram presos, bem como executivos de grandes empresas envolvidas nas irregularidades. Em consequência às prisões, foram celebrados acordos de leniência com empresas e acordos de colaboração premiada com as pessoas físicas, sejam os executivos e operadores e políticos e agentes públicos. Os depoimentos apresentados no âmbito desses acordos desvendaram diversos outros esquemas e irregularidades envolvendo contratos celebrados pela Petrobras que se tornaram objeto de investigações paralelas, algumas ainda em curso.

Adicionalmente, em 11 de abril de 2017, o STF tornou públicos os conteúdos das colaborações premiadas de executivos do Grupo Odebrecht ("Odebrecht"), empreiteira envolvida na investigação da Operação Lava Jato. Estas colaborações alegam o envolvimento de diversos políticos, partidos políticos e alguns ex-executivos da Petrobras em atividades que estão abarcadas pela Operação Lava Jato.

Os desdobramentos das investigações relacionadas à Odebrecht e o surgimento de novas colaborações de outras pessoas físicas ou jurídicas no âmbito da Operação Lava Jato ou outras investigações podem levar à descoberta, e potencial confirmação, de informações danosas aos interesses da Petrobras, além de afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além dos prejuízos já constatados e outros que eventualmente venham a ser identificados em relação à Petrobras e suas subsidiárias, incluindo a Companhia, em decorrência dos fatos apurados pela Operação Lava Jato, não é possível garantir que o Sistema Petrobras não será obrigado a pagar multas, quaisquer outras penalidades pecuniárias ou, ainda, acatará a determinações ou ordens judiciais sobre comportamentos futuros ou sofrer outras penalidades.

Além disso, a Petrobras é ré em diversas ações individuais e coletivas nos Estados Unidos (EUA) e é investigada pela Securities Exchange Commission (SEC) (a comissão de valores mobiliários dos EUA) e pelo Departamento de Justiça dos EUA a respeito de eventual violação de leis norte-americanas, dentre as quais a Lei Sobre a Prática de Corrupção no Exterior dos EUA (FCPA).

Em relação às investigações da SEC ou do Departamento de Justiça dos EUA, ou qualquer outra investigação realizada por demais autoridades, em qualquer jurisdição, a Companhia não pode garantir que o Sistema Petrobras não será obrigado a pagar multas ou quaisquer outras penalidades pecuniárias, acatar a determinações ou ordens judiciais, bem como sofrer outras penalidades. Qualquer dessas sanções pode ter um efeito material adverso sobre a imagem e reputação, os resultados operacionais e condição financeira da Petrobras podendo, consequentemente, afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia.

É possível que queixas ou reclamações adicionais venham a ser apresentadas nos EUA, no Brasil ou em outros países contra a Petrobras, relacionadas à Operação Lava Jato ou outras investigações no futuro. Também é possível que informações adicionais que afetem interesses da Petrobras ou da Companhia venham à tona no curso das atuais investigações. A administração da Petrobras pode ser obrigada a empenhar esforços na defesa dessas queixas ou reclamações, em detrimento ao negócio principal da Companhia.

b.2 A União Federal, como controlador indireto da Companhia, pode buscar objetivos distintos dos seus acionistas, o que pode impactar os objetivos econômicos e empresariais da Companhia.

Como acionista controlador da Petrobras, a União Federal adotou, e pode continuar adotando no futuro, certas políticas macroeconômicas e sociais por meio da Petrobras, conforme permitido por lei. A legislação brasileira exige que a União Federal detenha a maioria das ações com direito a voto da Petrobras e, por conseguinte, a União Federal tem o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Petrobras e, através deles, a eleição dos Diretores da Petrobras. Assim, a Petrobras pode se dedicar a atividades que priorizem os objetivos da União Federal, ao invés dos seus próprios objetivos econômicos e empresariais.

As eleições presidenciais no Brasil ocorrem a cada 4 anos e mudanças nos representantes eleitos podem levar a alteração dos membros do Conselho de Administração da Petrobras indicados pelo acionista controlador, podendo resultar em impactos relevantes na condução da estratégia e das orientações de negócios da Petrobras e, consequentemente, da Companhia.

Em particular, a Petrobras auxiliou e pode ter que auxiliar a União Federal e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a garantir que a oferta e demanda de petróleo e derivados no Brasil atendam aos requisitos de consumo do mercado brasileiro. Antes de 2002, preços de petróleo e de derivados de petróleo eram regulados pelo Governo Federal brasileiro, ocasionalmente abaixo dos preços prevalecentes no mercado internacional. Não há garantias de que no futuro o controle de preços não será reinstituído pelo Governo e, caso instituído, seus efeitos podem fazer com que as variações de preços afetem a Petrobras de forma distinta da indústria de petróleo, o que pode vir a impactar adversamente os negócios e resultados financeiros da Companhia.

b.3 Os interesses da Petrobras, atual controladora direta da Companhia, podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Petrobras, na qualidade de acionista controladora da Companhia, tem o poder de eleger 50% dos membros do Conselho de Administração da Companhia, exercer o controle geral sobre a administração da Companhia, modificar o estatuto social da Companhia, determinar políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle por ela detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas da Companhia, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, regras para aquisição e/ou importação de derivados do petróleo, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou a retirada das ações da Companhia do Novo Mercado, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

A Petrobras poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem vir a ser consideradas conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação da ação de emissão da Companhia.

b.4 Eventual rebaixamento na classificação de risco da Petrobras poderá gerar um rebaixamento da classificação de risco da Companhia.
As classificações de risco (*rating*) efetuadas por agência de classificação de risco afetam a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, os rendimentos necessários nas futuras emissões de dívida no mercado de capitais.

Nesse sentido, qualquer rebaixamento na classificação de risco da Petrobras poderá gerar um rebaixamento da classificação de risco da Companhia, podendo aumentar o seu custo de captação em futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de suas ações no mercado.

c. Riscos relacionados a seus acionistas:

A Companhia acredita não estar exposta, atualmente, a quaisquer riscos relacionados aos seus acionistas, que não os descritos no item b acima.

d. Riscos relacionados a suas controladas e coligadas:

A Companhia acredita que, atualmente, os riscos relacionados a suas controladas e coligadas já estão expostos nos demais itens desta seção 4.1.

e. Riscos relacionados a seus fornecedores:

e.1 A Companhia e o setor de distribuição de combustíveis no Brasil são substancialmente dependentes do fornecimento de combustíveis derivados de petróleo pela Petrobras. Qualquer interrupção no suprimento de combustíveis derivados do petróleo pela Petrobras poderá afetar, negativa e substancialmente, a capacidade da Companhia de distribuir combustíveis aos seus clientes.

A Companhia adquire da Petrobras a maior parcela do volume de gasolina e diesel necessários para o desenvolvimento de suas atividades nesse mercado.

Caso ocorra uma redução estrutural e significativa no fornecimento desses derivados de petróleo pela Petrobras e as importações não sejam suficientes para suprir a demanda da Companhia, inclusive como resultado do alto custo envolvido, estruturas logísticas insuficientes ou atrasos nas construções de novas refinarias, a capacidade da Companhia de distribuir combustíveis aos seus consumidores poderá ser afetada, impactando de forma negativa e adversa sua geração de receita e seus resultados.

e.2 Os fornecedores contratados pela Companhia podem não ser capazes de entregar produtos ou realizar os serviços nos prazos que a Companhia necessita.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia depende de diversos fornecedores para a operação, manutenção e expansão de seus negócios, tais como (i) fornecedores de equipamentos, peças, componentes, insumos e serviços, e (ii) fornecedores para os produtos de marca própria e da indústria comercializados nas lojas de conveniência BR Mania e centros Lubrax+. Se esses fornecedores e prestadores de serviços deixarem de entregar, ou atrasarem suas entregas, as vendas da Companhia poderão ser impactadas de forma adversa, podendo levar a adiamentos ou à suspensão de projetos que podem causar efeito adverso para a Companhia.

Além disso, a Companhia conta com fornecedores de produtos e serviços relacionados com a identidade visual da Rede de Postos e nas franquias das lojas BR Mania e centros Lubrax+, como por exemplo, totens, coberturas, adesivos de bombas, dentre outros, que são importantes para manter a identidade visual que a Companhia possui perante seus consumidores. Interrupções e atrasos no fornecimento desses elementos de identidade visual podem prejudicar a percepção do consumidor sobre os serviços da Companhia, impactando a Companhia de forma adversa.

***e.3 Os resultados da Companhia podem ser impactados negativamente pela perda de exclusividade na distribuição de determinados produtos da Petrobras*.**

A Companhia é a distribuidora exclusiva do coque produzido pela Petrobras no mercado nacional. O contrato que garante referida exclusividade tem vigência até fevereiro de 2021, podendo ser prorrogado por um período adicional de 5 anos em comum acordo entre as partes.

Tal contrato de exclusividade pode ser rescindido, dentre outros eventos, em caso de inadimplemento, desconformidade de pagamentos e descumprimento de normas, cessão dos direitos contratuais sem a anuência da outra parte, alteração societária que conflite com o objeto do contrato ou revogação das licenças necessárias para a consecução da atividade.

Caso a Companhia não consiga renovar tal contrato ou renove em condições menos vantajosas ou desfavoráveis, inclusive sem a exclusividade acima mencionada, ou, ainda, a Petrobras rescinda o contrato, os negócios, resultados e situação financeira podem ser materialmente afetados de forma adversa.

Para mais informações sobre estes e outros contratos celebrados com a Petrobras, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

f. <u>Riscos relacionados a seus clientes</u>:

f.1 A Companhia está exposta a riscos de crédito e inadimplência de seus clientes.

Alguns clientes da Companhia podem apresentar restrições financeiras ou problemas de liquidez que podem ter um efeito negativo significativo na sua capacidade de solvência. Problemas financeiros graves enfrentados pelos clientes da Companhia, com maior sensibilidade no mercado consumidor que conta com os clientes com maior faturamento, e que inclui os segmentos operacionais Grandes Consumidores, Produtos de Aviação, Energia e Químicos, tendo em vista que adquirem volumes expressivos de produtos, pode resultar em uma diminuição no fluxo de caixa operacional da Companhia e, ao mesmo tempo, reduzir ou limitar a demanda futura por esses clientes pelos produtos e serviços da Companhia, o que pode ter um efeito adverso sobre os negócios, resultado das operações e condição financeira da Companhia.

f.2 A alta concentração no mercado de aviação brasileiro pode impactar nos resultados da Companhia

A Companhia atua no mercado de aviação brasileiro, que é altamente concentrado em poucas companhias aéreas. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, mais de 99% dos passageiros transportados estão concentrados nas quatro grandes Companhias Aéreas nacionais: LATAM, Gol, Azul e Avianca. A Companhia compete com outras duas grandes distribuidoras: Raízen e Air BP, que estão

4.1 - Descrição dos fatores de risco

presentes nos grandes aeroportos do país, nos quais a malha área é concentrada, destacadamente na região Sudeste.

Considerando a alta concentração do setor, a migração de qualquer uma das grandes companhias nacionais para outro distribuidor em decorrência do processo de negociação pode afetar de forma adversa o resultado da Companhia.

f.3 O segmento operacional de Aviação pode ser impactado negativamente por conta da internacionalização das companhias aéreas.

Em 11 de abril de 2017, o Presidente da República enviou ao Congresso Nacional projeto de lei que visa permitir que companhias estrangeiras detenham o controle acionário de companhias aéreas brasileiras, o qual ainda não foi votado pelos parlamentares.

Caso referido projeto de lei seja aprovado e companhias aéreas brasileiras possam ser controladas por companhias estrangeiras, haverá uma forte concorrência de outras empresas distribuidoras de produtos para aviação que atuem no segmento internacional, em razão da possibilidade de negociação de pacotes globais de preços, o que poderá diminuir as margens do mercado local. Nesse sentido, como a Companhia opera apenas no mercado local, não disporia de referido instrumento de negociação e estratégia de precificação conjunta, o que pode impactar adversamente seu relacionamento e contratos com clientes, e, consequentemente, ter um efeito adverso sobre os negócios e condições financeiras da Companhia.

A perda de clientes e de volume de vendas para clientes estrangeiros no segmento operacional Produtos de Aviação impactaria a estrutura de custos da Companhia, pois provocaria um aumento do custo fixo unitário em todas as unidades de negócio que atendem o segmento Produtos de Aviação. Dessa forma, a oportunidade de utilização da estrutura operacional montada nos aeroportos para o segmento nacional poderá não ser aproveitada, provocando ociosidade fora dos horários de pico.

f.4 A Companhia pode não conseguir renovar o Acordo de Parceria para o fornecimento de produtos químicos à área de E&P da Petrobras.

Grande parte do faturamento do segmento de produtos químicos da Companhia está vinculada ao fornecimento de produtos químicos à área de Exploração e Produção - E&P da Petrobras. O Acordo de Parceria para atendimento à área de E&P da Petrobras estará vigente até julho de 2018, podendo ser prorrogado por mais 36 meses, condicionado à aprovação da Diretoria da Petrobras.

O Acordo de Parceria poderá ser rescindido, dentre outros eventos, em caso de inadimplemento, desconformidade de pagamentos e descumprimento de normas, cessão dos direitos contratuais sem a anuência do outra parte, alteração societária que conflite com o objeto do contrato ou revogação das licenças necessárias para a consecução da atividade.

Ainda, a Petrobras poderá encerrar antecipadamente o Acordo de Parceria, a seu exclusivo critério, devendo comunicar à Companhia com 90 dias de antecedência.

Neste sentido, caso o Acordo de Parceria seja rescindido ou caso a Diretoria da Petrobras não aprove sua renovação, a Companhia poderá ser afetada de forma material adversa em seus negócios e resultados operacionais e financeiros.

Para mais informações sobre estes e outros contratos celebrados com a Petrobras, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

g. <u>Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua</u>:

g.1 A Companhia está exposta ao risco de liquidez e pode sofrer efeito adverso caso não honre com suas obrigações financeiras

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em função de oportunidades existentes no mercado financeiro, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos ou como resposta a um evento de liquidez específico. A exposição ao risco de liquidez na Companhia está associada principalmente a eventuais descasamentos entre recebimentos e pagamentos que possam prejudicar a capacidade da Companhia em honrar com as suas obrigações financeiras de curto e médio prazo. A percepção de risco da Companhia perante os bancos poderá ficar comprometida caso a geração de caixa operacional não seja capaz de cobrir os desembolsos, entre eles a amortização de juros e principal das dívidas bancárias nos seus vencimentos.

g.2 Práticas anticompetitivas, evasão fiscal e adulteração de combustíveis no segmento de distribuição de combustíveis podem distorcer os preços de mercado.

Práticas anticompetitivas por parte de alguns dos concorrentes da Companhia têm sido um dos principais problemas para a Companhia. Geralmente, essas práticas envolvem uma combinação de evasão fiscal e adulteração de combustíveis, tais como a diluição de gasolina pela mistura de solventes ou pela adição de etanol anidro em proporções superiores às permitidas pela lei vigente, permitindo-os cobrar preços menores que aqueles praticados pela Companhia.

Impostos constituem uma parcela significativa dos custos de combustíveis vendidos no Brasil. Por esta razão, evasão fiscal tem sido uma prática recorrente de alguns distribuidores, permitindo-os cobrar preços menores dos consumidores em comparação aos cobrados por grandes distribuidores como a Companhia. Como os preços finais para os produtos vendidos por distribuidores são calculados com base nos impostos incidentes na compra e venda de combustíveis, entre outros fatores, práticas anticompetitivas pelos concorrentes da Companhia como a evasão fiscal podem reduzir o volume de vendas da Companhia e afetar adversamente suas margens operacionais. Além disso, caso haja aumento nos impostos incidentes em combustíveis, maior será a probabilidade de evasão fiscal, gerando distorção nos preços dos combustíveis vendidos pela Companhia e, consequentemente impactando negativamente seus resultados operacionais.

g.3 Os combustíveis derivados de petróleo concorrem com fontes alternativas de energia. A competição com fontes alternativas de energia e o desenvolvimento de novas fontes no futuro poderão afetar adversamente o mercado de combustíveis derivados de petróleo.

Os combustíveis derivados de petróleo concorrem com fontes alternativas de energia, como a energia solar e eólica. Variações no preço relativo ou o desenvolvimento de fontes alternativas de energia podem afetar adversamente o mercado de distribuição de combustíveis derivados de petróleo e, consequentemente, os negócios, situação financeira e resultado das operações da Companhia.

g.4 A concorrência no mercado de distribuição de combustíveis pode afetar as margens operacionais da Companhia.

O mercado brasileiro de distribuição de combustíveis é altamente competitivo nos segmentos atacado e varejo. A Companhia compete com distribuidores domésticos de combustíveis que adquirem produtos derivados do petróleo da Petrobras e ainda uma quantidade relevante ou, em alguns casos específicos, quase a totalidade do seu volume de produtos via importação, o que pode causar vantagens aos competidores, que podem conseguir praticar preços menores do que os preços praticados pela Companhia.

Medidas adotadas pelos atuais participantes da indústria de distribuição, incluindo a ampliação de sua rede de distribuição ou ativos logísticos, ou, ainda, o ingresso de novos participantes no mercado, poderão resultar na elevação da oferta de combustíveis, o que poderá intensificar a concorrência enfrentada pela Companhia, reduzindo seu volume de vendas, aumentando suas despesas com marketing e,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

consequentemente, afetando adversamente seus negócios, resultados operacionais e sua condição financeira.

A Companhia compete também com produtores e distribuidores que fornecem não só combustíveis mas também formas alternativas de energia, tais como gás natural, carvão e biomassa, para suprir a demanda de clientes nas áreas industrial, comercial e de varejo. Um aumento na utilização dessas fontes alternativas de energia poderá reduzir o consumo dos combustíveis comercializados pela Companhia, causando um impacto adverso nos negócios da Companhia.

g.5 Parte das receitas da Companhia provém de vendas de combustíveis a usinas termoelétricas que, se não forem acionadas, podem provocar efeito adverso nos resultados da Companhia.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, 3% das receitas líquidas da Companhia foram geradas pela venda de óleos combustíveis e diesel para usinas termoelétricas. O acionamento de tais usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (NOS) pode diminuir, caso haja uma melhora nas condições climáticas pela conexão de grandes blocos de energia ao Sistema Interligado Nacional, pelo crescimento da oferta de fontes de energia alternativas no Brasil, ou mesmo pelo aumento da capacidade das usinas de gerar energia com menor custo.

O ONS ordena o fornecimento de energia pelas usinas termoelétricas movidas a combustíveis líquidos somente quando a energia gerada pelas demais fontes produtoras (hidroelétricas, termoelétricas a gás natural, solares e eólicas) não é suficiente para atender a demanda do sistema elétrico nacional. Como grande parte das usinas termelétricas está ligada ao Sistema Interligado Nacional, caso o ONS disponha de tais fontes alternativas de geração de energia elétrica, a demanda por geração de energia por usinas movidas a combustíveis líquidos (óleo diesel e óleo combustível) pode diminuir, causando um impacto adverso nos negócios da Companhia.

Da mesma forma, um aumento na geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, como energias solar e eólica, também pode causar uma redução significativa a médio e longo prazo na geração de energia nas usinas termoelétricas ligadas ao Sistema Interligado Nacional.

Assim, uma diminuição no acionamento de tais usinas termoelétricas como fonte de energia, pode reduzir as vendas de óleo combustível, ocasionando impactos negativos no faturamento da Companhia.

g.6 O mercado brasileiro de lojas de conveniência pode não se desenvolver da forma prevista pela Companhia.

A Companhia atua no mercado de lojas de conveniência e de troca de óleo, por meio das franquias de lojas BR Mania e centros Lubrax+. A Companhia não pode garantir que o mercado de lojas de conveniência e de centro de serviços automotivos se desenvolva da forma esperada, ou continue se desenvolvendo tal como nos últimos anos, ou que o mercado nacional atinja os mesmos níveis de penetração observados em outros países. Tampouco pode garantir que os atuais níveis de penetração de lojas de conveniência e de centro de serviços automotivos por posto de serviço se mantenham nos patamares atuais.

Caso qualquer desses fatores ocorra, a geração de receita oriunda das franquias de lojas BR Mania e ou centros Lubrax+ pode ser impactada de forma adversa, o que pode causar um impacto adverso relevante na capacidade de geração de caixa da Companhia.

g.7 Interpretações divergentes ou mudanças na interpretação da legislação tributária, podem representar um efeito adverso sobre a condição financeira da Companhia e sobre os resultados de suas operações.

As normas tributárias, como toda norma legal, estão sujeitas a interpretações divergentes por parte das autoridades competentes (nos níveis federal, estadual ou municipal), de forma que os posicionamentos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

da Companhia podem vir a ser contestados pelas autoridades fiscais e, eventualmente, acarretar cobranças de tributos e encargos não previstos. As mudanças na interpretação da Companhia, no que se refere às normas tributárias, podem decorrer da evolução das decisões administrativas e judiciais, caso em que a própria Companhia pode atualizar seus procedimentos, podendo resultar em pagamento de débitos fiscais, com incidência de encargos. Alterações na interpretação ou interpretações divergentes quanto à regulamentação tributária, bem como a decisão da Companhia de liquidar quaisquer reivindicações relativas a tais regulamentações, podem ter um efeito adverso relevante sobre a condição financeira e resultados de operações da Companhia.

h. Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atua:

h.1 A Companhia está sujeita a regulamentos de diversas agências reguladoras e autoridades ambientais, de saúde e de segurança e aos padrões da indústria, que estão se tornando mais rigorosos.

As atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis federais, estaduais e municipais, regulamentações e exigências de licenciamento ambiental relacionadas com a proteção da saúde humana, da segurança de seus colaboradores e do meio ambiente. Assim, a Companhia precisa observar normas de segurança destinadas às estruturas de recebimento, movimentação, armazenagem e expedição de produtos, bem como a manutenção, reforma e ampliação de equipamentos e instalações. Tais normas muitas vezes limitam ou proíbem emissão, transporte, descarte, disposição final de resíduos ou vazamentos de substâncias perigosas produzidas nas atividades da Companhia.

Além disso, questões ambientais têm exigido uma atuação mais representativa das autoridades, principalmente pelo Ministério Público, bem como um posicionamento cada vez mais rígido por parte dos tribunais superiores. Na esfera administrativa, por sua vez, destaca-se a ampliação das exigências para gestão e descomissionamento de áreas contaminadas. A não observância dessas leis tem impacto para Companhia tanto nas esferas cível, criminal e administrativa.

Especificamente na esfera cível, a legislação ambiental brasileira prevê a responsabilidade objetiva e solidária, o que faz com que a Companhia possa a vir a ser responsabilizada integralmente por danos ambientais que tenham sido causados dentro de sua cadeia de atividades, independentemente de ter agido com culpa para ocorrência do dano. Na esfera administrativa, o valor das multas ambientais pode chegar a R$ 50 milhões, além do risco de sanções de suspensão de atividades em alguns casos críticos. Na esfera criminal, situações de maior gravidade podem acarretar a prisão de diretores e gestores, impactando tanto a capacidade de gestão como a imagem da Companhia.

Além da aplicação das leis ambientais no Brasil, o negócio de petróleo e gás é altamente regulamentado por várias agências governamentais. Assim, a Companhia está sujeita a diversas obrigações, como obter e manter diversos tipos de licenças e autorizações emitidas pelos órgãos reguladores, bem como observar variadas especificações técnicas quanto aos seus produtos e serviços. A não observância ou cumprimento dessas leis, regulamentos, licenças ou autorizações pode resultar em penalidades, por exemplo, multas e obrigação de compensação de danos ambientais ou até mesmo suspensão das atividades da Companhia, que poderiam afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia também não pode garantir que conseguirá manter ou renovar suas licenças e autorizações expedidas pelas autoridades ambientais e regulatórias dentro dos prazos estabelecidos em lei, ou que não haverá atrasos na emissão ou renovação dessas licenças e autorizações. Eventuais atrasos e falhas na manutenção dessas licenças podem gerar advertências, multas administrativas, paralisação e até suspensão das atividades da Companhia, além de sanções criminais.

Com relação à saúde humana e segurança dos trabalhadores, o aumento de despesas para cumprir com regulamentos de segurança e saúde podem resultar em custos adicionais, tais como os relacionados a indenizações e tratamento médico, como exames, medicação e internação hospitalar. Acidentes de trabalho que causam lesões temporárias ou permanentes, doenças ocupacionais em função da exposição

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de trabalhadores a agentes insalubres, principalmente ruído e vapores de combustíveis, e outras questões de saúde e segurança relacionados a falhas na prevenção de acidentes também podem causar efeitos adversos nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

h.2 Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em aumento de custos operacionais e de custos para cumprimento destas regulações, bem como em menor demanda por produtos da Companhia.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória, como taxação sobre emissões de GEE e criação de mercados de emissões de GEE com limitação de emissões.

Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Isso inclui a adoção de limites e regimes de comércio, impostos sobre a emissão de gás carbônico, aumento nos padrões de eficiência e incentivos ou obrigações do uso de energias renováveis. Tais exigências podem reduzir a demanda por hidrocarbonetos, assim como levar a uma substituição da sua demanda por fontes de energia com menor teor de carbono. Adicionalmente, muitos governos têm proporcionado vantagens tarifárias e outros subsídios, além da exigência de regras obrigatórias, para tornar as fontes alternativas de energia mais competitivas que o petróleo ou gás. Os governos também vêm promovendo pesquisas na busca por novas tecnologias para reduzir o custo e aumentar a escala de produção de fontes alternativas de energia, o que poderá implicar em redução da demanda por produtos da Companhia. Ainda, a atual regulamentação sobre GEE, ou, ainda, a regulamentação que eventualmente venha a ser aprovada, poderá aumentar substancialmente os custos da Companhia para estar em conformidade e, consequentemente, aumentar os preços dos produtos que distribui, reduzindo a competitividade. Tal regulamentação poderá também limitar drasticamente a produção das fontes de energia provenientes de hidrocarbonetos no longo prazo.

Além disso, em abril de 2016, vários países (dentre os quais o Brasil) assinaram o Acordo de Paris, um novo acordo global sobre o meio ambiente adotando as Contribuições Intencionais Nacionalmente Determinadas (Intended Nationally Determined Contributions – INDC). As INDC são comprometimentos de cada país para descrever publicamente quais ações climáticas com respeito a emissões de carbono estão planejadas pós 2020. As INDC do Brasil incluem, entre outros, aumentar a parcela de biocombustíveis sustentáveis e outras fontes renováveis na matriz energética nacional. É esperado que haverá maior regulamentação quanto a emissões de GEE e mudanças climáticas que podem afetar materialmente a Companhia, tanto diretamente (através dos investimentos de capital adicionais necessários para conformar com a nova regulamentação) e indiretamente (afetando a demanda por combustíveis fósseis e seus preços). Tais efeitos podem afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Tais pontos podem levar a um menor consumo dos produtos distribuídos pela Companhia, assim como a adoção de fontes de energia renováveis no mercado de varejo no longo prazo. Essa situação levaria a uma diminuição do mercado consumidor, referente ao setor em que a Companhia atua, podendo impactar negativamente suas receitas, o que pode afetá-la adversamente.

i. <u>Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atua</u>:

Não aplicável, visto que a Companhia não atua em países estrangeiros.

j. <u>Riscos relacionados a questões socioambientais</u>:

j.1 O armazenamento e o transporte de combustíveis, assim como a produção, o armazenamento e o transporte de produtos petroquímicos, são atividades perigosas e que envolvem riscos de segurança e operacionais inerentes a tais atividades.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As atividades realizadas pela Companhia, dentre as quais se incluem o armazenamento e o transporte de combustíveis, assim como a produção, o armazenamento e o transporte de produtos inflamáveis, explosivos e tóxicos, envolvem riscos socioambientais, incluindo riscos relacionados à segurança de seus colaboradores e de terceiros. As barreiras e os sistemas de prevenção de riscos e contenção de danos podem falhar, causando lesões diretas a pessoas, tais como lesões corporais e morte, bem como danos a propriedades, instalações ou equipamentos, próprios e de terceiros, e danos ao meio ambiente tais como contaminação de solo, lençol freático, galerias pluviais, córregos, lagoas, rios, praias e outros corpos hídricos, podendo causar danos ambientais irreversíveis e irreparáveis.

A constatação de contaminação ou de um acidente relevante em qualquer das suas unidades, postos de serviço ou instalações poderá, inclusive, acarretar danos à imagem da Companhia, além, de forçá-la a suspender, por período indeterminado, suas atividades no local, resultando em custos de remediação e em redução de receitas. Compensações advindas de apólices de seguros, se disponíveis, podem não ser recebidas de forma oportuna ou ser insuficientes para cobrir todas as perdas, inclusive lucros cessantes. Quebras de equipamentos, desastres naturais e atrasos na obtenção de peças ou equipamentos de reposição necessários também podem ter efeito substancialmente desfavorável nas operações da Companhia e, consequentemente, em seus resultados.

Os custos para adequação à legislação atual e futura bem como exigências das autoridades, relacionados à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e a responsabilidades advindas de liberações de substâncias perigosas ou exposição a substâncias perigosas no passado ou no presente, podem afetar adversamente os negócios ou desempenho financeiro da Companhia.

j.2 As operações de abastecimento de aeronaves são inerentemente sensíveis e erros operacionais e deficiências no controle de qualidade dos combustíveis podem provocar mal funcionamento de aeronaves, podendo provocar acidentes aéreos.

A Companhia atua no segmento operacional Produtos de Aviação com o objetivo de receber, armazenar e promover o abastecimento de aeronaves nacionais e internacionais em trânsito nos aeroportos do Brasil. Essas atividades estão sujeitas a liberação de substâncias tóxicas ou inflamáveis, formação de incêndio, contaminação de solo e água e danos a pessoas, materiais e instalações, durante as operações no pátio de estacionamento de aeronaves envolvendo os veículos abastecedores. Avaliações ou a aplicação sistemática desses procedimentos estão sujeitas a falhas na identificação de perigos potenciais, na prevenção de acidentes ou no controle de qualidade dos produtos, podendo provocar danos físicos, tais como lesão corporal ou morte, danificação ou destruição de propriedade, de instalações ou equipamentos, vazamentos e mau funcionamento de aeronaves, podendo causar acidentes aéreos de grande magnitude, o que pode afetar adversamente a imagem e resultados operacionais e financeiros da Companhia.

j.3 As atividades realizadas pela Companhia envolvem riscos de impactos nos meios de vida e na dinâmica socioeconômica das comunidades.

As atividades realizadas pela Companhia envolvem riscos de impactos na vida e na dinâmica socioeconômica das comunidades, principalmente aquelas vizinhas às unidades operacionais da Companhia e de postos de serviço e franqueados, que revendem produtos fornecidos pela Companhia. Entre esses impactos estão: tráfego de caminhões, aumento da movimentação de veículos e pessoas no entorno das unidades da Companhia, realização de obras, desapropriação de imóveis e remoção de comunidades.

Por conta de referidos impactos, é possível que haja paralisações da operação de unidades por protestos das comunidades no entorno, bem como investigações e medidas judiciais do Ministério Público e demais autoridades. Tais protestos ou investigações podem ser motivados, inclusive, por falta de diálogo da Companhia com as comunidades no entorno de suas unidades.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Ademais, é possível que os fornecedores da Companhia ou os Revendedores pratiquem condutas que violem direitos humanos e que a Companhia seja solidariamente responsabilizada em processos cíveis, trabalhistas, criminais e administrativos, sendo demandada a arcar com despesas com reparação ou remediação. Consequentemente, é possível que a Companhia tenha dificuldades para obter ou manter licenças de operação, e sua reputação seja negativamente afetada.

k. Riscos Macroeconômicos:

k.1 Os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser materialmente afetados pela desaceleração da economia nacional e mundial e pela instabilidade e volatilidade nos mercados financeiros.

A economia global permanece relativamente fragilizada, quando comparada ao período que antecedeu a crise financeira de 2008 e 2009. Os efeitos da crise na Zona do Euro, que se originou em função da crise nos mercados financeiros globais, continuam a impactar o mercado mundial em 2017. Fatores como a instabilidade relacionada à crise financeira na Grécia, a aprovação da saída do Reino Unido da Zona do Euro e a possibilidade de contágio para as economias emergentes vêm perpetuando a volatilidade dos mercados financeiros e a redução generalizada da atividade econômica presente globalmente desde então. Em relação ao mercado interno brasileiro, o país apresentou nos últimos anos uma forte desaceleração da economia, com recessão que possui efeitos amplificadores na arrecadação de impostos e, consequentemente, piorando os atuais problemas fiscais do país.

Uma desaceleração econômica poderá afetar materialmente a liquidez, o desempenho dos negócios ou a condição financeira dos clientes da Companhia, que, por sua vez, poderá resultar não apenas em redução na demanda por seus produtos, mas também em maior inadimplência por parte dos seus clientes. Adicionalmente, uma eventual nova crise financeira mundial pode afetar negativamente a capacidade da Companhia de captar recursos, bem como inviabilizar seu custo de captação.

Tais crises nos mercados nacional e internacional também podem levar a uma redução na disponibilidade de crédito comercial em função de preocupações relacionadas à liquidez das contrapartes. Se os produtos da Companhia tiverem sua demanda reduzida ou se houver aumento na inadimplência dos recebíveis da Companhia, ou, ainda, se a Companhia não conseguir realizar empréstimos para seus negócios, sua condição financeira e o resultado de suas operações podem ser adversamente afetados.

k.2 O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica brasileira podem causar um efeito adverso relevante nas atividades, nos resultados operacionais e no preço das ações de emissão da Companhia.

Ao final da década de 80 e início de 90, o governo utilizou diversas políticas na forma de Planos Econômicos para controle da taxa de inflação e, ainda hoje, o Governo Federal pode exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Assim, dado um possível cenário de crise econômica, o governo pode realizar alguma intervenção direta ou indireta na economia de modo a atingir determinados objetivos macroeconômicos, como controle da inflação, aumento da taxa de crescimento do PIB, controle da taxa de câmbio, controle da base monetária, entre outras. Esta atuação do governo, bem como seu impacto na economia brasileira, pode causar efeito adverso relevante nas atividades, nos resultados operacionais e no preço das ações de emissão da Companhia.

As políticas econômicas do Governo Federal podem ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, sobre as condições de mercado e sobre os preços dos valores mobiliários dessas empresas, incluindo a Companhia. A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados negativamente por vários fatores e pela resposta do governo brasileiro a esses fatores, dentre os quais:

- taxas de câmbio e controles sobre o câmbio e restrições sobre remessas ao exterior, como aquelas que foram brevemente impostas em 1989 e no início de 1990;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- inflação;
- financiamento do déficit em conta corrente do governo;
- dívida pública interna e de desequilíbrio fiscal;
- instabilidade de preços e custos;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados de capitais e de dívida;
- política fiscal;
- política monetária;
- controles sobre a importação e exportação;
- política regulatória para a indústria de petróleo e gás, distribuição de derivados, incluindo a política de preços;
- política energética;
- alterações na legislação tributária;
- alterações nas normas trabalhistas;
- provimento de serviços de utilidade pública tais como energia;
- alegações de corrupção contra partidos políticos, autoridades eleitas ou outros agentes públicos, incluindo alegações feitas em relação à Operação Lava Jato; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil.

Os fatores descritos acima, bem como as incertezas sobre as políticas ou regulamentações que podem ser adotadas pelo governo brasileiro em relação a esses fatores, em conjunto com o atual cenário político do país, têm afetado a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos títulos emitidos por companhias brasileiras, causando um efeito material adverso sobre os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

k.3 Qualquer outro rebaixamento na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

Os *ratings* de crédito efetuados por agência de classificação de risco afetam a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, os rendimentos necessários nas futuras emissões de dívida no mercado de capitais. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de *rating* começaram a revisar a classificação de *rating* de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de *rating*. Standard & Poor´s inicialmente reduziu o *rating* de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o *rating*, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. Em dezembro de 2015, Moody´s colocou os *rating*s de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, rebaixou os *rating*s de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileiros, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras. Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Como resultado, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de *rating* e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa.

Um prolongamento na atual recessão brasileira pode levar a novos rebaixamentos de ratings. Qualquer rebaixamento adicional de *ratings* de crédito soberano brasileiro pode aumentar a percepção de risco dos investimentos no Brasil e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de ações de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

k.4 A alteração da carga tributária incidente sobre as operações da Companhia pode distorcer os preços de mercado e afetar a Companhia negativamente.

Como mencionado acima no item g.2, os preços finais dos produtos comercializados pela Companhia são calculados, entre outros, com base no valor dos tributos incidentes sobre as operações de compra e venda de combustíveis. Por exemplo, o preço dos combustíveis vendidos pela Companhia aumentou em julho de 2017, com o aumento, pelo Governo Federal, da alíquota do Programa de Integração Social e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS) incidente sobre a comercialização de combustíveis. Caso haja aumento na carga tributária incidente sobre os produtos comercializados pela Companhia, a Companhia pode não ser capaz de repassar aos seus clientes esses aumentos aos preços e de manter as margens atualmente praticadas.

Tais aumentos podem levar a Companhia a ter seu volume de vendas e suas margens reduzidas, o que poderia afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

k.5 A instabilidade do cenário político do país poderá afetar adversamente a Companhia, impactando negativamente os seus resultados operacionais e a sua situação financeira.

Em 31 de agosto de 2016, após julgamento no Senado, o mandato da presidente Dilma Rousseff foi cassado por violação a leis orçamentárias e o vice-presidente Michel Temer tomou posse como presidente. O presidente do Brasil tem poderes para determinar as políticas governamentais e ações referentes à economia brasileira que, consequentemente, afetam as operações e desempenho financeiro das empresas operando do Brasil, inclusive a Companhia.

Atualmente, com o avanço das diversas investigações conduzidas pela Polícia Federal e pela Procuradoria Geral da República há uma grande incerteza em relação às perspectivas futuras do cenário político nacional na economia brasileira.

Além disso, a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral que absolveu Dilma Rousseff e Michel Temer das acusações de financiamento ilegal de campanha poderá ser revertida no STF, caso os recursos protocolados perante a suprema corte sejam julgados procedentes, podendo causar a anulação da eleição presidencial que ocorreu em 2014 e requerer que o presidente Michel Temer deixe vacante a presidência.

Adicionalmente, a Procuradoria Geral da República denunciou o presidente Michel Temer ao STF por suposto crime de obstrução de justiça e organização criminosa. O STF determinou que a Câmara dos Deputados decida sobre a abertura ou não da ação penal, o que está pendente de votação.

A Companhia não pode prever se as investigações aumentarão instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra membros do alto escalão do Governo Federal no futuro. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado de qualquer dessas investigações, incluindo seus efeitos sobre a economia brasileira.

O desenvolvimento dessas investigações pode afetar a Companhia de maneira negativa, bem como a cotação de suas ações na B3.

Além disso, a economia brasileira tem vivenciado uma recessão acentuada nos últimos anos, devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo anterior e à queda global dos preços de *commodities*. O Governo Federal atual propôs as condições gerais de uma reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto para 2017, mas é incerto se o governo brasileiro atual conseguirá o apoio necessário no Congresso para aprovar reformas específicas adicionais, tais como a reforma da previdência social. Até a data deste documento, muitas das despesas públicas propostas no orçamento do Brasil foram mantidas, e não está claro se outras despesas serão reduzidas ou totalmente eliminadas. Se algumas ou todas essas despesas públicas forem mantidas, o Brasil continuará com um déficit orçamentário para 2017 e para os anos seguintes. A Companhia não pode prever os efeitos desse déficit orçamentário sobre a economia brasileira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

k.6 Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários em todo mundo, inclusive o preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, tanto de economias desenvolvidas como emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado de valores mobiliários das companhias brasileiras como, por exemplo, o referendo popular que aprovou a saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos. A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras, uma vez que uma crise financeira pode causar um aumento do custo de financiamento, a tal ponto que se torne impeditivo para as companhias brasileiras. Adicionalmente, crises em outros países de economia emergente ou políticas econômicas diferenciadas podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que poderia prejudicar o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, condições econômicas e crises financeiras, principalmente nos Estados Unidos, na Europa e na China, podem afetar a economia mundial, gerando diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetam o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária, dentre outros, que podem, direta ou indiretamente, ter um efeito adverso sobre a Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

k.7 A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre a Companhia e sobre o preço de mercado de suas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la, tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente com a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 6,41% em 2014, 10,67% em 2015 e 6,29% em 2016.

Como resultado de pressões inflacionárias e da instabilidade macroeconômica, historicamente, o Governo Federal adotou políticas monetárias que resultaram em uma das taxas de juros mais altas do mundo. O Banco Central do Brasil determina as taxas básicas de juros geralmente disponíveis no sistema bancário brasileiro com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. Em agosto de 2012, a taxa básica de juros (Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou a taxa SELIC) definida pelo Banco Central do Brasil foi de 7,50%.

Entre 2013 e 2017, para controlar a inflação, o Banco Central do Brasil revisou diversas vezes a meta da taxa SELIC. No período citado, a taxa SELIC, que estava em um patamar de 7,25% em janeiro de 2013 (menor valor do período), atingiu um valor máximo de 14,25% em julho de 2015, permanecendo neste patamar até outubro de 2016, quando iniciou sua trajetória de queda. Na data deste Formulário de Referência, a taxa se encontra no patamar de 8,25%, decidida em reunião do COPOM de 06 de setembro de 2017. As taxas de juros brasileiras continuam altas e qualquer aumento nas mesmas pode afetar

4.1 - Descrição dos fatores de risco

negativamente a rentabilidade da Companhia e seus resultados operacionais, bem como aumentar os custos associados a suas operações de financiamento.

A inflação e as medidas governamentais para combater a inflação, juntamente da especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras, tiveram e deverão continuar a ter efeitos negativos e significativos sobre a economia brasileira, incluindo o aumento na volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. Além disso, muitas vezes as medidas para controlar a inflação incluíram manter uma política monetária rígida com altas taxas de juros restringindo, dessa forma, a disponibilidade de crédito e limitando o crescimento econômico. Por outro lado, essas políticas podem não conseguir impedir o aumento da taxa de inflação. Além disso, a ausência de tais políticas pode provocar aumentos na taxa de inflação e, dessa forma, afetar negativamente a estabilidade econômica. Na eventualidade de um aumento da inflação, a Companhia pode não conseguir ajustar os preços que cobra dos seus consumidores para compensar os efeitos deste aumento em sua estrutura de custos, o que pode afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. Descrição dos principais riscos de mercado

Dentre os riscos de mercado, a Companhia está exposta, pela natureza de seu negócio, principalmente aos riscos de preço, cambial e taxa de juros.

a. Risco de variação dos preços de produtos

A Companhia não tem controle sobre os fatores que impactam o preço nacional e internacional do petróleo e seus derivados, e o preço do gás natural. O setor petroquímico apresenta natureza cíclica, alternando períodos tipicamente caracterizados por oferta restrita, aumento de preços e margens de lucro e por períodos de excesso de oferta, com diminuição de preços e margens de lucro.

Em julho de 2017, a Petrobras lançou uma nova política de preços de derivados de petróleo, por meio da qual busca um maior alinhamento dos preços do petróleo e seus derivados praticados no Brasil, com os preços praticados no mercado internacional, realizando alterações nos preços com maior frequência do que anteriormente realizado.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros.

O aumento da importação de combustíveis pela Companhia e a contínua integração dos mercados regionais e mundiais de commodities químicas, bem como a implementação, pela Petrobras, de uma política de preços atrelada às variações do mercado internacional, fazem com que eventos que afetem a indústria petroquímica mundialmente, impactem de maneira relevante a situação financeira e o resultado das operações da Companhia.

Os preços praticados pelos seus fornecedores (principalmente a Petrobras) na venda dos derivados do petróleo, que são um dos principais componentes do custo de produtos vendidos pela Companhia, estão em grande parte relacionados ao preço do petróleo. Por conseguinte, as margens, volumes de venda e receitas da Companhia, podem ser afetados adversamente por uma flutuação significativa do preço do petróleo e dos seus derivados.

Da mesma forma, o preço do etanol varia de acordo com o estágio e as condições da safra de cana de açúcar, aumentando na entressafra e diminuindo na época de colheita. Fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, tais como alterações climáticas, crises econômicas, de desabastecimento, variações no preço da gasolina no mercado interno, e o preço do açúcar nos mercados internacionais (que pode afetar a oferta de etanol), podem fazer com que a curva sazonal prevista para os custos e receitas da Companhia difira significativamente daquela programada, impactando adversamente o fluxo de caixa da Companhia e, consequentemente, os negócios da Companhia.

O preço do etanol é um dos principais componentes do custo de produtos vendidos pela Companhia. Assim, caso haja uma flutuação significativa do preço do etanol e a Companhia não consiga ajustar seus custos e receitas em tempo hábil, as margens da Companhia podem ser afetadas adversamente.

b. Risco cambial

A Companhia vende produtos para clientes estrangeiros, que representaram 1,6% da receita líquida da Companhia em 30 de setembro de 2017, principalmente querosene para aviação (QAV), que representou 95% do volume das suas exportações no mesmo período. Em razão disso, a Companhia está exposta ao risco de variação cambial, pois adquire produtos de fornecedores nacionais em reais e os vende a clientes estrangeiros em outras moedas, predominantemente em dólar norte-americano. A formulação do preço de venda a referidos clientes é realizada com base na taxa média do mês anterior à venda, sendo que, considerando o prazo de pagamento que cada cliente possui, existe um risco temporal associado à

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

flutuação da taxa de câmbio, podendo afetar de forma adversa e relevante as margens de venda consideradas na formulação inicial do preço de venda.

Adicionalmente, a importação de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis também expõe a Companhia a riscos cambiais, em razão da possibilidade de flutuação cambial entre o momento da aquisição dos produtos e seu respectivo pagamento. Isso porque, caso haja neste ínterim uma desvalorização do Real, o custo dos produtos importados poderá ser superior ao custo do produto nacional. Além disso, desde julho de 2017, a Petrobras, adotou uma nova política de aderência dos preços no mercado nacional em relação ao mercado internacional, de forma que tanto os produtos importados quanto os produtos nacionais adquiridos da Petrobras (maior fornecedor da Companhia) passaram a ser influenciados pela variação do dólar norte-americano, apresentando reajustes diários. Desta forma, qualquer desvalorização do Real frente a outras moedas, primordialmente o dólar norte-americano, pode acarretar em um aumento no custo de aquisição de produtos derivados de petróleo, podendo gerar um efeito adverso sobre a Companhia.

A Companhia também oferece às grandes companhias aéreas nacionais a possibilidade de fixar seus preços de venda futuros de QAV em Reais. O custo do QAV é atrelado à variação do dólar norte-americano, portanto, a Companhia fica exposta à variação da taxa de câmbio no período entre o momento da fixação do preço em real para o cliente e o momento de aquisição desse produto junto ao fornecedor. Desta forma, qualquer desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano, pode acarretar em um aumento no custo de aquisição de QAV frente ao valor que foi pago pelos referidos clientes, podendo gerar um efeito adverso sobre a Companhia.

c. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, ao Certificados de Depósito Interbancário (CDI), indexador dos financiamentos da Companhia com o Itaú e IBM, e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indexador dos contratos de arrendamentos mercantis da Companhia, que servem como lastro da operação de emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). Os ativos financeiros caracterizam-se, em maior parte, pelas aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI e pelos Contratos de Confissão de Dívidas de clientes também vinculados ao CDI.

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros. Portanto, está exposta ao risco de variação das taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos financeiros.

Abaixo segue uma análise de sensibilidade das taxas de juros dos principais ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2017.

Instrumentos	Exposição (em R$ MM)	Nota Explicativa	Risco	(Despesa)/ receita financeira no cenário 1 (a)	Resultado financeiro com decréscimo de 25%	Resultado financeiro com decréscimo de 50%	Resultado financeiro com elevação de 25%	Resultado financeiro com elevação de 50%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	(977)	17.1	Alta do IPC-A	(60)	(54)	(50)	(63)	(68)
Debêntures	(3.687)	17.1	Alta do CDI	(315)	(236)	(158)	(394)	(473)
Aplicações - FIDC	465	31.2	Redução do CDI	181	136	91	226	272

(*) Cenário I corresponde ao efeito reconhecido no resultado do exercício considerando a data-base 30/09/2017.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e/ou suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades, principalmente, de natureza cível, trabalhista e tributária.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia figurava como ré em 10.242 processos administrativos e judiciais, cujo valor total envolvido naqueles classificados como com chance de perdas remotas, possíveis ou prováveis era de aproximadamente R$ 12.952,3 milhões. De acordo com as demonstrações financeiras da Companhia, R$ 2.102 milhões estavam provisionados (classificados como com chance de perda provável).

As provisões da Companhia são registradas conforme CPC 25/IAS 37. As provisões refletem apenas os processos identificados com chance de perda provável e cujo valor em discussão possa ser quantificado, com base nas avaliações feitas por seus assessores jurídicos externos ou internos.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, processos que possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio, a capacidade financeira ou os negócios da Companhia, tendo sido considerados outros fatores que possam influenciar a decisão do investidor, como, por exemplo, riscos de imagem decorrentes de quaisquer desses ou futuros processos, bem como riscos jurídicos relacionados A discussão da validade de cláusulas estatutárias.

i. Administrativos

A) Agências Reguladoras

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia figurava como ré em aproximadamente **32** processos sancionadores junto à ANP e **3** processos sancionadores junto à ANTAQ. Estes são os casos de maior relevância, seja pelos riscos de paralisação de atividades de maior impacto ou pelos valores de multas. Não é possível estimar exatamente o montante que deverá ser pago pela Companhia em caso de perda, pois os valores das multas podem variar consideravelmente e as agências só fixam tal montante quando da decisão do processo. Existem ainda outros processos administrativos sancionadores de menor impacto, geralmente casos pontuais, perante órgãos de metrologia (INMETRO e IPEM), autoridades de trânsito/transporte (ANTT e PRF) e ANS em razão da Assistência Médica Suplementar (AMS), pela qual a BR é operadora de plano de saúde de autogestão concedido aos seus empregados.

Os processos decorrentes de infrações de trânsito nas atividades de transporte, em geral são casos pontuais, decorrentes de infração por parte dos transportadores, contratados pela BR ou por seus clientes. Nestes casos, embora a BR, por vezes, seja autuada, busca-se o ressarcimento junto ao responsável, por isso os processos perante a ANTT não estão contabilizados no cômputo acima.

Para fins de esclarecimento, nos últimos anos (de 2015 a 2017) a Companhia pagou aproximadamente R$ 2,5 milhões em multas para a ANP. Destaca-se, contudo, que este valor não se trata de estimativa em relação aos processos ainda em curso, e tem por finalidade apenas apresentar os dados históricos sobre o tema.

Nos processos sancionadores instaurados pela ANP, além de possível aplicação de multas, existe eventual sanção de suspensão ou de revogação da autorização para exercício da atividade econômica temporária de estabelecimentos ou instalações da Companhia, nos termos do art. 8º da Lei 9.847/99. Da mesma forma existe possibilidade de interdição das instalações nos processos perante a ANTAQ. A Companhia não possui histórico de sanções de interdição recorrente por parte dos órgãos reguladores.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Merece ser destacado ainda que, nos 4 processos administrativos sancionadores no âmbito da ANTAQ foram formalizados 2 Termos de Ajuste de Conduta (TAC) para regularizar a exploração das instalações portuárias de Porto Velho e Oriximiná, respectivamente. Segundo tais TAC, o descumprimento do envio do relatório trimestral à ANTAQ pode gerar uma multa de R$ 15 mil por cada TAC e a não regularização da instalação por fato imputável à Companhia em 12 meses contados a partir da assinatura do TAC pode gerar o pagamento de multa de R$1 milhão cada. Ambos os TACs possuem prazo de vencimento de 12 meses, a contar da data de assinatura por todas as partes, qual seja, 24 de janeiro de 2017 para o TAC relacionado à exploração das instalações portuárias de Porto Velho e 05 de maio de 2017 para o TAC relacionado à exploração das instalações portuárias de Oriximiná.

Além destes processos, existem ainda em andamento perante a ANP processos referentes à requalificação das instalações das distribuidoras, mediante os quais as instalações são sujeitas à verificação das condições operacionais necessárias para a concessão de autorização de operação pela ANP, conforme disposto na Resolução ANP 42/2011. Embora não sejam processos sancionadores, a verificação pela ANP de ausência ou insuficiência no cumprimento das condições estabelecidas para operação pode acarretar a revogação da autorização de operação de uma instalação operacional sujeita à requalificação. A impossibilidade de operar referida instalação, dependendo da sua localização, poderá impactar negativamente as atividades da Companhia e, por consequência, seus negócios e sua situação financeira. Atualmente encontram-se em processo de requalificação, com exigências ainda pendentes, as seguintes instalações da Companhia:

I) AILIS, BADEN; BAPLAN; BAERI; BACUB; BASPA; BAVAP; BAVOL; BADUC e BAMAC: o prazo para requalificação encerrou-se em 31/12/2016, porém, devido ao trâmite necessário para análise da documentação pela ANP, ainda não foi instaurado processo administrativo pela ANP; e

II) AIMAC, BARIX; BANOAS, BACRO, BAVIT, BAURU e BABRAS: processo administrativo instaurado, pendente de análise da ANP.

B) Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia figurava em 05 procedimentos no âmbito do CADE sendo 03 processos administrativos sancionadores, 02 inquéritos administrativos.

Nos processos administrativos sancionadores, tem-se a imputação, à Companhia, das condutas anticoncorrenciais de influenciar a adoção de conduta uniforme entre seus Revendedores (08700.000625/2014-08 e 08012.002867/2007-57), bem como a imputação de discriminação de adquirentes para beneficiar a rede de postos Cascol (08012.005799/2003-54).

Em relação aos inquéritos administrativos, um deles investiga a existência de suposto cartel no Distrito Federal (08012.008859/2009-86), ao passo que o outro investiga possível criação de barreiras à entrada de concorrentes (08700.001831/2014-27).

Para os processos administrativos sancionadores, como a Lei 12.529/11 dispõe que a multa pode variar entre 0,1% até 20% do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado, obtido no exercício anterior à instauração do processo no ramo de atividade em que ocorreu a infração, estimamos as multas indicadas nas tabelas abaixo, com base (i) no percentual médio da jurisprudência consolidada no CADE, considerando-se um cenário conservador, e (ii) na receita auferida pela Companhia no mercado investigado nos autos, considerando-se que a jurisprudência do CADE, ao sancionar empresas com faturamentos muito elevados, vem se posicionando no sentido de usar como base de cálculo o faturamento bruto anual no mercado relevante investigado no processo, que não pode ser nunca inferior à vantagem auferida com a infração. Para os administradores direta ou indiretamente responsáveis pela infração cometida, se comprovada a sua culpa ou dolo, poderá ser aplicada multa de 1% a 20% da multa imposta à Companhia.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Sem prejuízo das multas pecuniárias, outras penas de restrição de direitos poderiam, em tese, ser impostas à Companhia, isolada ou cumulativamente, na forma do artigo 38 e seguintes da Lei nº. 12.529/11.

Mais abaixo, na abordagem individualizada de cada um dos feitos relacionados ao CADE em que a Companhia está envolvida, serão delineados os possíveis impactos no caso de perda.

Destacamos a seguir os processos administrativos em curso em que a Companhia é parte:

Processo nº	**Inquérito Administrativo n.º 08012.008859/2009-86**
a. juízo	CADE
b. instância	Superintendência Geral do CADE
c. data de instauração	28/08/2012
d. partes no processo	Companhia e outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não há, uma vez que ainda se trata de inquérito.
f. principais fatos	Objeto: Referido inquérito tem por origem de convolação de averiguação preliminar que fora instaurada em 08/05/2012. Destina-se a apurar a existência de cartel de preços na revenda e na distribuição de combustíveis no Distrito Federal. Fase Processual: em se tratando de inquérito, procedimento cujo objeto é justamente colher elementos de convicção, sem delimitação de fases processuais, tem-se que o quesito não se aplica. Todavia, vale notar que houve a prorrogação do inquérito administrativo em setembro de 2017.
g. chance de perda	Possível quanto à chance de ser convertido em Processo Administrativo.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Trata-se, aqui, de inquérito administrativo, de sorte que não há previsão de aplicação de sanção quando do seu desfecho. No desenrolar do procedimento, caso a Superintendência-Geral do CADE entenda que não há indícios da existência do ilícito apurado, determinará o arquivamento dos autos. Caso, pelo contrário, vislumbre a existência de lastro probatório mínimo para instauração de processo administrativo, poderá fazê-lo. Uma vez mais, em ambos os casos, não há a imposição de sanções à Companhia. Importante ressaltar, contudo, que um dos investigados celebrou compromisso de cessação de conduta com o CADE. Sendo certo que um dos requisitos para acordo dessa espécie é a colaboração com o CADE, é bastante real a possibilidade de instauração de procedimento administrativo. Nessa última hipótese, a Companhia e seus administradores ver-se-iam expostos às possíveis cominações prescritas na Lei n.º 12.529/2011.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº	**Inquérito Administrativo n.º 08700.001831/2014-27**
a. juízo	CADE
b. instância	Superintendência Geral do CADE
c. data de instauração	28/02/2014
d. partes no processo	Companhia e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não há, uma vez que ainda se cuida de inquérito
f. principais fatos	Objeto: Investiga supostas condutas anticoncorrenciais praticadas pelas investigadas com o intuito de criar barreiras à entrada de concorrentes no mercado de distribuição de combustíveis de aviação no aeroporto internacional de Guarulhos/SP (GRU), mais especificamente o de Querosene de Aviação. Em 05/09/2017, despacho da Superintendência-Geral do CADE determinou a prorrogação do prazo de análise. Fase Processual: em se tratando de inquérito, procedimento cujo objeto é justamente colher elementos de convicção, sem delimitação de fases processuais, tem-se que o quesito não se aplica. Todavia, vale notar que houve a prorrogação do inquérito administrativo em julho de 2017.
g. chance de perda	Possível quanto à chance de ser convertido em Processo Administrativo.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Trata-se, aqui, de inquérito administrativo, de sorte que não há previsão de aplicação de sanção quando do seu desfecho. No desenrolar do procedimento, caso a Superintendência-Geral do CADE entenda que não há indícios da existência do ilícito apurado, determinará o arquivamento dos autos. Caso, pelo contrário, vislumbre a existência de lastro probatório mínimo para instauração de processo administrativo, poderá fazê-lo. Uma vez mais, em ambos os casos, não há a imposição de sanções à Companhia. De toda sorte, no cenário mais crítico, qual seja, a instauração de processo administrativo para a imposição de sanções, a Companhia estaria sujeita ao risco de receber as sanções presentes na Lei n.º 12.529/2011.

Processo nº	**Processo Administrativo n.º 08700.000625/2014-08**
a. juízo	CADE
b. instância	Tribunal do CADE
c. data de instauração	30/04/2014
d. partes no processo	Companhia e outros

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 53.701.174,40 atualizado em 30/09/1017
f. principais fatos	Objeto: Investiga supostos cartéis entre revendedores e suposta influência - pela Companhia e o sindicato da revenda - a que revendedores adotassem conduta uniforme no mercado de comércio varejista de combustíveis no município de Natal/RN. A suposta influência na revenda ocorreria através da divulgação antecipada pela Companhia sobre futuros aumentos de preços da distribuição, informados ao sindicato, que passaria a informação privilegiada aos postos, promovendo o conluio ilícito de preços-bomba (preços praticados pela revenda/ postos de gasolina). Investigam as autoridades se as informações sobre futuros reajustes no preço da distribuição viabilizaria que os postos ajustassem previamente os patamares de um aumento cartelizado dos preços da revenda. Fase Processual: Foi finalizada a fase instrutória. Atualmente o processo está na fase de emissão de pareceres opinativos da SG/CADE, PFE/AGU e MPF/MPU. A SG/CADE e a PFE/AGU recomendaram a absolvição da Companhia. O parecer do MPF/MPU opinou pelo arquivamento do processo quanto à Companhia. Após, o processo entrará em pauta para julgamento pelo plenário do TADE/CADE. Antes, é possível que o Conselheiro-Relator peça diligências complementares, caso em que a Companhia teria nova oportunidade de apresentar alegações finais.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	No caso em tela, a multa potencialmente aplicável, no caso de condenação da Companhia, foi estimada tendo por base de cálculo o faturamento bruto da Companhia no mercado relevante geográfico supostamente impactado pela conduta anticoncorrencial, no ano anterior à instauração do PA (2013), sobre o qual se aplicou o percentual de 15%, em conformidade com a jurisprudência do CADE para casos semelhantes ao presente, não podendo ser excluída a possibilidade de a base de cálculo ser estabelecida em dimensão mais ampla. Daí o valor apontado em "e". Por fim, por se tratar de investigação que envolve a existência de cartel, ainda que na revenda, é possível que eventual condenação dispare contra a Companhia a propositura de ações de responsabilização por danos diretos, individuais e coletivos, a terceiros prejudicados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº	**Processo Administrativo nº 08012.005799/2003-54**
a. juízo	CADE
b. instância	Superintendência Geral do CADE
c. data de instauração	11/05/2011
d. partes no processo	Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 217.741.529,60 atualizado em 30/09/2017
f. principais fatos	Objeto: Processo administrativo com o objetivo de apurar se a Companhia teria discriminado adquirentes, no Distrito Federal, para beneficiar a rede de postos Cascol. A conduta reputada à Companhia foi de abuso do poder de mercado mediante discriminação das condições operacionais de venda no mercado de revenda de combustíveis, relacionada ao contrato comercial firmado entre a Companhia e a Rede Gasol (atualmente denominada Cascol), pelo qual a Companhia estaria favorecendo a rede revendedora de combustíveis por meio de condições contratuais prejudiciais à concorrência. Fase processual: Em 13 de dezembro de 2017, o CADE homologou um Termo de Compromisso de Cessação ("TCC") com a Companhia, pelo qual a Companhia se comprometeu a cessar a suposta prática investigada, sem reconhecimento de culpa, reduzindo a relação comercial estabelecida com a Rede Cascol. Não há obrigatoriedade de pagamento de contribuição pecuniária por se tratar de conduta anticompetitiva unilateral, sem existência de acordos, combinações ou ajustes entre concorrentes que caracterizem cartel.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Considerando a homologação do TCC, o Processo Administrativo nº 08012.005799/2003-54 está suspenso com relação à Companhia e só voltará a tramitar na hipótese de seu descumprimento. Neste caso, além de multa no valor de até R$ 6.200.000,00, a Companhia estará sujeita a uma multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto da empresa no exercício anterior à instauração do processo administrativo, considerando o ramo de atividade em que atua. Para os administradores direta ou indiretamente responsáveis pela infração cometida, quando comprovada a sua culpa ou dolo, multa de 1% a 20% da aplicada à empresa. Sem prejuízo das multas pecuniárias, outras penas de restrição de direitos poderão ser impostas, isolada ou cumulativamente, na forma do artigo 38 e seguintes da Lei n. 12.529/2011. Neste caso, a possível multa é estimada em cerca de R$ 217.741.529,60, considerando aplicação de alíquota de 10%, sobre

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	o valor do faturamento no mercado relevante afetado pela conduta, não podendo ser excluída a possibilidade de a base de cálculo ser estabelecida em dimensão mais ampla.

Processo nº	**Processo Administrativo nº 08700.010769/2014-64 (Autos Principais de Acesso Restrito nº 08012.002867/2007-57)**
a. juízo	CADE.
b. instância	Superintendência-Geral do CADE.
c. data de instauração	28/04/2010
d. partes no processo	Companhia e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 127.607.006,83 atualizado em 30/9/2017
f. principais fatos	Objeto: Processo administrativo que investiga supostos cartéis entre Revendedores e suposta influência - pela Companhia, outras distribuidoras e o sindicato da revenda - a que Revendedores adotassem conduta uniforme no mercado de distribuição e revenda de gasolina comum e álcool combustível nos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Betim, todos em Minas Gerais. A suposta influência na revenda ocorreria através da cobrança de preços maiores aos postos não participantes do suposto cartel na revenda, como forma de pressionar os postos não participantes a aderirem ao cartel de preços-bomba. Fase Processual: O processo administrativo, outrora suspenso por decisões judiciais, voltou a tramitar regularmente. Em 09/03/2017 os representados foram intimados sobre a celebração de um Termo de Compromisso de Cessação por sete representados , tomando ciência de que podem manifestar-se sobre o conteúdo deste TCC. Em 22/07/2017, os representados foram intimados sobre a celebração de mais 4 (quatro) TCCs, bem como da juntada aos autos de novos documentos, para manifestarem-se sobre os mesmos até o final da instrução, caso queiram.
g. chance de perda	Possível.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda no processo	Tendo em vista o ilícito concorrencial investigado nestes autos, em caso de condenação da Companhia, a multa aplicável foi estimada com base no percentual de 15%,aplicado sobre a base de cálculo consistente no faturamento bruto da Companhia no mercado relevante geográfico supostamente afetado pela conduta, qual seja, as cidades de Belo Horizonte, Betim e Contagem/MG, no ano anterior à instauração do PA (2009), não podendo ser excluída a possibilidade de a base de cálculo ser estabelecida em dimensão mais ampla.

ii. Contingências cíveis

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia era ré em 2.657 processos administrativos e judiciais de natureza cível, cujo valor total envolvido naqueles classificados como com chances de perdas remotas, possíveis ou prováveis era de aproximadamente R$ 3.902,8 milhões, dos quais R$ 433 milhões estavam provisionados (classificados como com chance de perda provável).

Destacamos abaixo os processos cíveis acima de R$ 40 milhões e os relevantes, considerados assim aqueles que podem causar maiores impactos na Companhia, sejam financeiros ou de reputação.

Processo nº	**5830020005246177**
a. juízo	21ª Vara Cível da Comarca da Capital de São Paulo.
b. instância	Superior Tribunal de Justiça.
c. data de instauração	19/04/2000.
d. partes no processo	Forte Comércio, Exportação, Importação e Administração Ltda. (Autora e Reconvinda) x Companhia (Ré e Reconvinte).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	O valor em discussão atualizado é R$1,6 bilhão, conforme proposta de acordo apresentada pela Rede Forte. No entendimento dos advogados que patrocinam a causa em favor da Companhia, o valor seria de R$ 260.672.040,14 (em 30 de setembro de 2017). Tal diferença decorre da necessidade de se promover uma liquidação da sentença após seu trânsito em julgado fazendo com que o risco atual não possa ser definido com precisão pelos advogados externos.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	A Autora sustenta que a não assinatura, por parte da Companhia, de um contrato autorizando a emissão de debêntures com lastro em recebíveis de contratos de locação celebrados entre a Companhia e postos da Autora lhe teria causado perdas e danos, tanto materiais como morais. A Autora requer a reparação dos danos morais e a condenação da Companhia nos danos materiais, com a rescisão de todos os contratos firmados com a Autora e aplicação das multas contratuais. Segundo a Autora e sociedades do grupo da Autora, a Companhia teria sido responsável pela derrocada de seu projeto de soerguimento, já que teria se recusado, imotivadamente, a assinar contrato no qual autorizava a cessão de recebíveis para lastrear a emissão de debêntures em favor da Autora. Esta sustenta que a Companhia já havia se comprometido anteriormente com tal operação. Há correspondências trocadas entre as partes documentando a intenção de cessão de recebíveis, sem, no entanto, fazer qualquer menção acerca da impossibilidade de compensação com eventuais débitos gerados pelo grupo da Autora junto à Companhia. Os recebíveis em questão advieram de contratos de locação de imóveis de propriedade da Autora à Companhia, posteriormente sublocados a postos revendedores integrantes da Rede de Postos da Autora ("Revendedores") para que estes os explorassem como postos Revendedores vinculados à Rede de Postos da Companhia, através de contratos de promessa de compra e venda. A Companhia sustenta que não teria anuído com a operação na forma como foi apresentada, além de ser a real credora da relação com base em contratos de mútuo inadimplidos pela Autora (R$ 32 milhões em valores históricos, referentes ao ano 2000). Após ter sido vitoriosa em primeira instância (sentença de 25.03.2008), a Companhia sucumbiu junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (acórdão de 15.06.2009). A Companhia interpôs Recurso Especial, ao qual foi negado provimento monocraticamente pelo Min. Lázaro Guimarães, do STJ em 13.12.2017, não tendo a Companhia sido intimada da referida decisão até a data deste Formulário de Referência. A Companhia aguarda a publicação de tal decisão para apresentar agravo interno, de forma a submeter a matéria ao colegiado.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, estimamos um impacto financeiro aproximado de R$ 260.672.040,14 (em 30 de setembro de 2017).

Processo nº	**0215484-10.2016.8.19.0001**
a. juízo	31ª Vara Cível da Capital do Rio de Janeiro.
b. instância	31ª Vara Cível da Capital do Rio de Janeiro.
c. data de instauração	29/06/2016.
d. partes no processo	Petrobras Distribuidora S.A. x WTorre Engenharia e Construção S.A. e Taranto Fundo de Investimento Imobiliário.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 100.000,00 (valor atribuído à causa)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Trata-se de ação movida pela Companhia contra WTorre e Taranto FII com o objetivo de ver reconhecida: (i) a nulidade do contrato de locação atípica firmado entre as partes para a construção e locação do Terminal de Distribuição de Combustíveis em Rondonópolis; e (ii) inexistência de dever de pagar qualquer multa ou reparar eventuais custos incorridos pelas rés por conta do contrato nulo. A Companhia sustenta que o procedimento de inexigibilidade de licitação foi fraudado, o que teria viciado de nulidade o contrato posteriormente firmado. A sentença extinguiu o processo sem resolução de mérito, argumentando que a existência de compromisso arbitral impediria o exercício da Jurisdição por aquele Juízo. A Companhia interpôs apelação em 06.02.2017, pendente de apreciação ainda em primeiro grau. Processo conexo ao procedimento arbitral envolvendo as mesmas partes, no qual se discute a culpa da Companhia pelo rompimento do contrato de locação atípico, ensejando a aplicação das penalidades previstas na avença. Na Corte arbitral, WTorre e Taranto sustentam que a Companhia já manifestou sua intenção de descumprir o contrato, ao argumento de que o contrato seria "nulo", utilizando-se de tal artifício para simplesmente deixar de adimplir com suas obrigações. A Companhia, por sua vez, alega que houve fraude no procedimento de inexigibilidade de licitação prévio à contratação, fazendo com que o contrato posteriormente firmado ficasse viciado de nulidade. Sustenta, preliminarmente, a impossibilidade de utilização do procedimento arbitral no caso, já que a nulidade do procedimento prévio levou à nulidade de todas as disposições contratuais. Aguarda-se a prolação de sentença por parte da Corte arbitral.
g. chance de perda	Ganho Possível (Companhia autora)
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Neste processo não há pedido formulado contra a Companhia. No procedimento arbitral, estimamos o risco de perda como possível e no valor de R$ 683.568.613,79, atualizado em 30.09.2017

Processo nº	**1005436-15.1992.8.22.0001**
a. juízo	2ª Vara Cível de Porto Velho/RO.
b. instância	Superior Tribunal de Justiça.
c. data de instauração	01/06/1999.
d. partes no processo	CA Soares da Costa (Autora) x Companhia (Ré).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 250.361.659,62

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	O autor sustenta que a Companhia descumpriu contrato de transporte celebrado entre as partes, bem como as condições posteriormente ajustadas em uma "ata de reunião", já que, chegando ao destino, os caminhões do autor eram obrigados a permanecer longos dias, sem possibilidade de descarga de seus tanques, pois não havia espaço para armazenamento na base. Alega, ainda, que a Companhia não lhe assegurou a proporcionalidade do faturamento no caso de alteração da tarifa de frete ou no caso de inexistência de volume a ser transportado. A Companhia se defende afirmando que (i) a tal "Ata de Reunião" era apenas uma negociação preliminar, que seria ratificada por um contrato principal, (ii) os artifícios utilizados pelo Posto Aliança, da C A SOARES, para elevar seu volume de vendas, e por consequência, a contrapartida de volume de frete, eram fraudulentos, e que (iii) a alteração da tabela de fretes, provocada pela Portaria DNC – 081 / 92, constitui Ato do Príncipe, alterando os negócios jurídicos. Sentença de 1994 reconheceu como devido valor líquido de R$ 2.695.433,51, em razão do volume não transportado em virtude da falta de capacidade de armazenamento (tancagem) na base da Companhia, remetendo outra parte para liquidação de sentença. Decisão transitada em julgado e valor líquido já pago em 2001. A sentença de liquidação da outra parte do julgado, já transitado em julgado, referente à indenização por suposta violação na proporcionalidade de contrato de frete entre as partes, reconheceu como devido somente valores a título de diárias de motoristas por atrasos no descarregamento de combustível transportado até a base. De acordo com a sentença, a BR contratou fretes junto à CA Soares em volume maior do que o previsto, não havendo qualquer desequilíbrio contratual, além de ter respeitado os valores previstos na Tabela de fretes do antigo DNC. A Companhia se sagrou vencedora em segunda instância no TJRO. Em 18/08/2014 foi negado seguimento ao REsp da CA Soares da Costa. Foi interposto agravo regimental pela CA Soares da Costa, e em 26.09.17 foi negado provimento ao recurso. Decisão favorável à BR transitada em julgado em 09/11/2017.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, estimamos um impacto financeiro aproximado de R$ 144.136.510,04 em 30 de setembro de 2017.

Processo nº	**0142844-05.1999.8.19.0001**
a. juízo	33ª Vara Cível da Capital do Rio de Janeiro.
b. instância	6ª C.C. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
c. data de instauração	29/09/1999.
d. partes no processo	VALPAR – Comercial de Combustíveis Vale do Paraíso (Autora) x Companhia (Ré).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$140.000.000,00.
f. principais fatos	O Processo envolve cerca de 15 contratos de Promessa de Compra e Venda Mercantil, Mútuo e Transporte, em que a autora alega, principalmente, o descumprimento por parte da Companhia, nos Contratos de Transporte e de Mútuo, acarretando um profundo desequilíbrio operacional e financeiro. De acordo com a VALPAR, a Companhia deixou de conceder fretes de combustível conforme ajustado contratualmente. A Companhia por sua vez, alega que a VALPAR deixou de adquirir as quantidades mínimas de combustíveis que lhe dariam direito aos fretes reclamados. Neste processo, a Companhia já foi definitivamente condenada, sendo que atualmente está em trâmite o cumprimento de sentença. A parte líquida da sentença, correspondente aos fretes contratados e não concedidos pela Companhia à VALPAR (aprox. R$ 3,2 milhões em 1999), já foi devidamente paga. Uma parte da liquidação de sentença diz respeito à obrigação da Companhia honrar com os contratos de frete junto à VALPAR nas rotas previstas na década de 1990. Considerando a extinção de tais rotas com o passar dos anos, a VALPAR requereu a conversão em perdas e danos, o que poderia gerar contingência relevante contra a Companhia. A juíza, no entanto, determinou a compensação de tais perdas e danos com valores devidos pela VALPAR à Companhia (aproximadamente R$11 milhões em valores atuais), por meio de decisão já transitada em julgado. Ainda está pendente a liquidação da parte referente ao volume de combustível que a VALPAR deixou de revender em virtude da cessação do fornecimento por parte da Companhia.. O laudo pericial nesta fase apurou os lucros cessantes em mais de R$140 milhões, sendo que a Companhia logrou êxito em obter do TJRJ provimento no sentido da realização de uma nova perícia, que está em andamento. Conforme apurado na nova perícia, o pior cenário para a Companhia seria uma perda na ordem de R$ 17 milhões.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, a Companhia terá que indenizar a VALPAR. No pior cenário, o valor total do laudo original (R$ 140.701.000,96) poderá ser utilizado como parâmetro. Há provisionamento de R$ R$ 85.802.423,47, atualizado em 30/09/2017, que corresponde ao cenário de perda provável.

Processo nº	0000784-22.2001.8.16.0001
a. juízo	8ª Vara Cível de Curitiba/PR.
b. instância	Superior Tribunal de Justiça.
c. data de instauração	30/04/2001.
d. partes no processo	DISLUB Distribuidora de Lubrificantes Ltda. (autora) x Companhia (ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 74.222.469,72 em 30 de setembro de 2017
f. principais fatos	A DISLUB pede indenização em virtude de suposto inadimplemento de contrato de fornecimento de produtos por parte da Companhia, que teria

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	suspendido a entrega de produtos com a avença ainda em curso, gerando prejuízos morais e materiais à autora. Sustenta que a verdadeira motivação para o inadimplemento teria sido que a BR não lhe forneceria mais produtos, sem que houvesse o recolhimento antecipado do ICMS, apesar de haver duas decisões judiciais favoráveis que desobrigavam a DISLUB do recolhimento antecipado do ICMS. A Companhia sustenta que em razão de divergências havidas no curso da relação contratual, optou por não renovar o contrato a partir de junho de 2000, motivo da negativa de fornecimento de produtos à DISLUB. Suscitou, ainda, que a STARLUB, sociedade do mesmo grupo econômico da DISLUB, passou a adquirir produtos da BR com mais frequência após o rompimento com a DISLUB. **Último andamento com data:** A Companhia perdeu parte significativa da demanda em primeira e segunda instâncias, sendo condenada em lucros cessantes, mas tendo os pedidos de custeio com remanejamento de pessoal, danos morais, dentre outros, não acatados. Em Recurso Especial da Companhia, o STJ anulou, em 16/12/2016, o acórdão proferido nos embargos de declaração pelo TJPR e determinou retorno dos autos ao Tribunal de origem, para manifestação acerca da nulidade da perícia, bem como sobre o cálculo dos lucros cessantes com base no faturamento. Em face desta decisão, a DISLUB opôs embargos de declaração, não havendo decisão acerca de tais embargos de declaração até a presente data.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 74.222.469,72 em 30 de setembro de 2017 – valor provisionado

Processo nº	**0302992-60.2006.8.04.0001**
a. juízo	3ª Vara Cível de Manaus – AM.
b. instância	Tribunal de Justiça do Amazonas.
c. data de instauração	09/10/2006.
d. partes no processo	Francisco Messias Cameli (Autor) x Companhia (Ré).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 177.843.363,68 em 30 de setembro de 2017.
f. principais fatos	O Autor alega que suas balsas teriam sido indevidamente retidas pela Companhia em uma Base de Distribuição da Companhia (a BASUL - Base de Distribuição de Cruzeiro do Sul/AC), para utilização como depósito de combustíveis. Desse modo, pede o autor que a Companhia seja condenada ao pagamento dos aluguéis das balsas da CONAVE durante o período compreendido de 1992 a 2001, período em que as referidas balsas estiveram estacionadas na BASUL. Em sua defesa, a Companhia alega: (i) ilegitimidade ativa do Autor; (ii) a possibilidade de aplicação de uma prescrição ânua, disposta no Código Comercial; e (iii) que o preço do frete pago pela Companhia já previa o pagamento de sobrestadia e indenizações. Tendo sido julgado procedente o pedido do Autor em primeira instância, em apelação, a Companhia argumenta: (i) sobre a possibilidade de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	aplicação do instituto da *supressio*; (ii) que requerer, em caso de procedência dos pedidos iniciais, a liquidação por artigos deve ser aplicada. A apelação encontra-se pendente de julgamento. Aguardando julgamento pelo Tribunal de Justiça amazonense.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 177.843.363,68 em 30 de setembro de 2017.

Processo nº	**0014046-21.2003.8.08.0024**
a. juízo	2ª Vara de Fazenda Pública de Vitória – ES.
b. instância	Tribunal de Justiça do Espírito Santo-ES.
c. data de instauração	27/08/2003.
d. partes no processo	Robson Mendes Neves (Autor) x Companhia, Petrobras S.A., Estado do Espírito Santo, Albuino da Cunha Azeredo, Christiano Dias Lopes Filho e Orlando Galvão Filho, Mario de Paiva Ramos, Joel Mendes Rennó e Paulo César Gomes Hartung (Réus)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor ilíquido. A condenação da Companhia poderá significar a indenização por eventuais prejuízos sofridos pelo Estado do Espírito Santo no momento da concessão de exploração do gás, sendo certo que o valor será apurado em fase de liquidação da sentença, assim como a decretação de invalidade do Contrato de Concessão de gás canalizado firmado entre a BR e o Estado do Espírito Santo.
f. principais fatos	Em 27 de agosto de 2003, foi ajuizada uma Ação Popular em face da Companhia, objetivando a anulação do contrato de fornecimento de gás natural canalizado no Estado do Espírito Santo, firmado entre a Companhia e o Estado do Espírito Santo, por ausência de prévia licitação. Os principais pedidos formulados na inicial foram os seguintes: (a) a decretação da invalidade ou a extinção do Contrato de Concessão com a declaração de nulidade das cláusulas que garantem a exclusividade do serviço; (b) a imediata assunção pelo Estado do Espírito Santo do serviço de gás canalizado; e (c) apuração de eventuais indenizações de ambas as partes (Companhia pelo investimento realizado e Estado do Espírito Santo pelos danos causados ao erário) apenas na fase de liquidação de sentença. De acordo com a redação da Constituição Federal vigente à época da celebração do contrato (1993), a exploração do serviço de distribuição de gás nos Estados somente poderia se dar diretamente por estes entes, ou através de concessão para empresa estatal. A Companhia alega que era a única estatal constituída que poderia prestar tal serviço. A Companhia alega ainda que, por ser uma sociedade de economia mista federal, a licitação era, ao tempo, inexigível. A sentença, por sua vez, decidiu o seguinte: (a) que o contrato de concessão é ilícito, tendo restado constatado que foi firmado sem realização de licitação; (b) decretou a nulidade do contrato de concessão e a assunção da concessão pelo Estado no prazo de 180 dias contados do trânsito em julgado; (c) determinou que a apuração de eventuais indenizações de ambas as partes deverá ser auferida em sede de liquidação de sentença. A Companhia foi condenada em primeiro grau, sendo que o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo ("TJES") manteve parcialmente a referida decisão. Após julgamento de recurso de apelação, o TJES: (a) embora tenha reconhecido que o contrato de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	concessão seja ilícito por ausência de licitação, acolheu a prescrição da pretensão de anulação do Contrato de Concessão, mantendo hígida a concessão; (b) considerou imprescritível a pretensão indenizatória do erário; e (c) manteve a sentença na parte em que determinou que eventuais indenizações devidas às partes sejam auferidos em sede de liquidação de sentença. BR e o autor interpuseram Recurso Especial e Extraordinário (10.07.2015). Em 02.08.2016, ao apreciar a admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto pelo Autor, foi determinado que o Colegiado reaprecie a apelação para eventual juízo de retração. Em 28.04.2017, foi publicado acórdão no qual a 1ª Câmara à unanimidade manteve *in totum* o acórdão anteriormente proferido. Em 02.05.2017 foi protocolizada petição ratificando o Recurso Especial e aguarda-se o exame de admissibilidade dos recursos excepcionais. Em suma, o autor busca a reforma do Acórdão no que tange ao pedido de anulação do contrato, pugnando pela restauração da sentença de primeiro grau. Neste mesmo contexto, em fevereiro de 2016, o Governador do Estado do Espírito Santo sancionou a Lei Estadual n.º 10.493, de 02 de fevereiro de 2016, extinguindo referido contrato de concessão mantido com a Companhia, com base no artigo 43 da Lei 8.987/95, que determina a extinção de todas as concessões de serviços públicos outorgados sem licitação na vigência da Constituição Federal de 1988. A Companhia impetrou mandado de segurança objetivando declarar nula referida lei, porém o pedido de liminar foi indeferido pelo TJES. A Companhia interpôs recurso, o qual se encontra pendente de julgamento.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Sujeito a eventual liquidação de sentença.

Processo nº	**0157801-98.2005.8.19.0001 (20050011598217)**
a. juízo	3ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ.
b. instância	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
c. data de instauração	22/12/2005.
d. partes no processo	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Autor) x Companhia, Petrobras S.A., Luiz Paulo Fernandes Conde, José Paulo Junqueira Lopes, João José Assad, Município do Rio de Janeiro e Shell do Brasil S.A. (Réus).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Em caso de perda, a Companhia terá que (i) indenizar o Município do Rio de Janeiro por eventuais prejuízos decorrentes da ausência de licitação, sendo apurado o valor em fase de liquidação de sentença; e (ii) ficar impedida, por cinco anos, de participar de licitações e contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
f. principais fatos	Ação Civil Pública objetivando o reconhecimento de improbidade administrativa em virtude da assinatura de termos de permissão de uso entre o Município do Rio de Janeiro e a Companhia sem a realização de prévia licitação. Os termos referiam-se às áreas que a Companhia utilizou para exploração de postos Revendedores de sua Rede de Postos. A ação foi julgada parcialmente procedente, condenando somente os réus LUIZ PAULO CONDE e JOÃO JOSÉ ASSAD, em 23.05.2013. Contudo, a

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	sentença foi parcialmente reformada em grau de recurso, para condenar também a Companhia, em 08.08.2014. Foi negado provimento aos Embargos Infringentes opostos pela Companhia, por maioria dos votos, em 12.01.2015. No momento, aguarda-se julgamento de Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ambos interpostos pela Companhia. Dentre estes, apenas o Recurso Especial já foi admitido, tendo sido deferida medida cautelar, em 12.08.2015, para suspender os efeitos da sentença até julgamento final do referido recurso. Em face à inadmissão do recurso extraordinário, a BR interpôs agravo.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Em caso de perda, a Companhia: (i) terá que indenizar o Município do Rio de Janeiro por eventuais prejuízos decorrentes da ausência de licitação; e (ii) poderá ser condenada a permanecer impedida, por cinco anos, de participar de licitações e contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Processo nº	**1195901-23.2013.8.13.0024**
a. juízo	4ª Vara Cível de Belo Horizonte.
b. instância	4ª Vara Cível de Belo Horizonte.
c. data de instauração	19/03/2013.
d. partes no processo	Ministério Público do Estado de Minas Gerais (Autor) x Petrobras Distribuidora S.A. e Outros (Réus).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Danos a serem arbitrados pelo Juízo em fase de liquidação, caso sejam julgados procedentes os pedidos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
f. principais fatos	O Ministério Público propôs Ação Civil Pública alegando que os Réus teriam fixado artificialmente o preço do combustível, mantendo-os acima da concorrência, o que caracterizaria a formação de cartel durante o período entre novembro de 2007 a maio de 2008. Além disso, o Autor também alega que os Réus praticaram a verticalização, ou seja, distribuíram gasolina e etanol em desacordo com as normas estabelecidas pelas Leis 8.137/90 e 8.884/94. Requer, então, (i) a condenação dos réus ao ressarcimento do dano moral difuso causado contra os direitos dos consumidores, com multa de 1% a 30% do faturamento bruto no exercício de 2007, excluídos os impostos, atualizado com juros e correção monetária na data do pagamento; (ii) proibição dos réus de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação tendo por objeto aquisições, alienações, realização de obras e serviços, concessão de serviços públicos, junto à Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, bem como entidades da administração indireta, por prazo não inferior a cinco anos; e a (iii) condenação dos réus ao ressarcimento dos prejuízos sofridos pelos consumidores, a título individual, ou a um resultado prático equivalente, em função da cobrança dos preços cartelizados, tendo por base o preço cobrado imediatamente antes da formação do cartel. Processo em fase de citação dos demais réus, sendo que nem todos os réus foram ainda citados. A Companhia ainda não apresentou sua contestação, aguardando a citação de todos os réus.
g. chance de perda	Possível.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda no processo	O pedido corresponde à fixação dos danos no intervalo de 1 a 30% do valor do faturamento bruto da Companhia em 2007, que, de acordo com a GPL, equivale de R$ 540 MM a R$16,2 bilhões.

Processo nº	**0016247-11.2000.8.17.0001**
a. juízo	2ª Vara Cível de Recife.
b. instância	2ª Vara Cível de Recife.
c. data de instauração	29/05/2000.
d. partes no processo	DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio (Autor) x Petrobras Distribuidora S.A. e Outros (Réus).
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Perdas e Danos por rescisão contratual com atribuição de culpa à Companhia. Lucros cessantes.
f. principais fatos	Discom alega que a Companhia firmou em outubro de 1997 um contrato de fornecimento de derivados de petróleo, o qual passou a descumprir imotivadamente, deixando de fornecer produtos a partir de maio de 2000, gerando, assim, danos para a Autora. Em sua defesa, a Companhia alega que a rescisão foi motivada, pois a DISCOM se viu envolvida em fatos ilícitos à época em apuração por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Estado de Pernambuco e que o contrato previa hipóteses de sua suspensão (suspensão de sua execução) e que, a Companhia, portanto, agiu amparada por previsão contratual. Foi elaborada perícia que concluiu que a Companhia deveria indenizar a DISCOM no valor de R$81.295.428,18. Concluso o laudo, o juiz julgou antecipadamente a causa, condenando a Companhia ao pagamento de tais valores. Irresignada, a Companhia recorreu alegando cerceamento de defesa, pois não foi ouvida sobre a perícia e tampouco foi realizada audiência das partes. Já no STJ, a Companhia conseguiu anular integralmente a sentença que acolheu a perícia original, já que os lucros cessantes foram calculados com base no faturamento e não no lucro líquido. Nova perícia foi realizada apresentando diferentes cenários de condenação, tendo a sentença julgado procedente o pedido sem, no entanto, deixar claro qual valor apurado pelo laudo havia sido acolhido, mencionando somente o percentual de margem de lucro a ser considerado. O processo encontra-se em fase de recurso de apelação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambucano.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	No pior cenário, o impacto seria somente a perda financeira no montante de R$ 166.964.447,93 (valor atualizado em 30.09.2017).

Processo nº	**0000214-70.2000.8.16.0001**
a. juízo	2ª Vara Cível de Curitiba
b. instância	2ª Vara Cível de Curitiba.
c. data de instauração	22/05/2000.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes no processo	Único Combustíveis Ltda (Autor) x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Danos a serem arbitrados pelo Juízo em fase de liquidação, caso procedentes os pedidos indenizatórios
f. principais fatos	A Único Combustíveis ajuizou ação em face da Companhia postulando indenização pela responsabilidade da Companhia na rescisão do contrato de fornecimento de combustíveis. A Companhia se defende afirmando que os Autores, e não ela, deram causa à rescisão. Ação com trânsito em julgado desfavorável à Companhia. Laudo pericial homologado na liquidação de sentença apurando valor histórico de aproximadamente R$40 milhões. A Companhia apresentou recurso sustentando que o critério de margem bruta/líquida para fins de apuração dos lucros cessantes foi equivocadamente utilizado pelo Perito. A ÚNICO também agravou tentando majorar a condenação para R$ 54.781.285,48 já incluídos os honorários. Esse valor é baseado em um cenário alternativo levantado pelo próprio perito em seu laudo. O Tribunal de Justiça negou provimento ao agravo da BR e proveu o da Único, majorando o valor da condenação. A Companhia aguarda a publicação do acórdão para opor embargos de declaração e Recurso Especial.
g. chance de perda	Provável.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 66.313.291,19 (atualizado até 30.09.2017) – provisionado.

Processo nº	Ação Declaratória nº 0204523-48.2007.8.09.0051
a. juízo	2ª Vara de Fazenda Estadual de Goiânia – GO
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	25/03/2006
d. partes no processo	Município de Goiânia e diversos outros x Estado de Goiás, Companhia e PETROBRAS
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 42.642.934,29 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado por diversos municípios sob alegação de subfaturamento nas operações realizadas entre a Petrobras e a Companhia, reduzindo a carga tributária de ICMS e, por consequência, o repasse de acordo com o Índice de Participação dos Municípios. Requer-se que a Petrobras deixe de subfaturar suas operações bem como o recálculo dos índices de ICMS entre os anos de 2003 e 2005 e indenização pela Petrobras e Companhia pela repartição de quantia menor do ICMS. Processo em primeira instância com formação ainda do polo ativo.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 42.642.934,29 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	**0397189-38.2016.8.19.0001**
a. juízo	48ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

b. instância	48ª Vara Cível do Rio de Janeiro.
c. data de instauração	19.11.2016.
d. partes no processo	Borborema Energética S.A. (Autor) x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Pedido líquido de condenação da Companhia no valor total de R$ 148.525.784,61 (atualizado até 30.09.2017).
f. principais fatos	A Borborema sustenta suposta precificação equivocada do combustível fornecido pela BR à Borborema, tendo em vista o disposto nas Cláusulas 2.1 e 2.1.1 do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil firmado entre as partes, na Proposta Comercial e na Portaria MME 42/2007. Audiência de conciliação foi realizada em 10.05.2017, restando infrutífera. Processo em fase de produção de prova pericial. A Companhia sustenta, em sua defesa, que o preço foi formado de acordo com a proposta comercial e que os reajustes praticados seguiram tanto as previsões contratuais quanto normas regulatórias aplicáveis, não havendo que se falar em qualquer débito.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 148.525.784,61 (atualizado até 30.09.2017).

Processo nº	**0032928-04.2012.4.01.3400**
a. juízo	4ª Vara Federal de Brasília – DF
b. instância	Superior Tribunal de Justiça
c. data de instauração	29/09/1999.
d. partes no processo	Ministério Público Federal e Petrobras Distribuidora S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 61.327.132,87 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Alega, o MPF, que, no período de junho de 2007 a janeiro de 2010, a BR teria sofrido 2.443 autuações em razão de veículos supostamente seus estarem trafegando acima do peso permitido, pleiteando que: a) a BR fosse condenada a se abster definitivamente de trafegar em qualquer rodovia federal com excesso de peso; b) fosse condenada ao pagamento do dano causado ao patrimônio público federal, consubstanciado na deterioração das rodovias federais, em valor a ser arbitrado pelo juiz, o qual se espera não seja inferior a R$ 23.122,887,64; c) fosse condenada ao pagamento do dano material causado ao meio ambiente e à ordem econômica, em valos a ser arbitrado pelo juiz, mas que se espera não seja inferior a 30% do dano material causado às rodovias; d) fosse condenada ao pagamento do dano moral coletivo pela violação ao patrimônio público federal e a qualidade do serviço de transporte; pela violação dos direitos à vida, a integridade física, a saúde e a segurança pessoal e patrimonial dos cidadãos-usuários da rodovia federal, e pelos danos causados ao meio ambiente e à ordem econômica e concorrencial, em valor a ser arbitrado pelo juiz, o qual se espera não seja inferior a 70% do dano material causado às rodovias. O processo foi sentenciado em junho/2014, tendo sido o pedido do MPF julgado improcedente. O MPF recorreu, mas a sentença foi confirmada

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	pelo Tribunal Regional Federal da 1a. Região. O MPF interpôs, então, Recurso Especial, o qual não foi admitido pelo TRF1. O MPF apresentou novo recurso (Agravo ao STJ), qual foi conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça, mas mantida a Decisão do TRF1 de não conhecer do Recurso Especial. Por fim, em set/2017 o Ministério Público apresentou novo recurso (Agravo Interno), com o objetivo de reformar a última decisão, anteriormente referida, em colegiado do STJ, estando a BR com prazo para se manifestar acerca do teor recurso.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Na remota hipótese de perda, a Companhia poderia vir a ser compelida a se abster de carregar seus produtos em excesso de peso, sob pena de responder por multa de R$ 20.000,00 por nova ocorrência, bem como poderia vir a ser compelida a pagar a indenização pleiteada pelo MPF, estimada em R$ 61.327.132,87 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	0000306-59.1998.8.05.0022, 0000307-44.1998.8.05.0022, 0000021-66.1998.8.05.0022, 0001755-52.1998.8.05.0022
a. juízo	1 ª Vara Cível de Barreiras/ BA
b. instância	1 ª Vara Cível de Barreiras/ BA
c. data de instauração	11/02/1998
d. partes no processo	Derivados de Petróleo Santa Izabel Ltda. x Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Indenização por “perdas e danos” em decorrência do suposto protesto indevido, pela Companhia, de duplicatas sacadas em face da Autora.
f. principais fatos	A autora ajuizou ação ordinária buscando o reconhecimento da nulidade dos protestos supostamente indevidos de 21 duplicatas pela Companhia, sob o argumento de que estes teriam sido realizados em endereço diverso da sede do devedor. Demais disso, formularam pedidos de indenização por danos morais e materiais. Posteriormente, ajuizou nova ação buscando a nulidade dos protestos de outras 2 duplicatas supostamente sem causa subjacente, requerendo indenização por danos morais e materiais, por suposta conduta ilícita da Companhia consubstanciada no protesto das mencionadas duplicatas, e na execução ajuizada pela Companhia, que desconsiderara a medida liminar concedida em ação cautelar preparatória. Em defesa, a Companhia defendeu a legalidade dos protestos, já que lastreados na emissão legal de títulos de crédito, todos decorrentes de operações de compra e venda de produtos derivados de petróleo, não tendo relação com cobrança de impostos. Sentença julgou procedentes os pedidos indenizatórios para condenar a Companhia ao pagamento de 50 vezes o valor das 2 duplicatas executadas, por danos materiais, e 50 salários mínimos, por danos morais. O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia deu parcial provimento à apelação da Companhia para, em relação ao capítulo da sentença que fixava

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	indenização por danos materiais, determinar que o quantum devido a este título fosse apurado em sede de liquidação, sendo mantido os demais capítulos da sentença. A Companhia insurgiu-se desta decisão por intermédio de RESP, inadmitido na origem. Em face desta decisão a Companhia interpôs ARESP, o qual foi conhecido, mas negado seguimento, pela terceira turma do STJ, com fundamento nas súmulas 7 e 211 da corte, através de decisão transitada em julgado. O Autor, ignorando a necessidade de passar pela fase de liquidação de sentença, iniciou o cumprimento de sentença, requerendo, com fundamento em uma perícia particular que estimou o seu crédito em R$ 121.462.267,60 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos), que a Companhia fosse intimada a pagar o seu crédito. O Juiz determinou intimação da Companhia para, no prazo de 15 dias úteis, pagar o valor apontado pelo Autor, sob pena de incidência de multa de 10% e honorários advocatícios fixados na mesma proporção, assim como o risco de penhora. A Companhia foi intimada dessa decisão no dia 25/08/2016. Em face dessa Decisão, a Companhia apresentou impugnação ao cumprimento de sentença e agravo de instrumento, alegando em síntese, que a ordem de pagamento contrariou a coisa julgada, assim como ao contraditório e ampla defesa, vez que a decisão transitada em julgado determinava que o valor dos danos materiais deveria ser apurado em sede de liquidação de sentença, não atendendo esse desígnio a realização de uma perícia particular contratada pelo exequente. Em decisão monocrática, o Relator do Agravo de Instrumento acolheu o pedido de atribuição de efeito suspensivo pleiteado pela Companhia para sustar a decisão agravada até o julgamento final do recurso. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Agravo. Na primeira instância o juiz intimou o exequente a se manifestar acerca da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela Companhia.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 131.186.714,40, atualizado em 30.09.2017.

Processo nº	0020219-84.2008.4.02.5101
a. juízo	15ª Vara Federal do Rio de Janeiro.
b. instância	15ª Vara Federal do Rio de Janeiro.
c. data de instauração	22.10.2008.
d. partes no processo	Associação das Empresas da Marina Governador e outros (Autor) x Petrobras Distribuidora S.A. e União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Pedido líquido de condenação da Companhia no valor total de R$ 40.651.196,90 (atualizado até 30.09.2017)
f. principais fatos	Trata-se de pedido de indenização por supostas benfeitorias em imóvel de propriedade da Companhia que restaria ocupado pelos autores e em processo de desapropriação pela União Federal.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	A Companhia alega, em defesa, (i) ausência de responsabilidade da Cia; (ii) incorporação das benfeitorias edificadas e impossibilidade de indenizá-las; (iii) ausência de fundo de comércio indenizável; e (iv) litigância de má-fé. Processo em fase de produção de prova pericial.
g. chance de perda	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 40.651.196,90 (atualizado até 30.09.2017)

Processo nº	0009591-38.1997.8.10.0001
a. juízo	6ª Vara Cível de São Luís/MA
b. instância	6ª Vara Cível de São Luís/MA
c. data de instauração	31.10.1997
d. partes no processo	Marçal & Filhos Ltda., Graçamar Transportes Ltda. e Adeilton Marçal x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 40.607.143,20 até 30 de setembro de 2017.
f. principais fatos	Trata-se de ação indenizatória proposta em 31.10.1997 por Marçal & Filhos Ltda., Graçamar Transportes e Turismo Ltda. e Adeilton Marçal da Silva contra a Ipiranga alegando que a antecessora Ré, a Cia. Atlantic de Petróleo, com o intuito de intimidá-los, ajuizou, em dez. 1994, ação de falência contra o posto revendedor Marçal & Filhos Ltda., da qual veio a desistir em set. 1997. Alegam que a Atlantic agiu com abuso de direito ao pleitear a falência do Posto Revendedor sem que o mesmo estivesse insolvente ou houvesse qualquer indício de quebra, ressaltando que, antes desse processo, todos os Autores gozavam de bom conceito na praça, sem qualquer título creditício protestado, e estavam apenas a enfrentar transitória mora. Qualificam o pedido de falência, por isso, de *"desacautelado, abusivo e inconseqüente"*, pedindo, além de reparação por danos morais aos 3 autores, ressarcimento dos seguintes danos materiais: pela demissão de empregados de Marçal & Filhos (R$65.900,21), lucros cessantes de Marçal & Filhos (R$2.151.600,00), e lucros cessantes de Graçamar (R$34.651.362,90). Somados, esses pedidos atingem a quantia de R$ 36.868.863,11 (trinta e seis milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e três reais e onze centavos), em valores da época do ajuizamento da ação. Em decisão *inaudita altera parte*, o MM. Juiz deferiu o pedido de tutela antecipada parcial, para ser a Ipiranga condenada a pagar em Juízo no prazo de 15 dias, os valores de R$65.900,21 e R$ 2.151.600, além de 10% de honorários advocatícios. Essa decisão foi integralmente reformada, por maioria de votos, por acórdão da 2ª Câmara Cível do e. Tribunal de Justiça do Maranhão (rel. para o acórdão Des. Guerreiro Júnior). Em 03.09.2014 publicada sentença julgando totalmente improcedente a ação, com a seguinte conclusão: "Do exposto, julgo improcedentes os pedidos dado que, em suma, a ré agiu no exercício regular do direito de ação, portanto sob excludente de ilicitude civil (art.188, I,CC), e não usou do processo falimentar para prejudicar os autores, ou obter vantagem indevida. Condeno o autor ADEILTON MARÇAL DA SILVA ao pagamento das custas

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	processuais e honorários de sucumbência que arbitro em R$50.000,00, por apreciação equitativa". Em 17.02.2017 foi negado provimento ao Recurso de Apelação dos Autores e dado provimento ao Recurso de Apelação da BR que visava majorar os honorários. Em 17.07.2017 foi negado provimento aos Embargos de Declaração interpostos pelo autor, motivo pelo qual interpuseram REsp., tendo a BR sido intimada para contrarazoar em 27.09.2017.
g. chance de perda	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 40.607.143,20 até 30 de setembro de 2017.

Contingências trabalhistas

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia era ré em 5.549 processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cujo valor total envolvido naqueles classificados como com chance de perdas remotas, possíveis ou prováveis era de aproximadamente R$ 696,4 milhões, dos quais R$ 253 milhões estavam provisionados classificados como com chance de perda provável.

Destacamos abaixo os processos trabalhistas que envolvem discussão superior a R$ 40 milhões, independentemente da classificação de perda, e aqueles que a Companhia entende ser relevantes, independentemente do valor:

Processo nº	**0456800-08.2009.5.12.0034**
a. juízo	4ª Vara do Trabalho de Florianópolis
b. instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. data de instauração	15/07/2009
d. partes no processo	Ministério Público do Trabalho (Autor) x Companhia (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 35.885.005,33 (atualizado até 30.09.2017).
f. principais fatos	A ação civil pública questiona a contratação de escritórios de advocacia no Estado de Santa Catarina, considerando que a Companhia dispõe de advogados internos em seu quadro de empregados e não deveria, então, terceirizar tais serviços. O Ministério Público do Trabalho requereu que a Companhia não mais contratasse escritório de advocacia e a condenação da Companhia ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos no valor de R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Em 21/08/2009, foi publicada a sentença de parcial procedência, determinando que a Companhia (i) não mais contratasse escritório de advocacia de forma terceirizada; e (ii) afastasse os profissionais não concursados, convocando os que foram aprovados em concurso público, sob pena de pagamento de multa no valor de R$1.000.000,00. Em 19/04/2010, foi publicado acórdão reformando a decisão de 1ª instância para julgar improcedente a ação e eximir a Companhia das obrigações impostas pela sentença. Contra esse acórdão o Ministério Público do Trabalho interpôs recurso de revista, que não foi conhecido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Na sequência o MPT interpôs Recurso Extraordinário que não foi admitido pelo Tribunal Superior do Trabalho. Decisão que deu causa à interposição, pelo MPT, do recurso de agravo, que aguarda análise pelo referido Tribunal.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 35.885.005,33 (atualizado até 30.09.2017). O impacto operacional regional (Estado de Santa Catarina) consistiria na admissão dos advogados aprovados no concurso público (cadastro de reserva) e no afastamento dos prestadores de serviços (rescisão dos contratos de prestação de serviços firmados com escritórios de advocacia).

Processo nº	0002007-98.2011.5.15.0013 (TEVAP)
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de São José dos Campos
b. instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. data de instauração	19/12/2011
d. partes no processo	Ministério Público do Trabalho (Autor) x Companhia (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 256.550,15 atualizado até 30.09.2017.
f. principais fatos	Ação Civil Pública por meio da qual o Ministério Público do Trabalho pretende obter o reconhecimento da ilicitude da contratação de empresas para a realização dos serviços de suporte técnico à atividade operacional, de gestão documental, de suporte para gerenciamento de risco, de apoio operacional e de transporte de combustíveis e derivados de petróleo e, rescinda, no prazo de 12 meses, os contratos de terceirização em vigor e, em igual prazo, proceda o preenchimento de tais vagas, mediante concurso público, sob pena de pagamento de astreintes, no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia e para cada trabalhador encontrado em situação irregular, e condená-la a pagar indenização por dano moral coletivo. Bem como condenou em danos morais no valor de R$ 3.000.000,00. O Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação, restringindo seus efeitos ao Terminal de São José dos Campos-SP, bem como reduziu o valor da condenação em danos morais em R$ 200.000,00. No julgamento do recurso interposto pelo Ministério Público do Trabalho o Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu a condenação na forma como havia sido proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, ou seja, para todos os estabelecimentos e em todo o território nacional. Em 24/4/2017, como decorrência da publicação da Lei 13.429/2017 que dispôs sobre as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros apresentamos embargos declaratórios para solicitar, dentre outros pedidos, a perda do objeto do referido processo, sob o fundamento de que a referida lei permite a terceirização de forma ampla. Adicionalmente, em 10/7/2017, peticionamos mais uma vez requerendo a suspensão dos efeitos do acórdão, até que fosse proferida decisão nos embargos acima mencionados. Em 13/7/2017, a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho deferiu o pedido de suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Tribunal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Superior do Trabalho, até a publicação do acórdão que julgar os embargos de declaração opostos pela Companhia. Em face dessa decisão o Ministério Público do Trabalho protocolizou o recurso de agravo regimental que, por decisão do Ministro do referido Tribunal, somente será autuado após o julgamento do recurso anteriormente protocolizado pela BR.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 256.550,15 atualizado até 30.09.2017. – provisionado. O impacto operacional da obrigação de fazer (serviços de suporte técnico à atividade operacional, de gestão documental, de suporte para gerenciamento de risco, de apoio operacional e de transporte de combustíveis e derivados de petróleo) nacionalmente é que esses serviços passariam a ser efetuados por empregados da própria BR e não mais por empregados das empresas terceirizadas. Além disso, caberia à BR prover os instrumentos necessários à execução do serviço, tais como adquirir, alugar ou comodatar caminhões, balsas etc, necessário ao transporte de produtos combustíveis. A Companhia entende que o impacto operacional pode ser classificado como perda possível, tendo em vista que após a condenação pelo Tribunal Superior do Trabalho sob o fundamento de que os serviços terceirizados caracterizam-se como atividade-fim, sobreveio a lei 13.467/2017 que permite expressamente a terceirização, inclusive da atividade principal da empresa, nestes termos: Art. 2º A Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 4º-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução. Contudo, em relação à condenação por danos morais, a expectativa é de perda provável.

Processo nº	**0000482-12.2010.5.09.0651**
a. juízo	17ª Vara do Trabalho de Curitiba
b. instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. data de instauração	22/04/2010
d. partes no processo	Ministério Público do Trabalho (Autor) x Companhia (Ré)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 22.817,63 (atualizado até 30.09.2017).
f. principais fatos	Ação Civil Pública por meio da qual o Ministério Público do Trabalho pretende obter a condenação da Companhia para se abster de contratar mão de obra terceirizada para realizar sua atividade fim, especialmente o cargo de técnico de abastecimento, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00, por trabalhador que vier a ser encontrado em situação irregular; ii) abster-se de realizar novos contratos ou instrumentos análogos, não

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	condizentes com sua finalidade social, notadamente para intermediar mão de obra, na forma constante do pedido de 3.1, sob pena de igual multa diária; iii) dano moral coletivo, entendendo razoável uma indenização de R$ 200.000,00 A sentença foi procedente em 1º grau e mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. A Companhia foi condenada a abster-se de terceirizar a atividade fim de técnico de abastecimento e de realizar novos contratos análogos de intermediação de mão de obra, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 por trabalhador irregular. Em 19/12/2014, foi publicado acórdão do TST, negando provimento ao Recurso de Revista interposto pela Companhia. Opostos embargos declaratórios pela Companhia, os mesmos foram parcialmente acolhidos apenas sanar erro material. Foram interpostos Recurso Extraordinário no STF e Embargos à SDI. Os embargos não foram admitidos. Em 17/08/2015, foi interposto Agravo Regimental. Desde 11/01/2016 concluso ao ministro José Roberto Freire Pimenta.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 22.817,63 (atualizado até 30.09.2017) - provisionado. O impacto operacional da obrigação de fazer está limitado à instalação da Companhia no aeroporto de São José dos Pinhais – PR, onde os abastecimentos das aeronaves dos clientes da Companhia passariam a ser efetuados por empregados da própria Companhia e não mais por empregados da empresa terceirizada. A Companhia entende que o impacto operacional pode ser classificado como perda possível, tendo em vista que após a condenação pelo Tribunal Superior do Trabalho sob o fundamento de que os serviços terceirizados caracterizam-se como atividade-fim, sobreveio a lei 13.467/2017 que permite expressamente a terceirização, inclusive da atividade principal da empresa, nestes termos: Art. 2º A Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 4º-A. Considera-se prestação de serviços a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal, à pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviços que possua capacidade econômica compatível com a sua execução. Contudo, em relação à condenação por danos morais, a expectativa é de perda provável.

i. Contingências tributárias

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia era ré em cerca de 1.070 processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cujo valor total envolvido naqueles classificados como com chance de perdas remotas, possíveis ou prováveis era de aproximadamente R$8.240,7 milhões dos quais, R$ 1.409 milhões estavam provisionados.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Destacamos abaixo os processos tributários relevantes nos quais a Companhia é parte, considerando assim os processos que envolvem discussão superior a R$ 40 milhões, independentemente da classificação de perda:

Processo nº	Execução Fiscal nº 0000508-91.2014.8.03.0002
a. juízo	Origem: 3ª Vara Cível de Santana-AP Atual: 1ª Turma do STJ.
b. instância	STJ
c. data de instauração	22/01/2014
d. partes no processo	Estado do Amapá x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 425.693.847,39 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo judicial em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido nas operações de venda de óleo diesel em razão de decisões judiciais de primeira e segunda instâncias proferidas em processo no qual foram partes Eletronorte e o Estado do Amapá. Posteriormente o STF reconheceu a incidência do tributo, o que ensejou a cobrança de forma retroativa pelo Estado do Amapá. Companhia defende o afastamento da sua legitimidade passiva haja vista decisão judicial em processo de terceiro (Eletronorte), que teria feito migrar para o demandante a responsabilidade pelo pagamento do tributo. Houve decisões em primeira e segunda instâncias desfavoráveis à Companhia em Exceção de Pré-Executividade. Aguarda-se julgamento de embargos de declaração do estado do Amapá contra decisão que admitiu o Recurso Especial da Companhia no Agravo em REsp nº 1.017.880-AP.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 425.693.847,39 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0033845-34.2012.4.02.5101
a. juízo	Origem: 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do RJ
b. instância	1ª instância. Sentença recente.
c. data de instauração	16/01/2013
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 119.122.934,60 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pela União para a cobrança de supostos débitos de IRPJ apurados entre abril de 2006 e março de 2008 decorrentes de compensações não homologadas realizadas pela Companhia com base em créditos de IPI apurados na aquisição de insumos tributados e mantidos mesmo após a venda de produtos não tributados. A Companhia defende a imunidade de produtos derivados de petróleo e a manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos tributados utilizados na produção de produtos não tributados. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de depósito judicial. Sentença favorável à Companhia proferida em 30 de junho de 2017 e

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	sujeita a reexame necessário e apelação da União.
g. chance de perda	Perda Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 119.122.934,60 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 5034066-87.2010.8.09.0051
a. juízo	1ª Vara de Fazenda Estadual de Goiânia-GO
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	30/04/2010
d. partes no processo	Estado de Goiás x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 128.261.778,81 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pelo Estado de Goiás para cobrança de supostos débitos de ICMS apurados por meio de dezesseis autos de infração com objetos distintos, dentre os quais: (i) transferência interestadual de querosene de aviação (QAV) entre estabelecimentos do contribuinte (consideração de estabelecimento atacadista como varejista); (ii) estorno de créditos apurados na aquisição de insumos aplicados a saídas subsequentes não tributadas; (iii) creditamento indevido em razão da devolução simbólica de QAV promovida por prestadores de serviço de abastecimento; (iv) erros no preenchimento de obrigações acessórias. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de depósito judicial. Aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 128.261.778,81 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0298097-57.2009.8.09.0051
a. juízo	1ª Vara de Fazenda Estadual de Goiânia-GO
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/05/2009
d. partes no processo	Estado de Goiás x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 119.941.462,28 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pelo Estado de Goiás para cobrança de supostos débitos de ICMS apurados por meio de dezesseis autos de infração com objetos distintos, dentre os quais: (i) transferência interestadual de querosene de aviação (QAV) entre estabelecimentos do contribuinte (consideração de estabelecimento atacadista como varejista); (ii) recolhimento a menor de ICMS-ST em remessa interestaduais de combustíveis destinados a consumidores finais; ; (iii) recolhimento a menor de ICMS-ST em remessa interestaduais de combustíveis destinados a outro estabelecimento da Companhia; (iv) diferença de ICMS-ST decorrente da não inclusão do ICMS em sua própria base de cálculo. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	por meio de depósito judicial. Aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal em primeira instância.
g. chance de perda	R$ 93.052.572,84 – Perda Possível R$ 26.888.889,44 – Perda Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 93.052.572,84 – Perda Possível R$ 26.888.889,44 – Perda Provável – valor provisionado

Processo nº	Execução Fiscal nº 0101392-29.2010.8.19.0001 / Ação Anulatória nº 0044431-15.2003.8.19.0001
a. juízo	11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital – RJ
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	25/03/2010
d. partes no processo	Estado do Rio de Janeiro x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 94.806.454,19 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo em que se discute a apropriação indevida de crédito de ICMS, sob a alegação, pelo Estado do Rio de Janeiro, de suposto creditamento em dobro pela Companhia. A Companhia defende que não houve creditamento indevido, conforme demonstrado por meio de perícia. Aguardando-se a manifestação do Estado do Rio de Janeiro. A execução fiscal encontra-se suspensa aguardando-se a decisão final na ação anulatória 20030010454323 - 0044431-15.2003.8.19.0001. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de depósito judicial. Na Ação Anulatória nº 20030010454323 (00444311520038190001), após decisão do STJ que determinou novo julgamento pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), foi reconhecido pelo próprio tribunal, em novo julgamento, a nulidade da decisão proferida em primeira instância. Atualmente aguarda-se o julgamento em primeira instância judicial. A Execução fiscal permanece suspensa até a resolução da ação anulatória.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 94.806.454,19 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0151481-66.2004.8.19.0001 (antigo 20041000023894) / Ação Anulatória nº 0021387-30.2004.8.19.0001
a. juízo	Origem: 11ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital – RJ
b. instância	No Embargos, discussão sobre litispendência no STJ. Na Anulatória, apelação da Companhia pendente de apreciação em 2ª instância.
c. data de instauração	26/04/2004
d. partes no processo	Estado do Rio de Janeiro x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou	R$ 74.634.881,87 atualizado em 30.09.2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

direitos envolvidos	
f. principais fatos	Processo ajuizado pelo Estado do Rio de Janeiro sob a alegação de encerramento das atividades da Companhia no Aeroporto Santos Dumont e inidoneidade de notas fiscais. A Companhia defende-se que não houve encerramento de atividades e que mesmo a inidoneidade de notas não pode ensejar a cobrança de tributo ou obstar a tomada de créditos, quando é possível a demonstração por outros meios. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de depósito judicial. Execução Fiscal suspensa. Na anulatória nº 20040010217601 (00213873020048190001), sentença desfavorável. Embargos no STJ para avaliação de litispendência. Na anulatória, pende julgamento da apelação no TJRJ.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 74.634.881,87 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 5000616-77.2007.8.27.2729
a. juízo	3ª Vara da Fazenda Pública de Palmas – TO
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	23/07/2007
d. partes no processo	Estado do Tocantins x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 66.595.612,21 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pelo Estado do Tocantins para cobrança de ICMS/ST em razão do suposto creditamento indevido em razão da devolução simbólica de querosene de aviação (QAV) promovida por prestadores de serviço de abastecimento. A Companhia defende que houve, na verdade, apenas uma única venda efetiva: da Companhia para a empresa aérea - casos em que o "revendedor" atuou como mero prestador de serviço de abastecimento. Desta forma, o "revendedor" atua como prestador de serviço de abastecimento da aeronave do cliente da Companhia (pessoa interposta), conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de fiança bancária. Aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 66.595.612,21 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0022659-77.2012.8.11.0041
a. juízo	Vara Estadual de Execuções Fiscais de Cuiabá – MT

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

b. instância	1ª instância.
c. data de instauração	02/07/2012
d. partes no processo	Estado do Mato Grosso x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 61.508.920,05 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pelo Estado do Mato Grosso em razão de suposto recolhimento a menor de ICMS em virtude da ausência de emissão de notas fiscais referentes a operações de transferências acobertadas por Remessa Vagão Tanque (RVT.). O Estado de Mato Grosso autuou a Companhia com base em relatório de fretes apresentado pela transportadora América Latina Logística Malha Norte S.A. (ALL).. Haveria incompatibilidade entre o relatório com os dados da Companhia, o que gerou a presunção de não recolhimento de tributo. A defesa apresentada pela Companhia se baseou principalmente na descaracterização da autuação sob alegação de que a fiscalização não poderia exigir o tributo com base em informação prestada por um outro contribuinte, sem qualquer comprovação de sua efetividade e, portanto, questionando a veracidade das informações apresentadas pela ALL e requerendo diligência a fim de que se apure a veracidade dos documentos apresentados peça transportadora ALL. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de depósito judicial. Aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 61.508.920,05 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0047383-89.2014.8.14.0301
a. juízo	3ª Vara Estadual de Execuções Fiscais de Belém-PA
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	24/09/2014
d. partes no processo	Estado do Pará x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 58.128.152,28 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pelo Estado do Pará em razão de suposto descumprimento de obrigações acessórias pela empresa Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. (posteriormente incorporada pela Companhia) que teria utilizado sistema eletrônico de processamento de dados para a escrituração de livros fiscais sem a devida autorização por órgão da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará. Teria havido, também, equívoco formal da Companhia em razão da superavaliação do valor de suas operações (devolução de armazenagem) no mês de março de 2009. A Companhia tenta demonstrar, por meio de documentação e perícia contábil, a adequação do sistema eletrônico e a correição na avaliação das operações da sociedade incorporada

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de seguro-garantia. Aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 58.128.152,28 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0000692-16.2017.8.17.2730
a. juízo	Vara da Fazenda Estadual de Ipojuca – PE
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	20/04/2017
d. partes no processo	Estado de Pernambuco x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 51.856.069,58 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Companhia teria deixado de recolher aos cofres do Estado de Pernambuco o ICMS entre outubro de 2012 e junho de 2013 em virtude de não ter estornado créditos tomados nas aquisições ao realizar saídas interestaduais e para o exterior de querosene de aviação (QAV) a empresas nacionais e estrangeiras de aviação em voos para o exterior. A Companhia defende que a venda de QAV a empresas para voos internacionais equipara-se a exportação e, portanto, válida a manutenção dos créditos, que a mera transferência não configura fato gerador de ICMS. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de seguro-garantia. Processo em primeira instância, aguardando o ajuizamento de embargos à execução fiscal pela Companhia. Merece ser destacado que a PGE-PE apresentou petição de desistência. Contudo, a Companhia ainda não foi intimada, por publicação, de qualquer decisão no referido processo.
g. chance de perda	Perda Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 51.856.069,58 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0001427-06.2015.8.17.0730
a. juízo	Vara da Fazenda Pública de Ipojuca - PE
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	08/05/2015
d. partes no processo	Estado de Pernambuco x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 47.727.269,38 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Autuação lavrada pelo Estado de Pernambuco para cobrança de supostos débitos de ICMS apurados entre janeiro de 2008 e agosto de 2012 em razão da utilização irregular de créditos oriundos de aquisições de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	querosene de aviação (QAV) que foram objeto de saídas interestaduais subsequentes não tributadas. As autoridades fiscais entendem que as normas permissivas de manutenção dos créditos fiscais previstas no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto nº 14.876/1991 foram tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996. A Companhia defende a manutenção de existência e eficácia da norma permissiva do crédito. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de fiança bancária. Após sentença parcialmente favorável à Companhia para determinar a incidência de juros moratórios apenas a partir da decisão do tribunal administrativo estadual, aguarda-se decisão no embargos de declaração apresentados pela Companhia.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 47.727.269,38 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0530771-80.2010.4.02.5101
a. juízo	Origem: 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do RJ Atual: TRF-2ª Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	09/08/2010
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 43.829.328,92 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pela União para cobrança de supostos débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS em razão da não homologação de compensações realizadas pela Companhia dado o não reconhecimento de créditos informados em Per/Dcomps. A Companhia busca demonstrar a adequação dos seus procedimentos e créditos tomados. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de fiança bancária. Após sentença parcialmente favorável à Companhia, reconhecendo a validade de alguns créditos, aguarda-se o julgamento da apelação da Companhia e o reexame necessário pelo TRF da 2ª Região. .
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 43.829.328,92 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0723917-44.2012.8.23.0010
a. juízo	2ª Vara de Fazenda Pública de Boa Vista – RR

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

b. instância	1ª instância
c. data de instauração	05/11/2012
d. partes no processo	Estado de Roraima x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 43.447.711,74 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pelo Estado do Tocantins para cobrança de ICMS/ST em razão do suposto creditamento indevido em razão da devolução simbólica de querosene de aviação (QAV) promovida por prestadores de serviço de abastecimento A Companhia defende que houve, na verdade, apenas uma única venda efetiva: da Companhia para a empresa aérea - casos em que o "revendedor" atuou como mero prestador de serviço de abastecimento. Desta forma, o "revendedor" atua como prestador de serviço de abastecimento da aeronave do cliente da Companhia (pessoa interposta), conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de fiança bancária. Aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 43.447.711,74 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0040989-88.2014.4.02.5101
a. juízo	1ª Vara Federal de Execução Fiscal do RJ
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	30/10/2014
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 42.124.388,55 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pela União para cobrança de supostos débitos de IRPJ em razão da não homologação de compensações realizadas pela Companhia dado o não reconhecimento de créditos informados em Per/Dcomps. Companhia defende que prova pericial poderia demonstrar a existência de parcela considerável dos créditos tomados. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de fiança bancária. Após sentença desfavorável à Companhia proferida em 1º de janeiro de 2015, aguarda-se o julgamento da apelação pelo TRF da 2ª Região.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 42.124.388,55 atualizado em 30.09.2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos Administrativos Tributários:

Processo nº	AI SEFAZ-MT nº 5221841/2014 (TI nº 96700000532014394)
a. juízo	SEFAZ-MT - Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	2/12/2014
d. partes no processo	Estado do Mato Grosso x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 212.010.926,08 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de supostos débitos de ICMS-ST-Complementar apurados entre julho e novembro de 2013 decorrentes das remessas de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo para o território mato-grossense. A Companhia defende-se apontando a validade da compensação dos valores devidos com créditos tomados junto a empreiteiras (Convênio CONFAZ nº 85/2011) e transportadoras (Decreto Estadual nº 2.683/2010).Aponta, ainda, para a cobrança em duplicidade pelas autoridades fiscais, uma vez que as transportadoras cedentes dos créditos também estariam sendo demandadas para satisfação do crédito tributário. Após impugnação administrativa apresentada pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 231.091.909,43 atualizado em 30.09.2017 – provisionado

Processo nº	AI SEFAZ-MT nº 5065107/2014 (TI nº 141394001322014337)
a. juízo	SEFAZ-MT - Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	17/10/2014
d. partes no processo	Estado do Mato Grosso x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 144.152.349,73 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de supostos débitos de ICMS-ST-Complementar apurados entre outubro de 2012 e fevereiro de 2013 decorrentes das remessas de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo para o território mato-grossense. A Companhia defende-se apontando a validade da compensação dos valores devidos com créditos tomados junto a empreiteiras (Convênio CONFAZ nº 85/2011) e transportadoras (Decreto Estadual nº 2.683/2010). Aponta, ainda, para a cobrança em duplicidade pelas autoridades fiscais, uma vez que as transportadoras cedentes dos créditos também estariam sendo demandadas para satisfação do crédito tributário. Após impugnação administrativa apresentada pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 159.979.194,20 atualizado em 30.09.2017 – valor provisionado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº	AI SEFAZ-MT nº 5226263/2012 (TI nº 384250001522014372)
a. juízo	SEFAZ-MT - Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	12/11/2014
d. partes no processo	Estado do Mato Grosso x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 139.366.498,55 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de supostos débitos de ICMS-ST-Complementar apurados entre junho e setembro de 2012 decorrentes das remessas de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo para o território mato-grossense. A Companhia defende-se apontando a validade da compensação dos valores devidos com créditos tomados junto a empreiteiras (Convênio CONFAZ nº 85/2011) e transportadoras (Decreto Estadual nº 2.683/2010). Aponta, ainda, para a cobrança em duplicidade pelas autoridades fiscais, uma vez que as transportadoras cedentes dos créditos também estariam sendo demandadas para satisfação do crédito tributário. Após impugnação administrativa apresentada pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 154.667.892,54 atualizado em 30.09.2017 – valor provisionado

Processo nº	AI SEFAZ-MT nº 5069894/2016 (TI nº 843020000072016183
a. juízo	SEFAZ-MT - Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	26/04/2016
d. partes no processo	Estado do Mato Grosso x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 132.767.336,00 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de supostos débitos de ICMS-ST-Complementar apurados entre março e junho de 2013 decorrentes das remessas de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo para o território mato-grossense. A Companhia defende-se apontando a validade da compensação dos valores devidos com créditos tomados junto a empreiteiras (Convênio CONFAZ nº 85/2011) e transportadoras (Decreto Estadual nº 2.683/2010). Aponta, ainda, para a cobrança em duplicidade pelas autoridades fiscais, uma vez que as transportadoras cedentes dos créditos também estariam sendo demandadas para satisfação do crédito tributário. Após impugnação administrativa apresentada pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Provável
h. análise do impacto em caso de perda no	R$ 147.344.191,54 atualizado em 30.09.2017 – provisionado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

processo	

Processo nº	AI SEFAZ-MT nº 5151591/2014 (TI nº 96700000392014330
a. juízo	SEFAZ-MT - Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	25/07/2014
d. partes no processo	Estado do Mato Grosso x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 122.666.184,50 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de supostos débitos de ICMS-ST-Complementar apurados entre setembro de 2010 e março de 2011 decorrentes das remessas de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo para o território mato-grossense. A Companhia defende-se apontando a validade da compensação dos valores devidos com créditos tomados junto a empreiteiras (Convênio CONFAZ nº 85/2011) e transportadoras (Decreto Estadual nº 2.683/2010). Aponta, ainda, para a cobrança em duplicidade pelas autoridades fiscais, uma vez que as transportadoras cedentes dos créditos também estariam sendo demandadas para satisfação do crédito tributário. Após impugnação administrativa apresentada pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 136.134.009,55 atualizado em 30.09.2017 – valor provisionado

Processo nº	AI SEFAZ-MT nº 5069968/2014 (TI nº 843020000082016167)
a. juízo	SEFAZ-MT - Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	26/04/2016
d. partes no processo	Estado do Mato Grosso x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 112.611.602,34 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de supostos débitos de ICMS-ST-Complementar apurados entre dezembro de 2013 e abril de 2014 decorrentes das remessas de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo para o território mato-grossense. A Companhia defende-se apontando a validade da compensação dos valores devidos com créditos tomados junto a empreiteiras (Convênio CONFAZ nº 85/2011) e transportadoras (Decreto Estadual nº 2.683/2010). Aponta, ainda, para a cobrança em duplicidade pelas autoridades fiscais, uma vez que as transportadoras cedentes dos créditos também estariam sendo demandadas para satisfação do crédito tributário. Após impugnação administrativa apresentada pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Provável

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 124.975.509,82 atualizado em 30.09.2017 – valor provisionado

Processo nº	AI SEFAZ-MT nº 5051997/2016 (TI nº 843020000102016180)
a. juízo	SEFAZ-MT - Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	10/10/2016
d. partes no processo	Estado do Mato Grosso x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 70.414.135,86 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de supostos débitos de ICMS-ST-Complementar apurados entre maio e junho de 2014 decorrentes das remessas de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo para o território mato-grossense. A Companhia defende-se apontando a validade da compensação dos valores devidos com créditos tomados junto a empreiteiras (Convênio CONFAZ nº 85/2011) e transportadoras (Decreto Estadual nº 2.683/2010). Aponta, ainda, para a cobrança em duplicidade pelas autoridades fiscais, uma vez que as transportadoras cedentes dos créditos também estariam sendo demandadas para satisfação do crédito tributário. Após impugnação administrativa apresentada pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 78.145.078,71 atualizado em 30.09.2017 - provisionado

Processo nº	AI SEFAZ-MT nº 5107763/2011 (TI nº 141394001252014305)
a. juízo	SEFAZ-MT - Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22/08/2014
d. partes no processo	Estado do Mato Grosso x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 47.194.844,12 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pelo Estado do Mato Grosso para cobrança de supostos débitos de ICMS-ST-Complementar apurados entre abril a julho de 2011 decorrentes das remessas de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo para o território mato-grossense. A Companhia defende-se apontando a validade da compensação dos valores devidos com créditos tomados junto a empreiteiras (Convênio CONFAZ nº 85/2011) e transportadoras (Decreto Estadual nº 2.683/2010). Aponta, ainda, para a cobrança em duplicidade pelas autoridades fiscais, uma vez que as transportadoras cedentes dos créditos também estariam sendo demandadas para satisfação do crédito tributário. Após impugnação administrativa apresentada pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda	Perda Provável
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 52.376.483,26 atualizado em 30.09.2017 - provisionado

Processo nº	Processo nº E-04/059027/2011 (NL nº 51001220)
a. juízo	SEFAZ-RJ - Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/12/2011
d. partes no processo	Estado do Rio de Janeiro x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 694.272.821,55 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Nota de lançamento decorrente do cumprimento da decisão proferida pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3674 que reconheceu a inconstitucionalidade de benefício fiscal concedido pelo Estado do Rio de Janeiro por meio da Lei nº 4.181/2003 (RIOAEROTEC) e determinou a cobrança da diferença de alíquota de 3% para 15% nas operações internas com querosene de aviação (QAV) ocorridas entre os anos de 2006 e 2010 realizadas pelo estabelecimento de inscrição estadual nº 81.869.669. A Companhia defende-se sob o argumento de que apenas obedeceu às normas aplicáveis, em confiança legítima, e que o próprio Estado do Rio de Janeiro ainda busca, em embargos de declaração na ADI, a modulação dos efeitos de sentença para que a inconstitucionalidade reconhecida não se aplique aos fatos pretéritos. Após a apresentação de impugnação pela Companhia, atualmente aguarda-se julgamento em primeira instância administrativa.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 694.272.821,55 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Processo nº E-04/059037/2011 (NL nº 51001216)
a. juízo	SEFAZ-RJ - Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	26/12/2011
d. partes no processo	Estado do Rio de Janeiro x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 220.662.567,68 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Nota de lançamento decorrente do cumprimento da decisão proferida pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3674 que reconheceu a inconstitucionalidade de benefício fiscal concedido pelo Estado do Rio de Janeiro por meio da Lei nº 4.181/2003 (RIOAEROTEC) e determinou a cobrança da diferença de alíquota de 3% para 15% nas operações internas com querosene de aviação (QAV) ocorridas entre os anos de 2006 e 2011 realizadas pelo estabelecimento de inscrição estadual nº 81.283.885. A Companhia defende-se sob o argumento de que apenas obedeceu às normas aplicáveis, em confiança legítima, e que o próprio Estado do Rio de Janeiro ainda busca, em embargos de declaração na ADI, a modulação

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	dos efeitos de sentença para que a inconstitucionalidade reconhecida não se aplique aos fatos pretéritos. Após a apresentação de impugnação pela Companhia, atualmente aguarda-se julgamento em primeira instância administrativa.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 220.662.567,68 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Processo nº E-04/059031/2011 (NL nº 51001233)
a. juízo	SEFAZ-RJ - Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	04/04/2012
d. partes no processo	Estado do Rio de Janeiro x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 99.608.135,29 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Nota de lançamento decorrente do cumprimento da decisão proferida pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3674 que reconheceu a inconstitucionalidade de benefício fiscal concedido pelo Estado do Rio de Janeiro por meio da Lei nº 4.181/2003 (RIOAEROTEC) e determinou a cobrança da diferença de alíquota de 3% para 15% nas operações internas com querosene de aviação (QAV) ocorridas no ano de 2011 realizadas pelo estabelecimento de inscrição estadual nº 81.869.669. A Companhia defende-se sob o argumento de que apenas obedeceu às normas aplicáveis, em confiança legítima, e que o próprio Estado do Rio de Janeiro ainda busca, em embargos de declaração na ADI, a modulação dos efeitos de sentença para que a inconstitucionalidade reconhecida não se aplique aos fatos pretéritos. Após a apresentação de impugnação pela Companhia, atualmente aguarda-se julgamento em primeira instância administrativa.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 99.608.135,29 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Processo nº E-04/063090/2012 (NL nº 51001228)
a. juízo	SEFAZ-RJ - Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	29/03/2012
d. partes no processo	Estado do Rio de Janeiro x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 78.372.020,40 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Nota de lançamento decorrente do cumprimento da decisão proferida pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3674 que reconheceu a inconstitucionalidade de benefício fiscal concedido pelo Estado do Rio de Janeiro por meio da Lei nº 4.181/2003 (RIOAEROTEC) e determinou a cobrança da diferença de alíquota de 3% para 15% nas operações internas com querosene de aviação (QAV) ocorridas entre os anos de 2007 e 2011 realizadas pelo estabelecimento de inscrição estadual nº 82.599.552.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	A Companhia defende-se sob o argumento de que apenas obedeceu às normas aplicáveis, em confiança legítima, e que o próprio Estado do Rio de Janeiro ainda busca, em embargos de declaração na ADI, a modulação dos efeitos de sentença para que a inconstitucionalidade reconhecida não se aplique aos fatos pretéritos. Após a apresentação de impugnação pela Companhia, atualmente aguarda-se julgamento em primeira instância administrativa
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 78.372.020,40 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	AI SEFAZ-PE nº 2014000002486560000
a. juízo	SEFAZ-PE - Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	28/05/2014
d. partes no processo	Estado de Pernambuco x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 189.562.596,25 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	A Companhia teria deixado de recolher aos cofres do Estado de Pernambuco o ICMS entre janeiro de 2008 e agosto de 2012 nas operações de saídas internas (transferências) de querosene de aviação destinadas a suas filiais localizadas no estado que destinariam o produto ao abastecimento de aeronaves em voos para o exterior. A Companhia defende que a mera transferência não configura fato gerador de ICMS. Após decisão em primeira instância administrativa parcialmente favorável à Companhia, reconhecendo a decadência de parte da autuação correspondente a fatos geradores ocorridos em 2008, aguarda-se o julgamento do recurso em segunda instância.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 189.562.596,25 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	AI SEFAZ-PE nº 2015000007793265111
a. juízo	SEFAZ-PE - Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco
b. instância	1ª instância.
c. data de instauração	23/11/2015
d. partes no processo	Estado de Pernambuco x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 116.864.658,98 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	A Companhia teria deixado de recolher aos cofres do Estado de Pernambuco o ICMS entre janeiro de 2010 e dezembro de 2014 em virtude de não ter estornado créditos tomados nas aquisições ao realizar saídas interestaduais e para o exterior de querosene de aviação (QAV) a empresas nacionais e estrangeiras de aviação em voos para o exterior. A Companhia defende que a venda de QAV a empresas para voos

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	internacionais equipara-se a exportação e, portanto, válida a manutenção dos créditos e que a mera transferência não configura fato gerador de ICMS. O processo aguarda julgamento em primeira instância administrativa.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 116.864.658,98 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	AI SEFAZ-PE nº 201700000224380839
a. juízo	SEFAZ-PE - Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco
b. instância	1ª instância.
c. data de instauração	09/05/2017
d. partes no processo	Estado de Pernambuco x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 87.723.170,28 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Perfil: ICMS - Aviação Exportação A Companhia teria deixado de recolher aos cofres do Estado de Pernambuco o ICMS entre janeiro e dezembro de 2015 em virtude de não ter estornado créditos tomados nas aquisições ao realizar saídas interestaduais e para o exterior de querosene de aviação (QAV) a empresas nacionais e estrangeiras de aviação em voos para o exterior. A Companhia defende que a venda de QAV a empresas para voos internacionais equipara-se a exportação e, portanto, válida a manutenção dos créditos e que a mera transferência não configura fato gerador de ICMS. O processo aguarda julgamentoProcesso em primeira instância administrativa.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 87.723.170,28 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	AI SEFAZ-SP nº 40483990
a. juízo	SEFAZ-SP - Secretaria Estadual de Fazenda de São Paulo
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	17/11/2014
d. partes no processo	Estado de São Paulo x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 57.379.600,47 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Autuação lavrada pelo Estado de São Paulo para cobrança de supostos débitos de ICMS apurados entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013 sob a alegação principal de que a Companhia teria realizado entradas e saídas em seu estoque sem a devida escrituração fiscal e correspondente tributação. A Companhia defende-se por meio de recomposição de estoque – demonstração de que não houve entradas nem saídas não escrituradas, mas tão somente variação dentro dos percentuais aceitos pela ANP e oriunda eminentemente de variação de temperatura dos combustíveis. Após decisão em primeira instância administrativa desfavorável à Companhia, aguarda-se julgamento do seu recurso em segunda instância

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 57.379.600,47 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	AI SEFAZ-RN nº 000001235/2016000012352016
a. juízo	Secretaria Estadual de Fazenda do Rio Grande do Norte
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	06/12/2016
d. partes no processo	Estado do Rio Grande do Norte x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 97.153.651,62 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Autuação lavrada pelo Estado do Rio Grande do Norte para cobrança de supostos débitos de ICMS apurados entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015 sob a alegação principal de que a Companhia teria realizado entradas e saídas em seu estoque sem devida escrituração fiscal e correspondente tributação. A Companhia defende-se por meio de recomposição de estoque – demonstração de que não houve entradas nem saídas não escrituradas, mas tão somente variação dentro dos percentuais aceitos pela ANP e oriunda eminentemente de variação de temperatura dos combustíveis. Argumenta-se, ainda, que a maior parte da autuação está relacionada a mercadorias sujeitas ao pagamento de ICMS por substituição tributária pela refinaria de petróleo, não pela Companhia. . Após a apresentação da impugnação administrativa pela Companhia, aguarda-se o julgamento do processo em 1ª instância.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 97.153.651,62 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	AI SEFAZ-SP nº 4067887-840678878
a. juízo	SEFAZ-SP - Secretaria Estadual de Fazenda de São Paulo
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	14/12/2016
d. partes no processo	Estado de São Paulo x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 383.925.682,46 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Autuação lavrada pelo Estado de São Paulo para cobrança de supostos débitos de ICMS apurados entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013. As acusações são: (i) ausência de pagamento de ICMS sobre transferências e devoluções de biodiesel; (ii) ausência de pagamento de ICMS (diferencial de alíquotas) em relação a mercadorias adquiridas para incorporação ao seu ativo imobilizado ou para uso e consumo; (iii) ausência de pagamento de ICMS sobre devoluções de biodiesel e etanol hidratado; (iv) creditamento indevido de ICMS incidente sobre mercadorias adquiridas de outros estados para incorporação ao seu ativo imobilizado ou para seu uso e consumo; (v) creditamento indevido de ICMS próprio oriundo de devoluções simbólicas por prestadores de serviços operacionais-

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Revendedores de combustíveis de aviação em razão da adoção de procedimento anteriormente autorizado por regime especial que se encontrava vencido no período autuado; (vi) creditamento indevido de ICMS-Substituição Tributária oriundo de devoluções simbólicas por prestadores de serviços operacionais-Revendedores de combustíveis de aviação em razão da adoção de procedimento anteriormente autorizado por regime especial que se encontrava vencido no período autuado; (vii) emissão de notas fiscais sem a efetiva saída das mercadorias nelas relacionadas (operação relacionada a vendas diretas de combustíveis de aviação da Companhia a clientes específicos) em razão da adoção de procedimento anteriormente autorizado por regime especial que se encontrava vencido no período autuado; (viii) escrituração digital em valores inferiores àqueles constantes de notas fiscais de saída; (ix) escrituração digital em valores inferiores àqueles constantes de notas fiscais de entrada; (x) ausência de escrituração digital de notas fiscais de entrada de mercadorias sujeitas ao ICMS; e (xi) ausência de escrituração digital de notas fiscais de entrada de mercadorias não sujeitas ao ICMS. Perfil: ICMS - Aviação Revenda A principal alegação da Companhia é ausência de fato gerador na mera transferência ou na devolução de empréstimos de produtos, bem como a ausência de prejuízos para a Fazenda nas operações da Companhia em revenda de combustível de aviação. Atualmente aguarda-se o julgamento da impugnação da Companhia em primeira instância administrativa.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 383.925.682,46 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	AI SEFAZ-PE nº 201600000623815411
a. juízo	SEFAZ-PE - Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco
b. instância	2ª instância.
c. data de instauração	20/07/2016
d. partes no processo	Estado de Pernambuco x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 385.008.500,65 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Autuação lavrada pelo Estado de Pernambuco para cobrança de supostos débitos de ICMS apurados entre janeiro de 2014 e dezembro de 2014 em razão da utilização irregular de créditos oriundos de aquisições de querosene de aviação (QAV) que foram objeto de saídas interestaduais subsequentes não tributadas. As autoridades fiscais entendem que as normas permissivas de manutenção dos créditos fiscais previstas no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto nº 14.876/1991 foram tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996. A Companhia defende a manutenção de existência e eficácia da norma permissiva do crédito. Após decisão em primeira instância administrativa majoritariamente

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	desfavorável à Companhia, aguarda-se julgamento do recurso em segunda instância.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 385.008.500,65 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 16682.721.492/2013-10 (DEBCADs nº 51011039-8; nº 51011040-1; e nº 51011041-0)
a. juízo	CARF – Secretaria da Receita Federal
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	03/01/2014
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 119.138.973,88 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Segundo a fiscalização, a Companhia teria deixado de recolher entre janeiro de 2009 e dezembro de 2011, contribuição previdenciária patronal (INSS), contribuição previdenciária destinada a terceiros além da contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa dos riscos ambientais do trabalho (RAT) sobre gratificação de contingente, gratificação extraordinária gerencial, incentivo a participação acionária, bônus de desempenho. O mesmo processo versa sobre suposta ausência de pagamento das referidas contribuições sobre a remuneração de contribuintes individuais constantes em DIRF e de pessoas físicas que prestaram serviços à Companhia por meio de cooperativas de trabalho. Decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Em sua defesa a Companhia defende a ausência de natureza salarial das gratificações pagas por não serem habituais; a existência de diferença temporal entre valores declarados em DIRF e GFIPs; que atua como mera intermediária na contratação de cooperativas, não sendo tomadora dos serviços prestados; a existência de erros formais na apuração dos valores pela autoridade fiscal; e o feito confiscatório da multa de 75% aplicada. Após decisão em primeira instância administrativa desfavorável à Companhia em 16 de junho de 2014, aguarda-se julgamento do seu recurso voluntário pelo CARF.
g. chance de perda	Perda Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 119.138.973,88 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 16682.721.258/2017-16
a. juízo	Secretaria da Receita Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01/08/2017
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 80.619.008,64 atualizado em 30.09.2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Segundo a SRFB, a Companhia teria deixado de recolher entre agosto de 2012 e dezembro de 2013, contribuição previdenciária patronal (INSS), contribuição previdenciária destinada a terceiros além da contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa dos riscos ambientais do trabalho (RAT) supostamente devidas com relação a segurados empregados em razão de pagamentos realizados sob as rubricas de abono de permanência no serviço, gratificação contingente, prêmio incentivo fidelidade e bônus de desempenho. O mesmo processo versa, ainda, sobre suposta ausência de pagamento das referidas contribuições sobre a remuneração paga a contribuintes individuais que prestaram serviços aos empregados da Companhia, por estarem cadastrados no Plano de Saúde – AMS e sobre pagamento de bônus de desempenho, Participação nos Resultado e 13º salário de dirigentes da Companhia. A autuação também considerou que valores pagos a título de indenizações fixadas em sentenças judiciais e alugueis, deveriam ser tributados como pagamentos a contribuintes individuais por prestação de serviço. Após apresentação de impugnação administrativa pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 80.619.008,64 atualizado em 30.09.2017 (R$ 14.212.166,65 + R$ 66.406.841,99)

Processo nº	PAF nº 16682.902.487/2013-06 (apensado ao PAF nº 16682.902.74/2013-40)
a. juízo	Secretaria da Receita Federal
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	26/07/2013
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 46.233.145,20 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Cobrança decorrente de não homologação, pela Receita Federal, da compensação débitos de IRPJ realizada no ano de 2003 (janeiro, fevereiro e abril) pela Companhia mediante a utilização de saldo negativo de IRPJ apurado no ano de 2002. Em 2008 recebemos intimação solicitando a retificação dos pedidos de compensação (PER/DCOMPs), tendo sido retificada a PER/DCOMP referente a janeiro e, para as demais, efetuado o cancelamento e a transmissão de novas PER/DCOMPs em substituição às anteriores. Em agosto de 2013, foi dada a ciência da homologação da PER/DCOMP de janeiro e da não homologação das demais por suposto decurso de prazo. O acórdão de julgamento do recurso de 1ª instância manteve a decisão. Atualmente o processo se encontra aguardando julgamento no CARF.
g. chance de perda	Perda Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 46.233.145,20 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 13710.002.656/2001-91
a. juízo	Secretaria da Receita Federal

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

b. instância	2ª instância
c. data de instauração	29/10/2001
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 50.081.438,08 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Cobrança decorrente da não homologação, pela Receita Federal, de compensações débitos de IRPJ realizadas pela Companhia entre 1999 e 2001 mediante a utilização de créditos de IPI apurados nas aquisições de matéria-prima, material de embalagem e produtos intermediários. Segundo a Receita Federal há falta de liquidez e certeza dos créditos em razão da não apresentação da segregação dos créditos dos insumos aplicados aos produtos isentos e sujeitos a alíquota zero. O acórdão de julgamento do recurso de 1ª instância em abril de 2012 manteve o entendimento pela não reconhecimento do crédito. Em 24 de outubro de 2017 obtivemos decisão desfavorável junto ao CARF que, mediante voto de qualidade, negou nosso recurso voluntário. A Companhia esgotará todos os recursos na esfera administrativa, assim como os judiciais, caso necessário.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 50.081.438,08 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 16682.722.406/2015-40 (apensado ao PAF nº 16682.720.832/2017-19)
a. juízo	Secretaria da Receita Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	25/05/2017
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 101.082.204,57 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Cobrança decorrente da não homologação, pela Receita Federal, de compensações débitos de IRPJ realizadas pela Companhia em outubro de 2013 mediante a utilização de créditos de PIS decorrentes de pagamento a maior do tributo conforme direito reconhecido definitivamente na esfera judicial em fevereiro de 2013 (onde não houve apuração de valores – ação ordinária nº 50011409-28.2005.4.02.5101). Em novembro de 2015 tomamos ciência do Despacho Decisório não homologando os pedidos de compensação, uma vez que foram refeitas as apurações incluindo o faturamento de produtos monofásicos na Base de Cálculo de PIS/COFINS. Após manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia, a decisão em 1a instância administrativa divergiu do parecer do auditor que não reconheceu a compensação, reconhecendo improbidade contábil ao reduzir o crédito pleiteado a zero. Em agosto de 2016foi determinado o retorno do pedido de compensação à origem para uma nova decisão.
g. chance de perda	Perda Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 101.082.204,57 atualizado em 30.09.2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº	PAF nº 16682.722.410/2015-16 (apensado ao PAF nº 16682.722.406/2015-40)
a. juízo	Secretaria da Receita Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	02/09/2015
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 104.181.399,39 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Cobrança decorrente na não homologação, pela Receita Federal, de compensações débitos de IRPJ e COFINS realizadas pela Companhia em setembro de 2013 mediante a utilização de créditos de COFINS decorrentes de pagamento a maior do tributo conforme reconhecido definitivamente na esfera judicial em fevereiro de 2013 (onde não houve apuração de valores – ação ordinária nº 2005.51.01.011409-5). Em novembro de 2015 tomamos ciência do Despacho Decisório não homologando os pedidos de compensação, uma vez que foram refeitas as apurações incluindo o faturamento de produtos monofásicos na Base de Cálculo de PIS/COFINS. Após manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia, a decisão em 1a instância administrativa divergiu do parecer do auditor que não reconheceu a compensação, reconhecendo improbidade contábil ao reduzir o crédito pleiteado a zero. Em agosto de 2016 foi determinado o retorno do pedido de compensação à origem para uma nova decisão.
g. chance de perda	Perda Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 104.181.399,39 atualizado em 30.09.2017

ii. Contingências ambientais

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia era ré em 441 processos administrativos e judiciais de natureza ambiental, cujo valor total envolvido naqueles classificados como com chance de perdas remotas, possíveis ou prováveis era de aproximadamente R$ 111,2 milhões, dos quais R$ 7 milhões estavam provisionados (classificados como chance de perda provável). Para os fins do disposto nesta seção relativa às contingências ambientais, o critério de quantificação do risco financeiro considera apenas as ações de natureza ambiental que possuem valor líquido (quantificável). Observa-se que, para o valor provisionado referido, foi analisado o risco financeiro de todos os processos classificados como com chance de perda provável. Para os casos judiciais ou administrativos em que não há valor da causa e o pedido ou obrigações fixadas são ilíquidos, não se considera que causem repercussão no valor do risco.

Considerando que existem ações judiciais de natureza ambiental que não podem ser quantificadas em função do seu objeto, informamos que, eventualmente, podem existir ações que, no momento da liquidação de sentença, venham a atingir valores superiores a R$ 40 milhões.

Destacamos, abaixo, os processos de natureza ambiental em que a Companhia é parte e considerada relevantes:

Processo nº	**0018438-73.2009.4.03.6100**

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

a. juízo	24ª Seção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo (SP).
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	12/04/2011
d. partes no processo	COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ (autor) x Réu: INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social (1º réu); Posto Belas Artes (2º réu); Petrobras Distribuidora S.A. (3º réu), 4º Réu: CETESB - Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Básico.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 41.051.284,30 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Trata-se de ação de cobrança pelo rito ordinário, ajuizada pelo METRÔ em face da Companhia, 3ª ré; do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), 1º réu; do POSTO BELAS ARTES (POSTO), 2º réu; e da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, 4ª ré, esta última, na qualidade de litisdenunciada; cujo objetivo é a condenação dos réus ao pagamento da quantia de R$ 39.428.893,00, valor histórico, atualizado acima pelo sistema interno de controle de processos, desde à data do ajuizamento da ação. Pretende o Autor cobrar dos réus a quantia mencionada, alegando em suma: a) que contratou com o consórcio Via Amarela, a construção da linha 04 do Metrô de São Paulo, no imóvel localizado na Rua da Consolação, nº 2.367, declarado de utilidade pública por meio do Decreto Estadual nº 46.230, de 30 de outubro de 2001, e objeto de procedimento expropriatório em trâmite na 5ª vara Federal desta Seção Judiciária (processo 2006.61.00.002908-6); b) que foi constatada a contaminação do solo por hidrocarbonetos, proveniente da atividade de revenda de produtos derivados de petróleo exercida pelo POSTO BELAS ARTES, que locava o imóvel de propriedade do 1º réu, INSS, desde o ano de 1969; c) que a contaminação, constatada quando da realização da perícia nos autos do processo de desapropriação, era muito maior do que a encontrada na área quando da efetiva realização das obras; d) que dado à necessidade de entrega imediata das obras, entendeu, por sua conta e risco, retirar todo o solo que se encontrava contaminado, destinando-o aos Municípios de Magé (RJ) e Curitiba (PR); e) que a alegada intervenção técnica redundou nos custos apontados na inicial como devidos pelos réus. Todos os réus foram citados e apresentaram contestação tempestiva. A CETESB foi litisdenunciada pelo INSS em 2014, sendo incluída no polo passivo da demanda em despacho publicado em 23/01/2014. O processo encontra-se na fase de produção de provas, tendo o Juízo deferido a produção de prova pericial que deverá ser realizada somente através de documentos, considerando já não mais existir local onde o dano ocorreu, já que no imóvel, hoje, funciona a estação Paulista da Linha 4 (Amarela) do Metrô. Nomeado o perito, deferido a indicação de assistentes técnicos e apresentados os quesitos de todas as partes, o processo encontra-se paralisado desde 12/2014, sem andamentos relevantes desde então.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 41.051.284,30 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	**0809188-69.2016.8.10.0001**
a. juízo	Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís/Maranhão.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	22/03/2016
d. partes no processo	Autor: Estado do Maranhão. Réus: Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A e Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 53.000.000,00 atualizado em 30.09.2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Estado do Maranhão com fundamento no inciso III do artigo 5º da Lei 7.347/85, em desfavor da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. (1º ré), e da Petrobras Distribuidora S.A. (2ª ré) cujo objetivo é a condenação de ambas as empresas a pagar ao Estado do Maranhão as parcelas vencidas (desde a 9ª parcela) e vincendas referentes à Compensação Ambiental entabulada por meio do Termo de Compensação Ambiental (TCCA) firmado entre o Estado do Maranhão e a Petrobras, relativo à implantação da refinaria Premium I, no Município de Bacabeira, naquele Estado, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Considerando a existência de créditos tributários da Companhia em face do Estado do Maranhão, este formula, ainda, pedido (sucessivo) para que as parcelas vencidas e as que vierem a vencer no curso da lide referentes ao TCCA, sejam compensadas, na forma dos artigos 368 e 369 do Código Civil Brasileiro, com os créditos que a 2º ré Companhia possui em face do Estado do Maranhão, em razão de ambas as empresas constituírem mesmo "grupo econômico". Requer, ainda, a condenação das rés em custas e honorários de advogado, arbitrados em 20% sobre o total das parcelas devidas a título de compensação ambiental e também das 'astreintes', se houver. Após o protocolo das contestações de todos os réus, houve réplica do Estado do Maranhão. A Companhia sustenta, dentre outras, a tese da ilegitimidade passiva, seja porque não constitui grupo econômico de direito, seja pela ausência do nexo de causalidade. No mérito, pela impossibilidade de compensação de créditos de natureza tributária com créditos de natureza ambiental. O processo foi ao MP para parecer, sendo sustentado pelo parquet a flagrante ausência de legitimidade da Companhia. A Petrobras (1ª ré), encontra-se, por força de decisão judicial, depositando as parcelas vincendas do TCCA no curso da lide em Juízo. Estas parcelas, também por força de decisão judicial, encontram-se sendo levantadas pelo Estado do Maranhão. Todos os recursos aviados pela Petrobras a respeito de ambas as decisões foram julgados e improvidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. No que tange à tese de defesa da Companhia, após manifestação do "parquet" favorável à estratégia processual delineada pela Companhia no feito, protocolamos petição requerendo fosse o pedido julgado na forma do artigo 356 do Código de Processo Civil (julgamento antecipado parcial do mérito) em relação ao pedido feito em desfavor da Companhia. Petição juntada aos autos, ainda não apreciada pelo Juízo. Houve ajuizamento de protesto interrupto da prescrição pela Petrobras (1º réu), distribuído em dependência aos autos da ACP, tendo em vista haver levantamento de valores pelo Estado do Maranhão, e interesse da Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. em reaver estes valores, em ação autônoma de cobrança a ser ajuizada em face do Estado, na eventualidade de improcedência dos pedidos autorais deduzidos no âmbito da ACP.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 53.000.000,00 atualizado em 30.09.2017

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº	**0810137-59.2017.8.10.0001**
a. juízo	Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca de São Luís/Maranhão.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	29/03/2017
d. partes no processo	Autor: Associação de Desenvolvimento Socioambiental da Bacia do Mearim - Guapé; Réus: Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A e Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 2.000.000.000,00 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública n. 0810137-59.2017.8.10.0001, proposta pela Associação de Desenvolvimento Socioambiental da Bacia do Mearim – Guapé, associação sem fins lucrativos visando à reparação de danos ambientais e sociais decorrentes das obras de implantação da Refinaria Premium I, no Município de Bacabeira. Na petição inicial o autor aponta, dentre os fundamentos da ação, o princípio do poluidor-pagador e o art.14, §1º da Lei n.º 6.938/81 e alega que as atividades da Petrobras na área onde seria implantada a Refinaria Premium I resultaram em alterações danosas ao meio ambiente, prejuízo na qualidade de vida da população e frustração a expectativa de negócios na região. Para comprovação destas alegações o autor requer a produção de prova técnica pericial e a inversão do ônus probatório, visando transferi-lo para a Petrobras e Companhia: Em síntese, o autor pretende o seguinte: 1) em sede de tutela de urgência (liminar), que a Petrobras seja impedida de retomar as obras da Refinaria Premium I (haja vista o pedido realizado na Ação Popular n.º 5733.66.2015.8.10.0001/624022015, na qual um cidadão requer o prosseguimento das obras da Refinaria Premium I); 2) a condenação da Petrobras na obrigação de reparar os danos ambientais decorrentes da implantação do empreendimento; 3) a condenação da Petrobras e Companhia a pagar indenizações decorrentes a) dos danos materiais ambientais diretos, b) danos morais coletivos ambientais e c) danos sociais. Tais indenizações, em conjunto, não devem ser inferior a 2 bilhões de reais e deverão ser destinados ao fundo público competente. Esclarecemos que a ação foi distribuída em 29.03.2017. Liminar indeferida em 17.07.17. A Companhia foi citada em na data de 18/09/2017
g. chance de perda	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda no processo	Não identificamos risco financeiro nesse processo uma vez que a Companhia entender ser parte ilegítima na demanda. Tendo em vista que a Petrobras já está contingenciando os valores envolvidos na demanda, a Companhia não está considerando os referidos valores para que não ocorra duplo impacto no contingenciamento consolidado.

Processo nº	5275180-75.2017.8.09.0051
a. juízo	3º Vara de Fazenda Pública da Comarca de Goiânia/GO.
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	03/08/2017
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Goiás X Petrobras Distribuidora, Município de Goiania e Ita Trasnportes Ltda
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 70.835.596,94 (processo sem citação).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em decorrência do derramamento, em 25/03/2015, de 12.000 litros de produto asfáltico denominado CM-30 fornecido pela BR, armazenado na Secretaria Municipal de Obras (SEMOB) de Goiânia/GO, localizada na rua 21, N. 410, Setor Vila Helena, Goiânia/GO, em equipamento desse órgão, que atingiu dois rios em Goiânia/GO (Ribeirão Anicuns e Rio Meia Ponte). O produto estava armazenado em tanque elevado instalado próximo ao rio, que foi, por sua vez, atingido por caminhão caçamba manobrado no pátio da SEMOB, pela empresa Ita Empresa de Transportes Ltda. Não temos confirmação de que o órgão possuía realmente licença ambiental para armazenar o produto, fato esse que pode comprometer a BR, já que ela não poderia fornecer produto para armazenamento a pessoa sem licença para tanto. A Companhia não enviou empresa especializada no momento da ocorrência do acidente para conter o vazamento. Apenas equipe da Transpetro, localizada próxima ao local, prestou apoio ao Corpo de Bombeiros para tentar conter o avanço do produto no rio, não tendo, todavia, êxito. Posteriormente apenas, a SEMOB contratou empresa indicada pelo Centro Diagnóstico da Petrobras (CDA) da Petrobras para atuar na remediação do acidente. Pedidos formulados pelo MPGO : 1. Determinação de que o Município de Goiânia, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10.000,00, suspenda imediatamente qualquer atividade a ser desenvolvida no raio de 100 metros, caracterizada como área de preservação permanente, às margens do Ribeirão Anicuns. 2. Determinação de que os requeridos, sob pena de multa diária de R$ 10.000,00, elaborem, no prazo de 90 dias, Plano de Investigação de Passivo Ambiental (IPA), de toda a área do empreendimento e suas imediações da sede da SEINFRA, antiga SEMOB, localizada na rua 21, N. 410, Setor Vila Helena, Goiânia/GO, bem como ao longo do curso hídrico receptor, Ribeirão Anicuns, e aquele que recebe suas águas, Rio Meia Ponte, por no mínimo 30 km, de ambos os mananciais, contemplando o monitoramento periódico da qualidade da água e dos solos a montante e a jusante do local do incidente para adoção das medidas reparatória e compensatórias indicadas, no prazo a ser nela previsto, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10.000,00 (com pedido de liminar de tutela antecipada). 3. Determinação de que o Município de Goiânia, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10.000,00 remova, no prazo de 90 dias, todos os tanques de combustíveis instalados em área de preservação permanente (faixa de 100 metros às margens do Ribeirão Anicuns), precedida da competente licença ou autorização para desinstalação perante a Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA). 4. Determinação de que o Município de Goiânia, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10.000,00, remova da área de preservação permanente (100 metros às margens do Ribeirão Anicuns) no prazo máximo de 90 dias, todas as estruturas e edificações lá existentes, bem como de revegetá-la, no prazo de 24 meses, com espécies nativas do Cerrado, conforme Projeto de Recuperação de Área – PRAD (com pedido de liminar de tutela antecipada).

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	5. Condenação dos requeridos, em caráter solidário, na indenização dos danos ambientais materiais causados ao meio ambiente, mananciais hídricos e da biodiversidade, no valor de R$ 35.417.798,47, a serem revertidos ao Fundo Estadual do Meio Ambiente o qual deverá ter destinação vinculada à revitalização dos cursos hídricos Ribeirão Anicuns e Rio Meia Ponte. 6. Condenação das requeridas, em caráter solidário, na indenização dos danos ambientais coletivos causados ao meio ambiente, mananciais hídricos e da biodiversidade, no valor de R$ 35.417.798,47, a título de indenização por danos morais coletivos, a serem revertidos ao Fundo Estadual do Meio Ambiente, pelos danos ambientais causados e não reparáveis.
g. chance de perda	Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	Processo sem citação, motivo pelo qual ainda não está sendo contingenciado.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, cujas partes contrárias à Companhia sejam administradores ou ex-administradores, ex-controladores e investidores da Companhia ou de suas controladas.

Relacionamos abaixo os processos judiciais nos quais a União Federal, na qualidade de controladora indireta da Companhia é parte, os quais a Companhia entende como sendo os mais relevantes e/ou com valores de risco financeiro acima de R$ 40 milhões, conforme também apresentados no item 4.3 acima. São eles:

Processo nº	0020219-84.2008.4.02.5101
a. juízo	15ª Vara Federal do Rio de Janeiro.
b. instância	15ª Vara Federal do Rio de Janeiro.
c. data de instauração	22.10.2008.
d. partes no processo	Associação das Empresas da Marina Governador e outros (Autor) x Petrobras Distribuidora S.A. e União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Pedido líquido de condenação da Companhia no valor total de R$ 40.651.196,90 (atualizado até 30.09.2017)
f. principais fatos	Trata-se de pedido de indenização por supostas benfeitorias em imóvel de propriedade da Companhia que restaria ocupado pelos autores e em processo de desapropriação pela União Federal. A Companhia alega, em defesa, (i) ausência de responsabilidade da Cia; (ii) incorporação das benfeitorias edificadas e impossibilidade de indenizá-las; (iii) ausência de fundo de comércio indenizável; e (iv) litigância de má-fé. Processo em fase de produção de prova pericial.
g. chance de perda	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 40.651.196,90 (atualizado até 30.09.2017)

Processo nº	Execução Fiscal nº 0033845-34.2012.4.02.5101
a. juízo	Origem: 5ª Vara Federal de Execução Fiscal do RJ
b. instância	1ª instância. Sentença recente.
c. data de instauração	16/01/2013
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 119.122.934,60 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pela União para a cobrança de supostos débitos de IRPJ apurados entre abril de 2006 e março de 2008 decorrentes de compensações não homologadas realizadas pela Companhia com base em créditos de IPI apurados na aquisição de insumos tributados e mantidos mesmo após a venda de produtos não tributados. A Companhia defende a imunidade de produtos derivados de petróleo e a manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos tributados utilizados na produção de produtos não tributados.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

	O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de depósito judicial. Sentença favorável à Companhia proferida em 30 de junho de 2017 e sujeita a reexame necessário e apelação da União.
g. chance de perda	Perda Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 119.122.934,60 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 16682.721.492/2013-10 (DEBCADs nº 51011039-8; nº 51011040-1; e nº 51011041-0)
a. juízo	CARF – Secretaria da Receita Federal
b. instância	CARF – 2ª instância
c. data de instauração	03/01/2014
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 119.138.973,88 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Segundo a fiscalização, a Companhia teria deixado de recolher entre janeiro de 2009 e dezembro de 2011, contribuição previdenciária patronal (INSS), contribuição previdenciária destinada a terceiros além da contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa dos riscos ambientais do trabalho (RAT) sobre gratificação de contingente, gratificação extraordinária gerencial, incentivo a participação acionária, bônus de desempenho. O mesmo processo versa sobre suposta ausência de pagamento das referidas contribuições sobre a remuneração de contribuintes individuais constantes em DIRF e de pessoas físicas que prestaram serviços à Companhia por meio de cooperativas de trabalho. Decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Em sua defesa a Companhia defende a ausência de natureza salarial das gratificações pagas por não serem habituais; a existência de diferença temporal entre valores declarados em DIRF e GFIPs; que atua como mera intermediária na contratação de cooperativas, não sendo tomadora dos serviços prestados; a existência de erros formais na apuração dos valores pela autoridade fiscal; e o efeito confiscatório da multa de 75% aplicada. Após decisão em primeira instância administrativa desfavorável à Companhia em 16 de junho de 2014, aguarda-se julgamento do seu recurso voluntário pelo CARF.
g. chance de perda	Perda Possível.
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 119.138.973,88 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0530771-80.2010.4.02.5101
a. juízo	Origem: 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do RJ Atual: TRF-2ª Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	09/08/2010
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 43.829.328,92 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pela União para cobrança de supostos débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS em razão da não homologação de compensações realizadas pela Companhia dado o não reconhecimento de créditos informados em Per/Dcomps. A Companhia busca demonstrar a adequação dos seus procedimentos e créditos tomados. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de fiança bancária. Após sentença parcialmente favorável à Companhia, reconhecendo a validade de alguns créditos, aguarda-se o julgamento da apelação da Companhia e o reexame necessário pelo TRF da 2ª Região. .
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 43.829.328,92 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	Execução Fiscal nº 0040989-88.2014.4.02.5101
a. juízo	1ª Vara Federal de Execução Fiscal do RJ
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	30/10/2014
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 42.124.388,55 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Processo ajuizado pela União para cobrança de supostos débitos de IRPJ em razão da não homologação de compensações realizadas pela Companhia dado o não reconhecimento de créditos informados em Per/Dcomps. Companhia defende que prova pericial poderia demonstrar a existência de parcela considerável dos créditos tomados. O valor em discussão neste processo encontra-se integralmente garantido por meio de fiança bancária. Após sentença desfavorável à Companhia proferida em 1º de janeiro de 2015, aguarda-se o julgamento da apelação pelo TRF da 2ª Região.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 42.124.388,55 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 16682.902.487/2013-06 (apensado ao PAF nº 16682.902.74/2013-40)
a. juízo	Secretaria da Receita Federal
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	26/07/2013
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 46.233.145,20 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Cobrança decorrente de não homologação, pela Receita Federal, da compensação débitos de IRPJ realizada no ano de 2003 (janeiro, fevereiro e abril) pela Companhia mediante a utilização de saldo negativo de IRPJ apurado no ano de 2002. Em 2008 recebemos intimação solicitando a retificação dos pedidos de compensação (PER/DCOMPs), tendo sido retificada a PER/DCOMP referente a janeiro e, para as demais, efetuado o cancelamento e a transmissão de novas PER/DCOMPs em substituição às anteriores. Em agosto de 2013, foi dada a ciência da homologação da PER/DCOMP de janeiro e da não homologação das demais por suposto decurso de prazo. O acórdão de julgamento do recurso de 1ª instância manteve a decisão. Atualmente o processo se encontra aguardando julgamento no CARF.
g. chance de perda	Perda Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 46.233.145,20 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 13710.002.656/2001-91
a. juízo	Secretaria da Receita Federal
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	29/10/2001
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 50.081.438,08 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Cobrança decorrente da não homologação, pela Receita Federal, de compensações débitos de IRPJ realizadas pela Companhia entre 1999 e 2001 mediante a utilização de créditos de IPI apurados nas aquisições de matéria-prima, material de embalagem e produtos intermediários. Segundo a Receita Federal há falta de liquidez e certeza dos créditos em razão da não apresentação da segregação dos créditos dos insumos aplicados aos produtos isentos e sujeitos a alíquota zero. O acórdão de julgamento do recurso de 1ª instância em abril de 2012 manteve o entendimento pela não reconhecimento do crédito. Em 24 de outubro de 2017 obtivemos decisão desfavorável junto ao CARF que, mediante voto de qualidade, negou nosso recurso voluntário. A Companhia esgotará todos os recursos na esfera administrativa, assim como os judiciais, caso necessário.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 50.081.438,08 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 16682.722.406/2015-40 (apensado ao PAF nº 16682.720.832/2017-19)
a. juízo	Secretaria da Receita Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	25/05/2017
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 101.082.204,57 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Cobrança decorrente da não homologação, pela Receita Federal, de

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

	compensações débitos de IRPJ realizadas pela Companhia em outubro de 2013 mediante a utilização de créditos de PIS decorrentes de pagamento a maior do tributo conforme direito reconhecido definitivamente na esfera judicial em fevereiro de 2013 (onde não houve apuração de valores – ação ordinária nº 50011409-28.2005.4.02.5101). Em novembro de 2015 tomamos ciência do Despacho Decisório não homologando os pedidos de compensação, uma vez que foram refeitas as apurações incluindo o faturamento de produtos monofásicos na Base de Cálculo de PIS/COFINS. Após manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia, a decisão em 1a instância administrativa divergiu do parecer do auditor que não reconheceu a compensação, reconhecendo improbidade contábil ao reduzir o crédito pleiteado a zero. Em agosto de 2016foi determinado o retorno do pedido de compensação à origem para uma nova decisão.
g. chance de perda	Perda Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 101.082.204,57 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 16682.722.410/2015-16 (apensado ao PAF nº 16682.722.406/2015-40)
a. juízo	Secretaria da Receita Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	02/09/2015
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 104.181.399,39 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Cobrança decorrente na não homologação, pela Receita Federal, de compensações débitos de IRPJ e COFINS realizadas pela Companhia em setembro de 2013 mediante a utilização de créditos de COFINS decorrentes de pagamento a maior do tributo conforme reconhecido definitivamente na esfera judicial em fevereiro de 2013 (onde não houve apuração de valores – ação ordinária nº 2005.51.01.011409-5). Em novembro de 2015 tomamos ciência do Despacho Decisório não homologando os pedidos de compensação, uma vez que foram refeitas as apurações incluindo o faturamento de produtos monofásicos na Base de Cálculo de PIS/COFINS. Após manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia, a decisão em 1a instância administrativa divergiu do parecer do auditor que não reconheceu a compensação, reconhecendo improbidade contábil ao reduzir o crédito pleiteado a zero. Em agosto de 2016 foi determinado o retorno do pedido de compensação à origem para uma nova decisão.
g. chance de perda	Perda Remota
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 104.181.399,39 atualizado em 30.09.2017

Processo nº	PAF nº 16682.721.258/2017-16
a. juízo	Secretaria da Receita Federal

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

b. instância	1ª instância
c. data de instauração	01/08/2017
d. partes no processo	União x Petrobras Distribuidora S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 80.619.008,64 atualizado em 30.09.2017
f. principais fatos	Segundo a SRFB, a Companhia teria deixado de recolher entre agosto de 2012 e dezembro de 2013, contribuição previdenciária patronal (INSS), contribuição previdenciária destinada a terceiros além da contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa dos riscos ambientais do trabalho (RAT) supostamente devidas com relação a segurados empregados em razão de pagamentos realizados sob as rubricas de abono de permanência no serviço, gratificação contingente, prêmio incentivo fidelidade e bônus de desempenho. O mesmo processo versa, ainda, sobre suposta ausência de pagamento das referidas contribuições sobre a remuneração paga a contribuintes individuais que prestaram serviços aos empregados da Companhia, por estarem cadastrados no Plano de Saúde – AMS e sobre pagamento de bônus de desempenho, Participação nos Resultado e 13º salário de dirigentes da Companhia. A autuação também considerou que valores pagos a título de indenizações fixadas em sentenças judiciais e alugueis, deveriam ser tributados como pagamentos a contribuintes individuais por prestação de serviço. Após apresentação de impugnação administrativa pela Companhia, aguarda-se julgamento em primeira instância.
g. chance de perda	Perda Possível
h. análise do impacto em caso de perda no processo	R$ 80.619.008,64 atualizado em 30.09.2017 (R$ 14.212.166,65 + R$ 66.406.841,99)

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4.1. Indicar o valor total provisionado nos processos descritos no item 4.4 acima.

Não há provisionamento para processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia é parte no seguinte processo sigiloso relevante:

Processo Arbitral	
a. Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto financeiro corresponde aos valores informados no item “b” imediatamente abaixo.
b. valores envolvidos no processo	R$ 683.568.613,79 em 30.09.2017.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

i. Trabalhistas

a. valores envolvidos	R$ 283.261.395,19 (atualizado até 30/9/2017).
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	Pedido de ex-empregados de empresas contratadas requerendo a condenação subsidiária da Companhia pelos créditos trabalhistas supostamente não honrados por suas empregadoras. Perda Possível: R$ 65.242.603,25 Perda Provável: R$ 60.861.736,28 Perda Remota: R$ 157.157.055,66

a. valores envolvidos	R$ 92.851.972,16 (atualizado até 30/9/2017).
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	Pedido realizado por empregados para fins de ajuste da remuneração em virtude da adoção pela Companhia da chamada RMNR – Remuneração mínima por nível e regime. O valor ainda dependerá de liquidação por se tratar de relação continuativa. Perda Possível: R$ 32.425.170,14 Perda Provável: R$ 40.004.262,09 Perda Remota: R$ 20.422.540,93

a. valores envolvidos	R$ 41.828.873,97 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	Contratação de prestação de serviços - na ótica do MPT considerada terceirização ilícita. Perda Possível: R$ 1.026.793,47 Perda Provável: R$ 279.367,78 Perda Remota: R$ 40.522.712,72

a. valores envolvidos	R$ 26.378.024,36 (atualizado até 30/9/2017)
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	Reajustes referentes a Planos Econômicos – Bresser e Verão, consistentes no reajuste remuneratório de 26,06% em razão de expurgos inflacionários/congelamento de salários, no período compreendido entre julho de 1987 a dezembro de 1989. Perda Possível: R$ 1.000.566,56 Perda Provável: R$ 25.377.457,80 Perda Remota: R$ 0,00

ii. Tributários

a. valores envolvidos	R$ 1.176.562.669,30 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	ICMS QAV - Diferença De Alíquota. RJ. Cobrança da diferença de alíquota nas operações com QAV. O Estado do RJ concedeu benefício fiscal que foi declarado inconstitucional na ADI 3.674-

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

	RN. 16 casos, incluindo 4 casos mencionados individualmente no item 4.3. Perda Possível: R$ 1.176.562.669,30 Perda Provável: R$ 0,00 Perda Remota: R$ 0,00

a. valores envolvidos	R$ 1.128.077.677,44 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	ICMS-ST COMPLEMENTO - CESSÃO DE CRÉDITO - Processos em que a Companhia discute exigência em razão de a mesma ter operado deduções em relação aos recolhimentos mensais de ICMS-ST - Complemento basicamente tendo em vista aproveitamento de créditos de ICMS diante de transportadores localizados em Mato Grosso (Decreto Estadual nº 2.683/2010) e créditos feitos em favor de empresas de construção civil em atendimento ao próprio Estado de Mato Grosso. 9 casos, incluindo 8 casos mencionados individualmente no item 4.3. Perda Possível: R$ 0,00 Perda Provável: R$ 1.128.077.677,44 Perda Remota: R$ 0,00

a. valores envolvidos	R$ 1.043.737.849,38 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	ICMS – Aviação Revenda. Cobrança de ICMS/ST remessa e devolução simbólica de QAV para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal. 40 casos, incluindo 6 casos mencionados individualmente no item 4.3. Perda Possível: R$ 1.038.704.705,61 Perda Provável: R$ 3.508.039,78 Perda Remota: R$ 1.525.103,99

a. valores envolvidos	R$ 839.485.499,60 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	ICMS divergência de estoque - Variação nos estoques: ICMS - Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20º C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura - 206 processos, incluindo 2 casos mencionados individualmente no item 4.3. Perda Possível: R$ 816.409.981,16 Perda Provável: R$ 22.872.487,43 Perda Remota: R$ 203.031,01

a. valores envolvidos	R$ 639.591.334,11 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	ICMS-ST liminares - Processos judiciais em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

	em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face dos Estados - 33 processos, incluindo 1 caso mencionado individualmente no item 4.3. Perda Possível: R$ 626.437.556,21 Perda Provável: R$ 41.074,19 Perda Remota: R$ 13.112.703,71

a. valores envolvidos	R$ 461.238.017,37 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	ICMS – Aviação Exportação. Cobrança de ICMS em supostas vendas de QAV sem destaque de ICMS para Cias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior. 13 casos, incluindo 3 casos mencionados individualmente no item 4.3. Perda Possível: R$ 461.238.017.37 Perda Provável: R$ 0,00 Perda Remota: R$ 0,00

a. valores envolvidos	R$ 476.960.610,84 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	ICMS – CRÉDITOS - LEI PE DERROGADA. Fisco acusa a Petrobras Distribuidora de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento. Discute-se se as possibilidades de tomada de créditos fiscais previstas no §3º, do art. 32, da Lei Estadual nº 10.259/1989 e do §21, do art. 34, do Decreto Nº 14.876/1991 foram tacitamente revogadas pela Lei Estadual nº 11.408/1996. 2 casos, ambos mencionados de forma individualizada no item 4.3. Perda Possível: R$ 476.960.610,84 Perda Provável: R$ 0,00 Perda Remota: R$ 0,00

a. valores envolvidos	R$ 325.631.042,10 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	IPI – Pedidos pedidos de compensação não homologados pela Receita Federal - créditos de IPI (insumo) compensados com IRPJ e CSLL 37 casos, incluindo 1 caso mencionado de forma individualizada no item 4.3. Perda Possível: R$ 325.631.042,10

a. valores envolvidos	R$ 392.373.730,90 em 30 de setembro 2017.
b. prática do emissor ou de sua controladora que causou tal contingência	Créditos não homologados de tributos federais: i) Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (R$ 134.905.124,01). ii) Pagamento a maior de PIS/COFINS (R$ 9.868.888,77). iii) Créditos oriundos de sentença judicial transitada em julgado. Alargamento da base de cálculo de PIS/COFINS (R$ 247.599.718,11). 21 casos, incluindo 3 casos mencionados de forma individualizada no item 4.3.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

	Perda Remota: R$ 392.373.730,90

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6.1. Indicar o valor total provisionado nos processos descritos no item 4.6 acima.

R$ 1.281.022.102,79 (um bilhão, duzentos e oitenta e um milhões, vinte e dois mil, cento e dois reais e setenta e nove centavos).

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

A Companhia analisou sua adesão a programas de anistia lançados pelos Governos Federal e optou por incluir no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) débitos de tributos federais e previdenciários administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no valor total de R$ 43.419.265,37. Após as reduções legais a Companhia espera que o débito seja reduzido a R$ 21.449.911,36 (já incluindo os honorários de R$ 4 milhões), a serem pagos em duas etapas, sendo a primeira correspondente a 20% do valor consolidado em cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a segunda correspondente a 80% do débito em parcela única a ser quitada até 31 de janeiro de 2018. A Companhia estima que a adesão ao PERT implique em reversão de provisões para contingências tributárias no valor de R$10.802.215,39.

--

Em 16 de agosto de 2016, o Colegiado da CVM entendeu pela inaplicabilidade do direito de preferência de que trata o artigo 253 da Lei das Sociedades por Ações à eventual operação de alienação de ações da Companhia pela Petrobras, refletindo o entendimento já consolidado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SEP No. 01/2017.

Na data deste Formulário de Referência, tramita na 29ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, pedido de concessão de tutela cautelar protocolada em 4 de novembro de 2016 pelo Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro – SITRAMICO/RJ, que objetiva suspender a decisão da CVM acima mencionada. Esta ação judicial foi ajuizada à época em que havia sido anunciada uma potencial venda privada de participação na Companhia pela Petrobras, e não uma oferta pública.

Até a data deste Formulário de Referência nenhuma decisão relevante havia sido proferida pelo juízo competente no contexto do referido processo.

--

A Companhia conduz atualmente o gerenciamento de contaminação ambiental em imóveis de sua propriedade localizados no bairro de Heliópolis, na Cidade de São Paulo, em razão da existência de plumas de contaminação por solventes e metais que podem causar riscos à saúde humana. Há moradias irregulares instaladas nas proximidades do local contaminado. O processo de gerenciamento ambiental vem sendo conduzido perante à CETESB, sendo que o Ministério Público também acompanha o referido processo por meio de um inquérito civil instaurado para este fim.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, pois a Companhia é nacional, com sede no Brasil.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em 27 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gestão de Riscos Empresariais, que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos aos quais a Companhia está exposta em decorrência de suas operações e atividades, incluindo aqueles identificados no item 4.1.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais da Companhia é pautada em recomendações metodológicas mundialmente reconhecidas tais como o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e a Norma ISO 31000, além de atender às orientações do Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

b. Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gestão de Riscos Empresariais tem por objetivo estabelecer os princípios e diretrizes corporativas que devem nortear a gestão dos riscos empresariais da Companhia.

Essa política estabelece cinco princípios: (i) a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não; (ii) a gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos onde atuar; (iii) a gestão de riscos deve estar alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia; (iv) os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação; e (v) as ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos e devem ser priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas.

Além disso, essa política também estabelece dez diretrizes corporativas: (i) fortalecer a filosofia de gestão de riscos como parte da cultura empresarial da Companhia; (ii) aproveitar as oportunidades e antecipar-se às ameaças que afetam seus objetivos estratégicos, econômico-financeiros, operacionais ou de conformidade; (iii) promover a uniformidade de conceitos e a integração de metodologias utilizadas na identificação, na análise, na avaliação e no tratamento dos riscos como forma de melhorar a confiabilidade das informações e a transparência de todo o processo; (iv) gerenciar, de forma proativa e abrangente, os riscos associados aos processos de negócio, de gestão e de suporte de forma a mantê-los em um nível tolerável de exposição; (v) empreender ações de gerenciamento de risco de forma eficaz, eficiente, econômica e efetiva; (vi) alinhar as ações de gerenciamento de riscos com as ações das unidades organizacionais responsáveis por controles internos, pela conformidade e pela auditoria interna; (vii) garantir a autonomia no processo de gerenciamento dos riscos e a segregação de funções entre os tomadores de riscos e os responsáveis pelo seu monitoramento; (viii) garantir a administradores, investidores e demais públicos de interesse, um fluxo contínuo, transparente e adequado de informações associadas aos principais riscos e seu processo de gestão, desde que respeitado o grau de sigilo das informações, bem como os procedimentos corporativos, políticas, diretrizes e demais normas internas de segurança empresarial e da informação; (ix) assegurar aos empregados e às empresas prestadoras de serviços (através de contratos) a capacitação para o gerenciamento de riscos de forma contínua e adequada às suas atribuições; e (x) reforçar o monitoramento e a análise crítica do próprio gerenciamento de riscos como parte integrante de um processo contínuo de melhoria da governança corporativa.

i. Riscos para os quais se busca proteção

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

A Companhia considera os riscos em suas decisões e entende que a gestão deve ser realizada de maneira integrada e que as respostas aos riscos devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e alcance.

O Padrão de Definições, Classificação e Gerenciamento dos Riscos Empresariais da Companhia , aprovado pela Diretoria Executiva em 21 de setembro de 2015 e revisto em 30 de junho de 2017, considera os riscos classificados em cinco grupos de naturezas distintas:

Agrupamentos de Risco	Em que consiste
Estratégico	Riscos que podem comprometer os objetivos estratégicos e/ou a realização do plano de negócio e gestão
Negócios	Riscos relativos aos negócios da Companhia de acordo com a cadeia de valor (Mercado Consumidor, Produção de Lubrificantes, Rede de Postos e Serviços)
Financeiro	Riscos de natureza financeira, em especial, o risco contábil, de mercado, de crédito e de liquidez, que podem prejudicar o fluxo de caixa e relatórios financeiros
Conformidade	Riscos relacionados ao cumprimento de leis e dos regulamentos pertinentes, bem como código de ética, guia de conduta, etc.
Operacional	Riscos quanto à utilização eficiente e eficaz dos recursos operacionais, relacionados, dentre outros, aos processos e sistemas de informação da Companhia

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A gestão de riscos da Companhia está alinhada com o seu Plano Estratégico de Negócios. Após serem identificados, os riscos são classificados quanto a sua frequência e criticidade. Planos de ação são definidos e realizados com o objetivo de mitigar tais riscos.

Os instrumentos utilizados para a proteção variam de acordo com a natureza dos riscos:

(i) **Riscos Estratégicos e de Negócios:** Pela própria peculiaridade do mercado em que atua, a Companhia está exposta a uma série de riscos estratégicos e de negócios, gerenciáveis e não gerenciáveis, tais como os riscos associados à oscilação de preços de seus produtos no mercado nacional, alterações nos padrões de consumo da sociedade, atuação de concorrentes, desempenho de fornecedores, mudanças regulatórias ou tributárias, condições macroeconômicas e da indústria, entre outros. A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um processo de planejamento e de gestão de carteira que preza pela economicidade na seleção dos projetos, pela diversificação das linhas de negócios e pelo estrito cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos. Além disto, a Companhia continuamente monitora a evolução do cenário externo e a atuação em seus diversos públicos de interesse.

(ii) **Riscos Financeiros:** A Companhia gerencia ativamente seus riscos financeiros considerando seus diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(ii.1) Riscos Financeiros de Mercado: Os riscos de preços de *commodities*, moedas e juros são gerenciados conforme informações apresentadas no item 5.2 deste Formulário de Referência.

(ii.2) Demais Riscos Financeiros: Além dos riscos de mercado a Companhia também gerencia os riscos financeiros de crédito e de liquidez:

Risco de Crédito: O padrão de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivo o estabelecimento de uma metodologia para gerenciar riscos deste tipo que possam comprometer a saúde e a viabilidade econômico-financeira da Companhia. Este padrão descreve a identificação do risco de cada cliente individualmente com base em seu histórico de relacionamento com a Companhia, suas restrições financeiras como também de sócios e garantidores, a qualidade das garantias oferecidas, a real necessidade do crédito demandado, a sazonalidade do ramo de atuação do cliente e avaliação total do grupo econômico a que ele pertencer. Também são considerados riscos maiores abrangendo segmentos ou áreas de atuação de grupos de clientes. O risco de crédito é proveniente das operações de vendas a prazo, concessão de financiamento e parcelamento de débitos da Companhia. Além da própria análise individual na concessão de crédito para fornecimento a prazo, concessões financeiras e parcelamentos, a Companhia mantém acompanhamento dos indicadores de inadimplência, com fixação de metas para as áreas comerciais, e que permitem identificar flutuações atípicas tomando-se medidas de ajustes nas práticas adotadas bem como nos esforços de cobrança. Caso algum limite de crédito seja excedido, é solicitado à área responsável o enquadramento do respectivo limite. Para os clientes, nosso sistema de informação bloqueia o registro de uma venda a prazo, quando o saldo do limite de crédito do cliente for inferior ao valor dessa venda.

Risco de Liquidez: O gerenciamento do risco de liquidez tem como objetivo evitar eventuais descasamentos entre recebimentos e pagamentos que possam prejudicar a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos no tempo e na forma devidos, estabelecendo planos de ação que criem uma equilibrada combinação entre risco, retorno, liquidez e solvência. De acordo com padrão de gerenciamento da liquidez, a previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. É realizada uma projeção de caixa de longo prazo revisada e reprojetada mensalmente e discutida em fóruns e comitês executivos representativos, a qual serve como parâmetro para definição do plano de ação para gestão do caixa. Havendo indicativo de necessidade de caixa, a área financeira avaliará e adotará ações para mitigação do risco, que consiste em: (i) buscar ajuste no limite disponível FIDC-NP para cessão de recebíveis; (ii) remanejar obrigações e antecipar direitos; (iii) rever o caixa mínimo necessário; (iv); propor ações na gestão do giro, envolvendo as áreas responsáveis (contas a receber clientes, contas a pagar e política de estoque); e ainda, (v) acessar o mercado bancário ou de capitais através da emissão de dívidas para manutenção da liquidez da Companhia.

(iii) **Riscos de Conformidade:** A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para o exercício de suas atividades. Os riscos de conformidade, em especial os relativos à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, dentre outros , são mitigados por meio de controles internos, treinamentos e da constante divulgação do Código de Ética, Guia de Conduta e outros instrumentos de prevenção. Nesse sentido, a designação de gerentes executivos, gerentes, assistentes, consultores e coordenadores da Companhia exige prévia avaliação de integridade (*Background Check* de Integridade), enquanto a contratação de fornecedores de bens e serviços de determinados segmentos depende do adequado grau de riscos de integridade, obtido a partir de diligências realizadas pela gerência de conformidade (Due Dilligence de Integridade de Fornecedores), conforme detalhado no item 5.3 abaixo.

(iv) **Riscos Operacionais:** A Companhia tem como prioridade a segurança e a confiabilidade de seus processos e instalações, de forma a proteger as pessoas e o meio ambiente. Todos os

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

empregados da Companhia, incluindo o presidente e os diretores executivos, devem zelar pela segurança e atingir a meta compartilhada de segurança prevista no sistema de avaliação de desempenho. A Companhia acredita que a vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e resguardada contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não. A gestão deste risco ocorre a partir de rígidos programas de inspeções e de manutenções nas instalações da Companhia, além de um contínuo esforço de treinamento de sua força de trabalho para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos na Companhia pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que abarca, na prática, desde o Conselho de Administração até os empregados prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

No que tange à governança do processo de gestão de riscos, a estrutura organizacional da Companhia dispõe dos seguintes órgãos colegiados:

- **Conselho de Administração**: É formado por dez membros titulares e realiza reuniões mensais com pautas de temáticas diversas. Tem como atribuições aprovar o “Apetite a Risco da Companhia”, definido como a quantidade total de riscos que a Companhia está disposta a assumir na busca de sua missão ou visão, e acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos; dentre outras atribuições.

- **Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)**: É formado por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros titulares, todos membros do Conselho de Administração, e realiza reuniões mensais com pautas de temáticas diversas. De acordo com o regimento interno, aprovado em 25 de agosto de 2017, é um órgão estatutário permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que tem como atribuição assessorar o Conselho de Administração sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; com o objetivo de avaliar, de forma sistemática, o processo de gerenciamento de riscos e recomendar melhorias; dentre outras atribuições.

- **Comitê de Riscos e Financeiro**: É formado por, no mínimo, três, e no máximo, quatro membros, escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração da Companhia e/ou dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica, nomeados e destituíveis pelo Conselho. De acordo com o regimento interno, aprovado em 25 de agosto de 2017, é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, que tem por finalidade assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades, compreendendo, mas não se limitando, a análise e a emissão de recomendações sobre os riscos concernentes à gestão financeira, à proposta de plano estratégico, ao plano de negócios e demais diretrizes e orientações relacionadas ao escopo do Comitê a serem submetidas ao Conselho de Administração.

- **Diretoria Executiva**: É formada por cinco membros titulares e realiza reuniões semanais com pautas de temáticas diversas. Tem como atribuições, dentre outras, propor ao Conselho de Administração a aprovação do “Apetite a Risco da Companhia” e deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das estratégias da Companhia.

- **Comitê Executivo de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos**: É formado por 16 membros titulares e realiza reuniões trimestrais, com pautas de temáticas diversas.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

De acordo com o regimento interno aprovado em 2015 e revisto em 15 de março de 2017, o comitê tem como atribuições, dentre outras, promover o debate integrado, analisar propostas, avaliar e monitorar ações de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos que sejam relevantes ao Plano Estratégico da Companhia, promover a aderência às regulamentações, leis, normas e padrões de governança, propor a criação e extinção de comissões e grupos de trabalho vinculados ao comitê, podendo formular recomendações aos gestores, dentre outras atribuições.

Dentre as iniciativas de aprimoramento de governança, a Companhia optou por privilegiar a discussão e a deliberação colegiada. As atividades dos órgãos acima são definidas em regimentos internos, que estabelecem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidades e avaliação de desempenho de cada colegiado.

Além disso, a gestão de riscos da Companhia também é composta pelas seguintes estruturas organizacionais:

- **Auditoria Interna**: É vinculada ao Conselho de Administração, sendo responsável por avaliar, de forma sistemática, o processo de gerenciamento de riscos e recomendar melhorias, reportando suas conclusões ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE).

- **Gerência Executiva de Governança, Risco e Conformidade (GGRC)**: Foi constituída em janeiro de 2016 e é composta pelas gerências de Governança, Riscos Corporativos, Conformidade e Suporte em Controle Interno. Tem como atribuições: (i) orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança, risco e conformidade; (ii) coordenar a gestão da conformidade e dos controles internos necessários, incluindo os aspectos de fraude e corrupção; (iii) orientar e promover a aplicação das políticas de gestão de riscos de acordo com a legislação vigente; e (iv) exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

- **Gerência de Riscos Corporativos**: Tem como atribuição fortalecer a visão integrada dos riscos corporativos da Companhia, por meio da identificação, análise, avaliação, monitoramento e gestão de riscos relevantes, em articulação com as diversas áreas da Companhia.

- **Gestores da Companhia**: Têm como atribuições gerenciar os riscos, assegurando a execução das ações de resposta sob sua responsabilidade, inclusive de controles internos, e comunicar, tempestivamente, aos outros gestores os riscos que afetam suas respectivas atividades.

- **Comissão de Ética**: É composta por seis membros titulares dos quais um deles é o coordenador, além de contar com a participação de um secretário executivo, este, por sua vez, sem direito a voto. Dentre outras, possui as seguintes atribuições: (i) orientar, disseminar e fomentar o cumprimento dos Princípios estabelecidos no Código de Ética do Sistema Petrobras; (ii) zelar pela aplicação do Código de Ética do Sistema Petrobras; (iii) apurar, mediante denúncia, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes, sobre situações que extrapolem a competência dos gerentes executivos ou que apresentem risco à imagem ou aos negócios da Companhia; (iv) aplicar penalidade de censura ética a qualquer empregado, mesmo que este seja cedido de outras empresas do Sistema Petrobras; e (v) representar a Companhia na Rede de Ética do Poder Executivo Federal.

Maiores informações sobre a estrutura organizacional da Companhia, incluindo a identificação dos membros de órgãos, comitês e comissões, estão dispostas na seção 12 deste Formulário de Referência.

Ademais, a Companhia oferece treinamentos periódicos à força de trabalho e aos membros da alta administração, focados na promoção da ética e regras de conduta. Em 2016, foram realizados treinamentos para aproximadamente 3,6 mil empregados da Companhia, totalizando cerca de 15,6 mil horas de treinamento, para abordar aspectos relevantes da legislação anticorrupção, códigos de ética e

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

guia de conduta. Houve, ainda, treinamentos sob demanda para as gerências sobre temas específicos. Também foi realizada campanha de divulgação do Código de Ética e do Guia de Conduta por meio da disponibilização destes normativos na intranet da Companhia, bem como pelo envio de mensagens eletrônicas com orientações sobre esses documentos. Essa campanha de divulgação é condizente com o amplo esforço corporativo, sob liderança da alta administração da Companhia, para disseminar regularmente os valores éticos a toda a força de trabalho.

Em 2017, houve treinamento de aproximadamente 3 mil empregados, totalizando em torno de 11 mil horas, onde foram abordandos temas como: ética, e regras de segurança e outros.

A partir de 2016, a Companhia realizou mudanças no Canal de Denúncias para assegurar maior efetividade, com a integração ao canal único de denúncias da Petrobras. As denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, são recebidas por uma empresa externa, independente e especializada, chamada Contato Seguro, contratada pela Petrobras. Em 2016, foram recebidas 300 denúncias, sendo 103 internas e 197 externas. Foram aplicadas sanções disciplinares aos responsáveis nos casos de violação aos princípios éticos da Companhia e normativos internos, tais como advertências, suspensões e até rescisões do contrato de trabalho por justa causa.

Para maiores detalhes sobre temas relacionados a governança, consultar o item 12.13 deste Formulário de Referência.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A gestão de riscos é de responsabilidade de todos os gestores da estrutura organizacional da Companhia. A proposição dos princípios e diretrizes de gestão de riscos consta na Política de Gestão de Riscos Empresarias da Companhia, proposta pela Gerência Executiva de Governança, Risco e Conformidade, cuja estrutura está expressa no item 5.1. b (iii) acima.

A Auditoria Interna é responsável por avaliar a Política de Gestão de Riscos Empresariais da Companhia, atuando de forma independente das áreas de gestão de negócios da Companhia.

Nesse sentido, a estrutura operacional de controles internos desenvolvida na Companhia permite monitorar e avaliar periodicamente os principais riscos relacionados aos seus negócios e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras. A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para conferir razoável segurança em seus processos e demonstrações financeiras.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia possui formalização de padrões de gerenciamento de riscos de mercado tais como risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço de mercadorias para as operações de suprimento da Companhia.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

Risco relativo a taxas de juros: O padrão de gerenciamento de risco de taxas de juros tem como objetivo estabelecer uma metodologia para o monitoramento deste tipo de risco que possa advir das operações financeiras ou comerciais da Companhia que estejam pré-fixadas ou pós-fixadas a taxas de juros diversas. A estratégia deste padrão se concentra na análise das taxas e *duration* dos contratos mais relevantes para a Companhia, tanto nas captações quanto no financiamento a grandes clientes ou acordos de pagamento de dívidas. São então considerados cenários de taxas de juros prováveis e possíveis para avaliar impactos futuros no caixa da Companhia, principalmente no curto prazo. A Companhia utiliza-se do FIDC-NP, com rentabilidade atrelada ao CDI, para a aplicação de caixa de curto prazo sempre que for a melhor opção. A mitigação do risco global à taxa de juros ocorre no lado passivo, na negociação de taxas a serem aplicadas nos parcelamentos de débitos de clientes e em estruturas de captação.

Risco cambial: A Companhia possui uma diretriz de *hedge* cambial que tem como objetivo gerenciar o risco cambial das operações comerciais da Companhia. Essa diretriz determina a forma de identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos cambiais decorrentes de operações de importação, exportação e fixação de preços em reais para clientes de produtos com custos atrelados à moeda estrangeira. Para cada situação, há uma determinação quanto à estratégia de mitigar ou anular o risco cambial com operações de derivativos, dando limites às exposições em derivativos que podem ser contratadas, sempre com lastros em operações comerciais ou financeiras. Alterações nessa diretriz são deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Risco de preço: A diretriz de *hedge* para operações de suprimento de derivados de petróleo e biocombustíveis estabelece as regras de execução, controle e registros dessas operações de forma a permitir uma efetiva gestão de riscos de preços. Essa diretriz condiciona operações com derivativos a situações de *hedge* que possuam lastro em atividades comerciais e de suprimento. Ela prevê a utilização de derivativos com o objetivo de proteger a Companhia face o risco decorrente de importações de derivados de petróleo e importações e exportações de biocombustíveis, delimitando exposições máximas em derivativos por períodos. Com a atual variação de preços de derivados de petróleo no Brasil, seguindo a volatilidade internacional, essas operações visam alinhar os preços dos produtos importados com os preços nacionais no momento do seu desembarque no Brasil. No caso dos biocombustíveis, especificamente o etanol, contratos futuros em bolsas *onshore* e *offshore* podem ser utilizados para a fixação das margens nas operações de importação e exportação.

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Como consequência da atividade desenvolvida pela Companhia, há diversos riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tais como os já mencionados riscos de taxas de juros, cambial e de preço. Diante deste cenário a Companhia adota métodos de análise e avaliação visando a minimização e mitigação dos riscos.

Com relação ao risco de taxas de juros, a Companhia busca mitigá-lo através da escolha das taxas de juros a serem utilizadas em parcelamentos de débitos de clientes e em estruturas de captação, uma vez que a aplicação do caixa está rentabilizada a CDI na aplicação do FIDC-NP.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia busca proteção para os riscos de câmbio e de preços de mercadorias, executando operações de derivativos cambiais e de *commodities* de acordo com os critérios estabelecidos nos respectivos normativos de gerenciamento de riscos.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

No caso das exportações, o risco da Companhia é apenas o cambial, uma vez que o preço em dólar repassado ao cliente reflete o custo do produto em real. A estratégia nesses casos é executar *hedge* cambial para os prazos de pagamentos das exportações de forma a garantir as margens consideradas na formulação dos preços de venda em dólar.

Nas importações, há tanto o risco de preço da *commodity* quanto o cambial. A estratégia de *hedge* das importações tem o objetivo de proteger a competitividade dos custos das cargas importadas na data da respectiva nacionalização, em relação aos custos praticados no mercado brasileiro.

A Companhia faz uso de derivativos distintos, na forma de *hedge,* para as variáveis *commodity* e câmbio. Dessa forma, os efeitos que vão precificar as cargas importadas ficam equivalentes àqueles que estarão influenciando o preço no mercado brasileiro, com o objetivo de mitigar um possível descasamento de preços da carga importada com o preço praticado no mercado brasileiro no momento da nacionalização. A estratégia de *hedge*, via utilização de derivativos de *commodities* e de câmbio, atua em momentos como a precificação da carga, seu pagamento e sua nacionalização – que representa o custo de entrada no estoque.

Nas ofertas de preços futuros em reais para seus clientes sobre produtos cujos custos variam com o câmbio, a Companhia efetua operações de *hedge* cambial de forma a eliminar os riscos futuros de variação cambial.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Nas operações de *hedge* cambial são utilizados contratos a termo de moeda sem entrega física com instituições bancárias brasileiras e, no caso das operações de hedge de *commodities*, são usados contratos futuros de gasolina e diesel em operações com corretoras *offshore*. No caso dos biocombustíveis, poderão ser usados contratos futuros de etanol em bolsas *onshore* e *offshore*. Desde a aprovação da diretriz de *hedge* de suprimentos de derivados de petróleo e biocombustíveis em março de 2017, não ocorreram importações ou exportações de biocombustíveis que necessitassem do uso desses derivativos.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O monitoramento dos riscos é feito com base no parâmetro do tamanho da exposição da Companhia em cada uma de suas atividades que tragam risco cambial e de *commodity* e na observação dos limites mínimos e máximos de contratação de *hedge*, conforme diretrizes da Companhia para operações desta natureza, sempre com atenção às posições contratadas em derivativos, de forma que não excedam as exposições físicas correspondentes. Esse monitoramento das exposições físicas é realizado diariamente, minimizando tanto a possibilidade quanto o impacto financeiro de eventual descasamento entre exposição e proteção, conforme a respectiva diretriz da Companhia.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia só opera instrumentos derivativos com objetivo de *hedge*, sendo que não realiza operações dessa natureza com fins especulativos.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

O Conselho de Administração da Companhia é responsável pela aprovação do Apetite a Risco da Companhia, proposto pela Diretoria Executiva. A partir desta definição, cabe à Diretora Executiva deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o Apetite a Risco e a execução das estratégias da Companhia.

Ao Conselho de Administração cabe também acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos da Companhia e conta com o assessoramento do Comitê de Auditoria Estatutário quanto ao estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos.

À Gerência Executiva de Governança, Risco e Conformidade, por meio da Gerência de Riscos Corporativos, cabe identificar, priorizar, monitorar e reportar periodicamente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração o efeito dos principais riscos nos resultados integrados da Companhia.

À Gerência Executiva de Operações Financeiras cabe propor diretrizes para a execução do *hedge* cambial das operações comerciais da Companhia, abordando também seus controles e registros, em linha com a Política de Gestão de Riscos Empresariais da Companhia, além de reportar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração os resultados de todas as operações de *hedge* cambial executadas na Companhia.

À Gerência Executiva de Operações Logísticas cabe propor diretrizes para execução do *hedge* de commodities da Companhia, abordando também seus controles e registros, em linha com a Política de Gestão de Riscos Empresariais da Companhia, além de reportar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração o resultado das operações de importações, incluída a contribuição das operações de *hedge* executadas para as mesmas.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura organizacional de gerenciamento dos riscos financeiros, cuja estrutura está representada no item 5.1. b (iii), está vinculada à estrutura que visa suportar a Política de Gestão de Riscos Empresariais da Companhia, sendo que o risco de mercado é parte dela. A estrutura de controles internos está citada no item 5.3 (b).

Para os riscos financeiros, a companhia adota por princípio uma gestão integrada de riscos, segundo a qual o foco da gestão não está nos riscos individuais das operações ou das unidades de negócio, mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis benefícios oriundos da diversificação dos negócios.

As ações de resposta ao risco de mercado, inclusive de controles internos, são monitoradas junto aos seus gestores e tem como objetivo: (1) proteger o fluxo de caixa da Companhia dos efeitos de variações adversas das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de derivados de petróleo; (2) reduzir o impacto de variações dessas variáveis nas demonstrações financeiras, no sentido de buscar um alinhamento entre o resultado contábil e a realidade econômica e operacional; (3) assegurar o valor econômico e margem das operações complementares.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3. Descrição de Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, operacionais, financeiros e de tecnologia da informação referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações. Os controles internos da Companhia têm por objetivo fornecer segurança razoável à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Devido às limitações inerentes aos controles internos aplicados no processo de preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, os controles podem não prevenir ou detectar declarações inexatas em tempo hábil. Portanto, ainda que esses sistemas sejam considerados eficazes, eles podem fornecer somente uma segurança razoável em relação à elaboração e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Além disso, projeções de qualquer avaliação de eficácia em períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças em condições ou ao risco de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

A administração realiza mapeamento dos principais processos, sistemas e controles chave. Os controles internos chave destes principais processos são autoavaliados anualmente pelos gestores da Companhia (*control self-assessment*) e revisados quanto à adequação do desenho, bem como selecionados para teste quanto a sua eficácia operacional pelos auditores internos da Companhia.

A administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre os relatórios financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016. Com base nessa avaliação, e devido às deficiências significativas não remediadas, concluiu-se que alguns controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia não foram efetivos no período analisado. Ato contínuo, a administração da Companhia analisou as deficiências significativas e realizou todos os ajustes necessários nas demonstrações contábeis consolidadas. Dessa forma, concluiu-se que as demonstrações contábeis consolidadas, em todos os aspectos relevantes, apresentam adequadamente a condição financeira, os resultados de operações e os fluxos de caixa da Companhia para os períodos apresentados. O impacto de todos os fatos conhecidos pela administração, até o momento, foi refletido nas demonstrações contábeis consolidadas.

A administração tem sido ativamente envolvida no desenho e implementação de esforços de remediação para endereçar as deficiências significativas identificadas em 2014 e 2015, que permaneceram na Carta de Controles de 2016, preparada pela auditoria independente da Companhia, conforme descrito no item “d” abaixo. Parte desses esforços já foi implementada e parte está em processo de implementação, conforme descrito abaixo.

(A) Provisões e passivos contingentes de natureza contenciosa

Em 2015, a administração identificou deficiências de desenho relacionadas aos controles para captura e registro dos processos judiciais dos quais a Companhia é parte. Adicionalmente, foi identificada uma deficiência relacionada ao adequado registro da classificação da possibilidade de perda das contingências como provável, possível ou remota. Em casos específicos, a operação do controle não garantiu com precisão a alteração da classificação da possibilidade de perda de determinadas contingências.

Em resposta à deficiência significativa identificada em 2015, a administração adotou ações em 2016 para remediar as deficiências e uniformizar a operação dos controles, o que resultou em melhorias no desenho

5.3 - Descrição dos controles internos

do processo, controles e procedimentos internos de provisões e passivos contingentes, dentre as quais se destacam as seguintes:

- Reforço na padronização de orientações técnicas e normativas adotadas no Sistema Petrobras para o contencioso, por meio de regra corporativa comum;
- Revisão e aprimoramento do desenho dos processos internos, contemplando fluxos mais analíticos de atividades aos quais foi incorporada a matriz de controles revisada e ampliada;
- Reforço de controles de confrontação independente dos registros da base de dados do contencioso com registros externos oficiais ou informações das esferas de governo aplicáveis;
- Aprimoramento do processo de revisão de publicações oficiais, com estabelecimento de limites de alçada na área jurídica, bem como criação de controle específico para uma comissão multidisciplinar que analisa as causas relevantes antes da comunicação das demonstrações financeiras;
- Incorporação, ao sistema de controles internos, do monitoramento de dados externos por empresa especializada reconhecida no mercado, a fim de identificar novos processos distribuídos diretamente dos bancos de dados dos tribunais brasileiros, mesmo antes da citação da Companhia;
- Incorporação, ao sistema de controles internos, do monitoramento adicional de dados externos por meio de certidões de distribuição obtidas diretamente junto aos tribunais ou comarcas residualmente não cobertas pela empresa contratada.

Nesse contexto, a administração entende que o processo demonstra evolução e maturidade na mitigação dos riscos, existindo ainda pontos de melhoria e fortalecimento do ambiente de controle que merecem atenção dos responsáveis pela governança, porém que não constituem, individualmente ou em conjunto, probabilidade razoável de que uma falha material não seja prevenida ou detectada e reportada até o arquivamento de relatórios financeiros trimestrais ou anuais.

Essa deficiência de controle não teve impacto materializado nas demonstrações contábeis em 2015 e 2016.

(B) Cálculo do passivo atuarial líquido da Companhia

Em 2015, a Companhia identificou deficiências no processo da geração de dados usados para calcular o passivo atuarial relativo ao seu plano de saúde (AMS) e ao plano de pensão (Petros). Essas deficiências relacionam-se, principalmente, à não existência e precisão da totalidade dos dados dos participantes nas bases de dados utilizadas para o referido cálculo do passivo atuarial.

Em 2016, a administração da Companhia criou um novo conjunto de controles que abrange conferência por meio de documentação suporte para os processos de inclusão, alteração ou exclusão de empregados, dependentes ou aposentados nas bases de dados do plano de saúde (AMS).

Apesar das ações tomadas representarem uma evolução, a administração reconhece que o ambiente de controle ainda não atingiu a maturidade adequada para concluir que a deficiência significativa de cálculo de passivos atuariais líquidos foi remediada. Entretanto, essas deficiências não tiveram impacto materializado nas demonstrações contábeis nos exercícios sociais de 2015 e 2016.

A administração da Companhia continua empenhada no fortalecimento e na maturação do ambiente de controle, de forma a remediar a deficiência significativa identificada, conforme pode-se observar no item 5.3 (d).

5.3 - Descrição dos controles internos

(C) Gestão de acessos e segregação de funções em processos de negócio e de tecnologia da informação

Em 2014 e 2015, identificamos deficiências na operação de controles relacionados aos procedimentos de concessão de acesso e análise de segregação de funções em determinadas operações que, quando avaliadas em conjunto, constituíam uma deficiência significativa.

As deficiências de controle identificadas relacionadas à gestão, revisão e monitoramento de acessos, inclusive funções críticas e segregação de funções nos processos de negócios no ambiente *Enterprise Resource Planning* – ERP (sistema de gestão empresarial), mostraram exceções, principalmente na operação dos controles.

Em 2016, a Companhia realizou ações para remediar as deficiências de controle, incluindo o aprimoramento de procedimentos e de automatizações na gestão do acesso de usuários ao ambiente ERP.

A administração da Companhia acredita que ocorreu progresso significativo no aprimoramento do desenho dos controles relativos às deficiências identificadas em 2014, 2015 e 2016 ainda que em estágios diferentes de estabilização nas localidades onde operam. As ações de remediação incluem:

- Melhoria contínua na qualidade das orientações e do treinamento, bem como no assessoramento aos responsáveis por monitorar e rever os riscos de segregação de funções e de restrição do acesso crítico;

- Ampliação e aprimoramento dos requisitos analíticos do desenho dos controles que endereçam gestão de riscos de acesso crítico e de segregação de funções;

- Reforço das orientações e da automatização do monitoramento contínuo de controles, disponibilizados a partir do ambiente ERP, com vistas ao monitoramento trimestral, pelos gestores, de conflitos de segregação que pudessem submeter a Companhia a riscos relevantes; e

- Implementação de melhorias no sistema de gestão de perfil ERP, relacionadas às concessões, revogações, transferências (mudanças de lotação) e manutenções do acesso dos usuários às transações do ERP.

Essas deficiências de controle não tiveram impacto materializado nas demonstrações contábeis em 2014, 2015 ou 2016.

A administração da Companhia reconhece que as ações tomadas para remediação da deficiência significativa de Restrição de Acesso e Segregação de Funções representam uma evolução na mitigação dos riscos e no ambiente de controle desse processo. No entanto, conforme a visão do resultado agregado dos testes, o ambiente de controle ainda não atingiu a maturidade adequada para concluir que a deficiência significativa foi remediada. A administração da Companhia continua empenhada no fortalecimento e na maturação do ambiente de controle de forma a remediar a deficiência significativa identificada, através da implementação das seguintes ações em 2017:

- Revisão de acessos na movimentação de usuários externos com base no banco de dados do ERP;

- Confirmação diária da ausência de conflitos para os riscos de segregação de funções financeiras para os quais optou-se por não desenvolver relatórios compensatórios;

- Avaliação do risco de acesso da totalidade das transações utilizadas nos principais processos da Companhia no ERP;

- Revisão do desenho dos controles com os gestores de modo a ressaltar sua execução com base no desenho definido.

5.3 - Descrição dos controles internos

b. Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui em sua estrutura uma Gerência Executiva de Governança, Risco e Conformidade, responsável por coordenar as atividades de conformidade e controles internos, reportando periodicamente suas atividades ao Comitê de Auditoria, colegiado vinculado ao Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, a Gerência Executiva de Governança, Risco e Conformidade possui em sua estrutura a Gerência de Suporte em Controle Interno, que conduz, anualmente, a revisão de fluxos dos principais processos, controles e sistemas chaves, bem como a revisão da autoavaliação de controles (*Control Self-Assessment* – CSA) realizada pelos gestores, como parte do processo de certificação de controles internos da Petrobras, atendendo inclusive à Lei Sarbanes-Oxley (SOx) dos Estados Unidos da América, baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control – Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). Adicionalmente, visando à mitigação de riscos de fraude e corrupção, entre outros, a Gerência Executiva de Governança, Risco e Conformidade tem orientado, por meio da Gerência de Suporte em Controle Interno e da Gerência de Conformidade, a implementação de atividades de controle e conformidade pelas áreas gestoras de processos de negócio e de tecnologia da informação, e reportado à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário.

A Auditoria Interna, órgão vinculado ao Conselho de Administração, é responsável pela avaliação da eficácia dos controles internos (em nível de entidade, operacionais, financeiros e de tecnologia da informação), reportando os resultados ao Comitê de Auditoria Estatutário (CAE).

c. Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas são processos desenvolvidos sob a supervisão do Presidente, do Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, do Gerente Executivo de Governança, Risco e Conformidade e do Comitê de Auditoria.

Adicionalmente, são realizadas avaliações dos principais controles internos implementados pela administração os quais são apresentados mensalmente pela Gerência Executiva de Governança, Risco e Conformidade ao Comitê de Auditoria Estatutário.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A administração da Companhia identificou, em 2016, deficiências significativas nos controles internos da Companhia relacionadas aos seguintes temas: (i) provisões e passivos contingentes de natureza contenciosa; (ii) cálculo do passivo atuarial líquido da Companhia; e (iii) gestão de acessos e segregação de funções em processos de negócio e de tecnologia da informação. Por este motivo, os auditores apresentaram os comentários e recomendações relacionados a seguir:

(1) Provisões e passivos contingentes de natureza contenciosa

A administração da Companhia identificou ausência de procedimentos relacionados à captura, registro e atualização de processos judiciais da Companhia nos sistemas de monitoramento interno ou na confrontação de suas bases de dados, como destacado:

- Ausência de conferência de inclusão do cadastro de processos no sistema de processos da Companhia;

5.3 - Descrição dos controles internos

- Ausência de atualização de processos no sistema da Companhia;
- Controle não assegura a integridade e totalidade das informações utilizadas na análise e na atualização dos processos no sistema da Companhia;
- Ausência de execução do controle de revisão da atualização monetária dos índices dos processos judiciais e administrativos da Companhia no mês de dezembro de 2016;
- Ausência de um procedimento no desenho do controle de monitoramento, a fim de assegurar que a totalidade dos eventos subsequentes foi informada pelas áreas responsáveis de cada matéria e consequentemente registrada na contabilidade da Companhia.

(1)(a). Recomendação

Os auditores independentes recomendaram:

- Implementar procedimento/controle para assegurar que todos os processos judiciais recebidos sejam registrados no sistema da Companhia;
- Implementar procedimentos/controles para assegurar que todos os documentos iniciais dos processos sejam cadastrados corretamente no sistema de acompanhamento de processos do Departamento Jurídico;
- Implementar procedimento/controle para assegurar a totalidade dos dados considerados no processamento do confronto entre as fontes de informação utilizadas pelo controle em referência;
- Implementar procedimento/controle para assegurar que todos os processos sejam atualizados pelos índices de correção monetária corretos;
- Implementar procedimento/controle para assegurar que todos os eventos subsequentes sejam capturados e refletidos no demonstrativo do relatório mensal de contingência.

(1)(b). Comentário e plano de ação da administração

A administração entende que o processo demonstra evolução e maturidade na mitigação dos riscos, existindo ainda pontos de melhoria e fortalecimento do ambiente de controle que merecem atenção dos responsáveis pela governança.

Como pontos de melhoria e fortalecimento do ambiente de controle, a Companhia realizou em 2017:

- Aprimoramento no controle em planilha para recebimentos de documentos, acrescentando a reiteração do Jurídico às áreas confirmando a totalidade da documentação enviada via chave estrutural;
- Revisão do cadastro de todas as publicações, inclusive decisões, com objetivo de garantir o tempestivo andamento dos processos. Solicitação à Gerência Executiva de Tecnologia da Informação para lançamento automático das publicações no Sistema de Acompanhamento de Processos da Companhia após o recebimento das publicações pela empresa contratada da Companhia;
- Reforço no procedimento de monitoramento de respostas recebidas dos gestores sobre Eventos Subsequentes e reporte tempestivo à Contabilidade;

5.3 - Descrição dos controles internos

- Implementação dos ajustes necessários para evitar falha técnica no Sistema que impacte atualização monetária dos índices dos processos judiciais e administrativos da Companhia.

(2) Cálculo do passivo atuarial líquido

Para o Plano de Assistência Médica e Plano de Previdência

Os auditores independentes identificaram deficiências nos controles internos relacionadas à base de dados utilizada para o cálculo do passivo atuarial do plano de saúde (AMS) e do plano de pensão (PETROS), conforme descrito abaixo:

- Ausência de controle sobre a base cadastral dos Planos de Pensão geridos pela Fundação Petros;
- Ausência de procedimento para validar se as informações dos beneficiários do plano de saúde recebidas de empresa terceirizada são completas;
- Ausência de procedimento para validar se as informações dos beneficiários ativos recebidas de empresa terceirizada são completas;
- Ausência de procedimento para validar se as informações dos benificiários na condição de auto-patrocinados recebidas de empresa terceirizada são completas;
- Ausência de procedimento para assegurar a validade da totalidade das despesas médicas incorridas pelos beneficiários do Plano de Assistência Médica.

(2)(a). Recomendação

Os auditores independentes recomendaram:

- Implementar procedimentos/controles para assegurar que as movimentações na base cadastral dos Planos de Pensão da Fundação Petros sejam realizadas corretamente;
- Implementar procedimentos/controles para assegurar que todas as movimentações (inclusões/alterações/exclusões) de cadastro de beneficiários sejam realizadas corretamente no sistema da Companhia;
- Implementar procedimentos/controles para assegurar que as informações recebidas dos beneficiários autopatrocinados estejam completas;
- Implementar procedimentos/controles para assegurar a validade das despesas médicas incorridas (processadas e/ou glosadas) pelos beneficiários do Plano de Assistência Médica.

(2)(b). Comentário e plano de ação da administração

Em resposta às deficiências identificadas pelos auditores independentes, a administração está realizando aprimoramentos nos controles internos relacionados à base de dados, conforme descrito abaixo:

- Melhoria de controles e procedimentos internos reforçando as análises e revisão de informações pertinentes à base de dados;
- Implementação de procedimento para melhoria da confiabilidade das informações oriundas do sistema de plano de assistência médica (AMS) e do sistema do plano de pensão (Petros);

5.3 - Descrição dos controles internos

- Recadastramento dos participantes do plano de saúde. Este recadastramento está sendo realizado em fases, iniciando pelos participantes cuja forma de cobrança ocorre através da emissão de boletos bancários (autopatrocinados) e pelos empregados da Companhia.O recadastramento dos autopatrocinados encontra-se concluído, enquanto que o de empregados já alcançou 97% em setembro de 2017.

(3) Gestão de acessos e segregação de funções em processos de negócio e de tecnologia da informação

Os auditores independentes identificaram deficiências de controles relacionadas à gestão, revisão e monitoramento de acessos nos processos de negócio e de tecnologia da informação.

Para o ambiente ERP, foram identificadas as deficiências significativas relacionadas abaixo:

- Ausência de evidência suficiente que corrobore a revisão da totalidade do conteúdo dos perfis relevantes para o ERP;

- Ausência de análise de risco para criação/alteração de transações customizadas para o ERP;

- Ausência de evidência que corrobore a operação do controle sobre os acessos de usuários externos em sua totalidade para o ERP;

- Ausência de evidências suficientes que corroborem a revisão das transações de uma gerência gestora no ERP;

- Ausência de monitoramento de alguns acessos a transações críticas da Companhia no ERP;

- Ausência de controle para a avaliação de risco da totalidade de transações utilizadas na Companhia quanto a sua pertinência à matriz de riscos do ERP;

(3)(a). Recomendação

Os auditores independentes recomendaram as seguintes ações para a resolução das deficiências:

- Revisar o desenho do controle de revisão de acessos na movimentação de usuários externos para que haja a identificação da totalidade da população;

- Revisar o desenho do controle para que haja precisão suficiente para identificar e mitigar os riscos de conflito de funções financeiras durante todo o período sob avaliação;

- Criar e implementar controle para avaliação de risco da totalidade de transações utilizadas na Companhia, armazenando todas as evidências de sua execução e possibilitando inclusive a identificação da totalidade da população a ser testada;

- Reforçar e monitorar a execução dos controles de acordo com os desenhos, armazenando as evidências de sua execução.

(3)(b). Comentário e plano de ação da administração

A administração da Companhia continua empenhada no fortalecimento e na maturação do ambiente de controle de forma a remediar a deficiência significativa identificada, através da implementação das principais ações em 2017:

- Revisão de acessos na movimentação de usuários externos com base no banco de dados do ERP;

5.3 - Descrição dos controles internos

- Confirmação diária da ausência de conflitos para os riscos de segregação de funções financeiras para os quais optou-se por não desenvolver relatórios compensatórios;

- Avaliação do risco de acesso da totalidade das transações utilizadas nos principais processos da Companhia no ERP;

- Revisão do desenho dos controles que foram apontados com deficiência significativa, com os gestores, de modo a ressaltar sua execução com base no desenho definido.

(4) Outros
Adicionalmente, os auditores independentes identificaram outras deficiências, não significativas, relacionadas a processos de negócio e de tecnologia da informação, para as quais a Companhia também está empenhada para a melhoria e fortalecimento do controle, tais como: outras falhas na gestão de acesso e na gestão de mudanças para o ERP e outros sistemas; falhas ou ausência de maturidade na gestão de acesso a bancos de dados e as sistemas operacionais; fragilidades na formalização da contratação de etanol e fretes; não utilização de índices municipais na atualização para processos tributários desta esfera; entre outros.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As demonstrações contábeis para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 incorporaram os ajustes necessários a fim de suprir as deficiências significativas, à exceção de casos em que a Companhia verificou que não se materializaram os riscos decorrentes das deficiências significativas, não afetando o relatório dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

f. Comentários adicionais sobre o aprimoramento dos controles internos

Em resposta à deficiência identificada em 2015, a administração, no âmbito da governança corporativa vem adotando iniciativas para fortalecimento do ambiente de controles internos, tendo intensificado o seu aprimoramento a partir de 2016. Dentre as medidas adotadas pela Companhia, destacam-se:

(i) Reforma do Estatuto Social em 29 de abril de 2016, conferindo ao Conselho de Administração maior atuação no direcionamento da Companhia, mediante eleição de seus membros, por meio de Assembleia Geral dos Acionistas, dentre profissionais de mercado com notória experiência e capacidade técnica. Esta iniciativa foi mantida na Reforma do Estatuto Social de 31 de agosto de 2017, que incorporou melhorias de governança para atendimento à Lei 13.303/2016 e regramento do Novo Mercado. Para detalhamento das mudanças no Estatuto Social, vide itens 12.1 e 12.13 deste Formulário de Referência;

(ii) Criação de comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração: Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; Comitê de Minoritários; Comitê de Riscos e Financeiro, e o Comitê de Auditoria Estatutário. Para detalhamento quanto à criação dos Comitês, vide itens 12.1 e 12.13;

(iii) Aprovação de política de indicação que estabelece requisitos mínimos para indicação de representantes do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, conforme Reunião do CA em 25 de agosto de 2017*;*

(iv) Avaliação de aptidão e de levantamento de integridade de modo a subsidiar o processo de designação de empregados para ocupar funções gerenciais.

(v) Criação e estruturação da Gerência Executiva de Governança, Risco e Conformidade, vinculada ao Conselho de Administração, com a missão de elaborar e monitorar a execução

5.3 - Descrição dos controles internos

do modelo de governança, fortalecer a visão integrada dos riscos corporativos e planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades de conformidade e controle.

(vi) Adoção dos seguintes instrumentos relativos à conformidade e integridade empresarial:

- **Código de Ética**: O Código de Ética do Sistema Petrobras, aprovado em 29 de novembro de 2006, descreve as condutas a serem observadas durante a execução de atividades no que se refere à governança corporativa, às relações com empregados, prestadores de serviço e clientes e às relações com o meio ambiente, comunidades e a sociedade de forma geral. O Código de Ética prevê formas de mitigar riscos gerais e específicos, ao determinar normas e proibições relativas à manutenção de registros contábeis, confidencialidade das informações, conflito de interesses, oferta e recebimento de brindes e presentes, combate à corrupção, proibição de doações políticas, dentre outros. O Código de Ética é aplicável a todos os empregados, que devem tomar conhecimento do referido código por meio de uma assinatura eletrônica de termo de ciência renovável periodicamente. A Companhia possui ampla divulgação deste código, por meio impresso e eletrônico, e tem o compromisso de apontar o disposto no código no ato de contratações de prestadores de serviços.

- **Programa BR de Prevenção da Corrupção:** O Programa BR de Prevenção da Corrupção, aprovado em 10 de julho de 2015, tem por objetivo determinar as condutas a serem seguidas para prevenir, detectar, apurar e mitigar desvios decorrentes de fraudes ou corrupção, por meio da gestão integrada de ações e controles da estrutura de governança da Companhia. O documento estabelece as principais atribuições de cada um dos órgãos internos de combate à fraude e corrupção. Adicionalmente, há recomendação de que suas orientações sejam seguidas também pelas subsidiárias integrais e sociedades controladas.

- **Guia de Conduta**: O Guia de Conduta da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 18 de agosto de 2015, descreve condutas a serem observadas como orientações de comportamento em situações da vida profissional ou em decorrência dela. As condutas relacionam-se a temas como a mitigação de danos à imagem e à reputação da Companhia, proteção da informação e patrimônio, nepotismo, relacionamento com públicos de interesse, com o poder público, parceiros, concorrentes e clientes, oferta e recebimento de brindes e presentes, relacionamento com imprensa, dentre outros. Adicionalmente, há recomendação de que suas orientações sejam seguidas também pelas subsidiárias integrais e sociedades controladas.

- **Padrão de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes, Hospitalidades e Contrapartidas de Patrocínio**: O Padrão de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes, Hospitalidades e Contrapartidas de Patrocínios, aprovado em 28 de janeiro de 2016, tem por objetivo orientar e auxiliar a conduta dos empregados da Companhia quanto ao recebimento ou oferecimento de presentes, brindes, hospitalidade e contrapartida de patrocínio. O Padrão de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes, Hospitalidade e Contrapartidas de Patrocínio é aplicável à Companhia e há recomendação de que suas orientações sejam seguidas também pelas subsidiárias integrais e sociedades controladas

- **Política de Gestão de Riscos Empresariais**: A Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada em 27 de outubro de 2015, estabelece os princípios e diretrizes corporativas para a gestão dos riscos empresariais. Para maiores informações, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

- **Padrão de Gerenciamento de Riscos de Fraude e Corrupção**: O Padrão de Gerenciamento de Riscos de Fraude e Corrupção, aprovado em 04 de julho de 2016, tem como objetivo de estabelecer a metodologia para a detecção, prevenção e tratamento de situações que possam expor ativos das Companhia a riscos de fraude e corrupção. O padrão é aplicável à Companhia.

5.3 - Descrição dos controles internos

- **Procedimento de *Due Diligence* de Integridade de Fornecedores:** Desde outubro de 2016, a Companhia vem implementando procedimento de Due Diligence de Integridade de fornecedores, realizado em fases, com o objetivo de avaliar informações e atribuir grau de risco de integridade, quanto a aspectos relacionados à reputação, idoneidade e transparência da contraparte, permitindo a identificação de possíveis riscos que possam advir de eventual relação contratual.

- **Procedimento de *Background Check* de Integridade**: Em 30 de agosto de 2016, foi aprovado o procedimento de avaliação *Background Check* de Integridade. Este procedimento tem por objetivo subsidiar os gestores com informações a respeito de indicados pela Companhia para exercer funções gratificadas no âmbito da própria Companhia e cargo de dirigente em outras sociedades controladas ou coligadas da Companhia. A avaliação de integridade de dirigentes da Companhia, tais como: membros do conselho de administração e do conselho fiscal, presidente e diretores executivos é realizada pela área de conformidade da Petrobras para conferir imparcialidade ao procedimento.

- **Procedimento para aplicação de sanções administrativas a fornecedores**: O Procedimento para aplicação de sanções administrativas a fornecedores, aprovado em 03 de novembro de 2016, tem como objetivo estabelecer as hipóteses que ensejam na aplicação de sanções administrativas às empresas fornecedoras de bens e serviços, tais como: advertência, suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Companhia (por prazo não superior a 24 meses), multa administrativa e outros.

- **Ações de apuração:** A partir de 2015, a administração intensificou as ações de apuração em relação a eventuais irregularidades cometidas por empregados e ex-empregados, utilizando: (a) Comissão Interna de Apuração – CIA, cujo objetivo principal é averiguar indícios ou ocorrências contra a força de trabalho e/ou patrimônio da Companhia, bem como subsidiar eventuais medidas administrativas cabíveis e procedimentos disponíveis; (b) apuração de denúncias oriundas do Canal de Denúncias Petrobras. A partir de 2016, a Companhia passou a integrar o Canal de Denúncias da Petrobras, que tem a gestão por uma empresa independente Contato Seguro, contratada pela Petrobras. No caso das Comissões Internas de Apuração, empregados de diversas áreas da Companhia são formalmente designados para integrar uma comissão, apurar irregularidades e elaborar relatório conclusivo, a partir do qual os gestores determinam as providências a serem adotadas, incluindo aplicação de sanções disciplinares e melhoria nos processos. No caso de denúncias oriundas do Canal de Denúncias Petrobras, a partir da matriz de riscos da Ouvidoria Geral da Petrobras, as denúncias classificadas nos níveis “A, B e C” (nível de risco muito alto, alto e médio, respectivamente) são apuradas pela Gerência Geral de Apuração de Denúncias da Petrobras, cabendo à Companhia apurar as denúncias classificadas no nível “D” (nível de baixo risco) conforme normativo de Apuração de Denúncias de Fraude e Corrupção Recebidas pelo Canal de Denúncias (Classificadas com Risco Baixo), aprovado em 17 de agosto de 2017. Os resultados da Comissão Interna de Apuração e das apurações de denúncia realizadas pela Companhia são reportados periodicamente para ao Comitê de Auditoria Estatutário, e , quando aplicável, reportado ao Ministério Público e demais autoridades competentes relacionadas às apurações.

- **Regime Disciplinar de Empregados e Sistema de Consequências do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal**: Em fevereiro de 2017, foi revisto o normativo de regime disciplinar da Companhia, aplicável aos empregados, conselheiros, diretores e comitês estatutários da Companhia, cujo objetivo é estabelecer medidas disciplinares e sistema de consequências a serem aplicados em casos de inobservância de suas respectivas obrigações perante a Companhia. Nas hipóteses de faltas disciplinares elencadas no normativo, os empregados da Companhia estão sujeitos às seguintes penalidades: (i) advertência escrita; (ii) suspensão (variável de 1 a 29 dias); e (iii) rescisão do Contrato de Trabalho. Por sua vez, identificado que um membro do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, dos Comitês Estatutários e do Conselho Fiscal incorreu em irregularidades e verificado o embasamento legal justificando a medida, a Companhia deverá tomar uma das seguintes providências: (i) advertência

5.3 - Descrição dos controles internos

escrita; (ii) supressão temporária de atribuições individuais, por tempo determinado, até a conclusão das averiguações internas, de forma a prevenir eventuais prejuízos à Companhia; e (iii) destituição. Além disso, em 2017 também foi implementado o Comitê de Correição, que tem como finalidade uniformizar e emitir manifestação sobre a aplicação, pelos gestores da Companhia, das sanções disciplinares propostas para casos relacionados à fraude ou à corrupção.

- **Diretrizes de Patrocínio**: As Diretrizes de Patrocínio, aprovadas em 07 de outubro de 2015, tem como objetivo estabelecer os critérios e procedimentos de requerimento e aprovação que devem ser observados para a concessão de patrocínio pela Companhia para as categorias: esporte, cultura, sócio-cultural e técnico. Essa diretriz é aplicável a todos os empregados da Companhia.

- **Política e Diretrizes de Responsabilidade Social**: A Política e Diretrizes de Responsabilidade Social, aprovada em 14 de abril de 2009, tem como objetivo estabelecer parâmetros para uma gestão integrada, ética e transparente na condução de negócios com o estabelecimento dos seguintes compromissos: (i) gestão integrada; (ii) princípios de trabalho; (iii) direitos humanos; (iv) desenvolvimento sustentável; (v) compromisso da força de trabalho; (vi) investimento social sustentável; e (vii) diversidade.

- **Política de Transações com Partes Relacionadas**: A Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 26 de abril de 2016 e revista em 25 de agosto de 2017, tem como objetivo estabelecer os princípios e orientações para a Companhia e seus empregados na celebração de transações com partes relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interessas da Companhia, tais como: (i) identificação de partes relacionadas; (ii) celebração de transações com partes relacionadas; (iii) decisões envolvendo partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses; (iv) transações vedadas; (v) análise prévia de transações com partes relacionadas; e (vi) divulgação de transações. A Companhia conta, ainda, com canal de denúncias como meio para recebimento de denúncias que envolvam Transações com Partes Relacionadas. Essa política é aplicável à Companhia e sua abrangência se estende às demais sociedades nas quais a Companhia detenha participação.

- **Diretrizes Corporativas para Transações com Partes Relacionadas**: As Diretrizes Corporativas para Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 13 de maio de 2016, tem como objetivo estabelecer orientações gerais em complemento a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. De acordo com as diretrizes, a Companhia, por meio de seus empregados, deve assegurar que todas as transações com partes relacionadas sejam documentadas, especificando suas principais características e condições incluindo: partes, objeto, valores, prazos, direitos, obrigações, garantias, justificativa das razões pelas quais considera-se que a transação observou condições comutativas ou prevê pagamento compensatório adequado;

- **Agentes de Compliance**: Em agosto de 2016, a Companhia capacitou empregados selecionados para atuar como agentes de compliance na BR.. Tais empregados têm o compromisso de atuar como disseminadores da cultura de conformidade, incentivando discussões e auxiliando no desdobramento de orientações quanto à observância das leis e normas internas. Conta-se com 50 (cinquenta) agentes, sendo um titular e um suplente, distribuídos por todas as gerências executivas da Companhia.

Adicionalmente, também foram implementadas medidas de aperfeiçoamento da governança, previstas no item 12.13 deste Formulário de Referência.

5.4 - Alterações significativas

5.4. Alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alterações significativas.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.5. Outras Informações

Todas informações relevantes estão indicadas nos itens 5.1 a 5.4 acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	12/11/1971
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	12/12/2017

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico

A Companhia foi constituída em 12 de novembro de 1971 em função da reestruturação da área de distribuição da Petrobras, entretanto suas origens remontam a 1961, quando foi inaugurado o primeiro posto de combustível com a bandeira Petrobras, em Brasília, no Distrito Federal.

No início dos anos 1970, adiante da ampla diversificação de atividades da Petrobras e diante da necessidade de garantir o abastecimento do País, que crescia a taxas superiores a 10% ao ano, foi criada a Petrobras Distribuidora S.A., como subsidiária integral da Petrobras para operar no competitivo mercado de distribuição de combustíveis nacional. A Companhia nascia abastecendo uma rede de 840 postos, tendo por objetivo *"a distribuição e o comércio de produtos de petróleo e seus derivados, e atividades correlatas ou afins, (...)*", conforme constava no estatuto social da Companhia à época.

Ao longo dos primeiros anos de vida da Companhia, foram realizados diversos investimentos em distribuição de combustíveis e infraestrutura de armazenagem, tais como bases, depósitos, equipamentos e postos de revenda. Em 1974, três anos após sua constituição, a Companhia se tornou líder no mercado de distribuição de derivados do petróleo no Brasil, conforme dados do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e do Sindicom, fornecendo combustível e lubrificantes a uma rede de 2.258 postos que cobria todas as regiões do território nacional.

Em 1973, ocorreu o lançamento das linhas de óleos lubrificantes, destinados ao atendimento das áreas automotivas (Lubrax) e marítimas (Marbrax). No ano seguinte, foram lançadas as linhas de óleos industriais (Lubrax Industrial) e ferroviário (Ferbrax), acompanhado do ingresso da Companhia na comercialização de graxas. Em 1977, com a incorporação da Petrominas, a Companhia passou por um crescimento substancial no segmento de vendas a revendedores. Em 1979, a Companhia passou a comercializar etanol nos postos de revenda.

Em 1992 a Companhia começou a ofertar Gás Natural Veicular (GNV) com pioneirismo no mercado brasileiro. Em 1993, foi realizada a oferta pública inicial de ações da Companhia, e a marca BR, antes presente apenas nos postos, passou a ser utilizada para designar toda a atividade de distribuição e revenda de combustíveis.

Em 1994, foi inaugurada a primeira loja de conveniência com a marca BR Mania. O sistema de franquia foi o modelo adotado para a expansão da rede, sendo a Petrobras Distribuidora responsável pela transferência de *know-how* do negócio para seus franqueados. A franquia seguiu diversificando suas ofertas visando atender às expectativas de seus consumidores.

Ainda, em meados dos anos 90, foi implantado o programa de qualidade "De Olho no Combustível" (DOC), com o objetivo de garantir o controle de qualidade na rede de postos de serviço da Companhia. Na mesma época, foi criada uma nova identidade visual para a Companhia.

No início dos anos 2000, a Companhia começou a atuar no mercado de energia, participando da constituição de empresas de geração termoelétrica (BREITNER, BRASYMPE e TEP) para o atendimento ao programa de geração emergencial instituído pelo Governo Federal. Este programa foi criado em 2001, com o objetivo de aumentar a oferta de energia elétrica para garantir o pleno atendimento da demanda, reduzindo riscos de contingenciamento da carga, evitando prejuízos à população, restrições ao crescimento econômico e seus impactos indesejáveis no emprego e na renda. Posteriormente, a Companhia ampliou a sua atuação neste segmento com a participação na constituição de empresas formadas a partir de leilões de energia. Em 2008, estas participações foram transferidas para a Petrobras. Em 2002, a Companhia teve seu capital fechado, através de oferta pública de aquisição realizada pela Petrobras das ações de emissão da Companhia em circulação no mercado.

Em 2004, Companhia adquiriu a Agip e a Liquigás. As áreas de postos destas companhias foram incorporadas à rede de postos pela Companhia, enquanto a atividade de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) da Companhia foi incorporada à Liquigás, que se tornou uma subsidiária integral da Companhia.

6.3 - Breve histórico

Conforme comunicado ao mercado publicado pela Petrobras em 19 de abril de 2007, os ativos do Grupo Ipiranga foram adquiridos pela Petrobras, Companhia, Braskem e Grupo Ultra. A Companhia e o Grupo Ultra passaram a deter os ativos da rede de postos da Ipiranga, sendo que a Companhia passou a deter os postos localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o Grupo Ultra passou a deter os postos localizados nas regiões Sul e Sudeste. Em novembro de 2012, ocorreu a cisão parcial da Companhia, segregando o controle da Liquigás da Petrobras Distribuidora. Essa operação teve por objeto simplificar a estrutura societária então vigente, a fim de aperfeiçoar o sistema de governança da Petrobras, que passou a exercer o controle direto da Liquigás e seus ativos.

A franquia Lubrax+ foi criada em 2010 para oferecer aos consumidores dos postos de serviços com bandeira BR um pacote completo de serviços de manutenção dos veículos dos consumidores dos postos, desde a troca do óleo até a conferência de 18 itens importantes para o bom funcionamento do veículo, além de oferecer ao franqueado a oportunidade de aumento de faturamento pelo aumento do ticket médio.

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou (i) aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 6.313 milhões, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Petrobras na mesma data; (ii) cisão parcial da Companhia, sendo o montante cindido de R$ 6.339 milhões formado por certos ativos detidos pela Companhia referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do sistema Petrobras, vertido para a Downstream Participações Ltda, com redução do capital social da Companhia no mesmo valor, sem o cancelamento de ações da Companhia.

Ato contínuo, foi realizado na mesma data, o pagamento antecipado pela Companhia da (i) Nota de Crédito à Exportação nº 201500051; e (ii) Nota de Crédito à Exportação nº 40/00137-7, no valor agregado de R$ 7.500 milhões, emitidas, respectivamente, em favor do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A..

Na mesma Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovada uma reforma do Estatuto Social da Companhia, que teve como objetivo, principalmente, adequar as regras de governança corporativa da Companhia às exigências do (i) Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e à (ii) Lei 13.303/16 e Decreto 8.945/16.

Nesse sentido, como detalhado no Item 12 desse Formulário de Referência, a Companhia passou a contar com uma estrutura atualizada de governança corporativa, na qual merece destaque o Conselho de Administração composto por 50% de membros independentes e um Comitê de Minoritários, formado por membros do Conselho de Administração eleitos por acionistas minoritários. A composição de membros independentes e a instalação e funcionamento do Comitê de Minoritários ocorrerão a partir da Assembleia Geral Ordinária de 2018.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Até a data deste Formulário de Referência não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

A Companhia é a maior distribuidora de combustíveis e lubrificantes do Brasil em volume de vendas (conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP). No período de nove meses, encerrado em 30 de setembro de 2017, a participação da Companhia nesse mercado foi de 29,9% (conforme dados da ANP, Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes - Sindicom, Abegás e Companhias Estaduais de Gás). Neste mesmo período, a Companhia foi líder nos segmentos Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação, com 24,5%, 42,6% e 56,4% de participação de mercado, respectivamente, também de acordo com as fontes supracitadas.

Em 2016, a Companhia foi a segunda maior empresa brasileira em receita bruta, segundo a Revista Exame Melhores & Maiores, atrás apenas de sua controladora, Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"). A receita líquida da Companhia totalizou R$ 86,6 bilhões em 2016 e R$ 61,4 bilhões nos primeiros nove meses de 2017.

A Companhia foi constituída em 1971 para assumir as atividades de distribuição e comércio de produtos de petróleo e derivados, então realizadas pela sua controladora Petrobras. A Companhia possui a maior capilaridade do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes do Brasil, servindo mais de 8.000 postos de serviço com bandeira "BR" e, aproximadamente, 14.000 clientes dos segmentos operacionais de Grandes Consumidores, Produtos de Aviação e Outros, conforme abaixo definidos. A Companhia opera por meio da maior estrutura logística na categoria do país (conforme dados divulgados pela ANP), que inclui 91 bases de armazenamento de combustível, 15 depósitos de lubrificantes e 109 postos de abastecimento em aeroportos, todos estrategicamente distribuídos ao longo das cinco regiões brasileiras, operando com uma frota terceirizada de aproximadamente 8.000 veículos, em 30 de setembro de 2017. Com essa plataforma, a Companhia é capaz de suprir eficientemente as demandas de todos os seus clientes em qualquer município brasileiro**.**

A Companhia entende que a força das marcas "BR", "Lubrax", "BR Mania" e "BR Aviation", entre outras, é um grande diferencial em relação aos seus competidores, pois são percebidas como marcas associadas à confiança, atendimento e qualidade dos produtos e serviços que a Companhia oferece. A marca "BR" é licenciada de forma exclusiva para postos de serviço, dentre outros negócios, pela sua controladora Petrobras e utilizada como a bandeira da rede para a qual a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes.

A marca "BR" foi a mais lembrada pelos brasileiros, na categoria combustível, nas pesquisas realizadas pelo IBOPE Inteligência, em 2016, e pela Folha de São Paulo – Folha Top of Mind 2016. No caso da Folha, a liderança vem sendo mantida desde que a categoria foi criada, em 2003 (14 anos consecutivos).

A marca "Lubrax", utilizada no segmento de lubrificantes, também é altamente reconhecida no mercado nacional, como apontaram as pesquisas do IBOPE Inteligência e da Revista Quatro Rodas, ambas de 2016.

A Companhia acredita que as 1.294 lojas de conveniência BR Mania e os 1.572 centros de serviços automotivos Lubrax+ localizados em postos de serviço com bandeira BR, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017, tornam a experiência do consumidor no posto de serviço mais prazerosa. A presença de lojas de conveniência BR Mania e/ou centros de serviços automotivos Lubrax+ nos postos de serviços tem contribuído para a fidelização e gerado vendas adicionais de combustíveis. Além disso, as lojas BR Mania e os centros Lubrax+ geram receitas de royalties para a Companhia.

Os programas de fidelidade Petrobras Premmia (com aproximadamente 11,4 milhões de inscritos em 30 de setembro de 2017) e BR Aviation Club (específico para a aviação de pequeno porte), assim como o sistema de controle e monitoramento de frotas ("CTF-BR"), o Cartão Petrobras, o BR Aviation Card e outras ações específicas de marketing também têm agregado valor aos negócios da Companhia. Os sistemas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

tecnológicos da Companhia coletam dados sobre os hábitos de consumo dos mais de 2 milhões de consumidores que circulam diariamente nos postos de serviço com bandeira BR. As transações geradas nas lojas BR Mania e as registradas no programa de fidelidade Petrobras Premmia permitem que a Companhia identifique oportunidades de desenvolver novos negócios e parcerias.

Por fim, com a linha Lubrax, a Companhia é líder no mercado nacional de distribuição de lubrificantes em volume de vendas, com 23,1% de participação, conforme dados do Sindicom, de 30 de setembro de 2017. A Companhia oferece produtos de tecnologia avançada para carros, motos, utilitários, ônibus, caminhões, embarcações, locomotivas e aeronaves e busca sempre acompanhar as tendências mundiais no lançamento de novos produtos, sobretudo as relacionadas à economia de combustível e a questões ambientais.

Segmentos Operacionais

A Companhia é líder no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no país em volume de vendas, e a Companhia acredita que se destaca pela excelência e qualidade dos produtos e serviços que oferece em todos os seus segmentos operacionais, quais sejam:

- **Rede de Postos.** A Companhia é a maior rede de postos de serviço do país, fornecendo com exclusividade diesel, gasolina, etanol, gás natural veicular (GNV) e lubrificantes para 8.212 postos de serviço, localizados em todo o território nacional. A Companhia oferece também dois tipos de franquias ao mercado varejista: lojas de conveniência BR Mania e centros de serviços automotivos Lubrax+. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia contava com 1.294 franquias da BR Mania e 1.572 franquias de Lubrax+. A Companhia possui mais de 150 produtos com a marca própria “BR Mania”, incluindo diferentes tipos de sanduíches e pratos prontos para consumo imediato, comercializados exclusivamente nas lojas de conveniência BR Mania.

- **Grandes Consumidores.** A Companhia é a maior distribuidora de combustíveis e lubrificantes para empresas de diferentes setores da economia do país, de acordo com dados do Sindicom, de 30 de setembro de 2017, tais como: siderurgia, mineração, papel e celulose, cimento, transporte, termelétricas, agronegócio e retalhistas de combustível. A Companhia conta com uma carteira de cerca de 6 mil clientes ativos, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017, dentre os quais estão 36 das 50 maiores empresas do setor industrial brasileiro, conforme informações da Revista Exame Melhores & Maiores 2016.

- **Aviação.** A Companhia é a maior distribuidora de combustíveis de aviação do Brasil, de acordo com dados do Sindicom, de 30 de setembro de 2017, presente em 109 aeroportos em todo o país, com uma carteira de, aproximadamente, 1,5 mil clientes, fornecendo querosene, gasolina e lubrificantes de aviação (este último somente para aviação de pequeno porte). A Companhia oferece também serviços relacionados à aviação executiva, incluindo o programa de fidelidade BR Aviation Club e os serviços de recepção a aeronaves e clientes nas estruturas dos BR Aviation Centers.

- **Outros.**

    - **Químicos.** A Companhia atua no beneficiamento e na distribuição de produtos químicos como enxofre, solventes hidrocarbônicos e especialidades químicas. Entre os setores da economia atendidos estão os de óleo e gás, química fina, agronegócio, tintas, adesivos, domissanitários e borrachas.

    - **Energia.** A Companhia é o maior distribuidor de coque verde de petróleo (CVP) no mercado nacional em 30 de setembro de 2017, de acordo com dados divulgados pelo Ministério de Comércio Exterior. O CVP é um derivado de petróleo, substituto do carvão em muitas aplicações metalúrgicas e energéticas, utilizado, principalmente, nas indústrias siderúrgicas e cimenteiras. A Companhia oferece também soluções energéticas, tais como serviços de geração de energia dedicada, emergencial e em horário de pico, e geração de energia

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

utilizando fontes renováveis. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela operação da concessão de gás natural no estado do Espírito Santo, atendendo cerca de 47 mil residências, em 30 de setembro de 2017.

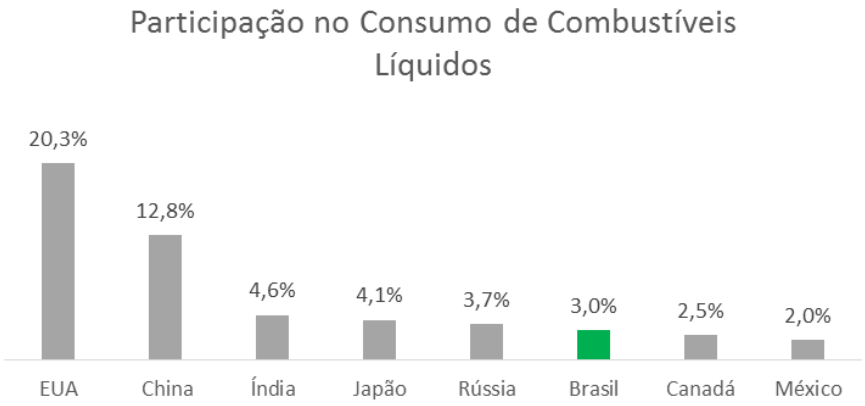
- **Asfaltos.** A Companhia produz e comercializa produtos asfálticos, por meio de sua subsidiária integral Stratura Asfaltos S.A., tais como cimentos e emulsões asfálticas, asfalto borracha e asfalto diluído de petróleo (ADP). Em 30 de setembro de 2017, a Companhia manteve a posição de maior distribuidora de asfaltos do País, conforme dados divulgados pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Asfaltos – ABEDA.

Oportunidades de Mercado

A Companhia acredita que o Brasil reúne fatores que sustentam a relevância do consumo de combustíveis, dada a sua matriz industrial, a importância do agronegócio e o transporte de bens, insumos e pessoas em um país de dimensões continentais.

A Companhia entende que a relevância do mercado de combustíveis na economia brasileira se dá pelos seguintes motivos principais: (i) predomínio do modal rodoviário no transporte de bens e insumos do país (61%), de acordo com o Relatório de Dezembro de 2016 da Confederação Nacional do Transporte (CNT); (ii) tamanho da frota nacional de autoveículos, sendo o Brasil detentor da 6ª maior frota do mundo em 2015, considerando automóveis, veículos leves comerciais e veículos pesados, de acordo com dados do Anuário 2017 da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea; e (iii) setor de aviação, sendo o Brasil o 9º maior mercado do mundo em 2016, segundo dados da Associação Internacional do Transporte Aéreo (IATA) de 2017.

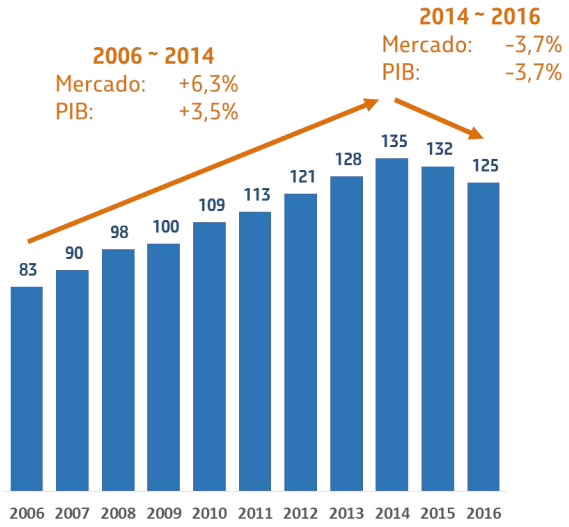
O Brasil posicionou-se como o 6º maior mercado de consumo de combustíveis líquidos do mundo em 2016, de acordo com dados da International Energy Statistics (EIA), movimentando mais de 123,9 m³ no ano, de acordo com dados da ANP, Sindicom e ABEGAS:



Fonte: EIA International Energy Statistics

O mercado brasileiro de distribuição de combustíveis e lubrificantes, historicamente, cresce a uma taxa média superior ao PIB. No período de 2006 a 2014, cresceu em média 6,3% ao ano, em comparação com o crescimento médio do PIB de 3,5% ao ano no mesmo período. No entanto, no período de 2014 a 2016, principalmente como reflexo da crise econômica, houve retração no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis e lubrificantes, com variação no mesmo patamar do PIB:

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas



Fonte: IBGE; Sindicom

O mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes brasileiro foi impactado pela estagnação iniciada em 2014 e pela aguda recessão econômica por dois anos consecutivos, com quedas nos três setores da economia que compõem o PIB brasileiro de 2014 a 2016: agropecuária (-6,6%), indústria (-3,8%), e serviços (-2,7%), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE.

A perspectiva para os próximos anos é de recuperação da economia brasileira, com previsão de crescimento de 2% ao ano, baseada na média das expectativas dos analistas de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil (dados do Relatório Focus de 04 de agosto de 2017). Considerando o histórico do desempenho da economia brasileira e seu impacto nos negócios da Companhia, a Companhia acredita na recuperação do mercado brasileiro de distribuição de combustíveis e lubrificantes nos próximos anos.

Pontos Fortes

- *Liderança no Setor de Distribuição de Combustíveis e de Lubrificantes no Brasil*

A Companhia é líder no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no Brasil, com 29,9% de participação no mercado em termos de volume de vendas, de acordo com dados da ANP, no período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2017, com significativa vantagem sobre o segundo colocado, que possui 20, 2%. Além disso, a Companhia é líder no mercado de distribuição doméstico por derivado de petróleo, em volume de vendas: (i) diesel, com participação de mercado de 31,4%, (ii) gasolina, 24,4%, (iii) lubrificantes, com 22,7%, (iv) óleos combustíveis, com 88,4%, e (v) combustíveis para aviação, com participação de mercado de 56,4%, de acordo com os dados da ANP, de 30 de setembro de 2017.

A Companhia acredita que sua ampla rede de postos ocupa posição privilegiada no país. Em termos de número de estabelecimentos, a Companhia é a maior rede de postos em quatro das cinco regiões do Brasil, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017, do Sindicom. Além disso, a Companhia é o distribuidor líder nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, que têm apresentado os maiores índices de crescimento (PIB) do Brasil.

A Companhia acredita que sua sólida e histórica posição de liderança, aliada à força da marca “BR” e ao bom relacionamento construído com os revendedores de postos de serviço (“Revendedores”) ao longo de mais de quatro décadas, somada aos seus investimentos de marketing, comunicação e inovação, auxilia

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

a Companhia na conversão de postos bandeira branca e na implantação de novos postos de serviço com bandeira BR.

Além da Rede de Postos, a Companhia dispõe de ampla carteira de clientes no segmento operacional de Grandes Consumidores. Ao longo de seus 46 anos de existência, a Companhia acredita ter desenvolvido uma capacidade singular de oferecer produtos e serviços a uma ampla variedade de setores da economia e a diferentes tipos de clientes e regiões, com diversificadas demandas e necessidades logísticas. Tal capacidade é corroborada pela liderança neste segmento operacional, possuindo um *market share* de 42,6% em 30 setembro de 2017, de acordo com dados do Sindicom. Destaca-se que neste segmento operacional a vinculação contratual não é usual. No entanto, a Companhia possui o índice de recorrência de fornecimento a 71% de sua base total de clientes deste segmento, sobretudo por conta de seus serviços de suporte técnico e instalação logística, bem como dos mais de 11.000 equipamentos próprios instalados em suas unidades.

A liderança na comercialização de produtos de aviação, conquistada em 1997, tem sido ampliada ao longo destes 20 anos, consolidando a BR Aviation em uma posição de destaque no mercado nacional, com participação superior de 55% nos últimos 10 anos, de acordo com dados do Sindicom.

A excelência operacional nos serviços de abastecimento de aeronaves para segmentos de clientes bastante diversificados, como companhias aéreas nacionais e internacionais, aviação executiva e comando militares; bem como a capilaridade da rede de aeroportos, presente em todos os estados do país, são diferenciais que sustentam a marca BR Aviation como referência nesse segmento no mercado brasileiro.

- *Marcas Altamente Reconhecidas*

A Companhia acredita que o reconhecimento e a credibilidade das marcas que utiliza ("BR", "Lubrax", “BR Mania”, “Lubrax+”, “Podium”, “Grid”) refletem a qualidade dos produtos e serviços que a Companhia oferece, a excelência das franquias de lojas de conveniência e de centros de serviços automotivos e a confiabilidade e eficiência de sua estrutura logística.

De acordo com pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência, a marca "BR" foi a mais lembrada pelos brasileiros no segmento de combustíveis em 2016, com participação de 38,1% dos apontamentos, posição de liderança que se mantém desde 2002. A marca "BR" também foi considerada a mais confiável e com melhor atendimento e qualidade em 2016, além de ter sido reconhecida como a marca dos postos de serviço mais utilizados pelos consumidores em 2016, de acordo com a mesma pesquisa.

A marca "BR" também foi reconhecida pela Folha de São Paulo (Folha Top of Mind 2016) como a mais lembrada do ano na categoria combustível, pelo 14º ano consecutivo, e eleita a marca preferida na categoria posto de combustível, pela revista Quatro Rodas, em 2016(“Preferred Company in Fuel Segment”) – liderança que é conferida à marca desde que a categoria foi criada, em 2004.

Além disso, a marca “Lubrax” foi eleita como a preferida de lubrificantes do Brasil, de acordo com o prêmio “Os Eleitos - 2016”, da Revista Quatro Rodas, marca invicta desde a criação da categoria, em 2006.

- *Ampla e Flexível Infraestrutura Logística e Capilaridade*

A Companhia possui ampla infraestrutura logística, com alcance nacional e capilaridade que permite a aquisição e distribuição de combustíveis e lubrificantes, com bases de armazenamento e distribuição estrategicamente distribuídas ao longo das cinco regiões brasileiras. Em 30 de setembro de 2017, a rede logística da Companhia incluía 91 bases de armazenamento de combustível, 15 depósitos de lubrificantes e 109 postos de abastecimentos de aeronaves nos aeroportos, movimentados através de uma frota terceirizada de aproximadamente 8.000 veículos, que roda aproximadamente 23,6 milhões de quilômetros por mês.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Além de ser detentora da maior capacidade de armazenamento entre as distribuidoras com 1,4 milhões de m^3, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017 da ANP, a Companhia possui o maior giro de tancagem, da ordem de 2,3 vezes ao mês, o que significa que o volume de vendas é maior que o dobro da capacidade da tancagem, conferindo à Companhia maior produtividade para esse ativo. A Companhia acredita dispor, ainda, de uma infraestrutura estrategicamente posicionada para permitir a importação de produtos, com presença nos 10 principais portos do país, sendo cinco instalações próprias e cinco contratadas com terceiros.

Apesar de sua infraestrutura atual ser capaz de absorver volumes maiores de venda, a Companhia realiza constantemente investimentos em suas bases para manter e reforçar seu posicionamento logístico e realizar melhorias operacionais e de automação das bases existentes, além de cumprir requisitos legais e de segurança operacional e patrimonial.

A Companhia acredita que sua infraestrutura logística a coloca em uma posição privilegiada, na medida em que lhe confere alcance, flexibilidade e eficiência para atender, em todo o território nacional, diversos tipos de demanda e alcançar diversos tipos de clientes, inclusive em áreas mais afastadas dos grandes centros.

- *Ampla Rede de Postos de Serviços Estrategicamente Posicionada como Plataforma para Novos Negócios*

A Companhia acredita que sua ampla Rede de Postos de serviço lhe possibilita realizar novos negócios que vão além dos 762 milhões de abastecimentos em média a cada ano, que se realizam em sua Rede de Postos. Por conta do alto fluxo constante, em média de 2 milhões de consumidores por dia, a Rede de Postos é uma plataforma multinegócios, que permite que a Companhia desenvolva programas como o Petrobras Premmia, a BR Mania, o Lubrax+, dentre outros.

O Petrobras Premmia, por exemplo, tem 11,4 milhões de membros cadastrados, de acordo com dados de 30 de setembro de 2017. Pelas lojas BR Mania circulam cerca de 105 milhões de clientes anualmente. Os centros Lubrax+ prestam serviços a, aproximadamente, 1 milhão de consumidores por ano. Além disso, na Rede de Postos de serviços e franquias BR Mania e Lubrax+ são realizadas cerca de 228 milhões de transações de cartão de crédito e débito aualmente via rede de adquirência parceira.

As informações geradas por todos esses pontos de contato com os consumidores de postos de serviços constituem insumos importantes sobre o seu comportamento e seus hábitos de consumo, e, combinadas com os sistemas de informação da Companhia (CRM, *big data*, *analytics*), proporcionam uma base para a geração de novos negócios e agregação de valor**.**

- *Governança Corporativa Diferenciada*

A Companhia aprovou a reforma de seu estatuto social, em adequação à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que elevou os padrões de governança a serem seguidos pelas empresas estatais e respectivas controladas ("Lei nº 13.303"), e às exigências do Novo Mercado, com a criação de comitês estatutários vinculados ao Conselho de Administração (Comitê de Auditoria; Comitê de Riscos e Financeiro; Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; e Comitê de Minoritários, os dois primeiros já instalados e em funcionamento).

O Conselho de Administração será composto por dez membros sendo, no mínimo, 50% independentes, sendo dois indicados pela Petrobras, por meio de lista tríplice elaborada por empresa especializada, e três diretamente indicados pelos acionistas minoritários. Além disso, os mandatos foram unificados para dois anos, de acordo com a Lei 13.303 e o Regulamento do Novo Mercado. Foram também limitadas as reconduções (máximo de três), estabelecendo os mesmos parâmetros para os membros da Diretoria Executiva. A eleição dos membros independentes do Conselho de Administração ocorrerá na primeira Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018, conforme previsto no estatuto social.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Também foi aprovada uma política de indicação dos membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, e a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia foi revisada. Em relação à esta última política, o Comitê de Minoritários avaliará as transações que são da alçada do Conselho de Administração a serem realizadas com a União, suas fundações e autarquias, com a Petrobras e com estatais federais. Nestes dois últimos casos, as transações fora do curso normal dos negócios precisarão ser aprovadas por dois terços dos membros do Conselho de Administração.

A Companhia aperfeiçoou a implantação de mecanismos de prevenção, detecção e resposta a eventos de fraude e corrupção, englobando, dentre outras iniciativas, a avaliação de integridade para designação de membros da administração e de todos os gerentes da Companhia (*background check*), além da realização de treinamentos para seus empregados com foco na disseminação de padrões éticos.

Ademais, a Diretoria Executiva e Gerências Executivas da Companhia são compostas por profissionais com extensa experiência e *know-how* em suas áreas, e com conhecimento nos respectivos mercados de atuação. Todos os atuais membros da Diretoria Executiva, por exemplo, possuem mais de 20 anos de experiência profissional, e vasta atuação no setor de distribuição de combustíveis.

Estratégia

O plano estratégico da Companhia é direcionado pela visão de ser referência no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes, inovando e agregando valor aos seus negócios. Aliando esse objetivo com o constante aprimoramento da eficiência e redução de custos em seus negócios, a Companhia acredita que reúne as competências para atingir sua estratégia de crescimento, expansão de negócios e aumento de rentabilidade.

- *Fortalecer a Liderança da Companhia no Mercado de Distribuição de Combustíveis e Lubrificantes*

A Companhia acredita que o cenário econômico atual e sua perspectiva para o futuro favorecem a estratégia de expansão de sua rede de postos de serviço por meio da conversão de postos bandeira branca. Baseado na diversificação da oferta de produtos, serviços, franquias de lojas de conveniência e de centros de serviços automotivos, além de apoio à gestão dos postos de serviço, a Companhia busca expandir sua rede de postos de serviços via incremento da conversão de postos bandeira branca em postos de serviço com bandeira BR.

Segundo dados da ANP, em 31 de dezembro de 2016, havia 17.128 postos “bandeira branca” no país, dos quais 44% identificados com potencial para conversão, considerando sua localização e o seu volume de vendas. A Companhia acredita que, pela confiança do consumidor na marca “BR”, converter um posto bandeira branca aumenta o fluxo de consumidores, a diversidade de produtos e serviços de maior valor agregado, e a garantia de suprimento, devido à eficiente infraestrutura logística da Companhia. Ao converter um posto de serviço bandeira branca em um posto de serviço com bandeira BR, a Companhia espera um automático aumento em seu volume de combustíveis e lubrificantes comercializados, além da expansão da rede de postos de serviços aos quais são distribuídos produtos e de franquias BR Mania e Lubrax+.

A Companhia fortalecerá suas ações do Plano Integrado de Marketing da Rede de Postos (“PIM”) para incrementar as vendas dos postos de serviços e franquias BR Mania e Lubrax+, e consequentemente da Companhia, além de ampliar a visibilidade da marca “BR”, reforçando seus atributos junto aos consumidores. Dentre as principais ferramentas e ações do PIM, destaca-se a intensificação das campanhas de publicidade e propaganda, dos eventos de relacionamento junto aos públicos de interesse da Companhia, do programa de fidelidade Petrobras Premmia, do programa de incentivo aos Revendedores (Desafio Petrobras), do programa de controle de qualidade nos postos de serviços com bandeira BR (De Olho no Combustível) e do programa de treinamento de atendimento e gestão para Revendedores e franqueados (Capacidade Máxima).

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A estratégia da Companhia também prevê o fortalecimento da proposta de valor e reconhecimento de sua excelência no segmento operacional de Grandes Consumidores, por meio da ampliação da oferta de serviços diferenciados de gestão de abastecimento de frota, desenvolvimento de produtos específicos para montadoras, gestão e monitoramento de estoque em clientes, consultoria em SMS, operação, gestão energética e ecoeficiência.

- *Promover Maior Eficiência com o Fortalecimento da Estrutura Logística, Redução de Custos e Aperfeiçoamento da Sinergia entre Negócios*

A Companhia pretende fomentar maior eficiência em sua operação, por meio da implementação de programas de redução de custos e otimização de processos, de forma a aumentar sua produtividade e rentabilidade, possibilitando a segurança de suas operações.

Os custos da contratação de frete são relevantes no negócio de distribuição da Companhia. Para reduzi-los, a Companhia busca constantemente renegociar seus contratos e gerenciar sua logística para aumentar a produtividade dos caminhões a seu serviço e utilizar modais de transporte mais competitivos.

Para otimizar os custos de movimentação de produtos em suas bases de armazenamento e de distribuição, a Companhia está promovendo melhoria em seus processos operacionais e implantando sistemas de suporte à operação e de automação.

Adicionalmente, com apoio de empresa de consultoria especializada, a Companhia está desenvolvendo a otimização de processos, simplificação da estrutura organizacional e implantação do Orçamento Base Zero (OBZ), buscando aumentar sua produtividade, agilidade e agregação de valor. A Companhia estima que iniciará a execução de tais ações a partir de 2018.

- *Aprimorar a Eficiência na Aquisição de Produtos*

A aquisição de derivados de petróleo e biocombustíveis e a gestão da estrutura logística relacionada são processos chaves na cadeia de valor da Companhia e impactam diretamente em seu desempenho comercial.

A Petrobras é a mais importante fornecedora do mercado de combustíveis no Brasil, respondendo, atualmente, por cerca de 80% do fornecimento de diesel e gasolina, e 100% do fornecimento de querosene de aviação e de óleo combustível da Companhia.

Ao mesmo tempo, a Companhia busca constantemente fontes alternativas de suprimentos que reduzam o custo de produto vendido (CPV), que é fundamental para manter a competitividade e o crescimento sustentável de suas operações comerciais. Em função disso, a Companhia aprimorou os procedimentos de importação de combustíveis, com a implantação de equipe dedicada às atividades de *trading* e derivativos, bem como reavalia constantemente sua estrutura logística, para garantir que a Companhia esteja plenamente capacitada para a flexibilização de novos fornecedores.

O elevado volume de compra de biocombustíveis no mercado brasileiro confere à Companhia maior poder de negociação com seus fornecedores. Considerando sua estratégia de fortalecimento da liderança, a Companhia pretende auferir ganhos de escala incrementais e de otimização logística, bem como escolher as alternativas de suprimento mais adequadas a cada momento, sejam elas nacionais ou internacionais.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

- *Continuar a Expansão de Suas Fontes de Receita Adicionais*

A Companhia acredita ter um significativo potencial para aumentar as receitas existentes e gerar receitas adicionais, tendo em vista que a sua rede de postos de serviços pode ser expandida, seja pela conversão de postos bandeira branca em postos de serviços com a marca "BR", seja pelo crescimento da penetração das redes de franquia de lojas de conveniência BR Mania e dos centros de serviços automotivos LUBRAX+.

Adicionalmente, a Companhia entende que estas fontes de receitas adicionais se originam: (i) da expansão da base de franquias; (ii) da revisão do modelo de negócios da BR Mania; e (iii) do aumento da participação das gasolinas de maior valor agregado dentre os produtos vendidos.

A Companhia acredita que a rede Lubrax+ aumenta a receita dos postos de serviços e fortalece a fidelização do consumidor, incrementando as vendas de lubrificantes. Dessa forma, a Companhia pretende ampliar a rede Lubrax+, visando o crescimento das receitas com royalties e também do lucro com a venda de lubrificantes.

A Companhia entende que as lojas BR Mania, ao contribuírem para uma melhor experiência de compra para o consumidor dos postos de serviços, aumentam as vendas de combustíveis e geram receita adicional, rentabilizando o metro quadrado dos postos de serviços. A Companhia acredita que há um grande potencial de expansão da rede BR Mania, uma vez que apenas 18,4% dos postos do país possuem lojas de conveniência, o que, comparado a outros mercados, representa uma baixa taxa de penetração. Segundo estudo realizado pela consultoria "Cognatis", divulgado em 2016, a presença da BR Mania nos postos de serviço aumenta, em média, 17% em razão do aumento do fluxo de consumidores nos postos de serviço.

Além do maior volume de combustíveis vendido, a ampliação da rede BR Mania apresenta um leque de oportunidades de negócios, tais como (i) compra e venda de produtos, gerando maior poder de negociação e ganhos de escala; (ii) aumento das parcerias comerciais, para introduzir novos produtos e serviços; (iii) operação direta das lojas BR Mania; (iv) e expansão das lojas em locais estratégicos, não limitados a postos de serviço. Adicionalmente, a ampliação da rede BR Mania proporcionará maior recebimento de receita de royalties e taxa de franquia. Com foco nessa estratégia, a Companhia contratou uma empresa de consultoria especializada, para auxilia-la na expansão e reavaliação do modelo de negócios da rede BR Mania.

As gasolinas Grid e Podium, por serem produtos de maior valor agregado, são comercializadas por preço superior ao da gasolina comum e proporcionam maiores margens à Companhia. A Companhia pretende aumentar a participação desses produtos no *mix* de gasolinas vendidas, mediante a realização de campanhas publicitárias focadas, incentivo aos Revendedores e o aumento do número de postos de serviços que oferecem tais gasolinas.

- *Expandir segmentos com maior potencial de geração de valor e desinvestir de negócios não relacionados às atividades principais da Companhia*

A Companhia continuará selecionando suas opções de negócios com base na busca por valor adicionado, fomentando a expansão de negócios com maior potencial de rentabilidade e desinvestindo de segmentos não relacionados a sua atividade-fim (*core business*).

Nessa linha, a Companhia pretende iniciar, em janeiro de 2018, a ampliação de 55% da capacidade de produção de sua fábrica de lubrificantes em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. A Companhia tem como objetivo aumentar suas vendas de lubrificantes da linha Lubrax, resultando em maior rentabilidade devido às maiores margens proporcionadas por este produto. Com a conclusão da referida ampliação, prevista para o final de 2019, a fábrica de lubrificantes da Companhia em Duque de Caxias passará a ter capacidade instalada de 42 mil m³ por mês, contra os 27 mil m^3 atuais.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Além disso, a estratégia da Companhia prevê a ampliação do programa de fidelidade Petrobras Premmia, de modo a atingir um número ainda maior de participantes e, para isso, a Companhia contratou empresa especializada no assunto, com o objetivo de avaliar e recomendar a melhor alternativa de desenvolvimento e modelo de negócio para o programa.

O uso de tecnologia digital para apoiar o desenvolvimento de novos segmentos de atuação ou dos já existentes é outro pilar estratégico para a expansão dos negócios da Companhia. A Companhia aprofundará a análise dos hábitos de consumo e perfil dos consumidores dos postos de serviços, para desenvolver produtos e serviços voltados para esse público, que é cada vez mais ligado a facilidades digitais nas suas transações comerciais. Com isso, a proposta de valor da Companhia será ajustada às necessidades deste público, possibilitando maior fluxo, crescimento do volume de vendas, aumento da rentabilidade e fidelização.

Adicionalmente, alinhado ao direcionamento estratégico de fortalecimento de seu *core-business*, a Companhia pretende avançar na alienação de ativos com foco na otimização da estrutura de capital. Para tanto, a Companhia pretende desinvestir de negócios não relacionados aos seus objetivos estratégicos.

Relacionamento com a União Federal

A Companhia é uma sociedade anônima controlada diretamente pela Petrobras e indiretamente pela União Federal. De acordo com autorização prevista na Lei nº 9.478/97, a Companhia pode se associar, com ou sem controle societário, com outras empresas que integrem a indústria do petróleo para realizar atividades de seu objeto social.

A Petrobras pode orientar as atividades da Companhia com a finalidade de atender ao interesse público que justificou sua criação, nos termos do artigo 238 da Lei 6.404/76. Contudo, a manifestação do referido interesse público deve ser compatível com objeto social da Companhia. Para maiores informações sobre riscos envolvidos na manifestação do interesse público, vide a *Seção 4 – Fatores de Risco* do Formulário de Referência.

Desta forma, na persecução do interesse público, a Companhia somente atenderá políticas públicas que: (i) estejam alinhadas com as Leis 9.478/97 e 13.303/16; (ii) sejam compatíveis com seu objeto social; (iii) não coloquem em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira; e (iv) sejam formalizadas por meio de norma, regulamento ou instrumento específico.

Considerando que (i) os parâmetros objetivos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016 determinam que a Companhia somente atenderá políticas públicas que estejam previstas em norma, regulamento ou instrumento específico e que (ii) a administração da Companhia definiu como objetivo fundamental da Companhia a melhoria de seus indicadores de rentabilidade, a Companhia não identifica, no ano de 2017, nenhuma ação ou projeto que possa ser enquadrado em tais critérios.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Informações sobre segmentos operacionais

A Diretoria Executiva da Companhia, responsável pelas decisões operacionais e estratégicas, avalia os seguintes componentes para classificar os negócios da Companhia: perfil, mercados e região de atuação dos clientes. Neste sentido, a Diretoria Executiva considera as atividades comerciais da Companhia divididas nos seguintes segmentos operacionais:

(i) Rede de Postos, que consiste no fornecimento de combustíveis e lubrificantes para postos de serviço no mercado varejista, em sua maioria em regime exclusivo de fornecimento, e no oferecimento de franquias das lojas BR Mania e dos centros LUBRAX+ Serviços Automotivos.

(ii) Grandes Consumidores, que inclui a distribuição de combustíveis e lubrificantes para clientes corporativos e entidades governamentais e prestação de serviços relacionados, sendo que a distribuição pode ocorrer (a) mediante celebração de contratos de fornecimento em regime de exclusividade com a Companhia ou (b) em regime de venda sob demanda *(spot)*, sem exclusividade de distribuição. Já em relação aos clientes que, além de adquirirem combustíveis e lubrificantes, são comodatárias de equipamento de propriedade da Companhia, os respectivos contratos de fornecimento são celebrados sob regime de exclusividade.

(iii) Produtos de Aviação, que engloba a distribuição de combustíveis e lubrificantes para companhias aéreas, fabricantes de aeronaves, bem como para revendedores de combustíveis e lubrificantes ("Revendedores") e a prestação de serviços relacionados, sendo que, com relação (a) aos Revendedores, os respectivos contratos de fornecimento conferem exclusividade à Companhia em relação a todos os produtos que o Revendedor comercializa nos aeroportos especificados no referido contrato; e (b) às companhias aéreas e fabricantes de aeronaves, os respectivos contratos de fornecimento são celebrados com cláusula de exclusividade de fornecimento para um percentual do volume mensal definido em contrato, podendo englobar a totalidade ou não; e

(iv) Outros, que inclui os subsegmentos operacionais de Químicos, Energia e Asfalto.

a. Produtos e Serviços Comercializados

(i) Rede de Postos

O segmento operacional Rede de Postos, cujas vendas representaram 59,7% da receita de vendas por segmento da Companhia nos primeiros nove meses de 2017, engloba a distribuição de combustíveis e lubrificantes automotivos, como diesel, gasolina, etanol, gás natural veicular (GNV) e a concessão das franquias BR Mania e LUBRAX+ Serviços Automotivos para postos de serviço.

A Companhia está presente em todo o território nacional, distribuindo combustíveis e lubrificantes automotivos para a Rede de Postos, com participação de mercado de 25,4% em 2016, em termos de volume de combustível e lubrificante, de acordo com estimativas elaboradas pela Companhia, baseadas nos dados do Sindicom e da ANP. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia era distribuidora de 8.212 postos de serviço em regime de fornecimento exclusivo, dos quais 7.586 são de propriedade de terceiros, 625 são de propriedade da Companhia e locados ou sublocados para operação por terceiros e 1 é de propriedade da Companhia e funciona como unidade de posto-escola, onde são desenvolvidos e testados novos produtos e tecnologias desenvolvidas pela Companhia. Além disso, em 30 de setembro de 2017, a Companhia comercializava combustível e lubrificantes para 1.686 postos de serviço de bandeira branca, ou seja, postos de serviço que não possuem contratos de exclusividade de licença de uso de marca das distribuidoras afiliadas ao SINDICOM.

A Rede de Postos em regime de fornecimento exclusivo opera com a marca "BR", a mais reconhecida entre os consumidores, conforme as premiações "Top of Mind 2016 in the Fuel Segment" (Top of Mind 2016, pesquisa realizada entre 1º e 10 de agosto de 2016 pela Folha de São Paulo, publicada em outubro de 2016) e "Preferred Company in the Fuel Segment" (pesquisa realizada entre julho e agosto de 2016

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

pela Revista Quatro Rodas, publicada em outubro de 2016). Além disso, a Companhia lidera o *ranking* da Revista Exame nos quesitos “Maior Empresa no Comércio por Vendas” e “A empresa que mais gera riqueza por empregado” (com base na última divulgação anual dos Maiores e Melhores 2016, da Revista Exame).

A Companhia oferece uma ampla gama de produtos para o mercado varejista, incluindo diferentes tipos de combustíveis e lubrificantes, além das franquias BR Mania e LUBRAX+ Serviços Automotivos. Neste modelo, o consumidor final tem acesso a diversos produtos de conveniência nas franquias BR Mania e a serviços de revisão e manutenção automotivos nas franquias LUBRAX+ Serviços Automotivos. Além disso, ambas as marcas “LUBRAX+” e “BR Mania” estão entre as 10 maiores marcas de franquias no Brasil, de acordo com a publicação “50 Maiores Marcas de Franquias no Brasil em 2016 por unidades”, da Associação Brasileira de Franchising (ABF).

Segue abaixo uma lista com a descrição de alguns desses produtos e serviços:

Petrobras Podium
A gasolina *Petrobras Podium* possui alta octanagem, com índice antidetonante – IAD igual a 97 típico (garantindo como mínimo de especificação de 95), resistindo a altas temperaturas na câmara de combustão quando entra em contato com o ar, sem sofrer detonação (batida de pino), o que minimiza danos ao motor. Seu percentual de etanol é de, no mínimo, 25%, conforme definido na legislação brasileira, e possui menor teor de enxofre em sua composição (até 30 partes por milhão - ppm). Isso significa que a gasolina Petrobras Podium emite menos gases poluentes no meio ambiente se comparada à gasolina convencional (cujo teor máximo de enxofre é de 50 ppm). Além disso, a gasolina Petrobras Podium possui aditivos como: (i) detergentes e dispersantes, que limpam o sistema de alimentação de combustível; e (ii) modificadores de atrito, que reduzem o desgaste das peças e, consequentemente, os custos de manutenção do veículo. A Petrobras Podium, por ser uma gasolina de alto valor agregado, é comercializada exclusivamente pelos postos de serviço com a bandeira BR e certificados pelo programa De Olho no Combustível.

Petrobras Grid
A gasolina *Petrobras Grid* é um produto intermediário entre a gasolina comum e a gasolina *Petrobras Podium.* Possui características de octanagem e de teor de enxofre semelhantes à gasolina comum, contendo, no entanto, aditivos que mantêm limpo o sistema de alimentação de combustível e reduzem o desgaste das peças e, consequentemente, os custos de manutenção do veículo. Esta gasolina é vendida somente com a marca “Petrobras Grid”, exclusivamente pelos postos de serviço com a bandeira BR e que sejam certificados pelo programa De Olho no Combustível. Postos bandeira branca podem comercializar esta gasolina sem fazer referência à marca Petrobras Grid em sua comercialização, apenas designando-a “gasolina aditivada”.

Gasolina Comum
A gasolina comum é a gasolina convencional comercializada no mercado nacional. É composta por cerca 27% de etanol anidro, percentual definido por legislação, e não possui aditivos detergentes ou dispersantes.

Lojas BR Mania
As lojas BR Mania são oferecidas em um formato de franquia aos Revendedores dos postos de serviço que optam por incluir o serviço de loja de conveniência em sua(s) unidade(s).

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia firma o contrato de franquia, disciplinando diversos aspectos do negócio, tais como licença do uso da marca, uso do estabelecimento comercial para a franquia, operação (produtos, equipamentos e serviços), realização de promoções, obrigações da Companhia na qualidade de franqueador, obrigações do franqueado, taxas e remunerações, vigência do contrato, fiscalização e rescisão. O prazo do contrato de franquia está atrelado ao prazo do contrato de compra e venda de combustíveis firmado entre a Companhia e o posto de serviços em questão.

Após a celebração de referidos contratos de franquia, os franqueados têm como benefícios: (i) o estudo do potencial do ponto pela Companhia, detalhando o potencial de vendas, o tamanho da loja e os serviços a serem disponibilizados; (ii) projeto arquitetônico desenvolvido pela Companhia especificamente para cada unidade; (iii) sistema de automação específico para o ramo de lojas de conveniência; (iv) produtos e serviços recomendados; (v) condições diferenciadas (em relação a fornecimento, preços, prazos, etc) junto a determinados fornecedores, negociadas pela Companhia; (vi) treinamentos específicos voltados à operação do negócio; e (vii) manuais e procedimentos para a gestão adequada do negócio.

Os custos incorridos pelo franqueado correspondem ao (i) mobiliário e equipamentos necessários para o funcionamento da loja, tais como conjunto de mobiliário, utensílios, equipamentos e elementos de comunicação visual que compõem o ambiente da loja de conveniência,; (ii) estoque inicial; (iii) reserva técnica, referente aos gastos iniciais com pessoal; (iv) pagamento de tributos e outras despesas; (v) taxa de franquia; (vi) projetos e obra civil, custo variável, conforme porte do projeto e a região; e (vii) custos mensais de *royalties* e taxa de marketing, detalhados adiante.

O valor mensal de faturamento de cada loja é variável, sendo definido conforme avaliação feita para cada ponto. O sistema de automação da loja, utilizado para registro das vendas e controle de faturamento, implica custos de instalação/treinamento (taxa única) e manutenção mensal. Sobre o faturamento registrado (ou sobre o piso mínimo de faturamento, o que for maior), cabe ao franqueado pagar *royalties* e taxa de marketing à Companhia, cobrada mensalmente.

As lojas BR Mania somente são encontradas em postos de serviço com a bandeira BR, não podendo ser instaladas em postos das demais distribuidoras de combustíveis ou em postos bandeira branca. Também há possibilidade de instalação de lojas BR Mania fora da Rede de Postos, embora este não seja o foco da Companhia. Ressalta-se que há uma loja conceito BR Mania localizada no edifício sede da Companhia.

Os produtos comercializados nas lojas BR Mania são adquiridos de duas formas: (i) os produtos de marca própria são comprados exclusivamente de fornecedores indicados pela Companhia, por meio de um portal de *e-commerce* próprio, e entregues por meio de uma logística gerida pela Companhia e, de acordo com o produto; e (ii) os produtos de outras marcas são comprados diretamente de outros fornecedores, desde que não concorrentes com os produtos do item (i) acima e previamente homologados pela Companhia, não existindo exclusividade em sua compra. O pagamento destes produtos é feito diretamente pelo franqueado aos fornecedores, que também providenciam a sua entrega.

Para a Companhia, o investimento nas franquias das lojas BR Mania está relacionado à estratégia definida em seu Plano Estratégico 2030 (plano que contempla cenários, estratégias e metas estabelecidas para a Companhia no longo prazo), que estabelece, dentre outras diretrizes, a extração de maior valor do mercado de varejo por meio do estímulo ao segmento de não-combustíveis. As lojas BR Mania possibilitam à Rede de Postos a geração de receitas adicionais à Companhia e aos franqueados, além da venda de

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

combustíveis e lubrificantes, atraindo e fidelizando consumidores por meio da ampliação dos serviços oferecidos.

São oferecidos nas lojas BR Mania mais de 150 produtos de conveniência e opções de *foodservice*, como refeições rápidas, lanches, saladas, cafés especiais, doces e salgados. Algumas lojas BR Mania contemplam seções especializadas em determinados produtos, quais sejam, em pães, cafés, e sanduíches naturais e saladas. Em 30 de setembro de 2017, a BR Mania atingiu a marca de 1.294 unidades presentes em 16% da Rede de Postos, sendo 484 com BR Mania Café, 231 com BR Mania Padaria e 124 com o serviço Sanduíches e Saladas. No período de janeiro a setembro de 2017 a BR Mania teve 76,3 milhões de consumidores atendidos e foram lançados 19 produtos na linha de food service de marca própria. Em 2017 houve ainda o lançamento, na Expopostos em SP, de dois novos serviços: Burgueria e Pizzaria BR Mania.

Os contratos de franquia preveem a composição de um conselho consultivo de revenda e franquias na Companhia ("Conselho Consultivo da Revenda e Franquia Petrobras") que tem por objetivo instaurar um processo de comunicação eficaz, constante e interativo entre a Companhia (na qualidade de franqueadora), e seus franqueados, permitindo a participação efetiva destes na formulação de planos, projetos e políticas da rede BR Mania, visando o desenvolvimento das franquias de lojas BR Mania. O Conselho Consultivo da Revenda e Franquias Petrobras é composto por 15 membros, sendo 6 (seis) representantes da Companhia e 9 (nove) representantes dos franqueados.

LUBRAX+Serviços Automotivos

Da mesma forma que as lojas BR Mania, os centros LUBRAX+ Serviços Automotivos também são oferecidos em um formato de franquia, desta vez, aos revendedores dos postos de serviço que oferecem serviços de manutenção de veículos automotivos, como troca de óleo, assistência técnica e verificação gratuita de itens relacionados aos serviços de manutenção veicular. A franquia LUBRAX+ é oferecida somente aos postos de serviço que apresentam potencial para sua instalação, considerando a avaliação do ponto feita pela Companhia e o perfil do potencial franqueado.

O contrato de franquia dispõe que o franqueado (i) obtém a licença de uso da marca em caráter não exclusivo e temporário; (ii) comercialização de serviços e produtos exclusivamente da franqueadora; (iii) obrigatoriedade do franqueado na manutenção da imagem e equipamentos, assim como da prestação de serviços padrão da franqueadora e obrigatoriedade do franqueado em adquirir ou utilizar apenas os produtos, equipamentos, serviços, *softwares* de automação comercial, *layout* e métodos de operação indicados pelo franqueador. O prazo médio dos contratos de franquia é o mesmo dos contratos com os postos. O contrato obriga o franqueado ao pagamento de custos de implantação da franquia, do pagamento de *royalties* e taxa de franquia e benefícios de um modelo de negócios formatado com treinamento, suporte e sistemas operacionais.

A Companhia possui um canal de vendas de seus produtos e serviços de forma padronizada e de maior valor agregado com a captura de maior margem, além de auferir receitas do faturamento de suas franquias através dos *royalties* e custos de suporte e controle operacional. O franqueado pode adquirir apenas lubrificantes da marca Lubrax+ e aqueles produtos que sejam autorizados pela Companhia, contemplando aqueles que estejam previstos nos acordos comerciais celebrados.

O faturamento previsto para cada unidade (piso mínimo) é definido conforme avaliação do ponto feita pela Companhia. Instalada a franquia, ao franqueado, cabe realizar o pagamento: (i) mensal de *royalties*; (ii) mensal da taxa de *marketing*, destinada ao desenvolvimento de ações mercadológicas envolvendo a rede franqueada; (iii) da taxa única para instalação do

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

software LUBRAX+ Automotivo; e (iii) da taxa mensal de manutenção do software LUBRAX+ Automotivo.

Os produtos comercializados nos centros LUBRAX+ são adquiridos de duas formas: (i) os produtos da linha Lubrax são comprados diretamente da Companhia ou de Revendedores, que adquirem os produtos em grandes quantidades da Companhia e revendem para essas franquias; e (ii) os demais produtos de outras marcas são comprados diretamente dos fornecedores (desde que não concorrentes e previamente homologados pela Companhia).

Os centros LUBRAX+ representam uma oportunidade ao Revendedor dos postos de serviço de aumentar seu portfólio de serviços, estimular a venda de lubrificantes e, consequentemente, suas receitas. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia contava com 1.572 centros LUBRAX+, presentes em aproximadamente 19% da rede de postos com bandeira BR.

Programa de Certificação de Postos – De Olho no Combustível

O Programa de Certificação de Postos Petrobras – De Olho no Combustível (DOC) visa uniformizar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos consumidores finais. O programa procura fazer com que a experiência de compra do consumidor seja a mesma em todos os postos de serviço da Rede de Postos da Companhia.

Por meio do programa DOC, a qualidade dos combustíveis oferecidos aos consumidores em cada um dos postos com bandeira BR é atestada por equipes terceirizadas contratadas (sendo os custos arcados pela Companhia), com uma periodicidade média de 4 meses. Além disso, a cada visita técnica, o programa também oferece treinamentos para os responsáveis pelo serviço de armazenagem e recebimento do combustível, devolução de produtos e limpeza de tanques e filtros, cujos custos também são arcados pela Companhia. Caso seja verificada a existência de gasolina adulterada em um dos postos de serviço com bandeira BR que tenha obtido a certificação do programa DOC, este posto pode perder a certificação, assim como o direito de uso da marca “BR”, por meio da rescisão do contrato de embandeiramento.

Plano Integrado de Marketing (PIM)

O Plano Integrado de Marketing (PIM) é um conjunto de ações que objetiva incrementar as vendas da Companhia e, consequentemente, as vendas da Rede de Postos, além de ampliar a visibilidade das marcas “Petrobras” e “BR”, reforçando seus atributos junto aos consumidores. O PIM foi implantado em 2009 e atualmente está em sua 9ª edição.

Para atender seu objetivo, o PIM utiliza ferramentas de marketing e ações divididas em seis pilares:

a) Comunicação, Imagem e Marca: ações de publicidade e propaganda, comunicação e imagem dos postos de serviço e franquias, entre outras ações que valorizam a marca “Petrobras” e “BR”;
b) Relacionamento: realização de eventos nacionais e regionais, com o objetivo de difundir os atributos das marcas, produtos e serviços da Rede de Postos aos seus públicos de interesse;
c) Petrobras Premmia: programa de fidelidade voltado para os consumidores, que objetiva retê-los, aumentar a sua frequência de compra e atrair novos consumidores para a Rede de Postos por meio da oferta de recompensas em reconhecimento à sua preferência;
d) Promoções: ações para dinamização do ponto de venda, atração de novos consumidores para a Rede de Postos e franquias e aumento dos cadastros no programa Petrobras Premmia;
e) Desafio Petrobras: programa de incentivo que reconhece e recompensa os melhores desempenhos de Revendedores, franqueados, equipes de postos de serviço, franquias e funcionários da Companhia, de acordo com o atingimento de metas de vendas e atendimento;

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

f) Capacidade Máxima: programa de capacitação voltado para os públicos gerenciais (Revendedores, franqueados e gerentes de postos de serviço e lojas) e operacionais (frentistas, promotores de lojas e técnicos de lubrificação), com o objetivo capacitar os participantes no atendimento e vendas na Rede de Postos.

A Companhia realiza tais ações utilizando recursos próprios, provenientes de parte do Fundo de Marketing, composto pelos pagamentos realizados pelos Revendedores, franqueados e parceiros comerciais.

A participação dos Revendedores no PIM é facultativa e, preenchidos os requisitos de certificação estabelecidos pelo Programa de Olho no Combustível e aprovação da área comercial da Companhia, o revendedor interessado em participar do PIM deve assinar um termo de adesão específico. Os valores da adesão variam de acordo com a faixa de volume de venda de combustíveis. Já os franqueados BR Mania e LUBRAX+ participam do PIM automaticamente ao contribuírem mensalmente com a taxa de marketing.

Ao longo dos últimos anos, os Revendedores e franqueados participantes do PIM têm obtido taxas de crescimento de vendas superiores à do mercado e à dos postos de serviço e franquias que não participam do Plano.

Petrobras Premmia

O *Petrobras Premmia* é um programa de relacionamento e fidelização da Companhia com os consumidores finais da Rede de Postos, contando com mais de 11,4 milhões de participantes inscritos em 30 de setembro de 2017.

Para participar do programa Petrobras Premia, o revendedor do posto de serviços com bandeira BR deve realizar sua adesão ao Plano Integrado de Marketing (PIM), conforme acima descrito. Por sua vez, as franquias BR Mania e LUBRAX+, participam do Petrobras Premmia automaticamente, desde que estejam adimplentes com o pagamento da taxa de marketing. Em 30 de setembro de 2017, integravam o programa Petrobras Premmia: (i) 5.329 postos de serviço com bandeira BR, representando 65% do total; (ii) 1.084 lojas de conveniência BR Mania, representando 84% do total; e (iii) 1.338 centros LUBRAX+, representando 85% do total.

Compras de combustível em postos de serviço com bandeira BR participantes, consumo de produtos e/ou serviços nas lojas de conveniência BR Mania e trocas de óleo realizadas nas franquias LUBRAX+ realizadas por consumidores registrados no programa Petrobras Premmia são convertidos em pontos, que podem ser trocados pelos consumidores por: (i) descontos nas trocas de óleo nas unidades LUBRAX+; (ii) produtos de marca própria nas lojas de conveniência BR Mania; (iii) vales-combustível; (iv) ingressos para eventos culturais e esportivos; (v) pontos do programa Tudo Azul (o programa de fidelidade da Azul Linhas Aéreas); e (vi) descontos em parceiros de diversos segmentos de varejo.

Em relação às franquias, os valores dos descontos fornecidos nos centros LUBRAX+ e os produtos BR Mania fornecidos aos participantes do programa Petrobas Premmia são reembolsados pela Companhia aos franqueados, por meio de abatimento do valor de *royalties* devidos pelo franqueado no mesmo período. Em relação ao vale-combustível, o pagamento é feito mediante crédito do Revendedor contra a Companhia.

Rede Siga Bem

A Rede Siga Bem é a rede de excelência de postos rodoviários da Companhia, atualmente composta por 93 postos de serviço distribuídos em 22 Estados e em 32 rodovias em todo o país, das quais destacam-se BR-101, BR-116, BR-040 e BR-365, e que possuem infraestrutura e serviços diferenciados para atendimento aos caminhoneiros e transportadoras.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Os postos que fazem parte da Rede Siga Bem são caracterizados por logotipo e padrão de imagem próprios e devem, obrigatoriamente, aderir ao PIM. Possuem área mínima de 15.000 m² e são equipados com banheiros, restaurantes e sistema de controle de abastecimento CTF-BR (focado na fidelização de frotas e gestão de abastecimento de veículos transportadores de carga).

Nessas localidades, os caminhoneiros contam com serviços especializados, incluindo áreas de estacionamento, calçadas iluminadas, área para acomodação, oficinas, borracharia, além de fornecimento dos produtos da BR específicos para o segmento rodoviário, tais como Diesel S-10, Diesel S-500, Flua (Arla 32), lubrificantes da linha Lubrax tais como Advento, Avante, Top Turbo e Extra Turbo e graxas como Lubrax Chassis e Autolith.

Embora represente 6% dos 1.547 postos rodoviários com bandeira BR localizados em rodovias, a Rede Siga Bem é responsável por 26% do volume total de vendas de diesel realizadas neste segmento.

Programa Capacidade Máxima

Desenvolvido exclusivamente para a Rede de Postos da Companhia, o Programa Capacidade Máxima visa capacitar Revendedores, franqueados e suas equipes, por meio de cursos customizados para este público, oferecendo o suporte necessário para que atuem com excelência. O objetivo do programa é apoiar a gestão do negócio e assegurar um atendimento diferenciado aos consumidores, de forma a tornar a experiência na Rede de Postos da Companhia um momento especial.

O Programa Capacidade Máxima é implantado através de cursos ministrados em salas de aula convencionais e em 17 Unidades Móveis de Treinamento (UMT), ônibus transformados em salas de aula que circulam por todo o Brasil. O programa ainda dispõe de um Treinamento no Local de Trabalho (TLT), que visa reforçar o padrão de atendimento da Petrobras diretamente nos postos de serviço. Além de conteúdos técnicos, o programa aborda responsabilidade social, combate à violência contra a mulher e promoção da igualdade racial, por meio de vídeos e materiais informativos.

A Companhia realiza tais ações utilizando recursos próprios, previstos no seu Plano Anual de Negócios, e provenientes de parte do Fundo de Marketing, composto (i) pelos pagamentos realizados pelos Revendedores para aderir ao programa e (ii) por parte dos valores das taxas de marketing das franquias BR Mania e Lubrax+, sendo a Companhia a gestora desses recursos.

(ii) Grandes Consumidores

O segmento operacional Grandes Consumidores atende cerca de 6 mil grandes clientes, assim considerados em termos de volume de produtos adquiridos, e engloba a distribuição de combustíveis e lubrificantes para diferentes setores e indústrias da economia, como metalurgia, siderurgia, mineração, sucroalcooleiro, têxtil, usinas termelétricas, papel e celulose, alimentos e bebidas, cimento e cerâmica, química e petroquímica.

A Companhia realiza a instalação de equipamentos, em geral, em regime de comodato, nos locais estabelecidos pelos clientes consumidores, para fins de armazenagem e abastecimento de combustíveis, como contrapartida em acordos comerciais. As instalações típicas incluem tanques, bombas, filtros e equipamentos assessórios para a instalação de postos de abastecimento, incluindo as obras de instalação e, em alguns casos, o serviço de manutenção desses equipamentos. As instalações fornecidas pela Companhia são implantadas de acordo com as normas de engenharia aplicáveis, visando reduzir os riscos de saúde ocupacional, meio ambiente e segurança ("SMS") envolvidos nas operações de postos de abastecimento de combustíveis – contaminação ambiental, incêndio, acidente pessoal, entre outros. Neste

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

sentido, a Gerência de Grandes Consumidores (GGC), responsável pelo atendimento aos clientes deste segmento, realiza um programa de gestão permanente para mitigar tais riscos de SMS, por meio do sistema Sistema de Informação de Instalações (SISIN), além de realizar inventário anual para identificar as eventuais perdas dos equipamentos em questão.

Entre os combustíveis comercializados nesse segmento operacional destacam-se o diesel, que representou 72,0% do volume vendido até o terceiro trimestre de 2017, e o óleo combustível, que representou 25,8% do volume vendido no mesmo período.

A atuação da Companhia no segmento operacional Grandes Consumidores também inclui oferecimento de serviços, prestados por meio de empresas terceirizadas, que contam com treinamentos técnicos de coleta de óleo em uso, e manuseio de lubrificantes fornecidos pela Companhia, com exceção dos serviços referentes a lubrificação, que possui uma equipe mista de terceirizados e funcionários da Companhia. Dentre estes serviços estão os seguintes:

1- **Oferta de Sistema de Gestão de Frotas (Controle Total de Frotas BR (CTF BR))**: Fornecimento de serviços de gestão e monitoramento de abastecimento que contribuem para a venda de produtos pela Companhia, bem como para retenção e fidelização dos clientes. Atualmente, existem mais de 55.000 veículos utilizando o sistema CTF BR, em aproximadamente 1.000 pontos de abastecimento, movimentando mais 900.000 m³ de combustíveis por ano.

2- **Oferta de Centrais Avançadas de Inspeção e Serviço (CAIS)**: Fornecimento de produtos, incluindo combustíveis, lubrificantes, aditivos como o Arla 32, conhecido como Flua, e serviços agregados de gestão de abastecimento e manutenção para seis consórcios de empresas que compartilham ativos e diluem seus custos de operação por meio de seis garagens compartilhadas para atendimento ao segmento de Transporte de Cargas. Os consórcios estão presentes em quatro estados (Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco), nos municípios de Ponto Grossa (PR), Cubatão e São José dos Campos (SP), Uberlândia e Betim (MG), e Recife (PE). Esses consórcios movimentam mais de 55.000 m³ de combustíveis por ano, com lucro bruto superior a R$ 15,5 milhões por ano. Os consórcios congregam 149 empresas que compartilham área total de 230.000 m², com mais de 480 vagas para caminhões pesados e capacidade de armazenamento (tancagem) total superior a 700 m³.

3- **Serviços de lubrificação**: Consultoria em lubrificação para o mercado consumidor, por meio do: (i) Lubrax System, software de gestão de lubrificantes e de manutenção; (ii) Lubrax Express, serviço de análise de óleo em uso, que inclui ferrografia, aumentando a confiabilidade na operação dos clientes; (iii) desenvolvimento de alternativas de equipamentos de abastecimento de lubrificantes em clientes finais; (iv) análise de alternativas de modais de entrega para otimização de fretes; (v) produção de óleos especiais extrafiltrados para aplicações críticas; e (vi) desenvolvimento de produtos específicos para montadoras.

A presença da Companhia no segmento operacional Grandes Consumidores contribui para a resiliência e previsibilidade do modelo de negócios da Companhia. Além disso, é importante destacar a fidelidade dos clientes classificados como Grandes Consumidores. Eles representam 26,5% do volume de combustíveis e lubrificantes vendidos pela Companhia, sendo que apenas 41,4% da totalidade de do volume vendido aos clientes do segmento operacional Grandes Consumidores provem de contrato de exclusividade.

Segue abaixo uma lista com a descrição de alguns desses produtos e serviços:

Óleo Combustível
Bastante utilizado na indústria moderna para aquecimento de fornos e caldeiras ou em motores de combustão interna para geração de calor, os óleos combustíveis dividem-se em diversos tipos, de acordo com sua origem e suas características. O uso do óleo combustível como fonte energética em equipamentos industriais será mais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

eficiente quanto maior eficiente for sua queima. Deve-se levar em conta as recomendações do fabricante do equipamento e os aspectos de segurança relativos a armazenagem, transporte e manuseio do produto.

O Add Cleaner Petrobras é um óleo combustível industrial, desenvolvido pela Companhia, para proporcionar uma combustão mais limpa e eficiente, com menor emissão de materiais particulados. Além disso, contém um aditivo especialmente desenvolvido para otimizar o manuseio e maximizar o desempenho do equipamento. Dentre os seus benefícios, estão (i) redução da emissão de fuligem e material particulado; (ii) redução do tempo de paradas para manutenção e limpeza de equipamentos; (iii) aumento do período entre as manutenções; (iv) manutenção da limpeza e aumento da vida útil do sistema de combustão; (v) redução da formação de borras e dos depósitos nas linhas e nos tanques; e (vi) redução do custo de tratamento das emissões.

Óleo Diesel

A partir do refino do petróleo obtém-se, pelo processo inicial de destilação atmosférica, entre outras, as frações denominadas de óleo diesel leve e pesado. A elas podem ser agregadas outras frações como a nafta, o querosene e o gasóleo leve de vácuo, resultando no produto conhecido como óleo diesel. A incorporação dessas frações e de outras obtidas por outros processos de refinação dependerá da demanda global de derivados de petróleo pelo mercado consumidor.

O atual modelo energético brasileiro é apoiado, entre outros pontos, no transporte de cargas em motores diesel, por via rodoviária, em detrimento do transporte ferroviário, fluvial ou cabotagem. Isso faz com que o óleo diesel seja o derivado propulsor do refino no Brasil.

Para atender o suprimento do mercado nacional de derivados e de forma a garantir a qualidade de seus produtos, bem como desenvolver melhorias, a Petrobras - principal fornecedora de óleo diesel da Companhia - tem continuamente adequado seu parque de refino, destacando-se a implantação das unidades de hidrotratamento de diesel. Esse processo permite aumentar a produção de diesel a partir do refino de diferentes tipos de petróleo, reduzindo seu teor de enxofre.

Lubrificantes

A linha Lubrax conta com uma gama completa de lubrificantes para o segmento industrial subdivididos em:

- Hidráulicos;
- Engrenagens;
- Turbinas;
- Compressores de ar;
- Compressores de refrigeração;
- Compressores de gás;
- Lubrificação por névoa;
- Óleos básicos;
- Aplicações diversas;
- Graxas; e
- Hidráulicos fogo-resistentes.

A Companhia também desenvolve alguns produtos customizados de acordo com a necessidade de alguns clientes.

(iii) Produtos de Aviação

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A Companhia atua na distribuição e comercialização de gasolina e querosene de aviação, lubrificantes e oferece serviços relacionados para clientes dos setores de aviação comercial, executiva e militar. Os serviços são prestados por funcionários dos Revendedores, parte da cadeia de operadores de abastecimento, que após receberem o treinamento oferecido pelos respectivos Revendedores, são submetidos a uma certificação operacional conduzida pela Companhia. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia estava presente em 109 aeroportos em todo o território brasileiro, atendendo a mais de 1,5 mil clientes em 2017.

Segue abaixo uma lista com a descrição de alguns desses serviços:

BR Aviation Center
BR Aviation Center é a denominação do *Fixed Based Operation (FBO*) da BR Aviation. É um centro de prestação de serviços para os clientes da aviação executiva, operado pelos Revendedores da aviação, que são empresas prestadoras de serviço, habilitadas pela ANP como revendedoras de produtos de aviação, e qualificadas pela Companhia, que operam instalações da rede BR Aviation. O conceito principal do BR Aviation Center é atender clientes da aviação executiva de forma especial, proporcionando-lhes tratamento personalizado. É importante mencionar, contudo, que o BR Aviation Center não inclui quaisquer serviços de manutenção relacionado ao segmento. O executivo conta com uma confortável sala VIP e um *business center* com sala de reunião, internet, TV a cabo, além de abastecimento de combustíveis na pista. Já o piloto dispõe de computadores para efetuar o plano de voo e, em algumas unidades, sala de repouso.
BR Aviation Club
O programa de relacionamento e fidelização BR Aviation Club foi desenvolvido para atender os clientes da aviação executiva. Com o programa, os clientes recebem pontos no abastecimento de suas aeronaves, que podem ser trocados por prêmios. Tais prêmios privilegiam o lazer familiar dos executivos, pilotos e mecânicos que utilizam os serviços da rede, possibilitando uma maior integração e proximidade entre a Companhia e seu mercado alvo. Nesse sentido, além da grade de prêmios fixa, ao longo do ano são oferecidos itens especiais por meio de grades temáticas alusivas a datas comemorativas, tais como: Dia das Mães, Festival de Inverno, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Dia do Aviador, dentre outras.
BR Aviation Card
É um cartão utilizado por clientes do segmento de aviação geral, sendo emitido e vinculado a uma aeronave específica, tendo como principal função a automatização do processo de compra e venda dos produtos e serviços de abastecimento. Em 30 de setembro de 2017, mais de 1.500 clientes estão inscritos no programa BR Aviation Card, com cerca de 5.000 cartões emitidos. O BR Aviation Card não possui vínculo com qualquer instituição financeira, sendo o crédito sujeito à aprovação da Companhia.

(iv) Outros

Além dos segmentos descritos acima, a Companhia atua também na (**i**) distribuição e comercialização de **produtos químicos e correlatos**, tais como: solventes, enxofre, ureia, óleos agrícolas e de processo, entre outros, para a indústria química e o agronegócio, e **especialidades químicas**, como: biocidas, antiespumantes, desemulsificantes, adensantes, viscosificantes, sequestrantes de gases, fluidos sintéticos e outros, para o setor de óleo e gás.
(**ii**) área de **energia**, incluindo o beneficiamento e a comercialização de coque verde de petróleo (CVP) para indústria siderúrgica, a distribuição de gás natural no Estado do Espírito Santo e a prestação de

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

serviços relacionados a eficiência energética; e (**iii**) produção e comercialização de **asfalto** e produtos de pavimentação.

Químicos

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia contava com cinco depósitos de supply house para armazenagem, beneficiamento e distribuição de especialidades químicas, localizados em Duque de Caxias/RJ, Macaé/RJ, Pojuca/BA, Japaratuba/SE e Mossoró/RN. Tais depósitos atuam no apoio operacional ao atendimento do setor de Óleo & Gás. Além disso, a Companhia abastece os segmentos de química fina, agronegócio, tintas, adesivos, sabões, detergentes e borrachas com produtos químicos e correlatos, tais como: solventes, enxofre, nitrogenados, óleos agrícolas e de processo, entre outros.

Energia

A Companhia é a única distribuidora de coque verde de petróleo (CVP) produzido pela Petrobras, tendo como principais clientes indústrias siderúrgicas e cimenteiras. Além disso, a Brasil Carbonos S.A., na qual a Companhia tem participação societária junto com o Grupo Unimetal, beneficia o coque verde de petróleo, realizando serviços de moagem, peneiramento, armazenagem e expedição desse produto.

A Companhia também é responsável pela operação da concessão de gás natural no Estado do Espírito Santo até 2043, sendo a nona maior distribuidora de gás no Brasil, de acordo com dados da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS). A Companhia atendeu mais de 44.000 residências até 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, a Companhia presta serviços relacionados a soluções energéticas, tais como geração de energia dedicada e no horário de ponta e emergencial, geração com fontes renováveis e eficiência energética em sistemas de climatização, iluminação, motores elétricos, dentre outros.

A Companhia possui participação acionária em duas sociedades de propósito específico (SPE), quais seja, Pecém Energia S.A. (45%) e Energética Camaçari Muricy II S.A. (50%) ("Termoelétricas"), cujos objetos sociais são a construção, implantação, operação e manutenção de usinas termoelétricas, com capacidade de 143.080 kW cada, cujas operações comerciais estão previstas contratualmente para 17 de setembro de 2019.

Ademais, a Companhia atua no projeto de geração de energia elétrica para a mineradora Alcoa, na unidade localizada no município de Juruti-PA, objetivando o fornecimento de toda energia elétrica necessária para as operações da empresa, de modo a atender a planta industrial de beneficiamento de bauxita e seu terminal de carregamento, uma vez que o empreendimento não tem acesso à rede de distribuição de energia.

Por fim, a Companhia atua no fornecimento de energia elétrica e água gelada para o sistema de ar condicionado do terminal de passageiros do aeroporto de Maceió-AL.

Asfalto

A Companhia produz e comercializa produtos asfálticos tais como cimentos e emulsões asfálticas, asfalto borracha e asfalto diluído de petróleo (ADP), e oferece serviços relacionados.

O asfalto convencional, ou seja, aquele que não modificado ou beneficiado, é adquirido das refinarias da Petrobras e revendido ao mercado pelas distribuidoras de asfaltos. A Stratura S.A., subsidiária integral da Companhia ("Stratura"), adquire referido asfalto para produção de asfaltos modificados em suas fábricas, por meio de adição de polímeros e outros aditivos melhoradores de performance, adquiridos de fornecedores no mercado. As emulsões asfálticas também são produzidas nas fábricas da Stratura a partir do asfalto adquirido da refinaria, por meio de adição de água, emulsificantes, entre outros aditivos.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possuía, através da Stratura, sete instalações fabris para a produção de produtos asfálticos, localizadas nos seguintes municípios: (i) São José dos Campos/SP; (ii) Duque de Caxias/RJ; (iii) Canoas/RS; (iv) Ponta Grossa/PR; (v) Betim/MG; (vi) Paulínia/SP e (vii) Maracanaú/CE.

Linha Lubrax

A linha de lubrificantes Lubrax é uma linha de produtos da Companhia existente há mais de três décadas, composta por diversos tipos de lubrificantes, graxas e fluídos. São produtos comercializados nos três principais segmentos operacionais da Companhia, quais sejam, Rede de Postos, Grandes Consumidores e Produtos de Aviação.

A marca Lubrax é líder de vendas no mercado geral de lubrificantes, com cerca de 23,1% de participação nos primeiros nove meses de 2017, segundo dados da ANP. A linha Lubrax está presente em diversos setores da economia, como o mercado automotivo, marítimo, industrial, ferroviário e de aviação com motores convencionais.

A fábrica dos produtos Lubrax está localizada em Duque de Caxias/RJ. Com capacidade de produção de mais de 27.000 m³ de produtos ao mês, a capacidade da fábrica está em expansão, devendo atingir a capacidade de 42.000 m³ ao mês até o fim de 2019.

Além disso, a Companhia conta com 25 centros de distribuição pelo país e apresentou, nos últimos cinco anos, um aumento de 26,8% no faturamento de lubrificantes e correlatos . Além do Brasil, os produtos Lubrax também estão presentes na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

A linha Lubrax destinada ao mercado automotivo está presente em toda a Rede de Postos da Companhia, o que a Companhia acredita contribuir para o sucesso da marca. A Lubrax foi considerada pelo público a melhor marca de lubrificantes do ano no país, conforme pesquisa realizada pelo IBOPE em dezembro de 2016.

Ademais, a Companhia celebrou uma parceria comercial com a Mitsubishi em janeiro 2014 com prazo de duração até dezembro 2018, para que a Mitsubishi utilize lubrificantes Lubrax em sua linha de produção e nas revisões periódicas nas concessionárias com os lubrificantes da marca, além de recomendar o uso da linha Lubrax nos automóveis de seus clientes. Essa parceria garante não só o uso da linha Lubrax na produção de automóveis, como também a recomendação dos lubrificantes Lubrax no mercado ocupado pela Mitsubishi, que inclui as redes de concessionárias, e em eventos esportivos. No caso dos mercados de eventos esportivos de alta visibilidade promovidos pela Mitsubishi, a parceria prevê a inclusão de *banners* de exposição da marca e a adesivação nos carros competidores.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

b. Receita Proveniente do Segmento e sua Participação na Receita Líquida da Companhia

Apresentamos abaixo a representatividade de cada segmento operacional sobre a receita de vendas da Companhia:

Segmentos Operacionais	Período de nove meses (30/09/2017)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
			2016		2015		2014	
	R$ milhões	% Receita de vendas	R$ milhões	% Receita de vendas	R$ milhões	% Receita de vendas	R$ milhões	% Receita de vendas
Rede de Postos	36.908	59,7%	52.634	60,4%	53.791	55,0%	49.990	50,6%
Grandes Consumidores	16.431	26,6%	23.247	26,7%	30.275	31,0%	33.271	33,6%
Aviação	4.984	8,1%	6.189	7,1%	7.900	8,1%	9.610	9,7%
Outros[1]	3.447	5,6%	5.109	5,8%	5.728	5,9%	6.022	6,1%
Corporativo[2]	11	0,0%	-	0,0%	(2)	0,0%	(17)	0,0%

[1] O segmento Outros inclui todas as atividades não incluídas dentro de Rede de Postos, Grandes Consumidores e Produtos de Aviação. Essas atividades foram excluídas dos segmentos operacionais reportáveis nas Demonstrações Financeiras por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis.

[2] A linha de Corporativo não se trata de um segmento operacional e representa notas cujo faturamentos e/ou estornos foram alocados em centros de lucros corporativos. Está sendo apresentada para demonstrar a conciliação do total dos valores de receitas de vendas dos segmentos divulgáveis.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

c. Lucro ou Prejuízo Resultante do Segmento e sua Participação no Lucro Líquido da Companhia

A tabela abaixo mostra o resultado da Companhia por segmento operacional, incluindo o EBITDA Ajustado proveniente de cada um dos segmentos, bem como a porcentagem que eles representam na visão consolidada, para cada período indicado abaixo.

A Companhia utiliza o indicador EBITDA Ajustado para medir seu desempenho operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

O EBITDA Ajustado consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da apropriação das bonificações antecipadas, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, impairment, plano de incentivo do desligamento voluntário (PIDV), gastos com anistias fiscais, encargos tributários sobre receitas financeiras e baixas contábeis relativas a Operação “Lava Jato”.

Para maiores informações dos ajustes, vide seção 3.2 b deste formulário.

Segmentos Operacionais	Período de nove meses (30/09/2017)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
			2016		2015		2014	
	R$ milhões	% EBITDA Ajustado	R$ milhões	% EBITDA Ajustado	R$ milhões	% EBITDA Ajustado	R$ milhões	% EBITDA Ajustado
Rede de Postos	1.632	74,7%	2.538	84,7%	2.406	69,7%	1.639	46,5%
Grandes Consumidores	595	27,2%	663	22,1%	1.202	34,8%	1.887	53,5%
Aviação	162	7,4%	63	2,1%	179	5,2%	195	5,5%
Outros	293	13,4%	401	13,4%	489	14,2%	576	16,3%
Corporativo[3]	(498)	-22,7%	(670)	-22,3%	(824)	-23,9%	(770)	-21,8%

[3] A linha de Corporativo não se trata de um segmento operacional e representa o overhead da companhia não alocado aos seus segmentos. Está sendo apresentada para demonstrar a conciliação do total dos valores de EBITDA Ajustado dos segmentos divulgáveis com o EBITDA Ajustado da entidade, ver seção 3.2 para maiores informações.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2

a. características do processo de produção.

Os produtos distribuídos e comercializados pela Companhia são majoritariamente produzidos pela Petrobras ou por terceiros, com exceção dos lubrificantes, os quais são produzidos pela Companhia na planta industrial situada em Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. Em 2017, até o mês de setembro, a Companhia produziu 97,4% de todo o volume de lubrificantes por ela comercializado.

O processo de produção de lubrificantes envolve a mistura de óleos básicos, de origem mineral ou sintética, matéria-prima principal dos lubrificantes, e de aditivos, os quais aprimoram as características dos óleos básicos ou conferem a eles novas características. Não há reações químicas no processo de fabricação de lubrificantes.

A Companhia adquire os óleos básicos utilizados para a produção dos lubrificantes, em sua grande maioria, da Petrobras, sejam os nacionais ou os importados. Eventualmente, e em volume pequeno, a Companhia compra óleos básicos importados especiais de representantes comerciais de produtores globais. No caso dos aditivos, há dezenas de fornecedores especializados em cada tipo de aplicação, dentre os quais os grandes fornecedores globais de pacotes de aditivos, quais sejam, Afton, Infineum, Lubrizol e Oronite.

O processo de produção dos lubrificantes, após a aquisição dos óleos básicos e dos aditivos, segue com a etapa de mistura, a qual ocorre em tanques de armazenamento. Após a mistura, o lubrificante acabado é avaliado, através da coleta de amostra para análise, de forma a verificar a conformidade das propriedades de tais produtos com suas especificações técnicas. Como última etapa do processo de produção, os lubrificantes são envasados em embalagens plásticas ou metálicas de diversos volumes, ou efetua-se o carregamento em caminhões-tanques para comercialização a granel.

A produção anual de lubrificantes da Companhia foi de 311.000 m³ em 2016, 342.000 m³ em 2015 e 329.000 m³ em 2014. No período de janeiro a setembro de 2017, essa produção correspondeu a 229.000 m³.

Considerando que a capacidade instalada da Companhia para produção de lubrificantes é de 27.000 m³/mês, a utilização da capacidade instalada foi acima de 100% nos anos de 2014 e 2015, sendo necessária a realização de horas extras nos finais de semana, bem como a complementação de volumes através de contratação de serviço de envase em terceiros. Já em 2016, a utilização da capacidade instalada foi de 96%, e no período de janeiro a setembro de 2017, 94,3%. Vale ressaltar que o setor de lubrificantes é pouco afetado por sazonalidades dentro de um mesmo exercício, conforme indicado no item 7.3(d).

Em linha com os planos de crescimento da Companhia, a capacidade instalada para produção de lubrificantes está em processo de expansão, com a ampliação para 42.000 m³/mês, a partir de janeiro de 2020, por meio da conclusão da obra de ampliação e modernização da fábrica de lubrificantes em Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que os riscos inerentes aos seus processos de produção não afetam de forma relevante a Companhia, em razão do volume de seus estoques, mantidos na planta industrial e em depósitos espalhados pelo país, e da possibilidade de se adquirir lubrificantes, envasados com marca BR, de alguns das dezenas de produtores existentes no país. A Companhia não contrata seguro para máquinas, equipamentos, produtos ou instalações de produção.

b. características do processo de distribuição

(i) Aspectos gerais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia possui ampla infraestrutura logística, com alcance nacional e capilaridade para permitir a distribuição de combustíveis e lubrificantes. Em 30 de setembro de 2017, a rede logística da Companhia incluía 91 bases de armazenamento de combustível, 15 depósitos de lubrificantes e 109 postos de abastecimentos de aeronaves nos aeroportos.

Essa rede logística está estrategicamente distribuída ao longo das cinco regiões brasileiras, tornando a Companhia capaz de atender toda extensão do território nacional. Além disso, a Companhia está bem posicionada para o recebimento de derivados de petróleo, seja da Petrobras ou de demais fornecedores nacionais ou internacionais.

A Companhia acredita que tal plataforma de distribuição confere capacidade para atender de maneira eficiente diversos tipos de demanda (desde o recebimento de produtos, passando pela gestão dos estoques e suprimento a clientes), garantindo a capilaridade necessária para atender a qualquer município brasileiro independente do seu tamanho. Os produtos da Companhia são transportados por meio de transporte rodoviário, fluvial, ferroviário, além de cabotagem e oleodutos a partir da origem do suprimento, até suas bases de distribuição, chegando aos postos Revendedores e clientes consumidores finais. Os serviços de transporte são prestados por empresas independentes contratadas no mercado.

A Companhia distribui: (i) diesel, gasolina, etanol, gás natural veicular (GNV) e lubrificantes para postos Revendedores; (ii) combustíveis e lubrificantes para Grandes Consumidores; (iii) combustíveis e lubrificantes no mercado de aviação; e (iv) insumos químicos para diversas indústrias, tais como a indústria de petróleo, química fina, agroindustrial, tintas e borrachas.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia utilizava cerca de 170 companhias de transporte na sua cadeia de distribuição. Essas empresas disponibilizam para a Companhia aproximadamente 8.000 caminhões, que passam por procedimentos regulares de inspeção e manutenção, e um cadastro de cerca de 8.500 motoristas registrados e qualificados.

Em cerca de 95% das contratações feitas pela Companhia para a distribuição de produtos, são utilizados leilões eletrônicos e pedidos de cotação que consideram os menores preços e se baseam em um mecanismo de *ranking* dedicado a evitar distorções nos preços das contratações. Nos 5% restantes, que correspondem a casos específicos, como por exemplo emergências com risco de desabastecimento ou pouca disponibilidade de transportadoras habilitadas na região, em que as contratações são feitas com base na adesão ao preço alvo e no atendimento a qualificações previamente estipuladas.

A Companhia conta, ainda, com diversos sistemas de suporte a gestão da distribuição de combustível. Dentre eles, destacam-se: (i) o Sistema Integrado de Gestão de Transportes (SIG-T), que permite o gerenciamento dos contratos de transporte e o relacionamento com os transportadores que prestam serviços para a Companhia; (ii) o MDriver, um sistema de automação que permite um monitoramente em tempo real da operação das bases de distribuição da Companhia; (iii) o PCT 2 (Programador de Caminhão Tanque – 2), uma ferramenta integrada ao SAP/ECC que realiza a programação de entrega de combustíveis claros (gasolina, diesel, etanol e combustíveis de aviação) de forma centralizada, através de georeferenciamento e otimização, utilizada, ainda, para monitoramento da frota a serviço da Companhia, em tempo real, com intuito de manter a qualidade e segurança do processo; e (iv) o LogDis (Logística de Distribuição), para otimização da rede logística, que considera, dentre outros, os custos de aquisição de produtos, custos de transporte e custos operacionais para indicar por qual base de distribuição um município deverá ser atendido. O MDriver e o PCT-2 foram desenvolvidos internamente pela Companhia, enquanto que o SIG-T e o LogDis foram contratados no mercado e desenvolvidos especificamente para a Companhia.

(ii) Segmentos Operacionais

(a) <u>Rede de Postos</u>

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Receita de Vendas no segmento operacional Rede de Postos foi de R$ 36.908 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, representando 59,7% da Receita de Vendas Total por segmento no período.

No Brasil, não é permitido que distribuidores de combustível operem postos de serviço, feita a única exceção àqueles com finalidade de treinamento ou o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços.

Por esta razão, os postos de serviço são operados por revendedores independentes das distribuidoras. No entanto, distribuidores de combustível, como a Companhia, não estão impedidos de serem proprietários dos imóveis onde se situam os postos de combustível. Desta forma, o mercado acabou por estabelecer cerca de três modelos operacionais conforme a relação entre distribuidores e revendedores, os quais podem ser descritos da seguinte forma:

- O distribuidor é proprietário do imóvel no qual se situa o posto de combustível, bem como dos equipamentos necessários ao seu funcionamento e dos prédios e construções, alugando-os a um revendedor. O distribuidor obtém receita por meio do fornecimento de combustível e do aluguel do imóvel em que se situa o posto de combustível ao operador do posto, sendo que para os equipamentos é firmado contrato de comodato entre as partes;

- O distribuidor constrói um posto de combustível, ou promove melhorias a um posto já existente, instalado em um imóvel de titularidade de terceiro, que por sua vez loca o imóvel ao distribuidor, e este, por sua vez, o subloca, e o arrenda a um operador. O distribuidor obtém receita por meio do fornecimento de combustível e do arrendamento do posto de combustível ao operador do posto; e

- O distribuidor financia um posto novo ou preexistente detido pelo operador, que é titular do imóvel ou o aluga de um terceiro e o distribuidor obtém receita por meio do fornecimento de combustível. As modalidades de financiamento praticadas para vincular os revendedores são feitas de três formas:

  (i) Concessão de Bonificação por Performance: o operador do posto de serviço recebe um valor negociado como contrapartida ao cumprimento de um determinado volume de vendas acordado entre as partes (distribuidor e operador). Não há penalidades, visto que o valor somente é pago pelo distribuidor após o cumprimento da obrigação por parte do operador;

  (ii) Concessão de Antecipação por Performance: o operador recebe antecipadamente um valor negociado, a ser absorvido ao final do contrato, após a apuração das vendas. Caso ao final do contrato o operador não tenha cumprido o volume negociado, deverá devolver ao distribuidor o total ou parte da antecipação concedida, conforme as condições estabelecidas em contrato; e

  (iii) Mútuo de Dinheiro: Concessão de recurso ao revendedor para amortização em parcelas, com incidência de juros e correção monetária, conforme as condições negociadas entre o distribuidor e o revendedor.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia atuava junto a 8.212 postos de serviços com bandeira BR por meio dos três modelos operacionais descritos acima, sendo que 625 postos de serviço com bandeira BR eram de propriedade da Companhia, 7.586 postos de serviço com bandeira BR eram de propriedade de terceiros e um posto de serviço era um posto-escola. Considerando-se também os postos de bandeira-branca, que adquirem os produtos da Companhia, mas não adotam a bandeira BR, a base de Revendedores da Companhia, em 30 de setembro de 2017, era de 9.898 postos de combustível.

Como regra geral, os revendedores obrigam-se contratualmente a adquirir combustível de apenas um distribuidor. Em troca, podem operar com a bandeira deste distribuidor, utilizando-se de suas marcas e,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

por vezes, recebendo bombas e tanques em comodato, além de assistência técnica, tal como eventual manutenção de equipamentos conforme definido em cláusulas contratuais, suporte dos assessores comerciais da Companhia e treinamento através do programa "Capacidade Máxima" (vide detalhes no item 7.2 deste Formulário de Referência). Os equipamentos (bombas e tanques) podem ser concedidos em comodato, fazendo parte de uma negociação com o revendedor, sendo considerados na análise econômica da proposta e quando efetivados fazem parte do contrato de fornecimento em cláusula específica que rege o comodato. Há também cláusulas contratuais relativas à licença de uso de marca em troca da exclusividade de fornecimento de combustíveis.

A Companhia oferece para a sua Rede de Postos marcas como Lubrax (lubrificantes), Podium e Grid (combustíveis) para revenda, o acesso ao programa "De Olho no Combustível", além do Plano Integrado de Marketing (PIM). Para mais detalhes acerca dos produtos e serviços oferecidos pela Rede de Postos, vide o item 7.2.(a) deste Formulário de Referência.

No ano findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia comercializou um volume correspondente a 24 milhões de m³ de combustíveis e lubrificantes no varejo, dos quais 22,4 milhões de m³ foram por meio da sua Rede de Postos. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, esses volumes foram de 18,1 milhões de m³ e 16,1 milhões de m³, respectivamente.

Ainda no âmbito do processo de distribuição da Rede de Postos, a Companhia Distribuidora de Gás Natural (CDGN), empresa controlada pela Companhia, efetua o transporte de Gás Natural Comprimido para seis postos que não são atendidos pela rede de gasodutos das empresas concessionárias.

(b) Grandes Consumidores

Nos primeiros nove meses de 2017, a receita de vendas do segmento operacional Grandes Consumidores foi de R$ 16.431 milhões, representando 26.6% da Receita de Vendas Total no período.

O segmento operacional Grandes Consumidores é representado pela distribuição de combustíveis e lubrificantes para uma ampla gama de setores e indústrias da economia, dos quais se sobressaem: metalurgia, siderurgia, mineração, sucroalcooleiro, têxtil, papel e celulose, usinas termelétricas, alimentos e bebidas, cimento e cerâmica, química e petroquímica. Neste segmento operacional, a distribuição pode ocorrer (a) mediante celebração de contratos de fornecimento em regime de exclusividade ou (b) em regime de venda sob demanda (*spot*), sem exclusividade de distribuição.

Além da distribuição, os clientes deste segmento operacional podem contratar a instalação de equipamentos de armazenagem e abastecimento de combustíveis, tais como, tanques, bombas, filtros e equipamentos assessórios para a instalação de postos de abastecimento. Nesses casos, os respectivos contratos de fornecimento são celebrados sob regime de exclusividade.

Neste segmento operacional, além de distribuição de combustível, são oferecidos serviços relacionados, tais como: (i) o sistema CTF-BR; (ii) a Oferta de Centrais Avançadas de Inspeção e Serviço (CAIS); (iii) instalações em clientes consumidores de armazenagem e abastecimento de combustíveis como contrapartida em acordos comerciais; e (iv) serviços de consultoria em lubrificação. Para mais detalhes acerca dos produtos e serviços oferecidos pela Rede de Postos, vide o item 7.2.(a) deste Formulário de Referência.

No ano findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia comercializou um volume de combustíveis e lubrificantes correspondente a 12,3 milhões de m³ para Grandes Consumidores, tendo sido 16,7 milhões de m³ em 2015 e 19,4 milhões em 2014. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, esse volume foi correspondente a 8,3 milhões de m³, o que representa 26,1% do volume total de combustíveis e lubrificantes vendidos no período.

(c) Produtos de Aviação

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Receita de Vendas no segmento operacional Produtos de Aviação foi R$ 4.984 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, representando 8,1% da Receita de Vendas Total por segmento no período.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia estava presente em 109 aeroportos no Brasil por meio da marca BR Aviation, ofertando a seus consumidores finais, diretamente ou através de revendedores, gasolina de aviação (GAV), querosene de aviação (QAV), lubrificantes e serviços. A Companhia atua tanto na aviação comercial (regional, nacional ou internacional), quanto na aviação geral (instrução, offshore, agricultura, e clientes que não realizam transporte aéreo regular de passageiros, conforme explicado abaixo).

De acordo com a classificação de mercado, aviação geral é um segmento do negócio de aviação que é composto pelos seguintes subgrupos:

(i) INSTRUÇÃO: Aviação de Instrução contempla os aeroclubes e escola de aviação para formação de pilotos.
(ii) OFFSHORE: Aviação Offshore refere-se à aviação que suporta as operações offshore, de apoio às plataformas.
(iii) AGRICULTURA: Refere-se à aviação agrícola, que contempla aeronaves utilizadas para a pulverização de lavouras.
(iv) CLIENTES QUE NÃO REALIZAM TRANSPORTE AÉREO REGULAR DE PASSAGEIROS: Refere-se ao grupo “outros”, mas que pode ser considerado no grupo aviação executiva. Fazem parte deste subgrupo os comandos militares e Governos.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, o mercado doméstico de aviação comercial correspondeu a aproximadamente 74% dos volumes comercializados pela Companhia no segmento de Produtos de Aviação, enquanto o mercado internacional de aviação comercial, que basicamente se constitui por abastecimentos no Brasil de aeronaves em voos internacionais, representou cerca de 20,6%. O 5,4% restante das vendas no segmento decorreram da atuação da Companhia na aviação geral, conforme definido no parágrafo acima.

O modelo de negócios da Companhia na aviação comercial caracteriza-se por ter uma única estrutura comercial para atendimento aos seus diversos segmentos, que incluem: regional, nacional e internacional. A gerência de Produtos de Aviação da Companhia é responsável pela contratação e gestão dos contratos de fornecimento de QAV para as companhias aéreas comerciais para as quais a Companhia vende produtos e presta serviços. Esta centralização é demandada pela prática de mercado de modo a manter somente um interlocutor comercial nas contratações e movimentos diários de faturamento e cobrança.

Os prepostos da Companhia interagem diretamente com os representantes comerciais das companhias aéreas, de modo a viabilizar questões de operação do dia a dia. Todos os clientes desse segmento operacional atuam com formalização contratual, comprando combustível por meio do lançamento de cotações junto ao mercado. A assinatura ou renovação destes contratos são decorrentes do resultado de cada pedido de cotação (*tender*), sendo as cláusulas de rescisão contratual específicas, negociadas com cada cliente.As companhias aéreas nacionais, usualmente, firmam contratos de até 3 anos, enquanto as estrangeiras, via de regra, assinam contratos com duração de 1 ano.

Os clientes da aviação geral, em regra, operam aeronaves de menor porte, quando comparadas às companhias aéreas, para transporte próprio ou prestando serviços de transporte aéreo não regular, os quais se caracterizam como um mercado pulverizado, com diferentes características de acordo com o segmento e cobertura em todo território nacional. Devido ao grande número de clientes, a gerência de Produtos de Aviação da Companhia dispõe de equipes regionalizadas, alocadas em aeroportos específicos, com vistas a realizar o atendimento comercial mais ágil e próximo dos clientes. Exceção feita aos grandes clientes que demandam um atendimento centralizado pela Gerência de Marketing de Revendedores de Aviação, localizada na sede da Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No ano findo em 2016, a Companhia comercializou um volume de produtos correspondente a 3,7 milhões m³ para clientes no segmento operacional Produtos de Aviação. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, esse volume foi correspondente a 2,8 milhões de m³.

Os aeroportos de Guarulhos e Galeão recebem diretamente da refinaria o querosene de aviação via dutos, os quais são detidos pela Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, sendo certo que, nesses casos, o custo de aquisição do querosene já engloba o custo de movimentação deste produto da refinaria até estes aeroportos. A partir desses dois aeroportos, a Companhia realiza o ressuprimento de aeroportos nas respectivas áreas de influência por meio de transferência rodoviária. Os demais aeroportos são supridos pelas bases operacionais vinculadas à área de operações via transporte rodoviário. Toda a operação de suprimento das aeronaves é realizada por meio de unidades abastecedoras de aviação da Companhia.

A demanda por combustíveis de aviação é avaliada por meio de estimativa de vendas, elaborada com base em dados históricos, sazonalidade e alterações nas malhas de voos das companhias aéreas.

Os contratos de venda de combustível são realizados de forma centralizada pelas gerências comerciais da Companhia.

(d) ***Outros***

(1) ***Químicos***

No mercado de Químicos, a Companhia atua na distribuição, beneficiamento e comercialização de produtos químicos para diversas indústrias.

Para a indústria do agronegócio, a Companhia fornece produtos como enxofre, nitrogenados, solventes, óleos de processo e óleo agrícola.

Para a indústria de óleo e gás, a Companhia fornece as especialidades químicas utilizadas na exploração e produção de petróleo, tais como: biocidas, antiespumantes, desemulsificantes, adensantes, viscosificantes, sequestrantes de gases, fluidos sintéticos e outros, dispondo ainda de profissionais especializados para oferecer suporte técnico aos clientes e monitorar as condições de mercado em âmbito nacional e internacional. Os serviços prestados para o segmento de óleo e gás são realizados com a finalidade de agregar valor aos clientes por meio do oferecimento de facilidades intrínsecas à disponibilização dos produtos ao ambiente *offshore*, como por exemplo, beneficiamento de produtos, serviços técnicos especializados, unitização de carga nas cestas marítimas, envase em contentores retornáveis, acoplamento das eslingas, transporte, armazenagem, desenvolvimento de fornecedores, monitoramento da qualidade, entre outros.

No setor da indústria química, a carteira de clientes da Companhia é composta por empresas nacionais e multinacionais dos segmentos de química fina, agronegócio, tintas, adesivos e borrachas, entre outros. O portfólio de produtos é diversificado, sendo a Companhia líder na comercialização de solventes hidrocarbônicos, conforme dados fornecidos pela ANP, e a distribuidora exclusiva do enxofre produzido pela Petrobras no País, em razão do contrato de exclusividade para distribuição, firmado entre a Companhia e a Petrobras, de acordo com dados do Sumário Mineral de 2015, publicação anual do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que analisa o desempenho das principais substâncias minerais produzidas no país.

Já no setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, a Companhia possui Acordo de Parceria Estratégica (E&P) com a Petrobras. Por meio de tal acordo, a Companhia fornece à Petrobras especialidades químicas, óleos lubrificantes, graxas, combustíveis, solventes, fluidos e serviços associados para as unidades marítimas e estações terrestres da Petrobras e aos consórcios de exploração e produção de petróleo e gás natural da Petrobras, envolvendo todos os serviços necessários ao armazenamento, manipulação, embalagem, monitoramento da qualidade e disponibilização dos produtos nos locais de entrega. Para essa atividade, a Companhia dispõe de armazenagem própria, contando com

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

cinco depósitos de *supply house* estrategicamente localizados em Mossoró/RN, Japaratuba/SE, Pojuca/BA, Macaé/RJ e Duque de Caxias/RJ. Além das especialidades químicas, a Companhia também é fornecedora de óleo diesel MGO (*Marine Gas Oil*) para as sondas operadas pelo Consórcio de Libra, formado pela Petrobras, Shell Brasil Petróleo Ltda., Total E&P do Brasil Ltda., CNOOC Petroleum Brasil Ltda. e CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda., vencedor do primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha. O campo de Libra é uma das mais promissoras áreas de exploração de petróleo no Brasil e no mundo, conforme dados da ANP. Em meados de junho deste ano, a área de *supply house* da Companhia efetuou o primeiro fornecimento das especialidades químicas de produção para o FPSO Pioneiro de Libra (*Floating Production Storage and Offloading*), tendo em vista a obtenção da condição de supridora desta linha de produtos ao consórcio até janeiro de 2019.

No ano findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia comercializou um volume correspondente a 281 mil m³ de produtos para os clientes do setor de petróleo e 376 mil m³ para os clientes do setor da indústria química. No período findo em 30 de setembro de 2017, esses volumes foram correspondentes a 182 mil m³ e 251 mil m³.

O processo de distribuição para os clientes do setor da indústria química e agronegócio, consumidores de produtos químicos, inicia-se com a aquisição de enxofre, solventes, óleos agrícolas, óleos de processos e ureia junto à Petrobras. No caso dos solventes, a Petrobras é responsável pelo suprimento de aproximadamente 90% do volume distribuído pela Companhia. Os outros 10% são adquiridos da Refinaria Riograndense e, eventualmente, da Exxon Química. Os referidos produtos chegam às bases de armazenamento de produtos da Companhia, que servem para movimentar os produtos químicos desde o fornecedor até os clientes finais, por duto ou modal rodoviário e são entregues aos clientes via modal rodoviário, ou disponibilizados para retirada diretamente pelos clientes.

As principais bases da Companhia que movimentam produtos químicos são: BADUC – Rio de Janeiro, BASPA, BAPLAN, BAVAP, ARCAP e BACUB – São Paulo, BACAM e BAMAT – Bahia, AICAR e ARSUL – Paraná, BANOAS e ARRIG – Rio Grande do Sul, BABET – Minas Gerais, AISUAP – Pernambuco, fábrica de lubrificante da Companhia (GEI) e os cinco depósitos de *supply house* da Companhia.

Para a contratação do frete, a Companhia, utilizando-se de seu cadastro de transportadores, acessa o mercado de empresas de transporte especializado e executa a contratação dos serviços. As gerências comerciais de produtos químicos registram os pedidos dos clientes da Companhia no sistema CRM (sistema utilizado pelas áreas comerciais para cadastramento e aprovação de negociações e pedidos, conforme a política comercial de cada área) contendo todas as condições negociadas, inclusive prazo e local de entrega. As programações para carregamento dos caminhões são realizadas através dos sistemas SAP, Canal Cliente ou Portal de Negócios (sistemas da Companhia utilizados para concentração e controle de informações e operações realizadas por todas as gerências da Companhia).

No setor de petróleo, o processo inicia-se com a contratação, junto à indústria química que atua no segmento de óleo e gás, de especialidades químicas previamente homologados pelos clientes, por meio de consulta ao mercado realizada de acordo com o procedimento específico que regulamenta a atividade-fim de provimento de especialidades químicas na Companhia, dado a comercialização de produtos químicos ser entendida como vinculada ao Estatuto Social da Companhia. Ao longo dos anos, foi desenvolvida expertise da área de contratação, dado o conhecimento do mercado e das especificidades relativas ao suprimento à Indústria de Óleo & Gás, aproveitando sinergias e aprimorando os parâmetros de aquisição, combinação esta que propicia o emprego de maior poder negocial e a obtenção de condições competitivas.

Na sequência, a Companhia, por meio de seus depósitos de *supply house*, faz a aquisição dos produtos conforme a demanda, armazenando-os seguindo a legislação e os procedimentos de segurança relativos a produtos perigosos. Em alguns casos, os depósitos de *supply house* realizam beneficiamento de produtos através de centrais de granéis líquidos e sólidos. O processo de atendimento compreende o recebimento do pedido, separação dos produtos na área (preparação da carga com unitização e eslingamento) e, por fim, a programação de transporte com a expedição final, em que ocorre o faturamento

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e entrega no local definido pelo cliente. A concretização da entrega está condicionada à aprovação das especialidades químicas, que passam previamente pelo processo de monitoramento da qualidade, no qual se confirma a qualidade dos produtos segundo a especificação contratada e aprovada pelos nossos clientes. Os contentores utilizados no atendimento aos clientes são monitorados por GPS, a fim de controlar os ativos.

(2) Energia

A Companhia atua na distribuição de gás natural no Estado do Espírito Santo, na comercialização de coque verde e no provimento de soluções energéticas, que são soluções personalizadas com foco na eficiência de sistemas, aumento da produtividade e redução de custos com energia, por meio do diagnóstico energético e instalação de soluções em iluminação e climatização, substituição de motores obsoletos por equipamentos de alto rendimento e geração de energia para empreendimentos comerciais e indústrias, para clientes industriais, comerciais, residenciais, etc. Em relação à comercialização de coque verde de petróleo (CVP) com baixo teor de enxofre (BTE), a Companhia realiza a distribuição do produto para o mercado interno, contando, para isso, com unidades de armazenagem e beneficiamento da Brasil Carbonos S.A. localizadas em Cosmópolis/SP e Taubaté/SP. Entre os principais setores atendidos, estão as indústrias siderúrgica e cimenteira, que respondem por aproximadamente 74% do volume total de CVP comercializado pela Companhia nos primeiros nove meses de 2017. A Companhia é a única distribuidora que realiza a distribuição de CVP produzido pela Petrobras. Para informações sobre esse e outros contratos celebrados com a Petrobras, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

Nas três áreas do subsegmento de energia (gás natural, CVP e energia), a Companhia conta com pessoal próprio para venda. Na área de gás natural, existem contratos de serviço que regem desde suporte técnico até vendas realizadas pela Companhia, através do qual as próprias contrapartes atuam no levantamento de mercado e na captação de clientes para a Companhia.

Coque Verde: A Companhia realiza o escoamento da produção diária das refinarias Petrobras. Assim, são estabelecidos acordos e contratos para fornecimento regular, mediante os quais os consumidores do produto retiram suas cotas mensais, conforme o planejamento realizado pela Companhia. As retiradas são na modalidade *free on board* (FOB), em que os clientes são responsáveis por eventuais perdas no transporte, e fazem a programação no Portal de Programação da Companhia que automaticamente é repassada para as refinarias efetivarem os carregamentos.

A Brasil Carbonos S.A., coligada da Companhia, tem como objeto específico a prestação de serviços de armazenagem, abrangendo as cidades de Taubaté/SP, Cosmópolis/SP e Suape/PE, bem como o beneficiamento de CVP com exclusividade para a Companhia, sendo titular dos ativos utilizados para armazenagem e beneficiamento de parte do CVP distribuído (plantas de armazenagem e beneficiamento de coque em Cosmópolis e Taubaté). O produto beneficiado pela Brasil Carbonos é distribuído, principalmente, para o setor siderúrgico que demanda produto com granulometria diferente da produzida pela Petrobras. Por outro lado, a parcela do CVP que não passa pelo processo de beneficiamento da Brasil Carbonos S.A. é comercializada na forma "*in natura*" diretamente pela Companhia ao mercado consumidor.

A Companhia também fornece CVP para empresas que industrializam e revendem o produto para alguns segmentos e aplicações específicas, como indústrias que requerem granulometrias diferenciadas. A venda de CVP para tais empresas correspondeu a 11% do volume total de vendas de CVP pela Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017. São utilizados no transporte do CVP caminhões caçamba e caminhões bicaçamba.

O CVP é distribuído diretamente pela Companhia, que conta com estrutura comercial própria para este fim.

Gás Natural: A distribuição para os consumidores de gás natural é realizada por meio de 454 km de gasodutos, em 12 municípios do Estado do Espirito Santo, atendendo mais de 44 mil usuários. Nos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

municípios de Linhares, Sooretama e Colatina, no Estado do Espírito Santo, a Companhia possui o projeto estruturante com gás natural comprimido - GNC, em que parte da movimentação do gás natural é realizada por caminhões contratados, desde uma estação de compressão da Companhia, em Regência, distrito do município de Linhares/ES, até o ponto de injeção nas redes de distribuição local. A CDGN, sociedade controlada pela Companhia, opera o transporte de GNC nesses três municípios.

O sistema de distribuição de gás natural é próprio, montado a partir da expansão da rede preexistente de fornecimento de gás natural para os consumidores (industrial, comercial, residencial, etc.).

Energia: A distribuição de combustíveis para a geração de energia segue o processo de contratação de fretes e entregas executado pela área operacional para o óleo diesel. Para geração na ponta (geração de energia para atendimento no horário de ponta, por meio de locação de equipamentos, serviços de operação e manutenção e venda de combustível) e dedicada (atendimento a clientes sem acesso a uma concessionária, proporcionando autossuficiência energética, por meio da instalação de central de geração de energia, serviços de operação e manutenção e venda de combustível), são utilizados caminhões tanque.

(3) Asfalto

Com relação ao subsegmento operacional asfalto, a Companhia atua na distribuição de produtos asfálticos para concessionárias de estradas e departamentos de rodagem estaduais, órgãos municipais e prefeituras. Além dessa distribuição, a Companhia presta também serviços de pavimentação.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia comercializou o volume correspondente a 710 mil m³ de produtos para os clientes de asfalto. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, esse volume foi correspondente a 359 mil m³.

A distribuição dos produtos asfáltico é realizada de duas formas:

- Revenda do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) ou ADP (Asfalto Diluído de Petróleo), por meio de carregamento de caminhão diretamente nas refinarias da Petrobras e distribuídas por todo o Brasil e entregues ao cliente.

- Fabricação e venda de emulsões e asfaltos modificados. O CAP é retirado da refinaria por caminhão e levado para uma das oito fábricas da Stratura Asfaltos S.A., subsidiária integral da Companhia, para servir de insumo na produção de emulsões e asfaltos modificados para posterior entrega ao cliente. Em ambos os fornecimentos, a distribuição é realizada por meio de Caminhão Tanque – CT, de propriedade do transportador contratado pela Companhia, aquecido ou em temperatura ambiente no caso das emulsões.

O canal de vendas é a subsidiária integral Stratura Asfaltos S.A., que atende todo o território nacional com duas gerências comerciais. A Stratura Asfaltos S.A. não utiliza intermediários nem representantes comerciais, somente vendedores próprios.

c. características do mercado de atuação

(i) Estrutura do Mercado de Distribuição de Combustíveis

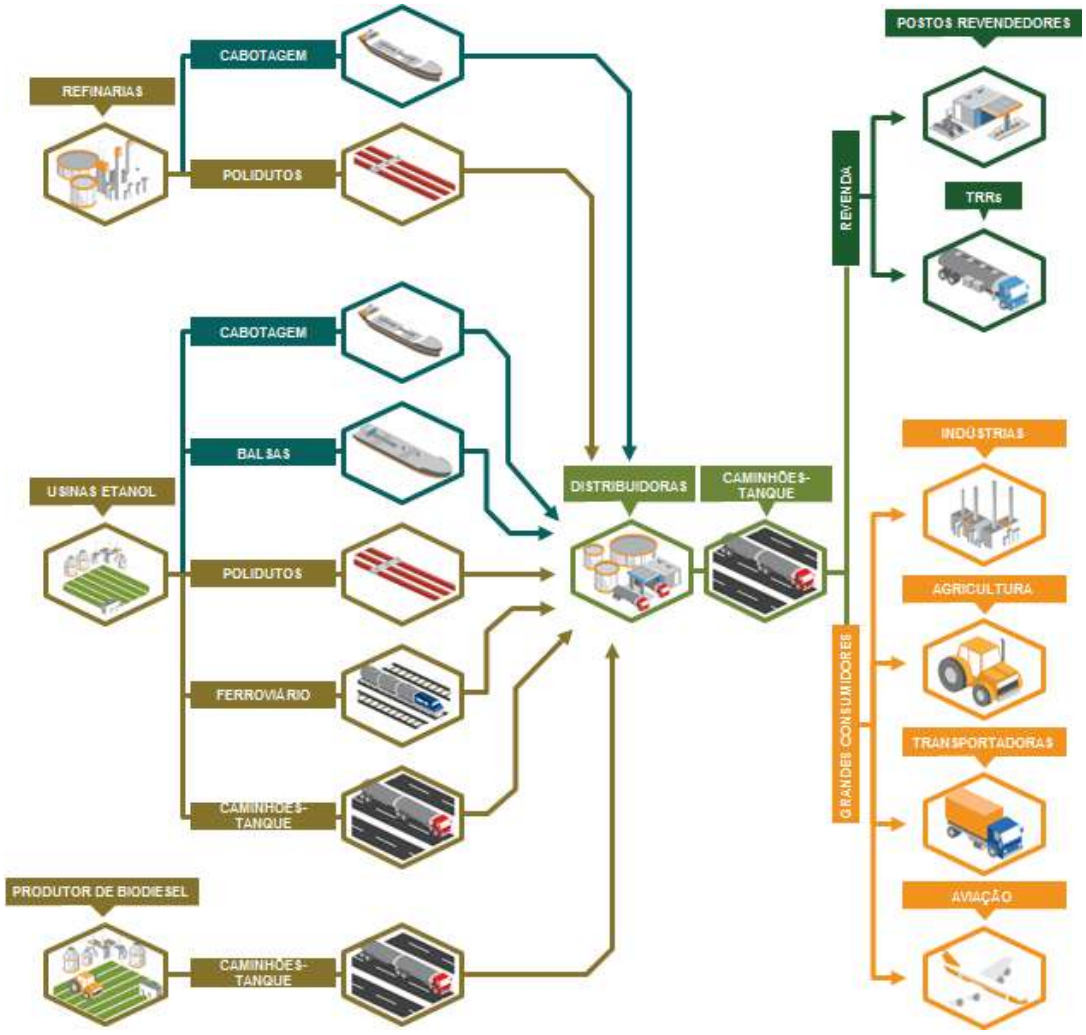
Cadeia de Valor desde a Produção
Uma vez que o petróleo é extraído e transportado para as refinarias, ele é processado e origina vários subprodutos, como parafina, produtos asfálticos, nafta petroquímica, polímeros, solventes, óleos lubrificantes e combustíveis, como gasolina e diesel. Na refinaria, o combustível pode receber aditivos tais como detergentes, que podem ter formulações proprietárias que se tornam importantes fatores de diferenciação entre as marcas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia recebe os combustíveis das refinarias e também os equivalentes de outros produtores, como etanol e biodiesel, e se encarrega da armazenagem e transporte até o cliente final, que podem ser postos Revendedores ou Grandes Consumidores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Cadeia do Combustível desde a Produção até o Cliente Final - Fonte: SINDICOM Anuário 2014



Em vários países, é comum a existência de companhias verticalmente integradas dominando a cadeia desde a extração do petróleo, passando pelo refino e distribuição. Globalmente, os postos revendedores podem assumir as seguintes estruturas:

- COCO (*"Company Owned Company Operated"*): detidos e operados por distribuidoras;
- CODO (*"Company Owned Dealer Operated"):* detidos por distribuidoras e operados por terceiros, mas seguindo o padrão e marca da distribuidora;
- DODO (*"Dealer Owned Dealer Operated"*): detidos e operados por terceiros, mas seguindo o padrão e marca de uma distribuidora com quem estabelece um contrato de suprimento;
- Bandeira branca: redes independentes com marca própria que tem relação de suprimento com uma ou mais distribuidoras.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A prevalência de cada um desses diferentes formatos de postos revendedores depende da regulação e da dinâmica competitiva de cada local, além da estratégia das empresas atuantes no mercado. Nos últimos anos tem-se notado a tendência de desmobilização de ativos das grandes empresas integradas e cada vez mais o formato “DODO” tem se popularizado em detrimento ao formato “COCO” e “CODO”.

No Brasil o formato “COCO” é proibido por lei desde 1997. Segundo a OECD, a verticalização também é proibida ou limitada em outros locais como Argentina e alguns estados dos E.U.A., e liberada em outros países como Holanda, Austrália, Canadá e Reino Unido.

Modelo de Distribuição de Combustíveis no Brasil

Até o ano de 1997, a distribuição de combustíveis no Brasil era fortemente conduzida pelo governo, de maneira que operavam no mercado apenas cinco grandes empresas distribuidoras autorizadas, juntamente com a Petrobras. A Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997 (“Lei do Petróleo”), liberou a importação de gasolina e acabou com a política de tabelamento de preços, além de estabelecer a figura do posto de bandeira branca e liberar a entrada de novas distribuidoras e importadoras.

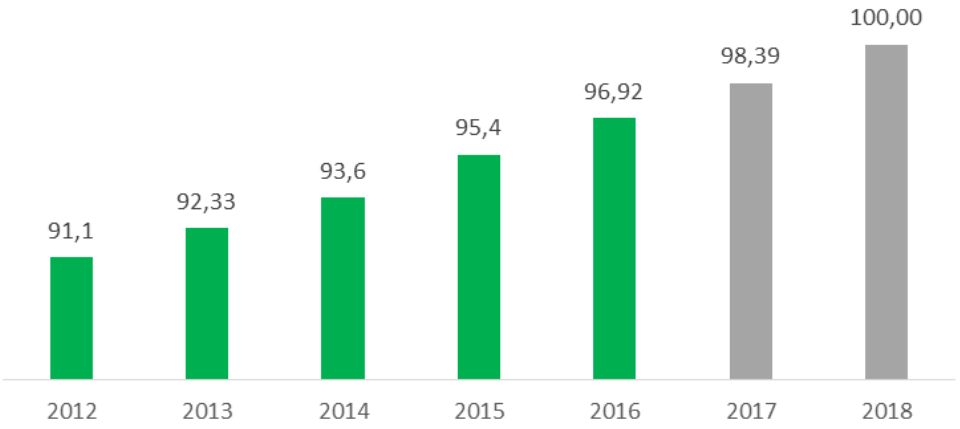
Estabeleceu-se que o mercado atacadista ficaria restrito às distribuidoras, enquanto o mercado varejista restrito aos postos revendedores. Ou seja, a lei vetou aos postos a aquisição direta de usinas, refinarias, formuladores, petroquímicas ou importadores, e também vetou ao distribuidor de combustíveis líquidos de petróleo, etanol e outros combustíveis automotivos, o exercício da atividade de revenda varejista, dando fim ao formato “COCO”.

A nova regulação estabeleceu também a obrigatoriedade de suprimento do posto abandeirado por sua distribuidora parceira, gerando segurança jurídica para que as distribuidoras investissem em equipamentos e inciativas de promoção de marca na sua rede não própria.

(ii) Demanda Global de Combustíveis

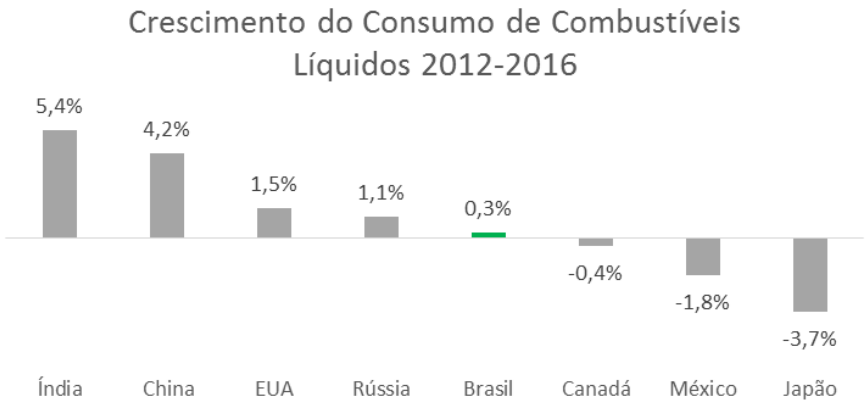
Sob a forma de combustível, o petróleo atende a diversas indústrias e indivíduos fornecendo energia para transporte, aquecimento, geração de eletricidade e funcionamento de equipamentos industriais.

Segundo a U.S. Energy Information Administration (EIA), o consumo global de combustíveis líquidos, foi de 96,9 milhões b/d em 2016, tendo crescido em média 1,56% ao ano desde 2012.
Até 2018, espera-se que a demanda cresça também em média 1,58% ao ano.

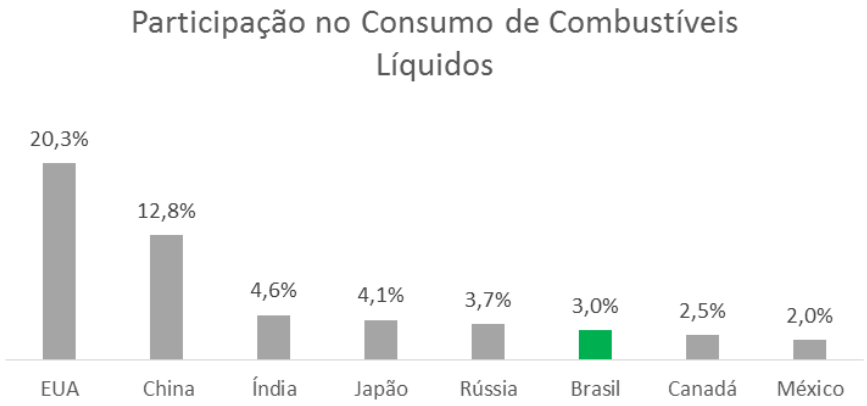


7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

De acordo com dados da EIA, o Brasil ocupava em 2016 a sexta posição entre os maiores consumidores de combustíveis líquidos, por conta de suas dimensões continentais, tamanho de sua economia e população. Tal posição equivaleu a uma participação de 3,0% do consumo global de combustível em 2016, atrás de Estados Unidos (20,3%), China (12,8%), Índia (4,6%), Japão (4,1%) e Rússia (3,7%).



Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA)



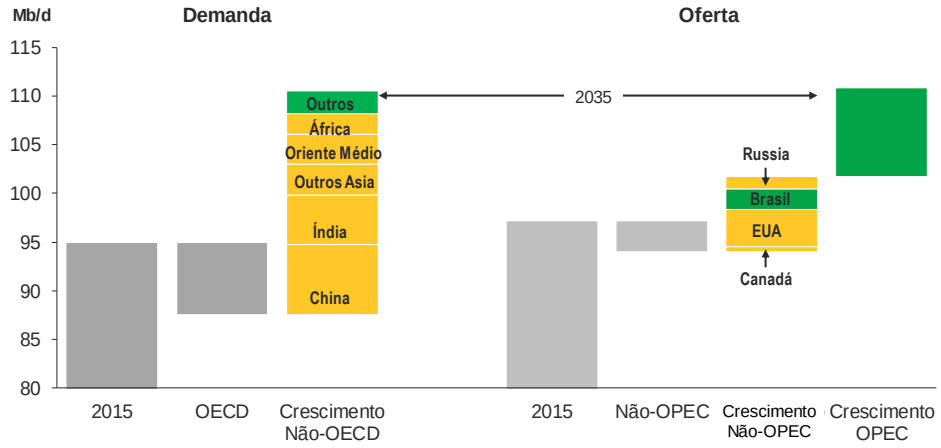
Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA)

(iii) Perspectivas do Mercado Global de Combustíveis

De acordo com estudo “2017 Energy Outlook” da British Petroleum (“BP”), a demanda de petróleo em países emergentes é amplamente atendida pelo aumento da oferta de produtores de baixo custo.A demanda global de combustíveis líquidos aumenta em cerca de ~15Mb/d por ano alcançando 110 Mb/d em 2035, representando um crescimento estimado médio anual de 0,7%. A principal fonte desse crescimento é oriunda de economias emergentes.

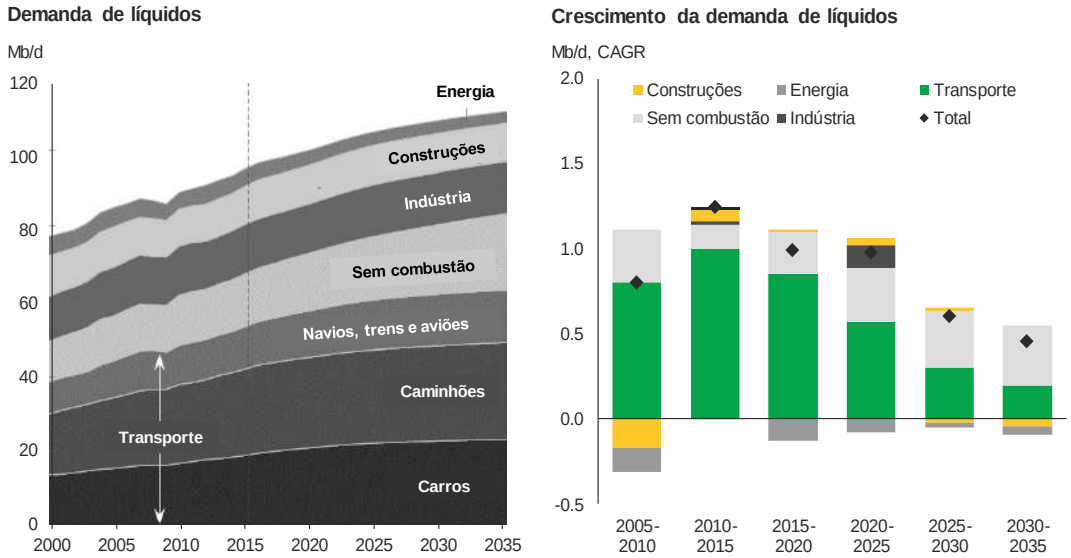
O crescimento de oferta é gerado por produtores de larga escala, especialmente os localizados no Oriente Médio, EUA e Rússia. A OPEP é responsável por cerca de 70% do crescimento da oferta global.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: British Petroleum

O setor de transportes é responsável por cerca de 60% da demanda global de combustível líquido do mundo de acordo com a BP e deverá continuar sendo a principal fonte de crescimento.

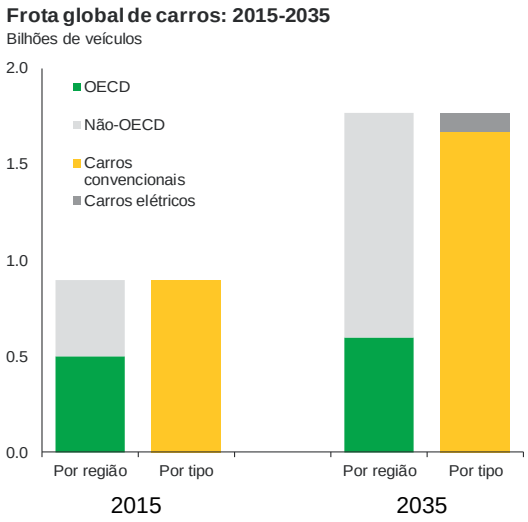


Fonte: British Petroleum

No entanto, o estímulo da demanda de transporte diminui gradualmente, uma vez que a eficiência do combustível melhora significativamente e aumenta a penetração de combustíveis não-petrolíferos. Energia elétrica, biocombustíveis, carvão e o gás natural juntos representam 13% da demanda de combustível no transporte em 2035, ante 7% em 2015. A BP estima que o crescimento da demanda total de petróleo caia de 1 Mb/d por ano em 2015 para 0.4 Mb/d por ano em 2035.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O estudo da BP projeta que a frota global de automóveis dobre de tamanho de 2015 até 2035, saindo de 0,9 bilhão de carros 1,8 bilhões de carros. Parte relevantes do crescimento da frota global vem de mercados emergentes, devido a incrementos de renda da população e às melhorias em infraestrutura rodoviária. AA frota em países emergentes triplica de 0,4 bilhões de carros para 1,2 bilhões no mesmo período.



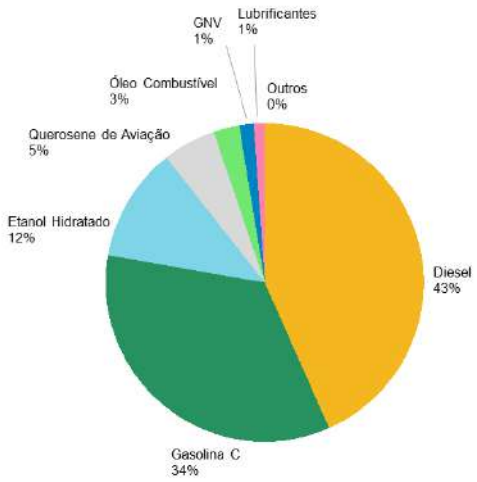
Fonte: British Petroleum

(iv) <u>O Mercado Brasileiro de Combustíveis</u>

O mercado de distribuição de combustíveis no Brasil tem como principais produtos o diesel, a gasolina, o etanol, o querosene de aviação, o óleo combustível, o gás natural veicular (GNV), a gasolina de aviação e o querosene iluminante. Os combustíveis mencionados compõem mais de 99,9% do consumo em território nacional desse tipo de produto, sendo tal demanda dividida da seguinte forma, segundo ANP e Sindicom:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Mercado Brasileiro de Combústiveis por Tipo de Combustível (2016)

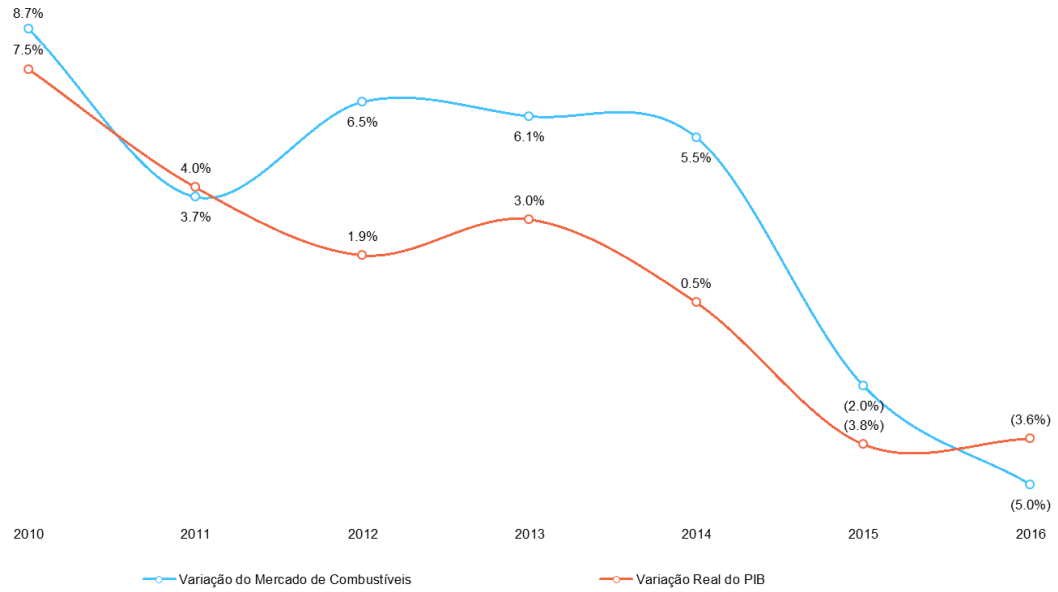


Fonte: ANP e Sindicom

O setor brasileiro de distribuição de combustíveis apresentou forte crescimento até 2014. Porém no período de 2015 à 2016 o consumo de combustíveis no Brasil diminuiu (de acordo com Sindicom) afetado pela conjutura macroencômica desfavorável apresentada no país. Enquanto que no período compreendido entre 2009-2014 o crescimento médio do setor foi 2,7 p.p. acima do crescimento médio do PIB (o crescimento médio do setor foi de 6,1% *versus* o crescimento médio do PIB de 3,4%), as quedas observadas entre 2015 e 2016 foram, em média, próximas à variação do PIB (houve uma redução média dos combustíveis de 3,5% *versus* uma redução média do PIB de 3,7%), conforme mostra o gráfico a seguir:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Crescimento do Mercado de Combustíveis vs. Variação do PIB (2016)



Fonte: ANP e Sindicom

Evolução do Volume de Combustíveis Comercializado (2011 – 2016)
(milhões de litros)

	Gasolina C	Etanol Hidratado	Diesel	Querosene de Aviação	Óleo Combustível	GNV	Lubrificantes	Outros[1]	**Total**
2011	35.491	10.899	52.264	6.955	3.672	1.978	1.407	85	**112.751**
2012	39.698	9.850	55.900	7.292	3.934	1.947	1.416	88	**120.125**
2013	41.426	11.755	58.572	7.225	4.991	1.871	1.538	86	**127.464**
2014	44.364	12.994	60.032	7.470	6.195	1.810	1.488	84	**134.437**
2015	41.137	17.863	57.211	7.355	4.932	1.759	1.414	70	**131.741**
2016	43.019	14.586	54.279	6.765	3.333	1.816	1.325	63	**125.186**

Fonte: ANP e Sindicom

(1): Gasolina de aviação e querosene de iluminação

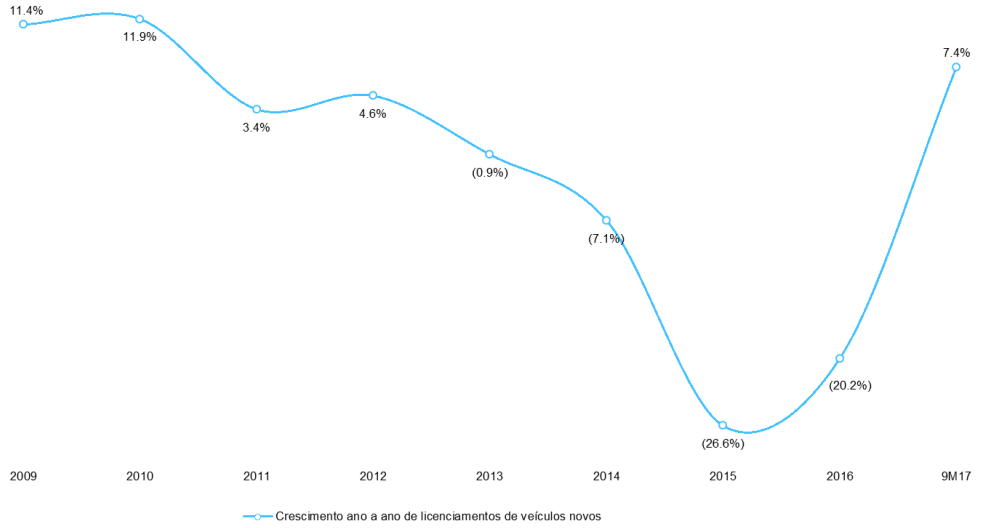
Impactos importante desta pior atividade econômica no Brasil foram o encolhimento do crédito e taxas de juros mais altas no período de 2015-2016.Segundo dados do Banco Central, as carteiras com recursos para compra de veículos para pessoa física e jurídica apresentaram queda de 25.2% e 23.7%, respectivamente, entre dezembro de 2013 e agosto de 2017.

Esta conjuntura impactou as vendas de veículos novos, impactando indiretamente a venda de combustíveis como ciclo otto (gasolina e etanol), GNV, diesel e lubrificantes, conforme medida por licenciamento de autoveículos novos totais pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Entre 2014 e 2016, houve uma queda de 41,4% nos novos licenciamentos de autoveículos no país. Em 2016, devido ao cenário da economia do país como um todo, houve um desaquecimento do setor de automóveis, que apresentou queda de 20,2% no número de licenciamentos

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

em relação ao ano de 2015, limitando a adição de veículos a frota nacional a apenas 2,1 milhões, segundo a Anfavea. No entanto, nos primeiros nove meses de 2017, já pôde-se observar, segundo dados da Anfavea, início de uma recuperação desses níveis, pois os novos licenciamentos cresceram 7,4% quando comparado com o mesmo período de 2016. O número de licenciamentos novos foi de 1.6 milhões vs. 1.5 milhões em 2015), conforme o gráfico a seguir:

Licenciamento de Novos Veículos



Fonte: ANFAVEA

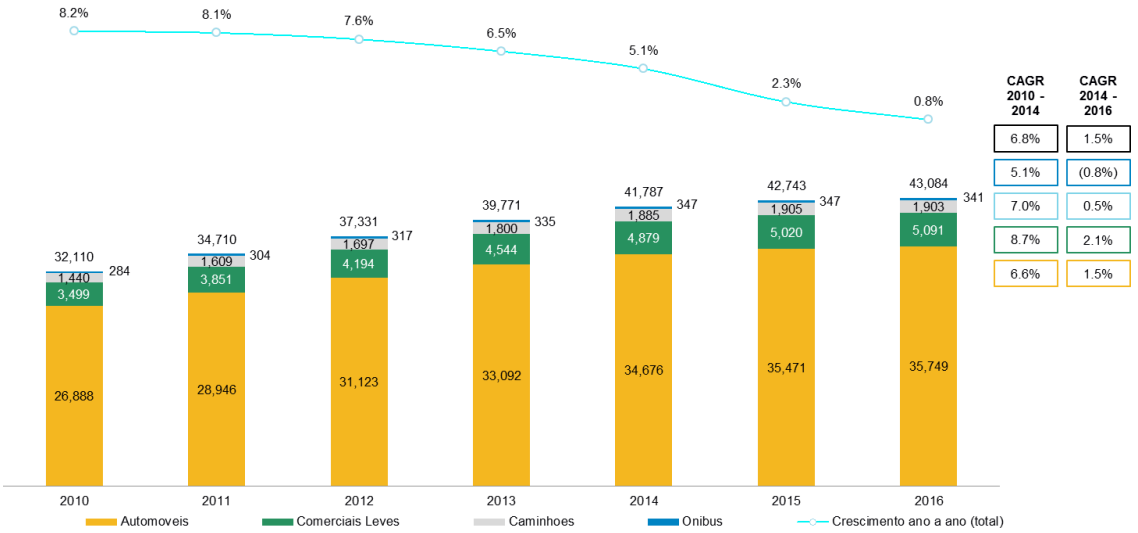
Entre 2010 e 2014, a frota de veículos no Brasil cresceu em média 6,8% ao ano, ao passo que, entre 2014 e 2016, esse crescimento foi de 1,5%, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Tal diminuição é resultado não só da queda do número de licenciamentos novos, mas também do envelhecimento da idade média da frota de veículo no país, que segundo a Sindipeças, passou de oito anos e oito meses em 2014, para nove anos e três meses em 2016.

Crescimento da Frota Brasileira de Automóveis

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(milhares de veículos)

Fonte:



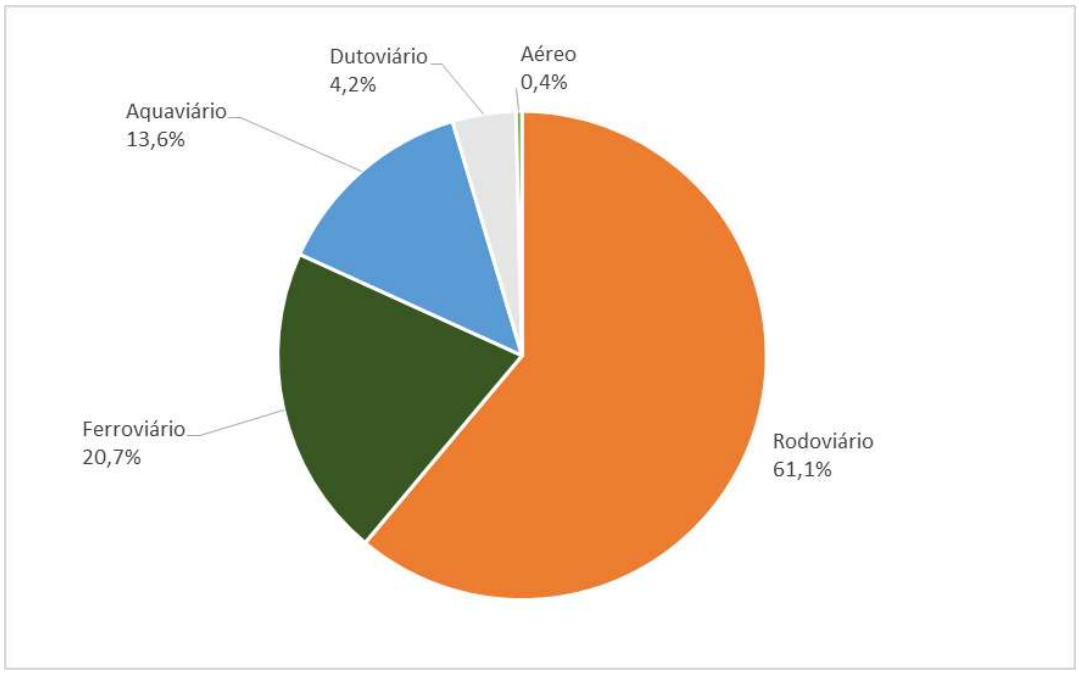
ANFAVEA

Importante notar que a participação dos veículos leves movidos a biocombustíveis continua ganhando cada vez mais espaço na frota brasileira, representando 88% dos veículos licenciados em 2016, segundo a ANFAVEA. Após queda do consumo da gasolina em 2015, o volume de vendas de gasolina voltou a subir em 2016, com o efeito oposto ao observado nas vendas de etanol hidratado, nos dois anos, pois o preço da gasolina ficou mais competitivo.

Vale ressaltar que o Brasil possui o modal rodoviário como sua principal matriz de transportes, representando aproximadamente 61,1%, fato relevante para a importância do Diesel, segundo Boletim Estatístico CNT de junho de 2017. Atualmente, existem 59 concessões rodoviárias em 12 estados no país, que representam aproximadamente 19 mil km de malha concedida e um investimento de R$ 103 bilhões em manutenção e melhorias desde 1995, sendo R$ 6,7 bilhões só em 2016, segundo a Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (“ABCR”). A ABCR prevê, ainda, investimentos na ordem de R$ 20 bilhões sobre as concessões até 2021.

Movimentação Anual de Cargas e Passageiros por Modal

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: CNT

A demanda do mercado de QAV (querosene de aviação) apresentou queda consecutiva nos últimos 2 anos, de 1,5% em 2015 e de 8,0% em 2016, segundo a ANP. A redução dos passageiros corporativos e otimização de malha aérea foram fatores importantes para a redução do consumo. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”), a oferta de transporte aéreo doméstico de passageiros (ASK) teve crescimento médio anual entre 2007 e 2016 de 5,7%. Em 2016, no entanto, apresentou uma redução de 5,9%. Já nos primeiros nove meses de 2017, houve um crescimento de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d. Eventual sazonalidade

A Companhia está sujeita à sazonalidade apenas no que diz respeito à distribuição de combustível para o varejo, à aquisição de etanol e ao mercado de Asfalto, conforme descrito abaixo.

O subsegmento Asfalto, tanto nos produtos asfálticos quanto nos serviços a eles relacionados, sujeita-se a uma sazonalidade bienal, decorrente do processo eleitoral brasileiro, o qual influencia decisões macroeconômicas dos governos municipais, estaduais e federal.

Os custos da Companhia com a aquisição de etanol variam sazonalmente de acordo com o estágio e as condições da safra de cana, aumentando na entressafra e diminuindo na época de colheita. Os efeitos da entressafra de cana sobre os custos com a aquisição de etanol podem ser percebidos no 1º trimestre (aumento de preços - entressafra da região Centro-Sul, maior produtora de etanol), ao passo que os efeitos da colheita podem ser verificados no 3º trimestre (redução de preços - safra plena na região Centro-Sul).

O custo médio com a aquisição de etanol no 1º trimestre de 2017 foi aproximadamente 18,6% superior ao custo médio de aquisição observada no terceiro trimestre do mesmo ano. Comparado aos custos médios de etanol em 2016, os custos médios do 1º trimestre e do 3º trimestre de 2017 foram, respectivamente, 1,3% e 4% menores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Relações mantidas com fornecedores

O principal fornecedor da Companhia é a Petrobras, da qual são adquiridos praticamente todos os combustíveis derivados do petróleo. Destaca-se, todavia, que o volume de combustível importado tem ganhado espaço, especialmente a partir do ano de 2016. Neste sentido, indica-se que a Companhia importou 1.413 mil m³ de combustível no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2.098 mil m³ de combustível nos primeiros nove meses de 2017, de acordo com dados internos da Companhia. Destaca-se que tais dados diferem do volume divulgado pela ANP, conforme consta na seção 10.1, tento em vista que a ANP consolida seus números a partir de outras fontes (declarações das tradings), podendo ocorrer diferenças oriundas de data de alimentação, ou de outros critérios de consolidação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em custos de produtos vendidos total de R$ 73,9 bilhões apenas relativos à aquisição de derivados e de etanol para distribuição em varejo, tanto na sua forma pura como misturado à gasolina, além do biodiesel. Nos primeiros nove meses de 2017 o custo de produtos vendidos total foi de R$ 52,4 bilhões apenas relativos à aquisição de derivados e de etanol para distribuição em varejo, tanto na sua forma pura como misturado à gasolina, além do biodiesel.

Os contratos de fornecimento com a Petrobras são celebrados anualmente, estabelecendo-se o volume contratado para o fornecimento conforme o volume efetivamente adquirido no ano anterior. Para maiores informações sobre os contratos entre a Companhia e a Petrobras, vide o item 16.2 deste Formulário de Referência.

O etanol, por sua vez, é adquirido de diversos produtores. Existem no Brasil, aproximadamente, 349 usinas que produziram, juntas, 38 milhões de m³ de etanol na safra de 2016 e 2017, dos quais 40% é de etanol anidro e o restante de etanol hidratado. O etanol anidro não possui água em sua composição, por isso pode ser misturado à gasolina, na proporção de 27% para a formulação da “Gasolina C”. Já o etanol hidratado é a versão final do etanol vendido na rede de postos. A Companhia comprou 5,65 milhões de m³ de etanol em 2016, sendo aproximadamente 48% desse volume de etanol hidratado e 52% de etanol anidro.

O relacionamento da Companhia com as usinas produtoras para a aquisição de etanol dá-se por meio de contratos de fornecimento, caracterizando-se por compras regulares. Suas condições de precificação, volume e pagamento, entre outras, são aplicáveis durante o prazo acordado, ou por aquisições no mercado *spot*, caracterizando-se por compra pontuais, cujas condições são aplicáveis apenas para a negociação em foco.

Para realizar as compras *spot* de etanol, a Companhia utiliza uma ferramenta chamada “Portal do Etanol”, que ranqueia as ofertas considerando o menor custo de produto colocado na base. Além disso, semanalmente a distribuição de todo volume comprado entre as bases de distribuição é realizada com o auxílio de um sistema de planejamento da cadeia de suprimentos (*supply chain*), levando em conta as demandas de áreas das bases, templos de ciclo (*lead-times*) e as restrições da cadeia logística (capacidades e horários de funcionamento das instalações, entre outras).

Para realizar as compras de biodiesel, a Companhia utiliza uma ferramenta chamada “LogBio”, que indica, lance a lance do leilão, os volumes a serem adquiridos em cada usina, com base nos preços do produto e fretes de coleta.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia relaciona-se com todos os seus fornecedores de etanol cumprindo as regras de mercado e os procedimentos da Companhia e não possui obrigatoriedade em relação à Petrobras Biocombustível S.A. e à Petrobras, no que tange a seu processo de aquisição de etanol. As negociações de compra de etanol são feitas diretamente com as usinas.

Legislação aplicável

A indústria de derivados do petróleo e de biocombustíveis insere-se na política energética nacional instituída pela Lei 9.478/1997, que instituiu também seus órgãos reguladores: o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE; e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves – ANP. Desse modo, não só as relações da Companhia com seus fornecedores, mas a própria Companhia encontram-se sujeitas à regulamentação governamental específica.

Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

O CNPE, presidido pelo Ministro de Minas e Energia, possui quatorze integrantes, dos quais nove são Ministros de Estado que tem poderes amplos para estabelecer diretrizes ao mercado no âmbito da política energética nacional, sendo de especial relevância para a Companhia as seguintes atribuições:

- assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios;
- definir a estratégia e a política de desenvolvimento econômico e tecnológico da indústria de petróleo, de gás natural, de outros hidrocarbonetos fluidos e de biocombustíveis, bem como da sua cadeia de suprimento;
- estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis; e
- definir diretrizes para comercialização e uso de biodiesel e estabelecer, em caráter autorizativo, quantidade superior ao percentual de adição obrigatória fixado em lei específica.

Agência Nacional do Petróleo – ANP

A ANP é uma autarquia reguladora cuja finalidade é promover a "*regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis*" (conforme definido pela Lei 9.478/1997). Desse modo todas as atividades desenvolvidas pela Companhia encontram-se sujeitas, ao menos em algum aspecto, ao poder regulatório ANP, sendo a própria Companhia classificada como um "agente regulado" perante esta.

Dentre as atribuições da ANP, destacam-se, com relação à Companhia:

- implementação da política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;
- autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, carregamento, processamento, tratamento, transporte, estocagem e acondicionamento;
- regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de biocombustíveis, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade;
- exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação;

- especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.

Para maiores informações sobre os efeitos relevantes da regulação estatal sobre os negócios da Companhia, vide o item 7.5 deste Formulário de Referência.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme mencionado no item "i" acima, a Companhia é dependente do fornecimento de derivados do petróleo por parte da Petrobras, a qual detém quase a totalidade do refino de petróleo no país. A distribuição de derivados de petróleo responde pela maior parte da receita da Companhia e esta dependência da Petrobrás pode influenciar o preço desses produtos, na hipótese de a Petrobras cooperar indiretamente com o Governo Federal para assegurar que a oferta e os preços de petróleo bruto e derivados de petróleo no Brasil atendam aos requisitos de consumo brasileiros. Todavia, a partir de outubro 2016 a Petrobras iniciou uma nova política de preços de gasolina e diesel, ajustando seus preços considerando a cotação do barril do petróleo no mercado internacional, bem como pelo câmbio, buscando competitividade dos preços internos vis-à-vis os preços internacionais.

Por sua vez, o mercado de fornecimento de biocombustíveis – composto principalmente pelo mercado de etanol – é historicamente pulverizado. A Companhia, dessa forma, não depende de poucos fornecedores para o fornecimento de biocombustíveis, tampouco se sujeita de forma relevante ao poder econômico destes fornecedores para a formação de preços.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Como a Petrobras detém quase a totalidade do refino de petróleo no país, os preços de derivados de petróleo oscilam de acordo com a política de preços da Petrobras. Em alguns produtos como a Gasolina A, o Diesel e o Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP), o preço é menos volátil, enquanto outros, como o QAV e o Óleo Combustível, tendem a acompanhar as flutuações dos preços internacionais e da taxa de câmbio.

A volatilidade dos preços do etanol é atrelada, principalmente, a questões climáticas e à concorrência do etanol frente à gasolina, na medida em que são produtos sucedâneos – em especial com a alta penetração no mercado de automóveis ditos *flex,* cujos motores aceitam etanol e gasolina em misturas de qualquer proporção.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. Montante Total de Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total.

b. Segmentos Operacionais Afetados pelas Receitas Provenientes do Cliente.

Não há cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de Autorizações Governamentais para o Exercício das Atividades e Histórico de Relação com a Administração Pública para Obtenção de tais Autorizações.

(i) <u>Visão Geral</u>

As principais atividades da Companhia demandam elevado grau de observância normativa, seja para obtenção e manutenção de licenças ou autorizações que permitam seu exercício, seja na alta quantidade de informações regularmente fornecidas a órgãos reguladores ou no acompanhamento das alterações normativas e atos de fiscalização durante o exercício das atividades. Atualmente, a Companhia cumpre com todo o arcabouço legislativo e regulatório aplicáveis.

Os principais aspectos da regulação das atividades da Companhia encontram-se descritos abaixo, conforme a respectiva autoridade competente para normatização e fiscalização de condutas:

- *Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)*

  - ✓ Atividades de distribuição, comercialização, importação e exportação de derivados: autorização para o exercício da atividade por cada filial, monitoramento dos estoques e movimentações de produtos;
  - ✓ Informações e Relatórios: requerimentos para submissão de informação relacionada ao transporte, venda, fornecimento, armazenagem e distribuição de derivados;
  - ✓ Bases e Terminais: autorizações para construção e operação e fiscalização das instalações exclusivas ou compartilhadas;
  - ✓ Gás Natural: autorizações para construção e operação e fiscalização das instalações de liquefação, compressão, e processamento de gás natural;
  - ✓ Transporte dutoviário: dutos de interligação entre as instalações portuárias e as bases e gás natural no Espírito Santo;
  - ✓ Qualidade dos produtos: fiscalização nas bases e clientes;
  - ✓ Instalações de clientes: pontos de abastecimento de grandes consumidores;
  - ✓ Fabricação de lubrificantes: autorizações para produção de lubrificantes, construção, operação e fiscalização das instalações; e
  - ✓ Contratos de armazenagem e carregamento rodoviário: os contratos devem observar normas e serem previamente homologados pela ANP, esteja a Companhia contratando, cedendo espaços ou contratando carregamento rodoviário.

- *Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)*

  - ✓ Exploração de bases em áreas portuárias (Porto Organizado): autorizações prévias para construção e para exploração da atividade, além de fiscalização das instalações; os terminais portuários privados serão outorgados para exploração de terceiros por meio de requerimento à ANTAQ, seguido de Anúncio Público e a autorização instrumentalizada na forma de contrato de adesão celebrado com o Poder Concedente (*i.e.*, Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil); os contratos de arrendamento das áreas portuárias devem observar as normas específicas; as áreas portuárias de titularidade da União estão sujeitas à licitação; previsão de licitação iminente das áreas localizadas no Porto de Belém;
  - ✓ Instalações portuárias sujeitas à autorização (flutuantes): autorizações e fiscalização das instalações. Atualmente a Companhia opera em 5 bases que utilizam instalações portuárias, quais sejam: Base de Oriximina (BARIX), Base de Porto Velho (BAVEL), Base de Manaus (BAMAN), Base de Caracarai (BARAC) e Base de Cruzeiro do Sul (BASUL);

- *Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT):*

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- ✓ Regulação e fiscalização do embarque de produtos perigosos (combustíveis e químicos) (conforme Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988 e Resolução ANTT nº 3.665, de 04 de maio de 2011);
- ✓ Regulação e fiscalização do embarque de produtos com excesso de peso (conforme Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007; Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 ("Nova Lei do Motorista"); Resolução ANTT nº 3.056, de 12 de março de 2009);
- ✓ Regulação e fiscalização dos prazos máximos para carga e descarga e dos horários de chegada e saída do caminhão nas dependências das distribuidoras e clientes (conforme a Nova Lei do Motorista).

- *Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):*

  - ✓ Regulação e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica;
  - ✓ A Companhia possui duas usinas de geração de energia elétrica, movidas a óleo diesel, para fornecimento de energia elétrica ao cliente Alcoa, no município de Juruti (PA). A usina localizada no Porto tem capacidade de 5 MW e a usina que atende à planta de beneficiamento, 10 MW.
  - ✓ A Companhia atua no fornecimento de energia elétrica e água gelada para o sistema de ar condicionado ao terminal de passageiros do aeroporto de Maceió-AL;
  - ✓ Adicionalmente, a Companhia possui participação acionária em duas sociedades de propósito especifico (SPE), Pecém Energia S.A. (45%) e Energética Camaçari Muricy II S.A. (50%), cujos objetos sociais são a construção, implantação, operação e manutenção de usinas termoelétricas, com capacidade de 143.080 kW cada, e operação comercial prevista para 17 de setembro de 2019;
  - ✓ Normas impactam os contratos de fornecimento de combustíveis pela Companhia para usinas termoelétricas (Conta de Consumo de Combustível - CCC, limitação de preços e definição de multa).

- *Agências Estaduais de Energia:*

  - ✓ Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo (ASPE): regula e fiscaliza as atividades de gás natural da Companhia no Estado do Espírito Santo; e
  - ✓ Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON): fiscaliza as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica situados no Estado do Pará, as quais, em muitos casos, são consumidoras de combustível da Companhia. A ARCON é uma Agência conveniada da ANEEL, não possuindo competência normativa, mas apenas fiscalizatória.

Adicionalmente, a sujeição da Companhia A leis e regramentos pertinentes às sociedades de economia mista (tais como, Lei 13.303/2016, Lei nº 12.305/2010 e Lei nº 12.846/2013), acarreta fiscalização rígida e constante de órgãos externos, como o Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, além da sociedade como um todo, assegurando a transparência e controle dos processos de compra e contratação pela coletividade.

(ii) Atividade Regulatória

Normatização

As autoridades competentes emitem normas, de forma a determinar as exigências para a realização das atividades reguladas.

Fiscalização

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As autoridades vêm continuamente incrementando a fiscalização das atividades reguladas. O aumento da fiscalização implica em uma maior quantidade de diligências e autuações, assim como o agravamento de sanções aplicadas.

No caso de sanções, o aumento de ocorrências gera não apenas o agravamento das sanções, com aplicação de penas pecuniárias mais elevadas, mas pode igualmente acarretar penas de suspensão e revogação de autorização para prática de atividades ou instalações.

Existem diversas hipóteses previstas na Lei nº 9.847, 26 de outubro de 1999 (“Lei 9.847/99”)impondo revogação de autorização para o exercício de atividade pela ANP, conforme previsto no artigo 10º desta Lei.

No entanto, recentemente, a ANP aprovou a Resolução 688 de 6 de julho de 2017, que estabelece os casos em que os agentes econômicos (tais como distribuidoras de derivados e revendedoras de combustíveis líquidos) poderão adotar medidas reparadoras de forma a ajustar sua conduta ao disposto na legislação aplicável e evitar a aplicação de penalidades.

(iii) Relacionamento com as Autoridades

Os principais riscos para a Companhia em não observar as normas regulatórias são:

a) Paralisação – temporária ou permanente – de instalações ou de suas atividades;
b) Cancelamento do registro do produto junto à ANP e suspensão de fornecimento de produtos;
c) Revogação de autorização para o exercício da atividade;
d) Impacto financeiro direto com o pagamento de multas; e
e) Impactos para a imagem da Companhia.

As agências vêm procurando aprimorar a aplicação das sanções. No caso da ANP, a Lei 9.847/99 determina pena de suspensão temporária do funcionamento de uma instalação, pelo prazo de 10 a 15 dias, no caso de segunda reincidência de prática infracional, considerados os critérios previstos na Resolução ANP 8/2012 (alterada pela Resolução ANP 64/2014). Em caso de novas reincidências, o infrator já punido com uma primeira suspensão temporária pode sofrer nova suspensão temporária de 30 dias, e, por fim, ter sua autorização para exercício da atividade revogada. Além disso, existe a possibilidade de a ANP, cautelarmente, interditar as instalações pelo tempo em que perdurarem os motivos que ensejaram a interdição (art. 5º da Lei 9.847/99). Para efeitos de reincidência, não são consideradas condenações anteriores se entre a data do cumprimento integral da pena pecuniária ou sua extinção e a data do cometimento da infração em julgamento tiver decorrido período de tempo igual ou superior a dois anos.

O quantitativo de autuações da Companhia, apresenta os seguintes números:

Autuações	Total de Processos em andamento em 30 de setembro de 2017	Sanções de paralisação	Multas pagas (R$) (entre 2015e 2017)*	Risco (R$) (em média por processo)
ANP (processo administrativo sancionador)	32	0	Aproximadamente R$ 2,5 MM	R$ 30 Mil
ANTAQ (processo administrativo sancionador)	3	0	R$ 87,5 Mil	R$ 87,5 Mil
ANS (processo administrativo sancionador)	24	0	Aproximadamente R$ 30 Mil	R$ 30 Mil

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Dentre outros aspectos, observamos que uma das principais causas geradoras de autuações está relacionada à desconformidade de produtos, que possuem diversas causas a depender do produto e aspecto da desconformidade.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

b. Política Ambiental da Companhia e Custos Incorridos para o Cumprimento da Regulação Ambiental e, se for o caso, de outras Práticas Ambientais, Inclusive a Adesão a Padrões Internacionais de Proteção Ambiental.

A responsabilidade social e ambiental é um dos direcionadores estratégicos da Companhia, pois esta acredita que o crescimento e a rentabilidade, por si só, não são suficientes para garantir um negócio sustentável.

Desta forma, a Companhia busca a sustentabilidade em atividades e processos e se compromete com as melhores práticas do mercado de distribuição, com a melhoria contínua e com a minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios, o que se reflete em sua Política de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Política de Responsabilidade Social.

A Companhia possui funções corporativas que, de forma centralizada, são responsáveis por orientar, monitorar e avaliar sua gestão e resultados em segurança, meio ambiente e eficiência energética, responsabilidade social e saúde, de modo a promover disseminação de conteúdos de SMS e Responsabilidade Social nas diversas áreas da Companhia. A governança é regida por um Comitê dedicado à SMS.

As normas internas cobrem as dimensões das atividades, produtos e processos da Companhia, como conformidade legal, aquisição de bens e serviços, gestão de produtos e relacionamento com a comunidade, mantendo-se asseguradas a integridade física das pessoas e dos equipamentos, a consequente conformidade com a regulação e alinhamento com boas práticas em SMS e de Responsabilidade Social.

Os sistemas de gestão das unidades da Companhia são avaliados periodicamente na sua conformidade com as diretrizes corporativas de segurança, meio ambiente e saúde. As principais unidades operacionais são certificadas nas normas internacionais de gestão da qualidade, segurança, saúde ocupacional e gestão do meio ambiente, a exemplo da fábrica de lubrificantes em Duque de Caxias e da base de armazenamento e distribuição de Manaus, uma das 18 unidades certificadas no Sistema de Gestão Integrada (SGI).

TOTAL DE DISPÊNDIOS EM SMS* (R$ MILHÕES)					
NATUREZA DO DISPÊNDIO	**2018*** **	**2017** **	**2016**	**2015**	**2014**
Gastos ambientais, segurança e saude relacionados com a produção/operação	68,9	68,3	66,6	63,9	56
Equipamentos e Sistemas de controle da poluição e Segurança	39,7	33,6	11,3	14,3	28,7
Custos para recuperação de passivos ambientais	27,1	20,7	20,4	29,6	26,9
TOTAL	**135,7**	**122,6**	**98,3**	**107,8**	**111,6**

* Inclui todos os gastos planejados com SMS, incluindo ambiental
** Valores conforme Plano Anual de Negócios 2017
*** Previsão de gastos conforme ano de 2018 do Plano de Negócios e Gestão (PNG)

Na gestão da segurança e contingência a Companhia atua na prevenção, redução da acidentalidade, identificação, avaliação e controle dos riscos, bem como no planejamento e prontidão para situações de emergência. Por meio da realização de simulados, com base nos cenários dos planos de resposta a emergências, é verificada a efetividade dos treinamentos e avaliada a capacidade de resposta da Companhia. São feitas simulações que testam o fluxo de comunicações, o acionamento de pessoas e equipamentos, bem como a tomada de decisões. Em alinhamento com a Petrobras, destaca-se o Programa Compromisso com a Vida, focado no reforço da segurança de processo baseada em análises de riscos, ações integradas de padronização de processos e sistema de consequências; e a implantação das "10 regras de ouro", que são baseadas nas causas de acidentes fatais, cujo cumprimento evita ocorrências com causas similares.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia também atua por meio do: (i) Programa Obras Seguras, focado em unidades operacionais, reduzindo o risco de acidentes em obras; (ii) Programa de Gerenciamento de Risco no Transporte, com ênfase em capacitação e conscientização de motoristas, check-list e de veículos e na universalização do monitoramento da frota a serviço da Companhia; (iii) Programa Motorista DEZtaque, que reconhece os motoristas pelo seu desempenho na direção defensiva e melhoria contínua dos indicadores de segurança e sustentabilidade socioambiental.

O desempenho ambiental é suportado por treinamentos e sistemas de informação, e busca a redução do uso dos recursos naturais, a gestão de recursos hídricos, efluentes e água potável, a minimização da geração de resíduos sólidos e emissões atmosféricas, a prevenção de impactos à biodiversidade e o transporte ecoeficiente dos produtos da Companhia.

A Companhia completou, em 2016, treze anos de participação no Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), como parte do Sistema Petrobras. A Companhia continuará a desenvolver ações para avançar cada vez mais no alcance dos dez princípios desta iniciativa, focados nas áreas de direitos humanos, padrões trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção. Neste contexto, a Companhia estimula o engajamento de fornecedores, parceiros e clientes e utiliza como referência os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU em 2015 como uma agenda mundial composta por 17 objetivos a serem atingidos até 2030.

A Companhia também é signatária do InPacto - Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, gerido pelo Comitê de Coordenação e Monitoramento, composto pelo Instituto Ethos, o Instituto Observatório Social (IOS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONG Repórter Brasil, e incluiu em seus contratos cláusulas que proíbem a utilização de trabalho escravo, degradante e infantil. A Companhia possui iniciativas de promoção dos direitos humanos e equidade de gênero e raça junto aos públicos de interesse da Companhia.

Desde 2009, a Companhia participa do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, tendo sido reconhecida pelas ações implementadas nas três edições do referido programa, ao receber, da referida secretaria, três Selos Pró-Equidade de Gênero e Raça.

A Companhia também desenvolve campanhas de promoção dos direitos humanos, com destaque para os temas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, violência contra a mulher e igualdade racial. Em função das iniciativas promovidas para a garantia do direito de crianças e adolescentes, a Companhia tem sido contemplada, anualmente, desde 2004, com o selo da Fundação Abrinq, como uma "Empresa Amiga da Criança".

Outra iniciativa relevante no campo dos direitos humanos é o projeto Cidadão Capaz, que conta com a adaptação de Postos Petrobras, com base na NBR-9050/2004, para que pessoas com deficiência possam ser empregadas na rede.

Para mais informações sobre as iniciativas sociais e ambientais da Companhia, vide o Relatório de Sustentabilidade da Petrobras e Relatório de Demonstrações Contábeis disponíveis nos seguintes links:

Relatório de Sustentabilidade
(http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade)

Relatório de Demonstrações Contábeis
(http://www.br.com.br/wps/wcm/connect/portal+de+conteudo/a+companhia/publicacoes/demonstracoes+contabeis)

Visão geral - atuação na área ambiental das autoridades brasileiras

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As atividades da Companhia estão sujeitas a um conjunto de leis, decretos, regulamentos e resoluções federais, estaduais e municipais relativas à proteção do meio ambiente.

Dentre as diversas exigências e obrigações estabelecidas por tais leis, decretos, regulamentos e resoluções, a necessidade de licenciamento ambiental das atividades da Companhia é uma das obrigações mais relevantes. O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e aqueles capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Portanto, grande parte das atividades da Companhia requer licenciamento ambiental, na forma de licença prévia ou de instalação, para o desenvolvimento de novos empreendimentos, e licença de operação, para a operação das unidades. Da mesma forma, os postos de serviço/abastecimento, que revendem o combustível distribuído pela Companhia, também estão sujeitos ao licenciamento ambiental, que é de responsabilidade do operador do posto.

Considerando que as dezenas de unidades operacionais da Companhia têm licenças de operação com prazos de validade médios de cinco anos, e também que muitos empreendimentos de reformas ou ampliações nessas unidades requerem licenciamento ambiental, a Companhia atua continuamente junto aos órgãos ambientais, de modo a garantir a conformidade legal de suas atividades, o que abrange o requerimento tempestivo de renovações de licenças já existentes e o requerimento de novas licenças quando necessário.

A depender das características de determinada atividade, o licenciamento ambiental poderá ser conduzido pela União, Estados ou Municípios, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, e em seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015).

Em muitos casos, o processo de licenciamento ambiental sofre atrasos devido a limitações de estrutura, recursos materiais e recursos humanos nos órgãos ambientais, independente da esfera de atuação.

Em termos de fiscalização ambiental, as atividades da Companhia são fiscalizadas não só pelos órgãos ambientais de âmbito federal, estadual e municipal, mas também pelo Ministério Público, além da atuação de entidades da sociedade civil organizada. A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar, independentemente da obrigação de reparar danos ambientais que eventualmente sejam causados, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa.

A Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (“Lei 9.605/98”), e seu decreto regulamentador, Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, estabelecem sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente. Nos termos da Lei 9.605/98, as pessoas físicas (incluindo, entre outros, no exercício de suas funções, os diretores, administradores e gerentes de pessoas jurídicas) e as pessoas jurídicas que pratiquem atos considerados crimes ambientais poderão sofrer penas de natureza criminal que abrangem, no primeiro caso, penas de multa, restritivas de direitos e privativas de liberdade, e, no segundo caso, penas de multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.

Administrativamente, as sanções podem variar desde imposições de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público. Os valores de multas administrativas costumam variar de R$ 50,00 a R$ 50 milhões.

Em caso de ocorrência de danos ambientais (responsabilização civil), a Companhia está sujeita ao ajuizamento de ações coletivas (*e.g.* ação civil pública, ação popular) visando à reparação ou indenização do dano ambiental, bem como a ações individuais (*e.g.* ações indenizatórias por perdas e danos ou lucros cessantes), visando à reparação de prejuízos causados a terceiros em decorrência do evento danoso.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Companhia mantém a conformidade legal em relação à legislação estabelecida, e também acompanha projetos de leis e a evolução de normas regulamentadoras relacionadas a Meio Ambiente, Segurança e Saúde, através do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (SINDICOM), ao qual é associada.

Além de responder pelas atividades conduzidas diretamente, muitas vezes a Companhia é responsabilizada pelos órgãos de fiscalização como poluidora indireta no caso de passivos ambientais ocorridos em instalações operadas por terceiros, como em postos de serviço ou clientes industriais. Tal responsabilização pode redundar em gastos com remediações ambientais, multas, indenizações, além de um desgaste de imagem junto à sociedade.

Para enfrentamento desse cenário, a Companhia tem tratado o tema de forma estratégica, desdobrando políticas e programas específicos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

c. Dependência de Patentes, Marcas, Licenças, Concessões, Franquias, Contratos de Royalties Relevantes para o Desenvolvimento das Atividades.

A Companhia depende dos seguintes fatores:

Patente BRF: contrato de licença onerosa de uso de patente celebrado entre Sener Grupo de Ingenieria S.A. e BRF Biorefino de Lubrificantes S.A. ("BRF"), empresa controlada pela Companhia, referente à patente No. PI0215816-7 em 20/04/2012, com exclusividade no território brasileiro, por dez anos, cujo objeto é o uso da referida patente para o processamento e rerrefino de óleos básicos ou derivados similares refinados do petróleo. Embora a licença seja válida apenas no território nacional, a BRF pode vender em todo o mundo os produtos finais. Para maiores informações referente a esse contrato, vide o item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

Concessão de Gás no Espírito Santo: A Companhia atua na distribuição de gás natural no Estado do Espírito Santo, por meio do contrato de concessão celebrado em 1993, com vigência até 2043. No entanto, existe uma Ação Popular (0014046-21.2003.8.08.0024) que busca a anulação da concessão teve julgamento do Tribunal de Justiça do Espírito Santo em 26/02/2015, indicando a prescrição desta pretensão de anulação. Ainda há possibilidade de recurso. Ainda, em fevereiro de 2016, o Estado do Espírito Santo editou a Lei 10.493, de 2 de fevereiro de 2016, extinguindo a concessão. Ato contínuo, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança (0018374-12.2016.8.08.0000) arguindo a inconstitucionalidade da referida norma, o qual teve sua liminar denegada e ainda está pendente de recurso. O Estado, pela referida lei estadual, tem 24 meses, contado de fevereiro de 2016, para criar uma empresa estatal para ser a nova concessionária ou licitar a concessão. Até que isso seja feito a Companhia continua sendo a concessionária estadual de gás. A Companhia vem mantendo diálogo com o Estado na tentativa de solucionar a questão de forma amigável, o que resultou na celebração de um Memorando de Entendimentos entre as partes com o intuito de avaliar a possibilidade de criação de uma estatal com participação das partes com a finalidade de exploração dos serviços de distribuição de gás no Estado do Espírito Santo, cujo prazo se encerra em 29 de dezembro de 2017. Para maiores informações sobre (i) a possibilidade de extinção da concessão de gás no Espírito Santo, vide seção 4.1 deste Formulário de Referência e (ii) referidas ações judiciais, vide o item 4.3 deste Formulário de Referência.

Marcas: A Companhia se utiliza de uma série de marcas para o desenvolvimento de suas atividades. Atualmente, as principais marcas registradas em nome da Companhia são Siga Bem, Lubrax, BR Mania e Stratura. Além disso, as marcas BR, Podium, Petrobras Grid, Petrobras Premmia, BR Aviation e De Olho no Combustível são relevantes para as atividades da Companhia, embora sejam de propriedade da Petrobras.

Nesse sentido, em 22 de setembro de 2017, foi celebrado "Contrato de Licença de Uso de Marcas" entre a Companhia e a Petrobras, por meio do qual a Petrobras concede à Companhia licença onerosa, não exclusiva, limitada e temporária sobre determinadas marcas de titularidade da Petrobras, incluindo mas não se limitando a: "BR"; "Petrobras"; "Petrobras Podium"; "Petrobras Grid"; "Petrobras Premmia"; "De Olho no Combustível"; "BR Aviation" ("Contrato de Licenciamento").

O Contrato de Licenciamento prevê o pagamento de *royalties*, anualmente, pela Companhia à Petrobras correspondente a 0,03% sobre a receita operacional líquida total da Companhia. Entende-se por "receita operacional líquida" o valor de vendas de produtos e prestação de serviços menos a soma de devoluções de vendas, abatimentos e impostos e contribuições incidentes de vendas. A fim de determinar o valor que será pago à Petrobras, a Companhia deve fornecer à Petrobras um relatório anual até o 1º dia útil do mês de maio, sendo que o valor dos *royalties* devidos deve ser liquidado anualmente, até o dia 30 de junho de cada ano. A Companhia deve efetuar o pagamento dos royalties no prazo de 20 dias úteis, contados do recebimento do documento de cobrança emitido pela Petrobras. Quaisquer pagamentos devidos à Petrobras que sofram atraso são atualizados exclusivamente com base na Taxa SELIC, para os dias efetivamente decorridos, incluindo o primeiro dia, mas excluindo o último, acrescendo-se ainda multa

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

moratória de 2% e honorários advocatícios definidos na decisão judicial transitada em julgado, estes se necessária cobrança judicial.

O Contrato de Licenciamento tem prazo de vigência de 10 anos, podendo ser prorrogado por igual período, caso não haja manifestação das partes em sentido contrário, mediante notificação com antecedência mínima de 12 meses do seu final. Adicionalmente, a Petrobras pode resilir o Contrato de Licenciamento (i) a qualquer momento, desde que notifique a Companhia com um ano de antecedência; (ii) caso haja descumprimento, pela Companhia, das obrigações estabelecidas no contrato, no prazo de três meses após o envido de notificação; ou (iii) caso haja modificação no controle societário da Companhia, no prazo de três meses após o envio de notificação. Em caso de rescisão ou resilição contratual, a Companhia deve apresentar, em até 180 dias após o recebimento da respectiva notificação, um plano de *debranding*, segundo o qual a Companhia deverá adotar procedimentos para cessar a utilização das marcas licenciadas pela Petrobras. Esse plano deve ser realizado pela Companhia em no máximo um ano após a sua aprovação final, com exceção de (i) bases operacionais, em geral, frotas, pontos de venda e embalagens de lubrificantes, em que o prazo máximo é de dois anos; (ii) postos de serviço, em que o prazo máximo é de seisanos; e (iii) uso corporativo, em que o prazo máximo é de 60 dias.

A licença tem exclusividade para os segmentos operacionais Postos de Serviços, Produtos de Aviação e para o programa de fidelidade Petrobras Premmia. Para os demais não há exclusividade
.
Nos termos do contrato, não é necessária autorização da Petrobras para o sublicenciamento pela Companhia das marcas objeto do contrato quando se tratar de comercialização de combustíveis e afins em postos de serviços e lojas de conveniência, bem como pontos de venda *business to business* tais como aviação, marítimo e terminais logísticos, frota de distribuição ou prestação de serviços de fornecedores.

Para maiores informações sobre esse e outros contratos celebrados com a Petrobras, vide seções 9.1 e 16.2 deste Formulário de Referência.

Licenças e Franquias para os Postos: A Companhia mantém uma rede pulverizada de postos “BR” e franquias das redes “BR Mania” e “LUBRAX + SERVIÇOS AUTOMOTIVOS”, descritas no item 7.2 deste Formulário de Referência. Assim, as receitas da Companhia não dependem de um número restrito de postos e franqueados, mas sim do conjunto de postos e franqueados que mantemos em todo o território nacional. O prazo de duração, royalties e outras condições comerciais dos contratos celebrados com os postos e franqueados variam de acordo o porte e volume de negócio a ser assumido pelo posto e franqueado. Como regra, os contratos de licenciamento das marcas detidas pela Companhia e sublicenciamento das marcas detidas pela Petrobras são celebrados em caráter gratuito com os postos, sem que haja a cobrança de royalties ao licenciado, ao passo que os contratos de franquia das marcas “BR Mania” e “LUBRAX + SERVIÇOS AUTOMOTIVOS” são celebrados em caráter oneroso com os franqueados. O sistema de franquia é regido pela Lei 8955/94 que, entre outras disposições, estabelece que a franqueadora deve entregar ao franqueado a Circular de Oferta da Franquia (COF), documento que deve apresentar de forma clara e acessível os dados sobre o negócio. Para maiores informações vide seção 7.2 (a) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Receitas relevantes provenientes do exterior

a. Receita Proveniente dos Clientes Atribuídos ao País sede da Companhia e sua Participação na Receita Líquida Total da Companhia.

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017			2016		
País sede do emissor	Receita de vendas de produtos e serviços prestados (R$ milhões)	Participação %	País sede do emissor	Receita de vendas de produtos e serviços prestados (R$ milhões)	Participação %
Brasil	60.376	98,4%	Brasil	85.334	98,5%

b. Receita Proveniente dos Clientes Atribuídos a cada País Estrangeiro e sua Participação na Receita Líquida Total da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui receitas relevantes em outros países

c. Receita Total Proveniente de Países Estrangeiros e sua Participação na Receita Líquida Total da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui receitas relevantes em outros países

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, visto que a Companhia não está sujeita a qualquer regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Políticas socioambientais

A Companhia encaminha as informações da Companhia para a Petrobras, que publica o Relatório de Sustentabilidade do Sistema Petrobras seguindo as premissas da versão mais atual (G4) de diretrizes da GRI (*Global Reporting Initiative*) na opção essencial Esse relatório está divulgado no *site* da Companhia: http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade

A Companhia possui Política de Responsabilidade Social e Política de SMS Esse relatório está divulgado no *site* da Companhia: http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/politicas-e-diretrizes

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia divulga informações socioambientais, além das informações publicadas no Relatório de Sustentabilidade. Esse relatório está divulgado no *site* da Companhia: http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/politicas-e-diretrizes, assim como os indicadores ambientais da Companhia: http://www.br.com.br/pc/a-petrobras-distribuidora/estrategia

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Na elaboração de seu Relatório de Sustentabilidade, a Petrobras adota as diretrizes para relato da Global Reporting Initiative (GRI), em sua versão mais recente e completa, conhecida como G4. A GRI é uma organização internacional que estabelece as diretrizes mundialmente aceitas para elaboração de relatórios de sustentabilidade, de forma que as empresas disponibilizem informações confiáveis, relevantes e padronizadas de sua atuação.

No último ano, o Relatório de Sustentabilidade foi adaptado para integrar conceitos e elementos preconizados no modelo de relato integrado (RI). Além disso, em sintonia com as mais recentes práticas empresariais internacionais, inserimos a correlação dos temas materiais da Companhia aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais seguem as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia, que são auditadas de forma independente.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

As informações socioambientais divulgadas pela Companhia podem ser encontradas no site de Relações com Investidores da Companhia, nos *links* a seguir:

http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/relatorio-de-sustentabilidade
http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente/politicas-e-diretrizes
http://www.br.com.br/pc/a-petrobras-distribuidora/estrategia
http://www.br.com.br/pc/sociedade-e-meio-ambiente

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes

(a) Vantagens Competitivas

Com relação às vantagens competitivas da Companhia, ver “Pontos Fortes” do item 7.1.

(b) Operação Lava Jato e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada Operação Lava Jato, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema consistia em um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com o Sistema Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e da Companhia e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como “membros do cartel”.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também impuseram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras e da Companhia. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

No final de 2014, início de 2015, algumas operações da Companhia também passaram a ser investigadas pela Operação Lava Jato, dentre eles a construção de algumas bases de distribuição e o embandeiramento de uma determinada rede de postos denominada DVBR. Estes fatos fazem parte do Inquérito nº 4112 que apura a atuação do Senador Fernando Collor em irregularidades no âmbito da BR, cuja denúncia foi recentemente recebida pela STF, dando início à consequente Ação Penal.

Determinados ex-executivos da Petrobras foram presos ou denunciados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros ex-executivos da Companhia e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras e para BR foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação, em razão da existência de inquéritos ainda em andamento

Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (Property, plant and Equipment), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Companhia reconheceu uma baixa no montante de R$ 23 milhões de gastos capitalizados, referente a valores que a Companhia pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

Como descrito a seguir, a Companhia tem monitorado continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados em 2014, não tendo identificado, na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016,

7.9 - Outras informações relevantes

nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

Em 21 de novembro de 2017, foi deflagrada uma nova etapa da Operação Lava Jato, denominada Operação Sothis, visando apurar eventuais irregularidades em contratos celebrados pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro com algumas construtoras e transportadoras, e que contém menção à Companhia. Não obstante a Companhia não ser objeto de investigação no âmbito da Operação Sothis, a Companhia celebrou contratos de prestação de serviços com uma dessas transportadoras entre 2011 e 2013, e com outra dessas transportadoras em 2015. A Companhia não mantém desde 2015 qualquer contrato com as transportadoras mencionadas até o momento no contexto na Operação Sothis, e, desde que tomou conhecimento sobre ter sido mencionada na Operação Sothis, está diligenciando para apurar tais fatos e, conforme o caso, tomar as medidas adequadas.

A Petrobras e a Companhia prosseguirão acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

(c) Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

A Companhia por intermédio de seu acionista controlador tem acompanhado as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados, atendendo prontamente aos pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores. Constantemente, a Companhia renova o seu compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente ao público em geral.

A Companhia e seu acionista controlador não toleram qualquer prática de corrupção e considera inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os seus empregados. Deste modo, a Companhia toma diversas medidas para combater fraudes e corrupção conforme mencionado a seguir.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a Companhia continua a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (*compliance)*.

Entre outras medidas, em 2016, a Companhia foi integrada ao canal de denúncias independente da Petrobras; realizou treinamentos para seus empregados e administradores sobre ética, segurança da informação, *compliance* concorrencial e prevenção à corrupção; implementou a iniciativa “Agentes de *Compliance*”; implementou processos de *Due Diligence* de Integridade e de avaliação de aplicação de sanções a seus fornecedores; realizou o processo de *Background Check* de Integridade antes da tomada de decisão para a designação de pessoas para posições-chave na Companhia.

Para averiguar indícios ou ocorrências que possam ser caracterizados como transgressões a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos, a Companhia constituiu Comissões Internas de Apuração (CIA), cujos resultados foram apresentados às autoridades brasileiras competentes.

Além disso, a Companhia tem tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados a sua imagem corporativa.

A Companhia ainda não recuperou nenhum valor referente aos pagamentos indevidos que foram realizados. Na medida que as investigações da Operação Lava Jato resultem em acordos de leniência ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Companhia e seu acionista controlador podem ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a Companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável neste momento. Esses valores serão

7.9 - Outras informações relevantes

reconhecidos no resultado do exercício como receita quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

(d) Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Companhia desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as empresas citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.

2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de agosto de 2017, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) monitoraram as investigações da Operação Lava Jato, efetuadas pelas autoridades brasileiras e a Petrobras conta com investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

(e) Planos de Benefícios Previdenciários e outros Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina dois planos de benefícios previdenciários: Plano Petros do Sistema Petrobras ("Plano Petros"), constituído na modalidade de benefício definido e o Plano Petros-2 ("PP-2"), constituído na modalidade de contribuição variável. Esses dois planos cobrem, juntos, 93,03% de seus empregados.

O objetivo desses planos é a complementação dos benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os empregados, na qualidade de participantes dos planos, realizam contribuições

7.9 - Outras informações relevantes

mensais obrigatórias, de acordo com o Plano de Custeio vigente. Nossa política histórica de custeio tem consistido em realizar contribuições mensais aos planos, em quantias determinadas pelos regulamentos dos planos – sendo tais quantias iguais às recolhidas pelos empregados.

O Plano Petros foi oferecido aos empregados admitidos até 09 de agosto de 2002, data em que a Fundação Petrobras de Seguridade Social ("Petros") encerrou a permissão para novas adesões.

Já o PP-2 foi implantado em 2007 e é ofertado a todos os empregados da Companhia que ainda não possuem plano de previdência complementar patrocinado pela Petrobras.

A tabela a seguir mostra os benefícios pagos, as contribuições efetuadas e os passivos previdenciários e de saúde para os exercícios de 2016, 2015 e 2014 e nos primeiros nove meses de 2017.

Em R$ milhões	30.09.2017	2016	2015	2014
Total de pagamentos de contribuições – planos de saúde	54	78	60	42
Total de pagamento de contribuições – planos de pensão	39	59	56	51
Passivo atuarial – planos de pensão e saúde	4.595	4.311	2.375	2.084

(1) Considera contribuições de patrocinadores e empregados.
(2) Obrigações não financiadas de planos de pensão e saúdes.

Em julho de 2016, a Petros anunciou que o Plano Petros estava defictário em 22,6 bilhões, valor posicionado em 31/12/2015. De acordo com a Resolução CGPC nº 26/2008 do então Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e alterações posteriores, que trata desse tema, tal quantia excedeu o limite de tolerância denominado LDTA (Limite de Déficit Técnico Acumulado) que, para o caso desse plano, era de R$ 6,6 bilhões. Sendo assim, a Petros e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) firmaram em 19/06/2017 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), cujo objeto foi a adequação da Fundação ao cumprimento de prazos contidos na referida Resolução , para elaboração, aprovação e implementação de Plano de Equacionamento. Esse plano já foi devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação em 12/09/2017.

Este Plano de Equacionamento estabeleceu como valor a equacionar o total do déficit de 2015 que, atualizado para dezembro de 2017, resultou em R$ 27,7 bilhões. Deste valor, conforme determina a legislação em vigor, as Patrocinadoras são responsáveis por R$ 13,7 bilhões, sendo a Companhia responsável por R$ 0,8 bilhões, a ser pago na forma de contribuições extraordinárias cobradas em um prazo de 18 anos, somando-se este novo fluxo ao fluxo de contribuições normais ao Plano Petros já praticadas atualmente. Conforme planejamentos do Plano de Equacionamento, o fluxo contributivo extraordinário anual esperado para a Companhia será decrescente, da ordem de R$ 89 milhões no primeiro ano, reduzindo paulatinamente até cerca de R$ 50 milhões no último ano de equacionamento.

Portanto, após a aprovação do referido Plano de Equacionamento pela SEST – Secretaria de Governança e Controle das Estatais do Ministério do Planejamento, estima-se que, como patrocinador do Plano Petros, a Companhia iniciará o pagamento de contribuições extras mensais a partir de dezembro de 2017. Neste sentido. vide "Fatores de Risco" do item 4.1 (a.5).

O PP-2 apresentou equilíbrio técnico de R$ 118 milhões, posicionado em 31/12/2016.

A Companhia também mantém um plano de assistência médica (AMS), que oferece benefícios médicos e abrange todos os funcionários (ativos e aposentados), juntamente com seus dependentes. A Companhia administra o plano, sendo que os empregados contribuem atualmente com 25% dos custos totais para cobertura dos riscos principais e uma parte dos custos relacionados a outros tipos de cobertura, de acordo com tabela de participação definida por certos parâmetros, como a classe de renda.

O compromisso da Companhia com os benefícios futuros dos empregados é calculado anualmente por um Atuário Independente, com base no método do Crédito Unitário Projetado. O plano de saúde não é

7.9 - Outras informações relevantes

financiado ou de outra forma garantido por ativos. Em vez disso, são feitos pagamento de benefícios com base nos custos anuais incorridos pelos participantes do Plano.

(f) Principais concorrentes da Companhia

A Companhia acredita que seus principais concorrentes sejam, segregados por segmento:

- Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("Ipiranga") e Raízen Combustíveis S.A. ("Raízen"), no segmento operacional Rede de Postos;
- Ipiranga e Raízen, no segmento operacional Grandes Consumidores; e
- Raízen e Air BP Brasil S.A. – Air BP, no segmento operacional Produtos de Aviação.

Em relação ao segmento "Outros", a Companhia acredita que seus principais concorrentes sejam, segregados por sub-segmento:

- Halliburton, Braskem, no sub-segmento Químicos;
- Engie, CPFL Energia e Enel Soluções, no sub-segmento Energia; e
- Greca, Brasquimica, Betunel, Disbral e NTA, no sub-segmento Asfalto.

(g) Compartilhamento/fornecimento de utilidades em bases de armazenagem e distribuição de produtos

Atualmente, as bases de armazenagem e distribuição de produtos da Companhia estão localizadas em áreas contíguas a unidades da Petrobras, sua controladora. Por conta disso, a fim de promover a sinergia das operações de seu grupo, certos recursos necessários ao funcionamento das referidas bases passaram a ser compartilhados entre a Companhia e a Petrobras ao longo dos últimos anos.

A Companhia pretende tomar diversas medidas de naturezas regulatória, técnica e administrativa, para regularização da questão, o que demandará investimentos para conexão a sistemas públicos de fornecimento de insumos necessários ao desempenho de suas atividades.

(h) Desempenho operacional e financeiro da Companhia segregado por seus principais segmentos operacionais

O desempenho da Companhia, segregado por seus principais segmentos operacionais, pode ser observado na tabela abaixo:

Indicadores Financeiros	Períodos de nove meses findos em 30 de setembro		Exercícios sociais findos em 31 de dezembro		
(em R$ milhões, exceto percentuais)	**2017**	**2016**	**2016**	**2015**	**2014**
Receita de Vendas					
Rede de Postos	36.908	39.603	52.634	53.791	49.990
% da Receita de Vendas	59,7%	60,1%	60,4%	55,1%	50,6%

7.9 - Outras informações relevantes

Grandes Consumidores	16.431	17.736	23.247	30.275	33.271
% da Receita de Vendas	26,6%	26,9%	26,7%	31,0%	33,6%
Aviação	4.984	4.617	6.189	7.900	9.610
% da Receita de Vendas	8,1%	7,0%	7,1%	8,1%	9,7%
Outros [1]	3.447	3.893	5.109	5.728	6.022
% da Receita de Vendas	5,6%	5,9%	5,9%	5,9%	6,1%
Corporativo	11	-	-	(2)	(17)
% da Receita de Vendas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	620	(367)	(315)	(1.161)	1.123
EBITDA[2]	1.830	357	439	(1.165)	1.659
EBITDA Ajustado[3]	2.184	2.175	2.995	3.452	3.527
Margem EBITDA Ajustada	3,6%	3,3%	3,5%	3,5%	3,6%

Indicadores Operacionais	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Exercícios sociais findos em 31 de dezembro		
(em milhares m³, exceto se de outra maneira indicado)	**2017**	**2016**	**2016**	**2015**	**2014**
Volume Vendido Total	32.149	34.712	45.794	53.596	57.752
Rede de Postos	17.049	18.061	23.959	26.816	27.895
% do Volume Vendido	53,0%	52,0%	52,3%	50,0%	48,3%
Grandes Consumidores	8.318	8.931	11.758	16.019	18.367
% do Volume Vendido	25,9%	25,7%	25,7%	29,9%	31,8%
Aviação	2.817	2.827	3.759	4.199	4.418
% do Volume Vendido	8,8%	8,1%	8,2%	7,9%	7,7%
Outros	3.965	4.894	6.318	6.562	7.072
% do Volume Vendido	12,3%	14,1%	13,8%	12,2%	12,2%

[1] O segmento "Outros" inclui todas as atividades não incluídas dentro dos segmentos operacionais Rede de Postos, Grandes Consumidores e Aviação. Essas atividades foram excluídas dos segmentos operacionais reportáveis nas Demonstrações Financeiras por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo *International Financial Reporting Standards* – IFRS e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ("**IFRS/CPC**") para segmentos reportáveis.

[2] O EBITDA é uma medição não contábil feita pela Companhia e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização.

[3] O EBITDA ajustado da Companhia é uma medição adotada pela Administração e consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da apropriação das bonificações antecipadas, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, *impairment*, plano de incentivo do desligamento voluntário (PIDV), anistias fiscais, encargos tributários sobre receitas financeiras e Operação Lava Jato. A descrição de cada um desses ajustes encontra-se no na seção 3.2 - item b deste formulário.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

8.1 - Negócios extraordinários

8. Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovado (i) aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 6.313 milhões, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital realizado pela Petrobras na mesma data; (ii) cisão parcial da Companhia, sendo o acervo líquido no valor de R$ 6.339 milhões, formado por certos ativos detidos pela Companhia referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do sistema Petrobras, vertido para a Downstream Participações Ltda, com redução do capital social da Companhia no mesmo valor, sem o cancelamento de ações da Companhia.

Ato contínuo, foi realizado na mesma data, o pagamento antecipado pela Companhia da (i) Nota de Crédito à Exportação nº 201500051; e (ii) Nota de Crédito à Exportação nº 40/00137-7, no valor agregado de R$ 7.500 milhões, emitidas, respectivamente, em favor do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A alta administração da Companhia aprovou, a partir de 2015, uma série de medidas de reestruturação, revisão de estrutura organizacional, modelos de governança e gestão organizacional, conforme abaixo exposto.

Em 2015, o Conselho de Administração aprovou a criação de uma Gerência de Governança, Risco e Conformidade, subordinada ao Conselho de Administração, para atuar de forma centralizada e focada nos processos de governança, risco e conformidade da Companhia. Ainda nesse ano foi realizado um processo de revisão de sua estrutura organizacional, visando otimização de processos e redução de custos, o que resultou na redução de cerca de 30% das funções gratificadas, a partir de 1 de janeiro de 2016.

Em abril de 2016, o Estatuto Social da Companhia foi reformado, conferindo ao Conselho de Administração maior atuação no direcionamento da Companhia, sendo formalizada a criação do Comitê Estratégico Estatutário de Assessoramento e, em junho de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração a criação do Comitê de Auditoria, ambos vinculados a este colegiado.

Foi realizada a revisão do modelo de governança da Companhia, com a aprovação pelo Conselho de Administração da revisão dos regimentos internos dos comitês estatutários, à época, de Negócios e de Suprimentos de Álcool e Derivados de Petróleo, e a revisão da estrutura de Comitês Executivos vinculados à Diretoria Executiva, que passou a contar, e se mantem atualmente, com o assessoramento dos seguintes comitês: 1) Comitê Executivo de Crédito e Cobrança; 2) Comitê Executivo de Recursos Humanos; 3) Comitê Executivo de Tecnologia da Informação; 4) Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); 5) Comitê Executivo de Inovação; 6) Comitê Executivo de Marketing; 7) Comitê Executivo de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos; 8) Comitê de Negócios; e 9) Comitê de Suprimentos de Biocombustíveis e Derivados de Petróleo.

Após a reforma estatutária da Companhia, realizada em 31 de agosto de 2017, o Conselho de Administração passou a contar, atualmente, com dois comitês estatutários de assessoramento: o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Riscos e Financeiro. A partir da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2018, será instalado e entrará em funcionamento o Comitê de Minoritários e, até 30 de junho de 2018, conforme legislação aplicável, o Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão.

No que tange à atuação do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, até que seja efetivada a sua instalação, a Companhia compartilhará a estrutura do comitê da Petrobras, quando for o caso, nos termos do artigo 14 do Decreto 8.945/16.

No primeiro trimestre de 2017, a Diretoria Executiva aprovou a revisão da estrutura da Auditoria Interna para fortalecer sua atuação e contemplar os novos processos que foram incorporados à Companhia.

Mais recentemente, em 1 de junho de 2017, todas as atividades de comercialização de asfaltos, modificados e emulsões asfálticas e produção de emulsões asfálticas do grupo foram centralizadas pela Companhia em sua subsidiária integral Stratura Asfaltos S.A.

Nessa mesma data, a Gerência de Produtos de Aviação passou a atuar com uma estrutura menor, tendo como principal alteração a transferência das atividades relacionadas a armazenagem e recebimento de produtos para operação de terceiros.

Com relação ao processo decisório, a Companhia promoveu a revisão dos limites de alçadas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, tendo sido aprovada a Matriz de Limites de Atuação (MLA) e adotado o modelo de autorização compartilhada para determinados atos previstos na Tabela de Limites de Competência, priorizando as decisões colegiadas na Companhia, a partir de setembro de 2016.

Em agosto e setembro de 2016 foram aprovados no Conselho de Administração respectivamente os Planos Estratégico e de Negócios e Gestão 2017-2021 da Companhia (“PNG 2017-2021”), que foram elaborados com a participação dos Diretores e demais executivos da Companhia.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No PNG 2017-2021 foi detalhado o novo posicionamento estratégico da Companhia com foco em Agregação de Valor, Sustentabilidade, Inovação e Marca. As informações sobre o PNG 2017-2021 estão pormenorizadas no item 10.8. deste Formulário de Referência.

No PNG 2017-2021 foram projetados os resultados econômico-financeiros esperados e estabelecidos os recursos necessários para suportá-lo, tendo sido definidas as três métricas principais, uma de segurança (Taxa de Acidentados Registráveis - TAR), outra financeira, de redução de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA) e a terceira de resultado econômico (Margem Ebitda), que passaram a ser acompanhadas sistematicamente tanto nas Reuniões mensais internas de Análise Crítica (RACs), quanto no Conselho de Administração.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou suas controladas que não sejam diretamente relacionados com as atividades operacionais da Companhia.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. Outras informações Relevantes - Negócios extraordinários.

Todas as informações relevantes relacionadas a este item 8 foram descritas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Todos os bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das nossas atividades estão descritos nos itens 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Almoxarifado de São Paulo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Armazenagem Conjunta	Brasil	GO	Barro Alto	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	PR	Cascavel	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	MG	Governador Valadares	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	PA	Itaituba	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	PA	Juruti	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	SC	Lages	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	BA	Luis Eduardo Magalhães	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	MG	Montes Claros	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	GO	Niquelândia	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	RS	Rio Grande	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	MT	Rondonópolis	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	PA	Santarem	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Arrendada
Armazenagem Conjunta	Brasil	MT	Sinop	Arrendada
Armazenagens em Terminais Transpetro	Brasil	SC	Biguacu	Arrendada
Armazenagens em Terminais Transpetro	Brasil	SC	Guaramirim	Arrendada
Armazenagens em Terminais Transpetro	Brasil	SP	Guarulhos	Arrendada
Armazenagens em Terminais Transpetro	Brasil	BA	Itabuna	Arrendada
Armazenagens em Terminais Transpetro	Brasil	SC	Itajaí	Arrendada
Armazenagens em Terminais Transpetro	Brasil	BA	Jequié	Arrendada
Armazenagens em Terminais Transpetro	Brasil	MG	Uberaba	Arrendada
Armazenagens em Terminais Transpetro	Brasil	MG	Uberlândia	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MA	Açailândia	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MA	Açailândia	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MT	Alto Taquari	Alugada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PR	Araucária	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PA	Barcarena	Alugada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SP	Barueri	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SP	Bauru	Arrendada

892

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PA	Belém	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PA	Belém	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MG	Betim	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	DF	Brasília	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PB	Cabedelo	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RJ	Campos	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RS	Canoas	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RR	Caracaraí	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	CE	Crato	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	AC	Cruzeiro do Sul	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	AC	Cruzeiro do Sul	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	AC	Cruzeiro do Sul	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SP	Cubatão	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MT	Cuiabá	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MG	Embiruçu	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	CE	Fortaleza	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	GO	Goiânia	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RN	Guamaré	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PR	Guarapuava	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RS	Ijuí	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PE	Ipojuca	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	BA	Juazeiro	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SE	Laranjeiras	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PR	Londrina	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	AP	Macapá	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	AL	Maceió	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	AL	Maceió	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	AM	Manaus	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PA	Marabá	Alugada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PR	Maringá	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PR	Maringá	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RS	Passo Fundo	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SP	Paulínia	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SP	Paulínia	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	TO	Porto Nacional	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	TO	Porto	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RO	Porto Velho	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RO	Porto Velho	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SP	Presidente Prudente	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PE	Recife	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	AC	Rio Branco	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	BA	São Francisco do Conde	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	AP	Santana	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	BA	São Francisco do Conde	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	BA	São Francisco do Conde	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SP	São José dos Campos	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MA	São Luís	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MA	São Luís	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	PI	Teresina	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RS	Tubarão	Alugada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	ES	Vitória	Arrendada
Base de Distribuição de Combustíveis	Brasil	RJ	Volta Redonda	Própria
Depósito de Supply House de Japaratuba (DEJAP)	Brasil	SE	Japaratuba	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Depósito de Supply House de Macaé	Brasil	RJ	Macaé	Alugada
Depósito de Supply House de Mossoró (DEMOR)	Brasil	RN	Mossoró	Alugada
Depósito de Supply House de Pojuca (DEPOJ)	Brasil	BA	Pojuca	Alugada
Depósito de Supply House de Vitória	Brasil	ES	Vitória	Alugada
Depósito de Supply House do Rio de Janeiro	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Fábrica de lubrificantes	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Arrendada
Fabricação de Emulsões Asfálticas e Asfaltos Modificados	Brasil	MG	Betim	Própria
Fabricação de Emulsões Asfálticas e Asfaltos Modificados	Brasil	RS	Canoas	Própria
Fabricação de Emulsões Asfálticas e Asfaltos Modificados	Brasil	SP	Diadema	Própria
Fabricação de Emulsões Asfálticas e Asfaltos Modificados	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Fabricação de Emulsões Asfálticas e Asfaltos Modificados	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Fabricação de Emulsões Asfálticas e Asfaltos Modificados	Brasil	PR	Ponta Grossa	Própria
Fabricação de Emulsões Asfálticas e Asfaltos Modificados	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	PA	Belém	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	DF	Brasília	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	DF	Brasília	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	SP	Campinas	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	SP	Campinas	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	CE	Fortaleza	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	CE	Fortaleza	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	GO	Goiânia	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	SP	Guarulhos	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	MG	Lagoa Santa	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	MG	Lagoa Santa	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	AM	Manaus	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	RS	Porto Alegre	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	PE	Recife	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	BA	Salvador	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	RS	Santa Maria	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	RN	São Gonçalo do Amarante	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	RN	São Gonçalo do Amarante	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Parque de Abastecimento de Aeronaves	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Sede BR - Edifício Lubrax	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Unidade Administrativa de Salvador	Brasil	BA	Salvador	Própria

968

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Licença de uso da patente para processamento e rerrefino de óleo e/ou derivados do petróleo	Indeterminado	A extinção da licença pode ser causada: a)Se a construção da unidade fabril destinada ao processamento dos óleos usados não tiver sido iniciada dentro de 2 (dois) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato; b) Rescisão ou extinção do Contrato de Engenharia vinculado à licença; e c) Qualquer infração que não for sanada dentro de 60 dias corridos do aviso por escrito da infração.	A BRF deverá: a) cessar integralmente o uso da patente ou dos aperfeiçoamentos da licenciante; b) cessar produção de qualquer produto que utilize qualquer parte da patente ou dos aperfeiçoamentos da licenciante; c) entregar ou destruir toda documentação relacionada à patente ou aperfeiçoamentos da Licenciante; e d) tornar inoperante o equipamento de processo da licenciante de tal forma a torna-lo incapaz de efetuar operações dentro do Brasil utilizando a patente ou os aperfeiçoamentos da Licenciante.
Marcas	BR MANIA 823776050 (Mista)	03/06/2018	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Marcas	(BR) MANIA 821868608 (Mista)	02/05/2026	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	(BR) MANIA 821868616 (Mista)	22/06/2024	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Marcas	LUBRAX 006456057 (Nominativa)	10/09/2026	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Marcas	LUBRAX 006456065 (Mista)	10/09/2026	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.

868

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LUBRAX + SERVIÇOS AUTOMOTIVOS 902630334 (Mista)	05/03/2023	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Marcas	LUBRAX 901399370 (Mista)	26/07/2021	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Marcas	STRATURA 904358151 (Nominativa)	31/03/2025	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.

668

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	STRATURA 904358216 (Nominativa)	31/03/2025	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Marcas	STRATURA ASFALTOS 904643271 (Mista)	17/03/2025	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Marcas	STRATURA ASFALTOS 904643433 (Mista)	17/03/2025	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SIGA BEM 818607041 (Mista)	15/04/2023	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Marcas	SIGA BEM 818607033 (Mista)	17/02/2024	A manutenção dos registros de marcas e nomes de domínio é realizada por meio do pagamento decenal de retribuição ao órgão competente O pagamento das devidas taxas também é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular. No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro de nossas marcas e diversos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte de direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda de direitos sobre as marcas registradas da Companhia, apesar de remota, acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas nos respectivos territórios dos países. Existe, ainda, a possibilidade do titular da marca figurar no polo passivo de demandas judiciais na esfera penal e cível por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas no desenvolvimento de suas atividades.
Concessões	Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Espirito Santo	16/12/2043	A extinção da Concessão pode ser causada por: a) Expiração do prazo contratual b) Encampação c) Caducidade d) Rescisão e) Extinção da Concessionária f) Perda da Concessionária da condição de empresa estatal g) anulação A Lei 10.493/2016, do Estado do Espírito Santo, extingue/anula o Contrato de Concessão de Gás Natural sob a justificativa de exigibilidade de processo licitatório, conforme Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. A BR continuará com suas obrigações contratuais pelo prazo máximo de 24 meses (expiração fevereiro/2018) ou até que o Estado conclua o processo licitatório para uma nova concessão.	Extinta a Concessão, retornam ao Concedente (Estado) todos os bens reversíveis, com imediata assunção do serviço pelo Concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes para o pagamento da indenização acaso devida à Concessionária.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Brasil Carbonos S.A.	10.535.766/0001-24	-	Coligada	Brasil	SP	Cosmópolis	Construção e/ou operação de Plantas de Armazenagem e Beneficiamento de Coque Verde de Petróleo (CVP).	49,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
30/09/2017	1,400000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2016	7,800000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2017	70.038.722,27
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária estão integradas à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.	13.912.675/0001-59	-	Coligada	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Construção e operação de planta de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado no RJ.	49,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
30/09/2017	-45,500000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2016	4,800000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2017	12.343.968,04
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária estão integradas à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
CDGN Logística S.A.	05.484.996/0001-71	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comercialização de Gás Natural, Metano, Gás Carbônico (CO2) e Biogás.	49,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
30/09/2017	-4,500000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2016	-8,300000	0,000000	0,00	Valor contábil	30/09/2017	20.926.935,11
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária estão integradas à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Stratura Asfaltos S.A.	59.128.553/0001-77	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfaltos, em geral.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
30/09/2017	115,500000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2016	-16,900000	0,000000	903.010,08	Valor contábil	30/09/2017	221.537.984,80

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A aquisição e a manutenção da participação societária estão integradas à estratégia da Companhia estabelecida em seu Plano de Negócios.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes

Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII

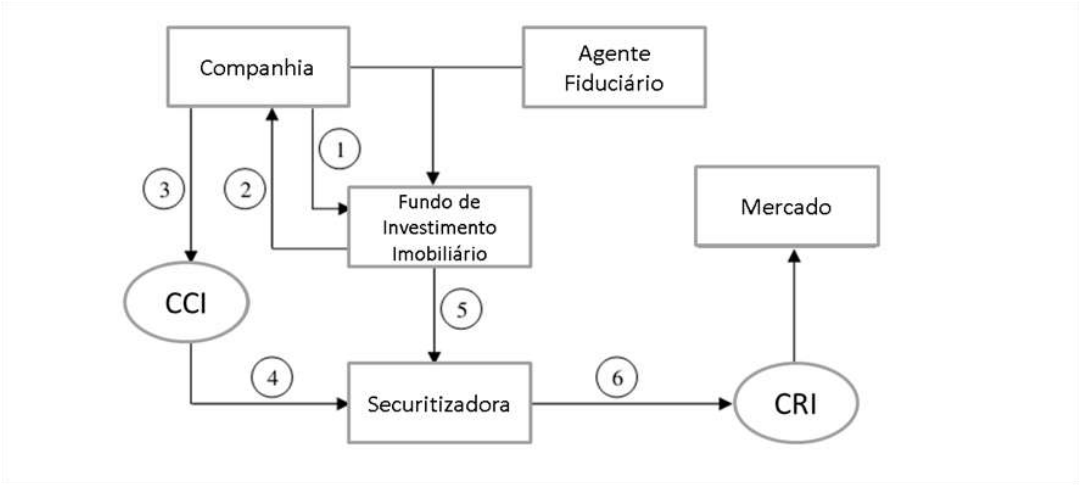
A Companhia é titular de 99,01% (46.506 quotas) e a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. possui 0,99% (465 quotas), de um total de 46.971 quotas do Fundo de Investimento Imobiliário FCM – FII ("Fundo Imobiliário FCM"). A Companhia possui direito de compra das quotas que estão com a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pelo preço de R$ 1,00 (um real). O Fundo Imobiliário FCM poderá emitir novas quotas, bem como definir os critérios de subscrição e integralização das mesmas mediante a aprovação de 100% dos quotistas em Assembleia Geral.

O objetivo do Fundo Imobiliário FCM é adquirir ou construir imóveis para locação à Companhia, representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, seja na modalidade *sale and lease back (venda com locação)* ou *built to suit* (Construção por Encomenda). O Fundo Imobiliário FCM viabiliza as operações estruturadas, através da emissão de CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliário, os quais compõem a sua carteira, e foi criado para permitir que a Companhia, por meio da desmobilização ou alienação de ativos, libere recursos para a execução de projetos prioritários ao seu *core business* ou simplesmente para aumentar o seu caixa, através de medidas que não viessem a impactar diretamente a sua estrutura de capital. O Fundo Imobiliário FCM é administrado pela Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Emissão de CRI na modalidade *sale and lease back* – Nessa modalidade, um imóvel de propriedade da Companhia (ativo imobilizado) é vendido ao Fundo Imobiliário FCM através de um Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda e posteriormente é celebrado um Contrato de Locação no qual o Fundo Imobiliário FCM aluga o imóvel para a Companhia. A Companhia emite uma CCI (Cédula de Crédito Imobiliário) nos termos do Instrumento Particular da Promessa de Compra e Venda e realiza a cessão da CCI para uma Securitizadora. O Fundo Imobiliário FCM faz a cessão *pro solvendo* à Securitizadora dos direitos creditórios do Contrato de Locação. A Securitizadora emite o CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), lastreados na CCI, e distribui aos investidores no mercado financeiro e de capitais. A Securitizadora repassa os valores captados à Companhia. A Companhia paga os alugueis à Securitizadora. A Securitizadora paga o investidor.

Segue abaixo uma ilustração da operação na modalidade *sale and lease back*:

9.2 - Outras informações relevantes



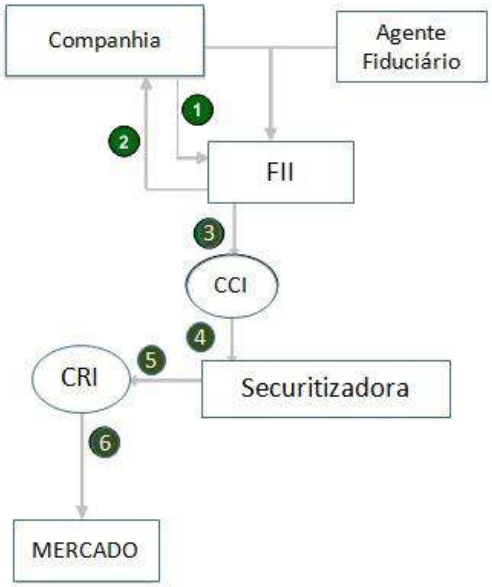
1. Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda do Imóvel da Cia. para o FII;
2. Locação do Imóvel do FII para a BR;
3. Emissão de CCI, representativa dos Créditos Imobiliários oriundos do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda, a serem pagos pelo FII;
4. Cessão à Securitizadora da CCI;
5. Cessão *pro solvendo* pelo FII à Securitizadora dos direitos creditórios do Contrato de Locação;
6. Emissão dos CRI pela Securitizadora e distribuição a investidores no mercado financeiro e de capitais.

Emissão de CRI na modalidade *built to suit* - A Companhia concede ao Fundo Imobiliário FCM o direito de uso (posse ou propriedade) do terreno por meio do Contrato de Concessão de Uso. Após a transferência do direito de uso é celebrado um Contrato de Locação sob Encomenda no qual a Companhia aluga o imóvel do Fundo Imobiliário FCM que será responsável por desenvolver, construir e instalar edificações nos moldes encomendados no Contrato de Locação sob Encomenda. O Fundo Imobiliário FCM obterá os recursos necessários ao desenvolvimento, construção e instalação da unidade, por meio da operação financeira de securitização de recebíveis imobiliários. Com os créditos imobiliários do contrato de locação o Fundo Imobiliário FCM faz a emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI's) que são cedidas para a Securitizadora emitir os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) no mercado lastreados nos créditos do Contrato de Locação que será pago pela Companhia e irá remunerar os investidores.

No caso do *built to* suit, a Companhia contrata as construtoras e equipamentos e cede os contratos ao Fundo para quitação dos compromissos financeiros. Todo o gerenciamento da construção é realizado pela Companhia conforme previsto nos contratos de gerenciamento celebrados entre a Companhia e o Fundo.

Segue abaixo uma ilustração da operação na modalidade *built to suit:*

9.2 - Outras informações relevantes



1. A Companhia cede ao FII o direito de uso da área na qual será construído o imóvel;
2. O FII e a Companhia celebram Contrato de Locação sob Encomenda;
3. O FII emite a Cédula de Crédito Imobiliário – CCI, com lastro no Contrato de Locação;
4. O FII cede a CCI à Securitizadora, por meio do Contrato de Cessão da CCI;
5. A Securitizadora emite os Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, lastreados na CCI;
6. A Securitizadora distribui os CRI aos Investidores no mercado financeiro e de capitais.

Por determinação regulatória, o Fundo Imobiliário FCM não pode conceder empréstimos ou adiantamentos a seus quotistas, e são constituídos sob a forma de condomínio fechado, no qual o resgate de quotas não é permitido. De acordo com o Regulamento, a Companhia, na qualidade de quotista do Fundo Imobiliário FCM, tem a obrigação de aportar recursos, caso o Fundo Imobiliário FCM não disponha de tais recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização. Por outro lado, a estruturação das operações de CRI já considerou todos os custos e despesas do Fundo Imobiliário FCM nos contratos de locação.

O Fundo Imobiliário FCM realiza captações através de operações estruturadas no mercado de capitais, sendo estes valores mobiliários amparados em oferta pública, com respaldo na legislação vigente, emitidos para captar recursos financeiros junto ao público em geral (investidores qualificados, conforme definidos pela CVM). O conceito de Fundo de Investimento Imobiliário ("FII") foi regulamentado no Brasil a partir da década de 90, por meio da Lei 8668/93 e da Instrução 472/2008 da CVM.

É um modelo de financiamento, no qual o custo final da operação tende a ser impactado pelos benefícios fiscais decorrentes e, principalmente, pela utilização de um sistema de leilão para captação dos recursos, onde o vencedor é aquele que se dispuser a assumir o investimento em uma menor taxa de remuneração (regime de *bookbuilding*).

Por meio dessas operações, foram realizadas operações de captação, no mercado de capitais, através de quatro *tranches* (nos anos de 2006, 2009, 2011 e 2012), totalizando mais de R$ 1 bilhão, que puderam, dentre outros projetos, viabilizar as construções das novas bases da Companhia em Cruzeiro do Sul – AC, Porto Nacional – TO, bem como a expansão da Fábrica de Lubrificantes (Lubrax), na modalidade *built to suit,* cujo projeto está em fase de execução.

9.2 - Outras informações relevantes

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

O FIDC Petrobras ("Fundo") é um fundo de direitos creditórios exclusivo do Sistema Petrobras. Possui duas classes de quotas, sênior e subordinada. A quota sênior tem remuneração fixa de 100% do CDI e a quota subordinada remuneração variável, de acordo com o desempenho do Fundo. A Petrobras só pode adquirir quotas subordinadas e as demais empresas do Sistema Petrobras só podem adquirir quotas sênior. O objetivo do fundo é a otimização do caixa de curto prazo do Sistema Petrobras. De acordo com a dinâmica de caixa de cada empresa do Sistema Petrobras, as disponibilidades de caixa de curto prazo são aplicadas na aquisição de quotas do Fundo, que são remuneradas a 100% do CDI no caso de quotas sênior e de acordo com a rentabilidade do Fundo para o caso das quotas subordinadas. O Fundo permite o resgate de quotas diário. Portanto, por se tratar de um instrumento com liquidez diária e remuneração de 100% do CDI, a Companhia utiliza o FIDC para aplicação de suas disponibilidades de caixa de curto prazo. O saldo das aplicações em 30 de setembro de 2017 era de R$ 465 milhões.

Adicionalmente, havendo necessidade de recursos para suprimento do caixa no curto prazo, as empresas do Sistema Petrobras também utilizam o FIDC para descontar os seus recebíveis, ao custo de 100,5% do CDI, sem incidência de IOF. Portanto, por se tratar de um instrumento com custo atrativo para captação no curto prazo, a Companhia utiliza o FIDC para descontar seus recebíveis visando o suprimento das necessidades de recursos no curto prazo, quando necessário. A Companhia não possuía cessão de recebíveis em 30 de setembro de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os termos “nós", "nosso", "Companhia" ou "BR", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Petrobrás Distribuidora S.A. e sua controladas, exceto de expressamente indicado de forma diferente.

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem as expectativas atuais da Companhia que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de Risco) deste Formulário de Referência e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas e auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e suas respectivas notas explicativas, e (ii) as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas intermediárias não auditadas em 30 de setembro de 2017 e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM, e as demonstrações financeiras da Companhia consolidadas intermediárias não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – Demonstração Intermediária emitido pelo IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 - “Informações Financeiras Intermediárias”).

Dessa forma, as informações, as avaliações, as opiniões e os comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentados, traduzem a visão e percepção de tais Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras da Companhia para (i) os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, (ii) os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, (iii) as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iv) os principais fatores que explicam tais alterações.

Cabe ressaltar que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, com versão da parcela de seu patrimônio compreendida pelos recebíveis de titularidade da Companhia decorrentes de Contratos de Confissão de Dívida (CCDs[1]) com o Sistema Eletrobras, incluindo as respectivas garantias reais (penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE) e dos recebíveis detidos pela Companhia das empresas Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, pertencentes ao Sistema Petrobras, no valor total de R$6.339 milhões para a Downstream Participações Ltda. (“Downstream”), sociedade constituída em 21 de novembro de 2000, cujo capital social pertence integralmente à Petrobras.

Na mesma Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia pela Petrobras, sua única acionista, no valor de R$6.313 milhões. Os recursos oriundos da operação de aporte de capital foram utilizados integralmente para o pré-pagamento de dívidas, contraídas anteriormente pela Companhia e garantidas pela Petrobras, no valor de R$7.708 milhões.

[1] Para maiores informações sobre os referidos contratos de confissão de dívida, fazemos referência a nota explicativa 7.2.1 das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Por se tratar de reestruturação entre sociedades cuja totalidade do capital social pertence à Petrobras, as operações foram realizadas a valor contábil com base em laudo de avaliação elaborado pela KPMG Auditores Independentes S/S, não gerando impacto no resultado das empresas envolvidas. A operação também não gerou alteração relevante no patrimônio líquido da Companhia. As alterações oriundas da operação de cisão supramencinada relacionadas a contas a receber, contas a receber não circulante e financiamentos não circulante estão refletidas abaixo conforme aplicável.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara medidas derivadas ou rubricas das demonstrações financeiras da Companhia com o fim de determinar a respectiva evolução ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical corresponde à representatividade, em termos percentuais, de rubricas das demonstrações de resultado em relação às receitas de vendas da Companhia em um determinado período, ou de saldos de contas de balaços patrimoniais da Companhia em relação ao ativo total em determinada data.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria da Companhia revisa regularmente as métricas de liquidez e financeira descritas abaixo para avaliar os seus negócios.

	Em 30 de setembro de		**Em 31 de dezembro de**		
(Em milhões de R$, exceto os índices)	**2017**	**2016**	**2016**	**2015**	**2014**
Patrimônio líquido	8.004	9.558	7.410	9.925	12.121
Receita de vendas.	61.363	65.458	86.637	97.280	98.528
Lucro Bruto	4.561	4.657	6.465	7.313	7.291
Lucro (Prejuízo) líquido	620	(367)	(315)	(1.161)	1.123
*EBITDA[2]	1.830	357	439	(1.165)	1.659
*EBITDA Ajustado[3]	2.184	2.175	2.995	3.452	3.527
*Margem EBITDA Ajustado[4]	3,6%	3,3%	3,5%	3,5%	3,6%
*Dívida bruta[5]	4.852	12.940	12.940	13.047	8.506
*Caixa e equivalentes de caixa[6]	522	661	655	810	742
Recursos Aplicados em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	465	3.270	2.776	2.766	419
*Dívida financeira líquida[7]	3.865	9.009	9.509	9.471	7.345

[2] **EBITDA** - consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social e das despesas com depreciação e amortização.
[3] **EBITDA Ajustado** - consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização, da apropriação das bonificações antecipadas, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa do sistema isolado e interligado de energia, perdas e provisões com processos judiciais, impairment, plano de incentivo do desligamento voluntário (PIDV), anistias fiscais, encargos tributários sobre receitas financeiras e baixas contábeis relativas a Operação “Lava Jato”.
[4] **Margem EBITDA Ajustado** - índice calculado por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita de vendas.
[5] **Dívida Bruta** - calculado pela soma dos valores circulante e não circulante de financiamentos, operações de mútuo com acionista controladora, cessão de direitos creditórios e arrendamentos mercantis financeiros.
[6] **Caixa e equivalentes de caixa** - estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa, com vencimento em até três meses da data de aquisição.
[7] **Dívida financeira líquida** - calculada pelo resultado da dívida bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa e do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dívida financeira líquida/EBITDA Ajustado	1,29	2,72	3,17	2,74	2,08
*Índice de Liquidez Corrente[8]	2,32	2,50	2,18	2,30	0,94
*Índice de Endividamento Total[9]	1,93	2,24	3,24	2,15	1,28

Em 30 de setembro de 2017, a receita de vendas da Companhia foi de R$61.363 milhões, uma redução de 6,3%, comparado com 30 de setembro de 2016, que foi de R$65.458 milhões. A Diretoria ressalta que essa diminuição na receita de vendas é decorrente principalmente do menor volume de vendas em função do menor nível de atividade econômica no Brasil e perda de *market share*. A redução do *market share* é explicada, principalmente, pelo menor volume vendido às térmicas, além do acirramento da concorrência do mercado de distribuição de combustíveis com o crescimento do volume importado de combustíveis no mercado nacional.

Para o período iniciado em 1º de janeiro de 2014 e findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou uma taxa de decréscimo médio composto anual (CAGR) de 4,2% na sua receita de vendas. Essa redução pode ser observada na evolução da receita de vendas da Companhia que passou de R$98.528 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, para R$86.637 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 12,1%. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a receita de vendas da Companhia diminuiu 10,9%, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Diretoria ressalta que essa diminuição na receita de vendas é decorrente, principalmente da redução do volume do mercado em função da retração econômica ocorrida no Brasil nos últimos anos, bem como pelo menor despacho térmico no período, oriundo de condições hidrológicas favoráveis para o regular funcionamento de usinas hidrelétricas no período, o que impactou o volume de vendas da Companhia às térmicas.

Em 30 de setembro de 2017, o lucro líquido da Companhia foi de R$620 milhões e o EBITDA Ajustado alcançou R$2.184 milhões, um aumento de R$9 milhões em relação a 30 de setembro de 2016 que foi de R$2.175 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, o prejuízo líquido foi de R$315 milhões e o EBITDA Ajustado foi de R$2.995 milhões em comparação aos R$3.452 milhões alcançados em 2015. A redução de R$457 milhões, foi devido, principalmente, a redução de R$848 milhões do lucro bruto, em função da redução média de 14,6% no volume de todos os produtos vendidos pela Companhia, compensados parcialmente pela redução das despesas com fretes de entrega em função do menor volume vendido (R$181 milhões) e dos menores gastos com publicidade e propaganda (R$113 milhões).

Em 30 de setembro de 2017, o ativo circulante da Companhia era de R$10.244 milhões, e superava em R$5.835 milhões o passivo circulante, que foi de R$4.409 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,32. Em 31 de dezembro de 2016, o índice de liquidez corrente foi 2,18. Esse aumento na liquidez corrente no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 ocorreu, principalmente, em função da redução dos financiamentos circulantes, cujos recursos utilizados advieram substancialmente do aporte de capital efetuado pela Petrobras em 31 de agosto de 2017 no montante de R$6.313 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de liquidez corrente foi de 2,18. Em 31 de dezembro de 2015, o índice de liquidez corrente foi 2,30. Essa redução na liquidez corrente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 ocorreu devido a redução das contas a receber, em consequência das menores vendas praticadas pela Companhia no período. Já em 31 de dezembro de 2014, o índice de liquidez

[8] **Índice de Liquidez Corrente** - índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
[9] **Índice de Endividamento Total** - índice representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

corrente foi 0,94, resultado de uma maior concentração da dívida no passivo circulante, em relação a 31 de dezembro de 2015.

Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o índice de endividamento total foi de 1,93 e 3,24, respectivamente. A redução de 1,31 ocorrida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi consequência, principalmente, da redução dos financiamentos circulantes e não circulantes no montante de R$8.082 milhões, passando de R$12.814 milhões em 30 de setembro de 2016 para R$4.732 milhões em 30 de setembro de 2017 em função do pré-pagamento de dívidas no montante de R$7.708 milhões, utilizando-se principalmente dos recursos do aporte de capital efetuado pela Petrobras em 31 de agosto de 2017 no montante de R$6.313 milhões. Cabe ressaltar que com a operação de cisão parcial ocorrida na mesma data, não houve alteração substancial do patrimônio líquido em função do aporte.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o índice de endividamento total foi de 3,24 e 2,15, respectivamente. O aumento de 1,09 ocorrido entre 31 de dezembro de 2015 e 2016 foi consequência, principalmente, das perdas atuariais reconhecidas em função das remensurações das obrigações líquidas da Companhia junto aos planos de benefício definido do Plano Petros e do Plano de Saúde AMS, reconhecidos em outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, atribuíveis às premissas financeiras empregadas na estimativa desta obrigação, associada ao prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e a declaração dos juros sobre capital próprio. Já em 31 de dezembro de 2014, o índice de endividamento total foi de 1,28, sendo o aumento de 0,87 ocorrido entre 31 de dezembro de 2014 e 2015 consequência, principalmente, do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, das captações de recursos junto as instituições financeiras (Banco do Brasil, Bradesco e Itaú) e da declaração dos juros sobre capital próprio, parcialmente compensados pela quitação do mútuo da Companhia com a Petrobras.

Com base nas informações acima destacadas, bem como considerando a geração de caixa e o índice de endividamento da Companhia mencionados acima, a Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no item 3.2 deste Formulário de Referência.

b. estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequado ao cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo e à condução de suas operações, considerando sua estratégia de negócios e de crescimento.

Em 30 de setembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia era de R$8.004 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R$7.410 milhões. Esta variação positiva de 8,0% decorreu principalmente do lucro líquido apurado nos nove primeiros meses de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia era de R$7.410 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da Companhia era de R$9.925 milhões. Esta variação negativa de 25,3% em 2016 decorreu principalmente, do prejuízo líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, associado a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios declarados na forma de juros sobre capital próprio no montante de R$747 milhões e pelo reconhecimento, no montante de R$1.453 milhões, de perdas atuariais apuradas ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 referentes ao Plano Petros e Plano de Saúde - AMS, líquido dos efeitos tributários, decorrente da revisão das premissas financeiras utilizadas na estimativa destas obrigações. Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da Companhia era de R$9.925 milhões, menor 18,1% em relação a R$12.121 milhões em 31 de dezembro de 2014 em razão do prejuízo líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R$1.161 milhões), da destinação dos juros sobre capital próprio a partir das reservas de retenção de lucros de lucros de exercícios anteriores no montante de R$724 milhões, dos dividendos adicionais propostos de 2014 no montante de R$206 milhões e pelo reconhecimento, no montante de R$105 milhões,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de perdas atuariais apuradas ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 ao Plano Petros e Plano de Saúde - AMS, líquido dos efeitos tributários, decorrente da revisão das premissas financeiras utilizadas na estimativa destas obrigações.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia, representativa do padrão de financiamento de suas operações:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
Consolidado (Em milhões de reais - R$, exceto os índices)	**2017**	**2016**	**2015**	**2014**
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	8.004	7.410	9.925	12.121
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (Capital de Terceiros)	15.473	23.988	21.316	15.498
Passivo Total (Capital de Terceiros + Patrimônio Líquido)	23.477	31.398	31.241	27.619
Capital de Terceiros / Passivo Total	65,9%	76,4%	68,2%	56,1%
Patrimônio Líquido / Passivo Total	34,1%	23,6%	31,8%	43,9%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Tendo em vista o nível de geração de caixa operacional da Companhia e sua capacidade de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

Considerando o perfil de financiamento da Companhia em 30 de setembro de 2017, de R$357 milhões no passivo circulante e R$4.495 milhões no passivo não circulante, bem como sua posição de caixa e equivalentes de caixa e FIDC de R$987 milhões na mesma data, a Diretoria acredita que a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas as suas obrigações financeiras. Adicionalmente, entende-se que a Companhia apresenta fluxo de caixa e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outras dívidas a serem pagas nos próximos anos.

A Companhia conta com diversas opções para manter sua capacidade de honrar com suas obrigações, tais como: (i) geração operacional de caixa; (ii) antecipações de recebíveis de clientes alocados em carteiras de cobrança vinculadas ao FIDC, dentro do limite aprovado pela Petrobras para a Companhia, que, na data deste Formulário, é de R$ 685 milhões, conforme detalhado na seção 9.2 deste Formulário de Referência; (iii) e acesso ao mercado financeiro e mercado de capitais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados.

A Companhia realiza investimentos em capital de giro e ativos não circulantes, utilizando a própria geração de caixa operacional e financiamentos de terceiros, conforme descritos no item “f.” abaixo desta seção 10.1. Os Diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional é suficiente para que a Companhia satisfaça às suas necessidades de liquidez futura, sendo possível ainda a captação de recursos adicionais, caso haja necessidade.

A Companhia capta recursos por meio de operações no mercado financeiro e mercado de capitais, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

investimentos de curto e longo prazo. Os empréstimos da Companhia em aberto em 30 de setembro de 2017, bem como em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 estão detalhados no item "10.1.f." abaixo.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do seu passivo financeiro. O prazo médio da dívida bruta da Companhia em 30 de setembro de 2017 era de 2,9 anos, em 31 de dezembro de 2016 era de 3,2 anos, em 31 de dezembro de 2015 era de 4,1 anos e em 31 de dezembro de 2014 era de 1,2 anos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia pretende financiar o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes através dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, do FIDC, de sua geração futura de caixa operacional, e de operações de captação de recursos no mercado financeiro e no mercado de capitais, caso seja necessário. As operações de captação são precedidas de avaliações de necessidade de caixa, custo e níveis de alavancagem da Companhia. Para tanto, as modalidades de captação de recursos escolhidas devem estar de acordo com as melhores opções disponíveis no mercado, considerando-se as expectativas de custo, prazo, garantias e demais condições de captação de cada modalidade e sua adequação às Sociedades do Sistema Petrobras, bem como aos objetivos estratégicos da Companhia.

São consideradas as premissas estabelecidas quando da confecção do Plano de Negócios ("PNG") para as necessidades de captação de recursos da Companhia e a manutenção da sua capacidade de financiar suas atividades, seja por empréstimos, ou por outros meios. Dentre estes devem ser consideradas as premissas estabelecidas quando da confecção do PNG, para as necessidades de captação de recursos da Companhia.

Na contratação de operações de captações têm preferência aquelas que apresentarem o menor custo, levando-se em consideração, inclusive, os riscos embutidos, as expectativas de variação cambial e de taxas de juros, observada a capacidade de performance, o histórico de relacionamento e reciprocidade da instituição com a Companhia.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

Em 30 de setembro de 2017, o endividamento bruto da Companhia era de R$ 4.852 milhões em comparação com a dívida bruta de R$ 12.940 milhões ao final do exercício social de 2016. A redução ocorreu principalmente pela quitação de empréstimo com o Banco da Amazônia S/A (BASA) em junho de 2017 e pela quitação das NCEs do Banco do Brasil e Bradesco em agosto de 2017. A dívida bruta ao final de 2015 foi de R$ 13.047 milhões e ao final de 2014 foi de R$ 8.506 milhões, sendo esse aumento da dívida bruta fruto das captações bancárias ocorridas ao longo do exercício de 2015, visando uma melhora na estrutura de capital e no índice de liquidez corrente da Companhia.

O endividamento da Companhia e suas subsidiárias em 30 de setembro de 2017 têm as seguintes características:

- Cédulas de Crédito Bancário – Banco IBM, emitidas em favor do Banco IBM S.A., em 27 de setembro de 2012, no valor principal de R$ 75 milhões e R$ 40 milhões, cujo saldo devedor total estava em R$ 55 milhões em 30 de setembro de 2017;
- Debêntures com valor de principal de R$ 3,6 bilhões e cujo saldo devedor estava em R$ 3.687 milhões em 30 de setembro de 2017;
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI (lastreados em contratos de locação celebrados pela Companhia, conforme descrito no item "i" abaixo e seção 9.2 deste Formulário de Referência) com valor de principal de R$ 972 milhões, cujo saldo devedor está em R$977 milhões em 30 de setembro de 2017;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Arrendamentos mercantis financeiros - incluindo o contrato de locação Lubrax (lastro CRI 25), com saldo em 30 de setembro de 2017 de R$ 70 milhões, conforme detalhado no item "i" abaixo e contratos celebrados entre a Companhia e a CDGN com saldo em 30 de setembro de 2017 de R$ 26 milhões (a Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos aos clientes Suzano Papel e Celulose S.A. e Fiat Automóveis Ltda);
- Fundo de Direitos Creditórios-FIDC - utilizado pela Companhia para centralização do caixa de curto prazo. Os recursos disponíveis no curto prazo são aplicados em cotas deste fundo com remuneração de 100% do CDI e liquidez diária. As necessidades de recursos de capital de giro também são supridas pelo fundo, por meio da cessão, pela Companhia, de recebíveis de sua titularidade ao fundo com valor de cessão equivalente a 100,5% do CDI. A Companhia fechou o dia 30 de setembro de 2017 com um montante de R$23 milhões de cessão de direitos creditórios em aberto.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 30 de setembro de 2017:

Contrato	Credor	Taxa de Juros	Valor do Principal (em R$ milhares)	Saldo em 30 de setembro de 2017 (em R$ milhares)	Vencimento
CCB nº 3015	Banco IBM	CDI – 0,37% a.a.	75.523	48.798	28/09/2020
CCB nº 3016	Banco IBM	CDI – 0,55% a.a.	40.000	6.270	28/03/2018
Debêntures	Itaú	111,57% CDI	3.518.000	3.686.905	15/04/2020
Contrato de Locação - Fábrica Lubrax - (lastro para CRI 25ª Série)	RB Capital	IPCA + 6,85%	110.100	70.448	15/10/2019
Contrato de Locação Basul e 1º Aditivo Locação Lubrax (Expansão Lubrax) - (lastro para CRI 73º Série)	RB Capital	IPCA + 6,84%	350.000	391.858	15/02/2023
Contrato de Locação – Bapon – (lastro para CRI 99ª Série)	RB Capital	IPCA + 4,09%	235.500	241.849	15/02/2025
Contrato de Locação – Bapon e Basul – (lastro para CRI 100ª Série)	RB Capital	IPCA + 4,98%	276.600	342.796	15/02/2032

Apresentamos a seguir descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2017:

(1) BANCO IBM

Em 27 de setembro de 2012, a Companhia emitiu 2 (duas) Cédulas de Crédito Bancário em favor do Banco IBM, para o financiamento de capital de giro no valor total de R$ 115 milhões, sendo a CCB nº 3015, no valor de aproximadamente R$ 75 milhões e a CCB 3016, no valor de R$ 40 milhões, com o vencimento final em 28 de setembro de 2020 e 28 de março de 2018, respectivamente. Sobre o valor principal do crédito referente à CCB 3015 incide a taxa de juros de 100% do CDI mais 0,37% ao ano e referente à CCB 3016 incide a taxa de juros de 100% do CDI mais 0,55% ao ano.

Os juros e o principal de ambas as CCBs são amortizados semestralmente, tendo a primeira parcela sido amortizada em 28 de março de 2013.

Além disso, as Cláusulas nº VI das CCBs nº 3015 e 3016 dispõem que haverá o vencimento antecipado das obrigações nelas contidas, entre outras possibilidades, em caso de: (**i**) inadimplemento de obrigações

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

pecuniárias ou não pecuniárias no âmbito das CCBs; (**ii**) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial da Companhia; (**iii**) protesto de títulos, ou o início de processos judiciais ou administrativos em que a Companhia seja parte, que o Banco IBM considere que poderá afetar a capacidade da Companhia de cumprir com o Contrato; (**iv**) alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, sem a prévia e expressa anuência do Banco IBM; (**v**) incorporação, fusão, cisão ou redução de capital da Companhia, sem a prévia concordância por escrito do Banco IBM, ou que a Companhia simplesmente interrompa suas atividades; (**vi**) estatização, encampação ou expropriação da Companhia; (**vii**) não apresentação pela Companhia, dentro de 15 dias da data da notificação do Banco IBM, de suas demonstrações financeiras periódicas; (**viii**) transferência, cessão ou promessa de cessão pela Companhia a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, sem a prévia e expressa anuência do Banco IBM; (**ix**) instituição ou majoração de qualquer tributo ou contribuição incidente sobre operações do banco, podendo o banco, em vez de declarar o vencimento antecipado, cobrar da Companhia o custo referente ao tributo novo ou majorado; (**x**) falsidade de declarações ou informações prestadas pela Companhia; e (**xi**) congelamento ou fixação de limites, pelas autoridades monetárias, das taxas de juros que podem ser cobradas pelas instituições financeiras neste tipo de operação.

(2) BANCO ITAÚ BBA

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia celebrou o "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição", por meio da qual a Companhia emitiu debêntures no valor de R$ 3,5 bilhões, pelo prazo de cinco anos, com garantia fidejussória da Petrobras. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes a 111,57% do CDI. Os juros remuneratórios são amortizados semestralmente, tendo o primeiro pagamento sido realizado no dia 15 de abril de 2016, e a amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, na data de vencimento das debêntures. Os recursos decorrentes da emissão das Debêntures foram aplicados na aquisição de álcool etílico anidro e álcool etílico hidratado de produtores rurais. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75.

A escritura de emissão prevê as seguintes hipóteses de vencimento antecipado automático:

(i) incapacidade, da Companhia ou da Petrobras, de pagar suas dívidas financeiras ou obrigações decorrentes de contratos, financeiros ou não, utilizados como ativo subjacente em operações de captação ou securitização, nos respectivos vencimentos, respeitados os respectivos prazos de cura; **(ii)** declaração, por escrito, prestada pela Companhia ou pela Petrobras, atestando a sua incapacidade de honrar suas respectivas obrigações pecuniárias no correspondente vencimento, observados os prazos de cura aplicáveis; **(iii)** consentimento, por escrito, pela Companhia ou Petrobras, sobre a indicação de um custodiante, administrador ou interventor para administrar a Companhia, a Petrobras ou a parte substancial de seus ativos, ou em caso da mera indicação judicial de um custodiante, administrador ou interventor, sendo certo que, para a referida indicação judicial, não será necessário o consentimento da Companhia ou da Petrobras; **(iv)** qualquer procedimento de falência, recuperação judicial, dissolução, reorganização, intervenção, arranjo ou liquidação (ou procedimentos similares cujo efeito ou propósito seja o mesmo) que venha a ser instaurado: (1) por iniciativa da Companhia ou Petrobras; ou (2) contra a Companhia ou Petrobras, desde que, na hipótese prevista neste item (2), o referido procedimento não seja revertido no prazo de 30 (trinta) dias contados da declaração do respectivo evento; **(v)** descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura, desde que tal descumprimento não seja sanado em até 7 (sete) dias, no caso do não pagamento do valor principal das Debêntures, ou em até 30 (trinta) dias, no caso do não pagamento de qualquer outro obrigação pecuniária prevista na escritura, após o recebimento, pela Companhia de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, sendo certo que qualquer descumprimento da Companhia com relação a este item "v" não constituirá um evento de vencimento antecipado de declaração automática caso a Petrobras, sendo devidamente notificada na forma da cláusula 3.8.3 da escritura, venha a cumprir com todas as obrigações previstas neste item na qualidade de garantidora das obrigações previstas na escritura; **(vi)** descumprimento, pela Petrobras, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura, desde que tal descumprimento não seja sanado em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

até 7 (sete) dias, no caso do não pagamento do valor principal das Debêntures, ou em até 30 (trinta) dias, no caso do não pagamento de qualquer outra obrigação pecuniária prevista na escritura, após o recebimento, pela Petrobras, de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 3.8.3 da escritura; e **(vii)** transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

A escritura de emissão prevê, ainda, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado mediante deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas:

(i) caso qualquer declaração prestada pela Companhia e/ou pela Petrobras no âmbito da escritura (ou no caso de qualquer modificação ou aditamento à declaração) se prove falsa, em qualquer aspecto materialmente relevante com relação aos interesses dos Debenturistas, na data em que tal declaração foi prestada, sendo que não constituirá um evento de vencimento antecipado a ser deliberado em assembleia de debenturistas caso as circunstâncias que deram causa a tal declaração falsa venham a ser sanadas no prazo de até 60 dias após o recebimento, pela Companhia e/ou pela Petrobras, de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário; (ii) descumprimento, pela Companhia e/ou pela Petrobras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura, desde que não sanado no prazo de 60 dias após o descumprimento da referida obrigação pela Companhia e/ou pela Petrobras; (iii) caso a Petrobras deixe de deter, direta ou indiretamente, 50% mais 1 (uma) ação do capital votante da Companhia, e tal alteração na composição acionária da Companhia venha a potencialmente causar um efeito material adverso nos negócios, operações ou condições financeira da Companhia ou da Petrobras e que possa impedi-las de realizar os pagamentos das obrigações relativas às Debêntures; e (iv) descumprimento, pela Companhia, da obrigação de apresentação das notas fiscais que comprovem a aquisição de etanol de produtores rurais e dos documentos comprobatórios que atestem a natureza rural dos produtores rurais de etanol ao Agente Fiduciário.

Para maiores informações sobre as debêntures emitidas pela Companhia, favor observar o item 18.5 do Formulário de Referência.

(3) FII FCM / RB CAPITAL

A Companhia possui compromissos financeiros com a RB Capital Securitizadora S.A. em função da cessão dos direitos creditórios dos contratos de locação celebrados entre a BR e o FII FCM no fluxo da operação de captação de recursos para os projetos de construção e /ou ampliação da Fábrica de Lubrificantes (Lubrax), Base de Cruzeiro do Sul (Basul) e Base de porto Nacional (Bapon), os quais serviram de lastro para emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, pela Securitizadora. Para maiores detalhes sobre a operação ver tópico 9.2 deste Formulário de Referência:

Tipo:	Contrato de Locação - Fábrica LUBRAX - (lastro para CRI 25ª Série)
Ano:	2009
Valor:	R$ 110,1 milhões
Custo:	IPCA + 6,8688 % a.a.
Prazo:	120 meses (amortização do principal e dos juros em dez parcelas anuais, a partir de outubro de 2010)
Vencimento:	Out/2019
Saldo:	R$ 70 milhões em 30 de setembro de 2017

Tipo:	Contratos de Locação BASUL e Primeiro Aditivo Contrato de Locação LUBRAX (Expansão Lubrax) - (lastro para CRI 73º Série)
Ano:	2011
Valor:	R$ 350 milhões
Custo:	IPCA + 6,84% a.a.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Prazo:	138 meses (amortização do principal e dos juros em dez parcelas anuais, a partir de fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fev/2023
Saldo:	R$ 391 milhões em 30 de setembro de 2017

Tipo:	Contrato de Locação – BAPON – (lastro para CRI 99ª Série)
Ano:	2012
Valor:	R$ 235,5 milhões
Custo:	IPCA + 4,09% a.a.
Prazo:	155 meses (amortização do principal e dos juros em doze parcelas anuais, a partir ee fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fev/2025
Saldo:	R$ 241 milhões em 30 de setembro de 2017

Tipo:	Contrato de Locação – BAPON e BASUL – (lastro para CRI 100ª Série)
Ano:	2012
Valor:	R$ 276,6 milhões
Custo:	IPCA + 4,98%
Prazo:	240 meses (amortização do principal e dos juros em doze parcelas anuais, a partir de fevereiro de 2014)
Vencimento:	Fev/2032
Saldo:	R$ 342 milhões em 30 de setembro de 2017

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia possui um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras atuantes no mercado brasileiro. A Companhia possui contratos de serviços de cobrança de longa data com o Banco do Brasil, Santander e Bradesco, possui contratos de fianças bancárias (garantia em processos judiciais) por prazo indeterminado com os Bancos Itaú, Banrisul, Bradesco, Safra e Santander e Contratos Globais de Derivativos (CGD) com Bradesco, Citibank, BNP Paribas, Deutsche Bank, Votorantin, JP Morgan, Morgan Stanley, Santander, BMG, entre outros.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas.

As dívidas da Companhia não são subordinadas, e todas têm direitos iguais sobre a ordem de pagamento, observada a legislação aplicável.

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.

Dentre os contratos de financiamento firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), dentre os quais destacam-se:

1. CCBS Nº 3015 E 3016 DO BANCO IBM:

As CCBs nº 3015 e 3016 dispõem que haverá o vencimento antecipado das obrigações nela contidas, entre outras possibilidades, em caso de: (i) alienação ou transferência, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, sem a prévia e expressa anuência do Banco IBM; (**ii**) incorporação, fusão, cisão ou redução de capital, sem a prévia concordância por escrito do Banco IBM, ou simplesmente interrompa suas atividades; (**iii**) estatização, encampação ou expropriação da Companhia;

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas estabelecidas e entende que atendeu todas as cláusulas restritivas mencionadas acima até 30 de setembro de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

2. DEBÊNTURE DO ITAÚ:

A escritura de emissão prevê como hipótese de vencimento antecipado automático a transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações. A escritura de emissão prevê, ainda, como hipótese para vencimento antecipado mediante deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, a Petrobras deixar de deter, direta ou indiretamente, 50% mais 1 (uma) ação do capital votante da Companhia, e tal alteração na composição acionária da Companhia vier a potencialmente causar um efeito material adverso nos negócios, operações ou condições financeiras da Companhia ou da Petrobras que possam impedi-las de realizar os pagamentos das obrigações relativas às Debêntures.

A Companhia acompanha o atendimento da cláusula restritiva estabelecida, não tendo havido descumprimento até 30 de setembro de 2017.

3. BRASIL CARBONOS – FINANCIAMENTO BNDES:

Em 24 de abril de 2012, a Brasil Carbonos S.A., investida da Companhia, celebrou o "Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES n.º 20/53651-8", por meio do qual a Brasil Carbonos, através do Banco do Brasil S.A. (agente financeiro) ("Contrato de Repasse Brasil Carbono"), contratou uma linha de crédito no valor de R$55.071.100,00, dividido em 5 (cinco) subcréditos: "A", "B", "C", "D" e "E". Conforme disposto no referido contrato, a amortização da dívida decorrente dos subcréditos "A", "B" e "E" ocorreria em 60 (sessenta) meses, sendo as prestações pagas mensais e sucessivamente, cada uma delas no valor correspondente à divisão do principal vincendo da dívida pelo número de prestações ainda não vencidas, sendo que a primeira venceu em 15 de dezembro de 2014 e a última vencerá em 15 de novembro de 2019. A amortização da dívida para os subcréditos "C" e "D" ocorreria em 5 (cinco) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor correspondente à divisão do principal vincendo da dívida pelo número de prestações ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2020. Tais recursos tinham como finalidade a implantação de uma unidade de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo (CVP) com capacidade instalada de 100 mil t/mês no Município de Taubaté/SP.

Dentre outras obrigações assumidas nos termos do Contrato de Repasse Brasil Carbonos, a Brasil Carbonos assumiu obrigações relacionadas ao cumprimento de determinados índices e limites financeiros (*covenants* financeiros), sendo que, com relação ao exercício social findo em em 31 de dezembro de 2016, a Brasil Carbonos não cumpriu o índice financeiro denominado ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, cujo não atendimento configuraria um evento de vencimento antecipado da dívida nos termos do Contrato de Repasse.

Em 14 de julho de 2017, o Banco do Brasil, na qualidade de agente financeiro, aprovou a concessão de waiver com relação ao descumprimento da obrigação acima referida, dispensando a Brasil Carbono do cumprimento do índice financeiro relativo ao ICSD exclusivamente para o exercício de 2016.

Em 29 de junho de 2017, o também BNDES se manifestou sobre o pedido de waiver em relação ao descumprimento descrito acima, por meio da Carta AIB/DEINQ n° 22/2017, informando que sua administração aprovou a dispensa temporária do cumprimento da obrigação de atingimento do índice financeiro relativo ao ICSD, referente exclusivamente ao ano fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Em virtude dos waivers obtidos do Banco do Brasil e do BNDES a dívida da Brasil Carbono não venceu antecipadamente. O descumprimento deste *covenants* não acarreta impactos para a Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Até a data da publicação deste Formulário de Referência, a Companhia já utilizou 100% dos recursos relativos às debêntures para aquisição de etanol e aproximadamente 80% dos recursos captados via cessão dos contratos de locação à securitizadora RB Capital. Para maiores informações sobre o fluxo da operação da cessão dos referidos contratos vide seção 9.2 deste formulário de referência.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas intermediárias não auditadas da Companhia relativas aos períodos de nove meses findos, respectivamente, em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016, bem como das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014.

Principais linhas da Demonstração de Resultado da Companhia:

Receita de Vendas: significa a receita operacional líquida da Companhia e é proveniente principalmente da venda de combustíveis e de lubrificantes, cujos produtos mais relevantes são: diesel, gasolina, querosene de aviação (JET-A1), óleo combustível e etanol, deduzidos principalmente dos encargos incidentes sobre as vendas, devoluções, prêmios e descontos, bonificações e antecipações de recebíveis. Os produtos e serviços que a Companhia vende são precificados considerando uma série de variáveis, incluindo, principalmente, os custos de aquisição de produtos ou serviços, encargos sobre as vendas e a margem. Os encargos sobre as vendas consistem de ICMS, ISS, PIS e COFINS incidentes sobre os produtos e serviços comercializados pela Companhia. As bonificações consistem de valores pagos, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes e são atreladas a metas de volumes de vendas de combustíveis e de lubrificantes previamente acordadas. As devoluções consistem, principalmente, de produtos fora de especificação devolvidos pelos clientes da Companhia e os prêmios e descontos consistem, principalmente, de bônus concedidos a clientes do segmento operacional Rede de Postos e de Grandes Consumidores em vendas *spot*.

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados: representa, principalmente, o custo (i) dos produtos adquiridos dos fornecedores da Companhia (preponderantemente da Petrobras) e para a (ii) produção de lubrificantes e asfaltos, bem como demais gastos necessários para colocação de tais produtos à venda. As compras de produtos adquiridos junto a Petrobras corresponderam a 78% dos custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

Despesas Operacionais - compreendem os seguintes grupos:

Vendas: representa as despesas com as áreas comerciais e de operações da Companhia, e compreendem, principalmente, os gastos com pessoal (i.e. salários, férias, encargos, plano de pensão e saúde ativos, etc), fretes de entrega, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, perdas com títulos incobráveis (por exemplo, os casos em que se esgotaram as possibilidades de cobrança), serviços contratados (i.e. expedição e armazenagem, serviços operacionais em aeroportos, conservação de equipamentos, entre outros), despesas gerais, depreciação e amortização, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e aluguéis, principalmente de terrenos.

Gerais e Administrativas: representa, principalmente, as despesas com as áreas administrativas da Companhia e compreendem, principalmente, os gastos com pessoal (i.e. salários, férias, encargos, plano de pensão e saúde ativos, etc), serviços contratados (i.e. processamento de dados, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS, conservação de imóveis), despesas gerais, depreciação e amortização.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Tributárias: representa, principalmente, os gastos com IPTU, IOF, PIS e COFINS sobre outras receitas e programas de anistias para quitação de dívidas tributárias, principalmente de ICMS.

Outras receitas (despesas), líquidas: representada, principalmente, pelo resultado das perdas e provisões com processos judiciais, despesas com planos de pensão e saúde inativos, receita com arrendamentos operacionais (i.e. aluguéis recebidos dos revendedores de postos de serviço por locação ou sub-locação), despesa com arrendamentos operacionais para sub-locação para revendedores de postos de serviço, despesas com plano de incentivo ao desligamento voluntário – PIDV, despesas com relações institucionais e projetos culturais, receita com royalties da nossa rede de franquias BR Mania e Lubrax+, despesas com marketing, receita de armazenagem conjunta decorrente da cessão de espaço das bases para armazenamento de produtos a terceiros.

Resultado Financeiro (Receitas e Despesas Financeiras, e Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas)*:* inclui, principalmente as despesas com empréstimos e financiamentos, receitas com aplicações do FIDC, com juros por atraso de clientes, receitas decorrentes dos financiamentos que concedemos a determinados revendedores de postos de serviço para investimentos nos seus respectivos postos, variações monetárias ativas e passivas (i.e. atualizações por SELIC, IPCA, entre outros) e variações cambiais, geradas, principalmente, por operações de vendas no exterior e saldos bancários em moeda estrangeira. A área financeira acompanha a flutuação da moeda e analisa a melhor oportunidade para internalizar. Em função do processo de importação, os pagamentos estão ocorrendo com os recursos depositados no BB Nova Iorque.

Imposto de renda e contribuição social*:* inclui as despesas com os tributos correntes e diferidos sobre o lucro da Companhia.

Informações por Segmento de Negócio:

As informações contábeis por segmento operacional da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados por critérios de rateio pré-estabelecidos.

Não há operações entre os segmentos operacionais da Companhia. Na apuração dos resultados de dado segmento operacional, há somente transações realizadas com outras pessoas jurídicas, relacionadas e não relacionadas com a Companhia. Adicionalmente, a Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde a Companhia atua e as partes envolvidas nas negociações.

Os segmentos operacionais da Companhia são os seguintes:

I. Rede de Postos

Consiste na comercialização de combustíveis, lubrificantes, gás natural veicular, etanol, Arla 32 e soluções de conveniência para os postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Os preços praticados para o segmento Rede de Postos são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

II. Grandes Consumidores

Consiste na comercialização de combustíveis, lubrificantes, Arla 32 e prestação de serviços associados aos grandes consumidores atendidos pela Companhia. Os preços praticados pela Companhia no segmento Grandes Consumidores são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

à Petrobras, principal fornecedora da Companhia. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

III. Produtos de Aviação

Consiste na comercialização de querosene de aviação (JET-A1) e gasolina de aviação e prestação de serviços para aviação em aeroportos do país para companhias aéreas, aviação militar e aviação executiva que operam no setor de transporte aéreo doméstico e para o exterior. Os preços praticados pela Companhia no segmento Produtos de Aviação são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras, principal fornecedora da Companhia, que varia de acordo com os preços do mercado internacional e pela taxa de câmbio. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

IV. Outros

Além dos segmentos operacionais descritos acima, a Companhia atua também nos segmentos: Químicos, Energia e Asfaltos (em conjunto, “Outros”). Para maiores informações vide item 7.1 do formulário de referência. Os preços praticados pela Companhia no segmento "Outros" são afetados, principalmente, pelo custo de aquisição de produtos junto à Petrobras. Na medida do possível e desde que as margens sejam preservadas, a Companhia tende a repassar o aumento ou redução no custo de aquisição de produtos para os seus clientes.

a) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise da Demonstração de Resultados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 comparada ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016:

	Período findo em 30 de setembro de				
Dados consolidados em R$ (milhões)	**2017**	**AV (%)**	**2016**	**AV (%)**	**AH (%) 2T17/2T16**
Receita de vendas	**61.363**	**100,0**	**65.458**	**100,0**	**(6,3)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(56.802)	(92,6)	(60.801)	(92,9)	(6,6)
Lucro bruto	**4.561**	**7,4**	**4.657**	**7,1**	**(2,1)**
Despesas operacionais					
Vendas	(2.210)	(3,6)	(2.982)	(4,6)	(25,9)
Gerais e administrativas	(618)	(1,0)	(591)	(0,9)	4,6
Tributárias	(154)	(0,3)	(106)	(0,2)	45,3
Outras receitas (despesas), líquidas	(91)	(0,1)	(953)	(1,5)	(90,5)
	(3.073)	**(5,0)**	**(4.632)**	**(7,1)**	**(33,7)**
Lucro (Prejuízo) antes do resultando financeiro, participação e impostos	**1.488**	**2,4**	**25**	**0,0**	**5.852,0**
Financeiras					
Despesas	(1.116)	(1,8)	(1.438)	(2,2)	(22,4)
Receitas	341	0,6	486	0,7	(29,8)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	307	0,5	411	0,6	(25,3)
	(468)	**(0,8)**	**(541)**	**(0,8)**	**(13,5)**
Resultado de participações em investimentos	**(1)**	**0,0**	**(1)**	**0,0**	**0,0**
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	**1.019**	**1,7**	**(517)**	**(0,8)**	**(297,1)**
Imposto de renda e contribuição social	(399)	(0,7)	150	0,2	(366,0)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**620**	**1,0**	**(367)**	**(0,6)**	**(268,9)**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

RECEITA DE VENDAS

A receita de vendas da Companhia nos primeiros nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi de R$61.363 milhões, comparado a R$65.458 milhões do mesmo período de 2016, representando uma redução de 6,3%.

Os Diretores da Companhia entendem que a diminuição da receita de vendas no período é explicada principalmente pela redução média de 7,4% no volume de todos os produtos vendidos pela Companhia. Esta redução, por sua vez, é decorrente, principalmente, dos seguintes eventos: (i) da perda de participação no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes de 31,3% para 29,9%, de acordo com dados disponibilizados pelo Sindicom e pela ANP até setembro de 2017, principalmente no segmento operacional Rede de Postos e de Grandes Consumidores e (ii) da redução de 19,0% do volume vendido dos produtos do segmento operacional Outros nos nove primeiros meses de 2017 se comparados ao mesmo período do exercício anterior

A redução do *market share* no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 se comparado ao mesmo período do exercício anterior, é explicada, principalmente, pela queda de 15,5% do volume das vendas para as térmicas no período, influenciada pela política adotada pela Companhia de vender combustível apenas à vista para as térmicas do sistema isolado, bem como pela condição hidrológica do país, que demandou menor acionamento das termelétricas; além do acirramento das condições comerciais do mercado de combustíveis com o crescimento do volume de combustíveis importados. Destaca-se que, apesar dos esforços praticados pela Companhia passando de 286,1 mil m3 importados de janeiro a setembro de 2016 para 1.672,5 mil m3 de importados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, conforme dados da ANP, um aumento de 485%, o percentual de participação da Companhia no total de combustíveis oriundos do mercado externo ainda é inferior ao *market share* da Companhia (15,1% das importações x 29,9% de *market share*); e (iii) redução do mercado do segmento operacional Grandes Consumidores em 2,5% nos nove primeiros meses de 2017 se comparado ao do exercício anterior, mercado no qual é maior a participação da Companhia. Destaca-se a queda neste mercado apesar da estabilidade do nível de atividade econômica no Brasil, cujo PIB acumulado no primeiro semestre de 2017 apresentou variação nula em relação ao primeiro semestre de 2016 (Fonte: Instituto Brasileito de Geografia e Estatística – IBGE, sendo posição de junho de 2017 a última disponível).

A redução do volume vendido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi compensada parcialmente pelo aumento de 1,2% nos preços médios de realização (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia.

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m3		Variação	
	set/17	set/16	R$	%	set/17	set/16	mil m3	%
Diesel	28.537	31.816	(3.279)	(10,3)	12.935	13.953	(1.018)	(7,3)
Gasolinas	18.066	18.425	(359)	(1,9)	8.179	8.262	(82)	(1,0)
JET - A1 (querosene de aviação)	4.925	4.547	378	8,3	2.795	2.802	(7)	(0,2)
Óleo Combustível	2.724	2.374	350	14,7	2.148	2.280	(132)	(5,8)
Etanol	2.938	3.842	(904)	(23,5)	1.647	2.107	(460)	(21,8)
Lubrificantes	1.231	1.306	(75)	(5,7)	237	244	(7)	(2,8)
Gás Natural e GNV	940	843	97	11,5	958	963	(5)	(0,5)
Asfalto	523	863	(340)	(39,4)	358	579	(221)	(38,2)
Coque	1.063	883	180	20,4	2.422	2.961	(539)	(18,2)
Outros	1.299	1.517	(218)	(14,4)	469	561	(92)	(16,4)
Energia	8	7	1	14,3	-	-	-	NA
Prestação de Serviços	23	34	(11)	(32,4)	-	-	-	NA
Bonificações	(608)	(572)	(36)	6,3	-	-	-	NA
Prêmio e Descontos	(33)	(22)	(11)	50,0	-	-	-	NA
Antecipação de recebíveis	(273)	(405)	132	(32,6)	-	-	-	NA
Total	**61.363**	**65.458**	**(4.095)**	**(6,3)**	**32.149**	**34.712**	**(2.563)**	**(7,4)**

De acordo com a tabela acima, 93% da receita de vendas da Companhia para os períodos em discussão é representada pela comercialização de: gasolina, etanol, diesel, óleo combustível e querosene de aviação (JET-A1).

Receita de Vendas por Segmento

Para divulgação da Receita de Vendas por Segmento, a Companhia utiliza valores ajustados pela apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes. Para divulgação do Custo de Produtos Vendidos e Serviços Prestados, a Companhia utiliza valores ajustados pela depreciação dos ativos da fábrica de lubrificantes e asfaltos. Para maiores informações e conciliação dos valores, vide nota 27 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Rede de Postos				
	set/17	set/16	AH	AH%
Volume (em milhares de m³)	**17.049**	**18.061**	**(1.012)**	**(5,6)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	36.908	39.603	(2.695)	(6,8)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(34.196)	(36.791)	2.595	(7,1)
Lucro Bruto	**2.712**	**2.812**	**(100)**	**(3,6)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Rede de Postos reduziu em 6,8%, passando a R$36.908 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, de R$39.603 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016. Esta diminuição é explicada principalmente em função da redução de 5,6% do volume de produtos vendidos, especialmente de diesel, que reduziu 6,4% e de etanol, que apresentou redução de 21,9%, associada à redução de 1,3% nos preços médios de realização dos produtos da Rede de Postos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, da diminuição de 1,5% dos custos médios dos produtos vendidos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas).

A redução de 5,6% no volume dos produtos vendidos é explicada, principalmente, pela perda do *market share* influenciada pela maior participação na importação de diesel e gasolina pelos nossos concorrentes a preços mais competitivos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Grandes Consumidores				
	set/17	**set/16**	**AH**	**AH %**
Volume (em milhares de m³)	**8.318**	**8.931**	**(613)**	**(6,9)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	16.431	17.736	(1.305)	(7,4)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(15.159)	(16.494)	1.335	(8,1)
Lucro Bruto	**1.272**	**1.242**	**30**	**2,4**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Grandes Consumidores reduziu em 7,4% passando para R$16.431 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 de R$17.736 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016. Esta diminuição é explicada principalmente em função da redução de 6,9% do volume de produtos vendidos, especialmente devido ao menor volume comercializado de diesel e de óleo combustível, que apresentaram queda de 7,2% e 4,3%, respectivamente, no período. Além da variação do volume vendido, associa-se à receita do segmento de Grandes Consumidores a redução de 0,5% nos preços médios de realização dos produtos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) reflexo, principalmente, da queda de 1,3% dos custos médios dos produtos vendidos (i.e. custo dos produtos e serviços vendidos dividido pelo volume de vendas).

A redução de 6,9% no volume dos produtos vendidos é explicada, principalmente, pela diminuição das vendas para as térmicas em 25,2% no período findo em 31 de agosto de 2017 se comparado ao mesmo período do exercício anterior, além da retração de 4,2% do mercado de Grandes Consumidores neste mesmo período e devido à maior competitividade dos concorrentes, alavancada pelo maior volume de combustíveis importados.

Produtos de Aviação

Produtos de Aviação				
	set/17	**set/16**	**AH**	**AH%**
Volume (em milhares de m³)	**2.817**	**2.827**	**(10)**	**(0,3)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	4.984	4.617	367	7,9
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(4.479)	(4.206)	(273)	6,5
Lucro Bruto	**505**	**411**	**94**	**22,9**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional de Produtos de Aviação aumentou em 7,9% para R$4.984 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 de R$4.617 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016. Este aumento no segmento operacional de Produtos de Aviação é explicado, principalmente, em função do aumento de 8,3% nos preços médios de realização de produtos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas), parcialmente compensado pela redução de 0,3% no volume dos produtos vendidos. A variação do volume vendido é reflexo da estagnação do nível da atividade econômica do País, cujo PIB acumulado no primeiro semestre de 2017, conforme o IBGE, apresentou variação nula em relação ao primeiro semestre de 2016. Em complemento, segundo a Agencia Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), a demanda, doméstica e internacional, por

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

transporte aéreo de passageiros (RPK[10]) teve crescimento de 5,2% no período de janeiro a setembro de 2017 comparado aos primeiros nove meses do exercício anterior. (Fonte: ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil).

Outros

Outros				
	set/17	**set/16**	**AH**	**AH %**
Volume (em milhares de m³)	**3.965**	**4.893**	**(928)**	**(19,0)**
Receita de Vendas (em milhões de reais)	3.447	3.893	(446)	(11,5)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(2.941)	(3.298)	357	(10,8)
Lucro Bruto	**506**	**595**	**(89)**	**(15,0)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Outros reduziu em 11,5% para R$3.447 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 de R$3.893 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016. A Companhia entende que essa redução é reflexo do nível de atividade econômica do país e, principalmente, em razão da queda no preço de realização que é impactado, principalmente, pelo custo de aquisição dos produtos.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016 somaram R$56.802 milhões e R$60.801 milhões, respectivamente, uma redução de 6,6%, representando 92,6% e 92,9%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia, um redução de 0,3 pontos percentuais considerando os períodos analisados.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da redução média de 7,4% no volume de todos os produtos vendidos pela Companhia, parcialmente compensado pelo aumento de 0,9% no custo médio de aquisição de produtos, com destaque para o Óleo Combustível e para a querosene de aviação (JET-A1), os quais seguem cotações atreladas ao Mercado Internacional baseado na relação Commodity versus Câmbio e apresentaram aumentos nos custos médios do período findo em 30 de setembro de 2017 de 15,7% e 7,2%, respectivamente, comparados ao mesmo período do exercício anterior. O aumento do custo médio de aquisição de produtos (custo dos produtos e serviços vendidos divido pelo volume) foi parcialmente compensado pela redução do custo de aquisição do Diesel e da Gasolina em 3,6% e 0,6%, respectivamente. Ressalta-se a revisão da política de preços utilizada pela Petrobras, nossa maior fornecedora, a qual passou a buscar um maior alinhamento do preço do petróleo e de seus derivados praticados no Brasil com os preços praticados no mercado internacional.

LUCRO BRUTO

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 o lucro bruto da Companhia totalizou R$4.561 milhões, representando uma redução de 2,1% em relação aos R$4.657 milhões apurados em 30 de setembro de 2016.

A redução ocorreu principalmente em razão da redução média de 7,4% no volume de todos os produtos vendidos pela Companhia, amenizada pelo aumento de 5,7% nas margens médias de contribuição (lucro bruto divido pelo volume vendido).

[10] RPK - Revenue Passenger Kilometer (Passageiro Quilômetro Pago Transportado): Representa a demanda por transporte aéreo de passageiros. É obtido pela multiplicação da quantidade de passageiros pagantes transportados pela quantidade de quilômetros voados. Fonte: http://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/demanda-e-oferta-do-transporte-aereo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

DESPESAS OPERACIONAIS

Vendas

As despesas operacionais com vendas somaram R$2.210 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e R$2.982 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, representando uma redução de 25,9% e corresponderam a 3,6% e 4,6%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia nos períodos analisados, representando uma redução de 1,0 ponto percentual entre os períodos analisados. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

(i) Redução de R$613 milhões em perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: despesa de R$3 milhões em 30 de setembro de 2017 comparado com uma despesa de R$616 milhões em 30 de setembro de 2016, decorrente das seguintes movimentações:

a) redução de R$389 milhões, para uma receita de R$20 milhões em 30 de setembro de 2017, de uma despesa de R$369 milhões em 30 de setembro de 2016, do cliente Amazonas Distribuidora de Energia, em função, principalmente, dos fornecimentos ocorridos no período de 2016 em decorrência de decisões judiciais (liminares). Em 2017, ocorreram reversões em função de pagamentos realizados.
b) redução de R$163 milhões, para uma receita de R$99 milhões em 30 de setembro de 2017, de uma despesa de R$64 milhões em 30 de setembro de 2016, do cliente Centrais Elétrica do Pará – CELPA, em função principalmente, dos fornecimentos ocorridos no período de 2016 sem os respectivos pagamentos. Em 2017, ocorreram reversões em função de pagamentos realizados.
c) Redução de R$72 milhões, de uma despesa de R$72 milhões em 30 de setembro de 2016 sem correspondência no movimento de 2017 do cliente Transportadora Dalçóquio, em função, do ingresso em recuperação judicial.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R$618 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e R$591 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, representando um aumento de 4,6% e corresponderam a 1,0% e 0,9%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia nos períodos analisados, representando uma redução de 0,1 ponto percentual entre os períodos analisados. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelo aumento de R$29 milhões em despesas com serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis, para R$157 milhões em 30 de setembro de 2017, de R$128 milhões em 30 de setembro de 2016, atribuível, principalmente, ao aumento de gastos com saúde, meio ambiente e segurança e de gastos com processamento de dados.

Tributárias

As despesas tributárias somaram R$154 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, um aumento de R$48 milhões ou 45,3% em comparação aos R$106 milhões apurados no mesmo período de 2016. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em função dos seguintes eventos: (i) pagamentos de R$77 milhões efetuados em agosto de 2017, referentes a débitos tributários de ICMS no Estado de Minas Gerais (R$71 milhões) e Pernambuco (R$3 milhões) através dos programas de anistia daqueles Estados; (ii) provisão de R$11 milhões, em agosto de 2017, em função da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela MP 783/2017 para quitação de dívidas tributárias federais referentes aos processos de INSS de 2000 e 2013 e PIS e COFINS de 2005; e (iii) redução de R$13 milhões de PIS e COFINS sobre outras receitas, de R$54 milhões no período de nove meses findo em 2016 para R$41 milhões no mesmo período de 2017, em função, principalmente, da menor atualização monetária dos contratos de confissão de dívida,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

decorrente principalmente, da redução da taxa de juros desses contratos (SELIC), que passou de 14,15% para 8,15% e em função do processo de cisão ocorrida em 31 de agosto de 2017.

Outras receitas (despesas), líquidas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, as outras despesas líquidas somaram R$91 milhões, em comparação às outras despesas líquidas de R$953 milhões apuradas no mesmo período de 2016, uma redução de R$862 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões:

(i) Redução de R$823 milhões nas Perdas e Provisão para Perdas com Ações Judiciais e Administrativas da Companhia, de R$927 milhões em 30 de setembro de 2016 para R$104 milhões em 30 de setembro de 2017, em função, principalmente, dos seguintes eventos principais:

a) redução de R$467 milhões, atribuível ao provisionamento no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, do aproveitamento de créditos de ICMS, adquiridos de transportadores rodoviários e de créditos outorgados em favor de empresas de construção, em operações realizadas no Estado de Mato Grosso (R$560 milhões), compensados parcialmente pela atualização monetária destes valores no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R$93 milhões);
b) redução de R$90 milhões, em função do provisionamento de R$62 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 referente ao processo movido por COMPASA - Companhia de Petróleo Y Asfalto S.A., em que se discute ação por perdas e danos por inadimplemento contratual, associado a reversão ocorrida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 devido ao pagamento parcial efetuado no ano (R$28 milhões).
c) Redução de R$127 milhões, em função do provisionamento de R$56 milhões no período de noves meses findo de 30 de setembro de 2016 referente ao diferencial de alíquota de ICMS cobrado pelo Estado de Minas Gerais sobre operações de transferências e vendas intraestaduais de JET-A1, no período de 2008 a 2014, associado a reversão de R$71 milhões ocorrida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 de todos os processos movidos pelo Estado de Minas Gerais devido ao acordo efetuado entre a Companhia e o Estado no programa de anistia.

(ii) Aumento de R$134 milhões nas reversões dos valores provisionados a título de indenização aos empregados que aderiram ao plano de incentivo a demissão voluntária – PIDV, que passou para uma receita de R$143 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, em razão de 381 desistências ocorridas no período, de uma receita de R$9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, em razão de 83 desistências no período.

Tais itens foram parcialmente compensados pelos seguintes eventos:

(iii) Aumento de R$128 milhões nas despesas com planos de pensão e saúde – inativos, de R$169 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para R$297 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, em função da avaliação anual obrigatória do passivo atuarial para 2017, associada ao acréscimo no percentual de inativos (Plano Petros de 63% para 88% e AMS de 70% para 86%).

Para mais informações sobre o aproveitamento de créditos de ICMS, adquiridos de transportadores rodoviários e de créditos outorgados em favor de empresas de construção, em operações realizadas no Estado de Mato Grosso, vide item 4.6 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Para mais informações sobre o Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, vide item 14.2 deste Formulário de Referência. Para mais informações sobre os Planos Petros e Saúde e AMS, vide item 14.3 deste Formulário de Referência.

RESULTADO FINANCEIRO

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia teve uma despesa financeira líquida de R$468 milhões, comparado a uma despesa financeira líquida de R$541 milhões no mesmo período de 2016, uma redução de R$73 milhões. Essa redução é decorrente, principalmente dos seguintes eventos:

(i) redução de R$329 milhões nas despesas financeiras com empréstimos e financiamentos de R$1.352 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, em comparação com R$1.023 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, em função da diminuição da taxa DI, índice utilizado para atualização dos empréstimos contratados pela Companhia, de 10,36% para 7,99%

(ii) redução da variação cambial negativa sobre valores referentes a vendas e saldos bancários no exterior no montante de R$49 milhões, de uma variação cambial negativa de R$50 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, em comparação com uma variação cambial negativa de R$1 milhão no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, em razão, principalmente, da valorização do real frente ao dólar no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 em comparação à desvalorização do real frente ao dólar no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

Tais itens foram parcialmente compensados pelos seguintes eventos:

(iii) redução de R$200 milhões na atualização dos recebíveis do setor elétrico - sistema isolado – sistema Eletrobras, para R$399 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, de R$599 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, em função, principalmente, da cisão parcial ocorrida em 31 de agosto de 2017 que transferiu os contratos de confissão de dívida (CCDs) que possuem garantias reais (penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) reduzindo em um mês o período de atualização destes contratos, associada a redução da taxa Selic, de 14,15% para 8,15%, utilizada para atualização dos mesmos.

(iv) redução de R$107 milhões nos juros por atraso e financiamentos de clientes, para R$107 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, de R$214 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos sobre o lucro, apresentaram uma variação negativa de R$549 milhões, para uma despesa de R$399 milhões apurado no mesmo período de 2017, de uma receita de R$150 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pela variação do resultado antes dos impostos, de um prejuízo de R$517 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 para um lucro de R$1.019 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, resultando num aumento dos tributos sobre o lucro no montante de R$523 milhões de uma receita de R$ 176 milhões em 30 de setembro de 2016 para uma despesa com imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal de R$ 347 milhões, associado ao aumento da taxa efetiva, de 29,0% em 30 de setembro de 2016 para 39,2% em 30 de setembro de 2017 em função principalmente das maiores despesas com benefício pós emprego de saúde (AMS), resultando num ajuste de R$51 milhões em 30 de setembro de 2016 para R$72 milhões em 30 de setembro de 2017. Para maiores informações

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

vide nota explicativa 9.b das Demonstrações Contábeis de 30 de setembro de 2017 que demonstra a reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados.

LUCRO LÍQUIDO

Em função do exposto acima, o lucro líquido da Companhia apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi de R$620 milhões, representando uma redução de 268,9% em relação ao prejuízo de R$367 milhões apurados no mesmo período de 2016.

Análise da Demonstração de Resultados no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015:

Dados consolidados em R$ (milhões)	2016	AV (%)	2015	AV (%)	AH (%) 16/15
Receita de vendas	**86.637**	**100,0**	**97.280**	**100,0**	**(10,9)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(80.172)	(92,5)	(89.967)	(92,5)	(10,9)
Lucro bruto	**6.465**	**7,5**	**7.313**	**7,5**	**(11,6)**
Despesas operacionais					
Vendas	(3.845)	(4,4)	(6.454)	(6,7)	(40,4)
Gerais e administrativas	(828)	(1,0)	(820)	(0,8)	(1,0)
Tributárias	(137)	(0,2)	(208)	(0,2)	(34,1)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.669)	(1,9)	(1.470)	(1,5)	13,5
	(6.479)	**(7,5)**	**(8.952)**	**(9,2)**	**(27,6)**
Lucro (Prejuízo) antes do resultando financeiro, participação e impostos	**(14)**	**0,0**	**(1.639)**	**(1,7)**	**(99,1)**
Financeiras					
Despesas	(1.893)	(2,2)	(1.597)	(1,6)	18,5
Receitas	688	0,8	505	0,5	36,2
Variações cambiais e monetárias, líquidas	583	0,7	793	0,8	(26,5)
	(622)	**(0,7)**	**(299)**	**(0,3)**	**108,0**
Resultado de participações em investimentos	**(1)**	**0,0**	**3**	**0,0**	**(133,3)**
Prejuízo antes dos impostos	**(637)**	**(0,7)**	**(1.935)**	**(2,0)**	**(67,1)**
Imposto de renda e contribuição social	322	(0,3)	774	0,8	(58,4)
Prejuízo líquido do exercício	**(315)**	**(0,4)**	**(1.161)**	**(1,2)**	**(72,9)**

RECEITA DE VENDAS

A receita de vendas da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 86.637 milhões, comparado a R$ 97.280 milhões em relação a 2015, representando uma redução de 10,9%.

Os Diretores da Companhia entendem que a diminuição da receita de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 é explicada principalmente pela redução de 14,6% no volume dos produtos vendidos pela Companhia, conforme tabela abaixo. Essa redução, por sua vez, é decorrente, principalmente, do menor nível de atividade econômica no Brasil, cujo PIB caiu 3,6% em 2016, de acordo com publicação do IBGE e perda de *market share* de 34,9% para 31,2%, de acordo com Anuário Sindicom. A redução do *market share* é explicada principalmente pela redução de 54,3% das vendas para as térmicas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e pela manutenção da política adotada pela Companhia desde o último trimestre de 2015 de preservação das margens de comercialização de seus principais produtos (gasolina, diesel, etanol), priorizando a rentabilidade da Companhia através de uma maior seletividade das vendas. A redução do volume vendido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foi compensada parcialmente pelo aumento de 4,2% nos preços médios de realização (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia nos segmentos operacionais, conforme discutido abaixo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e o volume vendido de cada um dos principais produtos da Companhia, bem como as respectivas a variações entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m3		Variação	
	dez/16	dez/15	R$	%	dez/16	dez/15	mil m3	%
Diesel	41.577	46.755	(5.178)	(11,1)	18.333	21.653	(3.320)	(15,3)
Gasolinas	24.857	24.014	843	3,5	11.117	11.764	(646)	(5,5)
JET - A1 (querosene de aviação)	6.096	7.789	(1.692)	(21,7)	3.726	4.160	(435)	(10,4)
Óleo Combustível	3.277	6.592	(3.315)	(50,3)	3.055	5.198	(2.142)	(41,2)
Etanol	5.013	5.661	(647)	(11,4)	2.686	3.732	(1.047)	(28,0)
Lubrificantes	1.711	1.839	(128)	(7,0)	326	366	(40)	(10,9)
Gás Natural e GNV	1.114	1.316	(202)	(15,3)	1.255	1.534	(278)	(18,2)
Asfalto	1.082	847	235	27,7	723	686	37	5,4
Coque	1.222	1.213	9	0,7	3.845	3.536	309	8,7
Outros	1.978	2.389	(411)	(17,2)	727	966	(239)	(24,7)
Energia	9	15	(6)	(40,0)	-	-	-	NA
Prestação de Serviços	46	95	(49)	(51,6)	-	-	-	NA
Bonificações	(785)	(628)	(157)	25,0	-	-	-	NA
Prêmio e Descontos	(40)	(47)	7	(14,9)	-	-	-	NA
Antecipação de recebíveis	(520)	(568)	48	(8,5)	-	-	-	NA
Total	**86.637**	**97.280**	**(10.643)**	**(10,9)**	**45.794**	**53.596**	**(7.801)**	**(14,6)**

Os produtos que responderam por 93% da receita de vendas da Companhia nos períodos referidos são: gasolina, etanol, diesel, óleo combustível e Jet-A1.

Receita de Vendas por Segmento

Rede de Postos				
	2016	**2015**	**AH**	**AH%**
Volume – (em milhares de m3)	23.959	26.816	(2.857)	(10,7)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	52.634	53.791	(1.157)	(2,2)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(48.698)	(49.986)	1.288	(2,6)
Lucro Bruto	**3.936**	**3.805**	**131**	**3,4**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Rede de Postos reduziu em 2,2%, para R$52.634 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 de R$ 53.791 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Esta diminuição é explicada principalmente em função da redução em 10,7% do volume de produtos vendidos, especialmente de diesel, compensada parcialmente pelo aumento de 9,5% nos preços médios de realização dos produtos (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, do aumento nos preços da gasolina em 9,6% e do diesel em 3,8% cobrados pela Petrobras, principal fornecedora da Companhia, e pelo etanol em 25,8%.

A redução de 10,7% no volume dos produtos vendidos é explicada, principalmente, pela manutenção da política de preservação das margens de comercialização, priorizando a rentabilidade da companhia através de uma maior seletividade das vendas, associada a uma maior agressividade dos competidores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

regionais em função de preços mais competitivos, decorrente, principalmente, do maior volume que importaram em comparação aos volumes importados pela companhia no mesmo período.

Grandes Consumidores

Grandes Consumidores				
	2016	**2015**	**AH**	**AH%**
Volume – (em milhares de m3)	11.758	16.019	(4.261)	(26,6)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	23.247	30.275	(7.028)	(23,2)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(21.521)	(27.908)	6.387	(22,9)
Lucro Bruto	**1.726**	**2.367**	**(641)**	**(27,1)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Grandes Consumidores reduziu em 23,2%, para R$ 23.247 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 de R$ 30.275 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Essa redução é explicada principalmente pela diminuição de 26,6% no volume de produtos vendidos, especialmente pela redução do diesel em 20,1% e do óleo combustível em 36,7%, parcialmente compensada pelo aumento de 4,6% nos preços médios de realização (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia, reflexo, principalmente, do aumento em 4,4% nos preço do diesel, cobrado pela Petrobras, principal fornecedora da Companhia.

A redução no volume de produtos vendidos é explicada, principalmente, pela menor atividade econômica no período e pela redução nas vendas do diesel e do óleo combustível, em função, da menor necessidade de acionamento das térmicas tendo em vista condições hidrológicas favoráveis para o regular funcionamento de usinas hidrelétricas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Produtos de Aviação

Produtos de Aviação				
	2016	**2015**	**AH**	**AH%**
Volume – (em milhares de m3)	3.759	4.199	(440)	(10,5)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	6.189	7.900	(1.711)	(21,7)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(5.627)	(7.230)	1.603	(22,2)
Lucro Bruto	**562**	**670**	**(108)**	**(16,1)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional de Produtos de Aviação reduziu em 21,7%, para R$6.189 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 de R$7.900 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Essa redução é explicada principalmente pela diminuição de 12,5% nos preços médios de realização (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) reflexo, principalmente, dos menores preços cobrados pela Petrobras, nossa principal fornecedora, associada a redução de 10,5% no volume dos produtos vendidos.

A redução do volume de produtos vendidos explica-se pela queda da atividade econômica no período, que levou a uma redução expressiva dos passageiros corporativos.

Outros

Outros				
	2016	**2015**	**AH**	**AH%**
Volume – (em milhares de m3)	6.318	6.562	(244)	(3,7)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita de Vendas (em milhões de reais)	5.109	5.728	(619)	(10,8)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(4.310)	(4.828)	518	(10,7)
Lucro Bruto	**799**	**900**	**(101)**	**(11,2)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Outros reduziu em 10,8%, passando para R$5.109 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 de R$5.728 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. A Companhia entende que essa redução é reflexo da queda da atividade econômica no Brasil durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 representaram uma redução de 10,9% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, passando para R$ 80.172 milhões em 31 de dezembro de 2016 de R$ 89.967 milhões em 31 de dezembro de 2015, o que representou 92,5% da receita de vendas da Companhia nos dois exercícios sociais.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da redução média de 14,6% no volume de todos os produtos vendidos pela Companhia, parcialmente compensadas pelo aumento de 4,3% no custo médio de aquisição de produtos (i.e. custo dos produtos vendidos e serviços prestados dividido pelo volume de vendas).

LUCRO BRUTO

Em razão dos fatores acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 o lucro bruto da Companhia totalizou R$6.465 milhões, representando uma redução de 11,6% em relação aos R$7.313 milhões apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, correspondendo a 7,5% da receita de vendas da Companhia nos dois exercícios sociais**.**

A redução ocorreu principalmente em razão da redução média de 14,6% no volume de todos os produtos vendidos pela Companhia, compensado parcialmente pelo aumento de 3,5% nas margens médias de contribuição (lucro bruto dividido pelo volume vendido).

DESPESAS OPERACIONAIS

Vendas

As despesas operacionais com vendas somaram R$3.845 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e R$6.454 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 40,4% ou R$2.609 milhões, e corresponderam a 4,4% e 6,7%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia, representando uma diminuição de 2,3 pontos percentuais entre os períodos analisados. Os Diretores da Companhia entendem que essa redução ocorreu, especialmente, pelos seguintes fatores:

(i) Redução em perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa: redução de R$2.243 milhões, decorrente, principalmente, dos títulos dos clientes do setor elétrico integrantes do sistema isolado de geração de energia (R$2.217 milhões), com destaque para os clientes Amazonas Distribuidora de Energia (R$984 milhões) e Centrais Elétricas Rondônia S/A – CERON (R$864 milhões), tendo em vista que, a partir de junho de 2015, o fornecimento passou a ser condicionado ao pagamento antecipado, conforme determinação da Companhia e notificação oficial à Eletrobras, e do cliente CEA – Cia. Elétrica do Amapá (R$232 milhões), em função do provisionamento da atualização monetária proveniente da celebração do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

contrato de confissão de dívida entre as partes em novembro de 2015, e cujas despesas não foram recorrentes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e

(ii) Redução em despesas com serviços de terceiros, despesa com frete e alugueis: redução de R$273 milhões atribuível, principalmente, a redução com despesas de frete de entrega da Companhia (R$181 milhões) decorrente do menor volume de produtos comercializado no período, com destaque para etanol, diesel e óleo combustível.

Tributárias

As despesas tributárias somaram R$137 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, uma redução de 34,1% (R$71 milhões) em comparação ao mesmo período de 2015. A representatividade das despesas tributárias se manteve inalterada, em 0,2% da receita de vendas da Companhia nos períodos analisados. Os Diretores da Companhia entendem que essa redução ocorreu, especialmente, em função da não recorrência, em 2016, do pagamento, que ocorreu em 2015, da totalidade dos débitos dos autos de infrações de ICMS que ingressaram nos programas de anistias dos Estados do RJ, ES, AP, PA, PB, CE, BA, SE, MT e o DF (R$122 milhões); compensado parcialmente pelos seguintes aumentos com despesas tributárias: (i) de R$21 milhões de PIS e COFINS sobre outras receitas atribuível, principalmente, ao início da incidência de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras da Companhia em julho de 2015; (ii) de R$8 milhões referente ao IOF incidente sobre os resgates de recursos do FIDC ocorridos antes dos 30 dias de carência, (iii) de R$8 milhões referente aos pagamentos em 2016 dos montantes principais dos autos de infração de ICMS lavrados pelas Secretarias de Estado de Fazenda de Pernambuco (R$7 milhões) e do Acre (R$1 milhão), e (iv) de R$3 milhões referente ao IPTU das Cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, por conta de aumentos das respectivas alíquotas em 2016.

Para mais informações sobre FIDC, vide item 9.2. deste Formulário de Referência. Para mais informações sobre autos de infração de ICMS dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Amapá, Pará, Paraíba, Ceará, Bahia, Sergipe, Mato Grosso e do Distrito Federal, vide item 4.3.deste Formulário de Referência.

Outras despesas, líquidas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, as outras despesas líquidas somaram R$ 1.669 milhões, em comparação com outras as despesas líquidas de R$ 1.470 milhões apuradas no mesmo período de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões

(i) aumento de R$ 342 milhões em provisionamento de gastos estimados com indenizações relativas ao do PIDV (Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário), em função de novo programa aberto em 2016, que obteve 1.105 adesões até o fim do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016;

(ii) aumento de R$ 70 milhões de provisionamento relativo ao processo movido por DISLUB Distribuidora de Lubrificantes Ltda referente à indenização por perdas e danos em razão da alegação de descumprimento por parte da Companhia de cláusula contratual no que tange ao fornecimento de lubrificantes e graxas;

(iii) aumento de R$ 69 milhões de provisionamento referente à diferença de alíquota de ICMS cobrada pelo Estado de Minas Gerais sobre operações de venda e transferência de QAV para as companhias aéreas entre 2008 e 2014;

(iv) aumento de R$ 66 milhões no provisionamento referente ao aproveitamento de créditos de ICMS adquiridos de transportadores rodoviários do Estado do Mato Grosso (Decreto Estadual do Mato Grosso nº 2.683/2010) e de créditos outorgados em favor de empresas de construção em atendimento ao próprio Estado de Mato Grosso (Convênio ICMS nº 85/2011);

(v) aumento de R$63 milhões no provisionamento da despesa atuarial dos planos de pensão e saúde dos inativos, o qual foi devido, principalmente, pela revisão das premissas atuariais, com destaque para os Planos Petros e AMS.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Esses eventos foram parcialmente compensados pelas seguintes reduções em outras despesas e aumento em outras receitas: (i) R$ 298 milhões referentes ao não reconhecimento em 2016, de perdas reconhecidas em 2015 decorrentes de perdas no valor recuperável do ativo da Basul II (*impairment*), tendo em vista operar abaixo da sua capacidade em função da perda de clientes no Estado do Acre; e (ii) R$ 113 milhões com gastos adicionais com publicidade e propaganda em 2016.

Para mais informações sobre o Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, vide item 14.2 deste Formulário de Referência. Para informações adicionais sobre a ação envolvendo a Companhia e a DISLUB Distribuidora de Lubrificantes Ltda., vide item 4.3 deste Formulário de Referência. Para mais informações sobre ICMS cobrado pelo Estado de Minas Gerais sobre operações de venda e transferência de QAV para as companhias aéreas entre 2008 e 2014, vide item 4.3 deste Formulário de Referência. Para mais informações sobre o aproveitamento de créditos de ICMS, adquiridos de transportadores rodoviários e de créditos outorgados em favor de empresas de construção, em operações realizadas no Estado de Mato Grosso, vide item 4.6 deste Formulário de Referência. Para mais informações sobre os Planos Petros e Saúde e AMS, vide item 14.3 deste Formulário de Referência.

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia teve despesa financeira líquida de R$ 622 milhões, ante despesa financeira líquida de R$ 299 milhões no mesmo período de 2015. Esse aumento em despesa financeira líquida foi, decorrente, principalmente, dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 779 milhões com despesas de juros referentes aos empréstimos captados ao longo de 2015 junto ao Banco do Brasil (R$ 205 milhões), Bradesco (R$ 220 milhões), BASA (R$ 12 milhões) ; e Debêntures - Itaú (R$ 345 milhões); e (ii) aumento de R$ 135 milhões com despesas relativas à variação cambial, em função, principalmente, da desvalorização do real frente ao dólar que impactou os saldos a receber e bancários no exterior. Esses impactos negativos foram parcialmente compensados pelos seguintes eventos: (i) redução de despesas financeiras no montante de R$ 354 milhões, em função, principalmente, da apropriação de encargos referentes aos contratos de mútuo firmados com a Petrobras e quitados no 1º semestre de 2015 e (ii) aumento de R$ 219 milhões nas receitas líquidas do FIDC, em decorrência principalmente da aplicação do excesso do caixa da Companhia no FIDC. Para informações sobre o FIDC, vide item 9.2 deste Formulário de Referência.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos sobre o lucro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R$ 322 milhões, representando uma diminuição de 58,4% em relação aos R$ 774 milhões de tributos apurados no mesmo período de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelo menor prejuízo antes de impostos apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Para maiores informações sobre os ajustes efetuados para apuração da respectiva base de cálculo em cada exercício vide a nota explicativa 10(d) às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016.

PREJUÍZO LÍQUIDO

Em função do exposto acima, o prejuízo líquido da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 315 milhões, redução de 72,9% em relação ao prejuízo líquido de R$1.161 milhões apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Demais contas de resultado

As contas de resultado não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2016, ou não representavam uma participação substancial da receita de vendas naquelas datas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise da Demonstração de Resultados no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014:

Dados consolidados em R$ (milhões)	2015	AV (%)	2014	AV (%)	AH (%) 15/14
Receita de vendas	**97.280**	**100,0**	**98.528**	**100,0**	**(1,3)**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(89.967)	(92,5)	(91.237)	(92,6)	(1,4)
Lucro bruto	**7.313**	**7,5**	**7.291**	**7,4**	**0,3**
Despesas operacionais					
Vendas	(6.454)	(6,6)	(4.524)	(4,6)	42,7
Gerais e administrativas	(820)	(0,8)	(748)	(0,8)	9,6
Tributárias	(208)	(0,2)	(160)	(0,2)	30,0
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.470)	(1,5)	(601)	(0,6)	144,6
	(8.952)	**(9,2)**	**(6.033)**	**(6,12)**	**48,4**
Lucro (Prejuízo) antes do resultando financeiro, participação e impostos	**(1.639)**	**(1,7)**	**1.258**	**1,3**	**(230,3)**
Financeiras					
Despesas	(1.597)	(1,6)	(802)	(0,8)	99,1
Receitas	505	0,5	387	0,4	30,5
Variações cambiais e monetárias, líquidas	793	0,8	705	0,7	12,5
	(299)	**(0,3)**	**290**	**0,3**	**(203,1)**
Resultado de participações em investimentos	**3**	**0,0**	**(2)**	**(0,0)**	**(250,0)**
Prejuízo antes dos impostos	**(1.935)**	**(2,0)**	**1.546**	**1,6**	**(225,2)**
Imposto de renda e contribuição social	774	0,8	(423)	(0,4)	(283,0)
Lucro líquido do exercício	**(1.161)**	**(1,2)**	**1.123**	**1,1**	**(203,4)**

RECEITA DE VENDAS

A receita de vendas da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$97.280 milhões, comparado a R$98.528 milhões em relação ao mesmo período de 2014, representando uma redução de 1,3%.

Os Diretores da Companhia entendem que a diminuição da receita de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 é explicada principalmente pela redução média de 7,2% no volume de todos os produtos vendidos pela Companhia, conforme tabela abaixo. Essa redução, por sua vez, é decorrente, principalmente, do menor nível de atividade econômica no Brasil, cujo PIB caiu 3,8% em 2015, de acordo com o IBGE e perda de market share de 36,8% para 34,9%, de acordo com Anuário Sindicom. A redução do market share é explicada principalmente pela redução de 27,7% das vendas para as térmicas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, e pela expansão do mercado de etanol, mercado em que a Companhia possui menor participação. A redução do volume vendido no período foi compensada parcialmente pelo aumento de 6,4% nos preços médios de realização (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) observados pela Companhia nos segmentos operacionais, conforme discutido abaixo.

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e o volume vendido de cada um dos principais produtos da Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m3		Variação	
	dez/15	dez/14	R$	%	dez/15	dez/14	mil m3	%
Diesel	46.755	44.842	1.913	4,3	21.653	23.566	(1.913)	(8,1)
Gasolinas	24.014	23.688	326	1,4	11.764	13.194	(1.431)	(10,8)
JET - A1 (querosene de aviação)	7.789	9.477	(1.688)	(17,8)	4.160	4.370	(210)	(4,8)
Óleo Combustível	6.592	9.815	(3.223)	(32,8)	5.198	6.393	(1.195)	(18,7)
Etanol	5.661	3.768	1.893	50,2	3.732	2.691	1.042	38,7
Lubrificantes	1.839	1.694	145	8,6	366	355	11	3,2
Gás Natural e GNV	1.316	1.321	(5)	(0,4)	1.534	1.589	(55)	(3,5)
Asfalto	847	1.024	(177)	(17,3)	686	1.074	(387)	(36,1)
Coque	1.213	1.065	148	13,9	3.536	3.479	57	1,7
Outros	2.389	2.710	(321)	(11,8)	966	1.041	(75)	(7,2)
Energia	15	22	(7)	(31,8)	-	-	-	NA
Prestação de Serviços	95	134	(39)	(29,1)	-	-	-	NA
Bonificações	(628)	(602)	(26)	4,3	-	-	-	NA
Prêmio e Descontos	(47)	(42)	(5)	11,9	-	-	-	NA
Antecipação de recebíveis	(568)	(386)	(182)	47,2	-	-	-	NA
Total	**97.280**	**98.528**	**(1.248)**	**(1,3)**	**53.596**	**57.752**	**(4.156)**	**(7,2)**

Os produtos que responderam por 93% da receita de vendas da Companhia para os referidos períodos são: gasolina, etanol, diesel, óleo combustível e produtos de aviação. Destaca-se no ano de 2015 o aumento nas vendas do etanol, principalmente, em função da maior competitividade do etanol perante a gasolina.

Receita de Vendas por Segmento

Rede de Postos				
	2015	**2014**	**AH**	**AH%**
Volume – (em milhares de m3)	26.816	27.895	(1.079)	(3,9)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	53.791	49.990	3.801	7,6
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(49.986)	(46.968)	(3.018)	6,4
Lucro Bruto	**3.805**	**3.022**	**783**	**25,9**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Rede de Postos aumentou em 7,6%, para R$53.791 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 de R$49.990 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento é explicado principalmente pelo aumento de 11,9% nos preços médios de realização (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) reflexo, principalmente, do aumento nos preços especialmente do diesel em 13,2% e da gasolina em 12,5%, cobrados pela Petrobras, nossa principal fornecedora, parcialmente compensado pela redução de 3,9% no volume dos produtos vendidos.

A redução no volume de produtos vendidos é explicada, principalmente, pela menor atividade econômica no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Grandes Consumidores				
	2015	**2014**	**AH**	**AH%**
Volume – (em milhares de m3)	16.019	18.367	(2.348)	(12,8)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	30.275	33.271	(2.996)	(9,0)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(27.908)	(30.303)	2.395	(7,9)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Bruto	**2.367**	**2.968**	**(601)**	**(20,2)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Grandes Consumidores reduziu em 9,0%, para R$30.275 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 de R$33.271 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Essa redução é explicada pela redução de 12,8% no volume dos produtos vendidos, especialmente pela redução do diesel em 10,3% e do óleo combustível em 19,1%, parcialmente compensada pelo aumento de 4,3% nos preços médios de realização (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) reflexo, principalmente, do aumento em 13,1% no preço do diesel, cobrado pela Petrobras, nossa principal fornecedora.

A redução no volume de produtos vendidos é explicada, principalmente, pela queda de 27,7% das vendas para as térmicas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Produtos de Aviação				
	2015	**2014**	**AH**	**AH%**
Volume – (em milhares de m3)	4.199	4.418	(219)	(5,0)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	7.900	9.610	(1.710)	(17,8)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(7.230)	(8.929)	1.699	(19,0)
Lucro Bruto	**670**	**681**	**(11)**	**(1,6)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional de Produtos de Aviação reduziu em 17,8%, para R$7.900 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 de R$9.610 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Essa redução é explicada principalmente em função da diminuição de 13,5% nos preços médios de realização (i.e. receita de vendas dividida pelo volume de vendas) reflexo, principalmente, dos menores preços cobrados pela Petrobras, nossa principal fornecedora, associada a redução de 5,0% no volume dos produtos vendidos.

A redução do consumo de combustíveis de aviação ocorreu devido à queda da atividade econômica do país no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Outros				
	2015	**2014**	**AH**	**AH%**
Volume – (em milhares de m3)	6.562	7.072	(510)	(7,2)
Receita de Vendas (em milhões de reais)	5.728	6.022	(294)	(4,9)
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de reais)	(4.828)	(5.021)	193	(3,8)
Lucro Bruto	**900**	**1.001**	**(101)**	**(10,1)**

A receita de vendas da Companhia no segmento operacional Outros reduziu em 4,9%, para R$ 5.728 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 de R$ 6.022 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. A Companhia entende que essa redução é reflexo da queda da atividade econômica no Brasil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 apresentaram uma redução de 1,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, passando para R$89.967 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 de R$91.237 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, o que representou 92,5% e 92,6%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia, uma diminuição de 0,1 ponto percentual nos períodos analisados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente em função da redução média de 7,2% no volume de todos os produtos vendidos pela Companhia, parcialmente compensadas pelo aumento de 6,3% no custo médio de aquisição de produtos.

LUCRO BRUTO

Em razão do exposto acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 o lucro bruto totalizou R$ 7.313 milhões, representando um aumento de 0,3% em relação aos R$ 7.291 milhões apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 e correspondeu a 7,5% e 7,4%, respectivamente, da receita de vendas, representando um aumento de 0,1 ponto percentual nos períodos analisados.

O aumento ocorreu principalmente em razão do aumento de 8,1% nas margens médias de contribuição (lucro bruto dividido pelo volume vendido), compensado parcialmente pela redução média de 7,2% do volume de todos os produtos vendidos pela Companhia, devido a maior seletividade nas opções de negócios, buscando maximizar a rentabilidade das vendas.

DESPESAS OPERACIONAIS

Vendas

As despesas operacionais com vendas somaram R$ 6.454 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e R$ 4.524 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 42,7% e corresponderam a 6,6% e 4,6%, respectivamente, da receita de vendas da Companhia, representando um acréscimo de 2,0 % entre os períodos analisados. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento em despesas operacionais com vendas ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) aumento de R$ 1.534 milhões em perdas em títulos dos clientes Eletroacre e Boavista, pertencentes ao sistema isolado de Energia, que não estavam cobertos por garantias. Importante ressaltar que os valores referentes aos fornecimentos de produtos ao sistema Eletrobras foram objeto de redução ao valor recuperável ao longo de 2015. Em 2014, para as empresas pertencentes ao sistema Eletrobras, o provisionamento era efetuado apenas para as parcelas sem garantias dos contratos de confissão de dívida; (ii) aumento de R$ 233 milhões em perdas em recebíveis dos clientes pertencentes ao sistema interligado de energia, com destaque para o grupo Bolognesi (R$ 141 milhões); (iii) aumento de R$ 74 milhões em despesas com pessoal na Companhia, decorrente, principalmente, da revisão da despesa atuarial anual dos Planos de Pensão Petros (R$38 milhões) e Plano de Saúde AMS (R$ 3 milhões), do aumento em Salários, Adicionais, Gratificações, INSS, FGTS, Provisão 13º e Férias em função do Acordo Coletivo e de promoções funcionais e avanços de níveis (R$ 41 milhões), parcialmente compensados pela não recorrência em 2015 de gastos com Aviso Prévio e Indenizações em função do PIDV incorridos em 2014 (R$ 11 milhões); (iv) aumento de R$ 51 milhões nas despesas com depreciação e amortização, em função, principalmente da revisão das vidas úteis econômicas dos ativos imobilizados, da entrada de ativos em operação e dos novos investimentos.

Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R$ 820 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e R$ 748 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 9,6% e corresponderam a 0,8% da receita de vendas da Companhia em ambos os períodos. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento em despesas gerais e administrativas ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) aumento de R$ 41 milhões com despesas com pessoal decorrente, principalmente, da revisão da despesa atuarial anual dos Planos de Pensão Petros (R$ 17 milhões), do aumento em Salários, Adicionais, Gratificações, INSS, FGTS, Provisão 13º e Férias em função do Acordo Coletivo e de promoções funcionais e avanços de níveis (R$ 29 milhões), parcialmente compensados pela redução de gastos com Plano de Saúde AMS (R$ 3 milhões) e pela não recorrência em 2015 de gastos com Aviso Prévio e Indenizações em função do PIDV incorridos em 2014 (R$ 5 milhões) e (ii) aumento de R$ 15 milhões nas despesas de depreciação e amortização, em função, principalmente

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

da revisão das vidas úteis econômicas dos ativos imobilizados, da utilização de novos programas de computador (softwares em operação) e dos novos investimentos.

Tributárias

As despesas tributárias somaram R$ 208 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e R$ 160 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, um aumento de 30,0% em comparação ao mesmo período em 2014. A representatividade das despesas tributárias em relação a receita de vendas da Companhia manteve-se em 0,2% em ambos os períodos analisados. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento em despesas tributárias ocorreu, especialmente, devido aos seguintes eventos: (i) pagamento em 2015 de R$ 122 milhões em função da liquidação de débitos tributários por meio do Programa de Anistia dos Estados, referentes a autuações de ICMS; e (ii) início da incidência do PIS e COFINS sobre as receitas financeiras da Companhia a partir de julho de 2015 (R$ 48 milhões). Esses eventos foram parcialmente compensados pela não recorrência, em 2015, de despesas de R$ 116 milhões, incorridas em 2014, decorrentes do IOF retido sobre as captações de recursos junto à Petrobras sob a forma de mútuo.

Outras receitas (despesas), líquidas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, as outras despesas líquidas somaram R$ 1.470 milhões, em comparação a uma despesa líquida de R$ 601 milhões apurada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Os Diretores da Companhia entendem que esse aumento ocorreu, especialmente, pelas seguintes razões: (i) provisionamento de R$ 555 milhões referente a diversos autos de infração, provenientes de questionamento da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso em relação aos recolhimentos mensais de ICMS-Substituição Tributária, em função, principalmente, do aproveitamento de créditos de ICMS adquiridos de transportadores rodoviários (Decreto Estadual nº 2.683/2010) e de créditos outorgados em favor de empresas de construção em atendimento ao próprio Estado de Mato Grosso (Convênio ICMS nº 85/2011); (ii) reconhecimento de perdas no valor de recuperação de ativos (impairment) de R$ 298 milhões, em função da desvalorização da Base de Cruzeiro do Sul II (Basul II) (essa perda foi reconhecida pelo fato de a base operar significativamente abaixo de sua capacidade instalada em função da perda das vendas no Estado do Acre) e (iii) aumento de R$ 52 milhões no provisionamento da despesa atuarial dos planos de pensão e saúde dos inativos. Esses eventos foram parcialmente compensados pelo menor provisionamento em 2015 de gastos com indenizações relacionadas ao plano de incentivo ao desligamento voluntário – PIDV de 2015 em função do menor número de funcionários elegíveis ao plano (R$ 65 milhões).

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia obteve despesa financeira líquida negativa de R$ 299 milhões, ante receita financeira líquida de R$ 290 milhões no mesmo período de 2014. Essa piora no resultado financeiro líquido da Companhia é em função dos seguintes eventos: (i) despesas de juros de R$ 978 milhões referentes aos empréstimos captados ao longo de 2015 junto ao Banco do Brasil (R$ 485 milhões), Bradesco (R$ 288 milhões), BASA (R$ 9 milhões) e debêntures - Itaú (R$ 193 milhões) e (ii) despesas de juros de R$ 55 milhões em função da liquidação de débitos tributários por meio do Programa de Anistia dos Estados, referentes a autuações de ICMS. Esses eventos foram parcialmente compensados pelos seguintes eventos positivos: (iii) variação positiva de R$304 milhões no resultado das operações do FIDC, em função principalmente da aplicação do excesso de caixa proveniente dos financiamentos acima referidos; (iv) atualização monetária de R$ 150 milhões referente ao contrato de confissão de dívida celebrado com o cliente Centrais Elétricas do Amapá – CEA.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 apresentou um benefício fiscal de R$ 774 milhões ante R$ 423 milhões de tributos pagos no mesmo período de 2014, representando uma diminuição de 283,0% em pagamento de tributos. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

especialmente, pelo prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e do ganho em termos de redução de carga tributária decorrente do maior valor de juros sobre o capital próprio creditados em 2015 (R$246 milhões) em relação ao exercício anterior (R$189 milhões).

PREJUÍZO LÍQUIDO

O prejuízo líquido da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 1.161 milhões, um aumento de 203,4% em relação ao lucro líquido R$ 1.123 milhões apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Demais contas de resultado

As contas de resultado não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2015, ou não representavam uma participação substancial da receita de vendas naquelas datas.

Análise das variações patrimoniais em 30 de setembro de 2017 comparada a 31 de dezembro de 2016

	Balanço Patrimonial – Ativo				
Dados consolidados em R$ (milhões)	**30/09/2017**	**AV (%)**	**31/12/2016**	**AV (%)**	**AH(%)**
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	522	2,2	655	2,1	(20,3)
Contas a receber líquidas	5.498	23,4	7.679	24,5	(28,4)
Estoques	2.836	12,1	2.678	8,5	5,9
Adiantamentos a fornecedores	91	0,4	62	0,2	46,8
Imposto de renda e contribuição social	101	0,4	219	0,7	(53,9)
Impostos e Contribuições a recuperar	556	2,4	372	1,2	49,5
Despesas Antecipadas	553	2,4	587	1,9	(5,8)
Outros ativos circulantes	87	0,4	37	0,1	135,1
Total do ativo circulante	**10.244**	**43,6**	**12.289**	**39,1**	**(16,6)**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	405	1,7	6.250	19,9	(93,5)
Depósitos judiciais	985	4,2	950	3,0	3,7
Impostos e contribuições a recuperar	485	2,1	366	1,2	32,5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.334	14,2	3.425	10,9	(2,7)
Despesas Antecipadas	1.629	6,9	1.602	5,1	1,7
Outros ativos realizáveis a longo prazo	25	0,1	24	0,1	4,2
Total do ativo realizável a longo prazo	**6.863**	**29,2**	**12.617**	**40,2**	**(45,6)**
Investimentos	36	0,2	45	0,1	(20,0)
Imobilizado	5.880	25,0	5.986	19,1	(1,8)
Intangível	454	1,9	461	1,5	(1,5)
	13.233	**56,4**	**19.109**	**60,9**	**(30,7)**
Total Ativo	**23.477**	**100,0**	**31.398**	**100,0**	**(25,2)**

Balanço Patrimonial – Passivo

Dados consolidados em R$ (milhões)	**30/09/2017**	**AV (%)**	**31/12/2016**	**AV (%)**	**AH (%)**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	2.129	9,1	2.650	8,4	(19,7)
Financiamentos	305	1,3	805	2,6	(62,1)
Cessão de direitos creditórios	23	0,1	31	0,1	(25,8)
Arrendamentos mercantis financeiros	29	0,1	28	0,1	3,6
Adiantamentos de clientes	394	1,7	354	1,1	11,3
Imposto de Renda e Contribuição Social	102	0,4	1	0,0	10.100,0
Impostos e contribuições a recolher	236	1,0	204	0,7	15,7
Juros sobre o capital próprio	686	2,9	635	2,0	8,0
Salários, férias e encargos	264	1,1	246	0,8	7,3
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	10	0,0	445	1,4	(97,8)
Planos de pensão e saúde	145	0,6	139	0,4	4,3
Outras contas e despesas a pagar	86	0,4	91	0,3	(5,5)
Total do passivo circulante	**4.409**	**18,8**	**5.629**	**17,9**	**(21,7)**
Não circulante					
Financiamentos	4.427	18,9	12.009	38,2	(63,1)
Arrendamentos mercantis financeiros	68	0,3	67	0,2	1,5
Planos de pensão e saúde	4.450	19,0	4.172	13,3	6,7
Provisão para processos judiciais e administrativos	2.102	9,0	2.090	6,7	0,6
Outras contas e despesas a pagar	17	0,1	21	0,1	(19,0)
Total do passivo não circulante	**11.064**	**47,1**	**18.359**	**58,5**	**(39,7)**
Patrimônio Líquido					
Capital social realizado	6.352	27,1	6.352	20,2	0,0
Reserva de lucros	3.639	15,5	3.045	9,7	19,5
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.987)	(8,5)	(1.987)	(6,3)	0,0
Total do patrimônio líquido	**8.004**	**34,1**	**7.410**	**23,6**	**8,0**
Total de passivo e patrimônio líquido	**23.477**	**100,0**	**31.398**	**100,0**	**(25,2)**

ATIVO

Circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ativo circulante reduziu 16,6% em 30 de setembro de 2017 se comparado ao ativo circulante de 31 de dezembro de 2016, passando de R$12.289 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$10.244 milhões em 30 de setembro de 2017, o que representou 39,1% e 43,6%, respectivamente, do total do ativo.

A redução ocorreu principalmente pelas variações descritas abaixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Houve uma redução de 20,3% do caixa e equivalentes de caixa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016. Em 30 de setembro de 2017, o valor era de R$522 milhões e R$655 milhões em 31 de dezembro de 2016.

A redução ocorreu em razão, principalmente, dos seguintes eventos: (i) recursos utilizados nas atividades de financiamentos no valor de R$2.865 milhões para amortização de principal e juros de financiamentos no valor de R$9.165 milhões, parcialmente compensados pela integralização de capital no valor de R$6.313 milhões; (ii) pelos recursos gerados nas atividades operacionais de R$422 milhões; e (iii) pelos recursos gerados nas atividades de investimentos no montante de R$2.310 milhões, devido, principalmente, aos resgates líquidos do investimento no FIDC R$2.503 milhões, parcialmente compensados pelos investimentos realizados em imobilizado e intangível no montante de R$205 milhões.

Contas a receber líquidas

As contas a receber líquidas diminuíram 28,4% em 30 de setembro de 2017 quando comparadas à 31 de dezembro de 2016, passando de R$7.679 milhões para R$5.498 milhões, em função, principalmente, da redução de R$2.311 milhões no Fundo de Investimento em direitos creditórios – FIDC, de R$2.776 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$465 milhões em 30 de setembro de 2017, decorrente, principalmente, do pré-pagamento de dívidas contraídas anteriormente pela Companhia junto ao Banco do Brasil e Bradesco.

Estoques

Os estoques aumentaram 5,9% em 30 de setembro de 2017 quando comparados a 31 de dezembro de 2016, passando de R$2.678 milhões para R$2.836 milhões.

O aumento ocorreu em razão, principalmente, da elevação das importações, associada a venda da gasolina abaixo das expectativas da Companhia.

Não circulante

O ativo não circulante reduziu 30,7% em 30 de setembro de 2017 se comparado ao ativo não circulante de 31 de dezembro de 2016, passando de R$19.109 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$13.233 milhões em 30 de setembro de 2017, o que representou 60,9% e 56,4%, respectivamente, do total do ativo.

A redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Contas a receber, líquidas

As contas a receber, líquidas somaram R$405 milhões em 30 de setembro de 2017 e R$6.250 milhões em 31 de dezembro de 2016. A redução de R$5.845 milhões deve-se, principalmente, a operação de cisão parcial envolvendo os recebíveis de titularidade da Companhia decorrentes de contratos de confissão de dívida com o Sistema Eletrobras, incluindo as respectivas garantias reais e dos recebíveis das empresas Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, pertencentes ao Sistema Petrobras no montante de R$5.775 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imobilizado

A redução de 1,8%, ou R$106 milhões no ativo imobilizado que, em 30 de setembro de 2017 era de R$5.880 milhões e em 31 de dezembro de 2016, era de R$5.986 milhões, decorre principalmente das despesas de depreciação do exercício R$299 milhões, parcialmente compensada pela realização de investimentos diretos em obras para ampliação e melhorias em terminais e bases, equipamentos e outros bens (R$169 milhões).

PASSIVO

Circulante

O passivo circulante em 30 de setembro de 2017 era de R$4.409 milhões, significando uma diminuição de 21,7%, ou R$1.220 milhões, se comparado ao passivo circulante de 31 de dezembro de 2016 que era de R$5.629 milhões, e representou 18,8% e 17,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

A redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas.

Fornecedores

A conta de fornecedores era de R$2.129 milhões em 30 de setembro de 2017 e de R$2.650 milhões em 31 de dezembro de 2016, tendo diminuído 19,7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pela redução do prazo médio de pagamento com a Petrobras.

Financiamentos

Os financiamentos, que foram de R$305 milhões em 30 de setembro de 2017 e de R$805 milhões em 31 de dezembro de 2016, reduziram 62,1%, ou R$500 milhões, em função, principalmente, dos seguintes eventos: (i) transferência de R$7.639 milhões do não circulante, (ii) provisionamento de juros e variações monetárias de R$1.026 milhões, compensados parcialmente pelos seguintes eventos: (iii) amortização de juros no valor de R$1.355 milhões e (iv) amortização de principal de R$7.810 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social que alcançaram R$102 milhões em 30 de setembro de 2017 e R$1 milhão em 31 de dezembro de 2016, aumentaram em R$101 milhões, em razão, principalmente do saldo não compensado referente ao lucro fiscal apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

Plano de Incentivo ao desligamento voluntário

As indenizações para pagamento de obrigações vinculadas ao Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário, que alcançaram R$10 milhões em 30 de setembro de 2017 e R$445 milhões em 31 de dezembro de 2016, reduziram 97,8%, ou R$435 milhões. A redução ocorreu em razão dos pagamentos de indenizações decorrentes dos desligamentos dos empregados (R$292 milhões), associada ao ajuste no valor da provisão em razão das desistências ocorridas no período, líquida de atualizações (R$143 milhões).

Não Circulante

O passivo não circulante que, em 30 de setembro de 2017 foi de R$11.064 milhões, reduziu 39,7%, ou R$7.295 milhões, se comparado aos R$18.359 milhões apurados em 31 de dezembro de 2016 e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

representou 47,1% e 58,5% do total do passivo e patrimônio líquido em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

A redução ocorreu em razão das variações abaixo descritas.

Financiamentos

Os financiamentos não circulantes, que foram de R$4.427 milhões em 30 de setembro de 2017 e de R$12.009 milhões em 31 de dezembro de 2016, reduziram 63,1% ou R$7.582 milhões, e estão associados, principalmente, à transferência para o circulante de R$7.639 milhões, compensada parcialmente pelo reconhecimento dos Juros e Atualização Monetária de R$57 milhões.

Planos de pensão e saúde

As obrigações com planos de pensão e saúde, que foram de R$4.450 milhões em 30 de setembro de 2017 e de R$4.172 milhões em 31 de dezembro de 2016, aumentaram 6,7%, ou R$278 milhões. O aumento ocorreu, em razão, principalmente do reconhecimento pró-rata *temporis* da despesa atuarial líquida referente ao exercício de 2017. Esse aumento decorre da revisão das premissas atuariais.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia, que foi R$8.004 milhões em 30 de setembro de 2017 e R$7.410 milhões em 31 de dezembro de 2016, aumentou 8,0% representando 34,1% e 23,6% do total do passivo e patrimônio líquido em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

O aumento ocorreu em razão do lucro líquido apurado no período de R$620 milhões, parcialmente compensado pelas variações patrimoniais ocorridas entre a data de emissão do laudo de avaliação (30/06/2017) e a data da aprovação da cisão (31/08/2017), no montante de R$26 milhões, referente a cisão parcial que compreendeu os recebíveis detidos pela Companhia decorrentes de Contratos de Confissão de Dívida (CCDs) com o Sistema Eletrobras que possuem garantias reais (penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE) e dos recebíveis detidos pela companhia com outras sociedades do Sistema Petrobras.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2016 e em 30 de setembro de 2017, ou não representavam uma participação substancial na composição do nosso passivo ou ativo totais naquelas datas.

Análise das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 comparada a 31 de dezembro de 2015

Balanço Patrimonial – Ativo

Dados consolidados em R$ (milhões)	31/12/2016	AV (%)	31/12/2015	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	655	2,1	810	2,6	(19,1)
Contas a receber líquidas	7.679	24,4	8.114	26,0	(5,4)
Estoques	2.678	8,5	2.843	9,1	(5,8)
Adiantamentos a fornecedores	62	0,2	112	0,3	(44,6)
Impostos e Contribuições a recuperar	591	1,9	424	1,4	39,4
Despesas Antecipadas	587	1,9	498	1,6	17,9

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outros ativos circulantes	37	0,1	43	0,1	(14,0)
Total do ativo circulante	**12.289**	**39,1**	**12.844**	**41,1**	**(4,3)**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	6.250	19,9	6.206	19,9	0,7
Depósitos judiciais	950	3,0	798	2,5	19,0
Impostos e contribuições a recuperar	366	1,2	377	1,2	(2,9)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.425	10,9	2.558	8,2	33,9
Despesas Antecipadas	1.602	5,1	1.873	6,0	(14,5)
Outros ativos realizáveis a longo prazo	24	0,1	40	0,1	(40,0)
Total do ativo realizável a longo prazo	**12.617**	**40,2**	**11.852**	**37,9**	**6,5**
Investimentos	45	0,1	46	0,2	(2,2)
Imobilizado	5.986	19,1	6.039	19,3	(0,9)
Intangível	461	1,5	460	1,5	0,2
	19.109	**60,9**	**18.397**	**58,9**	**3,9**
Total Ativo	**31.398**	**100,0**	**31.241**	**100,0**	**0,5**

Balanço Patrimonial – Passivo

Dados consolidados em R$ (milhões)	**31/12/2016**	**AV (%)**	**31/12/2015**	**AV (%)**	**AH (%)**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	2.650	8,4	3.047	9,8	(13,0)
Financiamentos	805	2,6	644	2,1	25,0
Cessão de direitos creditórios	31	0,1	24	0,1	29,2
Arrendamentos mercantis financeiros	28	0,1	48	0,1	(41,7)
Adiantamentos de clientes	354	1,1	424	1,4	(16,5)
Impostos e contribuições a recolher	205	0,7	249	0,8	(17,7)
Juros sobre o capital próprio	635	2,0	616	2,0	3,1
Salários, férias e encargos	246	0,8	216	0,7	13,9
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	445	1,4	96	0,3	363,5
Planos de pensão e saúde	139	0,4	113	0,4	23,0
Outras contas e despesas a pagar	91	0,3	115	0,4	(20,9)
Total do passivo circulante	**5.629**	**17,9**	**5.592**	**17,9**	**0,7**
Não circulante					
Financiamentos	12.009	38,2	12.250	39,2	(2,0)
Arrendamentos mercantis financeiros	67	0,2	81	0,3	(17,3)
Planos de pensão e saúde	4.172	13,3	2.262	7,2	84,4
Provisão para processos judiciais e administrativos	2.090	6,7	1.105	3,5	89,1
Outras contas e despesas a pagar	21	0,1	26	0,1	(19,2)
Total do passivo não circulante	**18.359**	**58,5**	**15.724**	**50,3**	**16,8**
Patrimônio Líquido					
Capital social realizado	6.352	20,2	6.352	20,3	0,0
Reserva de lucros	3.045	9,7	4.107	13,2	(25,9)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.987)	(6,3)	(534)	(1,7)	272,1
Total do patrimônio líquido	**7.410**	**23,6**	**9.925**	**31,8**	**(25,3)**
Total de passivo e patrimônio líquido	**31.398**	**100,0**	**31.241**	**100,0**	**0,5**

ATIVO

Circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ativo circulante reduziu 4,3% em 31 de dezembro de 2016 comparando-se ao ativo circulante de 31 de dezembro de 2015, passando de R$12.844 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$12.289 milhões em 31 de dezembro de 2016, o que representou 41,1% e 39,1%, respectivamente, do total do ativo.

A redução ocorreu em razão principalmente pelas variações descritas como se seguem.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Houve redução de 19,1% do caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do caixa e equivalentes de caixa era de R$655 milhões e de R$810 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A redução ocorreu em razão dos recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos, principalmente pelos pagamentos da amortização dos juros da dívida (R$1.875 milhões), do principal (R$115 milhões), dos juros sobre capital próprio (R$684 milhões) e de outras operações (R$41 milhões) e dos recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos (R$72 milhões), parcialmente compensados pela geração operacional de caixa no período (R$2.632 milhões).

A demonstração de fluxos de caixa, parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, apresenta maiores detalhes sobre as variações relatadas.

Contas a receber líquidas

As contas a receber líquidas reduziram 5,4% em 31 de dezembro de 2016, quando comparadas a 31 de dezembro de 2015, passando de R$8.114 milhões para R$7.679 milhões.

A redução ocorreu em razão, principalmente, do menor volume de vendas no período (14,6%), proporcionado pela menor atividade econômica e pela redução nas vendas do diesel e do óleo combustível, em função do menor despacho das térmicas.

Estoques

Os estoques reduziram 5,8% em 31 de dezembro de 2016 quando comparados a 31 de dezembro de 2015, passando de R$2.843 milhões para R$2.678 milhões.

A redução ocorreu em razão, principalmente, da menor necessidade de recomposição dos estoques em função do menor volume de vendas.

Impostos e Contribuições a Recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar aumentaram 39,4% em 31 de dezembro de 2016 quando comparados a 31 de dezembro de 2015, passando de R$424 milhões para R$591 milhões.

O aumento ocorreu, principalmente, nos saldos a recuperar de Imposto de Renda e Contribuição Social (R$119 milhões), em função da declaração dos juros sobre capital próprio em dezembro de 2016, em favor da Petrobras.

Não circulante

O ativo não circulante aumentou 3,9%, em 31 de dezembro de 2016 se comparado ao ativo não circulante de 31 de dezembro de 2015, passando de R$18.397 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$19.109 milhões em 31 de dezembro de 2016, o que representou 58,9% e 60,9%, respectivamente, do total do ativo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O aumento ocorreu principalmente pelas variações descritas como se seguem.

Depósitos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de depósitos judiciais era de R$950 milhões e de R$798 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 19,0% no período analisado.

O aumento ocorreu em razão, principalmente, de processos de natureza fiscal, com destaque para os seguintes Estados: Santa Catarina (R$29milhões), Goiás (R$22 milhões), Amazonas (R$27 milhões) e Paraná (R$15 milhões).

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2016, o imposto de renda e contribuição social diferidos somaram R$3.425 milhões e em 31 de dezembro de 2015 somaram R$2.558 milhões, representando um aumento de 33,9% nos períodos analisados.

O aumento foi decorrente principalmente da movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos (IR/CSLL) constituídos sobre as diferenças temporárias, com destaque para: provisões para processos judiciais e administrativos (R$336 milhões), perdas atuariais (R$238 milhões), amortização de bonificações a clientes (R$140 milhões), PIDV (R$118 milhões) e para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (R$57 milhões).

Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2016 somaram R$1.602 milhões e em 31 de dezembro de 2015 somaram R$1.873 milhões, representando uma redução de 14,5% no período analisado.

A redução foi decorrente principalmente das amortizações do período (R$291 milhões) e da transferência de parte dos saldos para o ativo circulante, em função dos prazos dos contratos (R$327 milhões), compensadas parcialmente pela concessão de novas bonificações antecipadas a clientes (R$352 milhões).

Imobilizado

A redução de 0,9%, ou R$53 milhões no ativo imobilizado que, em 31 de dezembro de 2016 era de R$5.986 milhões e em 31 de dezembro de 2015 era de R$6.039 milhões, decorre principalmente das despesas de depreciação do exercício (R$395 milhões) e baixas de ativos (R$17 milhões), parcialmente compensadas pela realização de investimentos diretos em obras para ampliação e melhorias em terminais e bases, equipamentos e outros bens (R$351 milhões) e dos juros capitalizados (R$11 milhões).

PASSIVO

Circulante

O passivo circulante aumentou 0,7%, ou R$37 milhões, em 31 de dezembro de 2016 se comparado ao passivo circulante de 31 de dezembro de 2015 que era de R$5.592 milhões e R$5.629 milhões, respectivamente, e representou 17,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

O aumento ocorreu em razão das variações descritas como se seguem.

Fornecedores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As obrigações com fornecedores de produtos e de serviços eram de R$2.650 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R$3.047 milhões em 31 de dezembro de 2015, tendo reduzido 13,0%.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, do maior volume de pagamentos (R$76.140 milhões) em relação às compras (R$75.700 milhões) efetuados junto a Petrobras no período.

Financiamentos

Os financiamentos, que foram de R$805 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R$644 milhões em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, aumentaram 25,0%, ou R$161 milhões, em função, principalmente, da transferência de parcelas do passivo não circulante para o passivo circulante, em função dos prazos dos contratos (R$243 milhões), provisionamento de juros **(**R$1.758 milhões), compensados pelo pagamento de juros e principal (R$1.990 milhões)) dos contratos em 2016.

Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário

As indenizações para pagamento de obrigações vinculadas ao Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário, que alcançaram R$445 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R$96 milhões em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, aumentaram 363,5%, ou R$349 milhões. O aumento ocorreu em razão, principalmente, da provisão dos gastos estimados com indenizações do PIDV 2016, em função das 1.105 adesões registradas.

Não Circulante

O passivo não circulante que, em 31 de dezembro de 2016 foi de R$18.359 milhões, aumentou 16,8%, ou R$2.635 milhões se comparado aos R$15.724 milhões apurados em 31 de dezembro de 2015 e representou 58,5% e 50,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

O aumento ocorreu em razão, principalmente, pelas variações descritas como se seguem.

Financiamentos

Os financiamentos, que atingiram R$12.009 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R$12.250 milhões em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, diminuíram 2,0% ou R$241 milhões, em função, principalmente, da transferência de parcelas para o passivo circulante, em função dos prazos dos contratos (R$384 milhões), compensadas parcialmente pela provisão de juros (R$143 milhões)) de competência do exercício.

Planos de Pensão e Saúde

As obrigações com planos de pensão e saúde, que foram de R$4.172 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R$2.262 milhões em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, aumentaram 84,4%, ou R$1.910 milhões. O aumento ocorreu em razão, principalmente, das remensurações das obrigações líquidas da Companhia junto aos planos de benefício definido do Plano Petros e do Plano de Saúde AMS, reconhecidos em outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, atribuíveis às premissas financeiras empregadas na estimativa desta obrigação.

Provisão para processos judiciais e administrativos

A provisão para processos judiciais e administrativos, que foi de R$2.090 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R$1.105 milhões em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, aumentou 89,1%, ou R$985 milhões. O aumento ocorreu em razão, principalmente, dos seguintes eventos: **(i) ações de natureza tributária (R$713 milhões),** com destaque para: (a) provisionamento de novas autuações e de parcelas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

não autuadas decorrentes de processos administrativos da Secretaria de Fazenda do Mato Grosso, referentes as compensações de créditos de ICMS adquiridos de construtoras e transportadoras no período de 2010 a 2014 (R$621 milhões); (b) provisionamento referente à diferença de alíquota de ICMS cobrada pelo Estado de Minas Gerais sobre operações de venda e transferência de QAV para as Companhias aéreas entre os períodos 2008 a 2014 (R$69 milhões); e (c) reavaliação de expectativa de perda, de possível para provável, do processo tributário em que se discute com a União a legalidade da cobrança de PIS e da COFINS por substituição tributária em operações com Revendedores de JET A-1 (R$46 milhões); **(ii) ações de natureza cível (R$198 milhões)**, com destaque para: (a) nova avaliação, em 2016, dos processos cíveis movidos por Dislub Distribuidora de Energia (R$70 milhões), Espolio De Ramiro Brito Reis/ Marina Sucupira Dos Reis (R$11 milhões), Posto Senhor do Bom Jesus (R$7 milhões) e Usinas Petribu S.A e São José S.A (R$6 milhões); (b) transferência de perda possível para provável do processo civil da empresa Único Combustíveis Ltda. (R$44 milhões) e da Compasa Companhia de Petróleo Y Asfalto S.A. (R$36 milhões) e (c) atualização monetária de R$15 milhões dos processos de natureza cível no período; e **(iii) ações de natureza trabalhista (R$76 milhões)**, com destaque para: (a) revisão do critério de atualização monetária das ações trabalhistas que teve seu índice alterado de TR+3% a.a. para TR+12% a.a (R$33 milhões); (b) transferência de perda possível para provável de diversos processos trabalhistas (R$19 milhões) e (c) nova avaliação de riscos financeiros, em 2016, de diversos processos trabalhistas (R$12 milhões).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido, que foi de R$7.410 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R$9.925 milhões em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, reduziu 25,3% e representou 23,6% e 31,8% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

A redução ocorreu em razão, principalmente, do prejuízo líquido apurado no período (R$315 milhões), associado a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios declarados na forma de juros sobre capital próprio (R$747 milhões) e pelo reconhecimento do valor das perdas atuariais apuradas ao final do exercício social referentes aos planos de pensão e saúde, líquido dos efeitos tributários (R$1.453 milhões), decorrente da revisão das premissas financeiras utilizadas na estimativa desta obrigação.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2016, ou não representavam uma participação substancial na composição do nosso passivo ou ativo totais naquelas datas.

Análise das variações patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 comparada a 31 de dezembro de 2014

Balanço Patrimonial – Ativo

Dados consolidados em R$ (milhões)	31/12/2015	AV (%)	31/12/2014	AV (%)	AH (%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	810	2,6	742	2,7	9,2
Contas a receber líquidas	8.114	26,0	6.863	24,9	18,2
Estoques	2.843	9,1	2.606	9,4	9,1
Adiantamento a fornecedores	112	0,4	140	0,5	(20,0)
Impostos e contribuições a recuperar	424	1,3	502	1,8	(15,5)
Despesas Antecipadas	498	1,6	380	1,4	31,1
Outros ativos circulantes	43	0,1	39	0,1	10,3
Total do ativo circulante	**12.844**	**41,1**	**11.272**	**40,8%**	**13,9%**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	6.206	19,9	6.051	21,9	2,6
Títulos e valores mobiliários	28	0,1	23	0,1	21,7
Depósitos judiciais	798	2,5	871	3,2	(8,4)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Impostos e contribuições a recuperar	377	1,2	314	1,1	20,1
Impostos e contribuições diferidos	2.558	8,2	984	3,6	160,0
Despesas Antecipadas	1.873	6,0	1.490	5,4	25,7
Outros ativos realizáveis a longo prazo	12	0,0	15	0,1	(20,0)
Total do ativo realizável a longo prazo	**11.852**	**37,9**	**9.748**	**35,3**	**21,6**
Investimentos	46	0,2	45	0,2	2,2
Imobilizado	6.039	19,3	6.100	22,1	(1,0)
Intangível	460	1,5	454	1,6	1,3
	18.397	**58,9**	**16.347**	**59,2**	**12,5**
Total Ativo	**31.241**	**100,0**	**27.619**	**100,0**	**13,1**

Balanço Patrimonial – Passivo

Dados consolidados em R$ (milhões)	**31/12/2015**	**AV (%)**	**31/12/2014**	**AV (%)**	**AH (%)**
Passivo Circulante					
Fornecedores	3.047	9,8	3.168	11,5	(3,8)
Financiamentos	644	2,1	295	1,1	118,3
Operações de mútuo com o acionista controlador	-	0,0	6.596	23,9	(100,0)
Cessão de direitos creditórios	24	0,1	404	1,5	(94,1)
Arrendamentos mercantis financeiros	48	0,1	42	0,1	14,3
Adiantamento de clientes	424	1,4	342	1,2	24,0
Impostos e Contribuições a recolher	249	0,8	337	1,2	(26,1)
Dividendos Propostos/Juros sobre capital próprio	616	2,0	267	1,0	130,7
Salários, Férias e Encargos	216	0,7	190	0,7	13,7
Plano de Incentivo ao desligamento voluntário	96	0,3	9	0,0	966,7
Participação nos lucros e resultados	-	0,0	61	0,2	(100,0)
Plano de Pensão e Saúde	113	0,4	83	0,3	36,1
Outras contas e despesas a pagar	115	0,4	143	0,5	(19,6)
Total do passivo circulante	**5.592**	**17,9**	**11.937**	**43,2**	**(53,2)**
Não circulante					
Financiamentos	12.250	39,2	1.072	3,9	1.042,7
Arrendamentos mercantis financeiros	81	0,3	97	0,4	(16,5)
Planos de pensão e saúde	2.262	7,2	2.001	7,2	13,0
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.105	3,5	357	1,3	209,5
Outras contas e despesas a pagar	26	0,1	34	0,1	(23,5)
Total do passivo não circulante	**15.724**	**50,3**	**3.561**	**12,9**	**341,6**
Patrimônio Líquido					
Capital social realizado	6.352	20,3	5.991	21,7	6,0
Reserva de lucros	4.107	13,2	6.559	23,8	(37,4)
Ajustes de avaliação patrimonial	(534)	(1,7)	(429)	(1,6)	24,5
Total do patrimônio líquido	**9.925**	**31,8**	**12.121**	**43,9**	**(18,1)**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total de passivo e patrimônio líquido	**31.241**	**100,0**	**27.619**	**100,0**	**13,1**

ATIVO

Circulante

O ativo circulante aumentou 13,9%, em 31 de dezembro de 2015 se comparado ao ativo circulante de 31 de dezembro de 2014, passando de R$11.272 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$12.844 milhões em 31 de dezembro de 2015, que representou 40,8% e 41,1% do ativo total, respectivamente.

O aumento ocorreu em razão principalmente das variações descritas como se seguem.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Houve aumento de 9,2% em caixa e equivalentes de caixa no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2015, o valor das disponibilidades era de R$ 810 milhões e R$ 742 milhões em 31 de dezembro de 2014.

O aumento ocorreu em razão, principalmente, do caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento (R$ 2.491 milhões), operacional (R$ 482 milhões) e pela venda de ativos e recebimento de dividendos (R$ 26 milhões), parcialmente compensados pelos investimentos realizados em imobilizados e intangível (R$ 723 milhões) e pelos investimentos em títulos e valores mobiliários, nomeadamente no FIDC (R$2.208 milhões).

A demonstração de fluxos de caixa, parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, apresenta maiores detalhes sobre as variações relatadas.

Contas a receber líquidas

As contas a receber líquidas aumentaram 18,2% em 31 de dezembro de 2015, quando comparadas à 31 de dezembro de 2014, passando de R$ 6.863 milhões para R$8.114 milhões.

O aumento decorreu, principalmente, da maior aplicação em cotas no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC do Sistema Petrobras (R$2.347 milhões), aproveitando os recursos oriundos da emissão das debêntures junto ao banco Itaú no montante de R$3.510 milhões. Este acréscimo foi parcialmente compensado pelo menor volume de vendas no período (7,2%).

Estoques

Os estoques aumentaram 9,1% em 31 de dezembro de 2015 quando comparados à 31 de dezembro de 2014, passando de R$2.606 milhões para R$2.843 milhões.

O aumento ocorreu em razão, principalmente, da elevação dos estoques de biocombustíveis (R$257 milhões), em função da nova política de estoques da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Impostos e contribuições a recuperar

Em 31 de dezembro de 2015, os impostos e contribuições a recuperar somaram R$424 milhões e em 31 de dezembro de 2014 R$502 milhões, representando uma redução de 15,5% nos períodos analisados.

A redução foi decorrente principalmente da utilização dos créditos de ICMS das filiais do Estado de Pernambuco em função da mudança de tributação do ICMS para comercialização do Jet-A1 (R$75 milhões).

Não circulante

O ativo não circulante aumentou 21,6% em 31 de dezembro de 2015 quando comparado ao ativo não circulante de 31 de dezembro de 2014, passando de R$9.748 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$11.852 milhões em 31 de dezembro de 2015, que representou 35,3% e 37,9% do ativo total, respectivamente.

O aumento ocorreu em razão principalmente das variações descritas como se seguem.

Contas a receber, líquidas

As contas a receber líquidas aumentaram 2,6% em 31 de dezembro de 2015, quando comparadas à 31 de dezembro de 2014, passando de R$6.051 milhões para R$6.206 milhões. O aumento decorreu, principalmente, do contrato de confissão de dívida celebrado com o cliente Centrais Elétricas da Paraíba S/A (R$59 milhões).

Impostos e contribuições diferidos

Em 31 de dezembro de 2015, os impostos e contribuições diferidos somaram R$2.558 milhões e em 31 de dezembro de 2014 somaram R$984 milhões, representando um aumento de 160,0% nos períodos analisados. O aumento foi decorrente principalmente da movimentação dos ativos fiscais diferidos, líquidos (IR/CSLL) constituídos sobre as diferenças temporárias, com destaque para: i) (+) perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (R$976 milhões); ii) provisão para perdas estimadas processos judiciais e administrativos (R$254 milhões); iii) provisão para impairment (R$102 milhões) e iv) amortização de bonificações antecipadas a clientes (R$85 milhões).

Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2015 somaram R$1.873 milhões e em 31 de dezembro de 2014 somaram R$1.490 milhões representando um aumento de 25,7% nos períodos analisados. O aumento foi decorrente principalmente das novas bonificações antecipadas concedidas aos clientes.

Imobilizado

A redução de 1,0%, ou R$61 milhões no ativo imobilizado que, em 31 de dezembro de 2015 era de R$6.039 milhões e em 31 de dezembro de 2014 era de R$6.100 milhões, decorre principalmente da despesa de depreciação do exercício (R$425 milhões), perda no valor recuperável do ativo – *impairment* (R$298 milhões) e baixas (R$45 milhões), parcialmente compensadas pela realização de investimentos diretos em obras para ampliação e melhorias em terminais e bases, equipamentos e outros bens (R$666 milhões), juros capitalizados (R$29 milhões) e outros (R$12 milhões).

PASSIVO

Circulante

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O passivo circulante diminuiu 53,2%, ou R$6.345 milhões, de R$11.937 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$5.592 milhões em 31 de dezembro de 2015 e representava 43,2% e 17,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente.

A redução ocorreu em razão principalmente das variações descritas como se seguem

Financiamentos

Os financiamentos, que atingiram de R$644 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R$295 milhões em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, aumentaram 118,3%, ou R$349 milhões, em função, principalmente do maior provisionamento de juros (R$863 milhões), transferência de parcelas do passivo não circulante em função dos prazos dos contratos (R$266 milhões) e adição de novos contratos (R$27 milhões), parcialmente compensados pela amortização de principal e juros da dívida (R$820 milhões).

Operações de mútuo com o acionista controlador

A redução de R$6.596 milhões deve-se à quitação do mútuo com a Petrobras, ocorrida em abril de 2015.

Cessões de Direitos Creditórios

As cessões de direitos creditórios, que alcançaram R$24 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R$404 milhões em 31 de dezembro de 2014, reduziram 94,1% ou R$380 milhões, em função, principalmente, de a Companhia ter captado recursos junto ao Banco do Brasil, Bradesco e Itaú (debêntures), o que reduziu a necessidade de utilização das cessões de direitos creditórios para financiamento de capital pela Companhia

Dividendos Propostos/Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio/dividendos propostos em 31 de dezembro de 2015 foram de R$616 milhões, representando um aumento de 130,7% em relação aos R$267 milhões propostos em 31 de dezembro de 2015. Em virtude de a Companhia ter apurado prejuízo em 2015, toda a declaração dos juros sobre capital próprio foi destinada das reservas de retenção de lucros de exercícios anteriores. Em 2014, considerando que a Companhia apurou lucro, parte da declaração dos juros sobre capital próprio (R$206 milhões) foi reconhecida como remuneração adicional proposta aos acionistas, no Patrimônio Líquido, sendo reconhecido no passivo circulante apenas o mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado (R$267 milhões), em observância às disposições legais conforme apresentado no quadro que se segue:

em R$ milhões	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.161)	1.123
Apropriação		
Reserva legal	-	(56)
Lucro básico para determinação dos dividendos	**(1.161)**	**1.067**
Dividendos a pagar - Registrados no passivo circulante		
Equivalentes a 0% (25% em 2014) do lucro básico	-	267
Composição dos dividendos a pagar, dividendos adicionais propostos e juros sobre o capital próprio:		
Juros sobre o capital próprio	724	557
Dividendos	-	(206)
Total de dividendos / juros sobre capital próprios distribuídos	**724**	**351**
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(108)	(84)
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	**616**	**267**
Dividendos por ação	0,53	0,23

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Não Circulante

O passivo não circulante que, em 31 de dezembro de 2015 foi de R$15.724 milhões, aumentou 341,6%, ou R$12.163 milhões se comparado aos R$3.561 milhões apurados em 31 de dezembro de 2014 e representou 50,3% e 12,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

O aumento ocorreu em razão principalmente das variações descritas como se seguem.

Financiamentos

Os financiamentos, que alcançaram R$12.250 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R$1.072 milhões em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, aumentaram 1.042,7%, ou R$11.178 milhões, em função, dos seguintes eventos: (i) novas captações de financiamentos efetuadas ao longo de 2015 (R$11.152 milhões), principalmente com os Bancos: do Brasil (R$4.478 milhões), Bradesco (R$2.963 milhões), da Amazônia (R$200 milhões) e pela emissão de debêntures por intermédio do Banco Itaú (R$3.510 milhões); (ii) pelo provisionamento de juros incidentes sobre a dívida (R$140 milhões) e (iii) variações monetárias e cambiais (R$152 milhões). Esses eventos foram parcialmente compensados pela transferência de R$266 milhões para o passivo circulante, em função dos prazos dos contratos.

Planos de pensão e saúde

As obrigações com planos de pensão e saúde, que foram de R$2.262 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R$2.001 milhões em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, aumentaram 13,0%, ou R$261 milhões. O aumento ocorreu em razão, principalmente, do reconhecimento da despesa atuarial anual ao longo de 2015.

Provisão para processos judicias e administrativos

A provisão para processos judiciais e administrativos, que alcançou R$1.105 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R$357 milhões em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, aumentou 209,5%, ou R$748 milhões. O aumento ocorreu em razão, principalmente, dos seguintes eventos principais: (i) provisão de R$555 milhões referente a diversos autos de infração provenientes de questionamento da Secretária de Fazenda do Estado de Mato Grosso em relação aos recolhimentos mensais de ICMS-Substituição Tributária, em função, principalmente, do aproveitamento de créditos de ICMS adquiridos de transportadores rodoviários (Decreto Estadual nº 2.683/2010) e de créditos outorgados em favor de empresas de construção em atendimento ao próprio Estado de Mato Grosso (Convênio ICMS nº 85/2011); (ii) aumento de R$56 milhões, em função de mudança de expectativa de perda, possível para provável dos processos tributários dos Estados de Goiás, Distrito Federal, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Pernambuco e Tocantins. Trata-se de ICMS-ST "por fora" em operações interestaduais. São processos judiciais em que a BR discute se a composição da base de cálculo do ICMS-Substituição Tributária em operações interestaduais com derivados de petróleo deve ou não incluir o próprio ICMS; (iii) aumento de R$19 milhões, em função de mudança na expectativa de perda, de possível para provável, de processo tributário do Estado de Pernambuco em que se discute a não incidência de ICMS sobre o resultado da variação volumétrica dos combustíveis nos estoques decorrente da operacionalização dos produtos. A BR recebe produtos das refinarias de petróleo faturados à temperatura de 20º C e comercializa a temperatura ambiente, e (iv) aumento de R$16 milhões, em função de mudança na expectativa de perda, de possível para provável, de processo tributário do Estado do Mato Grosso do Sul.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido, que foi de R$9.925 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R$12.121 milhões em 31 de dezembro de 2014, respectivamente, reduziu 18,1% e representou 31,8% e 43,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A redução ocorreu em razão, principalmente, do prejuízo líquido apurado no exercício (R$1.161 milhões), da destinação dos juros sobre capital próprio de 2015 a partir das reservas de retenção de lucros de lucros de exercícios anteriores (R$724 milhões), dos dividendos adicionais propostos de 2014 (R$206 milhões) e do valor das perdas atuariais apuradas ao final do exercício social referentes aos planos de pensão e saúde, líquido dos efeitos tributários (R$105 milhões).

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2015, ou
não representavam uma participação substancial na composição do nosso passivo ou ativo totais naquelas datas.

	Exercício findo em 30 de setembro		Exercício findo em 31 de dezembro		
Fluxo de Caixa (R$ milhões)	**2017**	**2016**	**2016**	**2015**	**2014**
Caixa Líquido (utilizado nas) gerados pelas atividades operacionais	422	1.974	2.632	482	(2.094)
Caixa Líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos	2.310	(551)	(72)	(2.905)	(1.299)
Caixa Líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos ...	(2.865)	(1.572)	(2.715)	2.491	3.219
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(133)	(149)	(155)	68	(174)

Caixa Líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais

Comparação de Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$422 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 comparado ao caixa líquido gerado de R$1.974 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, representando uma diminuição de R$1.552 milhões ou 78,6%. A variação do fluxo de caixa operacional é atribuível, principalmente, ao seguintes eventos: (i) menores recebimentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 dos clientes do setor elétrico (sistema isolado de energia) no montante de R$1.210 milhões em comparação aos R$2.210 milhões recebidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, em função, dos maiores faturamentos realizados naquele período; (ii) maiores desembolsos em relação ao programa de incentivo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ao desligamento voluntário, para R$292 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, de R$85 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

Comparação de Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$2.632 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao caixa líquido gerado de R$482 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de R$2.150 milhões ou 446,1%. A variação no fluxo de caixa operacional foi resultado, principalmente, da redução da inadimplência e das vendas para os clientes do setor elétrico - sistema isolado de energia, que após o segundo trimestre de 2016, passou a comprar na modalidade antecipado (venda à vista) e as menores bonificações antecipadas concedidas a clientes, de R$792 milhões em 2015 para R$502 milhões em 2016.

Comparação de Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$482 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 comparado ao caixa líquido utilizado de R$2.094 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, representando uma redução de R$2.576 milhões ou 123,0%. A variação no fluxo de caixa operacional foi resultado, principalmente, dos maiores recebimentos, em 2015, dos clientes do setor elétrico – sistema isolado de energia, de R$2.521 milhões em 2014 para R$3.608 milhões em 2015. Esse aumento decorre principalmente dos pagamentos dos contratos de confissão de dívida celebrados em dezembro de 2014, pagamentos antecipados ocorridos ao longo de 2015 e do menor volume de pagamentos em 2014, em função, principalmente do menor nível de repasse de recursos da conta de consumo de combustíveis (CCC) para as distribuidoras de Energia.

Caixa Líquido aplicado (utilizado) nas atividades de investimentos

Comparação de Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

O caixa líquido gerado nas atividades de investimentos foi de R$2.310 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 comparado ao caixa líquido utilizado de R$551 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, representando uma diminuição de R$2.861 milhões ou 519,2%. A variação nas atividades de investimentos ocorreu, principalmente, em função dos resgates das cotas no FIDC do Sistema Petrobras nos nove meses findo em 30 de setembro de 2017 no montante de R$2.503 milhões em comparação as aplicações nas cotas do FIDC do Sistema Petrobras no montante de R$282 milhões nos nove meses findo em 30 de setembro de 2016, atribuível, principalmente ao pré pagamento das dívidas contraídas anteriormente pela Companhia junto ao Banco do Brasil e Bradesco.

Comparação de Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de R$72 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao caixa líquido utilizado de R$2.905 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de R$2.833 milhões ou 97,5%. A variação nas atividades de investimentos ocorreu devido, principalmente, à aplicação em cotas no FIDC do Sistema Petrobras, de R$2.208 milhões em 2015 em comparação aos resgates de R$307 milhões em 2016, associado ao maior investimento em 2015 em ativos imobilizados e intangíveis, de R$723 milhões em 2015 para R$402 milhões em 2016.

Comparação de Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de R$2.905 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 comparado ao caixa líquido utilizado de R$1.299 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de R$1.606 milhões ou 123,6%. A variação nas atividades de investimentos ocorreu em função, principalmente, da maior aplicação em cotas no FIDC do Sistema Petrobras, de R$353 milhões em 2014 para R$2.208 milhões em 2015, em função dos recursos oriundos da emissão das debêntures junto ao Banco Itaú no montante de R$3.510 milhões, parcialmente compensado pelo menor investimento em ativos imobilizados e intangíveis, de R$959 milhões em 2014 para R$723 milhões em 2015.

Caixa Líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos

Comparação de Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos foi de R$2.865 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 comparado ao caixa líquido utilizado de R$1.572 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro 2016, representando um aumento de R$1.293 milhões ou 82,3%. A variação nas atividades de financiamentos ocorreu, em função, principalmente, da maior amortização de principal e juros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, de R$1.549 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 comparado com R$9.165 milhões no mesmo período de 2017 atribuível ao pré pagamento das dívidas anteriormente contraídas pela Companhia junto ao Banco do Brasil e Bradesco, parcialmente compensado pelo aumento de capital da Petrobras na Companhia no montante de R$6.313 milhões em agosto de 2017, sem correspondência no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016.

Comparação de Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos foi de R$2.715 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao caixa líquido gerado de R$2.491 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, representando uma diminuição de R$5.206 milhões ou 209,0%. A variação nas atividades de financiamentos ocorreu em função, principalmente, de: (i) captações ocorridas ao longo de 2015 no montante de R$11.179 milhões, compensado parcialmente pelo pagamento do mútuo com a Petrobras de R$6.950 milhões; e (ii) maior amortização de juros, de R$521 milhões em 2015 para R$1.875 milhões em 2016.

Comparação de Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014,

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos foi de R$2.491 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 comparado ao caixa líquido gerado de R$3.219 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, representando uma diminuição de R$728 milhões ou 22,6%. A variação nas atividades de financiamentos ocorreu em função, principalmente, de: (i) maiores captações em 2015, de R$6.203 milhões em 2014 para R$11.179 milhões em 2015; parcialmente compensados pelos maiores pagamentos de principal, juros e FIDC, de R$2.421 milhões em 2014 para R$8.150 milhões em 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia:

***i.* descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Segmentos dos Negócios da Companhia

Nossas operações estão organizadas nos seguintes segmentos operacionais: **(i)** Rede de Postos; **(ii)** Grandes Consumidores; **(iii)** Aviação; e **(iv)** Outros, conforme abaixo detalhado:

(i) Rede de Postos: O segmento operacional Rede de Postos, cujas vendas representaram 59,7% da Receita de Vendas por segmento operacional da Companhia no período de nove meses até setembro de 2017, é responsável por distribuir combustíveis automotivos, como diesel, gasolina, etanol, GNV e lubrificantes, e ofertar as franquias BR Mania e LUBRAX + Serviços Automotivos, para postos revendedores

(ii) Grandes Consumidores: O segmento operacional Grandes Consumidores atende cerca de 6 mil grandes clientes, assim considerados em termos de volume de produtos adquiridos, e engloba a distribuição de combustíveis e lubrificantes para os mais diferentes setores e indústrias da economia, dos quais se destacam: metalurgia, siderurgia, mineração, sucroalcooleiro, têxtil, papel e celulose, alimentos e bebidas, cimento e cerâmica, química e petroquímica.

(iii) Produtos de Aviação: A Companhia atua na distribuição e comercialização de gasolina e querosene de aviação, lubrificantes e serviços relacionados para clientes dos setores de aviação comercial, executiva e militar. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia estava presente em mais de 109 aeroportos em todo o território brasileiro, atendendo a mais de 1,5 mil clientes.

(iv) Outros: Além dos segmentos operacionais descritos acima, a Companhia atua também na (i) distribuição de produtos químicos, tais como enxofre, ureia, óleos agrícolas e hexano, dentre outros; (ii) área de energia, incluindo a distribuição de gás natural no Estado do Espírito Santo, a comercialização de coque verde de petróleo (CVP) para indústria siderúrgica e a prestação de serviços relacionados a eficiência energética; e (iii) comercialização de asfalto e produtos de pavimentação.

Mais informações sobre os segmentos e subsegmentos operacionais da Companhia podem ser encontradas no item 7.2 (a) do presente Formulário de Referência.

Ademais, a Companhia incorre em custos relacionados a funções corporativas e que não são específicas a qualquer um dos segmentos operacionais da Companhia. Estas compreendem, de forma não exaustiva, custos da Contabilidade, Planejamento, Ouvidoria, Secretaria Geral e Auditoria

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 30 de setembro de 2016:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m3		Variação	
	set/17	set/16	R$	%	set/17	set/16	mil m3	%
Diesel	28.537	31.816	(3.279)	(10,3)	12.935	13.953	(1.018)	(7,3)
Gasolinas	18.066	18.425	(359)	(1,9)	8.179	8.262	(82)	(1,0)
JET - A1 (querosene de aviação)	4.925	4.547	378	8,3	2.795	2.802	(7)	(0,2)
Óleo Combustível	2.724	2.374	350	14,7	2.148	2.280	(132)	(5,8)
Etanol	2.938	3.842	(904)	(23,5)	1.647	2.107	(460)	(21,8)
Lubrificantes	1.231	1.306	(75)	(5,7)	237	244	(7)	(2,8)
Gás Natural e GNV	940	843	97	11,5	958	963	(5)	(0,5)
Asfalto	523	863	(340)	(39,4)	358	579	(221)	(38,2)
Coque	1.063	883	180	20,4	2.422	2.961	(539)	(18,2)
Outros	1.299	1.517	(218)	(14,4)	469	561	(92)	(16,4)
Energia	8	7	1	14,3	-	-	-	NA
Prestação de Serviços	23	34	(11)	(32,4)	-	-	-	NA
Bonificações	(608)	(572)	(36)	6,3	-	-	-	NA
Prêmio e Descontos	(33)	(22)	(11)	50,0	-	-	-	NA
Antecipação de recebíveis	(273)	(405)	132	(32,6)	-	-	-	NA
Total	**61.363**	**65.458**	**(4.095)**	**(6,3)**	**32.149**	**34.712**	**(2.563)**	**(7,4)**

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m3		Variação	
	dez/16	dez/15	R$	%	dez/16	dez/15	mil m3	%
Diesel	41.577	46.755	(5.178)	(11,1)	18.333	21.653	(3.320)	(15,3)
Gasolinas	24.857	24.014	843	3,5	11.117	11.764	(646)	(5,5)
JET - A1 (querosene de aviação)	6.096	7.789	(1.692)	(21,7)	3.726	4.160	(435)	(10,4)
Óleo Combustível	3.277	6.592	(3.315)	(50,3)	3.055	5.198	(2.142)	(41,2)
Etanol	5.013	5.661	(647)	(11,4)	2.686	3.732	(1.047)	(28,0)
Lubrificantes	1.711	1.839	(128)	(7,0)	326	366	(40)	(10,9)
Gás Natural e GNV	1.114	1.316	(202)	(15,3)	1.255	1.534	(278)	(18,2)
Asfalto	1.082	847	235	27,7	723	686	37	5,4
Coque	1.222	1.213	9	0,7	3.845	3.536	309	8,7
Outros	1.978	2.389	(411)	(17,2)	727	966	(239)	(24,7)
Energia	9	15	(6)	(40,0)	-	-	-	NA
Prestação de Serviços	46	95	(49)	(51,6)	-	-	-	NA
Bonificações	(785)	(628)	(157)	25,0	-	-	-	NA
Prêmio e Descontos	(40)	(47)	7	(14,9)	-	-	-	NA
Antecipação de recebíveis	(520)	(568)	48	(8,5)	-	-	-	NA
Total	**86.637**	**97.280**	**(10.643)**	**(10,9)**	**45.794**	**53.596**	**(7.801)**	**(14,6)**

A tabela abaixo mostra a receita de vendas e volume vendido de cada um dos principais produtos comercializados pela Companhia, bem como as respectivas variações entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Produtos	Receita de vendas de produtos e serviços prestados R$ milhões		Variação		Volume mil m3		Variação	
	dez/15	dez/14	R$	%	dez/15	dez/14	mil m3	%
Diesel	46.755	44.842	1.913	4,3	21.653	23.566	(1.913)	(8,1)
Gasolinas	24.014	23.688	326	1,4	11.764	13.194	(1.431)	(10,8)
JET - A1 (querosene de aviação)	7.789	9.477	(1.688)	(17,8)	4.160	4.370	(210)	(4,8)
Óleo Combustível	6.592	9.815	(3.223)	(32,8)	5.198	6.393	(1.195)	(18,7)
Etanol	5.661	3.768	1.893	50,2	3.732	2.691	1.042	38,7
Lubrificantes	1.839	1.694	145	8,6	366	355	11	3,2
Gás Natural e GNV	1.316	1.321	(5)	(0,4)	1.534	1.589	(55)	(3,5)
Asfalto	847	1.024	(177)	(17,3)	686	1.074	(387)	(36,1)
Coque	1.213	1.065	148	13,9	3.536	3.479	57	1,7
Outros	2.389	2.710	(321)	(11,8)	966	1.041	(75)	(7,2)
Energia	15	22	(7)	(31,8)	-	-	-	NA
Prestação de Serviços	95	134	(39)	(29,1)	-	-	-	NA
Bonificações	(628)	(602)	(26)	4,3	-	-	-	NA
Prêmio e Descontos	(47)	(42)	(5)	11,9	-	-	-	NA
Antecipação de recebíveis	(568)	(386)	(182)	47,2	-	-	-	NA
Total	**97.280**	**98.528**	**(1.248)**	**(1,3)**	**53.596**	**57.752**	**(4.156)**	**(7,2)**

ii. **fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

De acordo com os diretores da Companhia, os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia entre 2014 e setembro de 2017 foram, principalmente:

(i) redução do volume vendido (média de 10,9% de decréscimo ao ano no período de 45 meses), causada principalmente pelo menor nível de atividade econômica no país, que afetou significativamente o segmento operacional Grandes Consumidores e no qual é maior a participação da Companhia, somada à menor demanda de combustíveis por térmicas e à nova dinâmica do mercado de distribuição de combustíveis ao varejo, que apresentou maior competitividade no mercado de vendas de combustíveis em função do aumento da representatividade dos produtos importados;

(ii) perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, que totalizaram R$676 milhões, R$2.919 milhões e R$1.109 milhões em 2016, 2015 e 2014, respectivamente, bem como R$6.161 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, principalmente em função do provisionamento dos recebíveis do setor elétrico. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, houve um efeito líquido das reversões de R$3 milhões;

(iii) provisões e perdas com processos judiciais, que passaram de um patamar de R$111 milhões em 2014 para R$785 milhões e R$1.079 milhões nos dois exercícios seguintes, bem como R$104 milhões e R$927 milhões em 30 de setembro de 2017 e 2016, respectivamente referente a diversos autos de infração, provenientes de questionamento da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso em relação aos recolhimentos mensais de ICMS-Substituição Tributária, em função, principalmente, do aproveitamento de créditos de ICMS adquiridos de transportadores rodoviários (Decreto Estadual nº 2.683/2010) e de créditos outorgados em favor de empresas de construção em atendimento ao próprio Estado de Mato Grosso (Convênio ICMS nº 85/2011); e

(iv) provisionamento em função do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) da Companhia, cujas provisões líquidas das reversões foram de R$434 milhões em 2016, R$92 milhões em 2015 e R$157 milhões em 2014, bem como reversões de R$143 milhões e de R$9 milhões em 30 de setembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Destaca-se que o resultado de 2015 também foi impactado pela perda de R$298 milhões no valor recuperável do ativo (*impairment*) Base de Cruzeiro do Sul II (Basul II).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Para mais informações vide “Item 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras – Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado”.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Por ser uma empresa distribuidora de produtos, a receita da Companhia depende principalmente do volume vendido e do custo de aquisição dos produtos junto à Petrobras e junto às usinas de etanol. Com relação aos volumes vendidos, as quedas nas vendas foram devidas, principalmente, à queda das vendas para Térmicas e à retração da economia brasileira, conforme já destacado por período no item 10.1.h. Com relação às variações do custo de aquisição, os produtos com maior impacto no período de 2014 a setembro de 2017 foram o diesel e a gasolina, como descrito no item 10.1.h e observado nas tabelas do item 10.2.a. No período considerado de 2014 até setembro de 2016, a Petrobras não refletiu imediatamente no mercado interno os preços internacionais, tendo efetuado movimentos de preço uma vez por ano.

A partir de outubro de 2016 a Petrobras iniciou nova política de preços de gasolina e diesel, ajustando seus preços considerando a cotação do barril do petróleo no mercado internacional, bem como pelo câmbio, buscando competitividade dos preços internos vis-à-vis os preços internacionais.

Adicionalmente, a partir de julho de 2017 a Petrobras iniciou nova política de preços com reajustes frequentes, podendo ser inclusive diário, a critério da Petrobras.

Para mais informações vide “Item 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras – Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado”.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro

De um modo geral, a variação de preço dos principais insumos e produtos da Companhia é repassado aos seus consumidores finais, impactando a receita da Companhia conforme descrito no item 10.2.b e o lucro bruto, através do efeito contábil sobre os estoques, que ocorre quando há marcação de preços de mercado com valores diferentes dos estoques formados, levando a ganhos (em caso de aumento de preços de aquisição) ou perdas (em caso de queda de preços de aquisição) contábeis.

A inflação impacta, principalmente, as despesas de vendas, gerais e administrativos da Companhia, já que estas despesas são denominadas em Reais e neste sentido são influenciadas pelo nível geral de preços da economia brasileira, conforme tabela abaixo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE):

Variação %	2014	2015	2016	1S17
IPCA	6,4%	10,7%	6,3%	1,2%

O câmbio influencia indiretamente o preço de aquisição dos produtos, conforme preços praticados pela Petrobras informados no item 10.2.b. já refletidos no custos.

Por fim, as taxas de juros são relevantes em razão de impactarem as despesas financeiras relacionado com o endividamento decorrente da inadimplência das térmicas, os empréstimos e financiamentos da Companhia conforme análise de sensibilidade exibida no item 4.2 Risco de Taxa de Juros.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve criação ou introdução de novos segmentos operacionais nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve eventos societários que tiveram efeitos relevantes nos últimos três exercícios sociais, bem como até 30 de setembro de 2017.

c. eventos ou operações não usuais:

Em 2009, as autoridades brasileiras começaram investigações que culminaram na instalação pela Polícia Federal brasileira de uma investigação denominada Operação Lava Jato, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla, com relação a diversas práticas criminosas, e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve supostos crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país, e diferentes setores da economia.

De acordo com depoimentos obtidos no âmbito de investigações criminais, em andamento pelas autoridades brasileiras, que se tornaram públicos a partir de outubro de 2014, altos ex-executivos da Petrobras, acionista controlador da Companhia, supostamente entraram em conluio com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos em um suposto esquema criminoso, entre 2004 e abril de 2012, o que impôs, sistematicamente, custos adicionais nas compras de ativos imobilizados pela Petrobras e pela Companhia. Três ex-diretores da Petrobras, sendo um deles também ex-diretor da Companhia, e um ex-gerente executivo, que não trabalham para o Sistema Petrobras desde abril de 2012, estavam alegadamente envolvidos neste esquema de pagamentos indevidos, e serão tratados a seguir como “ex-empregados da Petrobras”. Os valores pagos, adicionalmente, pela Companhia foram supostamente utilizados pelas empreiteiras, fornecedores e intermediários, agindo em nome dessas empresas, para financiar pagamentos indevidos a terceiros. Até onde se tem conhecimento, a Companhia não realizou nenhum pagamento indevido.

Informações adicionais sobre a Operação Lava Jato, e seus reflexos na Companhia, a abordagem adotada para ajuste de ativos efetuados pelos gastos adicionais, entre outras informações, estão descritas nas Notas Explicativas 2.3 das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) monitoraram as investigações da Operação Lava Jato efetuadas pelas autoridades brasileiras e a Petrobras conta com investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

Sobre o assunto, vide os respectivos fatores de risco descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Em 22 de abril de 2015, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram inicialmente autorizadas e apresentadas, pela Companhia. Considerando, porém, a perspectiva de abertura de seu capital, a Administração da Companhia decidiu reapresentar as referidas demonstrações financeiras para (1) adequar suas divulgações aos requerimentos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, bem como para (2) reclassificar os juros embutidos no preço dos produtos praticado aos clientes de “receita de vendas” para “resultado financeiro” (R$386 milhões), (3) reclassificar as aplicações no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC-NP de “Caixa e equivalentes de caixa” para “Contas a receber” (R$419 milhões); (4) reclassificar os saldos de cessões de direitos creditórios de conta redutora do contas a receber para o passivo circulante (R$380 milhões); (5) reclassificar valores de bonificações antecipadas concedidas a clientes classificados em contas a receber para despesas antecipadas (R$85 milhões); (6) reclassificar parcela de impostos a recuperar (R$245 milhões) e despesas antecipadas (R$331 milhões) do circulante para o não circulante; (7) reclassificar o saldo de processos judiciais de circulante para não circulante (R$159 milhões); e (8) reclassificar as despesas com plano de pensão (R$111 milhões) e participação nos lucros ou resultados – PLR (R$61 milhões) para Outras despesas, líquidas.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2014						
em R$ milhões	Originalmente apresentado em 22 de abril de 2015	Reclassificação FIDC de "Caixa e equivalentes de caixa" para "Contas a receber"	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Reclassificação da "Provisão para processos judiciais" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Impostos a recuperar" do Curto para o Longo prazo	Reclassificação de "Despesas antecipadas" do Longo para o Curto prazo	Reclassificação da parcela a liberar das bonificações condicionais para "Despesas antecipadas"
Balanço patrimonial							
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	1.161	(419)	-	-	-	-	-
Contas a receber, líquidas	6.040	419	380	-	-	-	-
Estoques	2.606	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	76	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	747	-	-	-	(245)	-	-
Despesas antecipadas	49	-	-	-	-	331	-
Outros ativos circulantes	103	-	-	-	-	-	-
Total do ativo circulante	10.782	-	380	-	(245)	331	-
Não circulante							
Contas a receber, líquidas	6.136	-	-	-	-	-	(85)
Títulos e valores mobiliários	23	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	871	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	69	-	-	-	245	-	-
Imposto e contribuição social diferidos	984	-	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	1.736	-	-	-	-	(331)	85
Outros ativos	6.614	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	16.433	-	-	-	245	(331)	-
Total do ativo	27.215	-	380	-	-	-	-
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo circulante							
Fornecedores	3.144	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	295	-	-	-	-	-	-
Operações de mútuo com acionista controladora	6.596	-	-	-	-	-	-
Cessão de direitos creditórios	-	-	380	-	-	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	42	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	342	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	344	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos / Juros sobre capital próprio	267	-	-	-	-	-	-
Salários, férias e encargos	176	-	-	-	-	-	-
Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-	-	-	-	-	-	-
Participações nos lucros ou resultados	61	-	-	-	-	-	-
Planos de pensão e saúde	83	-	-	-	-	-	-
Provisão para processos judiciais	159	-	-	(159)	-	-	-
Outras contas e despesas a pagar	183	-	-	-	-	-	-
Total do passivo circulante	11.692	-	380	(159)	-	-	-
Total do passivo não circulante	3.402	-	-	159	-	-	-
Total do passivo	15.094	-	380	-	-	-	-
Patrimônio líquido	12.121	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	27.215	-	380	-	-	-	-

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2014					
em R$ milhões	Originalmente apresentado em 22 de abril de 2015	Juros embutidos no preço dos produtos praticados aos clientes	Reclassificação FIDC de "Caixa e equivalentes de caixa" para "Contas a receber"	Reclassificação da "Cessão de Direitos Creditórios" do Ativo para o Passivo	Transferência da linha de "Planos de Pensão e Saúde" para "Outras despesas, líquidas"	Transferência da linha de "Participações nos lucros ou resultados" para "Outras despesas, líquidas"
Demonstração do resultado						
Receita de vendas	98.914	(386)	-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	(91.237)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	7.677	(386)	-	-	-	-
Vendas	(4.524)	-	-	-	-	-
Gerais e administrativas	(748)	-	-	-	-	-
Tributárias	(160)	-	-	-	-	-
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	-	-	-	-	-
Planos de pensão e saúde	(111)	-	-	-	111	-
Outras despesas, líquidas	(429)	-	-	-	(111)	(61)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	1.705	(386)	-	-	-	(61)
Financeiras						
Despesas	(1.188)	386	-	-	-	-
Receitas	368	-	-	-	-	-
Variações cambiais e monetárias, líquidas	724	-	-	-	-	-
Resultado de participações em investimentos	(2)	-	-	-	-	-
Participações nos lucros ou resultados	(61)	-	-	-	-	61
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.546	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(423)	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.123	-	-	-	-	-
Demonstração dos fluxos de caixa						
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.296)	-	(57)	2.259	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(946)	-	(353)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	5.478	-	-	(2.259)	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	236	-	(410)	-	-	-
Demonstração do valor adicionado						
Receitas	120.842	(386)	-	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(98.968)	-	-	-	-	-
Retenções	(403)	-	-	-	-	-
Valor adicionado recebido em transferência	1.393	-	-	-	-	-
Valor adicionado a distribuir	22.864	(386)	-	-	-	-
Pessoal e administradores	1.518	-	-	-	-	-
Tributos	18.514	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e fornecedores	1.709	(386)	-	-	-	-
Dividendos / Juros sobre capital próprio	351	-	-	-	-	-
Lucros retidos / prejuízo do exercício	772	-	-	-	-	-
Valor adicionado distribuído	22.864	(386)	-	-	-	-

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os relatórios de auditoria dos auditores independentes, datados de 21 de novembro de 2017, apresentam ênfases às demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2017, 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 as quais encontram-se resumidas e comentadas abaixo.

As ênfases feitas não implicam em ressalvas as opiniões dos auditores independentes, segundo as quais, as demonstrações contábeis da Companhia foram consideradas adequadas, em relação à todos os aspectos relevantes a sua posição patrimonial e financeira, assim como a de suas controladas, em 30 de setembro de 2017, 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014. O mesmo pode ser dito do desempenho das operações da Companhia, de seus fluxos de caixa, e do desempenho consolidado de suas operações e de seus fluxos de caixa consolidados para os períodos acima mencionados, de acordo tanto com as práticas contábeis adotadas no Brasil, quanto com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Não obstante, a administração recomenda que sejam lidas as demonstrações financeiras da Companhia.

Relatório de auditoria dos auditores independentes

KPMG Auditores Independentes

- Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017

Ênfase: Reflexos da Operação Lava Jato sobre a Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias, que descreve que: i) não foi identificada, até o momento, qualquer informação adicional que impactasse de forma relevante a metodologia de cálculo adotada para constituição da baixa com pagamentos indevidos registrada em 30 de setembro de 2014; e ii) investigações internas conduzidas por escritórios de advocacia independentes, sob a direção de um Comitê Especial constituído pelo acionista controlador da Companhia continuam em andamento, sendo que até o presente momento nenhum impacto adicional aquele divulgado nas demonstrações contábeis intermediárias foi identificado.

Ênfase - Reemissão das informações contábeis intermediárias

Em 16 de outubro de 2017, emitimos um relatório de revisão sem modificações sobre as informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR da Petrobras Distribuidora S.A, relativas ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, essas informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reemitidas para refletir o evento societário de grupamento de ações em 14 de novembro de 2017. Nossa conclusão continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as informações trimestrais do período corrente e os valores correspondentes ao período anterior, de responsabilidade dos auditores antecessores, foram ajustadas de forma retrospectiva. Em 16 de outubro de 2017, os auditores antecessores emitiram um relatório de revisão sem modificações sobre as informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR da Petrobras Distribuidora S.A, relativas ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2016, que ora está sendo reemitido pelos mesmos motivos descritos acima e cujo novo relatório emitido em 21 de novembro de 2017 continua sendo sem modificações.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

- Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016

Ênfase: Reemissão das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota 2.1 às demonstrações contábeis, visando aprimoramento da apresentação de suas demonstrações contábeis, a administração da Companhia procedeu à inclusão de divulgações

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

adicionais em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, adequando-as aos requisitos contábeis para o propósito descrito na referida nota, bem como reapresentação do lucro por ações em decorrência do grupamento de ações divulgado na Nota 22. Desta forma, as demonstrações contábeis acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui os anteriormente emitidos em 20 de março de 2017 e 16 de outubro de 2017.

Destacamos que a Operação Lava Jato foi tratada na seção dos principais assuntos de auditoria (PAA) no relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

- Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015

Ênfase: Operação Lava Jato

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava Jato" sobre a Companhia, abrangendo: (i) a baixa contábil, em 2014, de R$ 23 milhões nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados; e (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pelo acionista controlador da Companhia.

Ênfase: Reemissão das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota 2.2 às demonstrações contábeis, visando aprimoramento da apresentação de suas demonstrações contábeis, a administração da Companhia procedeu à inclusão de divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, adequando-as aos requisitos e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para o propósito descrito na referida nota, bem como reapresentação do lucro por ações em decorrência do grupamento de ações divulgado na Nota 21. Desta forma, as demonstrações contábeis acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui os anteriormente emitidos em 21 de março de 2016 e 16 de outubro de 2017.

- Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014

Ênfase: Operação Lava-Jato

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava Jato" sobre a Companhia, abrangendo: (i) a baixa contábil de R$ 23 milhões nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados; e (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pelo acionista controlador da Companhia.

Ênfase: Reemissão das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota 2.2 às demonstrações contábeis, visando aprimoramento da apresentação de suas demonstrações contábeis, a administração da Companhia procedeu à inclusão de divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, adequando-as aos requisitos e normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para o propósito descrito na referida nota, bem como reapresentação do lucro por ações em decorrência do grupamento de ações divulgado na Nota 21. Desta forma, as demonstrações contábeis acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui os anteriormente emitidos em 22 de abril de 2015 e 16 de outubro de 2017.

Comentários da Administração sobre as ênfases relacionadas a Operação Lava-Jato

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Em relação aos efeitos da “Operação Lava Jato”, a companhia admite o grau de incerteza envolvido na metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento. Caso haja disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas utilizadas deveriam ser ajustadas, a companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Comentários da Administração relacionados a Reemissão das demonstrações contábeis

A Companhia visando o aprimoramento da apresentação de suas demonstrações contábeis, efetuou ajustes cujos principais itens encontram-se abaixo comentados e seus efeitos apresentados no item b, desta seção.

1. **Apropriação das bonificações condicionais e dos financiamentos ressarcíveis**

As bonificações concedidas através das bonificações antecipadas concedidas a clientes foram reclassificadas das despesas de vendas para dedução da receita bruta, em virtude de, em essência, serem descontos nos preços de vendas concedidos mediante o cumprimento de certas condições contratuais, tais como volume mínimo. Uma vez cumpridas as condições, essas bonificações tornam-se inexigíveis se o cliente cumprir as condições contratuais pactuadas com a Companhia.

A Companhia entende que, historicamente, os recursos não retornam ao seu caixa e são, em essência, bonificações comerciais.

Com relação aos financiamentos ressarcíveis e em consequência da natureza financeira envolvida na operação, a Companhia entende que as receitas e despesas referentes a esses financiamentos, também não se caracterizam como despesas de vendas, tendo sido reclassificadas para receita ou despesa financeira.

2. **Prêmios e descontos especiais sobre vendas**

Os prêmios e descontos especiais sobre vendas foram reclassificados das despesas de vendas para dedução da receita bruta, em função da concessão de créditos aos clientes pelo cumprimento de cláusulas contratuais pactuadas com a Companhia.

3. **Reclassificação das bonificações antecipadas concedidas a clientes**

Os saldos das bonificações antecipadas concedidas a clientes, correspondentes aos desembolsos de bonificação, foram reclassificados de contas a receber para as despesas antecipadas. A Companhia entende que essas bonificações não têm características de ativos financeiros, uma vez que não representam um direito incondicional da Companhia receber caixa. As bonificações concedidas através dessas bonificações antecipadas concedidas a clientes estão atreladas ao consumo de volumes pactuados com os clientes. À medida que esse consumo é atingido, as bonificações são amortizadas e reconhecidas como dedução da receita bruta.

4. **Classificação de operações em conjunto**

As participações nos negócios em conjunto CDGN e Brasil Supply foram reclassificadas de operações em conjunto para empreendimentos controlados em conjunto. A Companhia reavaliou seus direitos e obrigações, os termos contratuais pactuados e os outros fatos e circunstâncias envolvidos nessas participações e entende que elas não se caracterizam como operações em conjunto. Os ativos, passivos e resultados, que eram apresentados linha a linha nas demonstrações consolidadas, passaram a ser representados por equivalência patrimonial.

5. **Reapresentação dos ajustes atuariais**

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A partir da entrada em vigor das alterações introduzidas pelo IAS 19 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1), foi eliminada a possibilidade de diferimento das perdas atuariais dos planos de pensão e saúde (método “corredor”) e foi requerido o cálculo dos juros líquidos, com base na aplicação da taxa de desconto sobre o saldo dos passivos líquidos de ativos do plano.

6. Reclassificação do Fundo em direitos creditórios – FIDC-NP

Os saldos do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC-NP foram reclassificados de Caixa e equivalentes de caixa para Contas a receber, líquidas.

7. Reclassificação das cessões de direitos creditórios

Os saldos de cessões de direitos creditórios foram reclassificados de conta redutora do contas a receber para o passivo.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos, para determinadas operações, e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico da Companhia, e em outros fatores considerados relevantes. Tais premissas são revisadas periodicamente pela administração da Companhia, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento, ou complexidade em sua aplicação, e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos da Companhia com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica de seus colaboradores dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capta) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 21.4 c e 21.4 d, respectivamente das Demonstrações Financeiras de 2016.

A Companhia entende ser um processo crítico em função da relevância do saldo provisionado no balanço patrimonial, dos julgamentos significativos em relação às premissas dos planos de benefícios e das deficiências nos controles sobre o processo de geração de dados para o cálculo do passivo atuarial, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em 2015.

Para maiores informações, vide seção 4.1. – a.9 deste Formulário de Referência.

Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

A Companhia entende ser um processo crítico em função da relevância dos valores dos processos judiciais fiscais provisionados e passivos contingentes divulgados; dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos e das deficiências nos controles sobre a totalidade e a avaliação da probabilidade de perda das contingências, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em 2015.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 27 das Demonstrações Financeiras de 2016.

Para maiores informações, vide seção 4.1. – a.1 deste Formulário de Referência.

Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 1.2 das Demonstrações Financeiras de 2016, a Companhia realizou baixas contábeis de R$23 milhões no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos indevidamente capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a Companhia desenvolveu uma metodologia descrita na nota explicativa 1.2.2 das Demonstrações Financeiras de 2016. A Companhia admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Entretanto, como já discutido, a Companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

A Companhia entende ser um processo crítico em função dos efeitos potenciais e suas limitações; necessidade de acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento conduzidas pelas autoridades e necessidade de aprimoramento da estrutura de governança e dos controles internos relacionados aos processos de contratação de fornecedores de bens e serviços.

Para maiores informações, vide seção 4.1. – a.4 deste Formulário de Referência.

Perdas Estimadas em crédito de Liquidação Duvidosa

A Companhia reconhece as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou recuperação judicial.

Para maiores informações, vide seção 4.1. – f.1 deste Formulário de Referência.

Vida útil dos ativos imobilizados e intangível

A Companhia reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os métodos de depreciação e amortização são revistos anualmente, com base em laudos de avaliadores externos e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Impairment de ativo imobilizado e intangível

Os testes de impairment sobre ativo imobilizado e intangível envolvem incertezas relacionadas principalmente às premissas-chave:

- preço: curva de preço de derivados de petróleo derivada do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras, considerando transações entre partes independentes;

10.5 - Políticas contábeis críticas

- volume: curvas de demanda de derivados de petróleo de derivados do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras; e
- custos operacionais, que podem ser determinados por taxas históricas apresentadas ou custos projetados no orçamento da Companhia.

Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas.

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco país mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de impairment.

Para maiores informações vide item 4 – Sumário das principais práticas contábeis das Demonstrações Contábeis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. Os ativos fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos valores dos tributos a recuperar em exercícios futuros sobre os lucros com relação as diferenças temporárias dedutíveis.

Para maiores informações vide item 4 – Sumário das principais práticas contábeis das Demonstrações Contábeis.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial da Companhia (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não teve itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham, ou possam vir a ter, um efeito relevante na condição financeira da Companhia, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

A Companhia possui compromissos contratuais sem transferência de benefícios, riscos e controles (arrendamentos mercantis operacionais), cujas estimativas de desembolsos, em milhões de Reais, para os próximos exercícios encontram-se na tabela a seguir:

	Consolidado	Controladora
2017	41	41
2018 - 2021	400	400
2022 em diante	334	334
Total	**775**	**775**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não teve itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham, ou possam vir a ter, um efeito relevante na condição financeira da Companhia, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

A Companhia possui compromissos contratuais sem transferência de benefícios, riscos e controles (arrendamentos mercantis operacionais), cujas estimativas de desembolsos, em milhões de Reais, para os próximos exercícios encontram-se na tabela a seguir:

	Consolidado	Controladora
2017	176	176
2018 - 2021	380	380
2022 em diante	302	302
Total	**858**	**858**

A Companhia tem um número elevado de contratos de arrendamento (aluguéis) de vários ativos, tais como equipamentos, imóveis e terrenos, onde, principalmente estão localizados os postos de serviço.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Item não aplicável, visto que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realiza esse tipo de transação.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Contratos com a Petrobras – 30 de setembro de 2017

A Companhia possui contratos com a Petrobras para o período de 5 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R$26.627 milhões. Mais informações sobre esses contratos podem ser encontradas no item 16.2.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 1º de março de 2016, a Companhia celebrou novo contrato com a Petrobras, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo por ano, ao longo de 5 anos, a partir da data em que foi firmado, prorrogável por até igual período, ao valor estimado de R$5.500 milhões, para o primeiro período contratual.

Em 27 de junho de 2017, foi aprovado o segundo termo aditivo ao contrato de compra e venda de CVP com a Petrobras, tendo a assinatura ocorrido em 30 de junho. Mais uma vez, o aditivo visa possibilitar à Companhia a continuidade de sua atividade de distribuição e comercialização do CVP, com condições mais em consonância com o mercado atual. Foram alteradas condições contratadas referente à fórmula de preço, definição da comercialização do coque para o segmento de calcinação, condições de faturamento/pagamento e alteração dos itens de compensação financeira por quantidade e penalidade por redução de carga da refinaria.

Compromissos com a Petrobras – 30 de setembro de 2017

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras para o período de 30 de setembro de 2017 a 2025 de aproximadamente 3,9 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total restante estimado de R$1.851 milhões.

Compromissos com a Petrobras – 31 de dezembro de 2016

A Companhia possui compromissos contratuais com a Petrobras para o período de 5 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R$25.600 milhões. Mais informações sobre esses contratos podem ser encontradas no item 16.2.

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras para o período de 2016 a 2025 de aproximadamente 5,1 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total restante estimado de R$2.900 milhões. Mais informações sobre esses contratos podem ser encontradas no item 16.2.

Em 1º de março de 2016, a Companhia celebrou novo contrato com a Petrobras, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo por ano, ao longo de 5 anos, a partir da data em que foi firmado, prorrogável por até igual período, ao valor estimado de R$5.500 milhões, para o primeiro período contratual. Mais informações sobre esse contrato podem ser encontradas no item 16.2.

Contratos de Take or Pay – 30 de setembro de 2017

A Companhia possui contrato com cláusula de take or pay com a Brasil Carbonos para os serviços prestados nas plantas de Taubaté/SP e Cosmópolis. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 21.080 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R$578 milhões, até outubro de 2033.

A Companhia possui compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário para o período de março de 2017 a 2029, num valor total restante estimado de R$410 milhões. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (take or pay) por cada trecho.

Contratos de Take or Pay - 31 de dezembro de 2016

Há contrato com cláusula de take or pay para os serviços prestados pela Brasil Carbonos na planta de Taubaté/SP. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 20.910 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R$490 milhões, até dezembro de 2032.

iv. contratos de construção não terminada

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Item não aplicável, uma vez que não há contratos de construção relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Item não aplicável, tendo em vista que não realizamos este tipo de transação até a data deste Formulário de Referência.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia possuía fianças prestadas em favor da Petrobras no montante de R$933 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía fianças prestadas em favor da Petrobras no montante de R$972 milhões.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os contratos não evidenciados nas demonstrações financeiras estão relacionados às atividades operacionais da Companhia, e seu registro contábil decorrerá da efetiva utilização do bem ou serviço. Tais itens ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

b. natureza e o propósito da operação

Os arrendamentos operacionais, conforme apresentados no item 10.6, são relacionados ao uso de equipamentos, imóveis e terrenos, onde, principalmente estão localizados os postos de serviço, destinados à manutenção da operação da Companhia.

Os contratos com a Petrobras, apresentados no item 10.6, referem-se aos contratos celebrados para aquisição de derivados de petróleo, gás natural e coque verde de petróleo. Adicionalmente, conforme também apresentado no item 10.6, a Companhia mantém contratos de *take or pay* para os serviços prestados pela Brasil Carbonos e compromissos contratuais com a Logum Logística S.A. referentes a transporte dutoviário. Estes contratos têm o propósito de possibilitar à Companhia a continuidade de sua atividade de distribuição e comercialização.

As fianças prestadas, mencionadas no item 10.6, têm o propósito de garantir o pagamento dos impostos federais referentes aos processos de admissão temporária da Petrobras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

A natureza e os montantes das obrigações assumidas estão descritos no item 10.6. Os direitos gerados a favor da Companhia estão descritos a seguir:

Arrendamentos operacionais – direito à utilização dos bens arrendados, necessários à manutenção da operação da Companhia.

Contratos e take or pay – direito à aquisição de produtos e ao beneficiamento do coque verde, assegurando os níveis desejados de estoques, conforme planejado pela Companhia.

Fianças – a Companhia recebe 0,3% de rentabilidade ao ano pelas fianças prestadas à Petrobras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Negócios e Gestão Petrobras 2018-2022 (PNG) datado de 25.08.2017 prevê investimentos de R$ 2,5 bilhões, até 2022, no segmento de Distribuição. Desse valor, (54%) é destinado à área de operações e logística, 18% para o segmento consumidor, 20% para o segmento automotivo e 8% serão aplicados em atividades corporativas, incluindo TI.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Costumeiramente, existem três possíveis, e principais, fontes de recursos para os investimentos da Companhia: (i) recursos próprios, a partir da geração de caixa; (ii) financiamentos estruturados dos CRIs, já emitidos; e (iii) captações articuladas em conjunto com a Petrobras.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No PNG 2018-2021 foram previstos alguns desinvestimentos em ativos, que foram consolidados numa carteira de desinvestimentos. Juntos somam em torno de R$800 milhões.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Um dos principais projetos da Companhia é a ampliação e modernização da Fábrica de Lubrificantes, em Duque de Caxias (RJ), que está em andamento e abrange, além de novos equipamentos, uma nova linha de produção de graxas e área de armazenagem, incorporando os mais modernos sistemas de automação e controle, assegurando maior eficiência e produtividade à fábrica. Com conclusão das obras previstas para 2019, o empreendimento ampliará a capacidade de produção de lubrificantes em 55%, passando a uma capacidade total de 42 mil m^3/mês de lubrificantes.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não temos pesquisa em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item i.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Outros fatores com influência relevante

A Companhia divulga neste item informações sobre despesas com publicidade, patrocínios, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados pela Companhia para alocação de recursos para tais despesas:

Convênios.

Em cumprimento à Lei de Aprendizagem (Lei nº 10.097, de 19/12/2000), regulamentada pelo Decreto 5.598, de 01/12/2005, no ano de 2006, a Companhia implantou o Programa Aprendiz BR. A legislação vigente obriga todas as empresas de médio e grande porte a empregar e matricular em cursos profissionalizantes um número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Atualmente a Companhia emprega o número mínimo de 5% (cinco por cento) de aprendizes.

A contratação de aprendiz na Companhia é realizada por intermédio de Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL), através da celebração de Convênios. O Convênio Aprendiz tem por objetivo o desenvolvimento pessoal e educacional de jovens, com a finalidade de prepará-los para o mercado de trabalho. As ISFL's ofereçem assistência aos adolescentes e à educação profissional, devendo estar capacitada para oferecer o curso profissionalizante requerido pelo Programa Aprendiz BR. Além disso, as ISFL's devem estar cadastradas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e possuir registro nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente locais.

Atualmente, a Companhia tem 24(vinte e quatro) convênios ativos e 79 (setenta e nove) aprendizes contratados. Além disso, estamos na fase de celebração de novos convênios e cumprimento de cotas nas seguintes localidades: Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. O custo de contratação destes jovens é rateado pelas gerências que possuem empregados cujos cargos contribuam para a cota de aprendizes, de acordo com o imóvel onde o aprendiz está lotado.

Os gastos com os convênios celebrados totalizaram R$ 1,2 milhão, no período de 9 (nove) meses, findo em 30 de setembro de 2017; R$ 1,5 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; R$ 1,7 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; e R$ 2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Publicidade.

As ações de publicidade da Companhia são planejadas estrategicamente e taticamente em ciclos anuais, de forma alinhada com o Plano de Comunicação e Marketing da Companhia, que por sua vez é desdobrado do Plano Estratégico e do Plano de Negócios e Gestão da Companhia, e em total alinhamento com os elementos definidores do posicionamento da marca Petrobras.

São definidas de acordo com os interesses da Companhia em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que está inserida; dos objetivos e metas do negócio da Companhia; do mercado como um todo e, em especial, de distribuição de derivados de petróleo e segmentos relacionados; das oportunidades de negócios, tais como lançamentos e expansões de produtos e serviços; dos objetivos de fortalecimento das suas marcas junto a Clientes, Revendedores, Parceiros, Fornecedores e Força de Trabalho como um direcionador estratégico de longo prazo; da necessidade de comunicar as atitudes e medidas da corporação.

As açõesde publicidades são utilizadas pela Companhia para contribuir com os resultados desejados, desde que esta ativação esteja em consonância e contribuam com os objetivos estratégicos da Companhia.

As ações prezam pelo respeito à diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora,

10.9 - Outros fatores com influência relevante

em observância às leis e ao Código Brasileiro de Auto Regulamentação Publicitária, que regulamenta as normas éticas aplicáveis à publicidade e propaganda.

Conforme rege o Decreto n° 4.799/2003 em seu Art. 9° e a lei 12.232 em seu Art. 4°, os serviços de publicidade devem ser contratados por meio de agências de propaganda. O planejamento e a execução das ações publicitárias da Companhia são realizados por agências de propaganda que seguem critérios técnicos e níveis de qualidade estabelecidos pela Companhia, cobrados por meio de fiscalização periódica, alinhados à Instrução Normativa n° 7 da SECOM de 19 de dezembro de 2014, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

A contratação de agências de publicidade acontece por meio de concorrência pública e segue os procedimentos de contratação da Companhia. As contratações são aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Companhia, com pareceres prévios e posteriores das áreas da Conformidade e Jurídico, que acompanham todo o processo. As licitações dos contratos de publicidade também passam por apreciação prévia e posterior da SECOM, conforme determina a Instrução Normativa n° 4 de 21 de dezembro de 2010. Tais contratos têm por objeto a execução de serviços de publicidade, como criação e produção de conteúdo publicitário e compra de espaços de mídia em veículos de comunicação. A produção das peças publicitárias e a reserva dos espaços de mídia devem ser levadas ao conhecimento prévio da SECOM, conforme a rege a Seção V da Instrução Normativa n° 7.

A Companhia mensura sua atuação em publicidade através de resultados financeiros e mercadológicos, pesquisas de recall, análise de métricas publicitárias diversas, entre outros.

No período de 9 (nove) meses, findo em 30 de setembro de 2017, o gasto com publicidade pela Companhia foi de R$ 79,3 milhões; o gasto com publicidade pela Companhia foi de R$ 38,2 milhões, no exercicio social findo em 31 de dezembro de 2016; o gasto com publicidade pela Companhia foi de R$ 122,7 milhões, no exercicio social findo em 31 de dezembro de 2015; e o gasto com publicidade pela Companhia foi de R$ 129,3 milhões, no exercicio social findo em 31 de dezembro de 2014.

Patrocínios.

Os patrocínios realizados pela Companhia têm como objetivo principal o fortalecimento das marcas de seus produtos e serviços junto a seus públicos estratégicos. Além da exposição das marcas, a ferramenta de patrocínio é utilizada para estreitar relacionamento com os referidos públicos, de acordo com o objetivo de negócio de cada segmento na qual a Companhia atua. Os patrocínios são realizados em consonância com as políticas e diretrizes publicadas no site da Companhia.

A Companhia realiza patrocínios no segmento cultural, esportivo e técnico/mercadológico[1], mediante interesses institucionais e/ou de negócio.

Os patrocínios institucionais no segmento de cultura, são escolhidos através da seleção pública denominada Programa Petrobras Distribuidora de Cultura. Criado em 2009, o referido programa tem o objetivo de viabilizar a circulação de espetáculos teatrais não inéditos e de relevância cultural comprovada. Dessa forma, é possível democratizar o acesso à cultura nacionalmente, bem como divulgar a marca Petrobras a diversos públicos, além de possibilitar ações de relacionamento em diferentes localidades. A seleção de projetos ocorre bienalmente, através de processo transparente, com regras e critérios pré-determinados em regulamento publicado no site da Companhia. O Programa conta com a parceria do Ministério da Cultura, sendo uma das instâncias aprovadoras dentro do processo.

[1] Segmento Técnico: tratam-se de associações sem fins lucrativos voltados para setores da economia (engenharia, logística, etc.) cujo objetivo é a produção e distribuição de conhecimento entre os agentes de mercado (empresas, profissionais, governo). Tais entidades produzem simpósios, manuais, padrões técnicos, etc. A aproximação com essas entidades visa participar de discussões que afetam o negócio da companhia.
Segmento Mercadológico: relacionado ao público cliente associado aos segmentos operacionais da Companhia.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os patrocínios esportivos são selecionados por escolha direta, mediante análise do custo-benefício das propostas recebidas. O foco de atuação é o esporte-motor, em função da aderência com o negócio de atuação da Companhia. Além de exposição de marca e ações de relacionamento com públicos de interesse, os patrocínios ao segmento de esporte-motor funcionam também como laboratório para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e serviços em condições extremas durante as competições.

Os patrocínios técnicos/mercadológicos são avaliados em conjunto pelas unidades de negócio e área de comunicação da Companhia, e visam alcançar públicos específicos, conforme o objetivo de negócio de cada unidade. A seleção é realizada por escolha direta, mediante análise da viabilidade de retorno, bem como o custo benefício oferecido.

Todos os patrocínios realizados pela Companhia, são submetidos à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM). Após as referidas aprovações, inicia-se o trâmite de contratação, que é baseado no decreto 2.745 de 1988. A Companhia mensura sua atuação em patrocínios através de indicador de contribuição para o programa de fidelidade Petrobras Premmia, bem como através do valor equivalente publicitário referente à exposição da marca de seus produtos e serviços nos materiais de divulgação e na mídia gerada pelos projetos patrocinados.

No período de 9 (nove) meses, findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia realizou o valor de R$ 4,6 milhões em patrocínios, sendo R$ 791 mil em cultura, R$ 523 mil em esporte e, R$ 3,3 milhões em patrocínios técnicos.

Em 2016, a Companhia realizou o valor de R$ 24,6 milhões em patrocínios, sendo R$ 9,0 milhões em cultura, R$ 6,4 em esporte e, R$ 9,2 em patrocínios técnicos.

Em 2015, a Companhia realizou o valor de R$ 41,4 milhões sendo R$ 11,3 milhões em cultura, R$ 12 milhões em esporte e R$ 18 milhões em patrocínios técnicos/mercadológicos

Em 2014, a Companhia realizou o valor de R$ 38,3 milhões em patrocínios, sendo R$ 13,7 milhões em cultura, R$ 9 milhões em esporte e R$ 15,5 milhões em patrocínios técnicos/mercadológicos.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções

11.1. Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta por: Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração e seus Comitês; Auditoria Interna; Ouvidoria; Gerência de Governança, Risco e Conformidade; e pela Diretoria Executiva e seus Comitês.

O Conselho de Administração conta, atualmente, com dois comitês estatutários de assessoramento: o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Riscos e Financeiro. A partir da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2018, será instalado e entrará em funcionamento o Comitê de Minoritários e, até 30 de junho de 2018, conforme legislação aplicável, o Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão.

No que tange à atuação do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, até que seja efetivada a sua instalação, a Companhia compartilhará a estrutura do comitê da Petrobras, quando for o caso, nos termos do artigo 14 do Decreto 8.945/16.

A Diretoria Executiva é assessorada por nove comitês não estatutários: Comitê Executivo de Negócios; Comitê Executivo de Suprimento de Biocombustíveis e Derivados de Petróleo; Comitê Executivo de Crédito e Cobrança; Comitê Executivo de Recursos Humanos; Comitê Executivo de Tecnologia da Informação; Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); Comitê Executivo de Inovação; Comitê Executivo de Marketing e Comitê Executivo de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos.

a. Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

I) Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é um órgão de natureza colegiada e autônomo dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, na forma da lei e do Estatuto Social. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por 10 membros, cabendo à Assembleia Geral dos Acionistas designar dentre eles o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão unificado de 2 anos, permitidas no máximo 3 reeleições consecutivas.

Atualmente o Conselho de Administração da Companhia é composto por 9 membros, cujos mandatos, em conformidade com a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, se encerrarão de forma unificada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em abril de 2018. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de novembro de 2017, a Petrobras, na qualidade de acionista único da Companhia, consignou que a eleição do décimo membro do Conselho de Administração deverá ocorrer até a data da referida Assembleia Geral Ordinária.

Ocorrendo vacância no cargo de Presidente do Conselho de Administração, o substituto será eleito na primeira reunião ordinária do Conselho de Administração até a próxima Assembleia Geral. As funções de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Companhia não poderão ser exercidas pela mesma pessoa.

O processo de eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral de Acionistas deve observar as seguintes regras: (i) os acionistas minoritários poderão eleger, ao menos, 3 (três) dos membros do Conselho de Administração, se número maior não lhes couber pelo processo de voto múltiplo; (ii) 1 dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma da legislação aplicável, que poderá ser independente ou não, a seu critério exclusivo; (iii) 1 dos membros será indicado pelos empregados da Companhia, nos termos da Lei n° 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e na forma do estatuto social da Companhia; e (iv) os demais membros do Conselho de Administração serão indicados pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, na forma da legislação aplicável. Por fim, os conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários através dos procedimentos de voto múltiplo serão considerados no cômputo do número mínimo de vagas asseguradas pelo item i, acima.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Em se tratando do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados, o limite de reeleição deverá observar a legislação e regulações vigentes. Ademais, o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, à exceção do membro indicado pelos empregados, por 50% de membros independentes, considerando em seu cômputo os eleitos pelos minoritários.

Dentre os membros indicados pelo acionista controlador, no mínimo 2 serão Conselheiros Independentes, selecionados em lista tríplice, elaborada por empresa especializada, com experiência comprovada, e a qualificação como Conselheiro Independente será expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que o eleger.

Excepcionalmente, os membros independentes do Conselho de Administração, previstos no artigo 12, §4º do estatuto social, inclusive os indicados pelos acionistas minoritários, serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2018, de forma a preservar o prazo de gestão unificado dos referidos Administradores.

Caracteriza-se como conselheiro independente aquele que se enquadrar nas hipóteses previstas no art. 22, §1º, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, do art. 36, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e do Regulamento do Novo Mercado, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.

É vedada a recondução do Conselheiro de Administração, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 anos. Atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro de Administração para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão

Conforme art. 23 do Estatuto Social, o Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia, competindo-lhe:

I- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes;

II- aprovar, por proposta da Diretoria Executiva, e acompanhar o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos, as metas, assim como avaliar os resultados na execução dos referidos planos, devendo publicar suas conclusões e informa-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União;

III- definir os assuntos e valores para a alçada decisória da Diretoria Executiva, fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva e de seus membros e fixar-lhes as atribuições, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV- avaliar, anualmente, resultados de desempenho, individual e coletivo, dos administradores e dos membros dos comitês estatutários do Conselho, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, observados os seguintes quesitos mínimos: a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação gerencial e administrativa; b) contribuição para o resultado do exercício; e c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo de que trata o art. 37, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;

V- manifestar-se sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória e aprovar, anualmente, o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria Executiva ou de seus membros, deverão ser submetidos à aprovação do Conselho de Administração;

VI – aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva ou por seus membros;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

VII- deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

VIII- fixar as políticas globais da Companhia, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de suprimentos de derivados, de riscos, de investimentos, de meio ambiente, de divulgação de informações, de negociação de valores mobiliários, de distribuição de dividendos, de transações com partes relacionadas, de porta-vozes, de recursos humanos, de participações minoritárias e de licitações e contratos;

IX- aprovar a transferência da titularidade de ativos da Companhia, constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, podendo fixar limites de valor para a prática desses atos pela Diretoria Executiva ou por seus membros;

X- aprovar o Regulamento Eleitoral de escolha do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados;

XI- aprovar os planos que disponham sobre a admissão, carreira, sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Companhia;

XII- aprovar a Política de Indicação que contenha os requisitos mínimos para indicação de membros do Conselho de Administração e de seus Comitês, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, a ser disponibilizada, de forma ampla, aos acionistas e ao mercado, nos limites da legislação aplicável;

XIII- aprovar e divulgar Carta Anual e Carta de Governança Corporativa, na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XIV- implementar, diretamente ou por intermédio de outros órgãos da Companhia, e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e àqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XV- manifestar-se formalmente quando da realização de ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da Companhia;

XVI- definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;

XVII- aprovar a indicação e destituição do titular da área de Auditoria Interna, ouvido o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), além de definir as atribuições e regulamentar seu funcionamento;

XVIII – aprovar a indicação e destituição do titular da área de Governança, Risco e Conformidade;

XIX – aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAINT; e

XX – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal.

A fixação da política de recursos humanos de que trata o inciso VIII não poderá contar com a participação do Conselheiro representante dos empregados, caso as discussões e deliberações em pauta envolvam assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A manifestação formal, favorável ou contrária, de que trata o inciso XV será por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de ações, abordando, pelo menos: (i) a conveniência e a oportunidade da oferta pública de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

O parecer do Conselho de Administração deve abranger a opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da oferta pública, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação.

Compete, ainda, ao Conselho de Administração, conforme previsto no art. 24 do Estatuto Social, deliberar sobre as seguintes matérias:

I- Plano Básico de Organização e suas modificações, respeitando os encargos de cada membro da Diretoria Executiva, conforme estabelecido no art. 30 do estatuto social;

II- indicação e destituição dos titulares da estrutura geral da Companhia, proposta pela Diretoria Executiva, com base nos critérios fixados pelo próprio Conselho de Administração;

III- autorização para aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, bem como posterior alienação dessas ações, exceto nos casos de competência da Assembleia Geral, conforme as disposições legais, regulamentares e estatutárias;

IV- permuta de valores mobiliários de sua emissão;

V- eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria Executiva;

VI- constituição de subsidiárias integrais, participações da Companhia em sociedades controladas ou coligadas, a transferência ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades;

VII- convocação de Assembleia Geral dos acionistas, nos casos previstos em lei, publicando o edital de convocação com, no mínimo, 15 dias de antecedência;

VIII – as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

IX – a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica “assuntos gerais”;

X- Código de Ética e Guia de Conduta, bem como Regimento Interno do Conselho de Administração;

XI- Política e Diretrizes de Governança Corporativa da Companhia;

XII- escolha e destituição de auditores independentes, os quais não poderão prestar à Companhia serviços de consultoria durante a vigência do contrato;

XIII- relatório da administração e contas da Diretoria Executiva;

XIV- escolha dos integrantes dos Comitês estatutários do Conselho, dentre seus membros e/ou dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica em relação à especialidade do respectivo Comitê, e aprovação das atribuições e regras de funcionamento dos Comitês;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

XV- assuntos que, em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral, dependam de sua deliberação;

XVI- critérios de integridade e conformidade, bem como os demais critérios e requisitos pertinentes aplicáveis à eleição dos membros da Diretoria Executiva e à indicação dos titulares da estrutura geral, que deverão atender, no mínimo, àqueles constantes do art. 15, §§1º, 2º e 3º do Estatuto Social;

XVII- Deliberar sobre marcas e patentes; e

XVIII- casos omissos do Estatuto Social.

O Conselho de Administração possui **regimento interno**.

Por fim, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes e serão registradas no livro próprio de atas. Em caso de empate, o Presidente do Conselho terá o voto de qualidade.

II) Diretoria Executiva

Nos termos do artigo 14 do Estatuto Social, a Diretoria Executiva da Companhia será composta de um Presidente e 4 Diretores Executivos, eleitos pelo Conselho de Administração, dentre brasileiros residentes no País, com prazo de gestão unificado de 2 anos, permitidas, no máximo, 3 reeleições consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

A Diretoria Executiva e seus membros exercem a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A escolha e eleição dos membros da Diretoria Executiva pelo Conselho de Administração deve observar a capacidade profissional, notório conhecimento e especialização nas respectivas áreas de contato em que esses administradores irão atuar, observado o Plano Básico de Organização.

O Estatuto Social da Companhia ressalta que os membros da Diretoria Executiva exercerão seus cargos em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço da Companhia, permitido, porém, após justificativa e aprovação pelo Conselho de Administração, o exercício concomitante em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva, além dos requisitos exigíveis dos membros do Conselho de Administração, deverão atender ao requisito de 10 anos de experiência em liderança, preferencialmente, no negócio ou em área correlata, conforme especificado na Política de Indicação da Companhia.

Ademais, é vedada a recondução de membro da Diretoria Executiva, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 anos e, atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de membro da Diretoria Executiva para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 prazo de gestão. Por fim, o prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será prorrogado até a efetiva investidura dos novos membros.

A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pelo art. 147 e complementadas por aquelas previstas no art. 162 da Lei das Sociedades por Ações, bem como aquelas previstas na Política de Indicação, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

De acordo com o art. 28 do Estatuto Social, são atribuições da Diretoria Executiva previstas no Estatuto Social:

(i) Avaliar e submeter à aprovação do Conselho de Administração: (a) as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e planos plurianuais; (b) o plano estratégico, bem como os respectivos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

investimentos da Companhia com os respectivos projetos; (c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia; (d) o resultado de desempenho das atividades da Companhia; (e) a indicação dos titulares da estrutura geral da Companhia, com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração; f) os planos que disponham sobre a admissão, carreira e sucessão, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Companhia.

(ii) aprovar: (a) os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação; (b) a política de preços e estruturas básica de preço dos produtos da Companhia; (c) as políticas de gestão, de construção e planejamento, operação e manutenção dos ativos da Companhia; (d) as políticas de compras, planejamento econômico-financeiro e tributário da Companhia; (e) as políticas de atuação de rede de postos e lojas de conveniência; (f) as políticas de atuação do mercado consumidor; (g) planos de contas, critérios básicos para apuração de resultados, amortização e depreciação de capitais investidos e mudanças de práticas contábeis; (h) manuais e normas de contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outros necessários à orientação do funcionamento da Companhia; (i) normas para cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia; (j) a estrutura básica da Companhia, considerando as definições constantes do Plano Básico de Organização, com suas respectivas responsabilidades, bem como criar, transformar ou extinguir órgãos operacionais ou correspondentes, agências, filiais, sucursais e escritórios no País; (k) a lotação de pessoal dos órgãos da Companhia; (l) Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos; (m) os atos e contratos relativos à sua alçada decisória; (n) o valor acima do qual os atos, contratos ou operações, embora de competência do Presidente ou dos Diretores Executivos, deverão ser submetidos para aprovação da Diretoria Executiva, respeitada a alçada definida pelo Conselho de Administração; (o) a criação e a extinção de Comitês não estatutários, vinculados a Diretoria Executiva ou a seus membros, aprovando as respectivas regras de funcionamento, atribuições e limites de competência para atuação; (p) seu Regimento Interno; (q) o plano anual de seguros da Companhia; e (r) convenções ou acordos coletivos de trabalho, bem como a propositura de dissídios coletivos de trabalho.

(iii) garantir a implementação do Plano Estratégico e dos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos, respeitando os limites orçamentários aprovados.

(iv) monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;

(v) acompanhar e controlar as atividades das empresas das quais a Companhia participe, ou com as quais esteja associada;

(vi) instruir os representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como com as orientações corporativas aplicáveis;

(vii) – deliberar sobre nomes e insígnias da Companhia; e

(viii) deliberar sobre os assuntos que venham a ser submetidos pelo Presidente ou por qualquer Diretor.

A Diretoria Executiva possui **regimento interno**.

III) Conselho Fiscal

Conforme previsto no artigo 38 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal funcionará de modo permanente, sendo independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações. Será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de duração de 2 anos, permitidas 2 reeleições consecutivas, sendo **(i)** um membro efetivo e seu respectivo suplente indicados pelos acionistas minoritários, na forma do art. 240 da

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Lei 6.404/76; **(ii)** um membro efetivo e seu respectivo suplente indicados pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública; e **(iii)** um membro efetivo e seu respectivo suplente indicados pela Petróleo Brasileiro S.A.

Até a eleição do representante dos acionistas minoritários na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2018, a composição do Conselho Fiscal será de 2(dois) representantes da Petrobras e 1 (um) indicado pelo Ministério da Fazenda.

É vedada a recondução do Conselheiro Fiscal, que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos 2 anos e, atingido o prazo máximo de recondução, o retorno de Conselheiro Fiscal para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 prazo de atuação.

Compete ao Conselho Fiscal, nos termos do artigo 41 do Estatuto Social da Companhia, sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal ou por determinação da Assembleia Geral:

I- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

III- opinar sobre as propostas dos administradores, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

IV- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

V- convocar a Assembleia Geral Ordinária se os administradores retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na pauta das assembleias as matérias que considerarem necessárias;

VI- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria Executiva;

VII- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

VIII- exercer essas atribuições durante a liquidação; e

IX –realizar a autoavaliação anual de seu desempenho.

Conforme artigo 41, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho Fiscal participarão obrigatoriamente das reuniões do Conselho de Administração da Companhia nas quais se deliberar sobre: **(i)** o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgarem necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; **(ii)** as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à assembleia geral relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; **(iii)** e as demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e sobre elas opinar, após apreciação do Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Conselho Fiscal mantem um estreito e produtivo relacionamento com a estrutura administrativa da Companhia, visando ao cumprimento de suas funções legais. O espírito cooperativo deve ter por meta manter o necessário fluxo de informações e salvaguardar os interesses da Companhia e dos acionistas, devendo-se garantir, por outro lado, a independência do Conselho Fiscal com relação a quaisquer outros órgãos da Companhia.

São realizadas reuniões entre o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, e o Conselho de Administração, com a participação dos membros da Diretoria Executiva como convidados, cuja pauta reflete os principais acontecimentos da Companhia, principalmente com relação à administração de riscos e governança.

No exercício de 2016, foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal e 6 reuniões do Comitê de Auditoria. Em 2017, até a edição deste Formulário de Referência, foram realizadas 21 reuniões do Conselho Fiscal e 18 reuniões do Comitê de Auditoria, sendo 4 reuniões conjuntas entre estes colegiados

Nos anos de 2016 e 2017, até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal também participou como convidado de duas reuniões em conjunto com o Conselho de Administração para deliberação das matérias levadas às Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária. Para o exercício de 2017, estão previstas, até a edição deste Formulário de Referência, mais 2 reuniões do Conselho Fiscal, sendo uma em conjunto com o Comitê de Auditoria. Este calendário poderá ser alterado ao longo do ano.

O Conselho Fiscal possui **regimento interno**.

IV) Comitês

Comitês Vinculados ao Conselho de Administração

O Estatuto Social da Companhia prevê quatro Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, sendo eles: (i) Comitê de Auditoria; (ii) Comitê de Riscos e Financeiro; (iii) Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; e (iv) Comitê de Minoritários. Todos possuem seus respectivos regimentos internos, sendo os dois primeiros já instalados e em funcionamento, enquanto o Comitê de Minoritários será instalado a partir da Assembleia Geral Ordinaria da Companhia a ser realizada em 2018 e o Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, até 30 de junho de 2018, conforme legislação aplicável.

No que tange à atuação do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, até que seja efetivada a sua instalação, a Companhia compartilhará a estrutura do comitê da Petrobras, quando for o caso, nos termos do artigo 14 do Decreto 8.945/16.

Os referidos comitês serão compostos por membros do Conselho de Administração, ou por pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica, nomeados pelo Conselho e têm por objetivo assessorar este órgão no cumprimento das suas responsabilidades de orientação e direção superior da Companhia, com atribuições específicas relacionadas ao escopo de atuação.

Comitê de Auditoria Estatutário

O **Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE")** é um órgão de funcionamento permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, que tem por finalidade assessorá-lo no exercício de suas funções e terá atribuição, sem prejuízo de outras previstas em seu **regimento interno**, aprovado pelo Conselho de Administração, a análise e manifestação sobre as seguintes matérias: a) a contratação e a destituição do auditor independente; b) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; c) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; d) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros.

No cumprimento de suas responsabilidades, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações financeiras da Companhia sejam

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

completas e exatas ou estejam de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Esta é a responsabilidade da administração e dos auditores independentes. No cumprimento de suas responsabilidades descritas em seu regimento interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da Companhia, sendo que pelo menos 1 membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária. A partir da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no ano de 2018, a maioria de membros do CAE deverá ser de membros independentes, devendo ser expressamente declarados como tais na ata da Reunião do Conselho de Administração que os eleger, sendo, também, vedada a participação no CAE de membros da Diretoria Executiva da Companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas.

São atribuições do CAE:

- assessorar o Conselho de Administração na análise das demonstrações financeiras consolidadas anuais e trimestrais, preparadas de acordo com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS), quanto a sua conformidade às exigências legais e regulatórias e à adequada representação da situação econômico-financeira da Companhia, para arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- ser diretamente responsável por analisar e propor ao Conselho de Administração a resolução de conflitos entre os administradores e os auditores independentes, relacionados à divulgação de informes econômico-financeiros;
    - para tanto o CAE pode avaliar e discutir, com os auditores independentes, quaisquer problemas ou dificuldades encontradas pelos auditores decorrentes do processo de auditoria e preparação dos informes econômico-financeiros, bem como qualquer carta para a gerência da Companhia emitida pelos auditores independentes e a resposta da Companhia a tal carta. A avaliação deve abordar as dificuldades encontradas durante a auditoria, incluindo quaisquer restrições ao escopo das atividades ou acesso às informações necessárias, quaisquer desacordos com os administradores sobre princípios contábeis e assuntos relacionados, e ajustes nas demonstrações financeiras recomendados pelos auditores independentes;
- receber, reter e processar denúncias sobre questões contábeis, de controles internos ou de auditoria, bem como denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, além de ser responsável por estabelecer procedimentos internos relativos a tais matérias;
- assessorar o Conselho de Administração e os administradores da Companhia, com o apoio da auditoria interna e da auditoria independente, assim como das unidades envolvidas no gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, a monitorar a qualidade e integridade: (i) dos mecanismos de controles internos; (ii) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à avaliação e gerenciamento de riscos;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- receber e analisar informações da Diretoria Executiva, da auditoria independente e da auditoria interna sobre as deficiências nos controles internos, divulgação de informações financeiras e fraudes que envolvam administradores ou empregados, recomendando as medidas cabíveis;
- analisar os relatórios de recomendações elaborados pela auditoria independente, bem como os relatórios sobre controles internos relacionados a aspectos financeiros, contábeis, legais e éticos, elaborados pela auditoria interna e pelas unidades responsáveis pelas avaliações destes controles, e verificar o cumprimento das recomendações contidas nesses relatórios;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- avaliar e discutir todas as comunicações relevantes formais entre os auditores independentes e a administração da Companhia;
- analisar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração e avaliar seu cumprimento, acompanhando as atividades exercidas e os relatórios emitidos pela auditoria interna, encaminhando àquele Colegiado as recomendações pertinentes;
- ser diretamente responsável por acompanhar, analisar e recomendar ao Conselho de Administração a contratação, assim como a eventual destituição, dos auditores independentes, observando a preservação da sua independência para a emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, principalmente nas situações de demandas de outros serviços de auditoria para tais profissionais e considerando a capacitação técnica, experiência dos profissionais da equipe designada para os trabalhos de auditoria;
- ser diretamente responsável por supervisionar as atividades: (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua independência, a qualidade dos serviços prestados, a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii) da área de controles internos da Companhia; (iii) da área de auditoria interna da Companhia; e (iv) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, bem como revisar, ao menos uma vez por ano, o sumário das transações com partes relacionadas da Companhia envolvendo seus Diretores e Conselheiros, bem como: filhos, cônjuge ou companheiro(a) destes membros e (b) os filhos e dependentes do cônjuge ou de companheiro(a) destes membros; além de qualquer outra relação com partes relacionadas que seja relevante, conforme definido pela CVM;
- realizar análise prévia das transações com partes relacionadas que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM 480/09, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração;
- realizar a análise das operações com a União, suas autarquias e fundações, com a controladora e com empresas estatais federais, que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, remetendo aquelas por ele consideradas fora do curso normal dos negócios da companhia à avaliação do Comitê de Minoritários;
- avaliar e propor, quando pertinente, que as recomendações decorrentes do exercício das atribuições deste Comitê sejam estendidas às sociedades subsidiárias e controladas da Companhia, observando as deliberações dos seus respectivos órgãos de administração, bem como a legislação aplicável;
- elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social;
- avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a auditoria interna, a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção;
- zelar pela adoção, manutenção e aprimoramento de boas práticas de conformidade legal e integridade pela Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração quando julgar necessário;
- propor ao Conselho de Administração, sempre que julgar necessária, a revisão deste Regimento Interno, observando o Estatuto Social da BR e demais documentos aprovados pelo Conselho de Administração, bem como a legislação aplicável.

Comitê de Riscos e Financeiro

O **Comitê de Riscos e Financeiro**, com enfoque estratégico, é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração em assuntos estratégicos e financeiros, tais como os riscos concernentes à gestão financeira, a proposta de plano estratégico, o plano de negócios e demais diretrizes e orientações relacionadas ao escopo do Comitê definidas em seu **regimento interno**.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O escopo das atribuições do Comitê pode ser estendido às sociedades subsidiárias e controladas da Companhia, observada a legislação aplicável.

São atribuições do Comitê de Riscos e Financeiro:

- analisar e emitir recomendações sobre as diretrizes estratégicas, o plano estratégico e o plano de negócios da Companhia, inclusive sob o ponto de vista da sua financiabilidade e disciplina na alocação de capital;
- analisar, revisar e recomendar medidas e ações envolvendo investimento e/ou desinvestimento e aquisição de ativos pela Companhia ou por suas subsidiárias e controladas;
- acompanhar a disciplina da execução do plano estratégico, do plano de negócios e do orçamento anual, podendo recomendar eventuais ajustes e adequações dos mesmos;
- acompanhar a execução financeira dos projetos de capital e sua aderência aos valores orçados;
- analisar e revisar o orçamento, fluxo de caixa, política de endividamento e estrutura de capital da Companhia;
- analisar e emitir recomendações sobre a remuneração dos acionistas, bem como sua consistência com as políticas existentes sobre dividendos e a estrutura de capital e de fluxo de caixa livre;
- avaliar as políticas financeiras, recomendando eventuais ajustes, bem como acompanhar e analisar a sua efetividade e implementação na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração;
- analisar e recomendar oportunidades em relação às operações de financiamento e os limites de exposição de risco, com o objetivo de melhoria da estrutura de capital da Companhia;
- analisar e emitir recomendações sobre as operações de fusão, cisão, e incorporação da BR e das suas controladas;
- acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da Companhia, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e com liquidez;
- emitir parecer sobre as demais matérias de conteúdo estratégico e de natureza financeira, encaminhadas a esse Comitê, quando aplicável, bem como analisar e avaliar outros temas de caráter estratégico.

Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão

O **Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão (CIRS)** é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades, no que tange a matérias de indicação, remuneração e sucessão previstas em seu **regimento interno** e no Estatuto Social, bem como debater outras questões relacionadas ao escopo do Comitê.

O CIRS atuará para atender ao disposto na Lei 13.303/16 e no Decreto 8.945/16, exercendo as atribuições do comitê de elegibilidade tanto para a Companhia quanto para suas sociedades subsidiárias e controladas abrangidas pela referida legislação. Quando do exercício da função de comitê de elegibilidade, as manifestações do CIRS se destinarão a auxiliar os acionistas na indicação de membros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, não se limitando neste caso a um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, e a verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos Conselheiros Fiscais.

O escopo das atribuições do Comitê estende-se às sociedades subsidiárias e controladas da Companhia abrangidas pela Lei 13.303/16 e pelo Decreto 8.945/16, observada a legislação aplicável.

São atribuições do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão:

- quanto à indicação e sucessão:
  - analisar as propostas de alterações na Política de Indicação da Companhia;
  - auxiliar os acionistas, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações daqueles indicados para membros do: (i) Conselho de Administração; e (ii) do Conselho Fiscal;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- verificar a conformidade do processo de indicação de membros da Diretoria Executiva e dos participantes de comitês de assessoramento que não sejam membros do Conselho de Administração opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações dos indicados;
- verificar a conformidade do processo de indicação de administradores e conselheiros fiscais das sociedades abrangidas pela Lei 13.303/16 e pelo Decreto 8.945/16, encaminhados pela União, pela Petrobras, pelos empregados e pelos acionistas minoritários, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações dos indicados;
- apoiar o Conselho de Administração no processo de seleção e indicação de:
  I - pessoas para posições de conselheiro, para repor eventuais vacâncias de cargos, até a realização da próxima Assembleia Geral, bem como os membros externos dos comitês de assessoramento ao Conselho;
  II - pessoas que irão integrar a Diretoria Executiva e Gerentes Executivos ou equivalentes da Companhia, observado o plano de sucessão da Companhia conduzido pela área de Recursos Humanos;
  III - administradores e conselheiros fiscais indicados pela Companhia em suas sociedades subsidiárias, controladas e coligadas, conforme o caso, observada a Matriz de Limites de Atuação aprovada pelo Conselho de Administração.
- analisar as propostas ao Conselho de Administração de políticas e mecanismos de sucessão de membros da Diretoria Executiva e de Gerentes Executivos ou equivalentes, de modo a suportar o Plano Estratégico da Companhia;
- fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre o número de membros, composição e funcionamento do CA e de seus Comitês;
- analisar as propostas ao Conselho de Administração de critérios de integridade e *compliance*, bem como demais critérios e requisitos relacionados ao processo de eleição e destituição de membros da Diretoria Executiva e de indicação e destituição dos Gerentes Executivos ou equivalentes da Companhia e das demais funções vinculadas ao Conselho de Administração;
- analisar as propostas ao Conselho de Administração de políticas e diretrizes relativas aos Consultores Sênior e Master, de modo a suportar o Plano Estratégico da Companhia.

- quanto à avaliação:
  - dar suporte ao Presidente do Conselho de Administração na organização de um processo formal e periódico de avaliação dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e de seus Comitês;
  - analisar as propostas ao Conselho de Administração de indicadores oriundos do Plano de Negócios para avaliação do desempenho da Diretoria Executiva e Gerências Executivas ou equivalentes;
  - apoiar o Conselho de Administração, mediante solicitação deste Conselho, no processo de escolha e avaliação de desempenho anual do responsável pela Ouvidoria da Companhia;
  - verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos Conselheiros Fiscais da Companhia e de suas sociedades subsidiárias e controladas abrangidas pela Lei 13.303/16 e pelo Decreto 8.945/16.

- quanto à remuneração:
  - apresentar ao Conselho de Administração propostas de políticas e mecanismos de remuneração dos membros da Alta Administração (CA, DE e Gerências Executivas ou equivalentes), observadas as estratégias da Companhia e referenciais de mercado;
  - analisar as propostas ao Conselho de Administração, anualmente, da remuneração dos administradores da Companhia (CA e DE), bem como da remuneração dos membros dos Comitês, a ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas;
  - analisar as propostas ao Conselho de Administração, anualmente, da política de remuneração variável da Diretoria Executiva (definindo os percentuais a serem pagos de acordo com os atingimentos das metas, definidas pelo Conselho de Administração);
  - promover e acompanhar a adoção de práticas de boa governança corporativa relativas à remuneração e sucessão, assim como a eficácia de seus processos, propondo atualizações e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

melhorias quando necessário;
- analisar as propostas ao Conselho de Administração da divulgação, nos relatórios anuais da Companhia, das atividades desempenhadas por este Comitê, quando julgar pertinente.

Comitê de Minoritários
O **Comitê de Minoritários (COMIN)** é um órgão estatutário de caráter independente, permanente, sendo suas reuniões realizadas por ocasião da existência na agenda do Conselho de Administração de temas afetos ao seu escopo. O COMIN está vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades, no que tange à análise e emissão de recomendações e pareceres sobre operações com a União, suas autarquias e fundações, com a controladora e com empresas estatais federais, desde que, nestes dois últimos casos, sejam fora do curso normal dos negócios da Companhia, e que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, a fim de conferir maior alinhamento às melhores práticas de governança corporativa, garantindo a transparência e imparcialidade da operação para os acionistas não-controladores.

São atribuições do COMIN:
- analisar e emitir recomendações e pareceres sobre matérias que envolvam transações com partes relacionadas entre a Companhia e a União, suas autarquias e fundações, a controladora e empresas estatais federais, desde que, nestes dois últimos casos, sejam fora do curso normal dos negócios da Companhia, e que estejam na alçada de aprovação do Conselho;

- propor ao Conselho de Administração a divulgação, nos relatórios anuais da Companhia, das atividades desempenhadas por este Comitê, quando julgar pertinente.

O COMIN possui **regimento interno**.

Comitês da Diretoria Executiva
A Diretoria Executiva é assessorada por nove comitês não estatutários: Comitê Executivo de Negócios; Comitê Executivo de Suprimento de Biocombustíveis e Derivados de Petróleo; Comitê Executivo de Crédito e Cobrança; Comitê Executivo de Recursos Humanos; Comitê Executivo de Tecnologia da Informação; Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); Comitê Executivo de Inovação; Comitê Executivo de Marketing e Comitê Executivo de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos.

São atribuições do Comitê Executivo de Negócios:
a. Analisar temas relevantes e estratégicos sob a ótica integrada de várias áreas de negócios da Companhia; b. Assessorar a Diretoria Executiva na definição dos remanejamentos de orçamentos entre Projetos; c. Analisar e orientar a implantação ou revisão de sistemáticas de planejamento, desenvolvimento e avaliação de negócios e de Projetos de Investimentos; d. Analisar e propor cenários e premissas para a elaboração do Plano Anual de Negócios (PAN) e do Plano de Negócios e Gestão (PNG); e. Promover a análise crítica dos resultados econômico-financeiros dos negócios da Companhia, recomendando ações específicas a serem desenvolvidas, quando necessário; f. Promover a avaliação do andamento das iniciativas estratégicas e indicadores da Companhia, recomendando ações específicas a serem desenvolvidas, quando necessário; g. Propor e acompanhar a implantação das diretrizes relativas ao processo de gestão no âmbito da Companhia; h. Propor orientações para as Sociedades Investidas da BR sobre matérias de competência da Assembleia Geral, de forma a garantir o alinhamento estratégico nas decisões, observada a autonomia de gestão de cada sociedade. i. Propor a criação e extinção de comissões vinculadas a este Comitê e, no caso da criação, indicar o seu Coordenador e propor um direcionamento para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

São atribuições do Comitê Executivo de Suprimento de Biocombustíveis e Derivados de Petróleo:
a. Avaliar, identificar e promover as correções necessárias nos processos de suprimento e aquisição de biocombustíveis e de derivados de petróleo na Companhia; b. Aprovar orientações relacionadas às necessidades de aquisição de biocombustíveis e derivados de petróleo na Companhia, promovendo suas

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

implementações; c. Propor a política de formação de estoques de biocombustíveis e derivados de petróleo e seus ajustes, promovendo suas implementações quando aprovadas; d. Analisar o alinhamento das estratégias de aquisição e suprimento de biocombustíveis e derivados de petróleo ao Planejamento Estratégico da Companhia, identificando e orientando para as correções necessárias; e. Propor estratégias de atuação para o negócio lubrificantes; f. Apresentar as premissas adotadas na elaboração do PAN e PNG, no que tange ao suprimento e à aquisição de biocombustíveis e de derivados de petróleo; g. Propor a criação e extinção de comissões vinculadas a este comitê e, no caso da criação, indicar o seu Coordenador e propor um direcionamento para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

São atribuições do Comitê Executivo de Crédito e Cobrança:
a. Deliberar sobre os assuntos de alçada de dois Diretores Executivos (relacionados à Gestão de Crédito e Cobrança - Conceito, Diretrizes e Atribuições e seus documentos complementares; b. Propor a criação e extinção de comissões e grupos de trabalho vinculados a este Comitê e, no caso da criação, indicar o seu Coordenador e propor um direcionamento para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

São atribuições do Comitê Executivo de Recursos Humanos:
a. Promover a identificação de políticas e matérias estratégicas de gestão de recursos humanos no âmbito da Companhia antes de seu encaminhamento à Diretoria Executiva ou ao Conselho de Administração, quando for o caso; b. Analisar e estabelecer metas e indicadores de recursos humanos, monitorando a evolução dos resultados para a melhoria da gestão; c. Analisar e orientar as proposições envolvendo lotação de pessoal dos órgãos da Companhia; d. Analisar e orientar na proposição de planos que disponham sobre a admissão, carreira, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Companhia; e. Avaliar temas de recursos humanos, visando ao alinhamento de políticas e práticas da Companhia com as melhores práticas do mercado e das empresas do Sistema Petrobras; f. Propor a criação e extinção de comissões e grupos de trabalho vinculados a este Comitê e, no caso da criação, indicar o seu Coordenador e propor um direcionamento para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

São atribuições do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação:
a. Avaliar e estabelecer prioridades nos projetos de TI propostos pelas gerências da Companhia; b. Estabelecer, acompanhar e analisar indicadores, metas e objetivos de tecnologia da informação, definindo orientações para melhoria da gestão; c. Estabelecer e manter atualizadas as estratégias relacionadas à gestão de tecnologia da informação, fomentando a melhoria contínua do desempenho da Companhia; d. Promover a análise crítica dos eventos de maior relevância, relacionados à TI, ocorridos no âmbito da Companhia; e. Avaliar e propor as correções de rumo de caráter estratégico na gestão de tecnologia da informação; f. Analisar matérias relevantes que se pretendem propor à deliberação da Diretoria Executiva que envolvam a gestão da tecnologia da informação da Companhia ou que afetem esta atividade; g. Propor a criação e extinção de comissões e grupos de trabalho vinculados a este comitê e, no caso da criação, indicar o seu Coordenador, bem como propor um direcionamento para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

São atribuições do Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde SMS:
a. Analisar e emitir recomendações sobre a criação, extinção ou modificação da Política e Diretrizes Corporativas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS e Resp onsabilidade Social - RS; b. Acompanhar a efetividade de implementação da Política e Diretrizes Corporativas de SMS, em consonância com o Planejamento Estratégico da Companhia; c. Assessorar a Diretoria Executiva na definição das estratégias, políticas e diretrizes de SMS fomentando a melhoria contínua do desempenho da Companhia; d. Estabelecer, acompanhar e analisar indicadores, limites de alerta, metas e objetivos corporativos de SMS, definindo orientações para melhoria da gestão; e. Promover a análise crítica dos acidentes e eventos de maior relevância ocorridos no âmbito da Companhia e recomendações mais relevantes de auditorias; f. Deliberar sobre propostas de projetos e ações de melhorias na área de SMS; g. Avaliar e revisar o modelo de gestão de SMS de acordo com necessidades e prioridades estabelecidas pela Companhia; h. Assessorar a Diretoria Executiva ou seus membros na elaboração de pautas para apreciação do Conselho de Administração e no desdobramento das suas orientações; i. Propor a criação e extinção de comissões e grupos de trabalho vinculados a este Comitê e, no caso da criação, indicar o seu Coordenador e propor um direcionamento para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

São atribuições do Comitê Executivo de Inovação:
a. Promover a identificação de iniciativas de inovação, fomentando a melhoria contínua do desempenho dos processos; b. Analisar e propor projetos inovadores para o desenvolvimento, crescimento e o atingimento dos objetivos da Companhia; c. Analisar, orientar e avaliar um modelo de gestão da inovação da Companhia; d. Estabelecer critérios e metodologia de seleção e análise de ideias ou projetos de inovação, considerando, dentre outros aspectos, o seguinte:
consistência entre objetivos e estratégias; legalidade; aderência às tendências de mercado; inovação em produtos e serviços; competitividade dos produtos e serviços; crescimento e desenvolvimento sustentável do projeto; e. Avaliar e selecionar os projetos de inovação e, quando for o caso, submetê-los ao Comitê de Negócios; f. Acompanhar o desenvolvimento dos projetos de inovação; g. Divulgar e estimular internamente a cultura de inovação na Companhia; h. Propor a criação e extinção de comissões e grupos de trabalho vinculados a este Comitê e, no caso da criação, indicar o seu Coordenador e propor um direcionamento para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

São atribuições do Comitê Executivo de Marketing:
a. Acompanhar a execução e resultados do plano de marketing e comunicação da Companhia; b. Promover a integração das ações de marketing e comunicação da Companhia; c. Propor diretrizes de atuação de marketing e comunicação da Companhia; d. Analisar cenário e tendências de cada mercado e propor posicionamento nos temas marketing e comunicação; e. Propor o desenvolvimento de ações de marketing e comunicação para o portfólio de produtos e serviços da Companhia; f. Identificar oportunidades de desenvolvimento de novos negócios, produtos ou serviços, e, quando for o caso, atuar em articulação com o Comitê de Inovação; g. Propor a criação e extinção de comissões e grupos de trabalho vinculados a este Comitê e, no caso da criação, indicar o seu Coordenador e proporum direcionamento para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

São atribuições do Comitê Executivo de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos:
a. Promover o debate integrado sobre ações de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos, Controles Internos que sejam relevantes com relação ao Plano Estratégico da Companhia e seus desdobramentos, podendo formular recomendações aos gestores; b. Analisar propostas encaminhadas, bem como propor estratégias, diretrizes, políticas, procedimentos e orientações de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos; c. Avaliar e promover a implementação de ações, princípios de conduta e padrões de comportamento, bem como de estruturas relacionadas à Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos; d. Acompanhar e monitorar a realização das ações de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos que tenham sido apreciadas por este Comitê; e. Promover a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões de governança; f. Propor a criação e extinção de comissões e grupos de trabalho vinculados a este Comitê e, no caso da criação, indicar o seu Coordenador e propor um direcionamento para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

Todos os comitês de assessoramento à Diretoria Executiva supracitados possuem regimento interno.

V) Auditoria Interna
A Companhia dispõe de Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, responsável por promover avaliação sobre a eficácia dos processos, avaliar as atividades de conformidade, governança e risco, por meio de plano anual de auditoria, bem como o assessoramento ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal, no exercício do controle das atividades da Companhia. A Auditoria Interna é provida de estrutura e orçamento adequados às suas funções, para avaliar as atividades desenvolvidas pela Companhia com o objetivo de certificar sua execução em conformidade com as diretrizes empresariais e a legislação vigente.
.

Além da Auditoria Interna, a Companhia também conta com a prestação de serviços de auditoria externa, por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, os quais são previamente aprovados pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de serviços de consultoria.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

VI) Ouvidoria

A Companhia dispõe de uma Ouvidoria, subordinada ao Conselho de Administração, que tem a finalidade de atuar como canal de comunicação entre a Administração e os diversos públicos de interesse da Companhia, incluindo clientes, fornecedores, empregados, consumidores e investidores, permitindo-lhes buscar a solução de problemas no seu relacionamento com a Companhia, mediante o registro de reclamações, denúncias e sugestões.

Além das outras previstas na legislação, são atribuições da Ouvidoria:

(a) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes, fornecedores, empregados, consumidores e investidores;

(b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;

(c) informar o prazo previsto para resposta final;

(d) propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento dos procedimentos e rotinas da instituição; e

(e) elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao CAEe ao Conselho de Administração relatórios semestrais sobre sua atuação, contendo as proposições mencionadas na alínea anterior.

VII) Área de Governança, Risco e Conformidade

A Companhia dispõe de Gerência de Governança, Risco e Conformidade, vinculada ao Presidente ou à órgão superior, conforme definido no Plano Básico de Organização, com as seguintes atribuições:

a. Orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança, risco e conformidade;
b. Coordenar a gestão da conformidade e dos controles internos necessários, incluindo os aspectos de fraude e corrupção;
c. Orientar e promover a aplicação das políticas de gestão de riscos de acordo com a legislação vigente;
d. Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação de comitês

O Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento permanente e foi instalado em 12 de novembro de 1971.

Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, em 31/08/2017, foi aprovada a criação dos seguintes Comitês Estatutários: Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Riscos e Financeiro, Comitê de Minoritários e o Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão.

Os regimentos internos dos comitês acima mencionados foram aprovados pelo Conselho de Administração em 25/08/2017. Os Comitês de Auditoria Estatutário e de Riscos e Financeiro estão em funcionamento, tendo seus membros sido eleitos em reunião do Conselho de Administração em 19/09/2017. O Comitê de Minoritários será instalado após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018 e o Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, até 30 de junho de 2018, conforme legislação aplicável.

A Auditoria Interna foi criada em 28 de fevereiro de 1980, tendo se tornado estatutária em 31 de agosto de 2017.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Nos termos do artigo 23, inciso IV, do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração avaliar, anualmente, resultado de desempenho, individual e coletivo, dos administradores e dos membros dos comitês estatutários do Conselho de Administração.

O processo de avaliação formal do Conselho de Administração, definido em seu Regimento Interno, estabelece que haja pauta específica para:
a) avaliar os procedimentos relacionados ao processo decisório desse Colegiado;
b) avaliar as práticas de governança corporativa, em especial no que se refere à eficácia dos Comitês a ele vinculados;
c) avaliar sua função de planejamento e controle, principalmente no que tange ao direcionamento estratégico da Companhia e ao acompanhamento da gestão da Diretoria Executiva e de seus membros.

O Regimento Interno da Diretoria Executiva, também, estabelece que haja pauta específica para:
a) avaliar os procedimentos relacionados ao processo decisório da Companhia;
b) avaliar as práticas de governança corporativa, em especial no que se refere à eficácia dos Comitês a ela vinculados;
c) avaliar o alcance de metas estratégicas definidas no Plano de Negócios e Gestão da Companhia.

O resultado desta avaliação deve ser reportada pela Diretoria Executiva ao Conselho de Administração.

Os comitês estatutários do Conselho de Administração realizam avaliação anual de desempenho, cujo resultado é enviado pelo Presidente do respectivo comitê para conhecimento do Conselho de Administração, conforme disposto em seu Regimento Interno.

O Conselho Fiscal realiza autoavaliação de desempenho, prevista em seu Regimento Interno, levando-se em conta a execução do plano de trabalho definido no exercício anterior pelo Colegiado.

A avaliação de desempenho, atualmente, não gera reflexos na indicação e na remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria Executiva é formada pelo Presidente, Diretor Executivo de Operação e Logística, Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Executivo de Rede de Postos e Diretor Executivo de Mercado Consumidor, cada qual com suas respectivas atribuições.

Conforme previsto no art. 30 do Estatuo Social, compete, individualmente:

I. Ao Presidente:

a) Elaborar e submeter à aprovação da Diretoria Executiva os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;

b) Convocar, presidir e coordenar os trabalhos das reuniões da Diretoria Executiva;

c) Propor ao Conselho de Administração a indicação dos Diretores Executivos;

d) Designar os representantes da Companhia nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas e coligadas;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

e) Prestar informações ao Ministro de Estado ao qual a Companhia está vinculada, e aos órgãos de controle do Governo Federal, bem como ao Tribunal de Contas da União e ao Congresso Nacional;

f) Aprovar as normas e procedimentos para desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização;

g) Garantir a mobilização de recursos para fazer frente às situações de risco severo à segurança, meio ambiente e saúde;

h) Elaborar o orçamento, o plano de investimentos e o plano de negócios da Companhia;

i) Propor a lotação de pessoal dos órgãos da Companhia;

j) Orientar e promover a aplicação das políticas e das diretrizes de recursos humanos da Companhia;

k) Propor à Diretoria Executiva os planos que disponham sobre a admissão, carreira, vantagens e regime disciplinar dos empregados da Companhia;

l) Tomar decisões de competência da Diretoria Executiva, ad referendum desta, em caráter de urgência, sempre em conjunto com outro Diretor Executivo; e

m) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

II. Ao Diretor Executivo de Operação e Logística:

a) Elaborar e propor as políticas de gestão de construção e planejamento, operação e manutenção dos ativos da Companhia;

b) Coordenar as atividades de projeto de forma a garantir o cumprimento dos objetivos dos projetos, notadamente os prazos, valores de investimentos, qualidade e segurança de construção;

c) Coordenar as atividades de gerenciamento geral das bases e terminais de forma a garantir o cumprimento dos objetivos de gestão, notadamente o de eficiência, disponibilidade, segurança e ambiente;

d) Coordenar o planejamento e o processo de aquisição de combustíveis e lubrificantes, bem como a respectiva operacionalização logística; e

e) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

III. Ao Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores:

a) Prover os recursos financeiros necessários à operação da Companhia, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;

b) Movimentar os recursos monetários da Companhia, sempre em conjunto com outro Diretor Executivo;

c) Acompanhar e reportar à Diretoria Executiva o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;

d) Contabilizar, controlar e reportar à Diretoria Executiva as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;

e) Promover a gestão financeira da Companhia e acompanhar a gestão financeira das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e dos consórcios;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

f) Elaborar e propor as políticas de compras, planejamento econômico-financeiro e tributário da Companhia;

g) Gerir os serviços de contabilidade e tesouraria, incluindo a contratação de empréstimos, financiamentos e suas aplicações e elaboração dos fluxos de caixa da Companhia;

h) Coordenar o processo de planejamento e contratação de bens e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;

i) representar a Companhia perante a CVM e demais entidades do mercado de capitais e instituições financeiras, bem como órgãos reguladores e bolsas de valores, nacionais e estrangeiros, nas quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação, além de fazer cumprir as normas regulamentares aplicáveis à Companhia no tocante aos registros mantidos junto à CVM e junto aos órgãos reguladores e bolsas de valores nas quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação e administrar a política de relacionamento com investidores;

j) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Capítulo IX do estatuto social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências; e

k) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

IV. Ao Diretor Executivo de Rede de Postos:

a) Elaborar e propor as políticas de atuação de rede de postos e lojas de conveniência;

b) Elaborar o orçamento, o plano de investimentos e o plano de negócios da sua área; e

c) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

V. Ao Diretor Executivo de Mercado Consumidor:

a) Elaborar e propor as políticas de atuação de do mercado consumidor;

b) Elaborar o orçamento, o plano de investimentos e o plano de negócios da sua área; e

c) Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

VI. Ao Presidente e a cada Diretor Executivo, dentre as áreas de contato descritas no Plano Básico de Organização:

a) implementar o plano estratégico e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, com utilização do sistema de gestão da Companhia;

b) admitir e demitir empregados e formalizar as designações para cargos e funções gerenciais;

c) designar empregados para missões no exterior;

d) reportar à Diretoria Executiva as atividades técnicas e operacionais das subsidiárias integrais e empresas das quais a Companhia participe ou com as quais esteja associada;

e) administrar, supervisionar e avaliar desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização, bem como praticar atos

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

de gestão correlacionados a essas atividades, podendo fixar limites de valor para delegação da prática desses atos, respeitadas as regras corporativas aprovadas pela Diretoria Executiva; e

f) aprovar as normas e procedimentos para desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta, conforme definido no Plano Básico de Organização.

Adicionalmente, a estrutura geral da Companhia é composta das unidades organizacionais vinculadas diretamente ao Presidente e aos demais Diretores Executivos, relacionadas abaixo, além da Ouvidoria, da Auditoria Interna e da Gerência de Governança, Risco e Conformidade, as quais são vinculadas ao Conselho de Administração, reportando-se, no âmbito administrativo, ao Presidente da Companhia.

Áreas da Presidência:

Auditoria Interna (AUDI)
Avaliar as atividades desenvolvidas pela Companhia com o objetivo de assegurar sua execução em conformidade com as diretrizes empresariais e a legislação vigente.

Ouvidoria
Planejar, orientar, coordenar e avaliar atividades que visem acolher opiniões, sugestões, críticas, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia, promovendo as apurações decorrentes e as providências a serem adotadas.

Gerência de Governança, Risco e Conformidade (GGRC)
Elaborar e monitorar a execução do modelo de governança, fortalecer a visão integrada dos riscos corporativos, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão dos riscos relevantes, planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades de conformidade e controle.

Gerência de Comunicação (GCO)
Desenvolver as atividades de comunicação mercadológica e institucional, bem como a gestão de patrocínios, de publicidade e da comunicação interna.

Secretaria Geral (SEGE)
Organizar e formalizar atos e processos decisórios de assembleias de acionistas, reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como coordenar a representação da Companhia junto aos Órgãos do Governo Federal.

Gerência de Recursos Humanos (GRH)
Planejar, orientar e executar o conjunto de ações de suporte à gestão dos recursos humanos da Companhia.

Gerência de Planejamento e Desempenho (GPL)
Coordenar o planejamento, a orçamentação e avaliação de desempenho corporativo, o alinhamento e aprimoramento dos métodos de gestão e da organização, a condução de estudos e iniciativas regulatórias, bem como assegurar que a gestão das participações da BR esteja alinhada aos interesses estratégicos da Companhia.

Gerência Jurídica (GJD)
Orientar e prestar serviços de natureza jurídica no âmbito da Companhia.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Área da Rede de Postos:

Gerência de Automotivos 1 (GAT-1)
Comercializar combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência na denominada rede automotiva 1 da BR, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Gerência de Automotivos 2 (GAT-2)
Comercializar combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência na denominada rede automotiva 2 da BR, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Gerência de Automotivos 3 (GAT-3)
Comercializar combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência na denominada rede automotiva 3 da BR, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Gerência de Automotivos 4 (GAT-4)
Comercializar combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência na denominada rede automotiva 4 da BR, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Gerência Corporativa da Rede de Postos (GCRP)
Coordenar o planejamento integrado e avaliar o desempenho da Rede Automotiva, avaliar tendências do mercado, desenvolver e coordenar planos de marketing, propaganda e promoção, estabelecer políticas comerciais para a Rede Automotiva e para os lubrificantes automotivos, bem como prospectar novos modelos de negócio e produtos.

Área de Mercado Consumidor:

Gerência de Grandes Consumidores (GGC)
Comercializar combustíveis, lubrificantes e prestar serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da BR.

Gerência de Produtos de Aviação (GPA)
Comercializar produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país.

Gerência de Produtos Químicos (GPQ)
Desenvolver, distribuir e comercializar produtos químicos e serviços para a indústria química e do petróleo.

Gerência de Negócios de Energia (GNE)
Desenvolver, comercializar e implantar soluções energéticas para os clientes da Companhia e operar a distribuição de Gás Natural canalizado no Espírito Santo.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Área de Operação e Logística:

Gerência Industrial (GEI)
Desenvolver, industrializar e disponibilizar lubrificantes, parafina e produtos correlatos para os mercados de atuação da BR.

Gerência de Operações (GOP)
Gerenciar o atendimento a clientes, bem como receber, armazenar, movimentar e entregar produtos comercializados pelos mercados de Consumidores e da Rede de Postos da BR, através das instalações em terminais, bases e outros centros operacionais no país.

Gerência de Logística e Suprimento (GLOG)
Projetar e administrar os sistemas de fluxo de produtos comercializados pela Companhia e negociar o suprimento de produtos combustíveis líquidos e de serviços de transporte junto aos fornecedores da BR.

Gerência de Engenharia, Saúde, Meio Ambiente e Segurança (GESMS)
Prestar serviços de engenharia solicitados pelos órgãos da Companhia, bem como planejar, orientar e coordenar o conjunto de ações relativas à gestão de SMS no âmbito da BR.

Área Financeira e de Relações com Investidores:

Gerência de Administração e Planejamento Tributário (GAPT)
Executar o planejamento e a administração tributária da Companhia, visando à maximização dos seus resultados através da economia de tributos.

Gerência de Operações Financeiras (GOF)
Gerir os recursos financeiros, a tesouraria, a cobrança, avaliar a financiabilidade da Companhia, desenvolver soluções financeiras geradoras de valor para a BR e coordenar os processos de concessão de crédito e formação de preços.

Gerência de Contabilidade (GCON)
Planejar, coordenar, normatizar e executar o conjunto de atividades relacionadas com o controle patrimonial, contábil-societário e gerencial da Companhia.

Gerência de Tecnologia da Informação (GTI)
Integrar sistemas de controle tanto de novos ativos quanto de clientes que compartilhem informações comerciais e operacionais com a BR, desenvolver sistemas internamente e dar suporte aos usuários de Tecnologia da Informação da Companhia.

Gerência de Serviços Compartilhados (GSC)
Gerenciar a prestação de serviços administrativos, a normatização da administração de material e a execução de processos de contratação de bens e serviços centralizados.

Gerência de Relações com Investidores (GRI)
Assegurar a gestão do relacionamento com o mercado investidor, órgãos reguladores e demais públicos de interesse.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleia gerais

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação

As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, com no mínimo 15 dias de antecedência, conforme o disposto no art. 24, inciso VII do Estatuto Social da Companhia.

b. Competências

A Assembléia Geral Ordinária (AGO) terá realização anual, no prazo previsto no art. 132 da Lei das Sociedades por Ações, em local, data e hora previamente fixados pelo Conselho de Administração, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; e

III - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A Assembléia Geral Extraordinária (AGE), conforme o disposto no art. 36 do Estatuto Social da Companhia, tem por competência deliberar sobre:

I - reforma do presente Estatuto Social;

II - eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração, assim como dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;

III - emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias de sua emissão ou alienação desses títulos se mantidos em tesouraria;

IV - emissão de quaisquer outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações, no País ou no exterior;

V - alienação de debêntures conversíveis em ações ordinárias de emissão de suas controladas que sejam de titularidade da Companhia;

VI - aumento do capital social da Companhia, que exceda o limite do capital autorizado, mediante a subscrição de novas ações, estabelecendo as condições da sua emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização, ou sua redução;

VII - alienação, pela própria Companhia, no todo ou em parte, de ações representativas do seu capital social;

VIII - transformação, fusão, cisão e incorporação da Companhia, bem como incorporação de ações de emissão da Companhia, sua dissolução, liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e aprovação de suas contas;

IX - fixação da remuneração anual dos administradores, global ou individual, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica, dos
Conselheiros Fiscais e dos membros dos Comitês Estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

X - cancelamento do registro de companhia aberta;

XI - aprovação da saída da Companhia do Novo Mercado, respeitado o disposto no Capítulo XI do estatuto social;

XII - escolha de empresa especializada, dentre as instituições qualificadas e indicadas em lista tríplice pelo Conselho de Administração, com experiência comprovada e independência quanto
ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do acionista controlador, além de satisfazer os requisitos e responsabilidades dos §§ 1° e 6º do art. 8° da Lei das Sociedades por Ações, a que será responsável pela preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia para fins de saída do Novo Mercado ou cancelamento de registro de companhia aberta;

XIII - participação da Companhia em grupo de sociedades, conforme definição contida no artigo 265 da Lei das Sociedades por Ações;

XIV - a prévia autorização para a Companhia mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

XV - eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; e

XVI - deliberação sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

A documentação pertinente às matérias que serão deliberadas em Assembleias Gerais ficam à disposição na sede da Companhia, na Rua Correia Vasques, 250, Cidade Nova, Rio de Janeiro, CEP 20.211-140, bem como na página eletrônica da Companhia (ri.br.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia observa as regras constantes na Lei das Sociedades por Ações, no art. 115, § 1º, abaixo transcrito:

> *"Art. 115. O acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas.*
>
> *§ 1º o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia-geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia."*

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não aplicável.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização,

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

Conforme estabelecido no artigo 9 do Estatuto Social da Companhia, o acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais na forma prevista no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, exibindo, no ato, ou depositando, previamente, o comprovante expedido pela instituição financeira depositária, acompanhado do documento de identidade ou procuração com poderes especiais.

Nas Assembleias Gerais da Companhia, o procurador deverá estar munido de documentação que comprove sua legitimidade, quais sejam:

Procurador de acionista pessoa física:
i. documento de identidade válido com foto do procurador;
ii. procuração, constituída há menos de 1 (um) ano, com poderes especiais do representado, com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada), devendo o procurador ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou representante legal de instituição financeira;
iii. cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral pela instituição financeira depositária, contendo a respectiva participação acionária.

Procurador de acionista pessoa jurídica:
i. documento de identidade válido com foto do procurador;
ii. procuração, constituída há menos de 1 (um) ano, com poderes especiais do representado, com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada);
iii. cópia do estatuto social ou do contrato social, atualizado e dos demais atos que investem o outorgante de poderes bastantes para a outorga da procuração;
iv. cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral pela instituição financeira depositária, contendo a respectiva participação acionária.

Fundos de investimento:
i. documento de identidade válido com foto do procurador;
ii. procuração, constituída há menos de 1 (um) ano, com poderes especiais do representado, com firma reconhecida em cartório (original ou cópia autenticada);
iii. cópia do regulamento atualizado, estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, os demais atos que investem o outorgante de poderes bastantes para a outorga da procuração;
iv. cópia de extrato emitido com, no máximo, 10 (dez) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral pela instituição financeira depositária, contendo a respectiva participação acionária.

A Companhia solicita que os acionistas representados por procuradores enviem por correspondência à sede da Companhia ou por e-mail, com **antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis**, os documentos acima elencados, conforme abaixo:

Por correspondência:
Rua Correia Vasques, 250 - Cidade Nova - 20211-140 - Rio de Janeiro - RJ | Brasil
A/C: Flávia Rita Radusweski Quintal Tanabe - Secretária-Geral

Por e-mail:
A/C: Flávia Rita Radusweski Quintal Tanabe - Secretária-Geral
E-mail: flaviarita@br-petrobras.com.br
Assunto: BR – Assembleia Geral - Procuração

A Companhia não exigirá tradução juramentada de documentos originalmente lavrados em português, inglês ou espanhol.

Para os demais idiomas, a Companhia exige o reconhecimento de firma, notarização, apostilamento e tradução juramentada dos documentos de representação dos acionistas.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

A representação da União nas Assembleias Gerais da Companhia realiza-se nos termos da legislação federal específica.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Não aplicável. A CVM editou a Instrução CVM 570, de 17 de novembro de 2015, que torna facultativa, no exercício social de 2016 e 2017, a aplicação da Instrução CVM 561, relativa à participação e votação a distância em assembleias. Desse modo, a Instrução CVM 561 será obrigatoriamente observada pela Companhia somente a partir de 1º de janeiro de 2018. Neste sentido, a Companhia ainda está avaliando as medidas necessárias a serem tomadas para implementação do boletim de voto a distância.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.

Não aplicável

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não aplicável. Conforme exposto acima, a companhia ainda não adota mecanismos de participação e votação à distância em assembleias, por ainda não estar obrigada a fazê-lo.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração:

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No ano de 2016, foram realizadas 29 (vinte e nove) reuniões, sendo 12 (doze) reuniões ordinárias e 17 (dezessete) reuniões extraordinárias.

b. *Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho*

Não há acordo de acionistas arquivados na sede na Companhia.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia observa regramento sobre conflito de interesses aplicável no âmbito do Poder Executivo Federal, Lei nº 12.813, de 16/05/2013 – Lei de Conflito de Interesses e Portaria Interministerial nº 333, de 19/09/2013 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Controladoria Geral da União (CGU), por meio do qual é disciplinado a forma de esclarecimento e orientação aos colaboradores sobre eventual conflito de interesses.

O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 15, § 2º, estabelece que o indicado para o cargo de administração não poderá apresentar conflito de interesse com a Companhia, sendo este um requisito a ser avaliado no âmbito da Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão. Ademais, o artigo 22 prevê hipóteses de conflito de interesses posterior ao término de gestão dos administradores e membros do conselho fiscal, impedindo-os de exercer determinadas atividades, por um período de seis meses, mediante remuneração compensatória, autorizada previamente pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

O Código de Ética do Sistema Petrobras, aprovado em 29 de novembro de 2006 pelo Conselho de Administração da Petrobras, ao qual sujeitam-se os colaboradores das empresas do Sistema Petrobras, entre eles os membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais, das Diretorias Executivas, os ocupantes de funções gerenciais, os empregados, os estagiários e os prestadores de serviços de tais sociedades, determina que os mesmos não devem se envolver em qualquer atividade que seja conflitante com os interesses do Sistema Petrobras e devem comunicar aos superiores hierárquicos ou às Ouvidorias qualquer situação que configure aparente ou potencial conflito de interesses.

O Guia de Conduta da Petrobras Distribuidora, aprovado em 18 de dezembro de 2015 pelo Conselho de Administração, constitui um conjunto de regras que complementam o Código de Ética, e considera conflito de interesses qualquer situação gerada pelo confronto entre os interesses do Sistema Petrobras e os interesses particulares dos integrantes da força de trabalho da Companhia, que possa vir a comprometer os interesses do Sistema Petrobras ou influenciar de maneira imprópria o desempenho das atividades na Companhia.

A Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 26 de abril de 2016 e revisada em 25 de agosto de 2017 pelo Conselho de Administração, orienta a Companhia e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhado à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa. A citada política estabelece que:

a) Caso seja identificado potencial conflito de interesse, o administrador ou integrante da força de trabalho da Companhia deverá declarar-se impedido e abster-se de participar da negociação e do processo decisório relativo à operação, com o objetivo de manter o esperado alinhamento de interesses com a

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Companhia.

b) Na hipótese de algum membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva ter potencial ganho privado decorrente de alguma decisão e não manifestar seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha ciência do fato poderá fazê-lo. Neste caso, a ausência de manifestação voluntária do administrador poderá ser considerada uma violação aos seus deveres fiduciários, passível de medida corretiva pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da Companhia, a depender do tipo de medida. A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4. Descrição da cláusula compromissória para a resolução dos conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia prevê, em seu art. 62, que deverão ser resolvidas por meio de arbitragem, obedecidas as regras previstas pela Câmara de Arbitragem do Mercado, as disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas, os administradores e conselheiros fiscais, em especial sobre a aplicação, a validade, a eficácia, a interpretação ou a violação e seus efeitos de disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Lei 13.303/2016, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Contrato de Participação e do Regulamento de Sanções, todos do Novo Mercado da B3.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Ivan de Sá Pereira Junior	15/04/1961	Pertence apenas à Diretoria	31/07/2017	2 anos	1
748.019.707-10	Engenheiro Mecânico	10 - Diretor Presidente / Superintendente	01/08/2017	Sim	0.00%
Marcelo Fernandes Bragança	17/07/1974	Pertence apenas à Diretoria	31/07/2017	2 anos	1
007.926.197-30	Engenheiro Mecânico	19 - Outros Diretores	01/08/2017	Sim	0.00%
		Diretor Executivo de Rede de Posto e Diretor Executivo de Operação e Logística - DRPS/DIOL			
Gustavo Henrique Braga Couto	05/04/1975	Pertence apenas à Diretoria	31/07/2017	2 anos	1
617.152.125-68	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	01/08/2017	Sim	0.00%
		Diretor Executivo de Mercado Consumidor - DMCO			
Rafael Salvador Grisolia	16/02/1966	Pertence apenas à Diretoria	25/08/2017	31/07/2019	1
868.641.737-04	Engenheiro de Produção	12 - Diretor de Relações com Investidores	28/08/2017	Sim	0.00%
Diretor Executivo Financeiro					
Augusto Marques da Cruz Filho	16/10/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	1
688.369.968-68	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	10/05/2016	Sim	97.00%
Segen Farid Estefen	20/01/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	1
135.786.856-15	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	98.00%
Membro do Comitê de Riscos e Financeiro					
Bruno Cesar de Paiva e Silva	31/10/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2016	Até a próxima AGO	1
104.378.857-39	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Não	100.00%
Presidente do Comitê de Riscos e Financeiro					
Jeronimo Antunes	18/11/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	1
901.269.398-53	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	96.00%
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário					
Clemir Carlos Magro	04/11/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	1
107.462.268-53	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	100.00%

1018

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário					
Durval José Soledade Santos	13/12/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	1
263.032.307-25	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	84.00%
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário					
Francisco Arruda Vieira de Melo Filho	28/03/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	10/02/2017	2/04/2018	1
380.681.414-72	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/02/2017	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Riscos e Financeiro					
Jorge Celestino Ramos	11/10/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	1
671.741.917-20	Engenheiro de Processamento	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	77.00%
Reinaldo Guerreiro	10/02/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2016	2 anos	1
503.946.658-72	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2016	Sim	97.00%
Membro do Comitê de Riscos e Financeiro					
Bruno Passos da Silva Melo	17/03/1976	Conselho Fiscal	26/04/2017	2 anos	1
071.927.757-46	Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	05/05/2017	Sim	100.00%
Pricilla Maria Santana	06/05/1972	Conselho Fiscal	26/04/2017	2 anos	1
584.264.691-91	Economista e Advogada	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	05/05/2017	Sim	100.00%
Wilson Rodolfo de Souza Gomes	22/08/1966	Conselho Fiscal	26/04/2017	2 anos	1
903.753.437-68	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	21/06/2017	Sim	100.00%
Gildenora Batista Dantas Milhomem	01/11/1966	Conselho Fiscal	26/04/2017	2 anos	0
368.724.071-15	Contadora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	05/05/2017	Sim	0.00%

1019

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Fernando Jorge Mourão Maio	02/02/1963	Conselho Fiscal	21/11/2017	Até 25 de abril de 2019 (data de encerramento do mandato dos demais membros do Conselho Fiscal)	0
737.782.817-04	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	21/11/2017	Sim	0.00%
Eduardo Damázio da Silva Rezende	14/08/1973	Conselho Fiscal	21/11/2017	Até 25 de abril de 2019 (data de encerramento do mandato dos demais membros do Conselho Fiscal)	0
035.365.127-39	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	21/11/2017	Sim	0.00%

1020

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Ivan de Sá Pereira Junior - 748.019.707-10

Formação:
Engenheiro mecânico (1983), especializado em Engenharia de Produção pela PUC/RJ (1985). Suas especializações incluem: Management Development Programme / Executive – PDG/Brasil (1996); Strategic People Management – INSEAD/França (2006); Skills, Tolls and Competences – Kellogg/EUA (2010); The Strategy Challenge – IMD (2012); e Leading Change and Organizational Renewal – Harvard/EUA (2013).

Experiência Profissional:
Com 30 anos de Sistema Petrobras, atuou em diferentes atividades de Comercialização, Marketing, Distribuição e Trading de Petróleo e seus Derivados, no Brasil e no Exterior. Como Gerente Comercial/Trading na Petrobras América Inc. (PAI-Houston/EUA), Diretor Estatutário da Nansei Sekiyu Kabushiki Kaisha – NSS - Okinawa/Japão e Diretor de Operações e Logística – DIOL da Petrobras Distribuidora S.A. Atualmente ocupa o cargo de Presidente da Petrobras Distribuidora S.A.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Ivan de Sá Pereira Junior declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Ivan declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser Presidente da Companhia, com mandato de 01/08/2017 a 01/08/2019.

Marcelo Fernandes Bragança - 007.926.197-30

Formação:
Engenheiro Mecânico , pela Universidade Federal do Espiríto Santo, em 1998, com Pós-Graduação – MBA em Logística Empresarial pela FGV em 2003 e em Engenharia de Manutenção pela UFES em 2000.

Experiência Profissional:19 anos de atuação no Sistema Petrobras, sendo 6 anos cedido como dirigente de empresa coligada e outros 8 anos ocupando funções gerenciais na área comercial e de operações e logística, atuando como Gerente Executivo de Logística e Suprimento, Gerente de Marketing e Comercialização de Combustíveis Sólidos, Gerente de Marketing de Indústria, na BR; Presidente Executivo da Brasil Supply de Venezuela C.A. e Diretor Comercial da Brasil Supply S.A. Atuou como membro do Conselho de Logística da ONG “Movimento Empresarial do Espírito Santo”, membro suplente do Conselho de Administração da Newpak Drilling Fluids do Brasil Ltda. e professor convidado da Fundação Getúlio Vargas (FGV Management) no MBA em Gestão de Negócios em Petróleo e Gás, ministrando a disciplina de Logística, Distribuição e Comercialização de Derivados. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Executivo de Rede de Postos e interinamente Operação e Logística da Petrobras Distribuidora S.A.

Declaração sobre eventuais condenações:
O Sr. Marcelo Fernandes Bragança declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Marcelo declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ter sido Diretor Executivo de Operação e Logística da Companhia, com mandato de 19/12/2016 a 30/07/2017 e Diretor Executivo de Rede de Postos, cujo mandato está vigente desde 31/07/2017.

Gustavo Henrique Braga Couto - 617.152.125-68

Formação:
Engenheiro civil formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-graduado em marketing pela ESPM e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral/MG.

1021

Experiência Profissional:
Diretor executivo da Swissport Brasil como COO (Country Operations Officer) de 2016 a 2017, diretor de Supply Chain da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 2013 a 2015, diretor de Supply Chain e TI da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2013 e gerente de marketing, grandes consumidores e planejamento da Shell, de 2004 a 2006. [Atualmente, exerce o cargo de Diretor Executivo de Mercado Consumidor da Petrobras Distribuidora S.A.

Declarações de eventuais condenações:
O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Gustavo declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser Diretor Executivo de Mercado Consumidor da Companhia, com mandato de 01/08/2017 a 01/08/2019.

Rafael Salvador Grisolia - 868.641.737-04

Formação:
Engenheiro de produção formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com MBA executivo pela COPPEAD/UFRJ.

Experiência Profissional:
CFO e IRO (Chief Financial Officer e Investor Relations Officer) da Cremer S.A. e CFO do Grupo Trigo S.A. Possui carreira diversificada, tendo atuado na área financeira da Esso Brasileira de Petróleo (ExxonMobil Corp) e da Cosan Combustíveis e Lubrificantes. Ocupava a posição de CFO e IRO da Inbrands S.A., de onde se desligou para assumir a Diretoria Executiva Financeira e de Relações com Investidores da BR.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Rafael Salvador Grisolia declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Rafael declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser Diretor Excutivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, com mandato até 31/07/2019.

Augusto Marques da Cruz Filho - 688.369.968-68

Formação:
Doutor e Pós-graduado em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo, graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), tendo cursado Desenvolvimento no Exterior – Insead – Institut Européen d'Aministration des Affaires.

1022

Experiência Profissional:
Atualmente é membro do Conselho de Administração da JSL S.A. e da Empresa General Shopping. Atuou como membro de Conselhos de Administração e Consultivo das empresas: Companhia de Bebidas Ipiranga de dezembro/2009 a setembro/2013, Santa Bárbara Engenharia de agosto/2009 a julho/2011, B2W (Empresa resultante da fusão entre Submarino.com e Americanas.com que atua no Varelo On-Line com as seguintes marcas: Submarino.com; Americanas.com; Shoptime, Viagens.com e Ingressos.com) de novembro/2005 a abril/2010, onde atuou como Membro do C.A. e Coordenador do Comitê de Auditoria, Companhia Brasileira de Distribuição – (Grupo Pão de Açúcar) de outubro/1999 a março/2004, Arafértil Ferlilizantes S.A. (empresa com participação do Grupo Bunge, Sistema Petrofértil e Grupo Ypiranga) de outubro/1992 a dezembro/1993.

Atuou como Diretor Presidente da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), de setembro/1994 a outubro/2005, e como Diretor Administrativo Financeiro das Tintas Coral S/A – Grupo Bunge, de março/1984 a agosto/1994, exercendo esse mesmo cargo nas empresas do Grupo Bunge no setor Minero Químico (Quimbrasil, Serrana de Fertilizantes, Fertimporte, Syntechrom e Tintas Coral do N.E.).

É sócio proprietário da MC&F Consultoria Financeira Ltda., que desenvolveu os seguintes projetos:
- Friboi, atual JBS, de jan/06 à set/06 estruturação dos Departamentos Financeiro/ RH / Administrativo / Jurídico / T.I. / Contábil;
- Frigorifico Mercosul S.A. de 2006 à 2008 – Profissionalização da Empresa visto o investimento feito pelo AIG-Capital;
- Unimed Paulistana – junho/13 – dez/14 – Missão de profissionalizar uma das maiores cooperativas de planos de saúde do país.

Declarações de eventuais condenações:
O Sr. Augusto Marques da Cruz Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Augusto declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Segen Farid Estefen - 135.786.856-15

Formação:
Ph.D em Engenharia Civil pelo Imperial College of Science, Technology and Medicine, Londres; Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Mestrado em Engenharia Oceânica pela COPPE/UFRJ. Completou o pós-doutorado no Institute for Marine Technology, Norwegian University of Science and Technology.

Experiência Profissional:
Professor Titular de Estruturas Oceânicas e Engenharia Submarina da COPPE / Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde exerceu os cargos de Diretor Acadêmico, Diretor de Tecnologia e Inovação e Diretor Geral. É membro do Conselho Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o representante dos Professores Titulares do Centro de Tecnologia. É Gerente Geral do Laboratório de Tecnologia Submarina e Coordenador do Grupo de Energia Renováveis do Mar, ambos na COPPE. Atua como membro do Conselho Consultivo da Divisão de Oceano, Offshore e Engenharia Ártica da American Society of Mechanical Engineers (ASME) e é Fellow da Society for Underwater Technology – SUT (UK). Tem cerca de 180 artigos técnicos publicados. É responsável pela Coordenação Técnica da Unidade Embrapii Coppe em Engenharia Submarina e Membro Titular da Academia Nacional de Engenharia.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Segen Farid Estefen declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

O Sr. Segen declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Bruno Cesar de Paiva e Silva - 104.378.857-39

1023

Formação:
Graduado em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 2008. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Católica de Petrópolis. Cursou o programa de Curta Duração em Logística Integrada da ESPM em 2012, o curso de curta duração em Logística e Supply Chain Mannagement em 2013 e o Curso de curta duração de Panorama da Logística Brasileira do Instituto de Logística e Supply Chain, ILOS, Brasil, entre 2013 e 2014.

Experiência Profissional:
Técnico de Administração e Controle da Petrobras Distribuidora S.A. desde 2003. Conselheiro de Adminsitração representante dos empregados desde 2015.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Bruno Cesar de Paiva e Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Bruno declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Jeronimo Antunes - 901.269.398-53

Formação:
Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas e Mestre e Doutor em Controladoria e Contabilidade – FEA-USP;

Experiência Profissional:
Contador, Auditor Independente de grandes, médias e pequenas empresas, atuando em firmas multinacionais e nacionais de auditoria desde 1977. Perito-Contador e Perito-Contador Assistente Técnico em diversas contendas, com atuações nas Câmaras de Arbitragem e Mediação do CIESP-FIESP, OAB e Câmara de Comércio Brasil-Canadá e no Poder Judiciário desde 2005. Professor de curso de graduação em Ciências Contábeis da FEA/USP desde 2001. É Conselheiro de Administração (membro independente) e Coordenador do Comitê de Auditoria da SABESP desde abril de 2008; Professor de diversos cursos de MBA e de especialização em Contabilidade, Auditoria, Finanças e Gestão Empresarial na FIPECAFI-USP, FIA-USP, UFC e outras instituições de ensino superior. Conselheiro independente segundo critério do IBGC.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Jeronimo Antunes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

O Sr. Jerônimo declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Clemir Carlos Magro - 107.462.268-53

Formação:
Administrador de Empresas graduado, em 1973, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP – FEA-USP; Contador graduado, em 1976, pela Universidade São Judas Tadeu.

1024

Experiência Profissional:
Consultor Independente desde julho de 2013, durante o período de março de 2014 a outubro de 2015 foi contratado pela GRANT THORNTON CORPORATE SERVICES para atuar como seu representante em conexão com um Procedimento Arbitral instalado no Centro de Arbitragem e Mediação – Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Consultor Independente da Directa Consultores S/C - GELBCKE CONSULTORES S/C de agosto 2010 a junho 2013.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Clemir Carlos Magro declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

O Sr. Clemir declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Durval José Soledade Santos - 263.032.307-25

Formação:
Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, 1970 a 1974. Pós-graduado no MBA Executivo, na COPPE/UFRJ; em Economia do Desenvolvimento, na PUC/BNDES; e em Direito Empresarial, no Instituto de Direito de Empresa da Cândido Mendes.

Experiência Profissional:
Membro de Conselhos de Administração da LOGZ – Logística Brasil S.A. (Vice-Presidente); PORTINVEST – Participações S.A.; TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S.A.; Porto Novo S.A. (Presidente); e SATI RJ Participações S.A. (Presidente). Exerce as funções de Diretor-Presidente da LOGZ – Logística Brasil S.A.; Diretor da SATI RJ Participações S.A.; Diretor da LN Participações S.A.; Presidente do Conselho Fiscal da Cultura Inglesa S.A.; Professor convidado do Curso LLMDS, da FGV Direito Rio; Professor do Curso de Direto Societário promovido pela Comissão de Mercado de Capitais da OAB/RJ e Vice-Presidente da Comissão Independente de Investigação da ELETROBRÁS.

Atuou anteriormente em Conselhos de Administração da Forjas Taurus S.A. como Membro do Comitê de Governança Corporativa; Odebrecht Agroindustrial S.A. (anteriormente ETH Bioenergia S.A.) como Membro do Comitê Financeiro e de Investimentos da Odebrecht Agroindustrial S.A.; Porto de Itapoá S.A. (suplente); LBR – Lácteos Brasil S.A.; SIBRA – Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. (Presidente); Multitêxtil S.A. (Presidente); Aracruz Celulose S.A. (Vice-Presidente); Nova América S.A. (Vice-Presidente); TELEMAR – Tele Norte Leste Participações S.A.; La Fonte Participações S.A.; LIGHT S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB; CRP – CADERI S.A.; LBR – Lácteos Brasil S.A. Exerceu os cargos de Diretor-Superintendente da SIBRA – Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.; Diretor Vice-Presidente da Companhia Taubaté Industrial; Sócio Sênior de Motta, Fernandes Rocha – Advogados (atualmente licenciado); Professor do MBA e do Mestrado em Finanças da COPPEAD/UFRJ, na cadeira de Direito Empresarial; Professor da Faculdade de Direito Cândido Mendes, nas cadeiras de Diretor Comercial, Contratos Especiais e Títulos de Crédito; e Presidente da Escola de Gente – Comunicação em Inclusão.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Durval José Soledade Santos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

O Sr. Durval declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

1025

Francisco Arruda Vieira de Melo Filho - 380.681.414-72

Formação:
Bacharel em Direito, Pós-graduado em Direito Público / Gestão Pública (Fortium/DF).

Experiência Profissional:
Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva da Presidência da República, Secretaria de Governo (SEGOV/PR) (2016); Coordenador-Geral de Estudos de Inserção Internacional: Assessor para assuntos correcionais e disciplinares, em acumulação, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (2015/2016); Corregedor-Geral da Fundação Nacional do Índio (FUNAI/MJ) (2013/2015); Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva, Corregedor-Geral do Ministério da Integração Nacional (2008/2011), Assistente da Consultoria Jurídica do Ministério da Integração Nacional (2006/2007). Membro Suplente do Conselho Fiscal do BNDES (2015/2017); Membro da Delegação Técnica Brasileira junto ao Tribunal de Contas Europeu e à Corregedoria-Geral de Portugal (Lisboa, Portugal) – “Sistemas de Controle da União Européia” (2011/2012).

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Francisco Arruda Vieira de Melo Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Francisco declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Jorge Celestino Ramos - 671.741.917-20

Formação:
Engenheiro químico, graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com especialização em Tecnologia de Produção de Álcool, pela COPPE/UFRJ (1982) e Engenharia de Processamento de Petróleo, pelo CENPRO 83; MBA em Marketing (1997) e em Administração, pela ISAE/FGV (1995).

Experiência Profissional:
Diretor de Abastecimento da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, desde 09.02.2015; Gerente Executivo de Logística da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, de 11.04.2014 a 08.02.2015; Gerente Executivo de Operações na Petrobras Distribuidora S.A., de 13.02.2007 a 10.04.2014; Gerente de Marketing de Indústria e Térmica na Petrobras Distribuidora S.A., de setembro 2005 a janeiro 2007; Gerente Regional Consumidor Leste na Petrobras Distribuidora S.A., de outubro 2003 a agosto 2005; Gerente Executivo Industrial na Petrobras Distribuidora S.A., de agosto 2002 a setembro 2003; Gerente Executivo de Operações na Petrobras Distribuidora S.A., de setembro 1999 a julho 2002; Gerente de Comercialização da Refinaria de Manaus, de setembro 1996 a agosto 1999; Gerente de Produção da Refinaria de Manaus, de janeiro 1991 a agosto 1996.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Jorge Celestino Ramos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Jorge declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser Diretor de Refino e Gás Natural.

Jorge Celestino Ramos é acusado no âmbito do Processo Administrativo Sancionador da CVM nº 19957.005789/2017-71 (SP2017/0294), junto com outros 39 acusados, que visa apurar eventual responsabilidade - enquanto diretor da Petrobras - por conta de infrações às normas contábeis aplicáveis, em vista de irregularidades e inconsistências na elaboração dos testes de recuperabilidade ("impairment") efetuados, ou não, para a "UGC Abastecimento" (subárea "UGC Refino"), notadamente para os ativos RNEST e COMPERJ, com vistas às demonstrações financeiras datas-base 31.12.2010, 31.12.2011, 31.12.2012, 31.12.2013 e 31.12.2014.

1026

Reinaldo Guerreiro - 503.946.658-72

Formação:
Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, mestrado em Contabilidade pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Livre-Docência em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Atendeu o curso LAFT – Facilitators Training Program for Latin America, desenvolvido pela AOTS – The Association For Overseas Technical Scholarships, ministrado na cidade de Yokohama, no Japão, cujo foco básico é a formação de consultores de empresas. Atendeu também o curso CPCL - Global Colloquium on Participant–Centered Learning, treinamento nas técnicas do ensino baseado no estudo de caso na Harvard Business School nos Estados Unidos em 2002.

Experiência Profissional:
Professor Titular da FEA-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC. Membro do Conselho de Administração da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP desde 2007. Membro Independente do Comitê de Auditoria da SABESP com registro na SEC desde 2007. Membro do Conselho Fiscal da FUSP – Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, desde 2014. Membro do Conselho Curador da Fipecafi – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Atual Diretor de Pesquisas da Fipecafi – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Professor Titular da FEA-USP. Atual Vice-Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP. Chefe do Departamento de Contabilidade da FEA-USP em duas gestões. Diretor da FEA-USP na gestão julho/2010 - julho/2014. Membro da Congregação da FEA-USP. Ministra aulas de Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos, Planejamento e Orçamento nos cursos de graduação da FEA-USP. Ministra a disciplina Controladoria no Programa de Pós-Graduação em Controladoria da FEA-USP. Orienta dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Ministrou aulas em cursos abertos e treinamentos executivos para grandes empresas brasileiras tais como Petrobrás, Vale, Previ, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, EAS-Eletropaulo.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Reinaldo Guerreiro declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

O Sr. Reinaldo declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

1027

Bruno Passos da Silva Melo - 071.927.757-46

Formação:
MBA em Gestão Contábil – FIPECAFI/USP (2006); Graduado em Ciências Contábeis – Universidade Federal do RJ - UFRJ (1999).

Experiência Profissional:
17 anos de experiência profissional em Contabilidade, dos quais 12 anos com atuação gerencial. Atuação focada em Contabilidade Societária e Gerencial, com experiência em elaboração de informações para o processo de avaliação e desempenho.
Atuou como Gerente Geral de Contabilidade para Subsidiárias e Controladas (desde set/14), Gerente de Informações Corporativas (set/12 até set/14) e Gerente de Segmentação Contábil e Societária (mar/06 até set/12) na Petrobras.
Membro Titular de Conselho Fiscal da BR Distribuidora S.A – desde 2016, da MSGÁS – 2015, da Petrobras Biocombustível S.A –-2013 a 2014, da Fundação Petros - 2010 a 2013, Petroquímica União S.A – PQU – 2007 a 2009 e da Cia. de Gás do Maranhão – GASMAR – 2006 a 2007.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Bruno Passos da Silva Melo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Bruno declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Pricilla Maria Santana - 584.264.691-91

Formação:
Mestrado, Universidade Católica de Brasília – Direito Tributário – cursando – 2013; Graduação em História, Universidade de Brasília, 2008; Especialização - Curso Preparatório para as Carreiras Jurídicas, Instituto Processus, 2001; Graduação em Direito, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, 2001; Pós-Graduação lato sensu em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Escola Nacional de Administração Pública, 1997; Graduação em Ciências Econômicas, Universidade de Brasília, 1995.

Experiência Profissional:
Subsecretária de Relações Intergovernamentais, Secretaria do Tesouro Nacional, DAS 101.5, desde abril 2015; Secretária-Adjunta da Secretaria de Acompanhamento Econômico, DAS 101.5, desde novembro de 2007 até abril de 2015.Membro do Conselho Fiscal da Petróleo Biocombustível S.A. – desde abril de 2015; Membro do Conselho de Administração da Eletrobras S.A. – abril de 2015 a abril de 2016; Membro do Conselho Diretor do SERPRO – desde janeiro de 2011 até setembro de 2013; Membro do Conselho Fiscal da BB Seguros S.A., desde dezembro de 2009 até abril de 2015; Membro do Conselho de Administração do Banco da Amazônia, desde outubro de 2013 – até abril de 2015.

Declarações de eventuais condenações:
A Sra. Pricilla Maria Santana declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

A Sra. Pricilla declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08 por ter sido Membro do Conselho Fiscal da Petróleo Biocomubustível S.A., membro do Conselho de Administraçãoda BB DTVM e Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Wilson Rodolfo de Souza Gomes - 903.753.437-68

Formação:
Mestrado em Finanças e Análise de Investimentos (Engenharia de Produção) na PUC/RJ, MBA Executivo (Engenharia de Produção) na UFRJ/COPPEAD, Bacharel em Ciências Econômicas na UFES/ES.

1028

Experiência Profissional:
Membro do Conselho Fiscal da Petrobras Distribuidora S.A. – BR. Atuou como Presidente do Conselho Fiscal da Transportadora Bolívia Brasil – TBG, da Petrobras Biocombustíveis – PBIO e da Refinaria Abreu Lima – RNEST.
Diretor Estatutário da PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA e Gerente da Gestão de Desempenho das empresas do Sistema PETROBRAS. Atuou como Gerente de Integração, Orientação Financeira e Suporte aos Gestores Financeiros das empresas do Sistema PETROBRAS, Diretor Financeiro (Diretor Estatutário) da TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS – TAG e da PETROBRAS COLOMBIA - PEC & PETROBRAS COLOMBIA COMBUSTÍVEIS – PECOCO, Gerente Financeiro da PETROBRAS ENERGIA S.A. E SUBSIDIÁRIAS, Gerente de Finanças e Seguros da PETROBRAS/EG3, Chefe da Área de Finanças e Estudos Econômicos da PETROBRAS INTERNACIONAL S.A. – BRASPETRO

.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Wilson Rodolfo de Souza Gomes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Wilson declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Gildenora Batista Dantas Milhomem - 368.724.071-15

Formação: Graduada em Ciências Contábeis e com especialização em Administração Pública pela EBAPE/FGV.

Experiência Profissional:
Auditora Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, exerce o cargo de Subsecretária de Contabilidade Pública da STN/MF, Atua como Coordenadora Operacional do Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas para o Setor Público (GA NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Preside o Conselho de Administração da Fundação Assefaz; Atua como Membro – Representante do Tesouro Nacional no Conselho Fiscal da TRANSPETRO. Já exerceu vários cargos dentro da administração pública federal, tais como: Secretária Geral de Administração da Advocacia-Geral da União; Superintendente de Administração e Finanças da Agência Nacional de Aviação Civil; Diretora de Gestão Estratégica do Ministério do Turismo; Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda; Presidiu ainda, o Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil (CMB) e da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA); foi membro do Conselho Diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e membro do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A – Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA).

Declaração de eventuais condenações:
A Sra. Gildenora Batista Dantas Milhomem declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

A Sra. Gildenora declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Fernando Jorge Mourão Maio - 737.782.817-04

Formação: Graduado em Ciências Contábeis em 1990 pela Faculdade Moraes Junior, cursou pós-graduação em ciências contábeis pela FGV, em 1995; MBA Executivo na COPEAD-UFRJ, em 2003; e MBA em Gestão Contábil pela USP/FIPECAF, em 2008.

1029

Experiência Profissional: 28 anos de experiência profissional em contabilidade na área financeira. Atuação focada em custos, contabilidade gerencial e custeio da produção. Atuou como Gerente Setorial de Contabilidade do Abastecimento de setembro/1999 a agosto/2004; Gerente de Contabilidade dos negócios do abastecimento, de setembro/2004 a agosto/2012; Desde setembro/2012 exerce a função de Gerente de Custeio da Produção e Operações Comerciais.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Fernando declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Fernando declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Eduardo Damázio da Silva Rezende - 035.365.127-39

Formação: Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho, em 1995; pós graduado em formação de docentes para o ensino superior, em 1998 e MBA em Gestão Contábil pela USP/FIPECAFI, em 2011.

Experiência Profissional: 14 anos de experiência profissional em contabilidade na área financeira. Atuação focada em execução financeira e de patrimônio e orçamento. Atuou como Coordenador das atividades de custeio da Produção (2006 a 2008), Coordenador dos processos contábeis dos negócios de biocombustíveis (2008 a 2012), Gerente Setorial para as empresas de biocombustíveis (2012 a 2016). Exerce a função de gerente setorial de contabilidade para empresas do abastecimento e biocombustíveis (2016 a 2017). Desde maio de 2017, exerce a função de gerente executivo administrativo Financeiro na Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Eduardo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

O Sr. Eduardo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

1030

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data de nascimento**	**Data posse**	**Número de Mandatos Consecutivos**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Clemir Carlos Magro	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	27/06/2016	2 anos	98.00%
107.462.268-53			04/11/1947	27/06/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
Durval José Soledade Santos	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	27/06/2016	2 anos	90.00%
263.032.307-25			13/12/1948	27/06/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
Jeronimo Antunes	Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Contador	27/06/2016	2 anos	98.00%
901.269.398-53			18/11/1955	27/06/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
Bruno Cesar de Paiva e Silva	Outros Comitês	Presidente do Comitê	Advogado	27/06/2016	2 anos	100.00%
104.378.857-39	Comitê de Riscos e Financeiro		31/10/1983	27/06/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
Francisco Arruda Vieira de Melo Filho	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	20/02/2017	2 anos	100.00%
380.681.414-72	Comitê de Riscos e Financeiro		28/03/1964	20/02/2017	1	
Membro do Conselho de Administração						
Reinaldo Guerreiro	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	27/06/2016	2 anos	98.00%
503.946.658-72	Comitê de Riscos e Financeiro		10/02/1953	27/06/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
Segen Farid Estefen	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Civil	27/06/2016	2 anos	98.00%
135.786.856-15	Comitê de Riscos e Financeiro		20/01/1951	27/06/2016	1	
Membro do Conselho de Administração						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Clemir Carlos Magro - 107.462.268-53						

1031

Formação:
Administrador de Empresas graduado, em 1973, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP – FEA-USP; Contador graduado, em 1976, pela Universidade São Judas Tadeu.

Experiência Profissional:
Consultor Independente desde julho de 2013, durante o período de março de 2014 a outubro de 2015 foi contratado pela GRANT THORNTON CORPORATE SERVICES para atuar como seu representante em conexão com um Procedimento Arbitral instalado no Centro de Arbitragem e Mediação – Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Consultor Independente da Directa Consultores S/C - GELBCKE CONSULTORES S/C de agosto 2010 a junho 2013.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Clemir Carlos Magro declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Clemir declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Durval José Soledade Santos - 263.032.307-25

Formação:
Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, 1970 a 1974. Pós-graduado no MBA Executivo, na COPPE/UFRJ; em Economia do Desenvolvimento, na PUC/BNDES; e em Direito Empresarial, no Instituto de Direito de Empresa da Cândido Mendes.

Experiência Profissional:
Membro de Conselhos de Administração da LOGZ – Logística Brasil S.A. (Vice-Presidente); PORTINVEST – Participações S.A.; TGSC – Terminal de Granéis de Santa Catarina S.A.; Porto Novo S.A. (Presidente); e SATI RJ Participações S.A. (Presidente). Exerce as funções de Diretor-Presidente da LOGZ – Logística Brasil S.A.; Diretor da SATI RJ Participações S.A.; Diretor da LN Participações S.A.; Presidente do Conselho Fiscal da Cultura Inglesa S.A.; Professor convidado do Curso LLMDS, da FGV Direito Rio; Professor do Curso de Direto Societário promovido pela Comissão de Mercado de Capitais da OAB/RJ e Vice-Presidente da Comissão Independente de Investigação da ELETROBRÁS.

1032

Atuou anteriormente em Conselhos de Administração da Forjas Taurus S.A. como Membro do Comitê de Governança Corporativa; Odebrecht Agroindustrial S.A. (anteriormente ETH Bioenergia S.A.) como Membro do Comitê Financeiro e de Investimentos da Odebrecht Agroindustrial S.A.; Porto de Itapoá S.A. (suplente); LBR – Lácteos Brasil S.A.; SIBRA – Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. (Presidente); Multitêxtil S.A. (Presidente); Aracruz Celulose S.A. (Vice-Presidente); Nova América S.A. (Vice-Presidente); TELEMAR – Tele Norte Leste Participações S.A.; La Fonte Participações S.A.; LIGHT S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB; CRP – CADERI S.A.; LBR – Lácteos Brasil S.A. Exerceu os cargos de Diretor-Superintendente da SIBRA – Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.; Diretor Vice-Presidente da Companhia Taubaté Industrial; Sócio Sênior de Motta, Fernandes Rocha – Advogados (atualmente licenciado); Professor do MBA e do Mestrado em Finanças da COPPEAD/UFRJ, na cadeira de Direito Empresarial; Professor da Faculdade de Direito Cândido Mendes, nas cadeiras de Diretor Comercial, Contratos Especiais e Títulos de Crédito; e Presidente da Escola de Gente – Comunicação em Inclusão.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Durval José Soledade Santos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Durval declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Jeronimo Antunes - 901.269.398-53

Formação:
Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas e Mestre e Doutor em Controladoria e Contabilidade – FEA-USP;

Experiência Profissional:
Contador, Auditor Independente de grandes, médias e pequenas empresas, atuando em firmas multinacionais e nacionais de auditoria desde 1977. Perito-Contador e Perito-Contador Assistente Técnico em diversas contendas, com atuações nas Câmaras de Arbitragem e Mediação do CIESP-FIESP, OAB e Câmara de Comércio Brasil-Canadá e no Poder Judiciário desde 2005. Professor de curso de graduação em Ciências Contábeis da FEA/USP desde 2001. É Conselheiro de Administração (membro independente) e Coordenador do Comitê de Auditoria da SABESP desde abril de 2008; Professor de diversos cursos de MBA e de especialização em Contabilidade, Auditoria, Finanças e Gestão Empresarial na FIPECAFI-USP, FIA-USP, UFC e outras instituições de ensino superior. Conselheiro independente segundo critério do IBGC.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Jeronimo Antunes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Jerônimo declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Bruno Cesar de Paiva e Silva - 104.378.857-39

Formação:
Graduado em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 2008. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Católica de Petrópolis. Cursou o programa de Curta Duração em Logística Integrada da ESPM em 2012, o curso de curta duração em Logística e Supply Chain Mannagement em 2013 e o Curso de curta duração de Panorama da Logística Brasileira da do Instituto de Logística e Supply Chain, ILOS, Brasil, entre 2012 e 2014.

Experiência Profissional:
Técnico de Administração e Controle da Petrobras Distribuidora S.A. desde 2003. Conselheiro de Adminsitração representante dos empregados desde 2015.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Bruno Cesar de Paiva e Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Bruno declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

1033

Francisco Arruda Vieira de Melo Filho - 380.681.414-72

Formação:
Bacharel em Direito, Pós-graduado em Direito Público / Gestão Pública (Fortium/DF).

Experiência Profissional:
Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva da Presidência da República, Secretaria de Governo (SEGOV/PR) (2016); Coordenador-Geral de Estudos de Inserção Internacional: Assessor para assuntos correcionais e disciplinares, em acumulação, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (2015/2016); Corregedor-Geral da Fundação Nacional do Índio (FUNAI/MJ) (2013/2015); Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva, Corregedor-Geral do Ministério da Integração Nacional (2008/2011), Assistente da Consultoria Jurídica do Ministério da Integração Nacional (2006/2007). Membro Suplente do Conselho Fiscal do BNDES (2015/2017); Membro da Delegação Técnica Brasileira junto ao Tribunal de Contas Europeu e à Corregedoria-Geral de Portugal (Lisboa, Portugal) – “Sistemas de Controle da União Européia” (2011/2012).

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Francisco Arruda Vieira de Melo Filho declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Francisco declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Reinaldo Guerreiro - 503.946.658-72

Formação:
Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, mestrado em Contabilidade pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Livre-Docência em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Atendeu o curso LAFT – Facilitators Training Program for Latin America, desenvolvido pela AOTS – The Association For Overseas Technical Scholarships, ministrado na cidade de Yokohama, no Japão, cujo foco básico é a formação de consultores de empresas. Atendeu também o curso CPCL - Global Colloquium on Participant–Centered Learning, treinamento nas técnicas do ensino baseado no estudo de caso na Harvard Business School nos Estados Unidos em 2002.

Experiência Profissional:
Professor Titular da FEA-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC. Membro do Conselho de Administração da Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP desde 2007. Membro Independente do Comitê de Auditoria da SABESP com registro na SEC desde 2007. Membro do Conselho Fiscal da FUSP – Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, desde 2014. Membro do Conselho Curador da Fipecafi – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Atual Diretor de Pesquisas da Fipecafi – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Professor Titular da FEA-USP. Atual Vice-Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP. Chefe do Departamento de Contabilidade da FEA-USP em duas gestões. Diretor da FEA-USP na gestão julho/2010 - julho/2014. Membro da Congregação da FEA-USP. Ministra aulas de Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos, Planejamento e Orçamento nos cursos de graduação da FEA-USP. Ministra a disciplina Controladoria no Programa de Pós-Graduação em Controladoria da FEA-USP. Orienta dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Ministrou aulas em cursos abertos e treinamentos executivos para grandes empresas brasileiras tais como Petrobrás, Vale, Previ, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, EAS-Eletropaulo.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Reinaldo Guerreiro declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Clemir declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Segen Farid Estefen - 135.786.856-15

1034

Formação:
Ph.D em Engenharia Civil pelo Imperial College of Science, Technology and Medicine, Londres; Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Mestrado em Engenharia Oceânica pela COPPE/UFRJ. Completou o pós-doutorado no Institute for Marine Technology, Norwegian University of Science and Technology.

Experiência Profissional:
Professor Titular de Estruturas Oceânicas e Engenharia Submarina da COPPE / Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde exerceu os cargos de Diretor Acadêmico, Diretor de Tecnologia e Inovação e Diretor Geral. É membro do Conselho Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o representante dos Professores Titulares do Centro de Tecnologia. É Gerente Geral do Laboratório de Tecnologia Submarina e Coordenador do Grupo de Energia Renováveis do Mar, ambos na COPPE. Atua como membro do Conselho Consultivo da Divisão de Oceano, Offshore e Engenharia Ártica da American Society of Mechanical Engineers (ASME) e é Fellow da Society for Underwater Technology – SUT (UK). Tem cerca de 180 artigos técnicos publicados. É responsável pela Coordenação Técnica da Unidade Embrapii Coppe em Engenharia Submarina e Membro Titular da Academia Nacional de Engenharia.

Declaração de eventuais condenações:
O Sr. Segen Farid Estefen declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Segen declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ser membro do Conselho de Administração da Petroleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
a. administradores da Companhia
b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia;
c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia;
d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor

Segen Farid Estefen | 135.786.856-15 | Controle | Controlador Direto

Conselheiro de Adminsitração

Pessoa Relacionada

Petróleo Brasileiro S.A. | 33.000.167/0001-01

Conselheiro de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Jerônimo Antunes | 901.269.398-53 | Controle | Controlador Direto

Conselheiro de Administração

Pessoa Relacionada

Petróleo Brasileiro S.A. | 33.000.167/0001-01

Conselheiro de Administração

Observação

Administrador do Emissor

Clemir Carlos Magro | 107.462.268-53 | Controle | Controlador Direto

Conselheiro de Administração

Pessoa Relacionada

Petróleo Brasileiro S.A. | 33.000.167/0001-01

Membro do Comitê Financeiro

Observação

Administrador do Emissor

1036

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Durval José Soledade Santos	263.032.307-25	Controle	Controlador Direto
Conselheiro de Administração			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Conselheiro de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jorge Celestino Ramos	671.741.917-20	Controle	Controlador Direto
Conselheiro de Administração			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Diretor Executivo de Refino e Gás Natural			
Observação			
Administrador do Emissor			
Reinaldo Guerreiro	503.946.658-72	Controle	Controlador Direto
Conselheiro de Administração			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Membro do Comitê Estratégico			
Observação			
Administrador do Emissor			
Bruno Passos da Silva Melo	071.927.757-46	Controle	Controlador Direto
Conselheiro Fiscal			
Pessoa Relacionada			

1037

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente de Contabilidade de empresa subsidiária no país			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pricilla Maria Santana	584.264.691-91	Controle	Controlador Indireto
Conselheira Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Secretaria do Tesouro Nacional	00.394.460/0409-50		
Secretária-adjunta da Secretaria de Acompanhamento Econômico			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wilson Rodolfo de Souza Gomes	903.753.437-68	Controle	Controlador Direto
Conselheiro Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente de Gestão Financeira de empresas e benefícios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Jorge Mourão Maio	737.782.817-04	Controle	Controlada Direta
Conselheiro Fiscal Suplente			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente do custeio da produção e operações comerciais			
Observação			

1038

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Eduardo Damázio da Silva Rezende	035.365.127-39	Controle	Controlada Direta
Conselheiro Fiscal Suplente			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente Setorial de Contabilidade para empresas do abastecimento e biocombustíveis			
Observação			

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor			
Segen Farid Estefen	135.786.856-15	Controle	Controlador Direto
Conselheiro de Adminsitração			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Conselheiro de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jerônimo Antunes	901.269.398-53	Controle	Controlador Direto
Conselheiro de Administração			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Conselheiro de Administração			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jorge Celestino Ramos	671.741.917-20	Controle	Controlador Direto
Conselheiro de Administração			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Diretor de Abastecimento			
Observação			
Administrador do Emissor			
Bruno Passos da Silva Melo	071.927.757-46	Controle	Controlador Direto
Conselheiro Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente Geral de Contabilidade de Subsidiárias e Patrimônio			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pricilla Maria Santana	584.264.691-91	Controle	Controlador Indireto
Conselheira Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Secretaria do Tesouro Nacional	00.394.460/0409-50		
Secretária-adjunta da Secretaria de Acompanhamento Econômico			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wilson Rodolfo de Souza Gomes	903.753.437-68	Controle	Controlador Direto
Conselheiro Fiscal			

1040

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente de Gestão Financeira de empresas e benefícios			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Jorge Mourão Maio	737.782.817-04	Controle	Controlada Direta
Conselheiro Fiscal Suplente			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente do custeio da produção e operações comerciais			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eduardo Damázio da Silva Rezende	035.365.127-39	Controle	Controlada Direta
Conselheiro Fiscal Suplente			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente Setorial para as empresas de biocombustíveis			
Observação			

Exercício Social 31/12/2014

Administrador do Emissor			
Jorge Celestino Ramos	671.741.917-20	Controle	Controlador Direto
Conselheiro de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente Executivo de Logística			
Observação			
Administrador do Emissor			
Bruno Passos da Silva Melo	071.927.757-46	Controle	Controlador Direto
Conselheiro Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente de Contabilidade de Subsidiárias e Patrimônio			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pricilla Maria Santana	584.264.691-91	Controle	Controlador Indireto
Conselheira Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Secretaria do Tesouro Nacional	00.394.460/0409-50		
Secretária-adjunta da Secretaria de Acompanhamento Econômico			
Observação			
Administrador do Emissor			
Wilson Rodolfo de Souza Gomes	903.753.437-68	Controle	Controlador Direto
Conselheiro Fiscal			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente de Gestão Financeira de empresas e benefícios			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Ivan de Sá Pereira Junior	748.019.707-10	Controle	Controlador Direto
Presidente			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente Geral de Comércio de Petróleo e Produtos Industriais			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Jorge Mourão Maio	737.782.817-04	Controle	Controlada Direta
Conselheiro Fiscal Suplente			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente do custeio da produção e operações comerciais			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eduardo Damázio da Silva Rezende	035.365.127-39	Controle	Controlada Direta
Conselheiro Fiscal Suplente			
Pessoa Relacionada			
Petróleo Brasileiro S.A.	33.000.167/0001-01		
Gerente Setorial para as empresas de biocombustíveis			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia é beneficiária da apólice do Seguro de D&O (*Directors and Officers)* contratado pela Petrobras. A Petrobras contrata o Seguro de D&O (*Directors and Officers*) com o objetivo de garantir os gestores com relação ao pagamento dos custos de defesa e indenizações devidas a terceiros, decorrentes de atos de gestão ou fato danoso, pelo qual sejam responsabilizados, resguardadas as exclusões da apólice vigente. A apólice tem vigência de 1 ano, ou seja, de 18 de outubro de 2017 a 18 de outubro de 2018.

A contratação da apólice de Seguro de D&O está aprovada por decisão do Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Petrobras além de estar previsto no Estatuto Social da Petrobras.

A importância segurada da apólice em vigor é de US$ 250 milhões. O valor do prêmio de seguro de responsabilidade civil para os administradores é de US$ 12.900.346,69 (doze milhões, novecentos mil, trezentos e quarenta e seis e sessenta e nove centavos de dólares norte-americanos).

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.12. Práticas de Governança Corporativa

A Companhia busca continuamente o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa do mercado. Nesse sentido, os princípios básicos de governança corporativa contidos no Código das Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) servem de balizadores das ações de melhoria implementadas pela Companhia a partir de 2016, em consonância com as melhores práticas adotadas no mercado. Com a reforma do Estatuto Social da Companhia em agosto do ano corrente, foram incorporadas melhorias de governança corporativa para atendimento ao regramento do Novo Mercado.

Assim, a Companhia dispõe de área de Governança, Risco e Conformidade, vinculada ao Presidente ou a órgão superior, conforme definido no Plano Básico de Organização, contendo as seguintes atribuições: (i) orientar e promover a aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança, risco e conformidade; (ii) coordenar a gestão da conformidade e dos controles internos necessários, incluindo os aspectos de fraude e corrupção; (iii) orientar e promover a aplicação das políticas de gestão de riscos de acordo com a legislação vigente; e (iv) exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Conceito, Princípios e Melhores Práticas de Governança

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, Conselho de Administração, Diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum (Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC).

Os princípios básicos que norteiam este conceito são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

No tocante às práticas de governança corporativa recomendadas no “Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa” do IBGC, a Companhia adota, dentre outras, as seguintes:

- Contratação de empresa de auditoria independente;
- Previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal de caráter permanente;
- Auditoria Interna, responsável por promover a avaliação das atividades desenvolvidas pela Companhia com o objetivo de certificar sua execução em conformidade com as diretrizes empresariais e a legislação vigente;
- Clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral, e (b) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- Adoção de mecanismos para facilitar o acesso às informações e livre acesso às instalações da Companhia pelos membros do Conselho de Administração;
- Resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio de arbitragem;
- Assembleia Geral de acionistas com competência para deliberar sobre: (a) aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto Social; (b) eleição ou destituição, a qualquer tempo, de conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade;

- Escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;
- Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- Segregação das funções de Presidente do Conselho e Presidente da Companhia;
- Existência de Comitês como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração, que estudam os assuntos de sua competência e preparam propostas ao Conselho;
- Adoção de Ouvidoria e canal de denúncias independente, integrado ao da Petrobras, para acolher opiniões, críticas, reclamações e denúncias das partes interessadas, garantindo sempre a confidencialidade de seus usuários e promovendo as apurações e providências necessárias;
- Adoção de práticas de Governança, Risco e Conformidade, com estrutura vinculada ao Presidente ou a órgão superior, conforme definido no Plano Básico de Organização;
- Conselho de Administração com participação de, no mínimo, 50% de membros independentes, a partir da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018;
- Capacitação de membros da alta administração em temas como conformidade e conflito de interesses.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.13 - Outras informações relevantes

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

a) Principais aperfeiçoamentos nas práticas de governança corporativa:

Em 2016, a Companhia realizou ajustes em seu modelo de governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas ao seu Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão. Os principais destaques são apresentados a seguir:

• O Estatuto Social da companhia foi reformado em abril de 2016, conferindo ao Conselho de Administração uma maior atuação no direcionamento da companhia, sendo formalizada a criação do Comitê Estratégico Estatutário de Assessoramento e, em junho foi aprovado pelo Conselho de Administração o Comitê de Auditoria, ambos vinculados a este colegiado.

• Com relação ao processo decisório, a Companhia promoveu a revisão dos limites de alçadas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, tendo sido aprovada a Matriz de Limites de Atuação (MLA) e adotado o modelo de autorização compartilhada para determinados atos previstos na Tabela de Limites de Competência.

• Avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. As informações sobre o processo de avaliação encontram-se no item 12.1, alínea c.

• O material das pautas para a análise dos Conselheiros é encaminhado com antecedência mínima de 7 (sete) dias, observando o regimento interno do Conselho de Administração, de forma a possibilitar a prévia análise das matérias a serem deliberadas.

• Indicação de diretores e gerentes executivos: foi incluída no Estatuto Social, como competência do Conselho de Administração, a aprovação da indicação dos Diretores e Gerentes Executivos da Companhia.

• Atualização do Manual de Governança Corporativa: instrumento de governança corporativa que tem por objetivo consolidar normativos voltados às melhores práticas de governança, procedimentos, normas e códigos, além de trazer conceitos relevantes, servindo de suporte para nortear a gestão transparente da companhia, visando aprimorar o processo decisório dos administradores e o desempenho da Petrobras Distribuidora.

• Aprovada pelo Conselho de Administração a Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras Distribuidora: reforça os princípios de conduta ética, comutatividade, equidade e transparência nas operações com partes relacionadas, e as Diretrizes Corporativas para Transações com Partes Relacionadas, aprovada pela Diretoria Executiva: que estabelecem as diretrizes gerais que complementam a citada política e direcionam a atuação da companhia nesta matéria.

No ano corrente, a Companhia continuou o processo de aprimoramento de sua governança corporativa, considerando o direcionador estratégico “fortalecer a conformidade, gestão de risco e governança”, tendo como destaque:

• O Estatuto Social da companhia foi reformado em agosto de 2017, incorporando melhorias de governança corporativa para atendimento à Lei 13.303/16, ao Decreto 8.945/16 e ao regramento do Novo Mercado:

i) Existência exclusiva de Ações Ordinárias;

12.13 - Outras informações relevantes

ii) Regras para Oferta Pública de Aquisição de ações, incluindo requisito de concordância por parte dos acionistas titulares de 1/3 (um terço) das ações em circulação para eventual saída do segmento, sem que efetuem a venda das ações;

iii) Concessão de *Tag Along*, conferindo tratamento igualitário aos demais acionistas da Companhia;

iv) Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado;

v) Novas atribuições ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva;

vi) Composição do Conselho de Administração com, ao menos, 3 (três) representantes dos acionistas minoritários, independentemente da participação acionária, além de percentual mínimo de 50% de membros independentes, considerando os eleitos pelos minoritários;

vii) Atendimento de requisitos de integridade para a indicação dos Administradores e membros do Conselho Fiscal, além dos constantes na Lei;

viii) Inclusão de cláusula expressa quanto à incompatibilidade de participação nos órgãos da administração da BR e suas subsidiárias e controladas, de membro com candidatura a mandato público eletivo, devendo o interessado renunciar ao cargo, sob pena de destituição, a partir do momento em que tornar pública sua pretensão à candidatura;

ix) Disciplinamento de Transações com Partes Relacionadas, exigindo que, em determinadas hipóteses, além da análise prévia de competência do Comitê de Auditoria Estatutário, com a instituição do Comitê de Minoritários, esse deverá prestar o assessoramento prévio, emitindo seu parecer a respeito da transação pretendida. As operações deverão ser aprovadas pelo voto de 2/3 dos membros do Conselho de Administração;

x) Previsão de novos comitês estatutários vinculados ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria Estatutário; Comitê de Riscos e Financeiro; Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão; e Comitê de Minoritários, os dois primeiros já instalados e em funcionamento.

• Outro destaque foi a revisão do modelo de governança da Companhia, especialmente no tocante à estrutura de Comitês Executivos vinculados à Diretoria Executiva, que passou a contar com o assessoramento dos seguintes comitês: 1) Comitê Executivo de Crédito e Cobrança; 2) Comitê Executivo de Recursos Humanos; 3) Comitê Executivo de Tecnologia da Informação; 4) Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); 5) Comitê Executivo de Inovação; 6) Comitê Executivo de Marketing; 7) Comitê Executivo de Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos; 8) Comitê Executivo de Negócios; e 9) Comitê Executivo de Suprimento de Biocombustíveis e Derivados de Petróleo.

• A Política de Transação com Partes Relacionadas foi revisada, tendo em vista as alterações ocorridas no modelo de governança da Companhia.

• Foi adotada, ainda, a Política de Indicação dos Membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva e Titulares da Estrutura Geral da Petrobras Distribuidora, que visa estabelecer os requisitos mínimos, vedações e diretrizes para indicação de membros dos órgãos estatutários e Gerentes Executivos da Petrobras Distribuidora, bem como nas sociedades que a Companhia possui participação.

12.13 - Outras informações relevantes

b) Informações sobre Treinamentos sobre Código de Ética e Guia de Conduta

• No decorrer do ano de 2016 foram realizados treinamentos para a força de trabalho e Alta Administração abordando os seguintes temas: Código de Ética e Guia de Conduta; Conformidade, Legislação Anticorrupção (FCPA, UKBA e Lei 12.846/13) e Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC). Participaram dos treinamentos aproximadamente, 3.600 (três mil e seiscentos) empregados da Companhia, perfazendo em torno de 15.600 (quinze mil e seiscentas) horas de treinamento. Houve, ainda, treinamento sob demanda para as equipes sobre temas específicos.

• Também foi realizada campanha de divulgação do Código de Ética e do Guia de Conduta por meio da disponibilização de diversos conteúdos no Portal Petrobras e envio de orientações por meio de mensagens eletrônicas com referência aos referidos documentos. A campanha de divulgação é condizente com o amplo esforço corporativo, sob liderança da alta administração da Companhia, para transmitir regularmente os valores éticos a todos os empregados. Em setembro de 2017, temos 94,69% de assinaturas no Termo de Ciência do Código de Ética e 96,78% no Termo de Ciência do Guia de Conduta.

• Em 2017, a Companhia deu prosseguimento ao treinamento para novos empregados, bem como às campanhas de divulgação do Código de Ética e do Guia de Conduta, sendo o treinamento obrigatório aos empregados e com turmas de ensino à distância abertas mensalmente. Até setembro, 71,60% dos empregados estavam aprovados no curso EAD Ética no Sistema Petrobras, que aborda o conteúdo do Código de Ética. Ademais, a Companhia prevê que serão realizados treinamentos de aproximadamente 3.000 (três mil) empregados, totalizando em torno de 11.500 (onze mil e quinhentas) horas de treinamento, abordando temas como ética e regras de segurança.

• Com relação aos administradores da companhia, foram realizados os seguintes treinamentos presenciais em 2016 e 2017:

Treinamentos realizados pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva	**Data**
Treinamento anticorrupção – Pacto Global das Nações Unidas	14/12/2016
Treinamento – Regras de Ouro	28/04/2017
Programa de Integridade (Conflito de Interesses)	26/05/2017

c) Denúncias internas e externas relativas ao Código de Ética e ao Guia de Conduta

A partir de 2016, a Companhia realizou mudanças no Canal de Denúncias para assegurar maior efetividade, com a integração ao canal único de denúncias da Petrobras. As denúncias, que podem ser feitas de forma anônima, são recebidas por uma empresa externa, independente e especializada chamada Contato Seguro, contratada pela Petrobras.

Em 2016, foram recebidas 298 (duzentas e noventa e oito) denúncias, sendo 103 (cento e três) internas e 195 (cento e noventa e cinco) externas. Este valor representou um aumento de 163% (cento e sessenta e três porcento) em relação ao ano de 2015.

12.13 - Outras informações relevantes

No caso de denúncias oriundas do Canal de Denúncias Petrobras, a partir da matriz de riscos da Ouvidoria Geral da Petrobras, as denúncias classificadas nos níveis “A, B e C” (nível de risco muito alto, alto e médio, respectivamente) são apuradas pela Gerência Geral de Apuração de Denúncias da Petrobras, cabendo à Companhia apurar as denúncias classificadas como de baixo risco (“D”). Os resultados das apurações de denúncias tratadas pela Companhia são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário, e, quando aplicável, ao Ministério Público e autoridades competentes relacionadas às apurações.

Outrossim, foram impostas penalidades aos envolvidos em casos de violação aos princípios éticos da Companhia, tais como advertências escritas, suspensões e demissões por justa causa.

A Companhia possui normativo interno aprovado pelo Conselho de Administração (Política e Diretrizes da função Ouvidoria), que versa sobre a indicação do titular e a atuação da Ouvidoria da Companhia, órgão responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e avaliação das atividades que visem denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia.

d) Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	11/05/2015	100%	NAO
Assembleia Geral Extraordinária	25/05/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	02/07/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	10/08/2015	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	27/04/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	29/04/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	10/10/2016	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	10/02/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	26/04/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	26/04/2017	100%	NÃO

12.13 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	31/05/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	31/08/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	10/10/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	14/11/2017	100%	NÃO

e) Orçamento e Estrutura da Auditoria Interna e da Área de Compliance e Riscos

Em 2016, o Conselho de Administração aprovou o orçamento da Companhia para 2017. O orçamento aprovado inclui a Gerência de Governança, Riscos e Conformidade (responsável pelo compliance, governança, controles internos e gerenciamento de riscos) e a Auditoria Interna. Os valores aprovados encontram-se abaixo:

- Auditoria Interna: o orçamento inicialmente aprovado para 2017 soma R$ 21,6 milhões; sendo esta gerência composta por 43 empregados, incluindo um empregado cedido à Área de Conformidade da Petrobras. Resta ainda o ingresso de cinco novos empregados, ingresso esse que poderá ocorrer por meio de transferência interna este ano.

- Gerência de Governança, Riscos e Conformidade: o orçamento inicialmente previsto acrescido de orçamento projetado para 2017 soma R$ 14,6 milhões; sendo esta gerência composta por 34 empregados, incluindo um empregado cedido à Área de Conformidade da Petrobras. Resta ainda o ingresso de quatro empregados, ingresso esse que poderá ocorrer por meio de transferência interna este ano.

Em reunião de 06/10/2017, o Conselho de Administração atestou que os orçamentos e as estruturas das áreas supramencionadas estão adequados aos seus respectivos planos de trabalho e iniciativas previstos para o exercício de 2017.

f) Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

12.13 - Outras informações relevantes

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A descrição qualitativa da política ou prática de remuneração da Companhia é apresentada abaixo por órgão da sua Administração, conforme descrito abaixo.

I - DIRETORIA EXECUTIVA:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração fixa da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais propostos pela Gerência de Recursos Humanos (GRH) ao Conselho de Administração e definidos anualmente pela Assembleia Geral de acordo com o art. 152 da Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os administradores da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pela Sociedade Controladora. Todos os membros da Diretoria Executiva são estatutários.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

• Salário ou Pró-labore: remuneração mensal fixa, praticada para os membros da Diretoria Executiva, como retribuição pelos serviços prestados, incluindo 13º salário (*) e férias.

(*) Conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), para a remuneração do período vigente deverá ser observada a orientação para vedação ao pagamento de gratificação natalina (13º salário) nos termos do Acórdão TCU 2.600/2016, sessão do plenário de 11/10/2016, daquela corte de contas.

• Benefícios diretos e indiretos: visam à qualidade de vida dos membros da Diretoria Executiva, incluindo auxílio moradia, assistência à saúde e passagens aéreas.

• Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") e Bônus por Desempenho: retribuição pelos esforços na construção dos resultados alcançados, além do caráter motivador para cumprimento dos objetivos estratégicos.

• Benefícios pós-emprego: visam à qualidade de vida dos membros da Diretoria Executiva, incluindo plano de previdência.

• Outros: visam à qualidade de vida dos membros da Diretoria Executiva, incluindo os encargos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS).

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total no último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Composição da Remuneração	2016	2015	2014
Remuneração Fixa Mensal			
Salário ou Pró-labore	66,79%	72,71%	60,40%
Benefícios Diretos e Indiretos	1,15%	0,31%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	24,71%	20,36%	16,91%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Remuneração Variável			
Bônus	0,00%	0,00%	4,75%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	13,81%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	7,35%	6,63%	4,13%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

• Salário ou Pró-labore: Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração fatores como: negociação com órgãos reguladores, legislação pertinente, práticas do Controlador e o valor definido em Assembleia Geral.

• Benefícios diretos e indiretos:

i. O valor referente ao **auxílio moradia** está previsto e definido no Decreto nº 3.255, de 19 de Novembro de 1999, e possíveis reajustes dependem de alterações nesta lei. Neste sentido, o valor faz parte do montante global dos administradores que é negociado com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST") e aprovado em Assembleia Geral.
ii. Não existe metodologia única de cálculo e reajuste para **assistência saúde**, pois são levados em consideração fatores como negociação com órgãos reguladores e a aprovação em Assembleia Geral.
iii. Não existe metodologia única de cálculo e reajuste para **passagens aéreas**, o valor faz parte do montante global dos administradores que é negociado com a Secretaria de Coordenação e Governanças das Empresas Estatais ("SEST") e aprovado em Assembleia Geral.

• Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") e Bônus por Desempenho: No cálculo da PLR e do Bônus por Desempenho são levados em consideração os indicadores de desempenho negociados pelo Controlador, junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST"), a legislação pertinente e o valor definido em Assembleia Geral. O programa de remuneração variável, do qual fazem parte a PLR e o Bônus por Desempenho ("Programa de Remuneração Variável"), da Diretoria Executiva da Companhia, tem seu pagamento diferido nos 4 anos seguintes, desde que as metas estabelecidas para tal sejam alcançadas. No exercício de 2014 foi praticado o pagamento de valor referente a 2,7x remunerações (salários) aos membros da Diretoria Executiva, conforme valores definidos por determinação do Conselho de Administração. Nos exercícios de 2015, 2016 e até 30/09/2017 não houve pagamento de remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva Por meio do Ofício nº 60714/2017-MP, de 08 de novembro de 2017, SEST manifestou-se favoravelmente aos termos do Programa de Remuneração Variável dos membros da Diretoria Executiva de exercício de 2017, aprovando o montante proposto pela Companhia, que pode alcançar individualmente até 8 (oito) remunerações, em caso de extrapolação das metas definidas, cujos valores, em caso de ativação do programa, serão pagos 60% no exercício de 2018 e o restante de forma diferida, em parcelas sucessivas anuais de 10%.

• Benefícios pós-emprego: Não existe metodologia única de cálculo e reajuste para a contribuição ao plano de previdência, sendo atualmente limitado a 11% da remuneração com base na faixa etária de cada Dirigente. Neste sentido, os valores fazem parte do montante global dos administradores que é negociado com a SEST e aprovado em Assembleia Geral.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

• Outros: Não existe metodologia única de cálculo e reajuste para os encargos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS), que possuem alíquotas definidas. Neste sentido, os valores fazem parte do montante global dos administradores que é negociado com a SEST e aprovado em Assembleia Geral.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração
A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, bem como busca promover o reconhecimento dos esforços dos administradores da Companhia, e um alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo Controlador.

v. A existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato
Não aplicável, visto que todos os membros da Diretoria Executiva são remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

• Salário ou Pró-labore: remuneração fixa sem indicador vinculado.

• Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.

• Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") e Bônus por Desempenho: condicionados ao atendimento de indicadores de desempenho negociados pela Controladora com a SEST.

• Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho
A remuneração é estruturada de forma que a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) esteja condicionada ao atendimento de indicadores de desempenho negociados pela Petrobras, junto à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). O número de remunerações (salários) a serem pagas no âmbito do Programa de Remuneração Variável da Companhia varia conforme o percentual de atingimento das metas, e é calculado com base nos resultados da Companhia.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, bem como a promoção do reconhecimento dos administradores e um alinhamento destes às estratégias de curto, médio e longo prazos da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a Companhia.

II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por honorários mensais propostos pela Gerência de Recursos Humanos (GRH) ao Conselho de Administração e definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o art. 152 da Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e com a Lei nº 9.292, de 12 de Julho de 1996. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pela Sociedade Controladora.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

• Salário ou Pró-labore: remuneração mensal fixa praticada para conselheiros como retribuição pelos serviços prestados.

• Outros: visam à qualidade de vida dos Conselheiros de Administração, e incluem os encargos de Previdência Social (INSS).
Cumpre ressaltar que a soma dos valores a serem percebidos por cada membro do Conselho de Administração a título de remuneração, está limitada ao disposto no art. 1º da Lei nº 9.292/1996.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Composição da Remuneração	2016	2015	2014
Remuneração Fixa Mensal			
Salário ou Pró-labore	84,54%	83,33%	83,33%
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	15,46%	16,67%	16,67%
Remuneração Variável			
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

• Salário ou Pró-labore: Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração correspondem a 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais percebidos pelos membros da Diretoria Executiva e aprovados em Assembleia Geral, nos termos dos arts. 145 e 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

• Outros: Não existe metodologia única de cálculo e reajuste para o encargo da Previdência Social (INSS), que possui alíquota definida. Neste sentido, o valor faz parte do montante global dos administradores que é negociado com a SEST e aprovado em Assembleia Geral.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, estabelece que a remuneração dos membros do Conselho de Administração de sociedades de economia mista, como a Companhia, "não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas".
Neste sentido, para o cálculo da remuneração de sua Diretoria Executiva, conforme descrito acima, a Companhia leva em consideração seus resultados econômico-financeiros, bem como a promoção do reconhecimento dos esforços dos administradores e do alinhamento às práticas da Petrobras e propõe um valor que é negociado com a SEST e aprovado em Assembleia Geral.

v. A existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Todos os membros do Conselho de Administração da Companhia são remunerados. Considerando o período desde o ano de 2014, apenas um membro do Conselho de Administração, Sr. Júlio César Maciel Raimundo, que exerceu mandato entre 14/07/2015 e 12/06/2016, não foi remunerado em razão de ter renunciado aos honorários.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, visto que a remuneração recebida por membros do Conselho de Administração é fixa, sem indicador vinculado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, visto que a remuneração recebida por membros do Conselho de Administração é fixa, sem indicador vinculado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A remuneração mensal retribui os conselheiros pelos serviços prestados e é compatível com a remuneração praticada pela Controladora, estando alinhada tanto aos interesses de curto, como os de médio e longo prazo da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a Companhia.

III – CONSELHO FISCAL:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração fixa do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais definidos anualmente em Assembleia Geral, de acordo com o art. 152 da Lei das Sociedades por Ações e com a Lei nº 9.292/96. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, sua competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo Controlador.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

• Salário ou Pró-labore: remuneração mensal fixa praticada para os conselheiros fiscais como retribuição pelos serviços prestados.

• Outros: visam à qualidade de vida, e incluem os encargos da Previdência Social (INSS).

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

Composição da Remuneração	2016	2015	2014
Remuneração Fixa Mensal			
Salário ou Pró-labore	86,28%	83,33%	83,33%
Benefícios Diretos e Indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	13,72%	16,67%	16,67%
Remuneração Variável			
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

• Salário ou Pró-labore: A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal correspondem a 10% (dez por cento) dos honorários mensais percebidos pelos membros da Diretoria Executiva e aprovados em Assembleia Geral, nos termos dos arts. 145, 152 e 162 § 3º da Lei das Sociedades por Ações e da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

• Outros: Não existe metodologia única de cálculo e reajuste para o encargo da Previdência Social (INSS), que possui alíquota definida.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, estabelece que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal de sociedades de economia mista, como a Companhia, "não excederá, em nenhuma hipótese, a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas".

Neste sentido, para o cálculo da remuneração de sua Diretoria Executiva, conforme descrito acima, a Companhia leva em consideração seus resultados econômico-financeiros, bem como a promoção do reconhecimento dos esforços dos administradores e do alinhamento às práticas da Petrobras e propõe um valor que é negociado com a SEST e aprovado em Assembleia Geral.

v. A existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, visto que todos os membros do quadro atual do Conselho Fiscal da Companhia são remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração
Não aplicável, visto que a remuneração recebida por membros do Conselho Fiscal é fixa, sem indicador vinculado.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, visto que a remuneração recebida por membros do Conselho Fiscal é fixa, sem indicador vinculado.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

A remuneração mensal retribui os membros do Conselho Fiscal pelos serviços prestados e é compatível com a remuneração praticada pela Controladora, estando alinhada tanto aos interesses de curto, como de médio e longo prazo da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário envolvendo a Companhia.

IV – COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO, COMITÊ DE RISCOS E FINANCEIRO, COMITÊ DE INDICAÇÃO, REMUNERAÇÃO E SUCESSÃO, COMITÊ DE MINORITÁRIOS:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Na Companhia, existem 4 (quatro) comitês estatutários vinculados ao Conselho de Administração, conforme detalhado no item 12.1 (IV) deste Formulário de Referência.

Os regimentos internos de cada comitê preveem que o membro do comitê fará jus apenas à remuneração de Conselheiro de Administração da Companhia, salvo nos casos em que este membro for externo,

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

hipótese na qual a remuneração será definida pelo Conselho de Administração, após análise e recomendação do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão, respeitado o limite fixado pela Assembleia Geral Ordinária.

Até a data deste Formulário de Referência, não havia deliberação da assembleia de acionistas da Companhia fixando o limite de remuneração anual dos membros dos referidos Comitês.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência não havia deliberação da assembleia de acionistas da Companhia fixando o limite de remuneração anual dos membros dos referidos Comitês.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência não havia deliberação da assembleia de acionistas da Companhia fixando o limite de remuneração anual dos membros dos referidos Comitês.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência não havia deliberação da assembleia de acionistas da Companhia fixando o limite de remuneração anual dos membros dos referidos Comitês.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência não havia deliberação da assembleia de acionistas da Companhia fixando o limite de remuneração anual dos membros dos referidos Comitês.

v. A existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Atualmente, todos os membros dos comitês em funcionamento são integrantes do Conselho de Administração e fazem jus apenas à remuneração de Conselheiro de Administração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, tendo em vista que a data deste Formulário de Referência não havia deliberação da assembleia de acionistas da Companhia fixando o limite de remuneração anual dos membros dos referidos Comitês.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência não havia deliberação da assembleia de acionistas da Companhia fixando o limite de remuneração anual dos membros dos referidos Comitês.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência não havia deliberação da assembleia de acionistas da Companhia fixando o limite de remuneração anual dos membros dos referidos Comitês.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não aplicável. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não aplicável. Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,42	5,00	4,00	18,42
Nº de membros remunerados	9,42	5,00	4,00	18,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.187.667,91	7.282.377,40	526.746,92	8.996.792,23
Benefícios direto e indireto	0,00	426.154,73	0,00	426.154,73
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	162.776,08	2.694.479,64	92.460,07	2.949.715,79
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "outros" referem-se ao encargo da Previdência Social (INSS).	Os valores contidos no campo "outros" referem-se aos encargos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS).	Os valores contidos no campo "outros" referem-se ao encargo da Previdência Social (INSS).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	801.061,51	0,00	801.061,51
Cessação do cargo	0,00	3.093.413,84	0,00	3.093.413,84
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Os valores quantitativos considerados a partir do mês de julho são projetados. Os valores correspondem ao realizado no período de janeiro a junho e projeto para o período de julho a dezembro de 2017. O número de membros foi apurado da forma mais especificada no Ofício Circular CVM/SEP/n° 01/2017. Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal só recebem valores relativos a honorários fixos, incluindo os encargos da Previdência Social (INSS). A Assembleia Geral Ordinária realizada em 26/04/2017 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê Estatutário de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril/17 a Mar/18.	Os valores e quantitativos considerados a partir do mês de julho são projetados. Os valores correspondem ao realizado no período de janeiro a junho e projetado para o período de julho a dezembro de 2017. O número de membros foi apurado da forma mais especificada no Ofício Circular CVM/SEP/n° 01/2017. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 26/04/2017 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê Estatutário de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril/17 a Mar/18. A variação entre a remuneração total prevista para o exercício de 2017 (jan a dez de 17) em relação à remuneração total efetivamente realizada no exercício de 2016 (jan a dez de 2016) contempla o seguinte fator: provisão de quarentena para os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/04/2016, foi aprovada a inclusão no Estatuto Social da figura da quarentena, prevista na lei n° 12.813/2013, que dispõe sobre conflitos de interesses no exercício de cargo ou emprego do poder executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego público. A quarentena remunerada será calculada através da multiplicação pelo período de 6 meses, do horário mensal dos administradores.	Os valores quantitativos considerados a partir do mês de julho são projetados. Os valores correspondem ao realizado no período de janeiro a junho e projeto para o período de julho a dezembro de 2017. O número de membros foi apurado da forma mais especificada no Ofício Circular CVM/SEP/n° 01/2017. Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal só recebem valores relativos a honorários fixos, incluindo os encargos da Previdência Social (INSS). A Assembleia Geral Ordinária realizada em 26/04/2017 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê Estatutário de Assessoramento ao Conselho de Administração para o período de abril/17 a Mar/18.	
Total da remuneração	1.350.443,99	14.297.487,12	619.206,99	16.267.138,10

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,50	4,42	3,67	16,59
Nº de membros remunerados	8,00	4,42	3,67	16,09
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.037.251,51	5.946.277,43	484.137,68	7.467.666,62
Benefícios direto e indireto	0,00	102.118,94	0,00	102.118,94
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	189.726,19	2.200.122,65	76.986,41	2.466.835,25
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo da Previdência Social (INSS).	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se aos encargos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS).	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo da Previdência Social (INSS).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	654.090,52	0,00	654.090,52
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os valores correspondem ao período de Janeiro a Dezembro de 2016. O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016. Um dos membros do Conselho de Administração optou por não ser remunerado durante o mandato (de Julho/15 a Junho/16). Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal só recebem valores relativos a Honorários Fixos, incluindo os encargos da Previdência Social (INSS). A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/10/2016 rerratificou a fixação da remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) deliberada na AGO 2016 para o período de Abril/16 a Mar/17.	"Os valores correspondem ao período de Janeiro a Dezembro de 2016. O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/10/2016 rerratificou a fixação da remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) deliberada na AGO 2016 para o período de Abril/16 a Mar/17. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/04/2016, foi aprovada a inclusão no Estatuto Social da figura da quarentena, prevista na Lei nº 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego público. A quarentena remunerada será calculada através da multiplicação, pelo período de 6 meses, do honorário mensal dos administradores.	Os valores correspondem ao período de Janeiro a Dezembro de 2016. O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016. Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal só recebem valores relativos a Honorários Fixos, incluindo os encargos da Previdência Social (INSS). A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/10/2016 rerratificou a fixação da remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) deliberada na AGO 2016 para o período de Abril/16 a Mar/17.	
Total da remuneração	1.226.977,70	8.902.609,54	561.124,09	10.690.711,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,83	4,58	5,00	19,41
Nº de membros remunerados	9,42	4,58	5,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.113.510,03	5.754.270,20	618.318,23	7.486.098,46
Benefícios direto e indireto	0,00	24.547,29	0,00	24.547,29
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	222.702,01	1.611.195,66	123.663,65	1.957.561,32
Descrição de outras remunerações fixas	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo da Previdência Social (INSS).	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se aos encargos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS).	Os valores contidos no campo "Outros" referem-se ao encargo da Previdência Social (INSS).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	524.345,59	0,00	524.345,59
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os valores correspondem ao período de Janeiro a Dezembro de 2015. O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016. Um dos membros do Conselho de Administração optou por não ser remunerado durante o mandato (de Julho/15 a Junho/16). Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal só recebem valores relativos a Honorários Fixos, incluindo os encargos da Previdência Social (INSS). A Assembleia Geral Extraordinária A1realizada em 25/05/2015 rerratificou a fixação da remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) deliberada na AGO 2015 para o período de Abril/15 a Mar/16.	Os valores correspondem ao período de Janeiro a Dezembro de 2015. O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/05/2015 rerratificou a fixação da remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) deliberada na AGO 2015 para o período de Abril/15 a Mar/16.	Os valores correspondem ao período de Janeiro a Dezembro de 2015. O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016. Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal só recebem valores relativos a Honorários Fixos, incluindo os encargos da Previdência Social (INSS). A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/05/2015 rerratificou a fixação da remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) deliberada na AGO 2015 para o período de Abril/15 a Mar/16.	
Total da remuneração	1.336.212,04	7.914.358,74	741.981,88	9.992.552,66

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	4,25	5,00	19,25
Nº de membros remunerados	10,00	4,25	5,00	19,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.113.608,70	5.149.660,77	575.027,96	6.838.297,43
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	222.721,74	1.441.905,02	115.005,59	1.779.632,35

Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício Circular nº 05/DEST-MP, de 21/01/2014, foram inclusos no montante global dos administradores proposto para a Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Distribuidora (AGO) de 2014 os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS). Esses encargos já eram praticados pela Companhia, porém não eram explicitados nos montantes anteriormente provados pela AGO da Petrobras Distribuidora.	Conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício Circular nº 05/DEST-MP, de 21/01/2014, foram inclusos no montante global dos administradores proposto para a Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Distribuidora (AGO) de 2014 os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS). Esses encargos já eram praticados pela Companhia, porém não eram explicitados nos montantes anteriormente provados pela AGO da Petrobras Distribuidora.	Conforme orientação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício Circular nº 05/DEST-MP, de 21/01/2014, foram inclusos no montante global dos administradores proposto para a Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Distribuidora (AGO) de 2014 os encargos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e Previdência Social (INSS). Esses encargos já eram praticados pela Companhia, porém não eram explicitados nos montantes anteriormente provados pela AGO da Petrobras Distribuidora.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	405.012,59	0,00	405.012,59
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	1.177.408,35	0,00	1.177.408,35
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	351.722,13	0,00	351.722,13
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016. A participação de todos os membros do Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora é remunerada igualmente. Desta forma, no montante referente ao CA são considerados 10 membros remunerados. Em atendimento à lei nº 12.353, de 28/12/2010, a Petrobras Distribuidora alterou o seu Estatuto Social e elegeu em 19/03/2012 o representante dos empregados no Conselho de Administração; assim o número de membros passou de 9 para 10.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016.	
Total da remuneração	1.336.330,44	8.525.708,86	690.033,55	10.552.072,85

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal nos últimos 3 exercícios sociais:

Tabela 13.3.a Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (a encerrar em 31/12/2017)

Exercício 2017 (corrente)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	0	5	0	5
Número de membros remunerados	0	5	0	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	0	0	0
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	Não há.	Não há.	Não há.	Não há.

Tabela 13.3.b Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31/12/2016

Exercício 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	0	4,42	0	4,42
Número de membros remunerados	0	4,42	0	4,42
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	0	0	0
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	Não há.	Não há.	Não há.	Não há.

Tabela 13.3.c Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31/12/2015

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	0	4,58	0	4,58
Número de membros remunerados	0	4,58	0	4,58
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	0	0	0
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	Não há.	Não há.	Não há.	Não há.

Tabela 13.3.d Remuneração variável – Exercício Social encerrado em 31/12/2014

Exercício 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	0	4,25	0	4,25
Número de membros remunerados	0	4,25	0	4,25
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	405.012,59	0	405.012,59
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	405.012,59	0	405.012,59
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	405.012,59	0	405.012,59
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	1.177.408,35	0	1.177.408,35
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”)	0	1.177.408,35	0	1.177,408,35
Remuneração baseada em ações	Não há.	Não há.	Não há.	Não há.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária:

a. Termos e Condições Gerais

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

b. Principais Objetivos do Plano

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

f. Número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

h. Condições de aquisição de ações

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

k. Forma de Liquidação

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

l. Restrições à transferência das ações

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, visto que não a Companhia não distribui remuneração baseada em ações.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

a) modelo de precificação
Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado por ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e taxa de juros livre de risco
Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

d) forma de determinação da volatilidade esperada
Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo
Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

NOME	Ações Ordinárias de emissão da Petrobras	Ações Preferenciais de emissão da Petrobras	TOTAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	100	780	880
DIRETORIA	-	13.706	13.706
CONSELHO FISCAL	1.100	3.600	4.700

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Item	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	Não há	5
Número de membros remunerados	Não há	5
Nome do plano	Plano Petros-2 (PP-2)	
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	Não Aplicável	Tendo em vista que os administradores da Companhia são de natureza estatutária e, consequentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia dos Acionistas, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.
Condições para se aposentar antecipadamente	Não Aplicável	Tendo em vista que os administradores da Companhia são de natureza estatutária e, consequentemente, podem ser destituídos do cargo a qualquer momento por decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia dos Acionistas, não há que se cogitar o quantitativo ou condições de aposentadoria antecipada.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não Aplicável	R$ 956.872,40
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não Aplicável	R$ 654.090,52
Possibilidade de resgate antecipado e condições	O PP-2 possui condições e regras específicas para resgate antecipado, dentre elas a possibilidade do resgate apenas dos aportes efetuados pelos participantes. De forma geral, caso o administrador deseje resgatar os valores aportados ao plano, que só pode ser realizado mediante cessação de seu vínculo com a Companhia, este receberá o saldo referente às suas contribuições, não podendo ser resgatado o saldo referente à conta de valores aportados pela Companhia. As alternativas ao resgate são o autopatrocínio, que possibilita a percepção de benefícios previstos no plano, mesmo com a perda de vínculo e da remuneração paga pela Companhia; e a portabilidade, onde o administrador porta o saldo total das contribuições individuais e da Companhia para outro plano de previdência privada.	

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	4,42	4,58	4,25	8,50	9,83	10,00	3,67	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	4,42	4,58	4,25	8,00	9,42	10,00	3,67	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.144.880,19	1.437.413,38	2.098.807,56	157.408,88	129.949,81	133.633,04	157.408,88	144.311,29	133.633,04
Valor da menor remuneração(Reais)	2.076.621,56	792.216,68	1.660.590,68	157.408,88	14.361,48	133.633,04	157.408,88	144.311,29	133.633,04
Valor médio da remuneração(Reais)	2.014.165,05	1.728.025,92	2.006.049,14	153.372,21	141.848,41	133.633,04	112.224,82	148.396,38	138.006,71

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2016	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função. - Para informar a maior remuneração da Diretoria, consideramos todas as remunerações individuais reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social, acumulando os cargos de Diretor e Presidente Interino no período de Jan a Set/16. No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2015	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. Todos os membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração exerceram o cargo por menos de 12 meses. Dessa forma, o valor da remuneração anual individual foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. Para cálculo da média do Conselho de Administração, foi desconsiderado o membro que optou por não receber remuneração durante o mandato. - Para informar a maior remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 8,5 meses do exercício social na Diretoria e durante 11 meses no Conselho de Administração. No Conselho Fiscal, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2014	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses a função. - Para informar a maior remuneração dos Órgãos, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.

Conselho de Administração	
31/12/2016	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função. - Para informar a maior remuneração da Diretoria, consideramos todas as remunerações individuais reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social, acumulando os cargos de Diretor e Presidente Interino no período de Jan a Set/16. No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.

1082

31/12/2015	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. - Todos os membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração exerceram o cargo por menos de 12 meses. Dessa forma, o valor da remuneração anual individual foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. - Para cálculo da média do Conselho de Administração, foi desconsiderado o membro que optou por não receber remuneração durante o mandato. - Para informar a maior remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 8,5 meses do exercício social na Diretoria e durante 11 meses no Conselho de Administração. No Conselho Fiscal, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2014	- O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses a função. - Para informar a maior remuneração dos Órgãos, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.

Conselho Fiscal	
31/12/2016	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses na função. - Para informar a maior remuneração da Diretoria, consideramos todas as remunerações individuais reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social, acumulando os cargos de Diretor e Presidente Interino no período de Jan a Set/16. No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2015	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. - Todos os membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração exerceram o cargo por menos de 12 meses. Dessa forma, o valor da remuneração anual individual foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. - Para cálculo da média do Conselho de Administração, foi desconsiderado o membro que optou por não receber remuneração durante o mandato. - Para informar a maior remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 8,5 meses do exercício social na Diretoria e durante 11 meses no Conselho de Administração. No Conselho Fiscal, o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.
31/12/2014	- O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017. - O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram por menos de 12 meses a função. - Para informar a maior remuneração dos Órgãos, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante os 12 meses do exercício social.

1083

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Até a data deste Formulário de Referência, não houve arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, ver o item 12.11 do Formulário de Referência da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/04/2016, aprovou a reforma no Estatuto Social que inclui a figura da quarentena, prevista na Lei nº 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego público. Na mesma ocasião, em Assembleia Geral Ordinária, ficou condicionado o pagamento da quarentena à aprovação, caso a caso, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR, nos termos da legislação vigente.

A quarentena remunerada será calculada através da multiplicação, pelo período de seis meses, do honorário mensal dos administradores.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2014	56,23%	10,00%	79,11%
2015	67,89%	10,80%	66,14%
2016	71,34%	14,02%	72,15%

(*) Foram considerados, para efeitos de cálculos, todos os administradores que tinham vínculo empregatício ou que exerciam alguma função na Controladora.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal não recebem remuneração da Petrobras ou de sociedades sobre controle comum em razão do desempenho de suas funções na Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

As informações referentes aos anos de 2014 a 2016 correspondem ao período do exercício social, ou seja, de janeiro a dezembro, não tendo correlação, consequentemente, com o montante que é aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO), que corresponde ao período de abril a março do ano seguinte.

Nas informações referentes ao ano de 2017, compreendido de janeiro a dezembro, os indicadores quantitativos e valores levados em consideração nos cálculos são projetados. A Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 26 de abril de 2016 aprovou a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) para o período de abril de 2017 a março de 2018.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de empregados	30/09/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Por grupos				
Presidência	321	325	331	318
Financeira	551	633	539	552
Operações	1.173	1.320	1.573	1.575
Rede de Postos	607	638	697	705
Mercado Consumidor	597	798	914	930
Por Localização Geográfica				
-Norte	178	191	217	225
-Nordeste	432	504	570	565
Centro-Oeste	236	300	340	346
Sudeste	2.166	2.441	2.614	2.633
Sul	237	278	313	311
Total de Empregados	**3.249**	**3.714**	**4.054**	**4.080**

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de terceirizado	30/09/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Por grupos				
Presidência	77	45	51	60
Financeira	953	469	516	614
Operações	2.859	3.296	3.602	3.731
Rede de Postos	227	198	224	220
Mercado Consumidor	781	864	931	871
Por Localização Geográfica				
Norte	191	371	393	348
Nordeste	912	837	698	685
Centro-Oeste	287	264	333	491
Sudeste	3.203	3.123	3.517	3.648
Sul	304	277	383	324
Total de Terceirizados	**4.897**	**4.872**	**5.324**	**5.496**

c.

Índice de rotatividade

30/09/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
15,0%	5,0%	1,8%	12,6%

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

A elevação do índice de rotatividade (item 14.1 (c) deste Formulário de Referência) nos anos de 2014, 2015, 2016 e dos primeiros nove meses de 2017 decorreu da implantação do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (“PIDV”), que alcançou as marcas de 654 desligamentos no PIDV BR 2014, 313 desligamentos no PIDV BR 2015 e 710 desligamentos do PIDV BR 2016. Com relação aos PIDV assinados nos exercícios sociais de 2015 e 2016, os desligamentos ocorreram nos exercícios sociais seguintes, impactando diretamente no aumento dos índices de rotatividade dos exercícios sociais de 2016 e 2017. Além dos desligamentos ocorridos durante o curso normal dos negócios e através do PIDV, nos anos de 2014 e nos primeiros nove meses de 2017, também houve uma quantidade de admissões significativa que influencia o índice de rotatividade, com o objetivo de repor parte das saídas do PIDV BR 2014 e PIDV BR 2016.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera como partes integrantes da remuneração: salários, adicionais e gratificações de acordo com a função (gratificação de função gerencial e gratificação de função especialista).

Entre os adicionais, destacam-se os seguintes:

- adicional por tempo de serviço, que é um valor calculado com base em percentual definido em tabela específica, que incide sobre o salário básico;

- adicional de periculosidade, pago ao empregado que exerce atividades em áreas de risco, na forma da legislação.

Os empregados da Companhia têm a oportunidade de progressão na carreira, sendo anualmente avaliados, conforme o atendimento de suas metas e competências, podendo obter avanço de nível ou promoção na carreira, subindo níveis na escala salarial.

Para as carreiras técnicas, há a função especialista. A função especialista é destinada à retenção de empregados que detenham conhecimentos, habilidades ou domínio de tecnologias e métodos, e que apresentem alto desempenho técnico em atividades essenciais e estratégicas. Dividem-se em Consultor, Consultor Sênior e Consultor Master.

A Companhia dispõe de programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), cujo montante global máximo tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), bem como nas orientações fixadas pela Controladora do Sistema Petrobras. Atualmente, a Companhia tem um acordo assinado com as entidades sindicais válido até 30 de março de 2019.

Além disso, a Companhia aprovou a criação do Programa de Remuneração Variável de Empregados (PRVE), objetivando recompensar o mérito daqueles que apresentarem no ano de 2017 um resultado global igual ou superior a 90% no Gerenciamento de Desempenho por Resultados (GDR), condicionado ao atingimento de, no mínimo, 90% das metas dos indicadores de topo do Plano de Negócios e Gestão. Para que o PRVE seja ativado, é necessário que a Companhia, no exercício de 2017, tenha lucro líquido contábil positivo e que o indicador VAZO[1] não exceda o limite de alerta.

b) política de benefícios

A política de benefícios da Companhia possibilita, aos seus empregados, benefícios direcionados ao atendimento de necessidades básicas, ao seu bem-estar físico e social, abrangendo benefícios educacionais, previdência complementar e plano de saúde.

Benefícios Educacionais

Os benefícios educacionais são valores financeiros concedidos a título de reembolso com despesas escolares. Os benefícios que objetivam contribuir para a formação e a instrução dos filhos dos empregados são: Auxílio Creche e Acompanhante, Assistência Pré-escolar, Auxílio Ensino Fundamental e Auxílio Ensino Médio. Também é oferecido o Programa Jovem Universitário, destinado a filhos e enteados de empregados registrados na Companhia, até 24 anos, que não possuam nível superior.

[1] Indicador VAZO: Volume de óleo derramado com volume igual ou superior a 159 litros por ocorrência, ocorridos em instalações operadas pela BR e no transporte rodoviário CIF, com impacto ambiental interno ou externo à instalação. O objetivo do referido indicador é acompanhar o desempenho da prevenção de vazamentos em instalações operadas pela Companhia e no transporte rodoviário.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Previdência Complementar

A Companhia patrocina dois planos de previdência complementar. Um plano, chamado Plano Petros do Sistema Petrobras (Plano Petros), concebido na forma de benefício definido onde os benefícios concedidos são suplementares aos da Previdência Social (INSS). Fechado para novas adesões, o Plano Petros possui contribuições paritárias entre participantes e patrocinadoras para um único fundo. O outro plano, denominado Plano Petros-2 (PP-2), foi constituído na modalidade de contribuição variável e passou a vigorar a partir de 01/07/2007. As contribuições destinadas ao pagamento de benefício futuro são acumuladas nas contas individuais dos empregados, cuja rentabilidade terá como base os resultados dos investimentos realizados pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), entidade responsável pela gestão dos planos de previdência complementar da Companhia. Juntos, esses planos cobrem 93,03% de nossos empregados.

Assistência Médica Supletiva

O plano de saúde AMS (Assistência Médica Supletiva), é um programa de assistência de saúde de autogestão, que oferece os serviços de assistência médico-hospitalar e odontológica a todos os empregados, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes. O plano é concedido na modalidade de contribuição mensal para a realização de procedimentos classificados como de Grande Risco (cirurgias, emergências e alguns tratamentos crônicos) e de percentual de co-participação para a realização de procedimentos classificados como de Pequeno Risco (consultas, exames, terapias). Também é disponibilizado aos empregados o Benefício Farmácia, que oferece subsídio na aquisição de medicamentos para o tratamento de doenças crônicas, além de condições especiais na aquisição de medicamentos em farmácias credenciadas, distribuídas em todo o território nacional. Os custos do plano são arcados por meio da contribuição dos beneficiários, que varia de acordo com a faixa de renda, o que corresponde a 21% das despesas totais, sendo o restante suportado pela Companhia.

Outros Benefícios

Além dos benefícios listados acima, destacam-se o Programa de Assistência Especial (PAE - programa para filhos de empregados e aposentados com necessidades especiais). O PAE oferece recursos para a prestação de assistência especializada em habilitação, reabilitação e educação. Oferecemos também o Programa de Avaliação da Saúde do Aposentado (PASA), cujo objetivo é estimular a prevenção e preservação da saúde, através de uma avaliação médica que busca detectar, em fase precoce, doenças/alterações, visando providências em tempo hábil, que eliminem ou minimizem agravamentos ou sequelas. O programa estimula o aposentado a procurar um médico credenciado para uma avaliação de sua saúde.

A Companhia fornece vale-refeição/alimentação a todos os seus empregados, além de cesta básica na forma de cartão alimentação para empregados de nível médio que estão posicionados até determinado patamar salarial.

Em 2017, foi implementada a liberação de até duas horas diárias de empregado com deficiência que exija acompanhamento médico e a ampliação da licença paternidade para 20 dias, estendendo, inclusive, à empregada cujo cônjuge ou companheiro(a) esteja em gozo de licença maternidade.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

A Companhia não dispõe de plano de remuneração baseado em ações.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios.

A Companhia preza pela transparência nas relações com todos os seus públicos de interesses, nos quais se incluem as entidades sindicais da categoria dos trabalhadores no comércio de minérios e derivados de petróleo.

A Companhia mantém relacionamento com 2 entidades sindicais de segundo grau (Federações) e 36 entidades sindicais de primeiro grau (Sindicatos). A gestão das relações sindicais é baseada em uma política de negociação permanente com os representantes dos empregados, refletida nas negociações para celebração dos acordos coletivos, nas comissões permanentes paritárias envolvendo questões específicas de interesse dos trabalhadores, como Saúde, Meio Ambiente e Segurança, Responsabilidade Social e Assistência Médica Supletiva (AMS).

O Acordo Coletivo de Trabalho é composto por cláusulas econômicas (reajuste salarial, vantagens, etc), que são negociadas anualmente e por cláusulas sociais (regime de trabalho, SMS, benefícios, etc), que são negociadas a cada dois anos.

Em 2016, parte dos sindicatos realizaram mobilizações em razão da divulgação de Fato Relevante por parte da Holding sobre o modelo de desinvestimento da Companhia, culminando, no pior dos casos, na paralisação de 5 dias no mês de agosto de 2016 que causou paradas e atrasos parciais nas operações. Aconteceram também outras mobilizações pontuais em razão de movimento político liderado pela CUT e outras centrais sindicais contra as reformas da previdência e trabalhista e projetos de lei relacionados à Petrobras, porém, sem impactos significativos à operação. Em 2015, houve paralisação de um dia também em função da divulgação do Plano de Desinvestimento da Petrobras. Em 2014 não houve qualquer movimento grevista relevante.

14.5 - Outras informações relevantes

14.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta seção 14 foram descritas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Petroleo Brasileiro S.A.					
33.000.167/0001-01	Brasileira-RJ	Não	Sim	14/11/2017	
Não					
1.165.000.000	100,000000%	0	0,000000%	1.165.000.000	100,000000%
OUTROS					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
1.165.000.000	100,000000%	0	0,000000%	1.165.000.000	100,000000%

1098

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Petroleo Brasileiro S.A.				**33.000.167/0001-01**	
BNDES + FPS					
33.657.248/0001-89	Brasileira-RJ	Não	Não	31/08/2017	
Não					
740.202.699	9,950000	161.596.958	2,880000	901.799.657	6,920000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
BNDES Participações - BNDESPar					
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Não	Não	31/08/2017	
Não					
11.700.392	0,160000	1.250.053.496	22,310000	1.261.753.888	9,670000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Caixa Econômica Federal					
00.360.305/0001-04	Brasileira-DF	Não	Não	31/08/2017	
Não					
241.340.371	3,240000	61.401.782	1,100000	302.742.153	2,320000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

1099

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Petroleo Brasileiro S.A.				**33.000.167/0001-01**	
Caixa Previdência Funcionários do Banco do Brasil - PREVI					
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	31/08/2017	
Não					
14.195.715	0,190000	355.896.775	6,350000	370.092.490	2,840000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2.694.544.154	36,200000	3.773.093.777	67,360000	6.467.637.931	49,580000
TOTAL					
7.442.454.142	100,000000	5.602.042.788	100,000000	13.044.496.930	100,000000
União Federal					
00.394.460/0409-50	Brasileira-DF	Não	Sim	31/08/2017	
Não					
3.740.470.811	50,260000	0	0,000000	3.740.470.811	28,670000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

1100

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BNDES + FPS				**33.657.248/0001-89**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
União Federal					
00.394.460/0409-50	Brasileira-DF	Não	Sim	31/12/2011	
Não					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

1101

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BNDES Participações - BNDESPar				**00.383.281/0001-09**	
BNDES					
33.657.248/0001-89	Brasileira-RJ	Não	Sim	31/03/2012	
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

1102

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Caixa Econômica Federal				**00.360.305/0001-04**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
União Federal					
00.394.460/0409-50	Brasileira-DF	Não	Sim	28/03/2013	
Não					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

1103

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
União Federal				**00.394.460/0409-50**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

1104

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES				**33.657.248/0001-89**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
União Federal					
00.394.460/0409-50		Não	Não	31/12/2011	
Não					
6.273.711.452	100,000000	0	0,000000	6.273.711.452	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

1105

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
União Federal				**00.394.460/0409-50**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

1106

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
União Federal				**00.394.460/0409-50**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

1107

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
União Federal				**00.394.460/0409-50**	
OUTROS					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000
TOTAL					
1	100,000000	0	0,000000	1	100,000000

1108

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	31/08/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4. Organograma dos acionistas

a. Todos os controladores diretos e indiretos da Companhia
A Companhia é controlada pela Petrobras que detém diretamente 100,0% de suas ações ordinárias, representativas da totalidade do capital social da Companhia.

a1. Todos os controladores diretos e indiretos da Petrobras

A Petrobras é controlada pela União Federal, a qual detém diretamente, 50,26% de suas ações ordinárias e 28,67% do capital social total da Companhia.

A União Federal detém, ainda, participação indireta de (i) 13,35% das ações ordinárias de emissão da Petrobras, (ii) 26,29% das ações preferenciais de emissão da Petrobras e (iii) 18,91% do capital social total da Petrobras, por meio dos seguintes acionistas:

(i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") e Fundo de Participação Social – FPS ("FPS") - acionistas detentores de (i) 9,95% das ações ordinárias de emissão da Petrobras, (ii) 2,88% das ações preferenciais de emissão da Petrobras e (iii) 6,92% do capital social total da Petrobras. O BNDES é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são 100% detidas pela União Federal. O principal agente operador dos recursos do FPS é o BNDES.

(ii) BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR") - acionista detentora de participação direta de (i) 0,16% das ações ordinárias de emissão da Petrobras, (ii) 22,31% das ações preferenciais de emissão da Petrobras e (iii) 9,67% do capital social total da Petrobras. O capital social da BNDESPAR é detido integralmente pelo BNDES.

(iii) Caixa Econômica Federal – acionista detentora de (i) 3,24% das ações ordinárias de emissão da Petrobras, (ii) 1,10% das ações preferenciais de emissão da Petrobras e (iii) 2,32% do capital social total da Petrobras. A Caixa Econômica Federal é controlada integralmente pela União.

b. Principais controladas e coligadas da Companhia

As controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto da Companhia são os seguintes:

	Participação no capital - % Capital Subscrito e Integralizado		
	2016	2015	2014
Subsidiárias e controladas			
Stratura Asfaltos	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário	99,01%	99,01%	99,01%
Operação em Conjunto[1]			
Brasil Carbonos S.A.	49,00%	49,00%	49,00%
Empreendimentos Controlados em Conjunto			
CDGN Logística S.A.	49,00%	49,00%	49,00%
Energética Camaçari Muricy II S.A.	50,00%	50,00%	50,00%

[1] A Unimetal Indústria, Comércio e Empreendimentos Ltda participa com 51,00%.

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Pecém Energia S.A.	45,00%	45,00%	45,00%
Brasil Supply S.A.	0,38%	0,38%	6,68%
Coligada			
BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.	49,00%	49,00%	49,00%

c. Participações da Companhia em sociedades do grupo

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não detinha participações diretas em sociedades do grupo, que não suas controladas e coligadas.

d. Participações de sociedades do grupo na Companhia

A Companhi é subsidiária integral da Petrobras, cuja participação é de 100,0% no capital social da Companhia.

e. Sociedades sob controle comum

A Companhia é controlada indiretamente pela União Federal por meio das entidades descritas no item “a” acima.

Dentre as entidades controladas pela União Federal, com a quais a Companhia tem transações, citamos, dentre outras, as seguintes:

- Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME
- Amazonas Distribuidora de Energia S/A;
- Banco do Brasil S.A.;
- Banco do Nordeste do Brasil;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR;
- Caixa Econômica Federal;
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A.;
- Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA;
- FURNAS - Centrais Elétricas S.A.;

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia, indicar:

Não aplicável, visto que, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, não existiu acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o Controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

Não aplicável, visto que não ocorreram alterações relevantes na participação da Petrobras (acionista Controlador da Companhia) e dos administradores da Companhia, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

15.7 - Principais operações societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

Em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2017, foi aprovada a cisão parcial da Companhia que compreendeu os recebíveis detidos pela companhia decorrentes de Contratos de Confissão de Dívida (CCDs) com o Sistema Eletrobras que possuem garantias reais (penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE) e dos recebíveis detidos pela companhia com outras sociedades do Sistema Petrobras. A parcela cindida foi incorporada na Downstream Participações Ltda. (“Downstream”), subsidiária cujo capital social pertence integralmente à Petrobras, no valor de R$6.339 milhões.

Na mesma Assembleia foi deliberado o aumento de capital da Petrobras na companhia, no valor de R$6.313 milhões. O recurso gerado pela operação de aporte de capital foi utilizado integralmente para o pré-pagamento de dívidas, contraídas anteriormente pela Companhia e garantidas pela Petrobras, no valor de R$7.708 milhões.

Por se tratar de reestruturação entre sociedades cuja totalidade do capital social pertence à Petrobras, as operações foram realizadas a valor contábil com base em laudo de avaliação, não gerando impacto no resultado das empresas envolvidas. A operação também não gerou alteração relevante no patrimônio líquido da Companhia. As alterações oriundas da operação de cisão supramencinada relacionadas a contas a receber, contas a receber não circulante e financiamentos não circulante estão refletidas na seção 10 deste Formulário de Referência.

15.8 - Outras informações relevantes

15.8. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este item 15 foram descritas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16. Transações com Partes Relacionadas

16.1. Descrição de regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Em 25 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou a revisão da Política que apresenta os princípios a serem observados na celebração de transações com partes relacionadas, complementada pelas Diretrizes Corporativas para Transações com Partes Relacionadas aprovada pela Diretoria Executiva, que estabelece orientações com o objetivo de direcionar a atuação dos empregados da Companhia e detalha o disposto na Política.

Essa Política estabelece princípios a serem observados pela Companhia e por seus empregados na celebração de transações com partes relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses, de modo a assegurar os interesses da Companhia.

Nesse sentido, visando a transparência nos processos e às melhores práticas de governança corporativa, a Companhia apresenta, como princípios basilares às tomadas de decisões adequadas e diligentes, que:

I - Os empregados e quaisquer pessoas agindo em nome ou pela Companhia devem sustentar uma conduta ética e priorizar os interesses da Companhia independente de quem seja a contraparte no negócio, observada a legislação em vigor e o disposto no Código de Ética do Sistema Petrobras;

II - Transações com Partes Relacionadas devem ser celebradas em condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, pela equidade e pelos interesses da Companhia;

III - Transações com Partes Relacionadas devem ser conduzidas em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado;

IV - Transações com partes relacionadas devem ser divulgadas e refletidas nos relatórios da Companhia, de forma correta e completa, em total observância à legislação vigente.

Adicionalmente, com a reforma do Estatuto Social, em 31 de agosto de 2017, as transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações, a controladora e empresas estatais federais, desde que, nestes dois últimos casos, sejam fora do curso normal dos negócios da Companhia, e que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, deverão observar o seguinte trâmite especial:

- ser precedidas de avaliação pelo Comitê de Auditoria Estatutário, enquanto não instalado o Comitê de Minoritários, cujas atribuições estão descritas no item 12.1, e
- ser aprovadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração.

Ademais, deverão ser encaminhadas à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário as transações com partes relacionadas celebradas com sociedades coligadas, com o acionista controlador e com sociedades controladas por pessoal chave da administração ou seus familiares, que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM nº 480/09, conforme abaixo:

- Valor total supere o menor dos seguintes valores: (i) R$ 50.000.000,00; ou (ii) 1% do ativo total do emissor; e
- A critério da administração, as transações cujo valor total seja inferior aos parâmetros acima previstos, tendo em vista: (i) as características da operação; (ii) a natureza da relação da parte relacionada com o emissor; e (iii) a natureza e extensão do interesse da parte relacionada na operação.

Por fim, de acordo com o estabelecido na Política, são vedadas todas as transações relativas a:

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

I. Aquelas realizadas em condições adversas às de mercado de forma a prejudicar os interesses da Companhia;
II. Participação de colaboradores e administradores em negócios de natureza particular ou pessoal que interfiram ou conflitem com os interesses da Companhia ou resultem da utilização de informações confidenciais obtidas em razão do exercício do cargo ou função que ocupem na Companhia;
III. Aquelas realizadas em prejuízo da Companhia, favorecendo sociedade coligada, controlada ou controladora, devendo as transações entre tais partes observarem condições estritamente comutativas; e
IV. Concessões de empréstimos e garantias a acionistas controladores e administradores.

Conforme disposto na legislação e nos princípios contábeis aplicáveis, as transações com partes relacionadas são divulgadas, de forma clara e completa, nas notas explicativas às Demonstrações Contábeis da Companhia.

Além disso, a Companhia também promove a divulgação das transações no formulário de referência, nos termos da Instrução CVM nº 480/2009 (Anexo 24), com valor de corte igual ou superior a R$ 300 milhões. Com relação às transações que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM nº 480/2009 (Anexo 30-XXXIII), também são divulgadas ao mercado em até 7 (sete) dias úteis de sua celebração.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica	25/02/2014	1.663.730.280,95	838.917.032,94		1825 dias (24/02/2019)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade Governamental						
Objeto contrato	Fornecimento de combustível de aviação, visando atender as necessidades do Comando da Aeronáutica (COMAER), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e no edital e seus anexos. Integram o presente contrato independente de transcrição, o edital do pregão nº 054/CELOG/2013 com seus anexos e proposta da contratada.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O não cumprimento de suas CLAUSULAS, especificações ou prazos; O cumprimento irregular de CLAUSULAS contratuais, especificações e prazos; A lentidão no seu cumprimento, levando o Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica a presumir a não conclusão do OBJETO deste Termo; O atraso não justificado da execução dos SERVIÇOS; Paralisação do fornecimento dos produtos, sem justa causa; O não atendimento das determinações regulares da FISCALIZAÇÃO designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução; O cometimento reiterado de falhas na sua execução, anotadas no livro de registro de ocorrências; A decretação de falência, o pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial e ou instauração de insolvência civil; A dissolução da sociedade; A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que a juízo do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, prejudique ou possa prejudicar a sua execução; Razões de interesse do Serviço Público, de acordo com as disposições do inciso XII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93; A supressão de itens do objeto do presente Termo, acarretando modificação do valor inicial deste instrumento, ressalvado o percentual estabelecido no § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93; A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, por prazo igual ou superior a 120 dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra; A ocorrência de caso fortuito ou motivo de força maior, regularmente, comprovada, impeditiva de sua execução; e Transferência total ou parcial, por parte da Companhia, dos seus direitos ou obrigações decorrentes do presente Termo, para terceiros, sem prévia e expressa autorização do Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	03/05/2013	750.000.000,00	468.475.273,62		1826 dias (03/05/2018)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						

1119

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Fornecimento de óleo diesel BS500 e óleo BS1800 pela Companhia para a Usina Termoelétrica de Camaçari						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, sob as penalidades da Lei 8666/93						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	24/11/2016	25.113.000.000,00	4.185.500.000,00		365 dias (30/11/2017)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de Diesel pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Quaisquer das partes podem rescindir o contrato mediante notificação por escrito, sem direito à indenização, nas seguintes hipóteses: - Inadimplemento de qualquer das cláusulas ou condições do contrato; - Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade às formas de pagamento estabelecidas pela Petrobras; - Cessão total ou parcial dos direitos e obrigações atribuídas sem prévia e expressa anuência da outra parte; - Cessão ou dação em garantia dos créditos oriundos do contrato, total ou parcial, sem a prévia e expressa anuência da outra parte; - Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária conflitante com o objeto do contrato; - Cancelamento ou revogação da autorização concedida a qualquer das partes para o exercício da atividade; - Dissolução de qualquer das partes. A PETROBRAS poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, nas seguintes hipóteses: - decretação de falência da Companhia; - Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento da recuperação judicial da Companhia, se esta não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	18/12/2015	3.400.000.000,00	425.000.000,00		730 dias (31/12/2017)	NÃO	0,000000

1120

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de óleo diesel não rodoviário (Diesel TFM) pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Quaisquer das partes podem rescindir o contrato mediante notificação por escrito, sem direito à indenização, nas seguintes hipóteses: - Inadimplemento de qualquer das cláusulas ou condições do contrato; - Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade às formas de pagamento estabelecidas pela Petrobras; - Cessão total ou parcial dos direitos e obrigações atribuídas sem prévia e expressa anuência da outra parte; - Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária conflitante com o objeto do contrato; - Cancelamento ou revogação da autorização concedida a qualquer das partes para o exercício da atividade; - Dissolução de qualquer das partes. A PETROBRAS poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, nas seguintes hipóteses: - decretação de falência da Companhia; - Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento da recuperação judicial da Companhia, se esta não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	14/12/2016	800.000.000,00	200.000.000,00		382 dias (31/12/2017)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de Óleo Combustível para turbina geradora de energia elétrica (OCTE), pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						

1121

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Quaisquer das partes podem rescindir o contrato mediante notificação por escrito, sem direito à indenização, nas seguintes hipóteses: - Inadimplemento de qualquer das cláusulas ou condições do contrato; - Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade às formas de pagamento estabelecidas pela Petrobras; - Cessão total ou parcial dos direitos e obrigações atribuídas sem prévia e expressa anuência da outra parte; - Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária conflitante com o objeto do contrato; - Cancelamento ou revogação da autorização concedida a qualquer das partes para o exercício da atividade; - Dissolução de qualquer das partes. A PETROBRAS poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, nas seguintes hipóteses: - decretação de falência da Companhia; - Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento da recuperação judicial da Companhia, se esta não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	01/08/2016	575.000.000,00	400.000.000,00		1825 dias (31/07/2021)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de Enxofre pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes podem rescindir o contrato mediante notificação prévia com 30 dias de antecedência, sem que caiba à outra parte direito a indenização, nas seguintes hipóteses: - Inadimplemento de qualquer das cláusulas ou condições do contrato; - Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas, instrumentos e formas de pagamento estabelecidas pela Petrobras; - Cessão total ou parcial dos direitos e obrigações atribuídas sem prévia e expressa anuência da outra parte; - Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária conflitante com o objeto do contrato; - Cancelamento ou revogação da autorização concedida a qualquer das partes para o exercício da atividade; - Dissolução de qualquer das partes. A PETROBRAS poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, nas seguintes hipóteses: - decretação de falência da Companhia; - Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento da recuperação judicial da Companhia, se esta não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							

1122

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Refinaria Riograndense - RPR	01/01/2016	1.600.000.000,00	200.000.000,00		730 dias (31/12/2017)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empreendimentos controlados em conjunto						
Objeto contrato	Compra de Gasolina A; Oleo Diesel S500; Oleo Diesel S300; Oleo Diesel Marítimo; Oleo Combustível A1; Querosene Iluminant, pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Quaisquer das partes podem rescindir o contrato mediante notificação por escrito, sem direito à indenização, nas seguintes hipóteses: - Inadimplemento de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, desde que mediante prévia e expressa notificação pela Parte inocente, com prazo de antecedência mínimo de 30 dias, e não tendo a Parte infratora adotado as providencias necessárias cabíveis para a correção da infração cometida, no prazo de 10 dias; - falência, liquidação judicial ou extrajudicial ou recuperação judicial ou extrajudicial, homologadas ou decretadas; - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, cabalmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; ou - transformação de tipo societário, fusão, incorporação, alienação, cisão ou qualquer forma de sucessão que possa conflitar com o objeto do contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Braskem	01/06/2016	1.165.361.595,43	0,00		60 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de Gasolina pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato Cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações atribuídos no contrato sem a prévia e expressa anuência da outra parte Cessão ou dação em garantia dos créditos oriundos do contrato, total ou parcial, sem a prévia e expressa anuência da outra parte Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária que comprovadamente conflite com o objeto do contrato Cancelamento ou revogação, pelos órgãos competentes, da autorização concedida a qualquer das partes, para o exercício de suas atividades Dissolução de qualquer das partes Declaração de falência da Braskem						

1123

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	01/04/2017	4.160.000.000,00	3.744.000.000,00		1825 dias (31/03/2022)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Estabelecer condições para regular o fornecimento de Combustível com Controle de Metais e Baixo Teor de Enxofre (OC-CMB) pela Petrobras à Companhia.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Quaisquer das partes podem rescindir nas seguintes hipóteses: - Inadimplemento de qualquer das cláusulas ou condições do contrato; - Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas, instrumentos e formas de pagamento estabelecidas pela Petrobras; - Cessão total ou parcial dos direitos e obrigações atribuídas sem prévia e expressa anuência da outra parte; - Alienação, associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária conflitante com o objeto do contrato; - Cancelamento ou revogação da autorização concedida a qualquer das partes para o exercício da atividade; - Dissolução de qualquer das partes; A PETROBRAS poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, nas seguintes hipóteses: - decretação de falência da Companhia; - Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento da recuperação judicial da Companhia, se esta não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	01/02/2016	4.757.285.032,00	1.534.608.074,84		942 dias (31/08/2018)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de óleos combustíveis pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						

1124

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes poderá rescindir este Contrato, mediante notificação por escrito, sem que caiba à outra PARTE direito de indenização, nas seguintes hipóteses: - Inadimplemento de qualquer das cláusulas do Contrato; - Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em - descumprimento às normas, instrumentos e formas de pagamento estabelecidas pela Petrobras; - A cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações atribuídos neste Contrato sem a prévia e expressa anuência da outra PARTE; - Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de alteração societária que comprovadamente conflite com o objeto do Contrato; - Cancelamento ou revogação, pelos órgãos competentes, da autorização concedida a qualquer das PARTES, para o exercício de suas atividades; - Dissolução de qualquer das PARTES. A PETROBRAS poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito sem que caiba à Companhia direito de indenização, nas seguintes hipóteses: - Decretação de falência da Companhia; - Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, se a Companhia não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	24/11/2016	11.508.000.000,00	1.918.000.000,00		365 dias (30/11/2017)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de gasolina A pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						

1125

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, sem que caiba à outra PARTE direito de indenização, nas seguintes hipóteses: - Inobservância de qualquer das cláusulas do Contrato; - Cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações atribuídos no Contrato sem a prévia e expressa anuência da outra parte; - Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em - descumprimento às normas, instrumentos e formas de pagamento estabelecidas pela Petrobras; - Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária que comprovadamente conflite com o objeto do Contrato; - Cancelamento ou revogação, pelos órgãos competentes, da autorização concedida a qualquer das partes, para o exercício de suas atividades; - Dissolução de qualquer das partes. A Petrobras poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, sem que caiba à Companhia direito de indenização, nas seguintes hipóteses: - Decretação de falência da Companhia; - Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, se a Companhia não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	01/03/2016	5.500.000.000,00	4.000.000.000,00		1825 dias (28/02/2021)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de coque verde de petróleo (CVP) pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						

1126

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, sem que caiba à outra PARTE direito de indenização, nas seguintes hipóteses: - Inobservância de qualquer das cláusulas do Contrato; - Cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações atribuídos no Contrato sem a prévia e expressa anuência da outra parte; - Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em - descumprimento às normas, instrumentos e formas de pagamento estabelecidas pela Petrobras; - Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária que comprovadamente conflite com o objeto do Contrato; - Cancelamento ou revogação, pelos órgãos competentes, da autorização concedida a qualquer das partes, para o exercício de suas atividades; - Dissolução de qualquer das partes. A Petrobras poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, sem que caiba à Companhia direito de indenização, nas seguintes hipóteses: - Decretação de falência da Companhia; - Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, se a Companhia não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	03/07/2017	10.800.000.000,00	9.500.000.000,00		548 dias (31/12/2018)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra e venda de Querosene de Aviação (QAV) pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não						

1127

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, sem que caiba à outra PARTE direito de indenização, nas seguintes hipóteses: - Inobservância de qualquer das cláusulas do Contrato; - Cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações atribuídos no Contrato sem a prévia e expressa anuência da outra parte; - Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em - descumprimento às normas, instrumentos e formas de pagamento estabelecidas pela Petrobras; - Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária que comprovadamente conflite com o objeto do Contrato; - Cancelamento ou revogação, pelos órgãos competentes, da autorização concedida a qualquer das partes, para o exercício de suas atividades; - Dissolução de qualquer das partes. A Petrobras poderá rescindir o Contrato, mediante notificação por escrito, sem que caiba à Companhia direito de indenização, nas seguintes hipóteses: - Decretação de falência da Companhia; - Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial, se a Companhia não prestar caução suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
INFRAERO - Empresa Brasileira Infra Estrutura Aeroportuária	01/04/2007	308.536.456,57	155.047.303,97		31/05/2026 (diversos contratos)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Arrendamento das áreas. Atualmente são 60 contratos com datas de transação e final diversas.						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Possui rescisão unilateral, com penalidade regressiva, proporcional ao saldo não realizado da parcela mínima, observado o que se segue: decorridos até 10% do prazo total da data da assinatura do contrato, devidamente quitados: multa de 20% do saldo remanescente do valor global do contrato; decorridos de 11% até 35% multa de 15%; decorridos de 36% a 50% multa de 12%; decorridos de 51% a 75%, multa de 10% e decorridos mais de 76%, multa de 5% do saldo remanescente do valor global contratado.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	28/03/2013	849.635.654,40	170.639.296,00		1.797 dias (27/02/2018)	SIM	8,150000

1128

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Confissão de Dívida com Parcelamento de Débito						
Garantia e seguros	As obrigações são garantidas por meio de Contrato de Penhor em Garantia de Créditos decorrentes dos Contratos de Confissão de Dívida da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético representada pela Eletrobrás). Existe cláusula de vencimento antecipado de dívida. O termo aditivo e penhor de crédito se prestaram a alterar e formalizar a garantia para o contrato, anteriormente considerada com fiança da União.						
Rescisão ou extinção	O presente contrato será automaticamente rescindido se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: (I) impontualidade no pagamento das prestações de amortização da dívida confessada; (II) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Amazonas Distribuidora de Energia S.A.; (III) secessão da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., ou qualquer modalidade que importe na substituição desta por outra; e (IV) inadimplemento de qualquer cláusula ou condição deste contrato.						
Natureza e razão para a operação	Débito relacionado a fornecimento de combustível não pago em seus respectivos vencimentos que culminou na assinatura de Contrato de Confissão de Dívida						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A	20/07/2011	12.234.005.712,07	2.514.505.484,49		2.556 dias (19/07/2018)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Acordo de Parceria para o fornecimento de produtos químicos, óleos lubrificantes, graxas, combustíveis, solventes, fluidos especiais e a prestação de serviços associados aos insumos acima relacionados, de fabricação da Companhia e/ou terceiros, para atender ao respectivo suprimento da PETROBRAS e de seus consórcios de E&P, conforme as especificações constantes de contratos de compra e venda.						
Garantia e seguros	Não						

1129

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A Petrobras poderá encerrar antecipadamente o acordo de parceria, a seu exclusivo critério, após 19/07/2017, devendo comunicar à Companhia com 90 dias de antecedência. Adicionalmente, qualquer uma das partes poderá rescindir o acordo nas seguintes situações: - não cumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das cláusulas do acordo, em contratos de compra e venda ou em qualquer outro contrato firmado entre as partes; - a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto do acordo, - a associação da outra parte com terceiro que venha a refletir sobre o produto contratado, bem como cisão, fusão ou incorporação que venham a prejudicar o Acordo; - alteração social ou modificação da estrutura da outra parte que prejudique a execução do acordo; - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento; - caso fortuito ou de força maior. A rescisão poderá se dar, ainda, por inciativa de qualquer das partes, sem qualquer ônus, desde que haja aviso prévio de 6 meses e sejam quitadas as eventuais pendencias.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Logum Logística S.A.	31/03/2014	1.900.000.000,00	1.480.000.000,00		5.479 dias (31/03/2029)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empreendimento controlado em conjunto						
Objeto contrato	Prestação, pela Logum à Companhia, dos serviços de transporte de etanol entre os Pontos de Recepção e os Pontos de Entrega indicados no contrato, incluindo a opção de Serviço de Armazenagem.						
Garantia e seguros	A Logum se reserva o direito de, conforme a análise de crédito da Companhia, feita de tempos em tempos pela Logum, exigir da Companhia uma fiança bancária, fiança corporativa, seguro garantia ou outra garantia aceitável à Logum, em valor igual a 3 (três) meses de pagamento da quantidade contratada vezes a tarifa vigente. A Logum se compromete a contratar seguro contra perda e seguro contra a Contaminação do produto com seguradora de primeira linha, causadas por acidentes, cujo prêmio está incluído nas tarifas.						

1130

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O contrato não poderá ser rescindido antes do término do prazo de vigência, salvo por mútuo acordo entre as partes ou nas hipóteses previstas nas Cláusulas 10.2 e 10.3 do Contrato, conforme descritas abaixo: 10.2 Até o envio da notificação prevista na Cláusula 3.5 do contrato referente ao primeiro trecho (TRECHO 1), a Logum poderá rescindir o contrato unilateralmente e livre de qualquer ônus ou multa, sem que o carregador faça jus a qualquer indenização. 10.3 Sem prejuízo de quaisquer outros direitos previstos neste contrato ou em lei, o contrato poderá ser rescindido nos casos indicados abaixo, sem que caiba à parte que der ensejo a tal rescisão, seja em razão de descumprimento contratual ou outra circunstância que lhe diga respeito, qualquer direito de reclamação e/ou indenização: - pela outra parte, a seu exclusivo critério, em caso de descumprimento, devidamente comprovado, pela parte inadimplente, de qualquer obrigação financeira prevista o contrato, desde que a outra parte notifique a parte inadimplente a respeito de tal descumprimento e a parte inadimplente não sane tal descumprimento no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de tal notificação; - pela outra parte, a seu exclusivo critério, em caso de descumprimento, devidamente comprovado, pela parte inadimplente de qualquer obrigação não financeira relevante prevista neste contrato, desde que a outra parte notifique a parte inadimplente a respeito de tal descumprimento e a PARTE inadimplente não sane tal descumprimento no prazo de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento de tal notificação; - dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, decretação de falência, homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial de qualquer das partes; ou - emissão pela ANP de especificação para os etanóis etílicos anidro ou hidratado com limitação de teor de hidrocarbonetos, ou outra, que inviabilize tecnicamente o transporte dutoviário dos citados produtos. 10.3.1 Em caso de rescisão antecipada do CONTRATO por inadimplemento de qualquer das PARTES, a PARTE INADIMPLENTE deverá pagar à PARTE inocente, em até sessenta dias da data de rescisão, multa compensatória por rescisão antecipada equivalente a 50% dos encargos de movimentação mínima futuras remanescentes no CONTRATO. Adicionalmente, o contrato prevê que as partes não serão responsabilizadas ou consideradas inadimplentes por qualquer falha no cumprimento de suas obrigações contratuais diretamente resultantes da ocorrência de um evento de força maior, conforme definido no Parágrafo Único do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro e desde que, comprovadamente, a ocorrência de tais fatos tenha impedido a parte afetada de cumprir com tais obrigações.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	16/04/2015	345.826.294,61	132.280.563,45		1.094 dias (14/04/2018)	NÃO	0,000000

1131

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Trata-se de CPCVM – Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e Outros Pactos onde a BR comercializa óleo diesel MGO (Marine Gás Oil) mediante a demanda recebida da PETROBRAS para o atendimento as sondas operadas pelo Consórcio de Libra, a BR realiza em conjunto com à Unidade de Bunker da PETROBRAS a programação de entrega.						
Garantia e seguros	O produto objeto do contrato tem garantia contra defeito de fabricação e matéria-prima por 12 meses a partir da data de cada pedido de compra e venda de produtos. (Cláusula décima segunda - Garantia). Destaca-se que o produto fornecido é da PETROBRAS e a qualidade pode ser garantida por eles, às expensas da Companhia.						
Rescisão ou extinção	A PETROBRAS poderá rescindir o contrato caso a Companhia deixe de cumprir na integra quaisquer das cláusulas estabelecidas. O contrato poderá ser cancelado sem ônus para as partes mediante prévio entendimento no qual seja reconhecido desequilíbrio econômico-financeiro. (Cláusula décima sétima - Rescisão Contratual)						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Energética Suape II S.A.	01/01/2012	23.320.080.000,00	14.380.716.000,00		5.478 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Fornecimento, pela Companhia, de óleo combustível para geração de energia pela ENERGÉTICA SUAPE II S.A.						
Garantia e seguros	Cessão de integralidade da parcela variável mensal decorrente dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado celebrados com certas Distribuidoras de Energia Elétrica, nos termos do Contrato de Cessão de Recebíveis celebrado entre as partes. A compradora obrigou-se, ainda, a fornecer garantia suplementar específica em cobertura a todo fornecimento que vier a ser feito em ocasiões específicas.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de pleno direito, a critério da parte inocente, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com a aplicação, à parte infratora, das penalidades previstas no contrato, pelos seguintes motivos: inadimplemento, liquidação judicial ou extrajudicial, pedido ou proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação ou homologação de falência, convocação de recuperação judicial em falência, ou, ainda, legítimo protesto de título de emissão ou coobrigação de qualquer das partes, em montante que possa afetar a continuidade das atividades das partes, sem sustação no prazo legal. Sistemática de notificação e rescisão: Em caso de inadimplemento, a parte prejudicada deverá emitir Notificação de Inadimplemento à parte infratora, dando início ao período de saneamento (30 dias), durante o qual a parte infratora deverá sanar o inadimplemento. Se ao final do Prazo de Saneamento a causa do inadimplemento não tiver sido sanada, a parte prejudicada poderá emitir Notificação de Intenção de Rescisão. Transcorridos 10 dias após o recebimento da notificação e mantido o cenário de inadimplemento, a parte prejudicada poderá rescindir o contrato de pleno direito.						
Natureza e razão para a operação							

1132

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Brentech Energia S.A.	01/01/2009	10.677.241.404,00	4.448.850.585,00		5.477 dias (31/12/2023)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empreendimentos controlados em conjunto						
Objeto contrato	Fornecimento, pela Companhia, de óleo combustível para geração de energia pela BRENTECH ENERGIA S.A.						
Garantia e seguros	Cessão de integralidade da parcela variável mensal decorrente dos contratos CCEAR celebrados com diversas Distribuidoras de Energia Elétrica, nos termos do Contrato De Cessão Fiduciária De Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças – CCFDC, celebrado entre a Brentech, o BNDES e o Banco do Brasil.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de pleno direito, a critério da parte inocente, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com a aplicação, à parte infratora, das penalidades previstas no contrato, pelos seguintes motivos: inadimplemento, liquidação judicial ou extrajudicial, pedido ou proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação ou homologação de falência, convocação de recuperação judicial em falência, ou, ainda, legítimo protesto de título de emissão ou coobrigação de qualquer das partes, em montante que possa afetar a continuidade das atividades das partes, sem sustação no prazo legal. Sistemática de notificação e rescisão: Em caso de inadimplemento, a parte prejudicada deverá emitir Notificação de Inadimplemento à parte infratora, dando início ao período de saneamento (30 dias), durante o qual a parte infratora deverá sanar o inadimplemento. Se ao final do Prazo de Saneamento a causa do inadimplemento não tiver sido sanada, a parte prejudicada poderá emitir Notificação de Intenção de Rescisão. Transcorridos 10 dias após o recebimento da notificação e mantido o cenário de inadimplemento, a parte prejudicada poderá rescindir o contrato de pleno direito.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Termocabo S.A.	01/01/2010	4.467.688.506,00	2.159.382.777,90		5.478 dias (31/12/2024)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empreendimentos controlados em conjunto						
Objeto contrato	Fornecimento, pela Companhia, de óleo combustível para geração de energia pela Termocabo S.A.						
Garantia e seguros	Em garantia ao cumprimento das obrigações de pagamento previstas no contrato, a TERMOCABO realizará a cessão da integralidade da PARCELA VARIÁVEL MENSAL decorrente dos contratos CCEAR celebrados com as Distribuidoras de Energia, nos termos do Contrato de Cessão de Recebíveis a ser celebrado entre as partes. A TERMOCABO obriga-se ainda a fornecer garantia suplementar específica em cobertura a todo fornecimento que vier a ser feito em ocasiões previstas no contrato.						

1133

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de pleno direito, a critério da parte inocente, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com a aplicação, à parte infratora, das penalidades previstas no contrato, pelos seguintes motivos: inadimplemento, liquidação judicial ou extrajudicial, pedido ou proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação ou homologação de falência, convocação de recuperação judicial em falência, ou, ainda, legítimo protesto de título de emissão ou co-obrigação de qualquer das partes, em montante que possa afetar a continuidade das atividades das partes, sem sustação no prazo legal. Sistemática de notificação e rescisão: Em caso de inadimplemento, a parte prejudicada deverá emitir Notificação de Inadimplemento à parte infratora, dando início ao período de saneamento (30 dias), durante o qual a parte infratora deverá sanar o inadimplemento. Se ao final do Prazo de Saneamento a causa do inadimplemento não tiver sido sanada, a parte prejudicada poderá emitir Notificação de Intenção de Rescisão. Transcorridos 10 dias após o recebimento da notificação e mantido o cenário de inadimplemento, a parte prejudicada poderá rescindir o contrato de pleno direito.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Breitener Jaraqui S.A.	17/01/2006	2.992.383.528,73	2.082.470.795,59		7.014 dias (01/04/2025)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento, pela Companhia, de óleo diesel, OCA1, OCA1-GEM e outros combustíveis derivados de petróleo para geração de energia pela BREITENER JARAQUI S.A.						
Garantia e seguros	A Promissária-compradora dá, como forma de pagamento, na eventualidade de inadimplemento, os recebíveis estipulado no TÍTULO IX, CLÁUSULA 25 Item “D” do Contrato de Suprimento de Energia Nº OC.1815/2005 celebrado em 30 de abril de 2005 junto a Manaus Energia S/A, nos termos do Contrato de Cessão de Recebíveis anexado ao presente, fazendo parte integrante do mesmo. A BREITENER JARAQUI é obrigada a pagar eventuais diferenças entre o produto entregue efetivamente pela BR e o valor referente ao produto efetivamente consumido.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de pleno direito, a critério da parte inocente, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com a aplicação, à parte infratora, das penalidades previstas no contrato, pelos seguintes motivos: inadimplemento, liquidação judicial ou extrajudicial, pedido ou proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação ou homologação de falência, convocação de recuperação judicial em falência, ou, ainda, legítimo protesto de título de emissão ou coobrigação de qualquer das partes, em montante que possa afetar a continuidade das atividades das partes, sem sustação no prazo legal. Sistemática de notificação e rescisão: Em caso de inadimplemento, a parte prejudicada deverá emitir Notificação de Inadimplemento à parte infratora, dando início ao período de saneamento (30 dias), durante o qual a parte infratora deverá sanar o inadimplemento. Se ao final do Prazo de Saneamento a causa do inadimplemento não tiver sido sanada, a parte prejudicada poderá emitir Notificação de Intenção de Rescisão. Transcorridos 10 dias após o recebimento da notificação e mantido o cenário de inadimplemento, a parte prejudicada poderá rescindir o contrato de pleno direito.						
Natureza e razão para a operação							

1134

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Breitener Tambaqui S.A.	17/01/2006	2.992.383.528,73	2.123.852.059,65		7.014 dias (01/04/2025)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento, pela Companhia, de óleo diesel, OCA1 e outros combustíveis derivados de petróleo para geração de energia pela BREITENER TAMBAQUI S.A.						
Garantia e seguros	A BREITENER TAMBAQUI dá, como forma de pagamento, na eventualidade de inadimplemento, os recebíveis estipulado no TÍTULO IX, CLÁUSULA 25 Item “D” do Contrato de Suprimento de Energia Nº OC.1815/2005 celebrado em 30 de abril de 2005 junto a Manaus Energia S/A, nos termos do Contrato de Cessão de Recebíveis anexado ao presente, fazendo parte integrante do mesmo. A BREITENER TAMBAQUI é obrigada a pagar eventuais diferenças entre o produto entregue efetivamente pela BR e o valor referente ao produto efetivamente consumido.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de pleno direito, a critério da parte inocente, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com a aplicação, à parte infratora, das penalidades previstas no contrato, pelos seguintes motivos: inadimplemento, liquidação judicial ou extrajudicial, pedido ou proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação ou homologação de falência, convocação de recuperação judicial em falência, ou, ainda, legítimo protesto de título de emissão ou coobrigação de qualquer das partes, em montante que possa afetar a continuidade das atividades das partes, sem sustação no prazo legal. Sistemática de notificação e rescisão: Em caso de inadimplemento, a parte prejudicada deverá emitir Notificação de Inadimplemento à parte infratora, dando início ao período de saneamento (30 dias), durante o qual a parte infratora deverá sanar o inadimplemento. Se ao final do Prazo de Saneamento a causa do inadimplemento não tiver sido sanada, a parte prejudicada poderá emitir Notificação de Intenção de Rescisão. Transcorridos 10 dias após o recebimento da notificação e mantido o cenário de inadimplemento, a parte prejudicada poderá rescindir o contrato de pleno direito.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Energética Manauara	01/08/2006	3.060.168.277,60	2.062.020.235,24		6.867 dias (20/05/2025)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empreendimentos controlados em conjunto.						
Objeto contrato	Fornecimento, pela Companhia, de óleo diesel, OCA1, OCA1-GEM e outros combustíveis derivados de petróleo para geração de energia pela ENERGÉTICA MANAUARA						

1135

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Em garantia das cláusulas e condições do contrato, a Companhia Energética Manauara dá, como forma de pagamento, em caso de inadimplemento, os recebíveis estipulados no Contrato de Suprimento de Energia Nº OC 1820/2005.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de pleno direito, a critério da parte inocente, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, com a aplicação, à parte infratora, das penalidades previstas no contrato, pelos seguintes motivos: inadimplemento não sanado pela parte infratora no prazo de 30 dias a contar do recebimento de notificação de inadimplemento, liquidação judicial ou extrajudicial, pedido ou proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, decretação ou homologação de falência, convocação de recuperação judicial em falência, ou, ainda, legítimo protesto de título de emissão ou coobrigação de qualquer das partes, em montante que possa afetar a continuidade das atividades das partes, sem sustação no prazo legal.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	15/01/2009	723.000.000,00	49.183.200,00		3.272 dias (31/12/2017)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de gás natural na modalidade firme flexível, na qual a Petrobras tem a obrigação de fornecer determinada quantidade de gás ou, na hipótese de um aviso de interrupção, ressarcir o custo adicional que houver para o cliente final com o combustível substituto.						
Garantia e seguros	Nos termos do Contrato, a garantia de pagamentos foi constituída através de deliberação e registro da Diretoria Executiva da Companhia, a qual confere prioridade aos pagamentos à Petrobras sobre os seus demais compromissos contratuais, respeitados os preceitos legais.						
Rescisão ou extinção	Nos casos de (a) não pagamento de valor não controverso; (b) insolvência ou falência de qualquer das partes; (c) descumprimento, pela BR, de obrigações estabelecidas nas cláusulas 8ª e 10ª do Contrato; ou (d) perda de licenças e concessões por qualquer das partes. Caracterizados os eventos listados nos itens (b) e (d) acima, a parte adimplente poderá requerer a resolução do Contrato, mediante envio de notificação à parte inadimplente com 10 dias de antecedência. Caracterizado o evento listado nos itens (a) e (c) acima, a parte inadimplemente terá um prazo de 60 dias para sanar a inadimplência a contar de notificação pela outra parte neste sentido.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	27/04/1995	2.620.000.000,00	183.617.280,00		8.284 dias (31/12/2017)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						

1136

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compra de gás natural pela Petrobras à Companhia para distribuição no Espirito Santo, na modalidade firme inflexível, que estabelece um compromisso de comercialização com pagamento de quantidades mínimas contratadas por parte da Companhia e a respectiva garantia de entrega por parte da Petrobras.						
Garantia e seguros	Nos termos do Contrato, a garantia de pagamentos foi constituída através de deliberação e registro da Diretoria Executiva da Companhia, a qual confere prioridade aos pagamentos à Petrobras sobre os seus demais compromissos contratuais, respeitados os preceitos legais.						
Rescisão ou extinção	Declaração de insolvência ou falência de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de autofalência ou recuperação judicial ou extrajudicial, entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra intervenção de qualquer autoridade governamental competente. Perda por qualquer das PARTES de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento deste CONTRATO. O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃOpor escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, na ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 12 (doze) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	15/01/2009	359.417.000,00	20.902.860,00		3.272 dias (31/12/2017)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de gás natural na modalidade interruptível, na qual a Petrobras, mediante aviso de interrupção, pode alterar a quantidade diária programada ou interromper o fornecimento para a BR sem precisar ressarcir o custo adicional que houver para o cliente final com o combustível substituto.						
Garantia e seguros	Nos termos do Contrato, a garantia de pagamentos foi constituída através de deliberação e registro da Diretoria Executiva da Companhia, a qual confere prioridade aos pagamentos à Petrobras sobre os seus demais compromissos contratuais, respeitados os preceitos legais.						
Rescisão ou extinção	Nos casos de (a) não pagamento de valor não controverso; (b) insolvência ou falência de qualquer das partes; (c) descumprimento, pela BR, de obrigações estabelecidas nas cláusulas 8ª e 10ª do Contrato; ou (d) perda de licenças e concessões por qualquer das partes. Caracterizados os eventos listados nos itens (b) e (d) acima, a parte adimplente poderá requerer a resolução do Contrato, mediante envio de notificação à parte inadimplente com 10 dias de antecedência. Caracterizado o evento listado nos itens (a) e (c) acima, a parte inadimplemente terá um prazo de 60 dias para sanar a inadimplência a contar de notificação pela outra parte neste sentido.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	01/03/2010	715.000.000,00	1.518.453.200,00		5.784 dias (31/12/2025)	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de gás natural exclusivo para Usina Termoelétrica (UTE) de Linhares em que o cliente final tem a opção de comprar gás natural da BR (e por conseguinte da Petrobras), conforme o ONS (Operador Nacional do Sistema) despachar a usina termoelétrica. O valor informado refere-se ao valor estimado do contrato no ato da assinatura e considerava a premissa de 20% de despacho (momento que 'a usina' é acionada para produzir energia) da usina térmica pelo ONS. A UTE encontra-se despachada continuamente desde out/2012, por isso para o fim de atualização do saldo (Saldo existente) é adotado como premissa o saldo integral de volume que resta contratado.						
Garantia e seguros	Conforme prerrogativa prevista na clausula 11.8.2, a UTE Linhares instituiu, em favor da PETROBRAS, uma garantia financeira irrevogável e executável ao primeiro pedido, instituída através de Carta de fiança, sendo renovada anualmente, emitida por instituição financeira de primeira linha.						
Rescisão ou extinção	Nos casos de (a) não pagamento de valor não controverso; (b) insolvência ou falência de qualquer das partes; (c) descumprimento, pela BR, das obrigações estabelecidas na cláusula 11.8 do Contrato; (d) retirada, pela Companhia, em quantidade superior à contratada; (e) cessão parcial ou total das obrigações do Contrato a terceiros, por qualquer das partes; ou (f) não pagamento, pela Petrobras, de valor devido em caso de infração conexa. Caracterizados os eventos listados nos itens (b) e (d) acima, a parte adimplente poderá requerer a resolução do Contrato, mediante envio de notificação à parte inadimplente com 10 dias de antecedência. Caracterizado o evento listado nos itens (a), (c), (e) ou (f) acima, a parte inadimplemente terá um prazo de 60 dias para sanar a inadimplência a contar de notificação pela outra parte neste sentido.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Brasil Carbono S.A.	03/01/2011	733.445.345,00	545.859.740,87		8033 dias (31/12/2032)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Operações em Conjunto						
Objeto contrato	Prestação de serviços de armazenagem, manuseio e beneficiamento, por industrialização por encomenda, de CVP pela Brasil Carbonos com exclusividade para Companhia. Contratos referentes as plantas de Taubaté e Cosmópolis.						
Garantia e seguros	A garantia se dá por meio de fiador, Sr. Cristopher Zung Sing Yung, solidariamente responsável com a BRASIL CARBONO (nova denominação da UNIMETAL) pelo integral cumprimento de todas as cláusulas e condições do contrato, inclusive pelo pagamento de todo o débito da BRASIL CARBONO para com a BR contraído durante a vigência do mesmo e de suas prorrogações.						

1138

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Motivada: - Não cumprimento da obrigação de confidencialidade; - não cumprimento de qualquer uma das obrigações previstas no contrato, desde que não sanada no período de até 90 dias; - prática de fraude nos serviços; - reincidência de mora na execução dos serviços; - pedido ou proposição de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido, requerimento, decretação ou homologação de falência, convolação de recuperação judicial em falência; - alteração ou modificação da finalidade ou da estrutura da Brasil Carbonos, capaz de prejudicar a prestação dos serviços. Imotivada: mediante envio de notificação por escrito a outra parte com 90 dias de antecedência. Neste caso, haverá incidência de multa correspondente A 17% do valor do saldo remanescente do Contrato).						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	01/04/2016	2.974.000.000,00	2.084.215.445,37		729 dias (31/03/2018)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Compra de Óleos Lubrificantes Básicos Parafínicos e Naftênicos						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	A rescisão é possível mediante a notificação prévia de 30 dias de antecedência:, nas hipóteses de (i) inadimplemento do Contrato; (ii) comprovação de realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas; (iii) cessão, total ou parcial dos direitos e obrigações atribuídos no Contrato sem prévia e expressa anuência da outra parte; (iv) associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária que conflite com o objeto do Contrato; (v) cancelamento de autorizações; ou (vi) dissolução de qualquer uma das partes.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Fundo FII FCM	20/10/2009	1.435.037.863,92	999.914.363,37		8760 dias (2033)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada – Sistema Petrobras						
Objeto contrato	Contrato de Locação/Arrendamento Mercantil Financeiro						

1139

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	(i) nulidade, término antecipado, rescisão, resilição ou resolução de qualquer um dos Documentos do Projeto Lubrax, por qualquer razão; (ii) ocorra o não pagamento, pela BR, de qualquer parcela do Valor Locatício no respectivo vencimento, sem que tal inadimplemento não tenha sido remediado dentro de 15 dias contados da data originalmente prevista para pagamento (sem prejuízo da incidência de encargos moratórios acima descritos); (iii) inadimplemento pela BR de qualquer outra obrigação prevista no Contrato de Locação ou nos demais Documentos do Projeto Lubrax, que não seja remediado no prazo de até 60 dias após do recebimento de notificação para cumprimento enviada por escrito pelo FII; (iv) vencimento antecipado dos CRI; e (v) a BR não cumpra a obrigação prevista na cláusula 2.06 do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda dentro do prazo nela previsto ou qualquer uma das Condições Precedentes não tenha sido implementada até a Data-Limite.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Petróleo Brasileiro S.A.	26/11/2015	436.000.000,00	400.292.418,30		2043 dias(30/06/2021)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Aquisição de Gasolina de Aviação						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	Inadimplemento de cláusulas ou condições do contrato; Comprovação da realização de pagamentos em desconformidade ou em descumprimento às normas; Cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações atribuídos neste contrato sem a prévia e expressa anuência da outra parte; Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária que comprovadamente conflite com o objeto do contrato; Cancelamento ou revogação, pelos órgãos competentes, da autorização concedida a qualquer das partes, para o exercício de suas atividades; Dissolução de qualquer das partes; Decretação de falência da BR.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

1140

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses;

Conforme descrito no item 16.1, a Companhia, por meio de sua Política de Transações com Partes Relacionadas, estabeleceu princípios que devem ser observados na celebração de contratos com partes relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesse, com o objetivo de assegurar o melhor interesse da Companhia.

Ocorrendo a identificação de um potencial conflito de interesse, como disposto na política, o administrador ou o funcionário da Companhia deverá alegar-se impedido e abster-se de participar da negociação e do processo decisório relativo à operação, objetivando o melhor interesse da Companhia.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

As Diretrizes corporativas para transações com partes relacionadas, aprovadas em 13 de maio de 2016, estabelecem que os potenciais conflitos de interesse devem ser identificados previamente pelos envolvidos nas transações com partes relacionadas, devendo os empregados e/ou qualquer pessoa agindo em nome ou pela Companhia:

(i) manifestar seu conflito de interesse, explicitando seu envolvimento na situação concreta;

(ii) se abster de atuar em assuntos onde possa ocorrer conflito de interesses pessoais com os interesses da Companhia, e de votar em deliberações sobre a matéria; e

(iii) comunicar o fato prontamente ao superior imediato.

Em caso de manifestação formal indicando o descumprimento destas Diretrizes e da Política de Transações com Partes Relacionadas, a Companhia acolherá a manifestação incluindo toda e qualquer identificação de indício de conflito de interesses que possa comprometer a sua imagem ou os seus resultados, observando o adequado encaminhamento, conforme definido nos seus padrões internos. Ainda, a Companhia planeja e executa atividades que permitem verificar o cumprimento das Diretrizes e da Política de Transações com Partes Relacionadas, assim como elaborar diagnóstico do ambiente de controle pertinente.

Adicionalmente, compete ao Comitê de Auditoria Estatutário avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações, bem como revisar, ao menos uma vez por ano, o sumário das transações de tal natureza envolvendo seus Diretores e Conselheiros e os familiares destes, além de qualquer outra relação com partes relacionadas que seja relevante, conforme definido pela CVM.

Além disso, a partir da reforma do Estatuto Social, em 31 de agosto de 2017, será competente o Comitê de Minoritários, quando instalado após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018, para analisar e emitir recomendações sobre transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia e a União, suas autarquias e fundações, a controladora ou empresas estatais federais, desde que, nestes dois últimos casos, sejam fora do curso normal dos negócios da Companhia, e que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

(a) Critério de Relevância - item 16.2

Para a descrição das transações com partes relacionadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, foi utilizado o valor mínimo de R$ 300 milhões.

(a) Compartilhamento/fornecimento de utilidades em bases de armazenagem e distribuição de produtos

Atualmente, a operação de bases de armazenagem e distribuição de produtos da Companhia estão localizadas em áreas contíguas a unidades da Petrobras, sua controladora. Por conta disso, a fim de promover a sinergia das operações de seu grupo, certos recursos necessários ao funcionamento das referidas bases passaram a ser compartilhados entre a Companhia e a Petrobras ao longo dos últimos anos.

A Companhia pretende tomar diversas medidas de naturezas regulatória, técnica e administrativa, para regularização da questão, o que demandará investimentos para conexão a sistemas públicos de fornecimento de insumos necessários ao desempenho de suas atividades.

1142

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
14/11/2017	6.351.707.024,67	Totalmento integralizado	1.165.000.000	0	1.165.000.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
14/11/2017	6.351.707.024,67	Totalmente integralizado	1.165.000.000	0	1.165.000.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
14/11/2017	6.351.707.024,67		1.165.000.000	0	1.165.000.000
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
31/08/2017	7.000.000.000,00		0	0	0

1143

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/05/2015	Assembleia Geral Extraordinária	25/05/2015	360.820.873,80	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

31/08/2017	Assembleia Geral Extraordinária	31/08/2017	6.312.989.460,63	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

1144

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
14/11/2017	34.777.774.156	0	34.777.774.156	1.165.000.000	0	1.165.000.000

1145

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/08/2017	31/08/2017	6.312.989.460,63	0	0	0	0,00000000	0,00

Forma de restituição	N.A.
Razão para redução	A redução de capital ocorreu em função da cisão parcial da Companhia para segregar de seu patrimônio a parcela cindida, com versão desta para a Downstream Participações Ltda. A cisão parcial foi realizada com o objetivo de melhorar a estrutura de capital da Companhia.

1146

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes relacionadas a este item 17 foram descritas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o Estatuto Social vigente, a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações das assembleias gerais. Os acionistas da Companhia têm direito, em cada exercício, aos dividendos ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no art. 204 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Os acionistas da Companhia, se forem dissidentes de certas deliberações tomadas em assembleia geral, poderão retirar-se da Companhia, nas hipóteses previstas em lei, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor do patrimônio líquido da Companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados às ações que não decorram de lei somente poderão ser modificados mediante aprovação em assembleia geral de acionistas.
Outras características relevantes	O Regulamento do Novo Mercado, bem como o Estatuto Social da Companhia, estipula que a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição aos outros acionistas da Companhia, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à B3 declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação de controle da Companhia.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Não há, no Estatuto Social da Companhia, regras que imponham limitações ao exercício do direito de voto. Cada ação ordinária representa um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O artigo 52 do Estatuto Social da Companhia estabelece que a alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante do controle.

Ainda, conforme o parágrafo único do artigo 52 do Estatuto Social da Companhia, a oferta pública de aquisição descrita no parágrafo acima será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade(s) que detenha(m) o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

De acordo com o artigo 53 do Estatuto Social da Companhia, em caso de aquisição do poder de controle em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, aquele que adquirir o poder de controle estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública de aquisição referida nos parágrafos acima; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 meses anteriores a data de aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderem ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

O artigo 56 do Estatuto Social da Companhia prevê que, na hipótese de cancelamento do registro de companhia aberta, o acionista controlador ou a Companhia, conforme aplicável, deverá realizar oferta pública de aquisição de ações, na qual o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado por empresa especializada escolhida pela Assembleia Geral que tenha independência e experiência comprovada, na forma da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da B3.

Por fim, o artigo 57 do Estatuto Social da Companhia dispõe que, caso (i) seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que suas ações passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado na forma prevista no Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos além daqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não teve valores mobiliários de sua emissão negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado nos últimos 3 exercícios sociais.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis, quirografárias, c. garantia fidejussória, série ú., 1ª emis.
Data de emissão	10/08/2015
Data de vencimento	15/04/2020
Quantidade (Unidades)	351.810
Valor nominal global (Reais)	3.518.100.000,00
Saldo devedor em aberto	3.595.594.230,55
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	É possível o resgate antecipado pela Companhia ao seu exclusivo critério. Neste caso, os debenturistas farão jus ao pagamento do valor nominal unitário, ou o saldo do valor nominal, caso aplicável, acrescido de juros remuneratórios e prêmio de resgate, conforme previsto na escritura de emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Vencimento: As Debêntures têm seu prazo de vencimento em 15 de abril de 2020. A escritura de emissão prevê as seguintes hipóteses de vencimento antecipado automático: (a) incapacidade, da Companhia ou da Petrobras, de pagar suas dívidas financeiras ou obrigações decorrentes de contratos, financeiros ou não; (b) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura; (c) Descumprimento, pela Petrobras, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura; e (d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a escritura de emissão prevê as seguintes hipóteses de vencimento antecipado mediante assembleia geral de debenturistas: (a) Caso qualquer declaração prestada pela Companhia e/ou Petrobras no âmbito da escritura (ou no caso de qualquer modificação ou aditamento à declaração) se prove falsa, em qualquer aspecto materialmente relevante com relação aos interesses dos Debenturistas, na data em que tal declaração foi prestada; (b) Descumprimento, pela Companhia e/ou pela Petrobras, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão; (c) Caso a Petrobras deixe de deter, direta ou indiretamente, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital votante da Companhia, e tal alteração na composição acionária da Companhia venham potencialmente causar um efeito material adverso nos negócios, operações ou condição financeira da Companhia ou da Petrobras e que possa impedi-las de realizar os pagamentos das obrigações relativas às Debêntures (“Efeito Material Adverso “); e (d) Descumprimento, pela Companhia, da obrigação de apresentação das notas fiscais que comprovem a aquisição de etanol de produtores rurais e dos documentos comprobatórios que atestem a natureza rural dos produtores rurais de etanol ao Agente Fiduciário, conforme previsto na alínea “o” da Cláusula 7.1 da escritura de emissão. Juros: Juros remuneratórios devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, à taxa de 111,57% da variação acumulada das taxas diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base de 252 dias úteis, conforme calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis. Garantia: Fiança prestada pela Petrobras em favor da Companhia. Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A alteração nas condições das debêntures depende da realização de assembleia geral de debenturistas e deverão ser aprovadas por maioria simples ou 90% das debêntures em circulação, conforme previsto na escritura de emissão.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Amortização: A amortização do valor nominal unitário será realizada integralmente na Data de Vencimento (ou na data de resgate ou vencimento antecipado, conforme o caso). Sem prejuízo, a Companhia também poderá realizar amortizações parciais extraordinárias, a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação.

As debêntures emitidas pela Companhia no âmbito de sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, são admitidas para negociação no mercado secundário por meio da CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros.

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia

Em 10 de agosto de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a realização da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Para maiores informações sobre as características das debêntures, vide o item 18.5 deste Formulário de Referência. No ano de 2016 e até a data de elaboração deste Formulário de Referência não ocorreram novas ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia, ou por terceiros, relativas a valores mobiliários do emissor.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10. Destinação de recursos de ofertas públicas.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos resultantes da oferta foram aplicados na aquisição de etanol conforme previsto no prospecto da respectiva distribuição. A Companhia já cumpriu a totalidade da obrigação de comprovação da aquisição do etanol junto ao agente fiduciário.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvio na aplicação dos recursos**.**

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015, 2014 ou no exercício social corrente.

18.12 - Outras infomações relevantes

18.12. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este item 18 foram descritas acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes relacionadas a este item 19 foram descritas acima.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**25/08/2017**
Cargo e/ou função	Acionista Controlador Administradores da Companhia, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Petrobras Distribuidora, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes Empregados Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais firmados com a Companhia (toda pessoa que tenha conhecimento de Informação Privilegiada da Petrobras Distribuidora, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em decorrência de relação comercial, profissional ou de confiança estabelecida com a Petrobras Distribuidora, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, advogados, consultores, assessores, contadores e instituições do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários) Quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador, suas Controladas ou Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante.

Principais características e locais de consulta

Estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas pessoas sujeitas à presente Política na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia em aderência às boas práticas de governança corporativa do Novo Mercado da B3. Preocupa-se em assegurar a regularidade e transparência das negociações de Valores Mobiliários de emissão da Petrobras Distribuidora.Todas as pessoas sujeitas à Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os princípios de boa-fé, lealdade e veracidade, bem como pelas regras nela estabelecidas, nas disposições legais e regulamentares aplicáveis bem como no Código de Ética e demais normas disciplinares da Companhia.As regras e vedações estabelecidas se aplicam: (i) tanto às negociações realizadas em Bolsas de Valores e em mercado de balcão, organizado ou não, quanto às realizadas sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição; (ii) às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas Pessoas Vinculadas, quer tais negociações se deem por intermédio de sociedades por elas Controladas, quer através de terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações; e (iii) às operações de aluguel de Valores Mobiliários de emissão da Companhia realizadas por Pessoas Vinculadas.
Vedar a negociação de valores mobiliários, pela Companhia e Pessoas Vinculadas, antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia. Prevalecerá também (a) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e (b) em relação ao Acionista Controlador, Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Petrobras Distribuidora, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Controladas, Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.Também é vedada a negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, de suas Controladas e de suas Coligadas (que sejam companhias abertas) pela Companhia e pelas Pessoas Vinculadas no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação das ITRs e das DFPs da Companhia.A vedação tratada se aplica também aos ex-Administradores e ex-membros (e suplentes) do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária que tenham se afastado antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá: (i) pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; ou (ii) até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado.São ressalvadas as negociações realizadas em conformidade com os Planos Individuais de Investimento, desde que respeitados os requisitos estabelecidos na Instrução CVM no 358/02.O Conselho de Administração é o único competente para alterar essas políticas, e até mesmo este estará impedido de fazê-lo caso um fato relevante estiver pendente de divulgação.Além das penas previstas na legislação, as Partes Vinculadas que cometerem uma infração irão, conforme as regras da política de negociação, receber sanções e medidas disciplinares pela Companhia, incluindo destituição do cargo ou demissão do infrator.O Acionista Controlador, os Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes deverão assinar um termo de adesão que ficará arquivado na sede da Companhia.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	A Companhia e a Política de Negociação da Companhia estão sujeitas às regras estabelecidas na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme modificada (“ICVM 358”). Assim, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, pela Companhia ou pelas Pessoas Vinculadas, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, desde a data em que as Partes Vinculadas tiveram ciência de ato ou fato relevante, ou Ato ou Fato Relevante, até a sua divulgação ao mercado, assim como outras vedações que Política dispõe, conforme o descrito acima.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este item 20 já foram descritas no item 20.1 acima.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21. Política de Divulgação de Informações

21.1. Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações relevantes ao mercado adotados pela Companhia estão descritos em sua Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários, e obedecem as normas legais aplicáveis, como a ICVM 358. Para maiores informações sobre a Política de Divulgação de Informações da Companhia, ver o item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada.

As regras e procedimentos estabelecidos na referida Política aplicam-se às seguintes pessoas, todas denominadas, em conjunto ou individualmente, como “Pessoas Vinculadas”: (i) Acionista Controlador; (ii) Administradores da Companhia, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Petrobras Distribuidora, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes; (iii) Empregados; (iv) Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais firmados com a Companhia; e (v) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador, suas Controladas ou Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante.

As Pessoas Vinculadas estão obrigadas a zelar pelo sigilo de informações que tenham a capacidade de vir a se tornar um ato ou fato relevante, assim como sua devida divulgação para o público. O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio:

(a) da página na rede mundial de computadores de um portal de notícias;

(b) da página na rede mundial de computadores da Companhia (www.br.com.br/ri), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às entidades do mercado; e

(c) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE), poderá, ainda, ser publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

Caberá ao Diretor de Relação com Investidores da Companhia a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, de forma clara e precisa, por qualquer dos meios de comunicação permitidos, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no Brasil ou no exterior, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre ato ou fato relevante deverão comunicar tais informações ao Diretor de Relação com Investidores. Como regra geral, informações relativas ao ato ou fato relevante deverão ser sempre divulgadas, de forma simultânea com CVM e às entidades de mercado.

Os atos ou fatos relevantes podem, de forma excepcional, deixar de ser divulgados, se o acionista controlador ou o conselho de administração entender que sua revelação colocará em risco interesse legítimo da Companhia, devendo o Diretor de Relação com Investidores ser informado quando estes estiverem mantidos em sigilo e as pessoas vinculadas terão de zelar pela preservação do sigilo das informações.

Além disso, o Diretor de Relações com Investidores é responsável por monitorar a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, adotando procedimentos para que lhe sejam informadas as negociações que ocorrerem em períodos que antecedem à divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante, com o propósito de identificar eventuais negociações vedadas pela legislação vigente por pessoas que tinham conhecimento de tal Ato ou Fato Relevante, comunicando eventuais irregularidades ao Conselho de Administração e à CVM.

O Conselho de Administração da Companhia é o único competente para alterar tais políticas.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

O Diretor de Relações com Investidores será responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes relacionadas a este item 21 já foram descritas nos nos itens 20.1, 20.2 e 20.3 acima.